

ELEKTRO



Prospecto Definitivo de Distribuição Pública da 3ª Emissão de Debêntures Simples

R\$ 300.000.000,00

Standard & Poor's: brAA+

COORDENADORES



COORDENADOR LÍDER



ELEKTRO

Elektro Eletricidade e Serviços S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 02.328.280/0001-97
Rua Ary Antenor de Souza, nº 321, Jardim Nova América, CEP 13053-024, Campinas - SP

no montante de

R\$ 300.000.000,00

(trezentos milhões de reais)

CÓDIGO ISIN: BREKTRDBS069

Standard & Poor's: brAA+

Distribuição pública de 30.000 (trinta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas escriturais, da espécie quirografia, sem garantia adicional, em uma única série ("Debêntures"), com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) em 18 de junho de 2009 ("Data de Emissão"), perfazendo o valor total de emissão de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) relativas à 3ª emissão ("Emissão") da ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A. ("Elektro" ou a "Companhia" ou a "Emissora").

A Emissão foi aprovada pela (i) Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 17 de março de 2009, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") em 27 de março de 2009, sob nº 112.648/09-5, e publicada nos jornais "Valor Econômico", edição nacional, e "Diário Oficial do Estado de São Paulo", em 19 de março e 16 de abril de 2009; (ii) Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária da Emissora, realizada em 02 de abril de 2009, cuja ata foi arquivada na JUCESP em 06 de abril de 2009 sob nº 123.794/09-2, e publicada nos jornais "Valor Econômico", edição nacional, e "Diário Oficial do Estado de São Paulo", em 07 e 16 de abril de 2009; (iii) Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 07 de maio de 2009, cuja ata foi arquivada na JUCESP em 13 de maio de 2009, sob nº 161.038/09-8, e publicada nos jornais "Valor Econômico", edição nacional, e "Diário Oficial do Estado de São Paulo", em 12 e 26 de maio de 2009; (iv) Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 25 de maio de 2009, cuja ata foi arquivada na JUCESP em 04 de junho de 2009, sob nº 194.414/09-7, e publicada nos jornais "Valor Econômico", edição nacional, em 28 de maio de 2009 e 19 de junho de 2009, e "Diário Oficial do Estado de São Paulo" em 28 de maio de 2009 e 20 de junho de 2009; e (v) Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 19 de junho de 2009, cuja ata foi arquivada na JUCESP em 24 de junho de 2009, sob o nº 218.771/09-5, e publicada nos jornais "Valor Econômico", edição nacional, em 23 de junho de 2009 e 30 de junho de 2009, e "Diário Oficial do Estado de São Paulo", em 23 de junho de 2009 e 30 de junho de 2009. As Debêntures terão prazo de 27 meses, vencendo-se, portanto, em 18 de setembro de 2011.

As Debêntures serão objeto de distribuição pública ("Oferta"), sob regime de garantia firme de subscrição da totalidade das Debêntures, utilizando-se os procedimentos previstos nas Instruções da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 471, de 08 de agosto de 2008, e nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, com a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário (a) por meio do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos e do SND - Módulo Nacional de Debêntures, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (b) por meio do DDA - Sistema de Distribuição de Ativos e do Sistema BOVESPAFIX, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia e a liquidação financeira da Oferta e da negociação das Debêntures.

A Oferta foi registrada na CVM em 26 de junho de 2009 sob nº CVM/SRE/DEB/2009/006.

Este Prospecto Definitivo não deve, em qualquer circunstância, ser considerado recomendação de compra das Debêntures. Ao decidir por adquirir as Debêntures, potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da condição financeira da Emissora, de seus ativos e dos riscos decorrentes do investimento nas Debêntures. Este Prospecto Definitivo foi preparado com base nas informações prestadas pela Emissora, sendo que os Coordenadores tomaram todas as cautelas e agiram com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Emissora sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Emissora que venham a integrar o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, sejam suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

Antes de tomar decisão de investimento nas Debêntures que venham a ser distribuídas no âmbito da Oferta, a Emissora e os Coordenadores da Oferta recomendam aos potenciais investidores a leitura cuidadosa deste Prospecto Definitivo. Para avaliação dos riscos associados à Emissora, os investidores devem ler a Seção "Fatores de Risco", nas páginas 83 a 94 deste Prospecto Definitivo. Maiores informações sobre a Emissora e a Oferta poderão ser obtidas junto aos Coordenadores e à CVM nos endereços indicados nas páginas 53 a 55.

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre a Emissora e a Oferta poderão ser obtidos junto ao Coordenador Líder e na CVM.

O registro da Oferta não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade da Emissora, bem como sobre as Debêntures a serem distribuídas no âmbito da Oferta.



A(O) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Regulação e Melhores Práticas da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, atendendo, assim, a(o) presente oferta pública (programa), aos padrões mínimos de informação exigidos pela ANBID, não cabendo à ANBID qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora e/ou ofertantes, das Instituições Participantes e dos valores mobiliários objeto da(o) oferta pública (programa). Este selo não implica recomendação de investimento. O registro ou análise prévia da presente distribuição não implica, por parte da ANBID, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos.

COORDENADORES



COORDENADOR LÍDER

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE**1. INTRODUÇÃO**

• Definições.....	11
• Resumo das Características da Oferta	25
• Informações Cadastrais da Emissora.....	29
• Sumário da Emissora	30
• Visão Geral.....	30
• Participação da Emissora no Mercado de Energia.....	31
• Operação.....	32
• Tecnologia da Informação.....	34
• Inteligência da Rede	34
• Inteligência de Serviços	35
• Inteligência de Processos	35
• Concorrência	35
• Suprimento de Energia.....	36
• Clientes	37
• Receita do Contrato de Uso do Sistema de Distribuição – Consumidores Livres	41
• Sazonalidade das Vendas.....	41
• Investimentos e Modernização.....	42
• Adimplência	43
• Pontos Fortes	44
• Posicionamento Estratégico	46
• Estrutura Societária	48

2. INFORMAÇÕES SOBRE OS ADMINISTRADORES, COORDENADORES, CONSULTORES E AUDITORES

• Administradores da Emissora.....	51
• Emissora	51
• Coordenador Líder	51
• Coordenador	51
• Agente Fiduciário	51
• Instituição Depositária e Agente Escriturador.....	52
• Banco Mandatário	52
• Consultor Legal da Emissora	52
• Consultor Legal dos Coordenadores	52
• Auditores Independentes	52
• Exemplares do Prospecto Definitivo	53
• Declaração nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400	53
• Declaração da Emissora e do Coordenador Líder.....	53
• Breve Descrição dos Coordenadores da Emissão	54
• Banco Itaú BBA S.A	54
• Banco Santander (Brasil) S.A.	55

3. INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

• Características da Oferta.....	59
• Composição do Capital Social.....	59
• Autorizações Societárias	59
• Requisitos	60
• Características da Oferta.....	60
• Quantidade das Debêntures e Número de Séries	60
• Valor Nominal Unitário, Valor Total da Emissão e Data de Emissão.....	60
• Conversibilidade, Tipo e Forma	60

ELEKTRO

• Espécie e Garantia	60
• Prazo e Data de Vencimento	60
• Distribuição e Negociação	60
• Certificado de Debêntures	60
• Preço de Subscrição e Forma de Integralização	61
• Remuneração das Debêntures	61
• Periodicidade de Pagamento da Remuneração	62
• Resgate Antecipado	63
• Oferta de Resgate Antecipado	63
• Amortização Programada	64
• Repactuação Programada	64
• Aquisição Facultativa	64
• Vencimento Antecipado	65
• Local de Pagamento	68
• Multa e Juros Moratórios	68
• Decadência dos Direitos aos Acréscimos	68
• Prorrogação dos Prazos	68
• Assembléia Geral de Debenturistas	69
• Publicidade	69
• Imunidade dos Titulares das Debêntures	70
• Classificação de Risco	70
• Local onde as Debêntures podem ser Adquiridas	70
• Público Alvo	70
• Declaração de Inadequação do Investimento	70
• Informações Complementares	70
• Condições do Contrato de Distribuição	71
• Regime e Prazo de Colocação	71
• Plano de Distribuição das Debêntures	72
• Modificação, Suspensão e Revogação da Oferta e Restituição de Valores	72
• Cronograma de Etapas da Oferta	73
• Remuneração dos Coordenadores	73
• Demonstrativo do Custo da Oferta	74
• Fundo de Sustentação de Liquidez, Contrato de Garantia de Liquidez e Contrato de Estabilização de Preço	74
• Relacionamento com os Coordenadores	75
• Itaú BBA	75
• Santander	75
• Unibanco	76
• Itaú BBA e Santander	76
• Vinculação Societária	76
• Operações Vinculadas à Oferta	77
• Ressalvas com Relação a Declarações e Estimativas acerca do Futuro	78
• Destinação de Recursos	79
• Capitalização	80

4. FATORES DE RISCO

• Fatores de Risco Macroeconômicos	83
• A Emissora atua no mercado brasileiro, estando sujeita, portanto, aos efeitos da política econômica do Governo Federal	83
• A inflação e certas medidas governamentais para contê-la podem ter efeitos adversos sobre a economia brasileira, o mercado mobiliário brasileiro e/ou os negócios da Emissora	83
• Oscilações do valor do real frente ao valor do dólar dos Estados Unidos da América	84
• Restrição sobre a movimentação de capitais para fora do Brasil poderão prejudicar a capacidade da Emissora de cumprir determinadas obrigações de empréstimos ou financiamentos atrelados ao dólar	84

• Efeitos das Flutuações das Taxas de Juros	85
• O acesso das empresas brasileiras ao mercado de capitais internacional é influenciado pela percepção de risco no Brasil e em outras economias emergentes, e isso poderá prejudicar a capacidade da Emissora de financiar suas operações	85
• Influência das Alterações na Legislação Tributária do Brasil	85
• O impacto da crise econômica e financeira mundial sobre a economia brasileira ainda é incerto	86
• Fatores de Risco Setoriais	86
• A Emissora atua no setor elétrico brasileiro, o qual foi reestruturado pelo Governo Federal. Eventuais alterações na regulamentação do Setor Elétrico poderão afetar de maneira adversa as empresas sujeitas às suas regras, como a Emissora	86
• Discricionariedade do Poder Concedente e Ambiente Altamente Regulamentado	87
• Regulamentação Tarifária do Setor Elétrico e Política Tarifária	87
• A fiscalização do Tribunal de Contas da União Federal nos procedimentos adotados pela ANEEL poderá afetar adversamente a metodologia de revisão e reajuste	88
• As tarifas de distribuição, ainda que determinadas pela ANEEL, podem ser questionadas judicialmente, o que pode afetar adversamente a receita operacional da Emissora	88
• A escassez de energia elétrica pode ter efeito adverso relevante para o setor elétrico brasileiro e para a Emissora	88
• Previsões incorretas das necessidades de energia nas áreas de distribuição da Emissora podem afetar adversamente os seus resultados operacionais	88
• Penalidades impostas pela ANEEL	89
• O projeto de Reforma das Agências Reguladoras pode afetar a competência da ANEEL	89
• Projetos de lei que poderão alterar a Lei de Concessões e Lei Federal n. 9.427/96	89
• Impactos Ambientais	90
• Extinção da Concessão	90
• Modificações nas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil em função de sua convergência às práticas contábeis internacionais (IFRS) podem afetar adversamente os resultados da Emissora	90
• Decisões judiciais contrárias à terceirização de algumas atividades da Emissora atualmente desempenhadas por prestadores de serviços poderão causar um efeito adverso relevante em seu modelo de gestão operacional, seus resultados e/ou na sua condição financeira	91
• Fatores de Risco Relativos à Emissora	91
• Se a Emissora não conseguir controlar com sucesso a inadimplência em seu negócio de distribuição de energia, os resultados de suas operações e sua situação financeira poderão ser adversamente afetados	91
• As disposições restritivas de seus contratos de dívida, bem como a alavancagem e obrigações de serviço de dívida da Emissora, podem afetar adversamente a capacidade de operar seus negócios e de efetuar os pagamentos da dívida	91
• Uma parcela das receitas da Emissora foi empenhada e/ou onerada em favor de seus credores e obrigações regulatórias, nos termos de diversos contratos financeiros e comerciais, seguindo as práticas do setor	92
• Se a Emissora não conseguir controlar com sucesso as perdas de energia em seu negócio de distribuição, os resultados de suas operações e sua situação financeira poderão ser adversamente afetados	92
• Decisões adversas em um ou mais processos judiciais em que a Emissora é parte pode afetar adversamente seus negócios e resultados operacionais	92
• Os seguros que a Emissora mantém podem não prover a cobertura completa dos riscos a que está sujeita em razão da sua responsabilidade objetiva	92
• Impenhorabilidade dos Ativos da Emissora	93
• Fatores de Risco Relativos à Emissão das Debêntures	93
• Eventual rebaixamento na classificação de risco (rating) das Debêntures	93
• As obrigações da Emissora constantes na Escritura de Emissão estão sujeitas às hipóteses de vencimento antecipado	93
• Súmula 176 do Superior Tribunal de Justiça	93

ELEKTRO

• Em caso de falência da Emissora, não há garantia que os investidores titulares de Debêntures quirografárias receberão seus créditos	93
• Liquidez das Debêntures e Mercado Secundário das Debêntures	94
• Informações Acerca do Futuro da Emissora	94
• Modificação dos Termos da Oferta	94

5. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

• Apresentação das Informações Financeiras	97
• Elaboração Das Demonstrações Financeiras	97
• Alterações Decorrentes da Lei 11.638 e da MP 449	97
• Informações Financeiras da Emissora	98
• Arredondamentos	98
• Informações Financeiras Seleccionadas	99
• Outras Informações Financeiras	103
• Considerações sobre o EBITDA	103
• Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais da Emissora	104
• Visão Geral	104
• Impactos da Inflação e Outros Fatores Macroeconômicos que Afetam da Inflação e Outros Fatores Macroeconômicos que Afetam os Resultados Operacionais da Emissora	105
• Informações Financeiras da Emissora e Alterações Decorrentes da Lei 11.638 e da MP 449	105
• Práticas Contábeis Críticas	106
• Desempenho Operacional e Comercial da Emissora	107
• Comparação do Desempenho Operacional da Emissora nos Períodos de 3 Meses Encerrados em 31 de Março de 2009 e 31 de Março de 2008	107
• Comparação do Desempenho Operacional da Emissora nos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007	108
• Comparação do Desempenho Operacional da Emissora nos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006	108
• Comparação do Desempenho Comercial da Emissora nos Períodos de 3 Meses Encerrados em 31 de março de 2009 e 31 de março de 2008	111
• Comparação do Desempenho Comercial da Emissora nos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de 2008 e em 31 de Dezembro de 2007	115
• Comparação do Desempenho Comercial da Emissora nos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de dezembro de 2006	116
• Comparação entre o Período de 3 Meses Encerrado em 31 de março de 2009 e o Exercício Social Encerrado 31 de dezembro de 2008	122
• Principais Variações de Saldo nas Contas Patrimoniais	122
• Comparação entre os Períodos de 3 Meses Encerrados em 31 de março de 2009 e 31 de março de 2008	131
• Principais Variações nas Contas de Resultado	131
• Comparação entre os Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2007	136
• Principais Variações de Saldo nas Contas Patrimoniais	136
• Comparação entre os Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2007	145
• Principais Variações nas Contas de Resultado	145
• Comparação entre os Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 31 de dezembro de 2006	150
• Principais Variações de Saldo nas Contas Patrimoniais	151
• Comparação entre os Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 31 de dezembro de 2006	160
• Principais Variações nas Contas de Resultado	160
• Eventos Relevantes Posteriores à Divulgação das Demonstrações Financeiras da Emissora relativas ao Período de 3 Meses Encerrado em 31 de março de 2009	172

6. INFORMAÇÕES SOBRE A EMISSORA

• Visão Geral do Setor de Energia Elétrica no Brasil	175
• Histórico.....	175
• Principais Agentes do Setor de Energia Elétrica	177
• Encargos Regulatórios	178
• Universalização	180
• Regras de Concentração.....	181
• Revisão Tarifária Periódica.....	181
• Reposicionamento Tarifário.....	181
• Fator X.....	182
• Novo Modelo do Setor Elétrico	182
• Contratação de Energia pelas Distribuidoras	184
• Repasse às Tarifas dos Consumidores Finais	184
• Desverticalização	186
• Aspectos Ambientais	186
• Competência Legislativa e Competência para Fiscalização	186
• Responsabilidade Ambiental	186
• Licenciamento Ambiental	187
• Outras licenças e autorizações ambientais	188
• Atividades da Emissora	189
• Visão Geral.....	189
• Participação da Emissora no Mercado de Energia.....	190
• Operação.....	191
• Tecnologia da Informação	193
• Inteligência da Rede	193
• Inteligência de Serviços.....	193
• Inteligência de Processos	194
• Endividamento e Reestruturação Financeira.....	194
• Reestruturação financeira de 2005	198
• Política de Utilização de Instrumentos Financeiros Derivativos	199
• Concorrência	199
• Clientes.....	200
• Atendimento ao Cliente	204
• Satisfação do Cliente.....	205
• Receita do Contrato de Uso do Sistema de Distribuição – Consumidores Livres	206
• Insumos e Fornecedores	207
• Sazonalidade das Vendas	209
• Cobrança e Inadimplência	210
• Eventos Relacionados ao Setor Energético	212
• Revisão Tarifária	212
• Revisão Tarifária Extraordinária	213
• Reajuste Tarifário	213
• Pontos Fortes	213
• Posicionamento Estratégico	215
• Histórico da Emissora.....	216
• Geral.....	216
• Eventos Relevantes no Desenvolvimento das Atividades da Emissora	217
• Aquisição do controle da Emissora pelo Grupo Enron	217
• Reestruturação do Grupo Enron	218
• Desverticalização e Questões Societárias Correlatas.....	218
• Geral	218
• Cisão Parcial e Direito de Retirada	219
• Dissolução da TIL	219

ELEKTRO

• Alienação do Controle Acionário da Elektro Geração S.A.	219
• Aquisição do Grupo de Controle da Emissora pela AEI	219
• Estrutura Societária	220
• Descrição da Acionista Controladora Indireta	220
• Contratos Relevantes	221
• Contratos de Concessão	221
• Principais Contratos com Prestadores de Serviços.....	223
• Contratos de Fornecimento de Materiais e Equipamentos.....	223
• Contratos de Pesquisa e Desenvolvimento.....	223
• Contratos Imobiliários.....	223
• Instrumento Particular de Assunção de Direitos e Obrigações Multidisciplinados para a Realização de Empreendimento Imobiliário no Modelo “Build-to-Suit”	224
• Contrato de Locação de imóvel comercial	224
• Contratos Bilaterais	224
• Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado	225
• Contratos Financeiros	230
• BNDES.....	231
• ELETROBRÁS- PROGRAMA LUZ PARA TODOS.....	232
• FINEP.....	233
• Contratos de Arrendamento Mercantil	233
• Garantias Fornecidas pela Emissora	235
• Investimentos Relevantes	236
• Investimentos realizados no período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2009	236
• Investimentos realizados no período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2008	237
• Investimentos realizados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008.....	237
• Investimentos realizados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007.....	238
• Investimentos realizados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006.....	238
• Desinvestimentos Relevantes	239
• Propriedade Intelectual.....	239
• Marcas.....	239
• Patentes	240
• Software	240
• Propriedades e Ativos Relevantes.....	240
• Aspectos Ambientais	241
• Subestações.....	241
• Gestão de Resíduos.....	241
• Monitoramento de Fumaça Preta em Carros da Frota	242
• Co-Processamento de Terra Contaminada.....	242
• Licenciamento ambiental.....	242
• Supressão de vegetação e intervenção em áreas protegidas.....	243
• Cadastro Técnico Federal do IBAMA	244
• Levantamentos ambientais em andamento.....	244
• Seguros	244
• Prêmios	245
• Segurança	247
• Descrição do Capital Social e Dividendos	248
• Geral.....	248
• Acionista Controladora Indireta	248
• Estatuto Social	251
• Características das Ações.....	251
• Grupamento de Ações.....	252
• Política de Remuneração ao Acionista.....	252
• Participações Societárias	253
• Acordo de Acionistas.....	253

• Ações em Tesouraria	253
• Restrição de Transferências das Ações da Emissora	253
• Política para Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Emissora	253
• Títulos e Valores Mobiliários detidos por Administradores	254
• Plano de Opção de Compra de Ações	254
• Políticas de Responsabilidade Social, Patrocínio e Incentivo Cultural	255
• Instituto Elektro	255
• Energia Comunitária Elektro - Por uma Comunidade Melhor	255
• Abrace	255
• Censo de Pessoas Com Deficiência	256
• Escola Formare Elektro	256
• Fazer Acontecer	257
• Meninos Ecológicos	257
• Prêmio Empreendedor Social	257
• Circuito Cultural Elektro	258
• Jovens ECONscientes	258
• Práticas de Governança Corporativa	259
• Política de Divulgação de Informações e Manutenção de Sigilo	259
• Práticas de Governança Corporativa Recomendadas pelo Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC	259
• Outras Práticas de Governança Corporativa	260
• Instrumentos Utilizados pela Emissora de Boa Governança Corporativa	260
• Administração	261
• Geral	261
• Conselho de Administração	261
• Composição do Conselho de Administração	262
• Experiência Profissional e Endereço Comercial	262
• Diretoria	264
• Composição	264
• Experiência Profissional e Endereço Comercial	264
• Diretores não-estatutários	266
• Existência de Relação Familiar	266
• Contratos e Outras Obrigações com Administradores	266
• Ausência de Condenação em Processo Judicial ou Administrativo dos Administradores	266
• Remuneração e Plano de Participação nos Lucros	267
• Conselho Fiscal	272
• Informações Acerca dos Valores Mobiliários Emitidos	274
• Ações Ordinárias e Preferenciais	274
• Primeira Emissão Pública de Debêntures da Emissora para Distribuição Pública	275
• Segunda Emissão Pública de Debêntures da Emissora para Distribuição Pública	275
• 1ª Emissão de Notas Promissórias	276
• Operações com Partes Relacionadas	277
• Recursos Humanos	280
• Pessoal	280
• Relacionamento da Emissora com Sindicatos	280
• Reajustes Salariais	280
• Paralisações sindicais	280
• Programas de Remuneração	281
• Benefícios	281
• Plano de Previdência Privada	281
• Recrutamento e Seleção	283
• Contingências Judiciais e Administrativas	284
• Procedimentos Administrativos de Natureza Regulatória	284
• Processos de Natureza Civil	285
• Desapropriações	285

ELEKTRO

• Responsabilidade Civil - Reparação de Danos - Acidentes de Rede.....	285
• Inadimplência – Cobrança.....	285
• Ações Cíveis Públicas e Ações Populares	285
• Procedimentos de Natureza Tributária	286
• Processos Judiciais de Natureza Tributária	286
• Processos Administrativos Tributários	286
• Procedimentos de Natureza Previdenciária	286
• Processos Administrativos Previdenciários.....	286
• Processo Judicial Previdenciário.....	287
• Procedimentos de Natureza Trabalhista	287
• Processos Judiciais Trabalhistas	287
• Processos Administrativos Trabalhistas.....	288
• Processos e Acordos Judiciais e Administrativos Ambientais	288
• Inquéritos Policiais.....	288

7. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

• Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 e respectivo Parecer dos Auditores Independentes.....	291
• Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 e respectivo Parecer dos Auditores Independentes.....	377
• Informações Trimestrais – ITR da Emissora relativas aos trimestres encerrados em 31 de março de 2009 e 2008 e respectivo Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes	457

8. ANEXOS

• Ata da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 17 de março de 2009 aprovando a proposta da Oferta	523
• Ata da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária da Emissora realizada em 02 de abril de 2009 aprovando a Oferta	527
• Ata da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 07 de maio de 2009 aprovando as condições da Oferta	535
• Ata da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 25 de maio de 2009 alterando certas condições da Oferta.....	543
• Ata da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 19 de junho de 2009 ratificando <i>spread</i> aplicável ao cálculo da Remuneração das Debêntures	547
• Estatuto Social da Emissora.....	551
• Escritura Particular de Emissão de Debêntures	563
• Primeiro Aditamento à Escritura Particular de Emissão de Debêntures.....	601
• Segundo Aditamento à Escritura Particular de Emissão de Debêntures.....	645
• Súmula de Classificação de Risco	685
• Declarações da Emissora e do Coordenador Líder, nos termos do art. 56 da Instrução CVM 400	691
• Informações Anuais (IAN) relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 (somente as informações não incluídas neste Prospecto)	695

1. INTRODUÇÃO

- Definições
- Resumo das Características da Oferta
- Informações Cadastrais da Emissora
- Sumário da Emissora
 - Visão Geral
 - Participação da Emissora no Mercado de Energia
 - Operação
 - Tecnologia da Informação
 - Concorrência
 - Suprimento de Energia
 - Clientes
 - Receita do Contrato de Uso do Sistema de Distribuição – Consumidores Livres
 - Sazonalidade das Vendas
 - Investimentos e Modernização
 - Adimplência
 - Pontos Fortes
 - Posicionamento Estratégico
 - Estrutura Societária

ELEKTRO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DEFINIÇÕES

Os termos abaixo definidos, quando utilizados neste Prospecto Definitivo, sejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta seção:

1ª Emissão Pública de Notas Promissórias	1ª emissão pública de notas promissórias realizada pela Emissora nos termos da Instrução CVM 476, que dispõe sobre ofertas públicas de valores mobiliários distribuídas com esforços restritos, em 24 de abril de 2009, com valor nominal unitário de R\$1 milhão, perfazendo o montante de R\$120 milhões, com prazo de 180 dias a partir de sua emissão. Para maiores informações sobre a 1ª Emissão Pública de Notas Promissórias, vide seções “Informações relativas à Oferta – Destinação de Recursos”, “Informações sobre a Emissora – Informações Acerca dos Valores Mobiliários Emitidos”, “Informações Relativas à Oferta – Relacionamento com os Coordenadores” nas páginas 79 e 274 e 75, respectivamente, deste Prospecto Definitivo.
1ª Emissão	1ª emissão pública de 6.250 debêntures simples, com garantia flutuante, em série única, da Emissora, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 62.500.000,00, aprovada nas Assembléias Gerais Extraordinárias da Emissora realizadas em 30 de março e 12 de setembro de 2000, registrada na CVM sob o nº CVM/SRE/DEB-2000/026, em 3 de outubro de 2000.
2ª Emissão	2ª emissão pública de 75.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas escriturais, da espécie quirografia, com garantia adicional, em três séries, da Emissora, sendo a 1ª série composta de 37.500 debêntures, a 2ª série composta de 18.750 debêntures e a 3ª série composta de 18.750 debêntures, com valor nominal unitário para as três séries de R\$ 10.000,00 em 1º de setembro de 2005, perfazendo o valor total de emissão de R\$ 750.000.000,00. As debêntures da 1ª série, da 2ª série e da 3ª série da 2ª Emissão foram registradas junto à CVM sob os nº CVM/SRE/DEB/2005/048, CVM/SRE/DEB/2005/049 e CVM/SRE/DEB/2005/050, respectivamente.
ABRADEE	Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica.
Acionistas Controladores Diretos	EPC, ETB, AEI Investimentos Energéticos e AEI Finance, acionistas que fazem parte do bloco de controle direto da Emissora.
Ações Restritas	Ações da AEI com certas restrições de transferência concedidas a certos diretores, membros do conselho de administração e empregados chave da AEI e de suas subsidiárias no âmbito do <i>AEI Incentive Plan 2007</i> .
Acréscimo sobre a Taxa DI	<i>Spread</i> de 1,40% ao ano, base 252 dias úteis, aplicável para cálculo da Remuneração, conforme definido no Procedimento de <i>Bookbuilding</i> ratificado por meio de Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 19 de junho de 2009.
Acordo Geral do Setor Elétrico	Acordo entre a GCE, as distribuidoras e as geradoras de energia elétrica concluído em dezembro de 2001, que visava a solucionar problemas decorrentes do racionamento, prevendo a compensação de perdas e restauração do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão.
AEI ou Acionista Controladora Indireta	AEI.

ELEKTRO

AEI Brazil	AEI Brazil Power Holdings Ltd.
AEI Brazil PD Holdings	AEI Brazil PD Holdings Ltd.
AEI Finance	AEI Brazil Finance Ltd.
AEI Investimentos Energéticos	AEI Investimentos Energéticos Ltda.
Agente Escriturador	Itaú Corretora de Valores S.A.
Agente Fiduciário	Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Limitada.
Ambiente de Contratação Livre ou ACL	Segmento no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica entre geradores, comercializadores, Consumidores Livres, importadores e exportadores de energia, através de Contratos Bilaterais com condições livremente negociados.
Ambiente de Contratação Regulada ou ACR	Segmento no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica entre vendedores e distribuidoras, precedidas de leilão público, ressalvados os casos previstos em lei.
Amortizações Programadas	Amortizações do Valor Nominal Unitário das Debêntures que serão realizadas trimestralmente a partir do 18º mês após a Data de Emissão.
Ampla	Ampla Energia e Serviços S.A.
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento.
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de encerramento da Oferta.
Anúncio de Início	Anúncio de início da Oferta.
Ashmore	Ashmore Investment Management Limited.
Ashmore Group	Ashmore Group plc.
Auditores Independentes	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.
Banco Mandatário	Banco Itaú S.A., na qualidade de banco mandatário das Debêntures.
Bandeirante	Bandeirante Energia S.A.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.
BM&FBOVESPA	BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo, denominação da BM&FBOVESPA antes da conclusão de seu processo de desmutualização de 2007 e da integração de suas atividades com a Bolsa de Mercadorias & Futuros-BM&F S.A. em 08 de maio de 2008.
BOVESPAFIX	Ambiente de negociação de ativos de renda fixa administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.

CAC	Central de Atendimento ao Cliente.
Capacidade Instalada	Quantidade máxima de eletricidade que pode ser entregue por uma unidade geradora, por uma usina hidrelétrica ou por um parque gerador, em particular em bases de carga total contínua, nos termos e condições específicas, conforme designado pelo produtor.
CBEE	Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial.
CCC	Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis, tem por objetivo possibilitar a cobertura do custo do combustível utilizado pelas usinas termelétricas por meio de contribuições mensais realizadas por todos os agentes do setor elétrico que comercializam energia elétrica com consumidores finais, quais sejam, distribuidoras, geradoras ou comercializadoras.
CCEE	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, fiscalizada pela ANEEL, cuja principal função é viabilizar a comercialização de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional, sendo responsável por registrar os contratos do Ambiente de Contratação Regulada, os contratos resultantes de ajustes de mercado e o volume de energia contratado no Ambiente de Contratação Livre, bem como pela contabilização e liquidação das transações de curto prazo no âmbito do Sistema Interligado Nacional e das diferenças referentes aos Contratos Bilaterais registrados.
Celpe	Companhia Energética de Pernambuco S.A. – Celpe.
CDE	Conta de Desenvolvimento Energético, instituída pela Lei nº 10.438/02, como sucessora da CCC no que se refere à subvenção dos custos de combustíveis às usinas de geração termelétrica que utilizam carvão mineral nacional. Foi criada para apoiar o desenvolvimento da produção de energia em todo o País, a produção de energia por meio de fontes alternativas de energia e a universalização dos serviços de energia em todo o País.
CESP	CESP – Companhia Energética de São Paulo.
CETIP	CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.
CGSE	Câmara de Gestão do Setor Energético.
CMSE	Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico.
CNPE	Conselho Nacional de Política Energética.
Coelba	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.
COD	Centro de Operação de Distribuição.
Comitê de Remuneração	Comitê de remuneração da AEI.
Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	Contrato de Comercialização de Energia no ambiente regulado por meio do qual é celebrada e formalizada a compra e venda de energia elétrica em ambiente de contratação regulada.

ELEKTRO

Consumidor Cativo ou Cliente Cativo

Consumidores atendidos sob condições reguladas pela ANEEL que não podem negociar livremente a aquisição de energia elétrica e que são atendidos pela respectiva distribuidora local, a qual estão diretamente conectados.

Consumidor Especial

Consumidores ou conjunto de consumidores reunidos por comunhão de interesses de fato ou de direito cuja carga seja maior ou igual a 500 KW, atendidos em qualquer tensão de fornecimento, que, de acordo com determinadas regras, tenham optado por adquirir energia de empreendimentos a partir de fontes eólicas, biomassa ou solar ou de empreendimentos configurados como PCHs, cuja potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição seja menor ou igual a 30.000 KW.

Consumidor Final ou Cliente Final

Pessoa física ou jurídica, ou comunhão de fato ou de direito, legalmente representada, que assume a responsabilidade pelo pagamento das contas e pelas demais obrigações legais, regulamentares e contratuais derivadas da utilização, como usuário final, da energia elétrica.

Consumidor Livre ou Cliente Livre

Consumidores ou clientes com demanda igual ou superior a 3 MW, atendidos em nível de tensão igual ou maior que 69kV e, para consumidores conectados após julho de 1995, atendidos em qualquer tensão, que podem optar, por contratar o suprimento de suas necessidades de energia elétrica, no todo ou em parte, por meio da celebração de Contratos Bilaterais no Ambiente de Contratação Livre, com produtor independente de energia ou com qualquer concessionário, permissionário ou autorizado, dentro do sistema interligado no qual estiver inserido.

Consumidor Potencialmente Livre

Consumidor que, apesar de cumprir os requisitos para se tornar Consumidor Livre e adquirir energia no Ambiente de Contratação Livre, é atendido de forma regulada.

Contratadas

Sociedades pertencentes aos grupos econômicos dos Coordenadores contratadas para prestar parte dos serviços de coordenação e colocação das Debêntures, nos termos do Contrato de Distribuição.

Contrato Bilateral

Contrato de compra e venda de energia resultante da livre negociação entre geradoras e distribuidoras de energia elétrica a partir de 2003, quando as entregas de energia contratadas por meio de Contratos Iniciais começaram a ser reduzidas em 25% ao ano, de acordo com a Lei do Setor Elétrico, o qual tem por objeto estabelecer preços e volumes para as transações de compra e venda de energia elétrica, em intervalos temporais determinados.

Contrato de Adesão

Contratos de adesão ao Contrato de Distribuição celebrados entre os Coordenadores e as Instituições Consorciadas que venham a participar da Oferta.

Contrato de Concessão

Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 187/98, celebrado em 27 de agosto de 1998 e com prazo de vigência de 30 anos, e posteriormente aditado, entre a União, por intermédio da ANEEL, e a Elektro, o qual pode ser obtido no site www.aneel.gov.br.

Contrato de Distribuição	Contrato de Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, Sob o Regime de Garantia Firme, da 3ª Emissão da Elektro Eletricidade e Serviços S.A., celebrado entre a Elektro e os Coordenadores em 12 de maio de 2009.
Contratos Iniciais	Contratos de compra e venda de energia elétrica entre concessionários, permissionários e autorizados, conforme artigo 10, incisos I e II da Lei do Setor Elétrico.
Coordenador Líder ou Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A., na qualidade de instituição intermediária líder da Oferta.
Coordenador ou Santander	Banco Santander (Brasil) S.A.
Coordenadores	Itaú BBA e Santander.
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis.
CPFL	Companhia Paulista de Força e Luz.
CPFL Piratininga	Companhia Piratininga de Força e Luz.
CRI	Certificados de Recebíveis Imobiliários.
CSR	Centrais de Serviços de Rede.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
CVA	Conta de compensação de variações de itens da Parcela A – CVA
CUST	Encargos de Conexão e Contratos de Uso dos Sistemas de Transmissão.
Data de Emissão	Data de emissão das Debêntures, qual seja 18 de junho de 2009.
Data de Liquidação	Data em que ocorrer a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures ou último dia útil do Prazo de Colocação, o que ocorrer primeiro.
Data de Vencimento	Data de vencimento das Debêntures, qual seja 18 de setembro de 2011.
Datas de Pagamento da Remuneração	Datas nas quais os pagamentos da Remuneração serão realizados, quais sejam: 18 de dezembro de 2009, 18 de junho de 2010, 18 de dezembro de 2010, 18 de março de 2011, 18 de junho de 2011 e 18 de setembro de 2011.
DDA	Sistema de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA.
Debêntures	As debêntures objeto da Oferta.

ELEKTRO

DEC	Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor.
Dia Útil	Dia em que as instituições financeiras estão abertas para negócios na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.
DNAEE	Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica.
EBITDA	O EBITDA consiste no lucro líquido antes de receitas e despesas financeiras líquidas, imposto de renda e contribuição social e depreciação e amortização. O EBITDA não é medida de desempenho financeiro elaborada segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, IFRS ou US GAAP, tampouco deve ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido, um indicador do desempenho operacional, uma alternativa aos fluxos de caixa ou como indicador de liquidez. A administração da Emissora acredita que o EBITDA fornece uma medida útil de seu desempenho, que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar empresas. Outras empresas podem calcular o EBITDA de maneira diferente da Emissora. Por não considerar determinados custos decorrentes dos negócios da Emissora, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados, o EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida da lucratividade da Emissora.
EBITDA – Escritura de Emissão	Medida de desempenho financeiro utilizada para verificação dos Índices e Limites Financeiros constantes da Escritura de Emissão que corresponde ao somatório do lucro líquido dos últimos quatro trimestres antes de deduzidos (i) o imposto de renda e contribuição social, (ii) a depreciação e as amortizações, inclusive a amortização do ágio pago na aquisição da Emissora, (iii) as despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras, (iv) os resultados de participações societárias, e (v) a reversão da despesa financeira com juros sobre capital próprio.
Edital de Oferta de Resgate Antecipado	Edital a ser publicado pela Emissora na hipótese de realização de Oferta de Resgate Antecipado, o qual descreverá os termos e condições da referida Oferta de Resgate Antecipado.
Elektro, Companhia ou Emissora	Elektro Eletricidade e Serviços S.A.
ELETROBRÁS	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS.
Eletropaulo	Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.
Empresa de Referência	Metodologia definida pelo regulador, neste caso a ANEEL, que consiste na determinação dos custos operacionais eficientes, para efeito de fixação das tarifas de energia elétrica. No entanto, não cabe ao regulador validar os procedimentos adotados pela Emissora em sua gestão operacional.

Endividamento Líquido ou Dívida Líquida	Corresponde ao Endividamento Total da Emissora, excluídos do saldo de caixa disponível, aplicações financeiras e caução de fundos para os períodos apresentados. Essa não é uma medida de desempenho financeiro elaborada segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, o IFRS ou US GAAP. Outras empresas podem calcular o endividamento líquido ou dívida líquida de maneira diferente da Emissora.
Endividamento Total, Endividamento ou Dívida	Valor total da dívida da Emissora que é composto pelo saldo de curto prazo (a vencer nos próximos 12 meses) e pelo saldo de longo prazo (a vencer a partir do 13º mês) para os períodos apresentados. Essa não é uma medida de desempenho financeiro elaborada segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, o IFRS ou US GAAP. Outras empresas podem calcular o endividamento total de maneira diferente da Emissora.
Enron	Enron Corp.
EPC	EPC – Empresa Paranaense Comercializadora Ltda.
EPE	Empresa de Pesquisa Energética – EPE.
ERP	<i>Enterprise Resource Planning</i> são sistemas de informação que integram todos os dados e processos de uma organização em um único sistema. A integração pode ser vista sob a perspectiva funcional (sistemas de: finanças, contabilidade, recursos humanos, operação, marketing, vendas e compras) e sob a perspectiva sistêmica (sistema de processamento de transações, sistemas de informações gerenciais e sistemas de apoio à decisão).
Escritura da 2ª Emissão	Escritura da segunda emissão pública de debêntures simples quirografárias, com garantia adicional, não conversíveis em ações da Elektro Eletricidade e Serviços S.A. celebrada entre a Emissora e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A em 14 de setembro de 2005, conforme aditada em 10 de outubro de 2005 e em 04 de dezembro de 2007.
Escritura de Emissão	Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações Quirografárias, da Elektro Eletricidade e Serviços S.A., celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário em 12 de maio de 2009, conforme aditada em 25 de maio de 2009.
Estado	Estado federal que compõe o sistema federativo do Brasil.
Estatuto Social ou Estatuto	Estatuto Social da Elektro Eletricidade e Serviços S.A.
ETB	ETB – Energia Total do Brasil Ltda.
FEC	Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor.
FCPA	<i>Foreign Corrupt Practices Act</i>
Federal Reserve	Banco Central dos Estados Unidos da América.

ELEKTRO

FGV	Fundação Getúlio Vargas.
FIDC	Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.
FINAME	Empréstimo destinado a financiar a aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, concedido pelo BNDES.
FINEM	Financiamento a empreendimentos de valor superior a R\$ 10 milhões, concedidos pelo BNDES.
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP.
Fundação CESP	Fundação da Companhia Energética de São Paulo.
Fundos Eton Park	Eton Park fund, LP e Eton Park Master Fund, Ltd., conjuntamente.
GCE	Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica.
Gigawatt (GW)	Unidade equivalente a um bilhão de watts.
Gigawatt hora (GWh)	Unidade equivalente a um gigawatt de energia elétrica fornecida ou solicitada por uma hora ou um bilhão de watts hora.
IASB	<i>International Accounting Standard Board.</i>
IASC	Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor.
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços.
IFRS	<i>International Financial Reports Standard</i> , práticas contábeis internacionais emitidas pelo IASB.
IGP-M	Índice Geral de Preços de Mercado, divulgado pela FGV.
Índices e Limites Financeiros	Índices e limites financeiros a serem observados pela Emissora enquanto existirem Debêntures em circulação, calculados e verificados nos termos da Escritura de Emissão.
INPI	Instituto Nacional de Propriedade Industrial.
Instituições Consorciadas	Instituições financeiras de primeira linha autorizadas a operar no sistema de distribuição de valores mobiliários brasileiro escolhidas em comum acordo entre os Coordenadores e a Emissora para participar da Oferta por meio da celebração de Contratos de Adesão.

Instrução CVM 400	Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 409	Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.
Instrução CVM 469	Instrução da CVM nº 469, de 2 de maio de 2008, a qual dispõe sobre a aplicação da Lei 11.638.
Instrução CVM 471	Instrução da CVM nº 471, de 8 de agosto de 2008.
Instrução CVM 476	Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, que dispõe sobre ofertas públicas de valores mobiliários distribuídas com esforços restritos.
Investimentos Realizados com Recursos de Clientes	Investimentos realizados com a participação financeira de clientes nos custos necessários para atendimento de pedidos de prestação de certos serviços públicos de energia elétrica que não se enquadram naqueles determinados pela ANEEL para atendimento sem ônus (conforme resolução ANEEL 250, de 13 de fevereiro de 2007). Exemplos desse tipo de serviço são remoção de redes e aumento de carga e iluminação pública.
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
Itaipu	Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional.
JUCESP	Junta Comercial do Estado de São Paulo.
Kilovolt (kV)	Unidade equivalente a 1.000 volts.
Kilowatt (KW)	Unidade equivalente a 1.000 watts.
Kilowatt hora (KWh)	Unidade equivalente a um kilowatt de energia elétrica fornecida ou solicitada por hora ou 1.000 watts hora.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei de Concessões	Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, conforme alterada.
Lei de Concessões do Setor Elétrico	Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, conforme alterada.
Lei de Crimes Ambientais	Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, a qual dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.
Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico	Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, pelo Decreto nº 5.175, de 9 de agosto de 2004, e pelo Decreto nº 5.184, de 16 de agosto de 2004.
Lei do Setor Elétrico	Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, conforme alterada.

ELEKTRO

Lei 11.638	Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, a qual altera, revoga, e introduz dispositivos à Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e à Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.
Lei Sarbanes-Oxley	A Lei Sarbanes-Oxley tem por objetivo estabelecer sanções que coíbam procedimentos não éticos e em desacordo com as boas práticas de governança corporativa por parte das empresas atuantes no mercado financeiro estadunidense.
Light	Light S.A.
MAE	Mercado Atacadista de Energia.
Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica	Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica instituído pela ANEEL.
Margem EBITDA	EBITDA dividido pela receita operacional líquida. Esse dado financeiro não está expressamente indicado nas demonstrações financeiras.
Megawatt (MW)	Unidade equivalente a um milhão de watts.
Megawatt hora (MWh)	Unidade equivalente a um megawatt de energia elétrica fornecida ou solicitada por hora ou um milhão de watts hora.
MME	Ministério de Minas e Energia.
MP 449	Medida provisória nº 449, de 03 de dezembro de 2008.
Município	Município que compõe o sistema federativo do Brasil.
Notas Promissórias	Notas promissórias emitidas no âmbito da 1ª Emissão Pública de Notas Promissórias nos termos da Instrução CVM 476, que dispõe sobre ofertas públicas de valores mobiliários distribuídas com esforços restritos.
Novo Modelo do Setor Elétrico	Novo modelo para o setor elétrico brasileiro, implementado através da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico e de legislação e regulação complementares.
Oferta	Distribuição pública de 30.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas escriturais, da espécie quirografária, sem garantia adicional, em uma única série, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 na Data de Emissão, perfazendo o valor total de emissão de R\$ 300.000.000,00, relativas à 3ª emissão pública de debêntures da Emissora.
Oferta de Resgate Antecipado	Oferta de resgate antecipado das Debêntures que poderá ser realizada pela Emissora a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, endereçada a todos os titulares de Debêntures, sem distinção, observadas as condições e procedimentos estabelecidos na Escritura de Emissão.
ONS	Operador Nacional do Sistema Elétrico, criado em 1998, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, responsável pela coordenação, controle e administração das atividades de geração e transmissão do Sistema Interligado Nacional. É composto por Consumidores Livres, geradoras, distribuidoras, comercializadoras e transmissoras.

Opção de Compra de Ações	Opção de compra de ações da AEI concedida a certos diretores, membros do conselho de administração e empregados chave da AEI e de suas subsidiárias no âmbito do <i>AEI Incentive Plan 2007</i> .
Parcela A	Parcela da TUSD correspondente ao custo não gerenciável, composta pelo valor da quota da reserva global de reversão – RGR; pesquisa e desenvolvimento – P&D e eficiência energética; Taxa de Fiscalização; contribuição para o ONS; quota de recolhimento à CCC; quota de recolhimento à CDE; PROINFA; perdas elétricas do sistema de distribuição; tarifas de uso das instalações de transmissão da rede básica – TUSTRB e tarifas de uso das instalações de fronteira – TUSTFR; uso da rede de distribuição de outras concessionárias e custo de conexão aos sistemas de transmissão, conforme disposto na Resolução da ANEEL n.º 166, de 10 de outubro de 2005.
Parcela B	Corresponde ao componente das tarifas aplicáveis aos consumidores livres e cativos que agrupa os valores relativos à remuneração dos ativos, a quota de reintegração decorrente da depreciação e ao custo de operação e manutenção, conforme disposto na Resolução da ANEEL n.º 166/05.
Período de Capitalização	Intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração correspondente ao período em questão. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.
PCHs	Pequenas Centrais Hidrelétricas. Usinas com Capacidade Instalada entre 1 MW e 30 MW que atendam aos requisitos propostos na Resolução ANEEL nº 652, de 9 de dezembro de 2003.
PEBFL	Prisma Energy Brazil Finance Ltd. (atualmente denominada AEI Brazil Finance Ltd.)
PEIE	Prisma Energy Investimentos Energéticos Ltda. (atualmente denominada AEI Investimentos Energéticos Ltda.)
PIB	Produto Interno Bruto.
PIS	Programa de Integração Social.
Poder Concedente ou Governo Federal	Governo Federal brasileiro.
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil	Práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme previstas na Lei das Sociedades por Ações, nas normas e instruções emitidas pela CVM e pelo IBRACON e nas resoluções do Conselho Federal de Contabilidade.
Prazo de Colocação	Prazo máximo de colocação das Debêntures no âmbito da Oferta, qual seja, 5 dias úteis contados da data da publicação do Anúncio de Início.
Prazo para Resgate Antecipado	Período que se inicia no 12º mês contado da Data de Emissão, a partir do qual a Emissora poderá resgatar total ou parcialmente as Debêntures em circulação.

ELEKTRO

Preço de Integralização	Preço de Integralização das Debêntures, correspondente ao Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada <i>pro rata temporis</i> desde a Data de Emissão até a data da sua efetiva subscrição e integralização, nos termos da Escritura de Emissão.
Prisma Energy	Prisma Energy International Inc. (atualmente denominada AEI). Para maiores informações vide seção “Informações sobre a Emissora - Atividades da Emissora – Histórico da Emissora” na página 216 deste Prospecto Definitivo.
Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	Procedimento de coleta de intenções de investimento conduzido pelos Coordenadores para determinação do Acréscimo sobre a Taxa DI aplicável para cálculo da Remuneração.
Programa de Racionamento de Energia Elétrica	Programa de racionamento de energia elétrica decretado pelo Governo Federal nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste no período de junho de 2001 a fevereiro de 2002.
Programa de Universalização	Programa que objetiva a universalização do uso da energia elétrica, conforme previsto na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.
Programa Luz para Todos	O Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, instituiu o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso de Energia Elétrica – “Luz para Todos”, destinado a garantir o acesso à energia elétrica no meio rural, estabelecendo que os recursos necessários para o custeio do Programa serão oriundos da CDE, RGR, de agentes do setor elétrico, da participação dos Estados e Municípios, além de outros recursos destinados ao Programa.
PROINFA	Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica, instituído pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.
Prospecto Definitivo	Prospecto definitivo referente à Oferta da Emissora.
Prospecto Preliminar	Prospecto preliminar referente à Oferta da Emissora.
PSAP	Planos de suplementação de aposentadorias e pensão.
PSAP/ELEKTRO	Plano de suplementação de aposentadorias e pensão patrocinado pela Emissora.
Rede Básica	Instalações inerentes à prestação de serviço de transmissão, barramentos, transformadores de potência e equipamentos com tensão igual ou superior a 230 KV e pertencentes ao Sistema Interligado Nacional, identificadas segundo regras e condições estabelecidas pela ANEEL.
Regionais	Escritórios regionais da Emissora localizados em Andradina, Atibaia, Guarujá/Itanhaém, Limeira/Rio Claro, Tatuí e Votuporanga.
Remuneração	Remuneração a que as Debêntures farão jus, correspondente à variação acumulada da Taxa DI acrescida exponencialmente de <i>spread</i>

de 1,40% ao ano, base 252 dias úteis, conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding* e ratificado em Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 19 de junho de 2008.

Resgate Antecipado	Direito da Emissora de, a seu exclusivo critério, a qualquer momento a partir do Prazo para Resgate Antecipado, promover resgate(s) antecipado(s) de parte ou da totalidade das Debêntures em circulação.
Revisão Tarifária Extraordinária	Revisão tarifária que pode ser requerida pela Emissora à ANEEL a qualquer tempo nos casos em que haja variações de custos e alterações imprevistas, de modo a restabelecer o seu equilíbrio econômico-financeiro.
RGR	Reserva Global de Reversão.
RTE	Recomposição Tarifária Extraordinária.
RTT	Regime Tributário de Transição.
SCADA	<i>Supervision Control And Data Acquisition Station</i> são sistemas que utilizam software para monitorar e supervisionar as variáveis e os dispositivos de sistemas de controle conectados através de <i>drivers</i> específicos. Esses sistemas podem assumir topologia mono-posto, cliente-servidor ou múltiplos servidores-clientes.
SEC	<i>Securities and Exchange Commission</i> .
SDT	SDT – Módulo de Distribuição de Títulos, administrado e operacionalizado pela CETIP.
SND	SND – Módulo Nacional de Debêntures, administrado e operacionalizado pela CETIP.
Spot	Mercado de compra e venda de energia no curto prazo.
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente.
Sistema Interligado Nacional ou SIN	Conjunto de unidades de geração e linhas de transmissão de energia elétrica das Regiões Sul/Sudeste/Centro-Oeste/Norte/Nordeste, operados sob a coordenação do ONS.
Taxa de Fiscalização	Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica instituída pela Lei n.º 9.427, de 26 de dezembro de 1996.
Taxa DI	Taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros de um dia – DI, <i>over extra grupo</i> , expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (www.cetip.com.br).
Terraço	Terraço Participações Ltda.
TIL	Terraco Investments Ltd., sediada nas Ilhas Cayman.

ELEKTRO

TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo.
TUSD	Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição, devida pelos usuários (geradoras, Consumidores Livres e Consumidores Especiais) às Distribuidoras pelo uso de sua rede de distribuição (tensão inferior a 230 kV).
TUSD-G	Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição para Unidades Geradoras.
TUST	Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão devida pelos usuários (geradoras, Consumidores Livres e Consumidores Especiais) às Transmissoras pelo uso de sua rede de transmissão (tensão inferior a 230 kV).
Unibanco	Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.
US GAAP	<i>United States General Accepted Accounting Principles</i> são princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América do Norte.
Valor de Resgate	Valor de pagamento de eventual Resgate Antecipado de Debêntures que seja realizado pela Emissora, nos termos da Escritura de Emissão, correspondente ao Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada <i>pro rata temporis</i> desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso.
Valor Nominal Unitário	Valor nominal unitário das Debêntures na Data de Emissão, qual seja, R\$ 10.000,00 (dez mil reais).
Veículos Ashmore AEI	Fundos de investimentos e veículos de propósito específico administrados, aconselhados ou controlados pela Ashmore.
Volt	Unidade básica de tensão de energia elétrica.
Watt	Unidade básica de potência de energia elétrica.

RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

Esta seção contém um sumário de determinadas informações da Oferta contidas em outras partes deste Prospecto Definitivo. Este sumário não contém todas as informações da Oferta que deverão ser consideradas antes de se tomar uma decisão de investir nas Debêntures. Este Prospecto Definitivo deve ser lido integral e cuidadosamente pelo investidor, especialmente, mas não se limitando às seções “Fatores de Risco”, “Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e Resultados Operacionais da Emissora” e “Demonstrações Financeiras da Emissora” nas páginas 83, 104 e 293 deste Prospecto Definitivo, respectivamente.

Companhia:	Elektro Eletricidade e Serviços S.A.
Número de Emissão:	A Oferta representa a 3ª emissão pública de debêntures da Emissora.
Valor Mobiliário:	Debêntures simples.
Rating	brAA+ atribuído pela Standard&Poor's.
Data de Emissão:	18 de junho de 2009.
Agente Fiduciário:	Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Agente Escriturador:	Itaú Corretora de Valores S.A.
Banco Mandatário:	Banco Itaú S.A.
Coordenador Líder:	Banco Itaú BBA S.A.
Coordenador:	Banco Santander (Brasil) S.A.
Valor Total da Emissão:	R\$ 300.000.000,00.
Número de Séries:	Única.
Quantidade de Debêntures:	30.000 Debêntures.
Valor Nominal Unitário:	R\$ 10.000,00.
Espécie:	Sem garantia e nem preferência (quirografia).
Forma e Conversibilidade:	Nominativas e escriturais, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.
Prazo e Data de Vencimento:	As Debêntures têm prazo de vigência de 27 meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 18 de setembro de 2011.
Preço de Subscrição e Forma de Integralização:	As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada pro <i>rata temporis</i> desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva subscrição e integralização. As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição.
Remuneração:	As Debêntures farão jus à Remuneração equivalente à Taxa DI acrescida exponencialmente de <i>spread</i> de 1,40%, base 252 dias úteis, conforme definido no Procedimento de <i>Bookbuilding</i> e ratificado em Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 19 de junho de 2009.

ELEKTRO

Datas de Pagamento de Remuneração:

Os pagamentos da Remuneração serão realizados de acordo com o seguinte cronograma: (i) durante o período compreendido entre a Data de Emissão e o 18º mês após a Data de Emissão, os pagamentos da Remuneração serão realizados semestralmente, nas seguintes datas: 18 de dezembro de 2009 e 18 de junho de 2010; e (ii) a partir do 18º mês após a Data de Emissão e até a Data de Vencimento, os pagamentos da Remuneração serão realizados trimestralmente, nas seguintes datas: 18 de dezembro de 2010, 18 de março de 2011, 18 de junho de 2011 e 18 de setembro de 2011.

Local de Pagamento:

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora por meio da CETIP ou da BM&FBOVESPA, conforme as Debêntures estejam custodiadas junto à CETIP ou à BM&FBOVESPA. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP ou à BM&FBOVESPA terão os seus pagamentos realizados junto ao Banco Mandatário.

Amortização Programada:

O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado a partir do 18º mês após a Data de Emissão, inclusive, trimestralmente, sendo o primeiro pagamento de amortização devido em 18 de dezembro de 2010 e o último na Data de Vencimento, ou seja, em 18 de setembro de 2011.

Resgate Antecipado:

As Debêntures poderão ser resgatadas antecipadamente pela Emissora, parcial ou totalmente, a qualquer momento a partir do 12º mês contado da Data de Emissão, a exclusivo critério da Emissora, mediante pagamento do Valor de Resgate, acrescido de prêmio definido nos termos da Escritura de Emissão.

Oferta de Resgate Antecipado:

A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, mediante deliberação pelo Conselho de Administração, realizar Oferta(s) de Resgate Antecipado das Debêntures endereçada a todos os titulares de Debêntures, sem distinção, sendo assegurado a todos os titulares de Debêntures igualdade de condições para aceitar a(s) Oferta(s) de Resgate Antecipado das Debêntures de sua titularidade.

Aquisição Facultativa:

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação por preço não superior ao Valor Nominal Unitário não amortizado acrescido da Remuneração, calculada pro *rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da efetiva aquisição, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações.

Repactuação Programada:

As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

Distribuição e Negociação:

As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário (i) por meio do SDT e do SND, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (ii) por meio do DDA e do BOVESPAFIX, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA, sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia e a liquidação financeira da Oferta e da negociação das Debêntures.

Regime de Colocação:	Os Coordenadores realizarão a colocação pública da totalidade das Debêntures sob o regime de garantia firme, de forma não solidária entre os Coordenadores.
Vencimento Antecipado:	A Escritura de Emissão estabelece hipóteses que ensejam o vencimento antecipado (automático ou não) das obrigações da Emissora com relação às Debêntures. Para análise de todos os eventos que poderão ensejar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos da Escritura de Emissão, vide seção “Informações Relativas à Oferta - Características da Oferta - Vencimento Antecipado” na página 65 deste Prospecto Definitivo.
Índices e Limites Financeiros:	<ol style="list-style-type: none">1. Endividamento Financeiro Líquido/EBITDA - Escritura de Emissão menor ou igual a 2,5; e2. EBITDA - Escritura de Emissão/Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 3,0. <p>Os Índices e Limites Financeiros serão apurados e verificados pelo Agente Fiduciário trimestralmente, no encerramento de cada trimestre contábil, com base nas informações financeiras da Emissora apresentadas à CVM. A não observância pela Emissora de qualquer dos Índices e Limites Financeiros por 2 trimestres consecutivos poderá ocasionar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão.</p>
Quorum de Deliberação em Assembléias Gerais de Debenturistas:	<p>Como regra geral, as deliberações da Assembléia Geral de Debenturistas deverão ser aprovadas por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 2/3 das Debêntures em circulação.</p> <p>As alterações (i) no prazo de vigência das Debêntures, na Remuneração (com exceção da hipótese em que não houver acordo sobre nova remuneração nos termos do item “Remuneração das Debêntures” da seção “Informações Relativas à Oferta - Características da Oferta” deste Prospecto Definitivo); (ii) nas datas de pagamento de Amortização Programada; (iii) nas Datas de Pagamento da Remuneração, (iv) no quorum de deliberação das Assembléias Gerais de Debenturistas; e (v) nos eventos de vencimento antecipado, conforme previsto na Escritura de Emissão, deverão ser aprovadas por titulares de Debêntures representando 90% das Debêntures em circulação.</p> <p>Exclusivamente na hipótese de alteração na legislação e/ou nas práticas contábeis aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras da Emissora que resulte em impacto relevante nos critérios e parâmetros de cálculo dos Índices e Limites Financeiros, eventual adequação dos Índices e Limites Financeiros às novas regras ou práticas contábeis deverá ser aprovada por titulares de Debêntures representando, no mínimo, 2/3 das Debêntures em circulação.</p> <p>A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão e do item “Vencimento Antecipado” deste Prospecto Definitivo, serão tomadas por titulares de Debêntures representando 2/3 das Debêntures em circulação.</p>

ELEKTRO

Público Alvo:	A Oferta será destinada a pessoas físicas, pessoas jurídicas, fundos de investimento, fundos de pensão, administradores de recursos de terceiros, instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização, bem como investidores considerados institucionais ou qualificados, nos termos da Instrução CVM n.º 409, levando em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta.
Inadequação do Investimento:	A Oferta não é adequada a investidores que necessitam de ampla liquidez em seus títulos, uma vez que o mercado secundário brasileiro para negociação de debêntures é restrito.
Destinação dos Recursos:	Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Oferta serão integralmente utilizados da seguinte forma: (a) aproximadamente 40% dos recursos serão utilizados no resgate antecipado e pagamento integral da dívida representada pela 1ª Emissão Pública de Notas Promissórias; e (b) aproximadamente 60% dos recursos serão utilizados no pagamento da primeira parcela de principal e parte da respectiva atualização monetária, com vencimento em setembro de 2009, das debêntures da 2ª Emissão, com vencimento em setembro de 2009. O saldo remanescente da atualização monetária da parcela de principal das debêntures emitidas pela Emissora no âmbito da 2ª Emissão, com vencimento em setembro de 2009, será pago pela Emissora com a utilização de disponibilidades (caixa). Para informações adicionais, vide seção “Informações Relativas à Oferta – Destinação de Recursos” na página 79 deste Prospecto Definitivo.
Fatores de Risco:	Para avaliação dos riscos associados ao investimento nas Debêntures, os investidores devem atentar para os fatores de risco descritos na seção “Fatores de Risco” na página 83 deste Prospecto Definitivo.
Limite Legal:	A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, tendo em vista que (i) o valor total aproximado das emissões de debêntures da Emissora, considerando a presente Emissão, é de R\$ 877,8 milhões; e (ii) o capital social da Emissora, em 31 de março de 2009, era de aproximadamente R\$ 952, 5 milhões.
Informações Adicionais:	Quaisquer informações ou esclarecimentos adicionais sobre a Emissora e a Oferta poderão ser obtidos junto à Emissora, aos Coordenadores e/ou à CVM.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA EMISSORA

Identificação.....	A Emissora é uma sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a CVM, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.328.280/0001-97, constituída em 1998, com prazo indeterminado de duração e atos constitutivos arquivados na JUCESP sob NIRE nº 353.001535-70.
Sede.....	Rua Ary Antenor de Souza, nº 321, Jardim Nova América, Cidade de Campinas, Estado de São Paulo.
Objeto Social.....	A Emissora é uma concessionária de serviços públicos e atua na distribuição de energia elétrica.
Data de registro da Emissora na CVM como companhia aberta.....	08 de julho de 1998.
Diretor de Relações com Investidores.....	Sr. Rodrigo Ferreira Medeiros da Silva Rua Ary Antenor de Souza, nº 321 Jardim Nova América – 13053-024 Campinas – São Paulo Tel.: (19) 2122-1090 Fax: (19) 2122-1560 E-mail: rodrigo.silva@elektro.com.br
Atendimento às acionistas.....	O atendimento aos acionistas da Emissora é feito a Itaú Corretora de Valores S.A. Av. Brigadeiro Faria Lima, 3400, 10º andar 04538-132 – São Paulo – SP At.: Sr. Marcio Conde de Souza Tel.: (11) 5029-1925 Fax: (11) 5029-1920 E-mail: marcio.conde-souza@itau.com.br
Audidores Independentes.....	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
Acionista Controladora Indireta	AEI
Títulos e Valores Mobiliários Emitidos até 31 de março de 2009.....	As Ações e debêntures emitidas no âmbito da 2ª Emissão, cujas principais características encontram-se descritas na seção “Informações Acerca dos Valores Mobiliários Emitidos” na página 274 deste Prospecto Definitivo.
Jornais nos quais divulga Informações.....	As informações referentes à Emissora são divulgadas no “Diário Oficial do Estado de São Paulo” e no jornal “Valor Econômico”, edição nacional
E-mail e website para informações aos investidores e ao mercado.....	ri@elektro.com.br www.elektro.com.br

SUMÁRIO DA EMISSORA

Este sumário destaca informações selecionadas deste Prospecto Definitivo e pode não conter todas as informações importantes para o investidor tomar sua decisão de investir. O investidor deve ler este Prospecto Definitivo com atenção, inclusive as seções intituladas “Fatores de Risco” e “Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e Resultados Operacionais” e “Demonstrações Financeiras” nas páginas 83, 104 e 293 deste Prospecto Definitivo, respectivamente.

Visão Geral

A Emissora é uma concessionária de serviços públicos e atua na distribuição de energia elétrica, atendendo, em 31 de março de 2009, a 2,08 milhões de unidades consumidoras em uma área de concessão de 120 mil km² e com cerca de 5,5 milhões de pessoas. A abrangência e dispersão geográfica e a diversidade sócio-econômica são características marcantes da área de concessão da Emissora, que contempla 228 municípios, sendo 223 no Estado de São Paulo e 5 no Estado do Mato Grosso do Sul.

A Emissora adota um modelo de operação centralizada por meio da manutenção de uma única central de atendimento ao cliente (CAC) e um centro de operações de distribuição (COD) na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, onde também está localizada a sede corporativa da Emissora. O COD é responsável por garantir o funcionamento contínuo da operação da Emissora através do gerenciamento logístico otimizado das equipes de campo.

A Emissora possui seis escritórios Regionais localizados em Andradina, Atibaia, Guarujá/Itanhaém, Limeira/Rio Claro, Tatuí e Votuporanga. As Regionais são responsáveis pela gestão do sistema elétrico e das equipes de campo. As equipes de campo estão distribuídas em 105 CSRs estrategicamente localizadas para atuação ágil na rede de distribuição em toda área de concessão.

Em 31 de março de 2009, a Emissora possuía 104,8 mil km de linhas de distribuição e 1.360 km de linhas de transmissão, potência instalada de 4.476 MVA e demanda máxima de 2.101 MW, 626 alimentadores de 13,8 e 34,5 kV, mais de 150 mil transformadores de distribuição e, aproximadamente, 1,7 milhão de postes. Adicionalmente, a Emissora possuía 119 subestações (111 monitoradas remotamente) e duas subestações móveis, sendo uma com capacidade de transformação de 15 MVA 138/88/69/34,5/13,8 KV e outra de 30 MVA 138/88/69/13,8 KV, que forneciam flexibilidade à operação em situações emergenciais ou em situações regulares de manutenção.

O mapa abaixo ilustra a área de concessão da Emissora, suas respectivas Regionais em 31 de março de 2009, bem como seus números de destaque:



Elektro em números R\$ milhões	1T/09	2008
Clientes (milhares)	2.085	2.067
Volume de vendas (GWh) ⁽¹⁾	2.754	10.845
Receita Líquida	673	2.513
EBITDA	226	754
Margem EBITDA	33,6%	30,0%
Lucro Líquido	125	392
Ativo	3.058	2.955
Dívida Líquida	679	668
Rating corporativo ⁽²⁾	brAA+	brAA

(1) Vendas de energia para clientes cativos

(2) Elevação do rating anunciado pela Standard & Poor's em 13 de maio de 2009.

Fonte: Elektro

Participação da Emissora no Mercado de Energia

A distribuição de energia elétrica é uma atividade regulada, não havendo competição entre os agentes do mercado, uma vez que cada concessionária detém um monopólio natural em sua área de concessão. As concessionárias devem cumprir obrigações impostas pela regulação, que garantem a prestação dos serviços com eficiência e de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela ANEEL.

A Emissora ocupou, em 31 de dezembro de 2008, a posição de 8ª maior distribuidora de energia elétrica no Brasil e 3ª no Estado de São Paulo, de acordo com a ABRADEE e a Secretaria de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo, respectivamente. No mesmo período, as vendas de energia elétrica (em GWh) da Emissora representaram 3,5% do mercado brasileiro e 11,3% do mercado do Estado de São Paulo.

A Emissora encerrou o ano de 2008 com um faturamento bruto de R\$ 3,7 bilhões, venda de energia para Clientes Finais na ordem de 10.844,9 GWh e soma das demandas mensais contratadas por Clientes Livres de 13.089,5 MW. O consumo de energia total na área de concessão da Emissora no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, incluídos os Clientes Finais e os Clientes Livres, foi de 13.716 GWh. No período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2009, a Emissora obteve um faturamento bruto de R\$ 1,0 bilhão com vendas de energia para Clientes Cativos na ordem de 2.754 GWh e faturamento da demanda contratada de uso do sistema de distribuição para Clientes Livres de 4.692,2MW. O consumo de energia total na área de concessão no período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2009, incluídos os Clientes Finais e os Clientes Livres, foi de 3.362 GWh.

As tabelas abaixo apresentam algumas das principais informações financeiras da Emissora para os períodos indicados:

Valores em R\$ Milhões	Exercício Social Encerrado em		Variação	
	31 de dezembro de 2008	31 de dezembro de 2007 (Reapresentação)	R\$ milhões	%
Fornecimento de Energia Clientes Finais	3.404,8	3.327,9	76,9	2,3%
Reposicionamento Tarifário	-	(93,4)	(93,4)	n/a
Receita pelo Uso do Sistema de Distribuição	252,4	300,4	(48,0)	-16,0%
Outras Receitas	62,6	47,8	14,8	31,0%
Receitas Operacionais	3.719,9	3.582,7	137,2	3,8%
Deduções às Receitas Operacionais	(1.207,4)	(1.326,7)	(119,3)	-9,0%
Receitas Operacionais Líquidas	2.512,5	2.256,0	256,5	11,4%
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(1.328,6)	(1.070,8)	257,8	24,1%
Gastos Operacionais	(553,8)	(483,3)	70,5	14,6%
Resultado do Serviço	630,1	701,9	(71,8)	-10,2%
Resultado Financeiro	140,2	147,5	(7,3)	-4,9%
Lucro Líquido	391,8	466,9	(75,1)	-16,1%

Valores em R\$ Milhões	Exercício Social Encerrado em		Variação	
	31 de dezembro de 2008	31 de dezembro de 2007 (Reapresentação)	R\$ milhões	%
Outras informações financeiras				
EBITDA ⁽¹⁾	754,4	823,2	(68,8)	-8,4%
Margem EBITDA	30,0%	36,5%	-	-
Dívida Líquida / EBITDA	0,9x	0,7x	0,2x	-
Dívida Líq. / Dívida Líquida + Patrimônio Líq.	39%	35%	-	-

⁽¹⁾ O EBITDA consiste no lucro líquido antes das receitas e despesas financeiras líquidas, imposto de renda e contribuição social e depreciação e amortização. O EBITDA não é medida de desempenho financeiro elaborada segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, IFRS ou US GAAP, tampouco deve ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido, um indicador do desempenho operacional, uma alternativa aos fluxos de caixa ou como indicador de liquidez. A administração da Emissora acredita que o EBITDA fornece uma medida útil de seu desempenho, que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar empresas. Outras empresas podem calcular o EBITDA de maneira diferente da Emissora. Por não considerar determinados custos decorrentes dos negócios da Emissora, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados, o EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida da lucratividade da Emissora. Para informações sobre a reconciliação do EBITDA com o lucro líquido da Emissora, vide seção "Informações Financeiras Seleccionadas - Outras Informações Financeiras – Considerações sobre EBITDA" na página 103 deste Prospecto Definitivo.

Valores em R\$ Milhões	Período de 3 Meses Encerrado em		Variação	
	31 de Março de 2009	31 de Março de 2008	R\$ milhões	%
Fornecimento de Energia Clientes Finais	932,2	810,6	121,6	15,0%
Receita pelo Uso do Sistema de Distribuição	67,6	49,0	18,5	37,8%
Outras Receitas	5,7	11,1	(5,4)	-48,6%
Receitas Operacionais	1.005,4	870,7	134,7	15,5%
Deduções às Receitas Operacionais	(332,7)	(289,0)	43,7	15,1%
Receitas Operacionais Líquidas	672,7	581,7	91,0	15,7%
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(341,4)	(308,0)	33,4	10,8%
Gastos Operacionais	(137,6)	(133,5)	4,1	3,0%
Resultado do Serviço	193,7	140,1	53,6	38,3%
Resultado Financeiro	(3,6)	(21,5)	(17,9)	-83,0%
Lucro Líquido	124,9	76,2	48,8	64,0%

Valores em R\$ Milhões	Período de 3 Meses Encerrado em		Variação	
	31 de Março de 2009	31 de Março de 2008	R\$ milhões	%
Outras informações financeiras				
EBITDA ⁽¹⁾	226,1	170,1	56,0	32,9%
Margem EBITDA	33,6%	29,2%	-	
Dívida Líquida / EBITDA	0,8x	0,8x	-	
Dívida Líq. / Dívida Líquida + Patrimônio Líq.	36%	30%	-	

(1) O EBITDA consiste no lucro líquido antes das receitas e despesas financeiras líquidas, imposto de renda e contribuição social e depreciação e amortização. O EBITDA não é medida de desempenho financeiro elaborada segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, IFRS ou US GAAP, tampouco deve ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido, um indicador do desempenho operacional, uma alternativa aos fluxos de caixa ou como indicador de liquidez. A administração da Emissora acredita que o EBITDA fornece uma medida útil de seu desempenho, que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar empresas. Outras empresas podem calcular o EBITDA de maneira diferente da Emissora. Por não considerar determinados custos decorrentes dos negócios da Emissora, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados, o EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida da lucratividade da Emissora. Para informações sobre a reconciliação do EBITDA com o lucro líquido da Emissora, vide seção "Informações Financeiras Seleccionadas - Outras Informações Financeiras – Considerações sobre EBITDA" na página 103 deste Prospecto Definitivo.

Operação

A Emissora é uma concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica no território brasileiro, de forma que os negócios da Emissora dependiam, em 31 de março de 2009, diretamente do mercado nacional e de seu desempenho. Em linhas gerais, a operação da Emissora consiste em comprar e distribuir energia elétrica a seus Clientes Finais.

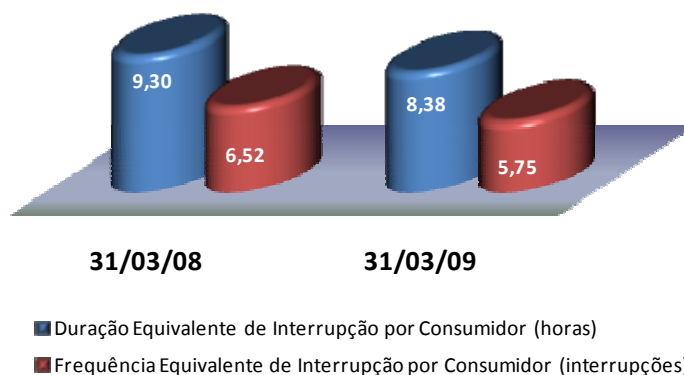
A Emissora obtém receita a partir do faturamento (a) do fornecimento de energia elétrica ao mercado cativo e (b) do faturamento pela demanda de uso do sistema de distribuição de energia elétrica contratadas pelos Clientes Livres, que a despeito de adquirirem energia de outros agentes no mercado livre de energia, permanecem utilizando os serviços da Emissora para transporte da energia.

Para a prestação de seus serviços, a Emissora possuía, em 31 de março de 2009, o seguinte conjunto de subestações e rede de linhas de distribuição ligadas à rede de conexão e transmissão do sistema de energia elétrica interligado brasileiro:

31 de março de 2009	
km de rede de distribuição	104.791
km de rede de transmissão	1.360
Quantidade de Subestações	119
Quantidade de Postes	1.707.981

Os gráficos abaixo apresentam alguns dados operacionais da Emissora nos períodos nele indicados:

DEC e FEC

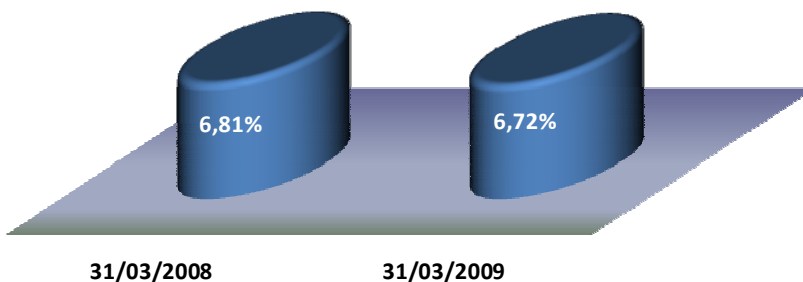


Fonte: Elektro

Os indicadores acima não consideram os dias críticos, associados a situações de emergência, conforme definido pela resolução ANEEL 024/2000. Caso considerado, os indicadores DEC e FEC de 31 de março de 2008 seriam 11,10 e 7,29, respectivamente e de 31 de março de 2009 seriam 10,36 e 6,69, respectivamente.

Como resultado dos constantes investimentos realizados pela Emissora no sistema elétrico, principalmente em manutenção preventiva e na utilização de novas tecnologias, como digitalização e automação de sub-estações e religadores, os indicadores DEC e FEC de 31 de março de 2009 registraram índices recordes na história da Emissora.

Perdas de Energia



Fonte: Elektro

* O critério de cálculo das perdas é baseado na compra total de energia pela Emissora.

** No indicador de perdas não estão sendo computadas as perdas referentes a mudança provisória da medição de fronteira da Linha de Transmissão Capão Bonito – Itapeva – Itararé 138 KV, determinado pela CCEE. Essa perda será anulada após entrada em operação da Linha de Transmissão Maringá – Itararé II de 230 KV, prevista para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009.

Até 31 de março de 2009, o indicador de perdas da Emissora vem mantendo tendência de leve redução quando comparado ao mesmo período do exercício anterior.

Referida redução tem sido atribuída, principalmente, à manutenção e aperfeiçoamento das técnicas de recuperação de perdas comerciais. Dentre elas, destacam-se os planos de substituição de medidores avariados e o incremento da assertividade nas inspeções em medição e detecção de procedimentos irregulares.

ELEKTRO

Essas ações têm como principal objetivo identificar e corrigir maior número de ligações que apresentam desvios dos valores reais de energia consumida em relação aos valores registrados, quer sejam devido a avarias de medidores ou ligações irregulares sem, no entanto, aumentar a quantidade de inspeções realizadas.

Para maiores informações que possibilitem a comparação das informações comerciais e operacionais da Emissora nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 31 de dezembro de 2007 e 31 de dezembro de 2008, bem como no período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2008 e 31 de março de 2009, vide seção “Informações Financeiras – Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais da Emissora” na página 104 deste Prospecto Definitivo.

Tecnologia da Informação

A administração da Emissora entende que a tecnologia da informação é um dos fatores mais importantes para o exercício de suas atividades com excelência, bem como para a manutenção da segurança de seus colaboradores, de seus parceiros e da população por ela atendida. Sua operação é suportada por sistemas de informática e por um aparato de telecomunicações que garante a comunicação eficiente, de forma centralizada e otimizada, entre as equipes e operação inteligente do sistema elétrico que estão espalhadas nas 228 cidades atendidas pela Emissora. A Emissora tem sido pioneira na adoção de diversas tecnologias que garantem a eficiência e confiabilidade de seu modelo de operação.

Segue abaixo uma breve descrição de alguns projetos em execução e iniciativas adotados pela Emissora, ambos relacionados ao seu sistema de tecnologia da informação:

Inteligência da Rede

Digitalização de Subestações: possibilita a operação, controle e monitoramento das subestações de forma centralizada a partir do COD localizado na cidade de Campinas, Estado de São Paulo. Essa iniciativa reduz significativamente o tempo de restabelecimento de energia, no caso de incidentes na rede, de aproximadamente 1 hora para menos de 2 minutos.

Digitalização de Religadores: possibilita a operação, controle e monitoramento dos religadores de forma centralizada a partir do COD localizado na cidade de Campinas, Estado de São Paulo. Essa iniciativa reduz significativamente o tempo de restabelecimento de energia no caso de desligamentos acidentais já que, no modelo tradicional, tal operação dependeria do envio de uma equipe até o local onde se localiza os religadores que, por sua vez, são geralmente instalados em regiões limítrofes entre as áreas urbana e rural dos municípios. Tal projeto diminui o tempo para execução dos procedimentos, permitindo que a Emissora realize a operação, controle e monitoramento dos religadores de forma remota e com confiabilidade.

Projeto Zeus: consiste no desenvolvimento de uma nova plataforma georeferenciada que substitua o atual Sistema de Gestão de Distribuição (SGD), o qual foi elaborado em 2001. O Projeto Zeus teve início em 2008 e tem como objetivo aliar as melhores práticas de mercado para garantir a adequação à crescente demanda por novas funcionalidades, novas tecnologias em gestão e planejamento dos ativos de distribuição. Adicionalmente, esse projeto tem o objetivo de aumentar a flexibilidade na parametrização de novos processos e facilitar a integração com outras ferramentas, tais como o sistema ERP, sistema comercial e SCADA.

Inteligência de Serviços

Sistema de Gestão de Serviços (“SGS”): tem como objetivo implantar na Emissora um sistema que possibilita enviar automaticamente as ordens de serviços (técnicas e comerciais) às equipes operacionais por meio do Personal Digital Assistant (“PDA”) - computador de bolso dotado de um sistema de comunicação móvel celular que confere mais agilidade à prestação de serviços aos clientes - permitindo rastreabilidade, gerenciamento e informações online para os sistemas corporativos. Além disso, o SGS possibilita a integração dos sistemas técnicos e comerciais, a otimização dos deslocamentos das equipes e o controle de produtividade. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006, o SGS ampliou sua atuação em campo e passou a ser uma realidade para os eletricitistas de todas as Regionais, tornando mais prático o dia-a-dia dos colaboradores. A Emissora foi a primeira distribuidora de energia elétrica do Brasil a utilizar o sistema SGS.

Inteligência de Processos

Projeto NEO: esse projeto foi criado com o objetivo de introduzir melhorias nos processos de organização da Emissora por meio de: (i) revisão e otimizações de processos, (ii) integração de sistemas, (iii) automatização de informações e controles e (iv) maior disponibilidade dos colaboradores para a realização das atividades principais da Emissora.

Projeto Inteligência Artificial: consiste em aplicar técnicas de inteligência artificial no direcionamento das inspeções dos medidores de energia elétrica com objetivo de conferir à Emissora mais assertividade na detecção de fraudes. A Emissora realiza, anualmente, um programa de redução de perdas que tem como objetivo reduzir o número de fraudes de medidores e furto de energia. Para maiores informações sobre esse programa, vide seção “Informações sobre a Emissora - Atividades da Emissora – Investimentos Relevantes” na página 236 deste Prospecto Definitivo.

Revisão do processo de manutenção e expansão de rede: o objetivo desta iniciativa é aumentar a segurança, a ergonomia dos colaboradores e a eficiência do processo de manutenção e expansão de redes da Emissora por meio da inserção de novas tecnologias e do redesenho de certos processos. Tal revisão tem o objetivo de melhorar o perfil operacional da Emissora.

Concorrência

As comercializadoras e geradoras de energia elétrica podem competir na oferta de energia elétrica aos Consumidores Livres ou Consumidores Especiais. Caso optem por adquirir energia de outros fornecedores de energia elétrica, os Consumidores Livres ou Consumidores Especiais permanecem como Clientes Finais da Emissora com relação ao serviço de distribuição de energia elétrica. Por este serviço, a Emissora é remunerada pelo uso de seu sistema de distribuição, de modo que tal competição entre os fornecedores de energia elétrica pela oferta de energia elétrica aos Consumidores Livres não afeta os resultados operacionais das distribuidoras.

A regulamentação do setor de distribuição de energia elétrica também prevê que, na hipótese de saída de Consumidores Livres ou Consumidores Especiais para o mercado livre, a concessionária de distribuição tem a prerrogativa de devolução dos volumes de energia adquiridos nos leilões de compra de energia referentes aos clientes que deixaram sua base cativa. Na hipótese de Clientes Livres optarem por retornar à base cativa da distribuidora, esta deve ser notificada com antecedência mínima de 5 anos, ou por prazo menor por iniciativa da distribuidora, de maneira a permitir o adequado gerenciamento da sua posição de suprimento de energia.

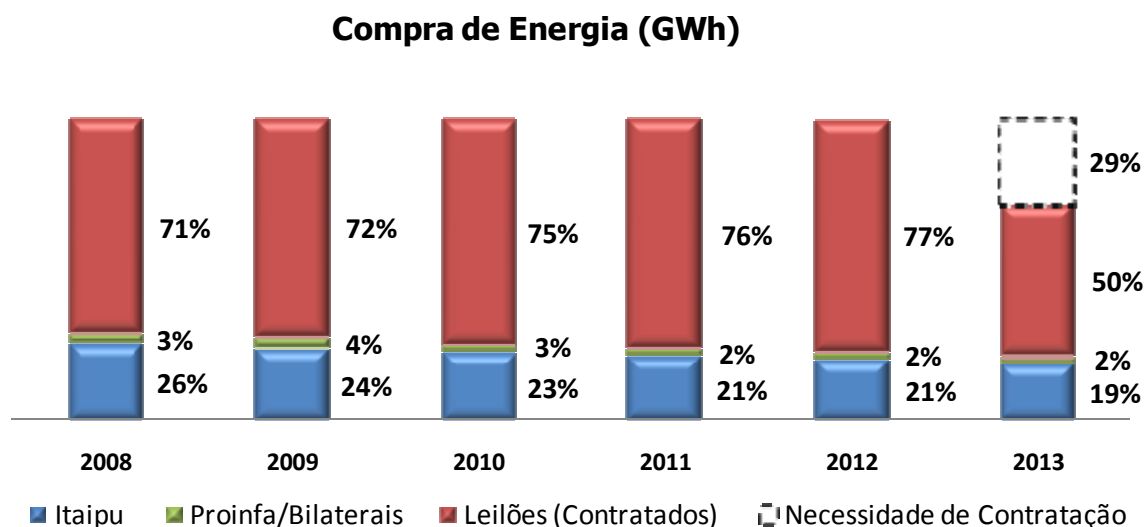
Para informações sobre o assunto, vide seção “Atividades da Emissora – Concorrência” na página 199 deste Prospecto Definitivo.

ELEKTRO

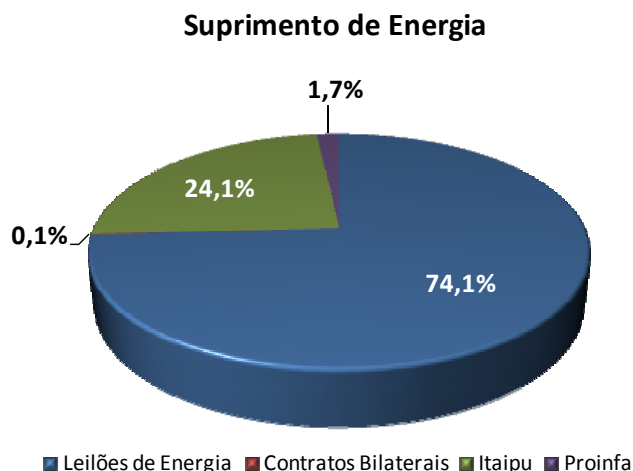
Suprimento de Energia

Considerando as condições estabelecidas pelo atual marco regulatório para a contratação de energia pelas distribuidoras, principalmente por meio de leilões regulados pela ANEEL, a Emissora participou ativamente de todos os mecanismos de compra de energia previstos nos marcos legais e regulatórios, e contratou suas necessidades de energia para o período de 2009 a 2012. Para atender ao crescimento de mercado da Emissora, as quantidades adicionais necessárias a partir de 2013 já foram parcialmente adquiridas no leilão da usina de Jirau (Rio Madeira) e no leilão A-5 realizado em 2008, sendo que o restante será adquirido nos próximos leilões regulados, conforme previsto na legislação vigente.

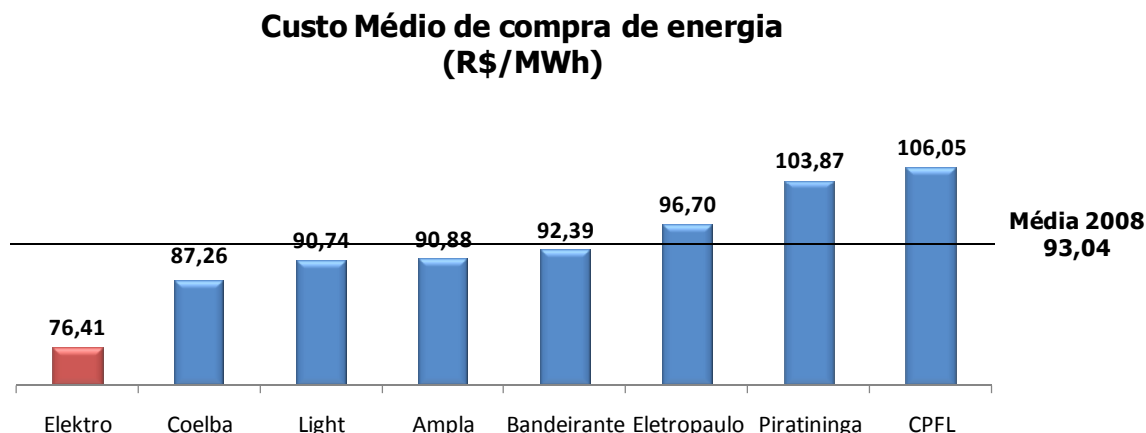
O gráfico abaixo demonstra a posição dos contratos de energia da Emissora firmados até 31 de março de 2009:



O gráfico a seguir demonstra a composição do volume de compras de energia da Emissora em 31 de março de 2009:



O gráfico abaixo apresenta uma comparação entre o custo médio de compra de energia (R\$/MWh) de 8 distribuidoras de energia elétrica brasileiras, bem como a média do custo médio de compra de energia dessas empresas, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, elaboradas pela Emissora com base em informações disponibilizadas pela ANEEL. Em referida comparação, a Emissora selecionou as distribuidoras de energia elétrica cuja receita operacional bruta foi maior que R\$ 2,5 bilhões, excluindo empresas com controle estatal, no exercício social encerrado 31 de dezembro de 2007.



Base: Dezembro de 2008
Fonte: ANEEL

Esse custo competitivo se traduz em menores preços de tarifas repassados aos clientes em decorrência das compras de energia da Emissora, reduzindo, dessa forma, a pressão sobre a capacidade de pagamento dos clientes.

Clientes

A Emissora atende consumidores residenciais, industriais, comerciais, rurais, poder público, iluminação pública e serviços públicos. Para informações sobre as características de cada uma das classes de clientes atendidos pela Emissora, vide seção “Informações sobre a Emissora - Atividades da Emissora – Clientes” na página 200 deste Prospecto Definitivo.

As tabelas abaixo indicam a quantidade de energia elétrica distribuída e a receita adquirida pela Emissora em cada um dos segmentos de seus clientes nos períodos nela indicados:

Fornecimento de Energia a Clientes	GWh			R\$ milhões		
	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2008	2007	Variação %	2008	2007	Variação %
Residencial	3.346,7	3.183,5	5,1%	1.337,8	1.371,5	-2,5%
Industrial	4.052,3	3.463,5	17,0%	1.076,5	912,7	17,9%
Comercial	1.580,3	1.490,3	6,0%	555,9	575,7	-3,4%
Rural	807,3	809,3	-0,2%	158,1	175,1	-9,7%
Poder Público	229,4	262,5	-12,6%	77,3	104,7	-26,2%
Iluminação Pública	428,9	394,7	8,7%	89,1	92,3	-3,5%
Serviços Públicos	400,0	366,8	9,1%	110,3	95,9	15,0%
Total	10.844,9	9.970,6	8,8%	3.404,8	3.327,9	2,3%

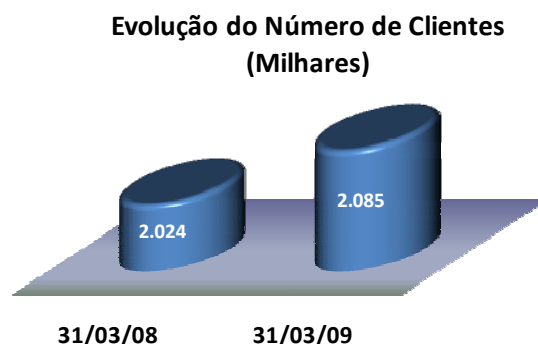
Fonte: Elektro

ELEKTRO

Fornecimento de Energia a Clientes Finais	GWh			R\$ milhões		
	Período de 3 meses			Período de 3 meses		
	2009	2008	Variação %	2009	2008	Variação %
Residencial	965,2	890,3	8,4%	394,2	333,9	18,0%
Industrial	865,9	957,7	-9,6%	255,2	238,6	7,0%
Comercial	453,3	416,9	8,7%	165,9	140,9	17,8%
Rural	192,7	177,3	8,7%	40,0	34,5	16,0%
Poder Público	64,9	48,6	33,4%	24,2	15,5	56,7%
Iluminação Pública	107,1	107,4	-0,2%	23,5	20,7	13,2%
Serviços Públicos	105,3	100,5	4,7%	29,1	26,5	9,8%
Total	2.754,5	2.698,8	2,1%	932,2	810,6	15,0%

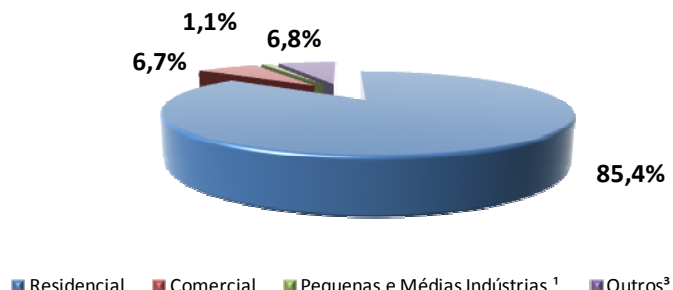
Fonte: Elektro

Em 31 de março de 2009, a base de clientes da Emissora era de 2.085 mil. A segmentação da receita de fornecimento de energia a Clientes Finais e de uso do sistema de distribuição por Clientes Livres da Emissora está apresentada nos gráficos abaixo:



Fonte: Elektro

31 de março de 2009
Segmentação do Número de Clientes (2.085 mil)

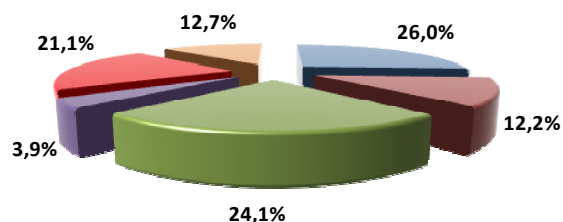


(1) Clientes conectados em baixa e média tensão (Grupos B, A3, A3a e A4) na classe industrial.

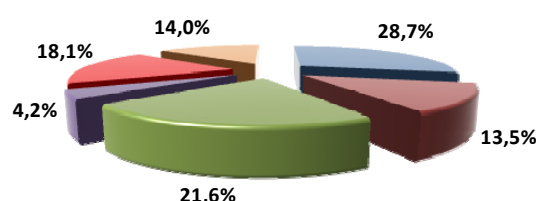
(3) Classes: Rural, poder público, iluminação pública e serviços públicos.

Fonte: Elektro

31 de março de 2008
Segmentação do Consumo de Energia e Uso do Sistema de Distribuição



31 de março de 2009
Segmentação do Consumo de Energia e Uso do Sistema de Distribuição



■ Residencial ■ Comercial ■ Pequenas e Médias Indústrias¹ ■ Grandes Indústrias² ■ Livres ■ Outros³

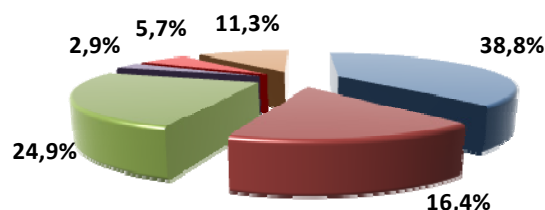
(1) Clientes conectados em baixa e média tensão (Grupos B, A3, A3a e A4) na classe industrial.

(2) Clientes conectados em alta tensão (Grupo A2) na classe industrial.

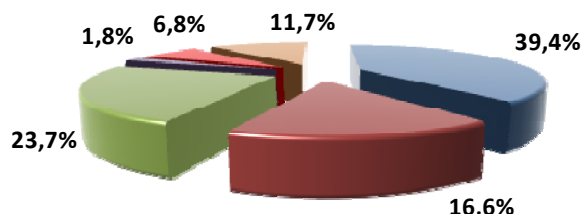
(3) Classes: Rural, poder público, iluminação pública e serviços públicos.

Fonte: Elektro

31 de março de 2008
Segmentação da Receita de Fornecimento de Energia Elétrica e Uso do Sistema de Distribuição



31 de março de 2009
Segmentação da Receita de Fornecimento de Energia Elétrica e Uso do Sistema de Distribuição



■ Residencial ■ Comercial ■ Pequenas e Médias Indústrias¹ ■ Grandes Indústrias² ■ Livres ■ Outros³

(1) Clientes conectados em baixa e média tensão (Grupos B, A3, A3a e A4) na classe industrial.

(2) Clientes conectados em alta tensão (Grupo A2) na classe industrial.

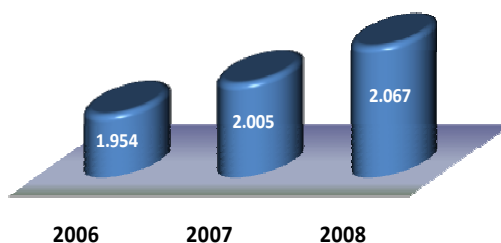
(3) Classes: Rural, poder público, iluminação pública e serviços públicos.

Fonte: Elektro

Em 31 de março de 2009, os grandes clientes industriais representavam menos que 22,2% do montante de energia vendida e transportada pelo sistema de distribuição da Emissora. Considerando que a tarifa dos grandes clientes industriais é menor do que aquela cobrada dos demais clientes, a Emissora entende que o fato de o perfil de sua clientela ser menos concentrado nesse segmento de clientes minimiza os impactos de eventuais volatilidades da atividade industrial.

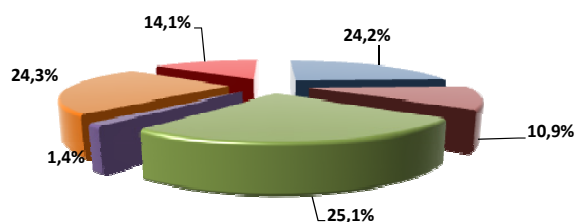
Em 31 de dezembro de 2008, a base de clientes da Emissora era de 2.067 mil. A segmentação da receita de fornecimento de energia a Clientes Finais e de uso do sistema de distribuição pelos Clientes Livres da Emissora está apresentada nos gráficos abaixo:

Evolução do Número de Clientes
(Milhares)

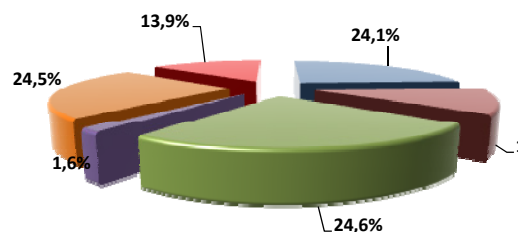


Fonte: Elektro

31 de dezembro de 2006
Segmentação do Consumo de Energia e Uso do Sistema de Distribuição



31 de dezembro de 2007
Segmentação do Consumo de Energia e Uso do Sistema de Distribuição



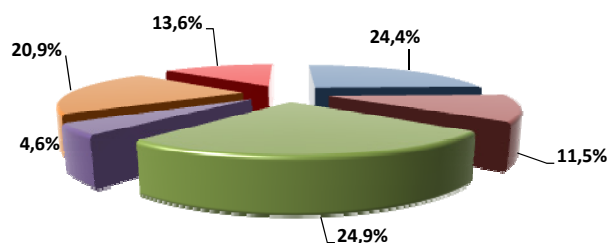
■ Residencial ■ Comercial ■ Pequenas e Médias Indústrias¹ ■ Grandes Indústrias² ■ Livres ■ Outros³

(1) Clientes conectados em baixa e média tensão (Grupos B, A3, A3a e A4) na classe industrial.

(2) Clientes conectados em alta tensão (Grupo A2) na classe industrial.

(3) Classes: Rural, poder público, iluminação pública e serviços públicos.
Fonte: Elektro

31 de dezembro de 2008 Segmentação do Consumo de Energia e Uso do Sistema de Distribuição



■ Residencial ■ Comercial ■ Pequenas e Médias Indústrias¹ ■ Grandes Indústrias² ■ Livres ■ Outros³

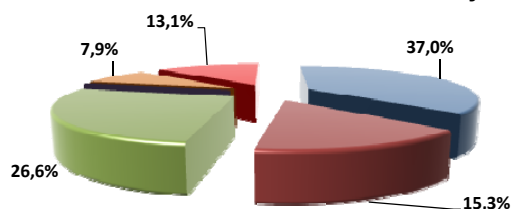
(1) Clientes conectados em baixa e média tensão (Grupos B, A3, A3a e A4) na classe industrial.

(2) Clientes conectados em alta tensão (Grupo A2) na classe industrial.

(3) Classes: Rural, poder público, iluminação pública e serviços públicos.

Fonte: Elektro

31 de dezembro de 2006 Segmentação da Receita de Fornecimento de Energia Elétrica e Uso do Sistema de Distribuição



■ Residencial ■ Comercial ■ Pequenas e Médias Indústrias¹ ■ Grandes Indústrias² ■ Livres ■ Outros³

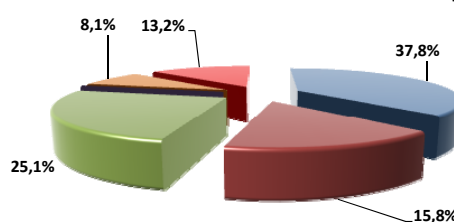
(1) Clientes conectados em baixa e média tensão (Grupos B, A3, A3a e A4) na classe industrial.

(2) Clientes conectados em alta tensão (Grupo A2) na classe industrial.

(3) Classes: Rural, poder público, iluminação pública e serviços públicos.

Fonte: Elektro

31 de dezembro de 2007 Segmentação da Receita de Fornecimento de Energia Elétrica e Uso do Sistema de Distribuição



■ Residencial ■ Comercial ■ Pequenas e Médias Indústrias¹ ■ Grandes Indústrias² ■ Livres ■ Outros³

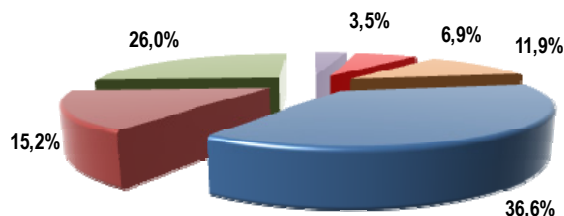
(1) Clientes conectados em baixa e média tensão (Grupos B, A3, A3a e A4) na classe industrial.

(2) Clientes conectados em alta tensão (Grupo A2) na classe industrial.

(3) Classes: Rural, poder público, iluminação pública e serviços públicos.

Fonte: Elektro

31 de dezembro de 2008 Segmentação da Receita de Fornecimento de Energia Elétrica e Uso do Sistema de Distribuição



■ Residencial ■ Comercial ■ Pequenas e Médias Indústrias¹ ■ Grandes Indústrias² ■ Livres ■ Outros³

(1) Clientes conectados em baixa e média tensão (Grupos B, A3, A3a e A4) na classe industrial.

(2) Clientes conectados em alta tensão (Grupo A2) na classe industrial.

(3) Classes: Rural, poder público, iluminação pública e serviços públicos.

Fonte: Elektro

No período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2009, a Emissora possuía a concentração de no máximo 2% de sua receita atrelada a um determinado Cliente Final. Por essa razão, a administração da Emissora entende que, até 31 de março de 2009, não existia dependência de seu resultado à receita adquirida por meio da distribuição de energia a um cliente específico.

Para maiores informações que possibilitem a comparação das informações comerciais e operacionais da Emissora nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 31 de dezembro de 2007 e 31 de dezembro de 2008, bem como no período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2008 e 31 de março de 2009, vide seção “Informações Financeiras – Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais da Emissora” na página 104 deste Prospecto Definitivo.

Receita do Contrato de Uso do Sistema de Distribuição – Consumidores Livres

A Emissora recebe tarifa pelo uso do sistema de distribuição de energia elétrica dos Clientes Livres que saíram de sua base de clientes cativos. No período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2009, essa atividade gerou a receita de R\$ 67,6 milhões. A receita pelo uso do sistema da Emissora está representada na tabela abaixo nos períodos nela indicados:

R\$ Milhões						Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição em MW					
Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de			Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de			Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de			Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de		
2008	2007	Var. %	2007	2006	Var. %	2008	2007	Var. %	2007	2006	Var. %
252,4	300,4	-16,0	300,4	287,4	4,5	13.089,5	14.901,5	-12,2	14.901,5	13.454,5	10,8

R\$ Milhões				Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição em MW			
Período de 3 meses encerrado em				Período de 3 meses encerrado em			
31 de março de 2009	31 de março de 2008	Var. %		31 de março de 2009	31 de março de 2008	Var. %	
67,6	49,0	37,9		4.692,2	3.294,2	42,4	

O aumento de 42,4% sobre a soma das demandas de uso do sistema de distribuição, no período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2009, decorreu, principalmente, do acordo celebrado, em 13 de janeiro de 2009, entre a Emissora e as geradoras CESP e AES-Tietê, que resultou na assinatura de novos contratos de uso do sistema de distribuição. Segundo referido acordo, e atendendo à legislação em vigor, as geradoras passam a pagar pelo uso do sistema de distribuição da Emissora que, por sua vez, repassa à concessionária de transmissão os valores devidos referentes à conexão com o sistema de transmissão.

Sazonalidade das Vendas

A sazonalidade nas vendas de energia elétrica da Emissora pode ser dividida nos seguintes períodos:

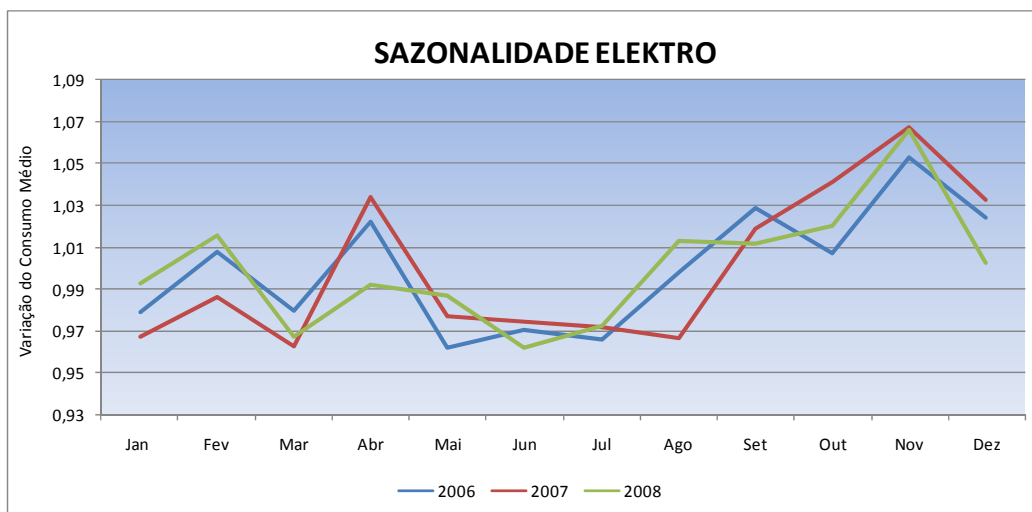
- período de maio a agosto: apresenta um consumo de energia elétrica com poucas oscilações entre os meses;
- período de setembro a abril: variações nas atividades econômicas, na produção industrial e agrícola e nas condições climáticas são mais sensíveis e afetam as vendas de energia da empresa, sendo que nesses meses normalmente ocorrem as maiores vendas de energia elétrica da Emissora.

Dentre as principais causas destas variações destacam-se: (a) o aumento das vendas de energia no quarto trimestre devido ao crescimento sazonal da produção industrial; (b) variação nas vendas pelo início ou término do ciclo agrícola; e (c) variação da demanda na região litorânea em função de períodos de férias e estação do verão.

A dispersão geográfica das áreas atendidas pela Emissora faz com que existam amplas diversidades entre si, sejam elas demográficas, sociais e de caráter econômico. Essas características fazem com que o perfil de consumo de energia elétrica seja heterogêneo na sua área de concessão.

ELEKTRO

Seguem abaixo os índices sazonais do mercado da Emissora que correspondem às características descritas:



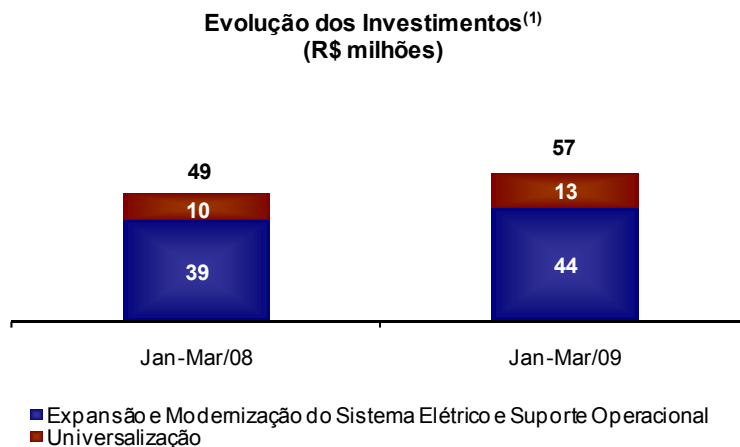
Fonte: Elektro

Investimentos e Modernização

Nos termos do Contrato de Concessão, a Emissora comprometeu-se a investir 1% de sua receita operacional líquida em programas de conservação e efficientização de energia elétrica, bem como em pesquisa e desenvolvimento. Tais programas têm por objeto a redução de perdas técnicas e comerciais globais, bem como ações específicas voltadas ao uso da energia de forma racional e eficiente por parte dos consumidores. Perdas técnicas são aquelas que ocorrem no curso regular de distribuição de energia elétrica. Já as perdas comerciais resultam de ligações ilegais, furto, erros de medição e de faturamento.

A Emissora realiza investimentos em valores acima daqueles previstos na regulamentação aplicável. Desde a privatização até 31 de dezembro de 2008, a Emissora já havia investido cerca de R\$ 1,8 bilhão no País, direcionados, principalmente, para a expansão e modernização da sua rede de distribuição de energia elétrica.

No período de 3 meses encerrados em 31 de março de 2009, a Emissora realizou investimentos na ordem de R\$ 57 milhões, conforme demonstra gráfico abaixo. Tal fato demonstra que, a despeito da crise financeira internacional iniciada no final de 2007, a Emissora continua realizando investimentos em programas de conservação e efficientização de energia elétrica, bem como em pesquisa e desenvolvimento.

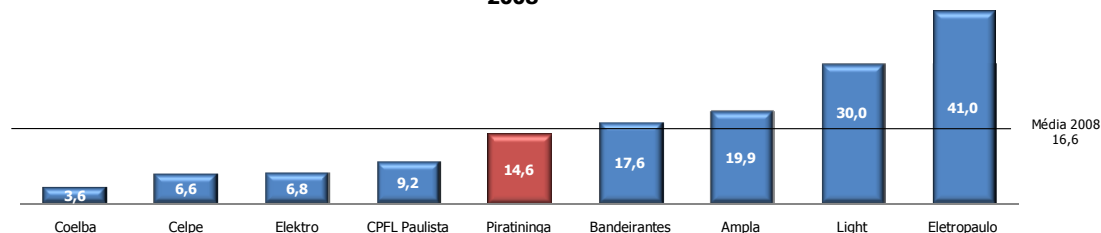


(1) Exclui investimentos realizados com recursos de clientes.

Fonte: Elektro

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, a Emissora apresentou um dos melhores índices de eficiência nos custos e despesas adicionados de investimentos operacionais por Km de rede. O gráfico abaixo apresenta uma comparação de referidos índices de eficiência elaborada pela Emissora com base nas demonstrações financeiras das distribuidoras de energia elétrica que as disponibilizam no mercado e cuja receita operacional bruta foi maior que R\$ 2,5 bilhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007:

Gastos (Custos e Despesas Operacionais + Investimentos ⁽¹⁾) / Km Rede ⁽²⁾
2008



(1) Líquido de investimentos do Programa Luz para Todos (com exceção da distribuidora Celpe)

(2) Base Dezembro 2006

Fonte: Demonstrações Financeiras das Empresas

Para maiores informações sobre o programa de investimento da Emissora, vide seção “Informações sobre a Emissora - Atividades da Emissora – Investimentos Relevantes na página 236 deste Prospecto Definitivo.

Adimplência

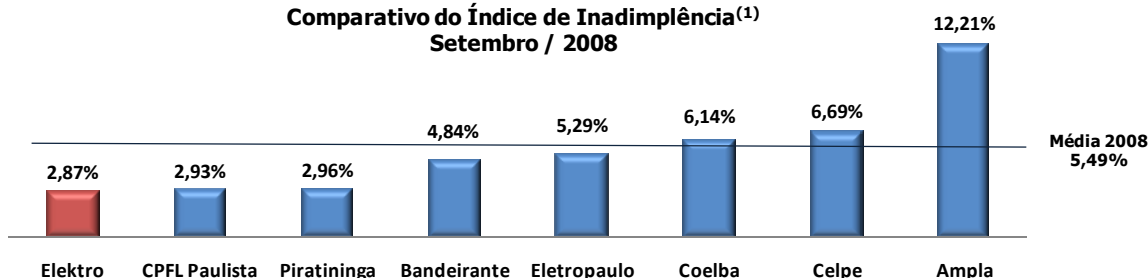
A Emissora vem melhorando suas políticas e práticas no que diz respeito ao combate à inadimplência. Dentre as ações adotadas pela Emissora, destacam-se (a) a realização de campanhas de inadimplência através do cadastramento de clientes para pagamento de contas em débito automático, (b) a utilização de empresas de cobrança terceirizada, (c) a contratação de cobrança judicial terceirizada, (d) a realização de visitas de cobrança e (e) a inclusão de consumidores inadimplentes nos órgãos de proteção ao crédito, tais como a SERASA. Essa última ferramenta é amplamente utilizada por outros setores da economia e tem se mostrado eficaz no setor elétrico como forma de disciplinar a inadimplência dos clientes perante o mercado.

Até 31 de março de 2009, estava em implantação o conceito de *credit scoring*, um modelo estatístico baseado em *geo-marketing* e no histórico de pagamentos que classifica o comportamento de pagamento, atribuindo uma nota para os clientes. O principal objetivo é direcionar as ações de cobrança a fim de reduzir gastos no combate à inadimplência ao adequar ações de cobrança ao perfil do cliente, maximizando os recursos alocados no combate à inadimplência.

A Emissora também possui gestão descentralizada das carteiras de clientes, o que permite atuação focada para devedores críticos.

Como resultado de referidas ações, a Emissora possui o menor índice de inadimplência, conforme última divulgação de índices pela ABRADÉE em 30 de setembro de 2008. A Emissora realizou referida comparação com base na informações financeiras das distribuidoras de energia elétrica cuja receita operacional bruta foi maior que R\$ 2,5 bilhões, excluindo empresas com controle estatal, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007.

Comparativo do Índice de Inadimplência ⁽¹⁾
Setembro / 2008

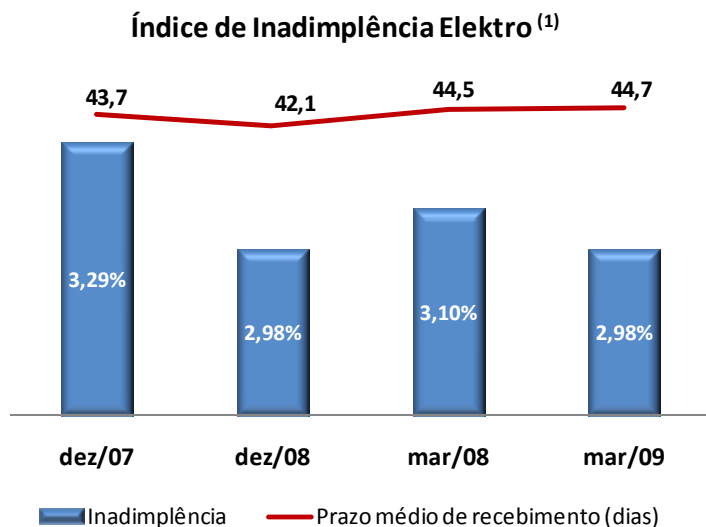


(1) Inadimplência Total (Saldo de Contas a Receber Vencidos) / Faturamento dos Últimos 12 Meses (Metodologia ABRADÉE)

Fonte: ABRADÉE

ELEKTRO

A despeito da atual crise financeira, os resultados da Emissora, até 31 de março de 2009, apontam para manutenção dos níveis de arrecadação, conforme demonstrado pelo gráfico abaixo:



(1) Inadimplência Total (Saldo de Contas a Receber Vencidos) / Faturamento dos Últimos 12 Meses (Metodologia ABRADEE)
Fonte: Elektro

Pontos Fortes

A Emissora entende que suas principais vantagens competitivas são:

- **Área de Concessão com Alto Potencial de Desenvolvimento:** a Emissora distribui energia elétrica em uma área de concessão que abrange 223 municípios no Estado de São Paulo e 5 municípios no Estado do Mato Grosso do Sul. Em 31 de março de 2009, a Emissora fornecia eletricidade para 2.085 mil clientes e uma população de 5,5 milhões de pessoas. O Estado de São Paulo, onde se concentra a maior parte das atividades da Emissora, é o centro financeiro e comercial e um dos principais eixos industriais e de agronegócios do País. A administração da Emissora acredita que o desenvolvimento de sua área de concessão tende ainda a se beneficiar do movimento de migração da região metropolitana da capital para o interior do Estado de São Paulo, bem como da expansão das atividades industriais, de serviços e do agronegócio em sua área de concessão, apresentando elevado potencial de elevação no consumo de energia per capita.
- **Base de Clientes Crescente e Diversificada:** a base de clientes da Emissora cresce em uma média de 2,9% ao ano desde 2006. Considerando que a base de clientes da Emissora concentra-se no segmento residencial, mercado que tende ser menos sensível às oscilações da economia do que o mercado industrial, a administração da Emissora acredita que sua carteira de clientes residenciais, reduz os riscos de diminuição do consumo em sua área de concessão. Além disso, sua base de clientes industriais é altamente diversificada, o que faz com que a Emissora seja menos vulnerável às oscilações negativas de determinados setores da economia.
- **Administração Experiente e Equipe Altamente Capacitada:** a Emissora possui uma administração com elevada *expertise* no setor elétrico e comprometida com as melhores práticas de governança corporativa. Os conselheiros e diretores da Emissora possuem vasta experiência no segmento de distribuição e geração de energia elétrica nos setores privado e público, tanto no País quanto no exterior. Em 31 de março de 2009, os diretores executivos da Emissora possuíam, em média, 20 anos de experiência no setor de energia elétrica. O Conselho de Administração da Emissora também era composto por profissionais com vasta experiência profissional e destaque no cenário nacional e internacional, possuindo também, em 31 de março de 2009, 20 anos de experiência, em média, no setor de energia.

- Acionista Comprometido e com Foco no Setor Energético: a AEI é uma companhia registrada na SEC que administra, opera e possui participação societária em 39 companhias de infraestrutura energética (distribuição e geração de energia elétrica, transporte e distribuição de gás natural e combustível refinado), espalhadas em 19 países, com cerca de 14,2 mil empregados, 6,6 milhões de clientes, uma capacidade instalada de 2,1 mil MW, aproximadamente 49 mil km de gasodutos, 167 mil km de linhas de distribuição de energia e mais de 2,3 mil postos de combustível. A AEI foca na sua atuação em ativos de infraestrutura energética em mercados emergentes. Além disso, a Emissora está comprometida com as práticas de boa governança corporativa praticadas por sua Acionista Controladora Indireta, que por sua vez está sujeita às regras da Lei Sarbanes-Oxley e do FCPA.
- Gestão Operacional Premiada e Serviço de Alta Qualidade: a Emissora acredita fornecer um serviço de alta qualidade, com poucos e curtos episódios de interrupção de serviço. Essa excelência no serviço pode ser comprovada por meio da análise dos indicadores técnicos operacionais da Emissora DEC e FEC que medem, respectivamente, a duração de interrupção por consumidor e a frequência equivalente de interrupção por consumidor. Esses indicadores registraram, em 31 de março de 2009, os melhores níveis dos últimos três anos (8,38 horas anuais e 5,75 vezes por ano, respectivamente). Ao longo de seus anos de existência, a Emissora vem sendo reconhecida através dos prêmios de maior credibilidade no setor elétrico do País. A Emissora foi premiada por quatro vezes como Melhor Gestão Operacional (2008, 2007, 2006 e 2004) entre as distribuidoras com mais de 400 mil clientes pela ABRADÉE. Essa excelência operacional é resultado da experiência de seus colaboradores no setor de energia elétrica, da qualidade de seus colaboradores, da gestão eficiente dos recursos alocados na manutenção e expansão de sua rede, das melhorias constantes realizadas em seu sistema operacional e da inovação constante de seus processos. A qualidade dos seus serviços é também atestada pelos consumidores. Além dos prêmios listados acima, em 2008, a Emissora também recebeu o Prêmio IASC da ANEEL na categoria "Região Sudeste acima de 400 mil unidades consumidoras", que reconhece as distribuidoras com melhor satisfação de seus clientes.
- Melhor índice de Perdas de Energia do Setor de Distribuição: conforme comparação feita pela Emissora com base nos dados das distribuidoras de energia elétrica que disponibilizaram tal informação ao mercado, a Emissora possui o menor índice de perdas de energia entre as maiores empresas do setor de distribuição de energia elétrica brasileiro. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, a Emissora apresentou um índice de perdas de 6,71%, que é o menor índice registrado em suas atividades nos últimos três anos. Em 31 de março de 2009, esse índice era de 6,72%. Esses resultados refletem a qualidade dos ativos da Emissora e a consistência no seu programa de manutenção e modernização do sistema elétrico, bem como a efetividade de seu programa de inspeção de medidores, identificação e correção de procedimentos irregulares e furtos de energia.
- Estrutura de Capital Equilibrada: em junho de 2005, a Emissora deu início a um processo de reestruturação de dívida e de capital que gerou reflexos positivos sobre seu grau de endividamento e sobre sua estrutura de capital. Tal processo foi implementado por meio (a) da capitalização de cerca de R\$ 1,1 bilhão por meio da conversão de certas dívidas intercompanhia em capital, possibilitando a absorção de prejuízos acumulados; (b) da eliminação do risco cambial da Emissora vinculado às dívidas denominadas em dólar norte-americano e (c) do refinanciamento da dívida por meio de sua 2ª Emissão de debêntures. Como resultado, a Emissora obteve uma estrutura de capital prudente que preserva sua liquidez e facilita o acesso aos mercados financeiros e de capitais. Em 31 de março de 2009, a Emissora possuía um Endividamento Líquido de R\$679,0 milhões, resultado do Endividamento Total de R\$ 930,5 milhões e saldo de caixa, aplicações financeiras e caução de fundos de R\$ 251,6 milhões. Para maiores informações sobre a reestruturação financeira da

ELEKTRO

Emissora de 2005, vide seção “Informações sobre a Emissora - Atividades da Emissora – Endividamento e Reestruturação” na página 194 deste Prospecto Definitivo. A estrutura de capital da Emissora é marcada pelo baixo grau de Endividamento. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, a Emissora apresentava uma relação de 39% de capital de terceiros para 61% de capital próprio e, para o período encerrado em 31 de março de 2009, a Emissora apresentava uma relação de 36% de capital de terceiros para 64% de capital próprio, sendo que 69% deste Endividamento encontravam-se no longo prazo. Ambos estão abaixo da média de 53% das demais distribuidoras de energia elétrica e ao grau de endividamento sugerido para o setor (de 57% de capital de terceiros e 43% de capital próprio). Outro ponto importante a destacar é o baixo nível do passivo atuarial da Emissora tendo em vista a liquidação, em 2007, de sua confissão de dívida com o plano previdenciário administrado pela Fundação CESP. Para informações sobre o plano previdenciário administrado pela Fundação CESP, vide seção “Informações sobre a Emissora – Recursos Humanos” na página 280 deste Prospecto Definitivo.

- Solidez Financeira e Geração de Caixa Operacional Consistente: como resultado de uma gestão austera de seus recursos financeiros, controlando custos operacionais de forma eficiente e maximizando o fluxo de suas receitas, a Emissora apresentava, em 31 de março de 2009, uma Margem EBITDA de 33,6%, uma média acima do setor que é de 26%, o que demonstra a preocupação da Emissora com a gestão eficiente de seus recursos e sua busca pela excelência na gestão de seus processos. A média da Margem EBITDA da Emissora tem se mantido acima de 30% nos três últimos exercícios sociais, encontrando-se entre os melhores índices do setor de distribuição de energia elétrica. Como resultado dessa Margem EBITDA, a geração de caixa tem sido consistente, sendo que, nos últimos três exercícios sociais, a média de geração operacional de caixa, antes da dedução de imposto de renda, contribuição social e pagamento de juros, foi de R\$ 823 milhões.

Posicionamento Estratégico

A visão da Emissora é ser a distribuidora de energia elétrica mais admirada do País. Sua missão é distribuir energia elétrica com segurança e qualidade para o desenvolvimento e bem-estar das comunidades atendidas, gerando crescente valor para os clientes, colaboradores e acionistas. A Emissora está comprometida com a qualidade de seus serviços através da aplicação da melhoria contínua e inovação em seus processos, tecnologias e sistema de gestão.

A atividade de distribuição de energia tem como característica o monopólio no atendimento de um mercado consumidor de um serviço público dentro de sua área de concessão. Tal fato impõe que exista um agente regulador que garanta que a concessionária esteja operando de forma eficiente, segura do ponto de vista econômico-financeiro e com uma tarifa acessível para todos os cidadãos.

A opção pelo atual posicionamento estratégico da Emissora está alinhada às restrições impostas pela atividade regulada de distribuição de energia. A Emissora está limitada a investir na sua área de concessão e o investimento é sempre analisado pelo regulador com vistas a garantir prudência nos usos de seus recursos. Adicionalmente, o modelo regulatório da distribuição incentiva a busca pela eficiência em gastos gerenciáveis ao permitir que a acionista da concessionária aufera ganhos incrementais caso as despesas gerenciáveis sejam menores que as autorizadas pelo agente regulador. Para além da parte financeira, a Emissora reforça a sua credibilidade perante o regulador e sociedade ao fornecer um serviço pautado pela excelência operacional, segurança, satisfação dos clientes e bem estar das comunidades. Portanto, a maximização do retorno às acionistas da Emissora passa necessariamente pela alocação otimizada de recursos e eficiência em despesas e investimentos que, na visão da Emissora, poderão ser obtidos através da melhoria contínua e inovação tecnológica como pilares da política de gestão.

O posicionamento estratégico da Emissora leva em consideração quatro principais temas estratégicos:

- financeiro: maximizar o retorno às acionistas da Emissora, garantindo a sustentabilidade do negócio;
- clientes: aumentar o nível de satisfação dos clientes em relação aos serviços prestados, com foco em qualidade, eficiência e comunicação;
- processos internos: aprimorar práticas gerenciais e sistemas, buscar incessantemente a excelência operacional através de otimização de processos e uso de novas tecnologias além de implantar ações que visem o comportamento seguro buscando zero acidente; e
- pessoas: treinar e desenvolver os colaboradores e parceiros e incrementar a satisfação dos trabalhadores, de forma a atrair e reter talentos.

A administração da Emissora define os objetivos estratégicos que estão atrelados a referidos temas e direcionam o foco de sua gestão de forma a garantir o alinhamento das diversas ações em curso na sua organização estratégica. Esses objetivos e alguns projetos para o ano de 2009 a eles atrelados estão listados a seguir:

- implantar ações que visem o comportamento seguro através da mudança em processos e uso de inovações tecnológicas, visando acidente zero com colaboradores, parceiros e população. Exemplo de ações neste sentido incluem atualização de 100% do IPAR (Identificação Preliminar e Avaliação de Riscos) e o aprofundamento dos programas de direção segura como o monitoramento de veículos;
- melhorar o retorno para os acionistas garantindo a sustentabilidade do negócio. A sistematização do acompanhamento do plano estratégico da Emissora e desenvolvimento de metodologia para comparação dos custos reais com a Empresa de Referência são algumas das iniciativas em curso que visam a um melhor monitoramento do atendimento deste objetivo;
- melhorar a excelência operacional através da otimização de processos e uso de novas tecnologias. Dentre os projetos em andamento, o Projeto NEO contempla uma ampla revisão de processos e integração dos sistemas e atualização da versão do ERP da Emissora. No que diz respeito às novas tecnologias, a Emissora desenvolve o projeto de Inteligência Artificial para detecção de fraudes e a implantação de redes inteligentes para a gestão online dos clientes atendidos. Objetivando a melhoria da produtividade e dos indicadores operacionais, esse gerenciamento permitirá, em um futuro próximo, a operação remota de leitura, inspeções, cortes e religação;
- melhorar a satisfação dos clientes em relação aos serviços prestados, com foco em qualidade, eficiência e comunicação através da expansão dos canais de comunicação com o cliente, melhorias em seu *call center* e desenvolvimento de produtos e serviços não regulados para clientes que utilizam baixa tensão;
- melhorar os sistemas e práticas de gestão por meio da utilização dos resultados do relatório de gestão da Fundação Nacional da Qualidade; e

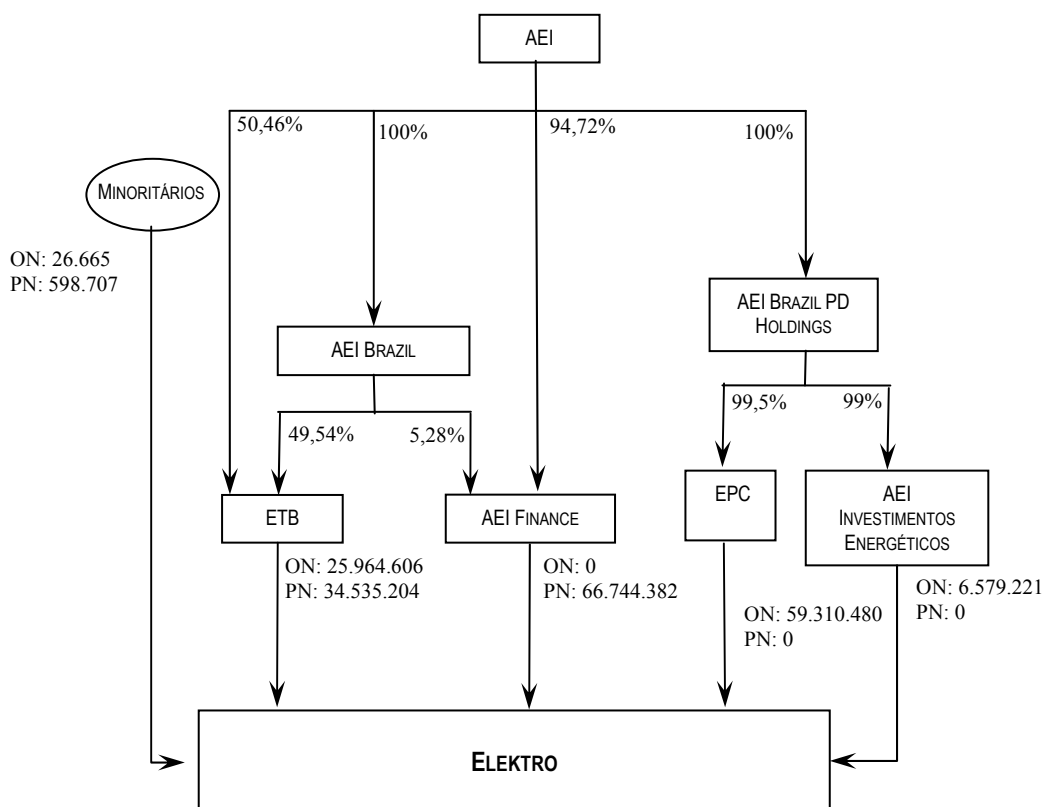
ELEKTRO

- aumentar a satisfação dos colaboradores para atrair e reter profissionais fazendo uso da ferramenta de clima organizacional, incentivando prioritariamente o recrutamento interno e aprimorando os treinamentos técnico-operacionais, de desenvolvimento, plano de carreira e sucessão.

Estrutura Societária

Em 31 de março de 2009, a Emissora era diretamente controlada pelas empresas *holdings* EPC, ETB, AEI Investimentos Energéticos e AEI Finance que, conjuntamente, detinham 99,68% do capital total e 99,97% do capital votante da Emissora. Nessa data, as *holdings* acima mencionadas eram indiretamente controladas pela AEI.

O organograma abaixo apresenta a estrutura do controle societário da Emissora e identifica todas as acionistas da Emissora que detinham, direta ou indiretamente, uma participação relevante no capital social da Emissora em 31 de março de 2009:



Para maiores informações sobre estrutura do controle acionário da Emissora, vide seção “Informações sobre a Emissora - Atividades da Emissora - Histórico da Emissora” e “Informações sobre a Emissora – Descrição do Capital Social e Dividendos” nas páginas 216 e 248 deste Prospecto Definitivo.

2. INFORMAÇÕES SOBRE ADMINISTRADORES, COORDENADORES, CONSULTORES E AUDITORES

- Administradores da Emissora
- Emissora
- Coordenador Líder
- Coordenador
- Agente Fiduciário
- Instituição Depositária e Agente Escriturador
- Banco Mandatário
- Consultor Legal da Emissora
- Consultor Legal dos Coordenadores
- Auditores Independentes
- Exemplares do Prospecto Definitivo
- Declaração nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400
 - Declaração da Emissora e do Coordenador Líder
- Breve Descrição dos Coordenadores da Emissão

ELEKTRO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**INFORMAÇÕES SOBRE ADMINISTRADORES, COORDENADORES,
CONSULTORES E AUDITORES****Administradores da Emissora**

Não obstante o disposto abaixo, nos termos dos Itens 2 e 8 do Anexo III à Instrução CVM 400, quaisquer outras informações e/ou esclarecimentos sobre a Emissora e a Oferta poderão ser obtidas junto à Emissora, aos Coordenadores e à CVM, nos endereços a seguir indicados.

Emissora**Elektro Eletricidade e Serviços S.A.**

Diretor de Relações com Investidores
Sr. Rodrigo Ferreira Medeiros da Silva
Rua Ary Antenor de Souza, 321, Jardim Nova América
Campinas, SP, CEP 13053-024
Tel.: (19) 2122-1090
Fax: (19) 2122-1560
E-mail: rodrigo.silva@elektro.com.br

Para maiores informações sobre os administradores da Emissora, vide seção “Administração” na página 261 deste Prospecto Definitivo.

Coordenador Líder

Quaisquer dúvidas e/ou outras informações sobre a Oferta e este Prospecto Definitivo, inclusive para os fins previstos no artigo 33, parágrafo terceiro, inciso III, da Instrução CVM 400, poderão ser esclarecidas e obtidas perante o Sr. Eduardo Prado Santos, Oficial de Mercado de Capitais do Coordenador Líder, responsável pela Oferta, no seguinte endereço:

Banco Itaú BBA S.A.

At.: Sr. Eduardo Prado Santos
Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.400, do 3º ao 8º andar
São Paulo, SP CEP 04538-132
Tel.: (11) 3708-8717
Fax: (11) 3708-8172
E-mail: epsantos@itaubba.com.br

Coordenador**Banco Santander (Brasil) S.A.**

At.: Sr. Ricardo Corradi Leoni
Rua Hungria, n.º 1.400, 5º andar
São Paulo, SP CEP 01455-000
Tel.: (11) 3012-7195
Fax: (11) 3012-7376
E-mail: ricardoc@santander.com.br

Agente Fiduciário**Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**

At.: Sr. Carlos Alberto Bacha / Sr. Rinaldo Rabello Ferreira
Rua Sete de Setembro, 99, 24º andar
CEP: 20050-005 - Rio de Janeiro - RJ
CNPJ/MF 15.227.994/0001-50
Tel.: (21) 2507-1949
Fax: (21) 2507-1773
E-mail: pavarini@pavarini.com.br

ELEKTRO

Instituição Depositária e Agente Escriturador

Itaú Corretora de Valores S.A.

At: Sr. Luiz Loureiro
Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.400 – 10º andar
CEP: 04.538-132
Tel.: (11) 5029-1905
Fax: (11) 5029-1920
E-mail: luiz.loureiro@itau.com.br

Banco Mandatário

Banco Itaú S.A.

At.: Sr. Luiz Loureiro
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100
CEP: 04.344-902
Tel.: (11) 5029-1905
Fax: (11) 5029-1920
E-mail: luiz.loureiro@itau.com.br

Consultor Legal da Emissora

Tozzini, Freire, Teixeira e Silva Advogados

At.: Srs. Antonio Felix de Araujo Cintra / Ana Carolina de Salles Freire
Rua Borges Lagoa, 1.328
São Paulo, SP CEP 04038-904
Tel.: (11) 5086-5000
Fax: (11) 5086-5555
E-mail: afreire@tozzinifreire.com.br

Consultor Legal dos Coordenadores

Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados

At.: Sras. Marina Procknor / Ana Carolina Nomura
Alameda Joaquim Eugênio de Lima, 447
São Paulo, SP CEP 01403-001
Tel.: (11) 3147-7822
Fax: (11) 3147-7770
E-mail: marina@mattosfilho.com.br / cnomura@mattosfilho.com.br

Auditores Independentes

A empresa responsável por auditar as demonstrações financeiras da Emissora referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 e revisar as informações financeiras relativas aos períodos de 3 meses encerrados em 31 de março de 2008 e 2009 foi a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

At.: Sr. Marcelo Magalhães Fernandes
Avenida Alexandre Dumas, 1.981
São Paulo, SP CEP 04717-906
Tel.: (11) 5186-1000
Fax.: (11) 5181-2911
E-mail: mfernandes@deloitte.com

Exemplares do Prospecto Definitivo

Os investidores interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta poderão obter exemplares deste Prospecto Definitivo nos seguintes endereços:

Elektro Eletricidade e Serviços S.A.

Rua Ary Antenor de Souza, 321, Jardim Nova América
Campinas, SP CEP 13053-024
Internet: <http://www.elektro.com.br/ri/prospecto>

Coordenador Líder: Banco Itaú BBA S.A.

Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 4º andar
São Paulo, SP CEP 04538-132
Internet: www.itaubba.com.br

Coordenador: Banco Santander (Brasil) S.A.

Rua Hungria, n.º 1.400
São Paulo, SP CEP 01455-000
Internet: www.santander.com.br/prospectos

Comissão de Valores Mobiliários

Centro de Consulta da CVM-RJ
Rua 7 de Setembro, 111, 5º andar
Rio de Janeiro, RJ CEP 20159-900

Rua Cincinato Braga 340, 2º, 3º e 4º andares
São Paulo, SP CEP 01333-010
Internet: www.cvm.gov.br

BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

Rua XV de Novembro, 275, Centro
São Paulo, SP CEP 01013-001
Internet: www.bovespa.com.br

CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos

Rua Líbero Badaró, 425 - 24º andar
São Paulo, SP CEP 01009-000
Internet: www.cetip.com.br

Associação Nacional dos Bancos de Investimento - ANBID

Edifício Eldorado Business Tower - Av. das Nações Unidas, 8.501 - 21º andar.
São Paulo, SP CEP 05425-070

Rua 7 de Setembro, 111 - sala 2102
Rio de Janeiro, RJ CEP 20050-006
Internet: www.anbid.com.br

Declaração nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400:**Declaração da Emissora e do Coordenador Líder**

Nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, a Emissora declara, por meio de seus diretores estatutários, Carlos Marcio Ferreira e Rodrigo Ferreira Medeiros da Silva, que (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta; e que (ii) o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo contêm, na data de publicação do Anúncio de Início, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Debêntures e da Emissora, suas atividades, situação econômico-financeira e dos riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, tendo sido elaborados de acordo com as normas pertinentes.

Nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, o Coordenador Líder declara, por meio de seus diretores estatutários, Srs. Alexandre Jadallah Aoude e Pedro Marinho Nunes, que (i) o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo contêm as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, das Debêntures, da Oferta e da Emissora, suas atividades, situação econômico-financeira e dos riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes; (ii) tomou as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que (a) as informações prestadas pela Emissora sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro de companhia aberta da Emissora perante a Comissão de Valores Mobiliários e que venham a integrar o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo sejam suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

Breve Descrição dos Coordenadores da Emissão

Banco Itaú BBA S.A

O Itaú BBA é um banco de atacado, com ativos de R\$ 137,9 bilhões e patrimônio líquido de R\$ 7,2 bilhões em 31 de dezembro de 2008. O Itaú BBA faz parte do Grupo Itaú, sendo controlado diretamente pelo Itaú Unibanco Banco Múltiplo S.A. O Itaú BBA visa atuar em parceria com as grandes empresas, provendo-lhes uma ampla variedade de serviços financeiros. O Itaú BBA possui sucursais no Rio de Janeiro, Campinas, Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Salvador, Montevideu e Bahamas, além de escritórios de representação em Buenos Aires, Nova Iorque e Xangai.

De acordo com o ranking ANBID, o Itaú BBA é o líder de distribuição de operações de renda fixa no mercado doméstico, tendo ocupado o primeiro lugar nos anos de 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008, com participações de mercado de, respectivamente, 26%, 20%, 19%, 24% e 46%. Em 2008, o Itaú BBA recebeu o prêmio *World's Best Investment Banks 2008*, na categoria Brasil, concedido pela Global Finance, publicação americana especializada em instituições financeiras de todo o mundo.

No mercado de renda fixa local, em 2008, o Itaú BBA participou de 35 emissões de dívida, cujo montante total alcançou R\$ 17,2 bilhões. Dentre as emissões de debêntures coordenadas pelo Itaú BBA, destacam-se as ofertas de debêntures da Even Construtora e Incorporadora S.A. (R\$ 150 milhões); da Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações (R\$ 499,5 milhões), da Klabin Segall S.A. (R\$ 220 milhões), da Telemar Participações S.A. (R\$ 1,6 bilhão), da MRV Engenharia e Participações S.A. (R\$ 300 milhões), da Unidas S.A. (R\$ 250 milhões) e da Duke Energy International – Geração Parapanema S.A. (R\$ 341 milhões). Dentre as operações de notas promissórias coordenadas pelo Itaú BBA, destacam-se as operações da Invitel S.A. (R\$ 950 milhões), as duas emissões da Brenco – Companhia Brasileira de Energia Renovável (R\$ 200 milhões e R\$ 390 milhões), as duas emissões da Telemar Norte Leste S.A. (R\$ 3,6 bilhões e R\$ 2 bilhões), da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (R\$ 200 milhões), da Votorantim Cimentos Brasil S.A. (R\$ 2 bilhões) e da Primav Ecorodovias S.A. (R\$ 430 milhões). Destacam-se, ainda, as seguintes operações de securitização FIDC Paulista Veículos II (R\$ 100 milhões), FIDC Mercantil Athos Farma (R\$ 190 milhões), CRI WT PIC II (R\$ 101,9 milhões) e CRI BRC Securitizadora S.A. (R\$ 300 milhões).

Em 2008, o Itaú BBA participou de 5 ofertas públicas de ações, cujo montante total alcançou R\$ 31,8 bilhões, atuando como coordenador e *bookrunner* da oferta inicial de ações (*IPO*) da OGX Petróleo e Gás Participações S.A. (R\$ 6,7 bilhões) e, adicionalmente, como coordenador e *bookrunner* dos seguintes ofertas subsequentes (*follow-ons*): Redecard S.A. (R\$ 1,2 bilhão), Metalúrgica Gerdau S.A. (R\$ 1,5 bilhão), Gerdau S.A. (R\$ 2,9 bilhões) e Companhia Vale do Rio Doce (R\$ 19,4 bilhões). Em 2007, o Itaú BBA participou de 19 ofertas públicas de ações, sendo 14 ofertas iniciais de ações (*IPO*) e 5 ofertas subsequentes (*follow-ons*). O montante total dessas ofertas alcançou R\$ 22,5 bilhões.

Banco Santander (Brasil) S.A.

O Grupo Santander posicionava-se entre os dez principais bancos do mundo e era o primeiro na “Zona do Euro” em valor de mercado, conforme informações divulgadas pela *Bloomberg* relativas a 31 de dezembro de 2008. Em 2007, participou do consórcio que fechou o maior negócio da história da indústria bancária do mundo ao adquirir 86% das ações do banco holandês ABN AMRO, por EUR 71 bilhões.

Fundado em 1857, o Grupo Santander detinha, em 31 de dezembro de 2008, mais de US\$ 1,4 trilhão em ativos e administrava US\$ 1,6 trilhão em fundos de investimento. Na mesma data, tinha mais de 80 milhões de clientes, mais de 13,3 mil agências e estava presente em 40 países. O Grupo Santander desenvolve uma importante atividade de negócios na Europa, região em que alcançou uma presença destacada no Reino Unido e em Portugal, por meio do *Abbey National*.

Em 31 de dezembro de 2008, o Grupo Santander registrou lucro líquido de US\$ 12,9 bilhões. Na América Latina, o Grupo Santander é instituição financeira líder, com mais de 6 mil agências, US\$ 264 bilhões em ativos e lucro líquido registrado correspondente a US\$ 4,3 bilhões.

O Grupo Santander atua no Brasil desde 1982. Na década de 1990, o Grupo Santander iniciou um processo de forte crescimento dos negócios no País com a aquisição de 5 instituições financeiras: Banco Geral do Comércio S.A., Banco Noroeste S.A., Banco Meridional S.A., Banco Bozano, Simonsen S.A. e Banco do Estado de São Paulo S.A. – Banespa. Atualmente, com a compra do ABN AMRO Real, o Santander tornou-se o terceiro maior banco privado do País no ranking por ativos, conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil relativos 31 de dezembro de 2008. O Santander tem presença ativa em todos os segmentos do mercado financeiro, com uma completa gama de produtos e serviços em diferentes segmentos de clientes: pessoas físicas, pequenas e médias empresas, corporações, governos e instituições. A sua presença está estrategicamente concentrada nas principais cidades das regiões sul e sudeste do Brasil, responsáveis pela maior fatia do PIB nacional.

No Brasil, o Santander encerrou o ano de 2008 com uma carteira de 9,2 milhões de clientes, 3.592 pontos de venda, 18.115 caixas eletrônicos, R\$ 315 bilhões em ativos e patrimônio líquido correspondente a R\$ 23,5 bilhões. O Santander no Brasil possui uma participação de 12% do lucro mundial do Grupo Santander e de 38% no resultado da América Latina.

O Santander tem, consistentemente, ocupado posição de destaque no mercado de renda fixa local. No período encerrado em 31 de março de 2009, foi a terceira instituição no ranking de volume de originação de renda fixa da ANBID, tendo intermediado operações que totalizaram R\$ 399 milhões, equivalente a 12,9% do volume de originação acumulado em 31 de março de 2009.

Em 2006, o Santander estruturou e atuou como coordenador líder da maior operação da história do mercado de renda fixa brasileiro: a sétima emissão pública de debêntures da Companhia Vale do Rio Doce, no valor de R\$ 5,5 bilhões. Nos anos de 2007, 2008 e 2009, as seguintes operações mereceram destaque: (i) a sétima emissão pública de debêntures da Telemar Participações S.A., no montante total de R\$ 250 milhões; (ii) a segunda emissão pública de debêntures da Tractebel Energia S.A., no montante total de R\$ 350 milhões; (iii) a primeira emissão pública de debêntures da Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A., no montante total de R\$ 200 milhões; (iv) a primeira emissão pública de debêntures da Klabin Segall S.A., no montante total de R\$ 202,5 milhões; (v) a primeira emissão pública de debêntures da Cia Providência Indústria e Comércio, no montante total de R\$ 150 milhões; e (vi) a terceira emissão pública de debêntures da Tractebel Energia S.A., no montante total de R\$ 600 milhões.

No segmento de operações estruturadas, o Santander intermediou importantes operações do mercado em 2007 e 2008, por meio de FIDCs e CRIs, quais sejam: (i) CRIs da primeira emissão da WT VRJ Securitizadora de Créditos Imobiliários S.A., totalizando R\$ 126,9 milhões; (ii) alienação de quotas subordinadas do FIDC Chemical, totalizando R\$ 41,8 milhões; (iii) CRIs da 3ª série e 4ª série da primeira emissão da Rio Bravo Crédito Cia. de Securitização, lastreados em créditos imobiliários devidos pela Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A., totalizando R\$ 100,2 milhões e R\$ 99,6 milhões, respectivamente; (iv) FIDC Chemical III, no montante de R\$ 324 milhões, sendo este o primeiro do programa de securitização da Braskem S.A. a ser estruturado com quotas subordinadas mezanino.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

3. INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

- Características da Oferta
 - Composição do Capital Social
 - Autorizações Societárias
 - Requisitos
 - Características da Oferta
- Condições do Contrato de Distribuição
- Relacionamento com os Coordenadores
- Operações Vinculadas à Oferta
- Ressalvas com Relação a Declarações e Estimativas acerca do Futuro
- Destinação de Recursos
- Capitalização

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CARACTERÍSTICAS DA OFERTA**Composição do Capital Social**

Em 31 de março de 2009, o capital social da Emissora era de R\$ 952.491.950,14, representado por 91.880.972 ações ordinárias e 101.878.293 ações preferenciais de sua emissão, ambas nominativas e sem valor nominal, distribuído de acordo com a tabela abaixo:

Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	Participação (%)	Quantidade	Participação (%)	Quantidade	Participação (%)
AEI Finance	-	0,00%	66.744.382	65,51%	66.744.382	34,45%
AEI Investimentos						
Energéticos	6.579.221	7,16%	-	0,00%	6.579.221	3,40%
EPC	59.310.480	64,55%	-	0,00%	59.310.480	30,61%
ETB	25.964.606	28,26%	34.535.204	33,90%	60.499.810	31,22%
Outros	26.665	0,03%	598.707	0,59%	625.372	0,32%
Total	91.880.972	100,00%	101.878.293	100,00%	193.759.265	100,00%

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações e observadas as exceções nela previstas, o valor total das emissões de debêntures de uma companhia não pode ultrapassar o valor de seu capital social. Considerando o valor em aberto de principal e de juros das debêntures emitidas no âmbito da 2ª Emissão no valor de R\$ 577,8 milhões, em 31 de março de 2009, e a distribuição da totalidade das Debêntures da presente Oferta, no valor de R\$ 300 milhões, o valor total aproximado das emissões de debêntures da Emissora será de R\$ 877,8 milhões após a conclusão da presente Oferta, o que não ultrapassará o valor de seu capital social que, em 31 de março de 2009, era de R\$ 952.491.950,14.

Para obter informações adicionais sobre o histórico da Emissora, vide a seção “Informações sobre a Emissora - Atividades da Emissora – Histórico da Emissora” na página 216 deste Prospecto Definitivo.

Autorizações Societárias

A Emissão foi aprovada pela (i) Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 17 de março de 2009, cuja ata foi arquivada na JUCESP em 27 de março de 2009, sob nº 112.648/09-5, e publicada nos jornais “Valor Econômico”, edição nacional, e “Diário Oficial do Estado de São Paulo”, em 19 de março e 16 de abril de 2009, (ii) Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária da Emissora, realizada em 02 de abril de 2009, cuja ata foi arquivada na JUCESP em 06 de abril de 2009 sob nº 123.794/09-2, e publicada nos jornais “Valor Econômico”, edição nacional, e “Diário Oficial do Estado de São Paulo”, em 07 e 16 de abril de 2009, (iii) Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 07 de maio de 2009, cuja ata foi arquivada na JUCESP em 13 de maio de 2009, sob nº 161.038/09-8, e publicada nos jornais “Valor Econômico”, edição nacional, e “Diário Oficial do Estado de São Paulo”, em 12 de maio de 2009 e 26 de maio de 2009; (iv) Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 25 de maio de 2009, cuja ata foi arquivada na JUCESP em 4 de junho de 2009, sob nº 194.414./09-7, e publicada nos jornais “Valor Econômico”, edição nacional, em 28 de maio de 2009 e 19 de junho de 2009, e “Diário Oficial do Estado de São Paulo” em 28 de maio de 2009 e 20 de junho de 2009; e (v) Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 19 de junho de 2009, cuja ata foi arquivada na JUCESP em 24 de junho de 2009, sob o nº 218.771/09-5, e publicada nos jornais “Valor Econômico”, edição nacional, em 23 de junho de 2009 e 30 de junho de 2009, e “Diário Oficial do Estado de São Paulo”, em 23 de junho de 2009 e 30 de junho de 2009.

ELEKTRO

Requisitos

A Oferta será registrada na CVM nos termos (i) da Lei das Sociedades por Ações; (ii) da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada; (iii) da Instrução CVM 400 e (iv) das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

O registro da Oferta foi realizado por meio do procedimento simplificado previsto na Instrução CVM 471, sendo o pedido de registro da Oferta previamente submetido à análise da Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID em observância ao disposto no “Código de Auto-Regulação da ANBID para as Atividades Conveniadas”.

Tendo em vista as atividades desenvolvidas pela Emissora, a Oferta foi objeto de pedido de autorização prévia à ANEEL, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis às concessionárias de serviços de energia elétrica.

Características da Oferta

Quantidade das Debêntures e Número de Séries

Serão emitidas 30.000 Debêntures, em uma única série.

Valor Nominal Unitário, Valor Total da Emissão e Data de Emissão

As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 10.000,00, perfazendo o montante total de R\$ 300.000.000,00 na Data de Emissão. Para todos os efeitos legais, a Data de Emissão das Debêntures é 18 de junho de 2009.

Conversibilidade, Tipo e Forma

As Debêntures serão nominativas e escriturais, não conversíveis em ações da Emissora.

Espécie e Garantia

As Debêntures serão da espécie quirografária, sem qualquer garantia ou preferência.

Prazo e Data de Vencimento

As Debêntures têm prazo de vigência de 27 meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 18 de setembro de 2011.

Distribuição e Negociação

As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário (i) por meio do SDT e do SND, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (ii) por meio do DDA e do Bovespafix, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA, sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia e a liquidação financeira da Oferta e da negociação das Debêntures.

Certificado de Debêntures

As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pela Itaú Corretora,

prestador de serviços de escrituração das Debêntures e, adicionalmente, (i) para as Debêntures custodiadas na CETIP, será expedido extrato em nome dos titulares de Debêntures, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures; e (ii) para as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA, será expedido extrato em nome dos titulares de Debêntures, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.

Preço de Subscrição e Forma de Integralização

As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva subscrição e integralização. As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição.

Remuneração das Debêntures

As Debêntures farão jus à Remuneração equivalente à Taxa DI acrescida exponencialmente de spread de 1,40% ao ano, base 252 dias úteis, conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding* e ratificado em reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 19 de junho de 2009.

A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures desde a Data de Emissão ou a data de vencimento do Período de Capitalização imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNeX(\text{FatorJuros}-1)$$

Sendo que:

J = valor unitário dos juros devidos em cada Data de Pagamento da Remuneração, calculado com 6 casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário de emissão ou saldo do valor nominal da debênture, informado/calculado com 6 casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = (FatorDI x FatorSpread), calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

Fator DI = produtório das taxas DI_k, da Data de Emissão, inclusive, até cada Data de Pagamento da Remuneração, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

Sendo que:

n = número total de Taxas DI consideradas na apuração do produtório, sendo “n” um número inteiro;

K = número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n;

ELEKTRO

TDIk = fator da taxa DI_k, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Sendo que:

DI_k = Taxa DI de ordem k divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread= sobretaxa de juros fixos calculados com 9 casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$Fator\ Spread = \left(\frac{Spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}}$$

Sendo que:

spread = Acréscimo Sobre a Taxa DI, conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding*, na forma percentual ao ano, informado com 4 casas decimais; e

n = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior e a próxima Data de Pagamento da Remuneração, sendo "n" um número inteiro.

Observações:

- A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP;
- O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 casas decimais, sem arredondamento;
- Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 casas decimais, com arredondamento; e
- O fator resultante da expressão $(Fator\ DI \times FatorSpread)$ deve ser considerado com 9 casas decimais, com arredondamento.

Periodicidade de Pagamento da Remuneração

Os pagamentos da Remuneração serão realizados de acordo com o seguinte cronograma: (i) durante o período compreendido entre a Data de Emissão e o 18º mês após a Data de Emissão, os pagamentos da Remuneração serão realizados semestralmente, nas seguintes datas: 18 de dezembro de 2009 e 18 de junho de 2010; e (ii) a partir do 18º mês após a Data de Emissão e até a Data de Vencimento, os pagamentos da Remuneração serão realizados trimestralmente, nas seguintes datas: 18 de dezembro de 2010, 18 de março de 2011, 18 de junho de 2011 e 18 de setembro de 2011.

Resgate Antecipado

A Emissora reserva-se o direito de, a seu exclusivo critério, a qualquer momento a partir do 12º mês contado da Data de Emissão, promover resgate(s) antecipado(s) de parte ou da totalidade das Debêntures em circulação.

O Resgate Antecipado parcial deverá ser realizado mediante sorteio, nos termos do artigo 55, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações.

O Resgate Antecipado parcial ou total será realizado mediante o pagamento do Valor de Resgate, que compreenderá o Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, acrescido de prêmio calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = d/D * 0,0065 * \text{Valor de Resgate}$$

sendo que:

P= prêmio de resgate apurado sobre o Valor de Resgate, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

d= quantidade de dias corridos entre a data de pagamento do Valor de Resgate e a Data de Vencimento;

D= quantidade de dias corridos entre a data de início do Prazo para Resgate Antecipado e a Data de Vencimento.

Para as debêntures registradas na CETIP, o Resgate Antecipado parcial deverá ocorrer através de “operação de compra e venda definitiva no mercado secundário”, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos titulares de Debêntures, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por cada titular de Debêntures, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalização do Resgate Antecipado, não haverá a necessidade de aditamento à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

Oferta de Resgate Antecipado

A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, mediante deliberação pelo conselho de administração, realizar Oferta de Resgate Antecipado endereçada a todos os titulares de Debêntures, sem distinção, sendo assegurado a todos os titulares de Debêntures igualdade de condições para aceitar a Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures de sua titularidade. A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada da seguinte forma:

- (i) a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio da publicação de Edital de Oferta de Resgate Antecipado, incluindo: (a) se o resgate antecipado será total ou parcial, bem como o procedimento a ser observado em caso de resgate antecipado parcial (sorteio, nos termos do artigo 55, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, ou ordem cronológica de aceitação da respectiva Oferta de Resgate Antecipado); (b) o valor do prêmio de resgate, se houver; (c) a data efetiva para o resgate das Debêntures e pagamento dos valores devidos aos titulares de Debêntures; (d) forma de manifestação dos titulares de Debêntures que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado; e (e) demais informações necessárias à tomada de decisão pelos titulares de Debêntures e à operacionalização do resgate das Debêntures;

ELEKTRO

- (ii) após a publicação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado, os titulares de Debêntures que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado deverão se manifestar nesse sentido ao Agente Fiduciário até o encerramento do prazo a ser estabelecido no Edital de Oferta de Resgate Antecipado. Ao final deste prazo, a Emissora terá três dias úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, ficando certo que todas as Debêntures objeto da Oferta de Resgate Antecipado serão liquidadas em uma única data;
- (iii) a Emissora poderá condicionar a realização da Oferta de Resgate Antecipado à sua aceitação por um percentual mínimo dos titulares de Debêntures, a ser definido e divulgado por meio do Edital de Oferta de Resgate Antecipado;
- (iv) o valor a ser pago aos titulares de Debêntures será correspondente ao Valor Nominal Unitário não amortizado acrescido (a) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso; e (b) de eventual prêmio a ser oferecido aos titulares de Debêntures, a exclusivo critério da Emissora; e
- (v) para as Debêntures custodiadas na CETIP, os pagamentos serão realizados em observância aos procedimentos descritos no item “Resgate Antecipado” acima.

As Debêntures resgatadas antecipadamente nos termos deste item “Oferta de Resgate Antecipado” serão canceladas pela Emissora. Os pagamentos devidos aos titulares de Debêntures em razão da aceitação de Oferta de Resgate Antecipado serão efetuados por meio da CETIP ou da BM&FBOVESPA, conforme as Debêntures estejam custodiadas junto à CETIP ou à BM&FBOVESPA, observados os respectivos procedimentos específicos. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP ou à BM&FBOVESPA terão os seus pagamentos realizados junto ao Banco Mandatário.

Amortização Programada

O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado a partir do 18º mês após a Data de Emissão, inclusive, trimestralmente, sendo o primeiro pagamento de amortização devido em 18 de dezembro de 2010 e o último na Data de Vencimento, ou seja, em 18 de setembro de 2011, observadas as seguintes proporções e montantes totais, nos termos da Escritura de Emissão: (i) 19,10% do Valor Nominal Unitário em 18 de dezembro de 2010, perfazendo o montante total de R\$ 57.300.000,00; (ii) 19,10% do Valor Nominal Unitário em 18 de março de 2011, perfazendo o montante total de R\$ 57.300.000,00; (iii) 18,90% do Valor Nominal Unitário em 18 de junho de 2011, perfazendo o montante total de R\$ 56.700.000,00; e (iv) o saldo remanescente do Valor Nominal Unitário em 18 de setembro de 2011, em montante total de R\$ 128.700.000,00.

Repactuação Programada

As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação por preço não superior ao Valor Nominal Unitário não amortizado acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da efetiva aquisição, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações.

As Debêntures objeto desse procedimento poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora ou ser colocadas para negociação no mercado.

Vencimento Antecipado

Observado o disposto nos parágrafos abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes da Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures em circulação acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência das seguintes hipóteses:

- (a) falta de pagamento de dívidas ou descumprimento de obrigações pecuniárias pela Emissora cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$ 30 milhões, e que não seja regularizada(o) no prazo máximo de 2 dias úteis contados da data do inadimplemento ou descumprimento de tal obrigação pecuniária;
- (b) vencimento antecipado de obrigações pecuniárias da Emissora cujo valor individual ou agregado, na respectiva data de vencimento antecipado, seja superior a R\$ 30 milhões, ressalvada a hipótese da Emissora, por meio de acordo, medida judicial ou arbitral, reverter a declaração do vencimento antecipado de tais obrigações no prazo de até 5 dias úteis, sem que deva garantir tal reversão com pecúnia ou outros bens em valor correspondente ou superior às obrigações vencidas antecipadamente;
- (c) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora, no mercado local ou internacional, cujo valor individual ou agregado, na respectiva data de protesto, seja superior a R\$ 30 milhões, e que não seja sanado no prazo máximo de 5 dias úteis contados a partir da data em que a Emissora tome conhecimento do referido protesto, à exceção de protesto efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora no prazo referido acima;
- (d) descumprimento de qualquer decisão judicial transitada em julgado de natureza condenatória contra a Emissora, em valor, individual ou agregado, na data da referida decisão, igual ou superior a R\$ 30 milhões, ou seu equivalente em outra moeda;
- (e) descumprimento de qualquer decisão administrativa de entidade regulatória contra a qual não seja obtido efeito suspensivo no prazo de até 2 dias úteis e que possa, comprovadamente, impactar de maneira significativa as condições econômicas, financeiras e/ou operacionais da Emissora, incluindo, sem limitação, a concessão da Emissora para explorar atividades relacionadas à distribuição de energia elétrica, nos termos do respectivo contrato de concessão em vigor;
- (f) decretação de falência, liquidação ou dissolução da Emissora, bem como pedido de falência não elidido no prazo legal;
- (g) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou autofalência formulado pela Emissora ou, ainda, qualquer procedimento análogo que caracterize estado de insolvência, incluindo acordo com credores, nos termos da legislação aplicável;
- (h) cisão, fusão ou incorporação da Emissora por outra sociedade, salvo (i) se tal alteração societária for previamente aprovada em Assembléia Geral de Debenturistas convocada para esse fim por titulares de Debêntures representando, no mínimo, 2/3 das Debêntures em circulação; ou (ii) se for garantido o direito de resgate aos titulares de Debêntures que não concordarem com referida cisão, fusão ou incorporação;
- (i) alteração no controle acionário direto ou indireto da Emissora, exceto nos casos de reorganização societária que envolva, exclusivamente, os atuais acionistas controladores diretos e indiretos da Emissora;

ELEKTRO

- (j) limitação da concessão da Emissora para explorar atividades relacionadas à distribuição de energia elétrica, nos termos do Contrato de Concessão da Emissora em vigor, desapropriação ou confisco de ativos permanentes ou, ainda, qualquer outra medida que resulte (i) na perda de, no mínimo, 20% da capacidade de distribuição de energia elétrica da Emissora, tomando-se por base a capacidade de distribuição de energia elétrica da Emissora na data de celebração da Escritura de Emissão, e/ou (ii) na incapacidade de gestão dos negócios da Emissora e/ou de suas controladas operacionais e que, comprovadamente, afete a capacidade de pagamento da Emissora com relação às obrigações assumidas perante os titulares de Debêntures;
- (k) perda da concessão da Emissora para explorar atividades relacionadas à distribuição de energia elétrica, nos termos do Contrato de Concessão;
- (l) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (m) transferência, pela Emissora, de qualquer obrigação relacionada às Debêntures, exceto se houver anuência prévia e expressa dos titulares de Debêntures representando, no mínimo, 2/3 das Debêntures em circulação;
- (n) alteração ou modificação do objeto social da Emissora, exceto se houver anuência prévia e expressa dos titulares de Debêntures representando, no mínimo, 2/3 das Debêntures em circulação;
- (o) redução do capital social da Emissora, exceto se previamente autorizado pelos titulares de Debêntures representando, no mínimo, 2/3 das Debêntures em circulação;
- (p) pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto Social da Emissora, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caso a Emissora esteja em mora com relação ao pagamento de parcela ou saldo do Valor Nominal Unitário, da Remuneração e/ou de quaisquer outros valores devidos aos titulares de Debêntures nos termos da Escritura de Emissão;
- (q) inadimplemento, pela Emissora, com relação ao pagamento do Valor Nominal Unitário, da Remuneração e/ou de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures prevista na Escritura de Emissão, não sanado no prazo máximo de 2 dias úteis contados da data do inadimplemento;
- (r) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão não sanado no prazo máximo de 5 dias úteis contados da data de recebimento de comunicação acerca do referido descumprimento; e
- (s) não observância pela Emissora, por 2 trimestres consecutivos enquanto houver Debêntures em circulação, de qualquer dos seguintes Índices e Limites Financeiros a serem calculados trimestralmente:
 - 1. Endividamento Financeiro Líquido/EBITDA – Escritura de Emissão menor ou igual a 2,5; e
 - 2. EBITDA – Escritura de Emissão/Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 3,0.

A) Para os fins do disposto na alínea (s) acima:

“Endividamento Financeiro Líquido”: é o endividamento financeiro deduzido do saldo de caixa e das disponibilidades financeiras da Emissora (incluindo valores empenhados), excluídos os empréstimos setoriais concedidos e a serem concedidos pela ELETROBRÁS;

“EBITDA – Escritura de Emissão”: é o somatório do lucro líquido dos últimos quatro trimestres antes de deduzidos (i) o imposto de renda e contribuição social, (ii) a depreciação e as amortizações, inclusive a amortização do ágio pago na aquisição da Emissora, (iii) as despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras, (iv) os resultados de participações societárias, e (v) a reversão da despesa financeira com juros sobre capital próprio; e

“Despesa Financeira Líquida”: é a despesa financeira deduzida das receitas financeiras dos últimos quatro trimestres. As despesas financeiras excluem aquelas associadas (i) aos empréstimos setoriais concedidos e a serem concedidos pela Eletrobrás; (ii) ao PIS e COFINS sobre receita financeira; (iii) aos juros sobre capital próprio; (iv) à variação cambial sobre as compras de energia de Furnas/Itaipu.

B) Os Índices e Limites Financeiros serão apurados e verificados pelo Agente Fiduciário trimestralmente, no encerramento de cada trimestre contábil, com base nas informações financeiras da Emissora apresentadas à CVM. A primeira apuração e verificação dos Índices e Limites Financeiros, nos termos da Escritura de Emissão, deverá considerar o trimestre contábil a ser encerrado em 30 de setembro de 2009.

Os valores mencionados nas alíneas (a) a (d) acima serão corrigidos anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

A Emissora deverá comunicar o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração na legislação e/ou nas práticas contábeis aplicáveis à elaboração das suas demonstrações financeiras que resulte em impacto relevante nos critérios e parâmetros de cálculo dos Índices e Limites Financeiros. Nessa hipótese, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre eventual adequação dos Índices e Limites Financeiros às novas regras ou práticas contábeis, que deverá ser aprovada por titulares de Debêntures representando, no mínimo, 2/3 das Debêntures em circulação.

Exclusivamente na hipótese prevista no parágrafo acima, eventual desenquadramento de qualquer dos Índices e Limites Financeiros durante o período entre (i) a convocação da Assembleia Geral de Debenturistas referida no parágrafo acima; e (ii) a definição dos novos critérios e parâmetros de cálculo dos Índices e Limites Financeiros, não ensejará a declaração do vencimento antecipado das Debêntures nos termos da Escritura de Emissão.

Caso a Assembleia Geral de Debenturistas não delibere sobre os novos critérios e parâmetros de cálculo dos Índices e Limites Financeiros ou não seja instalada por falta de quorum, em primeira e segunda convocação, serão considerados mantidos os Índices e Limites Financeiros estabelecidos na Escritura de Emissão e eventual desenquadramento, a partir desse momento, poderá ensejar a declaração do vencimento antecipado das Debêntures nos termos da Escritura de Emissão.

Ressalvada a hipótese prevista acima, a alteração de qualquer dos Índices e Limites Financeiros, por qualquer motivo, deverá ser aprovada por titulares de Debêntures representando 90% das Debêntures em circulação.

A data de vencimento antecipado das Debêntures será qualquer uma das seguintes datas: (i) na hipótese dos eventos previstos nas alíneas (a), (b), (c), (f), (g), (h), (k), (l), (m), (n), (o), (p), (q) e (r) acima, será a data em que ocorrer qualquer dos eventos ali referidos, quando o vencimento antecipado das Debêntures, independente de notificação do Agente Fiduciário nesse sentido, será declarado automaticamente pelo Agente Fiduciário; (ii) ocorrendo os eventos previstos nas alíneas (d), (e), (i), (j) ou (s) acima, será a data em que se realizar a Assembleia Geral de Debenturistas referida abaixo, se tal Assembleia Geral aprovar o vencimento antecipado das Debêntures, sendo que o Agente Fiduciário deverá comunicar eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures à Emissora no prazo máximo de 2 dias úteis.

Na ocorrência de qualquer dos eventos previstos nas alíneas (d), (e), (i), (j) ou (s) acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 2 dias úteis contados da data em que for constatada a ocorrência do referido evento, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

ELEKTRO

Caso a Assembléia Geral de Debenturistas referida acima não delibere sobre a eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures ou não seja instalada por falta de quorum, em primeira e segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures, acrescido da Remuneração e outros encargos devidos até a data do efetivo pagamento, a menos que titulares de Debêntures que representem pelo menos 2/3 das Debêntures em circulação optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, hipótese na qual não haverá vencimento antecipado das Debêntures.

Eventual suspensão dos trabalhos da Assembléia Geral de Debenturistas para reabertura em data diversa daquela originalmente estabelecida para a sua realização, desde que a data de reabertura da referida Assembléia Geral de Debenturistas seja aprovada pelos titulares de Debêntures presentes na Assembléia Geral de Debenturistas cujos trabalhos tenham sido objeto de suspensão, não ensejará a declaração do vencimento antecipado das Debêntures nos termos da Escritura de Emissão.

Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obrigase a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures em circulação acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura da Emissão, em até 5 dias úteis contados da comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento de encargos moratórios.

Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora por meio da CETIP ou da BM&FBOVESPA, conforme as Debêntures estejam custodiadas junto à CETIP ou à BM&FBOVESPA. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP ou à BM&FBOVESPA terão os seus pagamentos realizados junto ao Banco Mandatário.

Multa e Juros Moratórios

Ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora, de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% e (ii) juros moratórios à razão de 1% ao mês, ambos incidentes sobre as quantias em atraso.

Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto no item “Multa e Juros Moratórios” acima, o não comparecimento do titular de Debêntures para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas na Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe assegurado, todavia, o direito adquirido até a data do respectivo vencimento.

Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão, até o primeiro dia útil subsequente, se o respectivo vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP ou da BM&FBOVESPA, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

Assembléia Geral de Debenturistas*Convocação*

Os titulares de Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia Geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de Debêntures. A Assembléia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

A Assembléia Geral de Debenturistas será convocada com antecedência mínima de 15 dias em primeira convocação e com antecedência mínima de oito dias em segunda convocação. Independentemente das formalidades previstas na Lei das Sociedades por Ações e na Escritura de Emissão, será considerada regular a Assembléia Geral de Debenturistas a que comparecerem a totalidade dos titulares de Debêntures.

Aplicar-se-á à Assembléia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

A presidência da Assembléia Geral de Debenturistas caberá, conforme quem a tenha convocado, respectivamente, ao Agente Fiduciário, à Emissora, ao titular de Debêntures eleito pelos demais titulares de Debêntures presentes ou àquele que for designado pela CVM.

Quorum de Instalação

A Assembléia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, metade das Debêntures e, em segunda convocação, com qualquer número.

Quorum de Deliberação

Na Assembléia Geral de Debenturistas, cada Debênture em circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas na Escritura de Emissão e no parágrafo abaixo, serão tomadas por titulares de Debêntures representando 2/3 das Debêntures em circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

Quaisquer alterações no prazo de vigência das Debêntures, na Remuneração (com exceção da hipótese em que não houver acordo sobre nova remuneração nos termos do item “Remuneração das Debêntures” da seção “Características da Oferta” deste Prospecto Definitivo), nas datas de pagamento de Amortização Programada, nas Datas de Pagamento da Remuneração, no quorum de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas e nos eventos de vencimento antecipado (com exceção da hipótese de alteração dos Índices e Limites Financeiros para adequação a novas regras ou práticas contábeis aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras da Emissora), conforme previsto na Escritura de Emissão, deverão ser aprovadas por titulares de Debêntures representando 90% das Debêntures em circulação.

Serão consideradas como Debêntures em circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria ou que sejam pertencentes ao acionista controlador da Emissora ou a qualquer de suas controladas e coligadas, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes de segundo grau.

Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas para prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

Publicidade

Todos os atos e decisões relevantes relativos exclusivamente à Emissão e/ou às Debêntures que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos titulares de Debêntures, a critério razoável da Emissora, deverão ser publicados sob a forma de “Aviso aos Debenturistas” no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico, utilizados pela Emissora para efetuar as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações e pela CVM.

ELEKTRO

Imunidade dos Titulares das Debêntures

Caso qualquer titular de Debêntures goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 dias úteis antes da data prevista para recebimento de pagamentos referentes às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

Classificação de Risco

A Emissora contratou a Standard & Poor's para elaborar a classificação de risco (rating) das Debêntures. A Standard & Poor's atribuiu rating "brAA+" às Debêntures.

Local onde as Debêntures podem ser Adquiridas

Os interessados em adquirir Debêntures poderão contatar os Coordenadores nos endereços abaixo indicados, nos quais poderão, também, obter cópia deste Prospecto Definitivo:

Coordenador Líder

Banco Itaú BBA S.A.

Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 4º andar - parte
São Paulo – SP

At.: Sr. Eduardo Prado Santos
Tel.: (11) 3708-8717
Fax: (11) 3708-8172
E-mail: epsantos@itaubba.com.br

Coordenador

Banco Santander (Brasil) S.A.

Rua Hungria, n.º 1.400, 5º andar
São Paulo – SP

At.: Sr. Ricardo Corradi Leoni
Tel.: (11) 3012-7195
Fax: (11) 3012-7376
E-mail: ricardoc@santander.com.br

Público Alvo

A Oferta será destinada a pessoas físicas, pessoas jurídicas, fundos de investimento, fundos de pensão, administradores de recursos de terceiros, instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização, bem como outros investidores considerados institucionais ou qualificados, nos termos da Instrução CVM n.º 409, levando em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta.

Declaração de Inadequação do Investimento

A Oferta não é adequada a investidores que necessitam de ampla liquidez em seus títulos, uma vez que o mercado secundário brasileiro para negociação de debêntures é restrito.

Informações Complementares

Quaisquer informações ou esclarecimentos sobre a Emissora, a Oferta e as Debêntures poderão ser obtidos na CVM ou nas sedes da Emissora e dos Coordenadores, nos endereços referidos acima.

CONDIÇÕES DO CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO

Nos termos da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e da Instrução CVM 400, foi celebrado o Contrato de Distribuição, por meio do qual a Emissora contratou os Coordenadores para serem responsáveis pela colocação das Debêntures junto ao público investidor. O Contrato de Distribuição encontra-se disponível para consulta ou cópia na sede da Emissora ou dos Coordenadores, nos endereços indicados na seção “Informações sobre Administradores, Coordenadores, Consultores e Auditores – Exemplos do Prospecto Definitivo” na página 53 deste Prospecto Definitivo.

De acordo com o Contrato de Distribuição, a Oferta será realizada conforme as condições descritas a seguir.

Regime e Prazo de Colocação

Os Coordenadores realizarão a colocação pública da totalidade das Debêntures sob o regime de garantia firme, de forma não solidária entre os Coordenadores, observada a seguinte alocação:

- a) O Itaú BBA será responsável pela colocação, sob o regime de garantia firme, de 15.000 Debêntures, no valor em reais, na Data de Emissão, de R\$ 150.000.000,00; e
- b) O Santander será responsável pela colocação, sob o regime de garantia firme, de 15.000 Debêntures, no valor em reais, na Data de Emissão, de R\$ 150.000.000,00.

As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário (i) por meio do SDT e do SND, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (ii) por meio do DDA e do BOVESPAFIX, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA, sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia e a liquidação financeira da Oferta e da negociação das Debêntures.

O prazo máximo de colocação das Debêntures será de 5 dias úteis contados da data da publicação do Anúncio de Início.

Não será admitida a distribuição parcial das Debêntures, sendo que a Oferta somente será concluída em havendo a subscrição e integralização, durante o Prazo de Colocação, da totalidade das Debêntures. Os Coordenadores serão responsáveis pela subscrição e integralização das Debêntures objeto de garantia firme que não tenham sido subscritas e integralizadas no âmbito da Oferta, sendo a responsabilidade dos Coordenadores limitada à quantidade de Debêntures alocada para cada Coordenador, nos termos do Contrato de Distribuição.

Na hipótese de exercício da garantia firme de colocação, a totalidade das Debêntures fará jus à Remuneração equivalente à Taxa DI acrescida de spread de 2,80% ao ano, base 252 dias úteis, nos termos do Contrato de Distribuição.

Na hipótese de não conclusão da Oferta por qualquer motivo, os investidores que já tiverem subscrito e integralizado Debêntures receberão da Emissora, por meio dos Coordenadores, os montantes utilizados na integralização de Debêntures no prazo a ser indicado no Anúncio de Início, que não será superior a 5 dias úteis contados da data de publicação de anúncio informando sobre a não conclusão da Oferta, deduzidos dos encargos e tributos devidos, sem qualquer remuneração.

ELEKTRO

Na hipótese de restituição de quaisquer valores aos investidores, os investidores deverão fornecer recibo de quitação relativo aos valores restituídos, bem como efetuar a devolução dos boletins de subscrição das Debêntures cujos valores tenham sido restituídos.

Os Coordenadores poderão, a qualquer momento após a publicação do Anúncio de Encerramento e até a Data de Vencimento, revender as Debêntures eventualmente adquiridas em virtude do exercício da garantia firme de colocação, pelo saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário atualizado pela Remuneração, com ou sem aplicação de ágio ou deságio, conforme o caso, de acordo com a demanda do mercado e as condições mercadológicas prevalentes à época da Oferta. A revenda das Debêntures aqui mencionada deverá ser efetuada em observância à regulamentação aplicável.

O Preço de Integralização das Debêntures será o correspondente ao Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da sua efetiva subscrição e integralização, nos termos da Escritura de Emissão.

Plano de Distribuição das Debêntures

Os Coordenadores iniciarão a Oferta após o registro da Oferta junto à CVM, a publicação do Anúncio de Início e a disponibilização deste Prospecto Definitivo ao público investidor. A colocação das Debêntures junto ao público investidor será realizada de acordo com os procedimentos do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP; e do DDA, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA.

As Debêntures serão colocadas pelos Coordenadores junto a pessoas físicas, pessoas jurídicas, fundos de investimento, fundos de pensão, administradores de recursos de terceiros, instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização, bem como investidores considerados institucionais ou qualificados, nos termos da Instrução CVM n.º 409, levando em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta. Os Coordenadores, com expressa anuência da Emissora, organizarão a colocação das Debêntures perante os investidores interessados, podendo levar em conta suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, tendo sido realizada a coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, por meio do Procedimento de Bookbuilding.

Para fins do disposto no parágrafo 2º do artigo 14 e no artigo 24 da Instrução CVM 400, a Emissão e a Oferta não poderão ser aumentadas, a critério da Emissora ou dos Coordenadores.

Modificação, Suspensão e Revogação da Oferta e Restituição de Valores

Na hipótese de modificação das condições da Oferta, os investidores que já tiverem aderido à Oferta terão que confirmar no prazo de 5 dias úteis do recebimento da comunicação do Coordenador Líder, seu interesse em manter a sua aceitação à Oferta, sendo presumida a manutenção da aceitação em caso de silêncio.

Na hipótese de ocorrência de qualquer fato ou irregularidade, inclusive após a obtenção do registro da Oferta, que seja relevante o suficiente para justificar a suspensão ou o cancelamento do registro da Oferta, o Coordenador Líder deverá suspender ou cancelar a Oferta e comunicar imediatamente a ocorrência do ato ou irregularidade à Emissora e à CVM, que verificará se a ocorrência do fato ou da irregularidade são sanáveis, nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400.

Na hipótese de (i) revogação da Oferta ou (ii) revogação, pelos investidores, de sua aceitação da Oferta, em caso de modificação das condições da Oferta, nos termos dos artigos 25 e 26 da Instrução CVM 400, os montantes eventualmente utilizados por investidores na integralização de Debêntures durante o Prazo de Colocação serão integralmente restituídos pela Emissora aos Coordenadores e aos respectivos investidores, conforme o caso, no prazo a ser indicado no Anúncio de Início, nos termos do artigo 26 da Instrução CVM 400, deduzidos dos encargos e tributos devidos, sem qualquer remuneração. Neste caso, os investidores deverão fornecer recibo de quitação à Emissora referente aos valores restituídos, bem como efetuar a devolução dos boletins de subscrição referentes às Debêntures já integralizadas.

Cronograma de Etapas da Oferta

Encontra-se abaixo um cronograma estimado das etapas da Oferta, informando seus principais eventos a partir da data da publicação do Aviso ao Mercado:

Eventos	Data Prevista*
Protocolo do pedido de registro da Oferta na ANBID	15/05
Publicação de Fato Relevante sobre o protocolo do pedido de registro da Oferta na ANBID	18/05
Disponibilização do Prospecto Preliminar ao público investidor	18/05
Prazo para atendimento de exigências apresentadas pela ANBID	26/05
Publicação do Aviso ao Mercado	26/05
Início das apresentações para potenciais investidores	27/05
Encaminhamento do pedido de registro da Oferta à CVM	27/05
Encerramento das apresentações para potenciais investidores	29/05
Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	19/06
Reunião do Conselho de Administração para ratificar a Remuneração, conforme definida no Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	19/06
Obtenção do Registro da Oferta na CVM	25/06
Publicação do Anúncio de Início	26/06
Liquidação da Oferta	01/07
Publicação do Anúncio de Encerramento	02/07

*As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações e atrasos.

Remuneração dos Coordenadores

Pela prestação dos serviços relativos à colocação pública das Debêntures, serão devidas pela Emissora aos Coordenadores comissões equivalentes a 0,60% incidente sobre o valor total da Emissão, sendo:

- a) Comissão de Estruturação e Coordenação: equivalente a 0,30% incidente sobre o valor total da Emissão; e
- b) Comissão de Colocação: equivalente a 0,30% incidente sobre o valor total da Emissão.

Pela prestação da garantia firme de colocação das Debêntures, será devida pela Emissora aos Coordenadores prêmio de garantia firme equivalente a 0,30% incidente sobre o valor total da Emissão.

Os valores mencionados acima deverão ser pagos pela Emissora aos Coordenadores à vista, em moeda corrente nacional, na proporção do volume de garantia firme prestada por cada Coordenador, na Data de Liquidação, não sendo restituíveis, parcial ou totalmente, em qualquer hipótese.

Na hipótese de contratação de Instituições Consorciadas para participar da Oferta, serão deduzidos da remuneração devida pela Emissora aos Coordenadores, conforme aplicável, os eventuais valores devidos às Instituições Consorciadas nos termos dos respectivos Contratos de Adesão.

Adicionalmente, os Coordenadores estão autorizados a contratar, por conta e ordem da Emissora, sociedades pertencentes aos seus respectivos grupos econômicos para prestar parte dos serviços descritos no Contrato de Distribuição, as quais deverão aderir às condições estabelecidas no Contrato de Distribuição, sendo que, nessa hipótese, os Coordenadores permanecerão responsáveis por todas as obrigações assumidas nos termos do Contrato de Distribuição. Em função da referida contratação, a remuneração devida às Contratadas deverá ser paga diretamente pela Emissora, mediante apresentação de fatura, nota ou recibo emitido pelas Contratadas com relação aos serviços prestados. A remuneração devida às Contratadas somada à remuneração devida aos Coordenadores não excederá os valores previstos acima.

ELEKTRO

Além das comissões e prêmio descritos acima, os Coordenadores não receberão qualquer outra remuneração da Emissora, direta ou indiretamente, no âmbito da Oferta. Adicionalmente, nenhuma outra comissão ou prêmio serão contratados ou pagos pela Emissora aos Coordenadores, direta ou indiretamente, sem a prévia manifestação da CVM.

Demonstrativo do Custo da Oferta

Custos para a Emissora	Montante (R\$)	% sobre o total da Oferta
Comissão de Estruturação e Coordenação	900.000,00	0,300%
Comissão de Colocação	900.000,00	0,300%
Prêmio de Garantia Firme	900.000,00	0,300%
Despesas Gerais	20.000,00	0,007%
Agência de Rating	49.500,00	0,017%
Assessores Legais	220.000,00	0,073%
Material para Roadshow	8.000,00	0,003%
Taxa ANBID	15.000,00	0,005%
Taxa para registro na CVM	82.870,00	0,028%
Total dos custos	3.095.370,00	1,032%
Montante líquido para a Emissora	296.904.630,00	

Preço por Debênture (R\$)	Custo por Debênture (R\$)	% sobre o Custo por Debênture	Montante líquido para a Emissora (R\$)
10.000,00	R\$ 103,18	1,03%	R\$ 9.896,82

Fundo de Sustentação de Liquidez, Contrato de Garantia de Liquidez e Contrato de Estabilização de Preço

Não será (i) constituído fundo de sustentação de liquidez ou (ii) firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no âmbito da Oferta.

RELACIONAMENTO COM OS COORDENADORES

Em 31 de março de 2009, a Emissora mantinha relacionamento comercial relativo à prestação de serviços bancários, incluindo serviços de cobrança e manutenção de conta bancária, com os Coordenadores. Para fins desta seção, também serão considerados os contratos relevantes celebrados pela Emissora com o Unibanco em virtude da unificação das operações financeiras entre o Banco Itaú S.A. e o Unibanco, ambos integrantes do mesmo conglomerado econômico do Coordenador Líder, o Itaú Unibanco Banco Múltiplo S.A.

Segue abaixo uma breve descrição das operações relevantes mantidas entre a Emissora e os Coordenadores e o Unibanco. Para maiores informações sobre os contratos de financiamento relacionados ao BNDES, à ELETROBRÁS e à FINEP, vide seção “Informações sobre a Emissora - Atividades da Emissora – Contratos Relevantes – Contratos Financeiros” na página 230 deste Prospecto Definitivo.

Itaú BBA

Em 31 de março de 2009, a Emissora mantinha relacionamento com o Itaú BBA por meio de serviços de *cash management* e de contratos de repasse dos recursos do BNDES-FINEM celebrados entre 7 de dezembro de 2006 e 24 de novembro de 2008, com vencimento entre 15 de setembro de 2013 e 15 de dezembro de 2015 e remuneração variando entre TJLP acrescida de 1,55% a 4,65% ao ano e IPCA acrescido de 2,45% ao ano, os quais totalizavam aproximadamente R\$ 38 milhões.

Além dos contratos de repasse dos recursos do BNDES-FINEM, conforme descritos acima, a Emissora e o Itaú BBA mantinham relacionamento por meio de (i) contratos de fiança celebrados entre 26 de setembro de 2008 e 8 de janeiro de 2009, por prazo indeterminado e com remuneração entre 0,8% e 1,7% ao ano, os quais totalizavam aproximadamente R\$ 15,5 milhões, destinados à garantia em processos judiciais; (ii) aplicações financeiras em operações compromissadas que totalizavam aproximadamente R\$ 21 milhões, com vencimentos entre 8 de março de 2010 e 15 de março de 2010; e (iii) 14.727 debêntures da 1ª série da 2ª Emissão da Emissora detidas pelo Itaú BBA que, em 31 de março de 2009, totalizava uma dívida total de R\$ 199.4 milhões.

Em 31 de março de 2009, a Emissora também mantinha relacionamento com outras instituições integrantes do conglomerado econômico do Itaú Unibanco Banco Múltiplo S.A., por meio de contratos de leasing celebrados entre 14 de junho de 2007 e 26 de julho de 2008, com vencimento entre 14 de junho de 2012 e 26 de julho de 2013 e remuneração média correspondente à Taxa DI acrescida de 0,37% ao ano, os quais totalizavam aproximadamente R\$ 10,3 milhões.

Adicionalmente, em 31 de março de 2009, o Banco Itaú Europa, integrante do conglomerado econômico do Itaú Unibanco Banco Múltiplo S.A., mantinha relacionamento com a AEI, acionista controladora da Emissora, por meio de empréstimo externo no montante aproximado de R\$ 133 milhões, com vencimento em 2014 e remuneração correspondente à taxa Libor acrescida de 3% ao ano.

Santander

Em 31 de março de 2009, a Emissora mantinha relacionamento com o Santander por meio de contratos de repasse do BNDES-FINAME para aquisição de máquinas e equipamentos, com data de celebração entre 4 de junho de 2007 e 29 de junho de 2007 e vencimento entre 15 de junho de 2012 e 15 de julho de 2012, no valor total de aproximadamente R\$ 2,2 milhões e remuneração correspondente à TJLP acrescida de 2,80% ao ano.

O Santander também emitiu cartas de fiança bancária para garantia das operações de financiamento e concessão de subvenção entre a ELETROBRÁS e a Emissora. Referidas cartas de fiança são renovadas anualmente, sendo as últimas emissões datadas de 18 de junho de 2008 e 26 de setembro de 2008, com respectivos vencimentos em 18 de junho de 2009 e 28 de setembro de 2009. As cartas de fiança têm valores não atualizados entre R\$ 1.651.112,50 e R\$ 12.221.543,28 e remuneração contratada correspondente a 0,40% ao ano.

A Emissora também possui aplicações financeiras em operações compromissadas com o Santander, as quais totalizavam aproximadamente R\$ 45 milhões, com vencimentos entre 1º de outubro de 2009 e 9 de março de 2011.

ELEKTRO

Unibanco

Além do relacionamento com Itaú BBA descrito acima, em 31 de março de 2009, a Emissora mantinha relacionamento com o Unibanco, instituição integrante do conglomerado econômico do Itaú Unibanco Banco Múltiplo S.A., por meio de (i) contratos de repasse dos recursos do BNDES-FINEM celebrados entre 7 de dezembro de 2006 e 24 de novembro de 2008, com vencimento entre 15 de setembro de 2013 e 15 de dezembro de 2015 e remuneração variando entre TJLP acrescida de 1,55% a 4,65% ao ano e IPCA acrescido de 2,45% ao ano, os quais totalizavam aproximadamente R\$ 106,1 milhões; (ii) contratos de repasse do BNDES-FINAME celebrados entre 30 de junho de 2008 e 16 de julho de 2008, com vencimento entre 15 de julho e 15 de agosto de 2013 e remuneração média correspondente à TJLP acrescida de 2,79% ao ano, os quais totalizavam R\$ 3,5 milhões; (iii) contrato de repasse BNDES Automático celebrado em 14 de julho de 2008, com vencimento em 15 de julho de 2013 e remuneração média correspondente à TJLP acrescida de 2,70% ao ano, no valor total de R\$ 2,9 milhões; (iv) contratos de fiança celebrados entre 11 de dezembro de 2007 e 8 de dezembro de 2008, com vencimento entre 14 de setembro de 2009 e 14 de novembro de 2014 e remuneração média de 0,56% ao ano, os quais totalizavam aproximadamente R\$ 80,6 milhões; (v) contrato de leasing celebrado em 13 de setembro de 2006, com vencimento em 13 de setembro de 2009 e remuneração correspondente à Taxa DI acrescida de 1,3% ao ano, no montante de aproximadamente R\$ 0,24 milhões; e (vi) aplicações financeiras em operações compromissadas que totalizavam aproximadamente R\$ 35 milhões, com vencimentos entre 17 de fevereiro de 2011 e 10 de março de 2011.

Adicionalmente, em 31 de março de 2009, o Unibanco mantinha relacionamento com a AEI, acionista controladora da Emissora, por meio de empréstimo externo no montante aproximado de R\$ 14,4 milhões, com vencimento em 2014 e remuneração correspondente à taxa Libor acrescida de 3% ao ano.

Itaú BBA e Santander

Em 24 de abril de 2009, a Emissora realizou a emissão das Notas Promissórias, com valor nominal unitário de R\$ 1 milhão, perfazendo o montante de R\$ 120 milhões, com prazo de 180 dias a partir de sua emissão, tendo contratado os Coordenadores para serem responsáveis pela distribuição pública com esforços restritos de colocação das Notas Promissórias, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de colocação, por meio da celebração do Contrato de Coordenação de Distribuição Pública Restrita, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Notas Promissórias Comerciais da 1ª Emissão da Elektro Eletricidade e Serviços S.A.

Nos termos do referido contrato de coordenação de distribuição pública, os Coordenadores farão jus à comissão equivalente à taxa de 0,80% ao ano, base 252 dias úteis, incidente sobre o valor total da 1ª Emissão de Notas Promissórias, multiplicada pelos dias úteis contados da data de emissão até a data do resgate antecipado ou a data de vencimento das Notas Promissórias, conforme o caso. O pagamento do referido comissionamento será realizado pela Emissora aos Coordenadores na data do resgate antecipado ou na data de vencimento das Notas Promissórias, conforme o caso, à vista, em moeda corrente nacional, líquido dos valores relativos a todos os tributos incidentes.

As Notas Promissórias foram integralmente subscritas e integralizadas por investidores no âmbito da respectiva oferta pública com esforços restritos de colocação, de forma que não houve o exercício da garantia firme de colocação prestada pelos Coordenadores.

Para maiores informações sobre a 1ª Emissão Pública de Notas Promissórias, vide seções “Informações Financeiras – Análise e Discussão da Administração sobre a situação Financeira e os Resultados Operacionais da Emissora - Eventos Relevantes Posteriores à Divulgação das Demonstrações Financeiras da Emissora relativas ao Período de 3 Meses encerrado em 31 de março de 2009”, “Informações Relativas à Oferta - Destinação de Recursos” e “Informações sobre a Emissora – Informações Acerca dos Valores Mobiliários Emitidos” nas páginas 172, 79 e 274, respectivamente, deste Prospecto Definitivo.

Além da presente Oferta e das operações listadas acima, os Coordenadores e/ou suas coligadas não tinham qualquer outro tipo de relação com a Emissora em 31 de março de 2009.

Vinculação Societária

Em 31 de março de 2009, não havia vinculação societária, direta ou indireta, entre a Emissora ou a Acionista Controladora Indireta e os Coordenadores e/ou seus controladores.

OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA

Em 1º de setembro de 2005, a Emissora realizou a 2ª Emissão de debêntures simples, em três séries, sendo a 1ª série composta de 37.500 debêntures, a 2ª série composta de 18.750 debêntures e a 3ª série composta de 18.750 debêntures, com valor nominal de R\$10 mil por debênture, perfazendo o montante de R\$ 750 milhões, com vencimento em 1º de setembro de 2011. As debêntures da 2ª Emissão fazem jus à seguinte remuneração: (i) IGP-M acrescido de 11,8% ao ano, no caso das debêntures da 1ª série; e (ii) Taxa DI acrescida de 1,65% ao ano, no caso das debêntures da 2ª e 3ª séries. Para maiores informações sobre as debêntures da 2ª Emissão, vide seção “Informações sobre a Emissora – Informações Acerca dos Valores Mobiliários Emitidos” na página 274 deste Prospecto Definitivo.

Em 31 de março de 2009, o Coordenador Líder era titular de 14.727 debêntures da 1ª série da 2ª Emissão da Emissora, totalizando uma dívida total de R\$ 199.4 milhões.

Conforme descrito na seção “Destinação de Recursos”, na página 79 deste Prospecto Definitivo, a Emissora pretende destinar aproximadamente 60% dos recursos captados por meio da Oferta no pagamento da primeira parcela de principal com vencimento em setembro de 2009 das debêntures emitidas pela Emissora no âmbito da 2ª Emissão de Debêntures.

A Emissora e o Coordenador Líder entendem que a titularidade das debêntures da 2ª Emissão pelo Coordenador Líder não ocasiona conflitos de interesse que possam vir a comprometer ou influenciar a Oferta.

Além das debêntures da 2ª Emissão de titularidade do Coordenador Líder, conforme descritas acima, não existiam quaisquer outras operações vinculadas à Oferta em 31 de março de 2009.

RESSALVAS COM RELAÇÃO A DECLARAÇÕES E ESTIMATIVAS ACERCA DO FUTURO

Este Prospecto Definitivo contém declarações, estimativas, intenções e pretensões quanto a eventos futuros. Quaisquer declarações e estimativas, intenções e pretensões com relação a eventos futuros envolvem riscos e incertezas. Diversos fatores importantes considerados nas declarações e estimativas futuras podem se modificar, fazendo com que os resultados reais possam vir a ser substancialmente diferentes daqueles contidos em tais declarações e estimativas, e que as intenções e pretensões possam vir a não se materializar. Esses fatores incluem, dentre outros:

- medidas do Governo Federal;
- condições sociais, políticas, econômicas de negócios e, demográficas do Brasil;
- a percepção de risco com relação aos mercados emergentes, principalmente a América Latina;
- término antecipado ou outras medidas por parte do Poder Concedente;
- medidas do governo relativas ao setor de energia elétrica;
- inflação, valorização ou desvalorização do Real;
- capacidade da Emissora em obter financiamentos quando necessário, em condições razoáveis e implementar planos de investimentos em manutenção;
- resultado de pendências judiciais;
- nível de endividamento da Emissora;
- flutuações das taxas de juros; e
- concorrência

As palavras “acredita”, “pode”, “poderá”, “visa”, “estima”, “continua”, “antecipa”, “pretende”, “espera” e outras palavras similares têm por objetivo identificar estimativas e perspectivas para o futuro. As considerações sobre estimativas e perspectivas para o futuro incluem informações atinentes a resultados e projeções, estratégia, planos de financiamentos, posição concorrencial, ambiente do setor, oportunidades de crescimento potenciais, os efeitos de regulamentação futura e os efeitos da concorrência. Tais estimativas e perspectivas para o futuro referem-se apenas à data em que foram expressas, sendo que nem a Emissora, nem os Coordenadores assumem a obrigação de atualizar publicamente ou revisar quaisquer dessas estimativas em razão da ocorrência de nova informação, eventos futuros ou de quaisquer outros fatores. Em vista dos riscos e incertezas aqui descritos, as estimativas e perspectivas para o futuro constantes neste Prospecto Definitivo podem não vir a se concretizar. Tendo em vista estas limitações, os investidores não devem tomar suas decisões de investimento exclusivamente com base nas estimativas e perspectivas para o futuro contidas neste Prospecto Definitivo.

DESTINAÇÃO DE RECURSOS

Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Oferta serão integralmente utilizados da seguinte forma:

- a) aproximadamente 40% dos recursos serão utilizados no resgate antecipado e pagamento integral da dívida representada pelas Notas Promissórias emitidas no âmbito da 1ª Emissão Pública de Notas Promissórias com esforços restritos de colocação e dispensa automática de registro perante a CVM, nos termos da Instrução CVM 476, com valor nominal unitário de R\$ 1 milhão, perfazendo o montante de R\$ 120 milhões, com prazo de 180 dias a partir de sua emissão, qual seja, 24 de abril de 2009. A remuneração das Notas Promissórias é equivalente à variação da Taxa DI acrescida de *spread* de 2% ao ano, base 252 dias úteis. As Notas Promissórias podem ser resgatadas antecipadamente, a critério exclusivo da Emissora, após o 60º dia contado da respectiva data de emissão, sem pagamento de prêmio, observados os termos e condições estabelecidos nas cártulas das Notas Promissórias. Para maiores informações sobre as Notas Promissórias, vide seções “Informações Financeiras – Análise e Discussão da Administração sobre a situação Financeira e os Resultados Operacionais da Emissora - Eventos Relevantes Posteriores à Divulgação das Demonstrações Financeiras da Emissora relativas ao Período de 3 Meses encerrado em 31 de março de 2009”, “Informações sobre a Emissora – Informações Acerca dos Valores Mobiliários Emitidos”, e “Informações Relativas à Oferta – Relacionamento com os Coordenadores” nas páginas 172, 274 e 75 deste Prospecto Definitivo; e
- b) aproximadamente 60% dos recursos serão utilizados no pagamento da parcela de principal e parte da respectiva atualização monetária, com vencimento em setembro de 2009, das debêntures emitidas pela Emissora no âmbito da 2ª Emissão, todas nominativas e escriturais, da espécie quirografária, com garantia adicional, emitidas em três séries em 1º de setembro de 2005 e com vencimento final previsto para 1º de setembro de 2011. As debêntures da 2ª Emissão fazem jus à (i) correção monetária equivalente à IGP-M acrescido de 11,8% ao ano, no caso das debêntures da 1ª série; e (ii) remuneração equivalente à Taxa DI acrescida de 1,65% ao ano, no caso das debêntures da 2ª e 3ª séries. O saldo remanescente da atualização monetária da parcela de principal das debêntures emitidas pela Emissora no âmbito da 2ª Emissão, com vencimento em setembro de 2009, será pago pela Emissora com a utilização de disponibilidades (caixa). Para maiores informações sobre as debêntures, vide as seções “Informações sobre a Emissora – Informações Acerca dos Valores Mobiliários Emitidos” e “Informações sobre a Emissora – Operações Vinculadas à Oferta” nas páginas 274 e 77 deste Prospecto Definitivo.

A destinação dos recursos auferidos por meio da Oferta não impactam os resultados e tampouco a situação patrimonial da Emissora de forma relevante uma vez que os recursos serão alocados única e exclusivamente na amortização de suas dívidas. Para maiores informações sobre os impactos da emissão das Debêntures e da Oferta na situação patrimonial e nos resultados da Emissora, vide seção “Capitalização” na página 80 deste Prospecto Definitivo.

CAPITALIZAÇÃO

Os impactos na situação patrimonial e financeira da Emissora, considerada a utilização dos recursos mencionada na seção “Informações Relativas à Oferta – Destinação de Recursos” na página 79 deste Prospecto Definitivo, após a captação decorrente da Oferta pode ser avaliada através da tabela abaixo, apresentada em duas situações: (i) efetivo em 31 de março de 2009; e (ii) ajustado para refletir o recebimento dos recursos provenientes da Emissão, considerando-se o valor máximo de R\$300 milhões:

(Em milhares de reais)	31 de março de 2009 (efetivo)	Novas dívidas	Pagamento de dividendos	Total ajustado pelos eventos subsequentes	Ajustes da oferta	Total ajustado após oferta
Empréstimos e financiamentos de curto prazo	69,2			69,2		69,2
Empréstimos e financiamentos de longo prazo	255,1			255,1		255,1
Arrendamento mercantil	28,5			28,5		28,5
Notas promissórias ⁽¹⁾	-	120,0		120,0	-120,0	-
Dividendos ⁽²⁾	168,1		-168,1	-		-
Debêntures - Curto prazo	213,8			213,8	-180,0	33,8
Debêntures - Longo prazo	364,0			364,0	300,0	664,0
Total de empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil, dividendos a pagar e debêntures	1.098,7	120,0	-168,1	1.050,6	-	1.050,6
Patrimônio líquido	1.227,9			1.227,9		1.227,9
Capitalização total ⁽³⁾	2.326,6	120,0	-168,1	2.278,5	-	2.278,5

(1) Em 24 de abril de 2009, a Emissora realizou a 1ª Emissão Pública de Notas Promissórias, com valor nominal unitário de R\$ 1 milhão, perfazendo o montante de R\$ 120 milhões, com prazo de 180 dias a partir de sua emissão. A 1ª Emissão Pública de Notas Promissórias foi realizada pela Emissora nos termos da Instrução CVM 476, que dispõe sobre ofertas públicas de valores mobiliários distribuídas com esforços restritos. Para maiores informações sobre a 1ª Emissão Pública de Notas Promissórias, vide seções “Informações Financeiras – Análise e Discussão da Administração sobre a situação Financeira e os Resultados Operacionais da Emissora - Eventos Relevantes Posteriores à Divulgação das Demonstrações Financeiras da Emissora relativas ao Período de 3 Meses encerrado em 31 de março de 2009”, “Informações Relativas à Oferta - Destinação de Recursos” e “Informações Relativas à Oferta – Relacionamento com os Coordenadores” nas páginas 172, 79 e 75, respectivamente, deste Prospecto Definitivo.

(2) Os dividendos foram pagos em 28 de abril de 2009.

(3) Corresponde à soma de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, arrendamento mercantil, dividendos a pagar, debêntures e patrimônio líquido.

4. FATORES DE RISCO

- Fatores de Risco Macroeconômicos
- Fatores de Risco Setoriais
- Fatores de Risco Relativos à Emissora
- Fatores de Risco Relativos à Emissão das Debêntures

ELEKTRO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

FATORES DE RISCO

O investimento nas Debêntures envolve riscos. Antes de tomar uma decisão de investimento nas Debêntures, os potenciais investidores deverão considerar cuidadosamente os fatores de risco descritos abaixo, bem como as demais informações contidas neste Prospecto Definitivo e em outros documentos da Oferta, devidamente assessorados por seus consultores jurídicos e financeiros. Caso qualquer dos riscos e incertezas aqui descritos efetivamente ocorra, os negócios, a situação financeira e/ou os resultados operacionais da Emissora poderão ser afetados de forma adversa.

Este Prospecto Definitivo contém apenas uma descrição resumida dos termos e condições das Debêntures a serem emitidas no âmbito da Oferta e das respectivas obrigações assumidas pela Emissora com relação à Oferta. É essencial e indispensável que os investidores leiam a Escritura de Emissão e compreendam, integralmente, suas disposições e riscos.

FATORES DE RISCO MACROECONÔMICOS

A Emissora atua no mercado brasileiro, estando sujeita, portanto, aos efeitos da política econômica do Governo Federal.

Freqüentemente, o Governo Federal intervém na economia do País, realizando, ocasionalmente, mudanças drásticas e repentinas nas suas políticas. As medidas do Governo Federal para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária têm envolvido alterações nas taxas de juros, flutuação da moeda, controle de câmbio, tarifas e limites à importação, controles no consumo de energia elétrica, entre outras medidas. Essas políticas, bem como algumas condições macroeconômicas, causaram efeitos significativos na economia brasileira, assim como nos mercados financeiro e de capitais brasileiro. Assim, os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Emissora poderão ser afetados adversamente por mudanças na política ou na regulamentação que envolva ou afete fatores como:

- política monetária, cambial, e taxas de juros;
- políticas governamentais aplicáveis às atividades e ao setor da Emissora;
- greve de portos, alfândegas e receita federal;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- políticas energéticas;
- inflação;
- instabilidade dos preços;
- políticas fiscais e tributárias; e
- outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A adoção de medidas que possam resultar em eventuais flutuações da moeda, indexação da economia, instabilidade de preços, elevação de taxas de juros ou influenciar a política fiscal poderão impactar negativamente os negócios, a condição financeira, a capacidade de geração de caixa e os resultados operacionais da Emissora.

A inflação e certas medidas governamentais para contê-la podem ter efeitos adversos sobre a economia brasileira, o mercado mobiliário brasileiro e/ou os negócios da Emissora.

Ao longo de sua história, o Brasil registrou taxas de inflação extremamente altas. Determinadas medidas adotadas no passado pelo Governo Federal para combatê-la tiveram um forte impacto negativo sobre a economia brasileira. Eventuais pressões inflacionárias persistem e medidas adotadas para combater a inflação, bem como a especulação sobre as medidas futuras que possam vir a ser adotadas pelo Governo Federal, podem gerar um clima de incerteza econômica no Brasil e aumentar a volatilidade do mercado financeiro e de capitais brasileiro. A inflação apurada pelo IGP-M foi de 3,83% em 2006, 7,75% em 2007 e 9,81% em 2008 e -0,92% no período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2009. Os preços, por sua vez, quando apurados pelo IPCA, aumentaram 3,14% em 2006, 4,46% em 2007, 5,9% em 2008 e 1,23% nos primeiros 3 meses de 2009.

ELEKTRO

Caso as taxas de inflação venham a aumentar, eventual política anti-inflacionária adotada pelo Governo Federal poderá vir a resultar em desaceleração no nível de atividade econômica e no poder aquisitivo da população, gerando consequências negativas para os negócios, para a condição financeira e para os resultados operacionais da Emissora. Além disso, caso o Brasil venha a registrar altas taxas de inflação, a Emissora poderá não ser capaz de ajustar seus preços de forma a compensar os efeitos da inflação sobre seus custos, afetando adversamente a margem operacional da Emissora. As pressões inflacionárias e percepções de pressões inflacionárias também poderão impedir o acesso aos mercados financeiros internacionais ou levar o Governo Federal a adotar políticas de combate à inflação que poderão prejudicar os negócios da Emissora ou afetar adversamente o valor das Debêntures.

Caso as taxas de inflação voltem a aumentar, os negócios da Emissora, sua condição financeira e o resultado de suas operações poderão ser afetados negativamente.

Oscilações do valor do real frente ao valor do dólar dos Estados Unidos da América

A moeda brasileira tem sofrido desvalorizações periódicas ao longo das últimas quatro décadas. Durante esse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, mini-desvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o real e o dólar e outras moedas. Por exemplo, o real sofreu uma desvalorização em relação ao dólar de 34,3% em 2002. Em 2004, 2005, 2006 e 2007 o real sofreu uma valorização de 8,8%, 13,4%, 9,5%, 17,1%, respectivamente, em relação ao dólar. Em 2008, o real sofreu desvalorização de 31,9% em relação ao dólar. Em 31 de dezembro de 2008, a taxa cambial do real em relação ao dólar foi R\$ 2,34 para US\$1,00. Para o período findo em 31 de março de 2009, o real sofreu uma valorização de 0,93% em relação ao dólar verificado em 31 de dezembro de 2008, sendo a taxa cambial em relação ao dólar de R\$ 2,32 para US\$1,00. Em 31 de dezembro de 2008 e em 31 de março de 2009, a Emissora não possuía financiamento ou empréstimo atrelados ao dólar.

Adicionalmente, a Emissora adquire parte das suas necessidades de energia de Itaipu, cuja tarifa é denominada em dólar norte-americano, sendo capturada pela Emissora, para fins dos reajustes tarifários anuais, no mecanismo da CVA. Conseqüentemente, esta tarifa sofre oscilações conforme a variação da taxa de dólar norte-americano/real. Dessa forma, elevações substanciais da taxa de câmbio podem elevar a necessidade de capital de giro da Emissora, comprometendo o seu fluxo de caixa, em período que antecede o reajuste tarifário anual, quando este valor será repassado à tarifa de energia elétrica.

Restrição sobre a movimentação de capitais para fora do Brasil poderão prejudicar a capacidade da Emissora de cumprir determinadas obrigações de empréstimos ou financiamentos atrelados ao dólar.

Entre 1989 e 1990, o Governo Federal impôs restrições de remessa para o exterior por aproximadamente 6 meses. A lei brasileira permite que o Governo Federal imponha restrições temporárias à conversão da moeda brasileira em moedas estrangeiras e à remessa para investidores estrangeiros dos recursos de seus investimentos no Brasil, sempre que houver um desequilíbrio grave na balança de pagamentos brasileira ou motivos para que se preveja a ocorrência de um sério desequilíbrio. O Governo Federal poderá tomar medidas semelhantes no futuro, caso julgue necessário. Neste caso, a Emissora poderá ter dificuldade para acessar os mercados financeiro e/ou de capitais internacional, bem como ficar impedida de efetuar os pagamentos de obrigações de dívidas denominadas em moeda estrangeira eventualmente contraídas.

Efeitos das Flutuações das Taxas de Juros.

O Comitê de Política Monetária do Banco Central ("COPOM") estabelece as taxas básicas de juros para o sistema bancário brasileiro. Em 2006, a taxa básica de juros variou entre 18,00% e 13,25%. Em 2007, a taxa básica de juros variou entre 13,25% e 11,25% e, no ano de 2008, entre 11,25% e 13,75%. Em 31 de março de 2009, a taxa básica de juros, medida pela SELIC, era de 11,25% ao ano.

A elevação das taxas de juros poderá ter impacto negativo no resultado da Emissora na medida em que pode inibir o crescimento econômico e conseqüentemente a demanda por energia, e também porque suas atividades exigem intensos investimentos de capital. Tais investimentos são financiados com recursos de terceiros e remunerados a taxas de juros pós-fixadas. Em 31 de março de 2009, a Emissora possuía 100% de seu Endividamento indexado ao CDI, TJLP, dentre outros índices. Caso haja uma elevação das taxas de juros que influencie esses indexadores, as despesas financeiras da Emissora também aumentarão, podendo afetar negativamente a capacidade de pagamento da Emissora.

O acesso das empresas brasileiras ao mercado de capitais internacional é influenciado pela percepção de risco no Brasil e em outras economias emergentes, e isso poderá prejudicar a capacidade da Emissora de financiar suas operações.

Acontecimentos adversos na economia e as condições de mercado em outros países de mercados emergentes, especialmente da América Latina, poderão influenciar o mercado em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras. As reações dos investidores aos acontecimentos nesses outros países podem ter um efeito adverso no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários de emissores brasileiros. Em razão dos problemas econômicos em vários países de mercados emergentes em anos recentes (como a crise financeira da Ásia em 1997 e a crise financeira da Rússia em 1998), quanto nos mercados desenvolvidos (como a crise do mercado *subprime* de hipotecas, que desde agosto de 2007 tem prejudicado fortemente os resultados dos grandes bancos europeus e norte americanos), os investidores examinaram com maior prudência os investimentos em mercados emergentes. As eleições no Brasil em 2002 também contribuíram para aumentar a instabilidade e produziram uma evasão de dólares do Brasil, fazendo com que as companhias brasileiras enfrentassem custos mais altos para a captação de recursos, tanto no País como no exterior, restringindo seu acesso aos mercados financeiro e de capitais internacional. Não há garantia de que esses mercados permaneçam abertos às companhias brasileiras ou de que os custos de financiamento nesses mercados sejam vantajosos para a Emissora. Crises em outros países emergentes poderiam restringir o interesse dos investidores em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, inclusive as da Emissora, podendo dificultar a realização de seus planos de investimento e afetar adversamente o valor de mercado das Debêntures. A ocorrência de um ou mais desses fatores poderia causar um efeito adverso para a Emissora.

Influência das Alterações na Legislação Tributária do Brasil

O Governo Federal regularmente implementa mudanças nas leis tributárias, as quais afetam os participantes do mercado brasileiro de energia, a Emissora, as distribuidoras e os consumidores industriais. Essas mudanças incluem ajustes na alíquota aplicável e, ocasionalmente, imposição de tributos temporários cujos recursos são alocados para certos fins determinados pelo Governo Federal. Algumas dessas mudanças poderão resultar em aumento da carga tributária da Emissora que, nos termos do Contrato de Concessão, possibilita a Revisão Tarifária Extraordinária junto à ANEEL para fins de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, podendo ser ajustado o repasse do aumento dos encargos da Emissora às tarifas por ela cobradas pela prestação de seus serviços. Destaca-se que, nos casos que envolvam imposto de renda, a Emissora não poderá pleitear a Revisão Tarifária Extraordinária.

ELEKTRO

O impacto da crise econômica e financeira mundial sobre a economia brasileira ainda é incerto.

No final de 2007, a economia dos Estados Unidos começou a exibir sinais de debilidade, originados da incerteza a respeito do rumo da economia mundial. A crise do mercado hipotecário dos Estados Unidos, conhecido por *subprime*, contaminou rapidamente outras áreas geográficas. O volume de inadimplência no pagamento de créditos hipotecários *subprime* nos Estados Unidos aumentou drasticamente devido a maiores taxas de juros e à queda do preço dos imóveis. A considerável desvalorização dos produtos financeiros relacionados a estes empréstimos *subprime* originou inicialmente o fechamento e a insolvência de alguns bancos hipotecários locais americanos, o que, mais tarde, se transformou numa queda geral de confiança e liquidez no setor financeiro internacional. Os investidores diminuíram seu apetite por conta do risco global. Contra este panorama de acontecimentos, as taxas de juros de longo prazo começaram a diminuir a partir da metade do ano. Com o início da crise do mercado financeiro, os bancos centrais de vários países concentraram-se majoritariamente nos potenciais efeitos negativos que poderiam ser causados à economia. O *Federal Reserve*, banco central americano, cortou sua taxa de empréstimo de referência em três ocasiões, chegando a 4,25% ao final de 2007, tendo em vista o risco da economia.

O Dólar começou a desvalorizar-se, alcançando baixas históricas, em especial frente ao Euro e o Yen, chegando a níveis próximos aos US\$ 1,60 por Euro e registrando, mais recentemente, fortes recuperações frente à maioria das moedas. Desde o começo da crise e em especial nos últimos meses, as principais instituições financeiras do mundo sofreram perdas consideráveis, aumentando a desconfiança no sistema financeiro internacional. Várias instituições financeiras mostraram-se insolventes ou em quebra e tiveram que ser resgatadas pelos reguladores de seus países ou fundir-se a outras instituições. Além das grandes quedas das principais bolsas mundiais a níveis históricos, desenvolveram-se, num contexto de desaceleração econômica mundial, fortes flutuações no preço do petróleo, uma abrupta queda do preço de outras *commodities*, entrada em recessão de vários países e incrementos nos níveis de desemprego nas primeiras economias do mundo.

A economia brasileira também poderá ser afetada por essa crise, de diversas formas: (i) redução do crescimento dos volumes exportados; (ii) redução do preço das exportações; (iii) redução dos fluxos de capital estrangeiro; (iv) desvalorizações do Real; (v) aumento da taxa de desemprego, dentre outras.

Além disso, as instituições financeiras localizadas no Brasil podem ser particularmente suscetíveis a essas crises e sofrer com a redução na disponibilidade de créditos ou aumento dos custos de financiamento, afetando sobremaneira o mercado de créditos em geral.

Condições econômicas desfavoráveis (principalmente a falta de acesso ao crédito internacional, menores demandas de produtos exportados para o mundo, reduções significativas dos investimentos externos diretos e exposição a maiores níveis de inflação), como uma desaceleração da atividade econômica global originada por uma potencial recessão nos Estados Unidos, poderiam impactar adversamente a economia e o crescimento das empresas que operam no Brasil, o que por sua vez poderia impactar em seus investimentos em bens de capital. Qualquer diminuição ou afetação dos investimentos em bens de capital de parte dos clientes atuais e potenciais da Emissora poderia ter um efeito substancial adverso em sua atividade, situação patrimonial e nos resultados de suas operações.

FATORES DE RISCO SETORIAIS

A Emissora atua no setor elétrico brasileiro, o qual foi reestruturado pelo Governo Federal. Eventuais alterações na regulamentação do Setor Elétrico poderão afetar de maneira adversa as empresas sujeitas às suas regras, como a Emissora.

O Governo Federal implementou mudanças significativas na legislação do setor elétrico brasileiro durante os últimos anos, especialmente por meio da Lei de Concessões do Setor Elétrico, da Lei do Setor Elétrico e das leis referentes à reestruturação do setor elétrico, além da regulamentação administrativa. Essas medidas tiveram por objetivo dar maior autonomia à autoridade regulatória em relação ao Governo Federal, aumentar o investimento privado na geração, transmissão e distribuição de energia no Brasil e incentivar a competição no setor. No âmbito dessa reestruturação, a competência regulatória foi atribuída à ANEEL.

Em 15 de março de 2004 foi aprovada a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico que alterou substancialmente as diretrizes até então vigentes e implementou o Novo Modelo do Setor Elétrico no Brasil. Na mesma data, foi editada a Lei nº 10.847, que autorizou a criação da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, que tem por finalidade prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor elétrico nacional. Em julho e agosto de 2004, foram promulgados os Decretos nº 5.163, 5.175, 5.177 e 5.184 que regulamentam as Leis nº 10.847 e a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico.

Nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, praticamente a totalidade da energia futura comprada por empresas de distribuição, inclusive a Emissora, deve ser adquirida em leilões públicos anuais. A ANEEL aprovou os procedimentos para estabelecer os preços e as quantidades de energia a serem comercializadas desde o primeiro leilão de energia, que ocorreu em 7 de dezembro de 2004. Para mais informações sobre os leilões, vide item “Contratação de Energia pelas Distribuidoras” da seção “Visão Geral do Setor de Energia Elétrica no Brasil”, na página 184 deste Prospecto Definitivo.

Discrecionalidade do Poder Concedente e Ambiente Altamente Regulamentado

A principal atividade comercial da Emissora, a distribuição de energia elétrica, é um serviço público e, portanto, está sujeita a um ambiente altamente regulado. Além disso, a ANEEL tem competência para regular e fiscalizar diversos aspectos dos negócios da Emissora, inclusive determinar que tarifas cobradas pela Emissora sejam reduzidas ou os investimentos sejam incrementados. Caso a Emissora seja obrigada pela ANEEL a efetuar gastos adicionais imprevistos e não possa ajustar tempestivamente suas tarifas a fim de repassar integralmente o valor de tais despesas adicionais, ou ainda, caso a ANEEL edite resoluções que modifiquem as regras relativas ao repasse de custos e encargos para as suas tarifas, os resultados da Elektro poderão ser afetados adversamente durante certo período até que possam ser reajustados ou recompostos posteriormente.

Regulamentação Tarifária do Setor Elétrico e Política Tarifária

A fixação das tarifas aplicáveis pela Emissora pela prestação de seus serviços é decorrente do Contrato de Concessão, englobando reajustes e revisões na forma prevista nesse contrato e na Lei de Concessões. A ANEEL tem competência para regular a forma de cálculo e a fixação de tarifas, editando regulamentos próprios.

A Lei de Concessões prevê mecanismos para ajustes nas tarifas ao longo dos contratos de concessão, os quais foram contemplados no Contrato de Concessão da Elektro: (i) reajuste tarifário anual; (ii) revisão tarifária a cada 4 anos; e (iii) revisão tarifária extraordinária. A Emissora pode, a cada ano, por ocasião do aniversário da celebração do Contrato de Concessão, requerer o reajuste das tarifas. No reajuste tarifário são compensados os efeitos da inflação sobre as tarifas e os efeitos das variações dos custos não gerenciáveis, tais como custos de aquisição de energia, encargos tarifários relativos ao uso do sistema de transmissão e outros encargos setoriais. Conforme previsto no Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, o valor das tarifas praticadas pela Elektro é reajustado com periodicidade anual, contados do último reajuste ou revisão ocorrido. Pelo reajuste tarifário são realizadas atualizações do preço com base nos índices que refletem a variação do custo do contrato, tal como compensação dos efeitos da inflação sobre as tarifas e os efeitos das variações dos custos não gerenciáveis e gerenciáveis.

De outro lado, as revisões tarifárias têm como objetivo garantir a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos. Assim, a Revisão Tarifária Periódica das tarifas ocorre a cada 4 anos, mediante cálculo da receita necessária para cobertura dos custos operacionais eficientes e remuneração adequada sobre os investimentos realizados. Pode englobar: (i) os custos de operação e manutenção eficientes, (ii) a base de ativos líquida de depreciação, (iii) os “custos não gerenciáveis”, incluindo custos com aquisição de energia para atender o seu mercado consumidor, encargos de uso dos sistemas de transmissão e distribuição, e demais encargos setoriais e tributos e (iv) os custos de depreciação e amortização.

Além dos mecanismos mencionados acima, a qualquer tempo a Emissora pode solicitar a Revisão Tarifária Extraordinária para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, sempre que houver alterações significativas nos custos da Emissora, como modificações de tarifas de compra de energia, encargos setoriais ou tributários imprevistos.

Caso os reajustes ou revisões tarifários ou ainda, a aplicação da cláusula de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não gerem, tempestivamente, um aumento do fluxo de caixa ou remunerem adequadamente os ativos da Emissora, a condição financeira e os resultados operacionais da Emissora podem ser afetados adversamente.

ELEKTRO

A fiscalização do Tribunal de Contas da União Federal nos procedimentos adotados pela ANEEL poderá afetar adversamente a metodologia de revisão e reajuste.

O Tribunal de Contas da União acompanhou e fiscalizou o procedimento de revisão tarifária de algumas empresas do setor elétrico, conduzido pela ANEEL no ano de 2003, e proferiu acórdãos nos processos referentes às empresas Eletropaulo Metropolitana – Eletricidade de São Paulo S.A., Light Serviços de Eletricidade S.A. e Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, nos quais elaborou diversas considerações, críticas e determinações à ANEEL, referentes à metodologia da revisão. Em 31 de março de 2009, estava sob análise do Tribunal de Contas da União a última Revisão Tarifária Periódica da Emissora, conforme processo público nº. 014.601/2007. Não houve, até o momento, qualquer deliberação no mencionado processo administrativo. O posicionamento do Tribunal de Contas da União Federal poderá afetar adversamente a metodologia de revisão e reajuste das distribuidoras de energia elétrica.

As tarifas de distribuição, ainda que determinadas pela ANEEL, podem ser questionadas judicialmente, o que pode afetar adversamente a receita operacional da Emissora.

As revisões e reajustes tarifários da Emissora estão sujeitos à aprovação da ANEEL, bem como aos limites estabelecidos em seu Contrato de Concessão e na legislação aplicável, tal como Lei de Concessões e Resoluções da ANEEL. Tais decisões da ANEEL acerca das tarifas da Emissora podem ser objeto de contestação judicial, inclusive pelo Ministério Público na defesa dos interesses difusos dos consumidores da área de concessão da Emissora, dada a natureza de serviço público da atividade de distribuição de energia elétrica. Neste sentido, eventuais questionamentos de aumentos tarifários concedidos pela ANEEL podem afetar a capacidade financeira da Emissora.

A escassez de energia elétrica pode ter efeito adverso relevante para o setor elétrico brasileiro e para a Emissora.

Devido à dependência do setor de energia elétrica de variáveis naturais e sazonais, como os níveis de chuva e de água, a deterioração dessas condições pode afetar severamente a geração de energia elétrica no País.

Em 2001, o Brasil sofreu severa redução de geração de energia elétrica. A crise deveu-se em grande parte à falta de investimento em geração e transmissão de energia e à situação de seca na maior parte do país, que fizeram com que os níveis de água nas usinas hidrelétricas caíssem para menos de um terço da sua capacidade. A fim de evitar a possibilidade de blecautes, em 2001, o Governo Federal baixou medidas destinadas à redução do consumo de energia elétrica nas regiões Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e parte da região Norte do Brasil em 20% em média e instituiu sobretaxas para os que não atingissem suas quotas de redução e recompensas para os que o fizessem. O Governo Federal também determinou que as empresas de distribuição de energia localizadas nas regiões afetadas do país restringissem o fornecimento de energia a seus consumidores. As restrições perduraram até 28 de fevereiro de 2002.

No futuro, o Governo Federal poderá adotar novas medidas para reduzir o consumo de energia se a capacidade de geração no Brasil não aumentar para suprir o crescimento da demanda. Tais medidas, se adotadas no futuro, incluindo redução do consumo de energia elétrica dos clientes da Emissora, podem ter efeito adverso relevante sobre as condições financeiras e os resultados de operações da Emissora.

Adicionalmente, atuais discussões relativas ao fornecimento de energia elétrica gerada por Itaipu podem resultar em impactos para o setor elétrico brasileiro e para a Emissora.

A escassez de energia elétrica provocada por variáveis naturais e sazonais, bem como por restrições ou limitações de natureza técnica, operacional ou política, pode afetar o custo da energia elétrica, os preços que a Emissora pode cobrar dos seus clientes e/ou as atividades e resultados da Emissora.

Previsões incorretas das necessidades de energia nas áreas de distribuição da Emissora podem afetar adversamente os seus resultados operacionais.

Nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, as distribuidoras devem contratar antecipadamente, por meio de leilões de energia elétrica, aproximadamente 100% de suas necessidades de energia elétrica previstas para os 5 anos seguintes. A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico estabelece as condições para o repasse de preços de compra de energia. Se a energia contratada pela Emissora, incluindo a energia

comprada em leilões, for inferior a 100% de sua necessidade total, ela poderá estar sujeita a multas e poderá não ser capaz de repassar aos seus consumidores todos os custos de compras adicionais de energia, que poderão ser efetuadas a preços mais altos no mercado à vista. Se a energia contratada, incluindo energia comprada em leilões, representar mais de 100% e menos de 103% de suas necessidades totais de energia, poderá haver repasse do volume total da energia adquirida aos consumidores. Caso a energia contratada pela Emissora, incluindo a energia adquirida em leilões, seja superior a 103% de sua necessidade total de energia, ela terá que assumir o risco de preço de vender o excedente no mercado à vista. A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico restringe sua capacidade de repassar aos consumidores o custo das compras de energia elétrica caso seus custos ultrapassem o Valor Anual de Referência estabelecido pela ANEEL. Este valor é baseado no preço médio ponderado pago por todas as distribuidoras nos leilões de Energia Nova, a ser entregue de 3 a 5 anos a partir da data do leilão, e será aplicado somente durante os primeiros três anos após o início da entrega da energia comprada.

Considerando os inúmeros fatores que afetam as previsões de demanda de energia elétrica da Emissora, incluindo o crescimento econômico e populacional, condições hidrológicas, racionamento e reação dos consumidores ao racionamento, não é possível assegurar que sua previsão de demanda de energia será precisa. Se houver variações significativas entre suas necessidades de energia elétrica e o volume de suas compras, os resultados de suas operações poderão ser adversamente afetados

Penalidades impostas pela ANEEL.

As atividades de distribuição de energia elétrica da Emissora são conduzidas em conformidade com o Contrato de Concessão. A ANEEL poderá impor penalidades à Emissora caso ela deixe de cumprir com qualquer disposição contida no referido contrato. Dependendo da extensão da gravidade da não conformidade, as penalidades aplicáveis incluem: (i) advertências; (ii) multas por infração, limitadas a 2% da receita operacional líquida da concessionária no exercício social encerrado imediatamente antes da data da respectiva infração; (iii) embargo à construção de novas instalações e equipamentos; (iv) restrições à operação das instalações e equipamentos existentes; (v) suspensão temporária de participação em processos licitatórios tendo por objeto novas concessões; (vi) intervenção da ANEEL na administração da concessionária inadimplente; e (vii) caducidade da concessão. A imposição de penalidades à Emissora pela ANEEL pode afetar de maneira adversa a situação financeira e o resultado operacional da Emissora e até comprometer a continuidade de suas atividades.

O projeto de Reforma das Agências Reguladoras pode afetar a competência da ANEEL

Há projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional, que dispõe sobre a gestão, a organização e o controle social das agências reguladoras. Esse projeto de lei visa alterar a estrutura de tais agências, mediante, dentre outros pontos, a criação (i) de contratos de gestão, que deverão ser firmados entre as Agências e os Ministérios a que estiverem vinculadas, e, também, (ii) de ouvidoria nas Agências, com o objetivo de zelar pela qualidade dos serviços prestados e acompanhar o processo interno de apuração das denúncias e reclamações dos usuários, seja contra a atuação da Agência, seja contra entes regulados, sendo que o ouvidor, responsável pela respectiva ouvidoria, será indicado pelo Presidente da República.

Caso a mencionada lei entre em vigor, as medidas dela decorrentes poderão reduzir as atribuições da ANEEL, passando o Poder Concedente, sobretudo o MME – ao qual a ANEEL é vinculada – a ter maior atuação e influência no setor elétrico brasileiro. Não há como garantir que as alterações a serem aprovadas não afetarão negativamente as empresas distribuidoras de energia elétrica, incluindo a Emissora.

Projetos de lei que poderão alterar a Lei de Concessões e Lei Federal n. 9.427/96

Tramita no Congresso Nacional o projeto de lei n.º 3.245/2008, que visa acrescentar o artigo 13-A à Lei de Concessões, o qual preverá que a prestação de serviços públicos essenciais aos consumidores de baixa renda será subsidiada por meio da instituição de tarifa social. O parágrafo único do artigo 13-A ainda definirá o fornecimento de energia elétrica como serviço público essencial.

Adicionalmente, deve-se mencionar que o projeto de lei n.º 4.292/2009, se aprovado, poderá dificultar o procedimento de suspensão por falta de pagamento de energia elétrica fornecida. Assim, a suspensão somente será admitida mediante sentença judicial, quando frustrados os meios ordinários de cobrança, devendo ser comunicada com antecedência de 15 dias ao poder público local ou ao Poder Executivo Estadual, quando puder prejudicar a prestação de serviço público ou essencial à população.

Nesse sentido, não há como garantir que as alterações a serem aprovadas não afetarão negativamente as empresas distribuidoras de energia elétrica, incluindo a Emissora.

ELEKTRO

Impactos Ambientais

Os equipamentos, instalações e operações da Emissora estão sujeitos à legislação ambiental nas esferas federal, estadual e municipal, bem como à fiscalização por agências governamentais responsáveis pela verificação de cumprimento desta legislação e pela implementação de políticas ambientais e de segurança do trabalho. Essa legislação inclui, por exemplo, a necessidade de obtenção de licenças para a instalação e operação de determinados equipamentos e atividades, a obrigatoriedade de obtenção de autorizações para a supressão de vegetação e intervenções em áreas protegidas, bem como para o armazenamento, tratamento e destinação final adequada de resíduos. Tais agências podem impor sanções administrativas contra a Emissora em virtude de não-atendimento da legislação aplicável. Essas sanções poderão incluir, entre outras, a imposição de multas, o embargo de obras ou de atividades, a suspensão parcial ou total da atividade, bem como a suspensão ou cancelamento de licenças concedidas, a perda ou restrições de incentivos fiscais, linhas de financiamento de estabelecimentos oficiais de crédito e a proibição de contratar com o poder público. Caso a legislação ambiental e de segurança do trabalho se torne mais rigorosa, a Emissora poderá ser forçada a aumentar os gastos com investimentos para atender a esta legislação. A demora ou a recusa dos órgãos ambientais em emitir ou renovar licenças ou autorizações, ou a incapacidade da Emissora de atender às exigências formuladas pelos órgãos ambientais para tal finalidade, pode impedir o início ou a continuidade de serviços prestados pela Emissora. Tais fatos podem afetar de maneira adversa a situação financeira e resultado operacional da Emissora.

Além disso, a inobservância, pela Emissora, da legislação ambiental pode acarretar, além da obrigação de reparar danos diretos e indiretos que eventualmente sejam causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, a aplicação de sanções de natureza penal contra a Emissora e seus administradores, que podem incluir, no caso das sanções impostas contra a Emissora, a imposição de multas, a suspensão parcial ou total da atividade e a proibição de contratar com o poder público ou dele obter subsídios, subvenções e doações, podendo ter impacto negativo nas receitas da Emissora ou, ainda, inviabilizar a captação de recursos junto ao mercado financeiro. A personalidade jurídica da Emissora poderá também ser desconsiderada para garantir a reparação dos danos ambientais que porventura a Emissora venha a causar.

Sem prejuízo do disposto acima, a inobservância pela Emissora da legislação ambiental, assim como o descumprimento de termos de ajustamento de conduta ou acordos judiciais por ela celebrados poderá causar impacto adverso relevante na imagem e no resultado da Emissora e de suas controladas, coligadas e controladoras.

Extinção da Concessão

A concessão da Emissora está sujeita à extinção antecipada em determinadas circunstâncias, podendo ser motivada por interesse público e por inadimplemento da Emissora. Ocorrendo a extinção da concessão, os ativos sujeitos à concessão serão revertidos ao Poder Concedente. Em caso de extinção antecipada, a Emissora não pode assegurar que a indenização prevista no Contrato de Concessão (valor dos ativos que não tenham sido completamente amortizados ou depreciados) seja suficiente para compensar a perda de lucro futuro. Se o Poder Concedente extinguir o Contrato de Concessão em caso de inadimplemento, o valor da indenização pelos bens reversíveis ao patrimônio público pode ser reduzido a zero em virtude da imposição de multas ou outras penalidades. A extinção antecipada do Contrato de Concessão, assim como a imposição de penalidades à Emissora associadas a tal extinção, poderão gerar impactos negativos nos seus resultados e afetar sua capacidade de pagamento e cumprimento de obrigações financeiras.

Modificações nas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil em função de sua convergência às práticas contábeis internacionais (IFRS) podem afetar adversamente os resultados da Emissora.

Com a edição da Lei 11.638 e da MP 449, que alteram, revogam e introduzem novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, foram criadas as condições para que as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil fossem convergentes com as práticas contábeis internacionais (IFRS) emitidas pelo IASB. Para maiores informações sobre as alterações até então introduzidas nas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, vide seção “Informações Financeiras – Apresentação das Informações Financeiras” na página 97 deste Prospecto Definitivo.

Com relação ao setor de energia elétrica, até 31 de março de 2009, existia uma indefinição com relação à forma de reconhecimento de ativos e passivos regulatórios, bem como à contabilização dos ativos fixos relacionados à concessão do serviço de distribuição de energia elétrica tendo em vista que a regulamentação específica sobre estes assuntos está em processo de análise e aprovação pelos órgãos reguladores brasileiros para emissão em futuro próximo.

A modificação de referidas normas contábeis relacionadas ao setor de energia elétrica pode produzir impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Emissora, com possível efeito em seu resultado contábil, incluindo possíveis impactos nas bases de distribuição de dividendos, bem como na manutenção de índices financeiros assumidos pela Emissora no âmbito das Debêntures e em alguns outros contratos financeiros. Para informações sobre os contratos financeiros relevantes da Emissora, vide seção "Informações sobre a Emissora - Atividades da Emissora – Contratos Relevantes - Contratos Financeiros" na página 230 deste Prospecto Definitivo.

Decisões judiciais contrárias à terceirização de algumas atividades da Emissora atualmente desempenhadas por prestadores de serviços poderão causar um efeito adverso relevante em seu modelo de gestão operacional, seus resultados e/ou na sua condição financeira.

A Emissora mantém contratos com empresas de prestação de serviços para a condução de parte dos serviços afetos ao contrato de concessão. Na hipótese de uma ou mais das referidas empresas não cumprirem com quaisquer de suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e/ou fiscais, a Emissora pode vir a ser condenada subsidiariamente a arcar com tais obrigações. Além disso, em virtude de ações judiciais os profissionais terceirizados que prestam serviços à Emissora podem ser considerados como empregados da Emissora para fins da legislação trabalhista aplicável. Adicionalmente, os Tribunais podem decidir pela impossibilidade de terceirização de algumas atividades no setor elétrico, o que poderia acarretar para a Emissora, a impossibilidade de utilização de serviços terceirizados em tais atividades, bem como a caracterização de vínculo empregatício entre os terceirizados e a Emissora ou a necessidade de utilização de pessoal próprio para realização de alguns dos serviços até então terceirizados. Caso isto ocorra, o modelo de gestão, os resultados e/ou a condição financeira da Emissora poderão ser afetados de forma adversa.

FATORES DE RISCO RELATIVOS À EMISSORA

Se a Emissora não conseguir controlar com sucesso a inadimplência em seu negócio de distribuição de energia, os resultados de suas operações e sua situação financeira poderão ser adversamente afetados.

Em 31 de março 2009, o saldo total das contas vencidas era de aproximadamente R\$ 115 milhões, dos quais aproximadamente R\$ 24 milhões encontravam-se vencidos há mais de 90 dias. Do total dos valores vencidos e não pagos em 31 de março de 2009, aproximadamente R\$ 97 milhões referiam-se ao setor privado e R\$ 18 milhões ao setor público. A Emissora não pode assegurar que conseguirá implementar todas as medidas necessárias à redução do inadimplemento, e tampouco que, uma vez implementadas, tais medidas garantirão a eliminação total da inadimplência. A manutenção ou aumento dos índices de inadimplência podem afetar a arrecadação da Emissora.

Adicionalmente, o corte de fornecimento de energia pelas distribuidoras em caso de inadimplemento dos clientes tem sido questionado no judiciário, e discute-se no legislativo a possibilidade de regulamentação, por meio de lei, de referido procedimento. Não há como assegurar que decisões judiciais contrárias à Emissora com relação ao corte de fornecimento de energia ou sua regulamentação por meio de lei não ocasionarão efeitos adversos aos negócios da Emissora.

As disposições restritivas de seus contratos de dívida, bem como a alavancagem e obrigações de serviço de dívida da Emissora, podem afetar adversamente a capacidade de operar seus negócios e de efetuar os pagamentos da dívida.

O nível de endividamento da Emissora aumenta a possibilidade de que ela seja incapaz de gerar caixa suficiente para pagar o principal, juros ou outros montantes devidos em relação às suas dívidas. Além disso, a Emissora pode incorrer em dívidas adicionais, de tempos em tempos, para financiar investimentos ou para outros propósitos, sujeito às restrições aplicáveis ao seu endividamento existente. Se a Emissora incorrer em dívidas adicionais, os riscos associados à sua alavancagem substancial, incluindo sua capacidade de efetuar pagamentos das Debêntures, aumentarão. Para maiores informações a respeito vide seção "Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais da Emissora", na página 104.

Os contratos que regem as dívidas da Emissora contêm restrições e limitações que poderiam restringir significativamente a forma pela qual ela opera seus negócios. Por exemplo, a Emissora é obrigada a observar disposições de *cross default*, cumprir diversos índices financeiros que restringem sua capacidade de contratar novas dívidas ou de obter linhas de crédito e restrições na concessão de garantias e direitos de garantia a seus credores.

ELEKTRO

Qualquer inadimplemento dos contratos financeiros que não for solucionado ou sanado pode levar os credores a exigir o pagamento do valor devido imediatamente e, ainda, pode causar o vencimento antecipado de outros contratos financeiros. Algumas obrigações contratuais impõem restrições relativas a investimentos financeiros de capital nos quais a Emissora pode incorrer, o que poderiam afetar sua situação financeira e resultados operacionais.

Uma parcela das receitas da Emissora foi empenhada e/ou onerada em favor de seus credores e obrigações regulatórias, nos termos de diversos contratos financeiros e comerciais, seguindo as práticas do setor.

Nos termos de determinados contratos financeiros e contratos de fornecimento de energia, uma parcela das receitas geradas pela Emissora foi empenhada e/ou os rendimentos daí derivados onerados em favor de determinados credores. Em caso de inadimplemento de tais contratos, as receitas oneradas poderão ser utilizadas para quitar obrigações vencidas da Emissora, o que poderá provocar um efeito adverso substancial na situação financeira da Emissora. Para maiores informações, vide seções “Informações sobre a Emissora - Atividades da Emissora – Contratos Relevantes - Contratos Financeiros” e “Informações sobre a Emissora - Atividades da Emissora – Contratos Relevantes - Garantias Fornecidas pela Emissora” nas páginas 230 e 235 deste Prospecto Definitivo.

Se a Emissora não conseguir controlar com sucesso as perdas de energia em seu negócio de distribuição, os resultados de suas operações e sua situação financeira poderão ser adversamente afetados.

A Emissora sofre dois tipos de perdas de energia: técnicas e comerciais. Perdas técnicas são aquelas que ocorrem no curso regular de distribuição de energia elétrica. Perdas comerciais resultam de ligações ilegais, furto, erros de medição e de faturamento. As perdas totais consolidadas da Emissora no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 e no período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2009 foram 6,71% e 6,72%, respectivamente, do total de energia elétrica distribuída. A Emissora não pode assegurar que as estratégias a serem implementadas para combater perdas de energia elétrica serão eficazes. Uma parcela de suas perdas de energia elétrica não poderá ser repassada por meio de aumento das tarifas, e não é possível assegurar que as medidas do governo em resposta a uma possível escassez de energia no futuro, bem como um aumento nas perdas de energia, não venham a afetar adversamente a situação financeira e resultados operacionais da Emissora.

Decisões adversas em um ou mais processos judiciais em que a Emissora é parte pode afetar adversamente seus negócios e resultados operacionais.

A Emissora está envolvida em processos judiciais e administrativos relativos a diversas questões legais, incluindo processos relativos à responsabilidade civil, responsabilidade fiscal, obrigações trabalhistas, regulatórias e outras questões. Para determinados processos, a estimativa das obrigações potenciais é considerada inestimável e/ou os valores efetivos das contingências podem ser superiores aos valores provisionados pela Emissora. A Emissora não pode assegurar que uma decisão adversa referente a qualquer processo judicial existente ou a ser iniciado futuramente não terá um efeito adverso significativo sobre os resultados de suas operações ou condição financeira.

Para informações adicionais sobre os processos judiciais e administrativos dos quais a Emissora era parte, em 31 de março de 2009, vide seção “Atividades da Emissora - Contingências Judiciais e Administrativas” na página 284 deste Prospecto Definitivo.

Os seguros que a Emissora mantém podem não prover a cobertura completa dos riscos a que está sujeita em razão da sua responsabilidade objetiva.

A Emissora, na qualidade de prestadora de serviços públicos, tem responsabilidade objetiva por danos diretos e indiretos decorrentes da prestação de serviços de distribuição de energia elétrica, tais como interrupções abruptas no suprimento e variações de voltagem. Em linhas gerais isso significa que basta a demonstração do dano, ou seja, independe da comprovação de culpa dos agentes. Além disso, a Emissora pode ser responsabilizada por até 100% das perdas e danos causados a terceiros em decorrência de interrupções ou distúrbios que não forem atribuíveis a um integrante identificado do ONS. A ocorrência de perdas ou demais responsabilidades que não estejam cobertas por apólices de seguro ou que excedam os limites de indenização contratados nas referidas apólices de seguro da Emissora poderão acarretar significativos custos adicionais não previstos, impactando negativamente os resultados da Emissora.

A Emissora não pode garantir que as apólices de seguro contratadas para os próximos anos manterão o mesmo nível de cobertura atual.

Impenhorabilidade dos Ativos da Emissora

De acordo com a legislação em vigor e com o Contrato de Concessão, os bens da Emissora essenciais para a prestação dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, que devem ser revertidos para o Poder Concedente ao final do prazo do Contrato de Concessão, não estão sujeitos à penhora e à execução judicial. Assim, na hipótese de inadimplemento pela Emissora das obrigações de pagamento das Debêntures, parte dos bens que compõem o ativo da Emissora não poderá ser objeto de execução.

FATORES DE RISCO RELATIVOS À EMISSÃO DAS DEBÊNTURES

Eventual rebaixamento na classificação de risco (rating) das Debêntures

A classificação de risco atribuída às Debêntures baseou-se na atual condição da Emissora e nas informações presentes neste Prospecto Definitivo. Não existe garantia de que a classificação de risco permanecerá inalterada durante a vigência das Debêntures. Um eventual rebaixamento na classificação de risco das Debêntures poderá implicar em menor liquidez para a negociação das Debêntures, dificultando aos seus subscritores a pronta alienação caso estes decidam pelo desinvestimento nas Debêntures, e, portanto, possibilitando aos debenturistas incorrerem em prejuízo caso optem pela venda das Debêntures no mercado secundário sem liquidez. Adicionalmente, um rebaixamento da classificação de risco atribuída para as Debêntures poderá ensejar em rebaixamento na classificação de risco da própria Emissora, o que poderá dificultar a captação de recursos pela Emissora no mercado financeiro e de capitais.

As obrigações da Emissora constantes na Escritura de Emissão estão sujeitas às hipóteses de vencimento antecipado.

Caso ocorra a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, todas as obrigações objeto da Escritura de Emissão deverão ser declaradas antecipadamente vencidas, ocasionando o imediato pagamento, pela Emissora do saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*. Neste caso, a Emissora poderá ter dificuldades em obter recursos financeiros suficientes para realizar o pagamento das Debêntures.

Súmula 176 do Superior Tribunal de Justiça

A Súmula n.º 176, editada pelo Superior Tribunal de Justiça, enuncia que é nula a cláusula que sujeita o devedor ao pagamento de juros de acordo com a taxa divulgada pela ANBID/CETIP. As Debêntures serão remuneradas com referência à taxa paga aos Depósitos Interbancários – DI, divulgada diariamente pela CETIP. A referida súmula não vincula as decisões do Poder Judiciário, o que não afasta a possibilidade de, numa eventual disputa judicial, a validade da estipulação da Taxa DI ser questionada.

Em caso de falência da Emissora, não há garantia que os investidores titulares de Debêntures quirografárias receberão seus créditos

Como as Debêntures são quirografárias deve-se considerar que, na hipótese de falência da Emissora, os investidores titulares destes títulos estarão subordinados aos demais credores da Emissora que contarem com garantia real ou privilégio (em atendimento ao critério legal de classificação dos créditos na falência). Dessa maneira, nessa hipótese, tais investidores somente preferirão aos titulares de créditos subordinados aos demais credores da Emissora e aos acionistas em relação à ordem de recebimento de seus créditos. Em caso de falência da Emissora, não há garantia, portanto, de que os investidores titulares de Debêntures receberão a totalidade ou mesmo parte de seus créditos.

ELEKTRO

Liquidez das Debêntures e Mercado Secundário das Debêntures

Em função de sua natureza, as debêntures distribuídas no mercado de capitais são valores mobiliários normalmente voltados para investidores institucionais e com longos prazos de vencimento, sofrendo concorrência dos títulos públicos de curto prazo emitidos pelo Tesouro Nacional. Assim, as Debêntures possuem liquidez relativamente pequena no mercado de capitais brasileiro, o que pode limitar a perspectiva de um mercado secundário ativo para as Debêntures.

O mercado secundário de títulos privados no Brasil apresenta, historicamente, baixa liquidez. Não há garantias de que, no futuro, exista um mercado secundário ativo e líquido que permita aos subscritores de Debêntures a alienação dos títulos, caso decidam pelo seu desinvestimento. Além disso, no mercado secundário não é possível assegurar que as Debêntures serão negociadas sem deságio do seu preço de subscrição. Por essa razão, aqueles investidores que optarem por subscrever as Debêntures poderão enfrentar dificuldades em vendê-las no mercado secundário, contabilizando potenciais prejuízos em suas respectivas carteiras.

Informações Acerca do Futuro da Emissora

Este Prospecto Definitivo contém informações acerca das perspectivas do futuro da Emissora que refletem as opiniões da Elektro em relação ao desenvolvimento futuro e que, como em qualquer atividade econômica, envolve riscos e incertezas. Não há garantias de que o desempenho futuro da Emissora seja consistente com essas informações. Os eventos futuros poderão diferir sensivelmente das tendências aqui indicadas, dependendo de vários fatores discutidos nesta seção “Fatores de Risco” e/ou em outras seções deste Prospecto Definitivo. As expressões “acredita que”, “espera que” e “antecipa que”, bem como outras expressões similares identificam informações acerca das perspectivas do futuro da Emissora. Os potenciais investidores são advertidos a examinar com toda a cautela e diligência as informações acerca do futuro da Elektro e não tomar decisões de investimento unicamente baseados em previsões futuras ou expectativas. A Elektro não assume nenhuma obrigação de atualizar ou revisar qualquer informação acerca das perspectivas de seu futuro, exceto pelo que dispõem os artigos 8º e 13º da Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993, conforme alterada, e a Instrução CVM 400.

Modificação dos Termos da Oferta

Mediante manifestação da Emissora e a critério dos Coordenadores, na hipótese de, durante o período de distribuição, ocorrer alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da emissão perante a CVM, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pela Emissora e inerentes à própria emissão, os termos da Oferta poderão ser alterados, mediante prévia autorização da CVM.

Em caso de eventual modificação dos termos da Oferta, não há garantia de que as novas condições estabelecidas sejam mais favoráveis aos debenturistas ou que os prejudiquem, sendo-lhes preservado o direito de não manter a titularidade das Debêntures e à restituição integral dos valores dados em contrapartida à subscrição das Debêntures, na forma e condições previstas neste Prospecto Definitivo. Ainda, nos termos do Contrato de Distribuição, caso a CVM não autorize a modificação dos termos da Emissão, ocorrerá a rescisão do referido contrato, o que importará, nos termos da legislação em vigor, no cancelamento do registro da Oferta.

5. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

- Apresentação das Informações Financeiras
 - Elaboração das Demonstrações Financeiras
 - Alterações Decorrentes da Lei 11.638 e da MP 449
 - Informações Financeiras da Emissora
 - Arredondamentos
- Informações Financeiras Seleccionadas
 - Outras Informações Financeiras
- Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais da Emissora
 - Visão Geral
 - Impactos da Inflação e Outros Fatores Macroeconômicos que Afetam a Inflação e Outros Fatores Macroeconômicos que Afetam os Resultados Operacionais da Emissora
 - Informações Financeiras da Emissora e Alterações Decorrentes da Lei 11.638 e da MP 449
 - Práticas Contábeis Críticas
 - Comparação do Desempenho Operacional da Emissora nos Períodos de 3 Meses Encerrados em 31 de Março de 2009 e 31 de Março de 2008
 - Comparação do Desempenho Operacional da Emissora nos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007
 - Comparação do Desempenho Operacional da Emissora nos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006
 - Comparação do Desempenho Comercial da Emissora nos Períodos de 3 Meses Encerrado em 31 de março de 2009 e 31 de março de 2008
 - Comparação do Desempenho Comercial da Emissora nos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de 2008 e em 31 de Dezembro de 2007
 - Comparação do Desempenho Comercial da Emissora nos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de dezembro de 2006
 - Comparação entre o Período de 3 Meses Encerrado em 31 de março de 2009 e o Exercício Social Encerrado 31 de dezembro de 2008
 - Comparação entre os Períodos de 3 Meses Encerrados em 31 de março de 2009 e 31 de março de 2008
 - Comparação entre os Exercícios Sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2007
 - Comparação entre os Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2007
 - Comparação entre os Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 31 de dezembro de 2006
 - Eventos Relevantes Posteriores à Divulgação das Demonstrações Financeiras da Emissora relativas ao Período de 3 Meses Encerrado em 31 de março de 2009

ELEKTRO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Elaboração Das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Emissora foram elaboradas e são apresentadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas:

- na Lei das Sociedades por Ações;
- nas regras e regulamentos da CVM;
- nas normas de contabilidade emitidas pelo IBRACON;
- nos pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC; e
- nas normas da legislação específica aplicáveis às concessionárias do serviço público de energia elétrica, emitidas pela ANEEL.

Alterações Decorrentes da Lei 11.638 e da MP 449

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei 11.638, alterada pela MP 449, que modificou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, e tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das Práticas Contábeis Adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (*IFRS*) que são emitidas pelo IASB.

A aplicação da nova legislação é obrigatória para demonstrações financeiras anuais de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2008.

A única alteração relevante introduzida pela Lei 11.638 e pela MP 449 que impactou as demonstrações financeiras da Emissora foi o reconhecimento dos ativos e passivos oriundos das operações de arrendamento mercantil.

As demonstrações financeiras da Emissora para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007 e as informações financeiras referentes ao período de 3 meses encerrados em 31 de março de 2008 foram ajustadas e reapresentadas para incorporar referidas mudanças. Para maiores informações sobre a Lei 11.638 e MP 449, vide nota explicativa n.º 2 das demonstrações financeiras da Emissora para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 e as informações trimestrais para os períodos de 3 meses encerrados em 31 de março de 2009 e de 2008 anexas a este Prospecto Definitivo.

De acordo com a MP 449, as modificações no critério de reconhecimento de receita, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei 11.638 e pelos artigos 36 e 37 da MP 449, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

As demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, no que se refere à determinação dos impostos, foram elaboradas considerando as regras do RTT, que neste momento, não resultaram em efeitos tributários.

Adicionalmente, as futuras demonstrações financeiras da Emissora eventualmente poderão ser alteradas de maneira relevante em decorrência de diversos pronunciamentos contábeis previstos para serem publicados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC a partir do exercício social de 2009, como parte de seu programa de trabalho.

ELEKTRO

Informações Financeiras da Emissora

As informações financeiras constantes dos balanços patrimoniais e das demonstrações de resultado referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 inseridas neste Prospecto Definitivo foram extraídas das demonstrações financeiras da Emissora, elaboradas pela Emissora de acordo com as Práticas Contábeis adotadas no Brasil, que incluem as alterações introduzidas pela Lei 11.638, MP 449 e posteriores regulamentações. Referidas demonstrações financeiras foram auditadas pelos Auditores Independentes da Emissora de acordo com as normas brasileiras de auditoria e se encontram anexas a este Prospecto Definitivo. O parecer de referidos auditores contém parágrafo de ênfase ressaltando que, conforme o mencionado na nota explicativa nº.2, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil ocorridas durante 2008, as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e reapresentadas como previsto na NPC 12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros.

As informações financeiras constantes do balanço patrimonial e da demonstração de resultado referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006 inseridas neste Prospecto Definitivo foram extraídas das demonstrações financeiras da Emissora, elaboradas pela Emissora de acordo com as Práticas Contábeis adotadas no Brasil vigentes à época de sua apresentação, as quais não incluem as alterações introduzidas pela Lei 11.638, MP 449 e posteriores regulamentações. Referidas demonstrações financeiras foram auditadas pelos Auditores Independentes da Emissora de acordo com as normas brasileiras de auditoria, e se encontram anexas a este Prospecto Definitivo. O parecer dos auditores independentes sobre referidas demonstrações financeiras, também anexo a este Prospecto Definitivo, foi emitido sem ressalvas, incluindo parágrafo de ênfase sobre o fato de que as correspondentes demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado e a demonstração dos resultados segregados por atividades foram apresentadas para propiciar informações suplementares sobre a Sociedade, e não eram requeridas como parte integrante das demonstrações financeiras básicas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil à época. Referidas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parecer dos auditores independentes, os quais emitiram opinião de que as mesmas estavam adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras básicas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 tomadas no seu conjunto.

As informações financeiras constantes do balanço patrimonial levantado em 31 de março de 2009 e das demonstrações de resultado referentes aos períodos de 3 meses encerrados em 31 de março de 2009 e 31 de março de 2008, inseridas neste Prospecto Definitivo, foram extraídas das informações trimestrais elaboradas pela Emissora de acordo com as Práticas Contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as alterações introduzidas pela Lei 11.638, Instrução CVM 469, MP 449 e posteriores regulamentações. Referidas informações trimestrais foram submetidas à revisão especial dos Auditores Independentes da Emissora, de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON e em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade. Tais informações trimestrais e respectivos relatórios de revisão especial emitido pelos Auditores Independentes encontram-se anexos a este Prospecto Definitivo. O referido relatório de revisão especial foi emitido sem ressalvas e contém parágrafo de ênfase ressaltando de que, conforme mencionado na nota explicativa nº. 2, em decorrência das mudanças nas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ocorridas durante 2008, as informações trimestrais referentes ao período de 3 meses findo em 31 de março de 2008, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e reapresentadas como previsto na NPC 12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros.

Tendo em vista que as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006 foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis adotadas no Brasil vigentes à época da apresentação das referidas demonstrações financeiras, as quais não incluem as alterações introduzidas pela Lei 11.638, e que as demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, bem como as informações financeiras referentes aos períodos de 3 meses encerrados em 31 de março de 2009 e 31 de março de 2008 foram elaboradas de acordo com as normas expedidas pela CVM, incluindo as alterações introduzidas pela Lei 11.638, as informações incluídas neste Prospecto Definitivo apresentam limitações na sua comparabilidade.

Arredondamentos

Alguns dos valores constantes deste Prospecto Definitivo foram submetidos a arredondamentos. Conseqüentemente, totalizações numéricas incluídas em algumas tabelas podem não representar exatamente a soma aritmética dos valores que as precedem.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS

O potencial investidor deve ler esta seção juntamente com as Demonstrações Financeiras da Emissora, que seguem anexas a este Prospecto Definitivo, bem como com as informações contidas na seção “Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais da Emissora” na página 104 deste Prospecto Definitivo, e com todas as demais informações que estão descritas neste Prospecto Definitivo, antes de tomar uma decisão de investimento nas Debêntures.

Os quadros a seguir exibem informações financeiras selecionadas da Emissora relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008, de 2007 e de 2006 e para os períodos de 3 meses encerrados em 31 de março de 2009 e de 2008. Referidas informações financeiras deverão ser lidas em conjunto com a seção “Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais da Emissora”, na página 104 deste Prospecto Definitivo e com as demonstrações financeiras da Emissora incluídas neste Prospecto Definitivo.

Conforme mencionado na seção “Apresentação das Informações Financeiras” na página 97 deste Prospecto Definitivo, (a) as informações financeiras constantes dos balanços patrimoniais e das demonstrações de resultado referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2007 foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis adotadas no Brasil, que incluem as alterações introduzidas pela Lei 11.638, MP 449 e posteriores regulamentações, (b) as informações financeiras constantes do balanço patrimonial e da demonstração de resultado referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006 referem-se às divulgadas na apresentação das Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) do exercício social base de 2007 e foram elaboradas pela Emissora de acordo com as Práticas Contábeis adotadas no Brasil vigentes à época de sua apresentação, as quais não incluem as alterações introduzidas pela Lei 11.638, MP 449 e posteriores regulamentações e (c) as informações financeiras constantes do balanço patrimonial levantado em 31 de março de 2009 e das demonstrações de resultado referentes aos períodos de 3 meses encerrados em 31 de março de 2009 e 31 de março de 2008 foram elaboradas pela Emissora de acordo com as Práticas Contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as alterações introduzidas pela Lei 11.638, Instrução CVM 469, MP 449 e posteriores regulamentações. Por essa razão, as informações incluídas neste Prospecto Definitivo podem apresentar limitações na sua comparabilidade.

Ativo	Exercícios Sociais encerrados em 31 de dezembro de			Período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2009
	2008	Reapresentação	2006	
	(em milhares de reais)			
Circulante	856.105	772.102	1.453.901	897.094
Disponibilidades	205.020	157.328	483.589	226.361
Bancos	3.359	25.815	30.356	7.738
Aplicações Financeiras	201.661	131.513	453.233	218.623
Créditos, Valores e Bens Realizáveis	651.085	614.774	970.312	670.733
Consumidores, Parcelamentos de Débitos e Supridores	499.216	467.591	575.560	520.814
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(43.656)	(44.258)	(62.287)	(43.594)
Caução de fundos e depósitos vinculados	15.737	44.036	48.356	14.876
Recuperação das Perdas de Receita e Energia Livre	5.336	-	-	4.871
Ativo regulatório transmissoras	6.293	10.789	-	3.596
TUSD-G	13.722	-	-	35.480
Conta de compensação de variações de itens da Parcela A – CVA	7.856	-	144.635	5.749
Recomposição de PIS e COFINS	2.268	6.201	22.805	1.383
Reposicionamento Tarifário	-	-	93.353	-
Tributos diferidos e a compensar	105.135	92.669	102.713	94.991
Almoxarifado	4.153	3.973	3.122	4.230
Outros créditos	35.025	33.773	42.055	28.337
Não Circulante	2.098.898	1.910.045	1.817.952	2.161.189
Realizável a Longo Prazo	516.780	481.497	481.000	560.639
Créditos, Valores e Bens Realizáveis	516.780	481.497	481.000	560.639
Parcelamentos de débitos e supridores	41.281	41.974	24.825	38.540
Supridores	-	-	20.486	-
Caução de fundos e depósitos vinculados	11.711	10.722	9.585	12.056
Recuperação das perdas de receita e energia livre	12.419	15.960	-	12.018
Ativo regulatório transmissoras	-	6.293	-	-
TUSD-G	31.713	-	-	56.062
Conta de compensação de variações de itens da Parcela A - CVA	99.130	8.234	8.068	146.858
Recomposição de PIS e COFINS	-	3.263	3.176	-
Tributos diferidos e a compensar	310.194	388.921	412.276	282.522
Outros créditos	10.332	6.130	2.584	12.583
Investimentos	4.334	4.343	4.352	4.332
Imobilizado	1.537.888	1.387.251	1.291.099	1.554.571
Intangível	39.896	36.954	31.368	41.647
Diferido	-	-	10.133	-
Total do Ativo	2.955.003	2.682.147	3.271.853	3.058.283

Passivo	Exercícios Sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007			Período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2009
	2008	Reapresentação	2006	
	(em milhares de reais)			
Circulante	1.005.483	719.390	1.145.929	930.443
Empréstimos e financiamentos	65.325	48.099	29.622	69.179
Debêntures	203.755	18.618	31.728	213.810
Arrendamento mercantil	7.744	2.956	-	8.162
Fornecedores e supridores de energia elétrica	239.856	217.503	200.036	235.969
Tributos a recolher	112.098	86.198	148.420	111.138
Encargos do consumidor	24.729	18.617	31.700	21.080
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	223.178	143.663	476.603	168.058
Salários e contribuições sociais	35.116	32.954	29.888	26.810
Obrigações do programa de eficiência energética	35.071	36.840	71.573	22.706
Energia livre	5.473	8.817	9.177	6.031
Passivo regulatório transmissoras	6.293	10.789	-	3.596
TUSD-G	12.839	-	-	18.431
Conta de compensação de variações de itens da Parcela A - CVA	-	11.293	-	-
Devolução baixa renda - modicidade tarifária	944	37.723	36.476	782
Plano de pensão	-	-	243	-
Dívidas com pessoas ligadas	-	-	48.834	-
Outros passivos	33.062	45.320	31.629	24.691
Não-Circulante	846.488	880.352	1.065.772	899.878
Exigível a Longo Prazo	846.488	880.352	1.065.772	899.878
Empréstimos e financiamentos	241.980	177.247	91.508	255.137
Debêntures	368.606	508.332	766.157	363.970
Arrendamento mercantil	22.284	10.290	-	20.291
Obrigações do programa de eficiência energética	14.401	7.872	-	16.296
Provisão para ações judiciais, liquidas	81.701	83.189	119.167	81.872
Energia livre	15.484	-	-	14.984
Passivo regulatório transmissoras	-	6.293	-	-
TUSD-G	31.713	-	-	82.353
Devolução baixa renda - modicidade tarifária	41.890	54.637	52.593	43.737
Plano de pensão	23.496	31.846	35.691	17.620
Outros passivos	4.933	646	656	3.618
Patrimônio Líquido	1.103.032	1.082.405	1.060.152	1.227.962
Capital Social	952.492	952.492	952.492	952.492
Reserva de Capital	50.539	50.539	50.539	50.539
Reserva Legal	100.001	80.466	57.121	100.001
Lucros (Prejuízos) Acumulados	-	(1.092)	-	124.930
Total do Passivo	2.955.003	2.682.147	3.271.853	3.058.283

ELEKTRO

Demonstrações de Resultados	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2007			Período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2008	
	2008	Reapresentação	2006	2009	Reapresentação
	(em milhares de reais)				
Receitas Operacionais	3.719.874	3.582.762	3.626.394	1.005.409	870.682
Deduções às Receitas Operacionais	(1.207.397)	(1.326.689)	(1.349.370)	(332.708)	(289.020)
Receitas Operacionais Líquidas	2.512.477	2.256.073	2.277.024	672.701	581.662
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(1.328.595)	(1.070.771)	(1.010.029)	(341.407)	(308.038)
Energia comprada para revenda	(1.461.478)	(1.181.576)	(1.114.617)	(376.507)	(339.517)
Créditos de PIS e COFINS sobre energia comprada	132.883	110.805	104.588	35.100	31.479
Custo da Operação	(397.676)	(337.050)	(350.322)	(96.379)	(94.568)
Gastos com pessoal	(135.884)	(129.277)	(125.738)	(30.202)	(32.228)
Gastos com materiais	(24.955)	(23.659)	(23.808)	(5.365)	(5.519)
Gastos com serviços de terceiros	(71.819)	(66.735)	(69.768)	(20.833)	(18.063)
Depreciação e outras amortizações	(116.981)	(113.851)	(111.887)	(30.564)	(28.143)
Outras despesas operacionais líquidas	(52.086)	(19.044)	(31.845)	(10.509)	(11.490)
Créditos de PIS e COFINS sobre o custo da operação	4.049	15.516	12.724	1.094	875
Lucro Operacional Bruto	786.206	848.252	916.673	234.915	179.056
Despesas Operacionais	(156.154)	(146.256)	(144.302)	(41.218)	(38.965)
Despesas com vendas	(15.058)	(13.089)	(11.521)	(5.918)	(3.126)
Despesas gerais administrativas	(63.543)	(64.495)	(57.538)	(13.726)	(12.527)
Amortização do ágio	(7.348)	(7.348)	(7.348)	(1.837)	(1.837)
Outras despesas operacionais líquidas	(70.205)	(61.324)	(67.895)	(19.737)	(21.475)
Resultado do Serviço	630.052	701.996	772.371	193.697	140.091
Resultado de Participações Societárias	-	-	(208)	-	-
Resultado Financeiro	(140.232)	(147.508)	(26.963)	(3.648)	(21.498)
Receitas financeiras	66.841	103.117	112.970	16.479	15.977
Despesas financeiras	(110.973)	(152.860)	(152.454)	(24.085)	(29.088)
Variação cambial e monetária, líquidas	(28.386)	(30.180)	12.521	3.958	(8.387)
Juros sobre capital próprio	(67.714)	(67.585)	-	-	-
Resultado Operacional	489.820	554.488	745.200	190.049	118.593
Resultado Não Operacional	-	-	(14.567)	-	-
Lucros Antes da Contribuição Social e do Imposto	489.820	554.488	730.633	190.049	118.593
Imposto de Renda	(74.867)	(79.288)	(110.035)	(30.583)	(20.777)
Contribuição Social	(25.754)	(30.641)	(40.345)	(10.811)	(6.717)
Imposto de Renda Diferido	(47.633)	(34.536)	(57.488)	(17.416)	(10.950)
Contribuição Social Diferida	(17.493)	(10.751)	(21.078)	(6.309)	(3.981)
Reversão de Juros sobre Capital Próprio	67.714	67.585	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	391.787	466.857	501.687	124.930	76.168

Outras Informações Financeiras**Considerações sobre o EBITDA**

O EBITDA consiste no lucro líquido antes das receitas e despesas financeiras líquidas, imposto de renda e contribuição social e depreciação e amortização.

O EBITDA não é medida de desempenho financeiro elaborada segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, IFRS ou US GAAP, tampouco deve ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido, um indicador do desempenho operacional, uma alternativa aos fluxos de caixa ou como indicador de liquidez.

A administração da Emissora acredita que o EBITDA fornece uma medida útil de seu desempenho, que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar empresas. Outras empresas podem calcular o EBITDA de maneira diferente da Emissora.

Por não considerar determinados custos decorrentes dos negócios da Emissora, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados, o EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida da lucratividade da Emissora.

A tabela abaixo apresenta a conciliação do EBITDA da Emissora nos períodos nela indicados:

Dados da Demonstração de Resultados	Período de 3 meses encerrado em 31 de março de		Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		
	2009	2008	2008	2007 Reapresentação	2006
Lucro líquido	124,9	76,2	391,8	466,9	501,7
(+) Imposto de renda e contribuição social	65,1	42,5	165,7	155,2	228,9
(+) Depreciação e outras amortizações	30,6	28,1	117,0	113,8	111,9
(+) Amortização do ágio	1,8	1,8	7,4	7,4	7,4
(+) Resultado financeiro	3,7	21,5	140,2	147,5	27,0
(-) Reversão da despesa financeira com Juros sobre capital próprio	-	-	(67,7)	(67,6)	-
EBITDA	226,1	170,1	754,4	823,2	876,9
Receita operacional líquida	672,7	581,7	2.512,5	2.256,1	2.277,0
Margem EBITDA	33,6%	29,2%	30,0%	36,5%	38,5%

ANÁLISE E DISCUSSÃO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E OS RESULTADOS OPERACIONAIS DA EMISSORA

A discussão a seguir sobre a situação financeira da Emissora e o seu resultado operacional é baseada nas, e deve ser lida em conjunto com, as informações trimestrais revisadas da Emissora, e respectivas notas explicativas, para os períodos de 3 meses encerrados em 31 de março de 2008 e de 31 de março de 2009, as demonstrações financeiras auditadas da Emissora, e respectivas notas explicativas, para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, de 2007 e de 2006 e as informações da Emissora contidas nas seções “Apresentação das Informações Financeiras” e “Informações Financeiras – Informações Financeiras Seleccionadas” nas páginas 97 e 99, respectivamente, deste Prospecto Definitivo.

Visão Geral

A Emissora é uma concessionária de serviços públicos e atua na distribuição de energia elétrica, atendendo, em 31 de março de 2009, a 2,08 milhões de unidades consumidoras em uma área de concessão de 120 mil km² e com cerca de 5,5 milhões de pessoas. A abrangência e dispersão geográfica e a diversidade sócio-econômica são características marcantes da área de concessão da Emissora, que contempla 228 municípios, sendo 223 no Estado de São Paulo e 5 no Estado do Mato Grosso do Sul.

A Emissora adota modelo de operação centralizada, contando com uma única central de atendimento ao cliente (CAC) e centro de operações de distribuição (COD), na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, onde está também localizada a sede corporativa da Emissora. O COD é responsável por garantir o funcionamento contínuo da operação da Emissora através do gerenciamento logístico otimizado das equipes de campo.

A Emissora possui 6 Regionais que atuam em regiões cujas principais características encontra-se descritas abaixo:

- Andradina: áreas com destaque para atividades agropecuárias e expansão da cana-de-açúcar;
- Atibaia: áreas urbanas densamente povoadas, com predomínio do turismo de inverno;
- Guarujá/Itanhaém: áreas urbanas litorâneas densamente povoadas, com atividades de turismo;
- Limeira/Rio Claro: áreas urbanas com forte presença industrial (destaque para as indústrias de cerâmica, autopeças, papel e papelão e cítrica);
- Tatuí : área rural com plantação de grãos e eucaliptos; e
- Votuporanga : forte presença de frigoríficos, indústria moveleira e expansão da cana-de-açúcar.

A Emissora possui seis Regionais em Andradina, Atibaia, Guarujá/Itanhaém, Limeira/Rio Claro, Tatuí e Votuporanga. Tais Regionais são responsáveis pela gestão do sistema elétrico e das equipes de campo. As equipes de campo estão distribuídas em 105 CSRs estrategicamente localizadas para atuação ágil na rede de distribuição em toda área de concessão.

Em 31 de março de 2009, a Emissora possuía 104,8 mil km de linhas de distribuição e 1.360 km de linhas de transmissão, potência instalada de 4.476 MVA e demanda máxima de 2.101 MW, 626 alimentadores de 13,8 e 34,5 kV, mais de 150 mil transformadores de distribuição e, aproximadamente, 1,7 milhão de postes. Adicionalmente, a Emissora possuía 119 subestações (111 monitoradas remotamente) e duas subestações móveis, sendo uma com capacidade de transformação de 15 MVA 138/88/69/34,5/13,8 KV e outra de 30 MVA 138/88/69/13,8 KV, que forneciam flexibilidade à operação em situações emergenciais ou em situações regulares de manutenção.

A distribuição de energia elétrica é uma atividade regulada, não havendo competição entre os agentes do mercado, uma vez que cada concessionária tem seu monopólio natural em sua área de concessão. As concessionárias devem cumprir obrigações impostas pela regulação, que garantem a prestação dos serviços com eficiência e de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela ANEEL.

A Emissora ocupava, em 31 de dezembro de 2008, a posição de 8ª maior distribuidora de energia elétrica no Brasil e 3ª no Estado de São Paulo, de acordo com a ABRADEE e a Secretaria de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo respectivamente. A Emissora encerrou o ano de 2008 com um faturamento bruto de R\$ 3,7 bilhões, venda de energia para Clientes Finais na ordem de 10.844,9 GWh e energia transportada para Clientes Livres na ordem de 13.089,5 MW. Em 31 de março de 2009, a Emissora manteve a posição de 8ª maior distribuidora de energia elétrica no Brasil e a 3ª maior no Estado de São Paulo de acordo com a ABRADEE e a Secretaria de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo respectivamente.

Impactos da Inflação e Outros Fatores Macroeconômicos que Afetam os Resultados Operacionais da Emissora

O desempenho da Emissora está sujeito a uma série de fatores externos e internos, e a situação financeira da Emissora e seus resultados operacionais refletem, dentre outras, as respostas da administração a esses fatores. Sendo uma sociedade brasileira que atua exclusivamente no Brasil, a Emissora é afetada pelas condições econômicas e sociais do País.

Os fatores macroeconômicos que exerciam influência sobre os negócios da Emissora, em 31 de março de 2009, eram aqueles a que estavam sujeitas todas as sociedades por ações atuantes no Brasil, dentre os quais: (i) política regulatória, econômica, monetária e cambial adotada pelo Governo Federal; (ii) política anti-inflacionária que venha a ser adotada pelo Governo Federal; (iii) eventual elevação súbita das taxas de juros; e (iv) eventual retração no nível da atividade econômica do País.

A inflação e as medidas destinadas a combatê-la resultam normalmente na diminuição da renda da população e, conseqüentemente, na redução da expansão da atividade econômica. Aumentos nas taxas de inflação afetam o mercado na medida em que reduzem a atividade econômica, o consumo e o investimento. Ainda, o nível da taxa de juros tem forte influência nas decisões de consumo das pessoas e nas decisões de investimento das empresas.

Para informações adicionais acerca dos impactos da inflação e outros fatores macroeconômicos nos resultados da Emissora vide seção “Fatores de Risco – Fatores de Risco Macroeconômicos” na página 83 deste Prospecto Definitivo.

Informações Financeiras da Emissora e Alterações Decorrentes da Lei 11.638 e da MP 449

As demonstrações financeiras da Emissora foram elaboradas em conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil.

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei 11.638, alterada pela MP 449, que modificou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, e teve como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das Práticas Contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (*IFRS*) que são emitidas pelo IASB. A aplicação da nova legislação é obrigatória para demonstrações contábeis anuais de exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2008.

Conforme mencionado na seção “Apresentação das Informações Financeiras” na página 97 deste Prospecto Definitivo, (a) as informações financeiras constantes dos balanços patrimoniais e das demonstrações de resultado referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2007 foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis adotadas no Brasil, que incluem as alterações introduzidas pela Lei 11.638, MP 449 e posteriores regulamentações, (b) as informações financeiras constantes do balanço patrimonial e da demonstração de resultado referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006 referem-se às divulgadas na apresentação das Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) do exercício social base de 2007 e foram elaboradas pela Emissora de acordo com as Práticas Contábeis adotadas no Brasil vigentes à época de sua apresentação, as quais não incluem as alterações introduzidas pela Lei 11.638, MP 449 e posteriores regulamentações e (c) as informações financeiras constantes do balanço patrimonial levantado em 31 de março de 2009 e das demonstrações de resultado referentes aos períodos de 3 meses encerrados em 31 de março de 2009 e 31 de março de 2008 foram elaboradas pela Emissora de acordo com as Práticas Contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as alterações introduzidas pela Lei 11.638, Instrução CVM 469, MP 449 e posteriores regulamentações. Por essa razão, as informações incluídas neste Prospecto Definitivo podem apresentar limitações na sua comparabilidade.

ELEKTRO

Práticas Contábeis Críticas

Na elaboração de demonstrações financeiras, a administração da Emissora utiliza-se de estimativas e julgamento para registros contábeis. Ativos, passivos, receitas e despesas significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para contingências, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para obsolescência de estoques, identificação e classificação dos arrendamentos mercantis, realização de créditos tributários, amortização do ágio, provisão para perda permanente em investimentos e reconhecimento da receita não faturada. Embora a administração da Emissora acredite que suas estimativas e premissas sejam razoáveis, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Nesse sentido, as principais práticas contábeis são aquelas que têm relevância para retratar a condição financeira e os resultados consolidados da Emissora, cuja determinação pela administração da Emissora é mais difícil, subjetiva e complexa, exigindo, dessa forma, estimativas sobre assuntos que são inerentemente incertos. Na medida em que o número de variáveis e premissas afetando o resultado de tais assuntos incertos e futuros aumentam, tais determinações tornam-se ainda mais subjetivas e complexas.

Seguem abaixo breves informações relativas às principais práticas contábeis adotadas pela Emissora. Para outras informações adicionais, vide nota explicativa nº 3 das demonstrações financeiras da Emissora referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006, anexas a este Prospecto Definitivo.

- custos indiretos de obras em andamento: são apropriados mensalmente às imobilizações em curso mediante rateio das despesas administrativas;
- CVA: em conformidade com a legislação em vigor e regulamentação emitida pela ANEEL, a Emissora reconhece no ativo ou no passivo, os efeitos econômicos e financeiros das variações dos valores referentes à Parcela A (custos não controláveis) não cobertos pela tarifa faturada, conforme previsto no Contrato de Concessão da Emissora;
- consumidores: as contas a receber incluem os valores referentes ao fornecimento de energia elétrica faturados e não faturados, contabilizados pelo regime de competência;
- provisão para créditos de liquidação duvidosa: a provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em conformidade com o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e é considerada pelos administradores da Emissora suficiente para cobrir eventuais perdas com recebíveis;
- imobilizado: o imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou construção, acrescido de encargos financeiros decorrentes de empréstimos e financiamentos vinculados ao período de sua formação e deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, estando as taxas em conformidade com o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e Resolução Normativa da ANEEL nº 240/06. Bens adquiridos através de operações de arrendamento mercantil financeiro são registrados pelo respectivo valor à vista ou ajustados a valor presente. A parcela do ágio referente a mais valia do imobilizado é amortizada em 20 anos e refere-se à incorporação da controladora Terraço. As obrigações especiais, demonstradas como redutoras do ativo imobilizado, são registradas pelo valor recebido de consumidores e União e, de acordo com a regulamentação da ANEEL, são amortizadas pela taxa média do ativo imobilizado em serviço;
- imposto de renda e contribuição social: o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência às alíquotas básicas de 25% e 9%, respectivamente. Os efeitos do imposto de renda e da contribuição social diferidos relacionados a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias estão registrados nas demonstrações financeiras com base nas disposições da Deliberação CVM n.º 273, de 20 de agosto de 1998 e da Instrução CVM nº 371, de 27 de julho de 2002; e

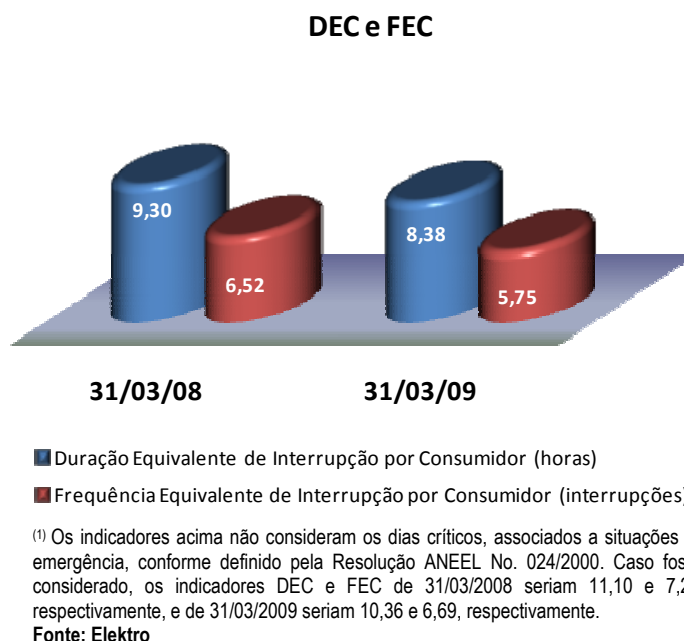
- plano de pensão: a Emissora contabiliza o ajuste do compromisso atuarial referente ao fundo de pensão de seus empregados de acordo com o Pronunciamento IBRACON e NPC nº. 26, que trata da contabilização de benefícios a empregados, conforme aprovação da Deliberação CVM nº. 371, de 13 de dezembro de 2000.

Desempenho Operacional e Comercial da Emissora

Segue abaixo a explicação da administração da Emissora sobre a comparação de seu desempenho operacional e comercial nos períodos de 3 meses encerrados em 31 de março de 2009 e 31 de março de 2008, bem como nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 31 de dezembro de 2007 e 31 de dezembro de 2006.

Comparação do Desempenho Operacional da Emissora nos Períodos de 3 Meses Encerrados em 31 de Março de 2009 e 31 de Março de 2008

Como resultado dos constantes investimentos realizados no sistema elétrico, principalmente em manutenção preventiva e na utilização de novas tecnologias, como digitalização e automação, os indicadores DEC e FEC de 31 de março de 2009 registraram índices recordes na história da Emissora, atingindo respectivamente 8,38 e 5,75 em referido período.

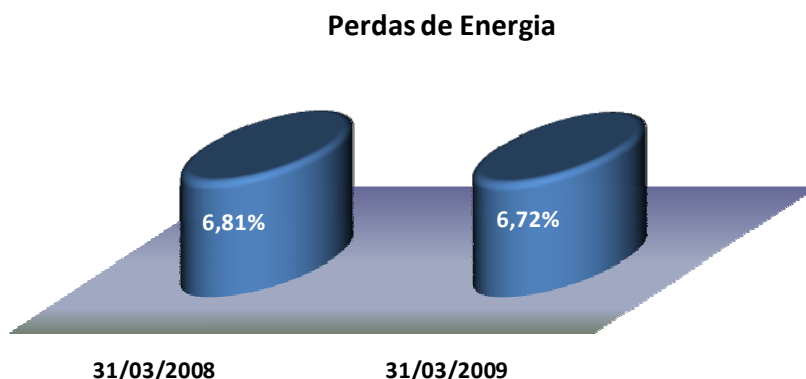


Em 31 de março de 2009, a Emissora apresentou um índice de perdas de 6,72%, que por sua vez é o menor índice registrado em suas atividades nos últimos três exercícios sociais.

A redução do índice de perdas da Emissora tem sido atribuída, principalmente, à manutenção e aperfeiçoamento das técnicas de recuperação de perdas. Dentre elas, destacam-se os planos de substituição de medidores avariados e o gerenciamento da assertividade de inspeções em medição.

ELEKTRO

Essas ações têm como principal objetivo identificar e corrigir o maior número de ligações que apresentam desvios dos valores reais de energia consumida em relação aos valores registrados - sejam tais desvios decorrentes de avarias de medidores ou de ligações com procedimentos irregulares - sem, no entanto, aumentar a quantidade de inspeções realizadas.



Fonte: Elektro

⁽¹⁾ O critério de cálculo das perdas é baseado na compra total de energia pela Emissora.

⁽²⁾ No indicador de perdas não estão sendo computadas as perdas referentes a mudança provisória da medição de fronteira da Linha de Transmissão Capão Bonito – Itapeva – Itararé 138 KV, determinado pela CCEE. Essa perda será anulada após entrada em operação da Linha de Transmissão Maringá – Itararé II de 230 KV, prevista para o exercício social de 2009.

Comparação do Desempenho Operacional da Emissora nos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007

Os indicadores técnicos de DEC e FEC da Emissora do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 registraram os melhores níveis dos últimos três exercícios sociais e ficaram entre os melhores do setor, conforme comparação feita pela Emissora com base nos dados das distribuidoras de energia elétrica que disponibilizaram tal informação ao mercado.

Esses resultados foram possíveis devido aos investimentos realizados no sistema elétrico. Os investimentos em (a) manutenção preventiva e preservação dos ativos e (b) digitalização, automação e sistemas, que possibilitaram a manutenção da robustez da rede e a melhoria na qualidade do fornecimento de energia, respectivamente.

Pela primeira vez, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, a Emissora registrou um DEC abaixo de 9,0 horas anuais.

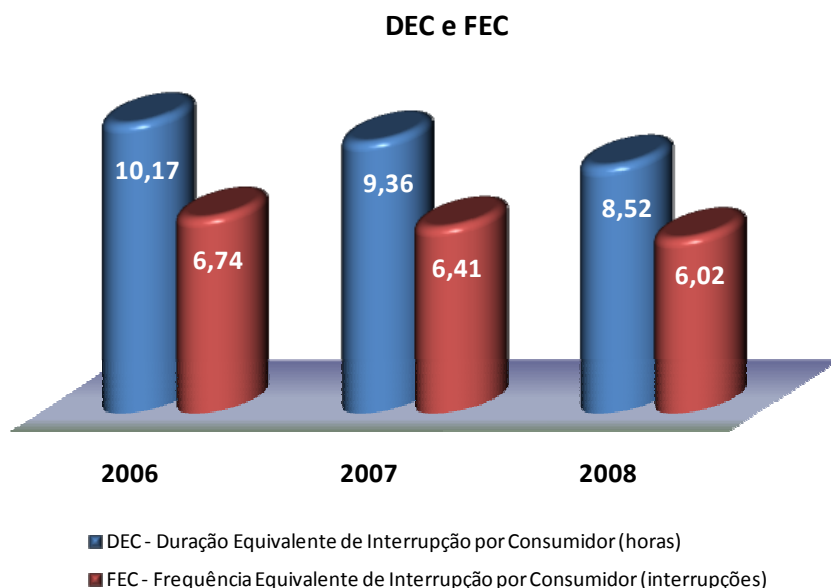
No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, o índice de perdas apresentou redução quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, ano que foi marcado por sensíveis oscilações do índice que podem ser atribuídas à conclusão do processo de implantação da nova configuração das medições de fronteiras, conforme estabelecido nas Resoluções ANEEL nº. 344/2002 e 067/2004, favorecendo a estabilidade do índice em relação aos exercícios sociais anteriores.

Comparação do Desempenho Operacional da Emissora nos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006

O exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006 foi atípico em função de severas tempestades com ventos e descargas atmosféricas, notadamente nos meses de fevereiro, março, novembro e dezembro, que elevaram de modo significativo os indicadores, especialmente o DEC. No entanto, os investimentos realizados no sistema elétrico, principalmente em manutenção preventiva e utilização de novas tecnologias, tais como digitalização e automação, mantiveram a rede suficientemente robusta frente à rigorosa situação climática, resultando na recuperação do índice no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007.

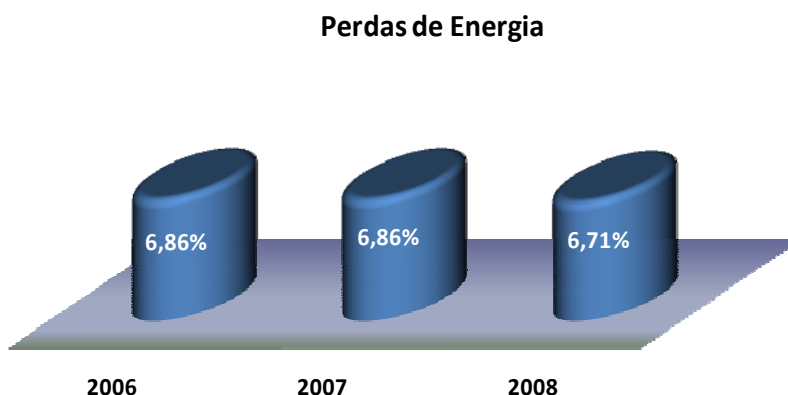
O indicador de perdas registrado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 manteve-se estável em relação ao indicador do exercício anterior (6,86%), apresentando, ainda, resíduo do impacto decorrente da adoção da nova configuração das medições de fronteiras, conforme estabelecido nas Resoluções ANEEL 334/2002 e 067/2004. Caso não tivesse havido tal alteração, o índice do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 apresentaria um resultado de 0,6% menor.

Os gráficos abaixo apresentam o desempenho operacional da Emissora nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 31 de dezembro de 2007 e 31 de dezembro de 2006:



Fonte: Elektro

⁽¹⁾ Os indicadores do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006 em diante não consideram os dias críticos associados a situações de emergência, conforme definido pela Resolução ANEEL nº 024/00. Caso fossem considerados, os indicadores DEC e FEC do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006 seriam 12,81 e 7,98, respectivamente, os indicadores de DEC e FEC do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 seriam 10,97 e 7,15, respectivamente, e os indicadores de DEC e FEC do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 seriam 10,44 e 6,89, respectivamente.



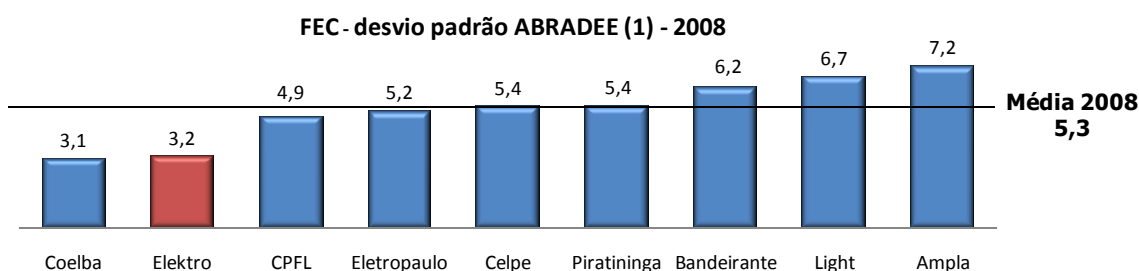
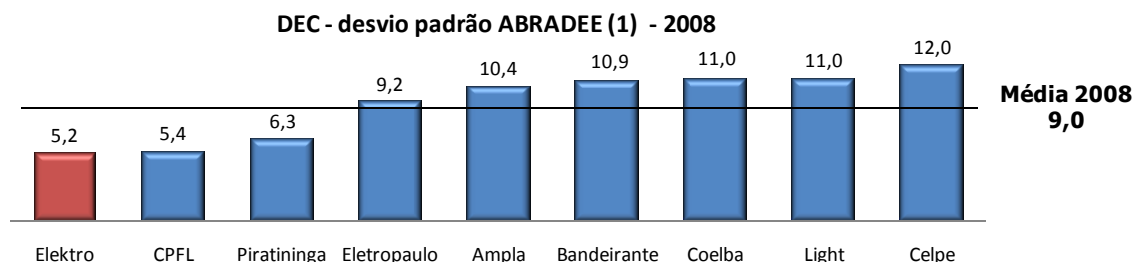
Fonte: Elektro

⁽¹⁾ O critério de cálculo das perdas é baseado na compra total de energia pela Elektro.

⁽²⁾ No indicador de perdas não estão sendo computadas as perdas referentes à mudança provisória da medição de fronteira da Linha de Transmissão Capão Bonito – Itapeva – Itararé 138 KV, determinado pela CCEE. Essa perda será anulada após entrada em operação da Linha de Transmissão Jaguariaíva – Itararé II de 230 KV, prevista para o final de 2009. Se fosse considerada tal perda, o índice de perdas de energia de 2008 seria 6,95%.

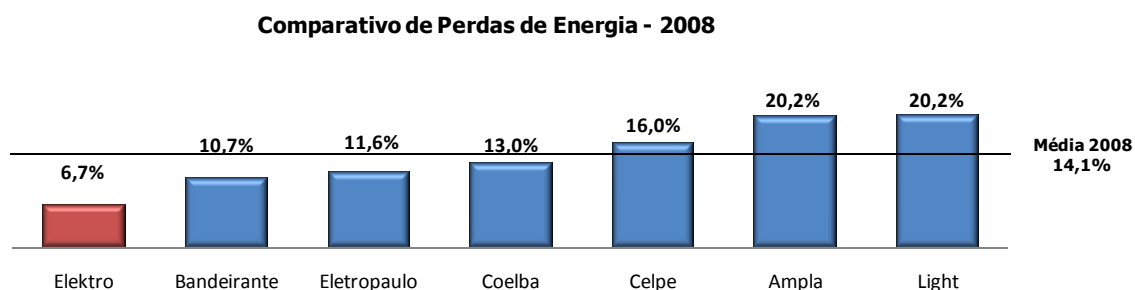
ELEKTRO

Os gráficos abaixo apresentam uma comparação entre os valores de DEC e FEC e as perdas de energia de distribuidoras de energia elétrica no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 elaborada pela Emissora com base nas informações das distribuidoras de energia elétrica que disponibilizam tal informação ao mercado. Em referida comparação, a Emissora selecionou as distribuidoras de energia elétrica cuja receita operacional bruta foi maior que R\$ 2,5 bilhões, excluindo empresas com controle estatal, no exercício social encerrado 31 de dezembro de 2007.



Fonte: Relatórios anuais das respectivas companhias

(1) Desvio Padrão ABRADDEE: Os valores dos fatores niveladores dos índices de DEC e FEC de cada empresa foram são calculados pela ABRADDEE mediante aplicação da metodologia de clusters, semelhante à utilizada pela ANEEL para a fixação de metas para os conjuntos de cada empresa. Os valores dos fatores niveladores têm como objetivo tornar mais equitativo, no âmbito do Prêmio ABRADDEE, a disputa entre empresas com áreas de concessão com características muito diferentes entre si, não devendo ser entendidos como compromisso ou meta.



Fonte: Demonstrações Financeiras das empresas que divulgam o índice de perdas.

Comparação do Desempenho Comercial da Emissora nos Períodos de 3 Meses Encerrado em 31 de março de 2009 e 31 de março de 2008***Fornecimento de Energia (Clientes Finais) e Uso do Sistema de Distribuição (Clientes Livres)***

No período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2009, a Emissora forneceu 2.754 GWh de energia elétrica a seus Clientes Finais, representando um crescimento de 2,1% quando comparado ao mesmo período de 2008.

A classe industrial apresentou redução de 9,6% no fornecimento de energia no período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2009 motivada, principalmente, pelos efeitos da crise financeira internacional.

As classes residencial e comercial apresentaram aumento no consumo de 8,4% e 8,7%, respectivamente. Esse desempenho foi decorrência da ampliação das férias coletivas na indústria, ocorrida no final de 2008 e início de 2009 (em função dos reflexos da crise financeira) e também das altas temperaturas registradas no início de 2009 (em média 1 °C superiores às médias históricas para esse período).

O clima também influenciou o resultado da classe rural, que apresentou um crescimento de 8,7% no período. Esse resultado foi decorrência do baixo índice pluviométrico em dezembro de 2008 e janeiro de 2009, em média 18% menor no período, que impactaram as contas de energia nos meses posteriores.

As classes poder público, iluminação pública e serviços públicos, que juntas representaram 10,1% do mercado da Emissora, apresentaram um crescimento de 8,1% no período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2009. Devido à reclassificação de unidades consumidoras entre essas classes, sua comparabilidade isolada fica prejudicada.

O aumento de 42,4% sobre a soma das demandas de uso do sistema de distribuição no período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2009 ocorreu, principalmente, em razão do acordo celebrado, em 13 de janeiro de 2009, entre a Emissora e as geradoras CESP e AES-Tietê, que resultou na assinatura de contratos de uso do sistema de distribuição. De acordo com referido acordo e, atendendo à legislação em vigor, as geradoras passam a pagar pelo uso do sistema de distribuição da Emissora que, por sua vez, repassa à concessionária de transmissão os valores devidos referentes ao uso daquele sistema.

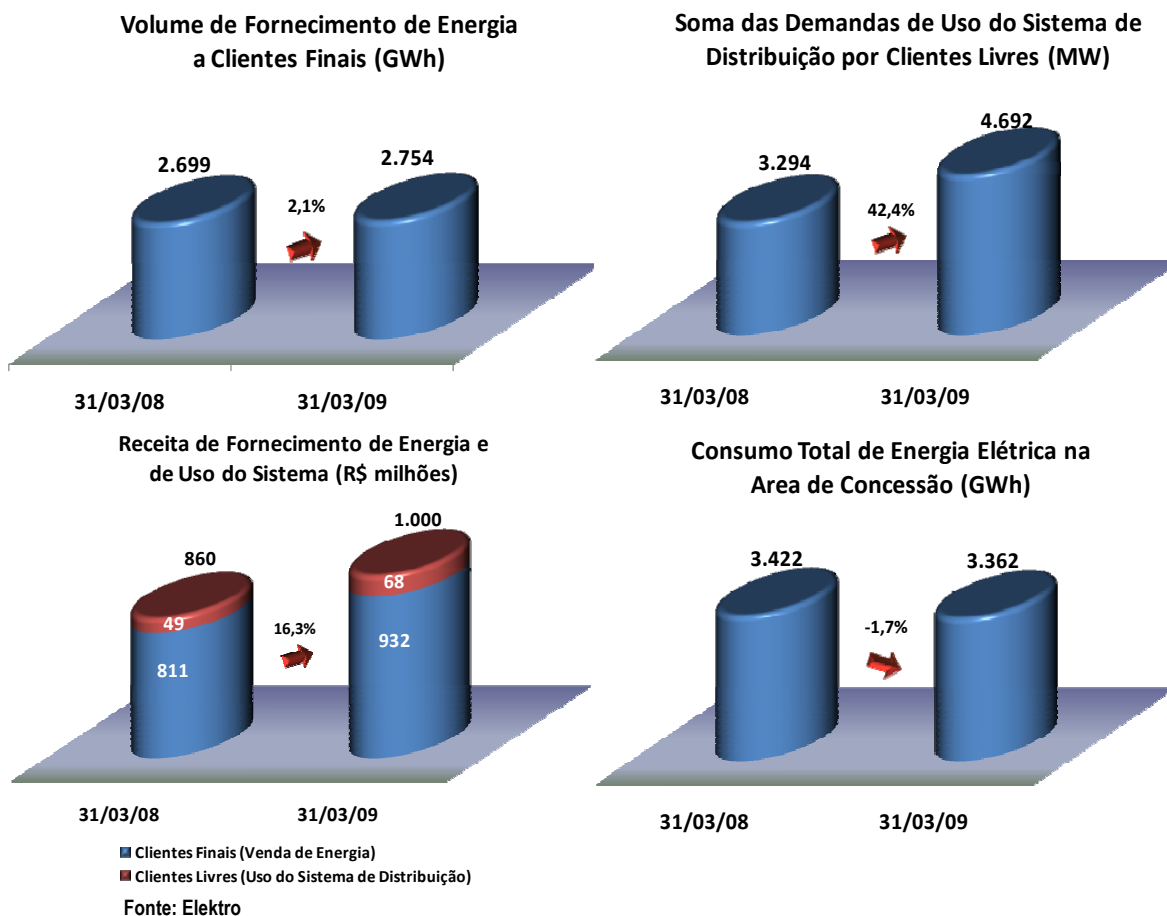
No período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2009, a receita de fornecimento de energia e do uso do sistema de distribuição teve um aumento de 15% se comparada com o mesmo período do exercício social anterior, passando de R\$ 810,6 milhões, no período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2008, para R\$ 932,2 milhões no período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2009. Esse desempenho ocorreu em razão dos efeitos do reajuste tarifário de agosto de 2008, com incremento médio de 10,91% atrelado ao aumento no volume de energia fornecida.

No período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2009, o total de consumo de energia na área de concessão da Emissora foi de 3.362 GWh, considerando os Clientes Livres e os Clientes Cativos. Esse resultado representa redução do consumo de 1,7% em comparação com o mesmo período de 2008 pela redução do consumo de grandes clientes, em sua maioria Consumidores Livres, afetados fortemente pela crise econômica mundial.

Em 31 de março de 2009, a base de clientes da Emissora era de 2.085 mil, o que representou um acréscimo de 18 mil novos clientes ligados no período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2009, resultando em um crescimento de 0,9% quando comparado aos números do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008.

ELEKTRO

Os gráficos e tabelas a seguir apresentam a evolução do desempenho comercial da Emissora nos períodos de 3 meses encerrados em 31 de março de 2009 e 31 de março de 2008:



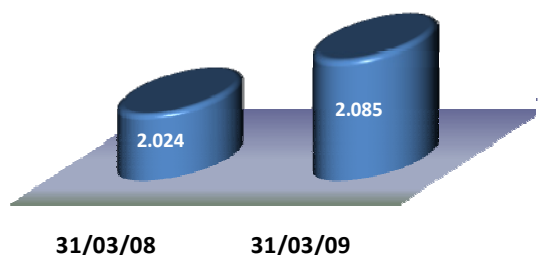
Fornecimento de Energia a Clientes Finais	GWh			R\$ milhões		
	Período de 3 meses encerrado em 31 de março de		Var. %	Período de 3 meses encerrado em 31 de março de		Var. %
	2009	2008		2009	2008	
Residencial	965,2	890,3	8,4%	394,2	333,9	18,0%
Industrial	865,9	957,7	-9,6%	255,2	238,6	7,0%
Comercial	453,3	416,9	8,7%	165,9	140,9	17,8%
Rural	192,7	177,3	8,7%	40,0	34,5	16,0%
Poder Público	64,9	48,6	33,5%	24,2	15,5	56,1%
Iluminação Pública	107,1	107,4	-0,3%	23,5	20,7	13,5%
Serviços Públicos	105,3	100,5	4,8%	29,1	26,5	9,8%
Fornecimento de Energia a Clientes Finais	2.754,5	2.698,8	2,1%	932,2	810,6	15,0%

Uso do Sistema de Distribuição por Clientes Livres	MW			R\$ milhões		
	Período de 3 meses encerrado em 31 de março de		Var. %	Período de 3 meses encerrado em 31 de março de		Var. %
	2009	2008		2009	2008	
Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição ⁽¹⁾	4.692,2	3.294,2	42,4%	67,6	49,0	37,9%

Receita de Fornecimento de Energia + Uso do Sistema de Distribuição (R\$ milhões)	999,7	859,6	16,3%
--	--------------	--------------	--------------

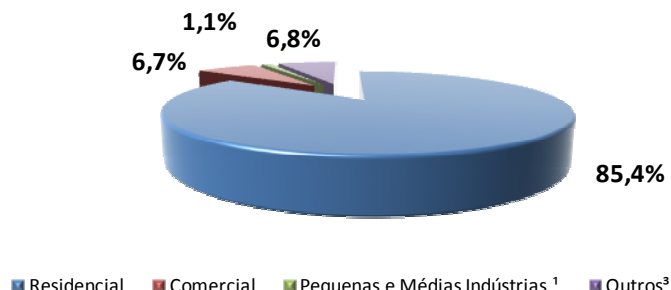
⁽¹⁾ A soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição está apresentada como demanda faturada.

**Evolução do Número de Clientes
(Milhares)**



Fonte: Elektro

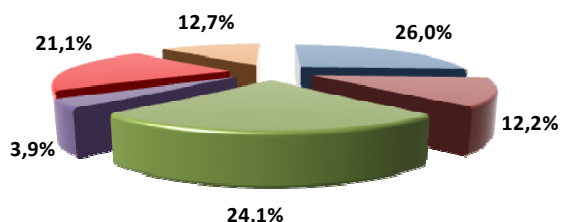
**31 de março de 2009
Segmentação do Número de Clientes (2.085 mil)**



(1) Clientes conectados em baixa e média tensão (Grupos B, A3, A3a e A4) na classe industrial.

(3) Classes: Rural, poder público, iluminação pública e serviços públicos.
Fonte: Elektro

**31 de março de 2008
Segmentação do Consumo de Energia e Uso do Sistema de Distribuição**



Residencial Comercial Pequenas e Médias Indústrias¹ Grandes Indústrias² Livres Outros³

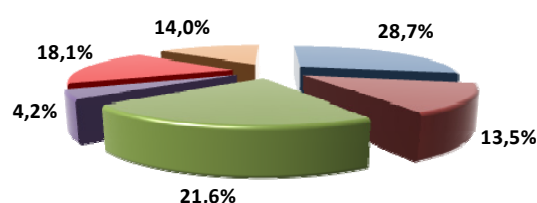
(1) Clientes conectados em baixa e média tensão (Grupos B, A3, A3a e A4) na classe industrial.

(2) Clientes conectados em alta tensão (Grupo A2) na classe industrial.

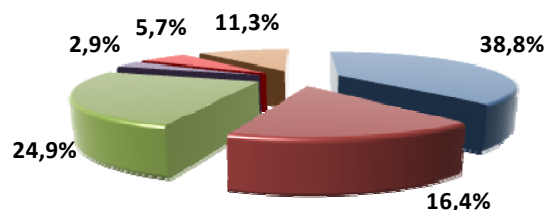
(3) Classes: Rural, poder público, iluminação pública e serviços públicos.

Fonte: Elektro

**31 de março de 2009
Segmentação do Consumo de Energia e Uso do Sistema de Distribuição**



**31 de março de 2008
Segmentação da Receita de Fornecimento de Energia Elétrica e Uso do Sistema de Distribuição**



Residencial Comercial Pequenas e Médias Indústrias¹ Grandes Indústrias² Livres Outros³

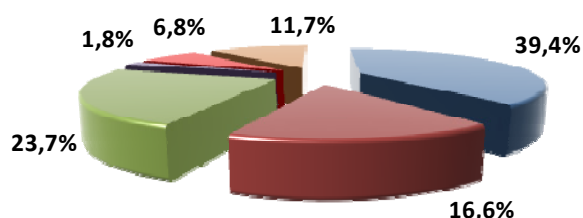
(1) Clientes conectados em baixa e média tensão (Grupos B, A3, A3a e A4) na classe industrial.

(2) Clientes conectados em alta tensão (Grupo A2) na classe industrial.

(3) Classes: Rural, poder público, iluminação pública e serviços públicos.

Fonte: Elektro

**31 de março de 2009
Segmentação da Receita de Fornecimento de Energia Elétrica e Uso do Sistema de Distribuição**

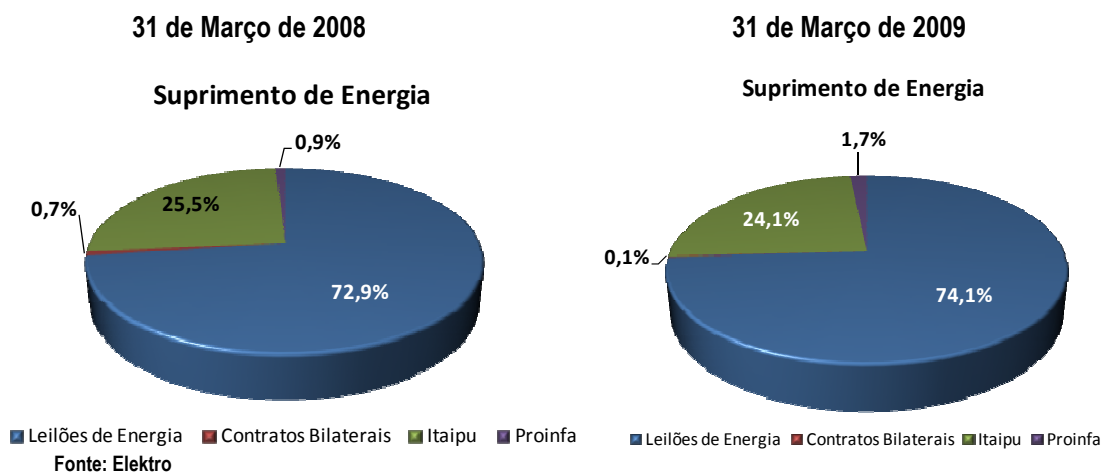


ELEKTRO

Em 31 de março de 2009, os grandes clientes industriais representavam menos que 22,2% do montante de energia vendida e transportada pelo sistema de distribuição da Emissora. Considerando que a tarifa dos grandes clientes industriais é menor do que aquela cobrada dos demais clientes, a Emissora entende que o fato de o perfil de sua clientela ser menos concentrado nesse segmento de clientes minimiza os impactos de eventuais volatilidades da atividade industrial.

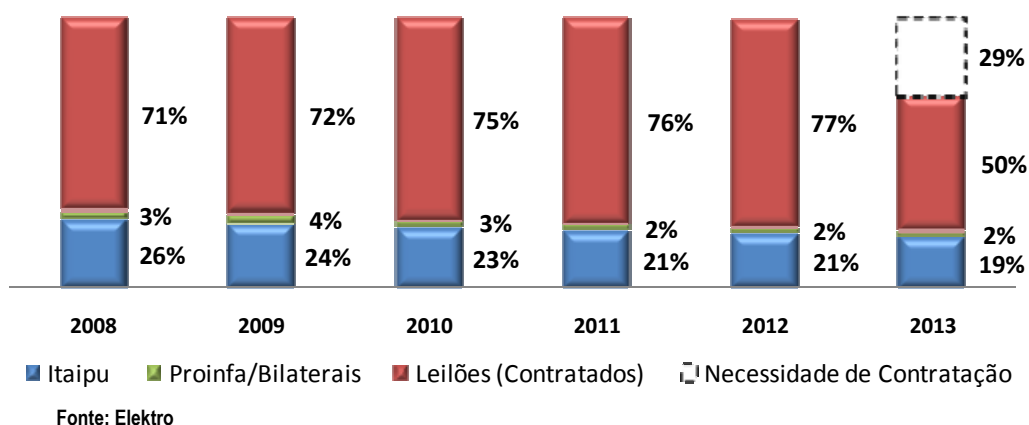
Suprimento de Energia

Durante o período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2009, 74,1% do suprimento de energia da Emissora foi realizado através de contratos provenientes de leilões de energia, no ACR. A energia compulsória proveniente de Itaipu representou 24,1% do total de energia comprada. O restante do portfólio de compra foi composto de 1,7% de energia proveniente de empreendimentos participantes do PROINFA e 0,1% de Contratos Bilaterais.



Considerando as condições estabelecidas pelo atual marco regulatório para a contratação de energia pelas distribuidoras, principalmente por meio de leilões regulados pela ANEEL, a Emissora participou ativamente de todos os mecanismos de compra de energia previstos nos marcos legais e regulatórios, e contratou suas necessidades de energia para o período de 2009 a 2012. Para atender ao crescimento de mercado da Emissora, as quantidades adicionais necessárias a partir de 2013 já foram parcialmente adquiridas no leilão da usina de Jirau (Rio Madeira) e no leilão A-5 realizado em 2008, sendo que o restante será adquirido nos próximos leilões regulados, conforme previsto na legislação vigente.

Compra de Energia (GWh)



Comparação do Desempenho Comercial da Emissora nos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de 2008 e em 31 de Dezembro de 2007***Fornecimento de Energia (Clientes Finais) e Uso do Sistema de Distribuição (Clientes Livres)***

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, a Emissora forneceu 10.845 GWh de energia elétrica a seus clientes finais, representando um crescimento de 8,8% quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, destacando-se o crescimento no consumo industrial, comercial e residencial.

O crescimento da classe industrial é justificado pelo aquecimento da economia como um todo e, em particular, do setor de construção civil no primeiro semestre de 2008. No entanto, os efeitos da crise financeira mundial no último trimestre desse exercício social afetaram fortemente o consumo industrial, notadamente os setores de metalurgia e autopeças, os quais apresentaram significativa redução do consumo.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, as classes residencial e comercial cresceram 5,1% e 6,0%, respectivamente. O aquecimento da economia no primeiro semestre de 2008 influenciou positivamente o crescimento destas duas classes.

Já a classe rural, quando comparada ao mesmo período de 2007, manteve seu consumo estável. A expansão do cultivo de cana-de-açúcar na área de concessão da Emissora justifica essa estabilidade uma vez que essa cultura utiliza os sistemas de irrigação com menor intensidade.

As classes poder público, iluminação pública e serviços públicos, que juntas representam 9,8% do mercado da Emissora, apresentaram um crescimento de 3,4% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008. Devido à reclassificação de unidades consumidoras entre essas classes, sua comparabilidade isolada fica prejudicada.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, a receita de fornecimento de energia e do uso do sistema de distribuição foi de R\$ 3,7 bilhões, contra R\$ 3,6 bilhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, mantendo-se estável com variação de 0,8% quando comparado ao mesmo período do exercício social anterior. Esse desempenho foi decorrência dos efeitos da revisão tarifária ocorrido em agosto de 2007, que representou um reajuste médio negativo de 18,59%.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, o total de consumo de energia na área de concessão da Emissora foi de 13.716 GWh, considerando os Clientes Livres e cativos, o que representou um crescimento de 3,9% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007.

Em 31 de dezembro de 2008, a base de clientes da Emissora era de 2.067 mil, um acréscimo líquido de 62 mil novos clientes ligados nos 12 meses do ano, resultando em um crescimento de 3,1% quando comparado ao mês de dezembro de 2007.

Suprimento de Energia

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, 70,6% do suprimento de energia da Emissora foi realizado através de CCEAR. A energia compulsória proveniente de Itaipu representou 25,4% do total de energia comprada pela Emissora. O restante do portfólio de compra foi composto de 1,4% de Contratos Bilaterais, 1,6% de energia proveniente de empreendimentos participantes do PROINFA e 1,1% de compra no mercado de curto prazo (Spot) na CCEE.

ELEKTRO

Considerando as condições estabelecidas pelo atual marco regulatório para a contratação de energia pelas distribuidoras, principalmente por meio de leilões regulados pela ANEEL, a Emissora participou ativamente de todos os mecanismos previstos nos marcos legais e regulatórios para contratação das suas necessidades de energia para o período de 2009 a 2012. Para atender ao crescimento de mercado da Emissora, as quantidades adicionais necessárias a partir de 2013 já foram parcialmente adquiridas no leilão da usina de Jirau (Rio Madeira) e no leilão A-5 ambos realizados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, sendo que o restante será adquirido nos próximos leilões regulados, conforme previsto na legislação vigente.

Comparação do Desempenho Comercial da Emissora nos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de dezembro de 2006

Fornecimento de Energia (Clientes Finais) e Uso do Sistema de Distribuição (Clientes Livres)

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, o volume de energia elétrica fornecida a Clientes Finais pela Emissora foi de 9.971 GWh, apresentando crescimento de 4,3% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006. O fornecimento de energia elétrica a clientes finais é segmentado pelas classes residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviços públicos.

O crescimento das classes residencial e comercial foi influenciado positivamente pelas altas temperaturas registradas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, em média superiores em 1°C durante a maior parte do ano, quando comparado ao exercício social anterior.

A classe Industrial, cuja participação relativa no consumo total era de 35% do volume de energia elétrica fornecida a Clientes Finais pela Emissora, apresentou um aumento de 3,5% em relação ao exercício social anterior. Esse crescimento foi influenciado positivamente pelos setores relacionados à construção civil, que apresentaram forte expansão ao longo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007.

A taxa de crescimento da classe rural, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, foi de 5,1%. O último trimestre desse exercício social apresentou um consumo bastante acentuado em função dos baixos índices pluviométricos, o que implicou em maior uso de sistemas de irrigação. Assim, houve um acréscimo elevado dessa classe a despeito da influência negativa do avanço do cultivo de cana-de-açúcar na área de concessão da Emissora. Diferentemente das outras culturas, o cultivo de cana-de-açúcar não utiliza sistemas de irrigação e usa o subproduto de sua produção para gerar energia para consumo próprio.

As demais classes (poder público, iluminação pública e serviços públicos), que juntas respondiam por 10% do mercado da Emissora, apresentaram uma evolução de 2,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007. Os aumentos das vendas de energia elétrica das classes de poder público (5,0%) e iluminação pública (2,4%), no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, apresentaram correlação com o crescimento da população na área de concessão da Emissora.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, a receita de fornecimento de energia foi de R\$ 3,3 bilhões, 0,6% menor quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006. Em decorrência de análise histórica da evolução da receita não faturada, no segundo trimestre de 2007, a Emissora efetuou uma mudança no critério de estimativa dessa rubrica com o propósito de ter uma melhor aderência aos valores que efetivamente vêm se realizando. Como consequência, o faturamento foi impactado negativamente em R\$ 55 milhões. Caso não houvesse esta mudança, o incremento relativo à receita de vendas seria de 1,2% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006. A mudança no critério também influenciou a variação do reconhecimento das receitas entre classes de consumo, dificultando a comparabilidade do período analisado.

Os Clientes Livres localizados na área de concessão da Emissora pagam tarifa pelo uso do sistema de distribuição de energia elétrica. Ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, a Emissora possuía 38 clientes livres na sua área de concessão. A saída de clientes da base cativa representa um decréscimo no volume de vendas de energia da Emissora, entretanto, implica também na redução das respectivas compras de energia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, a receita pelo uso do sistema de distribuição foi de R\$ 300,4 milhões, representando um volume 4,5% acima do valor auferido no mesmo período do exercício social anterior. A soma das demandas de uso na ponta e fora de ponta (14.901 MW) apresentou elevação de 10,8% nesse período.

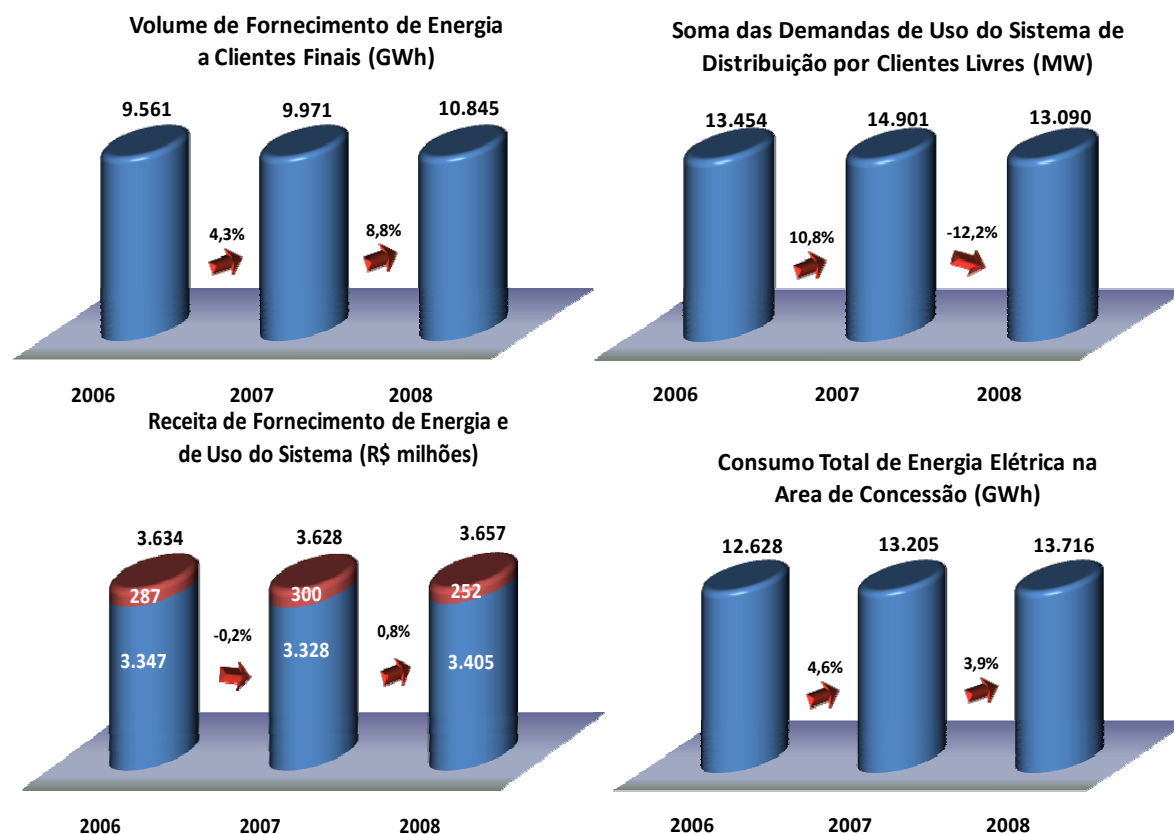
No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, o número de clientes cativos da Emissora superou a marca de 2 milhões. O acréscimo líquido foi de 51 mil clientes em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006.

Suprimento de Energia

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, conforme indicado no gráfico da página 120 abaixo, 70,4% do suprimento de energia da Emissora foi garantido pelos contratos CCEAR. A energia compulsória proveniente de Itaipu representou 27,0% do total de compra de energia da Emissora. Além disso, completando o portfólio de compra, 2,6% da energia comprada foi proveniente de Contratos Bilaterais e do PROINFA.

Considerando as condições estabelecidas pelo atual marco regulatório para suprimento de energia das distribuidoras, principalmente por meio dos leilões regulados pela ANEEL, a Emissora já contratou as suas necessidades de energia previstas para o período de 2008 a 2012. Para atender aos requisitos de crescimento de mercado da Emissora, as quantidades adicionais necessárias a partir de 2013 serão adquiridas nos próximos leilões a serem agendados, conforme previsto na legislação vigente.

Os gráficos e tabelas nesta página 117 bem como nas páginas 118, 119, 120 e 121 a seguir apresentam a evolução do desempenho comercial da Emissora nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 31 de dezembro de 2007 e 31 de dezembro de 2006:



■ Clientes Finais (Venda de Energia) ■ Clientes Livres (Uso do Sistema de Distribuição)

Fonte: Elektro

Fornecimento de Energia a Clientes Finais	GWh			R\$ milhões		
	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2007	2006	Var. %	2007	2006	Var. %
Residencial	3.183,5	3.060,3	4,0%	1.371,5	1.345,9	1,9%
Industrial	3.463,5	3.347,5	3,5%	912,7	968,6	-5,8%
Comercial	1.490,3	1.379,2	8,1%	575,7	557,9	3,2%
Rural	809,3	770,3	5,1%	175,1	174,3	0,5%
Poder Público	262,5	249,9	5,0%	104,7	100,2	4,5%
Iluminação Pública	394,7	385,6	2,4%	92,3	94,7	-2,5%
Serviços Públicos	366,8	368,5	-0,5%	95,9	105,9	-9,4%
Fornecimento de Energia a Clientes Finais	9.970,6	9.561,3	4,3%	3.327,9	3.347,5	-0,6%

Uso do Sistema de Distribuição por Clientes Livres	MW			R\$ milhões		
	Exercício social encerrado em			Exercício social encerrado em		
	2007	2006	Var. %	2007	2006	Var. %
Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição ⁽¹⁾	14.901,5	13.454,5	10,8%	300,4	287,4	4,5%

Receita de Fornecimento de Energia + Uso do Sistema de Distribuição (R\$ milhões)	3.628,3	3.634,9	-0,2%
--	---------	---------	-------

⁽¹⁾ A soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição está apresentada como demanda faturada.

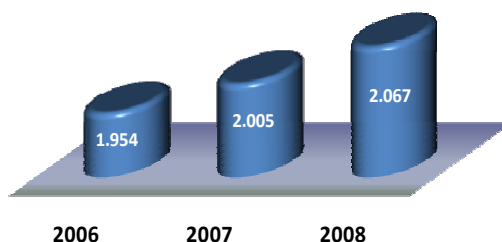
Fornecimento de Energia a Clientes Finais	GWh			R\$ milhões		
	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2008	2007	Var. %	2008	2007	Var. %
Residencial	3.346,7	3.183,5	5,1%	1.337,8	1.371,5	-2,5%
Industrial	4.052,3	3.463,5	17,0%	1.076,5	912,7	17,9%
Comercial	1.580,3	1.490,3	6,0%	555,9	575,7	-3,4%
Rural	807,3	809,3	-0,2%	158,1	175,1	-9,7%
Poder Público	229,4	262,5	-12,6%	77,3	104,7	-26,2%
Iluminação Pública	428,9	394,7	8,7%	89,1	92,3	-3,5%
Serviços Públicos	400,0	366,8	9,1%	110,3	95,9	15,0%
Fornecimento de Energia a Clientes Finais	10.844,9	9.970,6	8,8%	3.404,8	3.327,9	2,3%

Uso do Sistema de Distribuição por Clientes Livres	MW			R\$ milhões		
	Exercício social encerrado em			Exercício social encerrado em		
	2008	2007	Var. %	2008	2007	Var. %
Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição ⁽¹⁾	13.089,5	14.901,5	-12,2%	252,4	300,4	-16,0%

Receita de Fornecimento de Energia + Uso do Sistema de Distribuição (R\$ milhões)	3.657,2	3.628,3	0,8%
--	---------	---------	------

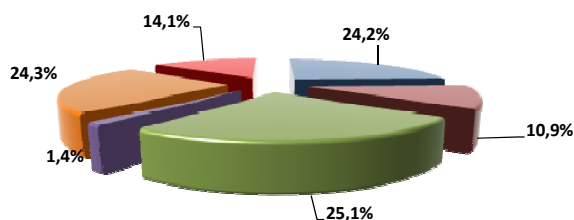
⁽¹⁾ A soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição está apresentada como demanda faturada.

**Evolução do Número de Clientes
(Milhares)**

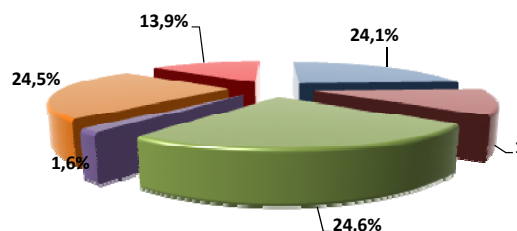


Fonte: Elektro

**31 de dezembro de 2006
Segmentação do Consumo de Energia e Uso do Sistema
de Distribuição**



**31 de dezembro de 2007
Segmentação do Consumo de Energia e Uso do
Sistema de Distribuição**



■ Residencial ■ Comercial ■ Pequenas e Médias Indústrias¹ ■ Grandes Indústrias² ■ Livres ■ Outros³

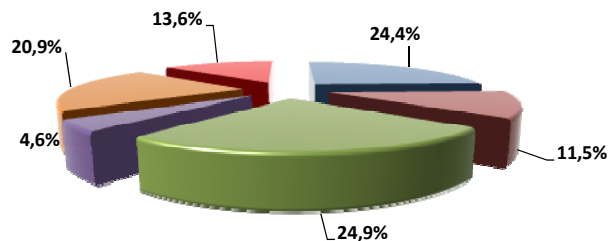
(1) Clientes conectados em baixa e média tensão (Grupos B, A3, A3a e A4) na classe industrial.

(2) Clientes conectados em alta tensão (Grupo A2) na classe industrial.

(3) Classes: Rural, poder público, iluminação pública e serviços públicos.

Fonte: Elektro

**31 de dezembro de 2008
Segmentação do Consumo de Energia e Uso do Sistema de Distribuição**



■ Residencial ■ Comercial ■ Pequenas e Médias Indústrias¹ ■ Grandes Indústrias² ■ Livres ■ Outros³

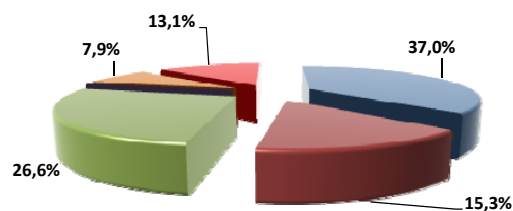
(1) Clientes conectados em baixa e média tensão (Grupos B, A3, A3a e A4) na classe industrial.

(2) Clientes conectados em alta tensão (Grupo A2) na classe industrial.

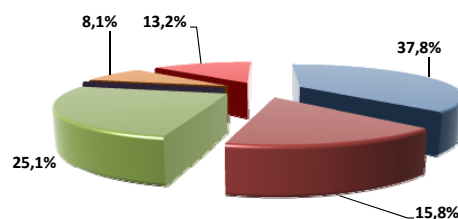
(3) Classes: Rural, poder público, iluminação pública e serviços públicos.

Fonte: Elektro

31 de dezembro de 2006
Segmentação da Receita de Fornecimento de Energia Elétrica e Uso do Sistema de Distribuição



31 de dezembro de 2007
Segmentação da Receita de Fornecimento de Energia Elétrica e Uso do Sistema de Distribuição

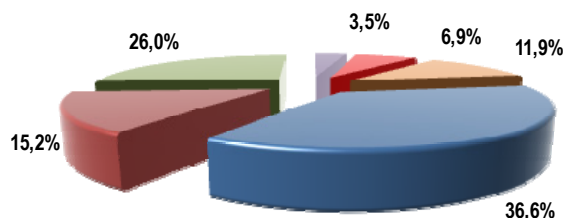


■ Residencial ■ Comercial ■ Pequenas e Médias Indústrias¹ ■ Grandes Indústrias² ■ Livres ■ Outros³

- (1) Clientes conectados em baixa e média tensão (Grupos B, A3, A3a e A4) na classe industrial.
(2) Clientes conectados em alta tensão (Grupo A2) na classe industrial.
(3) Classes: Rural, poder público, iluminação pública e serviços públicos.

Fonte: Elektro

31 de dezembro de 2008
Segmentação da Receita de Fornecimento de Energia Elétrica e Uso do Sistema de Distribuição

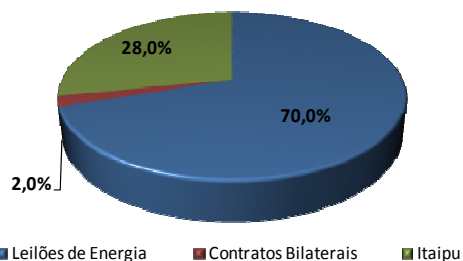


■ Residencial ■ Comercial ■ Pequenas e Médias Indústrias¹ ■ Grandes Indústrias² ■ Livres ■ Outros³

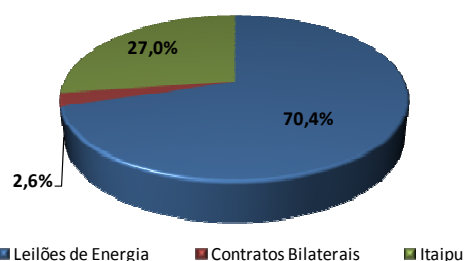
- (1) Clientes conectados em baixa e média tensão (Grupos B, A3, A3a e A4) na classe industrial.
(2) Clientes conectados em alta tensão (Grupo A2) na classe industrial.
(3) Classes: Rural, poder público, iluminação pública e serviços públicos.

Fonte: Elektro

31 de Dezembro de 2006
Suprimento de Energia

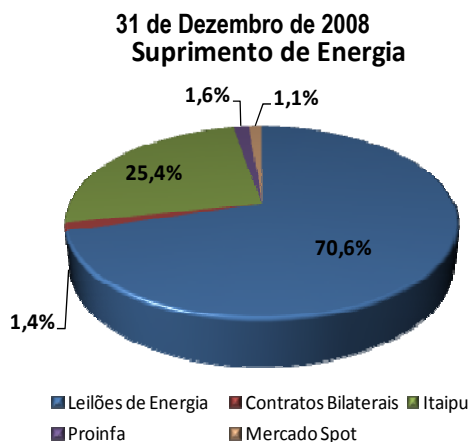


31 de Dezembro de 2007
Suprimento de Energia



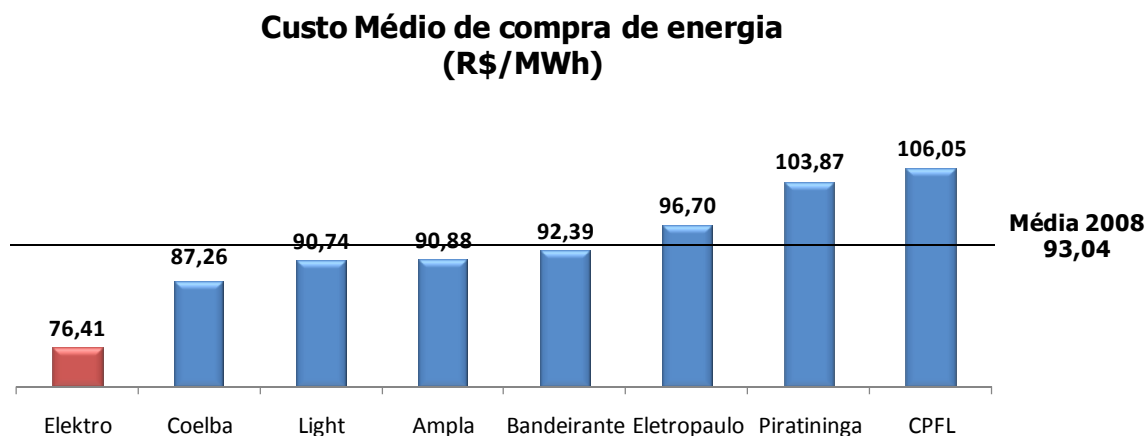
■ Leilões de Energia ■ Contratos Bilaterais ■ Itaipu

■ Leilões de Energia ■ Contratos Bilaterais ■ Itaipu



Fonte: Elektro

O gráfico abaixo apresenta uma comparação entre o custo médio de compra de energia (R\$/MWh) de 8 distribuidoras de energia elétrica brasileiras, bem como a média do custo médio de compra de energia dessas empresas, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, elaboradas pela Emissora com base em informações disponibilizadas pela ANEEL. Em referida comparação, a Emissora selecionou as distribuidoras de energia elétrica cuja receita operacional bruta foi maior que R\$ 2,5 bilhões, excluindo empresas com controle estatal, no exercício social encerrado 31 de dezembro de 2007.



Base: Dezembro de 2008
Fonte: ANEEL

ELEKTRO

Comparação entre o Período de 3 Meses Encerrado em 31 de março de 2009 e o Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2008

Principais Variações nas Contas Patrimoniais

Ativo	Período de 3 meses encerrado em 31 de março de		Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		Variação	
	2009		2008			
	R\$ mil	% do Ativo	R\$ mil	% do Ativo	R\$ mil	%
Circulante	897.094	29,3	856.105	29,0	40.989	4,8
Disponibilidades	226.361	7,4	205.020	6,9	21.341	10,4
Bancos	7.738	0,3	3.359	0,1	4.379	130,4
Aplicações financeiras	218.623	7,1	201.661	6,8	16.962	8,4
Créditos, valores e bens realizáveis	670.733	21,9	651.085	22,0	19.648	3,0
Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores	520.814	17,0	499.216	16,9	21.598	4,3
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(43.594)	(1,4)	(43.656)	(1,5)	62	(0,1)
Caução de fundos e depósitos vinculados	14.876	0,5	15.737	0,5	(861)	(5,5)
Recuperação das perdas de receita e energia livre	4.871	0,2	5.336	0,2	(465)	(8,7)
Ativo regulatório transmissoras	3.596	0,1	6.293	0,2	(2.697)	(42,9)
TUSD-G	35.480	1,2	13.722	0,5	21.758	158,6
Conta de compensação de variações de itens da Parcela A - CVA	5.749	0,2	7.856	0,3	(2.107)	(26,8)
Recomposição de PIS e COFINS	1.383	0,0	2.268	0,1	(885)	(39,0)
Tributos diferidos e a compensar	94.991	3,1	105.135	3,6	(10.144)	(9,6)
Almoxarifado	4.230	0,1	4.153	0,1	77	1,9
Outros créditos	28.337	0,9	35.025	1,2	(6.688)	(19,1)
Não circulante	2.161.189	70,7	2.098.898	71,0	62.291	3,0
Realizável a longo prazo	560.639	18,3	516.780	17,5	43.859	8,5
Créditos, valores e bens realizáveis	560.639	18,3	516.780	17,5	43.859	8,5
Parcelamentos de débitos e supridores	38.540	1,3	41.281	1,4	(2.741)	(6,6)
Caução de fundos e depósitos vinculados	12.056	0,4	11.711	0,4	345	2,9
Recuperação das perdas de receita e energia livre	12.018	0,4	12.419	0,4	(401)	(3,2)
TUSD-G	56.062	1,8	31.713	1,1	24.349	76,8
Conta de compensação de variações de itens da Parcela A - CVA	146.858	4,8	99.130	3,4	47.728	48,1
Tributos diferidos e a compensar	282.522	9,2	310.194	10,5	(27.672)	(8,9)
Outros créditos	12.583	0,4	10.332	0,3	2.251	21,8
Investimentos	4.332	0,1	4.334	0,1	(2)	(0,0)
Imobilizado	1.554.571	50,8	1.537.888	52,0	16.683	1,1
Intangível	41.647	1,4	39.896	1,4	1.751	4,4
Total do Ativo	3.058.283	100,0	2.955.003	100,0	103.280	3,5

Explicações dos saldos e variações das contas do Balanço Patrimonial

Ativo

Disponibilidades

A conta de disponibilidades atingiu R\$ 226,4 milhões em 31 de março de 2009, apresentando um aumento de 10,4% em relação ao saldo de R\$ 205,0 milhões em 31 de dezembro de 2008. Essa variação foi influenciada pelo (a) aumento de 130,4% na conta de bancos que passou de R\$ 3,4 milhões, em 31 de dezembro de

2008, para R\$ 7,7 milhões, em 31 de março de 2009 e (b) aumento de 8,4% na conta de aplicações financeiras que passou de R\$ 201,7 milhões, em 31 de dezembro de 2008, para R\$ 218,6 milhões em 31 de março de 2009. Essas variações decorreram, principalmente, da geração de caixa das atividades operacionais da Emissora.

Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores

Considerando a soma das contas do ativo circulante e não circulante, a conta consumidores, parcelamentos de débitos e supridores apresentou um aumento de 3,45%, passando de R\$ 540,5 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 559,4 milhões em 31 de março de 2009. Essa variação decorre principalmente do aumento do consumo de energia na área de concessão da Emissora em março de 2009 quando comparado a dezembro de 2008 ocasionado principalmente pelo aumento da quantidade de clientes no primeiro trimestre de 2009 e altas temperaturas registradas nesse mesmo período.

Em março de 2009, a base de clientes da Emissora foi de 2,1 milhões clientes, apresentando um acréscimo de 17,5 mil novos clientes ligados nos três primeiros meses deste ano. Esse resultado reflete um crescimento de 0,9% quando comparado ao encerramento de 2008.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa diminuiu de R\$ 43,7 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 43,6 milhões em 31 de março de 2009, portanto uma variação negativa de 0,1%. A referida provisão está em conformidade com o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e é considerada pela administração da Emissora adequada para cobertura de prováveis perdas com recebíveis.

Caução de fundos e depósitos vinculados

A conta de caução de fundos decorre de obrigações contratuais da Emissora, perante, a saber: ELETROBRAS, BNDES (FINEM), Debêntures e garantias para compra de energia elétrica em leilões. A redução do saldo em 1,9%, de R\$ 27,5 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 26,9 milhões em 31 de março de 2009, considerando a soma das contas do ativo circulante e não circulante, refere-se principalmente a mudança na forma de cálculo determinada pela CCEE para constituição da garantia depositada em leilões de compra de energia elétrica, que reduziu os valores caucionados para esse fim.

Recuperação das perdas de receita e energia livre

Os valores registrados nessa conta referem-se à RTE, proveniente do Acordo Geral do Setor Elétrico concluído em 2001, que definiu o mecanismo para recomposição das perdas de receita de distribuidores e geradores de energia elétrica decorrentes do Programa de Racionamento de Energia Elétrica. Os montantes referem-se aos valores a receber de consumidores de 26 municípios situados na região de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, que não foram faturados anteriormente por força de liminar obtida em ação movida pelos consumidores desta região. Essa liminar foi cassada em 29 de fevereiro de 2008 e os valores devidamente atualizados monetariamente são base de amortização desde os faturamentos iniciados a partir de 27 de agosto de 2008, por um período de 52 meses, conforme homologado pela ANEEL no reajuste tarifário de 2008. Os montantes arrecadados correspondentes a energia livre são proporcionalmente repassados aos geradores.

Considerando a soma das contas do ativo circulante e não circulante, a conta de recuperação de receita e energia livre sofreu uma redução de 4,9%, passando de R\$ 17,8 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 16,9 milhões em 31 de março de 2009. Essa variação deve-se ao faturamento e amortização dos valores que não estavam sendo cobrados em virtude da liminar supracitada.

ELEKTRO

Ativo regulatório transmissoras

O saldo, em 31 de março de 2009, de R\$ 3,6 milhões refere-se aos valores informados pela ANEEL através do Ofício Circular nº 2.409/2007. Referido ofício determinou que as distribuidoras contabilizassem os valores a receber de algumas concessionárias de transmissão (transmissoras) que tiveram sua revisão tarifária periódica homologada em 2007 e incluiu a diferença de tarifa que deveria ser repassada às distribuidoras. A redução de 42.9% quando comparado com o saldo em 31 de dezembro de 2008 deve-se ao recebimento dos valores no período.

TUSD-G

A soma do saldo das contas de TUSD-G no ativo circulante e não circulante de R\$ 91,5 milhões em 31 de março de 2009 refere-se à constituição de valores a receber dos geradores em virtude de diferenças de tarifas cobradas no período de julho de 2004 a dezembro de 2008. Esses valores serão repassados à companhia transmissora CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista de acordo com os contratos de CUST ou para o Consumidor Final a título de devolução de valores que foram incluídos nas tarifas da Elektro, seja do ciclo tarifário atual ou dos ciclos tarifários ao longo do período em discussão.

O aumento de 101,5% quando comparados os saldos de 31 de dezembro de 2008 e 31 de março de 2009, deve-se ao ingresso de valores corrigidos a receber das geradoras que não tinham sido previstos em reajustes tarifários homologados pela ANEEL para repasse à companhia transmissora, conforme acordo firmado entre a Emissora e essas geradoras em 13 de janeiro de 2009. O quadro abaixo demonstra a movimentação das contas dos ativos e passivos referentes a TUSD-G:

		Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de			Período de 3 meses encerrado em 31 de março de	
		2008			2009	
Ativo	Nota	Saldo inicial	Ingresso	Correção	Recebimento	Saldo Final
Valores apresentados em R\$ mil						
AES - Nova Avanhandava - ref. jul/04 a mai/08	(a)	33.333	12.167	5.265	(4.187)	46.578
CESP - Jupia/Paraibuna - ref. jul/04 a dez/08	(a)	6.574	31.137	7.540	(3.732)	41.519
Ativo regulatório (Petrobrás - Três Lagoas - ref. jul/04 a jun/07)	(b)	5.528	-	-	(2.083)	3.445
Total Ativo		45.435	43.304	12.805	(10.002)	91.542
Circulante		13.722				35.480
Não circulante		31.713				56.062
Passivo	Nota	Saldo inicial	Ingresso	Correção	Pagamento	Saldo Final
CTEEP	(c)	38.206	-	4.848	(3.551)	39.503
Petrobrás - Três Lagoas - ref. jul/04 a jun/07	(b)	6.346	-	-	(2.280)	4.066
Passivo regulatório	(d)	-	49.134	8.081	-	57.215
Total Passivo		44.552	49.134	12.929	(5.831)	100.784
Circulante		12.839				18.431
Não circulante		31.713				82.353

a) Valores a receber das geradoras conforme CUSD e Termo de Assunção de Dívida e Compromisso de Pagamento e outras Avenças celebrados entre a Elektro e as geradoras AES e CESP.

b) O saldo no ativo de R\$ 3,4 milhões refere-se ao valor que a Elektro receberá dos consumidores nos faturamentos até agosto de 2009. O saldo registrado no passivo de R\$ 4,1 milhões, refere-se ao valor a ser pago para a Petrobrás conforme contrato assinado em 8 de outubro de 2008.

c) Valores a pagar para a CTEEP– Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista conforme Termo de Confissão de Dívida e Acordo de Pagamento celebrado entre a Elektro e CTEEP.

d) Valores contemplados nos termos do acordo que já foram recebidos dos consumidores via tarifa e posteriormente serão devolvidos aos consumidores também via tarifa, assim que os mesmos forem homologados pela ANEEL.

Conta de compensação de variações de itens da Parcela A – CVA

Criada em 2001, a conta de compensação de variação de itens da Parcela A – CVA refere-se ao reconhecimento dos efeitos econômicos e financeiros das variações dos custos da Parcela A (custos não gerenciáveis estabelecidos pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica). De acordo com as regras estabelecidas, quando essas despesas forem superiores ou inferiores aos montantes estipulados na fixação das tarifas de uma distribuidora na data de seu respectivo reajuste, essa distribuidora tem o direito de recuperar ou a obrigação de devolver aos consumidores essa diferença apurada por intermédio de reajuste tarifário, elevando-o em caso de recuperar perdas ou reduzindo-o em caso de devolução de ganhos aos consumidores. Esses valores são mensalmente corrigidos pela taxa SELIC.

Em 31 de março de 2009, o ativo atingiu um montante de R\$ 152,6 milhões (R\$ 5,7 milhões no ativo circulante e R\$ 146,9 milhões no ativo não circulante). Esse aumento de 42,6%, quando comparado ao saldo de R\$ 107,0 milhões em 31 de dezembro de 2008 (R\$ 7,9 milhões no ativo circulante e R\$ 99,1 milhões no ativo não circulante) deve-se principalmente aos seguintes fatores:

- crescimento dos custos com energia comprada de Itaipu em virtude, principalmente, da variação cambial sobre suas faturas de energia, ocasionada pelo aumento da cotação do dólar americano a partir do segundo semestre de 2008. Parte da variação deve-se também aos novos contratos de energia celebrados em janeiro de 2009. Referidos novos contratos apresentam um custo médio superior ao custo que compõe a tarifa atual da Emissora. Isto inclui as termelétricas e os novos Contratos Bilaterais; e
- aumento das despesas com a CDE a partir de janeiro de 2009. A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 754 de 16 de Dezembro de 2008, determinou as novas quotas para o ano de 2009.

Recomposição de PIS e COFINS

A conta de recomposição de PIS e COFINS apresentou uma redução de 39,0%, passando de R\$ 2,3 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 1,4 milhões em 31 de março de 2009. Referida redução deve-se ao recebimento dos valores no período. Esse valor refere-se principalmente a majoração das alíquotas de PIS e COFINS quando da mudança do critério de tributação para não-cumulatividade desde 2003 para o PIS e 2004 para a COFINS. A partir dessas datas a Emissora passou a constituir um ativo que foi homologado pela ANEEL nos reajustes de 2005, 2006, 2007 e 2008 que será totalmente amortizado até 26 de agosto de 2009.

Tributos diferidos e a compensar

A conta de tributos diferidos e a compensar, considerando a soma das contas do ativo circulante e não circulante, apresentou uma redução de 9,1%, passando de R\$ 415,3 milhões (R\$ 105,1 milhões no ativo circulante e R\$ 310,2 milhões no ativo não circulante) em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 377,5 milhões (R\$ 95,0 milhões no ativo circulante e R\$ 282,5 milhões no ativo não circulante) em 31 de março de 2009. Essa redução refere-se, basicamente, à compensação dos tributos diferidos sobre prejuízos fiscais, diferenças temporárias e benefício fiscal do ágio incorporado, devido ao lucro tributável obtido no período.

Outros créditos

A conta de outros créditos, considerando a soma das contas do ativo circulante e não circulante, apresentou uma redução de 9,8%, passando de R\$ 45,3 milhões (R\$ 35,0 milhões no ativo circulante e R\$ 10,3 milhões no ativo não circulante), em 31 de dezembro de 2008, para R\$ 40,9 milhões (R\$ 28,3 milhões no ativo circulante e R\$ 12,6 milhões no ativo não circulante) em 31 de março de 2009. Essa redução referia-se, basicamente, à amortização de componente financeiro referente à diferença da revisão tarifária de 2007, homologado pela ANEEL no reajuste tarifário de agosto de 2008.

Investimentos

O valor registrado na conta de Investimentos não sofreu variação relevante e refere-se principalmente a propriedades rurais mantidas pela Emissora para provável uso futuro. Essas propriedades não estão vinculadas à concessão e estão cedidas em comodato, de forma a garantir a integridade física e econômica dos bens.

ELEKTRO

Imobilizado

O aumento da conta de imobilizado em 1,1%, de R\$ 1,5 bilhão em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 1,6 bilhão em 31 de março de 2009, refere-se principalmente a investimentos em expansão e modernização do sistema elétrico, investimentos nos Programas de Universalização como o Programa Luz para Todos, renovação da frota de veículos e investimentos em tecnologia da informação e infra-estrutura, deduzido da depreciação incorrida no período.

Os principais investimentos realizados foram:

- R\$ 43,8 milhões na expansão, melhorias, preservação do sistema elétrico e suporte operacional, dos quais: (i) R\$ 23,8 milhões foram investidos na preservação do sistema elétrico, (ii) R\$ 4,6 milhões em melhorias e atualizações tecnológicas, (iii) R\$ 8,9 milhões estão associados a novas ligações e à expansão de subestações e de linhas de transmissão e (iv) R\$ 6,5 milhões em programas de tecnologia da informação, infra-estrutura e frota;
- R\$ 13,3 milhões no Programa de Universalização, em cumprimento à Lei nº 10.438 de abril de 2002.

Intangível

Essa conta é composta por direitos de uso de software e terrenos (servidões e desapropriações). O aumento de 4,4%, passando de R\$ 39,9 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 41,6 milhões em 31 de março de 2009, refere-se, principalmente, a aquisição de novos softwares prevista no plano de investimentos para a modernização e melhoria contínua de processos da Emissora.

	Período de 3 meses encerrado em 31 de março de		Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		Variação	
	2009		2008			
Passivo	R\$ mil	% do Passivo	R\$ mil	% do Passivo	R\$ mil	%
Circulante	930.443	30,4	1.005.483	34,0	(75.040)	(7,5)
Empréstimos e financiamentos	69.179	2,3	65.325	2,2	3.854	5,9
Debêntures	213.810	7,0	203.755	6,9	10.055	4,9
Arrendamento mercantil	8.162	0,3	7.744	0,3	418	5,4
Fornecedores e supridores de energia elétrica	235.969	7,7	239.856	8,1	(3.887)	(1,6)
Tributos a recolher	111.138	3,6	112.098	3,8	(960)	(0,9)
Encargos do consumidor	21.080	0,7	24.729	0,8	(3.649)	(14,8)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	168.058	5,5	223.178	7,6	(55.120)	(24,7)
Salários e contribuições sociais	26.810	0,9	35.116	1,2	(8.306)	(23,7)
Obrigações P&D e Eficiência Energética	22.706	0,7	35.071	1,2	(12.365)	(35,3)
Energia livre	6.031	0,2	5.473	0,2	558	10,2
Passivo regulatório transmissoras	3.596	0,1	6.293	0,2	(2.697)	(42,9)
TUSD-G	18.431	0,6	12.839	0,4	5.592	43,6
Devolução baixa renda - modicidade tarifária	782	0,0	944	0,0	(162)	(17,2)
Outros passivos	24.691	0,8	33.062	1,1	(8.371)	(25,3)
Não circulante	899.878	29,4	846.488	28,6	53.390	6,3
Exigível a longo prazo	899.878	29,4	846.488	28,6	53.390	6,3
Empréstimos e financiamentos	255.137	8,3	241.980	8,2	13.157	5,4
Debêntures	363.970	11,9	368.606	12,5	(4.636)	(1,3)
Arrendamento mercantil	20.291	0,7	22.284	0,8	(1.993)	(8,9)
Obrigações P&D e Eficiência Energética	16.296	0,5	14.401	0,5	1.895	13,2
Provisão para ações judiciais, líquidas	81.872	2,7	81.701	2,8	171	0,2
Energia livre	14.984	0,5	15.484	0,5	(500)	(3,2)
TUSD-G	82.353	2,7	31.713	1,1	50.640	159,7
Devolução baixa renda - modicidade tarifária	43.737	1,4	41.890	1,4	1.847	4,4
Plano de pensão	17.620	0,6	23.496	0,8	(5.876)	(25,0)
Outros passivos	3.618	0,1	4.933	0,2	(1.315)	(26,7)
Patrimônio líquido	1.227.962	40,2	1.103.032	37,3	124.930	11,3
Capital social	952.492	31,1	952.492	32,2	0,0	0,0
Reserva de capital	50.539	1,7	50.539	1,7	0,0	0,0
Reserva legal	100.001	3,3	100.001	3,4	0,0	0,0
Lucros acumulados	124.930	4,1	-	-	124.930	N/A
Total do Passivo	3.058.283	100,0	2.955.003	100,0	103.280	3,5

Passivo**Empréstimos e financiamentos**

A conta de empréstimos e financiamentos, considerando a soma das contas do passivo circulante e não circulante, apresentou um aumento de R\$ 17,0 milhões ou 5,5%, passando de R\$ 307,3 milhões (R\$ 65,3 milhões no passivo circulante e R\$ 242,0 milhões no passivo não circulante) em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 324,3 milhões (R\$ 69,2 milhões no passivo circulante e R\$ 255,1 milhões no passivo não circulante) em 31 de março de 2009. Esse aumento deve-se, principalmente, às captações financeiras feitas pela Emissora durante o período para financiar seu programa de investimentos, a saber:

- BNDES: R\$ 24,5 milhões através de agentes financeiros; e
- ELETROBRÁS: R\$ 6,0 milhões, relacionados ao Programa Luz para Todos.

Adicionalmente, a movimentação das contas inclui os juros contabilizados no período e as amortizações de juros e principal.

Debêntures

A conta de debêntures, considerando a soma das contas do passivo circulante e não circulante, apresentou um aumento de 0,9%, passando de R\$ 572,3 milhões (R\$ 203,7 milhões no passivo circulante e R\$ 368,6 milhões no passivo não circulante) em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 577,8 milhões (R\$ 213,8 milhões no passivo circulante e R\$ 364,0 milhões no passivo não circulante) em 31 de março de 2009. Essa variação refere-se à apropriação dos encargos de juros e variação monetária no período de acordo com os índices e taxas estabelecidos, assim como de pagamento de juros no período.

Arrendamento mercantil

Os valores estão de acordo com a Lei 11.638, quanto ao registro de ativos imobilizados que transiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens, e também de acordo com o Pronunciamento CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil, aprovado pela Deliberação CVM nº 554/08.

O saldo da conta, considerando a soma das contas do passivo circulante e não circulante, apresentou uma redução de 5,2%, passando de R\$ 30,0 milhões (R\$ 7,7 milhões no passivo circulante e R\$ 22,3 milhões no passivo não circulante) em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 28,5 milhões (R\$ 8,2 milhões no passivo circulante e R\$ 20,3 milhões no passivo não circulante) em 31 de março de 2009. A redução deve-se principalmente ao pagamento das parcelas vencidas no período, dos contratos referentes a equipamentos de informática, aluguel do centro de distribuição da Emissora e veículos.

Fornecedores e supridores de energia elétrica

A conta de fornecedores e supridores de energia elétrica apresentou uma redução de 1,6%, passando de R\$ 239,9 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 236,0 milhões em 31 de março de 2009. Essa variação decorre do fluxo normal de pagamentos da Emissora e das datas de vencimento das contas a pagar.

ELEKTRO

Tributos a Recolher

A conta de tributos a recolher apresentou uma redução de 0,9%, passando de R\$ 112,1 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 111,1 milhões em 31 de março de 2009. A variação ocorreu, principalmente, pela diminuição de R\$ 13,0 milhões na conta de impostos retidos na fonte, em decorrência da redução do saldo de IRRF sobre Juros sobre Capital próprio existente em 31 de dezembro de 2008 por conta do recolhimento efetuado em janeiro de 2009 após a remessa dos juros sobre capital próprio aos acionistas nesta mesma data, compensado parcialmente com o aumento na provisão de IRPJ e CSLL no valor de R\$ 8,9 milhões referente ao lucro tributável de 2009.

Encargos do consumidor

Na conta de encargos do consumidor são registrados os valores das obrigações a pagar com RGR, CCC, CDE e ECE. A redução de 14,8% no saldo da conta de encargos ao consumidor, que passou de R\$ 24,7 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 21,1 milhões em 31 de março de 2009 refere-se à diminuição das despesas com CCC a partir de janeiro de 2009 por determinação de novo valor a pagar pela ANEEL, parcialmente compensada pelo aumento dos encargos com CDE definidos pela Resolução Homologatória n 754, de 16 dezembro de 2008.

Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

A redução de 24,7% ou R\$ 55,1 milhões, passando do saldo de R\$ 223,2 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 168,1 milhões em 31 de março de 2009, decorre do pagamento, em 28 de janeiro de 2009, dos juros sobre o capital próprio declarados em dezembro de 2008.

Salários e contribuições sociais

O saldo da conta salários e contribuições sociais é composto pelas provisões de férias, 13º salário, PLR e outros encargos trabalhistas incidentes sobre a folha de pagamento. A redução de 23,7% no saldo dessa conta, passando de R\$ 35,1 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 26,8 milhões em 31 de março de 2009, refere-se, principalmente, ao pagamento da PLR de 2008 em março de 2009.

Obrigações P&D e Eficiência Energética

A redução de 21,2%, considerando a soma das contas do passivo circulante e não circulante, passando de R\$ 49,5 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 39,0 milhões em 31 de março de 2009, refere-se principalmente ao pagamento total das obrigações junto ao MME e ao FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico em janeiro de 2009 no valor de R\$ 9,5 milhões, referente ao período de Outubro de 2007 a Dezembro de 2008, de acordo com o Manual de P&D e Eficiência Energética, e também a realizações de projetos relacionados a esses programas.

Energia livre

Os valores registrados na conta de energia livre referem-se ao montante a ser repassado para os geradores referente à RTE, e estão sendo repassados conforme faturamento e arrecadação do saldo de RTE. Para maiores informações, vide comentário da conta “recuperação das perdas de receita e energia livre” na página 123 deste Prospecto Definitivo.

O saldo conta de energia livre, considerando a soma das contas do passivo circulante e não circulante, apresentou um aumento de 0,3%, passando de R\$ 20,9 milhões, em 31 de dezembro de 2008, para R\$ 21,0 milhões em 31 de março de 2009. Esse aumento deve-se a correção monetária sobre o saldo a pagar compensada com o repasse dos valores arrecadados.

Passivo regulatório transmissoras

A redução de 42,9% na conta de passivo regulatório transmissoras, passando de R\$ 6,3 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 3,6 milhões em 31 de março de 2009, refere-se aos valores repassados aos consumidores via tarifa, na mesma medida em que a Emissora recebe esses valores das transmissoras (vide comentário da conta “ativo regulatório transmissoras” na página 138 deste Prospecto Definitivo).

TUSD-G

A soma do saldo das contas do passivo de TUSD-G de R\$ 100,8 milhões (R\$ 18,4 milhões no passivo circulante e R\$ 82,4 milhões no passivo não circulante) em 31 de março de 2009 aumentou em 126,2% quando comparado a 31 de dezembro de 2008. Esses saldos estavam relacionados às diferenças de tarifas cobradas no período de julho de 2004 a dezembro de 2008 refere-se à constituição de valores a pagar à companhia transmissora CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, de acordo com os CUST e também aos valores a devolver para os consumidores, dependente de homologação da ANEEL. Esses valores serão recebidos das geradoras, de forma que o resultado da Emissora não será onerado (vide comentário da variação da conta “TUSD-G” no Ativo na página 124 deste Prospecto Definitivo).

Devolução baixa renda – modicidade tarifária

O saldo dessa conta refere-se à aplicação dos critérios de classificação dos consumidores baixa renda estabelecidos pela Resolução ANEEL nº 485, de 29 de agosto de 2002, que implicou em aumento de receita para a concessionária que, após apuração e homologação pela ANEEL, tem sido oferecido à modicidade tarifária, por ocasião dos reajustes e/ou revisões tarifárias subsequentes.

O saldo da conta apresentou um aumento de 3,9%, considerando a soma das contas do passivo circulante e não circulante, passando de R\$ 42,8 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 44,5 milhões em 31 de março de 2009 decorrente da correção monetária incidente sobre os saldos em aberto.

Provisão para ações judiciais, líquidas

As provisões relacionadas a ações judiciais aumentaram em 0,2%, passando de R\$ 81,7 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 81,9 milhões em 31 de março de 2009. Esses valores estão líquidos dos depósitos judiciais que totalizam R\$ 44,8 milhões em 31 de dezembro de 2008 e R\$ 44,2 milhões em 31 de março de 2009. A variação da conta está relacionada à correção monetária dos saldos em aberto compensadas pelos efeitos decorrentes de levantamento de depósitos judiciais.

Atualmente a maior provisão da Emissora está relacionada à questão judicial que trata da ampliação da base de cálculo do PIS e COFINS com as receitas financeiras de qualquer natureza. O montante dessa provisão em 31 de março de 2009 é de R\$ 79,3 milhões (R\$ 78,1 milhões em 31 de dezembro de 2008) para a COFINS e R\$ 15,4 milhões (R\$ 15,0 milhões em 31 de dezembro de 2008) para o PIS.

Para mais informações sobre referidas questões judiciais vide sessão “Informações sobre a Emissora – Contingências Judiciais e Administrativas”, página 284 desse Prospecto Definitivo.

ELEKTRO

Plano de pensão

A redução do passivo em 25,0%, passando de R\$ 23,5 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 17,6 milhões em 31 de março de 2009, reflete a amortização dos ganhos atuariais de acordo com os critérios estabelecidos na Instrução CVM 371, que leva em consideração o serviço futuro médio dos participantes do plano para fins de amortização dos ganhos e perdas atuariais. A determinação dos montantes dos ganhos a serem amortizados a cada ano leva em consideração a avaliação atuarial dos planos que a Emissora mantém, e que oscilam em decorrência do perfil dos participantes nos planos, da taxa de desconto do cálculo do valor presente das obrigações e do valor justo dos ativos líquidos do plano.

Outros passivos

O saldo conta de outros passivos, considerando a soma das contas do passivo circulante e não circulante, apresentou uma redução de 25,5%, passando de R\$ 38,0 milhões (R\$ 33,1 milhões no passivo circulante e R\$ 4,9 milhões no passivo não circulante), em 31 de dezembro de 2008, para R\$ 28,3 milhões (R\$ 24,7 milhões no passivo circulante e R\$ 3,6 milhões no passivo não circulante) em 31 de março de 2009. Essa redução decorreu, basicamente, do fluxo normal de pagamentos da Emissora e das datas de vencimento das outras contas a pagar.

Patrimônio líquido

A conta de patrimônio líquido demonstrou um aumento de 11,3%, passando de R\$ 1.103,0 milhões, em 31 de dezembro de 2008, para R\$ 1.228,0 milhões em 31 de março de 2009. Essa variação de R\$ 125,0 milhões decorreu do lucro líquido da Emissora no primeiro trimestre de 2009.

Comparação entre os Períodos de 3 Meses Encerrados em 31 de março de 2009 e 31 de março de 2008**Principais Variações nas Contas de Resultado**

	Período de 3 meses encerrado em 31 de março de		Período de 3 meses encerrado em 31 de março de		Variação	
	2009		2008			
	Reapresentação					
	R\$ mil	% da Receita Total	R\$ mil	% da Receita Total	R\$ mil	%
Receitas operacionais	1.005.409	100,0	870.682	100,0	134.727	15,5
Deduções às receitas operacionais	(332.708)	(33,1)	(289.020)	(33,2)	(43.688)	15,1
Receitas operacionais líquidas	672.701	66,9	581.662	66,8	91.039	15,7
Custo do serviço de energia elétrica	(341.407)	(34,0)	(308.038)	(35,4)	(33.369)	10,8
Energia comprada para revenda	(376.507)	(37,4)	(339.517)	(39,0)	(36.990)	10,9
Créditos de PIS e COFINS sobre energia comprada	35.100	3,5	31.479	3,6	3.621	11,5
Custo da operação	(96.379)	(9,6)	(94.568)	(10,9)	(1.811)	1,9
Gastos com pessoal	(30.202)	(3,0)	(32.228)	(3,7)	2.026	(6,3)
Gastos com materiais	(5.365)	(0,5)	(5.519)	(0,6)	154	(2,8)
Gastos com serviços de terceiros	(20.833)	(2,1)	(18.063)	(2,1)	(2.770)	15,3
Depreciação e outras amortizações	(30.564)	(3,0)	(28.143)	(3,2)	(2.421)	8,6
Outras despesas operacionais líquidas	(10.509)	(1,0)	(11.490)	(1,3)	981	(8,5)
Créditos de PIS e COFINS sobre o custo da operação	1.094	0,1	875	0,1	219	25,0
Lucro operacional bruto	234.915	23,4	179.056	20,6	55.859	31,2
Despesas operacionais	(41.218)	(4,1)	(38.965)	(4,5)	(2.253)	5,8
Despesas com vendas	(5.918)	(0,6)	(3.126)	(0,4)	(2.792)	89,3
Despesas gerais administrativas	(13.726)	(1,4)	(12.527)	(1,4)	(1.199)	9,6
Amortização do ágio	(1.837)	(0,2)	(1.837)	(0,2)	0,0	0,0
Outras despesas operacionais líquidas	(19.737)	(2,0)	(21.475)	(2,5)	1.738	(8,1)
Resultado do serviço	193.697	19,3	140.091	16,1	53.606	38,3
Resultado financeiro	(3.648)	(0,4)	(21.498)	(2,5)	17.850	(83,0)
Receitas financeiras	16.479	1,6	15.977	1,8	502	3,1
Despesas financeiras	(24.085)	(2,4)	(29.088)	(3,3)	5.003	(17,2)
Variação cambial e monetária, líquidas	3.958	0,4	(8.387)	(1,0)	12.345	(147,2)
Resultado operacional	190.049	18,9	118.593	13,6	71.456	60,3
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda	190.049	18,9	118.593	13,6	71.456	60,3
Imposto de renda	(30.583)	(3,0)	(20.777)	(2,4)	(9.806)	47,2
Contribuição social	(10.811)	(1,1)	(6.717)	(0,8)	(4.094)	60,9
Imposto de renda diferido	(17.416)	(1,7)	(10.950)	(1,3)	(6.466)	59,1
Contribuição social diferida	(6.309)	(0,6)	(3.981)	(0,5)	(2.328)	58,5
Lucro líquido do período	124.930	12,4	76.168	8,7	48.762	64,0

ELEKTRO

Receitas operacionais

No primeiro trimestre de 2009, a receita operacional bruta da Emissora foi de R\$ 1,0 bilhão, registrando aumento de 15,5% quando comparado ao mesmo período de 2008 que foi de R\$ 0,9 bilhão. Do total da receita, 99,9% equivale à receita de fornecimento de energia e do uso do sistema de distribuição, conforme quadro abaixo.

	Período de 3 meses encerrado em 31 de março de		Período de 3 meses encerrado em 31 de março de		Variação	
	2009		2008			
	Reapresentação					
	MWh	R\$	MWh	R\$	R\$ mil	%
Receita operacional bruta	2.814.111	1.005.409	2.711.992	870.682	134.727	15,5
Fornecimento para consumidores	2.754.464	932.155	2.698.766	810.600	121.555	15,0
Residencial	965.227	394.185	890.300	333.940	60.245	18,0
Industrial	865.871	255.243	957.721	238.598	16.645	7,0
Comercial	453.345	165.897	416.889	140.874	25.023	17,8
Rural	192.721	39.999	177.313	34.484	5.515	16,0
Poder público	64.879	24.239	48.625	15.467	8.772	56,7
Iluminação pública	107.123	23.487	107.377	20.742	2.745	13,2
Serviço público	105.298	29.105	100.541	26.495	2.610	9,9
Outras receitas	59.647	73.254	13.226	60.082	13.172	21,9
CCEE	59.647	3.384	13.226	2.785	599	21,5
Receita de uso do sistema de distribuição	-	67.574	-	49.029	18.545	37,8
Outras receitas	-	2.296	-	8.268	(5.972)	(72,2)

No primeiro trimestre de 2009, a receita de fornecimento de energia foi de R\$ 932,2 milhões contra R\$ 810,6 milhões do mesmo período de 2008. Esse aumento de 15% deve-se principalmente aos fatores elencados nos parágrafos que seguem.

No primeiro trimestre de 2009, a Emissora forneceu 2.754.464 MWh de energia elétrica a seus clientes finais, representando um crescimento de 2,1% quando comparado com o mesmo período de 2008, que é explicado principalmente pelo crescimento no consumo residencial e comercial.

O consumo das classes residencial e comercial cresceu respectivamente 8,4% e 8,7% em volume de MWh no primeiro trimestre de 2009 quando comparado ao mesmo período de 2008. Mencionado crescimento é justificado às altas temperaturas registradas no início do ano de 2009, em média 1°C superiores ao mesmo período do ano anterior.

O clima também influenciou o resultado da classe rural, que apresentou crescimento no consumo em de MWh de 8,7% no período. Esse resultado deve-se ao baixo índice pluviométrico em dezembro de 2008 e janeiro de 2009, em média 18% menor no período.

A classe industrial apresentou redução de 9,6% no consumo de energia no primeiro trimestre de 2009. Este resultado deve-se às férias coletivas prolongadas ocorridas no final de 2008 e início de 2009 em função da crise econômica mundial.

As classes poder público, iluminação pública e serviços públicos, que juntas representam 9,8% do mercado da Emissora, apresentaram crescimento de 8,1% no consumo de energia no primeiro trimestre de 2009. Devido à reclassificação de unidades consumidoras entre essas classes, a comparabilidade isolada das mesmas fica prejudicada.

Em março de 2009, a base de clientes da Emissora foi de 2.084.695 clientes, sendo que 60.780 novos clientes foram ligados desde 31 de março de 2008, resultando em um crescimento de 3,0% quando comparado ao encerramento do primeiro trimestre de 2008.

Em adição ao aumento no volume de energia fornecida aos consumidores por conta dos efeitos acima mencionados, há também o aumento médio na tarifa cobrada dos consumidores na área de concessão da Emissora de 10,91%, conforme foi homologado no reajuste tarifário de agosto de 2008. Esse aumento corresponde tanto ao aumento inflacionário do período, como por compensações financeiras relativas à CVA, subvenção a tarifas residenciais de baixa renda e outras tarifas subsidiadas, diferença da revisão tarifária de 2007, entre outros fatores regulatórios. (Para maiores informações, vide comentário à variação da conta “receitas operacionais” na seção “Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais da Emissora”, página 161 deste Prospecto Definitivo).

O aumento de 37,8% (R\$ 18,5 milhões), no primeiro trimestre de 2009, na conta de receita de uso do sistema de distribuição, refere-se ao aumento de 42,4% sobre a soma das demandas de uso do sistema de distribuição, que se deve, principalmente, ao acordo celebrado em 13 de janeiro de 2009 com as geradoras CESP e AES-Tietê, que resultou na assinatura de contratos de uso do sistema de distribuição com tais geradoras. Segundo este acordo, e atendendo à legislação em vigor, as geradoras passam a pagar pelo uso do sistema de distribuição, e a Emissora, por sua vez, repassa à concessionária de transmissão os valores devidos referentes à conexão com o sistema de transmissão.

Deduções às receitas operacionais

As deduções às receitas operacionais apresentaram um aumento de 15,1%, passando de R\$ 289,0 milhões em 31 de março de 2008, para R\$ 332,7 milhões em 31 de março de 2009. Referidas deduções às receitas operacionais são constituídas especialmente aos impostos sobre a energia fornecida, portanto o aumento apresentado nesta rubrica está consistente com o aumento do faturamento explicado acima.

Custos do serviço de energia elétrica

O custo do serviço de energia elétrica cresceu em 10,8%, passando de R\$ 308,0 milhões no primeiro trimestre de 2008 para R\$ 341,4 milhões no primeiro trimestre de 2009. Referido aumento de custo deve-se, principalmente, ao incremento na quantidade comprada em virtude do aumento nas vendas de energia, bem como aos reajustes nas tarifas dos contratos de compra de energia, maior compra de energia de usinas térmicas via leilões regulados e aquisições no mercado Spot.

Custo da operação:

Gastos com pessoal

O gasto com pessoal no primeiro trimestre de 2009 foi de R\$ 30,2 milhões comparados a R\$ 32,2 milhões no mesmo período de 2008, apresentando uma redução de 6,3%, sendo que esta redução está compensada na conta de despesas com vendas, que teve o aumento influenciado por gastos com pessoal. O total dos gastos com pessoal registrado nas rubricas custo da operação, despesas com vendas e despesas gerais e administrativas foi de R\$ 41,6 milhões, no primeiro trimestre de 2009, comparado com o montante de R\$ 41,2 milhões no mesmo período de 2008. Houve um aumento na remuneração do pessoal devido ao reajuste de salários de 6,8% ocorrido em junho de 2008, porém esse aumento foi compensado com a redução nas despesas com indenizações ocorridas no primeiro trimestre de 2009 quando comparadas ao primeiro trimestre de 2008.

Gastos com materiais

A conta de gastos com materiais passou de R\$ 5,5 milhões no primeiro trimestre de 2008 para R\$ 5,4 milhões no primeiro trimestre de 2009, apresentando uma redução de 2,8%.

ELEKTRO

Gastos com serviços de terceiros

O aumento dos gastos com serviços de terceiros em 15,3%, passando de R\$ 18,1 milhões no primeiro trimestre de 2008 para R\$ 20,8 milhões no primeiro trimestre de 2009, refere-se, principalmente, aos serviços relacionados com manutenção de redes, linhas, subestações e linhas de transmissão, e também aumento de alguns serviços administrativos.

Depreciação e outras amortizações

A conta de despesa de depreciação e outras amortizações aumentou em 8,6%, passando de R\$ 28,1 milhões em março de 2008 para R\$ 30,6 milhões em março de 2009. Esse aumento acompanha basicamente o aumento na conta do ativo imobilizado que foi de 10,6%.

Outras despesas operacionais líquidas

A redução das outras despesas operacionais líquidas em 8,5%, passando de R\$ 11,5 milhões no primeiro trimestre de 2008 para R\$ 10,5 milhões no primeiro trimestre de 2009, refere-se principalmente a redução na Taxa de Fiscalização da ANEEL em R\$ 0,5 milhões e redução na conta de provisões para contingências no valor de R\$ 0,7 milhões.

Créditos de PIS e COFINS sobre o custo da operação

A conta de créditos de PIS e COFINS sobre o custo da operação apresentou um aumento de 25,0%, passando de R\$ 0,9 milhão, período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2008, para R\$ 1,1 milhão no mesmo período de 2009. Tal variação ocorreu devido ao aumento das despesas sujeitas a crédito desses tributos, dentre elas alugueis e serviços de leitura e entrega de contas.

Despesas operacionais

Despesas com vendas

As despesas com vendas tiveram um aumento de 89,3%, passando de R\$ 3,1 milhões no primeiro trimestre de 2008 para R\$ 5,9 milhões no primeiro trimestre de 2009, com reflexo basicamente das despesas com pessoal. Para maiores explicações vide explicação da conta "gastos com pessoal", na página 133 desse Prospecto Definitivo.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas aumentaram em 9,6%, passando de R\$ 12,5 milhões no primeiro trimestre de 2008 para R\$ 13,7 milhões no primeiro trimestre de 2009. Esse aumento de R\$ 1,2 milhões refere-se, principalmente, ao aumento com gastos com serviços de terceiros.

Amortização do ágio

O montante de R\$ 1,8 milhões em 2009 e 2008 refere-se à amortização da mais-valia do ativo imobilizado que teve origem no ágio gerado no momento da incorporação que a Emissora fez da sua controladora Terraço em 21 de dezembro de 1998. Essa mais-valia está sendo amortizada em 20 anos, de acordo com o prazo médio de vida útil do imobilizado.

Resultado financeiro

O resultado financeiro (receitas financeiras menos despesas financeiras) foi de R\$ 3,6 milhões negativos no primeiro trimestre de 2009, apresentando redução de 83,0% em relação a 2008 que foi de R\$ 21,5 milhões negativos.

Os principais efeitos que impactaram nesta variação positiva foram a redução de R\$ 14,5 milhões da despesa de variação monetária incidente sobre as debêntures decorrente de uma deflação registrada pelo IGP-M no primeiro trimestre de 2009 de 0,92% em contrapartida à inflação de 2,38% apurada no primeiro trimestre de 2008 e o aumento da receita de variação monetária referente a ativos regulatórios, principalmente CVA, no montante de R\$ 2,3 milhões.

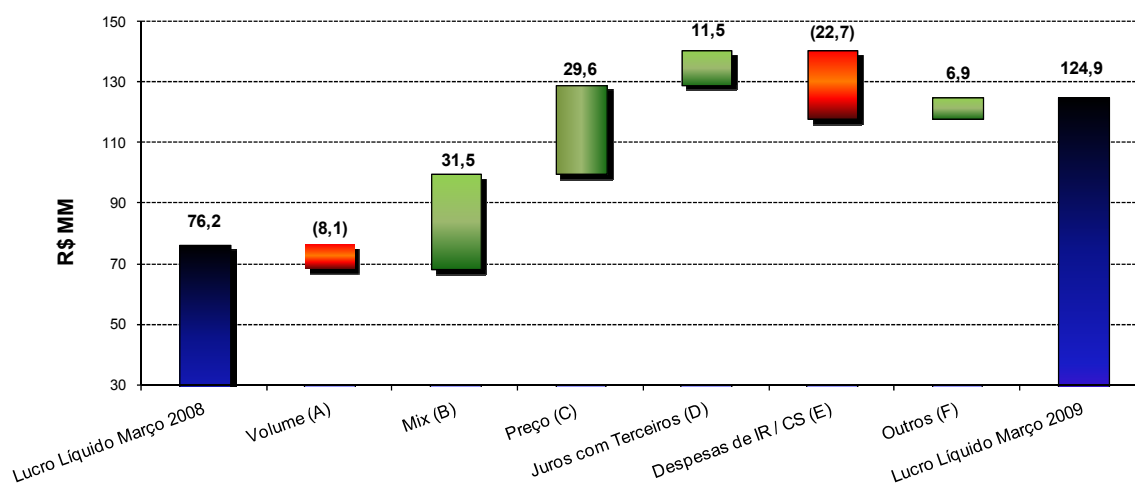
Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas com imposto de renda e contribuição social aumentaram em 53,5%, passando de R\$ 42,4 milhões no primeiro trimestre de 2008 para R\$ 65,1 milhões no mesmo período de 2009. Essa variação decorre do aumento do lucro tributável da Emissora.

Lucro Líquido

A Emissora registrou um aumento no lucro líquido de R\$ 48,8 milhões ou 64,0%, passando de R\$ 76,2 milhões no primeiro trimestre de 2008 para R\$ 124,9 milhões no primeiro trimestre de 2009. O aumento deve-se aos efeitos comentados anteriormente, e também podem ser visualizados pelas variações provenientes dos dados demonstrados no gráfico a seguir:

Conciliação do Lucro Líquido dos períodos de 3 meses encerrados em 31 de março de 2009 e 31 de março de 2008



(A) Variação negativa de R\$ 8,1 milhões devido a redução no volume de energia vendida na classe industrial (- 68 GWH).

(B) O ganho de R\$ 31,5 milhões deve-se principalmente a maiores vendas para as classes residencial e comercial.

(C) O ganho de R\$ 29,6 milhões deve-se principalmente aos efeitos positivos do reajuste tarifário ocorrido em agosto de 2008, com incremento médio de 10,91% nas tarifas.

(D) A variação positiva de R\$ 11,5 milhões deve-se a redução dos juros das *Debêntures*, causado pela deflação registrada pelo IGP-M no primeiro trimestre de 2009 de 0,92% em contrapartida à inflação de 2,38% apurada no primeiro trimestre de 2008.

(E) A variação negativa de R\$ 22,7 milhões das despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social decorre do maior lucro tributável da Emissora no primeiro trimestre de 2009

(F) Outras variações favoráveis.

ELEKTRO

Comparação entre os Exercícios Sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2007

Principais Variações de Saldo nas Contas Patrimoniais

	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2008		Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2007		Variação	
	Reapresentação					
Ativo	R\$ mil	% do Ativo	R\$ mil	% do Ativo	R\$ mil	%
Circulante	856.105	29,0	772.102	28,8	84.003	10,9
Disponibilidades	205.020	6,9	157.328	5,9	47.692	30,3
Bancos	3.359	0,1	25.815	1,0	(22.456)	(87,0)
Aplicações financeiras	201.661	6,8	131.513	4,9	70.148	53,3
Créditos, valores e bens realizáveis	651.085	22,0	614.774	22,9	36.311	5,9
Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores	499.216	16,9	467.591	17,4	31.625	6,8
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(43.656)	(1,5)	(44.258)	(1,7)	602	(1,4)
Caução de fundos e depósitos vinculados	15.737	0,5	44.036	1,6	(28.299)	(64,3)
Recuperação das perdas de receita e energia livre	5.336	0,2	-	-	5.336	N/A
Ativo regulatório transmissoras	6.293	0,2	10.789	0,4	(4.496)	(41,7)
TUSD-G	13.722	0,5	-	-	13.722	N/A
Conta de compensação de variações de itens da Parcela A - CVA	7.856	0,3	-	-	7.856	N/A
Recomposição de PIS e COFINS	2.268	0,1	6.201	0,2	(3.933)	(63,4)
Tributos diferidos e a compensar	105.135	3,6	92.669	3,5	12.466	13,5
Almoxarifado	4.153	0,1	3.973	0,1	180	4,5
Outros créditos	35.025	1,2	33.773	1,3	1.252	3,7
Não circulante	2.098.898	71,0	1.910.045	71,2	188.853	9,9
Realizável a longo prazo	516.780	17,5	481.497	18,0	35.283	7,3
Créditos, valores e bens realizáveis	516.780	17,5	481.497	18,0	35.283	7,3
Parcelamentos de débitos e supridores	41.281	1,4	41.974	1,6	(693)	(1,7)
Caução de fundos e depósitos vinculados	11.711	0,4	10.722	0,4	989	9,2
Recuperação das perdas de receita e energia livre	12.419	0,4	15.960	0,6	(3.541)	(22,2)
Ativo regulatório transmissoras	-	-	6.293	0,2	(6.293)	N/A
TUSD-G	31.713	1,1	-	-	31.713	N/A
Conta de compensação de variações de itens da Parcela A - CVA	99.130	3,4	8.234	0,3	90.896	1.103,9
Recomposição de PIS e COFINS	-	-	3.263	0,1	(3.263)	N/A
Tributos diferidos e a compensar	310.194	10,5	388.921	14,5	(78.727)	(20,2)
Outros créditos	10.332	0,3	6.130	0,2	4.202	68,5
Investimentos	4.334	0,1	4.343	0,2	(9)	(0,2)
Imobilizado	1.537.888	52,0	1.387.251	51,7	150.637	10,9
Intangível	39.896	1,4	36.954	1,4	2.942	8,0
Total do Ativo	2.955.003	100,0	2.682.147	100,0	272.856	10,2

Ativo

Disponibilidades

A conta de disponibilidades apresentou um aumento de 30,3% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, passando de R\$ 157,3 milhões, em 31 de dezembro de 2007, para R\$ 205,0 milhões em 31 de dezembro de 2008. Essa variação foi influenciada (a) pelo aumento de 53,3% na conta de aplicações

financeiras, que passou de R\$ 131,5 milhões, em 31 de dezembro de 2007, para R\$ 201,7 milhões em 31 de dezembro de 2008 e (b) pela redução de 87,0% ocorrida na conta de bancos que passou de R\$ 25,8 milhões, em 31 de dezembro de 2007, para R\$ 3,4 milhões em 31 de dezembro de 2008. Referida evolução na conta de disponibilidades ocorreu, principalmente, em razão da geração operacional de caixa da Emissora deduzidos os pagamentos efetuados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008. Os principais pagamentos realizados nesse período foram: (i) dividendos e juros sobre capital próprio referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, no valor de R\$ 139,2 milhões; (ii) dividendos intermediários no valor de R\$ 135,4 milhões; e (iii) investimentos no valor de R\$ 249,0 milhões.

Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores

A conta de consumidores, parcelamentos de débitos e supridores, considerando a soma das contas do ativo circulante e não circulante, apresentou um aumento de 6,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, passando de R\$ 509,6 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R\$ 540,5 milhões em 31 de dezembro de 2008. Essa variação decorreu, principalmente, (a) do aumento do consumo na área de concessão da Emissora e (b) do efeito positivo de 10,91% do reajuste tarifário de 2008 sobre as tarifas aplicadas pela Emissora a partir de 27 de agosto de 2008.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa apresentou uma diminuição de 1,4% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, passando de R\$ 44,3 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R\$ 43,7 milhões em 31 de dezembro de 2008. A diminuição no saldo deve-se basicamente a: (i) redução da provisão da classe de iluminação pública em virtude da negociação com Autarquias e Prefeituras Municipais; e (ii) redução da provisão de parcelamento de prefeituras referente à baixa efetiva para incobráveis dos títulos com baixa probabilidade de recebimento. Sendo a redução parcialmente compensada com o aumento na provisão de parcelamento privado em virtude de maior número de clientes da classe industrial em condições de insolvência financeira. Referida provisão está em conformidade com o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e é considerada pela administração da Emissora adequada para cobertura de prováveis perdas com recebíveis.

Caução de fundos e depósitos vinculados

A conta de caução de fundos decorre de obrigações da Emissora assumidas (a) em contratos celebrados com a Eletrobrás; (b) em contratos celebrados com BNDES (FINEM); (c) no âmbito da 2ª Emissão de debêntures da Emissora; e (d) como garantia para compra de energia elétrica em leilões.

A redução do saldo em 50% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, passando de R\$ 54,8 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R\$ 27,4 milhões, em 31 de dezembro de 2008, considerando a soma das contas do ativo circulante e não circulante. Tal variação ocorreu em razão: (a) da comprovação dos investimentos efetuados pela Emissora com os recursos obtidos por meio das linhas de financiamentos da ELETROBRAS (Programa Luz para Todos) e (b) da utilização do valor caucionado referente ao BNDES para pagamento das prestações do financiamento (FINEM II). Para maiores informações sobre os contratos de financiamento celebrados junto ao BNDES, vide seção “Informações sobre a Emissora – Contratos Relevantes - Contratos Financeiros” na página 230 deste Prospecto Definitivo.

Recuperação das perdas de receita e energia livre

Os valores registrados na conta de recuperação das perdas de receita e energia livre da Emissora referem-se à RTE, um mecanismo para recomposição das perdas de receita de distribuidores e geradores de energia elétrica decorrentes do Programa de Racionamento de Energia Elétrica. Os montantes registrados no ativo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2008 referem-se aos valores a receber de consumidores de 26 municípios situados na região do município de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, valores que não foram faturados anteriormente por força de liminar concedida à consumidores dessa região.

ELEKTRO

Essa liminar foi cassada em 29 de fevereiro de 2008 e os valores estão sendo amortizados desde os faturamentos iniciados a partir do reajuste tarifário de 27 de agosto de 2008. Os montantes arrecadados correspondentes a energia livre estão sendo repassados aos geradores.

O saldo da conta, considerando a soma das contas do ativo circulante e não circulante, apresentou um aumento de 11,2%, passando de R\$ 15,9 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R\$ 17,7 milhões em 31 de dezembro de 2008. Essa variação deu-se em virtude do recálculo efetuado no exercício social de 2008, de acordo com o ofício ANEEL nº 2027/2008, bem como o registro da correção monetária dos valores que não estavam sendo cobrado em virtude da liminar supracitada.

Ativo regulatório transmissoras

O saldo da conta de ativo regulatório transmissoras no valor de R\$ 6,3 milhões em 31 de dezembro de 2008 refere-se aos valores homologados pela ANEEL através do Ofício Circular nº 2.409/2007, que determinou que as distribuidoras contabilizassem os valores a receber de algumas concessionárias de transmissão (transmissoras) que tiveram sua Revisão Tarifária Periódica homologada em 2007 e incluiu a diferença de tarifa que deveria ser repassada às distribuidoras. O valor inicialmente registrado pela Emissora foi de R\$ 21,6 milhões, sendo que, em 31 de dezembro de 2008, havia R\$ 6,3 milhões a receber das transmissoras (R\$ 17,1 milhões, considerando circulante e não circulante, em 31 de dezembro de 2007). A redução de 63,2% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 ocorreu em razão do recebimento dos valores no período.

TUSD-G

O saldo agregado das contas TUSD-G no valor de R\$ 45,4 milhões (R\$ 13,7 milhões no ativo circulante e R\$ 31,7 milhões no ativo não circulante) decorreu da constituição de valores a receber das geradoras de energia elétrica em virtude de diferenças de tarifas cobradas no período de julho de 2004 a dezembro de 2008. Esses valores serão pagos à companhia transmissora CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista quando forem recebidos pela Emissora a título de Encargos CUST, de forma que não seja onerado o seu resultado, sendo que a diferença entre os saldos das contas de ativo e passivo de R\$ 0,9 milhões (R\$ 45,4 milhões no ativo e R\$ 44,5 milhões no passivo) refere-se ao intervalo temporal entre o recebimento das geradoras e o pagamento para a CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista.

Conta de compensação de variações de itens da Parcela A – CVA

Criada em 2001, esta conta refere-se ao reconhecimento dos efeitos econômicos e financeiros das variações dos custos da Parcela A. De acordo com a legislação vigente, quando tais despesas forem superiores ou inferiores aos montantes estipulados na fixação das tarifas de uma distribuidora, na data de seu respectivo reajuste, a distribuidora terá o direito de recuperar ou, de outra maneira, a obrigação de devolver aos consumidores a diferença apurada. Por intermédio de reajuste tarifário, a distribuidora terá sua tarifa elevada caso suas despesas tenham sido efetivamente superiores àquelas estipuladas. De forma diferente, a tarifa da distribuidora será reduzida se suas despesas forem inferiores aos montantes estipulados na fixação de suas tarifas. Tais valores são mensalmente corrigidos pela taxa SELIC.

A conta de compensação de variações de itens da Parcela A – CVA da Emissora, considerando todas as contas de CVA, apresentou um aumento de 3.597,4%, passando de um saldo credor de R\$ 3,1 milhões (R\$ 8,2 milhões no ativo não circulante e R\$ 11,2 milhões no passivo circulante) em 31 de dezembro de 2007, para um saldo devedor de R\$ 106,9 milhões (R\$ 7,8 milhões no ativo circulante e R\$ 99,1 milhões no ativo não circulante) em 31 de dezembro de 2008. Essa variação de R\$ 110,0 milhões deve-se principalmente ao:

- crescimento do encargo de serviços do sistema (ESS) causado pela operação de usinas termelétricas acionadas desde o final de 2007, em razão da ultrapassagem da curva de aversão a risco (CAR), e por determinação do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE);

- crescimento da CVA referente à energia comprada, em virtude da variação cambial das faturas referentes a Itaipu, impactadas pelo aumento da cotação do dólar americano a partir do segundo semestre de 2008 e também pelo alto custo da energia gerada pelas usinas termelétricas acionadas a partir de janeiro de 2008; e
- aumento da conta de consumo de combustíveis (CCC) devido ao crescimento das despesas com consumo de combustíveis para geração de energia nos sistemas isolados.

Para maiores informações vide Nota Explicativa nº 12 das demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, anexas a este Prospecto.

Recomposição de PIS e COFINS

A conta de recomposição de PIS e COFINS, considerando a soma das contas do ativo circulante e não circulante, apresentou uma redução de 76%, passando de R\$ 9,5 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R\$ 2,3 milhões em 31 de dezembro de 2008. Tal variação ocorreu em razão do recebimento dos valores no período. Esse valor refere-se, principalmente, à majoração das alíquotas de PIS e COFINS quando houve a mudança do critério de tributação para não-cumulatividade desde 2003, para o PIS, e 2004 para a COFINS. A partir das referidas datas a Emissora passou constituir um ativo que foi homologado pela ANEEL nos reajustes de 2005, 2006, 2007 e 2008 e será totalmente amortizado até 26 de agosto de 2009.

Tributos diferidos e a compensar

A conta de tributos diferidos e a compensar, considerando a soma das contas do ativo circulante e não circulante, apresentou uma redução de 13,8% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, passando de R\$ 481,6 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R\$ 415,3 milhões, em 31 de dezembro de 2008. Essa redução ocorreu, basicamente, em razão da compensação dos tributos diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias devido ao lucro tributável obtido no período.

Outros créditos

A conta de outros créditos, considerando a soma das contas do ativo circulante e não circulante, apresentou um aumento de 13,7%, passando de R\$ 39,9 milhões (R\$ 33,8 milhões no ativo circulante e R\$ 6,1 milhões no ativo não circulante), em 31 de dezembro de 2007, para R\$ 45,3 milhões (R\$ 35,0 milhões no ativo circulante e R\$ 10,3 milhões no ativo não circulante) em 31 de dezembro de 2008. Esse aumento decorreu, basicamente, da constituição de componente financeiro referente à diferença da revisão tarifária de 2007, homologado pela ANEEL no reajuste tarifário de agosto de 2008, parcialmente compensado com a amortização do período de setembro a dezembro de 2008.

Investimentos

O valor registrado na conta de investimentos refere-se, principalmente, a propriedades rurais mantidas pela Emissora para provável uso no futuro. Essas propriedades não estão vinculadas à concessão e estão cedidas em comodato, de forma a garantir a integridade física e econômica dos bens. Essa conta não sofreu variação relevante no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008.

Imobilizado

O aumento da conta de imobilizado em 10,9% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, de R\$ 1.387,2 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R\$ 1.537,8 milhões em 31 de dezembro de 2008, ocorreu, principalmente, em razão de investimentos realizados pela Emissora em expansão e modernização do sistema elétrico no valor de R\$ 194,3 milhões e em programas de universalização, como o Programa Luz para Todos, no valor de R\$ 54,7 milhões, compensados parcialmente com a depreciação do período. Para maiores informações sobre os investimentos da Emissora, vide seção “Informações sobre a Emissora - Atividades da Emissora – Investimentos Relevantes” na página 236 deste Prospecto Definitivo.

ELEKTRO

Intangível

A conta de intangível é composta por direitos de uso de software e terrenos (desapropriações). O aumento de 8,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, de R\$ 37,0 milhões em 31 de dezembro de 2007, para R\$ 39,9 milhões em 31 de dezembro de 2008, ocorreu, principalmente, em razão dos investimentos em novos softwares. Tais investimentos seguem a tendência de modernização da Emissora e estão de acordo com seu plano de investimento. Para maiores informações sobre os investimentos e a tecnologia da informação da Emissora vide seções “Informações sobre a Emissora - Atividades da Emissora – Investimentos Relevantes” e “Informações sobre a Emissora - Atividades da Emissora – Tecnologia da Informação” nas páginas 236 e 193, respectivamente, deste Prospecto Definitivo.

	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2008		Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2007		Variação	
	Reapresentação					
Passivo	R\$ mil	% do Passivo	R\$ mil	% do Passivo	R\$ mil	%
Circulante	1.005.483	34,0	719.390	26,8	286.093	39,8
Empréstimos e financiamentos	65.325	2,2	48.099	1,8	17.226	35,8
Debêntures	203.755	6,9	18.618	0,7	185.137	994,4
Arrendamento mercantil	7.744	0,3	2.956	0,1	4.788	162,0
Fornecedores e supridores de energia elétrica	239.856	8,1	217.503	8,1	22.353	10,3
Tributos a recolher	112.098	3,8	86.198	3,2	25.900	30,0
Encargos do consumidor	24.729	0,8	18.617	0,7	6.112	32,8
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	223.178	7,6	143.663	5,4	79.515	55,3
Salários e contribuições sociais	35.116	1,2	32.954	1,2	2.162	6,6
Obrigações do programa de eficiência energética	35.071	1,2	36.840	1,4	(1.769)	(4,8)
Energia livre	5.473	0,2	8.817	0,3	(3.344)	(37,9)
Passivo regulatório transmissoras	6.293	0,2	10.789	0,4	(4.496)	(41,7)
TUSD-G	12.839	0,4	-	-	12.839	N/A
Conta de compensação de variações de itens da Parcela A - CVA	-	-	11.293	0,4	(11.293)	N/A
Devolução baixa renda - modicidade tarifária	944	0,0	37.723	1,4	(36.779)	(97,5)
Outros passivos	33.062	1,1	45.320	1,7	(12.258)	(27,0)
Não circulante	846.488	28,6	880.352	32,8	(33.864)	(3,8)
Exigível a longo prazo	846.488	28,6	880.352	32,8	(33.864)	(3,8)
Empréstimos e financiamentos	241.980	8,2	177.247	6,6	64.733	36,5
Debêntures	368.606	12,5	508.332	19,0	(139.726)	(27,5)
Arrendamento mercantil	22.284	0,8	10.290	0,4	11.994	116,6
Obrigações do programa de eficiência energética	14.401	0,5	7.872	0,3	6.529	82,9
Provisão para ações judiciais, líquidas	81.701	2,8	83.189	3,1	(1.488)	(1,8)
Energia livre	15.484	0,5	-	-	15.484	N/A
Passivo regulatório transmissoras	-	-	6.293	0,2	(6.293)	N/A
TUSD-G	31.713	1,1	-	-	31.713	N/A
Devolução baixa renda - modicidade tarifária	41.890	1,4	54.637	2,0	(12.747)	(23,3)
Plano de pensão	23.496	0,8	31.846	1,2	(8.350)	(26,2)
Outros passivos	4.933	0,2	646	0,0	4.287	663,6
Patrimônio líquido	1.103.032	37,3	1.082.405	40,4	20.627	1,9
Capital social	952.492	32,2	952.492	35,5	0,0	0,0
Reserva de capital	50.539	1,7	50.539	1,9	0,0	0,0
Reserva legal	100.001	3,4	80.466	3,0	19.535	24,3
Prejuízos acumulados	-	-	(1.092)	(0,0)	1.092	N/A
Total do Passivo	2.955.003	100,0	2.682.147	100,0	272.856	10,2

Passivo**Empréstimos e financiamentos**

A conta de empréstimos e financiamentos, considerando a soma das contas do passivo circulante e não circulante, apresentou um aumento de 36,4% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, passando de R\$ 225,3 milhões (R\$ 48,1 milhões no passivo circulante e R\$ 177,2 milhões no passivo não circulante) em 31 de dezembro de 2007 para R\$ 307,3 milhões (R\$ 65,3 milhões no passivo circulante e R\$ 242,0 milhões no passivo não circulante) em 31 de dezembro de 2008. Essa variação ocorreu, principalmente, em razão das captações de recursos para financiar seu programa de investimentos, por meio das seguintes linhas de financiamento já existentes:

- BNDES: R\$ 99,4 milhões, através de agentes financeiros;
- ELETROBRÁS: R\$ 24,0 milhões, relacionados ao Programa Luz para Todos; e
- FINEP: R\$ 5,8 milhões.

Adicionalmente a essas captações, houve também os juros contabilizados no exercício e as amortizações de juros e principal no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008.

Para maiores informações sobre os contratos financeiros da Emissora, vide seção “Informações sobre a Emissora - Atividades da Emissora – Contratos Relevantes - Contratos Financeiros” na página 230 deste Prospecto Definitivo.

Debêntures

A conta de debêntures, considerando a soma das contas do passivo circulante e não circulante, apresentou um aumento de 8,6% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, passando de R\$ 526,9 milhões (R\$ 18,6 milhões no passivo circulante e R\$ 508,3 milhões no passivo não circulante) em 31 de dezembro de 2007 para R\$ 572,3 milhões (R\$ 203,7 milhões no passivo circulante e R\$ 368,6 milhões no passivo não circulante) em 31 de dezembro de 2008. Essa variação ocorreu em razão da apropriação dos encargos de juros e variação monetária no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008. Adicionalmente, houve a transferência de 33,33% da dívida do passivo não circulante para o circulante, para fazer frente ao vencimento da parcela em referência em 1º de setembro de 2009.

Arrendamento mercantil

Os valores registrados na conta de arrendamento mercantil estão de acordo com a nova redação da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada pela Lei 11.638, e com o Pronunciamento CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil, aprovado pela Deliberação CVM nº 554/08, quanto ao registro de ativos imobilizados que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens.

O saldo da conta, considerando a soma das contas do passivo circulante e não circulante, apresentou um aumento de 126,7% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, passando de 13,2 milhões (R\$ 2,9 milhões no passivo circulante e R\$ 10,3 milhões no passivo não circulante) em 31 de dezembro de 2007 para R\$ 30,0 milhões (R\$ 7,7 milhões no passivo circulante e R\$ 22,3 milhões no passivo não circulante) em 31 de dezembro de 2008. Referido aumento ocorreu em razão, principalmente, da celebração de novos contratos de arrendamento referentes a equipamentos de informática, imóveis e veículos iniciados em 2008. Para maiores informações sobre os contratos de arrendamento mercantil relevantes da Emissora, vide seção “Contratos Relevantes - Atividades da Emissora – Contratos Financeiros – Contratos de Arrendamento Mercantil” na página 233 deste Prospecto Definitivo.

ELEKTRO

Fornecedores e supridores de energia elétrica

A conta de fornecedores e supridores de energia elétrica apresentou um aumento de 10,3% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, passando de R\$ 217,5 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R\$ 239,9 milhões em 31 de dezembro de 2008. Esse aumento ocorreu em razão, principalmente, do aumento dos valores da compra de energia elétrica proveniente de Itaipu e dos encargos de serviço do sistema (ESS).

Tributos a Recolher

A conta de tributos a recolher apresentou um acréscimo de 30,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, passando de R\$ 86,2 milhões em 31 de dezembro de 2007, para R\$ 112,1 milhões em 31 de dezembro de 2008. Referido aumento ocorreu, principalmente, nas contas de PIS, COFINS e ICMS devido ao aumento do faturamento do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 em relação ao exercício social anterior. Adicionalmente, em dezembro de 2008, também houve o lançamento do imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio no montante de R\$ 12,6 milhões, cujo recolhimento ocorreu em janeiro de 2009 (em 2007 a referida retenção foi efetuada em novembro e dezembro do mesmo ano).

Encargos do consumidor

Na conta de encargos do consumidor são registrados os valores das obrigações a pagar com RGR, CCC, CDE e ECE. O aumento de 32,8% no saldo da conta de encargos ao consumidor no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, de R\$ 18,6 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R\$ 24,7 milhões em 31 de dezembro de 2008 ocorreu em razão, principalmente, do aumento das despesas com CCC para geração de energia nos sistemas interligados e isolados, que resultou na alteração, pela ANEEL, dos valores das quotas anuais referentes ao período de janeiro a dezembro de 2008.

Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

A conta de dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar sofreu um aumento de 55,3% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, passando de R\$ 143,6 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R\$ 223,2 milhões em 31 de dezembro de 2008. Esse aumento ocorreu porque os juros sobre capital próprio no montante de R\$ 55,1 milhões, declarados em novembro e dezembro de 2008 foram pagos em 28 de janeiro de 2009. No ano de 2007 o valor de R\$ 62,1 milhões referente aos juros sobre capital próprio foram pagos no próprio exercício.

Salários e contribuições sociais

O saldo da conta salários e contribuições sociais é composto pelas provisões de férias, 13º salário, participação nos lucros e resultados e outros encargos trabalhistas incidentes sobre a folha de pagamento da Emissora. A conta salários e contribuições sociais aumentou em 6,6% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, passando de R\$ 33,0 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R\$ 35,1 milhões em 31 de dezembro de 2008. Referido aumento ocorreu em razão, basicamente, do reajuste salarial de 6,8% em junho de 2008.

Obrigações do programa de eficiência energética

O contrato de concessão estabelece a obrigação da Emissora em aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. O aumento de 10,7% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, considerando a soma das contas do passivo circulante e não circulante, de R\$ 44,7 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R\$ 49,5 milhões em 31 de dezembro de 2008, ocorreu em razão da movimentação da conta no período. Tal movimentação estava relacionada (a) aos R\$ 26,1 milhões de novos ingressos relativos ao cálculo de 1% sobre a receita operacional líquida da Emissora, (b) aos R\$ 4,5 milhões de atualização monetária e (c) à realização de projetos de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento no valor de R\$ 25,8 milhões.

Energia livre

Os valores registrados na conta de energia livre referem-se ao montante a ser repassado para os geradores referente à RTE. Os montantes estão sendo repassados conforme faturamento e arrecadação da RTE. Para maiores informações, vide comentário da conta “recuperação das perdas de receita e energia livre” na página 123 deste Prospecto Definitivo.

O saldo conta de energia livre, considerando a soma das contas do passivo circulante e não circulante, apresentou um aumento de 137,7% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, passando de R\$ 8,8 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R\$ 20,9 milhões em 31 de dezembro de 2008. Essa variação ocorreu em razão do recálculo efetuado no exercício social de 2008, de acordo com o ofício ANEEL nº 2027/2008.

Passivo regulatório transmissoras

A redução de 63,2% na conta de passivo regulatório transmissoras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, considerando a soma das contas do passivo circulante e não circulante, de R\$ 17,0 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R\$ 6,3 milhões em 31 de dezembro de 2008, decorreu dos valores repassados aos consumidores via tarifa, na mesma medida em que a Emissora recebe esses valores das transmissoras. Para maiores informações, vide comentário da conta “ativo regulatório transmissoras” na página 138 deste Prospecto Definitivo.

Conta de compensação de variações de itens da Parcela A – CVA

Vide informações sobre a natureza desta conta e sobre as variações existentes na conta do ativo sob a mesma rubrica na página 138 deste Prospecto Definitivo.

TUSD-G

O saldo agregado das contas TUSD-G de R\$ 44,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, considerando a soma de R\$ 12,8 milhões no passivo circulante e R\$ 31,7 milhões no passivo não circulante, ocorreu em razão da constituição de valores a pagar à companhia transmissora CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, a título de CUST, em virtude de diferenças de tarifas cobradas no período de julho de 2004 a dezembro de 2008. Esses valores serão recebidos das geradoras de energia elétrica de forma que o resultado da Emissora não será onerado, sendo que a diferença entre os saldos das contas de ativo e passivo de R\$ 0,9 milhões (R\$ 45,4 milhões no ativo e R\$ 44,5 milhões no passivo) refere-se ao intervalo temporal entre o recebimento das geradoras e o pagamento para a CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista. Para maiores informações, vide comentário da variação da conta “TUSD-G” no Ativo na página 138 deste Prospecto Definitivo.

Devolução baixa renda – modicidade tarifária

O saldo dessa conta refere-se à aplicação dos critérios de classificação dos consumidores baixa renda estabelecidos pela Resolução ANEEL nº 485 de 29 de agosto de 2002, que implicou em aumento de receita para a concessionária que, após apuração e homologação pela ANEEL, será oferecido à modicidade tarifária, por ocasião dos reajustes e/ou revisões tarifárias subseqüentes.

O saldo da conta apresentou uma redução de 53,6% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, considerando a soma das contas do passivo circulante e não circulante, de R\$ 92,3 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R\$ 42,8 milhões em 31 de dezembro de 2008. Tal variação ocorreu em razão, principalmente, dos valores correspondentes ao período de agosto a dezembro de 2007 terem sido revertidos para o resultado devido à alteração da metodologia de cálculo da revisão tarifária da ANEEL, que já assegura os ganhos de receitas decorrentes dos subsídios dos consumidores baixa renda. O saldo remanescente mantido no passivo não circulante está sujeito a previsão e homologação da ANEEL em próximos reajustes tarifários.

ELEKTRO

Provisão para ações judiciais, líquidas

As provisões relacionadas a ações judiciais reduziram em 1,8% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, passando de R\$ 83,2 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R\$ 81,7 milhões em 31 de dezembro de 2008. De tais valores foram subtraídos os depósitos judiciais que totalizavam R\$ 42,8 milhões em 31 de dezembro de 2008, comparado com R\$ 38,0 milhões em 31 de dezembro de 2007.

Todas as demandas de natureza judicial da Emissora são acompanhadas continuamente pelos assessores jurídicos da Emissora que, de acordo com critérios previamente definidos pela administração, classificam as contingências de forma individual e as provisionam quando sua perda é considerada provável.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, a maior provisão mantida pela Emissora estava relacionada à questão judicial que trata da ampliação da base de cálculo do PIS e COFINS com as receitas financeiras de qualquer natureza. O montante dessa provisão, em 31 de dezembro de 2008, era de R\$ 78,1 milhões para a COFINS e R\$ 15,1 milhões para o PIS.

Plano de pensão

A Emissora, por meio da Fundação CESP, mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensão para seus empregados. A redução do passivo em 26,2% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, passando de R\$ 31,8 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R\$ 23,5 milhões em 31 de dezembro de 2008, reflete a amortização dos ganhos atuariais de acordo com os critérios societários previstos na Instrução CVM 371, que leva em consideração o serviço futuro médio dos participantes do plano. A determinação dos montantes dos ganhos a serem amortizados a cada ano leva em consideração a avaliação atuarial dos planos que a Emissora mantém, e que oscilam em decorrência do perfil dos participantes nos planos, da taxa de desconto do cálculo do valor presente das obrigações e do valor justo dos ativos líquidos do plano.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, a avaliação atuarial dos planos da Emissora demonstraram um superavit, assim como determina uma amortização de ganhos em montantes que acarretarão em eliminação do passivo atuarial para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2009.

Outros passivos

O saldo conta de outros passivos, considerando a soma das contas do passivo circulante e não circulante, apresentou uma redução de 17,3%, passando de R\$ 45,9 milhões (R\$ 45,3 milhões no passivo circulante e R\$ 0,6 milhões no passivo não circulante) em 31 de dezembro de 2007, para R\$ 38,0 milhões (R\$ 33,1 milhões no passivo circulante e R\$ 4,9 milhões no passivo não circulante) em 31 de dezembro de 2008. Essa redução decorreu em razão, basicamente, da baixa do excesso de amortização de RTE, em decorrência do recálculo efetuado no exercício social de 2008, de acordo com o ofício ANEEL nº 2027/2008.

Patrimônio líquido

A conta de patrimônio líquido apresentou um aumento de 1,9%, passando de R\$ 1.082,4 milhões, em 31 de dezembro de 2007, para R\$ 1.103,0 milhões em 31 de dezembro de 2008. Essa variação decorreu, principalmente, da constituição de reserva legal no montante de R\$ 19,5 milhões sobre o lucro líquido do exercício de 2008 que foi contabilizado na conta de reserva legal no balanço patrimonial.

Comparação entre os Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2007**Principais Variações nas Contas de Resultado**

	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2008		Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2007		Variação	
	Reapresentação					
	R\$ mil	% da Receita Total	R\$ mil	% da Receita Total	R\$ mil	%
Receitas operacionais	3.719.874	100,0	3.582.762	100,0	137.112	3,8
Deduções às receitas operacionais	(1.207.397)	(32,5)	(1.326.689)	(37,0)	119.292	(9,0)
Receitas operacionais líquidas	2.512.477	67,5	2.256.073	63,0	256.404	11,4
Custo do serviço de energia elétrica	(1.328.595)	(35,7)	(1.070.771)	(29,9)	(257.824)	24,1
Energia comprada para revenda	(1.461.478)	(39,3)	(1.181.576)	(33,0)	(279.902)	23,7
Créditos de PIS e COFINS sobre energia comprada	132.883	3,6	110.805	3,1	22.078	19,9
Custo da operação	(397.676)	(10,7)	(337.050)	(9,4)	(60.626)	18,0
Gastos com pessoal	(135.884)	(3,7)	(129.277)	(3,6)	(6.607)	5,1
Gastos com materiais	(24.955)	(0,7)	(23.659)	(0,7)	(1.296)	5,5
Gastos com serviços de terceiros	(71.819)	(1,9)	(66.735)	(1,9)	(5.084)	7,6
Depreciação e outras amortizações	(116.981)	(3,1)	(113.851)	(3,2)	(3.130)	2,7
Outras despesas operacionais líquidas	(52.086)	(1,4)	(19.044)	(0,5)	(33.042)	173,5
Créditos de PIS e COFINS sobre o custo da operação	4.049	0,1	15.516	0,4	(11.467)	(73,9)
Lucro operacional bruto	786.206	21,1	848.252	23,7	(62.046)	(7,3)
Despesas operacionais	(156.154)	(4,2)	(146.256)	(4,1)	(9.898)	6,8
Despesas com vendas	(15.058)	(0,4)	(13.089)	(0,4)	(1.969)	15,0
Despesas gerais administrativas	(63.543)	(1,7)	(64.495)	(1,8)	952	(1,5)
Amortização do ágio	(7.348)	(0,2)	(7.348)	(0,2)	0,0	0,0
Outras despesas operacionais líquidas	(70.205)	(1,9)	(61.324)	(1,7)	(8.881)	14,5
Resultado do serviço	630.052	16,9	701.996	19,6	(71.944)	(10,2)
Resultado financeiro	(140.232)	(3,8)	(147.508)	(4,1)	7.276	(4,9)
Receitas financeiras	66.841	1,8	103.117	2,9	(36.276)	(35,2)
Despesas financeiras	(110.973)	(3,0)	(152.860)	(4,3)	41.887	(27,4)
Variação cambial e monetária, líquidas	(28.386)	(0,8)	(30.180)	(0,8)	1.794	(5,9)
Juros sobre capital próprio	(67.714)	(1,8)	(67.585)	(1,9)	(129)	0,2
Resultado operacional	489.820	13,2	554.488	15,5	(64.668)	(11,7)
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda	489.820	13,2	554.488	15,5	(64.668)	(11,7)
Imposto de renda	(74.867)	(2,0)	(79.288)	(2,2)	4.421	(5,6)
Contribuição social	(25.754)	(0,7)	(30.641)	(0,9)	4.887	(15,9)
Imposto de renda diferido	(47.633)	(1,3)	(34.536)	(1,0)	(13.097)	37,9
Contribuição social diferida	(17.493)	(0,5)	(10.751)	(0,3)	(6.742)	62,7
Reversão de juros sobre capital próprio	67.714	1,8	67.585	1,9	129	0,2
Lucro líquido do exercício	391.787	10,5	466.857	13,0	(75.070)	(16,1)

ELEKTRO

Receitas operacionais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, a receita operacional bruta da Emissora foi de R\$ 3,7 bilhões, registrando aumento de 3,8%, quando comparado ao mesmo período de 2007 que foi de R\$ 3,6 bilhões. Do total da receita em MWh, 98,3% equivalia à receita de fornecimento de energia e do uso do sistema de distribuição, conforme quadro abaixo:

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2008		Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2007		Variação	
			Reapresentação			
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$	R\$ mil	%
Receita operacional bruta	10.875.942	3.719.874	10.093.479	3.582.762	137.112	3,8
Fornecimento para consumidores	10.844.888	3.404.837	9.970.626	3.327.919	76.918	2,3
Residencial	3.346.662	1.337.752	3.183.538	1.371.474	(33.722)	(2,5)
Industrial	4.052.253	1.076.460	3.463.548	912.710	163.750	17,9
Comercial	1.580.340	555.913	1.490.276	575.657	(19.744)	(3,4)
Rural	807.284	158.079	809.283	175.087	(17.008)	(9,7)
Poder público	229.411	77.256	262.473	104.733	(27.477)	(26,2)
Iluminação pública	428.920	89.109	394.739	92.347	(3.238)	(3,5)
Serviço público	400.018	110.268	366.769	95.911	14.357	15,0
Outras receitas	31.054	315.037	122.853	254.843	60.194	23,6
CCEE	31.054	12.810	122.853	13.497	(687)	(5,1)
Receita do reposicionamento tarifário	-	-	-	(93.353)	93.353	N/A
Receita de uso do sistema de distribuição	-	252.407	-	300.400	(47.993)	(16,0)
Outras receitas	-	49.820	-	34.299	15.521	45,3

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, a Emissora forneceu 10,8 GWh de energia elétrica a seus Clientes Finais, representando um crescimento de 8,8% quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007. Nesse período, destacou-se o crescimento no consumo industrial, comercial e residencial.

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, muito embora atenuado em seu último trimestre pela crise mundial, o consumo em MWh da classe industrial cresceu 17%, quando comparado com o mesmo período do exercício anterior. O crescimento em volume de MWh da classe industrial foi justificado pelo aquecimento da economia como um todo e, em particular, do setor de construção civil, ocorrida no primeiro semestre de 2008.

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, o consumo em MWh das classes residencial e comercial cresceu 5,1% e 6,0%, respectivamente, quando comparados com o mesmo período do exercício anterior em termos de MWh. O aquecimento da economia no primeiro semestre de 2008 influenciou positivamente o crescimento dessas duas classes.

Em 31 de dezembro de 2008, a base de clientes da Emissora era de 2.067.151 clientes. Neste exercício houve um acréscimo de 62.258 novos clientes, resultando em um crescimento de 3,1% quando comparado ao exercício social anterior.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, a receita agregada de fornecimento de energia foi de R\$ 3.657,2 milhões (receita de fornecimento R\$ 3.404,8 milhões e uso do sistema R\$ 252,4 milhões) contra R\$ 3.628,9 milhões (receita de fornecimento R\$ 3.327,9 milhões e uso do sistema R\$ 300,4 milhões) no exercício social anterior), mantendo-se estável com uma variação de 0,8%. Esse desempenho ocorreu em razão dos efeitos da revisão tarifária ocorrida em agosto de 2007 com reajuste médio negativo de 18,59% (para maiores informações, vide comentário da variação da conta "Receitas operacionais" na página 161 deste Prospecto Definitivo), compensado parcialmente com o reajuste tarifário positivo de 10,91% na média

em agosto de 2008, composto por 5,76% referente ao reajuste tarifário anual (índice de IGP-M aplicável sobre a Parcela B deduzido do Fator X, e 5,15% correspondente a compensações financeiras pertinentes relativas à CVA, subvenção a tarifas residenciais de baixa renda e outras tarifas subsidiadas, diferença da revisão tarifária de 2007, entre outros.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, foi concluída a amortização de receita de reposicionamento tarifário, que corresponde ao diferimento de 8,44% do aumento da tarifa de 28,69% concedido na primeira Revisão Tarifária da Emissora. O valor correspondente ao diferimento do reposicionamento tarifário foi provisionado em contrapartida da receita operacional desde 27 de agosto de 2003 e a amortização ocorreu através dos faturamentos efetuados entre agosto de 2004 e agosto de 2007, conforme critérios definidos pela ANEEL. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, não houve a amortização de receita de reposicionamento tarifário.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, a receita de uso do sistema de distribuição foi de R\$ 252,4 milhões, contra R\$ 300,4 milhões no exercício social anterior. A redução de 16% é reflexo da migração de clientes da base “livre” para “cativo”.

Deduções às receitas operacionais

As deduções às receitas operacionais apresentaram uma redução de 9,0%, passando de R\$ 1.326,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 para R\$ 1.207,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008. A redução de R\$ 119,2 milhões, quando comparada com o exercício anterior, é devida: (i) redução de R\$ 66,4 milhões na quota anual de CCC determinada pela ANEEL no início do ano; e (ii) redução do ICMS em R\$ 39,8 em virtude da redução da receita das classes residencial e comercial que possuem as alíquotas mais elevadas.

Custos do serviço de energia elétrica

O custo do serviço de energia elétrica cresceu em 24,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, de R\$1.070,7 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R\$1.328,6 milhões em 31 de dezembro de 2008, devido ao incremento na quantidade de energia comprada impulsionado pelo aumento das vendas de energia, reajustes contratuais, maior compra de energia de usinas térmicas via leilões regulados e aquisições no mercado Spot.

Custo da operação

Gastos com pessoal

O gasto com pessoal no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 foi de R\$ 135,9 milhões comparados a R\$ 129,3 milhões no exercício social anterior. O aumento de 5,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 ocorreu em razão, basicamente, do reajuste salarial de 6,8% ocorrido em junho de 2008.

Gastos com materiais

O aumento dos gastos com materiais em 5,5% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, passando de R\$ 23,7 milhões em 31 de dezembro de 2007, para R\$ 25,0 milhões em 31 de dezembro de 2008, ocorreu em razão, principalmente, dos gastos com manutenção e modernização do sistema elétrico.

Gastos com serviços de terceiros

O aumento dos gastos com serviços de terceiros em 7,6% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, passando de R\$ 66,7 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R\$ 71,8 milhões em 31 de dezembro de 2008, ocorreu em razão, principalmente, (a) do repasse da inflação do período ocorrido no momento da renovação, reajuste anual e da contratação de serviços relacionados à manutenção e modernização do sistema elétrico, dentre eles manutenção de redes, linhas, subestações e linhas de transmissão e (b) do aumento (não recorrente) de alguns serviços administrativos especialmente em despesas com honorários advocatícios terceirizados referente a um processo judicial relevante de 2008. Para maiores informações sobre os investimentos da Emissora, vide seção “Contratos Relevantes - Atividades da Emissora – Investimentos Relevantes” na página 236 deste Prospecto Definitivo.

ELEKTRO

Outras despesas operacionais líquidas

Considerando as contas dos grupos “custo da operação” e “despesas operacionais”, o aumento das outras despesas operacionais líquidas, em 52,2% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, passando de R\$ 80,3 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R\$ 122,2 milhões em 31 de dezembro de 2008, ocorreu em razão, principalmente, da reversão de provisão no valor de R\$ 37,9 milhões em 2007, referente à ação judicial de ICMS sobre demanda que, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos da Emissora, o risco de perda passou a ser avaliado como remoto. Referido crédito foi efetuado na conta de outras despesas operacionais líquidas em 2007.

Créditos de PIS e COFINS sobre o custo da operação

A conta de créditos de PIS e COFINS sobre o custo da operação apresentou uma redução de 73,9%, passando de R\$ 15,5 milhões, no exercício social de 2007, para R\$ 4,1 milhões em 2008 devido, principalmente, a alteração do critério de contabilização dos créditos de PIS e COFINS sobre ativo imobilizado a partir de dezembro de 2007, que anteriormente reduziam as despesas operacionais e passaram a ser deduzidos da própria conta de ativo imobilizado.

Despesas operacionais

Despesas com vendas

O aumento em 15% com as despesas de venda no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, passando de R\$ 13,1 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R\$ 15,1 milhões em 31 de dezembro de 2008, ocorreu basicamente em razão: (i) aumento de R\$ 1,0 milhão nas despesas de pessoal com vendas em virtude do reajuste salarial de 6,8% ocorrido em junho de 2008 e pagamentos de indenizações ocorridas em 2008 (ii) aumento de R\$ 1,1 milhão nos gastos com serviços de leitura de medidores. Nessa rubrica são registradas, principalmente, as despesas com pessoal da área comercial da Emissora, marketing, propaganda e publicidade, provisão para créditos de liquidação duvidosa, despesas com medição, leitura, entrega e cobrança de contas de energia elétrica.

Despesas gerais e administrativas

A redução de 1,5% nas despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, passando de R\$ 64,5 milhões em 31 de dezembro de 2007, para R\$ 63,5 milhões em 31 de dezembro de 2008, ocorreu basicamente em razão: (i) da redução de R\$ 3,4 milhões nas despesas de pessoal administrativo em virtude de pagamentos de indenizações ocorridas em 2007 parcialmente compensadas com o reajuste salarial de 6,8% ocorrido em junho de 2008. Nessa rubrica são registradas as despesas incorridas que estão relacionadas com a gestão ou direção da Emissora, honorários da administração, salários e encargos do pessoal administrativo, algumas despesas legais e judiciais, materiais de escritório, depreciação de ativos imobilizados utilizados nas atividades administrativas e despesas de viagem de pessoal administrativo.

Amortização do ágio

O montante de R\$ 7,4 milhões registrado em 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2007 refere-se ao valor anual de amortização da mais-valia de ativo imobilizado que teve origem no ágio pela incorporação da TIL pela Emissora em 21 de dezembro de 1998. Essa mais-valia está sendo amortizada em 20 anos, de acordo com o prazo médio de vida útil do imobilizado.

Resultado financeiro

O resultado financeiro (receitas financeiras menos despesas financeiras) foi de R\$ 140,2 milhões negativos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, apresentando uma redução de 4,9% em relação ao exercício social anterior. Vide maiores detalhes no quadro abaixo:

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2008	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2007	Variação	
			R\$ mil	%
Resultado financeiro				
		Reapresentação		
Receitas financeiras	66.841	103.117	(36.276)	(35,2)
Aplicações financeiras	25.695	58.040	(32.345)	(55,7)
Encargos sobre conta de energia elétrica em atraso	34.491	39.958	(5.467)	(13,7)
Outras receitas financeiras	6.655	5.119	1.536	30,0
Despesas financeiras	(110.973)	(152.860)	41.887	(27,4)
CPMF	(312)	(19.601)	19.289	(98,4)
Juros sobre empréstimos com terceiros	(32.710)	(19.499)	(13.211)	67,8
Juros sobre debêntures	(64.710)	(95.629)	30.919	(32,3)
Juros sobre empréstimos com pessoas ligadas	-	(4.241)	4.241	N/A
Outras despesas financeiras	(13.241)	(13.890)	649	(4,7)
Variação cambial e monetária, líquidas	(28.386)	(30.180)	1.794	(5,9)
Juros sobre Capital Próprio	(67.714)	(67.585)	(129)	0,2
Total	(140.232)	(147.508)	7.276	(4,9)

A variação negativa de 55,7% na conta de receitas com aplicações financeiras, no montante de R\$ 32,3 milhões ocorreu em razão, principalmente, do fato de que, durante todo o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, o saldo de caixa da Emissora foi menor do que o do exercício anterior em razão: (i) do resgate antecipado de debêntures da 2ª Emissão, no final de 2007, no valor de R\$ 287,8 milhões de principal; (ii) do pagamento de dividendos intermediários que a Emissora passou a fazer a partir do segundo semestre de 2007; e (iii) dos efeitos da revisão tarifária de agosto de 2007, que reduziram as tarifas aplicadas até agosto de 2008 em 18,59% e, portanto, os valores arrecadados.

O fim da CPMF ao final de 2007 influenciou positivamente no resultado financeiro da Emissora em R\$ 19,3 milhões.

O aumento da conta de juros sobre empréstimos com terceiros de 67,8% no montante de R\$ 13,2 milhões é devido as novas captações de recursos para financiar seu programa de investimentos, por meio das seguintes linhas de financiamento já existentes: (i) BNDES: R\$ 99,4 milhões, através de agentes financeiros; (ii) ELETROBRÁS: R\$ 24,0 milhões, relacionados ao Programa Luz para Todos; e (iii) FINEP: R\$ 5,8 milhões. A conta de juros sobre debêntures da 2ª Emissão passou de R\$ 95,6 milhões, em 31 de dezembro de 2007, para R\$ 64,7 milhões em 31 de dezembro de 2008. Isso representou uma variação negativa de 32,3% e foi ocasionada devido ao resgate antecipado das debêntures ao final de 2007.

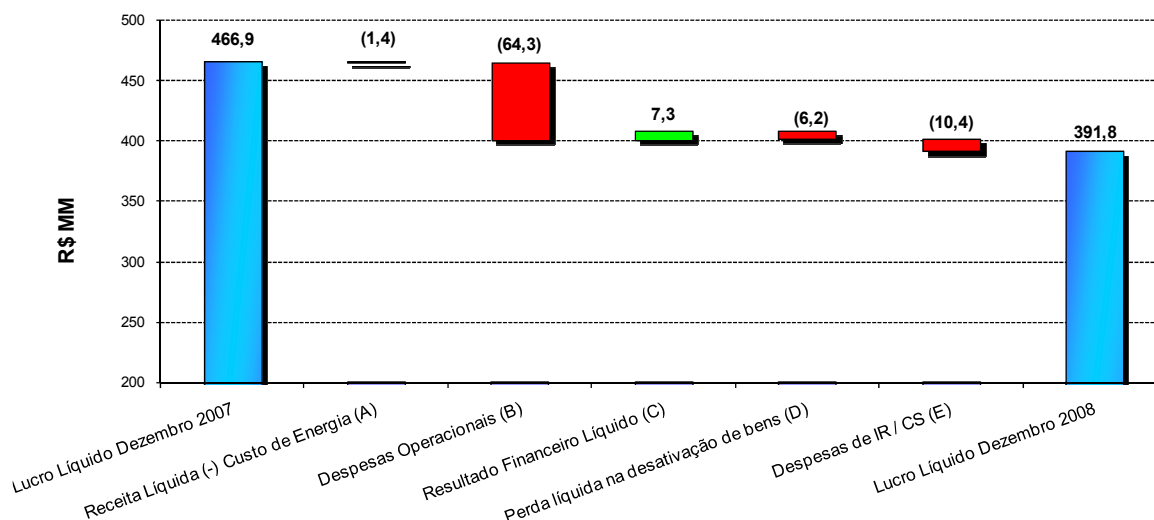
Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas com imposto de renda e contribuição social aumentaram em 6,8% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, passando de R\$ 155,2 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R\$ 165,7 milhões em 31 de dezembro de 2008. Essa variação ocorreu em razão, principalmente, do efeito na taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social devido ao término da amortização do reposicionamento tarifário da Emissora, que influenciou o imposto diferido em 2007. A referida taxa efetiva do imposto de renda e contribuição social, calculada com base no total da despesa com imposto de renda e contribuição social sobre o saldo da rubrica "lucro antes da contribuição social e do imposto de renda", passou de 28%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, para 34%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008.

ELEKTRO

Lucro Líquido

A Emissora registrou uma redução no lucro líquido de 16,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, passando de R\$ 466,9 milhões em 31 de dezembro de 2007 para R\$ 391,8 milhões em 31 de dezembro de 2008, conforme variações dos principais grupos de contas demonstrados no gráfico abaixo:



A variação verificada no quadro acima foi resultado principalmente dos seguintes fatores:

- A) os impactos da revisão tarifária (18,59%) em agosto de 2007, do reajuste tarifário (10,91%) em agosto de 2008 e o crescimento de mercado em 2008 mantiveram a receita líquida e o custo de energia sem grandes variações;
- B) reversão da provisão de ICMS sobre demanda em 2007 no valor de R\$ 37,9 milhões e reconhecimento, em dezembro de 2007, de créditos fiscais decorrentes de compras de ativo imobilizado ocorridas no período de maio de 2004 a julho de 2007 que não foram aproveitados anteriormente, impactando, positivamente, o resultado operacional de 2007 em R\$ 11,5 milhões;
- C) menores despesas com juros devido ao resgate antecipado de debêntures em 2007 e fim da cobrança de CPMF em dezembro de 2007; e
- D) maior taxa efetiva de imposto de renda contribuição social (34% em 2008, em comparação com 28% em 2007) devido principalmente ao término da amortização do Reposicionamento Tarifário que influenciou no imposto diferido em 2007.

Comparação entre os Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 31 de dezembro de 2006

As informações financeiras constantes do balanço patrimonial e das demonstrações de resultado referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006 referem-se àquelas divulgadas na apresentação das Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 e que foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil vigentes à época das referidas demonstrações financeiras. Tais práticas não incluem as alterações introduzidas pela Lei 11.638, que estão contempladas nas demonstrações financeiras da Emissora referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2007 e, por essa razão, as informações incluídas neste Prospecto Definitivo apresentam limitações em sua comparabilidade.

Principais Variações nas Contas Patrimoniais

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2007		Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2006		Variação	
	Reapresentação					
Ativo	R\$ mil	% do Ativo	R\$ mil	% do Ativo	R\$ mil	%
Circulante	772.102	28,8	1.453.901	44,4	(681.799)	(46,9)
Disponibilidades	157.328	5,9	483.589	14,8	(326.261)	(67,5)
Bancos	25.815	1,0	30.356	0,9	(4.541)	(15,0)
Aplicações financeiras	131.513	4,9	453.233	13,9	(321.720)	(71,0)
Créditos, valores e bens realizáveis	614.774	22,9	970.312	29,7	(355.538)	(36,6)
Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores	467.591	17,4	575.560	17,6	(107.969)	(18,8)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(44.258)	(1,7)	(62.287)	(1,9)	18.029	(28,9)
Caução de fundos e depósitos vinculados	44.036	1,6	48.356	1,5	(4.320)	(8,9)
Ativo regulatório transmissoras	10.789	0,4	-	-	10.789	N/A
Conta de compensação de variações de itens da Parcela A - CVA	-	-	144.635	4,4	(144.635)	N/A
Recomposição de PIS e COFINS	6.201	0,2	22.805	0,7	(16.604)	(72,8)
Reposicionamento Tarifário	-	-	93.353	2,9	(93.353)	N/A
Tributos diferidos e a compensar	92.669	3,5	102.713	3,1	(10.044)	(9,8)
Almoxarifado	3.973	0,1	3.122	0,1	851	27,3
Outros créditos	33.773	1,3	42.055	1,3	(8.282)	(19,7)
Não circulante	1.910.045	71,2	1.817.952	55,6	92.093	5,1
Realizável a longo prazo	481.497	18,0	481.000	14,7	497	0,1
Créditos, valores e bens realizáveis	481.497	18,0	481.000	14,7	497	0,1
Parcelamentos de débitos e supridores	41.974	1,6	24.825	0,8	17.149	69,1
Supridores	-	-	20.486	0,6	(20.486)	N/A
Caução de fundos e depósitos vinculados	10.722	0,4	9.585	0,3	1.137	11,9
Recuperação das perdas de receita e energia livre	15.960	0,6	-	-	15.960	N/A
Ativo regulatório transmissoras	6.293	0,2	-	-	6.293	N/A
Conta de compensação de variações de itens da Parcela A - CVA	8.234	0,3	8.068	0,2	166	2,1
Recomposição de PIS e COFINS	3.263	0,1	3.176	0,1	87	2,7
Tributos diferidos e a compensar	388.921	14,5	412.276	12,6	(23.355)	(5,7)
Outros créditos	6.130	0,2	2.584	0,1	3.546	137,2
Investimentos	4.343	0,2	4.352	0,1	(9)	(0,2)
Imobilizado	1.387.251	51,7	1.291.099	39,5	96.152	7,4
Intangível	36.954	1,4	31.368	1,0	5.586	17,8
Diferido	-	-	10.133	0,3	(10.133)	N/A
Total do Ativo	2.682.147	100,0	3.271.853	100,0	(589.706)	(18,0)

ELEKTRO

Explicações dos saldos e variações das contas do Balanço Patrimonial

Ativo

Disponibilidades

A conta de disponibilidades apresentou uma redução de 67,5%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, passando de R\$ 483,6 milhões, em 31 de dezembro de 2006, para R\$ 157,3 milhões em 31 de dezembro de 2007. Essa variação decorreu da redução de 15% na conta de bancos que passou de R\$ 30,4 milhões, em 31 de dezembro de 2006, para R\$ 25,8 milhões em 31 de dezembro de 2007 e da redução de 71% na conta de aplicações financeiras que passou de R\$ 453,2 milhões, em 31 de dezembro de 2006, para R\$ 131,5 milhões em 31 de dezembro de 2007. Essas reduções ocorreram em razão, principalmente, da geração operacional de caixa da Emissora deduzidos os pagamentos efetuados. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, os principais pagamentos feitos pela Emissora foram: (i) dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006, pagos em 2007, no valor de R\$ 476,6 milhões; (ii) dividendos intermediários no valor de R\$ 236,8 milhões pagos em setembro de 2007; (iii) juros sobre capital próprio, no valor de R\$ 62,1 milhões, pagos em dezembro de 2007; e (iv) resgate antecipado das debêntures da 2ª Emissão no valor de R\$ 287,8 milhões.

Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores

As contas de consumidores, parcelamentos de débitos e supridores, considerando a soma das contas do ativo circulante e não circulante, apresentaram uma redução de 17,9% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, passando de R\$ 620,8 milhões em 31 de dezembro de 2006 para R\$ 509,6 milhões em 31 de dezembro de 2007. Essa variação ocorreu em razão, principalmente, da revisão tarifária de agosto de 2007, que reduziu as tarifas em 18,59% e geraram um impacto negativo sobre as receitas de setembro a dezembro de 2007. Vide comentário da variação da conta “Receitas operacionais” da Emissora na página 161 deste Prospecto Definitivo.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

O saldo da conta de provisão para créditos de liquidação duvidosa apresentou uma redução de 28,9% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, passando de R\$ 62,2 milhões em 31 de dezembro de 2006 para R\$ 44,3 milhões em 31 de dezembro de 2007. Tal variação ocorreu, principalmente, pela revisão dos critérios de baixa para créditos incobráveis efetuada pela administração da Emissora, o que impactou a provisão referente às classes residencial, industrial, comercial, rural e parcelamento privado.

A administração da Emissora entende que a sua provisão para créditos de liquidação duvidosa estava em conformidade com o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e que sua provisão estava suficiente para cobertura de prováveis perdas com recebíveis.

Caução de fundos e depósitos vinculados

A conta de caução de fundos decorre de obrigações da Emissora assumidas (a) em contratos celebrados com a ELETROBRÁS; (b) em contratos celebrados com BNDES (FINEM); (c) no âmbito da 2ª Emissão de debêntures da Emissora; e (d) como garantia para compra de energia elétrica em leilões.

A redução do saldo dessa conta em 5,5% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, passando de R\$ 57,9 milhões em 31 de dezembro de 2006 para R\$ 54,8 milhões em 31 de dezembro de 2007, considerando a soma das contas do ativo circulante e não circulante, ocorreu em razão, principalmente, da utilização da caução referente aos juros das debêntures com o resgate antecipado de 100% das debêntures da 3ª série e parte das debêntures da 2ª série da 2ª Emissão, ocorrido em setembro e dezembro de 2007, respectivamente.

Recuperação das perdas de receita e energia livre

O saldo da conta de recuperação das perdas de receita e energia livre de R\$ 15,9 milhões no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2007, refere-se a valores da RTE pendentes de faturamento a consumidores da região de Presidente Prudente, em função de liminar obtida em ação judicial contra referida recomposição tarifária movida por consumidores daquela região. Em 31 de dezembro de 2006 esta conta estava apresentada na rubrica de outros créditos no ativo circulante e mantinha o mesmo saldo de 31 de dezembro de 2007, visto que aguardava homologação da ANEEL.

Ativo regulatório transmissoras

Nesta conta foram registrados os valores homologados pela ANEEL através do Ofício Circular nº 2.409/2007, que determinou que as distribuidoras contabilizassem os valores a receber de certas concessionárias de transmissão (transmissoras) que tiveram sua revisão tarifária periódica homologada em 2007 e incluiu a diferença de tarifa que deveria ser repassada às distribuidoras.

O valor inicialmente registrado, em 2007, pela Emissora foi de R\$ 21,6 milhões, sendo que, em 31 de dezembro de 2007, havia R\$ 17,1 milhões, considerando circulante e não circulante. A redução ocorreu em razão do recebimento dos valores no período.

Conta de compensação de variações de itens da Parcela A – CVA

Criada em 2001, esta conta refere-se ao reconhecimento dos efeitos econômicos e financeiros das variações dos custos da Parcela A. De acordo com a legislação vigente, quando tais despesas forem superiores ou inferiores aos montantes estipulados na fixação das tarifas de uma distribuidora na data de seu respectivo reajuste, a distribuidora terá o direito de recuperar ou, de outra maneira, a obrigação de devolver aos consumidores a diferença apurada. Por intermédio de reajuste tarifário, a distribuidora terá sua tarifa elevada caso suas despesas tenham sido efetivamente superiores às estipuladas. De forma diferente, a tarifa da distribuidora será reduzida se suas despesas forem inferiores aos montantes estipulados na fixação de suas tarifas. Tais valores são mensalmente corrigidos pela taxa SELIC.

A conta de compensação de variações de itens da Parcela A – CVA da Emissora apresentou uma redução de 102,0 %, passando de R\$ 152,7 milhões (R\$ 144,6 milhões no ativo circulante e R\$ 8,1 milhões no ativo não circulante) em 31 de dezembro de 2006 para um saldo credor de R\$ 3,1 milhões (R\$ 8,2 milhões no ativo não circulante e R\$ 11,2 milhões no passivo circulante) em 31 de dezembro de 2007. Essa variação de R\$ 155,7 milhões, considerando todas as contas de CVA, ativo e passivo, ocorreu em razão, principalmente, da amortização da Parcela A que encerrou em novembro de 2007. Para maiores informações vide Nota Explicativa nº 10 de nossas demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007, anexas a este Prospecto.

A Parcela A no montante de R\$ 58,9 milhões referente ao período de 1º de janeiro de 2001 a 25 de outubro de 2001 foi homologada pela ANEEL em 29 de agosto de 2002 através da Resolução nº 482. Após o fim da amortização da RTE, iniciou-se, em novembro de 2006, a amortização da Parcela A, sendo que seu término ocorreu no final do exercício de 2007 por meio de mecanismo de incorporação às tarifas de fornecimento de energia elétrica. O saldo da Parcela A homologado foi atualizado mensalmente pela taxa de juros SELIC, conforme Resolução Normativa nº 90 de 25 de outubro de 2004 e Ofício Circular nº 074/2006, da ANEEL.

Recomposição de PIS e COFINS

A conta de recomposição de PIS e COFINS, considerando a soma das contas do ativo circulante e não circulante, apresentou uma redução de 63,6% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, passando de R\$ 26,0 milhões em 31 de dezembro de 2006 para R\$ 9,5 milhões em 31 de dezembro de 2007. Tal variação ocorreu, principalmente, devido ao recebimento dos valores no período.

Em referida conta foi registrado o diferencial de alíquota apurado da diferença entre os valores pagos de PIS e COFINS e os valores creditados provenientes de custos operacionais. Essa diferença é cobrada diretamente na fatura do consumidor, conforme determinação da ANEEL.

Reposicionamento tarifário

O saldo de R\$ 93,4 milhões em 31 de dezembro de 2006 foi totalmente amortizado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007.

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 216, de 26 de agosto de 2004, revisou de forma definitiva o índice de reposicionamento tarifário de agosto de 2003 da Emissora para 28,69%. Em 27 de agosto de 2003, as tarifas foram reajustadas em 20,25%, sendo que a diferença de 8,44% foi diferida para ser aplicada de forma gradativa nos reajustes tarifários anuais, entre agosto de 2004 e agosto de 2007, quando referido percentual foi plenamente incorporado às tarifas. O valor correspondente ao diferimento do reposicionamento tarifário foi provisionado em contrapartida da receita operacional desde 27 de agosto de 2003 e a amortização ocorreu através dos faturamentos efetuados entre agosto de 2004 e agosto de 2007, conforme critérios definidos pela ANEEL.

ELEKTRO

Tributos diferidos e a compensar

A redução do saldo agregado das contas de tributos diferidos e a compensar no ativo circulante e ativo não circulante foi de 6,5% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, passando de R\$ 515,0 milhões em 31 de dezembro de 2006 para R\$ 481,6 milhões em 31 de dezembro de 2007. Tal variação ocorreu em razão da compensação de prejuízos fiscais no período e da amortização do benefício fiscal do ágio incorporado.

Outros créditos

A conta de outros créditos, considerando a soma das contas do ativo circulante e não circulante, apresentou uma redução de 10,6%, passando de R\$ 44,6 milhões (R\$ 42,0 milhões no ativo circulante e R\$ 2,6 milhões no ativo não circulante) em 31 de dezembro de 2006 para R\$ 39,9 milhões (R\$ 33,8 milhões no ativo circulante e R\$ 6,1 milhões no ativo não circulante) em 31 de dezembro de 2007. Essa redução decorreu, basicamente, (a) da reclassificação na demonstração de 31 de dezembro de 2007 no valor de R\$ 15,9 milhões para a rubrica “recuperação das perdas de receita e energia livre” no ativo não circulante, parcialmente compensada com a constituição de componentes financeiros homologados pela ANEEL na revisão tarifária de agosto de 2007, e (b) da reclassificação na demonstração de 31 de dezembro de 2007 do saldo de R\$ 10,1 milhões relativo a gastos com emissão de debêntures anteriormente classificado na rubrica do ativo diferido.

Investimentos

A conta de investimentos da Emissora refere-se, principalmente, a propriedades rurais mantidas pela Emissora para provável uso futuro. Essas propriedades não estão vinculadas à concessão e estão cedidas em comodato, de forma a garantir a integridade física e econômica dos bens.

O valor registrado na conta de investimentos da Emissora não sofreu alteração relevante no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007.

Imobilizado

A conta de imobilizado apresentou um aumento de 7,4% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, passando de R\$1.291,1 milhões em 31 de dezembro de 2006 para R\$1.387,2 milhões em 31 de dezembro de 2007. Tal variação ocorreu em razão, principalmente, dos investimentos em expansão e modernização do sistema elétrico no valor de R\$ 121,4 milhões e nos Programas de Universalização, como o Programa Luz para Todos, no valor de R\$ 65,6 milhões, compensados parcialmente com a depreciação do período no montante de R\$ 112,0 milhões. Para maiores informações sobre os investimentos da Emissora, vide seção “Atividades da Emissora – Investimentos Relevantes” na página 236 deste Prospecto Definitivo.

Intangível

Esta conta é composta por direitos de uso de software e terrenos (desapropriações).

A conta de intangível apresentou um aumento de 17,8% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, passando de R\$31,4 milhões em 31 de dezembro de 2006 para R\$ 37,0 milhões em 31 de dezembro de 2007. Tal variação ocorreu em razão, principalmente, dos investimentos em novos softwares utilizados principalmente nas atividades administrativas. Tais investimentos seguem a tendência de modernização da Emissora, estando de acordo com seu plano de investimentos. Para maiores informações sobre os investimentos e a tecnologia da informação da Emissora vide seções “Atividades da Emissora – Investimentos Relevantes” e “Atividades da Emissora – Tecnologia da Informação” nas páginas 236 e 193, respectivamente, deste Prospecto Definitivo.

Ativo Diferido

O saldo do ativo diferido no montante de R\$ 10,1 milhões em 31 de dezembro de 2006 refere-se a basicamente aos gastos com emissão de debêntures, que durante o ano de 2008 (2007 reapresentado) foi reclassificado para despesas antecipadas em outros créditos, segregados de acordo com sua realização entre curto e longo prazo. A amortização destes gastos ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2007 foi no montante de R\$ 5,2 milhões.

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2007		Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2006		Variação	
	Reapresentação					
Passivo	R\$ mil	% do Passivo	R\$ mil	% do Passivo	R\$ mil	%
Circulante	719.390	26,8	1.145.929	35,0	(426.539)	(37,2)
Empréstimos e financiamentos	48.099	1,8	29.622	0,9	18.477	62,4
Debêntures	18.618	0,7	31.728	1,0	(13.110)	(41,3)
Dívidas com pessoas ligadas	-	-	48.834	1,5	(48.834)	N/A
Arrendamento mercantil	2.956	0,1	-	-	2.956	N/A
Fornecedores e supridores de energia elétrica	217.503	8,1	200.036	6,1	17.467	8,7
Tributos a recolher	86.198	3,2	148.420	4,5	(62.222)	(41,9)
Encargos do consumidor	18.617	0,7	31.700	1,0	(13.083)	(41,3)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	143.663	5,4	476.603	14,6	(332.940)	(69,9)
Salários e contribuições sociais	32.954	1,2	29.888	0,9	3.066	10,3
Plano de pensão	-	-	243	0,0	(243)	N/A
Obrigações do programa de eficiência energética	36.840	1,4	71.573	2,2	(34.733)	(48,5)
Energia livre	8.817	0,3	9.177	0,3	(360)	(3,9)
Passivo regulatório transmissoras	10.789	0,4	-	-	10.789	N/A
Conta de compensação de variações de itens da Parcela A - CVA	11.293	0,4	-	-	11.293	N/A
Devolução baixa renda - modicidade tarifária	37.723	1,4	36.476	1,1	1.247	3,4
Outros passivos	45.320	1,7	31.629	1,0	13.691	43,3
Não circulante	880.352	32,8	1.065.772	32,6	(185.420)	(17,4)
Exigível a longo prazo	880.352	32,8	1.065.772	32,6	(185.420)	(17,4)
Empréstimos e financiamentos	177.247	6,6	91.508	2,8	85.739	93,7
Debêntures	508.332	19,0	766.157	23,4	(257.825)	(33,7)
Arrendamento mercantil	10.290	0,4	-	-	10.290	N/A
Obrigações do programa de eficiência energética	7.872	0,3	-	-	7.872	N/A
Provisão para ações judiciais, líquidas	83.189	3,1	119.167	3,6	(35.978)	(30,2)
Passivo regulatório transmissoras	6.293	0,2	-	-	6.293	N/A
Devolução baixa renda - modicidade tarifária	54.637	2,0	52.593	1,6	2.044	3,9
Plano de pensão	31.846	1,2	35.691	1,1	(3.845)	(10,8)
Outros passivos	646	0,0	656	0,0	(10)	(1,5)
Patrimônio líquido	1.082.405	40,4	1.060.152	32,4	22.253	2,1
Capital social	952.492	35,5	952.492	29,1	0,0	0,0
Reserva de capital	50.539	1,9	50.539	1,5	0,0	0,0
Reserva legal	80.466	3,0	57.121	1,7	23.345	40,9
Prejuízos acumulados	(1.092)	(0,0)	-	-	(1.092)	N/A
Total do Passivo	2.682.147	100,0	3.271.853	100,0	(589.706)	(18,0)

Empréstimos e financiamentos

A conta de empréstimos e financiamentos, considerando a soma das contas do passivo circulante e não circulante, apresentou um aumento de 86,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, passando de R\$ 121,1 milhões em 31 de dezembro de 2006 para R\$ 225,3 milhões em 31 de dezembro de 2007. Essa variação ocorreu em razão, principalmente, das captações de recursos pela Emissora para financiar seus programas de investimento por meio das seguintes linhas de financiamento:

- BNDES: R\$ 111,8 milhões, através de agentes financeiros;

ELEKTRO

- ELETROBRÁS: R\$ 17,8 milhões, relacionados ao Programa Luz para Todos; e
- FINEP: R\$ 3,4 milhões.

Adicionalmente a essas captações, houve também os juros contabilizados no exercício e as amortizações de juros e principal no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007.

Para maiores informações sobre os contratos financeiros da Emissora, vide seção “Atividades da Emissora – Contratos Financeiros” na página 230 deste Prospecto Definitivo.

Debêntures

A conta de debêntures, considerando a soma das contas do passivo circulante e não circulante, apresentou uma redução de 34,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, passando de R\$ 797,9 milhões em 31 de dezembro de 2006 para R\$ 526,9 milhões em 31 de dezembro de 2007. Tal variação ocorreu em razão, principalmente, do resgate antecipado da totalidade das debêntures da 3ª série da 2ª Emissão em setembro de 2007 e do resgate antecipado parcial das debêntures da 2ª série da 2ª Emissão em dezembro de 2007 no valor total de R\$ 287,8 milhões de principal, parcialmente compensado pela apropriação de juros *pro rata temporis*.

Os resgates foram calculados com base no valor nominal das debêntures da 2ª Emissão, acrescido de sua remuneração e prêmio, na forma estabelecida na escritura de emissão e no aditamento da escritura da 2ª Emissão e foram aprovados na reunião do Conselho de Administração da Emissora e na Assembléia Geral de Debenturistas realizadas em 9 de novembro de 2007 e 4 de dezembro de 2007, respectivamente. A Emissora cancelou as debêntures da 2ª e 3ª séries da 2ª Emissão resgatadas.

Dívidas com pessoas ligadas

O saldo de R\$ 48,8 milhões em dezembro de 2006 era referente à dívida da Emissora com a ETB, corrigida pelo IGP-M acrescido de juros de 10% ao ano. A liquidação dessa dívida ocorreu no seu vencimento em dezembro de 2007.

Arrendamento mercantil

O saldo da conta arrendamento mercantil, considerando as contas do circulante e não circulantes, foi de R\$ 13,2 mil em 31 de dezembro de 2007. Tais valores estão de acordo com a nova redação da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada pela Lei 11.638, e com o Pronunciamento CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil, aprovado pela Deliberação CVM nº 554/08, quanto ao registro de ativos imobilizados que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens. As demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006 foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil vigentes à época. Tais práticas não incluíam as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638 e não exigiam o reconhecimento de operações de leasing financeiro como compras financiadas de ativo imobilizado.

Fornecedores e supridores de energia elétrica

A conta de fornecedores e supridores de energia elétrica apresentou um aumento de 8,7% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, passando de R\$ 200,0 milhões em 31 de dezembro de 2006 para R\$ 217,5 milhões em 31 de dezembro de 2007. Essa variação ocorreu em razão, principalmente, do aumento dos contratos de compra de energia decorrente da demanda e preço da energia ao final de 2007.

Tributos a recolher

A conta de tributos a recolher apresentou uma redução de 41,9% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, passando de R\$ 148,4 milhões em 31 de dezembro de 2006 para R\$ 86,2 milhões em 31 de dezembro de 2007. Essa redução ocorreu em razão, principalmente, (a) da amortização dos tributos diferidos referentes ao reposicionamento tarifário encerrado em agosto de 2007 e (b) da menor carga tributária ao final do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 quando comparado ao exercício anterior, principalmente dos tributos relacionados ao faturamento, uma vez que houve uma diminuição da receita da Emissora decorrente da revisão tarifária de agosto de 2007.

Encargos do consumidor

Na conta de encargos do consumidor são registrados os valores das obrigações a pagar com RGR, CCC, CDE e ECE. Essa conta apresentou uma redução de 41,3% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, passando de R\$ 31,7 milhões em 31 de dezembro de 2006 para R\$ 18,6 milhões em 31 de dezembro de 2007. Tal variação ocorreu em razão, principalmente, pela redução das despesas com CCC para geração de energia nos sistemas interligados e isolados, que resultou na alteração, pela ANEEL, dos valores das quotas anuais referentes ao período de janeiro a dezembro de 2007.

Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

A conta de dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar apresentou uma redução de 69,9%, passando de R\$ 476,6 milhões em 31 de dezembro de 2006 para R\$ 143,7 milhões em 31 de dezembro de 2007. Essa redução ocorreu principalmente em razão: (i) da redução do lucro líquido de R\$ 501,7 milhões, em 31 de dezembro de 2006, para R\$ 466,9 milhões, em 31 de dezembro de 2007, que diminuiu o valor de dividendos propostos; (ii) do pagamento de dividendos intermediários no valor de R\$ 236,8 milhões em setembro de 2007; e (iii) do pagamento de juros sobre o capital próprio, em dezembro de 2007, no valor de R\$ 62,1 milhões, que reduziram o saldo do passivo em 31 de dezembro de 2007.

Salários e contribuições sociais

O saldo da conta salários e contribuições sociais é composto pelas provisões de férias, 13º salário, participação nos lucros e resultados e outros encargos trabalhistas incidentes sobre a folha de pagamento. Essa conta apresentou um aumento de 10,3%, passando de R\$ 29,9 milhões, em 31 de dezembro de 2006, para R\$ 33,0 milhões em 31 de dezembro de 2007. Referido aumento ocorreu, basicamente, em razão do reajuste salarial de 5,0% em junho de 2007.

Obrigações do programa de eficiência energética

O Contrato de Concessão estabelece a obrigação da Emissora em aplicar anualmente o montante de 1% de sua receita operacional líquida em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico.

As contas de obrigações do programa de eficiência energética da Emissora apresentaram, considerando a soma das contas do passivo circulante e não circulante, uma redução de 37,5% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, passando de R\$ 71,6 milhões em 31 de dezembro de 2006 para R\$ 44,7 milhões em 31 de dezembro de 2007. Tal variação ocorreu em razão da movimentação: (i) da realização de projetos de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento no valor de R\$ 53,9 milhões; (ii) dos R\$ 22,3 milhões de novos ingressos relacionado ao cálculo de 1% sobre a receita operacional líquida da Emissora; e (iii) dos R\$ 4,7 milhões de atualização monetária.

Energia livre

Os valores registrados na conta de energia livre referem-se, principalmente, ao montante a ser repassado para os geradores referente à RTE pendentes de faturamento dos consumidores da região de Presidente Prudente, em função de liminar obtida em ação judicial contra referida recomposição tarifária movida por consumidores daquela região.

A redução de 3,9% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, passando de R\$ 9,2 milhões em 31 de dezembro de 2006 para R\$ 8,8 milhões em 31 de dezembro de 2007 ocorreu em razão dos repasses efetuados às geradoras de energia elétrica dos valores faturados e recebidos nesse exercício.

ELEKTRO

Passivo regulatório transmissoras

Os saldos de R\$ 10,8 milhões no passivo circulante e R\$ 6,3 milhões no passivo não circulante, em 31 de dezembro de 2007, referiam-se a valores constituídos no exercício de 2007 e que vem sendo repassados aos consumidores por meio de tarifa na mesma medida em que a Emissora recebe esses valores das transmissoras. Vide comentário da conta “ativo regulatório transmissoras” na página 153 deste Prospecto Definitivo.

Conta de compensação de variações de itens da Parcela A – CVA

O saldo da conta de compensação de variações de itens da Parcela A – CVA de R\$ 11,3 milhões no passivo circulante em 31 de dezembro de 2007 referia-se à obrigação de devolver aos consumidores a diferença apurada dos efeitos econômicos e financeiros das variações dos custos da Parcela A (custos não gerenciáveis estabelecidos pela ANEEL). Para maiores informações, vide comentário da conta “conta de compensação de variações de itens da Parcela A – CVA” do ativo na página 153 deste Prospecto Definitivo.

Devolução baixa renda – modicidade tarifária

O saldo da conta devolução baixa renda – modicidade tarifária refere-se à aplicação dos critérios de classificação dos consumidores baixa renda estabelecidos pela Resolução ANEEL nº 485 de 29 de agosto de 2002, que implicou no aumento de receita para a concessionária que, após apuração e homologação pela ANEEL, será oferecido à modicidade tarifária, por ocasião dos reajustes e/ou revisões tarifárias subsequentes.

O saldo conta devolução baixa renda – modicidade tarifária no passivo circulante e passivo não circulante, apresentou uma variação de 3,7% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, passando de R\$ 89,1 milhões em 31 de dezembro de 2006 para R\$ 92,3 milhões em 31 de dezembro de 2007. Tal conta manteve-se estável em razão da proximidade dos valores apropriados e homologados nos períodos.

Provisão para ações judiciais, líquidas

As provisões relacionadas a ações judiciais apresentaram uma redução de 30,2% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, passando de R\$ 119,2 milhões em 31 de dezembro de 2006 para R\$ 83,2 milhões em 31 de dezembro de 2007. De tais valores foram deduzidos os depósitos judiciais que totalizam R\$ 37,9 milhões e R\$ 34,4 milhões em 31 de dezembro de 2007 e 31 de dezembro de 2006, respectivamente. Tal redução ocorreu em razão, principalmente, da reversão em 2007 do valor de R\$ 37,9 milhões da provisão de ICMS sobre demanda que, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos da Emissora, teve o respectivo risco de perda avaliado como remoto, em função da evolução deste assunto nos tribunais.

Todas as demandas de natureza judicial da Emissora são acompanhadas continuamente por seus assessores jurídicos que, de acordo com critérios previamente definidos pela administração da Emissora, classificam as contingências de forma individual e as provisionam quando a perda é considerada provável.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, a maior provisão da Emissora estava relacionada à questão judicial que trata da ampliação da base de cálculo do PIS e COFINS com as receitas financeiras de qualquer natureza. O montante dessa provisão era de R\$ 73,6 milhões para a COFINS e R\$ 14,2 milhões para o PIS em 31 de dezembro de 2007.

Plano de pensão

A Emissora, por meio da Fundação CESP, mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensão para seus empregados. A redução do passivo em 11,4%, considerando as contas do circulante e não circulante, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, passando de R\$ 35,9 milhões, em 31 de dezembro de 2006, para R\$ 31,8 milhões em 31 de dezembro de 2007, ocorreu em razão da amortização dos ganhos atuariais de acordo com os critérios societários previstos na Instrução CVM 371, que leva em consideração o serviço futuro médio dos participantes do plano. A determinação dos montantes dos ganhos a serem amortizados a cada ano leva em consideração a avaliação atuarial dos planos que a Emissora mantém, e que oscilam em decorrência do perfil dos participantes nos planos, da taxa de desconto do cálculo do valor presente das obrigações e do valor justo dos ativos líquidos do plano.

Outros passivos

O saldo conta de outros passivos, considerando a soma das contas do passivo circulante e não circulante, apresentou um aumento de 42,4%, passando de R\$ 32,3 milhões (R\$ 31,6 milhões no passivo circulante e R\$ 0,7 milhões no passivo não circulante) em 31 de dezembro de 2006, para R\$ 45,9 milhões (R\$ 45,3 milhões no passivo circulante e R\$ 0,6 milhões no passivo não circulante) em 31 de dezembro de 2007. Esse aumento decorreu, basicamente, do: (i) registro de R\$ 3,4 milhões a devolver aos clientes (conforme resolução ANEEL 250, de 13 de fevereiro de 2007) referente aos investimentos realizados com recursos dos clientes; e (ii) reconhecimento de valores a devolver no montante de R\$ 4,5 milhões devido a reclassificação de clientes da classe de poder público para serviço público.

Patrimônio líquido

A conta de patrimônio líquido demonstrou um aumento de 2,1%, passando de R\$ 1.060,2 milhões, em 31 de dezembro de 2006, para R\$ 1.082,4 milhões em 31 de dezembro de 2007. Essa variação decorreu, principalmente, da constituição de reserva legal no montante de R\$ 23,3 milhões sobre o lucro líquido do exercício de 2007 que foi contabilizado na conta de reserva legal no balanço patrimonial.

ELEKTRO

Comparação entre os Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 31 de dezembro de 2006

Principais Variações nas Contas de Resultado

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2007		Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2006		Variação	
	Reapresentação					
	R\$ mil	% da Receita Total	R\$ mil	% da Receita Total	R\$ mil	%
Receitas operacionais	3.582.762	100,0	3.626.394	100,0	(43.632)	(1,2)
Deduções às receitas operacionais	(1.326.689)	(37,0)	(1.349.370)	(37,2)	22.681	(1,7)
Receitas operacionais líquidas	2.256.073	63,0	2.277.024	62,8	(20.951)	(0,9)
Custo do serviço de energia elétrica	(1.070.771)	(29,9)	(1.010.029)	(27,9)	(60.742)	6,0
Energia comprada para revenda	(1.181.576)	(33,0)	(1.114.617)	(30,7)	(66.959)	6,0
Créditos de PIS e COFINS sobre energia comprada	110.805	3,1	104.588	2,9	6.217	5,9
Custo da operação	(337.050)	(9,4)	(350.322)	(9,7)	13.272	(3,8)
Gastos com pessoal	(129.277)	(3,6)	(125.738)	(3,5)	(3.539)	2,8
Gastos com materiais	(23.659)	(0,7)	(23.808)	(0,7)	149	(0,6)
Gastos com serviços de terceiros	(66.735)	(1,9)	(69.768)	(1,9)	3.033	(4,3)
Depreciação e outras amortizações	(113.851)	(3,2)	(111.887)	(3,1)	(1.964)	1,8
Outras despesas operacionais líquidas	(19.044)	(0,5)	(31.845)	(0,9)	12.801	(40,2)
Créditos de PIS e COFINS sobre o custo da operação	15.516	0,4	12.724	0,4	2.792	21,9
Lucro operacional bruto	848.252	23,7	916.673	25,3	(68.421)	(7,5)
Despesas operacionais	(146.256)	(4,1)	(144.302)	(4,0)	(1.954)	1,4
Despesas com vendas	(13.089)	(0,4)	(11.521)	(0,3)	(1.568)	13,6
Despesas gerais administrativas	(64.495)	(1,8)	(57.538)	(1,6)	(6.957)	12,1
Amortização do ágio	(7.348)	(0,2)	(7.348)	(0,2)	0,0	0,0
Outras despesas operacionais líquidas	(61.324)	(1,7)	(67.895)	(1,9)	6.571	(9,7)
Resultado do serviço	701.996	19,6	772.371	21,3	(70.375)	(9,1)
Resultado em participações societárias	-	-	(208)	(0,0)	208	N/A
Resultado financeiro	(147.508)	(4,1)	(26.963)	(0,7)	(120.545)	447,1
Receitas financeiras	103.117	2,9	112.970	3,1	(9.853)	(8,7)
Despesas financeiras	(152.860)	(4,3)	(152.454)	(4,2)	(406)	0,3
Variação cambial e monetária, líquidas	(30.180)	(0,8)	12.521	0,3	(42.701)	(341,0)
Juros sobre capital próprio	(67.585)	(1,9)	-	-	(67.585)	N/A
Resultado operacional	554.488	15,5	745.200	20,5	(190.712)	(25,6)
Resultado não operacional	-	-	(14.567)	(0,4)	14.567	N/A
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda	554.488	15,5	730.633	20,1	(176.145)	(24,1)
Imposto de renda	(79.288)	(2,2)	(110.035)	(3,0)	30.747	(27,9)
Contribuição social	(30.641)	(0,9)	(40.345)	(1,1)	9.704	(24,1)
Imposto de renda diferido	(34.536)	(1,0)	(57.488)	(1,6)	22.952	(39,9)
Contribuição social diferida	(10.751)	(0,3)	(21.078)	(0,6)	10.327	(49,0)
Reversão de juros sobre capital próprio	67.585	1,9	-	-	67.585	N/A
Lucro líquido do exercício	466.857	13,0	501.687	13,8	(34.830)	(6,9)

Receitas operacionais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, a receita operacional bruta da Emissora foi de R\$ 3,6 bilhões, apresentando uma redução de 1,2% em relação ao ano exercício social anterior. Essa variação ocorreu em razão, basicamente, dos efeitos da revisão tarifária de agosto de 2007 que resultaram em um reajuste médio negativo de 18,59%, compensado parcialmente com o aumento da energia distribuída.

Os principais fatores que influenciaram a redução de tarifas, em média 18,59%, foram:

- redução da taxa de retorno, expressa pelo custo médio ponderado de capital (WACC), de 11,26% para 9,95% ao ano, conforme Resolução ANEEL no. 246, de 21 de dezembro de 2006;
- término do período da amortização do reposicionamento tarifário referente à primeira revisão tarifária da Elektro, ocorrida em agosto de 2003, quando o enquadramento de 28,69% foi parcelado. Em 2003 as tarifas foram reposicionadas em 20,25% e a diferença de 8,44% foi diferida para os reajustes tarifários entre 2004 e 2007, corrigidos pela taxa de juros SELIC;
- exclusão das obrigações especiais da base de remuneração bruta para fins de cálculo da quota de reintegração;
- repasse de ganhos de produtividade e eficiência da Emissora para seus consumidores; e
- redução dos valores da CCC regulada pela ANEEL.

Da receita total da Emissora no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, 93% referiam-se à receita com venda de energia para Clientes Cativos, conforme quadro abaixo:

	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de		Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de		Variação	
	2007		2006			
	Reapresentação					
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$	R\$ mil	%
Receita operacional bruta	10.093.479	3.582.762	9.867.672	3.626.394	(43.632)	(1,2)
Fornecimento para consumidores	9.970.626	3.327.919	9.561.395	3.347.349	(19.430)	(0,6)
Residencial	3.183.538	1.371.474	3.060.324	1.345.921	25.553	1,9
Industrial	3.463.548	912.710	3.347.538	968.567	(55.857)	(5,8)
Comercial	1.490.276	575.657	1.379.232	557.864	17.793	3,2
Rural	809.283	175.087	770.284	174.268	819	0,5
Poder público	262.473	104.733	249.942	100.157	4.576	4,6
Iluminação pública	394.739	92.347	385.603	94.692	(2.345)	(2,5)
Serviço público	366.769	95.911	368.472	105.880	(9.969)	(9,4)
Outras receitas	122.853	254.843	306.277	279.045	(24.202)	(8,7)
CCEE	122.853	13.497	306.277	28.716	(15.219)	(53,0)
Receita do reposicionamento tarifário	-	(93.353)	-	(78.801)	(14.552)	18,5
Encargo de capacidade emergencial	-	-	-	1.537	(1.537)	N/A
Receita de uso do sistema de distribuição	-	300.400	-	287.433	12.967	4,5
Outras receitas	-	34.299	-	40.160	(5.861)	(14,6)

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, a Emissora forneceu 9,9 GWh de energia elétrica a seus Clientes Finais, representando um crescimento de 4,3% quando comparado ao exercício social anterior. O crescimento do consumo em MWh das classes residencial e comercial foi influenciado positivamente pelas altas temperaturas registradas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, em média superiores em 1°C durante a maior parte do ano, quando comparado ao mesmo período do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006.

ELEKTRO

A classe industrial, cuja participação relativa no consumo total, em MWh, da Emissora era de 35%, apresentou um crescimento de 3,5% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007. Esse crescimento foi influenciado positivamente pelos setores relacionados à construção civil, cuja expansão durante o ano foi acima das expectativas.

Em 31 de dezembro de 2007, a base de clientes da Emissora era de 2.004.893 clientes. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 houve um acréscimo de 50.686 novos clientes ligados durante o ano, resultando em um crescimento de 2,6% quando comparado ao mesmo período do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, a receita de uso do sistema de distribuição foi de R\$ 300,4 milhões, contra R\$ 287,4 milhões no exercício social anterior. O aumento de 4,5% é reflexo da migração de clientes da base “cativo” para “livre”.

Deduções às receitas operacionais

As deduções às receitas operacionais apresentaram uma redução de 1,7% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, passando de R\$ 1.349,4 milhões em 31 de dezembro de 2006 para R\$ 1.326,6 milhões em 31 de dezembro de 2007. A redução de R\$ 22,6 milhões, quando comparada com o exercício anterior, é devida principalmente a redução de R\$ 22,7 milhões na quota anual de CCC determinada pela ANEEL no início do ano.

Custos do serviço de energia elétrica

O custo do serviço de energia elétrica apresentou um aumento de 6%, passando de R\$ 1,0 bilhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006 para R\$ 1,1 bilhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007. Tal variação ocorreu em razão, principalmente, (a) do aumento da tarifa média de energia comprada, homologada pela ANEEL e (b) do aumento de 4,3% do volume de energia comprada para atendimento da demanda na venda. Cabe mencionar que, conforme regulado pela ANEEL, os aumentos de custo da energia comprada têm repasse integral às tarifas a serem cobradas dos consumidores finais.

Custo da operação

Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal apresentaram um aumento de 2,8%, passando de R\$ 125,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006 para R\$ 129,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007. Referido aumento ocorreu em razão, principalmente, do reajuste salarial de 5,0% em junho de 2007.

Gastos com materiais

Os gastos com materiais apresentaram uma redução de 0,6% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, passando de R\$ 23,8 milhões em 31 de dezembro de 2006 para R\$ 23,7 milhões em 31 de dezembro de 2007. Nessa conta são registrados os materiais utilizados em manutenção e modernização do sistema elétrico, combustíveis e materiais para manutenção de veículos, materiais de escritório e informática, e materiais de segurança.

Gastos com serviços de terceiros

Os gastos com serviços de terceiros apresentaram uma variação negativa de 4,3%, passando de R\$ 69,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006 para R\$ 66,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007. Essa variação ocorreu em razão, principalmente, dos serviços relacionados à manutenção e modernização do sistema elétrico, dentre eles manutenção de redes, linhas, subestações e linhas de transmissão.

Outras despesas operacionais líquidas

A redução das outras despesas operacionais líquidas, considerando as contas dos grupos “custo da operação” e “despesas operacionais”, em 19,4% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, passando de R\$ 99,7 milhões, em 31 de dezembro de 2006, para R\$ 80,3 milhões, em 31 de dezembro de 2007, ocorreu em razão, principalmente, da reversão de provisão no valor de R\$ 37,9 milhões ocorrida, em 2007, referente à ação judicial de ICMS sobre demanda, que de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos da Emissora, o risco de perda passou a ser avaliado como remoto. Referido crédito, em 2007, foi efetuado na conta de outras despesas operacionais líquidas, a mesma quando da sua constituição.

Créditos de PIS e COFINS sobre o custo da operação

A conta de créditos de PIS e COFINS sobre o custo da operação apresentou um aumento de 21,9%, passando de R\$ 12,7 milhões, no exercício social de 2006, para R\$ 15,5 milhões em 2007. Tal variação ocorreu em razão do aumento principalmente dos créditos desses tributos sobre aquisições de ativo imobilizado, que nesses exercícios sociais eram contabilizados como redução de despesas operacionais.

Despesas operacionais**Despesas com vendas**

As despesas com vendas tiveram um aumento de 13,6% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, passando de R\$ 11,5 milhões em 31 de dezembro de 2006 para R\$ 13,1 milhões em 31 de dezembro de 2007, que ocorreu basicamente em razão do aumento de R\$ 1,4 milhão nos gastos com serviços de entrega de contas. Nessa rubrica são registradas, principalmente, as despesas com pessoal da área comercial da Emissora, marketing, propaganda e publicidade, provisão para créditos de liquidação duvidosa, despesas com medição, leitura, entrega e cobrança de contas de energia elétrica.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas aumentaram em 12,1%, passando de R\$ 57,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006 para R\$ 64,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007. Nessa rubrica são registradas as despesas incorridas que estão relacionadas com a gestão ou direção da Emissora, honorários da administração, salários e encargos do pessoal administrativo, algumas despesas legais e judiciais, materiais de escritório, depreciação de ativos imobilizados utilizados nas atividades administrativas e despesas de viagem de pessoal administrativo. A principal variação de 16,3%, ocorreu nas despesas de pessoal que passou de R\$ 34,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006 para R\$ 40,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, em razão, principalmente, do reajuste salarial de 5,0% em junho de 2007, conforme o acordo coletivo e pagamento de indenizações ocorridas em 2007.

Amortização do ágio

O montante de R\$ 7,4 milhões em 31 de dezembro de 2007 e em 31 de dezembro de 2006 referia-se à amortização da mais-valia do ativo imobilizado que teve origem no ágio gerado pela incorporação TIL pela Emissora em 21 de dezembro de 1998. Essa mais-valia está sendo amortizada em 20 anos, de acordo com o prazo médio de vida útil do imobilizado definido à época do início da amortização.

ELEKTRO

Resultado financeiro

O resultado financeiro (receitas financeiras menos despesas financeiras) foi de R\$ 147,5 milhões negativos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, 447,1% maior que o do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006, que foi de R\$ 27,0 milhões. Vide maiores detalhes no quadro abaixo:

Resultado financeiro	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2007	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2006	Variação	
			R\$ mil	%
	Reapresentação			
Receitas financeiras	103.117	112.970	(9.853)	(8,7)
Aplicações financeiras	58.040	61.631	(3.591)	(5,8)
Encargos sobre conta de energia elétrica em atraso	39.958	41.886	(1.928)	(4,6)
Outras receitas financeiras	5.119	9.453	(4.334)	(45,8)
Despesas financeiras	(152.860)	(152.454)	(406)	0,3
CPMF	(19.601)	(18.326)	(1.275)	7,0
Juros sobre empréstimos com terceiros	(19.499)	(14.145)	(5.354)	37,9
Juros sobre debêntures	(95.629)	(106.474)	10.845	(10,2)
Juros sobre empréstimos com pessoas ligadas	(4.241)	(4.051)	(190)	4,7
Outras despesas financeiras	(13.890)	(9.458)	(4.432)	46,9
Variação cambial e monetária, líquidas	(30.180)	12.521	(42.701)	(341,0)
Juros sobre Capital Próprio	(67.585)	-	(67.585)	N/A
Total	(147.508)	(26.963)	(120.545)	447,1

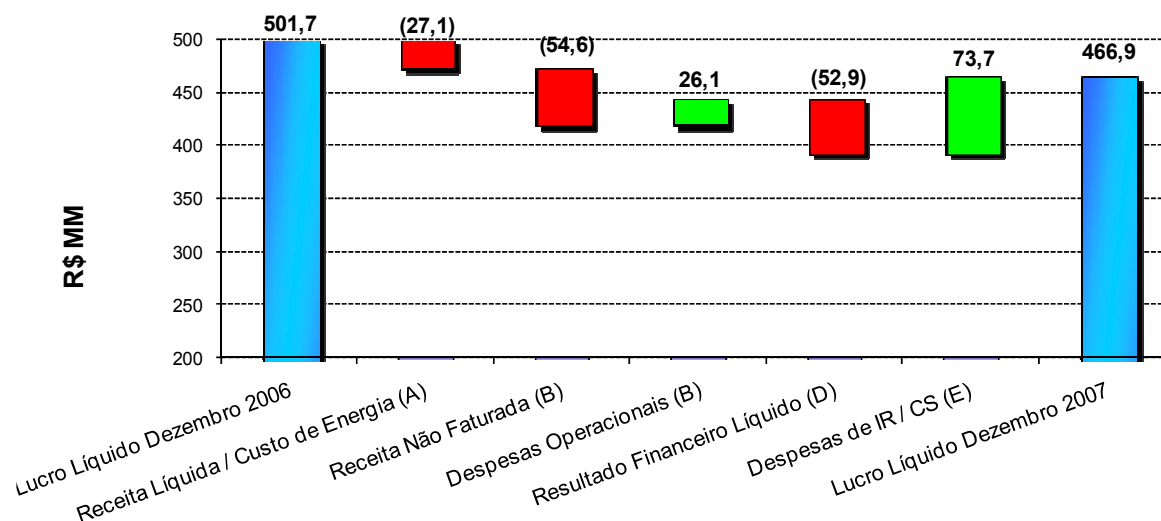
O aumento de R\$ 120,5 milhões no resultado financeiro líquido (despesa) em 2007 ocorreu em razão, principalmente, das menores receitas decorrentes de variação monetária incidentes sobre os ativos regulatórios, em função da redução da taxa de juros SELIC e do efeito de amortização desses ativos regulatórios (CVA, Parcela A e perdas decorrentes do racionamento) no período.

Adicionalmente, houve um menor volume de recursos em caixa disponível para aplicações financeiras ao longo do exercício de 2007, tanto por conta do resgate da totalidade das debêntures da 3ª série da 2ª Emissão, com pagamento de prêmio de 1% aos debenturistas, e o resgate antecipado parcial das debêntures da 2ª série da 2ª Emissão, com pagamento de prêmio de 2,61% aos debenturistas, ocorridos em setembro e dezembro de 2007, respectivamente, que foram efetuados com recursos próprios da Emissora, como pelo desembolso de caixa pela antecipação de R\$ 3,2 milhões no diferimento das despesas de emissão das debêntures da 3ª e 2ª séries da 2ª Emissão.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 foi registrado, no resultado financeiro, a despesa de R\$ 67,5 milhões referente aos juros sobre o capital próprio pagos pela Emissora, o qual é posteriormente revertido na demonstração do resultado e considerado com parte da distribuição dos dividendos do ano.

Lucro Líquido

O lucro líquido da Emissora apresentou uma redução de 6,9%, passando de R\$ 501,7 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006, para R\$ 466,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, conforme variações nos principais grupos de contas demonstrados no gráfico abaixo:



A variação verificada no quadro acima foi resultado principalmente dos seguintes fatores:

- A) A variação negativa de R\$ 27,1 milhões, deve-se basicamente à redução da tarifa da Emissora em média 18,59% na revisão tarifária de Agosto de 2007 com impacto relevante no 4º trimestre de 2007.
- B) Uma mudança do critério de estimativa da receita não faturada da Emissora, causou um impacto negativo de R\$ 54,6 milhões no resultado de 2007.
- C) As despesas operacionais tiveram uma variação positiva de R\$ 24,9 milhões, devido principalmente aos seguintes fatores: Reversão das provisões de ICMS em R\$ 37,9 milhões e Tarifaço em R\$ 5,6 milhões; despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa menor que 2006 em R\$ 10,0 milhões; efeito favorável em 2006 devido à reversão de provisões cíveis, trabalhistas e tributárias para adequar aos critérios da Deliberação CVM 489/05 que resultou em uma variação negativa de R\$ 18,4 milhões; e aumento das despesas com pessoal em R\$ 9,1 milhões, devido principalmente ao acordo coletivo e indenizações.
- D) O resultado financeiro líquido teve uma variação negativa de R\$ 52,9 milhões (desconsiderando a rubrica de juros sobre o capital próprio) devido principalmente à redução na taxa Selic (11,88% em 2007 vs. 15,08% em 2006), que gerou menos correção sobre ativos regulatórios, principalmente perdas no racionamento, energia livre e parcela A.
- E) Variação positiva de R\$ 73,7 milhões nas despesas de imposto de renda e contribuição devido ao menor Lucro antes da tributação e benefício fiscal de 34% sobre o valor declarado de Juros sobre o Capital Próprio.

Outras Considerações**EBITDA**

O EBITDA consiste no lucro líquido antes das receitas e despesas financeiras líquidas, imposto de renda e contribuição social e depreciação e amortização. O EBITDA não é medida de desempenho financeiro elaborada segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, IFRS ou US GAAP, tampouco deve ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido, um indicador do desempenho operacional, uma alternativa aos fluxos de caixa ou como indicador de liquidez.

ELEKTRO

A administração da Emissora acredita que o EBITDA fornece uma medida útil de seu desempenho, que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar empresas. Outras empresas podem calcular o EBITDA de maneira diferente da Emissora.

Por não considerar determinados custos decorrentes dos negócios da Emissora, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados, o EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida da lucratividade da Emissora.

Para informações acerca da conciliação do EBITDA e o lucro líquido da Emissora, vide seção “Informações Financeiras – Apresentação das Informações Financeiras – Considerações sobre o EBITDA” na página 103 deste Prospecto Definitivo.

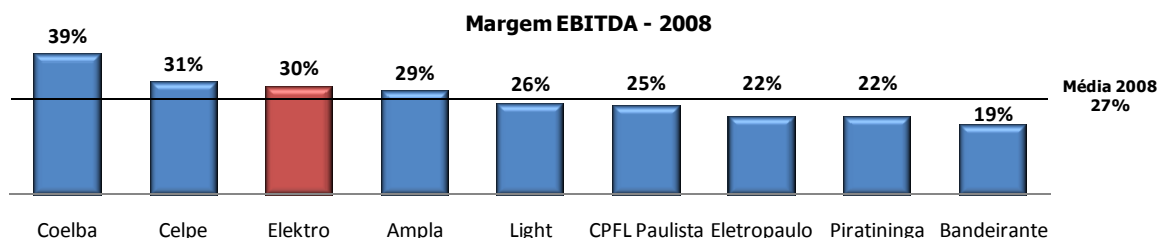
	Período de 3 meses		Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de				
	encerrado em 31 de março de						
	2009	2008	2008	2007	2006	2008/2007	2007/2006
EBITDA – (R\$ Milhões)	226,1	170,1	754,4	823,2	876,9	(68,8)	(53,7)
Margem EBITDA – (% Receita Líquida Operacional)	33,6%	29,2%	30,0%	36,5%	38,5%	N/A	N/A

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, o EBITDA da Emissora foi de R\$ 823,2 milhões com uma Margem EBITDA de 36,5%, o que representou uma redução de 6,1% quando comparado ao mesmo período do exercício social anterior. Tal redução foi causada, principalmente, pelo resultado da revisão tarifária de agosto de 2007 que reduziu as tarifas em 18,59% e revisão do critério de cálculo da receita não faturada que também impactou negativamente as receitas. Todavia, ambos os impactos negativos foram parcialmente compensados com reversões de provisões relacionadas a demandas judiciais.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, o EBITDA foi de R\$ 754,4 milhões com variação negativa de 8,4% sobre o valor do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007. Tal variação ocorreu em decorrência, principalmente, dos efeitos da revisão tarifária que em 2007 afetou somente os meses de setembro à dezembro e que impactou 2008 de janeiro a agosto, sendo compensados parcialmente pelo reajuste tarifário de 10,91% ocorrido em agosto. A Margem EBITDA, como resultado desta redução da tarifa atingiu 30,0%.

A Margem EBITDA apresentou uma retomada no período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2009 como resultado da revisão tarifária positiva de 10,91% de agosto de 2008 e também do aumento da receita da Emissora que ocorreu, principalmente, devido ao aumento do consumo da classe residencial neste período.

Conforme gráfico abaixo, a Emissora atingiu uma Margem EBITDA 4 p.p. (pontos percentuais) acima da média de mercado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008. Tal gráfico foi elaborado pela Emissora com base nas demonstrações financeiras das distribuidoras de energia elétrica que as disponibilizam ao mercado e cuja receita operacional bruta foi maior que R\$ 2,5 bilhões, excluindo empresas com controle estatal, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007.



Fonte: Demonstrações Financeiras das Empresas

Liquidez e Recursos de Capital

O negócio da Emissora apresenta uma elevada geração operacional de caixa em função, principalmente, de sua atividade operacional e controle busca contínua de melhoria em processos e modernização de seus ativos, os quais buscam redução de custos/despesas.

Valores em R\$ Milhões	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de		
	2008	2007	2006
Lucro Líquido do Período	391,8	466,9	501,7
Depreciação e Amortizações	124,3	121,2	119,2
Amortizações e Constituição de tributos diferidos	63,6	45,9	78,6
Juros e variação monetária	137,7	159,9	171,1
Outros	40,4	(23,9)	26,2
Despesas que não afetam o caixa	366,1	303,1	395,1
Lucro Líquido Ajustado	757,9	770,0	896,8
Variação do Capital de Giro Operacional	(143,7)	296,7	80,4
Geração Operacional de Caixa após Imposto de Renda, Contribuição Social e Pagamento de Juros	614,2	1.066,7	977,2
Aquisição de Imobilizado	(267,9)	(264,9)	(257,7)
Outros	(7,6)	15,8	33,4
Atividades de Investimento	(275,5)	(249,1)	(224,3)
Amortização de Principal e Juros	(139,7)	(501,5)	(72,9)
Captação de Empréstimos e Arrendamento Mercantil	128,7	133,1	63,7
Atividades de Financiamento antes do pagamento de Dividendos	(10,9)	(368,4)	(9,1)
Pagamento de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	(280,1)	(775,5)	(608,7)
Atividades de Financiamento Após o pagamento de dividendos	(291,0)	(1.143,9)	(617,8)
Geração / (Consumo) líquido de Caixa	47,7	(326,3)	4,5
Saldo Inicial do Período	157,3	483,6	479,0
Saldo Disponível de Caixa do Período	205,0	157,3	483,6

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, a geração operacional de caixa da Emissora, após a dedução de imposto de renda, contribuição social e pagamento de juros, foi de R\$ 1 bilhão, 9% superior aquela registrada no exercício social anterior.

A Emissora apresentou um consumo líquido de caixa de R\$ 326,3 milhões, encerrando o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 com um saldo disponível de R\$ 157,3 milhões em caixa, excluindo caução de fundos. Tal resultado foi influenciado pelos seguintes efeitos: (i) resgate antecipado das debêntures emitidas pela Emissora no âmbito da 2ª Emissão no valor de R\$ 287,8 milhões; (ii) pagamento de dividendos de R\$ 476,6 milhões, em maio de 2007, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006; (iii) pagamento de dividendos intermediários de R\$ 236,8 milhões em setembro de 2007 e (iv) pagamento de juros sobre capital próprio de R\$ 62,1 milhões em dezembro de 2007.

ELEKTRO

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, a geração de caixa da Emissora foi de R\$ 47,7 milhões, R\$ 374,0 milhões superior ao consumo de R\$ 326,3 milhões de caixa registrado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007. Essa variação decorreu, principalmente, da: (i) redução de R\$ 287,8 milhões, decorrentes do resgate antecipado do principal das debêntures da 2ª Emissão em 2007; (ii) redução de R\$ 495,4 milhões no pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, em função do acúmulo de dividendos observado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, primeiro ano em que a Emissora efetuou o pagamento de dividendos intermediários, e dos efeitos da revisão tarifária de 2007 sobre os dividendos de 2008; e (iii) esses efeitos são parcialmente compensados pela redução de R\$ 452,5 milhões na geração operacional de caixa após imposto de renda, contribuição social e pagamento de juros em função, principalmente, dos efeitos da revisão tarifária de agosto de 2007, que em média reduziram as tarifas em 18,59% e elevação dos desembolsos referentes aos itens da Parcela A das tarifas (itens não gerenciáveis) que sofreram aumentos, principalmente, da energia comprada de Itaipu, que é denominada em dólares norte-americanos. Esses montantes compõem um ativo regulatório (CVA) que será amortizado em 12 meses a partir do reajuste tarifário de 2009.

Endividamento

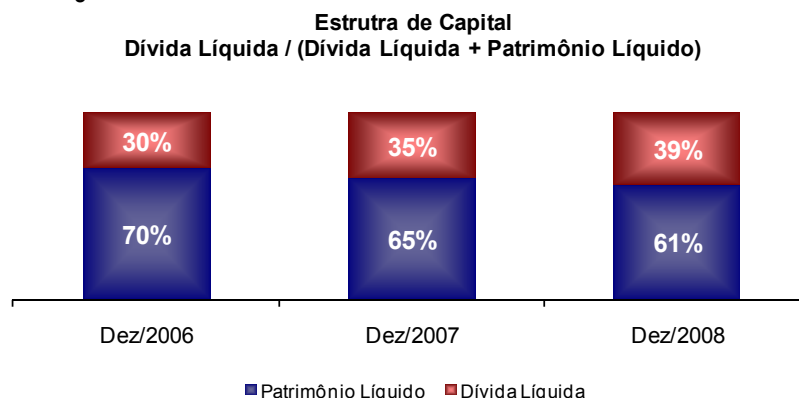
Em 31 de dezembro de 2008, a Emissora apresentava um Endividamento Líquido de R\$ 698,0 milhões, resultado do Endividamento Total de R\$ 909,7 milhões e saldo de caixa, aplicações financeiras e caução de fundos de R\$ 211,7 milhões. A tabela abaixo demonstra o Endividamento da Emissora nesse período:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008			
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	
			R\$ milhões	%
Debêntures	203,8	368,6	572,4	62,9%
BNDES Finem/Finame	60,7	170,9	231,6	25,5%
Eletrobrás	4,6	61,9	66,5	7,3%
FINEP	-	9,2	9,2	1,0%
Arrendamento Mercantil	7,7	22,3	30,0	3,3%
Endividamento Total	276,8	632,9	909,7	100,0%
Perfil da Dívida	30%	70%	100%	-
Caixa, Aplicações Financeiras e Caução de Fundos ¹			(211,7)	
Endividamento Líquido			698,0	

Fonte: Elektro

¹- Exclui garantias caucionadas para compra de energia elétrica..

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, o grau de alavancagem da Emissora era de 39%, patamar que garantia uma situação de liquidez confortável e que vem se mantendo estável nos últimos anos, conforme demonstra o gráfico abaixo:



Fonte: Elektro

Durante o período de janeiro a dezembro de 2008, a Emissora captou recursos para financiar seu programa de investimentos, através das seguintes linhas de financiamento:

- BNDES: R\$ 99,4 milhões, através de agentes financeiros;
- ELETROBRAS: R\$ 24,0 milhões, relacionados ao Programa Luz para Todos; e
- FINEP: R\$ 5,8 milhões.

Para maiores informações sobre os contratos de financiamento relacionados ao BNDES, à ELETROBRÁS e à FINEP, vide seção “Atividades da Emissora – Contratos Relevantes – Contratos Financeiros” na página 230 deste Prospecto Definitivo.

No período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2009, a Emissora apresentava um Endividamento Líquido de R\$ 679,0 milhões, resultado do Endividamento Total de R\$ 930,5 milhões e saldo de caixa, aplicações financeiras e caução de fundos de R\$ 251,6 milhões.

Em 24 de abril de 2009, a Emissora realizou a 1ª Emissão Pública de Notas Promissórias, com valor nominal unitário de R\$ 1 milhão, perfazendo o montante de R\$ 120 milhões, com prazo de 180 dias a partir de sua emissão. A 1ª Emissão Pública de Notas Promissórias foi realizada pela Emissora nos termos da Instrução CVM 476, que dispõe sobre ofertas públicas de valores mobiliários distribuídas com esforços restritos.

Para maiores informações sobre a 1ª Emissão Pública de Notas Promissórias, vide seções “Informações Financeiras – Análise e Discussão da Administração sobre a situação Financeira e os Resultados Operacionais da Emissora - Eventos Relevantes Posteriores à Divulgação das Demonstrações Financeiras da Emissora relativas ao Período de 3 Meses encerrado em 31 de março de 2009”, “Informações Relativas à Oferta - Destinação de Recursos” e “Informações Relativas à Oferta – Relacionamento com os Coordenadores” nas páginas 172, 79 e 75, respectivamente, deste Prospecto Definitivo.

A tabela abaixo demonstra a estrutura de capital da Emissora em 31 de março de 2009:

Período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2009				
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	
			R\$ milhões	%
Debêntures	213,8	364,0	577,8	62,1%
BNDES Finem/Finame	63,9	179,6	243,5	26,2%
Eletrobrás	5,3	66,3	71,6	7,7%
FINEP	-	9,2	9,2	1,0%
Arrendamento Mercantil	8,2	20,3	28,5	3,1%
Endividamento Total	291,2	639,4	930,5	100,0%
Perfil da Dívida	31%	69%	100%	
Caixa, Aplicações Financeiras e Caução de Fundos ¹			(251,6)	
Endividamento Líquido			679,0	

Fonte: Elektro

¹- Exclui garantias caucionadas para compra de energia elétrica.

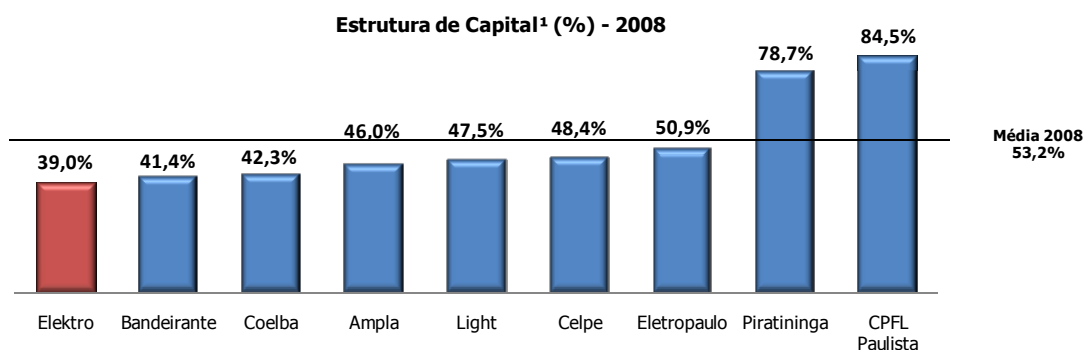
ELEKTRO

Durante o período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2009, a Emissora captou recursos para financiar seu programa de investimentos, através das seguintes linhas de financiamento já existentes:

- BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social): R\$ 24,5 milhões, através de agentes financeiros; e
- Eletrobrás: R\$ 6,0 milhões, relacionados ao Programa Luz para Todos.

Ao final de referido período, o grau de alavancagem da Emissora era de 36%, patamar que garante uma situação de liquidez confortável para a empresa e que vem se mantendo estável nos últimos anos.

A Emissora possui uma estrutura de capital 14 p.p. (pontos percentuais) abaixo da média mercado, conforme demonstrado no gráfico abaixo elaborado pela Emissora de acordo com as demonstrações financeiras das empresas disponibilizadas ao mercado, que compara a estrutura de capital das distribuidoras de energia elétrica cuja receita operacional bruta foi maior que R\$ 2,5 bilhões, excluindo empresas com controle estatal, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007:



(1) Dívida Líquida / Dívida Líquida + Patrimônio Líquido. Dívida Líquida: Empréstimos e financiamentos + Debêntures + Confissões de dívida com entidades de previdência privada + Acordos para parcelamento de impostos e tributos em atraso
Fonte: Demonstrações Financeiras das Empresas

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações e observadas as exceções nela previstas, o valor total das emissões de debêntures de uma companhia não pode ultrapassar o valor de seu capital social. Considerando o valor em aberto de principal e de juros das debêntures emitidas no âmbito da 2ª Emissão no valor de R\$ 577,8 milhões, em 31 de março de 2009, e a distribuição da totalidade das Debêntures da presente Oferta, no valor de R\$ 300 milhões, o valor total aproximado das emissões de debêntures da Emissora será de R\$ 877,8 milhões após a conclusão da presente Oferta, o que não ultrapassará o valor de seu capital social que, em 31 de março de 2009, era de R\$ 952.491.950,14.

Para maiores informações sobre a 2ª Emissão, vide seção “Informações sobre a Emissora – Atividades da Emissora – Informações Acerca dos Valores Mobiliários Emitidos” na página 274 deste Prospecto Definitivo.

Análise da Capacidade de Pagamento da Emissora

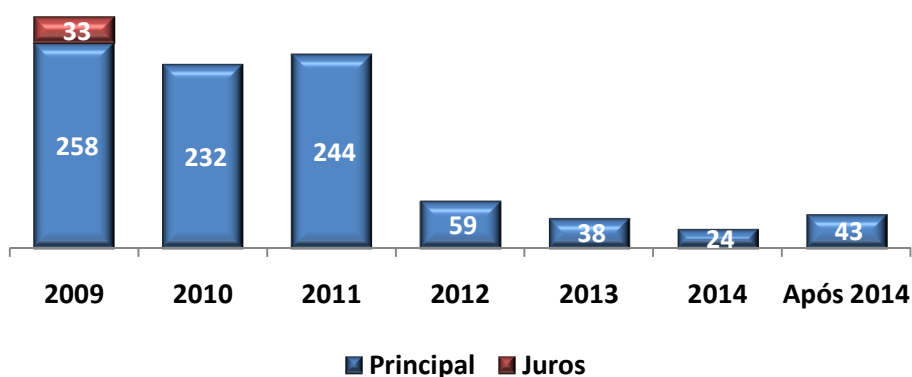
Os administradores da Emissora, mediante análise dos indicadores de desempenho e da geração de fluxo de caixa, entendem que a Emissora possui boas condições para honrar as obrigações de curto e médio prazo hoje existentes, bem como para continuar expandindo suas operações. De acordo com os administradores da Emissora, sua geração de caixa confere à Emissora margem de conforto para honrar todas as obrigações de longo prazo existentes.

Segue abaixo a descrição do perfil do Endividamento da Emissora em 31 de março de 2009:

Vencimento do Principal e Juros R\$ milhões		
	Ano	31 de março de 2009
	2009	291
	2010	232
	2011	244
	2012	59
	2013	38
	2014	24
	Após 2014	43
Total		931

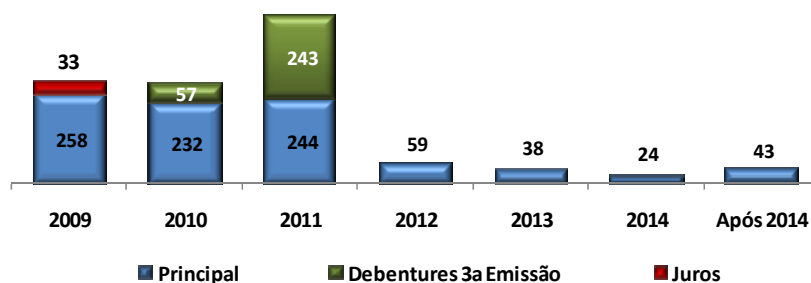
Em complemento, o gráfico a seguir detalha o cronograma de amortização do Endividamento da Emissora, considerando os juros, baseado no saldo de 31 de março de 2009:

Vencimento do Principal e Juros (31/03/09) (R\$ milhões)



Segue abaixo o perfil da Dívida (*pro-forma*) elaborado pela Emissora considerando o cronograma de amortização da presente Emissão:

Vencimento do Principal e Juros (31/03/2009) Pró-forma (R\$ milhões)



Eventos Relevantes Posteriores à Divulgação das Demonstrações Financeiras da Emissora relativas ao Período de 3 Meses Encerrado em 31 de março de 2009

Em 24 de abril de 2009, a Emissora realizou a 1ª Emissão Pública de Notas Promissórias, com valor nominal unitário de R\$ 1 milhão, perfazendo o montante de R\$ 120 milhões, com prazo de 180 dias a partir de sua emissão e cuja data de liquidação foi 24 de abril de 2009. As Notas Promissórias têm remuneração equivalente à variação acumulada da Taxa DI acrescida de sobretaxa de 2%, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias. As Notas Promissórias poderão ser resgatadas antecipadamente, a critério exclusivo da Emissora, após o 60º dia contado da respectiva data de emissão, sem pagamento de prêmio, observados os termos e condições estabelecidos nas cédulas das Notas Promissórias. A 1ª Emissão Pública de Notas Promissórias foi realizada pela Emissora nos termos da Instrução CVM 476, que dispõe sobre ofertas públicas de valores mobiliários distribuídas com esforços restritos.

Para maiores informações sobre a 1ª Emissão Pública de Notas Promissórias, vide seções “Informações Relativas à Oferta - Destinação de Recursos” e “Informações Relativas à Oferta – Relacionamento com os Coordenadores” nas páginas 79 e 75, respectivamente, deste Prospecto Definitivo.

6. INFORMAÇÕES SOBRE A EMISSORA

- Visão Geral do Setor de Energia Elétrica no Brasil
 - Histórico
 - Principais Agentes do Setor de Energia Elétrica
 - Encargos Regulatórios
 - Universalização
 - Regras de Concentração
 - Revisão Tarifária Periódica
 - Novo Modelo do Setor Elétrico
 - Aspectos Ambientais
- Atividades da Emissora
 - Visão Geral
 - Participação da Emissora no Mercado de Energia
 - Operação
 - Tecnologia da Informação
 - Endividamento e Reestruturação Financeira
 - Política de Utilização de Instrumentos Financeiros Derivativos
 - Concorrência
 - Clientes
 - Receita do Contrato de Uso do Sistema de Distribuição – Consumidores Livre
 - Insumos e Fornecedores
 - Sazonalidade das Vendas
 - Cobrança e Inadimplência
 - Eventos Relacionados ao Setor Energético
 - Pontos Fortes
 - Posicionamento Estratégico
 - Histórico da Emissora
 - Estrutura Societária
 - Descrição da Acionista Controladora Indireta
 - Contratos Relevantes
 - Contratos de Concessão
 - Principais Contratos com Prestadores de Serviços
 - Contratos de Fornecimento de Materiais e Equipamentos
 - Contratos de Pesquisa e Desenvolvimento
 - Contratos Imobiliários
 - Contratos Bilaterais
 - Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado
 - Contratos Financeiros
 - Investimentos Relevantes
 - Desinvestimentos Relevantes
 - Propriedade Intelectual
 - Propriedades e Ativos Relevantes
 - Aspectos Ambientais
 - Seguros
 - Prêmios
 - Segurança

- Descrição do Capital Social e Dividendos
 - Geral
 - Acionista Controladora
 - Estatuto Social
 - Características das Ações
 - Grupamento de Ações
 - Política de Remuneração ao Acionista
 - Participações Societárias
 - Acordo de Acionistas
 - Ações em Tesouraria
 - Restrição de Transferências das Ações da Emissora
 - Política para Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Emissora
 - Títulos e Valores Mobiliários detidos por Administradores
 - Plano de Opção de Compra de Ações
- Políticas de Responsabilidade Social, Patrocínio e Incentivo Cultural
- Práticas de Governança Corporativa
- Administração
 - Geral
 - Conselho de Administração
 - Diretoria
 - Existência de Relação Familiar
 - Contratos e Outras Obrigações com Administradores
 - Ausência de Condenação em Processo Judicial ou Administrativo dos Administradores
 - Remuneração e Plano de Participação nos Lucros
 - Conselho Fiscal
- Informações Acerca dos Valores Mobiliários Emitidos
- Operações com Partes Relacionadas
- Recursos Humanos
- Contingências Judiciais e Administrativas

VISÃO GERAL DO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL

Histórico

A produção de eletricidade no Brasil começou em 1883, quando o primeiro serviço de iluminação elétrica na América Latina teve início. A geração térmica prevaleceu até 1901, quando um grupo canadense começou a operar a primeira hidrelétrica no Rio Tietê, no Estado de São Paulo. Durante vários anos, o papel do Governo Federal não era significativo e os investimentos no setor elétrico eram feitos basicamente por empresas de capital estrangeiro.

A maior participação do Governo Federal nos investimentos no setor elétrico teve início em 1948 com a constituição da Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF e o começo da construção da usina de Paulo Afonso, no Estado da Bahia. Em 1957, Furnas Centrais Elétricas S.A. foi criada visando gerar energia para a Região Sudeste do Brasil. Com a necessidade crescente de se modernizar e melhorar o setor elétrico brasileiro da época, em 1961 o Congresso Nacional aprovou a criação da Eletrobrás.

A partir de então, nos anos seguintes, o país ampliou o sistema elétrico baseado no modelo de participação direta do Estado e calcado nos potenciais hidrelétricos. Do ponto de vista técnico, o modelo estatal era eficiente. Entretanto, do ponto de vista econômico, o setor passou a se tornar inviável a partir de 1980, em razão das políticas de contenção tarifária e de antecipação de grandes investimentos, bem como das ingerências políticas na gestão de concessionárias de serviço público de energia elétrica.

Em virtude de tais políticas, a crise do setor foi se ampliando até que em 1993 o Governo Federal assumiu dívidas das concessionárias no montante de US\$ 26 bilhões, salvando o setor da insolvência, e concedeu aumento real tarifário de 70%. Em 1995, o setor elétrico voltou a apresentar crise, com novo ciclo de inadimplência das concessionárias, riscos elevados de déficit de energia e restrições crescentes nos sistemas de transmissão. O crescimento da demanda em virtude dos efeitos do Plano Real também contribuía para piorar a crise no setor.

Diante desse cenário, o governo adotou diretrizes para reestruturar o setor elétrico brasileiro. A reestruturação iniciou-se com a promulgação da Lei de Concessões, em 13 de fevereiro de 1995, e da Lei de Concessões do Setor Elétrico, de 7 de julho de 1995, as quais (i) estabelecem a necessidade de procedimento licitatório prévio para outorga de concessão; (ii) criam a figura de produtores independentes de energia e (iii) criam os Consumidores Livres, entre outras disposições. Em seguida, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 6, de 15 de agosto de 1995, que permitiu que os potenciais de energia hidráulica fossem explorados por brasileiros ou por empresa constituída sob as leis brasileiras e que tenha sua sede e administração no país. Anteriormente, tais potenciais só podiam ser explorados por empresa brasileira de capital nacional ou por brasileiros. Este arcabouço legal estabeleceu as condições para a criação do Programa Nacional de Desestatização (PND), com base na maior participação de capitais privados, permitindo o início da privatização do setor elétrico por meio das concessões, autorizações e permissões.

Dando continuidade ao processo de reestruturação do setor, o Governo Federal contratou, em agosto de 1996, um grupo de consultores que, juntamente com técnicos do setor, deveria propor um novo modelo, projeto que ficou conhecido como Projeto RESEB ou Projeto de Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro. Ainda em 1996, por meio da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, foi instituída a ANEEL, com a finalidade de regular e fiscalizar o setor elétrico, em substituição ao DNAEE. A mudança mais significativa foi em relação à menor dependência que a nova agência possuiria em relação ao Poder Executivo, já que, através da Taxa de Fiscalização receberia recursos dos agentes do setor para o custeio de suas despesas. Além disso, possuiria em seus quadros diretores com mandatos não coincidentes de quatro anos. O Novo Modelo do Setor Elétrico (vide item específico abaixo sobre o tema), vigente desde 2004, devolveu ao MME vários poderes anteriormente de competência da ANEEL.

Posteriormente, no âmbito desta reestruturação, e com a promulgação da Lei do Setor Elétrico, ficou estabelecido, entre outros, que (i) para fins de privatização, as atividades de geração, transmissão, distribuição e comercialização de determinadas empresas seriam separadas; (ii) a compra e venda de energia elétrica nos sistemas elétricos interligados seriam realizadas no âmbito do MAE e (iii) as atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica nos sistemas interligados seriam executadas pelo ONS.

Apesar de o mercado energético ter se aberto à iniciativa privada, para que investimentos complementares viessem a assegurar o atendimento de uma demanda em constante crescimento, a falta da implementação completa do modelo competitivo almejado, os desequilíbrios provocados por sucessivas crises internacionais (russa, mexicana, asiática e argentina), principalmente, a crise cambial de 1999, e, finalmente, as baixas afluências em 2001 (partindo de uma situação de baixíssimos níveis de armazenamento), resultaram no Programa de Racionamento de Energia Elétrica, que vigorou entre 1º de junho de 2001 e 28 de fevereiro de 2002. Para administrar esse período de racionamento, foi criada a GCE, à qual foram atribuídos poderes extraordinários, inclusive o de tomar decisões imediatas, em caráter de última instância, sobre temas cuja competência pertencia ao Poder Executivo, para que tivesse a agilidade necessária para enfrentar a urgência do problema de suprimento de energia elétrica. Durante esse período, foi estabelecida sobretaxa punindo consumidores que consumissem acima de determinada meta, e bonificando aqueles que consumissem abaixo da referida meta. Tais bônus eram pagos com os valores arrecadados com a sobretaxa, o que não se mostrou suficiente. Em 17 de outubro de 2001, o governo federal determinou que as distribuidoras fossem reembolsadas pelas despesas associadas aos pagamentos de bônus a consumidores e outras despesas relacionadas, que tenham excedido as sobretaxas cobradas, de acordo com procedimentos estabelecidos pela ANEEL.

Em dezembro de 2001, a GCE, as distribuidoras e as geradoras de energia elétrica concluíram negociações que resultaram no Acordo Geral do Setor Elétrico, o qual visava solucionar problemas decorrentes do racionamento, prevendo a compensação de perdas e restauração do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão.

A Medida Provisória nº 14, de 21 de dezembro de 2001, que reflete as condições gerais estabelecidas nas negociações setoriais, foi aprovada pelo Congresso Nacional, sancionada pelo Presidente da República e convertida na Lei nº 10.438, em 26 de abril de 2002, que estabeleceu, entre outros assuntos: (a) a recomposição tarifária extraordinária das empresas distribuidoras, visando o equilíbrio econômico-financeiro de seu contrato de concessão; (b) o rateio pelos Consumidores Finais de energia elétrica dos custos de contratação de capacidade (KW) e aquisição de energia elétrica (KWh) pela CBEE; (c) o repasse de custos com a compra de energia; (d) a criação do PROINFA, com custos rateados entre todos os consumidores; (e) a implantação da CDE, que objetiva dar competitividade às energias alternativas e universalizar o serviço de energia elétrica; e (f) a implantação dos Leilões de Energia de Serviço Público.

Em 6 de junho de 2002, por meio do Decreto nº 4.261, o Presidente Fernando Henrique Cardoso extinguiu a GCE. Em seu lugar, foi criada a CGSE com o objetivo de gerir a chamada revitalização do setor elétrico. A CGSE foi revogada em 29 de maio de 2006, pelo Decreto nº 5.793.

Em 4 de agosto de 2003, foi instituído o Programa Emergencial e Excepcional de Apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica, que tratava da concessão de financiamento pelo BNDES às distribuidoras, destinado a suprir a insuficiência de recursos decorrente do adiamento da aplicação do mecanismo de compensação de valores relativos à Parcela A das tarifas de energia elétrica (CVA).

Em 15 de março de 2004, o Governo Federal promulgou a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, em um esforço para corrigir as deficiências do modelo anterior tendo como principais objetivos a criação de um marco regulatório estável, a garantia da segurança do suprimento de energia elétrica aos consumidores e a promoção da modicidade tarifária. Para mais detalhes do Novo Modelo do Setor Elétrico, favor ver item específico abaixo.

Principais Agentes do Setor de Energia Elétrica

MME – Ministério de Minas e Energia

O MME é o principal órgão executivo do Governo Federal para o setor elétrico, atuando como Poder Concedente para determinadas matérias, em nome e por conta da União, e detém poderes para estabelecer políticas públicas, acompanhar programas federais, regulamentar e fiscalizar o setor elétrico. Com a implantação do novo modelo do setor elétrico, o Governo Federal, atuando principalmente por meio do MME, restituiu ao MME certas atribuições anteriormente de competência da ANEEL, como a elaboração de diretrizes para a outorga de concessões e a expedição de normas que regem o processo licitatório para concessões de serviços públicos de energia elétrica e uso de bens públicos.

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

A ANEEL foi instituída pela Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, como autarquia especial vinculada ao MME, em substituição ao DNAEE, para regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica no País, de acordo com as políticas e diretrizes do Governo Federal.

A ANEEL tem as seguintes atribuições, dentre outras: (i) regulamentar e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização, em conformidade com as políticas e diretrizes do Governo Federal; (ii) homologar reajustes e realizar a revisão das tarifas; (iii) aplicar as penalidades previstas na regulamentação e no contrato de concessão; (iv) estimular o aumento da qualidade, produtividade, preservação do meio ambiente e conservação; (v) zelar pela boa qualidade dos serviços concedidos e receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários; (vi) intervir no serviço, nos casos previstos em lei; (vii) incentivar a competitividade; (viii) promover, mediante delegação, com base no plano de outorgas e diretrizes aprovadas pelo poder concedente, leilões destinados à contratação de concessionárias de serviço público de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica e para a outorga de concessão para aproveitamento de potenciais hidráulicos; (ix) dirimir, no âmbito administrativo, as divergências entre concessionários, permissionários, autorizados, produtores independentes e auto-produtores, bem como entre esses agentes e seus consumidores; e (x) fixar os critérios para cálculo do preço de transporte a ser pago por Consumidores Livres e seus fornecedores pelo acesso aos sistemas de distribuição e transmissão de concessionários e permissionários de serviço público, e arbitrar seus valores nos casos de negociação frustrada entre os agentes envolvidos.

CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (sucessora do MAE – Mercado Atacadista de Energia)

A CCEE foi criada por força da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, que extinguiu o MAE, determinando que suas atividades e ativos fossem absorvidos pela CCEE em 16 de novembro de 2004. A CCEE foi constituída sob a forma de pessoa jurídica de direito privado, sob a regulamentação e fiscalização da ANEEL, com a finalidade de viabilizar as operações de compra e venda de energia elétrica entre seus agentes no SIN. São agentes com participação obrigatória na CCEE: (a) os concessionários, permissionários ou autorizados de geração que possuam central geradora com capacidade instalada igual ou superior a 50MW, (b) os autorizados para importação ou exportação de energia elétrica com intercâmbio igual ou superior a 50MW, (c) os concessionários, permissionários ou autorizados de serviços e instalações de distribuição de energia elétrica cujo volume comercializado seja igual ou superior a 500 GWh/ano, referido ao ano anterior, (d) os concessionários, permissionários ou autorizados de serviços e instalações de distribuição de energia elétrica cujo volume comercializado seja inferior a 500GWh/ano, referido ao ano anterior, quando não adquirirem a totalidade da energia de suprimento com tarifa regulada, (e) os autorizados de comercialização de energia elétrica, cujo volume comercializado seja igual ou superior a 500 GWh/ano, referido ao ano anterior, (f) os Consumidores Livres e os Consumidores Especiais e (g) os agentes de geração comprometidos com contrato de compra de energia no ambiente regulado e com contrato de energia de reserva.

ELEKTRO

A CCEE será responsável, dentre outras atribuições, (a) pelo registro de todos os contratos de comercialização de energia no Ambiente de Contratação Regulada - ACR e os contratos resultantes dos leilões de ajustes, bem como dos montantes de potência e energia dos contratos celebrados no Ambiente de Contratação Livre - ACL, e (b) pela contabilização e liquidação da diferença entre os montantes efetivamente gerados ou consumidos e aqueles registrados por meio de contratos bilaterais e dos montantes de energia elétrica comercializados no mercado de curto prazo.

De acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, o preço da energia elétrica comprada ou vendida no mercado de curto prazo será determinado com base no PLD (Preço de Liquidação de Diferenças) a ser calculado pela CCEE levando em conta, dentre outros fatores, (a) a otimização do uso dos recursos eletroenergéticos para atendimento das cargas do sistema, (b) as necessidades de energia elétrica dos agentes e (c) o custo do déficit de energia elétrica.

ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico

Criado pela Lei nº 9.648 de 27 de maio de 1998, e regulamentado pelo Decreto nº 5.081 de 14 de maio de 2004, o ONS é uma pessoa jurídica de direito privado constituída sob a forma de associação civil, sem fins lucrativos, no qual participam agentes de geração, distribuição e transmissão, que tem como atribuições: (i) o planejamento e a programação da operação e o despacho centralizado da geração, visando a otimização dos sistemas interligados; (ii) a supervisão e coordenação dos centros de operação dos sistemas elétricos, (iii) a supervisão e o controle da operação dos sistemas eletroenergéticos nacionais interligados e das interligações internacionais; (iv) a contratação e a administração dos serviços de transmissão de energia elétrica e as respectivas condições de acesso, bem como dos serviços ancilares, (v) a apresentação de propostas ao Poder Concedente das ampliações de instalações da Rede Básica, bem como de reforços dos sistemas existentes, a serem considerados no planejamento da expansão dos sistemas de transmissão; (vi) a apresentação de propostas de regras para a operação das instalações de transmissão da Rede Básica; e (vii) a divulgação dos indicadores de desempenho dos despachos realizados, a serem auditados semestralmente pela ANEEL.

EPE – Empresa de Pesquisa Energética

Criada como empresa pública federal no âmbito do Novo Modelo do Setor Elétrico, pela Lei nº 10.847 de 15 de março de 2004. A EPE é responsável pela condução de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético brasileiro, incluindo indústrias de (a) energia elétrica; (b) petróleo e gás natural; (c) carvão mineral, e (d) fontes energéticas renováveis. Suas pesquisas servem como base para o planejamento e implementações de ações por parte do MME.

CMSE – Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico

Criada no âmbito do Novo Modelo do Setor Elétrico com o intuito de: (a) acompanhar as atividades do setor; (b) avaliar as condições de abastecimento e atendimento ao mercado; e (c) elaborar propostas de ações visando à manutenção ou restauração da segurança no abastecimento de energia no país.

Encargos Regulatórios

Tarifas de Transmissão – TUSD e TUST

A TUSD – Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição é paga por geradoras, Consumidores Livres, Consumidores Especiais e Clientes Cativos do “Grupo A” pelo uso do sistema de distribuição da concessionária a qual estão conectados. O encargo mensal a ser pago pelo respectivo agente conectado ao sistema de distribuição, por ponto de conexão, é calculado pela multiplicação do montante de uso, em KW, pela tarifa estabelecida pela ANEEL, em R\$/KW.

A TUST – Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão é paga por distribuidoras, geradoras, Consumidores Livres e Consumidores Especiais pela utilização da Rede Básica. Os valores são revistos anualmente de acordo com a inflação e as receitas anuais permitidas para as transmissoras.

RGR - Reserva Global de Reversão

No caso de extinção de uma concessão, as concessionárias de serviços públicos de eletricidade são indenizadas pelos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

Em 1971, o Congresso Nacional criou a RGR, destinada a prover os recursos necessários para as indenizações acima mencionadas. O Decreto nº 1.771, de 03 de janeiro de 1996 determinou que concessionárias e permissionárias de serviços públicos de eletricidade contribuíssem, mensalmente, com uma cota anual equivalente a 2,5% de seus ativos em operação, observado o limite de 3% de seu faturamento anual. Nos últimos anos, nenhuma concessão foi revogada ou deixou de ser renovada, tendo a RGR sido utilizado principalmente para financiar projetos de geração e distribuição.

A Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998 estabelecia que a RGR se extinguiria em 2002. No entanto, a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, alterou sua redação, prorrogando sua cobrança até 2010.

CCC – Conta de Consumo de Combustível

Os agentes de distribuição e transmissão contribuem para o rateio do custo de consumo de combustível utilizado na geração de energia elétrica, por meio da CCC.

A CCC foi criada em 1973, com a finalidade de gerar reservas financeiras para cobrir os custos dos combustíveis fósseis utilizados pelas usinas de geração térmica, na eventualidade de uma escassez de água nos reservatórios das hidrelétricas, uma vez que o custo de operação das usinas produtoras de energia térmica é maior do que aquele das usinas hidrelétricas. Esses custos são rateados dentre todos os concessionários de distribuição e transmissão de energia elétrica. As contribuições anuais de cada empresa são calculadas com base nas estimativas do combustível necessário para as usinas de energia térmica no ano seguinte. A ELETROBRÁS administra a CCC e reembolsa as companhias elétricas por uma parte substancial dos custos com o combustível utilizado em suas usinas de energia térmica.

Em fevereiro de 1998, a Lei do Setor Elétrico determinou a eliminação gradual da CCC para os sistemas elétricos interligados. Esses subsídios da CCC passaram a ser reduzidos gradativamente a partir de janeiro de 2003 na proporção de 25% ao ano, para as usinas de energia térmica construídas antes de fevereiro de 1998. As usinas de energia elétrica construídas após esta data não terão o direito a receber os subsídios da CCC. Contudo, a aplicação da sistemática de rateio do CCC para a geração de energia elétrica nos sistemas isolados mantém-se até abril de 2022, na forma regulamentada pela Resolução Normativa ANEEL n.º 146, de 14 de fevereiro de 2005.

CDE - Conta de Desenvolvimento Energético

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, criou a CDE, objetivando promover a competitividade da energia produzida a partir de fontes alternativas (eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional), nas áreas atendidas pelos sistemas elétricos interligados e promover a universalização do serviço de energia elétrica em todo território nacional. Os recursos da CDE são provenientes, dentre outras fontes, dos pagamentos anuais realizados a título de uso de bem público, de multas aplicadas pela ANEEL, e desde 2003, de quotas anuais pagas por todos os agentes que comercializam energia elétrica com Consumidor Final, mediante encargo tarifário, a ser incluído na TUSD e na TUST a partir de janeiro de 2003. A CDE tem previsão de duração de 25 anos.

ELEKTRO

ESS – Encargo de Serviço do Sistema

O ESS está regulado na Resolução Normativa ANEEL n.º 173, de 28 de novembro de 2005. O ESS consiste em um valor em R\$/MWh correspondente à média dos custos incorridos na manutenção da confiabilidade e da estabilidade dos serviços do sistema prestados aos usuários do Sistema Interligado Nacional – SIN. O ESS é pago por todos os agentes com medição de consumo registrada na CCEE, na proporção do consumo.

TFSEE - Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica

A Taxa de Fiscalização foi criada pela Lei Federal n.º 9.427, de 26 de dezembro de 1996 e regulamentada pelo Decreto Federal n.º 2.410, de 28 de novembro de 1997 e pela ANEEL. A Taxa de Fiscalização é uma taxa anual devida desde 1997 por todas as concessionárias, permissionárias e autorizadas com a finalidade de constituir a receita da ANEEL para cobertura das suas despesas administrativas e operacionais.

EER – Encargo de Energia de Reserva

O EER foi criado pelo Decreto n.º 6.353, de 15 de janeiro de 2008 e regulamentado pela Resolução Normativa ANEEL n.º 337, de 11 de novembro de 2008. O EER tem o objetivo de arcar com as despesas relacionadas com a contratação de energia de reserva contratada pela CCEE para aumentar a segurança do fornecimento de energia no Sistema Interligado Nacional. O EER será pago mensalmente pelos consumidores finais do Sistema Interligado Nacional, com exceção do ano 2009, no qual o EER será cobrado somente no mês de março.

Universalização

A Lei n.º 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceu em seu artigo 14º, com redação dada pela Lei n.º 10.762, de 2003, e pela Lei n.º 10.848 de 2004, que a ANEEL fixará para cada concessionária e permissionária de serviços público de distribuição de energia elétrica metas de universalização do uso da energia elétrica, para domicílios localizados na área urbana ou rural dos municípios, por meio das quais os pedidos de ligação de consumidores deverão ser atendidos sem ônus de qualquer espécie para o solicitante, desde que as unidades consumidoras tenham características de enquadramento do “Grupo B” – atendimento em baixa tensão – e cuja carga instalada seja de até 50 KW.

A ANEEL, por meio da Resolução n.º 223, de 30 de abril de 2003, estabeleceu a metodologia para elaboração do plano de universalização de energia elétrica pelas concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia, bem como a responsabilidade das mesmas no atendimento de pedidos de fornecimento a novas unidades consumidoras com carga instalada de até 50 KW. O Decreto n.º 4.873, de 11 de novembro de 2003, instituiu o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso de Energia Elétrica – Programa Luz para Todos, destinado a garantir o acesso à energia elétrica no meio rural, estabelecendo que os recursos necessários para o custeio do Programa serão oriundos da CDE, RGR, de agentes do setor elétrico, da participação dos Estados e Municípios, além de outros recursos destinados ao Programa Luz para Todos.

Para estabelecer as premissas de implantação do Programa Luz para Todos, o Governo Federal, os Estados e as concessionárias assinaram um termo de compromisso, com a interveniência da ANEEL e da ELETROBRÁS, no qual estão definidas as metas anuais de atendimento no meio rural e também os percentuais de participação financeira de cada uma das partes signatárias do termo de compromisso. Além disso, todas as concessionárias de distribuição de energia devem submeter para homologação da ANEEL os respectivos projetos contendo um programa com as metas anuais de expansão do atendimento, para cada município de sua área de concessão.

Regras de Concentração

Em um esforço para promover o aumento da concorrência, a ANEEL, em março de 1998, estabeleceu limites à concentração de certos serviços e atividades do setor elétrico. Esses limites foram atualizados em 19 de julho de 2000, por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 278/00. Referida resolução estabelecia limites com relação à participação de geradoras, distribuidoras e comercializadoras no setor. No entanto, referida resolução foi alterada pelas Resoluções Normativas ANEEL n.º 252/07 e 299/08 e, atualmente, o limite existente é denominado limite à auto-contratação. De acordo com tal limite, no âmbito do Sistema Interligado Nacional, uma empresa concessionária ou permissionária de distribuição somente poderá adquirir energia elétrica de empresas a ela vinculadas ou destinar energia por ela mesma produzida para atendimento de seus consumidores cativos até o limite de 30% (trinta por cento) da energia comercializada com esses consumidores. As distribuidoras poderão, no entanto, comprar energia elétrica de partes relacionadas quando participarem dos processos licitatórios para compra de energia elétrica no ACR e a geradora vencedora do leilão for uma parte relacionada da distribuidora.

Revisão Tarifária Periódica

A Revisão Tarifária Periódica é um mecanismo, que visa, em última instância a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, de acordo com o estabelecido pela Lei de Concessões. O processo de Revisão Tarifária Periódica envolve o cálculo do: reposicionamento tarifário e a definição do Fator X, conforme detalhamento abaixo.

Reposicionamento Tarifário

O reposicionamento tarifário, por sua vez, tem por objeto central de análise as denominadas Parcelas A e B.

A Parcela A é constituída pelos custos não-gerenciáveis (compra de energia, transporte de energia e encargos setoriais resultantes de políticas de governo) e a Parcela B é constituída pelos custos gerenciáveis (custos operacionais, remuneração do investimento e quota de reintegração).

Assim, a composição dos valores da Parcela A e B, bem como de outras receitas (não decorrentes exclusivamente das tarifas, mas que mantêm relação com o serviço prestado ou com os bens afetos à prestação) em comparação ao montante da receita estimada para o Ano-Teste (12 meses imediatamente posteriores ao ano de vigência da Revisão Tarifária Periódica), leva ao valor do Reposicionamento Tarifário.

O tratamento da Parcela A é semelhante ao adotado nos reajustes anuais. Verifica-se com base nas projeções de mercado o volume de energia requerida para que a concessionária possa atender ao mercado cativo. O custo de compra da energia requerida é determinado pelos contratos de compra realizados pela concessionária, até o limite de repasse permitido pelo regulador. Encargos legais como CCC, CDE, RGR, Taxa de Fiscalização, ONS além de custos de conexão, transporte e Rede Básica são agregados aos custos de energia.

O tratamento da Parcela B no processo de Revisão Tarifária Periódica é bem diferente do verificado nos reajustes anuais. Nos reajustes anuais, a Parcela B é ajustada pela aplicação do IGP-M verificado nos 12 meses anteriores. Na Revisão Tarifária Periódica, o regulador verifica o volume de recursos necessários para a concessionária cobrir seus custos operacionais e define o nível de remuneração e recuperação de capital permitidos.

Para a definição dos custos operacionais, a ANEEL introduziu o conceito de Empresa de Referência ("ER"). O conceito de Empresa de Referência está associado a três premissas básicas: (i) nível médio de eficiência na gestão; (ii) consistência entre o tratamento regulatório dado para os custos operacionais e para a avaliação e remuneração dos ativos; e (iii) condições específicas de cada área de concessão. O regulador não verifica os custos reais da concessionária, permitindo que esta aufera retornos superiores se sua administração for mais eficiente que o determinado pela ER. Entretanto, se os custos reais da concessionária forem superiores ao da ER, haverá incentivo para que a concessionária ajuste seus custos aos da ER.

ELEKTRO

Os níveis de remuneração e recuperação de capital são definidos a partir do conceito de “Base de Remuneração”. A “Base de Remuneração” é entendida como investimentos prudentes requeridos pela concessionária para prestar o serviço público de distribuição de acordo com as condições estabelecidas no contrato de concessão, atendendo os níveis de qualidade exigidos, avaliados a preços de mercado e adaptados através dos índices de aproveitamento.

Nesse sentido, a remuneração do capital seria o resultado da Base de Remuneração líquida de depreciação e obrigações especiais multiplicada pelo custo médio ponderado de capital definido pelo regulador. A recuperação do capital seria o resultado da Base de Remuneração Bruta (antes da Depreciação Acumulada e das Obrigações Especiais) multiplicada pela taxa de depreciação média da concessionária.

Fator X

O Fator X é utilizado nos reajustes anuais subsequentes à revisão tarifária periódica, reduzindo o índice de IGP-M aplicável sobre a Parcela B. O objetivo do regulador é o repasse aos consumidores dos ganhos de produtividade apurados nas revisões tarifárias.

O Fator X é disciplinado pela Resolução Normativa ANEEL nº 234/06, sendo calculado pela multiplicação do X_e pelo valor decorrente do IGP-M subtraído o X_a , e ao final somando-se o valor obtido ao X_a . O componente X_a reflete a aplicação do IPCA sobre a parcela de mão-de-obra dos custos operacionais da concessionária. O componente X_e reflete a expectativa de ganho de produtividade na escala do negócio, por incremento do consumo de energia elétrica na área servida, tanto por maior consumo dos consumidores existentes, como pela incorporação de novos consumidores, no período entre revisões tarifárias.

O cálculo do componente X_e é realizado pelo método de Fluxo de Caixa Descontado - FCD, que tem por objetivo valorar as receitas e despesas futuras da concessionária, dado um determinado crescimento de mercado e uma previsão de investimentos. De acordo com esse método, o componente X_e é aquele que iguala a taxa interna de retorno do fluxo de caixa regulatório da concessionária no período tarifário ao custo de capital (WACC).

Novo Modelo do Setor Elétrico

Em 11 de dezembro de 2003, foi divulgado pelo Governo Federal o Relatório “Modelo Institucional do Setor Elétrico”, contendo as linhas gerais do modelo a ser implementado. Na mesma data, o Governo Federal editou as Medidas Provisórias nº 144 e nº 145, com os comandos legais para a sua implantação.

Logo após a edição das referidas Medidas Provisórias, alguns partidos políticos entraram com ações perante o Supremo Tribunal Federal contestando sua constitucionalidade. Em outubro de 2007, foi publicada decisão do Supremo Tribunal Federal indeferindo por maioria de votos liminar apresentada pelos partidos políticos, mas até o momento o Supremo Tribunal Federal não proferiu decisão final sobre o assunto. Enquanto a constitucionalidade das Medidas Provisórias sobre o Novo Modelo do Setor Elétrico é discutida, suas regras continuam em vigor e, independentemente da decisão final do Supremo Tribunal Federal, é provável que algumas regras do Novo Modelo do Setor Elétrico, tais como as restrições impostas às distribuidoras de exercer atividade diversa de distribuição de energia elétrica, permaneçam em vigor.

Assim mesmo, ambas as medidas provisórias foram aprovadas pelo Congresso Nacional, convertidas nas Leis nº 10.848 e nº 10.847, respectivamente, e sancionadas em 15 de março de 2004.

Em 30 de julho de 2004, foi publicado o Decreto nº 5.163, que contém os aspectos mais relevantes da regulamentação da Lei nº 10.848, em especial a forma de contratação de energia pelas distribuidoras, o repasse dos custos correspondentes às tarifas de fornecimento a seus consumidores e regras aplicáveis aos Consumidores Livres e Consumidores Potencialmente Livres.

Com isso, as linhas gerais do Novo Modelo do Setor Elétrico são as seguintes:

- a CCEE administra dois ambientes de contratação de energia, um regulado (ACR) e um livre (ACL);
- as distribuidoras devem adquirir a totalidade das suas necessidades de energia no ambiente de contratação regulado, por meio de leilões de energia elétrica;
- as distribuidoras estão sujeitas a penalidades no caso de insuficiência de contratação para atender seu mercado anual;
- a EPE, criada no âmbito do Novo Modelo do Setor Elétrico, passa a ser responsável pelos estudos de planejamento da expansão de geração e transmissão, sendo que o planejamento da Rede Básica terá caráter determinativo.;
- foi instituído, pelo Decreto nº 5.175, de 9 de agosto de 2004, o CMSE, que fará o acompanhamento das condições de atendimento ao mercado com um horizonte de 5 anos, e recomendará ao MME medidas para restabelecer a segurança do suprimento sempre que necessário;
- a governança do ONS foi alterada de forma que o seu presidente e 2 diretores passam a ser indicados pelo MME, e os outros 2 diretores por agentes do setor;
- as distribuidoras não podem desenvolver atividades de geração, transmissão e comercialização de energia para Consumidores Livres, de participação em outras sociedades de forma direta ou indireta ou estranhas ao objeto da concessão, permissão ou autorização, exceto nos seguintes casos: (i) no caso de previsão legal ou do contrato de concessão, (ii) no atendimento a sistemas elétricos isolados, (iii) no atendimento ao seu mercado próprio, desde que este seja inferior a 500 GWh/ano e a totalidade da energia gerada, sob o regime de serviço público, seja a ele destinada, (iv) as distribuidoras podem vender energia para Consumidores Livres localizados dentro de sua área de concessão sob as mesmas condições reguladas aplicáveis aos demais consumidores e (v) na captação, aplicação ou empréstimo de recursos financeiros destinados ao próprio agente ou a sociedade coligada, controlada, controladora ou vinculada a controladora comum, desde que destinados ao serviço público de energia elétrica, mediante anuência prévia da ANEEL e observadas as restrições legais. Como consequência de tais regras, as distribuidoras que desenvolviam as atividades mencionadas acima tiveram um prazo específico para que fossem desverticalizadas, conforme detalhado no item “Desverticalização” abaixo.
- os Consumidores Livres e comercializadoras participarão do ACL – Ambiente de Contratação Livre. Os Consumidores Livres estarão sujeitos às penalidades caso não contratem a totalidade das suas necessidades de energia; e
- podem optar por se tornar Consumidores Livres aqueles com demanda igual ou superior a 3 MW, atendidos em nível de tensão igual ou maior que 69 KV e, para consumidores conectados após julho de 1995, atendidos em qualquer tensão. O consumidor cujo contrato de fornecimento de energia elétrica não contenha cláusulas que estabeleçam tempo determinado, só poderá exercer essa opção de acordo com prazos, formas e condições fixados em regulamentação específica, sendo que nenhum prazo poderá exceder a 36 meses, contado a partir da data de manifestação formal à distribuidora que o atende. O retorno para o regime de tarifa regulada, como Cliente Cativo, está condicionado à notificação à distribuidora com 5 anos de antecedência.

ELEKTRO

Contratação de Energia pelas Distribuidoras

As distribuidoras de energia elétrica devem contratar a totalidade de suas necessidades de energia junto a empreendimentos de geração, quer sejam novos (Energia Nova) ou existentes (Energia Velha), via leilões regulados; e também de Itaipu, de fontes de energia alternativa enquadradas na primeira fase do PROINFA, e de geração distribuída. Sendo esta última limitada a 10% da carga e proveniente de usinas localizadas dentro da área de concessão da distribuidora contratante.

Ocorrerão leilões independentes para Energia Nova e para Energia Velha. Todos os leilões são regulados pela ANEEL e realizados pela CCEE. Os vencedores do leilão são definidos segundo critério de menor tarifa, ou seja, vence o leilão aquele que ofertar energia elétrica pelo menor preço por MW/h para atendimento da demanda das distribuidoras. Os vencedores do leilão celebram com as distribuidoras o chamado Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR.

Os leilões para a contratação de Energia Nova ocorrem com 5 anos (Leilão A-5) e 3 anos (Leilão A-3) de antecedência em relação ao início do suprimento. Para a Energia Velha são feitos leilões no ano anterior ao início do suprimento (Leilão A-1). Também existem os chamados leilões de ajuste, os quais são realizados com o objetivo de complementar a carga de energia necessária ao atendimento do mercado consumidor das concessionárias de distribuição, até o limite de 1% dessa carga, com exceção aos anos de 2008 e 2009, cujos limites de carga contratada são de 5%.

Até o momento foram realizados 7 leilões de Energia Velha, 7 leilões de Energia Nova e 9 leilões de ajuste no ACR. O leilão de Energia Velha foi realizado, mais recentemente, em 28 de novembro de 2008 e o prazo de duração dos contratos celebrados é de 5 anos. O mais recente leilão de Energia Nova foi celebrado em 30 de setembro de 2008 e prazo dos contratos é de 30 anos para hidroelétricas e 15 anos para as demais fontes. O mais recente leilão de ajuste foi celebrado em 20 de fevereiro de 2009 e os prazos dos contratos variavam entre 4 e 10 meses.

Para que as distribuidoras possam gerenciar o risco de previsão de carga, todos os contratos de Energia Velha terão previsão de possibilidade de redução das quantidades contratadas, observadas determinadas regras, (i) para compensar a saída de Consumidores Potencialmente Livres; (ii) em 4% a cada ano, para adaptarem-se aos desvios do mercado face às projeções de demanda, sempre por opção das distribuidoras; e (iii) para adaptarem-se às variações dos montantes de energia estipulados em contratos de geração firmados até 16 de março de 2004.

Repasso às Tarifas dos Consumidores Finais

O repasse às tarifas será baseado em um valor único para compensar os custos de aquisição da energia. Este valor único, denominado Valor Anual de Referência – VR, é uma média ponderada dos custos de aquisição de energia no Leilão A-5 e no Leilão A-3, calculado considerando as quantidades de energia adquiridas nos referidos Leilões para o conjunto de todas as distribuidoras. Como consequência, a distribuidora que tiver um custo individual de contratação de energia proveniente de novos empreendimentos inferior a esta “média do mercado” terá um ganho. O VR é um estímulo para maximizar a contratação no Leilão A-5, cujo custo de aquisição tende a ser inferior ao da energia contratada no Leilão A-3.

Até 31 de dezembro de 2009, a ANEEL deverá estabelecer o Valor de Referência - VR conforme as seguintes diretrizes: (i) para os anos de 2005, 2006 e 2007, o VR será o valor máximo de aquisição de energia proveniente de empreendimentos existentes, nos leilões realizados em 2004 e 2005, para início de entrega naqueles anos; e (ii) para os anos de 2008 e 2009, o VR será o valor médio ponderado de aquisição de energia proveniente de novos empreendimentos de geração, nos leilões realizados nos anos de 2005 e 2006, para início de entrega naqueles anos.

A partir do ano base “A”, a ANEEL autorizará o repasse dos custos de aquisição de energia elétrica pelos agentes de distribuição às tarifas de seus consumidores finais, de acordo com os seguintes critérios:

- a) em relação à energia de novos empreendimentos comprada em “A-5”, aplica-se o VR nos três primeiros anos de vigência dos contratos de energia, limitado ao Valor de Referência de Energia Existente e, a partir do quarto ano, repassam-se os custos individuais de aquisição integralmente;
- b) em relação à energia de novos empreendimentos comprada em “A-3”, aplica-se (i) o VR nos três primeiros anos de vigência dos contratos de energia, (ii) a partir do quarto ano, repassam-se os custos individuais de aquisição integralmente, porém, tanto a aplicação do VR quanto ao repasse integral, neste caso, estão limitados ao montante correspondente a 2% da carga do distribuidor comprador verificado em “A-5”, sendo que tal percentual poderá ser acrescido do percentual relativo à compra frustrada do agente, a qual corresponde à contratação pelo mesmo em quantidade inferior à quantidade declarada por tal agente e (iii) aplica-se o menor valor entre o valor médio de aquisição nos Leilões A-5 e o valor médio de aquisições nos Leilões A-3;
- c) no período de transição, de 2006 a 2008, a contratação de energia proveniente de empreendimentos existentes no Leilão A-1 só poderá ser repassada integralmente se não exceder a 1% da demanda. O que exceder a este limite terá o repasse do custo de aquisição reduzido. Exclusivamente para a energia adquirida no Leilão A-1 promovido em 2008, o percentual de 1% acima mencionado será acrescido da quantidade de energia contratada no Leilão A-1 promovido em 2005 com prazo de duração de três anos;
- d) nos leilões de ajuste, repasse será integral limitado ao VR;
- e) na contratação de energia proveniente de geração distribuída o repasse será integral limitado ao VR;
- f) nos leilões de compra de energia elétrica proveniente de fontes alternativas e de projetos de geração indicados por Resolução do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE e aprovada pelo Presidente da República, o repasse será integral dos respectivos valores de aquisição.

Há ainda alguns limites de repasse a serem observados:

- a) a distribuidora pode repassar os montantes contratados (i) nos leilões de energia nova ou velha; (ii) nos leilões de ajuste; (iii) provenientes de geração distribuída; (iv) provenientes de projetos do PROINFA ou de Itaipu Binacional, em até 103% de sua carga, sendo que tal percentual poderá ser ampliado em determinadas hipóteses. Esse limite aumenta a segurança do sistema, pois reconhece a impossibilidade de uma previsão perfeita da demanda e estabelece o limite aceitável para erros nesta projeção, assegurando que os contratos sejam no mínimo iguais à carga;
- b) quando verificado que a carga realizada nos últimos doze meses não estava atendida na sua totalidade por contratos de compra de energia, a distribuidora só poderá repassar o menor valor entre (i) o Preço de Liquidação de Diferenças e (ii) o VR;
- c) para os contratos com início de suprimento previsto para os anos de 2008 e 2009, observadas determinadas regras, o repasse dos custos de aquisição de energia elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração decorrentes exclusivamente dos leilões realizados em 2005 e 2006 o repasse dos custos de aquisição será integral; e

ELEKTRO

- d) o repasse do custo de aquisição de energia elétrica proveniente de novos empreendimentos será limitado ao Valor de Referência de Energia Existente – VRE, caso a contratação resultante de leilões de compra de energia proveniente de empreendimentos existentes seja menor que o limite inferior de recontração. O VRE é calculado pela (i) multiplicação do VR pelo valor médio ponderado de aquisição de energia elétrica proveniente de empreendimentos existentes nos leilões realizados no ano “A-1” e (ii) divisão do resultado de (i) valor médio de aquisição nos leilões de compra de energia elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração realizados no ano “A-5” ponderado pelas respectivas quantidades adquiridas.

Desverticalização

O art. 4º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, alterado pelo art. 8º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, estabelece a obrigatoriedade da segregação das atividades de distribuição e de geração de energia elétrica relativas às pessoas jurídicas concessionárias, permissionárias e autorizadas.

A obrigação de separação das atividades de distribuição daquelas de geração e transmissão deveria ser cumprida até 16 de setembro de 2005, prazo esse prorrogado para 16 de março de 2007. As distribuidoras que detinham geração distribuída tinham a obrigação de realizar contratos de compra e venda de energia elétrica de suas respectivas unidades geradoras pelo prazo até o final do período de concessão.

De acordo com as regras de desverticalização, as concessionárias distribuidoras, no âmbito do Sistema Interligado Nacional – SIN, também não poderiam ter participação em outras sociedades, de forma direta ou indireta, ou ainda manter atividades não compatíveis com o objeto se sua concessão de distribuição de energia elétrica.

Aspectos Ambientais

Competência Legislativa e Competência para Fiscalização

Compete à União e aos Estados legislar concorrentemente sobre: (i) florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição; (ii) proteção ao meio ambiente cultural, envolvendo a preservação do patrimônio histórico, artístico, turístico e paisagístico; e (iii) responsabilidade por danos ao meio ambiente. Os Municípios também são autorizados a legislar sobre questões ambientais com relação aos aspectos considerados de interesse local.

Em situações nas quais existe conflito de normas, é importante salientar que prevalece o entendimento de que se aplica a legislação que confere melhor proteção ao meio ambiente, ou seja, a mais restritiva do ponto de vista do poluidor.

Ademais, todos os entes federativos têm competência para exercer a atividade de fiscalização ambiental, através de órgãos e instituições específicas. O conjunto de órgãos e instituições responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental constitui o SISNAMA. O Ministério Público Federal e Estadual, embora não integrem o SISNAMA, tem entre suas funções institucionais a promoção do inquérito civil e da ação civil pública objetivando, respectivamente, a identificação e a reparação de danos ambientais. O Ministério Público é, ainda, o titular privativo para a propositura de ação penal por crimes contra o meio ambiente.

Responsabilidade Ambiental

As condutas lesivas ao meio ambiente podem sujeitar os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, além da obrigação de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados.

Na responsabilidade administrativa, entende-se por infração toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente. A inobservância de tais normas pode sujeitar o infrator a penalidades, dentre as quais destacamos: (i) advertência, (ii) multa simples ou diária, (iii) embargo da obra ou atividade, (iv) suspensão total ou parcial das atividades, (v) suspensão ou cancelamento de licenças, alvarás e autorizações e (vi) proibição de contratar com o Poder Público, gozar de benefícios fiscais e/ou obter financiamentos junto a instituições oficiais de crédito.

Na esfera penal, a Lei de Crimes Ambientais admite a responsabilidade penal das pessoas físicas e das pessoas jurídicas, exigindo a comprovação da culpa ou dolo do agente, bem como que a conduta esteja descrita na lei como ilícito penal específico. A responsabilização penal das pessoas jurídicas ocorre nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, em nome da sociedade. As pessoas jurídicas estão sujeitas à aplicação de multa, de penas restritivas de direitos e à prestação de serviços à comunidade. As penas restritivas de direitos para pessoas jurídicas são: (i) suspensão parcial ou total de atividades, (ii) interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade e (iii) proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações.

Quanto à responsabilidade civil, a legislação ambiental brasileira adota o regime da responsabilidade objetiva, segundo o qual aquele que causa o dano ambiental é obrigado a reparar ou indenizar independentemente de culpa. Aplica-se, também, o princípio da responsabilidade solidária, de modo a responsabilizar todos aqueles agentes que viabilizaram, contribuíram ou criaram condições, por meio de sua atividade, para a ocorrência do dano, uma vez que a legislação define como poluidor a pessoa física ou jurídica responsável, direta ou indiretamente, por atividades causadoras de degradação ambiental. Ainda, a legislação brasileira possibilita, em situações específicas, que os sócios da empresa venham a ser responsabilizados patrimonialmente pela degradação ambiental, através da desconsideração da personalidade jurídica, admitida quando a forma societária representa obstáculo à reparação dos prejuízos causados ao meio ambiente.

Licenciamento Ambiental

A instalação de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais está sujeita ao licenciamento ambiental, procedimento através do qual o órgão ambiental competente avalia e autoriza a localização, instalação, ampliação e a operação desses empreendimentos, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

O licenciamento ambiental compreende três fases distintas e sucessivas, nas quais é feita a análise da viabilidade ambiental do empreendimento e são estabelecidas condições de instalação e operação do projeto. Essas fases compreendem a emissão de três licenças: (i) Licença Prévia (LP), concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade; (ii) Licença de Instalação (LI), que autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes; e (iii) Licença de Operação (LO), que autoriza a operação do empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação.

A implantação e funcionamento de empreendimentos sem as licenças ambientais necessárias podem sujeitar o empreendedor a sanções administrativas e penais, sem prejuízo da responsabilidade civil pelos danos ambientais eventualmente causados.

ELEKTRO

Especificamente no Estado de São Paulo, a Resolução SMA nº 5, de 7 de fevereiro de 2007, estabelece procedimentos simplificados para o licenciamento ambiental das linhas de transmissão e respectivas subestações no território do Estado junto ao Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental. O licenciamento da implantação e repotenciação das linhas de transmissão, com extensão até 20 km, em áreas de baixa criticidade ambiental, e que estejam totalmente inseridas no território de um único município, poderá ocorrer junto ao órgão ambiental municipal, se existentes os requisitos previstos na Resolução CONAMA nº 237/97. O mesmo ocorre com as subestações isoladas de pequeno a médio porte (área menor que 10.000 m²), de impacto eminentemente local. A obediência aos dispositivos da referida Resolução SMA nº 5/07 não exime o empreendedor de obter a autorização necessária do Departamento Estadual de Proteção dos Recursos Naturais para a supressão de vegetação e intervenção em áreas protegidas.

Com relação ao Estado do Mato Grosso do Sul, o licenciamento das atividades deve ocorrer no âmbito do Instituto do Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul.

Eventuais dificuldades, demoras ou indeferimentos por parte dos órgãos ambientais licenciadores durante o processo de obtenção ou renovação das licenças acima mencionadas, bem como a eventual impossibilidade de atendimento às exigências estabelecidas pelos órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação dos empreendimentos.

Outras licenças e autorizações ambientais

Todos os projetos e atividades que envolverem supressão de vegetação, corte de árvores e intervenção em áreas protegidas devem ser autorizados pelo órgão ambiental competente. Eventual intervenção em vegetação sem a devida autorização pode resultar na imposição de sanções administrativas, reparação ou indenizações civis e sanções criminais.

Além disto, a captação de água de corpos superficiais ou de poços artesianos, assim como o descarte de efluentes líquidos industriais ou sanitários em corpos d'água, deve ser autorizada pelos órgãos de gestão dos recursos hídricos competentes. A prática não autorizada dessas atividades pode ensejar a aplicação de penalidade de multa e a suspensão das atividades até a regularização da situação.

Por fim, a disposição final inadequada de resíduos gerados a partir do processo industrial conduzido nas instalações da empresa pode resultar em sanções tais como advertência, multas e/ou sanções penais, sem prejuízo à reparação ou indenização dos danos ambientais causados. Poderá também ser atribuída responsabilidade solidária à empresa geradora dos resíduos, quando for verificado qualquer dano ambiental resultante da disposição final inadequada, por parte daquele que realizou o transporte e a disposição desses resíduos. Especificamente no Estado de São Paulo, o órgão ambiental emite um documento denominado Certificado de Aprovação de Destinação de Resíduos Industriais (CADRI), que autoriza a destinação de resíduos industriais.

ATIVIDADES DA EMISSORA

Visão Geral

A Emissora é uma concessionária de serviços públicos e atua na distribuição de energia elétrica, atendendo, em 31 de março de 2009, a 2,08 milhões de unidades consumidoras em uma área de concessão de 120 mil km² e com cerca de 5,5 milhões de pessoas. A abrangência e dispersão geográfica e a diversidade sócio-econômica são características marcantes da área de concessão da Emissora, que contempla 228 municípios, sendo 223 no Estado de São Paulo e 5 no Estado do Mato Grosso do Sul.

A Emissora adota modelo de operação centralizada, contando com uma única central de atendimento ao cliente (CAC) e centro de operações de distribuição (COD), na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, onde está também localizada a sede corporativa da Emissora. O COD é responsável por garantir o funcionamento contínuo da operação da Emissora através do gerenciamento logístico otimizado das equipes de campo.

A Emissora possui 6 Regionais responsáveis pela gestão do sistema elétrico e das equipes de campo. As equipes de campo estão distribuídas em 105 CSRs estrategicamente localizadas para atuação ágil na rede de distribuição em toda área de concessão. Segue abaixo as principais características das regiões em que as Regionais encontram-se:

- Andradina: áreas com destaque para atividades agropecuárias e expansão da cana-de-açúcar;
- Atibaia: áreas urbanas densamente povoadas, com predomínio do turismo de inverno;
- Guarujá/Itanhaém: áreas urbanas litorâneas densamente povoadas, com atividades de turismo;
- Limeira/Rio Claro: áreas urbanas com forte presença industrial (destaque para as indústrias de cerâmica, autopeças, papel e papelão e cítrica;
- Tatuí : área rural com plantação de grãos e eucaliptos; e
- Votuporanga : forte presença de frigoríficos, indústria moveleira e expansão da cana-de-açúcar.

Em 31 de março de 2009, a Emissora possuía 104,8 mil km de linhas de distribuição e 1.360 km de linhas de transmissão, potência instalada de 4.476 MVA e demanda máxima de 2.101 MW, 626 alimentadores de 13,8 e 34,5 kV, mais de 150 mil transformadores de distribuição e, aproximadamente, 1,7 milhão de postes. Adicionalmente, a Emissora possuía 119 subestações (111 monitoradas remotamente) e duas subestações móveis, sendo uma com capacidade de transformação de 15 MVA 138/88/69/34,5/13,8 KV e outra de 30 MVA 138/88/69/13,8 KV, que forneciam flexibilidade à operação em situações emergenciais ou em situações regulares de manutenção.

O mapa abaixo ilustra a área de concessão da Emissora, suas respectivas Regionais em 31 de março de 2009, bem como seus números de destaque:



Elektro em números R\$ milhões	1T/09	2008
Clientes (milhares)	2.085	2.067
Volume de vendas (GWh) ⁽¹⁾	2.754	10.845
Receita Líquida	673	2.513
EBITDA	226	754
Margem EBITDA	33,6%	30,0%
Lucro Líquido	125	392
Ativo	3.058	2.955
Dívida Líquida	679	668
Rating corporativo ⁽²⁾	brAA+	brAA

(1) Vendas de energia para clientes cativos

(2) Elevação do rating anunciado pela Standard & Poor's em 13 de maio de 2009.

Fonte: Elektro

Participação da Emissora no Mercado de Energia

A distribuição de energia elétrica é uma atividade regulada, não havendo competição entre os agentes do mercado, uma vez que cada concessionária detém um monopólio natural em sua área de concessão. As concessionárias devem cumprir obrigações impostas pela regulação, que garantem a prestação dos serviços com eficiência e de acordo com os padrões de qualidade exigidos pela ANEEL.

A Emissora ocupou, em 31 de dezembro de 2008, a posição de 8ª maior distribuidora de energia elétrica no Brasil e 3ª no Estado de São Paulo, de acordo com a ABRADÉE e a Secretaria de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo respectivamente. No mesmo período, as vendas de energia elétrica (em GWh) da Emissora representaram 3,5% do mercado brasileiro e 11,3% do mercado do Estado de São Paulo.

A Emissora encerrou o ano de 2008 com um faturamento bruto de R\$ 3,7 bilhões, venda de energia para Clientes Finais na ordem de 10.844,9 GWh e soma das demandas mensais contratadas por Clientes Livres ponta de 13.089,5 MW. O consumo de energia total na área de concessão da Emissora no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, incluídos os Clientes Finais e os Clientes Livres, foi de 13.716 GWh. No período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2009, a Emissora obteve um faturamento bruto de R\$ 1,0 bilhão com vendas de energia para Clientes Cativos na ordem de 2.754 GWh e faturamento da demanda contratada de uso do sistema de distribuição para Clientes Livres de 4.692,2MW. O consumo de energia total na área de concessão no período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2009, incluídos os Clientes Finais e os Clientes Livres, foi de 3.362 GWh.

As tabelas abaixo apresentam algumas das principais informações financeiras da Emissora para os períodos indicados:

Valores em R\$ Milhões	Exercício Social Encerrado em		Variação	
	31 de dezembro de 2008	31 de dezembro de 2007 (Reapresentação)	R\$ milhões	%
Fornecimento de Energia Clientes Finais	3.404,8	3.327,9	76,9	2,3%
Reposicionamento Tarifário	-	(93,4)	(93,4)	n/a
Receita pelo Uso do Sistema de Distribuição	252,4	300,4	(48,0)	-16,0%
Outras Receitas	62,6	47,8	14,8	31,0%
Receitas Operacionais	3.719,9	3.582,7	137,2	3,8%
Deduções às Receitas Operacionais	(1.207,4)	(1.326,7)	(119,3)	-9,0%
Receitas Operacionais Líquidas	2.512,5	2.256,0	256,5	11,4%
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(1.328,6)	(1.070,8)	257,8	24,1%
Gastos Operacionais	(553,8)	(483,3)	70,5	14,6%
Resultado do Serviço	630,1	701,9	(71,8)	-10,2%
Resultado Financeiro	(140,2)	(147,5)	(7,3)	-4,9%
Lucro Líquido	391,8	466,9	(75,1)	-16,1%

Valores em R\$ Milhões	Exercício Social Encerrado em		Variação	
	31 de dezembro de 2008	31 de dezembro de 2007 (Reapresentação)	R\$ milhões	%
Outras informações financeiras				
EBITDA ⁽¹⁾	754,4	823,2	(68,8)	-8,4%
Margem EBITDA	30,0%	36,5%	-	
Dívida Líquida / EBITDA	0,9x	0,7x	0,2x	
Dívida LÍq. / Dívida Líquida + Patrimônio LÍq.	39%	35%	-	

⁽¹⁾ O EBITDA consiste no lucro líquido antes das receitas e despesas financeiras líquidas, imposto de renda e contribuição social e depreciação e amortização. O EBITDA não é medida de desempenho financeiro elaborada segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, IFRS ou US GAAP, tampouco deve ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido, um indicador do desempenho operacional, uma alternativa aos fluxos de caixa ou como indicador de liquidez. A administração da Emissora acredita que o EBITDA fornece uma medida útil de seu desempenho, que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar empresas. Outras empresas podem calcular o EBITDA de maneira diferente da Emissora. Por não considerar determinados custos decorrentes dos negócios da Emissora, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados, o EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida da lucratividade da Emissora. Para informações sobre a reconciliação do EBITDA com o lucro líquido da Emissora, vide seção "Informações Financeiras Seleccionadas - Outras Informações Financeiras – Considerações sobre EBITDA" na página 103 deste Prospecto Definitivo.

Valores em R\$ Milhões	Período de 3 Meses Encerrado em		Variação	
	31 de Março de 2009	31 de Março de 2008	R\$ milhões	%
Fornecimento de Energia Clientes Finais	932,2	810,6	121,6	15,0%
Receita pelo Uso do Sistema de Distribuição	67,6	49,0	18,5	37,8%
Outras Receitas	5,7	11,1	(5,4)	-48,6%
Receitas Operacionais	1.005,4	870,7	134,7	15,5%
Deduções às Receitas Operacionais	(332,7)	(289,0)	43,7	15,1%
Receitas Operacionais Líquidas	672,7	581,7	91,0	15,7%
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(341,4)	(308,0)	33,4	10,8%
Gastos Operacionais	(137,6)	(133,5)	4,1	3,0%
Resultado do Serviço	193,7	140,1	53,6	38,3%
Resultado Financeiro	(3,6)	(21,5)	(17,9)	-83,0%
Lucro Líquido	124,9	76,2	48,8	64,0%

Valores em R\$ Milhões	Período de 3 Meses Encerrado em		Variação	
	31 de Março de 2009	31 de Março de 2008	R\$ milhões	%
Outras informações financeiras				
EBITDA ⁽¹⁾	226,1	170,1	56,0	32,9%
Margem EBITDA	33,6%	29,2%	-	
Dívida Líquida / EBITDA	0,8x	0,8x		
Dívida Líq. / Dívida Líquida + Patrimônio Líq.	36%	30%	-	

(1) O EBITDA consiste no lucro líquido antes das receitas e despesas financeiras líquidas, imposto de renda e contribuição social e depreciação e amortização. O EBITDA não é medida de desempenho financeiro elaborada segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, IFRS ou US GAAP, tampouco deve ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido, um indicador do desempenho operacional, uma alternativa aos fluxos de caixa ou como indicador de liquidez. A administração da Emissora acredita que o EBITDA fornece uma medida útil de seu desempenho, que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar empresas. Outras empresas podem calcular o EBITDA de maneira diferente da Emissora. Por não considerar determinados custos decorrentes dos negócios da Emissora, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados, o EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida da lucratividade da Emissora. Para informações sobre a reconciliação do EBITDA com o lucro líquido da Emissora, vide seção "Informações Financeiras Seleccionadas - Outras Informações Financeiras – Considerações sobre EBITDA" na página 103 deste Prospecto Definitivo.

Operação

A Emissora é uma concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica no território brasileiro, de forma que os negócios da Emissora dependiam, em 31 de março de 2009, diretamente do mercado nacional e de seu desempenho. Em linhas gerais, a operação da Emissora consiste em comprar energia elétrica e distribuir energia elétrica a seus Clientes Finais.

A Emissora obtém receita a partir do faturamento (a) do fornecimento de energia elétrica ao mercado cativo e (b) do faturamento pela demanda de uso do sistema de distribuição de energia elétrica contratadas pelos Clientes Livres, que a despeito de adquirirem energia de outros agentes no mercado livre de energia, permanecem utilizando os serviços da Emissora para transporte da energia.

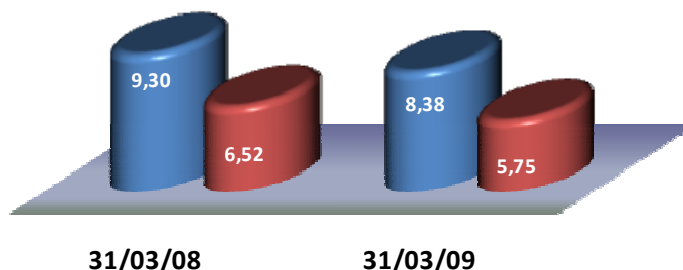
Para a prestação de seus serviços, a Emissora possuía, em 31 de março de 2009, o seguinte conjunto de subestações e rede de linhas de distribuição ligadas à rede de conexão e transmissão do sistema de energia elétrica interligado brasileiro:

31 de março de 2009	
km de rede de distribuição	104.791
km de rede de transmissão	1.360
Quantidade de Subestações	119
Quantidade de Postes	1.707.981

ELEKTRO

Os gráficos abaixo apresentam alguns dados operacionais da Emissora nos períodos nele indicados:

DEC e FEC



■ Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (horas)

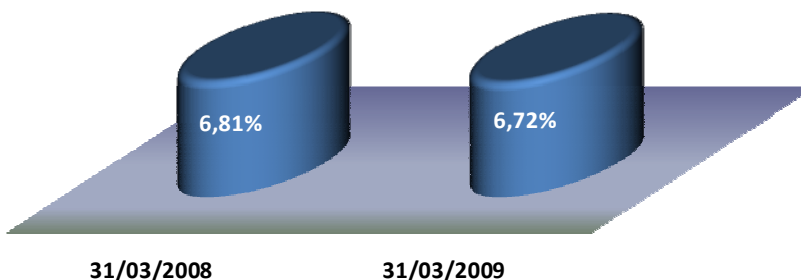
■ Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (interrupções)

Fonte: Elektro

Os indicadores acima não consideram os dias críticos, associados a situações de emergência, conforme definido pela resolução ANEEL 024/2000. Caso considerado, os indicadores DEC e FEC de 31 de março de 2008 seriam 11,10 e 7,29, respectivamente e de 31 de março de 2009 seriam 10,36 e 6,69, respectivamente.

Como resultado dos constantes investimentos realizados pela Emissora no sistema elétrico, principalmente em manutenção preventiva e na utilização de novas tecnologias, como digitalização e automação das subestação e religadores, os indicadores DEC e FEC de 31 de março de 2009 registraram índices recordes na história da Emissora.

Perdas de Energia



Fonte: Elektro

* O critério de cálculo das perdas é baseado na compra total de energia pela Emissora.

** No indicador de perdas não estão sendo computadas as perdas referentes a mudança provisória da medição de fronteira da Linha de Transmissão Capão Bonito – Itapeva – Itararé 138 KV, determinado pela CCEE. Essa perda será anulada após entrada em operação da Linha de Transmissão Maringá – Itararé II de 230 KV, prevista para o exercício de 2009.

Até 31 de março de 2009, o indicador de perdas da Emissora vem mantendo tendência de leve redução quando comparado ao mesmo período do exercício social anterior.

Referida redução tem sido atribuída, principalmente, à manutenção e aperfeiçoamento das técnicas de recuperação de perdas comerciais. Dentre elas, destacam-se os planos de substituição de medidores avariados e o incremento da assertividade nas inspeções em medição e detecção de procedimentos irregulares.

Essas ações têm como principal objetivo identificar e corrigir maior número de ligações que apresentam desvios dos valores reais de energia consumida em relação aos valores registrados quer sejam devido a avarias de medidores ou ligações irregulares sem, no entanto, aumentar a quantidade de inspeções realizadas.

Para maiores informações que possibilitem a comparação das informações comerciais e operacionais da Emissora nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 31 de dezembro de 2007 e 31 de dezembro de 2008, bem como no período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2008 e 31 de março de 2009, vide seção “Informações Financeiras – Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais da Emissora” na página 104 deste Prospecto Definitivo.

Tecnologia da Informação

A administração da Emissora entende que a tecnologia da informação é um dos fatores mais importantes para o exercício de suas atividades com excelência, bem como para a manutenção da segurança de seus colaboradores, de seus parceiros e da população por ela atendida. Sua operação é suportada por sistemas de informática e por um aparato de telecomunicações que garante a comunicação eficiente, de forma centralizada e otimizada, entre as equipes e operação inteligente do sistema elétrico que estão espalhadas nas 228 cidades atendidas pela Emissora. A Emissora tem sido pioneira na adoção de diversas tecnologias que garantem a eficiência e confiabilidade de seu modelo de operação.

Segue abaixo uma breve descrição de alguns projetos em execução e iniciativas adotados pela Emissora, ambos relacionados ao seu sistema de tecnologia da informação:

Inteligência da Rede

Digitalização de Subestações: possibilita a operação, controle e monitoramento das subestações de forma centralizada a partir do COD localizado na cidade de Campinas, Estado de São Paulo. Essa iniciativa reduz significativamente o tempo de restabelecimento de energia, no caso de incidentes na rede, de aproximadamente 1 hora para menos de 2 minutos.

Digitalização de Religadores: possibilita a operação, controle e monitoramento dos religadores de forma centralizada a partir do COD localizado na cidade de Campinas, Estado de São Paulo. Essa iniciativa reduz significativamente o tempo de restabelecimento de energia no caso de desligamentos acidentais já que, no modelo tradicional, tal operação dependeria do envio de uma equipe até o local onde se localiza os religadores que, por sua vez, são geralmente instalados em regiões limítrofes entre as áreas urbana e rural dos municípios. Tal projeto diminui o tempo para execução dos procedimentos, permitindo que a Emissora realize a operação, controle e monitoramento dos religadores de forma remota e com confiabilidade.

Projeto Zeus: consiste no desenvolvimento de uma nova plataforma georeferenciada que substitua o atual Sistema de Gestão de Distribuição (SGD) o qual foi elaborado, em 2001. O Projeto Zeus teve início em 2008 e tem como objetivo aliar as melhores práticas de mercado para garantir a adequação à crescente demanda por novas funcionalidades, novas tecnologias em gestão e planejamento dos ativos de distribuição. Adicionalmente, esse projeto tem o objetivo de aumentar a flexibilidade na parametrização de novos processos e facilitar a integração com outras ferramentas, tais como o sistema ERP, sistema comercial e SCADA.

Inteligência de Serviços

Sistema de Gestão de Serviços (“SGS”): tem como objetivo implantar na Emissora um sistema que possibilita enviar automaticamente as ordens de serviços (técnicas e comerciais) às equipes operacionais por meio do Personal Digital Assistant (“PDA”) - computador de bolso dotado de um sistema de comunicação móvel celular que confere mais agilidade à prestação de serviços aos clientes - permitindo rastreabilidade, gerenciamento e informações online para os sistemas corporativos. Além disso, o SGS possibilita a integração dos sistemas técnicos e comerciais, a otimização dos deslocamentos das equipes e o controle de produtividade. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006, o SGS ampliou sua atuação em campo e passou a ser uma realidade para os eletricitistas de todas as Regionais, tornando mais prático o dia-a-dia dos colaboradores. A Emissora foi a primeira distribuidora de energia elétrica do Brasil a utilizar o sistema SGS.

ELEKTRO

Inteligência de Processos

Projeto NEO: esse projeto foi criado com o objetivo de introduzir melhorias nos processos de organização da Emissora por meio de: (i) revisão e otimizações de processos, (ii) integração de sistemas, (iii) automatização de informações e controles e (iv) maior disponibilidade dos colaboradores para a realização das atividades principais da Emissora.

Projeto Inteligência Artificial: consiste em aplicar técnicas de inteligência artificial no direcionamento das inspeções dos medidores de energia elétrica com objetivo de conferir à Emissora mais assertividade na detecção de fraudes. A Emissora realiza, anualmente, um programa de redução de perdas que tem como objetivo reduzir o número de fraudes de medidores e furto de energia. Para maiores informações sobre esse programa, vide seção “Informações sobre a Emissora - Atividades da Emissora – Investimentos Relevantes” na página 236 deste Prospecto Definitivo.

Revisão do processo de manutenção e expansão de rede: o objetivo desta iniciativa é aumentar a segurança, a ergonomia dos colaboradores e a eficiência do processo de manutenção e expansão de redes da Emissora por meio da inserção de novas tecnologias e do redesenho de certos processos. Tal revisão tem o objetivo de melhorar o perfil operacional da Emissora.

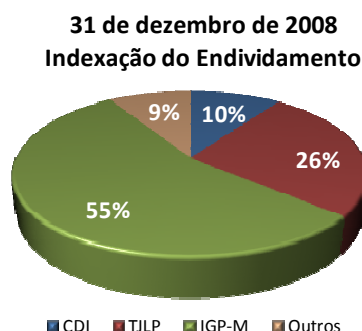
Endividamento e Reestruturação Financeira

Em 31 de dezembro de 2008, a Emissora apresentava um Endividamento Líquido de R\$ 698,0 milhões, resultado do Endividamento Total de R\$ 909,7 milhões e saldo de caixa, aplicações financeiras e caução de fundos de R\$ 211,7 milhões. A tabela abaixo demonstra o Endividamento da Emissora nesse período:

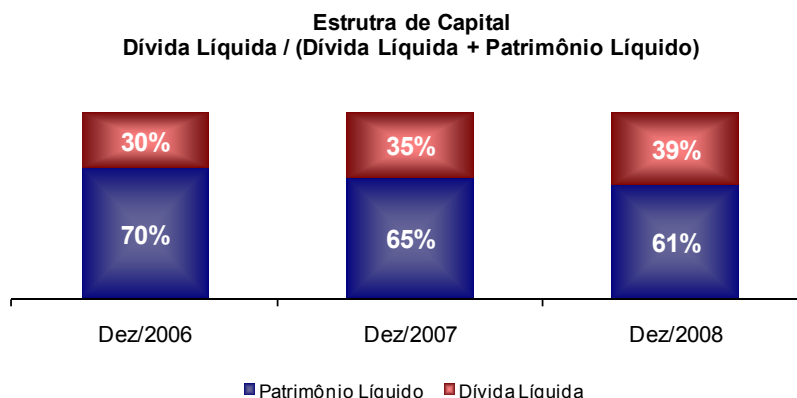
Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008				
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	
			R\$ milhões	%
Empréstimos com Terceiros	276,8	632,9	909,7	100,0%
Debêntures	203,8	368,6	572,4	62,9%
BNDES Finem/Finame	60,7	170,9	231,6	25,5%
Eletrobrás	4,6	61,9	66,5	7,3%
FINEP	-	9,2	9,2	1,0%
Arrendamento Mercantil	7,7	22,3	30,0	3,3%
Total da Dívida	276,8	632,9	909,7	100,0%
Perfil da Dívida	30%	70%	100%	-
Caixa, Aplicações Financeiras e Caução de Fundos ¹			(211,7)	
Endividamento Líquido			698,0	

Fonte: Elektro

¹- Exclui garantias caucionadas para compra de energia elétrica..

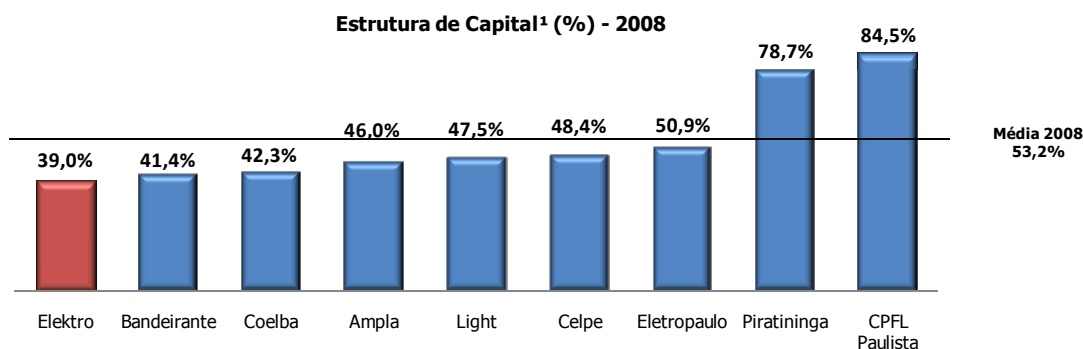


No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, o grau de alavancagem da Emissora era de 39%, patamar que garantia uma situação de liquidez confortável e que vem se mantendo estável nos últimos anos, conforme demonstra o gráfico abaixo:



Fonte: Elektro

Os gráficos abaixo apresentam uma comparação da estrutura de capital, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, das distribuidoras de energia cuja receita operacional bruta foi maior do que R\$ 2,5 bilhões no ano base de 2007:



(1) Dívida Líquida / Dívida Líquida + Patrimônio Líquido. Dívida Líquida: Empréstimos e financiamentos + Debêntures + Confissões de dívida com entidades de previdência privada + Acordos para parcelamento de impostos e tributos em atraso
Fonte: Demonstrações Financeiras das Empresas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, a Emissora captou recursos para financiar seu programa de investimentos, através das seguintes linhas de financiamento:

- **BNDES**: R\$ 99,4 milhões, através de agentes financeiros;
- **ELETROBRÁS**: R\$ 24,0 milhões, relacionados ao Programa Luz para Todos;
- **FINEP**: R\$ 5,8 milhões; e
- **Arrendamento Mercantil**: R\$ 11,5 milhões.

Para maiores informações sobre os contratos de financiamento relacionados ao BNDES, à ELETROBRÁS e à FINEP, vide seção “Informações sobre a Emissora - Atividades da Emissora – Contratos Relevantes – Contratos Financeiros” na página 230 deste Prospecto Definitivo.

ELEKTRO

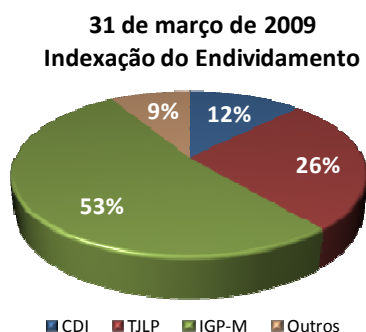
No período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2009, a Emissora apresentava um Endividamento Líquido de R\$ 679,0 milhões, resultado do Endividamento Total de R\$ 930,5 milhões e saldo de caixa, aplicações financeiras e caução de fundos de R\$ 251,6 milhões.

A tabela abaixo demonstra a estrutura de capital da Emissora em 31 de março de 2009:

Período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2009				
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	
			R\$ milhões	%
Empréstimos com Terceiros	291,2	639,4	930,5	100,0%
Debêntures	213,8	364,0	577,8	62,1%
BNDES Finem/Finame	63,9	179,6	243,5	26,2%
Eletrobrás	5,3	66,3	71,6	7,7%
FINEP	-	9,2	9,2	1,0%
Arrendamento Mercantil	8,2	20,3	28,5	3,1%
Total da Dívida	291,2	639,4	930,5	100,0%
Perfil da Dívida	31%	69%	100%	
Caixa, Aplicações Financeiras e Caução de Fundos ¹			(251,6)	
Endividamento Líquido			679,0	

Fonte: Elektro

¹- Exclui garantias caucionadas para compra de energia elétrica.



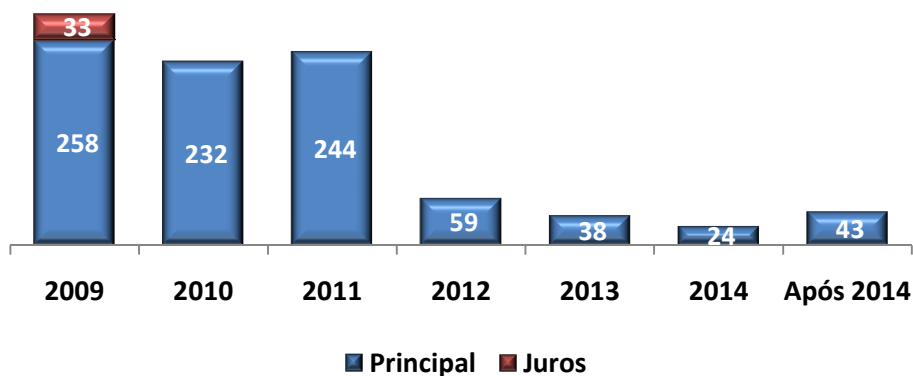
Durante o primeiro trimestre de 2009, a empresa captou recursos para financiar seu programa de investimentos, através das seguintes linhas de financiamento já existentes:

- BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social): R\$ 24,5 milhões, através de agentes financeiros; e
- Eletrobrás: R\$ 6,0 milhões, relacionados ao Programa Luz para Todos.

Ao final do período, o grau de alavancagem da Emissora era de 36%, patamar que garante uma situação de liquidez confortável para a empresa e que vem se mantendo estável nos últimos anos. A tabela e gráfico abaixo apresentam o cronograma de amortização do Endividamento da Emissora, considerando os juros, baseado no saldo de 31 de março de 2009:

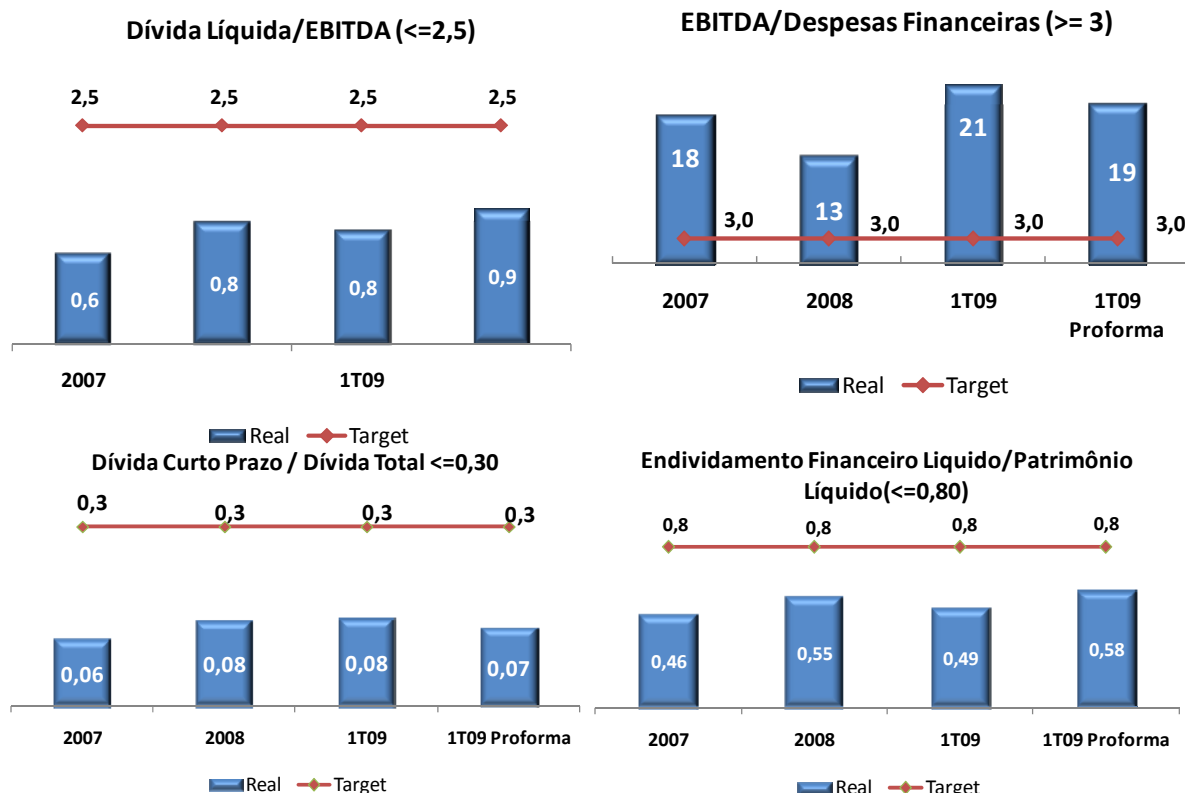
Vencimento do Principal e Juros R\$ milhões	
Ano	31 de março de 2009
2009	291
2010	232
2011	244
2012	59
2013	38
2014	24
Após 2014	43
Total	931

Vencimento do Principal e Juros (31/03/09)
(R\$ milhões)



ELEKTRO

A Emissora vem cumprindo com todas as obrigações restritivas assumidas no âmbito da escritura da 2ª Emissão. Segue abaixo uma relação com as principais obrigações da Emissora, bem como seu cumprimento nos últimos exercício sociais:



Em 24 de abril de 2009, a Emissora realizou a 1ª Emissão Pública de Notas Promissórias com valor nominal unitário de R\$ 1 milhão, perfazendo o montante de R\$ 120 milhões, com prazo de 180 dias a partir de sua emissão. A remuneração das Notas Promissórias é equivalente à variação da Taxa DI acrescida de *spread* de 2,00% ao ano, base 252 dias úteis. A 1ª Emissão Pública de Notas Promissórias foi realizada pela Emissora nos termos da Instrução CVM 476, que dispõe sobre ofertas públicas de valores mobiliários distribuídas com esforços restritos.

As Notas Promissórias poderão ser resgatadas antecipadamente, a critério exclusivo da Emissora, após o 60º dia contado da respectiva data de emissão, sem pagamento de prêmio, observados os termos e condições estabelecidos nas cêntulas das Notas Promissórias.

Na data deste Prospecto Definitivo, havia 120 Notas Promissórias da 1ª Emissão Pública de Notas Promissórias em circulação, no valor total atualizado de R\$ 120,8 milhões.

Para maiores informações sobre a 1ª Emissão Pública de Notas Promissórias, vide seções “Informações Financeiras – Análise e Discussão da Administração sobre a situação Financeira e os Resultados Operacionais da Emissora - Eventos Relevantes Posteriores à Divulgação das Demonstrações Financeiras da Emissora relativas ao Período de 3 Meses encerrado em 31 de março de 2009”, “Informações Relativas à Oferta - Destinação de Recursos” e “Informações sobre a Emissora – Relacionamento com os Coordenadores” nas páginas 172, 79 e 75, respectivamente, deste Prospecto Definitivo.

Reestruturação financeira de 2005

Em junho de 2005, a Emissora deu início a um processo de reestruturação de dívida e de capital (reestruturação financeira), sendo que todas as etapas foram devidamente aprovadas pela ANEEL, acionistas e Conselho de Administração da Emissora, em consonância às regulamentações e legislação vigentes.

Essa reestruturação financeira foi concluída ao final de 2005 e gerou reflexos bastante positivos sobre seu grau de Endividamento e sobre sua estrutura de capital, o que permitiu que a empresa atingisse os seguintes objetivos:

- capitalizar a Emissora em cerca de R\$ 1.111,3 milhões por meio da conversão de certas dívidas intercompanhia em capital, possibilitando a absorção de prejuízos acumulados;
- eliminar o risco cambial da Emissora vinculado às dívidas denominadas em dólar norte-americano, por meio da capitalização de dívidas intercompanhia e pagamento de dívidas em moeda estrangeira com partes relacionadas;
- parte desse pagamento foi refinanciada por meio da 2ª Emissão de Debêntures, no valor de R\$ 750 milhões, com prazo de 6 anos, e vencimento final em 1º de setembro de 2011; e
- possibilitar que a Emissora tivesse uma estrutura de capital auto-sustentável preservando a sua liquidez e facilitando o acesso aos mercados financeiros e de capitais quando necessário.

O processo de reestruturação financeira da Emissora de 2005 gerou reflexos extremamente positivos sobre o seu grau de Endividamento, quais sejam:

- elevação do *rating* corporativo da Emissora em 2005, pela Standard & Poor's, em 4 níveis, para brA;
- diminuição do seu Endividamento de R\$ 1,9 bilhão em 30 de junho de 2005, para R\$ 1,0 bilhão em 31 de dezembro de 2005;
- eliminação total de dívidas em moeda estrangeira; e
- os riscos financeiros associados à volatilidade do dólar norte-americano foram integralmente eliminados.

Política de Utilização de Instrumentos Financeiros Derivativos

A Emissora não possuía, em 31 de março de 2009, instrumentos financeiros derivativos em vigor e não havia efetuado qualquer operação com esses instrumentos ao longo período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2009 e do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008.

De acordo com a política da Emissora, a utilização de instrumentos financeiros derivativos tem como propósito único e específico proteger a empresa de eventuais exposições a moedas ou taxas de juros. Considerando que, em 31 de março de 2009, não havia risco cambial em suas operações e a Emissora mantinha o equilíbrio das taxas de juros entre ativo e passivo de forma natural, a Emissora entendia não ser necessária, até referida data, a utilização desse tipo de instrumento.

Nas atividades da Emissora, apenas são consideradas relevantes as variações cambiais derivadas dos pagamentos pela energia comprada de Itaipu que são atrelados ao dólar norte-americano. Essas variações cambiais, em 31 de março de 2009, não apresentavam impactos nas demonstrações de resultado da Emissora por estarem contempladas no reajuste tarifário anual, conforme mecanismo da CVA. Cabe à Emissora suportar eventuais necessidades de capital de giro decorrentes da elevação da taxa de câmbio entre os reajustes tarifários. Da mesma maneira, a Emissora considerava possuir, em 31 de março de 2009, *hedge* natural com relação à dívida indexada a inflação (IGP-M) em virtude do mecanismo de reajuste tarifário.

Concorrência

Em 31 de março de 2009, a Emissora detinha a concessão para distribuir energia elétrica em 223 municípios do Estado de São Paulo e 5 municípios do Estado do Mato Grosso do Sul. Dentro de sua área de concessão, a Emissora não enfrenta concorrência na distribuição de energia elétrica a consumidores residenciais, comerciais, industriais e demais supridos na baixa tensão, bem como aqueles atendidos em alta tensão.

ELEKTRO

As comercializadoras e geradoras de energia elétrica podem competir na oferta de energia elétrica aos Consumidores Livres ou Consumidores Especiais. Caso optem por adquirir energia de outros fornecedores de energia elétrica, os Consumidores Livres ou Consumidores Especiais permanecem como Clientes Finais da Emissora com relação ao serviço de distribuição de energia elétrica. Por este serviço, a Emissora continua sendo remunerada pelo uso de seu sistema de distribuição, de modo que tal competição entre os fornecedores de energia elétrica pela oferta de energia elétrica aos Consumidores Livres não afeta os resultados operacionais das distribuidoras.

A regulamentação do setor de distribuição de energia elétrica também prevê que, na hipótese de saída de Consumidores Livres ou Consumidores Especiais para o mercado livre, a concessionária de distribuição tem a prerrogativa de devolução dos volumes de energia adquiridos nos leilões de compra de energia referentes aos clientes que deixaram sua base cativa. Na hipótese de Clientes Livres optarem por retornar à base cativa da distribuidora, esta deve ser notificada com antecedência mínima de 5 anos, ou por prazo menor por iniciativa da distribuidora, de maneira a permitir o adequado gerenciamento da sua posição de suprimento de energia.

No período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2009, a Emissora forneceu energia elétrica a 15 consumidores que tinham a possibilidade de migrarem ao mercado livre e que, no entanto, permaneceram como consumidores cativos.

As principais empresas distribuidoras de energia elétrica que atuam juntamente com a Emissora no Estado de São Paulo são Eletropaulo, CPFL, CPFL Piratininga e Bandeirante. As vendas de energia elétrica da Emissora representaram, em 31 de março de 2009, 11,3% do mercado do Estado de São Paulo, de acordo com a ABRADÉE.

Clientes

A Emissora atende consumidores residenciais, industriais, comerciais, rurais, poder público, iluminação pública e serviços públicos, conforme classificação abaixo:

- *classe residencial*: os consumidores enquadrados na classe residencial estão ligados a uma tensão inferior a 2,3 kV. A legislação vigente também classifica como residencial as unidades consumidoras com fim residencial, incluindo as instalações de uso comum de prédio ou conjunto de edificações, com predominância de unidades consumidoras residenciais.
- *residencial baixa renda*: os consumidores classificados como de baixa renda, uma subclasse da classe residencial, são aqueles com consumo inferior a 80 KWh e aqueles que, atendendo os critérios estabelecidos pela ANEEL, tiverem consumo mensal entre 80 e 220 KWh, calculado com base na média dos últimos 12 meses. Esses consumidores não estão sujeitos a pagamento de encargo de capacidade emergencial, encargo de aquisição de energia elétrica emergencial ou qualquer tarifa extraordinária instituída pela ANEEL, sendo beneficiados com tarifas reduzidas..
- *classe industrial*: os consumidores enquadrados na classe industrial são aqueles em cuja unidade consumidora é desenvolvida atividade industrial, inclusive o transporte de matéria-prima, insumo ou produto resultante do seu processamento, caracterizado como atividade de suporte e sem fim econômico próprio, desde que realizado de forma integrada fisicamente à unidade consumidora industrial.
- *classe comercial*: são considerados da classe comercial aquelas unidades consumidoras em que seja exercida atividade comercial ou de prestação de serviços, ou ainda, outra atividade não prevista nas demais classes, inclusive o fornecimento destinado às instalações de uso comum de prédio ou conjunto de edificações com predominância de unidades consumidoras não-residenciais
- *classe rural*: são unidades consumidoras localizadas em área rural, em que seja desenvolvida atividade rural, sujeita à comprovação perante a Emissora.
- *outros*: na categoria outros estão incluídos (a) o poder público, (b) iluminação pública, (c) serviço público e (d) consumo próprio da Emissora.

As tabelas abaixo indicam a quantidade de energia elétrica distribuída e a receita adquirida pela Emissora em cada um dos segmentos de seus clientes nos períodos nela indicados:

Fornecimento de Energia a Clientes Finais	GWh			R\$ milhões		
	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2008	2007	Variação %	2008	2007	Variação %
Residencial	3.346,7	3.183,5	5,1%	1.337,8	1.371,5	-2,5%
Industrial	4.052,3	3.463,5	17,0%	1.076,5	912,7	17,9%
Comercial	1.580,3	1.490,3	6,0%	555,9	575,7	-3,4%
Rural	807,3	809,3	-0,2%	158,1	175,1	-9,7%
Poder Público	229,4	262,5	-12,6%	77,3	104,7	-26,2%
Iluminação Pública	428,9	394,7	8,7%	89,1	92,3	-3,5%
Serviços Públicos	400,0	366,8	9,1%	110,3	95,9	15,0%
Total	10.844,9	9.970,6	8,8%	3.404,8	3.327,9	2,3%

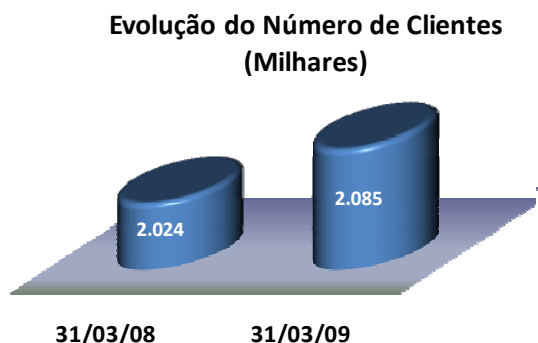
Fonte: Elektro

Fornecimento de Energia a Clientes Finais	GWh			R\$ milhões		
	Período de 3 meses encerrado em 31 de março de			Período de 3 meses encerrado em 31 de março de		
	2009	2008	Variação %	2009	2008	Variação %
Residencial	965,2	890,3	8,4%	394,2	333,9	18,0%
Industrial	865,9	957,7	-9,6%	255,2	238,6	7,0%
Comercial	453,3	416,9	8,7%	165,9	140,9	17,8%
Rural	192,7	177,3	8,7%	40,0	34,5	16,0%
Poder Público	64,9	48,6	33,4%	24,2	15,5	56,7%
Iluminação Pública	107,1	107,4	-0,2%	23,5	20,7	13,2%
Serviços Públicos	105,3	100,5	4,7%	29,1	26,5	9,8%
Total	2.754,5	2.698,8	2,1%	932,2	810,6	15,0%

Fonte: Elektro

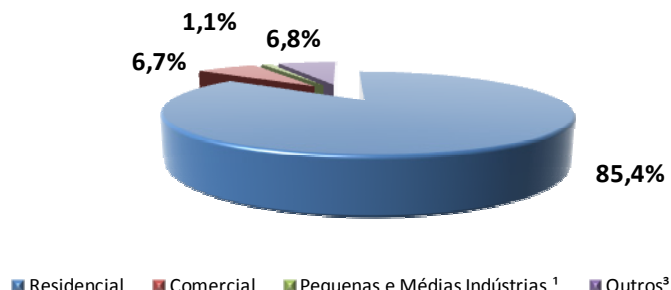
ELEKTRO

Em 31 de março de 2009, a base de clientes da Emissora era de 2.085 mil. A segmentação da receita de fornecimento de energia a Clientes Finais e de uso do sistema de distribuição por Clientes Livres da Emissora está apresentada nos gráficos abaixo:



Fonte: Elektro

**31 de março de 2009
Segmentação do Número de Clientes (2.085 mil)**

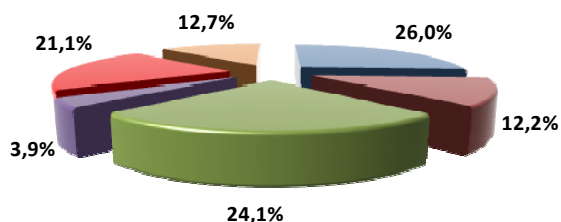


(1) Clientes conectados em baixa e média tensão (Grupos B, A3, A3a e A4) na classe industrial.

(3) Classes: Rural, poder público, iluminação pública e serviços públicos.

Fonte: Elektro

**31 de março de 2008
Segmentação do Consumo de Energia e Uso do Sistema de Distribuição**



Residencial Comercial Pequenas e Médias Indústrias¹ Grandes Indústrias² Livres Outros³

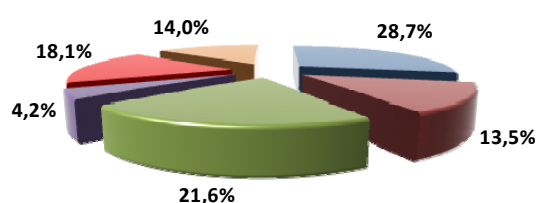
(1) Clientes conectados em baixa e média tensão (Grupos B, A3, A3a e A4) na classe industrial.

(2) Clientes conectados em alta tensão (Grupo A2) na classe industrial.

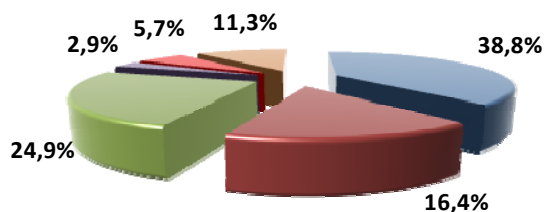
(3) Classes: Rural, poder público, iluminação pública e serviços públicos.

Fonte: Elektro

**31 de março de 2009
Segmentação do Consumo de Energia e Uso do Sistema de Distribuição**



**31 de março de 2008
Segmentação da Receita de Fornecimento de Energia Elétrica e Uso do Sistema de Distribuição**



Residencial Comercial Pequenas e Médias Indústrias¹ Grandes Indústrias² Livres Outros³

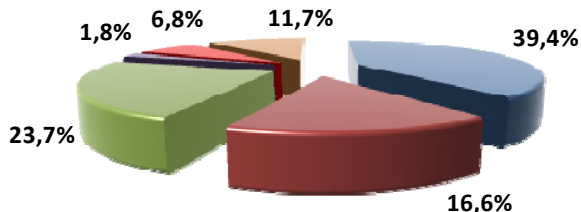
(1) Clientes conectados em baixa e média tensão (Grupos B, A3, A3a e A4) na classe industrial.

(2) Clientes conectados em alta tensão (Grupo A2) na classe industrial.

(3) Classes: Rural, poder público, iluminação pública e serviços públicos.

Fonte: Elektro

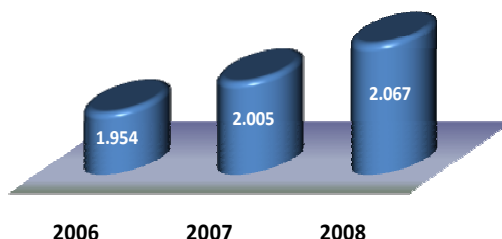
**31 de março de 2009
Segmentação da Receita de Fornecimento de Energia Elétrica e Uso do Sistema de Distribuição**



Em 31 de março de 2009, os grandes clientes industriais representavam menos que 22,2% do montante de energia vendida e transportada pelo sistema de distribuição da Emissora. Considerando que a tarifa dos grandes clientes industriais é menor do que aquela cobrada dos demais clientes, a Emissora entende que o fato de o perfil de sua clientela ser menos concentrado nesse segmento de clientes minimiza os impactos de eventuais volatilidades da atividade industrial.

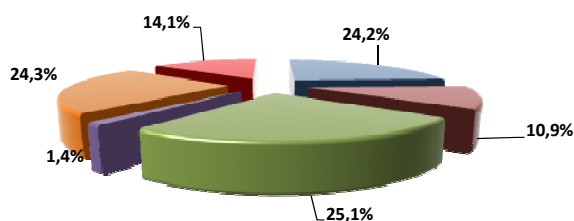
Em 31 de dezembro de 2008, a base de clientes da Emissora era de 2.067 mil. A segmentação da receita de fornecimento de energia a Clientes Finais e de uso do sistema de distribuição pelos Clientes Livres da Emissora está apresentada nos gráficos abaixo:

Evolução do Número de Clientes (Milhares)

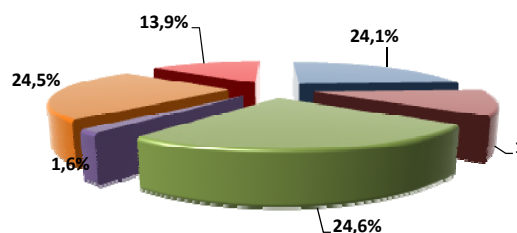


Fonte: Elektro

31 de dezembro de 2006 Segmentação do Consumo de Energia e Uso do Sistema de Distribuição



31 de dezembro de 2007 Segmentação do Consumo de Energia e Uso do Sistema de Distribuição



■ Residencial ■ Comercial ■ Pequenas e Médias Indústrias¹ ■ Grandes Indústrias² ■ Livres ■ Outros³

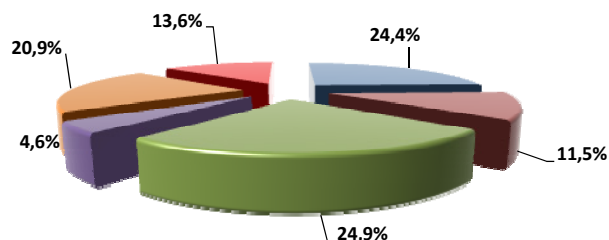
(1) Clientes conectados em baixa e média tensão (Grupos B, A3, A3a e A4) na classe industrial.

(2) Clientes conectados em alta tensão (Grupo A2) na classe industrial.

(3) Classes: Rural, poder público, iluminação pública e serviços públicos.

Fonte: Elektro

31 de dezembro de 2008 Segmentação do Consumo de Energia e Uso do Sistema de Distribuição



■ Residencial ■ Comercial ■ Pequenas e Médias Indústrias¹ ■ Grandes Indústrias² ■ Livres ■ Outros³

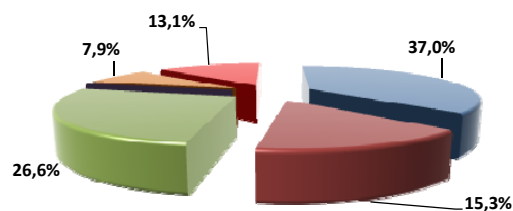
(1) Clientes conectados em baixa e média tensão (Grupos B, A3, A3a e A4) na classe industrial.

(2) Clientes conectados em alta tensão (Grupo A2) na classe industrial.

(3) Classes: Rural, poder público, iluminação pública e serviços públicos.

Fonte: Elektro

31 de dezembro de 2006
Segmentação da Receita de Fornecimento de Energia Elétrica e Uso do Sistema de Distribuição



■ Residencial ■ Comercial ■ Pequenas e Médias Indústrias¹ ■ Grandes Indústrias² ■ Livres ■ Outros³

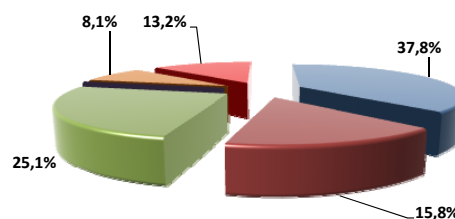
(1) Clientes conectados em baixa e média tensão (Grupos B, A3, A3a e A4) na classe industrial.

(2) Clientes conectados em alta tensão (Grupo A2) na classe industrial.

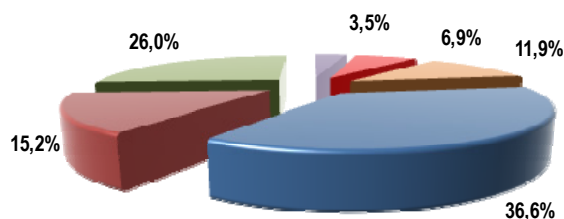
(3) Classes: Rural, poder público, iluminação pública e serviços públicos.

Fonte: Elektro

31 de dezembro de 2007
Segmentação da Receita de Fornecimento de Energia Elétrica e Uso do Sistema de Distribuição



31 de dezembro de 2008
Segmentação da Receita de Fornecimento de Energia Elétrica e Uso do Sistema de Distribuição



■ Residencial ■ Comercial ■ Pequenas e Médias Indústrias¹ ■ Grandes Indústrias² ■ Livres ■ Outros³

(1) Clientes conectados em baixa e média tensão (Grupos B, A3, A3a e A4) na classe industrial.

(2) Clientes conectados em alta tensão (Grupo A2) na classe industrial.

(3) Classes: Rural, poder público, iluminação pública e serviços públicos.

Fonte: Elektro

No período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2009, a Emissora possuía a concentração de no máximo 2% de sua receita atrelada a um determinado Cliente Final. Por essa razão, a administração da Emissora entende que, até 31 de março de 2009, não existia dependência de seu resultado à receita adquirida por meio da distribuição de energia a um cliente específico.

Para maiores informações que possibilitem a comparação das informações comerciais e operacionais da Emissora nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 31 de dezembro de 2007 e 31 de dezembro de 2008, bem como no período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2008 e 31 de março de 2009, vide seção “Informações Financeiras – Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais da Emissora” na página 104 deste Prospecto Definitivo.

Atendimento ao Cliente

A Emissora busca estar próxima de seus clientes e se comunica com eles de forma respeitosa e transparente. Para facilitar o contato e aumentar a comodidade dos consumidores, a concessionária vem investindo nos seguintes canais inovadores de comunicação:

- a) sms: trata-se um serviço de mensagens curtas de texto (*short message service*) enviadas pela Emissora para os telefones celulares de seus clientes. Caso a solicitação do cliente não possa ser atendida, o sistema automaticamente lhe envia uma mensagem com um aviso a respeito do problema;

- b) atendimento especializado: os clientes corporativos da Emissora contam com atendimento exclusivo de um gerente de contas especializado em seu segmento. Os clientes corporativos dispõem ainda de serviços especiais com um espaço exclusivo no site da empresa, cobrança com faturas agrupadas e estudos de compatibilidade de demanda;
- c) portal eletrônico na internet: a Emissora vem estimulando o uso da internet por acreditar que é um canal fácil, amigável e rápido. Por meio do portal da Emissora, o cliente pode solicitar serviços como consulta de débitos, segunda via das faturas, cadastro das contas em débito automático, alteração da data de vencimento, alteração do endereço de entrega das contas e poda de árvores. Para estimular o uso dessa ferramenta, a concessionária lançou uma promoção que sorteou, de novembro de 2008 a janeiro de 2009, quatro computadores portáteis (*notebooks*) por mês entre os usuários do portal eletrônico da Emissora;
- d) chat: o maior objetivo é o atendimento aos clientes que preferem ser atendidos por esse tipo de canal de comunicação. Dentro do portal eletrônico da Emissora, o cliente tem a opção de trocar mensagens, em tempo real, com os seus atendentes, o que facilita a orientação sobre a navegação pelo site e torna mais ágil a solução de problemas e a prestação de informações pela Emissora;
- e) Correios: por meio de uma parceria com os Correios, a Emissora oferece uma série de serviços nas agências credenciadas em todos os municípios de sua área de concessão. Ao todo são oferecidos dez serviços diferentes aos clientes, tais como religação imediata, consulta de débitos, alteração de dados cadastrais, troca de nome do titular da conta, alteração da data de vencimento, débito automático, entrega alternativa, autoleitura e conferência de documentos nas ligações novas, além do pagamento de contas.

Adicionalmente, em 31 de março de 2009, o serviço de atendimento aos clientes da Emissora contava com uma central de atendimento formada por colaboradores próprios, operando 24 horas por dia, 365 dias por ano, com um volume de contato anual de aproximadamente 6 milhões de contatos.

Em 31 de julho de 2008, o Decreto nº 6.523 estabeleceu novas regras para os serviços de atendimento telefônico aos clientes de empresas reguladas pelo governo, o qual entrou em vigor a partir de 1º de dezembro de 2008. A Emissora já se adaptou a referidas regras. Com base no mencionado decreto, a ANEEL ainda pode determinar outras adequações sobre atendimento telefônico aos clientes de empresas do setor de energia.

A tabela abaixo apresenta o volume total de ligações da Emissora nos períodos nela indicados:

Central de Atendimento ao Cliente	Exercício social encerrado em		
	31 de dezembro de 2006	31 de dezembro de 2007	31 de dezembro de 2008
	Milhões por ano		
Ligações ⁽¹⁾	5,4	5,9	6,1

⁽¹⁾ Inclui as ligações telefônicas que visam o acesso à Central de Atendimento e que são bloqueadas por restrições advindas da operadora de serviço telefônico.

Como resultado aos investimentos realizados em treinamento de seus operadores e eletricitas (próprios ou terceirizados), assim como na modernização de seus sistemas de informática, o Índice de Atendimento ao Cliente, da pesquisa ABRADÉE de Satisfação do Cliente, registrou 80,9% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, estando acima da média das distribuidoras de energia elétrica (acima de 400 mil clientes) da região Sudeste que é de 77,9%.

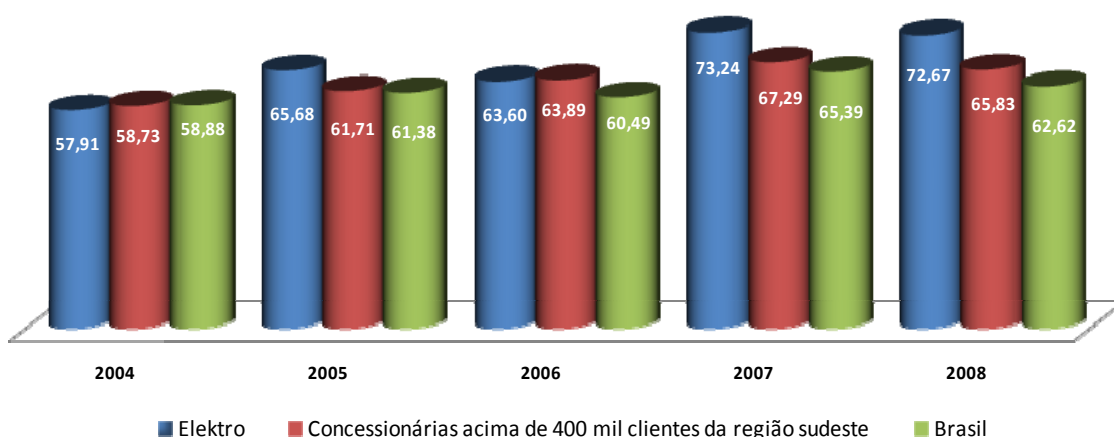
Satisfação do Cliente

A Emissora vem mantendo uma posição de destaque entre as distribuidoras de energia elétrica da região Sudeste do Brasil, especialmente no que diz respeito à qualidade dos serviços prestados. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, a Emissora foi premiada pela quarta vez na categoria Melhor Gestão Operacional pela ABRADÉE (Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica) e também recebeu o prêmio IASC da ANEEL.

ELEKTRO

Os gráficos abaixo demonstram a evolução do IASC da Emissora nos anos de 2004 a 2008:

Índice Aneel de Satisfação do Cliente - IASC



Receita do Contrato de Uso do Sistema de Distribuição – Consumidores Livres

A Emissora recebe tarifa pelo uso do sistema de distribuição de energia elétrica dos Clientes Livres que saíram de sua base de clientes cativos. No período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2009, essa atividade gerou a receita de R\$67,6 milhões. A receita pelo uso do sistema da Emissora está representada na tabela abaixo nos períodos nela indicados:

R\$ Milhões						Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição em MW					
Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de			Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de			Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de			Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de		
2008	2007	Var. %	2007	2006	Var. %	2008	2007	Var. %	2007	2006	Var. %
252,4	300,4	-16,0	300,4	287,4	4,5	13.089,5	14.901,5	-12,2	14.901,5	13.454,5	10,8

R\$ Milhões			Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição em MW		
Período de 3 meses encerrado em			Período de 3 meses encerrado em		
31 de março de 2009	31 de março de 2008	Var. %	31 de março de 2009	31 de março de 2008	Var. %
67,6	49,0	37,9	4.692,2	3.294,2	42,4

O aumento de 42,4% sobre a soma das demandas de uso do sistema de distribuição, no período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2009, decorreu, principalmente, do acordo celebrado, em 13 de janeiro de 2009, entre a Emissora e as geradoras CESP e AES-Tietê, que resultou na assinatura de novos contratos de uso do sistema de distribuição. Segundo referido acordo, e atendendo à legislação em vigor, as geradoras passam a pagar pelo uso do sistema de distribuição da Emissora que, por sua vez, repassa à concessionária de transmissão os valores devidos referentes à conexão com o sistema de transmissão.

Insumos e Fornecedores

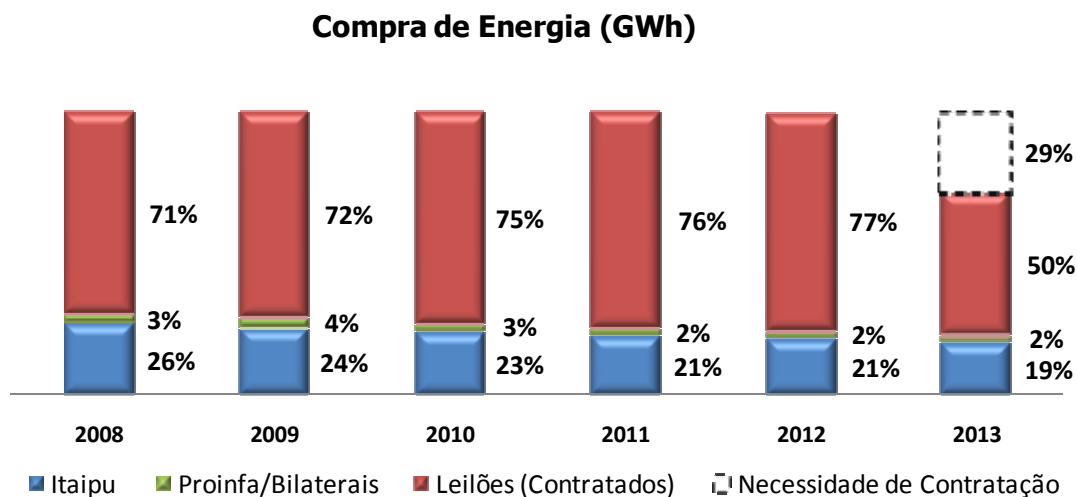
Por ser uma empresa distribuidora de energia elétrica, a Emissora depende basicamente da energia elétrica que lhe é suprida pelas empresas de geração de energia elétrica. A estratégia de suprimento de energia da Emissora prevê a contratação completa das necessidades por meio de contratos de longo prazo, evitando penalidades impostas pelo regulador e exposição ao mercado de curto prazo, que tem como característica principal uma maior volatilidade do seu preço.

Em 2004, com a implementação do Novo Modelo do Setor Elétrico, as distribuidoras de energia elétrica passaram a ter que contratar a totalidade de suas necessidades de energia, via leilões regulados. Com relação aos demais insumos necessários à expansão e manutenção do sistema elétrico, a Emissora estabelece critérios para seleção dos seus fornecedores/produtos, visando a atender suas necessidades de padrões técnicos, logística de atendimento e segurança.

No período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2009, 74,1% do suprimento de energia para a Emissora foi realizado através de CCEAR. A energia compulsória proveniente de Itaipu representou 24,1% do total de energia comprada. O restante do portfólio de compra foi composto de 0,1% de contratos bilaterais, 1,7% de energia proveniente de empreendimentos participantes do PROINFA.

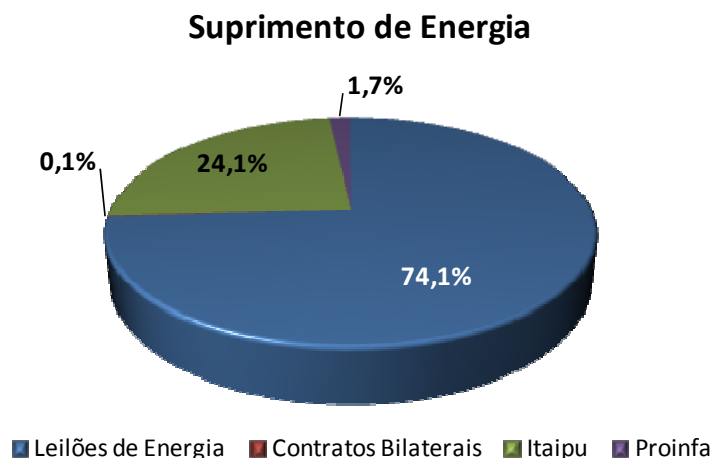
Considerando as condições estabelecidas pelo atual marco regulatório para a contratação de energia pelas distribuidoras, principalmente por meio de leilões regulados pela ANEEL, a Emissora participou ativamente de todos os mecanismos previstos nos marcos legais e regulatórios para contratação das suas necessidades de energia para o período de 2008 a 2012. Para atender ao crescimento de mercado da Emissora, as quantidades adicionais necessárias a partir de 2013 já foram parcialmente adquiridas no leilão da usina de Jirau (Rio Madeira) e no leilão A-5 realizado em 2008, sendo que o restante será adquirido nos próximos leilões regulados, conforme previsto na legislação vigente.

O gráfico abaixo demonstra a posição de contratos de energia da Emissora firmados até 31 de março de 2009:



ELEKTRO

O gráfico a seguir demonstra a composição do volume de compras de energia da Emissora em 31 de março de 2009:



Fonte: Elektro

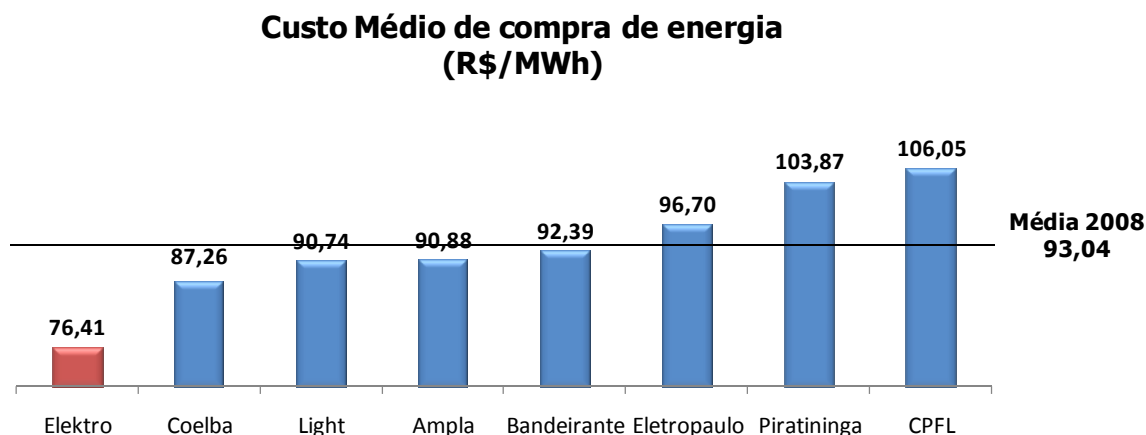
Durante os anos de 2005 a 2007, a Emissora ficou dentro dos limites (100% a 103%) de contratação para repasse integral dos custos de compra de energia para suas tarifas.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, a Emissora, assim como outras distribuidoras do setor, adquiriu o volume faltante de energia no curto prazo, em decorrência de leilões regulados que não tiveram sua demanda de energia atendida. Esses custos de compra no curto prazo, em função dos montantes frustrados dos leilões, foram passíveis de repasse às tarifas conforme Portaria MME 45, visto que essa exposição ocorreu de forma involuntária pela Emissora.

	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de			
	2005	2006	2007	2008
	MW Médio			
Recurso	1.209	1.255	1.300	1.386
Requisito	1.193	1.227	1.293	1.398
Balanço	17	28	7	-12
Posição	1,4%	2,3%	0,5%	-0,9%

Exceto pela forma de contratação de energia elétrica descrita acima, a Emissora possui uma política de analisar a proposta de pelo menos 3 fornecedores antes de celebrar qualquer contrato de fornecimento.

O gráfico abaixo apresenta uma comparação entre o custo médio de compra de energia (R\$/MWh) de 8 distribuidoras de energia elétrica brasileiras, bem como a média do custo médio de compra de energia dessas empresas, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, elaboradas pela Emissora com base em informações disponibilizadas pela ANEEL. Em referida comparação, a Emissora selecionou as distribuidoras de energia elétrica cuja receita operacional bruta foi maior que R\$ 2,5 bilhões, excluindo empresas com controle estatal, no exercício social encerrado 31 de dezembro de 2007.



Base: Dezembro de 2008

Fonte: ANEEL

Esse custo competitivo se traduz em menores preços de tarifas repassados aos clientes em decorrência das compras de energia da Emissora, reduzindo, dessa forma, a pressão sobre a capacidade de pagamento dos clientes

Sazonalidade das Vendas

A sazonalidade nas vendas de energia elétrica da Emissora pode ser dividida nos seguintes períodos:

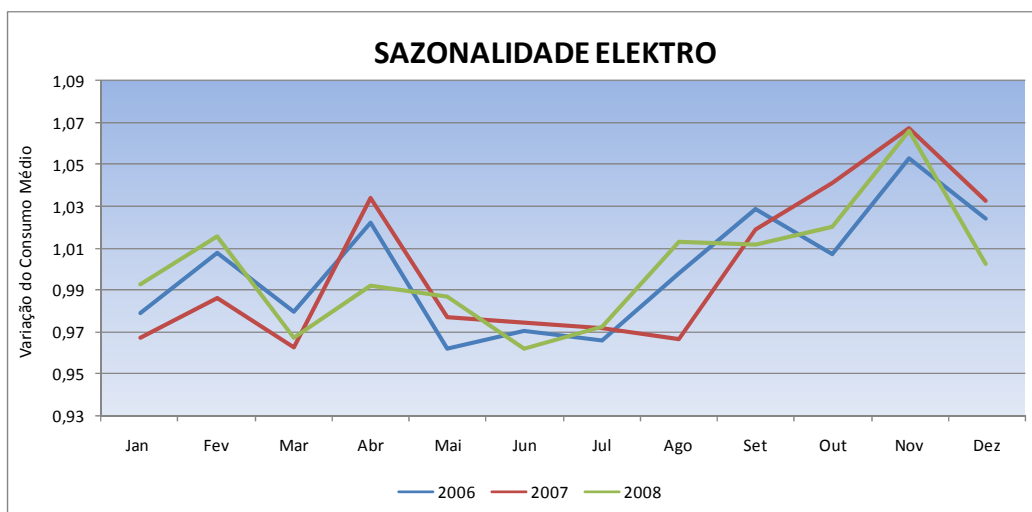
- a) período de maio a agosto: apresenta um consumo de energia elétrica com poucas oscilações entre os meses;
- b) período de setembro a abril: variações nas atividades econômicas, na produção industrial e agrícola e nas condições climáticas são mais sensíveis e afetam as vendas de energia da empresa, sendo que nesses meses normalmente ocorrem as maiores vendas de energia elétrica da Emissora.

Dentre as principais causas destas variações destacam-se: (a) o aumento das vendas de energia no quarto trimestre devido ao crescimento sazonal da produção industrial; (b) variação nas vendas pelo início ou término do ciclo agrícola; e (c) variação da demanda na região litorânea em função de períodos de férias e estação do verão.

A dispersão geográfica das áreas atendidas pela Emissora faz com que existam amplas diversidades entre si, sejam elas demográficas, sociais e de caráter econômico. Essas características fazem com que o perfil de consumo de energia elétrica seja heterogêneo na sua área de concessão.

ELEKTRO

Seguem abaixo os índices sazonais do mercado da Emissora que correspondem às características descritas:



Fonte: Elektro

Cobrança e Inadimplência

O quadro a seguir mostra as contas a receber da Emissora, em 31 de março de 2009, em relação aos consumidores, fornecedores e parcelamento de débito de energia elétrica de curto e longo prazo:

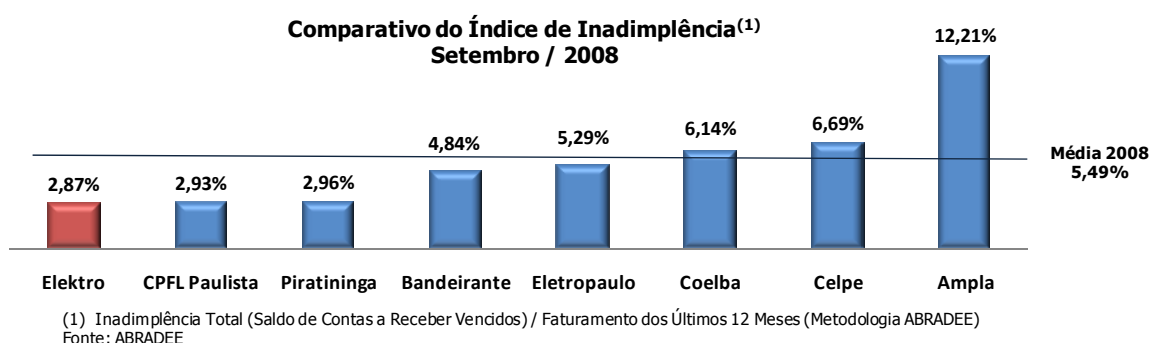
Período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2009				
Vencidos				
	A Vencer	até 90 dias	(+) de 90 dias	Total
Fornecimento	134.962	86.250	18.979	240.191
Residencial	66.490	56.488	4.395	127.372
Industrial	18.563	10.777	7.854	37.194
Comercial	19.784	12.262	2.079	34.125
Rural	6.140	3.281	319	9.739
Poder Público	8.785	925	363	10.073
Iluminação Pública	8.866	612	2.959	12.437
Serviços Públicos	6.333	1.905	1.011	9.250
Outras Contas a Receber	308.607	4.918	5.640	319.165
Parcelamentos de Débitos	46.819	4.918	5.640	57.377
Receita não Faturada	223.395	-	-	223.395
Supridores	29.058	-	-	29.058
Outros	9.335	-	-	9.335
Total	443.569	91.167	24.619	559.355

A Emissora vem realizando as melhores práticas de mercado no que diz respeito ao combate à inadimplência. Dentre as ações adotadas pela Emissora, destacam-se a realização de campanhas de inadimplência através do cadastramento de clientes para pagamento de contas em débito automático, a utilização de empresas de cobrança terceirizada, a contratação de cobrança judicial terceirizada, a realização de visitas de cobrança, tal como, o início da inclusão de consumidores inadimplentes nos órgãos de proteção ao crédito, tais como a SERASA. Essa última ferramenta é amplamente utilizada por outros setores da economia e tem se mostrado eficaz no setor elétrico como forma de disciplinar a inadimplência dos clientes perante o mercado.

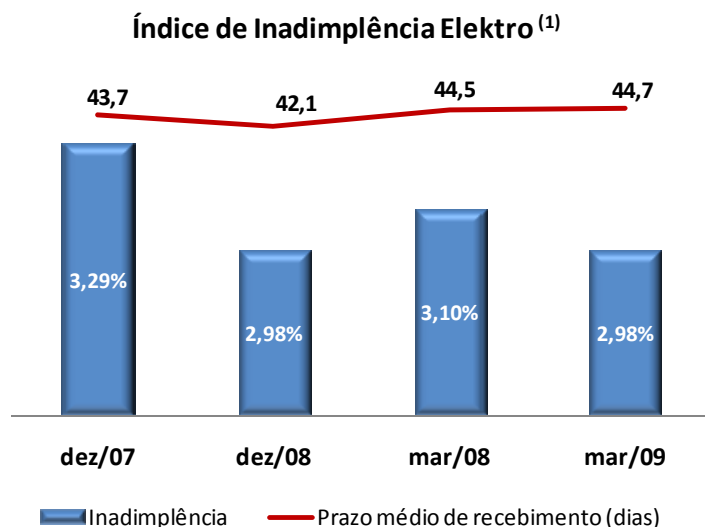
Até 31 de março de 2009, estava em implantação o conceito de *credit scoring*, um modelo estatístico baseado em *geo-marketing* e no histórico de pagamentos que classifica o comportamento de pagamento, atribuindo uma nota para os clientes. O principal objetivo é direcionar as ações de cobrança a fim de reduzir gastos no combate à inadimplência ao adequar ações de cobrança ao perfil do cliente, maximizando os recursos alocados no combate à inadimplência.

A Emissora também possui gestão descentralizada das carteiras de clientes, o que permite atuação focada para devedores críticos.

Como resultado de referidas ações, a Emissora possui o menor índice de inadimplência, conforme última divulgação de índices pela ABRADEE em 30 de setembro de 2008. A Emissora realizou referida comparação com base nas informações financeiras das distribuidoras de energia elétrica cuja receita operacional bruta foi maior que R\$ 2,5 bilhões, excluindo empresas com controle estatal, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007:



A despeito da atual crise financeira, os resultados da Emissora, até 31 de março de 2009, apontam para manutenção dos níveis de arrecadação, conforme demonstrado pelo gráfico abaixo:



(1) Inadimplência Total (Saldo de Contas a Receber Vencidos) / Faturamento dos Últimos 12 Meses (Metodologia ABRADEE)
Fonte: Elektro

ELEKTRO

A provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD ou PDD) é constituída em conformidade com o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela ANEEL, em conjunto com a análise da administração da Emissora, para cobertura de eventuais perdas com as contas a receber. A tabela abaixo apresenta o valor das provisões de crédito de cobrança e liquidação duvidosos da Emissora nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006, bem como nos períodos de 3 meses encerrados em 31 de março de 2009 e 2008:

Provisão de Créditos de Cobrança e Liquidação Duvidosa	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			Período de 3 meses encerrado em 31 de março de
	2008	2007	2006	2009
Valor em R\$ Milhares	43.656	44.258	62.287	40.255

Eventos Relacionados ao Setor Energético

Revisão Tarifária

Conforme previsto no Contrato de Concessão, a Revisão Tarifária Periódica da Emissora deverá ocorrer a cada quatro anos. A primeira Revisão Tarifária Periódica da Emissora ocorreu em 27 de agosto de 2003.

A segunda Revisão Tarifária Periódica da Emissora foi homologada em caráter provisório pela ANEEL em 27 de agosto de 2007, resultando em um reposicionamento tarifário médio negativo de 18,59%. A base de remuneração da Emissora, após o recurso administrativo citado abaixo, foi fixada em base de remuneração bruta de R\$ 3.902.221.795,07 e base de remuneração líquida de R\$ 1.788.805.412,55.

De acordo com a Resolução Homologatória nº 535, de 21 de agosto de 2007, essa segunda Revisão Tarifária Periódica da Emissora encontrava-se provisória no que tange aos custos operacionais, sendo que deveria ser publicada a revisão tarifária definitiva quando do reajuste tarifário de 2008. Neste período, a componente das tarifas destinada à gestão de inadimplência foi elevada de 0,5% para 0,6% do faturamento bruto. Outros itens, como o modelo de cálculo dos custos operacionais não disponibilizados até a data do reajuste da Emissora, em 27 de agosto de 2008, continuam provisórios, nos termos da Resolução Homologatória nº 700, de 26 de agosto de 2008.

Em 10 de setembro de 2007, a Emissora protocolou um recurso administrativo junto à ANEEL, no tocante ao valor da base de remuneração regulatória utilizada na Revisão Tarifária Periódica de 2007. Assim, no reajuste tarifário de agosto de 2008, a ANEEL incluiu alguns ativos na base de remuneração da Emissora e revisou os cálculos de custos adicionais e componentes financeiros, resultando na inclusão de um componente financeiro de R\$ 15,5 milhões na tarifa da Emissora, os quais serão amortizados até agosto de 2009.

Em 25 de novembro de 2008, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 338, que regulamentou a metodologia a ser aplicada a certos itens que foram determinados em caráter provisório durante o segundo ciclo das Revisões Tarifárias Periódicas das distribuidoras, visando dar-lhes forma definitiva. Dentre as alterações introduzidas, as mais significativas são as referentes ao cálculo dos custos operacionais eficientes denominados ER, Fator X, banco de preços regionalizados, cujos valores servirão para precificar os ativos da base de remuneração regulatória e as atividades da ER e metodologia para apuração de perdas não técnicas.

Os ajustes à segunda Revisão Tarifária Periódica da Emissora ocorrerão no reajuste tarifário de agosto de 2009, com exceção do banco de preços que será aplicado apenas para o terceiro ciclo da Revisão Tarifária Periódica da Emissora, prevista para 2011.

Revisão Tarifária Extraordinária

A Emissora pode solicitar, a qualquer tempo, a revisão tarifária extraordinária, nos casos em que haja variações de custos e alterações imprevistas, de modo a restabelecer o seu equilíbrio econômico-financeiro.

Conforme Nota Técnica da ANEEL nº 237/2008, a Emissora, em abril de 2002, foi intimada em liminar proferida pelo Ministério Público Federal a suspender em alguns municípios de sua área de concessão, que fazem parte da jurisdição da Subseção Judiciária Federal de Presidente Prudente, a cobrança de RTE - Recomposição Tarifária Extraordinária, que visava a recompor as perdas das empresas de distribuição durante o Programa de Racionamento de Energia Elétrica. A referida liminar foi revogada em março de 2008, quando do julgamento de improcedência de uma ação civil pública.

A ANEEL decidiu pela cobrança dos adicionais tarifários previstos na Lei nº 10.438/02 naqueles 26 municípios por 52 meses, equivalente ao período residual previsto originalmente para a cobrança em que a liminar vigorou, a partir do reajuste tarifário de agosto de 2008. Houve um excesso de arrecadação da RTE da Parcela A, no valor de R\$ 8.893.365,95. Tal valor foi considerado como componente financeiro negativo no reajuste tarifário de 2008, devendo ser validado no reajuste da empresa em 2009.

Reajuste Tarifário

Os reajustes tarifários ocorrem anualmente entre as revisões tarifárias. Conforme previsto no Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, o valor das tarifas praticadas pela Emissora tem reajuste com periodicidade anual, contados do último reajuste ou revisão ocorrido. Pelo reajuste tarifário são realizadas atualizações do preço com base nos índices que refletem a variação do custo do contrato, tal como compensação dos efeitos da inflação sobre as tarifas e os efeitos das variações dos custos não gerenciáveis e gerenciáveis.

Em 22 de agosto de 2006 a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 371 e da Nota Técnica nº 218, de 03 de agosto de 2006, homologou o reajuste contratual anual da Elektro. O índice médio de reajuste tarifário foi de 6,09%, válido a partir de 27 de agosto de 2006.

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 701, de 26 de agosto de 2008, homologou o mais recente reajuste contratual anual da Emissora, concedendo reajuste médio, a ser percebido pelo consumidor, de 10,91% às tarifas da Emissora, válido a partir de 27 de agosto de 2008. Este aumento é composto por 5,76% referente ao reajuste tarifário anual, tal como previsto no contrato de concessão, e 5,15% correspondente a compensações financeiras pertinentes relativas à CVA, subvenção a tarifas residenciais de baixa renda e outras tarifas subsidiadas, diferença da segunda revisão tarifária da Emissora em 2007, entre outros.

O Fator X, que é deduzido da inflação para fins do reajuste tarifário e visa ao compartilhamento com os consumidores dos ganhos de produtividade da concessionária resultou em 4,36%.

Pontos Fortes

A Emissora entende que suas principais vantagens competitivas são:

- **Área de Concessão com Alto Potencial de Desenvolvimento:** a Emissora distribui energia elétrica em uma área de concessão que abrange 223 municípios no Estado de São Paulo e 5 municípios no Estado do Mato Grosso do Sul. Em 31 de março de 2009, a Emissora fornecia eletricidade para 2.085 mil clientes e uma população de 5,5 milhões de pessoas. O Estado de São Paulo, onde se concentra a maior parte das atividades da Emissora, é o centro financeiro e comercial e um dos principais eixos industriais e de agronegócios do País. A administração da Emissora acredita que o desenvolvimento de sua área de concessão tende ainda a se beneficiar do movimento de migração da região metropolitana da capital para o interior do Estado de São Paulo, bem como da expansão das atividades industriais, de serviços e do agronegócio em sua área de concessão, apresentando elevado potencial de elevação no consumo de energia per capita.

ELEKTRO

- Base de Clientes Crescente e Diversificada: a base de clientes da Emissora cresce em uma média de 2,9% ao ano desde 2006. Considerando que a base de clientes da Emissora concentra-se no segmento residencial e esse mercado tende a ser menos sensível às oscilações da economia do que o mercado industrial, a administração da Emissora acredita que sua carteira de clientes residenciais, reduz os riscos de diminuição do consumo em sua área de concessão. Além disso, sua base de clientes industrial é altamente diversificada, o que faz com que a Emissora seja menos vulnerável a oscilações negativas de determinados setores da economia.
- Administração Experiente e Equipe Altamente Capacitada: a Emissora possui uma administração com elevada *expertise* no setor elétrico e comprometida com as melhores práticas de governança corporativa. Os conselheiros e diretores da Emissora possuem vasta experiência no segmento de distribuição e geração de energia elétrica nos setores privado e público, tanto no País quanto no exterior. Em 31 de março de 2009, os diretores executivos da Emissora possuíam, em média, 20 anos de experiência no setor de energia elétrica. O Conselho de Administração da Emissora também era composto por profissionais com vasta experiência profissional e destaque no cenário nacional e internacional, possuindo também, em 31 de março de 2009, 20 anos de experiência, em média, no setor de energia.
- Acionista Comprometido e com Foco no Setor Energético: a AEI é uma companhia registrada na SEC que administra, opera e possui participação societária em 39 companhias de infraestrutura energética (distribuição e geração de energia elétrica, transporte e distribuição de gás natural e combustível refinado), espalhadas em 19 países, com cerca de 14,2 mil empregados, 6,6 milhões de clientes, uma capacidade instalada de 2,1 mil MW, aproximadamente 49 mil km de gasodutos, 167 mil km de linhas de distribuição de energia e mais de 2,3 mil postos de combustível. A AEI foca na sua atuação em ativos de infraestrutura energética em mercados emergentes. Além disso, a Emissora está comprometida com as práticas de boa governança corporativa praticadas por sua Acionista Controladora Indireta, que por sua vez está sujeita às regras da Lei Sarbanes-Oxley e do FCPA.
- Gestão Operacional Premiada e Serviço de Alta Qualidade: a Emissora acredita fornecer um serviço de alta qualidade, com poucos e curtos episódios de interrupção de serviço. Essa excelência no serviço pode ser comprovada por meio da análise dos indicadores técnicos operacionais da Emissora DEC e FEC que medem, respectivamente, a duração de interrupção por consumidor e a frequência equivalente de interrupção por consumidor. Esses indicadores registraram, em 31 de março de 2009, os melhores níveis dos últimos três anos (8,38 horas anuais e 5,75 vezes por ano, respectivamente) e são melhores que os padrões estabelecidos pela ANEEL. Ao longo de seus anos de existência, a Emissora vem sendo reconhecida através dos prêmios de maior credibilidade no setor elétrico do País. A Emissora foi premiada por 4 vezes como Melhor Gestão Operacional (2008, 2007, 2006 e 2004) entre as distribuidoras com mais de 500 mil clientes pela ABRADEE. Essa excelência operacional é resultado da experiência de seus colaboradores no setor de energia elétrica, da qualidade de seus colaboradores, da gestão eficiente dos recursos alocados na manutenção e expansão de sua rede, das melhorias constantes realizadas em seu sistema operacional e da inovação constante de seus processos. A qualidade dos seus serviços é também atestada pelos consumidores. Além dos prêmios listados acima, em 2008, a Emissora também recebeu o Prêmio IASC da ANEEL na categoria "Região Sudeste acima de 400 mil unidades consumidoras", que reconhece as distribuidoras com melhor satisfação de seus clientes.
- Melhor índice de Perdas de Energia do Setor de Distribuição: conforme comparação feita pela Emissora com base nos dados das distribuidoras de energia elétrica que disponibilizaram tal informação ao mercado, a Emissora possui o menor índice de perdas de energia entre as maiores empresas do setor de distribuição de energia elétrica brasileiro. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, a Emissora apresentou um índice de perdas de 6,71%, que é o menor índice registrado em suas atividades nos últimos três anos. Em 31 de março de 2009, esse índice era de 6,72%. Esses resultados refletem a qualidade dos ativos da Emissora e a consistência no seu programa de manutenção e modernização do sistema elétrico, bem como a efetividade de seu programa de inspeção de medidores, identificação e correção de procedimentos irregulares e furtos de energia.

- **Estrutura de Capital Equilibrada:** em junho de 2005, a Emissora deu início a um processo de reestruturação de dívida e de capital que gerou reflexos positivos sobre seu grau de endividamento, e sobre sua estrutura de capital. Tal processo foi implementado por meio (a) da capitalização de cerca de R\$ 1,1 bilhão por meio da conversão de certas dívidas intercompanhia em capital, possibilitando a absorção de prejuízos acumulados; (b) da eliminação do risco cambial da Emissora vinculado às dívidas denominadas em dólar norte-americano e (c) do refinanciamento da dívida por meio de sua 2ª Emissão de debêntures. Como resultado, a Emissora obteve uma estrutura de capital prudente que preserva sua liquidez e facilita o acesso aos mercados financeiros e de capitais. Em 31 de março de 2009, a Emissora possuía um Endividamento Líquido de R\$679,0 milhões, resultado do Endividamento Total de R\$ 930,5 milhões e saldo de caixa, aplicações financeiras e caução de fundos de R\$ 251,6 milhões. Para maiores informações sobre a reestruturação financeira da Emissora de 2005, vide seção “Informações sobre a Emissora - Atividades da Emissora – Endividamento e Reestruturação” na página 194 deste Prospecto Definitivo. A estrutura de capital da Emissora é marcada pelo baixo grau de Endividamento. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, a Emissora apresentava uma relação de 39% de capital de terceiros para 61% de capital próprio e, para o período encerrado em 31 de março de 2009, a Emissora apresentava uma relação de 35% de capital de terceiros para 65% de capital próprio, sendo que 69% deste Endividamento encontravam-se no longo prazo. Ambos estão abaixo da média de 53% das demais distribuidoras de energia elétrica e ao grau de endividamento sugerido para o setor (de 57% de capital de terceiros e 43% de capital próprio). Outro ponto importante a destacar é o baixo nível do passivo atuarial da Emissora tendo em vista a liquidação, em 2007, de sua confissão de dívida com o plano previdenciário administrado pela Fundação CESP. Para informações sobre o plano previdenciário administrado pela Fundação CESP, vide seção “Informações sobre a Emissora – Recursos Humanos” na página 280 deste Prospecto Definitivo.
- **Solidez Financeira e Geração de Caixa Operacional Consistente:** como resultado de uma gestão austera de seus recursos financeiros, controlando custos operacionais de forma eficiente e maximizando o fluxo de suas receitas, a Emissora apresentava, em 31 de março de 2009, uma Margem EBITDA de 33,6%, uma média acima do setor que é de 26%, o que demonstra a preocupação da Emissora com a gestão eficiente de seus recursos e sua busca pela excelência na gestão de seus processos. A média da Margem EBITDA da Emissora tem se mantido acima de 30% nos três últimos exercícios sociais, encontrando-se entre os melhores índices do setor de distribuição de energia elétrica. Como resultado dessa Margem EBITDA, a geração de caixa tem sido consistente, sendo que, nos últimos três exercícios sociais, a média de geração operacional de caixa, após a dedução de imposto de renda, contribuição social e pagamento de juros, foi de R\$ 886 milhões.

Posicionamento Estratégico

A visão da Emissora é ser a distribuidora de energia elétrica mais admirada do País. Sua missão é distribuir energia elétrica com segurança e qualidade para o desenvolvimento e bem-estar das comunidades atendidas, gerando crescente valor para os clientes, colaboradores e acionistas. A Emissora está comprometida com a qualidade de seus serviços através da aplicação da melhoria contínua e inovação em seus processos, tecnologias e sistema de gestão.

A atividade de distribuição de energia tem como característica o monopólio no atendimento de um mercado consumidor de um serviço público dentro de sua área de concessão. Tal fato impõe que exista um agente regulador que garanta que a concessionária esteja operando de forma eficiente, segura do ponto de vista econômico-financeiro e com uma tarifa acessível para todos os cidadãos.

A opção pelo atual posicionamento estratégico da empresa está alinhada às restrições impostas pela atividade regulada de distribuição de energia. A Emissora está limitada a investir na sua área de concessão e o investimento é sempre analisado pelo regulador com vistas a garantir prudência nos usos dos recursos da empresa. Adicionalmente, o modelo regulatório da distribuição incentiva a busca pela eficiência em gastos gerenciáveis ao permitir que a acionista da concessionária aufera ganhos incrementais caso as despesas gerenciáveis sejam menores que as autorizadas pelo agente regulador. Para além da parte financeira, a distribuidora reforça a sua credibilidade perante o regulador e sociedade ao fornecer um serviço pautado pela excelência operacional, segurança, satisfação dos clientes e bem estar das comunidades. Portanto, a maximização do retorno à acionista da Emissora passa necessariamente pela alocação otimizada de recursos e eficiência em despesas e investimentos que, na visão da Emissora, poderão ser obtidos através da melhoria contínua e inovação tecnológica como pilares da política de gestão.

ELEKTRO

O posicionamento estratégico da Emissora leva em consideração quatro principais temas estratégicos:

- financeiro: maximizar o retorno aos acionistas da Emissora, garantindo a sustentabilidade do negócio;
- clientes: aumentar o nível de satisfação dos clientes em relação aos serviços prestados, com foco em qualidade, eficiência e comunicação;
- processos internos: aprimorar práticas gerenciais e sistemas, buscar incessantemente a excelência operacional através de otimização de processos e uso de novas tecnologias além de implantar ações que visem o comportamento seguro buscando zero acidente; e
- pessoas: treinar e desenvolver os colaboradores e parceiros e incrementar satisfação dos trabalhadores, de forma a atrair e reter talentos.

A administração da Emissora define os objetivos estratégicos que estão atrelados a referidos temas e direcionam o foco de sua gestão de forma a garantir o alinhamento das diversas ações em curso na sua organização estratégica. Esses objetivos e alguns projetos para o ano de 2009 a eles atrelados estão listados a seguir:

- implantar ações que visem o comportamento seguro através da mudança em processos e uso de inovações tecnológicas, visando acidente zero com colaboradores, parceiros e população. Exemplo de ações neste sentido incluem atualização de 100% do IPAR (Identificação Preliminar e Avaliação de Riscos) e o aprofundamento dos programas de direção segura como o monitoramento de veículos;
- melhorar o retorno para os acionistas garantindo a sustentabilidade do negócio. A sistematização do acompanhamento do plano estratégico da Emissora e desenvolvimento de metodologia para comparação dos custos reais com a Empresa de Referência são algumas das iniciativas em curso que visam a um melhor monitoramento do atendimento deste objetivo;
- melhorar a excelência operacional através da otimização de processos e uso de novas tecnologias. Dentre os projetos em andamento, o Projeto NEO contempla uma ampla revisão de processos e integração dos sistemas e atualização da versão do ERP da Emissora. No que diz respeito às novas tecnologias, a Emissora desenvolve o projeto de Inteligência Artificial para detecção de fraudes e a implantação de redes inteligentes para a gestão online dos clientes atendidos. Objetivando a melhoria da produtividade e dos indicadores operacionais, esse gerenciamento permitirá, em um futuro próximo, a operação remota de leitura, inspeções, cortes e religação;
- melhorar a satisfação dos clientes em relação aos serviços prestados, com foco em qualidade, eficiência e comunicação através da expansão dos canais de comunicação com o cliente, melhorias em seu *call center* e desenvolvimento de produtos e serviços não regulados para clientes que utilizam baixa tensão;
- melhorar os sistemas e práticas de gestão por meio da utilização dos resultados do relatório de gestão da Fundação Nacional da Qualidade; e
- aumentar a satisfação dos colaboradores para atrair e reter profissionais fazendo uso da ferramenta de clima organizacional, incentivando prioritariamente o recrutamento interno e aprimorando os treinamentos técnico-operacionais, de desenvolvimento, plano de carreira e sucessão.

Histórico da Emissora

Geral

Em 31 de março de 2009, a Emissora era controlada diretamente pelas empresas *holdings* EPC, ETB, AEI Investimentos Energéticos e AEI Finance que, conjuntamente, detinham 99,68% do capital total e 99,97% do capital votante da Emissora. Nessa data, a EPC detinha o bloco de controle com 64,55% do capital votante da Emissora e as *holdings* acima mencionadas eram indiretamente controladas pela AEI (com exceção da ETB, cujo controle é direto).

A Emissora é uma companhia aberta que foi criada em 1998, como subsidiária integral da CESP, dentro das diretrizes estabelecidas pelo PED – Programa Estadual de Desestatização do Estado de São Paulo.

A Emissora é uma concessionária de serviços públicos que atua na distribuição de energia elétrica e tem como objeto social: (a) o estudo, planejamento, projeto, construção e operação de sistemas de distribuição e comércio de energia elétrica; (b) a prestação de serviços que, direta ou indiretamente, se relacionem com seu objeto social, tais como uso múltiplo de postes, mediante cessão onerosa a outros usuários, a prestação de serviços técnicos de operação, a manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros, serviços de otimização de processos energéticos e instalações elétricas de consumidores, cessão onerosa de faixas de servidão de linhas, visando maior eficiência no uso da eletricidade; e (c) o estudo, elaboração, execução de planos e programas de desenvolvimento econômico em regiões de interesse da Emissora, seja diretamente ou em colaboração com órgãos estatais ou particulares, bem como o fornecimento de informações e assistência para auxílio da iniciativa privada ou estatal, que visem a implantação de atividades econômicas, culturais, assistenciais e sociais naquelas regiões, para o cumprimento de sua função social em benefício da comunidade.

A Emissora foi constituída com duração por tempo indeterminado e tem sede e foro na cidade de Campinas, São Paulo, na Rua Ary Antenor de Souza, nº. 321, Jardim Nova América.

A Emissora obteve seu registro de companhia aberta na CVM em 8 de julho de 1998. Nos termos do Decreto Presidencial de 20 de agosto de 1998 e por intermédio do Contrato de Concessão celebrado em 27 de agosto de 1998, a União concedeu à Emissora o direito de exploração dos serviços públicos de distribuição e de geração de energia elétrica nos municípios listados no Contrato de Concessão.

Eventos Relevantes no Desenvolvimento das Atividades da Emissora

Considerando que Emissora é uma concessionária de serviços públicos que atua na distribuição de energia elétrica, os eventos mais relevantes no desenvolvimento de suas atividades foram (a) sua constituição em 6 de janeiro de 1998, (b) a cessão de ativos relativos à distribuição de energia elétrica da CESP para a Emissora em 23 de janeiro de 1998 e (c) o início das operações comerciais independentes da Emissora com a transferência dos funcionários da CESP que atuavam na distribuição de energia para a Emissora em 1º de junho de 1998.

A Emissora foi constituída por meio da Assembléia Geral Extraordinária da CESP, realizada em 6 de janeiro de 1998, sendo inicialmente uma sociedade por ações de capital fechado. Posteriormente a CESP aprovou alteração estatutária da Emissora em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 23 de janeiro de 1998, elevando o seu capital social por meio da cessão de ativos relativos à distribuição de energia elétrica da CESP.

Em 27 de maio de 1998, em Assembléia Geral Extraordinária, foi aprovada nova alteração do Estatuto Social. Em 1º de junho de 1998, por sua vez, deu-se o início das operações comerciais independentes da Emissora, com a concomitante transferência para a Emissora de todos os funcionários da CESP que atuavam na distribuição de energia.

Em complemento ao disposto nos itens acima, segue abaixo uma descrição dos principais eventos de transformação e/ou reestruturação societária ocorridos desde a constituição da Emissora em 6 de janeiro de 1998:

Aquisição do controle da Emissora pelo Grupo Enron

Em 16 de julho de 1998, por meio de leilão realizado na BOVESPA, a Terraço, *holding* brasileira que na época era controlada indiretamente pela Enron, adquiriu 43.681.171 lotes de mil ações ordinárias representativas de 89,98% do capital votante da Emissora (46,62% do capital total), mediante a utilização de recursos captados no exterior por sua subsidiária integral, a empresa TIL.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 18 de janeiro de 1999, os acionistas da Emissora aprovaram a incorporação da Terraço, passando o controle do capital votante da Emissora a ser exercido diretamente pelos então acionistas da Terraço, na mesma proporção de suas participações na Terraço anteriormente à incorporação.

Por meio de mais 2 leilões ocorridos na BOVESPA, em 29 de janeiro de 1999 e 18 de fevereiro de 1999, respectivamente, a Enron passou a deter indiretamente 99,46% do capital social total da Emissora por meio de suas *holdings* brasileiras.

ELEKTRO

No segundo trimestre de 1999, a parcela de dívida contraída pela TIL no exterior, no montante de R\$ 430.500 mil, que havia sido utilizada pela Terraço, sua então controladora, para aquisição das ações da Emissora ofertadas na então BOVESPA no dia 16 de julho de 1998, foi assumido pelos controladores da Emissora na época. Essa parcela foi objeto de capitalização em 27 de maio de 1999, equivalente a R\$ 429.650 mil. Após esta capitalização, a Enron, por meio de suas *holdings* brasileiras, passou a deter indiretamente 99,62% do capital social total da Emissora e 99,96% de seu capital votante.

Reestruturação do Grupo Enron

Em 2 de dezembro de 2001, a Enron e algumas de suas controladas e coligadas (conjuntamente com a Enron, os “Devedores”) iniciaram um processo de proteção falimentar com base no Capítulo 11 da Lei de Falências dos Estados Unidos da América.

Em 11 de julho de 2003, os Devedores, com o apoio do Comitê Oficial de credores quirografários (*Official Unsecured Creditors Committee*) da Enron (“Comitê de Credores”) e do examinador independente do processo (nomeado pelo juiz da Corte de Falências de Nova Iorque), submeteram à aprovação da Corte de Falências do Distrito Sul de Nova Iorque (“Corte de Falências”), um plano de reorganização da Enron em conjunto com algumas de suas afiliadas (“Plano”) com base no Capítulo 11 da Lei de Falências dos Estados Unidos da América e o seu respectivo memorando de informações, que continha descritivo dos aspectos operacionais, comerciais, financeiros e regulatórios, dentre outros, dos ativos que integravam a Enron, e que tinha por objetivo dar uma visão geral dos negócios e condições financeiras da Enron aos seus credores.

O Plano contemplou a criação da Prisma Energy, companhia internacional de energia que deveria atuar na gestão de participações integrais ou parciais da Enron nos ativos de distribuição de energia elétrica e gás natural, gasodutos e geração de energia elétrica, todos localizados fora dos Estados Unidos da América. De acordo com o Plano, a Emissora se tornaria uma das empresas integrantes do grupo de empresas controlado pela Prisma Energy.

Após audiência pública realizada em 9 de janeiro de 2004, a Corte de Falências aprovou o memorando de informações, confirmando que este continha informações suficientes para permitir que um reclamante ou parte interessada no processo votasse contra ou a favor do Plano.

Após a realização de mais uma audiência pública em junho de 2004, a Corte de Falências aprovou, em 15 de julho de 2004, o Plano da Enron com base no Capítulo 11 da Lei de Falências dos Estados Unidos da América. De acordo com o Plano então aprovado, os credores quirografários da Enron receberam pagamentos em espécie e em ações da Prisma Energy. As transferências dos ativos para a Prisma Energy ocorreram após a obtenção das aprovações regulatórias e de terceiros necessárias.

Tendo em vista a troca de controle da Emissora, as seguintes aprovações locais necessárias para a efetivação da transferência do seu controle societário indireto para a Prisma Energy foram obtidas: (i) em 16 de março de 2004, a ANEEL emitiu a Resolução Autorizativa nº 109, (ii) em 6 de abril de 2004, a Diretoria do BNDES, banco credor da Emissora na época, deliberou a aprovação, em consonância com disposições aplicáveis aos seus contratos de financiamento e (iii) os bancos agentes de repasses e linhas de crédito do BNDES detidos pela Emissora na época também aprovaram a alteração do controle societário indireto da Emissora para a Prisma Energy.

Em 31 de agosto de 2004 e em conformidade com as disposições do Plano, foi celebrado o Contrato de Contribuição e Separação de Ativos (*Contribution and Separation Agreement*) entre a Enron, Prisma Energy e outros, por meio do qual a Enron transferiu para a Prisma Energy diversos ativos e participações societárias, incluindo a sua participação acionária indireta detida na Emissora, concretizando uma das etapas do Plano.

Desverticalização e Questões Societárias Correlatas

Geral

A Lei de Concessões do Setor Energético estabeleceu a obrigatoriedade da segregação das atividades de distribuição e geração de energia elétrica relativas às pessoas jurídicas concessionárias, permissionárias e autorizadas, processo este denominado de “desverticalização”. Para maiores informações gerais sobre o processo de desverticalização, vide seção “Visão Geral do Setor de Energia Elétrica no Brasil – Desverticalização” na página 186 deste Prospecto Definitivo.

Até agosto de 2005, a Emissora possuía as concessões de duas PCHs, além da subsidiária integral TIL. De forma a adaptar-se à nova legislação do setor, a Emissora procedeu à segregação da atividade de geração e à desvinculação da subsidiária TIL.

A Resolução Autorizativa n.º 308 da ANEEL, de 5 de setembro de 2005, aprovou o processo de desverticalização da Emissora e concedeu prazo de conclusão de 90 dias a contar da publicação da referida resolução, ou seja, até 13 de dezembro de 2005. Nas Reuniões de Diretoria e do Conselho de Administração, realizadas, respectivamente, nos dias 7 e 10 de outubro de 2005, foram aprovadas a dissolução da TIL e a constituição de uma nova sociedade – Elektro Geração S.A. Adicionalmente, a Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de outubro de 2005, aprovou a cisão parcial da Emissora, com a transferência dos ativos de geração para a Elektro Geração S.A., no valor de R\$1,6 milhão, baseado no laudo de avaliação a valores contábeis.

Cisão Parcial e Direito de Retirada

Com a desverticalização, implementada na forma acima, foi concedido o direito de retirada, mediante o reembolso das ações, aos acionistas que detinham ações da Emissora até 13 de outubro de 2005. Segundo o artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, o valor de reembolso para os casos de recesso foi o valor de patrimônio líquido contábil das ações de emissão da Emissora, equivalente a R\$3,60 por lote de mil ações, conforme balanço base. O direito de retirada ocorreu durante os dias 2 e 3 de novembro de 2005 e o período para seu exercício foi de 4 de novembro a 3 de dezembro de 2005, inclusive. Apenas quatro acionistas exerceram este direito e, em 15 de dezembro de 2005, receberam o montante de R\$49,60, equivalentes a 13.777 ações preferenciais que foram mantidas em tesouraria, na Emissora. Em 14 de setembro de 2007, 13.777 ações preferenciais mantidas em tesouraria foram canceladas, tendo em vista que não houve redução de capital.

Dissolução da TIL

O processo de dissolução da TIL seguiu os procedimentos protocolares e legais estabelecidos pela legislação das Ilhas Cayman e foi concluído em 31 de março de 2006.

Alienação do Controle Acionário da Elektro Geração S.A.

Após o processo de desverticalização, verificou-se que a atividade de geração requer a alocação de recursos específicos e especializados, que tornam a atividade viável para empresas que já detenham experiência nessa atividade. Diante disso, as acionistas da Elektro Geração S.A., na época, a ETB, PEBFL, EPC e PEIE decidiram alienar totalmente sua participação acionária nessa empresa.

Conforme a Resolução Autorizativa n.º 880, publicada em 4 de maio de 2007, a ANEEL autorizou as empresas ETB, PEBFL, EPC e PEIE a transferirem 99,68% das ações que detinham na Elektro Geração S.A. para a empresa compradora.

Aquisição do Grupo de Controle da Emissora pela AEI

Entre maio e setembro de 2006, a Ashmore Energy International Limited adquiriu 100% das ações da Prisma Energy, o que somente ocorreu após a obtenção dos consentimentos e aprovações necessários, incluindo, no Brasil, a aprovação da ANEEL, BNDES e agentes repassadores de linhas de financiamento do BNDES.

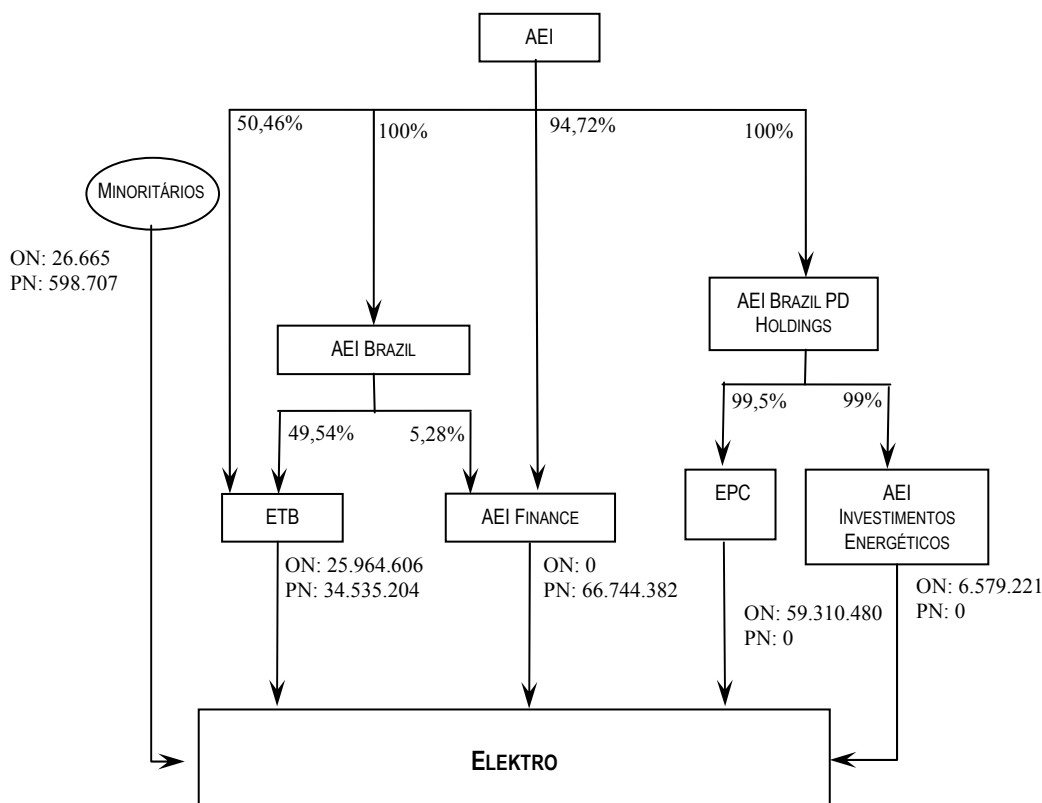
Em 29 de dezembro de 2006, foi implementada a fusão das empresas Prisma Energy e Ashmore Energy International Limited, com o surgimento de uma empresa denominada Ashmore Energy International. Posteriormente, em 22 de outubro de 2007, houve a alteração da razão social dessa empresa de Ashmore Energy International para AEI.

Em 31 de março de 2009, a Emissora era indiretamente controlada pela AEI por meio das participações societárias detidas por essa empresa nas *holdings* EPC, ETB, AEI Investimentos Energéticos e AEI Finance que, conjuntamente, detinham 99,68% do capital total e 99,97% do capital votante da Emissora.

ELEKTRO

Estrutura Societária

O organograma abaixo apresenta a estrutura do controle societário da Emissora e identifica todas as acionistas da Emissora que detinham, direta ou indiretamente, uma participação relevante no capital social da Emissora em 31 de março de 2009:



Em 31 de março de 2009, a Emissora não possuía quaisquer investimentos em outras sociedades.

Descrição da Acionista Controladora Indireta

A AEI é uma *holding* registrada na SEC que foi constituída nas Ilhas Cayman em 24 de junho de 2003. Seu principal escritório fica localizado na sede de sua subsidiária integral, a AEI Services LLC, em Houston, no estado do Texas, Estados Unidos da América. A AEI atua, mundialmente, através da gestão de participações em 39 ativos operacionais localizados em 19 países emergentes.

Em 31 de março de 2009, as operações da AEI apresentavam as seguintes características gerais:

- cerca de 14,2 mil empregados;
- operações em 19 países;
- cerca de 167,7 mil Km de linhas de distribuição de energia elétrica;
- cerca de 49 mil Km de gasodutos de transporte e distribuição de gás natural;
- cerca de 2,1 mil MW de capacidade de geração de energia elétrica; e
- atende cerca de 6,6 milhões de clientes de eletricidade, gás e gás liquefeito de petróleo.

Adicionalmente, a AEI atua no segmento de distribuição de energia elétrica no Brasil por meio da Emissora. Em 30 de setembro de 2008 a receita de vendas da AEI atingiu o total de US\$ 7,2 bilhões e um EBITDA de US\$ 0,9 bilhão.

Maiores detalhes sobre a AEI podem ser acessados no seguinte site: www.aeienergy.com.

Contratos Relevantes

Segue abaixo a descrição dos contratos relevantes de que a Emissora era parte em 31 de março de 2009. Em 31 de março de 2009, a Emissora não era parte de nenhum contrato relevante que não estava diretamente relacionado com suas atividades operacionais.

Contrato de Concessão

Nos termos do Decreto Presidencial de 20 de agosto de 1998 e por intermédio do Contrato de Concessão celebrado em 27 de agosto de 1998, a União concedeu à Emissora o direito à exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, nos municípios listados no Contrato de Concessão, e de geração de energia elétrica de duas PCHs. Mediante o terceiro termo aditivo ao Contrato de Concessão, descrito abaixo, o serviço de geração de energia elétrica foi suprimido do objeto do Contrato de Concessão.

Assim, de acordo com o referido contrato, os serviços de distribuição abrangem 223 municípios do Estado de São Paulo e 5 do Estado do Mato Grosso do Sul.

Para todos os efeitos contratuais e legais, em 31 de março de 2009, a Emissora possuía concessão individualizada para cada uma das áreas relacionadas no Contrato de Concessão. O prazo de concessão previsto no Contrato de Concessão é de 30 anos, sendo possível sua prorrogação por igual período, a exclusivo critério do Poder Concedente, devendo, para tanto, ser enviado um requerimento pela Emissora até 36 meses antes do término do Contrato de Concessão.

A Emissora somente pode suspender a prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica em situações de emergência ou mediante prévio aviso, quando ocorrer motivo de ordem técnica ou de segurança das instalações, ou em caso de irregularidade cometida pelo consumidor, inadequação de suas instalações ou inadimplemento de faturas de fornecimento. Em qualquer hipótese, a prestação do serviço só poderá ser suspensão se o consumidor, notificado, não efetuar no prazo estabelecido os pagamentos devidos, ou não cessar a prática que configure utilização irregular de energia elétrica, ou, ainda, não atender à recomendação que lhe tenha sido feita para adequar suas instalações aos requisitos exigidos pelas normas técnicas e de segurança.

A Emissora estará sujeita a multas ou outras penas pecuniárias sempre que (i) houver inobservância dos padrões de continuidade dos serviços, (ii) houver violação dos índices e padrões de qualidade dos serviços e (iii) descumprir norma legal ou regulamentar, determinação do Poder Concedente, ou qualquer disposição ou cláusula do contrato.

Em caso de descumprimento pela Emissora de obrigações contratuais, legais ou regulamentares, o Poder Concedente poderá (i) aplicar multa, por infração ocorrida, em valor não superior a 2% do valor do faturamento da Emissora nos 12 meses anteriores à data em que ocorrer a infração ou (ii) intervir na concessão.

O inadimplemento poderá, ainda, culminar na caducidade da concessão ou, alternativamente, (i) na restrição da área de concessão, (ii) outorga de sub-concessão ou (iii) desapropriação do bloco de ações do controle da Concessionária, com posterior leilão público. A concessão poderá ser igualmente extinta por anulação decorrente de vício ou irregularidade constatados no procedimento ou no ato de sua outorga. De acordo com a legislação, a concessão também poderá ser encerrada no caso de encampação dos serviços, isto é, o Poder Concedente poderá declarar extinta a concessão por motivo de conveniência e oportunidade administrativa, sem que a Emissora tenha dado causa a tanto. Neste caso há necessidade de lei autorizativa e o Poder Concedente deverá indenizar a Emissora pelas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados.

ELEKTRO

A Emissora comprometeu-se, ainda, a investir 1% de sua receita operacional líquida em programas de conservação e efficientização de energia elétrica e em pesquisa e desenvolvimento. Para tanto deve elaborar e apresentar à ANEEL, até o dia 30 de dezembro de cada ano, programa de incremento à eficiência no uso e na oferta de energia elétrica para cada ano subsequente. Esse programa tem como meta a redução de perdas técnicas e comerciais globais, bem como ações específicas voltadas ao uso da energia de forma racional e eficiente por parte dos consumidores.

Pela distribuição da energia elétrica, a Emissora cobra tarifas homologadas pelo Poder Concedente.

A exploração da concessão é acompanhada, fiscalizada e controlada pela ANEEL. No exercício dessa fiscalização, a ANEEL deve elaborar relatórios a cada 5 anos, no mínimo.

A Emissora deve submeter à prévia aprovação da ANEEL qualquer alteração do seu Estatuto Social que implique na transferência de ações ou mudança do controle acionário da Emissora, restrito ao bloco de controle, equivalente a, no mínimo, 51% das suas ações com direito a voto. Além disso, deverão ser aprovados previamente quaisquer contratos, acordos ou ajustes, celebrados com pessoas físicas ou jurídicas integrantes do grupo que controla a Emissora, incluindo (i) sua acionista controladora, (ii) suas controladoras indiretas, (iii) empresas coligadas; (iv) empresas direta ou indiretamente controladas por pessoas que direta ou indiretamente controlam a Emissora e (v) empresas que tenham administradores em comum com a Emissora. Adicionalmente, o Poder Concedente poderá determinar a anulação de qualquer contrato celebrado pela Emissora quando verificar que dele possam resultar danos aos serviços concedidos ou tratamento diferenciado aos consumidores.

De acordo com o primeiro termo aditivo ao Contrato de Concessão, (i) a Emissora deverá manter contabilizados, em separado, os reflexos produzidos pela incorporação autorizada pela Resolução da ANEEL nº 34, de 24 de fevereiro de 1999, com controle das demonstrações econômicas e financeiras, (ii) apurar um fluxo financeiro de acordo com metodologia pré-definida no primeiro termo aditivo ao Contrato de Concessão e (iii) caso o fluxo financeiro apurado seja negativo, os acionistas controladores deverão aportar recursos próprios para cobrir tal insuficiência até o limite pré-estabelecido no referido termo aditivo, recursos estes que permanecerão sem remuneração pela tarifa até que seja amortizado o ágio incorporado.

O segundo termo aditivo ao Contrato de Concessão, celebrado em 12 de julho de 2005, visou adequá-lo ao Decreto Federal nº 5.163/2004, que dispõe, em seu artigo 36, parágrafos 1º e 2º, sobre a possibilidade de a ANEEL celebrar aditivos aos contratos para assegurar a neutralidade no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica.

O terceiro termo aditivo ao Contrato de Concessão, firmado no ano de 2007, teve por objeto a transferência dos bens, direitos e obrigações da Emissora para a Aratu Geração S.A, antigamente denominada Elektro Geração S.A. Citadas transferências decorreram do processo de desverticalização da Emissora. Para maiores informações sobre referida reestruturação societária, vide seção “Informações sobre a Emissora - Histórico da Emissora - Desverticalização e Questões Societárias Correlatas” na página 218 deste Prospecto Definitivo.

Em decorrência de referida reestruturação da Emissora, houve uma alteração na primeira subcláusula, da cláusula primeira do Contrato de Concessão, com a supressão do serviço de geração de energia elétrica. Também foram suprimidas a terceira subcláusula da cláusula primeira e cláusula segunda do Contrato de Concessão, que tratavam da concessão de geração outorgada pelo Decreto Presidencial de 20 de agosto de 1998, a qual passou a integrar o Contrato de Concessão de Geração de Energia Elétrica n. 001/ANEEL, firmado em 22 de dezembro de 2006.

Principais Contratos com Prestadores de Serviços

No período de três meses encerrados em 31 de março de 2009, a Emissora era parte dos seguintes contratos de prestação de serviços, essenciais para a atividade de distribuição de energia elétrica, celebrados por um prazo médio de 3 anos, que perfaziam o montante total aproximado de R\$ 354,8 milhões:

- contratos de prestação de serviço de inspeção, fiscalização e troca de medidores de energia elétrica das unidades consumidoras da área de concessão de distribuição de energia elétrica da Emissora, perfazendo um montante total aproximado de R\$ 27,4 milhões;
- contratos de prestação de serviço de leitura de medidores de energia elétrica e entregas de contas às unidades consumidoras na área de concessão de distribuição de energia elétrica da Emissora, perfazendo um montante total aproximado de R\$ 32,7 milhões;
- contratos de prestação de serviços de construção e manutenção de redes de distribuição de energia elétrica na área de concessão da Emissora, energizadas e desenergizadas, até a tensão de 34,5 kV, de acordo com os projetos, padrões e especificações da Emissora, perfazendo um montante total aproximado de R\$ 150,0 milhões;
- contratos de prestação de serviços de construção em redes de distribuição de energia elétrica na área de concessão da Emissora, energizadas e ou desenergizadas, até a tensão de 34,5 kV, de acordo com os projetos, padrões, normas e especificações da Emissora, relativos ao Programa Luz para Todos, perfazendo o montante total aproximado de R\$ 42,0 milhões;
- contratos de prestação de serviços de ligação, religação, desligamento, suspensão de fornecimento, troca de medidores, inspeção e cobrança de unidades consumidoras na área de concessão de distribuição de energia elétrica da Emissora, perfazendo um montante total aproximado de R\$ 63,18 milhões;
- contratos de prestação de serviços de podas de árvores, podas de cercas vivas, poda de aceiros na base dos postes, estais e torres, o corte de árvores, o corte de moitas, corte de bambus e limpeza de faixas de servidão das linhas de transmissão de energia elétrica, até a tensão de 138 kV, na área de concessão de distribuição de energia elétrica da Emissora, assim como a retirada de galhos e ramos podados das vegetações existentes em vias públicas (urbanas e rurais) ou propriedades de terceiros, perfazendo um montante total aproximado de R\$ 23,0 milhões; e
- contratos de prestação de serviços de operador logístico, gestão, movimentação e controle de estoques de materiais de propriedade da Emissora, armazenados no seu centro de distribuição, bem como de serviços de segurança e limpeza do seu centro de distribuição, perfazendo um montante total aproximado de R\$ 16,4 milhões.

Contratos de Fornecimento de Materiais e Equipamentos

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 31 de dezembro de 2008, a Emissora celebrou diversos contratos de fornecimento de materiais e equipamentos que continuam em vigor e que, individualmente, têm pequeno impacto na Emissora. Em 31 de março de 2009, os contratos perfaziam o montante aproximado de R\$ 205,136 milhões.

Contratos de Pesquisa e Desenvolvimento

A Emissora, nos termos de seu Contrato de Concessão, deve implementar medidas que tenham por objetivo a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Para cumprir com tal obrigação, a Emissora apresentou diversos projetos para a ANEEL e, para implementar os projetos aprovados, a Emissora celebrou em 2007 e 2008 diversos contratos de prestação de serviços de pesquisa e desenvolvimento, os quais continuam em vigor. Em 31 de março de 2009, os contratos perfaziam o montante aproximado de R\$ 10 milhões.

Contratos Imobiliários

Em 31 de março de 2009, a Emissora era parte em contratos de locação de imóveis na qualidade de locadora e locatária. A Emissora figura como locatária em 33 contratos de locação, referentes a 34 imóveis, utilizados como CSR, escritórios, centro de treinamento, guarda de veículos e armazenagem de equipamentos. Nos termos de tais contratos o montante total somado devido, mensalmente, pela Emissora a título de aluguel era de aproximadamente R\$ 494,7 mil.

ELEKTRO

Todos os contratos de locação firmados pela Emissora possuem a previsão de reajuste anual dos valores pagos a título de aluguel, mediante aplicação da variação da inflação apurada no período, em conformidade com a legislação aplicável.

Para a maioria dos imóveis ocupados pela Emissora ou não foram expedidos Alvará de Licença de Uso e Funcionamento, necessários para sua regular operação, ou estes estão em fase de regularização pela Emissora perante os órgãos competentes. A ausência ou irregularidade de tais Alvarás poderá ensejar a aplicação de medidas legais cabíveis, tais como a aplicação de multa e, eventualmente, em casos extremos, a paralisação de algumas atividades acessórias da Emissora no imóvel.

Segue abaixo uma breve descrição dos contratos imobiliários da Emissora mais relevantes:

Instrumento Particular de Assunção de Direitos e Obrigações Multidisciplinados para a Realização de Empreendimento Imobiliário no Modelo "Build-to-Suit"

Em 19 de setembro de 2000, a Fundação CESP e a Emissora firmaram o Instrumento Particular de Assunção de Direitos e Obrigações Multidisciplinados para a Realização de Empreendimento Imobiliário no Modelo "Build-to-Suit". Tal instrumento teve por finalidade formalizar proposta à Fundação CESP, aceita pela Fundação CESP, para participação no projeto de realização do empreendimento imobiliário como investidora.

Tal empreendimento imobiliário teve por finalidade a construção do Edifício Sede da Emissora na cidade de Campinas, sendo que o investimento da Fundação CESP foi da ordem de R\$ 13.850.000,00. Referido instrumento previu ainda a formalização da operação por meio da celebração de (i) Escritura de Venda e Compra de Imóvel; (ii) Instrumento Particular de Empreitada Global; (iii) Escritura Pública de Promessa de Venda e Compra; (iv) Contrato de Gerenciamento; e, (v) Contrato Atípico de Locação.

O Instrumento estabelece que a Emissora deve permanecer como patrocinadora e provedora do Plano Previdenciário de seus funcionários na Fundação CESP, sendo que em caso de desligamento deverá a Elektro adquirir o empreendimento imobiliário.

A referida locação foi renovada automaticamente, em 01 de março 2006, pelo prazo de 5 anos.

Contrato de Locação de imóvel comercial

Em 07 de novembro de 2007, a Emissora firmou um contrato de locação de imóvel comercial, pelo prazo de 10 anos, com a finalidade de implantação do centro de distribuição da Emissora. No caso de rescisão do contrato por parte da Emissora, esta ficará responsável pelo pagamento de 30% do valor total do aluguel dos meses faltantes para o término do prazo de vigência do referido contrato, sendo a base de cálculo o valor vigente na data da rescisão. Em 31 de março de 2009, o montante devido pela Emissora a título de aluguel era de R\$ 98.641,53.

Por meio deste instrumento a Emissora está obrigada a ressarcir a locadora pelas benfeitorias realizadas por esta no imóvel, no montante de R\$ 1 milhão, no caso de desistência antecipada da locação pela Emissora. A Emissora poderá contratar seguro para garantir tal obrigação.

Em virtude de ajustes contábeis e da natureza dos contratos acima descritos, tais locações constam do ativo imobilizado da Emissora.

Contratos Bilaterais

Agente Vendedor	Energia Contratada (em MW médio) (*)	Início	Término
CRESCIUMAL	7,65	01/01/2003	31/12/2013
FLORALCO	1,00	01/08/2008	31/12/2009

(*) Valores anuais.

Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado**CCEAR 2004, decorrentes do 1º Leilão de Energia Existente, realizado em 07 de dezembro de 2004**

Vendedor	Energia Contratada	Início	Término
	(em MW médio) (*)		
CEEE	14,88	01/01/2005	31/12/2012
CESP	45,80	01/01/2005	31/12/2012
CHESF	143,11	01/01/2005	31/12/2012
COPEL - GERAÇÃO	56,10	01/01/2005	31/12/2012
DUKE PARANAPANEMA - CGEEP	12,25	01/01/2005	31/12/2012
ELETRONORTE	38,47	01/01/2005	31/12/2012
EMAE	4,87	01/01/2005	31/12/2012
ESCELSA	4,98	01/01/2005	31/12/2012
FURNAS	176,09	01/01/2005	31/12/2012
LIGHT	21,75	01/01/2005	31/12/2012
CEEE	7,46	01/01/2006	31/12/2013
CEMIG	45,51	01/01/2006	31/12/2013
CESP	57,84	01/01/2006	31/12/2013
CHESF	51,75	01/01/2006	31/12/2013
COPEL - GERAÇÃO	18,07	01/01/2006	31/12/2013
DUKE PARANAPANEMA - CGEEP	2,85	01/01/2006	31/12/2013
ELETRONORTE	16,10	01/01/2006	31/12/2013
EMAE	1,62	01/01/2006	31/12/2013
ENERGEST	1,33	01/01/2006	31/12/2013
FURNAS	124,07	01/01/2006	31/12/2013
LIGHT	6,38	01/01/2006	31/12/2013
CESP	0,65	01/01/2007	31/12/2014
CHESF	4,47	01/01/2007	31/12/2014
COPEL - GERAÇÃO	2,62	01/01/2007	31/12/2014
DUKE PARANAPANEMA - CGEEP	7,06	01/01/2007	31/12/2014
ELETRONORTE	17,82	01/01/2007	31/12/2014
EMAE	0,16	01/01/2007	31/12/2014
FURNAS	4,86	01/01/2007	31/12/2014
TRACTEBEL	0,32	01/01/2007	31/12/2014

(*) Valores anuais.

ELEKTRO

CCEAR 2005, decorrentes do (i) 2º Leilão de Energia Existente, realizado em 02 de abril de 2005; (ii) 4º Leilão de Energia Existente, realizado em 11 de outubro de 2005; e (iii) 1º Leilão de Energia Nova, realizado em 16 de dezembro de 2005

Vendedor	Energia Contratada (em MW médio) (*)	Início	Término
CDSA	5,24	01/01/2008	31/12/2015
CEMIG GERAÇÃO	4,14	01/01/2008	31/12/2015
CESP	6,70	01/01/2008	31/12/2015
CGTEE	4,10	01/01/2008	31/12/2015
CHESF	17,74	01/01/2008	31/12/2015
COPEL - GERAÇÃO	3,15	01/01/2008	31/12/2015
ELETRONORTE	3,55	01/01/2008	31/12/2015
TEC	5,92	01/01/2008	31/12/2015
CELPA	0,91	01/01/2008	31/12/2015
ENERGEST	0,79	01/01/2008	31/12/2015
ARUANA	0,7	01/01/2008	31/12/2022
ENGEBCRA	0,63	01/01/2008	31/12/2022
ENGUI GEN BA	1,97	01/01/2008	31/12/2022
ENGUI GEN CE	1,69	01/01/2008	31/12/2022
ENGUI GEN PI	0,93	01/01/2008	31/12/2022
PIE - RP	0,30	01/01/2008	31/12/2022
TERMORIO	11,73	01/01/2008	31/12/2022
UTE COCAL	0,33	01/01/2008	31/12/2022
USINA INTERLAGOS	0,20	01/01/2008	31/12/2022
UTE QUIRINÓPOLIS	0,20	01/01/2008	31/12/2022
CEB PAR	0,30	01/01/2008	31/12/2037
EDP LAJEADO	0,07	01/01/2008	31/12/2037
EMAE	0,03	01/01/2008	31/12/2037
ENERGEST	0,77	01/01/2008	31/12/2037
PTA LAJEADO	0,03	01/01/2008	31/12/2037
FURNAS	1,16	01/01/2008	31/12/2037
CEB	0,06	01/01/2009	31/12/2016
CEEE	0,05	01/01/2009	31/12/2016
CESP	0,61	01/01/2009	31/12/2016
CGTEE	0,18	01/01/2009	31/12/2016
CHESF	0,41	01/01/2009	31/12/2016
COPEL - GERAÇÃO	1,24	01/01/2009	31/12/2016
EMAE	0,02	01/01/2009	31/12/2016
FURNAS	1,43	01/01/2009	31/12/2016
TEC	0,97	01/01/2009	31/12/2016
TRACTEBEL	0,97	01/01/2009	31/12/2016
ARUANA	0,04	01/01/2009	31/12/2023
COSAN	0,49	01/01/2009	31/12/2023
PETROBRAS - PIE	5,20	01/01/2009	31/12/2023
PIE - RP	0,41	01/01/2009	31/12/2023
SFE	11,38	01/01/2009	31/12/2023
TERMOCEARA	2,62	01/01/2009	31/12/2023
UTE COCAL	0,37	01/01/2009	31/12/2023
COSAN - COSTA PINTO	0,77	01/01/2009	31/12/2023
USINA INTERLAGOS	0,08	01/01/2009	31/12/2023
BRENTECH	2,66	01/01/2009	31/12/2023
ORTENG	1,47	01/01/2009	31/12/2038
EDP LAJEADO	0,08	01/01/2009	31/12/2038
REDE LAJEADO	0,28	01/01/2009	31/12/2038
EMAE	0,04	01/01/2009	31/12/2038
TERMORIO	13,23	01/01/2010	31/12/2024
UTE CUBATÃO	5,30	01/01/2010	31/12/2024
TERMOCEARA	2,89	01/01/2010	31/12/2024
CGTEE	10,98	01/01/2010	31/12/2024
CERAN	1,31	01/01/2010	31/12/2039
IJUI ENERGIA	1,12	01/01/2010	31/12/2039
FURNAS	(i) UTE Baguari: 0,43; (ii) UHE Batalha: 1,76; (iii) UHE Simplicio/Anta 6,9	01/01/2010	31/12/2039
FURNAS	2,07	01/01/2010	31/12/2039
FOZ DO RIO CLARO	1,46	01/01/2010	31/12/2039
ELETROSUL	1,39	01/01/2010	31/12/2039
CEMIG GERAÇÃO	0,98	01/01/2010	31/12/2039
BAGUARI	1,47	01/01/2010	31/12/2039
TRACTEBEL	7,51	01/01/2010	31/12/2039
PERFORMANCE	0,60	01/01/2010	31/12/2039
PERFORMANCE	0,45	01/01/2010	31/12/2039
EMAE	0,30	01/01/2010	31/12/2039
CESP	5,56	01/01/2010	31/12/2039

(*) Valores anuais.

CCEAR 2006, decorrentes do: (i) 2º Leilão de Energia Nova (A-3), realizado em 29 de junho de 2006; (ii) 3º Leilão de Energia Nova (A-5), realizado em 10 de outubro de 2006; e (iii) 5º Leilão de Energia Existente (A-1), realizado em 14 de dezembro de 2006.

Vendedor	Energia Contratada	Início	Término
	(em MW médio) (*)		
ELETRONORTE	0,98	01/01/2007	31/12/2014
CELG - T	0,18	01/01/2007	31/12/2014
CEEE	0,29	01/01/2007	31/12/2014
CHESF	2,54	01/01/2007	31/12/2014
TEP	0,67	01/01/2009	31/12/2023
SJE AMBIENTAL	0,25	01/01/2009	31/12/2023
CISFRAMA	0,05	01/01/2009	31/12/2023
CIA. PETROLINA	2,08	01/01/2009	31/12/2023
SAUDADE	0,02	01/01/2009	31/12/2038
TRACTEBEL	5,44	01/01/2009	31/12/2038
UTE QUIRI	0,27	01/01/2009	31/12/2023
TERMOMANAUS	1,73	01/01/2009	31/12/2023
TERMOMANAUS	1,14	01/01/2009	31/12/2023
TEP	0,72	01/01/2009	31/12/2023
SANTAISABEL	0,27	01/01/2009	31/12/2023
MURICY I	2,50	01/01/2009	31/12/2023
AREMBEPE	2,50	01/01/2009	31/12/2023
AÇUCAREIRA ZILLO	0,69	01/01/2009	31/12/2023
AÇUCAR RIBEIRO	0,20	01/01/2009	31/12/2023
CEMIG GT	8,78	01/01/2009	31/12/2038
TRACTEBEL	5,44	01/01/2009	31/12/2038
CEM MERIDIONAL	6,76	01/01/2009	31/12/2038
SANTA CRUZ POWER	0,52	01/01/2009	31/12/2038
PIEDADE	0,17	01/01/2009	31/12/2038
PERFORMANCE	0,27	01/01/2009	31/12/2038
PERFORMANCE	0,27	01/01/2009	31/12/2038
EEPP	0,52	01/01/2009	31/12/2038
CESP	2,03	01/01/2009	31/12/2038
CESA	0,40	01/01/2009	31/12/2038
BAESA	0,25	01/01/2009	31/12/2038
CORONA BIOENERGIA	1,12	01/01/2011	31/12/2025
UTEBAHIA I	0,27	01/01/2011	31/12/2025
TERMOMACAE	10,62	01/01/2011	31/12/2025
MONEL	2,23	01/01/2011	31/12/2040
VALE VERDE	0,58	01/01/2011	31/12/2025
USINA BOA VISTA	0,58	01/01/2011	31/12/2025
UTE ATLÂNTICA	10,62	01/01/2011	31/12/2025
AÇUCAREIRA QUATA	0,53	01/01/2011	31/12/2025
FERRARI AGRO	0,43	01/01/2011	31/12/2025
DME ENERGETICA	1,06	01/01/2011	31/12/2040
CESS	7,86	01/01/2011	31/12/2040
CAMARGO CORREA	1,06	01/01/2011	31/12/2040
EAPSA	7,80	01/01/2011	31/12/2040
COPEL GERAÇÃO	5,20	01/01/2011	31/12/2040
ELETROSUL	5,00	01/01/2011	31/12/2040
UTE PALMEIRAS DE GOIÁS	3,66	01/01/2011	31/12/2025

(*) Valores anuais.

ELEKTRO

CCEAR 2007, decorrentes do: (i) 1º Leilão de Fontes Alternativas, realizado em 18 de junho de 2007; (ii) 4º Leilão de Energia Nova (A-3), realizado em 26 de julho de 2007; e (iii) 5º Leilão de Energia Nova (A-5), realizado em 16 de outubro de 2007

Vendedor	Energia Contratada (em MW médio) (*)	Início	Término
GLOBAL	4,78	01/01/2010	31/12/2024
UTE ITAPEBI	2,30	01/01/2010	31/12/2024
UTE VIANA	2,71	01/01/2010	31/12/2024
UTEIAC – IACANGA	0,09	01/01/2010	31/12/2024
GERADORA DE ENERGIA DO NORTE	5,37	01/01/2010	31/12/2024
USINA ESTER	0,16	01/01/2010	31/12/2024
LDC BIO R 'PRATA	0,43	01/01/2010	31/12/2024
LDC BIOENERGIA S.A.	0,50	01/01/2010	31/12/2024
UTE MARACANAU	2,66	01/01/2010	31/12/2024
USC SANTA CRUZ	0,46	01/01/2010	31/12/2024
BORBOREMA	2,66	01/01/2010	31/12/2024
TERMOMANAU	5,5	01/01/2010	31/12/2024
PIONEIROS	0,27	01/01/2010	31/12/2024
FLORALCO	0,18	01/01/2010	31/12/2024
TERMOCABO	0,85	01/01/2010	31/12/2024
FENIX	0,57	01/01/2010	31/12/2024
UTE M. PASCOAL	2,33	01/01/2010	31/12/2024
GDA DEDINI	0,52	01/01/2010	31/12/2024
PEDRA FURADA	0,07	01/01/2010	31/12/2039
IBIRAMA	0,30	01/01/2010	31/12/2039
PAMPEANA	0,11	01/01/2010	31/12/2039
CEM	0,16	01/01/2010	31/12/2039
CEM	0,1	01/01/2010	31/12/2039
CGL	0,32	01/01/2010	31/12/2039
DIFERENCIAL	8,20	01/01/2012	31/12/2026
MPX	16,02	01/01/2012	31/12/2026
SUAPE II	6,905	01/01/2012	31/12/2026
FURNAS	9,145	01/01/2012	31/12/2026
ALCOA	1,93	01/01/2012	31/12/2041
CBA	0,65	01/01/2012	31/12/2041
CIA DE CIMENTO ITAMBE	0,17	01/01/2012	31/12/2041
DMEE	0,39	01/01/2012	31/12/2041
FOZ DO CHAPECÓ	6,75	01/01/2012	31/12/2041
RENOVA	6,67	01/01/2012	31/12/2041
LAMBARI	1,33	01/01/2012	31/12/2026
ELETROSUL	0,94	01/01/2012	31/12/2041
MADEIRA ENERGIA - MESA	40,45	01/01/2012	31/12/2041
CEMIG GT	1,12	01/01/2012	31/12/2041

(*) Valores anuais.

No período de outubro de 2005 até setembro de 2007, a Emissora celebrou diversos termos de cessão referentes a Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR provenientes de leilões de energia existente no montante total, aproximado, de 22 MW médio, assim distribuídos:

Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD	Energia Contratada
(Compra)	(em MW médio) (*)
PRODUTO 2005 – 2012 (1º LEILÃO DE ENERGIA EXISTENTE)	22,69
PRODUTO 2006 – 2013 (1º LEILÃO DE ENERGIA EXISTENTE)	5,25
PRODUTO 2007 – 2014 (1º E 5º DE LEILÕES ENERGIA EXISTENTE)	0,08
PRODUTO 2008 – 2015 (2º LEILÃO DE ENERGIA EXISTENTE)	0,014

Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD	Energia Contratada
(Devolução)	(em MW médio) (*)
PRODUTO 2005 – 2012 (1º LEILÃO DE ENERGIA EXISTENTE)	3,55
PRODUTO 2006 – 2013 (1º LEILÃO DE ENERGIA EXISTENTE)	2,30

CCEAR 2008 (Leilão)

Vendedor	Energia Contratada	Início	Término
	(em MW médio) (*)		
JIRAU	52,285	01/01/2013	31/12/2042
CONS.AGROENERGIA	5,406	01/01/2011	31/12/2025
CONS.LINHARES	3,071	01/01/2011	31/12/2025
CONS.MC2 EB BA1	3,263	01/01/2011	31/12/2025
CONS.MC2 EB BA1	3,263	01/01/2011	31/12/2025
CONS.MC2 EB BA2	3,263	01/01/2011	31/12/2025
CONS.MC2 EB BA2	3,263	01/01/2011	31/12/2025
CONS.MC2 EB BA3	3,263	01/01/2011	31/12/2025
CONS.MC2 EC RS BA	3,231	01/01/2011	31/12/2025
CONS.PERNAMBUCO IV	3,423	01/01/2011	31/12/2025
CONS.SANTA RITA DE CASSIA	2,975	01/01/2011	31/12/2025
NEO	4,338	01/01/2013	31/12/2042
CONS CACIMBAES	2,295	01/01/2013	31/12/2027
CONS ESCOLHA	6,776	01/01/2013	31/12/2027
CONS MC2 BE ES	3,585	01/01/2013	31/12/2027
CONS MC2 EB BA	3,549	01/01/2013	31/12/2027
CONS MC2 EB BA	3,549	01/01/2013	31/12/2027
CONS MC2 EB BA	3,549	01/01/2013	31/12/2027
CONS MC2 EB BA PE	3,549	01/01/2013	31/12/2027
CONS MC2 EB BA PE	3,549	01/01/2013	31/12/2027
CONS MC2 EB BA PE	7,206	01/01/2013	31/12/2027
CONS MC2 EB MA AL SE	3,478	01/01/2013	31/12/2027
CONS MC2 EB MA AL SE	3,478	01/01/2013	31/12/2027
CONS MC2 EB MA AL SE	3,478	01/01/2013	31/12/2027
CONS MC2 EC ES RS	8,067	01/01/2013	31/12/2027
CONS MC2 GP CE	7,206	01/01/2013	31/12/2027
CONS MC2 GP ES RN	8,067	01/01/2013	31/12/2027
CONS MC2 GP ES RN	8,031	01/01/2013	31/12/2027
CONS MC2 GP ES RN	3,514	01/01/2013	31/12/2027
CONS PEIII	3,729	01/01/2013	31/12/2027
CONS TP V	3,729	01/01/2013	31/12/2027
CONS TP VI	3,729	01/01/2013	31/12/2027
COSAN CENTROESTE	1,255	01/01/2013	31/12/2027
HEXAGONAL	2,438	01/01/2013	31/12/2027
MPX	9,895	01/01/2013	31/12/2027

CCEAR 2009, decorrente do 9º Leilão de Ajuste, realizado em 20 de fevereiro de 2009

Vendedor	Energia Contratada	Início	Término
	(em MW médio) (*)		
COOMEX	2,49	01/03/2009	31/12/2009
ENERTRADE	13,99	01/03/2009	31/12/2009

ELEKTRO

Contratos Financeiros

A tabela abaixo apresenta os encargos, garantias e condições gerais dos empréstimos e financiamentos de que a Emissora era parte, em 31 de março de 2009, separados de acordo com suas principais características:

Tipo	Garantias	Condições Gerais	Pagamento de encargos	Pagamento de principal	Vencimento inicial	Vencimento final
BNDES						
Finem II	Vinculação das receitas provenientes de venda de energia	TJLP + 6,00% a.a.	Trimestral durante a carência e mensal após esse período	Mensal	17/07/2006	15/06/2010
Finem III	Vinculação das receitas provenientes de venda de energia	TJLP + 4,65% a.a.	Trimestral durante a carência e mensal após esse período	Mensal	15/04/2008	15/09/2013
Finem IV						
Subcrédito A e C (*)	Vinculação das receitas de venda de energia	TJLP + 2,45% a.a.	Trimestral durante a carência e mensal após esse período	Mensal	15/07/2011	15/12/2015
Subcrédito B e D (*)	Vinculação das receitas de venda de energia	Taxa de referência do BNDES (IPCA-IBGE + 2,45% a.a.)	Trimestral durante a carência e mensal após esse período	Mensal	15/03/2011	15/03/2014
Subcrédito E(*)	Vinculação de receitas provenientes de venda de energia	TJLP + 1,55% a.a.	Trimestral durante o período de carência e mensal após esse período	Mensal	15/09/2010	15/09/2014
Finame	Propriedade fiduciária dos bens financiados	TJLP + 2,80% a.a.	Trimestral durante a carência e mensal após esse período	Mensal	31/07/2008	30/06/2012 a 31/07/2012
Finame 2008	Propriedade fiduciária dos bens financiados	TJLP + 2,79% a.a.	Trimestral durante a carência e mensal após esse período	Mensal	15/08/2009	15/07/2013
Finame 2009	Propriedade fiduciária dos bens financiados	TJLP + 2,83% a.a.	Trimestral durante a carência e mensal após esse período	Mensal	15/06/2009	15/03/2014
Automático	Propriedade fiduciária dos bens financiados e nota promissória	TJLP + 2,70% a.a.	Trimestral durante a carência e mensal após esse período	Mensal	15/05/2009	15/07/2013
Eletrobrás-Programa Luz para Todos (**)	Carta de Fiança	RGR + 5,0% a.a. (***)	Mensal	Mensal	30/11/2006 a 30/11/2010	30/10/2016 a 30/11/2020
FINEP	Carta de Fiança	TJLP + 0,94% a.a.	Mensal durante a carência	Mensal	15/01/2008	15/10/2014

(*) O Finem IV está atualizado ao programa de investimentos para o período de junho de 2008 a dezembro de 2010, estando sujeitos a prazos e taxas específicos de acordo com a natureza dos referidos investimentos.

(**) O projeto Luz para Todos está relacionado a sete contratos de financiamento.

(***) Reserva global de reversão – RGR é indexada à variação da UFIR, que tem se mantido constante.

Dentre os contratos listados acima, segue abaixo uma breve descrição dos contratos financeiros relevantes dos quais a Emissora era parte em 31 de março de 2009:

BNDES

A Emissora celebrou diversos contratos de financiamento na modalidade FINEM com os agentes financeiros do sistema BNDES visando à aplicação dos recursos nos investimentos em expansão, melhoria e modernização do sistema de distribuição de energia elétrica, na sua área de concessão, para os períodos compreendidos entre julho de 2004 e dezembro de 2010. O valor total financiado era de R\$ 243,5 mil e R\$ 231,6 mil em 31 de março de 2009 e 31 de dezembro de 2008, respectivamente.

Abaixo se encontram as principais características dos contratos de financiamento relevantes, na modalidade FINEM, firmados pela Emissora:

- (a) FINEM II. Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito Fixo - BNDES FINEM - firmado entre a Emissora e o Banco Votorantim S.A., como agente financeiro, em 19 de agosto de 2005, no montante principal de R\$ 100,4 milhões, a juros de 6,0% ao ano acima da TJLP, com vencimento em 15 de junho de 2010. O crédito contratado destinou-se à implantação do programa de investimentos em expansão e melhorias no sistema de distribuição de energia elétrica, para o período compreendido entre julho de 2004 e dezembro de 2005.
- (b) FINEM III. Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento Mediante Repasse Contratado com BNDES firmado entre a Emissora e os agentes financeiros Unibanco, Banco Itaú BBA S.A., Banco Votorantim S.A. e Banco Bradesco S.A., em 07 de dezembro de 2006, no montante principal de R\$ 160,9 milhões, a juros de 4,65% ao ano acima da TJLP, com vencimento em 15 de setembro de 2013. O repasse de recursos seria destinado à implantação do programa de investimentos em expansão e melhorias no sistema de distribuição de energia elétrica da Emissora, relativo ao período de março de 2006 a dezembro de 2008, tendo sido antecipado para junho de 2008.
- (c) FINEM IV. Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento Mediante Repasse Contratado com o BNDES firmado entre a Emissora e os agentes financeiros Unibanco, Banco do Brasil S.A. e Banco Itaú BBA S.A., em 24 de novembro de 2008, no montante total de R\$ 251,6 milhões, dividido em diversos subcréditos, com juros variando de 1,55% a 2,45% ao ano acima da TJLP ou da taxa de referência do BNDES e datas de vencimento entre 15 de março de 2014 e 15 de dezembro de 2015, dependendo da parcela do subcrédito. O crédito seria utilizado para implantação do programa de investimentos em expansão e melhorias no sistema de distribuição de energia elétrica e subestações da Emissora relativo ao período de julho de 2008 a dezembro de 2010 e à implantação de investimentos de eficiência energética para atendimento a comunidades de baixa renda e para efficientização em prédios públicos a serem realizados no âmbito da Linha de Meio-Ambiente – Apoio a Projetos de Eficiência Energética – PROESCO, relativo ao período de janeiro de 2008 a dezembro de 2009.

A Emissora firmou também contratos de FINAME para aquisição de caminhões, carrocerias, guindastes e furgões, bem como um BNDES Automático para a implantação de um ambiente datacenter, no montante global de R\$ 8.004 mil em 31 de dezembro de 2008, sendo o saldo desses contratos, em 31 de março de 2009, de R\$ 8.581 mil. Tais contratos têm vencimento entre junho de 2012 e março de 2014.

ELEKTRO

ELETROBRÁS- PROGRAMA LUZ PARA TODOS

Além de possuírem em comum as características mencionadas na tabela acima, sobre a parcela de financiamento com recursos da RGR dos contratos de financiamento celebrados entre a ELETROBRÁS e a Emissora incidem (a) juros a taxa de 5% ao ano, calculados *pro rata temporis* sobre o saldo devedor corrigido e pagáveis mensalmente, exceto durante o prazo de carência, de 24 meses e (b) taxa de administração de 1% ao ano devida mensalmente. A amortização é realizada em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas e todos são garantidos por carta fiança. Seguem abaixo informações adicionais sobre os contratos de financiamento celebrados entre a ELETROBRÁS e a Emissora mais relevantes:

- a) em 1º de junho de 2004, a Emissora celebrou com a ELETROBRÁS contrato de financiamento no valor de R\$ 14,6 milhões (provenientes da RGR) para cobertura financeira dos custos diretos das obras de seu programa de eletrificação rural, que integra o Programa Luz para Todos do MME, a serem executadas na área do Estado de São Paulo. A ELETROBRÁS concedeu à Emissora, ainda, a título de subvenção econômica, recursos no valor de R\$ 9,7 milhões (provenientes da CDE) para cobertura financeira dos custos diretos das obras de seu programa de eletrificação rural, que integra o Programa Luz para Todos. A Emissora pagará, a título de ressarcimento dos custos incorridos na administração do contrato, 1% sobre cada liberação efetuada com recursos provenientes da CDE, vencível no ato da liberação;
- b) em 10 de agosto de 2004, a Emissora celebrou com a ELETROBRÁS outro contrato de financiamento no valor de R\$ 1,3 milhões (provenientes da RGR), também para cobertura financeira dos custos diretos das obras de seu programa de eletrificação rural no âmbito do Programa Luz para Todos a serem executadas na área do Estado do Mato Grosso do Sul de sua concessão. Foi ainda concedido pela ELETROBRÁS, a título de subvenção econômica, o montante de R\$ 1,5 milhões (provenientes da CDE) para cobertura financeira dos custos diretos das obras de seu programa de eletrificação rural Programa Luz para Todos. A Emissora pagará, a título de ressarcimento dos custos incorridos na administração do contrato, 1% sobre cada liberação efetuada com recursos provenientes da CDE, vencível no ato da liberação;
- c) em 11 de janeiro de 2006, foi firmado o contrato de financiamento com a ELETROBRÁS no valor de R\$ 33,1 milhões (provenientes da RGR) para cobertura financeira do Programa Luz para Todos – 2ª tranche a ser executado na área de concessão do Estado de São Paulo, com concessão de um recurso proveniente da CDE a título de subvenção econômica no valor de até R\$ 22,1 milhões;
- d) em 15 de fevereiro de 2006, foi celebrado outro contrato de financiamento entre a Emissora e a ELETROBRÁS no valor de R\$ 1,2 milhões (proveniente da RGR) para realização das obras da 2ª tranche do Programa Luz para Todos na área de concessão do Estado de Mato Grosso do Sul, bem como concedido um valor de R\$ 1,4 milhões a título de subvenção econômica, proveniente da CDE;
- e) em 30 de julho de 2007, a Emissora e a ELETROBRÁS celebraram mais um contrato de financiamento no montante de R\$ 36,5 milhões (proveniente da RGR) para a realização das obras da 3ª tranche do Programa Luz para Todos;
- f) em 20 de junho de 2008, a Emissora e a ELETROBRÁS celebraram mais um contrato de financiamento no montante de R\$ 906,0 mil (proveniente da RGR) para a realização das obras da 3ª tranche do Programa Luz para Todos no Estado de Mato Grosso do Sul e concessão de recursos provenientes da CDE no montante de até R\$ 1,0 milhões a título de subvenção econômica; e

- g) em 21 de agosto de 2008, foi firmado o contrato de financiamento entre a Emissora e a ELETROBRÁS para concessão de crédito no montante de R\$ 29,8 milhões (proveniente da RGR) para a realização das obras da 4ª tranche do Programa Luz para Todos e concessão de recursos provenientes da CDE no montante de até R\$ 4,6 milhões a título de subvenção econômica.

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo devedor de todos os contratos celebrados com a ELETROBRÁS referente ao Programa Luz Para Todos era de R\$ 66,5 milhões, sendo que, em 31 de março de 2009, o saldo devedor era de R\$ 71,6 milhões. O vencimento final dos contratos de financiamento da ELETROBRÁS será entre outubro de 2016 a novembro de 2020.

Os contratos de financiamento com BNDES e ELETROBRÁS possuem cláusulas de solicitação de autorização expressa e prévia do BNDES e da ELETROBRÁS para a emissão de debêntures, a qual já foi obtida pela Emissora para a presente emissão de Debêntures.

FINEP

A Emissora celebrou, em 15 de outubro de 2007, com a FINEP, uma empresa pública federal vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, um contrato de financiamento para a obtenção de um crédito no montante de R\$ R\$ 17,8 milhões, como parte do custo global do projeto “Ciclo 2005-2006 P&D”, no valor total de R\$ 19,8 milhões, devendo a Emissora custear com recursos próprios o saldo de R\$ 2 milhões referente ao projeto. Conforme mencionado na tabela acima, Incidem sobre o valor do principal da dívida juros de 5% ao ano, a título de *spread*, acima da TJLP, sendo que, a título de equalização, são reduzidos em 4,06% ao ano os encargos devidos. O contrato terá validade até 15 de outubro de 2014 e é garantido por carta fiança.

Contratos de Arrendamento Mercantil

Em atendimento ao Pronunciamento CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil, aprovado pela Deliberação CVM nº 554, de 12 de novembro de 2008, a Emissora efetuou a capitalização dos bens vinculados aos contratos de arrendamento mercantil que foram considerados como contratos financeiros em virtude da transferência de riscos e benefícios sobre referidos bens para a Emissora.

O montante global dos contratos de arrendamento mercantil firmados pela Emissora, em 31 de março de 2009, incluindo contratos de arrendamento mercantil de veículos e de equipamentos de informática, totalizavam R\$ 28,5 milhões.

Dentre tais contratos, destacam-se os seguintes contratos de arrendamento mercantil de equipamentos de informática, cujo pagamento dar-se-á em 36 prestações mensais e sucessivas:

- contrato de arrendamento mercantil celebrado entre a Emissora e o Banco IBM S.A., em 20 de março de 2008, que possui montante aproximado de R\$ 8,5 milhões e prevê a incidência da taxa DI Over nas parcelas; e
- contrato de arrendamento mercantil celebrado entre a Emissora e a HP Financial Services Arrendamento Mercantil S.A., em 10 de dezembro de 2008, no montante de R\$ 1,3 milhões, sem previsão de incidência de taxa nas prestações.

ELEKTRO

A tabela abaixo apresenta o saldo em aberto dos contratos financeiro dos quais a Emissora é parte nos períodos nela indicados:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 (R\$ em milhares)			Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 (R\$ em milhares)			Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006 (R\$ em milhares)		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
Moeda Nacional									
BNDES									
Finem II (*)	38.780	196	38.976	64.478	285	64.763	87.992	444	88.436
Finem III (*)	139.909	622	140.531	107.703	425	108.128	-	-	-
Finem IV (*)	43.787	126	43.913	-	-	-	-	-	-
Finame (*)	2.446	39	2.485	2.524	27	2.551	-	-	-
Finame 2008 (*)	3.444	57	3.501	-	-	-	-	-	-
Automático (*)	2.114	36	2.150	-	-	-	-	-	-
Eletrobrás									
Programa Luz para Todos	66.502	-	66.502	46.476	-	46.476	29.982	-	29.982
Programa Luz no Campo	-	-	-	-	-	-	340	-	340
Programa Reluz	-	-	-	-	-	-	2.372	-	2.372
FINEP	9.217	30	9.247	3.411	17	3.428	-	-	-
Total	306.199	1.106	307.305	224.592	754	225.346	120.686	444	121.130
Circulante	64.219	1.106	65.325	47.345	754	48.099	29.178	444	29.622
Não circulante	241.980	-	241.980	177.247	-	177.247	91.508	-	91.508

(*) Repasses efetuados por instituições financeiras, agentes do BNDES.

	Período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2009 (R\$ em milhares)		
	Principal	Encargos	Total
Moeda Nacional			
BNDES			
Finem II (*)	32.336	153	32.489
Finem III (*)	133.991	557	134.548
Finem IV (*)	67.728	166	67.894
Finame (*)	2.275	38	2.313
Finame 2008 (*)	3.446	56	3.502
Finame 2009 (*)	-	-	-
Automático(*)	2.728	38	2.766
Eletrobrás			
Programa Luz para Todos	71.553	-	71.553
FINEP	9.222	29	9.251
Total	323.279	1.037	324.316
Circulante	68.142	1.037	69.179
Não circulante	255.137	-	255.137

A administração da Emissora entende que não possui dependência dos contratos financeiros dos quais era parte, em 31 de março de 2009, uma vez que, na falta de liberação de recursos de referidas linhas, a Emissora continuará suas atividades buscando outras alternativas de financiamentos viáveis no mercado financeiro.

Garantias Fornecidas pela Emissora

Além das garantias mencionadas na tabela contida na seção “Informações sobre a Emissora - Atividades da Emissora – Contratos Relevantes - Contratos Financeiros” na página 230 deste Prospecto Definitivo, a Emissora apresentava os seguintes cauções e depósitos vinculados decorrentes de cláusulas contratuais de obrigações da Emissora nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 (R\$ em milhares)		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 (R\$ em milhares)		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006 (R\$ em milhares)	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Dívidas						
Eletrobrás (Luz Para Todos) (a) ⁽¹⁾	232	-	11.279	-	13.454	-
BNDES (Finem) (b) ⁽¹⁾	-	-	14.969	-	13.341	-
Debêntures	4.824	-	8.081	-	18.488	-
Garantia – Leilão Compra de Energia Elétrica	9.090	11.711	8.781	10.722	2.441	9.585
Outros	1.591	-	926	-	632	-
Total	15.737	11.711	44.036	10.722	48.356	9.585

(1) As notas (a) e (b) estão explicadas no parágrafo abaixo.

A tabela abaixo apresenta os cauções e depósitos vinculados decorrentes de cláusulas contratuais de obrigações da Emissora no período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2009:

	Período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2009 (R\$ em milhares)		Período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2008 (R\$ em milhares)	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Dívidas				
Eletrobrás (Luz Para Todos) (a) ⁽¹⁾	235	-	232	-
Debêntures (b) ⁽¹⁾	10.527	-	4.824	-
Garantia – Leilão Compra de Energia Elétrica	2.372	12.056	9.090	11.711
Fundo Educacional	1.463	-	1.421	-
Outros	279	-	170	-
Total	14.876	12.056	15.737	11.711

(1) As notas (a) e (b) estão explicadas no parágrafo abaixo.

A constituição da caução de fundos identificada como (a) e (b) nas tabelas acima decorre de cláusulas contratuais das seguintes obrigações da Emissora:

- ELEKTROBRÁS (Luz para Todos):** montante do contrato de financiamento relativo ao Programa Luz para Todos. O valor será liberado para a Emissora após comprovações dos investimentos efetuados pela Emissora. A redução refere-se a comprovações efetuadas no período; e
- Debêntures emitidas no âmbito da 2ª Emissão:** montante acumulado, em bases mensais, para cobrir o valor do próximo pagamento de juros vencidos.

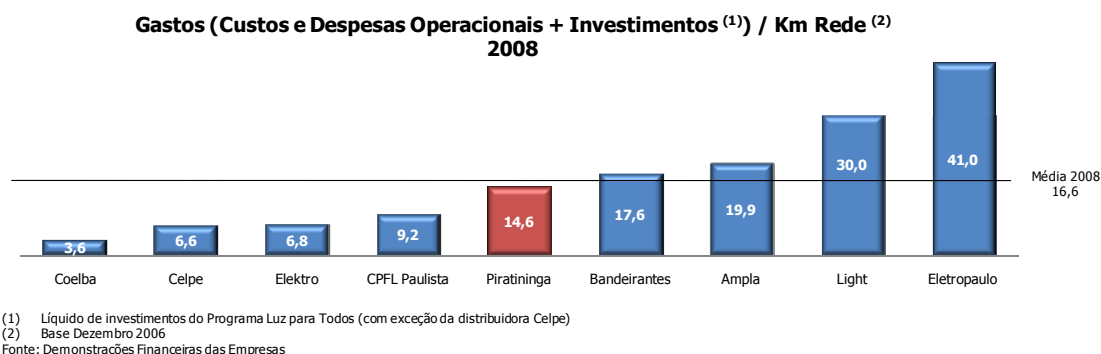
Ainda com relação às debêntures emitidas no âmbito da 2ª Emissão, foi firmado, em 10 de outubro de 2005, um Contrato de Cessão Fiduciária em Garantia e Outras Avenças entre a Emissora, a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., como agente fiduciário das debêntures emitidas pela Emissora no âmbito da 2ª Emissão e representante legal dos titulares das debêntures da 2ª Emissão, e o Banco Itaú S.A., nos termos do Artigo 66-B da Lei nº 4.728/65, com a nova redação dada pelo artigo 55 da Lei nº 10.931/04, no qual, para garantir o cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora na escritura de debêntures referente à 2ª Emissão, foi formalizada a cessão fiduciária em garantia em favor do agente fiduciário: (i) dos direitos de crédito da Emissora junto a certas instituições financeiras listadas no anexo do contrato de cessão fiduciária, as quais fazem parte da rede de arrecadação de receita da Emissora relativa à prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica e (ii) de eventual indenização a ser paga pela ANEEL à Emissora, na hipótese de extinção da concessão outorgada à Emissora, nos termos do Contrato de Concessão.

Investimentos Relevantes

Nos termos do Contrato de Concessão, a Emissora comprometeu-se a investir 1% de sua receita operacional líquida em programas de conservação e eficiência de energia elétrica, bem como em pesquisa e desenvolvimento. Tais programas têm por objeto a redução de perdas técnicas e comerciais globais, bem como ações específicas voltadas ao uso da energia de forma racional e eficiente por parte dos consumidores. Perdas técnicas são aquelas que ocorrem no curso regular de distribuição de energia elétrica. Já as perdas comerciais resultam de ligações ilegais, furto, erros de medição e de faturamento.

A Emissora realiza investimentos em valores acima daqueles previstos na regulamentação aplicável. Desde a privatização até 31 de dezembro de 2008, a Emissora já havia investido cerca de R\$ 1,8 bilhão no País, direcionados, principalmente, na expansão e modernização da sua rede de distribuição de energia elétrica.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, a Emissora apresentou um dos melhores índices de eficiência nos custos e despesas adicionados de investimentos operacionais por Km de rede. O gráfico abaixo apresenta uma comparação de referidos índices de eficiência elaborada pela Emissora com base nas demonstrações financeiras das distribuidoras de energia elétrica que as disponibilizam no mercado e cuja receita operacional bruta foi maior que R\$ 2,5 bilhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007:

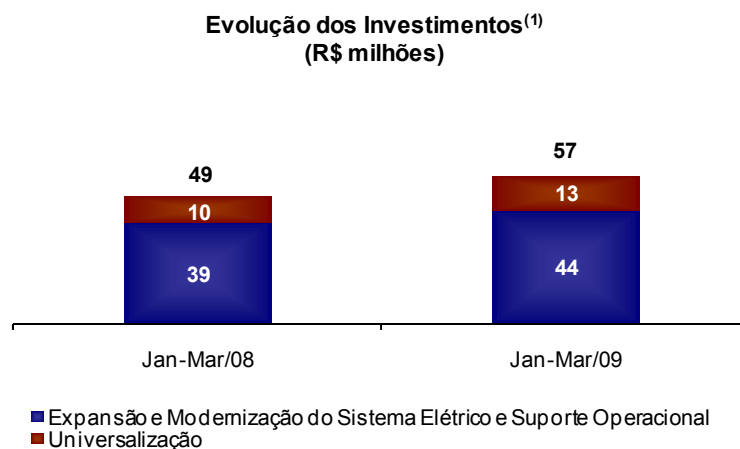


Investimentos realizados no período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2009

No período de 3 meses encerrado 31 de março de 2009, a Emissora realizou investimentos na ordem de R\$ 57 milhões. Nesse período, os principais programas de investimento realizados pela Emissora foram:

- a) R\$ 43,8 milhões foram investidos pela Emissora na expansão, melhorias, preservação do sistema elétrico e suporte operacional, dos quais: (i) R\$ 23,8 milhões na preservação do sistema elétrico, (ii) R\$ 4,6 milhões em melhorias e atualizações tecnológicas, (iii) R\$ 8,9 milhões estão associados a novas ligações e à expansão de subestações e de linhas de transmissão e (iv) R\$ 6,5 milhões em programas de tecnologia da informação e infraestrutura; e
- b) R\$ 13,3 milhões foram investidos pela Emissora no Programa de Universalização, em cumprimento à Lei nº 10.438 segregados da seguinte forma:
 - R\$ 10,3 milhões foram investidos pela Emissora em programas rurais relacionados aos projetos de eletrificação de áreas rurais que viabilizaram o fornecimento de energia elétrica a 1.629 novos clientes, por meio do Programa Luz para Todos; e
 - R\$ 3 milhões foram investidos pela Emissora no Programa de Universalização, que determina o atendimento de novas ligações e aumento de carga, sem ônus aos clientes com carga inferior a 50 kVA.

Os investimentos realizados no período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2009 foram superiores aos realizados no mesmo período do ano anterior, devido: (i) ao aumento de ligações de clientes dentro do Programa Luz para Todos e (ii) à antecipação de projetos de suporte operacional (renovação da frota).



(1) Exclui investimentos realizados com recursos de clientes.

Fonte: Elektro

Investimentos realizados no período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2008

No período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2008, a Emissora investiu R\$ 53,1 milhões, dos quais R\$ 4,2 milhões foram Investimentos Realizados com Recursos de Clientes.

- a) R\$ 38,7 milhões foram investidos pela Emissora na expansão, modernização, melhorias, preservação do sistema elétrico e suporte operacional da Emissora; e
- b) R\$ 10,0 milhões foram investidos pela Emissora no Programa de Universalização, em cumprimento à Lei nº 10.438 segregados da seguinte forma:
 - R\$ 6,3 milhões foram investidos pela Emissora em programas rurais relacionados aos projetos de eletrificação de áreas rurais que viabilizaram o fornecimento de energia elétrica a 1.124 novos clientes; e
 - R\$ 3,1 milhões foram investidos pela Emissora no atendimento de novas ligações e aumento de carga, sem ônus aos clientes com carga inferior a 50 KVA.

Investimentos realizados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, a Emissora investiu R\$ 267,9 milhões, dos quais R\$ 18,9 milhões foram Investimentos Realizados com Recursos de Clientes.

Os principais programas de investimentos realizados foram:

- R\$ 194,3 milhões foram investidos pela Emissora na expansão, melhorias, preservação do sistema elétrico e suporte operacional, dos quais: (i) R\$ 102,6 milhões na preservação do sistema elétrico, (ii) R\$ 22,1 milhões em melhorias e atualizações tecnológicas, (iii) R\$ 48,1 milhões estão associados a novas ligações e à expansão de subestações e de linhas de transmissão e (iv) R\$ 21,5 milhões em programas de tecnologia da informação e infraestrutura; e

ELEKTRO

- R\$ 54,7 milhões foram investidos pela Emissora no Programa de Universalização, em cumprimento à Lei nº 10.438 de abril de 2002, segregados da seguinte forma:
 - a) R\$ 41,4 milhões foram investidos pela Emissora em programas rurais relacionados aos projetos de eletrificação de áreas rurais que viabilizaram o fornecimento de energia elétrica a 7.590 novos clientes por meio do Programa Luz para Todos; e
 - b) R\$ 13,3 milhões foram investidos pela Emissora no Programa de Universalização, que determina o atendimento de novas ligações e aumento de carga sem ônus aos clientes com carga inferior a 50 kVA.

Os investimentos realizados no Programa de Universalização no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 foram inferiores aos realizados ao exercício anterior devido ao menor volume de ligações de clientes, especialmente dentro do Programa Luz para Todos. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 houve 7.590 ligações, enquanto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 houve 9.474, o que representou uma redução de R\$ 11 milhões nos investimentos da Emissora. Por outro lado, houve um aumento das necessidades de investimentos em expansão, melhoria e preservação do sistema elétrico. Foram R\$ 7,0 milhões investimentos na manutenção programada e expansão de obras de subestações, linhas de transmissão e distribuição.

Investimentos realizados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, a Emissora investiu R\$ 264,9 milhões, dos quais R\$ 12,1 milhões foram Investimentos Realizados com Recursos de Clientes.

Os principais programas de investimentos realizados foram:

- R\$ 121,4 milhões foram investidos pela Emissora na expansão, melhorias e preservação do sistema elétrico, dos quais: (i) R\$ 75,6 milhões na preservação do sistema elétrico, (ii) R\$ 13,2 milhões em melhorias e atualizações tecnológicas, e (iii) R\$ 32,6 milhões estavam associados a novas ligações e à expansão de subestações e de linhas de transmissão; e
- R\$ 65,6 milhões foram investidos pela Emissora no Programa de Universalização, em cumprimento à Lei nº 10.438 de abril de 2002, segregados da seguinte forma:
 - a. R\$ 54,2 foram investidos pela Emissora milhões em programas rurais, relacionados aos projetos de eletrificação de áreas rurais que viabilizaram o fornecimento de energia elétrica a 9.474 novos clientes por meio do Programa Luz para Todos; e
 - b. R\$ 11,4 milhões foram investidos pela Emissora no Programa de Universalização.

Os investimentos realizados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 foram superiores aos realizados no exercício social anterior devido aos aumentos no custo médio para ligação de clientes dentro do Programa Luz para Todos, bem como no volume de manutenção programada para preservação de redes e linhas de distribuição.

Investimentos realizados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006

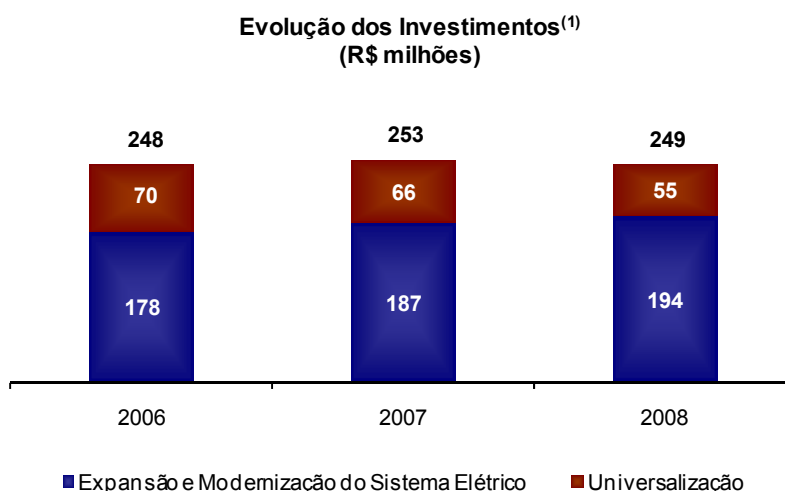
No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006, a Emissora investiu R\$ 257,7 milhões, dos quais R\$ 9,3 milhões foram Investimentos Realizados com Recursos de Clientes.

Os principais programas de investimentos realizados foram:

- R\$ 111,4 milhões foram investidos pela Emissora na expansão, melhorias e preservação do sistema elétrico, dos quais: (i) R\$ 65,9 milhões na preservação do sistema elétrico; (ii) R\$ 14,8 milhões em melhorias e atualizações tecnológicas; (iii) R\$ 30,7 milhões estão associados à ligação de 91 mil novos clientes, à expansão de oito subestações e à entrada em operação da subestação de Miracatu, acrescentando 16,75 MVA de potência instalada;
- R\$ 56,2 milhões foram investidos pela Emissora em programas rurais, relacionados a projetos de eletrificação de áreas rurais que viabilizaram o fornecimento de energia elétrica a 14.438 novos clientes, por meio do Programa Luz para Todos;

- R\$ 14,2 milhões foram investidos pela Emissora no Programa de Universalização; e
- R\$ 8,8 milhões foram investidos pela Emissora em veículos, com a renovação de mais de 15% da frota operacional.

O gráfico abaixo demonstra a evolução dos investimentos da Emissora nos exercícios sociais nele indicados:



(1) Exclui investimentos realizados com recursos de clientes.

Fonte: Elektro

Desinvestimentos Relevantes

A Emissora não realizou quaisquer desinvestimentos relevantes de capital nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008, bem como no período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2009.

Propriedade Intelectual

Marcas

No Brasil, a propriedade de uma marca é adquirida somente por meio do registro validamente expedido pelo INPI, sendo assegurado ao titular seu uso exclusivo em todo o território nacional durante um prazo de 10 anos, renovável por períodos adicionais de 10 anos cada um.

Durante o processo de registro, o titular do pedido tem apenas uma expectativa de direito para utilização das marcas depositadas para a identificação de seus produtos ou serviços especificamente na classe requerida. Em 31 de março de 2009, a Emissora era titular de diversos registros e pedidos de registro de marca no INPI, tais como os das marcas:

- ECOWATT;
- ELEKTRO;
- ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS;
- GREEN LIGHTS;
- LBR LUZ PARA BAIXA RENDA;
- PRONTA ENTREGA; e
- SGD OPEN.

ELEKTRO

Patentes

A Emissora é titular de um pedido de patente para proteção de “equipamento portátil para execução de teste rápido em sistemas de iluminação pública, tipo vapor de mercúrio e vapor de sódio”, depositado junto ao INPI em 28 de novembro de 2000. O pedido de patente, em 31 de março de 2009, ainda aguardava o exame do INPI.

Software

A Emissora possui um ambiente computacional composto de diversos sistemas. Em 31 de março de 2009, a Emissora detinha a quantidade de licenças de software de prateleira necessária para o uso regular por todos os usuários, de acordo com as necessidades do curso normal de suas atividades, bem como possuía contratos de licença de uso de software válidos para os softwares mais relevantes para seus negócios.

Propriedades e Ativos Relevantes

A Emissora é proprietária e titular de direitos possessórios referentes a 180 imóveis localizados nos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. A aquisição da propriedade pela Emissora foi registrada nas matrículas de 99 imóveis, sendo que o registro da aquisição nas matrículas de 81 imóveis se encontra em curso. No entendimento da Emissora, todas as propriedades são consideradas relevantes para os seus negócios. Utilizando o critério de quantidade de alimentadores instalados, que indica a capilaridade do atendimento em relação ao espaço geográfico, associado ao critério de potência instalada que demonstra a capacidade de atendimento das subestações aos Clientes Finais, a tabela abaixo apresenta a descrição das propriedades mais importantes para os negócios da Emissora:

Município/UF	Endereço	Área total (m²)	Área total construída (m²)	Quantidade de Alimentadores		Potência Instalada (MVA)	Finalidade
				13,8 KV	34,5 KV		
Rio Claro/SP	Av. Brasil, 4233 - Parque das Indústrias	15.577,00	75,00	9	-	112,5	Subestação
Limeira/SP	Av. Mar. Artur Costa e Silva, 1900 - Novo Horizonte	10.000,00	100,00	9	-	66	Subestação
Itanhaém/SP	Av. Paulo José de Moraes, s/nº	4.127,04	220,00	9	-	63,33	Subestação
Atibaia/SP	Estrada Estadual Arao Sahm, s/nº - Mato Dentro	12.485,81	66,00	9	-	63	Subestação
Mogi Mirim/SP	Rod. SP 147 km 56	35.400,00	356,07	8	-	63,33	Subestação
Araras/SP	R. Cândido Torales Gismenes, s/nº - Jd. Cândida	44.300,00	119,60	8	2	53,33	Subestação e CSR
São João da Boa Vista/SP	R. José Virgílio Dutra, s/nº - Jardim Industrial	19.048,75	124,10	8	-	52,08	Subestação
Campos do Jordão/SP	R. Francisco Gaiola, 100	15.642,00	69,31	8	-	52,05	Subestação
Votuporanga/SP	Estr. Municipal Fábio Cavaleri 207 - Jd. Palmeiras II	11.221,56	710,44	7	-	60	Subestação
Ubatuba/SP	Rodovia Osvaldo Cruz, 1001	2.310,00	80,00	7	-	52,08	Subestação
Leme/SP	Av. José Antunes de Lisboa, 630 - Jd Bosque	31.941,00	120,00	7	-	52,08	Subestação
Andradina /SP	Rod. SP 563 - Andradina/Pereira Barreto	17.200,00	260,00	7	-	38,75	Subestação
Cordeirópolis/SP	Rod. Limeira/Cordeirópolis	8.582,00	84,00	6	-	37,5	Subestação
Fernandópolis/SP	Av. Luis Brambatti, 605 - Jd. Paulistano	15.505,00	83,00	6	-	37,5	Subestação e CSR
Arujá/SP	Rod. Moji das Cruzes/ Via Pres. Dutra	16.535,00	112,00	6	-	37,5	Subestação e CSR
Mirandópolis/SP	Rod. SP 300, Trevo Sentido Mirandópolis	9.007,00	105,00	6	-	28,75	Subestação
Santa Isabel/SP	Rod. Albino Rodrigues Neves, Vereador - Tevô Gleba	9.457,50	132,00	6	-	25	Subestação

Do total de imóveis, 172 estão em processo de obtenção e/ou regularização de “Habite-se”, 135 imóveis encontram-se em processo de obtenção e/ou regularização do Alvará de Licença e Funcionamento – ALUF e 155 imóveis utilizados pela Emissora estão em processo de obtenção e/ou regularização de “Auto de Vistoria de Corpo de Bombeiros - AVCB”. A ausência ou irregularidade dos documentos aqui citados poderá ensejar a aplicação de medidas legais cabíveis, tais como a aplicação de multa e, eventualmente, em casos extremos, a paralisação de algumas atividades acessórias da Emissora no imóvel.

Ainda de acordo com a legislação em vigor, alguns imóveis utilizados para a prestação de serviços de distribuição de energia elétrica são considerados reversíveis, ou seja, ao término da concessão (por qualquer motivo) os mesmos retornam ao poder concedente.

Para informações acerca dos aspectos ambientais relacionados às propriedades e ativos da Emissora, vide seção “Atividades da Emissora – Aspectos Ambientais” na página 241 deste Prospecto Definitivo.

Aspectos Ambientais

A área de concessão da Emissora é marcada pela grande presença de áreas de preservação ambiental, uma vez que cerca de 80% destas áreas existentes no estado de São Paulo possuem relação de proximidade com a área de concessão da Emissora. Em consequência disso, a política da Emissora em relação ao meio ambiente pauta-se no compromisso de aplicar todas as medidas possíveis para minimizar quaisquer impactos negativos decorrentes de sua operação. Nesse sentido, quando cabível, novas instalações construídas em áreas especialmente protegidas (unidades de conservação e áreas de preservação permanente, por exemplo) são precedidas das necessárias autorizações emitidas pelos órgãos ambientais competentes.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2003, a Emissora implementou um Sistema de Gestão Ambiental (“SGA”) que, por meio da adoção de procedimentos, orienta seus colaboradores e prestadores de serviços a executar as atividades de maneira ambientalmente adequada, evitando-se impactos negativos ao meio ambiente, com a definição de responsabilidades, avaliação contínua das atividades e processos, bem como disponibilização de recursos.

Elaborado com base na ISO 14001, o SGA possibilita a busca da melhoria permanente do desempenho ambiental da Emissora. Dentre suas principais ações, pode-se destacar: (a) o controle dos aspectos e impactos ambientais das atividades da Emissora, (b) o programa de gestão de resíduos, (c) o monitoramento de fumaça preta emitida pelos veículos da Emissora e contratadas e (d) o transporte de transformadores com problemas de vazamento. O escopo da certificação NBR ISO 14001 2004, em 31 de março de 2009, abrangia as subestações de Caieiras, Igaratá, Cabreúva II e Bertioga III.

Também em atendimento à ISO 14001, em 31 de março de 2009, a Emissora mantinha o Plano de Atendimento a Emergências, com procedimentos que devem ser adotados em casos de acidentes ambientais, tais como vazamentos e/ou derramamentos de óleo, incêndios e/ou explosões, e demais situações que possam resultar na ocorrência de danos ao meio ambiente ou reclamações de terceiros. Essas situações são simuladas trimestralmente nas subestações de energia elétrica certificadas pela ISO 14001 para testar a eficácia do Plano.

Apesar de nem todas as unidades serem certificadas pela norma ISO 14.001, as boas práticas dessa norma estão disseminadas na Emissora.

Até 31 de março de 2009, a Emissora não havia aderido, por qualquer meio, a padrões internacionais relativos à proteção ambiental.

Subestações

No período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2009, a Emissora iniciou o mapeamento de todas as atividades executadas em suas 119 subestações que podiam causar impacto ambiental e legislação ambiental a que estão relacionadas. A partir dessas informações, serão elaborados procedimentos específicos com o objetivo de assegurar o controle desses impactos e a segurança do colaborador ao realizar suas atividades. Esse mapeamento atende à norma ISO 14001, que certifica quatro subestações da Emissora e já é aplicado a todas as suas outras subestações.

Gestão de Resíduos

O programa de gestão de resíduos da Emissora tem como objetivo proporcionar a colaboradores, fornecedores e parceiros informações sobre o correto armazenamento e o descarte de resíduos gerados pela empresa em decorrência de suas atividades. Um dos meios para essa divulgação é o guia de resíduos disponível no site da empresa (www.elektro.com.br) e distribuído a colaboradores, empresas contratadas e instituições.

ELEKTRO

Referido guia trata de todos os tipos de materiais utilizados pela Emissora e dos resíduos gerados em suas atividades, como lâmpadas, porcelana, baterias, transformadores novos e usados, postes de concreto, postes e cruzetas em madeira tratada, vazamento e derramamento de óleo, óleo isolante e óleo hidráulico usado, equipamentos de proteção individual contaminados por óleo, pilhas, chumbo, bobinas e engradados em madeiras, pneus, metais, lixo doméstico, plástico, vidro, papel de escritório ou papelão, cartuchos de impressoras, lixo ambulatorial, entre outros.

Parte do material descartado (sucatas, pneus, trilhos) é vendida pela Emissora para reciclagem. Outros resíduos, não adequados à reciclagem, são enviados à destinação final adequada (co-processamento ou incineração).

As telhas de amianto existentes em unidades antigas da Emissora, quando removidas, serão encaminhadas para entidades de destinação devidamente licenciadas para receber este tipo de material. Do mesmo modo, até 31 de março de 2009, a Emissora descartava equipamentos antigos contendo ascarel em estrita observância à norma técnica da ABNT 13.741 de 1996, enviando-os para incineração.

Considerando que a disposição final inadequada de resíduos pode resultar em sanções administrativas e criminais, além da obrigação de reparar ou indenizar eventuais danos ambientais, até 31 de março de 2009, a Emissora providenciava a obtenção das autorizações necessárias para armazenamento, tratamento e destinação final de seus resíduos sólidos.

Os resíduos sólidos gerados pelas atividades da Emissora são armazenados em 19 unidades, as quais possuem a autorização necessária para tratamento de tais resíduos. Destas unidades, 13 estão com suas autorizações para destinação final de resíduos expirada, embora tenha a Emissora iniciado, em tempo hábil, o processo de renovação junto à CETESB, órgão ambiental responsável pelo controle de poluição no Estado de São Paulo.

Monitoramento de Fumaça Preta em Carros da Frota

Trimestralmente, a Emissora monitora por meio da escala de Ringelmann a fumaça preta de sua frota de veículos. Até 31 de março de 2009, a Emissora não possuía um sistema que mensurasse a emissão de CO₂, gás causador do efeito estufa. Todavia, a Emissora investe de maneira intensiva na manutenção preventiva e na renovação constante de sua frota para redução dessas emissões.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ, a Emissora iniciou um projeto de pesquisa e desenvolvimento (P&D) com o intuito de avaliar, mensurar e mitigar a emissão de gases de efeito estufa emitidos pela frota da Emissora.

Co-Processamento de Terra Contaminada

Os furtos de transformadores da Emissora para a retirada de material em cobre ocasionam a maioria dos vazamentos do óleo existente no interior dos equipamentos. Os transformadores avariados correspondem a uma pequena parte dos vazamentos. Para reduzir os impactos ambientais causados por essa prática, a Emissora, desde novembro de 2005, tem um procedimento específico para o tratamento da terra contaminada. Por esse procedimento, a terra contaminada é recolhida e enviada para co-processamento em fornos de cimentos, em empresa localizada no estado do Rio de Janeiro.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, a Emissora destinou R\$ 26,2 milhões em iniciativas que promoveram atividades relacionadas à responsabilidade ambiental e favoreceram o desenvolvimento e propagação de tecnologias que respeitam o meio ambiente. Desse valor investido: (a) R\$ 3,0 milhões foram contabilizados como imobilizado e estão relacionados com a instalação de redes compactas, isoladas e cabos pré-reunidos, e (b) R\$ 23,2 milhões foram contabilizados no resultado, estando relacionados, principalmente, a projetos de eficiência energética, reciclagem de óleo regenerado de transformador energizado, co-processamento de resíduos, descontaminação de lâmpadas, arborização, manejo de vegetação, poda de árvores, projetos de pesquisa e desenvolvimento em meio ambiente e projetos de conscientização ambiental.

Licenciamento ambiental

A instalação e operação das atividades desenvolvidas pela Emissora podem estar sujeitas a licenciamento ambiental, procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente avalia e autoriza a localização, instalação, operação e ampliação de empreendimentos efetiva ou potencialmente poluidores ou causadores de degradação ambiental.

Em 31 de março de 2009, a Emissora atuava nos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Especificamente em São Paulo, a Resolução SMA nº 5, de 7 de fevereiro de 2007, estabelece procedimentos simplificados para o licenciamento ambiental das linhas de transmissão e respectivas subestações no território do Estado. Com relação aos novos empreendimentos, a Emissora avalia se o empreendimento é passível de licenciamento ambiental e, caso entenda necessário, solicita a emissão da licença ambiental devida previamente à sua instalação.

No que se refere às linhas de transmissão implantadas no Estado de São Paulo no passado, a Emissora espontaneamente em 2006 deu início a procedimento administrativo junto à Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Estado de São Paulo objetivando a regularização dessas linhas de transmissão que, por suas características técnicas e de localização, entende a Emissora que estão sujeitas ao licenciamento ambiental. O Processo SMA 13.798/06 ainda estava em curso em 31 de março de 2009, não sendo possível estimar quando se dará o seu encerramento e se as linhas de transmissão, cujo licenciamento foi requerido, serão devidamente licenciadas.

Adicionalmente, a Emissora iniciou, espontaneamente, um levantamento para identificar quais das 119 subestações localizadas no Estado de São Paulo necessitavam de licenciamento ambiental. Em 31 de março de 2009, a Emissora dispõe de 5 subestações licenciadas pelo órgão ambiental competente (Santa Albertina, Miracatu, Itanhaém e Limeira em São Paulo e Três Lagoas no Mato Grosso do Sul) e 4 subestações (Cerquilha 02, Igaratá, Caieiras e Bertioga 03 em São Paulo) para as quais o licenciamento ambiental foi dispensado pelo órgão ambiental. Várias subestações da Emissora foram implantadas em época que não havia necessidade de licenciamento.

Além dessas licenças, a Emissora possui dispensa de licenciamento do órgão ambiental do Estado de São Paulo para equipamentos de aplicação específica em redes elétricas de distribuição e subestações, tais como religador automático trifásico, transformador de distribuição trifásico, capacitor de potência, transformador de potencial, transformador de corrente, medidor energia ativa/reactiva, regulador de tensão, fonte eletrônica de tensão e corrente, analisador de energia, transformador de força, disjuntores de alta tensão, painéis, bancos de bateria, seccionadoras motorizadas, e seccionadoras monopólares/tripólares/tandem de 138KV.

Da mesma maneira, no Estado do Mato Grosso do Sul, também é necessária a obtenção de licença ambiental para linhas de distribuição e transmissão de energia, bem como para as subestações. A Emissora, em 31 de março de 2009, operava 4 subestações no Estado do Mato Grosso do Sul, dispunha de licença ambiental para 1 linha de transmissão e 1 para subestação Três Lagoas. Não estava em andamento no Estado do Mato Grosso do Sul qualquer procedimento relacionado à regularização de linhas de transmissão e subestações pendentes de licenciamento.

A Emissora não tinha sido, até 31 de março de 2009, autuada ou notificada pelos órgãos ambientais para regularização de eventuais linhas de transmissão e subestações que operam sem licença ambiental e está, proativamente, tomando medidas para identificar situações em que o licenciamento ambiental seja necessário, antecipando eventuais providências cabíveis, de modo a evitar autuações ou questionamentos.

Supressão de vegetação e intervenção em áreas protegidas

As atividades de supressão e/ou poda de vegetação e a intervenção em áreas de preservação permanente estão sujeitas à obtenção de autorização do órgão ambiental. A supressão de vegetação decorrente de atividades desenvolvidas pela Emissora ocorre quando (i) da instalação de novas linhas de transmissão e distribuição e/ou subestações ou (ii) da manutenção das linhas de transmissão e distribuição existentes.

No que se refere à manutenção das linhas de transmissão e distribuição existentes no Estado de São Paulo, em 31 de março de 2009, a Emissora detinha autorização emitida pelo Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais, em caráter emergencial e provisório, para a supressão de vegetação para a manutenção e segurança de tais linhas, com validade até 14 de julho de 2009. Nos casos de supressão e/ou poda de vegetação para os quais referida autorização não pode ser aplicada, e também para aquelas exercidas no Estado do Mato Grosso do Sul, a Emissora submete ao órgão ambiental o pedido de autorização para a supressão e/ou poda de vegetação.

Embora a Emissora atente para a regulamentação relativa à supressão e/ou poda de vegetação, em 31 de março de 2009, existiam 5 inquéritos policiais, 1 termo circunstanciado, 9 autos de infração, 9 inquéritos civis e 2 ações judiciais objetivando nulidade de autos de infração, todos relacionados à supressão de vegetação e intervenção em áreas protegidas ocorridas em desacordo com a legislação. Para maiores informações, vide seção "Atividades da Emissora – Contingências Judiciais e Administrativas – Processos e Acordos Judiciais e Administrativos" na página 288 deste Prospecto Definitivo.

ELEKTRO

Em 24 de junho de 2008, foi celebrado termo de ajustamento de conduta entre a Emissora, a Prefeitura Municipal de Ilha Comprida e a Promotoria de Justiça Regional do Meio Ambiente do Vale do Ribeira, prevendo a retirada da rede de distribuição de energia elétrica implantada no local. A fim de evitar a retirada da rede de distribuição, a Emissora e a Prefeitura Municipal de Ilha Comprida apresentaram ao Ministério Público e ao órgão ambiental competente, uma proposta técnica que contempla a doação de 1.000 mudas de árvores nativas, a serem escolhidas dentre as espécies listadas na Resolução SMA 47/2003. A referida proposta técnica, se aprovada, será custeada integralmente pela Emissora, e as medidas nela previstas estão orçadas em R\$ 3.000,00. A proposta técnica está em fase de análise por parte do Ministério Público e do órgão ambiental. Outras obrigações previstas no TAC são de responsabilidade exclusiva da Prefeitura Municipal de Ilha Comprida.

Cadastro Técnico Federal do IBAMA

O exercício de atividades que sejam consideradas potencialmente poluidoras ou que estejam relacionadas à extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente ou sejam consumidoras de recursos naturais, está sujeito a registro junto ao Cadastro Técnico Federal do IBAMA. As 22 unidades consumidoras de madeira, lenha ou carvão vegetal da Emissora, em 31 de março de 2009, estavam devidamente registradas no referido cadastro do IBAMA, assim como as 8 unidades que faziam uso de motosserras.

As linhas de transmissão estão contempladas no Cadastro Técnico Federal da Elektro (Categoria 2 – Serviços de Utilidade – Transmissão de Energia Elétrica). As subestações de energia não são registradas no aludido cadastro do IBAMA, uma vez que não constam na lista de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, constantes no Anexo II da Resolução Normativa 96/2006 do IBAMA, como sendo passível de registro e, por serem parte integrante do sistema de transmissão/distribuição de energia elétrica.

No entanto, por motivos fiscais/trabalhista (depósito de materiais e lotação de colaboradores) algumas subestações da Emissora possuem CNPJ/MF próprio, sendo que a Emissora providenciará o registro dessas subestações no Cadastro Técnico Federal do IBAMA.

Levantamentos ambientais em andamento

Em 31 de março de 2009, a Emissora estava realizando levantamento em todos os seus imóveis para verificar a existência de poços de captação de água sem outorga concedida pelo órgão ambiental. Caso sejam encontradas quaisquer irregularidades, a Emissora adotará as providências cabíveis para regularização.

Igualmente, os imóveis rurais da Emissora devem dispor de área de, no mínimo, 20% de sua área total, para constituição de reserva legal, área cuja vegetação não pode ser suprimida, sendo permitido, mediante autorização do órgão ambiental, o manejo florestal sustentável. Em 31 de março de 2009, a Emissora estava realizando levantamento em seus imóveis rurais para identificar a existência de reserva legal constituída e averbada nas respectivas matrículas e adotará as providências cabíveis para regularização, nos casos em esta medida for necessária. Do mesmo modo, está em andamento levantamento para identificação de intervenções, sem autorização do órgão ambiental, em áreas especialmente protegidas (áreas de preservação permanente e unidades de conservação) para adoção das providências eventualmente necessárias para regularização.

Seguros

A Emissora contrata suas apólices de seguro de acordo com suas necessidades internas e conforme orientação de seus corretores de seguros, sendo o valor total dos prêmios de seguro pagos nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008, bem como no período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2009, de R\$ 4,2 milhões.

Em 31 de março de 2009, a Emissora possuía 5 apólices de seguro, sendo (i) 2 de riscos nomeados e operacionais; (ii) 2 de responsabilidade civil geral; e (iii) 1 de responsabilidade civil para conselheiros, diretores e/ou administradores.

Riscos	Limite Máximo de Indenização (total por risco)
Riscos Nomeados e Operacionais ⁽¹⁾	R\$ 86.632.959,00
Responsabilidade Civil Geral ⁽²⁾	US\$ 25.000.000,00
Responsabilidade Civil para Conselheiros, Diretores e Administradores	US\$ 15.000.000,00

⁽¹⁾ Compreende duas apólices de Riscos Nomeados e Operacionais.

⁽²⁾ Compreende duas apólices de Responsabilidade Civil Geral.

De acordo com o entendimento da Emissora, tais coberturas de seguros são compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas e suficientes para salvaguardar os ativos e negócios da Emissora de eventuais sinistros:

As principais coberturas das apólices de riscos nomeados e operacionais estão relacionadas aos danos físicos causados às propriedades da Emissora, dentre outras coberturas especificadas nas condições gerais da referida apólice. Por sua vez, as apólices de responsabilidade civil geral visam a garantir a cobertura das quantias pelas quais a Emissora venha a ser considerada responsável civilmente, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado de modo expresso pela seguradora, relativa a reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros em decorrência dos riscos cobertos.

Embora a Emissora tenha contratado as apólices de seguro acima descritas, existem determinados tipos de risco que podem não estar cobertos pelas apólices (tais como guerra, caso fortuito e de força maior ou interrupção de certas atividades). Assim, na hipótese de ocorrência de quaisquer desses eventos não cobertos, a Emissora poderá incorrer em custos adicionais para a sua recomposição ou reforma. Adicionalmente, não se pode garantir que, mesmo na hipótese da ocorrência de um sinistro coberto pelas apólices, o pagamento do seguro será suficiente para cobrir os danos decorrentes de tal sinistro.

Em 31 de março de 2009, a Emissora mantinha, em relação às suas apólices de seguro contratadas, (i) 35 reclamações concluídas, no valor global de aproximadamente R\$ 2,9 milhões; (ii) 61 ações judiciais envolvendo sinistros, no valor global de aproximadamente R\$ 49,5 milhões; e (iii) 285 reclamações de sinistros que ainda não estão em discussão em juízo, sendo 5 reclamações prescritas.

Prêmios

Desde o início de suas atividades até 31 de março de 2009, a Emissora recebeu diversos prêmios, destacando-se os seguintes:

Prêmio ABRADEE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica)

- Melhor distribuidora na Região Sudeste em 2001;
- Melhor distribuidora em gestão operacional em 2004, 2006, 2007 e 2008;
- Melhor distribuidora de energia elétrica do país em 2004, 2005 e 2007, entre empresas com mais de 400 mil clientes; e
- Melhor gestão econômico-financeira em 2006.

Prêmio ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica)

- Prêmio IASC na Região Sudeste acima de 400 mil unidades consumidoras em 2008.

Prêmio ABRASCA (Associação Brasileira das Companhias Abertas)

- 4º lugar no prêmio de Melhor Relatório Anual e Menção Honrosa na categoria Dimensão Sócio-ambiental em 2008.

Medalha Eloy Chaves

- Melhor performance em segurança entre todas as distribuidoras de energia em 2001, 2002, 2003, 2004 e 2006.

Prêmios Fundação COGE

- Prêmio pelo programa de Gerenciamento Integrado de Saúde e Segurança no Trabalho em 2002;
- Prêmio Fundação COGE na categoria Responsabilidade Social em 2004;
- Projeto Avaliação por Competências e Educação Corporativa em 2007; e
- Projeto Valores e Sistema de Gestão do Conhecimento em 2008.

Prêmios Revista Eletricidade Moderna

- Melhor distribuidora do Brasil em 1998 e 1999; e
- Melhor distribuidora na Região Sudeste em 1998, 1999 e 2000.

ELEKTRO

Marketing Best

- Marketing Best Company 1998 e 1999.

Revista Exame

- Uma das “150 Melhores Empresas para se Trabalhar”, em 2005 e 2006;
- Entre as 20 empresas modelo em Responsabilidade Social pelo Guia Exame, em 2005, 2006, 2007 e 2008, pelo 4º ano consecutivo; e
- Empresa-modelo em Responsabilidade Social pelo Guia Exame, em 2005, 2006, 2007 e 2008.

Revista Época

- Melhores Empresas para Trabalhar em 2006;

Revista Consumidor Moderno

- “Melhor Empresa do Setor Elétrico em Excelência em Serviços ao Cliente” em 2004, 2005 e 2006.

Revista Gestão & RH

- 50 Melhores Empresas em Cidadania Corporativa em 2007, 2008 e 2009;
- 10 Melhores Empresas em Governança Corporativa em 2007 e 2008;
- 10 Melhores Empresas em Índice de Desenvolvimento Humano e Organizacional – IDHO em 2008; e
- Talentos em RH em 2008.

Gazeta Mercantil

- Melhor balanço do setor elétrico pelo Jornal Gazeta Mercantil em 2005.

Revista Carta Capital

- 4ª colocada entre as empresas mais admiradas do País no ranking de fornecedores de energia em 2008.

Associação de Vendas e Marketing do Brasil

- Prêmio ADVB em 1999 pela Associação de Vendas e Marketing do Brasil.

Central de Atendimento ao Cliente

- Prêmio ABT pela inovação tecnológica e pela segurança corporativa da Central de Atendimento ao Cliente em 2007.

Revista B2B Magazine

- Reconhecimento pelas melhores práticas em inovação no uso da tecnologia da informação e economia digital.

Outros prêmios

- Ampro Globes Award 2008;
- Prêmio Abracopel de Jornalismo em 2008; e
- Prêmio Troféu Fumagalli em 2008.

Certificações

- Primeira distribuidora da América Latina cujo call center recebeu o certificado de ISO 9002, pela BVQI;
- Certificação OHSAS 18001 na sede da Elektro e em sua regional de Limeira – SP;
- Certificação ISO 9001 para o Instituto Elektro; e
- Certificação ISO9001 para a distribuição de energia elétrica da Emissora.

Segurança

A segurança é o principal valor da Emissora e está referenciada em todo seu sistema de gestão. Para manter um ambiente saudável e seguro, a Emissora realiza atividades permanentes de capacitação e treinamento, normatização dos processos internos e incorporação de novas tecnologias em suas operações. Também procura desenvolver o lado comportamental de seus colaboradores. A Emissora desenvolve diversas ações para reforçar a importância da segurança no dia a dia das pessoas, tais como:

- a) Programa de Observação de Segurança: estimula os colaboradores a identificar riscos no ambiente de trabalho e sugerir melhorias e soluções;
- b) Identificação de Perigos e Avaliação de Riscos (IPAR): ferramenta que permite apurar os riscos de acidentes, classificá-los e definir as ações para combatê-los;
- c) Lições aprendidas: análise da ocorrência de acidentes e entendimento das falhas;
- d) Programa Comportamento pela Vida: conscientização sobre a importância da mudança de comportamento perante as questões de segurança; e
- e) Selo Elektro: iniciativa para reduzir riscos que envolvem fornecedores e empresas parceiras, garantindo o cumprimento dos requisitos de segurança por parte dos parceiros.

De acordo com a Fundação COGE, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, a Emissora ficou em 23º e 20º lugar na comparação da taxa de frequência de acidentes entre as empresas do setor de distribuição de energia elétrica, segregados entre colaboradores próprios e parceiros prestadores de serviço, respectivamente. Os números referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 ainda não disponibilizados.

Com relação aos acidentes, a Emissora apresentou os seguintes índices:

	Indicador	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			Período de 3 meses encerrado em 31 de março de	
		2006	2007	2008	2008	2009
Elektro	Fatalidades	1	2	0	0	0
	Acidentes com afastamento	1	9	7	2	1
Prestadores de Serviços Elektro	Fatalidades	1	3	1	0	0
	Acidentes com afastamento	11	14	12	2	1

DESCRIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL E DIVIDENDOS

Esta seção contém uma breve descrição da composição do capital social da Emissora, incluindo as disposições referentes ao seu Estatuto Social e à Lei das Sociedades por Ações. Para maiores detalhes, os potenciais investidores devem consultar o Estatuto Social da Emissora e/ou a Lei das Sociedades por Ações.

Geral

Em 31 de março de 2009, o capital social da Emissora era de R\$ 952.491.950,14 totalmente subscrito e integralizado, representado por 91.880.972 ações ordinárias e 101.878.293 ações preferenciais de sua emissão, ambas nominativas e sem valor nominal. Em 31 de março de 2009, a Emissora não possuía capital autorizado.

A tabela abaixo demonstra a distribuição do capital social da Emissora entre as acionistas que detinham uma participação relevante em seu capital social em 31 de março de 2009:

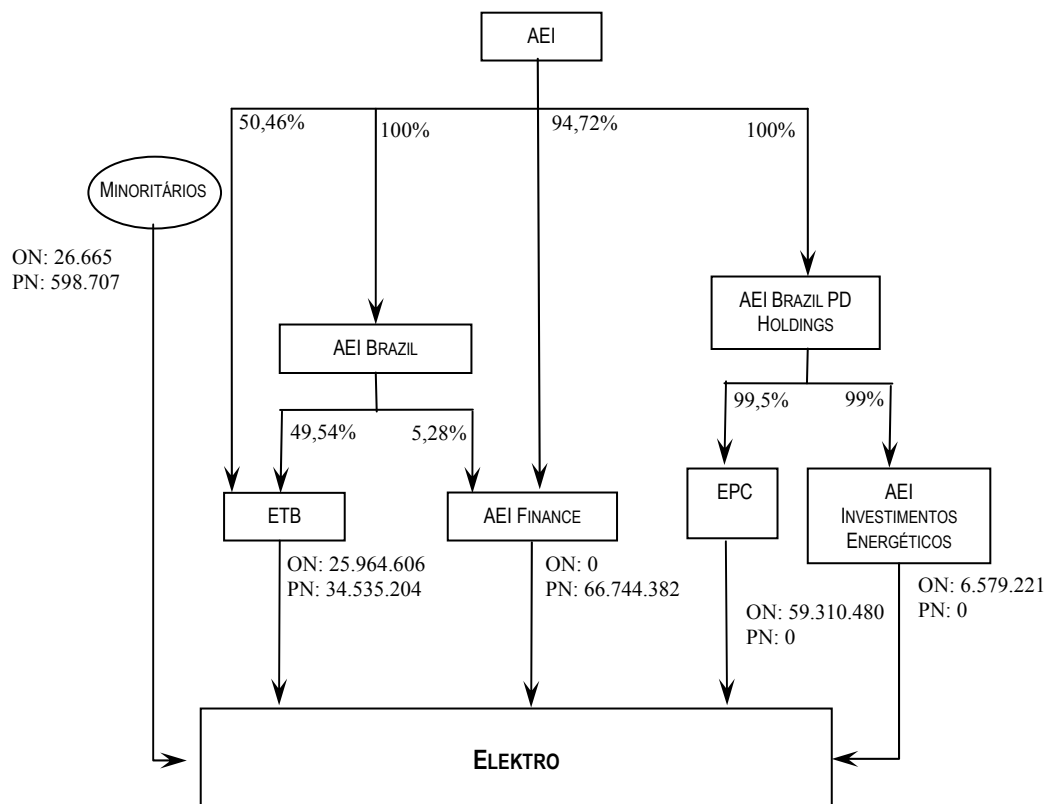
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	Participação (%)	Quantidade	Participação (%)	Quantidade	Participação (%)
AEI Finance	-	0,00%	66.744.382	65,51%	66.744.382	34,45%
AEI Investimentos						
Energéticos	6.579.221	7,16%	-	0,00%	6.579.221	3,40%
EPC	59.310.480	64,55%	-	0,00%	59.310.480	30,61%
ETB	25.964.606	28,26%	34.535.204	33,90%	60.499.810	31,22%
Outros	26.665	0,03%	598.707	0,59%	625.372	0,32%
Total	91.880.972	100,00%	101.878.293	100,00%	193.759.265	100,00%

Acionista Controladora Indireta

Em 31 de março de 2009, a Emissora era diretamente controlada pelas empresas *holdings* EPC, ETB, AEI Investimentos Energéticos e AEI Finance que, conjuntamente, detinham 99,68% do capital total e 99,97% do capital votante da Emissora. Nessa data, com exceção da ETB, cujo controle societário era exercido de forma direta pela Acionista Controladora Indireta, as *holdings* acima mencionadas eram indiretamente controladas pela AEI que, por sua vez, era a Controladora Indireta da Emissora.

Para maiores informações sobre a Acionista Controladora, vide seção “Informações sobre a Emissora - Atividades da Emissora – Descrição da Acionista Controladora Indireta” na página 220 deste Prospecto Definitivo.

O organograma abaixo apresenta as acionistas que detinham, direta ou indiretamente, ações da Emissora representativas de mais de 5% do capital social, ou que de qualquer forma contribuíam para que outras a detivessem, em 31 de março de 2009:



Em 30 de março de 2007, a AEI empenhou as 484.901.500 quotas da ETB, que correspondem a aproximadamente 50,46% de seu capital social, em favor do JPMorgan Chase Bank, N.A. de forma a garantir o cumprimento das obrigações assumidas pela AEI e pela AEI Finance Holding LLC no âmbito de um Contrato de Empréstimo datado de 30 de março de 2007, conforme alterado, no valor de até US\$ 1,5 bilhão. Não obstante referido penhor sobre as quotas emitidas pela ETB, ressalta-se que as ações que compõem o controle acionário da Emissora não poderão ser transferidas, cedidas ou sob qualquer forma alienadas, gratuita ou onerosamente, no todo ou em parte, sem a prévia concordância da ANEEL.

A tabela abaixo identifica os acionistas relevantes da AEI e apresenta suas respectivas participações societárias em 11 de junho de 2009:

Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias	Porcentagem
Ashmore Cayman SPC No. 3 Ltd.	20.865.704,11	8,94 %
Ashmore Global Special Situations Fund 2 Limited	13.169.904,15	5,64 %
Ashmore Global Special Situations Fund 3 Limited	24.513.133,95	10,50 %
Ashmore Global Special Situations Fund 4 Limited	10.302.628,73	4,41 %
Ashmore Global Opportunities Limited	6.237.038,27	2,67%
Asset Holder PCC Limited in respect of Ashmore Emerging Markets Liquid Investment Portfolio	1.325.065,34	0,57 %
EMDCD Ltd.	5.091.644,25	2,18 %
Ashmore Emerging Markets Global Investment Portfolio Limited	1.435.247,81	0,61 %
Ashmore Growing Multi Strategy Fund Limited	1.505.937,36	0,65 %
FCI Ltd.	44.028.858,35	18,86 %
Buckland Investment Pte Ltd.	54.588.391,46	23,39%
Sherbrooke, Ltd.	13.931.096,06	5,97 %
Outros	36.403.947,97	15,60 %
Total	233.398.597,81	100,00%

ELEKTRO

Veículo Ashmore AEI

A AEI é controlada por fundos de investimentos e veículos de propósito específico, os Veículos Ashmore AEI, os quais são administrados, aconselhados ou controlados pela Ashmore. Os Veículos Ashmore AEI detêm 55,05% da AEI e, indiretamente, 54,87 % da Emissora.

A Ashmore é uma das líderes em administração de recursos em mercados emergentes. Sediada em Londres, suas atividades foram iniciadas pelos seus atuais administradores em 1992, sendo parte do Australia and New Zealand Banking Group. Em 1999, a Ashmore tornou-se independente e, em 31 de março de 2009, administrava US\$ 23,5 bilhões em ativos, contas e produtos estruturados.

A Ashmore foca sua atuação em diferentes segmentos de investimento, incluindo dívida externa, moedas, situações especiais (através da incorporação de *distressed debt e private equity*) e investimentos de alto risco e retorno. Destacam-se entre os clientes que investem por meio da Ashmore bancos centrais, governos, fundos de pensão, investidores institucionais e indivíduos de alto poder aquisitivo.

A Ashmore já foi premiada e condecorada pelas maiores agências de *rating*, incluindo Lipper e Standard & Poor's. A Ashmore ganhou o Global Investor's Award for Investment Excellence in Emerging Markets Bonds em 2001, 2002, 2004, 2005 e 2006 e o Global Pensions' Emerging Markets Manager of the Year Award em 2006.

A Ashmore é uma subsidiária integral indireta do Ashmore Group, integrante do FTSE 250 e cujas ações são listadas na London Stock Exchange. A Ashmore é regulada pelo United Kingdom Financial Services Authority. Aproximadamente 64% do capital do Ashmore Group é detido pelos seus empregados. O Ashmore Group é administrado pelo seu presidente executivo Mark Coombs, acionista majoritário com 43% de suas ações listadas.

Dez são os Veículos Ashmore AEI acionistas da AEI. Todas as suas decisões de investimento são tomadas pela Ashmore. Nenhum dos investidores nos Veículos Ashmore AEI detém mais que 3,2%, no agregado, na AEI, o que representa uma participação indireta de 1,76% na Emissora.

Segue abaixo uma descrição da participação dos beneficiários finais em cada um dos Veículos Ashmore AEI:

- Ashmore Cayman SPC No. 3 Ltd.: nenhum investidor final detém participação no Ashmore Cayman SPC No. 3 Ltd. maior que 24%, equivalente a 2,14% de participação na Emissora;
- FCI Ltd.: nenhum investidor final detém participação no FCI Ltd. maior que 9,96%, equivalente a 1,87% de participação na Emissora;
- Ashmore Global Special Situations Fund 2: nenhum investidor final detém participação no Ashmore Global Special Situations Fund 2 Limited superior a 16%, equivalente a 0,90% de participação na Emissora;
- Ashmore Global Special Situations Fund 3 Limited: nenhum investidor final detém participação no Ashmore Global Special Situations Fund 3 Limited superior a 28%, equivalente a 2,93% de participação na Emissora;
- Ashmore Global Special Situations Fund 4 Limited: nenhum investidor final detém participação no Ashmore Global Special Situations Fund 4 Limited superior a 19%, equivalente a 0,84% de participação na Emissora;
- Ashmore Global Opportunities Limited: nenhum investidor final detém participação na Ashmore Global Opportunities Limited superior a 11,50%, equivalente a 0,31% de participação na Emissora;
- Asset Holder PCC Limited: nenhum investidor final detém participação no Asset Holder PCC Limited em relação ao Ashmore Emerging Markets Liquid Investment Portfolio superior a 9,96%, equivalente a 0,06% de participação na Emissora;

- Ashmore Emerging Markets Global Investment Portfolio Limited: nenhum investidor final detém participação no Ashmore Emerging Markets Global Investment Portfolio Limited superior a 47%, equivalente a 0,29% de participação na Emissora;
- Ashmore Growing Multi Strategy Fund Limited: nenhum investidor final detém participação no Ashmore Growing Multi Strategy Fund Limited superior a 64%, equivalente a 0,41% de participação na Emissora; e
- EMDCD Limited: um investidor detém 100% do EMDCD Limited, equivalente a 2,17% de participação na Emissora.

Buckland Investment Pte Ltd.

A Buckland Investment Pte Ltd. detém 23,39% das ações da AEI, que representa 23,31% das ações da Elektro. A Buckland Investment Pte Ltd. é um veículo de investimento administrado por GIC Special Investment Pte Ltd. O GIC Special Investment Pte Ltd. é o braço de *private equity* do Government of Singapore Investment Corporation (Ventures) Pte Ltd., uma companhia multinacional criada em 1981 para administrar a reserva em moeda estrangeira de Singapura.

Sherbroke, Ltd.

O Sherbroke, Ltd. detém 5,97% de participação na AEI, e, indiretamente, 5,95% da Elektro. Sherbroke é administrada pela Eton Park Capital Management, LP., uma gestora privada de fundos de hedge. A Sherbroke, Ltd. é controlada pela Eton Park fund, LP e pela Eton Park Master Fund, Ltd. que detém 35% e 65%, respectivamente, de seu capital.

Nenhum investidor detém participação nos Fundos Eton Park superior a 10%, o que não ultrapassa 0,59% de participação indireta na Emissora.

A Eton Park Capital Management, LP é uma empresa multinacional, com investimentos diversificados e com aproximadamente US\$12 bilhões sob sua administração. A Eton Park Capital Management, LP realiza seus investimentos com base em pesquisas fundamentalistas e suas estratégias que incluem investimentos de capital a longo e curto prazo, investimento baseado em eventos específicos, investimento em crédito (incluindo crédito corporativo, protegido por ativos e estruturado) e derivativos. A Eton Park Capital Management, LP investe em mercados globais, tanto em empresas abertas quanto fechadas. A Eton Park Capital Management, LP tem uma grande base diversificada de investidores sofisticados, constituída por investidores institucionais, como fundos de pensão, fundações e indivíduos com grande poder aquisitivo (investimento mínimo de cinco milhões de dólares).

A Eton Park Capital Management, LP pode investir em empresas fechadas e até 30% de seu ativo pode ser usado em ativos privados ou ilíquidos. Atualmente, os investimentos em transações privadas correspondem a menos de 20% do ativo administrado pela Eton Park Capital Management, LP.

O Sr. Eric Mindich é o presidente executivo da Eton Park Capital Management, LP que, por sua vez, controla essa empresa.

Estatuto Social

A Emissora deve submeter à prévia aprovação da ANEEL qualquer alteração do seu Estatuto Social que implique na transferência de ações ou na mudança do controle acionário da sociedade, restrito ao bloco de controle, equivalente a, no mínimo, 51% das suas ações com direito a voto.

Características das Ações

Cada ação ordinária dará direito a um voto na assembléia geral da Emissora. Nos termos do Contrato de Concessão, as ações ordinárias emitidas pela Emissora poderão ser transferidas, desde que não seja alterada a titularidade do controle de seu capital votante, atualmente detido indiretamente pela AEI.

ELEKTRO

As ações preferenciais não terão direito de voto na Assembleia Geral de Acionistas, mas terão as seguintes características:

- prioridade de reembolso do capital, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da Emissora;
- direito de receber dividendos no mínimo 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias;
- direito de indicar um membro do Conselho Fiscal, bem como respectivo suplente, a ser eleito pelos titulares das ações preferenciais, em votação em separado; e
- direito de participação nos aumentos de capital, decorrentes da capitalização de reservas e lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias.

Grupamento de Ações

Em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 31 de março de 2008, foi aprovado grupamento de ações da Emissora na proporção de 2.000 ações existentes para uma nova ação.

Seguindo uma tendência de mercado, o grupamento de ações visou possibilitar que ações da Emissora fossem negociadas de forma unitária e não mais por lote de mil ações como acontecia anteriormente. O processo não implicou em alteração do valor do capital social da Emissora.

O processo de grupamento de ações foi concluído em 05 de maio de 2008 e a apuração das frações resultou em 518 ações preferenciais e 90 ações ordinárias. Tais ações foram integralmente vendidas em leilões de sobras de ações realizados na BM&FBOVESPA em julho de 2008.

Política de Remuneração ao Acionista

Conforme previsto no Estatuto Social da Emissora, a distribuição de dividendos é condicionada aos limites fixados pela Lei das Sociedades por Ações, quer quantitativamente, quer quanto à periodicidade de sua distribuição, sendo que o dividendo obrigatório é de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado.

Compete à Assembleia Geral Ordinária da Emissora deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos. Ao Conselho de Administração da Emissora compete a deliberação sobre o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares e o pagamento de juros a título de remuneração do capital próprio.

O Conselho de Administração da Emissora tem a prerrogativa de declarar dividendos intermediários, à conta de lucros apurados no balanço semestral e, observadas as disposições legais, à conta de lucros apurados em balanço relativo a período menor que o semestre, ou à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. Adicionalmente, o Conselho de Administração da Emissora pode declarar juros sobre capital próprio, nos termos do parágrafo 7º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e imputá-los ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório.

A tabela abaixo apresenta os dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos pela Emissora nos últimos 5 exercícios sociais:

Ato Societário	Data	Período base	Valor (R\$ mil)	Porcentagem do lucro líquido do período base
AGOE	02/04/09	exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008	371.159	95%
AGOE	31/03/08	exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007	443.566	95%
AGO	20/04/07	exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006	476.603	95%
AGO	17/04/06	exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005	608.692	93% (*)
AGO	28/04/05	exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004	-	-

(*) Ajustes de anos anteriores reduziram o lucro líquido em R\$ 17,6 milhões.

Participações Societárias

Em 31 de março de 2009, a Emissora não detinha participação em outras sociedades. Exceto pela subsidiária integral TIL, cujo processo de dissolução foi concluído de acordo com os procedimentos protocolares e legais estabelecidos pela legislação das Ilhas Cayman, em 31 de março de 2006, a Emissora não possuía participação em outras sociedades nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 31 de dezembro de 2007 e 31 de dezembro de 2008.

Acordo de Acionistas

Em 31 de março de 2009, não havia qualquer acordo de acionistas arquivado na sede da Emissora.

Ações em Tesouraria

Em 31 de março de 2009, a Emissora não possuía ações em tesouraria.

Restrição de Transferência das Ações da Emissora

As ações que compõem o controle acionário da Emissora não poderão ser transferidas, cedidas ou sob qualquer forma alienadas, gratuita ou onerosamente, no todo ou em parte, sem a prévia concordância da ANEEL.

Política para Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Emissora

Em 31 de março de 2009, a Emissora não possuía uma política para a negociação de valores mobiliários de sua emissão. Não obstante, a regulamentação em vigor determina certas restrições temporárias à negociação dos títulos e valores mobiliários de emissão da companhia de titularidade dos acionistas controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal em determinadas hipóteses, como por exemplo:

- anteriormente à divulgação ao público de qualquer ato ou fato relevante que diga respeito aos negócios da Emissora;
- se existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária da Emissora;
- durante o período de 15 dias anteriores à divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (IAN e DFP); ou
- em relação aos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores e membros do Conselho de Administração, sempre que estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações de emissão da Emissora, de suas coligadas ou outra sociedade sob controle comum, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim.

ELEKTRO

Títulos e Valores Mobiliários Detidos por Administradores

Em 31 de março de 2009, não havia participação relevante direta ou indireta detida por quaisquer administradores da Emissora em seu capital social. Os quadros abaixo indicam a quantidade de ações detidas diretamente pelos administradores da Emissora em referida data:

Ações da Emissora Detidas pelos Membros do Conselho de Administração em 31 de março de 2009

Nome	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total
João Carlos Ribeiro de Albuquerque	-	1	1
Antonio Celia Martinez-Aparicio	-	1	1
James Alton Hughes	-	1	1
Carlos Marcio Ferreira	-	1	1
Juracy Pereira Mamede	-	1	1
João Gilberto Mazzon	-	1	1
Marcio Henrique Fernandes	-	1	1
Francisco Alfredo Fernandes	-	1	1
Victor Culminato Filho	-	1	1
Maurício Antônio Penha	-	1	1
Total	-	10	10

Ações da Emissora Detidas pelos Membros da Diretoria em 31 de março de 2009

Nome	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total
Carlos Marcio Ferreira	-	1 ⁽¹⁾	1 ⁽¹⁾
Rodrigo Ferreira Medeiros da Silva	-	-	-
Francisco Alfredo Fernandes	-	1 ⁽¹⁾	1 ⁽¹⁾
Luiz Sergio Assad	-	-	-
Max Xavier Lins	-	-	-
Total	-	2	2

⁽¹⁾ mesma ação preferencial apresentada no quadro de Membro do Conselho de Administração acima.

Exceto pelas ações descritas acima, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Emissora não eram, em 31 de março de 2009, proprietários ou detentores, direta ou indiretamente, de qualquer título ou valor mobiliário conversível em ações de emissão da Emissora, tampouco titulares de direito de subscrição ou aquisição, sob qualquer forma, de ações de emissão da Emissora.

Plano de Opção de Compra de Ações

Em 31 de março de 2009, a Emissora não tinha e não estava em processo de elaboração ou aprovação de plano de opção de compra de ações para empregados e/ou administradores.

POLÍTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, PATROCÍNIO E INCENTIVO CULTURAL

O compromisso da Emissora com o desenvolvimento sustentável está fortemente presente em sua missão, valores e em sua política de gestão. Na política de gestão da Emissora, há sete diretrizes que determinam a adoção de práticas sustentáveis referentes às áreas ambiental, social, de segurança e saúde ocupacional e de gestão de pessoas nas diversas localidades onde atua.

Instituto Elektro

Com o objetivo de promover o alinhamento das ações da dimensão social da responsabilidade empresarial da Emissora com outras duas dimensões, a ambiental e a econômica, a Emissora criou o Instituto Elektro em outubro de 2003. O Instituto Elektro é uma organização civil de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada como uma organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP). Nesse sentido, os esforços do Instituto Elektro concentram-se nas áreas programáticas de desenvolvimento comunitário, educacional e sustentável.

O Instituto Elektro tem certificação ISO 9001 do Sistema de Gestão da Qualidade, que atesta o atendimento aos requisitos da norma na gestão de seus programas e projetos sociais realizados com os públicos estratégicos integrados a partir de três vertentes:

- a) *Educare*: educação para a vida, por meio dos programas Fazer Acontecer e Escola Formare Elektro;
- b) *Voluntas*: promoção do voluntariado e da responsabilidade social, com os programas Abrace e Prêmio Empreendedor Social; e
- c) *Preservare*: educação para a sustentabilidade promovida pelo programa Jovens EConscientes.

Seguem abaixo breves descrições de alguns dos projetos e programas implementados pela Emissora que objetivam o desenvolvimento sustentável das comunidades em que atua:

Energia Comunitária Elektro - Por uma Comunidade Melhor

Lançado como projeto-piloto em outubro de 2006 na comunidade Maré Mansa, no Guarujá, o projeto “Energia Comunitária Elektro - Por uma Comunidade Melhor” foi estendido, entre janeiro e setembro de 2007, para mais nove comunidades do município, conforme previsto no ciclo 2005/2006 das ações de eficiência energética.

Realizado com investimentos próprios e do programa de Eficiência Energética e apoio de parceiros locais, o projeto contempla cursos de formação de eletricista residencial, do qual são contratados os alunos com melhor desempenho para a regularização das instalações elétricas das residências da comunidade; formação de monitores para a disseminação de informações sobre o uso seguro e adequado da energia elétrica e a manutenção de projetos sociais; realização de palestras sobre saúde; revitalização do local, com plantio de árvores e coleta seletiva de lixo. Estão sendo previstas ainda a regularização interna de 8 mil unidades consumidoras de baixa renda e a doação de 100 mil lâmpadas fluorescentes compactas de 15 W, de 2,2 mil geladeiras e de 119 sistemas de aquecimento solar.

Abrace

O programa Abrace estimula a prática do voluntariado dos colaboradores da Emissora. Esse programa incentiva a solidariedade por meio de campanhas internas e ações sociais com organizações parceiras.

As propostas apresentadas pelos colaboradores voluntários no Programa Abrace são analisadas segundo os seguintes critérios: (a) investimento social previsto; (b) impacto da ação proposta; (c) possibilidade de reaplicação da ação proposta; (d) capacidade de mobilização de voluntários; e (e) capacidade de mobilização de parceiros.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006, foram implementados 19 projetos em 14 municípios da área de concessão da empresa. No total, cerca de 2,9 mil pessoas foram beneficiadas com ações que envolveram 166 colaboradores voluntários. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 31 de dezembro de 2008, 17 e 16 projetos foram implementados e 1,7 mil e 8,9 mil pessoas foram beneficiadas, respectivamente.

Resultados do Programa

	2006	2007	2008	Total
Projetos implementados	19	17	16	52
Municípios beneficiados	14	8	11	33
Organizações beneficiadas	28	15	16	59
Voluntários envolvidos	166	131	154	451
Pessoas beneficiadas diretamente (mil)	2,9	1,7	8,9	13,5

Censo de Pessoas Com Deficiência

O estreito relacionamento entre a Emissora, o poder público e a sociedade civil permitiu, em Limeira, a aplicação do Censo de Pessoas com Deficiência. O projeto foi desenvolvido a partir da proposta de um grupo de colaboradores da Emissora da cidade do Guarujá ganhadora, em 2004, do Prêmio Empreendedor Social. O objetivo foi identificar e cadastrar as pessoas com deficiência do município onde foi realizado e, com esses dados, propor ações integradas entre governo e organizações não-governamentais para a promoção da qualidade de vida e inclusão social.

Com as contas de energia elétrica, a Emissora envia às residências do município onde realiza esse censo um formulário para cadastrar as pessoas com deficiência que moram naquele endereço. O cadastro também está disponível pela Internet, no portal da Emissora (www.elektro.com.br). Os formulários de papel são depositados em urnas distribuídas por lugares de fácil acesso à população, como agência dos correios, postos de saúde e escolas. Posteriormente, todos os formulários são cadastrados em um banco de dados colocado à disposição das organizações que atuam com pessoas com deficiência.

A análise do banco de dados permitiu identificar quantas pessoas com deficiência estão estudando e trabalhando, seu grau de escolaridade e experiência profissional, entre outras informações. A partir desses dados, algumas ações foram implementadas, como a telessala para pessoas com deficiência auditiva coordenada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e pelo Serviço Social da Indústria (SESI) de Limeira e o curso de informática para pessoas com deficiência física visando à preparação para o mercado de trabalho. Os resultados desse censo serviram ainda para o lançamento do Manual de Prevenção de Deficiências, publicação distribuída nas maternidades, unidades básicas de saúde e centros comunitários de Limeira, além de contribuir para a criação do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

Escola Formare Elektro

Desde 2004, a Escola Formare Elektro promove o ensino profissionalizante básico na área administrativa para estudantes do primeiro ano do Ensino Médio da Escola Estadual Professora Benedicta Wutke, localizada no entorno da Sede Corporativa da companhia, em Campinas. O curso tem ênfase em serviços administrativos, é reconhecido pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e tem a metodologia da Fundação lochpe.

Nesses 5 anos de programa, em torno de 200 educadores voluntários já ministraram as aulas, que ocorrem durante o horário de expediente na sede do Instituto Elektro. As aulas são ministradas durante o expediente de trabalho, de forma voluntária, na sede do Instituto Elektro. Desde sua criação, 94 alunos, entre 14 e 15 anos, já passaram pela Escola Formare Elektro. Os adolescentes selecionados, mediante prova e avaliação socioeconômica, são moradores dos bairros Jardim Nova América e Jardim Sigrist, vizinhos da Sede Corporativa da Emissora.

Desde a sua criação, a Escola Formare Elektro tem conquistado resultados positivos para os jovens que a frequentam. Grande parte deles já conseguiu uma colocação no mercado de trabalho e, com isso, conquistou uma perspectiva de futuro. Uma justa recompensa à forte atuação voluntária dos colaboradores de diversas áreas da empresa, que garantiu a consolidação, desde o início, da Escola Formare Elektro.

Fazer Acontecer

O projeto FazerAcontecer foi lançado em 2006. Realizado em comunidades da área de concessão da companhia, tem por objetivos fortalecer o potencial de liderança de adolescentes e jovens, promover o protagonismo juvenil e contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades.

Durante 2008, 60 jovens participaram do programa em três municípios, sedes dos escritórios regionais da Emissora: Atibaia, Tatuí e Votuporanga. Com duração de quatro meses e realizado com o apoio de instituições parceiras locais, o programa é dividido em dois núcleos - em um total de 14 módulos teóricos - e, no final, os participantes apresentam um projeto social para ser implementado na comunidade onde vivem.

Esses empreendimentos recebem auxílio financeiro para sua implementação e os adolescentes e jovens são assessorados por voluntários da Emissora e de outras organizações.

Meninos Ecológicos

As mudas plantadas nos reflorestamentos e doadas às prefeituras da área de concessão da empresa são do projeto Meninos Ecológicos, que a Emissora mantém em três municípios: Araras, Campos do Jordão e Votuporanga. Desde 1998, já foram produzidas mais de 2 milhões de mudas.

O projeto começou em 1998 em Campos do Jordão, em parceria com o Instituto Florestal e a Prefeitura, com o objetivo de promover a conservação ambiental e a formação educacional de menores aprendizes. A partir de 2003, com a inauguração do núcleo em Piracicaba, a Emissora, em acordo com a Promotoria do Meio Ambiente, também começou a destinar parte das mudas para o reflorestamento como forma de compensação de atividades que exigem desmatamento, como a limpeza de faixa de servidão.

Em 31 de março de 2009, 70 meninos e meninas, com idade entre 14 e 17 anos, participam do projeto sob a orientação direta de um profissional com formação na área ambiental. Os adolescentes desenvolvem atividades que incluem a identificação das espécies e a coleta de sementes até a produção de mudas. Os aprendizes também participam de cursos extracurriculares, atividades esportivas e palestras sobre cidadania, mercado de trabalho e saúde. Há acompanhamento do desenvolvimento escolar dos jovens.

Prêmio Empreendedor Social

O Prêmio Empreendedor Social seleciona projetos sociais propostos pelos próprios colaboradores da companhia com o objetivo de beneficiar as comunidades atendidas pela Emissora. A seleção dos projetos é feita por um comitê composto por representantes de algumas áreas da Emissora, que avalia a viabilidade, a consistência e a estrutura dos trabalhos inscritos. São valorizados os projetos de fácil implementação, com boas possibilidades de reprodução e baixo custo.

As idéias escolhidas são desenvolvidas e implementadas, por intermédio do Instituto Elektro, nas cidades da área de concessão da empresa.

Realizado desde 2003, o Prêmio Empreendedor Social elege os três melhores projetos e premia as equipes com recursos financeiros para implementação das propostas. Em 2004, a relevância do Prêmio Empreendedor Social foi reconhecida pela Fundação Coge, que o premiou na categoria Responsabilidade Social.

A iniciativa foi também um dos 14 destaques do Guia EXAME de Boa Cidadania Corporativa 2005, entre mais de 1,5 mil projetos enviados por 222 empresas do País.

ELEKTRO

Circuito Cultural Elektro

Além do Museu de Energia, o Circuito Cultural conta com o novo formato para o ano de 2009. Os módulos incluem Palestras, Oficinas Ligadas em Prosa & Verso, destinadas às escolas no comércio, nos órgãos municipais e serviços públicos, Cinemas nas Escolas, Cine ao Ar Livre, Teatro e apresentações instrumentais. O Museu da Energia continua com o objetivo de apresentar aos estudantes e público geral dos municípios da área de concessão da Emissora, a história, os riscos e as características da energia elétrica, por meio de um conjunto de experimentos científicos montado em uma carreta de 13 metros de comprimento.

O Cine ao Ar Livre passa a ser um dos módulos do circuito e exibe filmes de longas metragens, além da Tenda Cine, montada na arena para atender cerca de 50 pessoas, que exibe filmes de curta metragem educativos sobre energia elétrica, apresentados sempre após a visita interna no Museu de Energia. O Teatro e o Instrumental do Circuito Cultural, apresentados apenas nas praças maiores, destacadas pela Elektro, abordam temas importantes sobre segurança e uso adequado da energia elétrica. É uma forma lúdica e divertida de educar o público.

O Circuito Cultural também estará presente em escolas públicas com o Cinema nas Escolas, exibindo filmes de sucesso para crianças do ensino fundamental e médio, com as Oficinas Ligado em Prosa & Verso, que tem o objetivo de incentivar o participante a produzir poesias, crônicas e letras de música, que expressem a relação da vida moderna no seu cotidiano ligado à eletricidade.

A composição formada por museu, palestras, oficinas, teatro, cinema e música reforça o objetivo da Emissora de levar cultura e informação, de forma cada vez mais interativa, às comunidades.

Jovens EConscientes

O Jovens EConscientes é um programa de responsabilidade social e ambiental cujo objetivo consiste em formar jovens líderes para disseminar conceitos de sustentabilidade ambiental e atuar nesse âmbito em suas comunidades. Lançado em dezembro de 2006, o programa conta com dois núcleos - em Pariquera-Açu, no Vale do Ribeira, e em Teodoro Sampaio, no Pontal do Paranapanema, onde estão os menores IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano - Município) do Estado de São Paulo. No total, participam 25 estudantes, entre 15 e 17 anos. As atividades do Jovens EConscientes são coordenadas por instituições locais parceiras do Instituto Elektro.

PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Esta seção contém informações sobre as práticas de governança corporativa adotadas pela Emissora e deve ser analisada conjuntamente com as seções “Descrição do Capital Social e Dividendos”, “Administração” e “Informações Acerca dos Valores Mobiliários Emitidos”, nas páginas 248, 261 e 274, respectivamente deste Prospecto Definitivo.

Governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, Conselho de Administração, Diretoria, auditores independentes e Conselho Fiscal.

Política de Divulgação de Informações e Manutenção de Sigilo

De acordo com o artigo 16 da Instrução CVM 358, de 03 de janeiro de 2008, a Emissora deve informar à CVM a ocorrência de qualquer ato ou fato relevante que diga respeito aos seus negócios, bem como manter sigilo acerca de informação relevante não divulgada. O Diretor de Relações com Investidores deverá ser comunicado imediatamente sobre o respectivo ato ou fato, para que promova a divulgação das informações à CVM, bem como publicar avisos nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Valor Econômico. Um ato ou fato é considerado relevante se tiver o efeito de influenciar o preço dos valores mobiliários de emissão da Emissora ou a decisão de investidores de exercer quaisquer direitos na qualidade de titulares dos valores mobiliários de emissão da Emissora.

Os acionistas controladores da Emissora, bem como seus demais empregados devem guardar sigilo sobre quaisquer informações relativas a ato ou fato relevante às quais tenham acesso privilegiado em razão do cargo ou posição que ocupam ou venham a ocupar até a sua divulgação ao mercado, bem como zelar para que subordinados e/ou terceiros que tenham tido conhecimento da matéria, também o façam.

A Emissora, empregados e acionistas da Emissora, ou de sociedade controladora, controlada ou coligada, que tiverem conhecimento de ato ou fato relevante da Emissora não poderão negociar com valores mobiliários da Emissora, ou valores mobiliários a eles referenciados, enquanto tal ato ou fato relevante não for divulgado ao mercado.

Os atos ou fatos relevantes poderão, excepcionalmente, não serem divulgados ao mercado se os acionistas controladores da Emissora, ou os membros do Conselho de Administração ou da Diretoria, entenderem que sua revelação é contrária aos interesses da Emissora.

Práticas de Governança Corporativa Recomendadas pelo Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC

Além da política de divulgação de informações e manutenção de sigilo mencionada acima, segue abaixo a descrição de outras práticas de governança corporativa adotadas pela Emissora recomendadas pelo Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC): (i) contratação de empresa de auditoria independente para análise de seus balanços e demonstrativos financeiros; (ii) clara definição no Estatuto Social (a) da forma de convocação da Assembleia Geral de Acionistas, (b) das competências do Conselho de Administração e da Diretoria, (c) da forma de deliberação do sistema de votação destas e (d) da forma de eleição, destituição e tempo de mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria; (iii) os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente são ocupados por pessoas distintas, importante instrumento para conferir ao Conselho de Administração a autonomia necessária no exercício da fiscalização da gestão dos Diretores, bem como na fixação das atribuições de cada Diretor; (iv) transparência na divulgação pública do relatório anual da administração; (v) livre acesso às informações e instalações da companhia pelos membros do Conselho de Administração; e (vi) estabelecimento de atribuições e limites de poderes dos membros da Diretoria em vista a evitar o mau uso dos ativos da sociedade.

ELEKTRO

Outras Práticas de Govenança Corporativa

Discussão e Análise da Administração

Em conjunto com suas demonstrações financeiras e informações trimestrais, a Emissora divulga um relatório da administração (ou comentários de desempenho) com a análise dos fatores que influenciaram seu resultado no período analisado. Tal relatório fornece explicações sobre o desempenho econômico-financeiro, comercial e operacional da Emissora, bem como os aspectos regulatórios que tiveram impacto em suas atividades nesse período.

Adicionalmente, as notas explicativas das demonstrações financeiras da Emissora indicam, entre outras informações, os principais fatores de risco (internos e externos) a que ela está sujeita. A descrição dos fatores de risco inclui fatores internos da Emissora, fatores do ambiente de negócios e fatores macroeconômicos.

Auditoria Independente

Visando a evitar conflitos de interesse, a Emissora não contrata a mesma empresa de auditoria independente para cumular serviços específicos de auditoria com serviços de consultoria.

Regras da Lei Sarbanes-Oxley e do FCPA

A Emissora está comprometida com as práticas de boa governança corporativa praticadas por sua Acionista Controladora Indireta, estando sujeita às regras da Lei Sarbanes-Oxley e do FCPA.

Instrumentos Utilizados pela Emissora de Boa Governança Corporativa

Um dos instrumentos de governança corporativa utilizados pela Emissora é seu Código de Conduta. Esse documento reúne as diretrizes a serem seguidas por todos os colaboradores da Emissora em suas relações com terceiros, tais como fornecedores, clientes, acionistas e governo.

A Emissora possui, ainda, como instrumento de boa governança corporativa, o Regimento Interno da Diretoria Executiva e o Regimento Interno do Conselho de Administração.

A Emissora também possui uma Política de Gestão que pauta todo o seu relacionamento com terceiros. Tal política tem por escopo demonstrar as diretrizes que determinam a adoção de práticas sustentáveis referentes às áreas ambiental, social, de segurança e saúde ocupacional e de gestão de pessoas.

A Emissora possui como instrumento de boa governança um Comitê de Ética independente e responsável pela aplicação e atualização do Código de Conduta. Tal órgão recebe denúncias de descumprimento do Código de Conduta, as avalia e recomenda à Diretoria as providências a serem tomadas. O Comitê de Ética da Emissora possui um regimento interno que descreve a competência do órgão colegiado e as atribuições de seus membros.

Outro instrumento de governança corporativa da Emissora é o Comitê de Avaliação de Processos e Controles Internos. Composto por Diretores da Emissora, esse órgão tem por objetivo garantir a aderência dos trabalhos de auditoria com os objetivos estratégicos da Emissora e a implementação de todas as medidas necessárias ao aprimoramento dos controles internos da organização.

ADMINISTRAÇÃO**Geral**

A Emissora é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, sendo que em 31 de março de 2009, o seu Conselho de Administração era composto por 5 membros efetivos e respectivos suplentes e sua Diretoria por 5 membros.

Conselho de Administração

De acordo com o Estatuto Social da Emissora, o Conselho de Administração deve ser composto de no mínimo 4 e no máximo 7 membros efetivos, com igual número de suplentes, sendo um membro efetivo e um suplente eleitos pelos empregados da Emissora, conforme disposto no Artigo 33, inciso IX do Estatuto Social. Os membros efetivos e suplentes deverão ser acionistas, com mandato de 3 anos, eleitos e destituíveis pela Assembléia Geral de Acionistas (exceto aqueles eleitos pelos empregados, nos termos do Estatuto Social), podendo ser reeleitos, sendo um eleito como Presidente.

O Conselho de Administração da Emissora é responsável, entre outras matérias, por:

- a) fixar a orientação geral dos negócios da Emissora;
- b) eleger e destituir o Diretor Presidente e os Diretores Executivos da Emissora e fixar-lhes as atribuições, observado o disposto no Estatuto;
- c) fiscalizar a gestão do Diretor Presidente e dos Diretores Executivos, examinando a qualquer tempo os livros e documentos da Emissora e solicitando informações sobre os atos da administração;
- d) convocar a Assembléia Geral de Acionistas;
- e) manifestar-se previamente sobre o relatório da administração e contas da Diretoria Executiva e sobre a proposta de destinação do resultado do exercício;
- f) manifestar-se previamente sobre qualquer proposta que a Diretoria Executiva pretenda submeter à deliberação da Assembléia Geral de Acionistas;
- g) aprovar o orçamento de investimento de cada exercício social;
- h) deliberar sobre a aquisição de qualquer ativo fixo de valor igual ou superior a R\$ 5 milhões e sobre a alienação ou oneração de qualquer ativo fixo ou constituição de ônus reais e prestação de garantias em operações de interesse da Emissora de valor igual ou superior a R\$ 2 milhões, observado o disposto no artigo 24, “g” do Estatuto Social;
- i) deliberar sobre a negociação com as próprias ações da Emissora, nos casos permitidos por lei;
- j) deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares;
- k) deliberar sobre o pagamento de juros a título de remuneração do capital próprio;
- l) escolher os auditores externos;
- m) aprovar o regimento interno e os regulamentos da Emissora;

ELEKTRO

- n) coordenar o atendimento e as relações com os órgãos de classe ou governamentais para serem promovidas pela Diretoria Executiva, indicando, quando for o caso, o Diretor Presidente ou Diretor Executivo encarregado de tais atos; e
- o) apreciar os resultados trimestrais das operações da Emissora.

Composição do Conselho de Administração

Em 31 de março de 2009, o Conselho de Administração da Emissora tinha a seguinte composição:

Nome	Cargo	Data de Eleição	Data da Posse	Término
João Carlos Ribeiro de Albuquerque	Presidente	26/06/2008	26/06/2008	26/06/2011
Antonio Celia Martínez-Aparicio	Membro Efetivo	26/06/2008	26/06/2008	26/06/2011
James Alton Hughes	Membro Efetivo	14/09/2007	14/09/2007	14/09/2010
Carlos Marcio Ferreira	Membro Efetivo	20/04/2007	20/04/2007	20/04/2010
Juracy Pereira Mamede	Membro Efetivo	23/03/2009	02/04/2009	23/03/2012
João Gilberto Mazzon	Membro Suplente	20/04/2007	20/04/2007	20/4/2010
Marcio Henrique Fernandes	Membro Suplente	20/04/2007	20/04/2007	20/4/2010
Francisco Alfredo Fernandes	Membro Suplente	26/06/2008	26/06/2008	26/06/2011
Vitor Culminato Filho	Membro Suplente	20/04/2007	20/04/2007	20/04/2010
Maurício Antônio Penha	Membro Suplente	23/03/2009	02/04/2009	23/03/2012

Experiência Profissional e Endereço Comercial

Segue abaixo uma breve descrição da formação, qualificação e experiência profissional de cada membro do Conselho de Administração da Emissora, todos com endereço comercial na Rua Ary Antenor de Souza, nº 321, Jardim Nova América, 13053-024, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo:

Conselheiros Efetivos

João Carlos Ribeiro de Albuquerque. Engenheiro Eletricista formado pela Escola de Engenharia da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE (1970), com Pós-graduação em Sistemas de Potência na COPPE-UFRJ (1973). Engenheiro da Companhia Hidroelétrica do São Francisco-CHESF, de 1971 a 1975. Engenheiro da Diretoria de Planejamento e Engenharia da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELÉTROBRÁS, a partir de 1975, tendo ocupado as funções de Gerente da Divisão de Programação da Geração, Gerente do Departamento de Estudos Energéticos e Assistente da Diretoria de Planejamento e Engenharia. Foi Coordenador do Comitê Técnico de Estudos Energéticos-CTEE, do Grupo Coordenador de Planejamento dos Sistemas Elétricos (GCPS) e Secretário Executivo do mesmo grupo. Nos trabalhos de reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro, foi membro do Grupo de Apoio Técnico da Coordenação da Reforma do Setor Elétrico e Coordenador do Grupo de Trabalho a cargo do Agente do Planejamento Indicativo. Foi membro do Conselho de Administração do Mercado Atacadista de Energia – COEX/MAE. Atuou na Emissora, de fevereiro de 1999 a agosto de 2005, como Diretor Comercial e de Suprimento de Energia. No grupo AEI atuou como Presidente da AEI América do Sul Holding Ltda, exerceu a função de Country Manager para o Brasil e Bolívia. Foi membro do Conselho de Administração da TBG – Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia Brasil S.A., da GTB – Gas Transboliviano S.A. e da TRANSREDES – Transporte de Hidrocarburos Sociedad Anonima. Atualmente, participa do Comitê Executivo para os ativos do Brasil e da Bolívia.

Antonio Celia Martínez-Aparicio. Engenheiro formado pelo Instituto Politécnico Worcester (Massachusetts), com formação executiva na Universidade dos Andes (Colômbia) e nas escolas de negócios MIT e Wharton. Assumiu em 1992 a Presidência da Promigás, empresa líder em distribuição de gás natural na Colômbia e uma das mais importantes e tradicionais da América Latina. A Promigás está presente no Panamá, Equador, México, Chile e Peru e tem um patrimônio consolidado de US\$ 4.5 bilhões. Tem atuado como membro do Conselho de Administração em várias organizações, como a Naturgas, e na qualidade de Presidente do Conselho de Administração da ANDI (mais tradicional associação de negócios da Colômbia), por dois mandatos consecutivos, em 2006 e 2007. Ressalta-se, ainda, sua atuação, em nome do Presidente da Colômbia, como Membro do Conselho do Fundo de Investimentos para a Paz.

James Alton Hughes. Ocupa atualmente o cargo de Diretor de Operações na AEI, onde ingressou em Maio de 2007. Antes de compor a diretoria da AEI, trabalhou diversos anos como principal executivo em uma companhia privada com foco em aquisições de ativos na América do Norte. Ainda, anterior a essa, atuou como Presidente e Diretor de Operações da Prisma Energy International desde sua criação em 2002, até março de 2004 e como Diretor de Operações na Enron Global Assets, predecessora da Prisma Energy International. Em decorrência disso, foi aproximadamente uma década trabalhando na Enron Corp., em cargos desde Diretor de Operações até Assistente Geral do Conselho da Enron International. Iniciou sua carreira como advogado na Vinson & Elkins, inicialmente no escritório em Dallas, Texas, e depois em Warsaw, Polônia, escritório especializado em desenvolvimento de projetos internacionais. É formado em Administração de Empresas pela Southern Methodist University de Dallas, Texas e “Júris Doctor” pela University of Texas School of Law de Austin, Texas. Atualmente, é membro do Conselho de Administração da Quicksilver Resources Inc., empresa de produção e exploração, de capital aberto com ações listadas na NYSE (New York Stock Exchange). Atua, também, como Diretor Independente e no Comitê de Auditoria, Compensações e Governança da Quicksilver.

Carlos Marcio Ferreira. Ocupa o cargo de Diretor Presidente da Emissora desde abril de 2007. Ingressou na empresa em novembro de 2004, como Diretor Executivo, tendo sido responsável pela coordenação e implementação de estratégias nas áreas de Operações, Distribuição, Comercial, Financeira, Assuntos Regulatórios, Legal e Recursos Humanos e Infra-estrutura. Anteriormente à Emissora, atuou na International Paper durante 31 anos, tendo exercido os cargos de Vice-Presidente Sênior Financeiro e Controller, Diretor de Desenvolvimento Estratégico e várias funções de Gerência no Brasil e 3 anos trabalhados em fábricas nos EUA e no Escritório Central em Stamford, Connecticut. Desde 1991, participou anualmente de vários Seminários de Treinamento Executivo ministrados por professores da Harvard Business School, Dartmouth Tuck School e outras nos EUA. Formado em Administração de Empresas e Ciências Contábeis pela FAE Faculdade de Administração e Economia – São João da Boa Vista/SP em 1987, com especialização em Finanças pela FGV – Fundação Getúlio Vargas – São Paulo/SP em 1993.

Juracy Pereira Mamede. Engenheiro Industrial Eletricista formado pela Universidade Santa Cecília dos Bandeirantes (1994), com mestrado em Engenharia Elétrica pela Unicamp (2004) e bacharelado em Administração de Empresas (1985). Engenheiro da Emissora desde 1998, desempenhando suas funções e atividades nas áreas de Planejamento, Proteção, Manutenção e Projetos e Obras no Sistema Elétrico de Distribuição, nas Regionais de Itanhaém, Atibaia e Rio Claro. Atualmente é engenheiro sênior e desempenha suas atividades, desde 2008, na área de Qualidade da Gerência Executiva de Engenharia, na Sede Corporativa da Emissora, em Campinas, onde, desde 2001, desempenhou funções nas áreas de Manutenção do Sistema Elétrico e de Avaliação dos Processos de Engenharia. Iniciou suas atividades na CESP, em 1978, como técnico eletrotécnico, na regional de Votuporanga. Foi transferido para o departamento de engenharia como assistente técnico em São Paulo (1988) e para Regional de Itanhaém (1991).

Conselheiros Suplentes

João Gilberto Mazzon. Formado em Engenharia Elétrica-Eletrotécnica pela Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo em 1978, com Especialização em Planejamento da Expansão e da Operação na Faculdade de Engenharia Elétrica da UNICAMP em 1987. Funcionário da CESP – Companhia Energética de São Paulo a partir de janeiro de 1979, tendo atuado em diversas áreas, destacando-se Planejamento da Expansão da Geração, Gerência da área de Parcerias e Negócios e Coordenadoria Executiva da Presidência. Destacam-se as seguintes responsabilidades nessa empresa: coordenador do procedimento licitatório para a escolha de parceiros privados para a conclusão de Canoas I/II e na montagem do consórcio responsável pelas obras; Coordenador do processo de privatização das empresas Elektro, Tietê e Paranapanema no âmbito da CESP. Foi membro do Conselho Deliberativo do Instituto de Energia e Eletrotécnica da USP. Na Emissora desde novembro de 1999, exerceu as gerências das áreas Empresarial/Institucional, Suprimento de Energia, Superintendência de Assuntos Regulatórios e Suprimento de Energia e Planejamento Comercial, que engloba as áreas de Planejamento de Mercado, Mercado Atacadista e Eficientização Energética.

Márcio Henrique Fernandes. Graduado em Administração de Empresas pela PUC-Campinas (1996), com Pós-Graduação em Administração Financeira pelo Instituto Nacional de Pós-Graduação (1998). Curso MBA para Controller, na FEA/USP, em 2003, e “International Business Management”, pela Euromed Marseille École de Management, em 2007. Ocupa o cargo de Diretor de TI, Suprimentos e Logística desde setembro de 2007, foi Gerente Executivo de Suprimentos e Logística da Emissora em janeiro de 2006, onde ingressou como Gerente de Custos e Orçamento em agosto de 2004. Atuou na Solectron do Brasil Ltda., por 4 anos, tendo exercido o cargo de Supervisor de Finanças, e na Magneti Marelli do Brasil Ltda, por 6 anos, como Analista de Controle de Gestão de Custos.

ELEKTRO

Vitor Cuminato Filho. Graduado em Administração de Empresas pela Fundação Pinhalense de Ensino (1994), com MBA em Gestão Financeira e Controladoria pela Fundação Getúlio Vargas e Ohio University (2002). Ocupa o cargo de Gerente Executivo de Controladoria da Emissora desde setembro de 2006. Atuou na International Paper por 20 anos, tendo exercido os cargos de Analista Financeiro, Supervisor e Gerente de Controladoria

Francisco Alfredo Fernandes. Engenheiro Eletricista, formado pela Escola de Engenharia de Barretos (SP) em 1977, com Pós-graduação em Administração – “Gestão de Negócios” pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Universidade de São Paulo (USP), concluído em 1996, e especializações em Engenharia de Manutenção e Operação (Universidade Mackenzie - 1982), Engenharia de Proteção (Universidade Federal de Santa Catarina - 1985), Engenharia e Administração da Qualidade (FAAP - 1990), Distribuição Energia Elétrica (Universidade Federal de Santa Catarina - 1992). Ingressou na CESP – Companhia Energética de São Paulo em 1978, onde exerceu as funções de Gerente de Planejamento e Obras (1993 a 1998), Gerente do Setor Técnico de Votuporanga (1990 a 1992), Gerente do Distrito de Votuporanga (1989 a 1990), e diversos cargos de supervisão técnica em Jupiá, Mogi Guaçu e Rio Claro (1978 a 1989). Na Emissora desde 1998, exerceu os cargos de Gerente de Engenharia e Gerente de Planejamento no período de 1998 a 2000, quando assumiu a Diretoria de Operações.

Maurício Antônio Penha. Bacharel em Direito pela Faculdade Toledo de Ensino (1987), admitido na CESP em 1983, tendo ocupado as funções de atendente da agência local de Castilho (1987), controlador de faturamento e arrecadação na regional e distrito de Andradina, administrador de agência de distribuição de Guaraçai (1994) e Pereira Barreto (1995), supervisor do call center de Andradina onde participou da implantação do call center. Atualmente, ocupa o cargo de analista comercial do call center da Emissora, desempenhando funções relacionadas ao atendimento telefônico (avaliando principalmente o resultado dos indicadores regulados pela ANEEL), a análise de novas tecnologias, normas e regulamentações do setor de call center.

Diretoria

Os Diretores da Emissora são responsáveis pelo dia-a-dia de sua administração e são eleitos pelo Conselho de Administração da Emissora para um prazo de mandato de até 3 anos, podendo ser reeleitos. Nos termos do Estatuto Social da Emissora e das resoluções do Conselho de Administração, a Diretoria da Emissora pode ser composta de no mínimo 2 e no máximo 8 membros, sendo 1 Diretor Presidente, 1 Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores, 1 Diretor Executivo de Operações, 1 Diretor Executivo Comercial e de Suprimento de Energia, 1 Diretor Executivo de Assuntos Regulatórios e Institucionais e 3 Diretores sem designação específica.

Composição

Segue abaixo uma lista dos membros da Diretoria da Emissora, com os respectivos cargos, datas de eleição e prazos do mandato:

Nome	Cargo	Data de Eleição	Data da Posse	Término
Carlos Marcio Ferreira	Diretor Presidente	02/04/2007	13/08/2007	01/07/2010
Rodrigo Ferreira Medeiros da Silva	Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores	02/10/2008	02/10/2008	02/10/2011
Francisco Alfredo Fernandes	Diretor Executivo de Operações	13/08/2007	13/08/2007	01/07/2010
Luiz Sergio Assad	Diretor Executivo de Assuntos Regulatórios e Institucionais	13/08/2007	13/08/2007	01/07/2010
Max Xavier Lins	Diretor Executivo Comercial e Suprimento de Energia	16/06/2008	01/07/2008	01/07/2011

Experiência Profissional e Endereço Comercial

Segue uma breve descrição da qualificação de cada membro da Diretoria da Emissora, todos com endereço comercial na Rua Ary Antenor de Souza, nº 321, Jardim Nova América, 13053-024, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

Carlos Marcio Ferreira. Vide seção “Informações sobre a Emissora - Administração - Conselho de Administração” na página 263 deste Prospecto Definitivo acima a experiência profissional do Sr. Carlos Marcio Ferreira.

Rodrigo Ferreira Medeiros da Silva. Engenheiro Civil formado com honra máxima (Suma Cum Laude) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e possui MBA Executivo pelo Ibmecc-SP. Atualmente, ocupa o cargo de Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores e está na Emissora e seu grupo controlador desde 2000, onde atuou como Gerente de Planejamento Estratégico e Gerente Financeiro e de Relações com Investidores da Emissora, como Diretor de Planejamento e Suporte à Governança da Prisma Energy para o Cone Sul, e Diretor de Relações com Investidores da AEI, baseado em Houston. Também atuou na Odebrecht como responsável pela área de projetos em empreendimentos de infra-estrutura no Brasil e em Angola de 1997 a 2000.

O Diretor de Relações com Investidores da Emissora pode ser contatado da seguinte forma:

Endereço Comercial:	Rua Ary Antenor de Souza, 321, Jd. Nova América CEP 13053-024 - Cidade de Campinas-SP
Telefone:	(19) 2122-1090
Fax:	(19) 2122-1564
Endereço eletrônico:	rodrigo.silva@elektro.com.br
Site da Emissora na Internet:	www.elektro.com.br

Francisco Alfredo Fernandes. Vide seção “Informações sobre a Emissora - Administração - Conselho de Administração” na página 264 deste Prospecto Definitivo acima a experiência profissional do Sr. Francisco Alfredo Fernandes.

Luiz Sergio Assad. Estatístico formado pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, com curso de Administração Financeira para Setor Elétrico pela Eletrobrás – CAFI-USP (1986) e Programa de Gestão Avançada pela Fundação Dom Cabral e INSEAD, França (2005). Atuou como Comissário Geral da Comissão de Serviços Públicos de Energia – CSPE, de 1998 a 1999. Foi Chefe de Gabinete da Secretaria de Energia do Estado de São Paulo (1995-1996) e coordenou o projeto de estruturação e implantação da Comissão de Serviços Públicos de Energia – CSPE. Atuou como membro do Conselho Fiscal da COMGAS e Eletropaulo. Na Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL, atuou durante 22 anos em cargos de coordenação e gerência nas áreas de operação do sistema elétrico, mercado de energia elétrica, estudos tarifários, planejamento econômico-financeiro e empresarial, estudos energéticos e de relações institucionais. Foi Consultor do Secretário Nacional de Energia do Ministério de Minas e Energia – MME. Possui vários trabalhos publicados em revistas especializadas e participou de congressos no Brasil e exterior sobre energia elétrica e gás canalizado. Na Emissora desde maio de 1999, ocupa atualmente o cargo de Diretor Executivo de Assuntos Regulatórios e Institucionais, além de ser membro do Conselho de Administração da Chilquinta e da Energias, empresas do grupo AEI, respectivamente distribuidora de energia elétrica e de gás natural no Chile. Atualmente é presidente do Sindicato das Empresas de Energia de São Paulo e vice presidente da Associação das Concessionárias de Energia Elétrica.

Max Xavier Lins. Engenheiro Eletricista, formado pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (1986), especializado em Proteção de Sistemas Elétricos pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (1990) e MBA em Finanças Empresariais pela Fundação Getúlio Vargas – FGV (2002/2003). Ingressou no setor elétrico em empresas como Themag Engenharia, atuando como engenheiro do Departamento de Estudos de Sistemas de Potência, entre 1986 e 1988. Entre 1989 e 2001, atuou como Chefe da Divisão de Estudos Técnicos, Chefe da Divisão Comercial e de Utilização de Energia, Gerente Comercial, Gerente de Estudos de Mercado, Tarifas e Compra de Energia e Superintendente Comercial da Cia. Energética de Pernambuco – CELPE, Guaraniana (NeoEnergia). Na NC Energia (Comercializadora do Grupo Neo Energia) foi responsável pela concepção, criação e desenvolvimento da comercializadora do Grupo NeoEnergia, de 2001 a 2003. Até 2008 foi Diretor Comercial de Clientes Corporativos da AES Eletropaulo, iniciando suas atividades na Emissora como Diretor Executivo Comercial e Suprimento de Energia, em julho de 2008. Foi Vice-Presidente da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia – ABRACEEL e é membro do Comitê de Diretores Comerciais da Câmara Americana de Comércio no Brasil – AMCHAM. Exerce atividade docente no Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET/PE.

ELEKTRO

Diretores não-estatutários

Além dos diretores estatutários, acima mencionados, a Emissora conta com 3 diretores não-estatutários responsáveis pelas áreas de recursos humanos e infra-estrutura, jurídica e de *compliance* e pela área de suprimentos, logística e tecnologia da informação. Estes diretores não são eleitos pelo Conselho de Administração da Emissora, mas empregados da Emissora para o exercício de sua função.

Segue uma breve descrição da qualificação de cada diretor não-estatutário da Emissora, todos com endereço comercial na Rua Ary Antenor de Souza, nº 321, Jardim Nova América, 13053-024, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

Adriana Elias Chaves. Formada em engenharia elétrica pela Unicamp, em 1991, com pós-graduação em segurança do trabalho pela Unicamp em 1994 e MBA em Recursos Humanos pela FGV em 2002. Possui 17 anos de experiência profissional, sendo 8 deles na área de Recursos Humanos. Em abril de 2007, passou a integrar o time de recursos humanos da Emissora no cargo de Gerente Executiva de Desenvolvimento Humano e Organizacional e, desde janeiro de 2008, ocupa o cargo de Diretora de Recursos Humanos e Infra-estrutura da Emissora. Antes de se juntar à Emissora, atuou na empresa Unilever, empresa em que ocupou as seguintes posições: *trainee* de 1992 a 1994; gerente de engenharia de projetos de 1994 a 1996; gerente de segurança e meio ambiente de 1996 a 2000; gerente de recursos humanos de 2000 a 2003; gerente de recrutamento e talentos de 2003 a 2005; diretora de recursos humanos para TI América Latina de 2005 a 2006 e diretora de recursos humanos para *supply chain américas* de 2006 a 2007.

Cinthia Maria Ambrogi Alonso. Formada em Direito pela Universidade de Taubaté – UNITAU, em 1997, com pós-graduação em direito processual civil pela PUC-SP em 2003 e Educação Continuada em Tributação no Setor Comercial – FGV/SP, em 2005. Em 2007, formou-se pelo Programa de Gestão Avançada – Amana-key e, atualmente, cursa o MBA Executivo Internacional da FIA/USP. Possui 11 anos de experiência profissional em consultoria jurídico-empresarial, sendo sete deles em energia e gás, notadamente, em projetos de grande porte em infra-estrutura para geração, em distribuição e comercialização de energia, além de operações societárias e em mercados de capitais, contratos internacionais, contencioso estratégico, tributário, trabalhista e ambiental. Atuou de 2002 a 2004 como Coordenadora Jurídica na ALSTOM Brasil Ltda., de 2004 a 2006 como Gerente Jurídica na Emissora e ainda em 2006, Gerente Jurídica Geral da atual CPMBraxis S.A. Desde novembro de 2006, ocupa o cargo de Diretora Jurídica e de *Compliance* da Emissora, respondendo pelas áreas jurídica, *compliance* e patrimônio. É membro do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC e do Instituto Brasileiro de Direito de Energia – IBDE, em que é Presidente do Comitê de Energia e ministra aulas nos cursos de direito de energia.

Márcio Henrique Fernandes. Graduado em Administração de Empresas pela PUC-Campinas (1996), com Pós-Graduação em Administração Financeira pelo Instituto Nacional de Pós-Graduação (1998). Cursou MBA para *controller* na FEA/USP em 2003 e “International Business Management” pela Euromed Marseille École de Management em 2007. Ocupa o cargo de Diretor de TI, Suprimentos e Logística desde setembro de 2007, foi Gerente Executivo de Suprimentos e Logística da Emissora em janeiro de 2006, onde ingressou como gerente de custos e orçamento em agosto de 2004. Atuou na Solelectron do Brasil Ltda. por 4 anos, tendo exercido o cargo de supervisor de finanças, e na Magneti Marelli do Brasil Ltda. por 6 anos como analista de controle de gestão de custos.

Existência de Relação Familiar

Em 31 de março de 2009, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Emissora não tinham, entre si ou com a Acionista Controladora Indireta da Emissora, qualquer relação familiar, seja natural ou civil, em linha reta, colateral ou por afinidade.

Contratos ou Outras Obrigações com Administradores

Em 31 de março de 2009, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Emissora não tinham celebrado qualquer contrato relevante, ou tinham qualquer obrigação relevante com a Emissora.

Ausência de Condenação em Processo Judicial ou Administrativo dos Administradores

Os administradores da Emissora não foram, em 31 de março de 2009, condenados em nenhum processo judicial ou administrativo.

Remuneração e Plano de Participação nos Lucros**Remuneração Base**

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Emissora, é responsabilidade das acionistas, reunidos em Assembleia Geral Ordinária, fixar anualmente a remuneração dos membros da sua administração. A tabela abaixo identifica os valores que os membros do Conselho de Administração e da Diretoria efetivamente receberam da Emissora a título de salário fixo e remuneração variável:

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		
	2006	2007	2008
	(R\$ mil)		
Conselho de Administração			
Salário	50	60	60
Total	50	60	60
Diretoria			
Salário	6.451	4.782	4.075
Participação nos lucros/Bônus ⁽¹⁾	3.384	1.550	2.224
Total	9.835	6.332	6.299
Total⁽²⁾	9.885	6.392	6.359

(1) A Emissora adotou um plano de participação nos lucros e resultados no qual os membros da diretoria, gerência, supervisão, consultoria e coordenação da Emissora possuem cálculo diferenciado em que são contemplados os resultados individuais e operacionais. Para maiores informações sobre o plano de participação nos lucros e resultados, vide seção Informações sobre a Emissora – Recursos Humanos" na página 280 deste Prospecto Definitivo.

(2) Soma do montante recebido pelos membros da Diretoria e do Conselho de Administração a título de salário fixo e a remuneração variável.

Para o exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2009, as acionistas da Emissora aprovaram, em 02 de abril de 2009, a fixação do salário do Conselho de Administração e da Diretoria em R\$ 60 mil e R\$ 7 milhões, respectivamente.

Remuneração Indireta**Plano de Incentivo e de Opção de Compra de Ações**

Em 31 de março de 2009, a Emissora não detinha e não estava em processo de elaboração ou aprovação de plano de opções de compra de ações para empregados ou administradores. Todavia, existiam dois planos de incentivo da AEI para os quais certos administradores da Emissora eram elegíveis. Até 31 de março de 2009, a AEI havia outorgado os seguintes planos de incentivos aos administradores da Emissora: (i) *Prisma Long-Term Stock Incentive Plan* e (ii) *AEI Incentive Plan 2007*.

Prisma Long-Term Stock Incentive Plan

Em 2004, a Prisma Energy adotou o *Prisma Energy Long-Term Stock Incentive Plan* que premiava seus diretores, conselheiros e empregados chave e de suas subsidiárias. O *Prisma Energy Long-Term Stock Incentive Plan* permanece ativo mesmo depois da troca de controle da Prisma Energy quando da aquisição de 100% de suas ações pela Ashmore Energy International Limited entre maio e setembro de 2006.

O número máximo de *units* que pode ser objeto do *Prisma Energy Long-Term Stock Incentive Plan* é de 4 milhões e o número máximo de *units* a ser concedido a um determinado participante individual não poderá ser superior a 2 milhões. O *Prisma Energy Long-Term Stock Incentive Plan* permite a outorga na forma ou, em qualquer combinação, de opções, direito de valorização das ações, ações com certas restrições, *units* e dinheiro. O Comitê de Remuneração do Conselho de Administração da AEI administra o *Prisma Energy Long-Term Stock Incentive Plan*.

No âmbito do *Prisma Energy Long-Term Stock Incentive Plan*, a Prisma Energy outorgou *units* nos anos de 2004 e 2005, dentre os quais alguns se baseavam em tempo de casa e outros em performance. Até 31 de março de 2009, todos os *units* do *Prisma Energy Long-Term Stock Incentive Plan* já haviam sido outorgados.

ELEKTRO

Nenhuma outra premiação foi realizada por meio do *Prisma Energy Long-Term Stock Incentive Plan* desde 2005 e, em 31 de março de 2009, não havia qualquer premiação em aberto. A AEI não pretende realizar qualquer futura premiação no âmbito do *Prisma Energy Long-Term Stock Incentive Plan*.

AEI Incentive Plan 2007

Em 2007, a AEI adotou o *AEI Incentive Plan 2007* que promove premiações em opções de compra de ações, direito de valorização de ações, ações com certas características de restrição de transferência, *units* com certas características de restrição de transferência, ações com base em performance, *units* com base em performance, bônus discricionário anual a certos diretores, membros do conselho de administração e empregados chave da AEI e de suas subsidiárias considerados importantes para seus negócios. Sujeito a certos ajustes que venham a ser feitos, de tempos em tempos, para prevenir diluição ou concentração dos direitos dos participantes do *AEI Incentive Plan 2007*, o montante máximo de 15.660.340 ações ordinárias pode ser abarcado como premiação no âmbito do *AEI Incentive Plan 2007*.

Exceto na hipótese em que o Conselho de Administração da AEI, mediante reunião, assuma a administração do *AEI Incentive Plan 2007*, o Comitê de Remuneração da AEI tem toda autoridade e discricionariedade para administrá-lo e tomar qualquer providência necessária ou aconselhável com esse fim. O *AEI Incentive Plan 2007* poderá ser alterado, de tempos em tempos, pelo Comitê de Compensação ou pelo Conselho de Administração da AEI. O Comitê de Remuneração e o Conselho de Administração da AEI não estão autorizados a alterar qualquer opção de compra de ações que esteja em aberto que visem a diminuir seu preço sem o consentimento dos acionistas da AEI. Adicionalmente, nenhuma opção de compra de ações será cancelada ou substituída por opção de compra de ações de menor valor, sem aprovação dos acionistas da AEI. O *AEI Incentive Plan 2007* expirará em 2017. Os participantes de qualquer premiação no âmbito do *Plano de Incentivo 2007 AEI* tornam-se elegíveis no decorrer de 4 anos, seguindo a seguinte programação: 10%, 15%, 25% e 50%.

- Opções de Compra de Ações. A outorga de direito a Opção de Compra de Ações da AEI pode ser concedida no início da respectiva relação empregatícia, no caso de mudança significativa nas competências da função exercida ou para atender a uma determinada retenção especial ou objetivos de performance. A outorga periódica de opções, que geralmente é feita anualmente com base na performance do participante e da AEI, continuará a ser feita, a critério do Comitê de Remuneração a participantes elegíveis. A opção de compra de ações da AEI tem seu preço de exercício igual ao valor de mercado de sua ação ordinária no dia de sua outorga, sendo que os participantes somente passam a ser elegíveis no respectivo período ou períodos de serviços contínuos, conforme cronograma previsto no *AEI Incentive Plan 2007*;
- Ações Restritas. O Comitê de Remuneração da AEI outorgou e pode, no futuro, decidir outorgar ações da AEI com certas restrições de transferência a certos diretores, conselheiros e empregados da AEI e de suas subsidiárias; e
- Outras premiações. O Comitê de Remuneração da AEI também tem a autoridade para outorgar *units* de ações restritas, direito de valorização de ações, ações com base em performance, *units* com base em performance e bônus discricionário anual aos participantes do *AEI Incentive Plan 2007*. O montante a ser outorgado a um participante de ações com base em performance, *units* com base em performance ou bônus discricionário anual poderá ser pago em dinheiro, ações ordinárias da AEI ou uma combinação dos anteriores, conforme determinado pelo Comitê de Remuneração. Até 31 de março de 2009, não houve qualquer premiação aos participantes do *AEI Incentive Plan 2007* com *units* de ações restritas, direito de valorização de ações, ações com base em performance, *units* com base em performance e bônus discricionário anual.

As tabelas abaixo apresentam os administradores da Emissora que adquiriram ações ordinárias e/ou opções de compra de ações ordinárias da AEI no âmbito do *AEI Incentive Plan 2007* e do *Prisma Long-Term Stock Incentive Plan*, bem como valor de exercício de cada uma delas, nos períodos nela indicados:

Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2006

Nome	Ações Restritas Concedidas	Opção de Compra de Ações Concedidas	Valor de Exercício / Opção (R\$) ⁽³⁾
Conselho de Administração			
Orlando Rufo González ⁽¹⁾	Não	Não	-
Vicky Lynn Martinez ⁽¹⁾	Não	Não	-
Ronald W. Haddock ⁽¹⁾	Não	Não	-
Carlos Marcio Ferreira	Não	Não	-
João Carlos Ribeiro de Albuquerque	Não	Não	-
Marcelo Schmidt ⁽¹⁾	Não	Não	-
Claudinei Donizette Ceccato ⁽¹⁾	Não	Não	-
João Gilberto Mazzon	Não	Não	-
Luis Alberto de Magalhães ⁽¹⁾	Não	Não	-
Christiano Garcia Dias Telles ⁽¹⁾	Não	Não	-
Ailton Ribeiro de Matos ⁽¹⁾	Não	Não	-
Total	0,0	0,0	-
Total do Prisma Long-Term Stock Incentive Plan	0,0	0,0	-
Total do AEI Incentive Plan	0,0	0,0	-
Diretoria ⁽²⁾			
Orlando Rufo González ⁽¹⁾	Não	Não	-
Carlos Marcio Ferreira	Não	Não	-
Anis Abdelnor ⁽¹⁾	Não	Não	-
Francisco Alfredo Fernandes	Não	Não	-
Luiz Otávio Assis Henriques ⁽¹⁾	Não	Não	-
Marcelo Schmidt ⁽¹⁾	Não	Não	-
Luiz Sergio Assad	Não	Não	-
Total	0,0	0,0	-
Total do Prisma Long-Term Stock Incentive Plan	0,0	0,0	-
Total do AEI Incentive Plan	0,0	0,0	-

Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2007

Nome	Ações Restritas Concedidas	Opção de Compra de Ações Concedidas	Valor de Exercício / Opção (R\$) ⁽³⁾
Conselho de Administração			
Orlando Rufo González ⁽¹⁾	Não	Não	-
Vicky Lynn Martinez ⁽¹⁾	Sim	Sim	21,58
Carlos Marcio Ferreira	Sim	Sim	26,25
João Carlos Ribeiro de Albuquerque	Sim	Sim	21,58
Marcelo Schmidt ⁽¹⁾	Sim	Sim	26,25
Brent William de Jong ⁽¹⁾	Não	Não	-
Celso Arras Minchillo ⁽¹⁾	Sim	Sim	21,58
Luiz Otávio Assis Henriques ⁽¹⁾	Sim	Sim	26,25
Marcio Henrique Fernandes	Sim	Sim	26,25
Vitor Cuminato Filho	Sim	Sim	26,25
James Alton Hughes	Sim	Sim	26,25
Claudinei Donizette Ceccato ⁽¹⁾	Não	Não	-
João Gilberto Mazzon	Não	Não	-
Luis Alberto de Magalhães ⁽¹⁾	Não	Não	-
Total	33.270,0	163.397,0	-
Total do Prisma Long-Term Stock Incentive Plan	0,0	0,0	-
Total do AEI Incentive Plan	33.270,0	163.397,0	-
Diretoria ⁽²⁾			
Orlando Rufo González ⁽¹⁾	Não	Não	-
Carlos Marcio Ferreira	Sim	Sim	26,25
Anis Abdelnor ⁽¹⁾	Não	Não	-
Francisco Alfredo Fernandes	Sim	Sim	26,25
Luiz Sergio Assad	Sim	Sim	26,25
Luiz Otávio Assis Henriques ⁽¹⁾	Sim	Sim	26,25
Marcelo Schmidt ⁽¹⁾	Sim	Sim	26,25
Total	2.294,5	12.388,0	-
Total do Prisma Long-Term Stock Incentive Plan	0,0	0,0	-
Total do AEI Incentive Plan	2.294,5	12.388,0	-

Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2008

Nome	Ações Restritas Concedidas	Opção de Compra de Ações Concedidas	Valor de Exercício / Opção
Conselho de Administração			
Orlando Rufo González ⁽¹⁾	Não	Não	-
Carlos Marcio Ferreira	Sim	Sim	29,34
João Carlos Ribeiro de Albuquerque	Sim	Sim	29,34
Marcelo Schmidt ⁽¹⁾	Sim	Sim	29,34
Celso Arras Minchillo ⁽¹⁾	Sim	Sim	29,34
Luiz Otávio Assis Henriques ⁽¹⁾	Não	Não	-
Marcio Henrique Fernandes	Sim	Sim	29,34
Vitor Cuminato Filho	Sim	Sim	29,34
James Alton Hughes	Sim	Sim	29,34
Antonio Celia Martinez-Aparicio	Sim	Sim	29,34
Francisco Alfredo Fernandes	Sim	Sim	29,34
Claudinei Donizette Ceccato ⁽¹⁾	Não	Não	-
João Gilberto Mazzon	Não	Não	-
Luis Alberto de Magalhães ⁽¹⁾	Não	Não	-
Total	41.958,1	232.053,0	-
Total do Prisma Long-Term Stock Incentive Plan	0,0	0,0	-
Total do AEI Incentive Plan	41.958,1	232.053,0	-
Diretoria ⁽²⁾			
Carlos Marcio Ferreira	Sim	Sim	29,34
Francisco Alfredo Fernandes	Sim	Sim	29,34
Luiz Sergio Assad	Sim	Sim	29,34
Max Xavier Lins	Não	Não	-
Luiz Otávio Assis Henriques ⁽¹⁾	Não	Não	-
Rodrigo Silva	Sim	Sim	29,34
Marcelo Schmidt ⁽¹⁾	Sim	Sim	29,34
Total	4.101,6	22.685,0	-
Total do Prisma Long-Term Stock Incentive Plan	0,0	0,0	-
Total do AEI Incentive Plan	4.101,6	22.685,0	-

Período de 3 meses Encerrado em 31 de março de 2009

Nome	Ações Restritas Concedidas	Opção de Compra de Ações Concedidas	Valor de Exercício / Opção
Conselho de Administração			
João Carlos Ribeiro de Albuquerque	Não	Não	-
Antonio Mario Celia Martinez-Aparicio	Sim	Sim	30,61
Carlos Marcio Ferreira	Sim	Sim	30,61
James Alton Hughes	Sim	Sim	30,61
Francisco Alfredo Fernandes	Sim	Sim	30,61
Marcio Henrique Fernandes	Sim	Sim	30,61
Vitor Cuminato Filho	Sim	Sim	30,61
Juracy Pereira Mamede	Não	Não	-
João Gilberto Mazzon	Não	Não	-
Mauricio Antonio Penha	Não	Não	-
Total	35.156,0	227.028,0	-
Total do Prisma Long-Term Stock Incentive Plan	0,0	0,0	-
Total do AEI Incentive Plan	35.156,0	227.028,0	-
Diretoria ⁽²⁾			
Francisco Alfredo Fernandes	Sim	Sim	30,61
Luiz Sergio Assad	Sim	Sim	30,61
Max Xavier Lins	Sim	Sim	30,61
Carlos Marcio Ferreira	Sim	Sim	30,61
Rodrigo Ferreira Medeiros Silva	Sim	Sim	30,61
Total	5.685,6	36.716,0	-
Total do Prisma Long-Term Stock Incentive Plan	0,0	0,0	-
Total do AEI Incentive Plan	5.685,6	36.716,0	-

(1) Não faz mais parte do Conselho de Administração ou da Diretoria da Emissora.

(2) Caso um membro do Conselho de Administração tenha também atuado como membro da Diretoria da Emissora em um mesmo período, as informações acerca das ações ordinárias e/ou opções de compra de ações ordinárias da AEI adquiridas no âmbito do *AEI Incentive Plan 2007* e do *Prisma Long-Term Stock Incentive Plan* foram inseridas somente no grupo dos conselheiros e excluídas do grupo dos diretores da Emissora.

(3) Os valores de exercício / opção contabilizados pela AEI em dólares norte americanos foram, para fins de referência, convertidos em reais por uma média da taxa de câmbio PTAX 800 de venda dos períodos indicados na tabela acima. Referida média foi calculada com base na soma das taxas de câmbio PTAX 800 de venda do último dia de cada mês, dividida pelo número de meses que compõem cada período. Para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 e período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2009, a média da taxa de câmbio PTAX 800 foi de 2,1679; 1,9300; 1,8335 e 2,3366, respectivamente.

Os benefícios concedidos aos administradores da Emissora são contabilizados como despesa de remuneração variável (despesas operacionais) contra um aumento da conta de capital, conforme estabelece as normas contábeis norte-americanas aplicáveis. Tais benefícios são contabilizados pelo seu valor justo no momento de disponibilização do benefício. Prospectivamente ao reconhecimento inicial, o valor justo calculado é movimentado pelo reconhecimento do custo do benefício, da data de concessão até a data de aferição do benefício.

As Opções de Compra de Ações são avaliadas utilizando o modelo *Black-Scholes*, que leva em consideração a probabilidade de exercício da opção e o preço da ação no futuro limitado ao prazo da Opção, que é de 7 anos a contar da data de concessão. Até 31 de março de 2009, nenhuma Opção de Compra de Ações tinha sido exercida. As Ações Restritas são outorgadas com base no valor de mercado da data base da respectiva concessão.

A tabela abaixo apresenta o valor contabilizado pela AEI como despesa e evidencia a remuneração indireta global dos administradores da Emissora, nos períodos nela indicados, com relação à Opção de Compra de Ações e à concessão de Ações Restritas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007, 2008 e no período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2009:

Nome	Ações Concedidas				Opção de Compra de Ações Concedidas			
	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de			Período de 3 meses encerrado em	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de			Período de 3 meses encerrado em
	2006	2007	2008		2006	2007	2008	
	R\$ 2)							
Concedidas no Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2006								
Conselho de Administração								
Total do Prisma Long-Term Stock Incentive Plan	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do AEI Incentive Plan	-	-	-	-	-	-	-	-
Diretoria (1)								
Total do Prisma Long-Term Stock Incentive Plan	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do AEI Incentive Plan	-	-	-	-	-	-	-	-
Concedidas no Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2007								
Conselho de Administração								
Total do Prisma Long-Term Stock Incentive Plan	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	0,0	0,0
Total do AEI Incentive Plan	-	33.044,40	109.311,67	34.812,54	-	115.264,01	50.179,00	34.467,19
Diretoria (1)								
Total do Prisma Long-Term Stock Incentive Plan	-							
Total do AEI Incentive Plan	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	0,0	0,0
Total do AEI Incentive Plan	-	3.387,70	12.873,68	4.101,43	-	6.763,82	25.702,55	6.854,88

Concedidas no Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2008

Conselho de Administração								
Total do Prisma Long-Term Stock Incentive Plan	-	-	0,0	0,0	-	-	0,0	0,0
Total do AEI Incentive Plan	-	-	169.655,37	64.863,78	-	-	314.909,89	98.779,53
Diretoria ⁽¹⁾								
Total do Prisma Long-Term Stock Incentive Plan	-	-	0,0	0,0	-	-	0,0	0,0
Total do AEI Incentive Plan	-	-	22.560,56	8.625,33	-	-	41.876,22	13.446,67

Concedidas no Período de 3 Meses Encerrado em 31 de Março de 2009

Conselho de Administração								
Total do Prisma Long-Term Stock Incentive Plan	-	-	-	0,0	-	-	-	0,0
Total do AEI Incentive Plan	-	-	-	40.355,42	-	-	-	74.995,75
Diretoria ⁽¹⁾								
Total do Prisma Long-Term Stock Incentive Plan	-	-	-	0,0	-	-	-	0,0
Total do AEI Incentive Plan	-	-	-	6.526,29	-	-	-	12.128,59

(1) Caso um membro do Conselho de Administração tenha também atuado como membro da Diretoria da Emissora em um mesmo período, as informações acerca das despesas com Ações Restritas e/ou Opções de Compra de Ações no âmbito do *AEI Incentive Plan 2007* e do *Prisma Long-Term Stock Incentive Plan* foram inseridas somente no grupo dos conselheiros e excluídas do grupo dos diretores da Emissora.

(2) Os valores contabilizados pela AEI como despesa em dólares norte americanos foram, para fins de referência, convertidos em reais por uma média da taxa de câmbio PTAX 800 de venda dos períodos indicados na tabela acima. Referida média foi calculada com base na soma das taxas de câmbio PTAX 800 de venda do último dia de cada mês, dividida pelo número de meses que compõem cada período. Para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 e período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2009, a média da taxa de câmbio PTAX 800 foi de 2,1679; 1,9300; 1,8335 e 2,3366, respectivamente.

Não foram concedidos quaisquer benefícios aos administradores da Emissora no âmbito do *Prisma Energy Long Term Stock Incentive Plan* nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007, 2008 e no período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2009.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 2008 e no período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2009, foram concedidos aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Emissora benefícios, no âmbito do *AEI Incentive Plan 2007*, no valor aproximado de R\$ 158 mil, R\$ 747 mil e R\$ 400 mil, respectivamente. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, não foram concedidos benefícios aos administradores da Emissora no âmbito do *AEI Incentive Plan 2007*.

A tabela abaixo apresenta a remuneração global dos administradores da Emissora, considerando os valores de remuneração base e de remuneração indireta descritos nas seções “Remuneração e Plano de Participação nos Lucros – Remuneração Base” e “Remuneração e Plano de Participação nos Lucros –

Remuneração Indireta” na página 267 deste Prospecto Definitivo, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007, 2008:

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		
	2006	2007	2008
	(R\$ mil)		
Remuneração Base	9.885	6.392	6.359
Remuneração Indireta ⁽¹⁾	-	158	747
Total	9.885	6.550	7.106

(1) Os valores contabilizados pela AEI como despesa com a remuneração indireta dos administradores da Emissora em dólares norte americanos foram, para fins de referência, convertidos em reais por uma média da taxa de câmbio PTAX 800 de venda dos períodos indicados na tabela acima. Referida média foi calculada com base na soma das taxas de câmbio PTAX 800 de venda do último dia de cada mês, dividida pelo número de meses que compõem cada período. Para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 e período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2009, a média da taxa de câmbio PTAX 800 foi de 2,1679; 1,9300; 1,8335 e 2,3366, respectivamente.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é um órgão de funcionamento não permanente, sendo composto de no mínimo 3 e no máximo 5 membros, e suplentes em igual número, que funcionará somente nos exercícios em que for instalado pela Assembléia Geral de Acionistas a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 10% das ações ordinárias, ou 5% das ações sem direito a voto.

O Conselho Fiscal da Emissora, quando instalado, tem a seguinte competência:

- a) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
- b) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembléia Geral de Acionistas;
- c) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração a serem submetidas à Assembléia Geral de Acionistas relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;
- d) denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da companhia, à Assembléia Geral de Acionistas, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à companhia;
- e) convocar a Assembléia Geral Ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 mês essa convocação, e a Assembléia Geral Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que considerarem necessárias;
- f) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais informações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia;
- g) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar; e
- h) exercer essas atribuições, durante a liquidação, tendo em vista as disposições especiais que a regulam.

Em 31 de março de 2009, o Conselho Fiscal da Emissora não estava instalado.

INFORMAÇÕES ACERCA DOS VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS

Desde a sua constituição, a Emissora acessou o mercado de capitais brasileiro com o objetivo de captar recursos por meio da distribuição pública de debêntures. Até 31 de março de 2009, a Emissora havia realizado 2 emissões públicas de debêntures. Segue abaixo uma breve descrição dos valores mobiliários emitidos pela Emissora:

Ações Ordinárias e Preferenciais

A Emissora mantém o registro de companhia aberta junto à CVM sob o nº 17485, desde 8 de julho de 1998. Suas ações ordinárias e preferenciais são negociadas na BM&FBOVESPA sob os códigos EKTR3 e EKTR4 respectivamente.

O quadro a seguir apresenta o histórico das cotações mínima, máxima e média das ações ordinárias (EKTR3) e preferenciais (EKTR4) da Emissora listadas para negociação na BM&FBOVESPA, e o volume de negociações das mesmas nos últimos três anos (anuais e trimestrais) e nos três primeiros meses de 2009.

	Negociações na BM&FBOVESPA			
	Cotação mínima	Cotação máxima	Cotação média	Volume de negociação
			(em Reais)	
Exercício Social encerrado em 31/12/2006	14,99	14,99	14,99	1.499
Exercício Social encerrado em 31/12/2007	15,20	15,51	15,51	200.000
Exercício Social encerrado em 31/12/2008	15,75	17,50	16,58	4.975
1º Trimestre de 2006	11,00	11,00	11,00	4.400
2º Trimestre de 2006	13,00	13,60	13,18	10.550
3º Trimestre de 2006	13,50	13,99	13,74	2.749
4º Trimestre de 2006	14,99	14,99	14,99	1.499
1º Trimestre de 2007	14,99	14,99	14,99	2.998
2º Trimestre de 2007	13,00	28,50	19,10	28.663
3º Trimestre de 2007	26,00	26,00	26,00	2.600
4º Trimestre de 2007	15,20	15,51	15,51	200.000
1º Trimestre de 2008	12,00	14,00	12,05	15.855
2º Trimestre de 2008	30,00	30,00	30,00	3.000
3º Trimestre de 2008	29,33	29,33	29,33	8.799
4º Trimestre de 2008	15,75	17,50	16,58	4.975
Janeiro de 2009	18,45	18,45	18,45	1.845
Fevereiro de 2009	18,45	18,45	18,45	0
Março de 2009	18,45	18,45	18,45	0

Fonte: BM&FBOVESPA

EKTR4

	Negociações na BM&FBOVESPA			
	Cotação mínima	Cotação máxima	Cotação média	Volume de negociação
			(em Reais)	
Exercício Social encerrado em 31/12/2006	9,70	11,50	10,33	1.175.043
Exercício Social encerrado em 31/12/2007	12,00	14,98	14,06	1.948.902
Exercício Social encerrado em 31/12/2008	10,99	12,20	11,03	97.101
1º Trimestre de 2006	8,99	12,5	11,70	670.968
2º Trimestre de 2006	11,50	13,00	12,76	208.015
3º Trimestre de 2006	12,00	13,79	12,72	110.738
4º Trimestre de 2006	9,70	11,50	10,33	1.175.043
1º Trimestre de 2007	10,01	13,25	12,43	511.039
2º Trimestre de 2007	12,51	21,70	17,23	4.538.502
3º Trimestre de 2007	15,04	17,29	16,48	62.639
4º Trimestre de 2007	12,00	14,98	14,06	1.948.902
1º Trimestre de 2008	10,25	12,00	10,95	155.521
2º Trimestre de 2008	20,50	23,49	21,27	225.429
3º Trimestre de 2008	16,21	20,50	17,23	175.675
4º Trimestre de 2008	10,99	12,20	11,03	97.101
Janeiro de 2009	11,99	15,00	12,11	156.932
Fevereiro de 2009	12,56	13,98	12,80	120.832
Março de 2009	12,50	15,50	12,73	69.936

Fonte: BM&FBOVESPA

Primeira Emissão Pública de Debêntures da Emissora para Distribuição Pública

1ª Emissão Pública de debêntures da Emissora, aprovada nas Assembléias Gerais Extraordinárias realizadas em 30 de março e 12 de setembro de 2000, registrada na CVM sob o nº CVM/SRE/DEB-2000/026, em 3 de outubro de 2000.

Espécie de debêntures: simples, com garantia flutuante.
Montante emitido: R\$62.500.000,00
Valor nominal: R\$10.000,00
Quantidade: 6.250
Remuneração: IGP-DI + 11,4% a.a.
Data de Emissão: 10 de maio de 2000
Data de Vencimento: 10 de maio de 2005

Em 10 de maio de 2005, as debêntures foram integralmente quitadas pela Emissora.

Segunda Emissão Pública de Debêntures da Emissora para Distribuição Pública

A 2ª Emissão Pública de debêntures da Emissora foi aprovada em Assembléias Gerais Extraordinárias realizadas em 31 de agosto de 2005 e 07 de outubro de 2005 e em Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 10 de outubro de 2005, tendo sido registrada perante a CVM em 20 de outubro de 2005, sob nº CVM/SRE/DEB/2005/048, com relação às debêntures da 1ª série da 2ª Emissão, sob nº CVM/SRE/DEB/2005/049, com relação às debêntures da 2ª série da 2ª Emissão e sob nº CVM/SRE/DEB/2005/050, com relação às debêntures da 3ª série da 2ª Emissão.

Tipo de debênture: simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações.
Espécie: quirografia com garantia adicional de cessão fiduciária de direitos creditórios da Emissora.
Montante emitido: R\$ 750.000.000,00.
Valor nominal: R\$10.000,00 por debênture.
Séries: 3 (três)
Quantidade: 75.000 debêntures, sendo:
1ª série: 37.5000
2ª série: 18.750
3ª série: 18.750
Remuneração: 1ª série: IGP-M + 11,80% a.a.
2ª série: CDI + 1,65% a.a.
3ª série: CDI + 1,65% a.a.
Pagamento dos Juros: 1ª série: anual a partir de 1º de setembro de 2006.
2ª série: semestral a partir de 1º de março de 2006.
3ª série: semestral a partir de 1º de março de 2006.
Data de Emissão: 1º de setembro de 2005.
Data de Vencimento: 1º de setembro de 2011.

Em 19 de setembro e 20 de dezembro de 2007, a Emissora efetuou o resgate antecipado do total das debêntures da 3ª série de 2ª Emissão e o resgate antecipado parcial da 2ª série da 2ª Emissão no montante de 10.029 debêntures em circulação.

ELEKTRO

Os resgates foram calculados com base no valor nominal, acrescido de sua remuneração e prêmio, na forma estabelecida na escritura de emissão e no aditamento da escritura de emissão, aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 9 de novembro de 2007 e na Assembléia Geral de Debenturistas de 4 de dezembro de 2007. Posteriormente, a Emissora cancelou as debêntures resgatadas da 2ª e 3ª séries.

Em setembro de 2008 a Emissora efetuou a reclassificação de 33,33% das duas séries vigentes do não circulante para o circulante, referente à amortização do principal que ocorrerá em 1º de setembro de 2009.

As tabelas abaixo apresentam o saldo em aberto das debêntures emitidas no âmbito da 2ª Emissão e sua respectiva classificação no balanço da Emissora nos períodos nela indicados:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008			Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007			Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006		
	Principal	Encargo	Total	Principal	Encargo	Total	Principal	Encargo	Total
2ª Emissão de debêntures da Emissora									
1ª Série	375.000	105.811	480.811	375.000	61.301	436.301	375.000	30.255	405.255
2ª Série	87.210	4.340	91.550	87.210	3.439	90.649	187.500	8.815	196.315
3ª Série	-	-	-	-	-	-	187.500	8.815	196.315
Total	462.210	110.151	572.361	462.210	64.740	526.950	750.000	47.885	797.885
Circulante	154.070	49.685	203.755	-	18.618	18.618	-	31.728	31.728
Não circulante	308.140	60.466	368.606	462.210	46.122	508.332	750.000	16.157	766.157

Período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2009

		(R\$ mil)	
	Principal	Encargo	Total
2ª Emissão			
1ª Série	375.000	114.586	489.586
2ª Série	87.210	984	88.194
3ª Série			
Total	462.210	115.570	577.780
Circulante	154.070	59.740	213.810
Não circulante	308.140	55.830	363.970

O quadro a seguir apresenta o histórico das cotações mínima, máxima e média das debêntures da 2ª Emissão da Emissora nos períodos nela indicados:

EKTR12

	Cotação mínima	Negociações na BM&FBOVESPA		
		Cotação máxima	Cotação média (em Reais)	Volume de negociação
Negociações em 2006	10.378,46	10.671,28	10.542,93	1.265.151,03
Negociações em 2007	11.830,82	13.088,14	12.929,09	455.323.643,40
Negociações em 2008	12.878,45	12.878,45	12.878,45	1.468.142,83
1º Trimestre de 2006*	-	-	-	-
2º Trimestre de 2006	10.431,02	10.435,60	10.432,62	417.304,92
3º Trimestre de 2006	10.378,46	10.378,46	10.378,46	207.569,22
4º Trimestre de 2006	10.671,28	10.671,28	10.671,28	640.276,89
1º Trimestre de 2007*	-	-	-	-
2º Trimestre de 2007	12.466,65	13.088,14	13.066,25	270.458.278
3º Trimestre de 2007	11.830,82	12.886,41	12.733,53	184.865.365,30
4º Trimestre de 2007*	-	-	-	-
1º Trimestre de 2008*	-	-	-	-
2º Trimestre de 2008*	-	-	-	-
3º Trimestre de 2008	12.878,45	12.878,45	12.878,45	1.468.142,83
4º Trimestre de 2008*	-	-	-	-
Janeiro de 2009*	-	-	-	-
Fevereiro de 2009*	-	-	-	-
Março de 2009*	-	-	-	-

Fonte: ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro

EKTR22

	Cotação mínima	Negociações na BM&FBOVESPA		
		Cotação máxima	Cotação média (em Reais)	Volume de negociação
Negociações em 2006	10.211,42	10.841,56	10.428,31	34.517.707,91
Negociações em 2007	10.066,78	10.688,29	10.570,24	254.795.517,81
Negociações em 2008	10.195,08	10.195,08	10.195,08	2.293.893,79
1º Trimestre de 2006	10.728,71	10.841,56	10.822,75	6.493.650,21
2º Trimestre de 2006	10.211,42	10.311,33	10.261,38	15.330.498,88
3º Trimestre de 2006	10.658,92	10.658,92	10.658,92	937.984,54
4º Trimestre de 2006	10.301,43	10.561,59	10.421,61	11.755.574,28
1º Trimestre de 2007	10.066,78	10.688,29	10.193,92	13.068.603,07
2º Trimestre de 2007	10.196,63	10.306,89	10.242,29	6.452.643,78
3º Trimestre de 2007	10.101,25	10.597,69	10.394,93	26.943.647,66
4º Trimestre de 2007	10.175,22	10.634,71	10.628,57	208.330.623,30
1º Trimestre de 2008*	-	-	-	-
2º Trimestre de 2008*	-	-	-	-
3º Trimestre de 2008*	-	-	-	-
4º Trimestre de 2008	10.195,08	10.195,08	10.195,08	2.293.893,79
Janeiro de 2009*	-	-	-	-
Fevereiro de 2009*	-	-	-	-
Março de 2009	9.921,20	9.921,20	9.921,20	8.929.080,38

(*) Não ocorreram negociações

Fonte: ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro

As debêntures emitidas no âmbito da 2ª Emissão sob o código EKTR32 foram liquidadas em setembro de 2007.

ELEKTRO

1ª Emissão de Notas Promissórias

Em 24 de abril de 2009, a Emissora realizou a 1ª Emissão Pública de Notas Promissórias, com valor nominal unitário de R\$ 1 milhão, perfazendo o montante de R\$ 120 milhões, com prazo de 180 dias a partir de sua emissão. A remuneração das Notas Promissórias é equivalente à variação da Taxa DI acrescida de *spread* de 2,00% ao ano, base 252 dias úteis. A 1ª Emissão Pública de Notas Promissórias foi realizada pela Emissora nos termos da Instrução CVM 476, que dispõe sobre ofertas públicas de valores mobiliários distribuídas com esforços restritos.

As Notas Promissórias poderão ser resgatadas antecipadamente, a critério exclusivo da Emissora, após o 60º dia contado da respectiva data de emissão, sem pagamento de prêmio, observados os termos e condições estabelecidos nas cêntulas das Notas Promissórias.

Os recursos captados por meio da colocação das Notas Promissórias foram destinados à recomposição do caixa da Emissora face às necessidades de capital de giro, sobretudo associadas a incrementos nos custos não gerenciáveis a serem repassados às tarifas de energia elétrica a partir do próximo reajuste tarifário, em agosto de 2009, principalmente os custos de aquisição de energia para revenda proveniente de Itaipu, majorado em função da desvalorização do real frente ao dólar norte-americano, e outros encargos setoriais.

Na data deste Prospecto Definitivo, havia 120 Notas Promissórias da 1ª Emissão Pública de Notas Promissórias em circulação, no valor total atualizado de R\$ 120,8 milhões.

Para maiores informações sobre a 1ª Emissão Pública de Notas Promissórias, vide seções vide seções “Informações Financeiras – Análise e Discussão da Administração sobre a situação Financeira e os Resultados Operacionais da Emissora - Eventos Relevantes Posteriores à Divulgação das Demonstrações Financeiras da Emissora relativas ao Período de 3 Meses encerrado em 31 de março de 2009”, “Informações Relativas à Oferta - Destinação de Recursos” e “Informações Relativas à Oferta – Relacionamento com os Coordenadores” nas páginas 172, 79 e 75, respectivamente, deste Prospecto Definitivo.

OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 23 de dezembro de 1999, a Emissora contraiu uma dívida no montante de R\$ 21,0 milhões, com juros devidos semestralmente à taxa de 10% ao ano e correção monetária pelo índice do IGP-M, junto à ETB em contrapartida à assunção das obrigações da Emissora com a ELETROBRÁS pela ETB. Referida dívida foi quitada pela Emissora em 23 de dezembro de 2007.

Adicionalmente, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 31 de dezembro de 2007 e 31 de dezembro de 2006, bem como no período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2009, a Emissora era parte de certas transações referentes a serviços de compartilhamento administrativo e aluguel de salas com outras empresas do grupo.

As tabelas abaixo apresentam as companhias beneficiárias e o saldo das operações com partes relacionadas descritas acima nos períodos nela indicados:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 (R\$ em milhares)		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 (R\$ em milhares)		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006 (R\$ em milhares)	
	Ativo	Resultado	Ativo	Resultado	Ativo	Resultado
Elektro Comercializadora de Energia Ltda. ¹	18	227	17	213	15	203
Elektro Geração S.A. ¹	0	0-	0	15	2	44
AEI América do Sul Holding Ltda. ¹	48	642	86	557	43	538
ETB ²	0	0	0	(7.094)	(48.934)	(5.833)
Total	66	869	103	(6.309)	(48.774)	(5.048)

(1) Os saldos são referentes a serviços de compartilhamento administrativo e aluguel de salas para as empresas do grupo. Deve-se notar que a Elektro Geração S.A. foi vendida pela Emissora no âmbito de seu processo de desverticalização em 2006.

(2) O valor de R\$ 7.094 mil no resultado de 2007 é referente a despesas de juros e variação monetária sobre empréstimos com a empresa ETB, que foi quitado em dezembro de 2007.

	Período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2009 (R\$ em milhares)		Período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2008 (R\$ em milhares)	
	Ativo	Resultado	Ativo	Resultado
Elektro Comercializadora de Energia Ltda.	19	58	1	54
AEI América do Sul Holding Ltda.	4	153	45	142
Total	23	211	46	196

Salvo a dívida da Emissora junto à ETB e os serviços de compartilhamento administrativo e aluguel de salas para as empresas do grupo mencionados acima, a Emissora não possuía nenhuma operação relevante, incluindo prestação de garantias para fins da Instrução CVM 400, com partes relacionadas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 31 de dezembro de 2007 e 31 de dezembro de 2006, bem como no período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2009.

RECURSOS HUMANOS**Pessoal**

A tabela a seguir contém dados consolidados referentes aos empregados da Emissora nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006, bem como nos períodos de 3 meses encerrados em 31 de março de 2009 e 2008:

Total por Categoria	Exercício social encerrado em			Período de 3 meses encerrado em	
	31 de dezembro de 2008	31 de dezembro de 2007	31 de dezembro de 2006	31 de março de 2009	31 de março de 2008
Gerencial	56	58	58	56	56
Universitário	1.094	1.125	1.095	1.129	1.094
Téc./Admin.	1.044	1.050	1.035	1.029	1.044
Operacional	484	457	449	451	484
Total	2.678	2.690	2.637	2.706	2.678

Relacionamento da Emissora com Sindicatos

A Emissora julga ter bom relacionamento com seus empregados e sindicatos, não tendo havido greves na Emissora nos últimos 3 anos. A Emissora mantém relações com os seguintes sindicatos:

- (i) Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas – STIEEC;
- (ii) Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo - SEESP;
- (iii) Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - STIEESP; e
- (iv) Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Itanhaém, Bertioga, Guarujá, Litoral Sul e Vale do Ribeira – SINDERGEL.

Reajustes Salariais

O mês base para renegociação salarial da Emissora é junho de cada ano. Segue abaixo a relação de aumentos salariais ocorridos na Emissora, conforme acordos coletivos firmados entre os sindicatos profissionais e a Emissora, nos últimos 3 exercícios sociais:

2006:

- (i) Reajuste de 4% em junho de 2006.

2007:

- (i) Reajuste de 5% em junho de 2007.

2008:

- (i) Reajuste de 6,8% em junho de 2008.

Paralisações sindicais

Nos últimos 3 exercícios sociais, não ocorreram paralisações sindicais, greves ou manifestações de advertência na Emissora.

Programas de Remuneração

Em 31 de março de 2009, a Emissora possuía os seguintes programas de remuneração:

- a) *Tabela Salarial.* juntamente com a implantação da nova tabela de cargos, a Emissora implantou uma nova tabela salarial que foi desenvolvida a partir da avaliação/pontuação dos cargos na metodologia implantada pela Hay Group, empresa de consultoria de Recursos Humanos, que consiste na avaliação e valorização dos cargos através pesquisa salarial de mercado. A nova tabela contém três níveis salariais com amplitude de 50%. A atualização da tabela salarial será feita através de pesquisa salarial anual junto ao banco de dados da Hay.
- b) *Política de Movimentação de Pessoal.* anualmente é definida uma verba para aplicação na movimentação dos colaboradores da Emissora. Essa verba é aplicada na concessão de promoção de cargo, e mérito levando-se em conta os dados funcionais, a maturidade profissional, o desempenho e potencial do colaborador e o orçamento/headcount para o período.
- c) *Participação nos Lucros e Resultados – PLR:* a Emissora adotou um plano de participação nos lucros e resultados por meio do qual os seus empregados recebem uma percentagem do lucro da Emissora calculada com base no resultado de serviço e vinculado a 4 metas definidas para o ano corrente. Os membros da diretoria, gerência, supervisão, consultoria e coordenação da Emissora possuem cálculo diferenciado de PLR, no qual são contemplados os resultados individuais e operacionais. Nos últimos três anos foram distribuídos os seguintes valores a título de Participação nos Lucros e Resultados:

Ano	Valor (em milhões de Reais)
2008	17,9
2007	13,0
2006	13,6

Benefícios

Em 31 de março de 2009, os colaboradores da Emissora possuíam os seguintes benefícios:

- a) gratificação de férias diferenciada;
- b) indenização por morte ou invalidez em acidente do trabalho;
- c) auxílio-alimentação;
- d) cesta-básica;
- e) auxílio-creche;
- f) assistência médica/ odontológica (diferenciada para gerentes e níveis acima);
- g) plano de Previdência Privada;
- h) complementação salarial para afastamentos (auxílios previdenciários);
- i) seguro de vida;
- j) programas assistenciais (ortese e prótese, medicamentos e apoio para incapacidades);
- k) programa estar-bem (academia, eventos culturais, orientação nutricional); e
- l) transporte fretado.

Plano de Previdência Privada

A Emissora, por meio da Fundação CESP, entidade fechada de previdência complementar, patrocina o PSAP/ELEKTRO. O PSAP/ELEKTRO originou-se da cisão do plano “PSAP/CESP B1” em 1º de julho de 1998 e abrange a totalidade de seus empregados, incluindo os administradores e os participantes transferidos para a Emissora em decorrência da cisão do patrimônio da CESP.

ELEKTRO

Em função do processo de privatização da Emissora, ocorreram mudanças no plano previdenciário a partir de 1998, que levaram ao reconhecimento de uma obrigação a pagar pela Emissora, a título de confissão de dívida, referente aos direitos adquiridos dos empregados assistidos pelo plano anterior. Essa dívida junto à Fundação CESP é corrigida pelo IGP-DI + 6% ao ano e o registro desse passivo é ajustado de forma a atender aos critérios da Deliberação CVM n.º 371/00. Em 31 de dezembro de 2007, no entanto, de acordo com avaliação atuarial preparada por atuários externos, com base no ativo líquido da Fundação CESP, verificou-se que o superávit apurado no plano previdenciário foi suficiente para liquidar a obrigação da Emissora relacionada à confissão de dívida com a FUNDAÇÃO CESP. De acordo com o laudo atuarial de 31 de dezembro de 2008, o plano encerrou o ano de 2008 com passivo de R\$ 23,5 milhões, e há previsão de saneamento deste passivo no ano de 2009. Ressalta-se que esse superávit é contabilizado ao longo do prazo médio de atendimento futuro dos participantes, de modo que, até 31 de março de 2009, ainda existia um passivo a ser amortizado decorrente do plano de pensão.

Os benefícios previstos no PSAP/ELEKTRO são: (a) suplementação de aposentadoria por tempo de serviço; (b) suplementação de aposentadoria por idade; (c) suplementação de aposentadoria especial; (d) suplementação adicional; (e) benefício proporcional diferido; (f) suplementação de aposentadoria por invalidez; e (g) aos beneficiários o benefício de suplementação de pensão por morte. Além dos benefícios acima mencionados, os participantes com adesão anterior a 1º de janeiro de 1998, fazem jus ao recebimento do benefício suplementar proporcional saldado, pago na forma de renda mensal vitalícia, nos termos do regulamento do plano.

As modalidades do PSAP/ELEKTRO são:

- benefício suplementar proporcional saldado: corresponde a uma parcela do benefício de aposentadoria por tempo de serviço ou idade, acumulada pelo participante até a data do requerimento do benefício. Fazem jus a esse benefício os participantes e os assistidos inscritos nos antigos PSAP até o momento da data do requerimento do benefício;
- benefício definido: oferecidos aos empregados dos patrocinadores após a data do requerimento do benefício dos antigos PSAP. Contempla benefícios nos casos de aposentadoria, invalidez e pensão. Os participantes que aderiram aos PSAPs têm direito a uma parcela do benefício definido, proporcional ao tempo de filiação, contado da data do requerimento do benefício, desde que tenham feito a opção naquela época; e
- contribuição variável: instituído após o requerimento do benefício dos antigos PSAPs. O benefício é calculado com base no saldo acumulado das contribuições feitas pelo participante e pelo patrocinador, acrescido do retorno dos investimentos. O benefício será pago de acordo com a opção do participante no momento do requerimento da aposentadoria. Os benefícios por invalidez e pensão desse plano são pagos pela modalidade benefício definido.

A Emissora é patrocinadora e responsável por 100% do valor das despesas administrativas vinculadas ao plano PSAP/ELEKTRO, sendo que nos exercícios sociais de 2006, 2007 e 2008, estas despesas administrativas representaram custos de R\$ 938,3 mil, R\$ 920,4 mil e R\$ 1,1 milhão, respectivamente. No período encerrado em 31 de março de 2009, o gasto com as despesas administrativas foi de R\$ 381,9 mil.

As contribuições são feitas pelos participantes e pela Emissora. Os gastos da Emissora com tais contribuições nos exercícios sociais de 2006, 2007 e 2008 foram de R\$ 2,4 milhões, R\$ 2,3 milhões e R\$ 2,5 milhões, respectivamente. Nos períodos encerrados em 31 de março de 2008 e 2009, os valores das contribuições foram de R\$ 538,5 mil e R\$ 589,5 mil, respectivamente.

A Emissora também é instituidora de um plano gerador de benefícios livres (PGBL) disponibilizado aos seus administradores não optantes pelo PSAP/Elektro, sob denominação de plano A e plano modular empresarial coletivo (plano B), ambos planos de contribuição definida.

Os benefícios deste programa de previdência Emissora são:

- renda mensal vitalícia: consiste em uma renda mensal a ser paga vitalícia e exclusivamente ao participante assistido. O benefício cessa com seu falecimento, sem qualquer devolução, indenização ou compensação;
- renda mensal temporária: consiste em uma renda mensal a ser paga temporária e exclusivamente ao participante assistido. O benefício cessa com seu falecimento ou término da temporariedade estabelecida por ocasião da solicitação do benefício, o que ocorrer primeiro, sem qualquer devolução, indenização ou compensação;
- renda mensal vitalícia com prazo mínimo garantido: consiste em uma renda mensal a ser paga vitaliciamente ao participante assistido, com prazo mínimo garantido, que o participante escolhe no momento da solicitação do benefício;
- renda mensal vitalícia reversível ao beneficiário indicado: consiste em uma renda mensal paga vitaliciamente ao participante a partir da data de concessão do benefício; e
- renda mensal vitalícia reversível ao cônjuge com continuidade aos menores: consiste em uma renda mensal a ser paga vitaliciamente ao participante assistido, reversível ao cônjuge ou companheira (ou companheiro) após seu falecimento.

A Emissora é responsável pelo pagamento das despesas administrativas deste plano, sendo que nos exercícios sociais de 2006, 2007 e 2008, estas despesas administrativas representaram custos de R\$ 26 mil, 19,5 mil e 9,5 mil, respectivamente. No período encerrado em 31 de março de 2009, o gasto com as despesas administrativas foi de R\$ 1,6 mil.

As contribuições deste plano são feitas pelos participantes e pela Emissora. Os gastos da Emissora com este plano nos exercícios sociais de 2006, 2007 e 2008 foi de R\$ 685 mil, R\$ 654 mil e R\$ 685 mil, respectivamente. Nos períodos encerrados em 31 de março de 2008 e 2009, os valores das contribuições foram de R\$ 147 mil e R\$ 183,1 mil, respectivamente.

Recrutamento e Seleção

A Emissora tem como prática a valorização de seus talentos e o recrutamento interno. Para tanto, sua Política de Recrutamento e Seleção tem como prioridade o aproveitamento do capital intelectual existente, que visa oferecer oportunidades de crescimento e desenvolvimento profissional aos colaboradores. As vagas são divulgadas em meio de comunicação comum a todos os colaboradores, com detalhes sobre o perfil e requisitos básicos do cargo para inscrição de todos que desejarem participar do processo de seleção, que varia de acordo com as características da vaga.

Quando necessário o recrutamento externo, seja pela especificidade da vaga ou pela necessidade de renovação das competências em determinada área são utilizados fornecedores, previamente selecionados, para a condução das primeiras etapas do processo, sempre acompanhadas pela área de Recrutamento e Seleção da Emissora. Nesse caso, as etapas também são adaptadas às características de cada vaga.

CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS

Em 31 de março de 2009 a Emissora era parte em diversos procedimentos administrativos e/ou processos judiciais decorrentes de atividades exercidas no curso normal de seus negócios, envolvendo disputas usuais do setor de distribuição de energia elétrica.

Todas as demandas de natureza judicial e administrativa da Emissora são acompanhadas por seus assessores jurídicos que, de acordo com critérios previamente definidos pela administração da Emissora, classificam as contingências de forma individual, o que resulta no provisionamento dos objetos considerados como perda provável.

As provisões registradas, deduzidas dos respectivos depósitos judiciais, refletem as perdas consideradas prováveis e apresentavam, em 31 de março de 2009, os seguintes saldos e movimentações:

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2008	Ingresso e Atualização	Reversão	Liquidação	Período de 3 meses encerrado em 31 de março de 2009
	(R\$ mil)	(R\$ mil)	(R\$ mil)	(R\$ mil)	(R\$ mil)
Cíveis e ambientais	12.460	956	-	(417)	12.999
Trabalhistas	7.556	1.027	(220)	(1.139)	7.224
Regulatórias	1.200	1.200	-	-	1.500
Desapropriações e servidões	4.453	237	(605)	(13)	4.072
Tributárias:					
COFINS	78.122	1.175	-	-	79.297
PIS	15.085	223	-	-	15.308
Outras	5.667	781	(736)	-	5.712
Total das provisões	124.543	4.699	(1.561)	(1.569)	126.112
(-) Depósitos judiciais	(42.842)	(1.398)	-	-	(44.240)
Total das provisões líquidas	81.701	3.301	(1.561)	(1.569)	81.872

Procedimentos Administrativos de Natureza Regulatória

Em 31 de março de 2009, a Emissora era parte em alguns processos administrativos perante a ANEEL relativos (i) ao atraso no envio de informações a respeito dos encargos de capacidade emergencial (ECE) e dos encargos de aquisição de energia elétrica emergencial (EAE); (ii) à fiscalização econômico-financeira do ano de 2007 e (iii) à incidência de PIS/PASEP e COFINS nas faturas de uso dos sistemas de distribuição aplicáveis às geradoras conectadas nas redes de distribuição da Emissora.

Existe um processo administrativo na ANEEL que questiona a cobrança da alíquota efetiva do PIS e da COFINS em faturas de uso do sistema de distribuição da Usina Três Lagoas. Em 31 de março de 2009, a Emissora enviou pedido de extinção do processo informando que irá tratar diretamente com o usuário a devolução das diferenças cobradas.

Adicionalmente, existe um processo administrativo envolvendo a Emissora perante a Agência Reguladora de Saneamento e Energia - ARSESP, entidade autárquica vinculada à Secretaria de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo, que fiscaliza as concessionárias de distribuição que atuam no Estado de São Paulo sob delegação da ANEEL. Foram apurados pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia - ARSESP não-conformidades relacionadas a (i) contabilização indevida na conta contábil – consumidores, referente a saldos de parcelamentos; (ii) registros incorretos nas ordens de imobilização e (iii) lançamento de itens de despesas em ordens de imobilização indevidamente. Apesar de a Emissora ter apresentado defesa acerca das não-conformidades, as razões não foram acatadas pela ARSESP. Não houve a lavratura de auto de infração até o momento.

Nos termos da Resolução ANEEL n.º 63/2004, a contabilização em desconformidade com as normas, procedimentos e instruções aplicáveis pode implicar a aplicação de multa à Emissora. A multa poderá ser aplicada em até 1% do valor do faturamento da Emissora, relativos aos últimos doze meses anteriores à lavratura de auto de infração.

A Emissora não provisionou qualquer contingência em relação aos procedimentos administrativos de natureza regulatória dos quais é parte por considerar que suas matérias versam sobre conceitos e não sobre montantes indenizatórios. A provisão de contingência regulatória no valor de R\$ 1,5 milhões, em 31 de março de 2009, está relacionada a questões regulatórias cujos respectivos procedimentos administrativos ainda não foram instaurados. A despeito de a Emissora entender que, até 31 de março de 2009, os objetos de referidas questões regulatórias não terem sido considerados de perda provável, o valor de R\$ 1,5 milhões foi provisionado pela Emissora de acordo com critérios mais conservadores do que aqueles previstos pela administração da Emissora para questões de outra natureza.

Processos de Natureza Civil

Desapropriações

A Emissora é parte em processos relacionados a ações possessórias, em especial a desapropriações de áreas destinadas à implantação de subestações, instituições de faixas de servidão para implantação de linhas de sub-transmissão e de distribuição, nos termos da legislação em vigor. Em 31 de março de 2009, existiam 117 ações dessa natureza em curso e o valor total em discussão é de aproximadamente R\$ 7.2 milhões. A Emissora efetuou o provisionamento de R\$ 4 milhões, baseando-se nas análises das possibilidades de perda provável de pagamento de indenizações para os proprietários dos imóveis.

Responsabilidade Civil - Reparação de Danos - Acidentes de Rede

Em linhas gerais, tratam-se de ações que buscam indenização por danos materiais e morais decorrentes de acidentes, interrupção/oscilação no fornecimento de energia elétrica, cobrança indevida, entre outros, sendo que, até 31 de março de 2009, existiam 957 ações desta natureza, cujo montante, de acordo com o valor requerido pelos autores, era de aproximadamente R\$ 122 milhões de reais, tendo a Emissora provisionado o montante de R\$ 12,9 milhões, baseando-se em análise das possibilidades de perda provável. Em certos casos, como nos acidentes envolvendo terceiros, ocorre a denúncia à lide da seguradora.

Inadimplência - Cobrança

Com relação aos processos referentes à inadimplência, até 31 de março de 2009, a Emissora havia proposto 397 ações para cobrança dos valores devidos e não pagos, os quais totalizavam, naquela data, aproximadamente R\$ 72,7 milhões. Além disso, a Emissora era demandada em 2.518 ações que questionam a cobrança por ela efetuada, cujo valor envolvido corresponde a aproximadamente R\$ 58 milhões em 31 de dezembro de 2008. Em 31 de março de 2009, a Emissora não possuía nenhum valor provisionado em decorrência de referidas ações uma vez (a) seu objeto está relacionado a contas a receber, o qual é contabilizado através de provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD ou PDD) e (b) inexistiam montantes indenizatórios que justificassem tal provisão.

Ações Cíveis Públicas e Ações Populares

Em 31 de março de 2009, a Emissora estava envolvida em 41 ações cíveis públicas e inquéritos cíveis apresentados pelo Ministério Público e Organizações Não Governamentais propostos em decorrência dentre outras: (i) do programa governamental denominado “Baixa Renda”, (ii) da interrupção do fornecimento de energia elétrica, (iii) do Programa de Eletrificação Rural Luz da Terra e (iv) da revisão tarifária autorizada por órgãos regulamentares.

A Emissora não provisionou qualquer contingência em relação às ações cíveis públicas das quais estava envolvida por considerar que suas matérias versam sobre conceitos e não sobre montantes indenizatórios.

Em 31 de março de 2009, a Emissora também estava envolvida em 5 Ações Populares, sendo que 3 delas tratam sobre o processo de privatização das empresas do setor de energia elétrica e as outras 2 tratam sobre assuntos bem menos relevantes, cujo envolvimento da Emissora é indireto, razão pelo qual não haviam valores a serem provisionados nesta data.

ELEKTRO

Procedimentos de Natureza Tributária

Processos Judiciais de Natureza Tributária

Em 31 de março de 2009, a Emissora era parte em ações de cunho tributário, discutindo, basicamente, os seguintes tópicos: (a) taxa de iluminação pública; (b) pretensão das prefeituras em cobrar preço público para utilização do solo por conta dos postes; (c) cobrança de PIS e de COFINS nos termos da Lei n. 9.718/98; (d) cobrança do ICMS sobre demanda medida ou demanda contratada; e (e) cobrança de contribuição provisória sobre movimentação financeira (CPMF) sobre mútuo.

Os processos cuja chance de perda foi avaliada como provável pelos advogados que patrocinam as causas encontravam-se integralmente provisionados pela Emissora em quantia que corresponde a aproximadamente R\$ 100,31 milhões. Dentre tais processos, destaca-se a discussão relativa às alterações trazidas pela Lei n. 9.718/98, que ampliou a base de cálculo do PIS e da COFINS, para a qual há depósito judicial no montante de aproximadamente R\$ 40,19 milhões e provisão no valor de aproximadamente R\$ 94,60 milhões. O saldo remanescente da provisão refere-se a diversos processos de taxa de uso do solo.

Quanto aos demais processos de natureza tributária da Emissora no montante de R\$ 58,67 milhões, não há provisão contabilizada em decorrência da classificação da chance de perda, como possível ou remota, pelos advogados que patrocinam as causas.

Processos Administrativos Tributários

Em 31 de março de 2009, havia processos administrativos fiscais contra a Emissora, versando, em síntese, sobre: (a) a cobrança de PIS, de COFINS, de imposto de renda de pessoa jurídica (IRPJ) e de contribuição social sobre o lucro (CSLL) sobre variação cambial; (b) discussões sobre o cálculo do ICMS; (c) escrituração de créditos de ICMS; (d) cobrança do ICMS sobre demanda medida ou demanda contratada; (e) cobrança de contribuição provisória sobre movimentação financeira (CPMF); e (f) Pedido de Revisão de Ordem de Emissão de Incentivos Fiscais. O montante em discussão nos aludidos processos totaliza aproximadamente R\$ 593,89 milhões.

Não há provisão contabilizada para tais processos em razão da chance de perda ter sido classificada como possível ou remota pelos advogados que patrocinam as causas.

Procedimentos de Natureza Previdenciária

Processos Administrativos Previdenciários

Em 31 de março de 2009 a Emissora era parte em 19 processos administrativos movidos pela Secretaria da Receita Federal, no valor aproximado de R\$ 63,5 milhões, referentes à contribuição previdenciária.

De forma geral, as autuações contra a Emissora versavam sobre recolhimentos previdenciários relativos às seguintes verbas: (i) seguro de vida; (ii) vale transporte; (iii) alimentação (PAT); (iv) contribuição de terceiros; (v) abonos e ajudas de custo; (vi) cooperativas; (vii) assistência médica; (viii) previdência privada; (ix) participação nos lucros e resultados (PLR), e (x) multas acessórias na ausência de apresentação de documentos.

Dentre os processos acima mencionados, aqueles com maior relevância eram relacionados à cobrança de contribuição previdenciária sobre pagamentos feitos a título de participação nos lucros e resultados (PLR), previdência privada, assistência médico-hospitalar e seguro de vida e retenção de alíquota de 11% do valor bruto na nota fiscal ou fatura de prestação de serviços.

Em referida data, a Emissora ainda era parte em 5 demandas administrativas movidas pelo Serviço Social da Indústria (SESI), envolvendo o valor aproximado de R\$ 1,8 milhões. A Emissora classifica os prognósticos de perda de todos os processos mencionados acima como possíveis e, portanto, não provisiona tais valores.

Processo Judicial Previdenciário

A Emissora é autora de uma ação declaratória movida em face do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que objetiva a declaração de inexistência da obrigação de recolhimento relacionado às verbas pagas a título de auxílio-doença acidentário, salário-maternidade e benefício especial. Houve julgamento parcialmente favorável em primeira instância para deferir a suspensão do recolhimento de parte dos encargos. Aguarda-se julgamento da apelação interposta pelo INSS, todavia, a Emissora não vem se aproveitando do teor da decisão, nos termos do artigo 170-A do Código Tributário Nacional.

Procedimentos de Natureza Trabalhista**Processos Judiciais Trabalhistas**

Em 31 de março de 2009, a Emissora era parte em 635 processos trabalhistas em andamento, que envolviam o valor aproximado de R\$ 68,16 milhões. Desse valor, aproximadamente R\$ 1,5 milhão foi depositado em juízo pela Emissora. Os pedidos formulados nos processos possuem chance de perda avaliada pelos advogados da empresa em provável, possível e remota, conforme quadro abaixo:

Chance de Perda	Valor aproximado das ações (em milhões de Reais)
Provável	7,22
Possível	16,48
Remota	44,46
Total	68,16

Os principais pedidos das reclamações trabalhistas movidas contra a Emissora envolviam: (i) remuneração de horas extras; (ii) reconhecimento de vínculo empregatício; (iii) diferenças salariais; (iv) indenização por acidente de trabalho; e (v) responsabilidade subsidiária frente a condenações de suas empresas prestadoras de serviços sob o regime de cessão de mão-de-obra.

O valor provisionado para a contingência trabalhista da Emissora, em 31 de março de 2009, era de aproximadamente R\$ 7,22 milhões. O provisionamento abrange os pedidos que têm perspectiva de perda provável.

Além de reclamações trabalhistas, há duas ações civis públicas contra a Emissora propostas pelo Ministério Público do Trabalho de Campinas versando sobre as seguintes matérias: (i) contratação irregular de cooperativa, em relação à qual a ação já transitou em julgado condenando Elektro ao pagamento de multa no valor de R\$ 50.000,00 e à abstenção da empresa de contratar cooperativas irregulares; e (ii) terceirização de atividades-fim da Emissora, em relação à qual a sentença condenou a Emissora a se abster de terceirizar a atividade-fim de distribuição de energia elétrica. Em 31 de março de 2009, não havia qualquer penalidade financeira à Emissora em decorrência de referida sentença. Em caso de trânsito em julgado da mesma, a Emissora terá um prazo de 30 dias para regularização da situação, sob pena de multa diária de R\$ 1 mil por empregado terceirizado encontrado a partir de então nas funções vetadas pela decisão. Em 31 de março de 2009, a Emissora aguardava julgamento dos embargos de declaração por ela opostos, decisão que poderá modificar ou não o prognóstico de êxito da Emissora na ação, que, atualmente, é possível.

Adicionalmente, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Campinas propôs uma ação civil pública pleiteando a concessão de liminar para a reativação de postos de atendimento da Emissora que foram fechados e reativação do atendimento pessoal ao consumidor. Até 31 de março de 2009, as partes aguardavam o julgamento do mérito dessa ação.

O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Campinas ainda moveu uma ação de cumprimento requerendo que a Emissora restabelecesse imediatamente a escala de trabalho dos operadores de *call center* contida em aditamento do acordo coletivo de trabalho, alterada supostamente de modo unilateral pela empresa em 2007. A ação foi julgada procedente e a Emissora recorreu da decisão por meio de recurso com efeito suspensivo. Até 31 de março de 2009, a Emissora aguardava decisão do recurso.

ELEKTRO

Processos Administrativos Trabalhistas

A Emissora, em 31 de março de 2009, também era parte em três processos administrativos decorrentes a autos de infração lavrados pela Gerência Regional do Trabalho de Campinas que correspondem ao valor aproximado de R\$ 0,5 milhão. Os processos ainda estão em fase de conhecimento e têm como objeto: (i) cumprimento da cota de deficientes; e (ii) débitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

O processo administrativo referente à cota de deficientes está com exigibilidade suspensa por força de liminar proferida em ação cautelar interposta pela empresa.

Em 31 de março de 2009, havia 5 procedimentos investigatórios em andamento promovidos pelo Ministério Público do Trabalho contra a Emissora para apuração das seguintes matérias: (i) o não cumprimento de cota de contratação de deficientes, o qual está suspenso em decorrência de medida liminar deferida em favor da Emissora em ação judicial proposta por esta em face da União, questionando justamente os critérios da fiscalização na aferição de tais cotas; (ii) denúncia sobre a utilização do sistema de Avaliação de Desempenho dos empregados como instrumento de coação; (iii) denúncia acerca do meio ambiente de trabalho no *call center* da empresa, no que tange a saúde e segurança dos empregados; (iv) denúncia acerca de suposta pressão da empresa para que os empregados não anotassem suas horas extras, e (v) investigação nas condições de trabalho em razão de acidente fatal envolvendo um empregado de uma das empresas investigadas.

A Emissora também possuía um procedimento administrativo em andamento promovido pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia de Campinas e pelo Ministério Público do Trabalho referente à investigação de supostas irregularidades inerentes a normas de medicina do trabalho em empresas concessionárias de distribuição de energia elétrica. Não havia, em 31 de março de 2009, qualquer imposição de multa à Emissora em tal procedimento.

Processos e Acordos Judiciais e Administrativos Ambientais

Em 31 de março de 2009, existiam 9 autos de infração, 9 inquéritos civis e 2 ações judiciais objetivando nulidade de autos de infração, todos relacionados à supressão de vegetação e intervenção em áreas protegidas ocorridas em desacordo com a legislação. Apesar dos valores das multas não serem significativos, os fatos que deram ensejo às autuações, bem como as investigações ainda em curso, poderão repercutir na esfera criminal, sem prejuízo da reparação ou indenização dos danos ambientais causados.

Além disso, em 24 de junho de 2008, foi celebrado entre a Emissora, a Prefeitura Municipal de Ilha Comprida e a Promotoria de Justiça Regional do Meio Ambiente do Vale do Ribeira, um Termo de Ajustamento de Conduta prevendo a adoção, pela Emissora, de medidas de compensação ambiental para a recuperação de áreas degradadas. Em 31 de março de 2009, a proposta técnica apresentada pela Emissora e pela Prefeitura Municipal de Ilha Comprida ainda estava sob análise e, caso aprovadas, as medidas, orçadas em R\$ 3 mil, serão adotadas pela Emissora.

Inquéritos Policiais

Em 31 de março de 2009, a Emissora estava envolvida em 5 inquéritos policiais e 1 termo circunstanciado que investigam a suposta prática de crime contra o meio ambiente, como a supressão de vegetação nativa em área de preservação permanente. As investigações ainda estão em curso, de forma que não há conclusão sobre a responsabilidade pelos fatos em apuração. Até 31 de março de 2009, não existia uma acusação formal (ação penal) contra a Emissora pela prática de crime ambiental.

7. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 e respectivo Parecer dos Auditores Independentes
- Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 e respectivo Parecer dos Auditores Independentes
- Informações Trimestrais - ITR da Emissora relativas aos trimestres encerrados em 31 de março de 2009 e 2008 e respectivo Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 e respectivo Parecer dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97
4 - NIRE	353.001535-70	

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO				2 - BAIRRO OU DISTRITO	
Rua Ary Antenor de Souza, 321				Jd Nova América	
3 - CEP		4 - MUNICÍPIO			5 - UF
13053-024		Campinas			SP
6 - DDD	7 - TELEFONE	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEX	
019	2122-1090	2122-1090	2122-1090		
11 - DDD	12 - FAX	13 - FAX	14 - FAX		
019	2122-1095	2122-1090	2122-1090		
15 - E-MAIL					
rodrigo.silva@elektro.com.br					

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME					
Rodrigo Ferreira Medeiros da Silva					
2 - ENDEREÇO COMPLETO				3 - BAIRRO OU DISTRITO	
Rua Ary Antenor de Souza, 321				Jd Nova América	
4 - CEP		5 - MUNICÍPIO			6 - UF
13053-024		Campinas			SP
7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEX	
019	2122-1090	2122-1090	2122-1090		
12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX		
019	2122-1095	2122-1095	2122-1095		
16 - E-MAIL					
rodrigo.silva@elektro.com.br					

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/2008	31/12/2008
2 - Penúltimo	01/01/2007	31/12/2007
3 - Antepenúltimo	01/01/2006	31/12/2006
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR		5 - CÓDIGO CVM
Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes		00385-9
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO		7 - CPF DO RESP TÉCNICO
José Carlos Amadi		060.494.668-66

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Data-Base - 31/12/2008
Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CODIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Unidades)	1 31/12/2008	2 31/12/2007	3 31/12/2006
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	91.880.972	183.761.944.618	183.761.944.618
2 - Preferenciais	101.878.293	203.756.586.299	203.756.600.076
3 - Total	193.759.265	387.518.530.917	387.518.544.694
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	13.777
6 - Total	0	0	13.777

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA
Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO
Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONARIO
Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE
1120 - Energia Elétrica
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL
Distribuição de Energia Elétrica
6 - TIPO DE CONSOLIDAÇÃO
Não Apresentado

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLuíDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INICIO PGTO	6 - ESPECIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
03	RCA	12/08/2008	Dividendo	26/08/2008	PN	0,7302470890
04	RCA	12/08/2008	Dividendo	26/08/2008	ON	0,6638609900
05	RCA	11/11/2008	Juros Sobre Capital Próprio	28/01/2009	PN	0,3652207080
06	RCA	11/11/2008	Juros Sobre Capital Próprio	28/01/2009	ON	0,3320188260
07	RCA	02/03/2009	Dividendo		PN	0,9064042190
08	RCA	02/03/2009	Dividendo		ON	0,8240038350

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Data-Base - 31/12/2008
Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CODIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

01.09 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
02/03/2009	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CODIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02 328.280/0001-97

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CODIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2008	4 - 31/12/2007	5 - 31/12/2006
1	Ativo Total	2 955 003	2 682 147	3 271.853
1.01	Ativo Circulante	856 105	772 102	1.443.178
1.01.01	Disponibilidades	205 020	157 328	483.589
1.01.01.01	Bancos	3 359	25 815	30 356
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	201 661	131 513	453.233
1.01.02	Créditos	611 907	577 028	925.135
1.01.02.01	Clientes	455 560	423 333	513.273
1.01.02.01.01	Consumidores, parc. de débit e supridores	499 216	467 591	575 560
1.01.02.01.02	Provisão p/ créditos liquidação duvidosa	(43 656)	(44.258)	(62 287)
1.01.02.02	Créditos Diversos	156 347	153 695	411.862
1.01.02.02.01	Caução de fundos e depósitos vinculados	15 737	44 036	48 356
1.01.02.02.02	Recup das perdas de receita e en. livre	5 336	0	0
1.01.02.02.03	Ativo regulatório transmissoras	6 293	10 789	0
1.01.02.02.04	TUSD-G	13 722	0	0
1.01.02.02.05	Conta comp.de variações parcela A - CVA	7 856	0	144.635
1.01.02.02.06	Recomposição de PIS e COFINS	2 268	6 201	22.805
1.01.02.02.07	Reposicionamento tarifário	0	0	93.353
1.01.02.02.08	Tributos diferidos e a compensar	105 135	92 669	102.713
1.01.03	Estoques	4 153	3 973	3.122
1.01.03.01	Almoxarifado	4 153	3 973	3.122
1.01.04	Outros	35 025	33 773	31 332
1.01.04.01	Outros créditos	35 025	33 773	31.332
1.02	Ativo Não Circulante	2.098 898	1 910 045	1.828.675
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	516 780	481 497	501.856
1.02.01.01	Créditos Diversos	506 448	475 367	494 376
1.02.01.01.01	Parcelamentos de débitos e supridores	41 281	41 974	45.311
1.02.01.01.02	Caução de fundos e depósitos vinculados	11 711	10 722	9.585
1.02.01.01.03	Recup das perdas de receita e en. livre	12 419	15 960	15.960
1.02.01.01.04	Ativo regulatório transmissoras	0	6 293	0
1.02.01.01.05	TUSD-G	31 713	0	0
1.02.01.01.06	Conta comp.de variações parcela A - CVA	99 130	8 234	8.068
1.02.01.01.07	Recomposição de PIS e COFINS	0	3 263	3.176
1.02.01.01.08	Tributos diferidos e a compensar	310 194	388 921	412 276
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.03	Outros	10 332	6 130	7.480
1.02.02	Ativo Permanente	1.582 118	1 428 548	1.326.819
1.02.02.01	Investimentos	4 334	4 343	4 352
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CODIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CODIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2008	4 - 31/12/2007	5 - 31/12/2006
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	4.334	4.343	4.352
1.02.02.02	Imobilizado	1.537.888	1.387.251	1.291.099
1.02.02.03	Intangível	39.896	36.954	31.368
1.02.02.04	Diferido	0	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2008	4 - 31/12/2007	5 - 31/12/2006
2	Passivo Total	2.955.003	2.682.147	3.271.853
2.01	Passivo Circulante	1.005.483	719.390	1.145.929
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	73.069	51.055	29.622
2.01.01.01	Empréstimos e financiamentos	65.325	48.099	29.622
2.01.01.02	Arrendamento mercantil	7.744	2.956	0
2.01.02	Debêntures	203.755	18.618	31.728
2.01.03	Fornecedores	239.866	217.503	200.036
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	112.088	86.198	148.420
2.01.05	Dividendos a Pagar	223.178	143.663	476.603
2.01.05.01	Dividendos a pagar	168.058	139.169	476.603
2.01.05.02	Juros sobre capital próprio a pagar	55.120	4.494	0
2.01.06	Provisões	0	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	48.834
2.01.08	Outros	153.527	202.353	210.686
2.01.08.01	Encargos do consumidor	24.729	18.617	31.700
2.01.08.02	Salários e contribuições sociais	35.116	32.954	29.888
2.01.08.03	Obrigações progr eficiência energética	35.071	36.840	71.573
2.01.08.04	Energia livre	5.473	8.817	9.177
2.01.08.05	TUSD-G	12.839	0	0
2.01.08.06	Devol baixa renda-modicidade tarifária	944	37.723	36.476
2.01.08.07	Passivo regulatório transmissoras	6.293	10.789	0
2.01.08.08	Conta comp.de variações parcela A - CVA	0	11.293	0
2.01.08.09	Plano de pensão	0	0	243
2.01.08.10	Outros passivos	33.062	45.320	31.629
2.02	Passivo Não Circulante	846.488	880.352	1.065.772
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	846.488	880.352	1.065.772
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	264.264	187.537	91.508
2.02.01.01.01	Empréstimos e financiamentos	241.980	177.247	91.508
2.02.01.01.02	Arrendamento mercantil	22.284	10.290	0
2.02.01.02	Debêntures	368.606	508.332	766.157
2.02.01.03	Provisões	81.701	83.189	119.167
2.02.01.03.01	Provisão para ações judiciais liquidas	81.701	83.189	119.167
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0
2.02.01.06	Outros	131.917	101.294	88.940
2.02.01.06.01	Obrigações progr eficiência energética	14.401	7.872	0
2.02.01.06.02	Energia livre	15.484	0	0
2.02.01.06.03	TUSD-G	31.713	0	0
2.02.01.06.04	Devol baixa renda-modicidade tarifária	41.890	54.637	52.593
2.02.01.06.05	Passivo regulatório transmissoras	0	6.293	0
2.02.01.06.06	Plano de pensão	23.496	31.846	35.691

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02 328.280/0001-97

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2008	4 -31/12/2007	5 -31/12/2006
2.02.01.06.07	Outros passivos	4.933	646	656
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	1.103.032	1.082.405	1.060.152
2.05.01	Capital Social Realizado	952.492	952.492	952.492
2.05.02	Reservas de Capital	50.539	50.539	50.539
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	100.001	80.466	57.121
2.05.04.01	Legal	100.001	80.466	57.121
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	(1.092)	0
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/12/2008	4 - 01/01/2007 a 31/12/2007	5 - 01/01/2006 a 31/12/2006
3 01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	3 719.874	3.582.762	3.626.394
3 02	Deduções da Receita Bruta	(1.207.397)	(1.326.689)	(1.349.370)
3 03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	2 512.477	2.256.073	2.277.024
3 04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(1 726.271)	(1 407.821)	(1 360.351)
3 04.01	Energia comprada para revenda	(1.461.478)	(1.181.576)	(1.114.617)
3 04.02	Créditos PIS e COFINS s/ custo energia	132.883	110.805	104.588
3 04.03	Gastos com pessoal	(135.884)	(129.277)	(125.738)
3 04.04	Gastos com materiais	(24.855)	(23.659)	(23.808)
3 04.05	Gastos com serviços de terceiros	(71.819)	(66.735)	(69.768)
3 04.06	Depreciação e outras amortizações	(116.981)	(113.851)	(111.887)
3 04.07	Outras despesas operacionais líquidas	(52.086)	(19.044)	(31.845)
3 04.08	Créditos PIS e COFINS s/custo operação	4.049	15.516	12.724
3 05	Resultado Bruto	786.206	848.252	916.673
3 06	Despesas/Receitas Operacionais	(296.386)	(293.764)	(186.040)
3 06.01	Com Vendas	(15.058)	(13.089)	(11.521)
3 06.02	Gerais e Administrativas	(63.543)	(64.495)	(57.538)
3 06.03	Financeiras	(140.232)	(147.508)	(26.963)
3 06.03.01	Receitas Financeiras	102.413	129.695	194.838
3 06.03.02	Despesas Financeiras	(242.645)	(277.203)	(221.801)
3 06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0
3 06.05	Outras Despesas Operacionais	(77.553)	(68.672)	(88.810)
3 06.05.01	Amortização do ágio	(7.348)	(7.348)	(7.348)
3 06.05.02	Outras despesas operacionais líquidas	(70.205)	(61.324)	(82.462)
3 06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	(208)
3 07	Resultado Operacional	489.820	554.488	730.633
3 08	Resultado Não Operacional	0	0	0
3 08.01	Receitas	0	0	0
3 08.02	Despesas	0	0	0
3 09	Resultado Antes Tributação/Participações	489.820	554.488	730.633
3 10	Provisão para IR e Contribuição Social	(100.621)	(109.929)	(150.380)
3 11	IR Diferido	(65.126)	(45.287)	(78.566)
3 12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3 12.01	Participações	0	0	0
3 12.02	Contribuições	0	0	0
3 13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	67.714	67.585	0
3 15	Lucro/Prejuízo do Período	381.787	466.857	501.687
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)	193 759.265	387 518 530.917	387 518.530.917
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	2.02203	0.00120	0.00129
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2008 a 31/12/2008	4 - 01/01/2007 a 31/12/2007	5 - 01/01/2006 a 31/12/2006
------------	---------------	-----------------------------	-----------------------------	-----------------------------

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2006 a 31/12/2006	4 - 01/01/2007 a 31/12/2007	5 - 01/01/2008 a 31/12/2008
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	614.173	1.066.664	977.188
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	757.902	769.991	896.799
4.01.01.01	Lucro líquido do exercício	391.787	466.857	501.687
4.01.01.02	Prov.créditos de liquidação duvidosa	27.537	(18.029)	28.008
4.01.01.03	Juros e variações monetárias	137.739	159.934	171.111
4.01.01.04	Depreciação e outras amortizações	116.981	113.851	111.887
4.01.01.05	Amortização do ágio	7.348	7.348	7.348
4.01.01.06	Ganho/Perda na baixa do ativo permanente	17.751	12.275	14.591
4.01.01.07	Plano de pensão	(8.350)	(3.398)	(2.377)
4.01.01.08	Provisão para ações judiciais	3.496	(38.620)	(16.401)
4.01.01.09	Amortização/const. Tributos diferidos	63.613	45.851	78.566
4.01.01.10	Outros	0	23.922	2.379
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(143.729)	296.673	80.389
4.01.02.01	Consumidores e concessionários	(49.880)	111.306	(121.551)
4.01.02.02	Almoxarifado	(180)	(15.833)	(11.988)
4.01.02.03	Tributos a compensar	2.648	(15.192)	(13.024)
4.01.02.04	Ativos regulatórios	(132.648)	276.758	251.157
4.01.02.05	Caução de fundos	27.310	3.183	0
4.01.02.06	Outros créditos	(5.454)	(9.487)	(19.963)
4.01.02.07	Fornecedores	22.353	17.467	9.256
4.01.02.08	Tributos a recolher	14.335	(34.444)	(27.332)
4.01.02.09	Passivos regulatórios	(17.213)	(15.738)	(2.182)
4.01.02.10	Plano de pensão	0	(1.762)	(3.247)
4.01.02.11	Provisão para ações judiciais	(10.302)	(5.093)	(1.824)
4.01.02.12	Programa de eficiência energética	268	(29.050)	10.348
4.01.02.13	Outros passivos	5.034	14.558	10.739
4.01.03	Outros	0	0	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(275.459)	(249.058)	(224.315)
4.02.01	Aquisições de imobilizado	(267.862)	(264.872)	(257.745)
4.02.02	Aquis.imobilizado - material em depósito	(28.654)	(6.797)	(11.116)
4.02.03	Obrigações especiais	12.172	14.492	35.242
4.02.04	Valor de venda do ativo imobilizado	8.885	8.119	9.304
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	(291.022)	(1.143.867)	(748.331)
4.03.01	Dividendos propostos e JCP pagos	(280.080)	(775.479)	(606.692)
4.03.02	Amortização de empréstimos e debêntures	(135.034)	(494.817)	(203.363)
4.03.03	Amortização de arrendamento mercantil	(4.640)	(6.638)	0
4.03.04	Captação de empréstimos	128.732	133.067	63.724
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	47.692	(326.261)	4.542
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	157.328	483.589	479.047
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	205.020	157.328	483.589

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CODIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2008 A 31/12/2008 (Reais Mil)

1 - CODIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS-PRÉJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	952.432	50.539		80.492	(1.592)		1.082.405
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0		0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	952.432	50.539		80.492	(1.592)		1.082.405
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	391.787	0	391.787
5.05	Depreciações	0	0	0	0	(9.535)	0	(37.100)
5.05.01	Diretórios	0	0	0	0	(303.446)	0	(303.446)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	167.714	0	(87.714)
5.05.03	Outras Devoluções	0	0	0	0	(19.535)	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Continuação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	952.432	50.539		100.001	0	0	1.103.002

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CODIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2007 A 31/12/2007 (Reais Mil)

1 - COD SO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5 01	Saldo Inicial	952.492	50.539	0	57.121	0	0	1.560.152
5 02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	(1.038)	0	(1.038)
5 03	Saldo Ajustado	952.492	50.539	0	57.121	0	0	1.059.114
5 04	Lucros / Prejuízo do Período	0	0	0	0	466.857	0	466.857
5 05	Distribuições	0	0	0	23.345	(466.857)	0	(443.569)
5 05 01	Dividendos	0	0	0	0	(375.981)	0	(375.981)
5 05 02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	(90.876)	0	(90.876)
5 05 03	Outras Distribuições	0	0	0	23.345	(23.345)	0	0
5 05 03 01	Constituição de reserva legal	0	0	0	23.345	(23.345)	0	0
5 06	Resgate de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5 07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5 07 01	Ajustes de Titulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5 07 02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5 07 03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5 08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5 08 01	Constituição/Resolução Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5 10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5 11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5 12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5 13	Saldo Final	952.492	50.539	0	90.466	(1.038)	0	1.562.405

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CODIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

05.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2005 A 31/12/2006 (Reais Mil)

1 - CODIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS-PRÉJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	552.492	50.539		32.037	0	0	1.035.068
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	552.492	50.539		32.037	0	0	1.035.068
5.04	Lucro: Período do Período	0	0	0	0	501.687	0	501.687
5.05	Destinações	0	0	0	25.084	1501.887	0	(476.003)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	(476.603)	0	(476.603)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	25.084	125.034	0	0
5.05.03.01	Constituição de reserva legal	0	0	0	25.084	125.034	0	0
5.06	Realização de Receitas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Tributos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução de Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouro	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	552.492	50.539		57.121	0	0	1.065.152

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

06.01 - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2006 a 31/12/2006	4 - 01/01/2007 a 31/12/2007	5 - 01/01/2008 a 31/12/2008
6.01	Receitas	3.707.110	3.577.711	3.607.586
6.01.01	Vendas Mercadorias, Produtos e Serviços	3.719.874	3.582.762	3.626.394
6.01.02	Outras Receitas	5.724	7.049	3.312
6.01.03	Receitas refs. à Constr. Ativos Próprios	0	0	0
6.01.04	Provisão/Rev. Créd. Liquidação Duvidosa	(18.488)	(12.100)	(22.120)
6.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	(1.723.574)	(1.404.679)	(1.352.493)
6.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	(1.461.478)	(1.181.576)	(1.114.617)
6.02.02	Matérias-Primas-Energia-Servs Terceiros-Outros	(134.329)	(124.517)	(124.708)
6.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	0	0
6.02.04	Outros	(127.767)	(98.586)	(113.168)
6.03	Valor Adicionado Bruto	1.983.536	2.173.032	2.255.093
6.04	Retenções	(124.329)	(121.199)	(119.235)
6.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	(124.329)	(121.199)	(119.235)
6.04.02	Outras	0	0	0
6.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.859.207	2.051.833	2.135.858
6.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	102.413	129.685	194.630
6.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	0	(208)
6.06.02	Receitas Financeiras	102.413	129.685	194.838
6.06.03	Outros	0	0	0
6.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.961.620	2.181.528	2.330.488
6.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.961.620	2.181.528	2.330.488
6.08.01	Pessoal	176.930	172.738	163.665
6.08.01.01	Remuneração Direta	124.479	123.902	114.937
6.08.01.02	Benefícios	26.600	23.366	21.121
6.08.01.03	F.G.T.S.	9.723	9.718	9.718
6.08.01.04	Outros	16.128	15.752	17.889
6.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.011.735	1.075.103	1.161.884
6.08.02.01	Federais	391.744	415.141	518.366
6.08.02.02	Estaduais	619.653	659.452	643.100
6.08.02.03	Municipais	338	510	418
6.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	171.911	189.651	202.999
6.08.03.01	Juros	171.911	189.651	202.999
6.08.03.02	Aluguéis	0	0	0
6.08.03.03	Outras	0	0	0
6.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	391.787	466.857	501.687
6.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	67.714	67.585	0
6.08.04.02	Dividendos	303.446	375.981	476.603
6.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Exercício	20.627	23.291	25.084
6.08.05	Outros	209.257	277.179	300.253
6.08.05.01	Encargos do consumidor	209.257	277.179	300.253

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

12.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

Aos Acionistas e Administradores da
Elektro Eletricidade e Serviços S.A.
Campinas - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Elektro Eletricidade e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Sociedade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Sociedade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Elektro Eletricidade e Serviços S/A em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de expressar opinião sobre as demonstrações financeiras básicas referidas no parágrafo 1 acima tomadas no seu conjunto. A demonstração do resultado segregado por atividade correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, que está sendo apresentada para propiciar informações suplementares sobre a Sociedade, não é requerida como parte integrante das demonstrações financeiras básicas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Referida demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os aspectos relevantes, em relação à Demonstração Financeira básica referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, tomada no seu conjunto.
5. Conforme mencionado na nota explicativa nº. 2, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil ocorridas durante 2008, as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas como previsto na NPC 12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros.

Campinas, 02 de março de 2009

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº. 2 SP 011609/O-8

José Carlos Amadi
Contador
CRC nº. 1 SP 158025/O-0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária

DATA-BASE - 31/12/2008

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2008

Senhores Acionistas,

De acordo com as determinações legais e estatutárias, apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Elektro Eletricidade e Serviços S.A., do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, elaborados de acordo com a legislação societária brasileira e acompanhados do parecer dos Auditores Independentes.

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE

Dez anos notáveis

O ano de 2008 representou para a Elektro mais do que o momento em que comemoramos nossa primeira década de existência. É o marco de uma trajetória de sucesso repleta de grandes desafios e conquistas. Recebemos por três vezes o Prêmio Abradee (Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica) de Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do País e fomos também premiados em categorias como: Melhor Gestão Operacional, Satisfação dos Clientes, Desempenho Econômico-Financeiro e Responsabilidade Social. Nos últimos quatro anos fomos eleitos uma das 20 empresas-modelo pelo Guia Exame de Sustentabilidade (Revista Exame). Todos estes reconhecimentos refletem o nosso compromisso com a qualidade e com a melhoria contínua de nossos processos.

As premiações e os reconhecimentos estão diretamente ligados ao nosso modelo de gestão, que tem na busca permanente pela excelência operacional e no empenho de nossos colaboradores pontos fundamentais para esse sucesso. A Elektro de forma pioneira investe em novas tecnologias, na automação do sistema de distribuição, na formação e preparação de equipes de campo, na qualidade das operações e, o mais importante, na segurança, seu valor número um.

Em 2008, a Elektro obteve um excelente resultado operacional e econômico-financeiro, mesmo levando em conta os impactos da crise financeira internacional nos últimos quatro meses do ano. Fechamos o ano com uma geração operacional de caixa de R\$ 754,4 milhões, resultando numa margem EBITDA de 30%, uma das melhores do setor elétrico. Estes resultados contribuíram para a elevação do *rating* de crédito corporativo de brAA- para brAA pela agência de classificação de risco Standard & Poor's.

Os indicadores operacionais de qualidade DEC (duração equivalente de interrupção por consumidor) e FEC (frequência equivalente de interrupção por consumidor) atingiram os melhores níveis dos últimos três anos, sendo o DEC de 8,52 horas anuais, o menor da história da empresa.

Em 2008, foram investidos R\$ 249 milhões em manutenção, ampliação e automação dos sistemas de distribuição de energia elétrica o que reafirma o nosso compromisso com a satisfação de nossos clientes.

O cenário econômico-financeiro internacional, a partir do quarto trimestre de 2008, contrariando a tendência de crescimento verificada nos oito primeiros meses do ano na

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária

DATA-BASE - 31/12/2008

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

economia brasileira, aponta para dúvidas e incertezas. Também para essa conjuntura a Elektro está preparada e já atua de forma proativa para mitigar possíveis efeitos da crise global em seu desempenho. Sabemos que agora, mais do que nunca, a busca pela eficiência, por meio da melhoria contínua dos processos e inovação tecnológica, é vital para o negócio.

No setor de energia elétrica a segurança é um valor fundamental. Na Elektro, ele assume a liderança em nossa cadeia de valores e nos estimula a melhorar continuamente nossos processos e metodologias por meio de inovações tecnológicas e da mudança comportamental de nossos colaboradores e parceiros em relação à segurança. Desta forma, buscamos eliminar a exposição das pessoas ao risco de acidentes.

Em 2008, implementamos uma série de programas, como o de segurança baseado no comportamento (*BBS - Behavior Based Safety*), que inclui a utilização de um sistema de observação de comportamentos seguros. Dessa forma, continuamos perseguindo a nossa meta de zero acidente.

Por fim, aproveito para celebrar com os colaboradores, empresas parceiras, clientes, acionistas e demais *stakeholders* essa nossa história de sucesso. Obrigado pelo apoio e comprometimento que fazem da Elektro uma empresa cada vez mais admirada no setor elétrico brasileiro.

Carlos Marcio Ferreira
Diretor-Presidente

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2. AMBIENTE ECONÔMICO

O ano de 2008 foi caracterizado por dois períodos bastante divergentes na economia brasileira.

Os primeiros oito meses do ano foram marcados pelo forte ritmo da economia e pressões inflacionárias decorrentes da elevação de preços de alimentos e *commodities*, aumento na taxa básica de juros (Selic) e valorização do real frente ao dólar norte-americano. Durante este período, o Brasil obteve Grau de Investimento por duas agências de classificação de risco (*rating*) e o índice Bovespa atingiu o recorde histórico de 73,5 mil pontos em 20 de maio de 2008.

No período a partir de setembro de 2008, observou-se o agravamento dos efeitos da crise norte-americana deflagrada pelo crédito imobiliário de alto risco (*sub-prime*), que deu origem a uma profunda crise de confiança nos mercados financeiros globais e instabilidade econômica mundial. Durante o terceiro e quarto trimestres, a economia brasileira foi impactada pelos baixos níveis de liquidez nos mercados decorrentes da falta de confiança nas instituições, escassez de crédito, queda no preço das *commodities* e forte desaceleração da atividade econômica. Este período registrou declínio nas taxas de inflação e o índice Bovespa em queda brusca, atingindo 29,4 mil pontos em 27 de outubro de 2008.

O agravamento da crise internacional atingiu a moeda brasileira. Com menos recursos externos (financeiros e comerciais) e pouco crédito, em 2008, o real desvalorizou quase 32% em relação ao dólar norte-americano, encerrando o ano em R\$ 2,3370.

Influenciada pelo forte aumento no preço das *commodities* no acumulado do ano de 2008, a inflação segundo o Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M) encerrou o ano de 2008 em 9,81%, 2,06 pontos percentuais acima da variação registrada em 2007. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) também apresentou aceleração com a demanda doméstica aquecida por preços de *commodities* em alta e encerrou o ano em 5,9%, contra 4,46% em 2007.

Em abril de 2008, após sete meses em seu patamar mínimo de 11,25% ao ano, o Comitê de Política Monetária (Copom), pressionado pela alta da inflação, elevou gradualmente a taxa básica de juros (Selic) que, em setembro, atingiu 13,75% ao ano. Já em janeiro de 2009, como consequência da desaceleração econômica e baixos níveis inflacionários, a Selic foi reduzida em um ponto percentual, registrando 12,75% ao ano. O Conselho Monetário Nacional vem conservando a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) constante em 6,25% ao ano, desde julho de 2007, o mais baixo patamar desde sua criação em 1984. A TJLP já está fixada nesse nível até março de 2009.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a produção industrial brasileira fechou 2008 com forte desaceleração de 14,5% em relação a igual período do ano anterior.

O saldo acumulado da balança comercial nos doze meses de 2008 é 38,2% menor em relação a 2007 (US\$ 24,7 bilhões contra US\$ 40,0 bilhões). As exportações e importações, cujos resultados continuam sendo recordes, registraram, respectivamente, crescimentos de 23,3% (atingindo US\$ 197,9 bilhões, causado pela elevação conjunta de preços e volume) e 43,6% (atingindo US\$ 173,2 bilhões, pelo crescimento de todas as categorias de produtos, como bens de capital, bens de consumo, matérias-primas e combustíveis).

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Os indicadores econômicos que influenciaram os resultados da Elektro apresentaram a seguinte evolução:

Indicadores	Variação Acumulada	
	2008	2007
Taxa de câmbio R\$/US\$ ⁽¹⁾	2,3370	1,7713
Valorização / (desvalorização) cambial - real em relação ao dólar	-31,94%	17,15%
IGP-M	9,81%	7,75%
IPCA	5,90%	4,46%
CDI	12,33%	11,82%
TJLP	6,25%	6,37%

⁽¹⁾ Cotação em 31 de dezembro

3. ASSUNTOS REGULATÓRIOS

3.1. Revisão Tarifária de 2007

A revisão tarifária de 2007, de acordo com a Resolução Homologatória nº 535 de 21 de agosto de 2007, encontrava-se provisória no que tange aos custos operacionais, sendo que deveria ser publicada a revisão tarifária definitiva quando do reajuste tarifário de 2008. Neste período, a componente das tarifas destinada à gestão de inadimplência foi elevada de 0,5% para 0,6% do faturamento bruto. Outros itens, como o modelo de cálculo dos custos operacionais não disponibilizados até a data do reajuste da Elektro, em 27 de agosto de 2008, continuam provisórios, nos termos da Resolução Homologatória nº 700, de 26 de agosto de 2008.

Em 10 de setembro de 2007, a Elektro protocolou Recurso Administrativo junto à ANEEL, no tocante ao valor da Base de Remuneração Regulatória utilizada na revisão tarifária de agosto de 2007. No reajuste tarifário de agosto de 2008, a ANEEL incluiu alguns ativos na Base de Remuneração e revisou os cálculos de custos adicionais e componentes financeiros, segundo o recurso da Elektro, resultando na inclusão de um componente financeiro de R\$ 15,5 milhões na tarifa da Elektro, os quais serão amortizados até agosto de 2009.

Em 25 de novembro de 2008, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 338, que regulamentou a metodologia a ser aplicada a certos itens que foram determinados em caráter provisório durante o segundo ciclo das revisões tarifárias das distribuidoras, visando dar-lhes forma definitiva. Dentre as alterações introduzidas, as mais significativas são as referentes ao cálculo dos custos operacionais eficientes denominados "empresa de referência", Fator X, banco de preços regionalizados, cujos valores servirão para precificar os ativos da Base de Remuneração Regulatória e as atividades da "empresa de referência" e metodologia para apuração de perdas não técnicas.

Os ajustes na 2ª revisão tarifária da Elektro, em decorrência desta regulação serão efetuados no momento do reajuste tarifário de agosto de 2009, com exceção do banco de preços que será aplicado apenas para o 3º ciclo de revisão tarifária em 2011.

3.2. Reajuste Tarifário de 2008

Em 26 de agosto de 2008, a ANEEL aprovou a Resolução Homologatória nº 701, concedendo reajuste médio, a ser percebido pelo consumidor, de 10,91% às tarifas da Elektro. Este aumento é composto por 5,76% referente ao reajuste tarifário anual, tal como previsto no contrato de concessão, e 5,15% correspondente a compensações financeiras pertinentes

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
 DATA-BASE - 31/12/2008

01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

relativas à CVA (variação dos itens de custos não gerenciáveis das distribuidoras, entre os reajustes tarifários anuais), subvenção a tarifas residenciais de baixa renda e outras tarifas subsidiadas, diferença da revisão tarifária de 2007 (vide acima), entre outros.

O Fator X, que é deduzido da inflação para fins do reajuste tarifário e visa ao compartilhamento com os consumidores dos ganhos de produtividade da concessionária resultou em 4,36%.

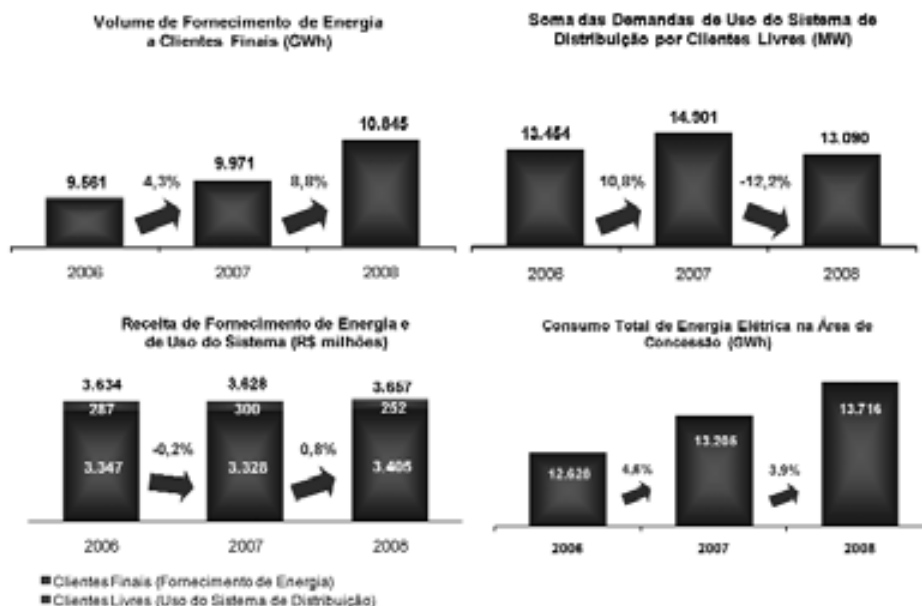
3.3. Recomposição Tarifária Extraordinária – região de Presidente Prudente

Em fevereiro de 2008, foi cassada a medida liminar concedida pela Justiça Federal que impedia a cobrança em 26 municípios da área de concessão da Elektro, na região de Presidente Prudente (Oeste do Estado de São Paulo) da RTE – Recomposição Tarifária Extraordinária, que visava a recompor as perdas das empresas de distribuição durante o Programa de Racionamento de Energia Elétrica.

A ANEEL decidiu pela cobrança dos adicionais tarifários previstos na Lei nº 10.438/02 naqueles 26 municípios por 52 meses, equivalente ao período residual previsto originalmente para a cobrança em que a liminar vigorou, a partir do reajuste tarifário de agosto de 2008.

4. DESEMPENHO COMERCIAL

4.1. Fornecimento de Energia e Uso do Sistema de Distribuição



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Fornecimento de Energia a Clientes Finais	GWh			R\$ milhões		
	2008	2007	Var. %	2008	2007	Var. %
Residencial	3.346,7	3.183,5	5,1%	1.337,8	1.371,5	-2,5%
Industrial	4.052,3	3.463,5	17,0%	1.076,5	912,7	17,9%
Comercial	1.580,3	1.490,3	6,0%	555,9	575,7	-3,4%
Rural	807,3	809,3	-0,2%	158,1	175,1	-9,7%
Poder Público	229,4	262,5	-12,6%	77,3	104,7	-26,2%
Iluminação Pública	428,9	394,7	8,7%	89,1	92,3	-3,5%
Serviços Públicos	400,0	366,8	9,1%	110,3	95,9	15,0%
Fornecimento de Energia a Clientes Finais	10.844,9	9.970,8	8,8%	3.404,8	3.327,9	2,3%

Uso do Sistema de Distribuição por Clientes Livres	MW			R\$ milhões		
	2008	2007	Var. %	2008	2007	Var. %
Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição ⁽¹⁾	13.089,5	14.901,5	-12,2%	252,4	300,4	-16,0%

Receita de Fornecimento de Energia + Uso do Sistema de Distribuição (R\$ milhões)	3.657,2	3.628,3	0,8%
--	----------------	----------------	-------------

⁽¹⁾ A Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição está apresentada como demanda futura.

No ano de 2008, a Elektro forneceu 10.845 GWh de energia elétrica a seus clientes finais, representando um crescimento de 8,8% quando comparado ao ano de 2007, destacando-se o crescimento no consumo industrial, comercial e residencial.

O crescimento da classe industrial é justificado pelo aquecimento da economia como um todo e em particular do setor de construção civil, no primeiro semestre de 2008, destacando-se as indústrias do ramo de cimento e cerâmica que foram representativas para esse crescimento. No entanto, os efeitos da crise financeira mundial no último trimestre de 2008 afetaram fortemente o consumo industrial, notadamente os setores de metalurgia e autopeças, os quais apresentaram significativa redução do consumo.

Durante o ano de 2008, as classes residencial e comercial cresceram 5,1% e 6,0%, respectivamente. O aquecimento da economia no primeiro semestre de 2008 influenciou positivamente o crescimento destas duas classes.

Já a classe rural, quando comparada ao mesmo período de 2007, manteve seu consumo estável. A expansão do cultivo de cana-de-açúcar, na área de concessão da Elektro, justifica essa estabilidade, uma vez que esta cultura utiliza os sistemas de irrigação com menor intensidade.

As classes poder público, iluminação pública e serviços públicos, que juntas representam 9,8% do mercado da Elektro, apresentaram crescimento de 3,4% em 2008. Devido à reclassificação de unidades consumidoras entre estas classes, a comparabilidade isolada das mesmas fica prejudicada.

No ano de 2008 a receita de fornecimento de energia e do uso do sistema de distribuição, foi de R\$ 3,7 bilhões, contra R\$ 3,6 bilhões de 2007, mantendo-se estável com variação de 0,8% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Este desempenho deve-se aos efeitos da revisão tarifária, ocorrido em agosto de 2007, com reajuste médio negativo de 18,58%.

Em 2008, o total de consumo de energia na área de concessão da Elektro foi de 13.716 GWh, considerando os clientes livres e cativos, um crescimento de 3,9% em relação a 2007.

Serviço Público Federal

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

DFF - Demonstrações Financeiras Padronizadas

Empresa Comercial, Industrial e Outras

Divulgação Externa

Legislação Societária

DATA-MASK - 31/12/2008

01748-5

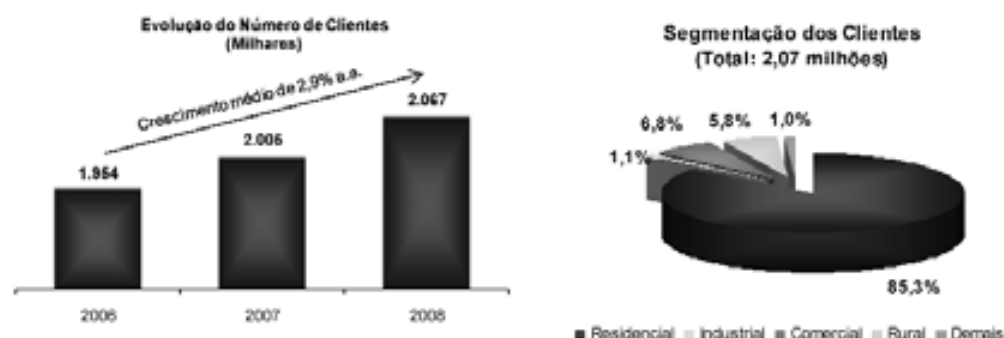
ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

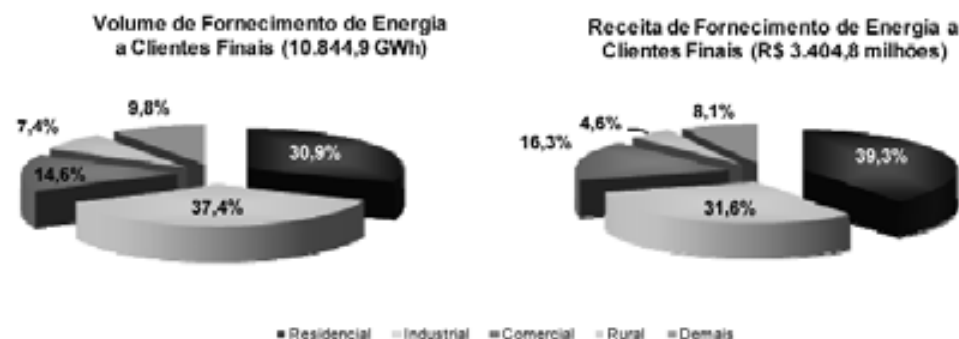
Em dezembro de 2008, a base de clientes da Elektro foi de 2.067 mil clientes, um acréscimo de 62 mil novos clientes ligados nos 12 meses do ano, resultando em um crescimento de 3,1% quando comparado ao mês de dezembro de 2007.

A Elektro distribui energia elétrica para 223 municípios do estado de São Paulo e mais cinco no estado de Mato Grosso do Sul. No total, são cerca de 5,5 milhões de pessoas atendidas.



4.2. Segmentação do Fornecimento de Energia

O fornecimento de energia elétrica a clientes finais apresentou a seguinte segmentação ao longo de 2008:



4.3. Suprimento de Energia

Durante o ano de 2008, 70,6% do suprimento de energia da Elektro foi realizado através de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR). A energia compulsória proveniente de Itaipu representou 25,4% do total de energia comprada. O restante do portfólio de compra foi composto de 1,4% de contratos bilaterais, 1,6% de energia proveniente de empreendimentos participantes do Programa de Incentivo a Fontes Alternativas (PROINFA), e 1,1% de compra no mercado de curto prazo (Spot) na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

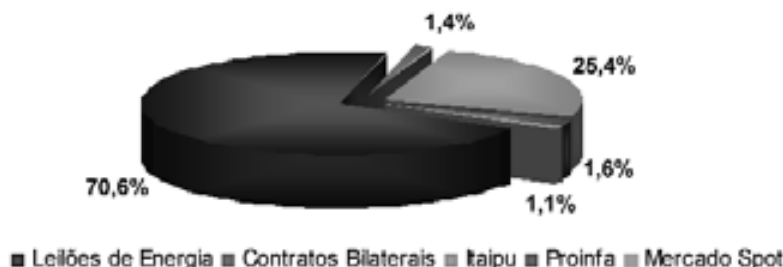
Serviço Público Federal		Divulgação Externa
CVM - Comissão de Valores Mobiliários		
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas		Legislação Societária
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		DATA-BASE - 31/12/2008
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Considerando as condições estabelecidas pelo atual marco regulatório para a contratação de energia pelas distribuidoras, principalmente por meio de leilões regulados pela ANEEL, a Elektro participou ativamente de todos os mecanismos previstos nos marcos legais e regulatórios para contratação das suas necessidades de energia para o período de 2008 a 2012. Para atender ao crescimento de mercado da Elektro, as quantidades adicionais necessárias a partir de 2013 já foram parcialmente adquiridas no leilão da usina de Jirau (Rio Madeira) e no leilão A-5 realizado em 2008, sendo que o restante será adquirido nos próximos leilões regulados, conforme previsto na legislação vigente.

O gráfico a seguir demonstra a composição do volume de compras de energia da Elektro em 2008:

Suprimento de Energia



5. ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA BRASILEIRA – LEI Nº 11.638/07

A Lei nº 11.638/07, que entrou em vigor em 01 de janeiro de 2008, alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, especialmente em relação ao capítulo que trata da elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras, incluindo-se critérios de reconhecimento e valorização de ativos e passivos.

O principal objetivo das alterações foi possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil às Normas Internacionais de Contabilidade (*IFRS - International Financial Report Standards*).

Desta forma, os resultados do exercício de 2007 tiveram algumas reclassificações devido à alteração da Legislação Societária Brasileira para fins de comparabilidade com 2008. Estas reclassificações estão detalhadas na Nota Explicativa nº 2 das Demonstrações Financeiras.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

6. RESULTADOS

Valores em R\$ milhões	2008	2007	Variação	
			R\$ milhões	%
Fornecimento de Energia Clientes Finais	3.404,8	3.327,9	76,9	2,3%
Reposicionamento Tarifário	-	(93,4)	(93,4)	N/A
Receita pelo Uso do Sistema de Distribuição	252,4	300,4	(48,0)	-16,0%
Outras Receitas	62,6	47,8	14,8	31,0%
Receitas Operacionais	3.719,9	3.582,7	137,2	3,8%
Deduções às Receitas Operacionais	(1.207,4)	(1.326,7)	(119,3)	-9,0%
Receitas Operacionais Líquidas	2.512,5	2.256,0	256,5	11,4%
Energia Comprada para Revenda ⁽¹⁾	(1.328,6)	(1.070,8)	257,8	24,1%
Gastos Operacionais	(553,8)	(483,3)	70,5	14,6%
Resultado do Serviço	630,1	701,9	(71,8)	-10,2%
EBITDA ⁽²⁾	754,4	823,2	(68,8)	-8,4%
Resultado Financeiro	(140,2)	(147,5)	(7,3)	-4,9%
Lucro Líquido	391,8	466,9	(75,1)	-16,1%

(1) Líquido de crédito de PIS/COFINS

(2) Resultado do Serviço + Amortização do Ágio + Depreciação e Outras Amortizações

Obs.: Conforme esclarecimentos do item nº 5 deste relatório e em Nota Explicativa nº 2, houve reclassificação nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2007 em relação aos números publicados no exercício anterior.

Durante o ano de 2008, a receita operacional bruta da Elektro foi de R\$ 3,7 bilhões, registrando aumento de 3,8%, quando comparado ao mesmo período de 2007. Do total da receita, 98,3% equivale à receita de fornecimento de energia e do uso do sistema de distribuição.

As receitas operacionais líquidas atingiram R\$ 2,5 bilhões, registrando crescimento de 11,4% em relação aos doze meses de 2007, basicamente pelo aumento do consumo na área de concessão da Elektro e pelos efeitos do reajuste tarifário de 2008 de 10,91% sobre as tarifas de setembro a dezembro de 2008. Esta elevação é parcialmente compensada pela revisão tarifária de agosto de 2007, que reduziu as tarifas em média de 18,59%, resultando em impacto negativo sobre as receitas de janeiro a agosto de 2008, quando comparado ao mesmo período de 2007.

O custo da energia comprada para revenda cresceu 24,1% em comparação ao mesmo período de 2007, devido ao incremento na quantidade comprada em virtude do aumento das vendas de energia, reajustes contratuais, maior compra de energia de usinas térmicas via leilões regulados e aquisições no mercado Spot.

Os gastos operacionais (custo da operação somado às despesas operacionais) de 2008 foram de R\$ 553,8 milhões contra R\$ 483,3 milhões de 2007, influenciados pela reversão da provisão de ICMS sobre demanda, no valor de R\$ 37,9 milhões em 2007, e pela mudança de critério na contabilização de PIS/COFINS sobre ativo imobilizado em 2008.

A Elektro encerrou o ano de 2008 com uma geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA, de R\$ 754,4 milhões, 8,4% menor em relação ao mesmo período de 2007 e o resultado do serviço foi de R\$ 630,1 milhões, com redução de 10,2% sobre o resultado de dezembro de 2007.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária

DATA-BASE - 31/12/2008

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

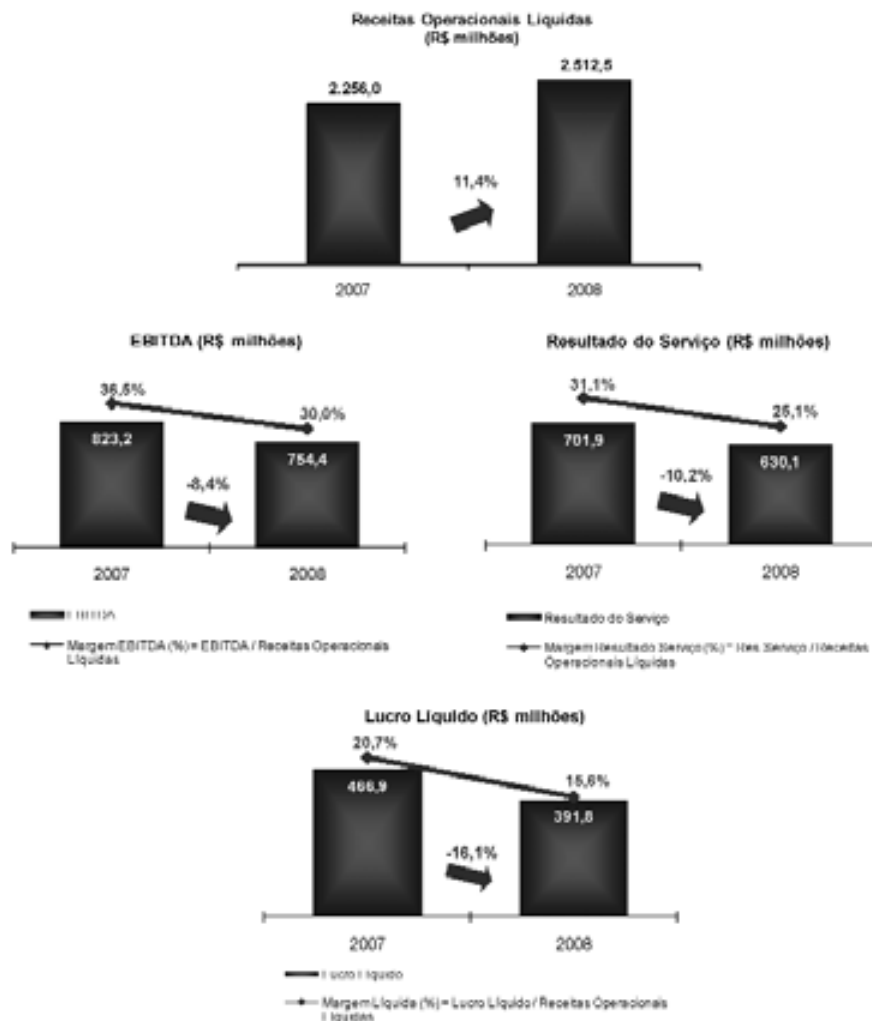
02.328.280/0001-97

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O resultado financeiro (receitas financeiras menos despesas financeiras) foi de R\$ 140,2 milhões negativos, apresentando redução de 4,9% em relação a 2007, devido principalmente a menores despesas com juros em função do resgate antecipado de debêntures em 2007, e pelo fim da cobrança da CPMF.

A Elektro registrou lucro líquido de R\$ 391,8 milhões em dezembro de 2008, comparado a R\$ 466,9 milhões no ano anterior.

Os gráficos a seguir ilustram o desempenho dos resultados operacionais da Elektro, no ano de 2008 comparado a 2007.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL		Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS		
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas		Legislação Societária
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		DATA-BASE - 31/12/2008
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

6.1. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 12 de agosto de 2008, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 135,4 milhões, com base no lucro líquido do primeiro semestre de 2008. O pagamento dos dividendos intermediários foi efetuado em duas parcelas, nas seguintes datas: R\$ 115,3 milhões em 26 de agosto de 2008 e R\$ 20,1 milhões em 22 de outubro de 2008.

Em Reunião do Conselho de Administração de 11 de novembro de 2008, foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 67,7 milhões, referente ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2008, realizado em 28 de janeiro de 2009.

A Administração da Elektro também propôs distribuição de dividendos no montante de R\$ 168,1 milhões, referente ao exercício de 2008 (já deduzidos os pagamentos efetuados de dividendos intermediários e juros sobre capital próprio), a ser submetido a aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos acionistas a ser realizada em 3 de abril de 2009.

7. ESTRUTURA DE CAPITAL

	31/12/2008			
	Curto	Longo	Total	
	Prazo	Prazo	R\$ milhões	%
Empréstimos com Terceiros	269,1	610,6	879,7	100,0%
Debêntures	203,8	368,6	572,4	65,1%
BNDES Finem / Finame	60,7	170,9	231,6	26,3%
Eletrobrás	4,8	61,9	66,5	7,6%
Finap	-	9,2	9,2	1,0%
Total da Dívida	269,1	610,6	879,7	100,0%
Perfil da Dívida	31%	69%	100%	
Caixa, Aplicações Financeiras e Caução de Fundos ⁽¹⁾	(211,7)			
Endividamento Líquido	668,0			

(1) Exclui garantias caucionadas para compra de energia elétrica.

A Elektro encerrou o ano de 2008 com endividamento líquido de R\$ 668,0 milhões, resultado do endividamento total de R\$ 879,7 milhões e saldo de caixa, aplicações financeiras e caução de fundos de R\$ 211,7 milhões. A dívida de longo prazo corresponde a 69% do total do endividamento.

Durante o período de janeiro a dezembro de 2008, a empresa captou recursos para financiar seu programa de investimentos, através das seguintes linhas de financiamento já existentes:

- BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social): R\$ 50,1 milhões, através de agentes financeiros;
- Eletrobrás: R\$ 14,8 milhões, relacionados ao Programa Luz para Todos; e

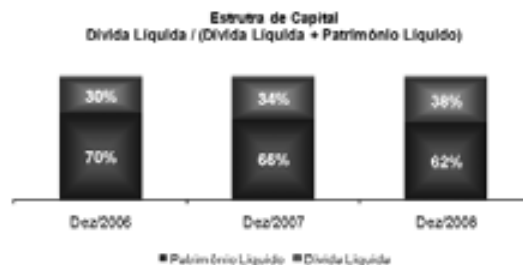
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS	
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas	Legislação Societária
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	DATA-BASE - 31/12/2008
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A
	02.328.280/0001-97

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

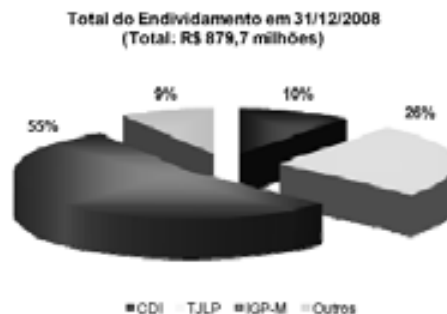
- Finep (Financiadora de Estudos e Projetos vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia): R\$ 5,8 milhões.

Adicionalmente, para financiar novos programas de investimentos da empresa, a Elektro realizou novas captações no montante total de R\$ 58,5 milhões, sendo R\$ 49,3 milhões do BNDES e R\$ 9,2 milhões da Eletrobrás.

Ao final de 2008, o grau de alavancagem da Elektro era de 38%, patamar bastante prudente que garante uma situação de liquidez confortável para a empresa e que vem se mantendo estável nos últimos anos.



Ao final do ano, o endividamento total da Elektro apresentava a seguinte indexação:



8. POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Ao final de 2008, a Elektro não possui derivativo e não efetuou ao longo dos meses do ano qualquer operação com estes instrumentos financeiros.

De acordo com a política da Elektro, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico proteger a empresa de eventuais exposições a moedas ou taxas de juros. Como atualmente não há risco cambial em suas operações e a Elektro mantém o equilíbrio das taxas de juros entre ativo (caixa) e passivo (dívida) de forma natural, a Companhia entende não ser necessária, atualmente, a utilização deste tipo de instrumento.

Apenas são consideradas relevantes as variações cambiais derivadas dos pagamentos pela energia comprada de Itaipu, atrelados ao dólar norte-americano. Porém, essas variações

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária

DATA-BASE - 31/12/2008

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

cambiais estão contempladas no reajuste tarifário anual aplicável à Companhia, conforme mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A (CVA).

Com relação à dívida indexada a inflação (IGP-M) a Elektro considera possuir *hedge* natural em virtude do mecanismo de reajuste tarifário.

9. FLUXO DE CAIXA

	Valores em R\$ milhões		Variação
	2008	2007	R\$ milhões
Lucro líquido do período	391,8	466,9	(75,1)
Depreciação e outras amortizações	124,3	121,2	3,1
Amortização e constituição de tributos diferidos	63,6	45,9	17,6
Juros e variação monetária	137,7	159,9	(22,2)
Outros	40,4	(23,9)	64,3
Despesas que não afetam o caixa	366,1	393,1	63,0
Lucro Líquido Ajustado	757,9	770,0	(12,1)
Variação do Capital de Giro Operacional	(143,7)	296,7	(440,4)
Geração Operacional de Caixa após Imposto de Renda, Contribuição Social e Pagamento de Juros	614,2	1.066,7	(452,5)
Aquisições de Imobilizado	(267,9)	(264,9)	3,0
Outros	(7,6)	15,8	(23,4)
Atividades de Investimento	(275,5)	(249,1)	26,4
Amortização de principal e juros	(139,7)	(501,5)	361,8
Captação de empréstimos e arrendamento mercantil	128,7	133,1	(4,3)
Atividades de Financiamento antes do Pagamento de Dividendos	(10,9)	(368,4)	357,4
Pagamento de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	(280,1)	(775,5)	495,4
Atividades de Financiamento após o Pagamento de Dividendos	(291,0)	(1.143,9)	852,8
Geração / (Consumo) Líquido de Caixa	47,7	(326,3)	374,0
Saldo Inicial do Período	157,3	483,6	(326,3)
Saldo Disponível de Caixa do Período	205,0	157,3	47,7

Obs.: Conforme esclarecimentos do item nº 5 deste relatório e em Nota Explicativa nº 2, houve reclassificação nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2007 em relação aos números publicados no exercício anterior.

Em 2008, a geração de caixa foi de R\$ 47,7 milhões, R\$ 374,0 milhões superior ao consumo de R\$ 326,3 milhões de caixa registrado em 2007. Esta variação deve-se principalmente a:

- Redução de R\$ 359,8 milhões na amortização de principal e juros de dívidas, decorrentes do resgate antecipado das debêntures em 2007;
- Redução de R\$ 495,4 milhões no pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, em função do acúmulo de dividendos observado em 2007, primeiro ano em que a Companhia efetuou o pagamento de dividendos intermediários, e dos efeitos da revisão tarifária de 2007 sobre os dividendos de 2008;
- Os efeitos acima são parcialmente compensados pela redução de R\$ 452,5 milhões na Geração Operacional de Caixa após Imposto de Renda, Contribuição Social e Pagamento de Juros, principalmente em função dos efeitos da revisão tarifária de agosto de 2007, que em média reduziram as tarifas em 18,59% e elevação dos desembolsos referentes aos itens da Parcela A das tarifas (itens não gerenciáveis) que sofreram aumentos, principalmente da energia comprada de Itaipu, que é denominada em dólares norte-americanos. Estes montantes compõem um ativo regulatório (CVA) que será amortizado em 12 meses a partir do reajuste tarifário de 2009. Para mais detalhes, ver Nota Explicativa nº 12.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-MASK - 31/12/2008

01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

10. INVESTIMENTOS E MODERNIZAÇÃO

No ano de 2008, a Elektro investiu R\$ 267,9 milhões, dos quais R\$ 18,9 milhões foram investimentos realizados com recursos de clientes.



(1) Exclui investimentos realizados com recursos de clientes.

Os principais programas de investimentos realizados foram:

- R\$ 194,3 milhões na expansão, melhorias, preservação do sistema elétrico e suporte operacional, dos quais: (i) R\$ 102,6 milhões foram investidos na preservação do sistema elétrico, (ii) R\$ 22,1 milhões em melhorias e atualizações tecnológicas, (iii) R\$ 48,1 milhões estão associados a novas ligações e à expansão de subestações e de linhas de transmissão e (iv) R\$ 21,5 milhões em programas de Tecnologia da Informação e Infraestrutura;
- R\$ 54,7 milhões no Programa de Universalização, em cumprimento à Lei n° 10.438 de abril de 2002, segregados da seguinte forma:
 - R\$ 41,4 milhões em Programas Rurais, relacionados aos projetos de eletrificação de áreas rurais que viabilizaram o fornecimento de energia elétrica a 7.590 novos clientes, por meio do Programa Luz para Todos;
 - R\$ 13,3 milhões no Programa de Universalização, que determina o atendimento de novas ligações e aumento de carga, sem ônus aos clientes com carga inferior a 50 kVA.

Os investimentos realizados em Universalização em 2008 foram inferiores aos realizados no ano anterior, devido ao menor volume de ligações de clientes, especialmente dentro do Programa Luz para Todos (7.590 ligações em 2008 contra 9.474 em 2007, representando uma redução de R\$ 11 milhões nos investimentos). Por outro lado, houve um aumento das necessidades de investimentos em Expansão, Melhoria e Preservação do sistema elétrico (R\$ 7,0 milhões decorrentes, basicamente, de manutenção programada e expansão de obras de subestações, linhas de transmissão e distribuição).

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL		Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS		
DFF - Demonstrações Financeiras Padronizadas		Legislação Societária
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		DATA-BASE - 31/12/2008
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

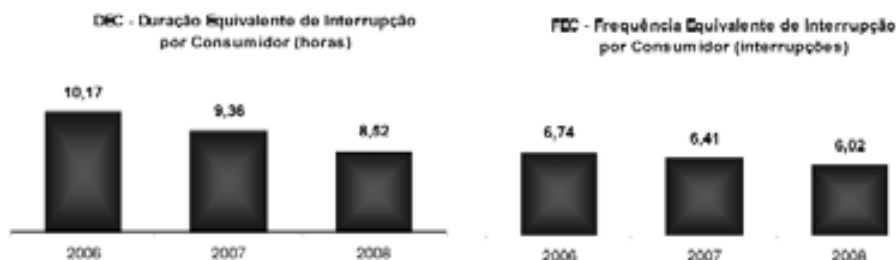
13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

11. DESEMPENHO OPERACIONAL

11.1. Indicadores Operacionais

Os indicadores técnicos DEC e FEC da Elektro, que medem, respectivamente, a Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor e a Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor registraram, em 2008, os melhores níveis dos últimos três anos. Esses resultados devem-se aos investimentos realizados no sistema elétrico, principalmente em manutenção preventiva e preservação dos ativos que mantiveram a robustez da rede, bem como aos investimentos em digitalização, automação e sistemas, que aprimoraram a eficiência no monitoramento e controle da rede, trazendo melhoria na qualidade do fornecimento.

No gráfico abaixo, demonstramos os valores de DEC e FEC dos últimos três anos e, pela primeira vez, a Elektro registra DEC abaixo de 9,0 horas anuais.



Obs.: Os indicadores de DEC e FEC de 2006 em diante não consideram os dias críticos, associados a situações de emergência, conforme definido pela Resolução ANEEL 024/2000. Caso considerados, os indicadores DEC e FEC de 2006 seriam 12,81 e 7,98, respectivamente, os indicadores de DEC e FEC de 2007 seriam 10,97 e 7,15, respectivamente e os indicadores de DEC e FEC de 2008 seriam 10,44 e 6,89, respectivamente.



Obs.: 1. O critério de cálculo das perdas é baseado na compra total de energia pela Elektro.

2. No indicador de perdas não estão sendo computadas as perdas referentes à mudança provisória da medição de fronteira da Linha de Transmissão Capão Bonito – Itapeva – Itararé 138 KV, determinado pela CCEE. Essa perda será anulada após entrada em operação da LT Jaguariúva – Itararé II de 230 KV, prevista para o final de 2009. Se considerado, o índice seria 6,96%, em 2008.

Em 2008, o índice de Perdas apresentou redução quando comparado ao exercício de 2007, ano que foi marcado por sensíveis oscilações do índice, que pode ser atribuída a conclusão do processo de implantação da nova configuração das medições de fronteiras, conforme estabelecido nas Resoluções ANEEL 344/2002 e 067/2004, que transferiu para a Elektro, as perdas dos transformadores onde existem medições de fronteira na baixa tensão e passaram a ser contabilizadas na alta tensão. A conclusão do processo favorece a estabilidade do índice em relação aos anos anteriores.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL		Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS		
DFF - Demonstrações Financeiras Padronizadas		Legislação Societária
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		DATA-MASK - 31/12/2008
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

11.2. Tecnologia da Informação

Em 2008, os principais projetos e sistemas desenvolvidos na área de Tecnologia da Informação focaram soluções avançadas para a melhoria contínua e qualidade no fornecimento de energia da Elektro.

Dentre eles, destacamos os seguintes projetos:

Projeto NEO: Este projeto visa identificar e implementar melhorias nos processos e sistemas da empresa, aprimorando a eficiência operacional e explorando todo o potencial da nova versão da ferramenta de tecnologia da informação SAP, uma importante plataforma tecnológica de gestão. Iniciado em 2007, os benefícios da nova ferramenta vão desde a redução de custos e a eliminação de atividades manuais e redundantes na rotina dos colaboradores até a prestação de serviços com mais agilidade, qualidade e segurança. A conclusão do projeto está prevista para 2009.

Projeto Novo Data Center: A nova plataforma tornou mais seguros os negócios da empresa, permitindo eventuais expansões de equipamentos, servidores e serviços sem a necessidade de paradas operacionais. A estrutura possui máquinas e sistemas de processamento avançados, com geração própria de energia, fornecida por uma subestação exclusiva. Os estudos realizados para a execução do projeto levaram em conta a estratégia da empresa e considerou a construção de uma sala-cofre, compartimento que emprega alta tecnologia e é isolado contra fogo e outras ameaças externas. O antigo Data Center servirá como suporte para backups, garantindo ainda mais segurança à operação.

12. A ELEKTRO E O MERCADO DE CAPITAIS

A Elektro é uma sociedade anônima de capital aberto, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e listada na BM&F Bovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob os códigos EKTR3 (ações ordinárias) e EKTR4 (ações preferenciais). Do total de ações emitidas e em circulação, 0,32% são negociadas a livre mercado.

Em 31 de dezembro de 2008, o capital social da Elektro era de R\$ 952,5 milhões, dividido em 91.880.972 ações ordinárias e 101.878.293 ações preferenciais.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA ATUAL						
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total de Ações	
	Qtde.	Part (%)	Qtde.	Part (%)	Qtde.	Part (%)
AET Brazil Finance Ltd.	-	0,00%	66.744.382	65,51%	66.744.382	34,45%
AET Investimentos Energéticos Ltda.	6.579.221	7,16%	-	0,00%	6.579.221	3,40%
EPC - Empresa Paranaense Comercializadora Ltda.	59.310.480	64,55%	-	0,00%	59.310.480	30,61%
ETB - Energia Total do Brasil Ltda.	25.964.606	28,26%	34.535.214	33,90%	60.499.820	31,22%
Acionistas Minoritários	26.665	0,03%	988.697	0,99%	625.362	0,32%
Total	91.880.972	100,00%	101.878.293	100,00%	193.759.265	100,00%
<i>Participação sobre o total de Ações</i>		<i>47,42%</i>		<i>52,58%</i>		<i>100,00%</i>

A remuneração praticada pela Elektro para distribuição de dividendos aos seus acionistas é de até 95% dos lucros acumulados do exercício.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

13. RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A empresa mantém canal de comunicação com o mercado pelo *website* www.elektro.com.br ou pelo endereço eletrônico ri@elektro.com.br

14. GRUPAMENTO DE AÇÕES

Em Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 31 de março de 2008, foi aprovado grupamento de ações da Elektro na proporção de 2.000 ações existentes para uma nova ação.

Seguindo uma tendência de mercado, o grupamento de ações visou possibilitar que ações da Elektro fossem negociadas de forma unitária e não mais por lote de mil ações, situação anterior. O processo não implicou em alteração do valor do capital social da Companhia.

Em 05 de maio de 2008, foi concluído o processo de grupamento de ações e a apuração das frações que resultou em 518 ações preferenciais e 90 ações ordinárias, que foram integralmente vendidas em leilões de sobras de ações realizados na BM&F Bovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, em julho de 2008.

15. MEIO AMBIENTE

No desempenho das atividades operacionais da Elektro estão contempladas a preservação e minimização dos impactos ambientais. Em 2008, a empresa destinou R\$ 26,2 milhões em iniciativas que promoveram uma maior responsabilidade ambiental e favoreceram o desenvolvimento e propagação de tecnologias que respeitam o meio ambiente.

Do valor investido, R\$ 3,0 milhões foram contabilizados como imobilizado, e estão relacionados com a instalação de redes compactas, isoladas e cabos pré-reunidos.

O valor de R\$ 23,2 milhões foi contabilizado no resultado e está relacionado principalmente a projetos de eficiência energética, reciclagem de óleo regenerado de transformador energizado, co-processamento de resíduos, descontaminação de lâmpadas, arborização, manejo de vegetação, poda de árvores, projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) em meio ambiente e projetos de conscientização ambiental como os Meninos Ecológicos e Jovens EConscientes.

Atualmente, a Elektro conta com a certificação ISO 14001 em quatro subestações e segue um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) como ferramenta de administração interna, estabelecendo as diretrizes e organizando as ações da empresa nessa área. A Elektro não faz qualquer intervenção no ambiente sem autorização das autoridades ou do gestor da unidade de conservação.

16. PROJETOS E PROGRAMAS SOCIAIS

Em 2008, além dos investimentos no sistema elétrico, Universalização, tecnologia da informação e meio ambiente, a Elektro também seguiu investindo em projetos sociais que focam o desenvolvimento sustentável de comunidades da área de concessão e da Sede corporativa da empresa, em Campinas, no Estado de São Paulo.

Para contribuir ainda mais na promoção da responsabilidade social e do desenvolvimento das comunidades, a empresa criou o Instituto Elektro, que completou cinco anos em 2008 e vem

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

implementando programas e projetos sociais com foco em educação e com o apoio de voluntários da Companhia.

Sob a responsabilidade do Instituto Elektro, seis projetos e programas sociais foram desenvolvidos durante o ano. As iniciativas reúnem três vertentes: Educar (educação para a vida, por meio dos programas Fazer Acontecer e Escola Formare Elektro), Voluntas (promoção do voluntariado e da responsabilidade social, com os programas Censo de Pessoas com Deficiência, Abrace e Prêmio Empreendedor Social) e Preservare (educação para a sustentabilidade, promovida pelo programa Jovens EConscientes).

Mais informações sobre os projetos e programas sociais da Elektro são encontradas no endereço eletrônico www.elektro.com.br

17. RECONHECIMENTO

50 Melhores Empresas em Cidadania Corporativa

Em 29 de abril de 2008, a Elektro recebeu o prêmio "As 10 melhores empresas em cidadania corporativa", promovido pela revista Gestão & RH, que premiou as 50 melhores empresas em cidadania corporativa. O resultado serve de base para a classificação da empresa no Índice de Desenvolvimento Humano Organizacional (IDHO), que foi realizado no segundo semestre de 2008. Foram avaliados quatro critérios: responsabilidade social; responsabilidade ambiental; ética e relacionamento com os públicos de interesse; e envolvimento dos colaboradores.

Prêmio ANEEL de Satisfação do Consumidor (IASC)

Em 11 de junho de 2008, a Elektro foi eleita a melhor empresa na categoria "Região Sudeste acima de 400 mil unidades consumidoras" do Prêmio IASC, que mede a satisfação do cliente. O índice é medido pela ANEEL desde 2000, com o objetivo de avaliar a qualidade dos serviços prestados pelas distribuidoras de energia elétrica.

Prêmio ABRADEE Melhor Gestão Operacional

Em 17 de julho de 2008, a Elektro foi premiada pela quarta vez na categoria Melhor Gestão Operacional da ABRADEE (Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica). O prêmio mede a excelência operacional das ações da empresa na distribuição de energia elétrica.

Prêmio As 100 Melhores Empresas em Indicador de Desenvolvimento Humano Organizacional – IDHO

Em 02 de outubro de 2008, a Elektro foi eleita pela revista Gestão & RH entre as 10 Melhores Empresas do Brasil na pesquisa nacional sobre "As 100 Melhores Empresas em Indicador de Desenvolvimento Humano Organizacional – IDHO". O objetivo da pesquisa é analisar o estágio atual das "1.000 Maiores Empresas Brasileiras" (critério Revista Exame), em termos de desenvolvimento humano organizacional.

Prêmio ABRASCA de Melhor Relatório Anual 2007 – Menção Honrosa

Em 16 de outubro de 2008, a Elektro recebeu Menção Honrosa pelo Melhor Relatório Anual 2007, na categoria Aspectos Sócio-Ambientais, da Abrasca, além de ter sido classificada em 4º

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

lugar na premiação da categoria 1 (empresas com receita líquida igual ou acima de R\$ 1 bilhão).

Criado em 1999, o prêmio tem por objetivo incentivar o aprimoramento da elaboração de relatórios com maior clareza, transparência, qualidade e quantidade de informações e caráter inovador, tanto na apresentação expositiva quanto no projeto gráfico.

O 10º Prêmio de Melhor Relatório Anual 2007 contou com 94 inscritos, entre empresas de capital aberto, fechado e organizações não empresariais.

Empresa-Modelo em Responsabilidade Social Corporativa no Brasil

Em 29 de outubro de 2008, o Guia Exame de Sustentabilidade elegeu a Elektro como Empresa Modelo em Responsabilidade Social Corporativa no Brasil. O objetivo do prêmio é destacar as empresas com bom desempenho nos diversos aspectos de sustentabilidade de maneira equilibrada. Foram avaliadas 128 empresas, sendo que apenas 20 foram consideradas como modelo.

Prêmio Fundação Coge

Em 28 de novembro de 2008, a Elektro conquistou pelo segundo ano consecutivo o Prêmio Fundação Coge, com o Projeto Sistema de Gestão do Conhecimento (SGC) na categoria Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas. O prêmio tem o objetivo de divulgar projetos e práticas bem-sucedidas implementadas por empresas do setor elétrico brasileiro e, em sua oitava edição, contou com 56 projetos inscritos de 23 empresas.

18. INFORMAÇÕES SOBRE SERVIÇOS DA EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE DA ELEKTRO

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (Deloitte) foi contratada pela Elektro em 2008, para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das Demonstrações Financeiras da empresa.

A Deloitte não prestou serviços não relacionados à auditoria externa cujos honorários fossem superiores a 5% dos honorários referentes a esses serviços no exercício de 2008.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFF - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

19. BALANÇO SOCIAL



1 - Base de Cálculo	2008 Valor (mil reais)			2007 Valor (mil reais)		
Receita líquida (RL)	2.517.477			2.298.873		
Resultado operacional (RO)	808.342			886.774		
Custo de pagamento social (PPS)	218.358			218.228		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre PPS	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre PPS	% sobre RL
Alimentação	15.680	6,99%	0,54%	15.427	6,99%	0,50%
Transporte	800	0,27%	0,02%	369	0,27%	0,02%
Encargos sociais computados	43.445	19,81%	1,73%	47.345	19,67%	1,80%
Previdência privada	3.859	1,76%	0,15%	3.532	1,78%	0,17%
Saúde	9.338	4,28%	0,37%	8.564	3,98%	0,38%
Segurança no trabalho	5.598	2,56%	0,22%	6.782	3,15%	0,30%
Educação	862	0,39%	0,03%	344	0,16%	0,02%
Cultura	170	0,07%	0,01%	110	0,05%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	0,007	2,32%	0,00%	0,241	2,43%	0,02%
Gratificações	319	0,15%	0,01%	300	0,15%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	12.868	8,86%	0,51%	12.372	8,78%	0,48%
Total - Indicadores sociais internos	88.604	43,68%	3,81%	92.947	42,18%	4,12%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	2.237	0,44%	0,09%	3.142	0,50%	0,10%
Cultura	2.705	0,50%	0,11%	3.171	0,55%	0,14%
Outros	4.548	0,88%	0,18%	5.333	0,84%	0,24%
Total das contribuições para a sociedade	9.479	1,84%	0,38%	12.026	2,12%	0,52%
Tributos federais encargos sociais	1.221.280	340,28%	48,81%	1.582.310	238,80%	69,84%
Total - Indicadores sociais externos	1.231.159	342,19%	49,06%	1.594.336	340,72%	69,47%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	12.876	2,88%	0,52%	25.454	4,87%	1,17%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	13.152	2,90%	0,53%	657	0,12%	0,03%
Total dos investimentos com meio ambiente	26.168	6,18%	1,04%	27.141	4,79%	1,20%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a atenção na utilização de recursos naturais, a empresa:	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () não possui metas () cumpre de 51 a 75%			() não possui metas () cumpre de 51 a 75%		
	() cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100%			() cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2008			2007		
Nº de empregados(as) ao final do período	2.678			2.690		
Nº de admissões durante o período	319			280		
Nº de demissões no período	330			256		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	3.508			4.307		
Nº de empregados(as)	23			77		
Nº de empregados(as) acima de 40 anos	615			467		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	474			471		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	18,18%			17,17%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	274			259		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0,77%			1,01%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	47			47		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2008			2007		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	54			57		
Número total de acidentes de trabalho	85			85		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e saúde no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se amolda	() segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT	() não se amolda	() segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT
A previdência privada continua:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os critérios padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são considerados	(X) são adotados	() não são considerados	() são considerados	(X) são adotados
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se amolda	() segue a iniciativa	(X) incentiva e segue a iniciativa	() não se amolda	() segue a iniciativa	(X) incentiva e segue a iniciativa
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 322.199	na Procon 1.451	na Justiça 1.019	na empresa 324.075	na Procon 1.267	na Justiça 1.559
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100%	na Procon 100%	na Justiça 13%	na empresa 100%	na Procon 100%	na Justiça 14%
Valor adicionado total a distribuir (real mil):	1.981.870			2.131.576		
Utilização do Valor Adicionado (UVA):	62,22% governo 18,30% acionistas 6,48% terceiros 1,00% retido			61,88% governo 18,33% acionistas 6,68% terceiros 1,01% retido		
7 - Outras Informações	2008			2007		
1 - Quantidade de organizações sem fins lucrativos beneficiadas com desconto na conta de energia elétrica:	322			316		
2 - Desconto total na conta de energia elétrica destinado organizações sem fins lucrativos (real mil):	4.102,2			4.762,9		

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

20. COMENTÁRIOS DO BALANÇO SOCIAL

Em relação ao Balanço Social da Elektro em 2008, elaborado de acordo com o modelo do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) destacam-se as ações culturais voltadas para a comunidade, investimentos ambientais, em treinamento e desenvolvimento, em segurança no trabalho e na prevenção de acidentes de trabalho.

No último exercício, a redução do total de investimentos sociais voltados para a comunidade deve-se à morosidade do PAC (Programa de Apoio à Cultura do Estado de São Paulo) em aprovar os projetos culturais enviados pela empresa, e à integração da Estação Elektro e Cine Elektro num único programa - Circuito Cultural Elektro. O Circuito visa a percorrer os municípios da área de concessão da empresa para desenvolver atividades voltadas para música, teatro, cinema e museu da energia, além de disseminar a importância do uso seguro e eficiente da energia elétrica.

Quanto aos investimentos em segurança no trabalho, a redução deve-se à aquisição em 2007 dos novos uniformes para os eletricitistas – produzido com tecido antichama e faixas reflexivas, seguindo o padrão definido pelas normas regulamentadoras NR 10 (que trata de instalações e serviços em eletricidade) e NR 16 (equipamento e proteção individual).

A empresa deu continuidade em 2008 às ações de promoção da segurança como Diálogos Semanais de Segurança, informativo "Lições aprendidas", Programa de Observação de Segurança, reuniões mensais das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (Cipa) e a Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (Sipat), além da criação do programa Comportamento pela Vida, que por meio de treinamentos, visa a estimular os colaboradores a abordarem seu colega quando considerar que há alguma ação insegura nos procedimentos de segurança, que visam a contribuir para a redução da ocorrência de acidentes.

Quanto aos investimentos ambientais, os valores baseiam-se de acordo com os programas e projetos da empresa. Os investimentos relacionados à produção e operação da empresa incluem a instalação de redes compactas, isoladas e cabos pré-reunidos, reciclagem de óleo regenerado de transformador energizado, co-processamento de resíduos, descontaminação de lâmpadas, arborização, manejo de vegetação e poda de árvores. Os investimentos em programas e/ou projetos externos incluem os projetos de eficiência energética, pesquisa e desenvolvimento (P&D) em meio ambiente e conscientização ambiental, como os Meninos Ecológicos e Jovens ECOncientes.

O valor referente ao investimento em previdência privada em 2007 (indicadores sociais internos) foi atualizado de R\$ 2.614 mil para R\$ 3.832 mil, para fins de comparação com os valores de 2008, que passaram a incluir as taxas de administração dos planos previdenciários oferecidos pela empresa.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

DATA-BASE - 31/12/2008

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007
(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. A SOCIEDADE, SUAS OPERAÇÕES E A CONCESSÃO

A Elektro Eletricidade e Serviços S.A., denominada a seguir como "Elektro" ou "Sociedade", tem sua sede à rua Ary Antenor de Souza, 321 no município de Campinas, e é uma concessionária de serviço público de energia elétrica, e os seus negócios, incluindo os serviços prestados e as tarifas cobradas são, em geral, regulamentados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) de acordo com o contrato de concessão celebrado entre a Sociedade e a União (Poder Concedente), intermediado pela ANEEL e assinado em 27 de agosto de 1998.

O contrato de concessão tem prazo de vigência de 30 anos, podendo ser prorrogado, por requerimento da concessionária e a critério exclusivo da ANEEL, por prazo adicional de no máximo 30 anos. Segundo o contrato, a Elektro tem o direito de explorar o serviço de distribuição de energia elétrica em 228 municípios, sendo 223 no Estado de São Paulo e cinco no Estado do Mato Grosso do Sul, e tem a obrigação de implantar novas instalações e ampliar as existentes de modo a garantir o atendimento da demanda atual e futura do seu mercado de energia elétrica.

O contrato de concessão prevê que todos os bens e instalações pertencentes ao patrimônio da Sociedade e que estejam vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos automaticamente para o Poder Concedente ao término do contrato de concessão, procedendo-se às avaliações e determinação do valor de indenização à concessionária, de acordo com a regulamentação em vigor.

A Sociedade é registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) como companhia aberta e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentre elas, as disposições da CVM, incluindo os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas da legislação específica aplicáveis às concessionárias do serviço público de energia elétrica, emitidas pela ANEEL.

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo das Demonstrações Financeiras atuais são consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2007, inclusive no que se refere aos critérios contábeis estabelecidos na Lei nº 11.638/07, Medida Provisória nº 449/08 e normas do CPC.

A Diretoria Executiva da Elektro autorizou, em 16 de fevereiro de 2009 a conclusão das Demonstrações Financeiras referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2008 e encaminhou para o Conselho de Administração que aprovou essas Demonstrações Financeiras em 2 de março de 2009.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária

DATA-BASE - 31/12/2008

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

2.1. Alteração da Legislação Societária e Práticas Contábeis Brasileiras e Ajustes e Reclassificações nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2007

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638/07, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente no capítulo relativo à divulgação e preparação das Demonstrações Financeiras. Estas mudanças nas práticas contábeis entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2008. A Lei nº 11.638/07 foi alterada após a publicação da Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008.

Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas Normas Internacionais de Contabilidade (*IFRS – International Financial Reporting Standards*) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela CVM em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

Com a nova Lei em vigor, algumas das alterações introduzidas foram regulamentadas por disposições da CVM, dentre elas, a Instrução nº 469, de 2 de maio de 2008, que facultou a aplicação integral da Lei nas Informações Trimestrais (ITR) de 2008 (artigos 3º ao 14º da referida instrução) e determinou a aplicação integral e compulsória, nas Demonstrações Financeiras do exercício de 2008. Também em função da nova Lei alguns pronunciamentos contábeis foram emitidos pelo CPC e foram aprovados por Deliberações da CVM.

Com base nas regulamentações da CVM e CPC emitidas durante o exercício de 2008, a Sociedade efetuou a análise das mudanças de práticas contábeis e registrou contabilmente os impactos identificados em 31 de dezembro de 2008.

De acordo com o Pronunciamento CPC 13 – Adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, aprovado pela Deliberação CVM nº 565/08, a Elektro efetuou os ajustes contábeis em 31 de dezembro de 2008 considerando a data do balanço de abertura como 31 de dezembro de 2007.

Para fins de comparabilidade e para facilitar o entendimento das Demonstrações Financeiras, a Sociedade apresenta as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2007 com os efeitos da Lei e das novas normas do CPC, considerando, para este fim, ajustes ao saldo de abertura em 31 de dezembro de 2006, a nível pró-forma.

Abaixo encontra-se o demonstrativo das linhas e grupos que foram alteradas no Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007 em função dos ajustes da Lei nº 11.638/07 e normas do CPC. Adicionalmente, a Sociedade efetuou a reclassificação de determinados saldos de 2007 para torná-los comparáveis com 2008, conforme especificado abaixo.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2009

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2007
[em milhares de reais]
Ajustes referente a Lei nº 11.638/07 e outras reclassificações

	Notas	31/12/2007 Publicado	Ajustes da Lei 11.638/07	Outras Reclassificações	31/12/2007 Ajustado
Ativo					
Circulante		786.727	-	(14.626)	772.102
Créditos, valores e bens realizáveis		629.399	-	(14.626)	614.774
Outros créditos	(a)	48.388	-	(14.626)	33.773
Não circulante		1.883.266	12.164	14.626	1.910.046
Realizável a longo prazo		461.413	663	19.521	481.497
Créditos, valores e bens realizáveis		461.413	663	19.521	481.497
Recuperação das perdas de receita de energia livre	(a)	-	-	15.960	15.960
Tributos diferidos e a compensar	(b)	388.358	963	-	389.321
Outros créditos	(a)	2.569	-	3.561	6.130
Imobilizado	(c)	1.376.660	11.591	-	1.388.251
Diferido	(a)	4.896	-	(4.896)	-
Total do Ativo		2.669.993	12.164	-	2.682.147
Passivo					
Circulante		724.306	2.966	(7.872)	719.390
Arrendamento mercantil	(c)	-	2.966	-	2.966
Obrigações do programa de eficiência energética	(d)	44.712	-	(7.872)	36.840
Não circulante		862.180	10.290	7.872	880.362
Exigível a longo prazo		862.180	10.290	7.872	880.362
Arrendamento mercantil	(c)	-	10.290	-	10.290
Obrigações do programa de eficiência energética	(d)	-	-	7.872	7.872
Patrimônio líquido		1.083.497	(1.092)	-	1.082.405
Prejuízos acumulados	(b) (c)	-	(1.092)	-	(1.092)
Total do Passivo		2.669.983	12.164	-	2.682.147

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Demonstração do Resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 (em milhares de reais)

Ajustes referente a Lei nº 11.638/07 e outras reclassificações

	Notas	31/12/2007 Publicado	Ajustes da Lei 11.638/07	31/12/2007 Ajustado
Custo da operação		(338.245)	1.195	(337.050)
Depreciação e outras amortizações	(c)	(112.051)	(1.800)	(113.851)
Outras despesas operacionais	(c)	(22.039)	2.995	(19.044)
Lucro operacional bruto		847.057	1.195	848.252
Despesas operacionais		(133.971)	(12.285)	(146.256)
Outras despesas operacionais líquidas	(e)	(49.039)	(12.285)	(61.324)
Resultado do serviço		713.086	(11.090)	701.996
Resultado financeiro		(146.231)	(1.277)	(147.508)
Despesas financeiras	(c)	(151.583)	(1.277)	(152.860)
Resultado operacional		566.855	(12.367)	554.488
Resultado não operacional	(e)	(12.285)	12.285	-
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda		554.570	(82)	554.488
Imposto de renda diferido	(b)	(34.557)	21	(34.536)
Contribuição social diferida	(b)	(10.758)	7	(10.751)
Lucro líquido do exercício		466.911	(64)	466.857

Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 (em milhares de reais) Ajustes referente a Lei nº 11.638/07 e outras reclassificações

	Notas	31/12/2007 Publicado	Ajustes da Lei 11.638/07	31/12/2007 Ajustado
Atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	(c)	466.911	(64)	466.857
Despesas (receitas) que não afetam o caixa		295.879	7.255	303.134
Juros e variações monetárias	(c)	155.015	4.919	159.934
Depreciação e outras amortizações	(c)	112.051	1.800	113.851
Amortização e constituição de tributos diferidos	(b)	45.315	536	45.851
Variações no ativo		351.298	(563)	350.735
Tributos a compensar	(b)	(14.829)	(563)	(15.392)
Total das atividades operacionais		1.060.028	8.638	1.068.664
Atividades de financiamento		(1.137.229)	(6.638)	(1.143.867)
Amortização de arrendamento mercantil (principal e juros)	(c)	-	(6.638)	(6.638)
Total dos efeitos no caixa		(326.261)	-	(326.261)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Demonstração do valor adicionado
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007
(em milhares de reais)
Ajustes referente a Lei nº 11.638/07 e outras reclassificações

	Notas	31/12/2007		31/12/2007
		Publicado	Ajustes da Lei 11.638/07	Ajustado
Insumos adquiridos de terceiros		(1.407.674)	2.995	(1.404.679)
Outros custos operacionais	(c)	(82.247)	2.995	(79.252)
Valor adicionado bruto		2.170.037	2.995	2.173.032
Depreciação, amortização do ágio e outras amortizações	(c)	(119.399)	(1.800)	(121.199)
Valor adicionado líquido		2.050.638	1.195	2.051.833
Valor adicionado a distribuir		2.180.333	1.195	2.181.528
Distribuição do valor adicionado		2.180.333	1.195	2.181.528
Impostos, taxas e contribuições	(b)	1.075.131	(28)	1.075.103
Federais		415.169	(28)	415.141
Despesas financeiras	(c)	188.374	1.277	189.651
Lucros retidos	(c)	23.345	(54)	23.291

- (a) Com o fim de proporcionar melhor comparabilidade, nos saldos de 31 de dezembro de 2007, a Sociedade efetuou a reclassificação do montante de R\$ 15.960 da rubrica "Outros créditos" no ativo circulante para "RTE – Recuperação das perdas de receita e energia livre" no ativo não circulante e do montante de R\$ 4.896 referente às despesas com a 2ª emissão de Debêntures da rubrica "Diferido" para despesas antecipadas na rubrica de "Outros créditos" (R\$ 1.335 circulante e R\$ 3.561 não circulante).
- (b) Para os ajustes relacionados às mudanças de prática contábil devido à alteração na legislação societária, foram constituídas provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, pois, segundo o Regime Tributário de Transição instituído pela Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008, esses ajustes não serão base para tributação.
- (c) Registro no ativo imobilizado dos valores decorrentes de operações que transferiram à Sociedade os benefícios, riscos e controle dos bens. No caso da Elektro, foram registrados os contratos caracterizados como arrendamento mercantil financeiro (vide nota 21), de acordo com o Pronunciamento CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil aprovado pela CVM através da Deliberação CVM nº 554/08.
- (d) Conforme manifestação da ANEEL por meio do Ofício nº 127, de 16 de janeiro de 2009, a Sociedade efetuou, em 31 de dezembro de 2008, a abertura da rubrica "Obrigações do programa de eficiência energética" entre passivo circulante e não circulante. Para efeito de comparabilidade, os saldos de 31 de dezembro de 2007 também foram reclassificados.
- (e) Eliminação da rubrica de "Resultado não operacional" na demonstração de resultados, cujos efeitos passam a ser apresentados na rubrica "Outras despesas operacionais líquidas", conforme determinado pela Medida Provisória nº 449/2008.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária

DATA-BASE - 31/12/2008

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Outras mudanças relevantes na legislação societária e regulamentação da CVM e do CPC e seus impactos para a Sociedade são:

- Criação do subgrupo Intangível no ativo. A Elektro já faz essa abertura no Balanço Patrimonial desde 2006, conforme instrução da Deliberação CVM nº 488/05;
- Criação da conta Ajustes de Avaliação Patrimonial no patrimônio líquido, para permitir, por exemplo, o registro de determinadas avaliações de ativos a preços de mercado, principalmente instrumentos financeiros. Sem impacto nesse momento, pois não houve qualquer ajuste que tivesse contrapartida nessa conta;
- Obrigatoriedade de analisar, periodicamente, a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, investimentos e intangível. A Sociedade efetuou a análise dos seus ativos de acordo com o Pronunciamento CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos aprovado pela Deliberação CVM nº 527/07, e verificou, primeiramente, que não há qualquer indicador de desvalorização de seus ativos e, posteriormente, com base no fluxo de caixa descontado, verificou que os ativos são realizáveis em prazos satisfatórios;
- Introdução do conceito de ajuste a valor presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo. Sem impacto nesse momento, pois a Sociedade avaliou seus ativos e passivos e verificou que qualquer ajuste dessa natureza seria irrelevante.

As demais alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08, bem como dos pronunciamentos do CPC editados durante 2008, não constantes da relação acima, não produzem efeito para a Sociedade à luz da regulamentação em vigor ou já são atendidas pela mesma como, por exemplo, a apresentação do fluxo de caixa e da demonstração do valor adicionado, dentre outras.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Práticas contábeis específicas

a. Custos indiretos de obras em andamento

São apropriados mensalmente às imobilizações em curso mediante rateio das despesas administrativas.

b. Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A - CVA

Em conformidade com a legislação em vigor e regulamentação emitida pela ANEEL através de diversas Resoluções, a Sociedade reconhece no ativo ou no passivo, os efeitos econômicos e financeiros das variações dos valores referentes a Parcela A (custos não controláveis) não cobertos pela tarifa faturada, conforme previsto no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica (vide nota 12).

3.2. Práticas contábeis gerais

a. Disponibilidades

O saldo inclui aplicações financeiras registradas ao custo e acrescidas de rendimentos auferidos até a data do balanço, e não excedem o seu valor de mercado.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b. Consumidores

As contas a receber incluem os valores referentes ao fornecimento de energia elétrica faturados e não faturados, contabilizados pelo regime de competência.

c. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em conformidade com o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas com recebíveis.

d. Operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

As operações de compra e venda de energia elétrica realizadas na CCEE e os Encargos de Serviços de Sistema (ESS), são contabilizados de acordo com a competência, com base em estimativas elaboradas pela Administração da Sociedade e posteriormente ajustadas com base em relatórios disponibilizados pela CCEE.

e. Almoxarifado

Os materiais em almoxarifado são avaliados pelo custo médio de aquisição para os itens novos, e os itens reutilizados são acrescidos dos gastos de manutenção e aferição, e não excedem o seu valor de realização ou reposição. Os materiais destinados à aplicação em obras são classificados no ativo imobilizado e os destinados para manutenção são classificados no ativo circulante.

f. Investimentos

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição e referem-se, basicamente, a terrenos para uso futuro e que foram cedidos em comodato (vide nota 16).

g. Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou construção, acrescido de encargos financeiros decorrentes de empréstimos e financiamentos vinculados ao período de sua formação e deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, estando as taxas em conformidade com o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e Resolução Normativa da ANEEL nº 240, de 5 de dezembro de 2006.

Bens adquiridos através de operações de arrendamento mercantil financeiro são registrados pelo respectivo valor à vista ou ajustados a valor presente.

A parcela do ágio referente a mais valia do imobilizado é amortizada em 20 anos (vide nota 15), e refere-se à incorporação da controladora Terraço Participações Ltda.

As obrigações especiais, demonstradas como redutoras do ativo imobilizado, são registradas pelo valor recebido de consumidores e União, e de acordo com a regulamentação da ANEEL, são amortizadas pela taxa média do ativo imobilizado em serviço.

h. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência e segundo a legislação em vigor, às alíquotas básicas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os efeitos do imposto de renda e da contribuição social diferidos relacionados a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias estão registrados nas Demonstrações

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2009

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Financeiras com base nas disposições da Deliberação CVM nº 273/98 e da Instrução CVM nº 371/02 (vide notas 15 e 37).

i. Pis e Cofins

Conforme a Interpretação Técnica do IBRACON nº 1, de 22 de junho de 2004, a Sociedade apresenta os créditos de Pis e Cofins não cumulativos, sobre custos e despesas operacionais, como redutores destes grupos de contas nas Demonstrações Financeiras.

j. Estimativas contábeis

A Sociedade determina e registra determinados ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativas contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas pode resultar em valores diferentes dos estimados. Para reduzir eventuais ajustes a estas estimativas, as premissas de avaliação das mesmas são periodicamente revisadas.

k. Saldos e transações em moeda estrangeira ou sujeitos à atualização monetária

Estão atualizados com base na cotação da respectiva moeda nas datas de encerramento do balanço ou com base nos índices previstos contratualmente.

l. Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas.

m. Plano de pensão

A Sociedade contabiliza o ajuste do compromisso atuarial referente ao Fundo de Pensão dos Empregados de acordo com o Pronunciamento IBRACON, Normas e Procedimentos de Contabilidade (NPC) nº 26 que trata da Contabilização de benefícios a empregados, aprovado através da Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000 (vide nota 39).

n. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

o. Lucro líquido do exercício por ação

É calculado com base no número de ações em circulação na data do balanço.

p. Fluxo de caixa

A Sociedade elabora seu fluxo de caixa em atendimento ao Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e de acordo com o Pronunciamento CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa aprovado pela Deliberação CVM nº 547/08.

q. Demonstração do valor adicionado

É elaborada de acordo com o Pronunciamento CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM nº 557/08, e em atendimento ao Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, e tem por finalidade apresentar o resultado do exercício do ponto de vista de geração e distribuição de valor pela Sociedade.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4. REVISÃO TARIFÁRIA

4.1. Revisão tarifária periódica

Conforme previsto no contrato de concessão da Elektro, a revisão tarifária periódica ocorre a cada quatro anos. Esta tem a finalidade de reavaliar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão e repassar para os consumidores os ganhos de produtividade da concessionária, esperados pelo regulador, até a próxima revisão tarifária. No caso da Elektro, a primeira revisão tarifária periódica ocorreu em 27 de agosto de 2003 e a segunda em 27 de agosto de 2007.

A ANEEL divulgou por meio da Resolução Homologatória nº 535, de 21 de agosto de 2007, o resultado provisório da segunda revisão tarifária da Sociedade, a vigorar a partir de 27 de agosto de 2007, que implicou em uma redução média das tarifas de 18,59%.

Os principais fatores que influenciaram a redução de tarifas foram:

1. Redução da taxa de retorno, expressa pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), de 11,26% para 9,95% ao ano, conforme Resolução ANEEL nº. 246, de 21 de dezembro de 2006;
2. Término do período da amortização do reposicionamento tarifário (vide nota 14) referente à primeira revisão tarifária da Elektro, ocorrida em agosto de 2003, quando o enquadramento de 28,69% foi parcelado. Em 2003 as tarifas foram reposicionadas em 20,25% e a diferença de 8,44% foi diferida para os reajustes tarifários entre 2004 e 2007, corrigidos pela taxa de juros Selic;
3. Exclusão das obrigações especiais da Base de Remuneração Bruta para fins de cálculo da quota de reintegração;
4. Repasse de ganhos de produtividade e eficiência da Elektro para seus consumidores; e
5. Redução dos valores da Conta de Consumo de Combustível (CCC), regulada pela ANEEL.

A provisoriedade da revisão tarifária homologada em 2007 foi motivada pela não conclusão da Audiência Pública 008/2006, que discute modificações na Resolução 234/2006 da ANEEL, que tratava da metodologia de cálculo para o segundo ciclo tarifário. Neste contexto, ficaram provisórios os resultados dos Custos Operacionais Eficientes e suas implicações no cálculo do Fator X. Em 2008 a ANEEL alterou apenas o valor destinado à cobertura dos custos com a gestão de inadimplência, que foi elevada de 0,5% para 0,6% do faturamento bruto.

O Recurso Administrativo protocolado pela Elektro junto à ANEEL em 10 de setembro de 2007, que solicitava, principalmente, a inclusão de ativos na Base de Remuneração Regulatória que não foram considerados pelo regulador e a revisão dos cálculos de custos adicionais e componentes menores em 27 de agosto de 2008, foi atendido parcialmente. Para compensar o ciclo anterior, a ANEEL incluiu na tarifa da Elektro para o ciclo atual um componente financeiro de R\$ 15.507 que está registrado na conta de outros créditos no ativo circulante, e está sendo amortizado nos faturamentos até agosto de 2009.

A formalização dessas alterações se deu por meio da Resolução Homologatória nº 700, de 26 de agosto de 2008.

Os resultados da revisão tarifária divulgados até o momento permanecem provisórios, da mesma forma que para a maioria das distribuidoras de energia elétrica no país. No caso da Elektro, os custos operacionais eficientes (também denominados como "Empresa de Referência") estão em processo de revisão por parte da ANEEL, e podem ser revisitados no reajuste tarifário da Elektro de 2009.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária

DATA-BASE - 31/12/2008

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4.2. Reajuste tarifário

Os reajustes tarifários, que ocorrem anualmente entre as revisões tarifárias, têm o objetivo de propiciar à concessionária o equilíbrio econômico-financeiro de sua concessão e a garantia de que a mesma não sofrerá perdas pela exposição ao processo inflacionário. Adicionalmente, permite a apropriação pelos consumidores de parte dos ganhos de produtividade esperados pela ANEEL quando das revisões tarifárias. Para a Elektro, este reajuste ocorre anualmente no dia 27 de agosto, conforme previsto no Contrato de Concessão.

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 701, de 26 de agosto de 2008, homologou o reajuste contratual anual da Elektro. O índice médio de reajuste tarifário foi de 11,63%, válido a partir de 27 de agosto de 2008. O efeito a ser percebido pelos consumidores é de 10,91%, devido à retirada de componentes financeiros referentes ao reajuste de agosto de 2007.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras apresentam o seguinte perfil de vencimentos:

Ano Vencimento	31/12/2008	31/12/2007
2008	-	523
2009	47.436	128.584
2010	154.225	2.406
Total	<u>201.661</u>	<u>131.513</u>

Em 31 de dezembro de 2008, as aplicações estavam atreladas a instrumentos de renda fixa (pós-fixado), incluindo Certificados de Depósito Bancário (CDBs), fundos de investimento e outros instrumentos, indexados à variação média de 101,12% das taxas diárias dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI). Essas aplicações financeiras apresentam liquidez diária, podendo ser resgatadas a qualquer momento, sem perdas para a Sociedade, independentemente do ano de vencimento dos títulos, motivo pelo qual são classificadas no ativo circulante.

A Elektro tem uma política de aplicação financeira bastante restritiva e conservadora, a qual não permite investimento em derivativos ou títulos com alto risco de crédito, seja público ou privado. Além disso, a Elektro é bastante seletiva na escolha das instituições financeiras com que realiza operações, tendo em sua carteira somente aplicações em bancos de primeira linha, com classificação de risco mínimo para aplicação equivalente a AA-, emitida por uma das empresas de classificação de riscos (*rating*) internacional.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

6. CONTAS A RECEBER - CONSUMIDORES, PARCELAMENTOS DE DÉBITOS E SUPRIDORES

	31/12/2008				31/12/2007			
	A Vencer	Vencidos		Total	A Vencer	Vencidos		Total
		até 90 dias	(+) 90 dias			até 90 dias	(+) 90 dias	
Fornecimento	131.965	83.135	18.330	233.430	110.835	79.058	30.398	220.391
Residencial	64.473	54.034	3.834	122.341	52.809	48.834	3.648	105.291
Industrial	19.857	10.350	9.599	39.806	16.914	10.167	15.687	42.768
Comercial	18.761	12.238	1.773	32.772	18.232	12.095	2.008	30.335
Rural	6.386	3.780	281	10.447	5.564	3.747	320	9.631
Poder público	7.999	890	59	8.948	6.823	1.258	1.376	9.457
Iluminação pública	8.294	721	2.760	11.775	6.806	1.880	6.790	15.476
Serviço público	6.195	1.122	24	7.341	5.787	1.077	569	7.433
Outras contas a receber	298.966	3.903	4.198	307.067	278.580	2.779	7.815	289.174
Parcelamentos débitos	51.647	3.903	4.198	59.748	52.162	2.779	7.815	62.756
Receita não faturada	205.438	-	-	205.438	173.446	-	-	173.446
Supridores	31.027	-	-	31.027	39.378	-	-	39.378
Outros	10.854	-	-	10.854	13.594	-	-	13.594
Total	430.931	87.038	22.628	540.497	389.515	81.837	38.213	509.565
Circulante	389.650	87.038	22.528	499.216	347.541	81.837	38.213	467.591
Não circulante	41.281	-	-	41.281	41.974	-	-	41.974

Em 31 de dezembro de 2008, do montante de R\$ 31.027 classificados como Supridores, R\$ 20.057, registrado no longo prazo referem-se a transações no âmbito da CCEE no período do racionamento de energia elétrica e contemplam: (i) R\$ 16.048 referente a liminares interpostas junto à CCEE por agentes do setor e (ii) R\$ 4.009 referente a acordos bilaterais em negociação. A Sociedade não espera incorrer em perdas com a realização desses valores.

7. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A provisão para créditos de liquidação duvidosa apresenta a seguinte composição por classe:

	31/12/2008	31/12/2007
Residencial	5.678	4.929
Industrial	7.200	8.353
Comercial	2.248	2.197
Rural	607	400
Poder público (federal, estadual e municipal)	1.044	788
Iluminação pública	4.742	7.320
Parcelamentos de prefeituras	17.049	19.398
Parcelamento privado	5.088	873
Total	43.656	44.258

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está em conformidade com o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica. A Administração da Sociedade considera a provisão suficiente para cobertura de prováveis perdas com recebíveis.

A redução no saldo de Iluminação pública deve-se a negociação de débitos com Autarquias e Prefeituras Municipais.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária

DATA-BASE - 31/12/2008

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A redução na conta de parcelamentos de prefeituras deve-se à baixa efetiva para incobráveis dos títulos com baixa probabilidade de recebimento.

O aumento do saldo de parcelamento privado deve-se ao maior provisionamento de clientes da classe industrial, em condições de insolvência financeira.

8. CAUÇÃO DE FUNDOS E DEPÓSITOS VINCULADOS

	31/12/2008		31/12/2007	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Dividas:				
Eletrobrás (Luz para Todos) (i)	232	-	11.279	-
BNDES (Finem) (ii)	-	-	14.969	-
Debêntures (iii)	4.824	-	8.081	-
Garantia - Leilão Compra de Energia Elétrica	9.090	11.711	8.781	10.722
Outros	1.591	-	926	-
Total	15.737	11.711	44.036	10.722

A constituição da caução de fundos decorre de cláusulas contratuais das seguintes obrigações da Sociedade:

(i) Eletrobrás – Montante do contrato de financiamento relativo ao Programa Luz para Todos. O valor será liberado para a Elektro após comprovações dos investimentos efetuados pela Sociedade. A redução refere-se a comprovações efetuadas no período.

(ii) BNDES (Finem) – Montante acumulado para assegurar o pagamento da maior prestação mensal do financiamento.

(iii) Debêntures – Montante acumulado, em bases mensais, para cobrir o valor do próximo pagamento de juros vencidos.

9. RTE – RECUPERAÇÃO DAS PERDAS DE RECEITA E ENERGIA LIVRE

Acordo Geral do Setor Elétrico

Em dezembro de 2001, foi concluído o Acordo Geral do Setor Elétrico, que instituiu o reajuste tarifário extraordinário denominado Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE), como mecanismo para recomposição das perdas de receita de distribuidores e geradores de energia elétrica decorrentes do Programa de Racionamento de Energia Elétrica, ocorrida entre 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002.

Conforme o prazo estabelecido pela ANEEL, em novembro de 2006, encerraram-se os faturamentos de RTE, os quais compreendiam valores destinados à amortização da recuperação da perda de receita dos distribuidores e da energia livre a ser repassada aos geradores.

Existem, entretanto, valores pendentes de faturamento para consumidores de alguns municípios da região de Presidente Prudente, em função de liminar obtida em ação judicial contra referida recomposição tarifária movida por consumidores daquela região. Em 29 de fevereiro de 2008, essa liminar foi cassada, permitindo a cobrança pela Elektro dos valores da RTE naqueles municípios.

Tendo em vista que essa liminar vigorava desde abril de 2002, e a cobrança da RTE no restante da área de concessão já havia cessado em novembro de 2006, a ANEEL decidiu pela

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

DATA-BASE - 31/12/2008

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

cobrança do período restante, aplicando para a Elektro os adicionais tarifários previstos na Lei n.º 10.438/02 naqueles 26 municípios, a partir do reajuste tarifário de agosto de 2008. Em decorrência desta regulamentação, em que prevê o recebimento dos respectivos montantes envolvidos, a Elektro reconheceu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 a correção monetária do ativo em questão e do respectivo passivo de energia livre.

Os valores registrados na conta de RTE – Recuperação das perdas de receita e energia livre estão sendo amortizados nos faturamentos a partir do reajuste tarifário de agosto de 2008. Os valores correspondentes ao passivo de energia livre (R\$ 5.473 no passivo circulante e R\$ 15.484 no passivo não circulante) devido às Geradoras, que compreendem principalmente valores não faturados, serão repassados conforme o faturamento e arrecadação da RTE. Esses valores de ativo e passivo foram recalculados de acordo com o ofício ANEEL n.º 2027/2008 desconsiderando os valores não faturados dos municípios da região de Presidente Prudente.

10. ATIVO E PASSIVO REGULATÓRIO - TRANSMISSORAS

Em 2007, algumas concessionárias de transmissão (transmissoras) tiveram sua revisão tarifária periódica homologada e verificou-se que as mesmas possuem um passivo financeiro com diversos agentes do setor elétrico devido à redução de suas tarifas. Os credores de tais valores são concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição (distribuidoras), que tiveram esses valores como custo na Parcela A no período anterior à revisão tarifária dessas transmissoras. Desta forma, através do Ofício Circular n.º 2.409/2007, a ANEEL determinou que as distribuidoras contabilizassem esse saldo no ativo, tendo como contrapartida a receita operacional. O ofício determina ainda que os valores serão deduzidos financeiramente dos valores a serem pagos às referidas transmissoras, a título de CUST (Custo do Uso do Sistema de Transmissão). Assim, o ativo das distribuidoras será liquidado em vinte e quatro meses, sendo cinquenta por cento no ciclo 2007-2008 e o restante até agosto de 2009.

Adicionalmente, a ANEEL considerou que o ativo financeiro registrado pelas distribuidoras foi contemplado na Parcela A da tarifa cobrada dos consumidores e, portanto, está sujeito a devolução aos mesmos. Assim sendo, as distribuidoras registraram um passivo financeiro com o consumidor, tendo como contrapartida o custo da operação, o qual está sendo deduzido desde o último reajuste tarifário e termina em agosto de 2009.

A Elektro registrou tanto no ativo quanto no passivo o valor original de R\$ 21.577. Esse valor já foi contemplado na última revisão tarifária e, portanto, o repasse já está sendo efetuado aos consumidores, assim como a redução dos valores pagos de CUST. Em 31 de dezembro de 2008 os valores registrados no ativo e passivo circulante são de R\$ 6.293. Estes valores não estão sujeitos a atualização monetária.

11. TARIFA DO USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO PARA UNIDADES GERADORAS - TUSD-G

A Resolução Normativa ANEEL n.º 67, de 8 de junho de 2004, determinou a cobrança da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) das geradoras despachadas centralizadamente pelo ONS que estavam conectadas às linhas de transmissão, barramentos, transformadores de potência e equipamentos de subestação, em tensão inferior a 230 kV, dentro da área de concessão da Elektro. Em 26 de junho de 2007 foi publicada a Resolução Homologatória ANEEL n.º 497 com o objetivo de definir as tarifas a serem cobradas das usinas geradoras

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

conectadas ao sistema de 138 kV. Estas resoluções abrangem 5 usinas conectadas à rede de distribuição da Elektro: UHE Nova Avanhandava, de propriedade da AES Tietê; UHE Jupia e UHE Paraibuna, de propriedade da CESP; UHE Rosana, de propriedade da Duke Energy; e UTE Três Lagoas, de propriedade da Petrobrás.

Essas resoluções determinam que a Elektro cobre esses valores dos geradores e pague à companhia transmissora, Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP), os Encargos de Conexão e Contratos de Uso dos Sistemas de Transmissão (CUST), de forma que não seja onerada em seu resultado. Alguns geradores ajuizaram ações e obtiveram decisões liminares favoráveis ao não pagamento desses valores. Nestes casos, a ANEEL incluiu parcialmente a previsão de pagamento dos encargos na tarifa dos consumidores finais. A Elektro ajuizou ação com pedido de liminar para o não pagamento à CTEEP dos Encargos de Conexão e CUST para os casos em que não houve previsão tarifária, visando preservar o seu equilíbrio econômico-financeiro, em função do não recebimento das geradoras, nem dos consumidores. Foi concedido o pedido de liminar e determinado depósito em juízo do montante de R\$ 4.454, equivalente à parcela vencida no início de setembro de 2008, e a emissão de carta de fiança como garantia para os pagamentos a serem efetivados até o próximo reajuste tarifário (R\$ 10.635 até 31 de dezembro de 2008).

No caso da UTE Três Lagoas, os contratos foram assinados de acordo com a Resolução 67, e desde julho de 2004 essa geradora vem sendo faturada pela Elektro. A Resolução 497 determinou nova tarifa TUSD-G inferior à praticada no contrato com a Petrobrás, resultando na obrigação de devolução pela Elektro das diferenças decorrentes do faturamento a maior no período. Estes valores foram incluídos nas tarifas da Elektro como componente financeiro para amortização em 24 meses a partir de agosto de 2007.

Em função do descrito acima, em 31 de dezembro de 2008 os saldos no balanço patrimonial referentes a TUSD-G são:

Ativo	31/12/2008		
	Principal	Amortização	Saldo
Ativo Circulante	28.599	(14.877)	13.722
Petrobrás - Três Lagoas - ref. jul/04 a jun/07 (a)	15.613	(10.086)	5.527
AES - Nova Avanhandava - ref. jun/07 a mai/08 (b)	12.986	(4.791)	8.195
Ativo Não Circulante	31.713	-	31.713
AES - Nova Avanhandava - ref. jul/04 a mai/07 (c)	25.139	-	25.139
CESP - Jupia/Paraibuna - ref. jul/08 a set/08 (c)	6.574	-	6.574
Total a receber - TUSD-G	60.312	(14.877)	45.435

Passivo	31/12/2008		
	Principal	Amortização	Saldo
Passivo Circulante	29.716	(16.877)	12.839
Petrobrás - Três Lagoas - ref. jul/04 a jun/07 (a)	16.730	(10.384)	6.346
AES - Nova Avanhandava - ref. jun/07 a mai/08 (b)	12.986	(6.493)	6.493
Passivo Não Circulante	31.713	-	31.713
AES - Nova Avanhandava - ref. jul/04 a mai/07 (c)	25.139	-	25.139
CESP - Jupia/Paraibuna - ref. jul/08 a dez/08 (c)	6.574	-	6.574
Total a pagar - TUSD-G	61.429	(16.877)	44.552

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

DATA-BASE - 31/12/2008

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (a) O saldo de R\$ 5.527 refere-se ao valor que a Elektro receberá dos consumidores nos faturamentos até agosto de 2009. O saldo registrado no passivo circulante de R\$ 6.346, refere-se ao valor a ser pago para a Petrobrás conforme contrato assinado em 8 de outubro de 2008.
- (b) O saldo de R\$ 8.195, refere-se ao valor que a Elektro receberá dos consumidores nos faturamentos até agosto de 2009. O saldo do passivo circulante de R\$ 6.493 está sendo pago de acordo com os vencimentos das faturas da CTEEP referentes aos períodos de julho de 2008 a junho de 2009.
- (c) Os geradores obtiveram liminares para o não pagamento destes valores para a Elektro, e a Elektro tem liminar favorável ao não pagamento para a CTEEP.

Em 13 de janeiro de 2009, foi alcançado um acordo entre as geradoras AES-Tietê e CESP, as distribuidoras Elektro, CPFL, CPEE e Bandeirante e a transmissora CTEEP, no qual estas empresas geradoras concordaram em celebrar os Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) com as distribuidoras, para regularizar o pagamento pelo uso do sistema, e ajustar o pagamento dos débitos referentes ao período de julho de 2004 a dezembro de 2008, em 36 parcelas corrigidas pela taxa Selic.

Apenas a geradora Duke Paranapanema, proprietária da usina de Rosana, na área de concessão da Elektro, decidiu não aderir ao acordo, permanecendo pendente a regularização do seu uso do sistema e do pagamento de seu passivo.

Assim, a Elektro celebrou o CUSD com a AES-Tietê, referente à usina de Nova Avanhandava e Termo de Assunção de Dívida e Compromisso de Pagamento e outras Avenças, em que a AES-Tietê reconhece a dívida de R\$ 49.372 (valor corrigido até 31 de dezembro de 2008) e se compromete a pagá-la em 36 parcelas mensais corrigidas pela Selic. Com a CESP também foi celebrado o CUSD referente às usinas de Jupia e Paraibuna, em que a CESP reconhece a dívida de R\$ 44.009 (valor corrigido até 31 de dezembro de 2008) e se compromete a pagá-la nas mesmas bases da AES-Tietê.

Por outro lado a Elektro celebrou com a CTEEP um Termo de Confissão de Dívida e Acordo de Pagamento em que ajusta o pagamento à CTEEP de R\$ 41.875 (valor corrigido até 31 de dezembro de 2008) em 36 parcelas mensais corrigidas pela Selic.

Em vista do acordo, a Elektro peticionou à justiça, com a anuência das demais partes envolvidas no acordo, a desistência da ação judicial ajuizada por perda decorrente do não recebimento dos valores acima mencionados.

Adicionalmente, os valores contemplados no acordo que já foram ou serão recebidos dos consumidores via tarifa, serão registrados em 2009 como passivo regulatório e posteriormente devolvidos aos consumidores também via tarifa, assim que os mesmos forem homologados pela ANEEL.

12. CONTA DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÃO DE ITENS DA PARCELA A – CVA

O mecanismo de compensação das variações ocorridas nos custos não gerenciáveis, incorridos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica, está previsto e se encontra em conformidade com a legislação aplicável. Essas variações são apuradas através da diferença entre os gastos não gerenciáveis efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da apuração da tarifa nos reajustes tarifários anuais.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária

DATA-BASE - 31/12/2008

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	31/12/2008			31/12/2007		
	CVA 07/08 (i)	CVA 08/09 (iii)	Total	CVA 08/07 (i)	CVA 07/08 (ii)	Total
Energia comprada	(27.339)	41.845	14.506	17.160	868	18.028
Transporte de energia - Itaipu	-	-	-	(330)	(45)	(375)
Encargos do serviço do sistema - ESS	24.780	18.309	44.089	368	(587)	(619)
PROINFA	6.465	-	6.465	6.268	613	6.881
Uso da rede básica	(1.671)	11.289	9.618	209	3.530	3.739
Outros	-	-	-	(577)	-	(577)
Subtotal diferido de energia comprada	2.245	72.443	74.688	23.098	3.979	27.077
Conta de consumo de combustível - CCC	5.075	24.131	29.206	(43.898)	2.860	(41.038)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	1.679	174	1.853	6.638	1.086	7.723
Total das variações dos itens da CVA	8.989	96.748	105.747	(14.162)	7.924	(6.238)
Total da conexão pela Selic	2.293	2.382	4.675	(499)	310	(189)
Total do valor principal corrigido	11.282	99.130	110.422	(14.661)	8.234	(6.427)
Amortização da CVA	(3.436)	-	(3.436)	3.368	-	3.368
Total	7.856	99.130	106.986	(11.293)	8.234	(3.059)
Ativo circulante	7.856	-	7.856	-	-	-
Ativo não circulante	-	99.130	99.130	-	8.234	8.234
Passivo circulante	-	-	-	(11.293)	-	(11.293)

(i) Compreende os diferimentos efetuados no período de agosto de 2006 a julho de 2007

(ii) Compreende os diferimentos efetuados no período de agosto de 2007 a julho de 2008

(iii) Compreende os diferimentos efetuados no período de agosto de 2008 a dezembro de 2008 (ciclo atual)

Por meio da Resolução Homologatória nº 701, de 26 de agosto de 2008, a ANEEL homologou os valores de CVA que compreendem o período de agosto de 2007 a julho de 2008. Os valores homologados passaram a ser amortizados a partir de 27 de agosto de 2008 e o seu saldo está sendo atualizado pela taxa Selic.

A CVA referente ao período de agosto a dezembro de 2008 (ciclo atual) foi apurada e contabilizada pela Sociedade conforme legislação em vigor, e deverá ser fiscalizada por auditoria independente, conforme determinação do Despacho ANEEL nº 2.082, de 29 de maio de 2008 e homologada pela ANEEL no próximo reajuste tarifário em agosto de 2009. A amortização desses valores deverá ocorrer a partir do momento de sua incorporação nas tarifas de fornecimento pela ANEEL que deverá ocorrer em 27 de agosto de 2009.

O crescimento do Encargo de Serviços do Sistema (ESS) foi causado pela operação de usinas termelétricas acionadas desde o final de 2007, em razão da ultrapassagem da Curva de Aversão a Risco (CAR), e por determinação do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE).

O crescimento da CVA referente à Energia Comprada justifica-se, principalmente pela variação cambial das faturas referentes a Itaipu, impactadas pelo aumento da cotação do dólar americano a partir do segundo semestre de 2008, e também pelo alto custo da energia gerada pelas Usinas Termelétricas acionadas a partir de janeiro de 2008.

Com referência aos dispêndios com combustíveis para geração de energia elétrica, para crédito na Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis dos Sistemas Isolados - CCC-ISOL, a variação deve-se ao aumento das despesas com consumo de combustíveis para geração de energia nos sistemas isolados. Em função destes aumentos, a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 751 de 16 de dezembro de 2008, alterou os valores das quotas anuais referentes ao período de janeiro a dezembro de 2008.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFF - Demonstrações Financeiras Padronizadas

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

DATA-BASE - 31/12/2008

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**Repasse de custos de compra de energia**

Em 18 de março de 2008, a Diretoria Colegiada da ANEEL aprovou as regras para repasse às tarifas de fornecimento de energia elétrica, referentes aos custos de compra de energia elétrica pelas concessionárias de distribuição em até 103% de seu mercado.

Após aprovada a metodologia definitiva de cálculo do excedente até 103%, a ANEEL revisitou os cálculos homologados em períodos anteriores e verificou que havia algumas diferenças de critérios que precisavam ser ajustadas. Essas diferenças foram ajustadas no reajuste tarifário de agosto de 2008, e a Elektro registrou componente financeiro negativo no valor de R\$ 12.335 na conta de outros créditos, no ativo circulante.

Na nova regra, detalhada na Nota Técnica nº 085/2008-SEM/SRE/ANEEL, foram contemplados os critérios para repasse às tarifas dos custos de compra de energia no mercado de curto prazo da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), em decorrência das quantidades declaradas para compra nos leilões de energia elétrica, porém não adquiridas pelas distribuidoras, devido à insuficiência ou não realização dos leilões. Estão previstos, também, o repasse às tarifas referente às reduções nas cotas do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA) e a revisão das cotas de energia proveniente de Itaipu. A Elektro contabiliza a CVA sobre as quantidades frustradas desde o início de 2008 na conta de energia comprada.

13. RECOMPOSIÇÃO DE PIS E COFINS

A partir de agosto de 2005, por meio da Resolução Homologatória nº 185, de 22 de agosto de 2005, a Sociedade passou a cobrar as diferenças de alíquotas do PIS e COFINS diretamente na fatura do consumidor, contabilizando-as no ativo circulante. Em 31 de dezembro de 2008, o saldo relativo às referidas diferenças de alíquotas apresentou-se credor no montante de R\$ 328 (saldo devedor de R\$ 1.835 em 31 de dezembro de 2007). O direito à recomposição tarifária pelo aumento da carga tributária é assegurado pelo Contrato de Concessão e pela legislação aplicável.

De acordo com o entendimento expresso na Nota Técnica nº 554/2006-SFF/ANEEL, a ANEEL efetuou a apuração definitiva dos efeitos da majoração das alíquotas de PIS e COFINS referentes a períodos anteriores. A diferença que ainda havia na Elektro a ser compensada também está registrada no ativo circulante, no valor de R\$ 2.596 (R\$ 4.366 no ativo circulante e R\$ 3.263 no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2007), e foi homologada pela ANEEL no reajuste tarifário de agosto de 2008 e será amortizada nos faturamentos deste ciclo tarifário.

14. REPOSICIONAMENTO TARIFÁRIO

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 216, de 26 de agosto de 2004, revisou, de forma definitiva, o índice de reposicionamento tarifário de agosto de 2003 da Sociedade para 28,69%. Em 27 de agosto de 2003, as tarifas foram reajustadas em 20,25%, sendo que a diferença de 8,44% foi diferida para ser aplicada de forma gradativa nos reajustes tarifários anuais, entre agosto de 2004 e agosto de 2007, quando referido percentual foi plenamente incorporado às tarifas. O valor correspondente ao diferimento do reposicionamento tarifário foi provisionado em contrapartida da receita operacional desde 27 de agosto de 2003, e a amortização ocorreu através dos faturamentos efetuados entre agosto de 2004 e agosto de 2007, conforme critérios definidos pela ANEEL. No exercício findo em 31 de dezembro de 2007, a amortização gerou um impacto (redução) de R\$ 93.353 na receita (vide nota 30).

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

15. TRIBUTOS DIFERIDOS E A COMPENSAR

	31/12/2008	31/12/2007
Tributos a compensar	80.920	82.055
Imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido	10.797	7.995
Impostos e contribuições retidos na fonte	1.648	2.846
ICMS a recuperar	44.254	42.400
PIS e COFINS a recuperar	24.221	28.814
Tributos diferidos	334.409	399.535
IR sobre prejuízos fiscais	72.078	102.804
CSLL sobre base negativa	27.589	38.516
IR sobre diferenças temporárias	52.083	56.930
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.796	10.932
CVA	8.979	3.381
Provisão COFINS - liminar	19.531	18.412
Outras	12.777	24.205
CSLL sobre diferenças temporárias	10.361	12.586
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.886	3.935
CVA	3.233	1.217
Outras	3.242	7.434
Benefício fiscal do ágio incorporado	172.298	188.699
Total	415.329	481.590
Circulante	105.135	92.669
Não circulante	310.194	388.921

Os saldos de ICMS, PIS e COFINS a recuperar referem-se, em grande parte, a créditos na compra de bens do ativo imobilizado, cuja compensação ocorre no máximo em 48 meses.

Os créditos fiscais diferidos, oriundos de diferenças temporárias, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social acumulados, estão em conformidade com a Deliberação CVM nº 273/98 e Instrução CVM nº 371/02, inclusive quanto ao prazo de realização, que não ultrapassa dez anos. O reconhecimento desses créditos tem como base as projeções de resultados tributáveis futuros da Sociedade, as quais foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 2 de março de 2009.

O benefício fiscal do ágio incorporado está registrado conforme determinado pela ANEEL e em consonância com as Instruções nº 319/99 e nº 349/01 da CVM, sendo que os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais encontram-se em contas específicas de ágio incorporado e provisão, com as correspondentes amortização e reversão. A realização desse valor dar-se-á mediante percentuais oficializados em 23 de dezembro de 2003 pela ANEEL através do Ofício nº 2182/2003, definidos com base no prazo da concessão e na expectativa de recuperação indicada pelas projeções de resultado tributáveis apresentadas pela Sociedade ao órgão regulador naquela época.

A expectativa de amortização dos créditos fiscais diferidos e do benefício fiscal do ágio incorporado é como segue:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária

DATA-BASE - 31/12/2008

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Ano	31/12/2008
2009	59.901
2010	60.647
2011	49.375
2012	51.343
2013	14.517
2014 a 2015	34.545
2017 a 2019	25.397
2020 a 2022	17.405
2023 a 2025	14.262
2026 a 2028	7.017
Total	334.408

Os valores efetivos do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido a pagar e a recuperação dos respectivos saldos diferidos decorrem da apuração de resultados tributáveis, da expectativa de realização das diferenças temporárias e outras variáveis. Portanto, a estimativa de realização futura deste ativo não deve ser considerada como um indicativo de projeção de lucros futuros da Sociedade. Adicionalmente, essas projeções estão baseadas em uma série de premissas que podem apresentar variações em relação aos valores reais.

16. INVESTIMENTOS

	31/12/2008	31/12/2007
Terrenos	4.264	4.264
Edificações	70	79
Total	4.334	4.343

Do montante de R\$ 4.264 registrado como terrenos, R\$ 4.240 referem-se a propriedades rurais mantidas pela Sociedade para provável uso futuro. Essas propriedades não estão vinculadas a concessão e estão cedidas em comodato, de forma a garantir a integridade física e econômica dos bens.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

17. IMOBILIZADO

	Taxas Anuais Deprec / Amortiz	31/12/2006			31/12/2007		
		Depreciação e amortização acumulada	Líquido		Depreciação e amortização acumulada	Líquido	
		Custo		Custo			
Imobilizado em serviço		2.921.281	(1.278.794)	1.644.487	2.663.692	(1.184.166)	1.479.527
Distribuição		2.826.720	(1.241.316)	1.585.404	2.596.422	(1.156.345)	1.440.077
Terrenos	-	13.113	-	13.113	12.841	-	12.841
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,0 a 5,0%	49.224	(26.712)	22.512	48.199	(24.862)	23.337
Máquinas e equipamentos	2,0 a 7,7%	2.721.900	(1.190.098)	1.531.802	2.494.886	(1.108.715)	1.386.171
Veículos	20,0%	32.255	(18.702)	13.553	31.439	(17.664)	13.775
Móveis e utensílios	10,0%	10.228	(5.804)	4.424	9.057	(5.104)	3.953
Administração central		94.581	(35.478)	59.083	67.270	(27.821)	39.450
Terrenos	-	223	-	223	223	-	223
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,0 a 5,0%	13.288	(2.238)	11.050	10.259	(1.770)	8.489
Edif. obras civis e benf. - Arrendamento mercantil	2,0 a 5,0%	17.615	(9.010)	8.605	10.855	(7.419)	3.437
Máquinas e equipamentos	2,0 a 7,7%	11.945	(4.299)	7.646	9.111	(3.661)	5.450
Veículos	20,0%	6.418	(5.241)	1.177	8.517	(5.444)	3.073
Veículos - Arrendamento mercantil	20,0%	13.660	(3.161)	10.499	8.147	(640)	7.507
Móveis e utensílios	10,0%	21.221	(10.167)	11.054	19.424	(8.801)	10.623
Móveis e utensílios - Arrendamento mercantil	10,0%	10.191	(1.362)	8.629	734	(86)	646
Atividades não vinculadas à concessão							
Mais-valia do ativo imobilizado	5,0%	146.954	(73.522)	73.432	146.953	(66.174)	80.779
Imobilizado em curso		141.033	-	141.033	151.309	-	151.309
Obras		89.643	-	89.643	98.316	-	98.316
Armoventados		46.972	-	46.972	47.827	-	47.827
Compras em andamento		153	-	153	-	-	-
Materiais em reparo		4.265	-	4.265	5.166	-	5.166
Obrigações especiais		(341.582)	20.518	(321.064)	(329.411)	5.047	(324.364)
Total		2.867.686	(1.329.798)	1.537.888	2.632.543	(1.245.293)	1.387.251
Saldo dos bens totalmente depreciados		251.987		218.162			

17.1. Obrigações Especiais

	31/12/2008			31/12/2007		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Participação da União	(27.208)	1.804	(25.604)	(25.835)	399	(25.436)
Participação do consumidor	(189.922)	13.165	(176.757)	(181.264)	2.781	(178.483)
Doações e subvenções para investimentos	(121.042)	5.561	(115.481)	(119.819)	1.836	(117.983)
Pesquisa e desenvolvimento	(3.410)	188	(3.222)	(2.493)	31	(2.462)
Total	(341.582)	20.518	(321.064)	(329.411)	5.047	(324.364)

As obrigações especiais representam recursos pagos pelos consumidores e pela União à Sociedade para cobertura dos custos de conexão à rede de distribuição de energia.

A Elektro recebe doações e subvenções não vinculadas a qualquer retorno em favor dos repassadores desses recursos, que são destinadas a investimentos no serviço público de distribuição de energia elétrica.

Eventuais compensações das obrigações especiais dependem de determinações do poder concedente, e conforme o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica o saldo dessa conta é apresentado como redutor do ativo imobilizado.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária

DATA-BASE - 31/12/2008

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A amortização é realizada a uma taxa de 4,63% ao ano, conforme definido no Relatório de Fiscalização - RAF da ANEEL nº 234/2006, que é a taxa média de depreciação da conta de máquinas e equipamentos.

17.2. Programa de Universalização (*)

Em cumprimento a Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002, que determina o atendimento de novas ligações e aumento de carga, sem ônus aos clientes com carga inferior a 50 KVA, a Sociedade efetuou a ligação de 99.359 clientes em 2008.

Em 2004, o Governo Federal criou o Programa Luz para Todos com o objetivo de levar energia elétrica para o meio rural, e através desse programa a Sociedade efetuou a ligação de 7.590 clientes em 2008 e tem a meta de ligar 7.300 em 2009.

No quadro abaixo estão demonstrados os valores previstos nos contratos do Programa Luz para Todos, e os valores efetivamente comprovados junto à Eletrobrás e que passaram a integrar o imobilizado em serviço da Sociedade, até a data de 31 de dezembro de 2008.

Contratos de Luz para Todos	1º Tranche B.C.F.S. 044/2004 MS	1º Tranche B.C.F.S. 225/2004 SP	2º Tranche B.C.F.S. 134/2006 MS	2º Tranche B.C.F.S. 135/2006 SP	3º Tranche B.C.F.S. 222/2008 MS	3º Tranche B.C.F.S. 179/2007 SP	4º Tranche B.C.F.S. 231/2008 SP	Convênio 03/12/2004 MS	
Dados das assinaturas	22/08/2004	01/08/2004	04/10/2006	14/11/2006	20/08/2008	30/07/2007	21/08/2008	26/12/2004	Total
Valores previstos nos contratos									
Recursos próprios									
Eletrobrás - RGR	1.276	14.549	1.225	31.123	305	36.502	29.613	-	117.495
Recursos não financiados	483	4.300	453	5.742	7.827	6.442	5.070	-	33.336
Recursos de terceiros (Obrigações especiais)									
Eletrobrás - CDC	1.461	0.768	1.450	22.682	1.038	-	4.687	-	40.331
Governo estadual	-	-	-	-	-	-	-	723	723
Total previsto para o programa	3.222	29.724	3.068	60.547	4.765	42.944	40.370	723	163.365
Valores realizados dos contratos									
Recursos próprios									
Eletrobrás - RGR	586	12.000	830	27.109	272	26.051	8.944	-	71.294
Recursos não financiados	1.354	12.504	1.446	27.626	-	7.620	-	575	51.427
Recursos de terceiros (Obrigações especiais)									
Eletrobrás - CDC	972	8.165	1.155	14.585	308	-	1.352	-	26.967
Governo estadual	-	-	-	-	-	-	-	214	214
Total comprovado junto à Eletrobrás	2.214	32.669	3.431	69.322	580	33.671	10.296	515	149.932
Situação do Contrato	Finalizado	Finalizado	Finalizado	Finalizado	Em andamento	Em andamento	Em andamento	Em andamento	

Nos valores realizados foram refletidos somente os valores já comprovados e inspecionados pela Eletrobrás, as variações entre o previsto no contrato e os valores realizados são em função de glosas aplicadas devido à metodologia do encerramento de crédito, de acordo com o Manual de Operacionalização Técnica da Eletrobrás, que é impactada pela diferença entre o preço contratado e o efetivamente realizado, bem como o avanço físico aprovado pela Eletrobrás.

17.3. Investimento Remunerável (Base de Remuneração Regulatória) (*)

O quadro abaixo demonstra os valores, atualizados pelo IGPM aplicado no reajuste tarifário de agosto de 2008, do (i) Investimento Remunerável, também denominado de Base de Remuneração, constituído pelo Ativo Imobilizado em Serviço - AIS e Almoxarifado de Operação, deduzido do saldo das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigações Especiais), sobre o qual foi calculada a remuneração, e (ii) AIS sobre o qual foi calculada a cota de depreciação. Ambos os valores fazem parte da Parcela "B" da Receita Requerida da Concessionária definido na Revisão Tarifária de agosto de 2007 e homologados pela Resolução Homologatória ANEEL nº 535, de 21 de agosto de 2007.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Revisão Tarifária agosto de 2007	Reajuste Tarifário agosto de 2008
Ativo imobilizado em serviço bruto	4.679.093	5.386.572
(-) Depreciação acumulada: 51,07%	(2.389.518)	(2.750.813)
(-) Obrigação vinculada ao serviço público de energia elétrica (Obrigações especiais)	(504.091)	(580.310)
Ativo imobilizado em serviço líquido	1.785.484	2.055.449
(+) Almoxarifado	3.322	3.824
Investimento remunerável (Base de remuneração)	1.788.806	2.059.273
Bens 100% depreciados	203.443	234.203
Variação do IGPM (Resolução Homologatória ANEEL n. 701 de 26/08/2008)		15,12%
Cota de depreciação – Taxa média anual: 4,63%		

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

18. INTANGÍVEL

	Taxas Anuais Deprec / Amortiz	31/12/2008			31/12/2007		
		Custo	Depreciação e amortização acumulada	Líquido	Custo	Depreciação e amortização acumulada	Líquido
Intangível em serviço		58.476	(33.467)	25.009	54.382	(31.841)	22.541
Distribuição		21.088	(1.128)	19.960	21.088	(947)	20.141
Softwares	20%	1.360	(1.128)	232	1.360	(947)	413
Desapropriações	-	19.728	-	19.728	19.728	-	19.728
Administração central		37.388	(32.339)	5.049	33.294	(30.894)	2.400
Softwares	20%	37.293	(32.339)	4.954	33.200	(30.894)	2.306
Outros		95	-	95	94	-	94
Intangível em curso		14.887	-	14.887	14.413	-	14.413
Projetos		8.150	-	8.150	8.235	-	8.235
Desapropriações		6.737	-	6.737	6.178	-	6.178
Total		73.363	(33.467)	39.896	68.795	(31.841)	36.954

As desapropriações de servidões de passagem não são amortizadas, pois se referem a terrenos.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31/12/2008			31/12/2007		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
Moeda Nacional						
BNDÉS						
Finem II (*)	38.780	196	38.976	64.478	285	64.763
Finem III (*)	139.909	622	140.531	107.703	425	108.128
Finem IV (*)	43.787	126	43.913	-	-	-
Finame (*)	2.446	39	2.485	2.524	27	2.551
Finame 2008 (*)	3.444	57	3.501	-	-	-
Automático (*)	2.114	36	2.150	-	-	-
Elétrorbras - Luz para Todos	66.502	-	66.502	46.476	-	46.476
Finep	9.217	30	9.247	3.411	17	3.428
Total	<u>306.199</u>	<u>1.106</u>	<u>307.305</u>	<u>224.592</u>	<u>754</u>	<u>225.346</u>
Circulante	64.219	1.106	65.325	47.345	754	48.099
Não circulante	<u>241.980</u>	<u>-</u>	<u>241.980</u>	<u>177.247</u>	<u>-</u>	<u>177.247</u>

(*) Repasses efetuados por instituições financeiras, agentes do BNDÉS.

Vencimentos do principal a longo prazo	
Ano	31/12/2008
2010	58.995
2011	53.048
2012	49.904
2013	26.665
2014	18.118
Após 2014	35.260
Total	<u>241.980</u>

Os encargos, garantias e condições gerais dos empréstimos e financiamentos são demonstrados a seguir:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Tipo	Garantias	Condições Cêras	Pagamento de encargos	Pagamento de principal	Vencimento total	Vencimento final
BNDES						
Finem I	Vinculação das receitas provenientes de venda de energia	TULP + 6,00% a.a	Trimestral durante a carência e mensal após esse período	Mensal	15/07/2006	15/06/2010
Finem II	Vinculação das receitas provenientes de venda de energia	TULP + 4,05% a.a	Trimestral durante a carência e mensal após esse período	Mensal	15/04/2008	15/00/2013
Finem IV						
Suborçeto A a D(1)	Vinculação das receitas provenientes de venda de energia	TULP + 2,45% a.a	Trimestral durante a carência e mensal após esse período	Mensal	15/07/2011	15/12/2015
Suborçeto E(1)	Vinculação das receitas provenientes de venda de energia	TULP + 1,55% a.a	Trimestral durante a carência e mensal após esse período	Mensal	15/03/2010	15/09/2014
Fname	Propriedade fiduciária dos bens financiados	TULP + 2,90% a.a	Trimestral durante a carência e mensal após esse período	Mensal	31/07/2008	30/06/2012 a 31/07/2012
Fname 2008	Propriedade fiduciária dos bens financiados	TULP + 2,75% a.a	Trimestral durante a carência e mensal após esse período	Mensal	15/08/2009	15/07/2013
Autônomo	Propriedade fiduciária dos bens financiados e nota promissória	TULP + 2,70% a.a	Trimestral durante a carência e mensal após esse período	Mensal	15/05/2009	15/07/2013
Elerobrás						
Luz para Todos (1)(1)	Carta de Fiança	RGR + 5,00% a.a (1)(1)	Mensal	Mensal	30/11/2000 a 30/11/2010	30/10/2016 a 30/11/2020
Finop	Carta de Fiança	TULP + 0,94% a.a	Mensal durante a carência	Mensal	15/10/2008	15/10/2014

(1) O Finem IV está relacionado ao programa de investimentos para o período de junho de 2008 a dezembro 2010, estando sujeitos a prazos e taxas específicos de acordo com a natureza dos referidos investimentos.

(1)(1) O projeto Luz para Todos está relacionado a sete contratos de financiamento.

(1)(1) Reserva global de reversão - RGR é indexada a variação da UFIR, que tem se mantido constante.

Condições Restritivas Financeiras (covenants): O contrato de financiamento do BNDES "Finem II" contém cláusulas restritivas no que diz respeito a obrigações especiais assumidas em contrato pela Sociedade, que requerem, conforme cláusula II, alínea 2.13.15, o cumprimento de determinados índices financeiros, a partir de dezembro de 2005, conforme segue: (i) Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 2,5; (ii) Dívida Líquida / Patrimônio Líquido menor ou igual a 0,8%; (iii) EBITDA / Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 3,0. Todas as condições restritivas foram atendidas pela Sociedade.

20. DEBÊNTURES

	31/12/2008			31/12/2007		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
2ª Emissão - 01/09/2005						
1ª Série	375.000	105.811	480.811	375.000	61.301	436.301
2ª Série	87.210	4.340	91.550	87.210	3.439	90.649
Total	462.210	110.151	572.361	462.210	64.740	526.950
Circulante	154.070	49.685	203.755	-	18.618	18.618
Não circulante	308.140	60.466	368.606	462.210	46.122	508.332

A Sociedade efetuou, em 19 de setembro e 20 de dezembro de 2007, o resgate antecipado do total da 3ª série e o resgate antecipado parcial da 2ª série (10.029 debêntures), respectivamente, das debêntures em circulação referentes à sua segunda emissão pública.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os resgates foram calculados com base no valor nominal, acrescido de sua remuneração e prêmio, na forma estabelecida na escritura de emissão e no aditamento da escritura de emissão, aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 9 de novembro de 2007 e na Assembleia Geral de Debenturistas de 4 de dezembro de 2007. A Sociedade cancelou as debêntures resgatadas da 2ª e 3ª séries.

Em setembro de 2008 a Sociedade efetuou a reclassificação de 33,33% das duas séries vigentes do não circulante para o circulante, referente a amortização do principal que ocorrerá em 1º de setembro de 2009.

Características gerais da segunda emissão de debêntures da Sociedade:

Tipo: simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações.

Espécie: quirografia com garantia adicional de cessão fiduciária de direitos creditórios da Sociedade.

Valor original: R\$ 750 milhões

Valor Nominal: R\$ 10.000,00 por debênture

As características das duas séries vigentes são:

Séries	Qtde.	Remuneração	Pagamento dos juros
1ª Série	37.500	IGP-M + 11,80% a.a.	anual a partir de 1º de setembro de 2006
2ª Série	8.721	CDI + 1,65% a.a.	semestral a partir de 1º março de 2006

A amortização do principal, acrescido da respectiva remuneração, das duas séries vigentes ocorrerão em 3 parcelas: 33,33% em 1º de setembro de 2009, 33,33% em 1º de setembro de 2010 e 33,34% em 1º de setembro de 2011.

Garantia Adicional: Contrato de Cessão Fiduciária, celebrado entre a Elektro, o Agente Fiduciário e o Banco Itaú S.A., na qualidade de Banco Mandatário, em observância ao disposto no artigo 66-B da Lei nº 4.728/65, com a nova redação dada pelo artigo 55 da Lei nº 10.931/04.

Condições Restritivas Financeiras (covenants): A segunda emissão de debêntures contém cláusulas restritivas que implicam em vencimento antecipado, que requerem o cumprimento de determinados índices financeiros, conforme Cláusula 8.1, alíneas (n), (o), (p), (q) e (r) da escritura de emissão. A Sociedade vem cumprindo todas as condições restritivas.

A íntegra dos termos e das condições da distribuição pública da segunda emissão de debêntures está disponível no website da Elektro: www.elektro.com.br.

21. ARRENDAMENTO MERCANTIL

De acordo com o Pronunciamento CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil, aprovado pela Deliberação CVM nº 554/08, a Sociedade efetuou a capitalização dos bens vinculados aos contratos de arrendamento mercantil que foram considerados como financeiros em virtude da transferência de riscos e benefícios sobre referidos bens para a Sociedade. Os contratos relativos a imóveis apresentam cláusulas de renovação e de reajuste conforme inflação do período. Cláusulas restritivas e pagamentos contingenciais não foram previstos em qualquer dos contratos existentes.

O saldo a pagar, apurado com base no valor presente calculado com taxas que variam entre 12 e 18% a.a., dos pagamentos futuros, por categoria de ativo é como segue:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	31/12/2008	31/12/2007
Arrendamento mercantil financeiro a pagar		
Veículos	11.829	7.821
Imóveis	3.976	4.876
Equipamentos de informática	14.223	549
Total	30.028	13.246
Circulante	7.744	2.956
Não circulante	22.284	10.290

Os pagamentos futuros relativos aos contratos acima são apresentados a seguir de acordo com seu vencimento:

Vencimentos dos pagamentos futuros de longo prazo	
2010	8.806
2011	4.998
2012	3.274
após 2012	5.206
Total	22.284

Arrendamento mercantil operacional

Conforme orientação do Pronunciamento CPC 06, a Sociedade efetuou uma análise dos contratos classificados como arrendamento mercantil operacional, dentre eles, os contratos de aluguel de equipamentos, veículos, imóveis e outros que estavam em vigência nos exercícios de 2007 e 2008.

Abaixo estão demonstrados os valores dos contratos mais relevantes contabilizados como despesas nos exercícios de 2007 e 2008, bem como os pagamentos futuros que a Sociedade fará com base nesses contratos.

Despesas reconhecidas no período	31/12/2008	31/12/2007
Locação de infra-estrutura de pontos de atendimento (Callcenter)	2.055	1.054
Locação de veículos	172	184
Locação de computadores	1.655	1.900
Locação de impressoras	758	937
Locação de outros equipamentos de informática	342	-
Serviços de impressão de fatura de energia	1.886	453
Total	6.838	4.538

Vencimentos dos pagamentos futuros	
2009	7.659
2010	5.338
2011	1.932
2012	161
Total	15.090

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFF - Demonstrações Financeiras Padronizadas

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

DATA-BASE - 31/12/2008

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

22. FORNECEDORES E SUPRIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA

	31/12/2008	31/12/2007
Moeda nacional	182.709	181.333
Supridores de energia elétrica	126.311	135.112
Encargos de serviço de sistema - ESS	3.525	500
Fornecedores de materiais e serviços	52.873	45.721
Moeda estrangeira	57.147	36.170
Supridores de energia elétrica - Itaipu	57.108	36.210
Variação cambial - Itaipu	39	(40)
Total	239.856	217.503

23. TRIBUTOS A RECOLHER

	31/12/2008	31/12/2007
Imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido	257	-
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COF	14.821	13.548
Programa de integração social - PIS	3.220	2.941
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	79.419	66.979
Impostos retidos na fonte	14.329	2.712
Imposto sobre serviço - ISS	52	18
Total	112.096	86.198

24. ENCARGOS DO CONSUMIDOR

	31/12/2008	31/12/2007
Quota para a reserva global de reversão - RGR	1.665	1.520
Quota para a conta de consumo de combustível - CCC	13.657	7.767
Quota para a conta de desenvolvimento energético - CDE	9.149	9.055
Encargos de capacidade emergencial - ECE	258	275
Total	24.729	18.617

25. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR

	31/12/2008	31/12/2007
Dividendos a pagar	168.058	139.169
Juros sobre capital próprio a pagar	55.120	4.494
Total	223.178	143.663

O valor referente a juros sobre capital próprio a pagar está líquido de imposto de renda retido na fonte.

Existem valores de dividendos e juros sobre capital próprio declarados e a pagar para acionistas minoritários que ainda não se apresentaram com seus dados cadastrais atualizados.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

26. OBRIGAÇÕES DO PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

O contrato de concessão estabelece a obrigação da Elektro em aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida da Sociedade em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficientização e Pesquisa e Desenvolvimento e valores a serem recolhidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas é definida pela Lei nº 11.465 de 28 de março de 2007.

A movimentação das obrigações da Sociedade com estes programas por ciclo de realização e de acordo com a distribuição do recurso é como segue:

Ciclo de realização	Período de faturamento	31/12/2007	Ingresso	Atualização	Realização	31/12/2008
2004/2005	out/03 a set/04	8.643	-	868	(5.784)	3.727
2005/2006	out/04 a set/05	5.302	-	533	(3.548)	2.287
2006/2007	out/05 a set/06	850	-	85	(569)	367
2007/2008	out/06 a set/07	23.740	-	2.385	(15.887)	10.238
2008/2009	out/07 a set/08	6.177	19.985	475	-	26.617
2009/2010	out/08 a set/09	-	6.091	146	-	6.237
Total		44.712	26.056	4.492	(25.788)	49.472

Distribuição do recurso	Percentual de distribuição	31/12/2007	Ingresso	Atualização	Realização	31/12/2008
Pesquisa de Eficiência Energética	0,50%	16.872	13.028	2.260	(13.252)	18.908
Pesquisa e Desenvolvimento	0,20%	17.053	5.211	2.232	(4.234)	20.262
FNDCT	0,20%	7.460	5.211	-	(5.283)	7.388
MME	0,10%	3.327	2.606	-	(3.019)	2.914
Total		44.712	26.056	4.492	(25.788)	49.472

Circulante	36.840	20.845	3.174	(25.788)	35.071
Não circulante	7.872	5.211	1.318	-	14.401

A atualização das parcelas referentes aos Programas de Eficientização e Pesquisa e Desenvolvimento é efetuada pela taxa de juros Selic, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176, de 28 de novembro de 2005 e nº 219, de 11 de abril de 2006.

Por meio da Resolução Normativa nº 233, de 24 de outubro de 2006, com validade a partir de 1º de janeiro de 2007, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do programa de eficiência energética. Dentre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

A realização das obrigações com o programa de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento através da aquisição de ativos imobilizados tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais (vide nota 17.1).

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

27. PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

27.1. Provisão para ações judiciais líquidas

Todas as demandas de natureza judicial são acompanhadas continuamente pelos assessores jurídicos da Sociedade que, de acordo com critérios previamente definidos pela Administração, classificam as contingências de forma individual, que resulta no provisionamento dos objetos considerados como perda provável.

As provisões registradas, deduzidas dos depósitos judiciais correspondentes, refletem as perdas consideradas prováveis com tais demandas, e apresentam os seguintes saldos e movimentações:

	31/12/2007	Ingresso e atualização	Reversão	Liquidação	31/12/2008
Cíveis e ambientais	11.322	9.276	(5.401)	(2.737)	12.460
Trabalhistas	7.169	1.884	(1.090)	(407)	7.556
Regulatórias	6.312	2.140	(5.087)	(2.165)	1.200
Desapropriações e servidões	3.833	1.477	(754)	(103)	4.453
Tributárias:					
COFINS	73.648	4.474	-	-	78.122
PIS	14.241	844	-	-	15.085
Outras	4.616	1.434	(383)	-	5.667
Total das provisões	121.141	21.529	(12.715)	(5.412)	124.543
(-) Depósitos judiciais	(37.952)	(5.521)	630	-	(42.842)
Total das provisões líquidas	83.189	16.008	(12.085)	(5.412)	81.701

A descrição da natureza das principais contingências provisionadas é como segue:

Cíveis, ambientais, trabalhistas e regulatórias

Provisões para fazer frente, principalmente, à cobertura de ações indenizatórias cíveis envolvendo objetos de naturezas diversas; causas trabalhistas envolvendo ações movidas por ex-empregados da Elektro ou de suas contratadas, referentes à diferenças salariais, horas extras e outros; e regulatórias, que estão diretamente relacionadas com a ANEEL.

PIS e COFINS – Ampliação da base de cálculo

Refere-se ao questionamento do direito de recolher o PIS e a COFINS nos termos previstos pela Lei Complementar nº 70/91, considerando a incidência somente sobre o faturamento, excetuando-se as receitas financeiras de qualquer natureza.

Tendo em vista que a ação da Elektro não foi julgada em última instância, a Sociedade mantém provisão de 100% dos valores em discussão, sendo que, em 29 de outubro de 2004, foi efetuado depósito judicial no valor de R\$ 24.906, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2008, totaliza R\$ 39.194 (R\$ 36.529 em 31 dezembro de 2007).

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária

DATA-BASE - 31/12/2008

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

27.2. Contingências passivas com avaliação de risco possível

A Sociedade discute questões de diversas naturezas que, com base na avaliação dos assessores jurídicos seguindo critérios definidos pela Administração, são consideradas de risco de perda possível e que, portanto, não são provisionadas. Os valores estimados dessas contingências é de R\$ 62.747 para assuntos previdenciários, R\$ 23.124 para assuntos cíveis, R\$ 15.243 para aspectos trabalhistas e R\$ 520.353 para questões tributárias.

Com relação aos assuntos previdenciários, a Sociedade recebeu notificações e autos de infração, lavrados em 29 de dezembro de 2006, pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), exigindo contribuições previdenciárias de períodos entre junho de 1998 a junho de 2006 sobre diversas verbas trabalhistas, em especial participações nos lucros e resultados da Sociedade.

Quanto às questões tributárias, a Sociedade recebeu Auto de Infração Estadual, lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, em 14 de dezembro de 2007, referente a créditos de ICMS, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2008 é de R\$ 16.308 (R\$ 15.273 em 31 de dezembro de 2007), supostamente tomados de forma indevida pela Sociedade.

A Elektro recebeu ainda dois Autos de Infração Federal, lavrados pela Delegacia da Receita Federal, em 27 de dezembro de 2007, cujo valor total atualizado em 31 de dezembro de 2008 é de R\$ 459.760 (R\$ 426.049 em 31 de dezembro de 2007), que se referem a IRPJ, CSLL, PIS e COFINS supostamente devidos em decorrência dos efeitos de reorganização societária e reestruturação de dívidas da Sociedade. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, o Auto Federal é considerado de risco de perda entre possível e remota, visto ter sido anulado em primeira instância administrativa em razão de impugnação realizada pela Elektro, e o Estadual como de risco de perda possível e, portanto, ambos não foram provisionados.

28. DEVOLUÇÃO BAIXA RENDA – MODICIDADE TARIFÁRIA

A aplicação dos critérios de classificação dos consumidores baixa renda estabelecidos pela Resolução ANEEL nº 485, de 29 de agosto de 2002, implicou em aumento de receita para a concessionária que, após apuração e homologação pela ANEEL, será oferecido à modicidade tarifária, por ocasião dos reajustes e/ou revisões tarifárias subsequentes. Os procedimentos contábeis e os critérios de compensação nas tarifas de fornecimento foram definidos pela ANEEL na Resolução nº 514, de 16 de setembro de 2002.

Através da Resolução Homologatória nº 535, de 21 de agosto de 2007, a ANEEL aprovou o montante de R\$ 48.083, que foi registrado no passivo circulante, e foi amortizado integralmente com base nos faturamentos entre 27 de agosto de 2007 e 26 de agosto de 2008. O saldo do passivo circulante de R\$ 944 refere-se a diferenças do valor homologado a serem amortizadas no ciclo tarifário atual.

Através da Resolução Normativa nº 325, de 22 de julho de 2008, a ANEEL alterou a Resolução nº 514, de 16 de setembro de 2002, de forma a prever que os ganhos de receita das concessionárias decorrentes da alteração dos critérios de classificação dos consumidores baixa renda, não serão objeto de contabilização como passivo por parte das concessionárias que passaram pelo 2º ciclo de revisão tarifária, pois esses ganhos já foram capturados pela metodologia de cálculo da revisão tarifária periódica. Desta forma, do montante de R\$ 54.637 em 31 de dezembro de 2007 registrado no passivo não circulante, os valores referentes ao período de agosto a dezembro de 2007 no total de R\$ 17.649, foram revertidos para o

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

resultado do exercício em julho de 2008. O saldo de R\$ 41.890 que permanece registrado no passivo não circulante se encontra pendente de homologação pela ANEEL.

A partir do reajuste tarifário de agosto de 2008, efetivado pela Resolução Homologatória nº 701/08, a ANEEL retirou o subsídio baixa renda da estrutura tarifária e passou a considerá-lo como componente financeiro. Dessa forma, a Elektro irá apurar o subsídio efetivamente dado aos consumidores baixa renda a cada faturamento, e irá compensar com o componente financeiro incluso na tarifa. Se houver diferenças, estas serão compensadas no próximo reajuste tarifário.

29. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

29.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2008, no montante de R\$ 952.492, tem a seguinte composição acionária:

Acionista	Ordinárias	Preferenciais	Total
AEI Investimentos Energéticos Ltda	6.579.221	-	6.579.221
EPC - Empresa Paranaense Comercializadora Ltda.	59.310.480	-	59.310.480
ETB - Energia Total do Brasil Ltda.	25.964.606	34.535.214	60.499.820
AEI Brazil Finance Ltd	-	56.744.382	56.744.382
Demais acionistas	26.665	598.697	625.362
Total	91.880.972	101.878.293	193.759.265

A AEI (nova razão social da Ashmore Energy International) é a controladora indireta da Sociedade, com 99,68% de participação no capital total.

29.2. Grupamento de ações

Em Assembléia Geral de Acionistas, realizada em 31 de março de 2008, foi aprovado grupamento de ações da Elektro na proporção de 2.000 ações existentes para uma nova ação.

Seguindo uma tendência do mercado, o grupamento de ações visa possibilitar que ações sejam negociadas de forma unitária e o processo não implica em alteração do valor do capital social da Companhia, que fica representado da seguinte forma: 193.759.265 ações, sendo 91.880.972 ações ordinárias e 101.878.293 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 5 de maio de 2008 foi concluído o processo de grupamento de ações e a apuração das frações resultou em 518 ações preferenciais e 90 ações ordinárias, que foram integralmente vendidas em leilões de sobras de ações realizados na BM&F Bovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (Bovespa) em julho de 2008.

29.3. Reservas de capital

O valor registrado de R\$ 50.539 tem a seguinte composição: (i) capitalização efetuada em julho de 2005 do valor do saldo de contas a pagar a acionistas, referente à operação de resgate de ações realizada pela Sociedade em 2005 no valor de R\$ 240.764; (ii) capitalização de dívida com pessoas ligadas, no valor de R\$ 276.495, devido ao processo de reestruturação financeira efetuado ao longo do segundo semestre de 2005; (iii) aplicação em incentivos fiscais no valor de R\$ 2.353; e (iv) dedução, através da constituição de provisão, no valor de R\$ 469.073, conforme as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01, sobre a parcela do ágio incorporado (vide nota 15).

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária

DATA-BASE - 31/12/2008

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

29.4. Reserva legal

É constituída pela destinação de 5% do valor dos lucros líquidos dos exercícios, conforme o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

No cálculo da reserva legal em 31 de dezembro de 2008, foi considerado o lucro líquido do exercício somado o prejuízo acumulado do ano anterior gerado em virtude dos ajustes da Lei nº 11.638/07.

29.5. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

O Estatuto Social da Elektro e a Lei nº 6.404/76 prevêem a possibilidade de distribuição de dividendos intermediários ou intercalares, com base em lucros apurados em balanços semestrais ou períodos menores, respectivamente, observando-se as disposições legais.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de agosto de 2008, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 135.392, com base no lucro líquido do primeiro semestre de 2008. Os referidos dividendos intermediários foram registrados no passivo circulante no trimestre findo em 30 de junho de 2008. O pagamento dos dividendos intermediários foi efetuado em duas parcelas, nas seguintes datas e valores: R\$ 115.325 em 26 de agosto de 2008 e R\$ 20.067 em 22 de outubro de 2008.

Ações		Dividendos Intermediários	
Tipo	Quantidade	R\$	R\$ por ação
Preferenciais	101.878.293	74.396	0.730247089
Ordinárias	91.880.972	60.996	0.663860990
Total	193.759.265	135.392	

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de novembro de 2008, foi aprovada a distribuição e pagamento de juros sobre capital próprio, de acordo com a Lei nº 9.249/95 e Deliberação CVM nº 207/96, no montante de R\$ 67.714 pagos em 28 de janeiro de 2009.

Ações		JSCP	
Tipo	Quantidade	R\$	R\$ por ação
Preferenciais	101.878.293	37.208	0.365220708
Ordinárias	91.880.972	30.506	0.332018826
Total	193.759.265	67.714	

Ao final do exercício de 2008, conforme demonstrado abaixo, a Administração da Sociedade propôs a distribuição de dividendos no montante de R\$ 168.054 com base no lucro líquido de 31 de dezembro de 2008, após constituição da reserva legal e deduzidos os dividendos intermediários e juros sobre capital próprio. Esta proposta será submetida à aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas que será convocada para aprovar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2008.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		Divulgação Externa Legislação Societária DATA-BASE - 31/12/2008
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Ações		Dividendos Propostos	
Tipo	Quantidade	R\$	R\$ por ação
Preferenciais	101.878.293	92.344	0,906404219
Ordinárias	91.880.972	75.710	0,824003835
Total	193.759.265	168.054	

Conforme seu Estatuto Social, as ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, têm direitos a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei nº 6.404/76.

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas têm prioridade no reembolso do capital e direito de receber dividendos no mínimo 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, conforme artigo 5º do Estatuto Social da Sociedade.

30. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	31/12/2008			31/12/2007		
	Nº de (*) consumidores	MWh (*)	R\$	Nº de (*) consumidores	MWh (*)	R\$
Receitas operacionais	2.067.151	10.875.942	3.719.874	2.004.893	10.093.479	3.582.702
I onecimento para consumidores	2.067.151	10.844.888	3.404.837	2.004.893	9.810.826	3.327.919
Residencial	1.763.950	3.390.002	1.337.752	1.712.072	3.183.538	1.371.874
Industrial	22.112	4.052.253	1.076.460	21.633	3.463.548	912.710
Comercial	130.733	1.593.340	555.513	133.693	1.450.276	575.657
Rural	120.138	807.284	168.079	117.314	808.283	175.087
Poder público	15.706	299.411	77.256	15.019	262.473	104.733
Iluminação pública	2.847	428.520	60.109	2.463	304.739	52.347
Serviço público	2.675	400.018	110.208	2.559	300.709	95.911
Outras receitas		31.054	315.037		122.853	254.843
OCDE		31.054	12.810		122.853	13.407
Daneta do reposicionamento tarifário (vide nota 14)						(93.353)
Recolla do uso do sistema de distribuição		-	252.407		-	300.400
Outras receitas		-	49.820		-	31.299
Deduções de receitas operacionais			(1.257.387)			(1.326.889)
Quota para a reserva global de reversão - RCR			(20.007)			(19.428)
Quota para a conta de consumo de combustível - CCC			(73.860)			(140.269)
Quota para a conta de desenvolvimento energético - CDE			(115.295)			(117.482)
ICMS sobre fornecimento			(619.653)			(659.152)
Recomposição de PIS e COFINS			(8.055)			(16.605)
COI-INS			(262.710)			(287.300)
PIS			(61.378)			(62.374)
Programa de P&D e eficiência energética			(26.056)			(23.268)
Outros			(321)			(310)
Total	2.067.151	10.875.942	2.512.477	2.004.893	10.093.479	2.255.813

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

A variação na receita operacional da Sociedade tem como principal motivo o reajuste tarifário ocorrido em agosto de 2008 (vide nota 4.2), além das variações ocorridas no número de consumidores e volume de energia elétrica vendida.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

31. ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA

	31/12/2008		31/12/2007	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Suprimento de energia	12.369.086	1.043.272	11.545.131	893.537
Itaipu Binacional (**)	3.172.172	296.267	3.148.267	293.703
Contratos bilaterais	318.215	43.620	263.607	33.516
Contrato de compra de energia no ambiente regulado - CCEAR	8.686.507	641.583	8.016.861	541.731
PROINFA	192.192	33.349	116.396	23.657
Uso do transporte de energia	-	28.453	-	930
Outros custos de energia	-	418.206	-	288.039
ONS - Uso da rede básica	-	378.158	-	296.954
CTEEP- Encargos de conexão	-	30.374	-	23.546
Encargos de serviços do sistema - ESS	-	50.601	-	1.483
Constituição de CVA	-	(57.320)	-	(38.449)
Amortização de CVA	-	16.393	-	4.505
Total	12.369.086	1.461.478	11.545.131	1.181.576

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

(**) Contrato de repasse de energia e tarifa de transporte.

32. GASTOS COM PESSOAL

	31/12/2008	31/12/2007
Remunerações	124.479	123.902
Encargos sociais	43.406	44.303
Auxílio alimentação	11.524	10.964
Assistência médica e outros benefícios	9.562	7.558
Indenizações trabalhistas	8.002	6.959
Previdência privada	5.514	4.844
Outros	16.869	16.698
(-) Transferências para imobilização em curso	(42.426)	(42.490)
Total	176.930	172.738
Custo da operação	135.884	129.277
Despesas com vendas	4.395	3.377
Despesas gerais administrativas	36.651	40.084
Total	176.930	172.738

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

33. GASTOS COM MATERIAIS

	31/12/2008	31/12/2007
Materiais e equipamentos	141.980	149.158
(-) Transferências para imobilização em curso	(115.281)	(123.815)
Total	26.699	25.343
Custo da operação	24.955	23.659
Despesas com vendas	80	120
Despesas gerais administrativas	1.664	1.564
Total	26.699	25.343

34. GASTOS COM SERVIÇOS DE TERCEIROS

	31/12/2008	31/12/2007
Serviços no sistema elétrico	131.975	114.101
Serviços de manutenção e conservação	29.647	46.191
Serviços de leitura e entrega de contas	21.028	20.414
Serviços administrativos	18.994	15.331
Outros serviços	31.160	23.824
(-) Transferências para imobilização em curso	(125.174)	(120.687)
Total	107.630	99.174
Custo da operação	71.819	66.735
Despesas com vendas	10.583	9.592
Despesas gerais administrativas	25.228	22.847
Total	107.630	99.174

35. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	31/12/2008	31/12/2007
Despesas com arrecadação bancária	15.908	15.530
Taxa de fiscalização ANEEL	8.307	8.298
Seguros	1.397	1.826
Aluguéis	3.724	7.351
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	18.488	12.100
Taxas e contribuições	4.087	2.346
Despesas com viagens	8.323	6.451
Propaganda e publicidade	5.150	9.155
Telefonia e telecomunicações	18.734	16.395
Software	10.007	7.644
Provisões cíveis, trabalhistas e outras	940	(36.101)
Perda na desativação e alienação de bens (liquidas)	18.522	12.285
Outras	14.310	26.256
(-) Transferências para imobilização em curso	(5.606)	(9.168)
Total	122.291	80.368
Custo da operação	52.086	19.044
Outras despesas operacionais	70.205	61.324
Total	122.291	80.368

36. RESULTADO FINANCEIRO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	31/12/2008	31/12/2007
Receitas financeiras	66.841	103.117
Aplicações financeiras	25.695	58.040
Encargos sobre conta de energia elétrica em atraso	34.491	39.958
Outras receitas financeiras	6.655	5.119
Despesas financeiras	(110.973)	(152.860)
CPMF	(312)	(19.601)
Juros sobre empréstimos com terceiros	(32.710)	(19.499)
Juros sobre debêntures	(64.710)	(95.629)
Juros sobre empréstimos com pessoas ligadas	-	(4.241)
Outras despesas financeiras	(13.241)	(13.890)
Variação cambial e monetária, líquidas	(28.386)	(30.180)
Receitas de variação monetária	30.412	17.028
Recuperação das perdas de receita e energia livre	10.986	-
Conta de compensação de variações de itens da parcela A - CVA	4.725	7.650
Outras	14.701	9.378
Receitas de variação cambial	5.160	9.550
Energia comprada	5.077	9.543
Outras	83	7
Despesas de variação monetária	(58.763)	(47.213)
Principal - terceiros	(3.301)	(509)
Principal - pessoas ligadas	-	(2.853)
Energia livre	(6.680)	(1.866)
Eficiência energética	(4.492)	(4.267)
Debêntures	(38.939)	(29.964)
Outras	(5.351)	(7.754)
Despesas de variação cambial	(5.195)	(9.545)
Energia comprada	(5.077)	(9.543)
Outras	(118)	(2)
Juros sobre Capital Próprio	(67.714)	(67.585)
Total	(140.232)	(147.508)

A variação na conta de receitas sobre aplicações financeiras deve-se a redução do saldo médio de caixa disponível ao longo de 2008.

A variação na conta de juros sobre debêntures deve-se a redução da dívida devido ao resgate antecipado realizado em 2007 (vide nota 20).

A variação na conta de despesas de variação monetária sobre debêntures está associada à 1ª série de debêntures, indexada ao IGP-M, cuja variação no exercício de 2008 (9,81%) foi superior a 2007 (7,75%).

37. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Reconciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado do período:

	31/12/2008		31/12/2007	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	489.820	489.820	554.489	554.489
Alíquota nominal dos tributos	25%	9%	25%	9%
Encargo do imposto, calculado à alíquota nominal	(122.431)	(44.084)	(138.598)	(49.904)
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo				
Permanentes	(69)	837	24.753	8.505
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(122.500)	(43.247)	(113.845)	(41.399)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(74.867)	(25.754)	(79.288)	(30.641)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(47.633)	(17.493)	(34.557)	(10.758)
Total	(122.500)	(43.247)	(113.845)	(41.399)

38. PARTES RELACIONADAS

As transações e saldos com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

		31/12/2008		31/12/2007	
		Ativo	Resultado	Ativo	Resultado
Elektro Comercializadora de Energia Ltda.	(a)	18	227	17	213
Elektro Geração S.A.	(a)	-	-	-	15
AEI América do Sul Holding Ltda.	(a)	48	642	86	557
ETB Energia Total do Brasil Ltda.	(b)	-	-	-	(7.094)
Total		66	869	103	(6.309)

(a) Os saldos são referentes a serviços de compartilhamento administrativo e aluguel de salas para as empresas do grupo.

(b) O valor de R\$ 7.094 no resultado de 2007 é referente a despesas de juros e variação monetária sobre empréstimos com a empresa ETB, que foi quitado em dezembro de 2007.

De acordo com a instrução de divulgação do Pronunciamento CPC 05 – Divulgação sobre partes relacionadas, aprovado pela Deliberação CVM nº 560/08, a remuneração total da Administração da Sociedade no exercício de 2008 foi de R\$ 8.117 (R\$ 12.571 em 2007), sendo que esse valor está relacionado a remunerações fixa e variável de R\$ 5.416 (R\$ 7.567 em 2007), encargos sociais e benefícios, inclusive pós emprego, no valor de R\$ 1.554 (R\$ 2.525 em 2007) e indenizações de R\$ 1.147 (R\$ 2.479 em 2007).

39. PLANO DE PENSÃO

A Elektro, através da Fundação CESP, mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensão para seus empregados, que têm as seguintes descrições:

PSAP/CESP B: Benefício Suplementar Proporcional Saldado – BSPS, que corresponde aos benefícios assegurados aos empregados vinculados ao plano vigente até 31 de dezembro

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

de 1997, ou seja, antes da implantação do plano misto, calculado proporcionalmente até aquela data.

PSAP/CESP B1: Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão Elektro – PSAP Elektro, iniciado em 1º de janeiro de 1998, sendo um plano misto de benefício definido para 70% do salário real de contribuição e de contribuição definida para os demais 30%.

No exercício de 2008, a Sociedade efetuou contribuições aos planos de benefícios comentados acima no montante de R\$ 2.457 (R\$ 2.259 no exercício de 2007).

A seguir são demonstrados os principais resultados apurados em 31 de dezembro de 2008, compreendendo projeções para o ano de 2009:

	31/12/2008	31/12/2007
Conciliação dos ativos e passivos		
Valor presente das obrigações atuariais	518.954	543.088
Valor justo dos ativos do plano	(681.732)	(575.641)
Ativo líquido	(162.778)	(32.553)
Ganhos atuariais não reconhecidos	(186.274)	(64.399)
Passivo atuarial líquido provisionado no passivo não circulante	23.496	31.846
Apuração de (ganhos) perdas do plano	31/12/2008	31/12/2007
Ganho ao início do ano	(64.399)	(21.458)
Amortização no ano	354	-
(Ganho) perda nas obrigações atuariais	(59.752)	14.953
Ganho nos ativos do plano	(63.032)	(57.896)
(Ganho) perda na constituição do empregado	555	-
Ganho no final do ano	(186.274)	(64.399)
Intervalo não sujeito a amortização	(68.173)	(57.564)
Parcela sujeita a amortização	(118.099)	(6.835)
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração de resultados	31/12/2008	31/12/2007
Custo do serviço corrente (com juros)	6.318	5.233
Contribuições dos participantes	(2.744)	(2.864)
Juros sobre as obrigações atuariais	54.498	54.088
Rendimento dos ativos	(64.008)	(57.829)
Ganhos atuariais não reconhecidos	(354)	-
Despesa (receita) a ser apropriada pelo empregador segundo CVM-371	(6.290)	(1.372)
Contribuições do empregador	(2.049)	(1.897)
Amortização do contrato de dívida da patrocinadora	-	(854)
Receita efetivamente apropriada pelo empregador	(2.049)	(2.751)
Total da receita reconhecida	(8.339)	(4.123)
Efeitos a reconhecer na demonstração de resultados	2008	2008
Custo do serviço corrente (com juros)	8.161	6.318
Contribuições esperadas de participantes	(2.197)	(2.744)
Juros sobre as obrigações atuariais	62.504	54.498
Rendimento esperado dos ativos	(89.084)	(64.008)
Custos de amortizações de ganhos atuariais não reconhecidos	(8.201)	(354)
Total de receita a reconhecer	(28.817)	(6.290)
Premissas econômico-financeiras e demográficas	2008	2007
Taxa de desconto nominal para obrigação atuarial	12,37%	10,24%
Taxa de rendimento nominal esperada sobre ativos do plano	13,29%	11,28%
Índice estimado de aumento nominal dos salários	7,63%	7,12%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,50%	4,00%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,50%	4,00%
Taxa de desconto real para obrigação atuarial	7,53%	6,00%
Taxa de rendimento real esperada sobre ativos do plano	8,41%	7,00%
Índice estimado de aumento real dos salários	3,00%	3,00%
	AT-83	AT-83
Tabela biométrica de mortalidade geral	segregada por sexo	segregada por sexo
Tabela biométrica de entrada em invalidez	Light Média	Light Média
Taxa bruta de rotatividade esperada	EY_6R exp	EY_6R exp
	100% na primeira eleg.	100% na primeira eleg.
Probabilidade de ingresso em aposentadoria		

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

40. SEGUROS

A Sociedade mantém as seguintes coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes para salvaguardar os ativos e negócios da Sociedade de eventuais sinistros:

Riscos	Importância segurada (em milhares)
Riscos operacionais e multirisco	R\$ 451.200
Responsabilidade civil terceiros	US\$ 25.000
Responsabilidade civil administradores	US\$ 15.000

A vigência das apólices compreende os seguintes períodos:

- Riscos operacionais e multirisco e responsabilidade civil com terceiros: 25 de agosto de 2008 a 25 de agosto de 2009;
- Responsabilidade civil administradores: 18 de agosto de 2008 a 25 de agosto de 2009.

As apólices de Riscos operacionais e multirisco possuem cobertura de danos materiais aos ativos da Sociedade, exceto para as linhas de transmissão e distribuição.

A apólice para Responsabilidade civil com terceiros compreende duas apólices de seguro com cobertura geral para danos materiais, corporais e morais causados a terceiros, incluindo aqueles causados por empregados próprios e contratados.

A cobertura para Responsabilidade civil de administradores tem cobertura principal ao segurado sobre danos causados no exercício de cargos de administração.

41. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Considerando os termos da Instrução CVM nº 235/95, Deliberação CVM nº 550/08 e Deliberação CVM nº 566/08 que aprovou o Pronunciamento CPC 14 – Instrumentos Financeiros, a seguir encontram-se a descrição dos principais ativos e passivos financeiros da Sociedade, e os critérios de avaliação e valorização dos mesmos para fins de registro nas Demonstrações Financeiras:

Disponibilidades, caução de fundos e depósitos vinculados: Os títulos vinculados a essas contas foram avaliados segundo as orientações do Pronunciamento CPC 14, e todos foram classificados como "disponíveis para venda", porém, como os valores contábeis contemplam o custo acrescido dos rendimentos contratados e auferidos até a data dos balanços e aproximam-se dos valores de mercado (valor justo), não houve ajuste no patrimônio líquido decorrente dessa classificação. As cauções e depósitos vinculados têm utilização restrita.

Ativos e passivos regulatórios: São registrados, avaliados e realizados segundo critérios definidos pela ANEEL e compreendem as seguintes rubricas: Recuperação das perdas de receita, Energia Livre, CVA, Recomposição de PIS e COFINS, Devolução baixa renda – modicidade tarifária, Ativo e Passivo regulatório transmissoras e TUSD-G. Não há parâmetro de comparação de mercado para tais ativos e passivos, em função de sua natureza regulatória.

Empréstimos e financiamentos: Estão avaliados e registrados segundo parâmetros estabelecidos em contrato, sendo que o valor de mercado desses passivos, conforme quadro abaixo, foi projetado com base no fluxo de caixa descontado, utilizando taxas disponíveis no

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

mercado para operações semelhantes na data das demonstrações financeiras. Para contratos vinculados a projetos específicos do setor, obtidos junto à Eletrobrás, os valores de mercado são considerados idênticos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares disponíveis, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Para fins do Pronunciamento CPC 14, os empréstimos e financiamentos foram classificados como "passivos financeiros não mensurados ao valor justo", pois o valor contábil é o que melhor representa a posição patrimonial e financeira da Sociedade, portanto, o valor de mercado para esses passivos é somente informativo.

Debêntures: Estão avaliadas e registradas segundo os termos da respectiva escritura de emissão. O valor de mercado das debêntures, conforme quadro abaixo, foi calculado com base no valor das mesmas no mercado secundário, divulgado pela Andima na data do balanço e segundo metodologia de fluxo de caixa descontado. As debêntures também foram classificadas como "passivos financeiros não mensurados ao valor justo" e o valor de mercado demonstrado é informativo.

Seguem abaixo os valores contábeis e de mercado dos empréstimos e financiamentos e debêntures, para os períodos findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007:

	31/12/2008		31/12/2007	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Empréstimos e financiamentos	307.305	313.138	225.346	226.275
Debêntures	572.361	577.187	526.950	563.873
Total	879.666	890.325	752.296	790.148

A estimativa de valor de mercado dos instrumentos financeiros da Sociedade reflete as elevações da classificação de riscos, atribuídas pela Standard & Poor's em 20 de março de 2008. A Elektro teve seu *rating* corporativo elevado em um nível, de brAA- para brAA, inclusive a segunda emissão de debêntures, cujas características estão descritas na nota 20, também teve o *rating* elevado pela Standard & Poor's em um nível, de brAA para brAA+.

Dependendo das premissas de avaliação a serem utilizadas, podem ocorrer alterações significativas nos valores de mercado dos instrumentos financeiros. Portanto, as estimativas apresentadas não indicam necessariamente os montantes que seriam realizados no mercado corrente.

Política de utilização de instrumentos financeiros derivativos

Em observação a Deliberação CVM nº 550/2008, atualmente, a Elektro não possui nenhum derivativo e não efetuou nenhuma operação com instrumentos financeiros desse tipo, devido a sua política restritiva de utilização de derivativos.

De acordo com a política da Administração, que rege as operações financeiras da Elektro, a utilização de derivativos tem como propósito, único e específico, proteger a empresa de eventuais exposições em moedas ou taxas de juros. À exceção da energia comprada de Itaipu, conforme detalhado abaixo, atualmente não há nenhum risco cambial relevante nas operações da Elektro, e a Sociedade mantém o equilíbrio das taxas de juros entre ativo (caixa) e passivo (dívida) de forma natural, entendendo, portanto não ser necessária, atualmente, a utilização deste tipo de instrumento.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Com relação à dívida indexada a inflação (IGP-M) a Elektro considera possuir *hedge* natural em virtude do mecanismo de reajuste tarifário.

Os principais indexadores dos ativos e passivos financeiros apresentaram as seguintes variações acumuladas nos anos de 2008 e 2007:

Índices	Variação % acumulada nos períodos	
	31/12/2008	31/12/2007
Valorização (Desvalorização) do Real frente ao Dólar	(31.94)	17.15
IGP-M	9.81	7.75
IGP-DI	9.10	7.89
TJLP	6.25	6.37
Selic	12.48	11.88
CDI	12.33	11.82
IPCA	5.90	4.46

Seguem os principais fatores de risco que afetam os negócios da Sociedade:

Risco de Exposição Cambial

A única exposição relevante à variação cambial da Sociedade são os pagamentos pela energia comprada de Itaipu, que são atrelados ao dólar norte-americano. Porém, a variação cambial referente à compra dessa energia está contemplada no reajuste tarifário anual aplicável à Sociedade, conforme mecanismo da CVA (vide nota 12).

A Sociedade não possui exposição cambial oriunda de dívidas em moeda estrangeira ou qualquer outro instrumento financeiro.

Risco de Crédito

A Sociedade não realiza previamente ao início do fornecimento de energia, análise de crédito de clientes, em função de ser uma distribuidora de energia elétrica obrigada a fornecer energia a todos os clientes localizados na sua área de concessão, conforme previsto no contrato de concessão assinado com a ANEEL, em 27 de agosto de 1998, bem como na regulamentação do setor elétrico.

Para recuperação da inadimplência, a Sociedade atua por meio de: (i) programas de renegociação dos débitos pendentes atrelados a garantias; (ii) corte do fornecimento de energia elétrica, em conformidade com a regulamentação vigente; (iii) contratação dos serviços de empresas especializadas na cobrança de contas em atraso e (iv) cobrança judicial.

Risco da Revisão e do Reajuste das Tarifas de Fornecimento

Com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro da concessão e repassar aos consumidores os ganhos de eficiência, o contrato de concessão estabelece a revisão periódica das tarifas de fornecimento, a cada quatro anos. A nova tarifa será fixada tendo por base: (i) o total dos custos não gerenciáveis pela Sociedade (Parcela A); (ii) a cobertura de custos eficientes definidos pelo regulador com base em metodologia de "Empresa de Referência" e (iii) a remuneração, à taxa do WACC regulatório, dos investimentos prudentes realizados pela Sociedade nos ativos a serviço da concessão. A primeira revisão periódica ocorreu em 27 de agosto de 2003 e, a segunda ocorreu em 27 de agosto de 2007.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFF - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 27 de agosto dos anos intra-revisões, com o objetivo de restabelecer o poder de compra da receita da concessionária, o contrato de concessão garante a Sociedade o direito ao reajuste anual do valor das tarifas de fornecimento de energia elétrica. O índice de reajuste será obtido pela variação dos custos da Parcela A, e pela variação do IGP-M menos o Fator X para a diferença entre a receita realizada nos últimos 12 meses, para fins tarifários e as despesas de Parcela A no mesmo período, conforme fórmula paramétrica definida no Contrato de Concessão. O Fator X é o índice fixado pelo regulador na época da revisão tarifária com a função de compartilhar com o consumidor os ganhos de produtividade da concessionária, decorrentes do crescimento do número de unidades consumidoras e do aumento do consumo do mercado existente, esperados pelo regulador.

No período intra-reajustes, com o objetivo de apurar a variação mensal de valores de itens da Parcela A efetivamente praticados pela Sociedade, comparados àqueles considerados por ocasião da revisão/reajuste das tarifas, existe o mecanismo da "Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A" (CVA). As diferenças, positivas ou negativas são corrigidas pela taxa de juros Selic e repassadas às tarifas de fornecimento no reajuste anual contratual (vide nota 12).

Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Sociedade justificar e requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária. A realização desta revisão tarifária extraordinária fica a total critério do regulador.

Risco de Mercado

Considerando as condições estabelecidas pelo atual marco regulatório para o suprimento de energia das distribuidoras, principalmente por meio de leilões regulados pela ANEEL, a Elektro participou ativamente de todos os mecanismos previstos nos marcos legais e regulatórios para contratação das suas necessidades de energia para o período de 2008 a 2012. Para atender ao crescimento de mercado da Elektro, as quantidades adicionais necessárias a partir de 2013 já foram parcialmente adquiridas no leilão da usina de Jirau (Rio Madeira) e no leilão A-5 de 2008, sendo que o restante será adquirido nos próximos leilões regulados, conforme previsto na legislação vigente.

Risco de Interrupção no Fornecimento de Energia Elétrica (Informação não examinada pelos auditores independentes)

A Elektro, visando reduzir sua exposição no caso de falha operacional no fornecimento de energia elétrica, dispõe de duas subestações móveis próprias, que permitem flexibilidade operacional e agilidade no restabelecimento do fornecimento de energia elétrica.

No período de janeiro de 2002 a dezembro de 2008, a Elektro investiu aproximadamente R\$ 42.182 na implantação de novas tecnologias, incluindo: (i) digitalização de 43 subestações; (ii) melhorias nos sistemas de proteção através de substituição de 295 disjuntores; (iii) automação de redes de distribuição utilizando comunicação com tecnologia GSM para supervisão e comando dos equipamentos da rede elétrica totalizando 234 religadores e (iv) substituição da rede convencional para a rede compacta totalizando 260 km.

Esses investimentos visaram, principalmente, a maior proteção da rede elétrica e redução dos desligamentos decorrentes de causas ambientais, de forma a minimizar os riscos de interrupção do fornecimento de energia elétrica.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária

DATA-BASE - 31/12/2008

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Risco de Aceleração de Dividas

A Sociedade possui debêntures (vide nota 20) e contrato de empréstimo junto ao BNDES, relativo ao Finem II (vide nota 19), ambos com cláusulas restritivas financeiras normalmente aplicáveis a esse tipo de operação. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das suas operações. A situação patrimonial e financeira da Sociedade é monitorada permanentemente no sentido de assegurar o cumprimento dessas condições restritivas.

42. QUESTÕES AMBIENTAIS

No desempenho das atividades operacionais da Sociedade está contemplada a preservação e minimização dos impactos ambientais. Em 2008, a Sociedade destinou o montante de R\$ 26.168 em iniciativas que promoveram uma maior responsabilidade ambiental e favoreceram o desenvolvimento e propagação de tecnologias que respeitam o meio ambiente.

Do valor investido, R\$ 2.951 foi contabilizado como imobilizado, e está relacionado com a instalação de redes compacta, isolada e cabo pré-reunido.

O valor de R\$ 23.217 foi contabilizado no resultado e está relacionado principalmente a projetos de eficiência energética, reciclagem de óleo regenerado de transformador energizado, co-processamento de resíduos, descontaminação de lâmpadas, arborização, manejo de vegetação, poda de árvores, projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) em meio ambiente e projetos de conscientização ambiental como os Meninos Ecológicos e Jovens ECOncientes.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ANEXO I - DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS SEGREGADOS POR ATIVIDADES

	31/12/2008		
	Distribuição e comercialização	(*) Atividades não vinculadas	Total
Receitas operacionais	3.714.937	4.937	3.719.874
Deduções às receitas operacionais	(1.207.064)	(333)	(1.207.397)
Receitas operacionais líquidas	2.507.873	4.604	2.512.477
Custo do serviço de energia elétrica	(1.328.595)	-	(1.328.595)
Energia comprada para revenda	(1.461.478)	-	(1.461.478)
Créditos de PIS e COFINS sobre energia comprada	132.883	-	132.883
Custo da operação	(396.949)	(727)	(397.676)
Gastos com pessoal	(135.642)	(242)	(135.884)
Gastos com materiais	(24.916)	(39)	(24.955)
Gastos com serviços de terceiros	(71.799)	(20)	(71.819)
Depreciação e outras amortizações	(116.972)	(9)	(116.981)
Outras despesas operacionais	(51.669)	(417)	(52.086)
Créditos de PIS e COFINS sobre custo da operação	4.049	-	4.049
Lucro operacional bruto	782.429	3.777	786.206
Despesas operacionais	(148.806)	(7.348)	(156.154)
Despesas com vendas	(15.058)	-	(15.058)
Despesas gerais administrativas	(63.543)	-	(63.543)
Amortização do ágio	-	(7.348)	(7.348)
Outras despesas operacionais	(70.205)	-	(70.205)
Resultado do serviço	633.523	(3.471)	630.052
Resultado financeiro	(140.232)	-	(140.232)
Resultado operacional	493.291	(3.471)	489.820
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda	493.291	(3.471)	489.820
Imposto de renda	(74.867)	-	(74.867)
Contribuição social	(25.754)	-	(25.754)
Imposto de renda diferido	(47.633)	-	(47.633)
Contribuição social diferida	(17.493)	-	(17.493)
Reversão dos juros sobre capital próprio	67.714	-	67.714
Lucro líquido do exercício	395.258	(3.471)	391.787

(*) Os valores referem-se a receitas e despesas atípicas relativas a prestação de serviços não vinculados à atividade de distribuição de energia elétrica e amortização de ágio resultante de mais valia (vide nota 15) referente a incorporação da controladora Terraço Participações Ltda.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

DIRETORIA

CARLOS MARCIO FERREIRA
DIRETOR PRESIDENTE

RODRIGO FERREIRA MEDEIROS DA SILVA
DIRETOR EXECUTIVO FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

FRANCISCO ALFREDO FERNANDES
DIRETOR EXECUTIVO DE OPERAÇÕES

LUIZ SERGIO ASSAD
DIRETOR EXECUTIVO DE ASSUNTOS REGULATÓRIOS E INSTITUCIONAIS

MAX XAVIER LINS
DIRETOR EXECUTIVO COMERCIAL E SUPRIMENTO DE ENERGIA

VITOR CUMINATO FILHO
GERENTE EXECUTIVO DE CONTROLADORIA
CRC 1SP236785/O-3

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2008

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

JOÃO CARLOS RIBEIRO DE ALBUQUERQUE

CONSELHEIROS

CARLOS MARCIO FERREIRA

CLAUDINEI DONIZETI CECCATO

JAMES A. HUGHES

ANTONIO MARIO CELIA MARTÍNEZ-APARICIO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO DFP	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUIDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	2
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	6
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	8
04	01	DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	10
05	01	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2008 A 31/12/2008	11
05	02	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2007 A 31/12/2007	12
05	03	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2006 A 31/12/2006	13
06	01	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	14
12	01	PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA	15
13	01	RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	16
14	01	NOTAS EXPLICATIVAS	37/83

-
- Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 e respectivo Parecer dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Data-Base - 31/12/2007
Legislação Societária

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97
4 - NIRE		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Ary Antenor de Souza, 321				2 - BAIRRO OU DISTRITO Jd Nova América	
3 - CEP 13053-024		4 - MUNICÍPIO Campinas			5 - UF SP
6 - DDD 019	7 - TELEFONE 3726-1090	8 - TELEFONE 3726-1095	9 - TELEFONE -	10 - TELEX	
11 - DDD 019	12 - FAX 3726-1560	13 - FAX 3726-1564	14 - FAX -		
15 - E-MAIL marcelo.schmidt@elektro.com.br					

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME				
Marcelo Schmidt				
2 - ENDEREÇO COMPLETO			3 - BAIRRO OU DISTRITO	
Rua Ary Antenor de Souza, 321			Jd Nova América	
4 - CEP		5 - MUNICÍPIO		6 - UF
13053-024		Campinas		SP
7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEX
019	3726-1090	3726-1095	-	
12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX	
019	3726-1560	3726-1564	-	
16 - E-MAIL				
marcelo.schmidt@elektro.com.br				

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/2007	31/12/2007
2 - Penúltimo	01/01/2006	31/12/2006
3 - Antepenúltimo	01/01/2005	31/12/2005
4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR		5 - CÓDIGO CVM
Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes		00385-9
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO		7 - CPF DO RESP. TÉCNICO
José Carlos Amadi		060.494.668-66

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2007

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 31/12/2007	2 31/12/2006	3 31/12/2005
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	183.761.945	183.761.945	183.761.945
2 - Preferenciais	203.756.586	203.756.600	203.756.600
3 - Total	387.518.531	387.518.545	387.518.545
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	14	14
6 - Total	0	14	14

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA
Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO
Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO
Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE
1120 - Energia Elétrica
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL
Distribuição de Energia Elétrica
6 - TIPO DE CONSOLIDADO
Não Apresentado

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLuíDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
01	AGE	14/09/2007	Dividendo	26/09/2007	PN	0,6386339440
02	AGE	14/09/2007	Dividendo	26/09/2007	ON	0,5805763130
03	RCA	09/11/2007	Juros Sobre Capital Próprio	10/12/2007	PN	0,1673712810
04	RCA	09/11/2007	Juros Sobre Capital Próprio	10/12/2007	ON	0,1521557100
05	RCA	09/11/2007	Juros Sobre Capital Próprio	23/01/2008	PN	0,0148896450
06	RCA	09/11/2007	Juros Sobre Capital Próprio	23/01/2008	ON	0,0135360410
07	RCA	26/02/2008	Dividendo		PN	0,3753021730
08	RCA	26/02/2008	Dividendo		ON	0,3411837930

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2007

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

01.09 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
28/02/2008	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2007

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2007	4 - 31/12/2006	5 - 31/12/2005
1	Ativo Total	2.689.993	3.271.853	3.363.353
1.01	Ativo Circulante	786.727	1.453.901	1.450.249
1.01.01	Disponibilidades	157.328	483.589	479.047
1.01.01.01	Bancos	25.815	30.356	20.075
1.01.01.02	Aplicações financeiras	131.513	453.233	458.972
1.01.02	Créditos	577.028	925.135	923.063
1.01.02.01	Clientes	423.333	513.273	420.007
1.01.02.01.01	Consumidores - parte de débito a fornecedores	467.591	575.560	482.233
1.01.02.01.02	Provisão p/ créditos liquidação duvidosa	(44.258)	(62.287)	(62.226)
1.01.02.02	Créditos Diversos	153.695	411.862	503.056
1.01.02.02.01	Caução de fundos e depósitos vinculados	44.036	48.356	42.702
1.01.02.02.02	Ativo regulatório transmissoras	10.789	0	0
1.01.02.02.03	Recup. das perdas de receita racionamento	0	0	32.615
1.01.02.02.04	Energia livre	0	0	48.455
1.01.02.02.05	Conta comp. de variações parcela A - CVA	0	144.635	74.287
1.01.02.02.06	Recomposição de PIS e COFINS	6.201	22.805	37.166
1.01.02.02.07	Reposicionamento tarifário	0	93.353	172.154
1.01.02.02.08	Tributos diferidos e a compensar	92.689	102.713	95.677
1.01.03	Estoques	3.973	3.122	3.807
1.01.03.01	Almoxarifado	3.973	3.122	3.807
1.01.04	Outros	48.398	42.055	44.332
1.01.04.01	Outros créditos	48.398	42.055	44.332
1.02	Ativo Não Circulante	1.883.266	1.817.952	1.913.104
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	461.413	481.000	675.987
1.02.01.01	Créditos Diversos	458.844	478.416	674.387
1.02.01.01.01	Parcelamento de débitos	21.564	24.825	23.364
1.02.01.01.02	Supradores	20.410	20.486	21.682
1.02.01.01.03	Caução de fundos e depósitos vinculados	10.722	9.585	8.697
1.02.01.01.04	Ativo regulatório transmissoras	6.293	0	0
1.02.01.01.05	Conta comp. de variações parcela A - CVA	8.234	8.068	96.179
1.02.01.01.06	Recomposição de PIS e COFINS	3.263	3.176	41.638
1.02.01.01.07	Tributos diferidos e a compensar	388.358	412.276	482.827
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.01.03	Outros	2.569	2.584	1.600
1.02.02	Ativo Permanente	1.421.853	1.336.952	1.237.117
1.02.02.01	Investimentos	4.343	4.352	8.077
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas - Agro	0	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2007

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2007	4 - 31/12/2006	5 - 31/12/2005
1 02 02.01.03	Participações em Controladas	0	0	0
1 02 02 01 04	Participações em Controladas - Ágio	0	0	0
1 02 02.01.05	Outros Investimentos	4.343	4.352	8.077
1 02 02.02	Imobilizado	1.375.660	1.291.099	1.189.259
1 02 02.03	Intangível	36.954	31.368	27.477
1 02 02 04	Diferido	4.896	10.133	12.304

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2007

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2007	4 - 31/12/2006	5 - 31/12/2005
2	Passivo Total	2.669.993	3.271.853	3.363.353
2.01	Passivo Circulante	724.306	1.145.929	1.270.819
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	48.099	29.622	68.083
2.01.02	Debêntures	18.618	31.728	37.799
2.01.03	Fornecedores	217.503	200.036	194.111
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	86.198	148.420	175.752
2.01.05	Dividendos a Pagar	143.653	476.603	608.692
2.01.05.01	Dividendos a pagar	139.169	476.603	0
2.01.05.02	Juros sobre capital próprio a pagar	4.494	0	0
2.01.06	Provisões	66.794	71.573	54.063
2.01.06.01	Provisão programa eficiência energética	44.712	71.573	54.063
2.01.06.02	Passivo regulatório transmissoras	10.789	0	0
2.01.06.03	Conta comp.de variações parcela A - CVA	11.293	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	48.834	88
2.01.08	Outros	143.431	139.113	132.231
2.01.08.01	Energia livre	8.817	9.177	50.300
2.01.08.02	Encargos do consumidor	18.617	31.700	11.761
2.01.08.03	Devol. baixa renda -modicidade tarifária	37.723	38.476	16.594
2.01.08.04	Plano de pensão	0	243	2.913
2.01.08.05	Salários e contribuições sociais	32.954	29.888	32.216
2.01.08.06	Outros passivos	45.320	31.629	18.447
2.02	Passivo Não Circulante	862.190	1.065.772	1.057.466
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	862.190	1.065.772	1.057.466
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	177.247	91.508	60.480
2.02.01.02	Debêntures	508.332	766.157	751.724
2.02.01.03	Provisões	89.482	119.167	125.647
2.02.01.03.01	Provisão para ações judiciais, liquidas	83.189	119.167	125.647
2.02.01.03.02	Passivo regulatório transmissoras	6.293	0	0
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	47.255
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0
2.02.01.06	Outros	87.129	88.940	72.359
2.02.01.06.01	Devol. baixa renda -modicidade tarifária	54.637	52.593	34.457
2.02.01.06.02	Plano de pensão	31.846	35.691	37.288
2.02.01.06.03	Outros passivos	646	656	614
2.02.02	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.04	Patrimônio Líquido	1.083.497	1.060.152	1.035.068
2.04.01	Capital Social Realizado	952.492	952.492	952.492
2.04.02	Reservas de Capital	50.539	50.539	50.539
2.04.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.04.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.04.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2007

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2007	4 - 31/12/2006	5 - 31/12/2005
2.04.04	Reservas de Lucro	80.466	57.121	32.037
2.04.04.01	Legal	80.466	57.121	32.037
2.04.04.02	Estatutária	0	0	0
2.04.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.04.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.04.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.04.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.04.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.04.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	0
2.04.06	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2007

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2007 a 31/12/2007	4 - 01/01/2006 a 31/12/2006	5 - 01/01/2005 a 31/12/2005
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	3.582.762	3.626.394	3.379.928
3.02	Deduções da Receita Bruta	(1.326.689)	(1.349.370)	(1.178.684)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	2.256.073	2.277.024	2.201.244
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(1.409.016)	(1.360.351)	(1.387.102)
3.04.01	Energia comprada para revenda	(1.181.576)	(1.114.617)	(1.122.121)
3.04.02	Créditos PIS e COFINS s/custo do serviço	110.805	104.588	99.172
3.04.03	Gastos com pessoal	(129.277)	(125.738)	(111.785)
3.04.04	Gastos com materiais	(23.659)	(23.808)	(20.244)
3.04.05	Gastos com serviços de terceiros	(66.735)	(69.768)	(60.381)
3.04.06	Depreciação e outras amortizações	(112.051)	(111.887)	(105.433)
3.04.07	Outras despesas operacionais	(22.039)	(31.845)	(73.456)
3.04.08	Créditos PIS e COFINS s/custo operação	15.516	12.724	7.146
3.05	Resultado Bruto	847.057	916.673	814.142
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(280.202)	(171.473)	(161.317)
3.06.01	Com Vendas	(13.089)	(11.521)	(9.917)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(64.495)	(67.538)	(53.907)
3.06.03	Financeiras	(146.231)	(26.963)	9.595
3.06.03.01	Receitas Financeiras	129.695	194.838	409.857
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(275.926)	(221.801)	(400.262)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(56.387)	(75.243)	(106.672)
3.06.05.01	Amortização do ágio	(7.348)	(7.348)	(7.359)
3.06.05.02	Outras despesas operacionais	(49.039)	(67.895)	(99.313)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	(208)	(416)
3.07	Resultado Operacional	566.855	745.200	652.825
3.08	Resultado Não Operacional	(12.285)	(14.567)	(4.205)
3.08.01	Receitas	7.049	3.312	7.757
3.08.02	Despesas	(19.334)	(17.879)	(11.962)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	554.570	730.633	648.620
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(109.929)	(150.380)	(305.827)
3.11	IR Diferido	(45.315)	(78.566)	315.532
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	67.585	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	466.911	501.687	658.325
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	387.518.531	387.518.531	387.518.531
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,00120	0,00129	0,00170
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Data-Base - 31/12/2007
Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CODIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2007 a 31/12/2007	4 - 01/01/2008 a 31/12/2008	5 - 01/01/2009 a 31/12/2009
------------	---------------	-----------------------------	-----------------------------	-----------------------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2007 a 31/12/2007	4 - 01/01/2006 a 31/12/2006	5 - 01/01/2005 a 31/12/2005
4 01	Origens	881.989	1.033.221	1.967.988
4 01 01	Das Operações	685.818	724.888	345.131
4 01.01.01	Lucro/Prejuízo do Período	466.911	501.687	658.325
4 01.01.02	Vis. que não repr. mov. Cap. Circulante	218.907	223.201	(313.194)
4 01 01 02.01	Recomposição de PTS e COFINS	0	7.270	(51.150)
4 01 01 02.02	Conta comp de variações parcela A - CVA	13.568	(15.847)	46.716
4 01.01.02.03	Reclassif. tarifa clientes baixa renda	35.129	68.147	27.971
4 01.01.02.04	Resultado da equivalência patrimonial	0	208	416
4 01 01 02.05	Depreciação e outras amortizações	112.051	111.887	105.433
4 01 01 02.06	Amortização do ágio	7.348	7.348	7.359
4 01.01.02.07	Provisão para perdas incentivos fiscais	0	0	3.540
4 01 01 02.08	Valor residual ativo permanente baixado	20.394	23.892	16.714
4 01 01 02.09	Juros e variações monetárias de LP	51.129	38.767	(207.066)
4 01.01.02.10	Crédito fiscal diferido	0	0	(257.514)
4 01.01.02.11	Plano de pensão	(3.398)	(4.797)	(6.347)
4 01 01 02.12	Provisão para ações judiciais	(41.235)	(15.845)	0
4 01 01 02.13	Outros	23.921	2.171	734
4 01 02	Das Açõesistas	0	0	517.258
4 01 02 01	Aumento capital - capitaliz. contas a pag	0	0	517.258
4 01.03	De Terceiros	196.171	308.333	1.105.599
4 01.03.01	Transf. ativo não circulante p/circulante	33.487	194.625	248.658
4 01 03.02	Empréstimos e financiamentos	133.067	63.724	65.114
4 01 03.03	Debêntures	0	0	750.000
4 01.03.04	Obrigações especiais	18.943	49.984	41.827
4 01.03.05	Outras origens	10.674	0	0
4 02	Aplicações	1.127.540	904.679	1.633.669
4 02 01	Aumento do realizável a longo prazo	6.292	1.872	23.119
4 02 02	Aumento do ativo imobilizado	293.088	295.325	239.240
4 02 03	Aumento do ativo diferido	0	0	13.028
4 02 04	Transf. pass. não circulante p/circulante	384.594	130.879	749.552
4 02 05	Acervo líquido - cisão parte geração	0	0	1.564
4 02 06	Dividendos propostos e pagos e JSCP	443.566	476.603	608.692
4 02 07	Outras aplicações	0	0	(1.526)
4 03	Acréscimo/Decréscimo no Cap. Circulante	(245.551)	128.542	334.319
4 04	Variação do Ativo Circulante	(687.174)	3.652	257.305
4 04 01	Ativo Circulante no Início do Período	1.453.901	1.450.249	1.192.944
4 04 02	Ativo Circulante no Final do Período	786.727	1.453.901	1.450.249
4 05	Variação do Passivo Circulante	(421.623)	(124.890)	(77.014)
4 05 01	Passivo Circulante no Início do Período	1.145.929	1.270.819	1.347.833
4 05 02	Passivo Circulante no Final do Período	724.306	1.145.929	1.270.819

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2007 A 31/12/2007 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUIZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	952.482	50.539	0	57.12	0	1.060.152
5.02	Ajustes do Exercício Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Período	0	0	0	0	486.91	486.91
5.07	Destinações	0	0	0	23.345	(486.91)	(443.565)
5.07.01	Constituição de reserva legal	0	0	0	23.345	(23.345)	0
5.07.02	Dividendos pagos e propostos	0	0	0	0	(375.981)	(375.981)
5.07.03	Juros sobre capital próprio	0	0	0	0	(67.585)	(67.585)
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	952.482	50.539	0	80.465	0	1.083.497

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2006 A 31/12/2006 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PERJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial			50.539	0	32.037	1.035.068
5.02	Ajustos de Exercícios Anteriores			0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social			0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas			0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria			0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Período			0	0	501.687	501.687
5.07	Destinações			0	25.084	(501.687)	(476.603)
5.07.01	Constituição de reserva legal			0	25.084	(25.084)	0
5.07.02	Dividendos propostos			0	0	(476.603)	(476.603)
5.08	Outros			0	0	0	0
5.09	Saldo Final			50.539	0	57.121	1.060.152

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02 328 280/0001-97

05.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2005 A 31/12/2005 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	969.455	15.111	0	0	1624.534	260.032
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	117.596	(17.596)
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	(15.963)	33.675	0	0	624.534	640.646
5.03.01	Absorção do prejuízo acumulado	(608.423)	(15.111)	0	0	624.534	0
5.03.02	Capitalização cortas a pagar acionistas	276.494	240.764	0	0	0	517.258
5.03.03	Capitalização do divida	317.530	276.495	0	0	0	594.025
5.03.04	Cisão parcial	(1.564)	0	0	0	0	(1.564)
5.03.05	Constituição de provisão CVM 319/349	0	(468.073)	0	0	0	(468.073)
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	658.325	658.325
5.07	Destinações	0	0	0	32.037	(640.728)	(608.692)
5.07.01	Constituição de reserva legal	0	0	0	32.037	(32.037)	0
5.07.02	Dividendos propostos	0	0	0	0	(608.692)	(608.692)
5.08	Outros	0	2.353	0	0	0	2.353
5.08.01	Aplicação em incentivos fiscais	0	2.353	0	0	0	2.353
5.09	Saldo Final	952.492	50.539	0	32.037	0	1.035.068

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

12.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

Aos Acionistas e Administradores da

Elektro Eletricidade e Serviços S.A.

Campinas - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Elektro Eletricidade e Serviços S.A., levantados em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Sociedade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Sociedade, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Elektro Eletricidade e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de expressar opinião sobre as demonstrações financeiras básicas referidas no parágrafo 1 acima tomadas no seu conjunto. As demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 e a demonstração dos resultados segregados por atividades correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, que estão sendo apresentadas para propiciar informações suplementares sobre a Sociedade, não são requeridas como parte integrante das demonstrações financeiras básicas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Referidas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras básicas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, tomadas no seu conjunto.

Campinas, 26 de fevereiro de 2008

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

José Carlos Amadi

Contador

CRC nº 1 SP 158025/O-0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2007

Senhores Acionistas,

De acordo com as determinações legais e estatutárias, apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, acompanhados do parecer dos Auditores Independentes.

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2007 foi muito especial para todos nós da Elektro. Pela terceira vez, a empresa conquistou o Prêmio Abradee de Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do Brasil e Melhor Gestão Operacional. Além disso, conquistamos dois prêmios inéditos nas categorias: Responsabilidade Social e Avaliação pelo Cliente. Nosso compromisso com a sustentabilidade trouxe mais um reconhecimento: a Elektro foi considerada uma das 20 empresas-modelo em sustentabilidade do Brasil, pelo Guia Exame de Sustentabilidade, publicado pela Revista Exame.

Outro marco importante foi a certificação dos nossos processos pelo Sistema de Gestão da Qualidade (ISO 9001). Essa certificação veio coroar o trabalho dos nossos colaboradores que, desde 2005, se dedicaram para implementar o Sistema de Qualidade da Elektro.

No ano de 2007 também ocorreu o segundo ciclo de Revisão Tarifária que, conforme previsto no nosso contrato de concessão, deve ocorrer a cada quatro anos, e tem como principal objetivo manter o equilíbrio econômico-financeiro e repassar aos consumidores os ganhos de produtividade e eficiência da distribuidora. Em decorrência deste processo, as novas tarifas de energia reduziram 18,59% quando comparadas com as tarifas vigentes até agosto de 2007.

É importante destacar também nossa preocupação em buscar sempre a eficiência econômico-financeira. Otimizamos a estrutura de capital, utilizando o caixa disponível da empresa para recomprar parte de nossas debêntures no mercado, reduzindo o nosso endividamento bruto em 23,2% em relação a 2006. Além disso, distribuímos dividendos e juros sobre capital próprio aos acionistas. Também encerramos o ano com uma geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA, de R\$ 832,5 milhões, o equivalente a uma margem de 36,9%.

Neste ano reforçamos ainda mais o nosso comprometimento pela busca constante da sustentabilidade do negócio. Investimos em ações que garantem a segurança da nossa força de trabalho e da população, na melhoria da qualidade e dos serviços prestados, na redução dos impactos das nossas operações sobre o meio ambiente e o desenvolvimento social das comunidades atendidas. Neste último aspecto, destaco o projeto "Energia Comunitária – por uma comunidade melhor", que promove o uso adequado e seguro da energia elétrica, por meio da regularização das instalações elétricas das residências e de ações sociais que visam à geração de renda e o bem-estar das comunidades atendidas.

Tenho certeza que em 2007 tivemos muitas conquistas e reconhecimentos, mas ainda temos um grande desafio: melhorar os nossos índices de segurança do trabalho já que este é o nosso Valor número um. Acreditamos tanto nisso que não medimos esforços para conscientizar todos sobre a importância da segurança. Em 2007, trabalhamos intensamente no mapeamento e na implementação de medidas visando a diminuir o número de acidentes com

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

afastamento e com alto potencial de risco. Mas sabemos que isso só será possível se trabalharmos juntos - nós, colaboradores Elektro e empresas parceiras - para mudarmos esse cenário.

Mesmo frente aos grandes desafios do nosso negócio, tenho orgulho de fazer parte desta empresa, porque sua história de sucesso é a história de toda nossa força de trabalho. Nosso pessoal, que se supera a cada dia, é comprometido com os nossos valores, com a excelência operacional e com o relacionamento com os clientes. E ainda doa seu tempo, com amor e dedicação, ao trabalho voluntário.

Sei que a construção de uma história de sucesso depende do apoio e do comprometimento de muitos. Por isso, a todos aqueles que desempenham papel fundamental para que alcancemos nossos objetivos, e que fazem da Elektro a melhor distribuidora de energia elétrica do País – colaboradores, clientes, fornecedores, comunidades, instituições financeiras, entidades de classe, órgãos públicos e acionistas –, o meu muito obrigado.

Carlos Marcio Ferreira

2. AMBIENTE ECONÔMICO

O ano de 2007 foi marcado pelo significativo crescimento da economia brasileira com conseqüente aumento do consumo. A produção industrial, medida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, registrou o melhor resultado desde 2004, com expansão de 6,0% e patamar bem superior aos anos anteriores, 2,8% em 2006 e 3,1% em 2005. O destaque do ano foi a produção de bens de capital com crescimento de 19,9%, contribuindo para a formação do estoque de investimentos.

A tendência verificada nos últimos três anos quanto à queda dos juros, taxas da inflação em linha com as metas inflacionárias estabelecidas pelo Banco Central, apreciação do real, diminuição do risco Brasil e maior disponibilidade de crédito permitiram um ambiente para a retomada de investimentos, influenciando favoravelmente o aquecimento da atividade econômica.

A partir de setembro de 2007, o Comitê de Política Monetária (Copom) interrompeu o ciclo de queda da taxa básica de juros Selic, iniciado em 2005, mantendo-a em 11,25% ao ano nos últimos quatro meses de 2007. Esta decisão foi baseada nas pressões inflacionárias indicadas para o segundo semestre e potenciais impactos da crise de crédito imobiliário de alto risco (*subprime*), deflagrada nos Estados Unidos. O Conselho Monetário Nacional manteve a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) relativamente estável durante o ano, ficando 6,5% ao ano no primeiro semestre de 2007 e 6,25% no restante do exercício, patamar mais baixo desde a sua criação em 1984.

A inflação medida pelo Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M) encerrou o ano registrando um aumento de 7,75% e ficando 3,92 pontos percentuais acima da variação de 2006, puxado principalmente pelo aumento nos preços dos alimentos, influenciados pelas *commodities*. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) encerrou o ano em 4,46% e ficou 1,32 pontos percentuais acima do índice de 2006 (3,14%), mas em linha com a meta inflacionária de 4,5%.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

DATA-BASE - 31/12/2007

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A valorização do Real frente à moeda norte-americana foi de 17,15%, reforçando a tendência de contínua apreciação da moeda brasileira, verificada desde 2003.

O Investimento Estrangeiro Direto (IED) atingiu US\$ 34,6 bilhões, recorde em termos históricos, superando a marca anterior de US\$ 32,8 bilhões no ano 2000, quando ocorreu privatizações de empresas estatais, com participação ativa de investidores estrangeiros.

A balança comercial brasileira apresentou um superávit de US\$ 40,0 bilhões no ano, cujo resultado foi 14% menor do que o superávit de 2006 (US\$ 46,5 bilhões), influenciada pelo incremento das importações como decorrência da apreciação do real e aumento da demanda interna.

Os indicadores econômicos que influenciaram os resultados da Elektro apresentaram a seguinte evolução:

Indicadores	2007	2006
Taxa de Câmbio R\$/US\$ ⁽¹⁾	1,7713	2,1380
Valorização Cambial	-17,15%	-8,66%
Selic	11,88%	15,07%
CDI	11,82%	15,03%
TJLP	6,37%	7,87%
IGP-M	7,75%	3,83%
IGP-DI	7,89%	3,79%
IPCA	4,46%	3,14%

⁽¹⁾ Cotação em 31 de dezembro

3. ASSUNTOS REGULATÓRIOS**3.1. Revisão Tarifária de 2007**

Conforme previsto no contrato de concessão, a revisão tarifária periódica das concessionárias de distribuição de energia elétrica ocorre a cada quatro anos. A primeira revisão tarifária da Elektro ocorreu em 27 de agosto de 2003, e a segunda em 27 de agosto de 2007.

A revisão tarifária tem a finalidade de reavaliar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, ao mesmo tempo em que oferece à modicidade tarifária os ganhos de produtividade alcançados pela concessionária. Difere do reajuste tarifário anual em dois aspectos: (i) trabalha com dados projetados para os próximos 12 meses e; (ii) estabelece os custos eficientes, tendo como parâmetro uma empresa de referência definida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e a Base de Remuneração Regulatória (BRR), valor a partir do qual remunera os investimentos dos acionistas na concessionária.

Esse segundo ciclo de revisão tarifária estabeleceu as tarifas da Elektro para o período de 27 de agosto de 2007 até 26 de agosto de 2008. A Resolução Homologatória nº 535 da ANEEL

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL		Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS		
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas		Legislação Societária
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		DATA-BASE - 31/12/2007
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

homologou um reposicionamento tarifário médio negativo de 18,59%, influenciado pelos seguintes fatores:

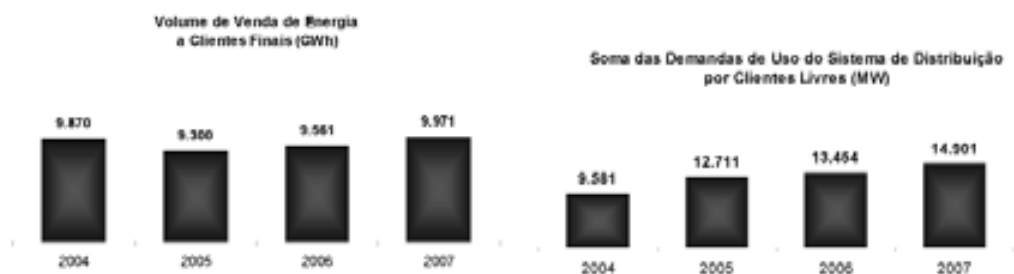
- Redução da taxa de retorno, expressa pelo Custo Médio Ponderado de Capital – WACC (de 11,26% para 9,95% ao ano);
- Término do período de recuperação do diferimento tarifário, no período relativo à primeira revisão tarifária da Elektro, cuja diferença entre o devido (28,69%) e o aplicado (20,25%) em agosto de 2003, foi concedido pela ANEEL no período de 2004 até 2007;
- A quota de reintegração não é mais aplicada aos valores relativos às Obrigações Especiais;
- Repasse dos ganhos de produtividade da Elektro em prol da modicidade tarifária; e
- Redução dos valores da Conta de Consumo de Combustível (CCC), regulada pela ANEEL.

A Elektro protocolou Recurso Administrativo junto à ANEEL, em 10 de setembro de 2007, no tocante ao valor definido para a Base de Remuneração Regulatória utilizada pela ANEEL na Revisão Tarifária de agosto de 2007. O Recurso solicita, principalmente, a inclusão de ativos na Base de Remuneração Regulatória e a revisão dos cálculos dos valores atribuídos à Base de Remuneração a título de custos adicionais e componentes menores. O processo ainda encontra-se sob análise do Órgão Regulador.

Os índices de reposicionamento tarifário, divulgados até o momento, são preliminares para todas as distribuidoras, uma vez que a ANEEL, por meio de Audiência Pública nº 052/2007, está reavaliando a metodologia de revisão tarifária, principalmente no que toca a Empresa de Referência. Tais índices provisórios vigorarão até a ocasião do reajuste tarifário a ser aplicado em 2008, quando há a expectativa de que sejam fixados os valores definitivos calculados para os custos operacionais eficientes, efetuadas as devidas compensações tarifárias.

4. DESEMPENHO COMERCIAL

4.1. Vendas de Energia e Uso do Sistema de Distribuição



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Receita de Venda de Energia e de Uso do Sistema (R\$ milhões)



Venda de Energia a Clientes Finais	GWh			R\$ milhões		
	2007	2006	Var. %	2007	2006	Var. %
Residencial	3.183,5	3.080,3	4,0%	1.371,5	1.345,9	1,9%
Industrial	3.483,5	3.347,5	3,5%	912,7	968,6	-5,8%
Comercial	1.490,3	1.379,2	8,1%	575,7	557,9	3,2%
Rural	809,3	770,3	5,1%	175,1	174,3	0,5%
Poder Público	262,5	249,9	5,0%	104,7	100,2	4,5%
Iluminação Pública	394,7	385,6	2,4%	92,3	94,7	-2,5%
Serviços Públicos	366,8	368,5	-0,5%	95,9	105,9	-9,4%
Venda de Energia a Clientes Finais	9.970,6	9.561,3	4,3%	3.327,9	3.347,5	-0,6%

Uso do Sistema de Distribuição por Clientes Livres	MW			R\$ milhões		
	2007	2006	Var. %	2007	2006	Var. %
Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição ⁽¹⁾	14.901,5	13.454,5	10,8%	300,4	287,4	4,5%

Receita de Venda de Energia + Uso do Sistema de Distribuição (R\$ milhões)	3.628,3	3.634,9	-0,2%
---	----------------	----------------	--------------

⁽¹⁾ A Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição está apresentada como demanda futura.

No ano de 2007, o volume de energia elétrica fornecida a clientes finais pela Elektro foi 9.971 GWh, apresentando crescimento de 4,3% em relação a 2006.

O crescimento das classes Residencial e Comercial foi influenciado positivamente pelas altas temperaturas registradas em 2007, em média superiores em 1°C durante a maior parte do ano, quando comparado ao ano de 2006.

A classe Industrial, cuja participação relativa no consumo total é de 35%, apresentou aumento de 3,5%. Este crescimento foi influenciado positivamente pelos setores relacionados à Construção Civil, que apresentou forte expansão ao longo do ano, como pode ser verificado pelo INCC (Índice Nacional da Construção Civil, calculado pelo IBGE), que apresentou resultado acumulado de 6,03% em 2007.

A taxa de crescimento da classe rural em 2007 foi de 5,1%. O último trimestre do ano apresentou consumo bastante acentuado em função dos baixos índices pluviométricos, o que implicou em maior uso de sistemas de irrigação. Assim, houve acréscimo elevado desta

Serviço Público Federal	Divulgação Externa
CVM - Comissão de Valores Mobiliários	
DFF - Demonstrações Financeiras Padronizadas	Legislação Societária
Empresa Comercial, Industrial e Outras	DATA-BASE = 31/12/2007
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A
	02.328.280/0001-97

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

classe, apesar da influência negativa do avanço do cultivo de cana-de-açúcar na área de concessão da Elektro, cultura que, ao contrário de outras, não utiliza sistemas de irrigação e usa o subproduto de sua produção para gerar energia para consumo próprio.

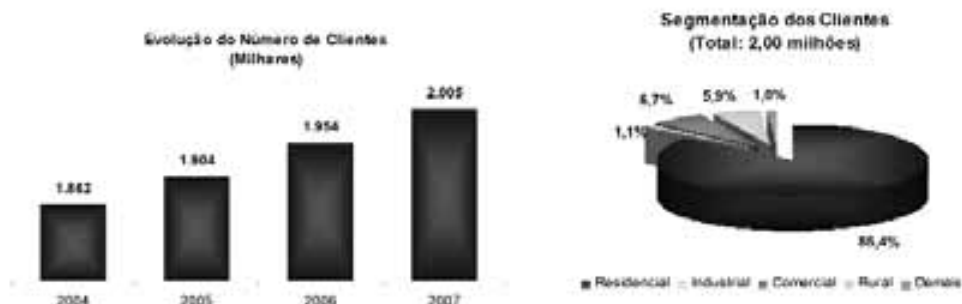
As demais classes (poder público, iluminação pública e serviços públicos), que juntas respondem por 10% do mercado da Elektro, apresentaram evolução de 2,0% no ano de 2007. Os aumentos das vendas de energia elétrica das classes de Poder Público (5,0%) e Iluminação Pública (2,4%), no ano de 2007, apresentaram correlação com o crescimento da população na área de concessão da Elektro.

Em 2007, a receita de fornecimento de energia foi de R\$ 3,3 bilhões, 0,6% menor quando comparado com 2006. Em decorrência de análise histórica da evolução da Receita Não Faturada, no segundo trimestre de 2007, a Elektro efetuou uma mudança no critério de estimativa dessa rubrica com o propósito de ter uma melhor aderência aos valores que efetivamente vêm se realizando. Como consequência, o faturamento foi impactado negativamente em R\$ 55 milhões. Caso não houvesse esta mudança, o incremento relativo à receita de vendas seria de 1,2% em relação ao ano de 2006. A mudança no critério também influenciou a variação do reconhecimento das receitas entre classes de consumo, dificultando a comparabilidade do período analisado.

Os clientes livres localizados na área de concessão da Elektro pagam tarifa pelo uso do sistema de distribuição de energia elétrica para a concessionária. Ao final do ano de 2007, a Elektro possuía 38 clientes livres na sua área de concessão. A saída de clientes da base cativa representa um decréscimo no volume de vendas de energia da empresa, entretanto, implica também na redução das respectivas compras de energia.

No período de 2007, a receita pelo uso do sistema de distribuição foi de R\$ 300,4 milhões, 4,5% acima do valor auferido no mesmo período do ano anterior. A soma das demandas de uso na ponta e fora de ponta (14.901 MW) apresentou elevação de 10,8%.

Em dezembro de 2007, o número de clientes cativos da Elektro superou a marca de 2 milhões de clientes. O acréscimo líquido foi de 51 mil clientes em relação ao encerramento de 2006.

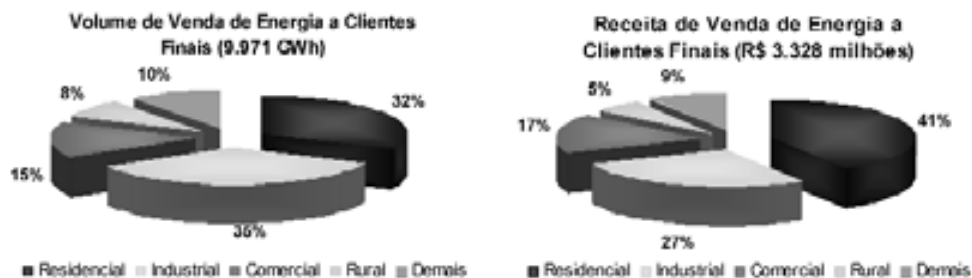


4.2. Segmentação das Vendas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS	
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas	Legislação Societária
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	DATA-MASK - 31/12/2007
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A
	02.328.280/0001-97

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A venda de energia a clientes finais apresentou a seguinte segmentação ao longo do exercício de 2007:



4.3. Suprimento de Energia

Para o ano de 2007, conforme indicado no gráfico abaixo, 70,4% do suprimento de energia da Elektro foi garantido pelos Contratos de Compra de Energia Elétrica em Ambiente Regulado (CCEAR). A energia compulsória proveniente de Itaipu representou 27,0% do total de compra de energia da Elektro. Além disso, completando o portfólio de compra, 2,6% da energia comprada foi proveniente de contratos bilaterais e do Programa de Incentivo a Fontes Alternativas (PROINFA).



Considerando as condições estabelecidas pelo atual marco regulatório para suprimento de energia das distribuidoras, principalmente por meio dos leilões regulados pela ANEEL, a Elektro já contratou as suas necessidades de energia previstas para o período de 2008 a 2012. Para atender aos requisitos de crescimento de mercado da Elektro, as quantidades adicionais necessárias a partir de 2013 serão adquiridas nos próximos leilões a serem agendados, conforme previsto na legislação vigente.

5. RESULTADOS

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

	Valores em R\$ milhões			
	2007	2006	Variação	
			R\$ Milhões	%
Venda de Energia Clientes Finais	3.327,9	3.347,3	(19,4)	-0,6%
Reposicionamento Tarifário	(93,4)	(78,8)	14,6	18,5%
Receita pelo Uso do Sistema de Distribuição	300,4	287,4	13,0	4,5%
Outras Receitas	47,8	70,4	(22,6)	-32,1%
Receitas Operacionais	3.582,7	3.626,3	(43,6)	-1,2%
Deduções às Receitas Operacionais	(1.326,7)	(1.349,4)	(22,7)	-1,7%
Receitas Operacionais Líquidas	2.256,0	2.276,9	(20,9)	-0,9%
Energia Comprada para Revenda ⁽¹⁾	(1.070,8)	(1.010,0)	60,8	6,0%
Gastos Operacionais	(472,2)	(494,6)	(22,4)	-4,5%
Resultado do Serviço	713,0	772,3	(59,3)	-7,7%
EBITDA ⁽²⁾	832,5	891,5	(59,0)	-6,6%
Resultado Financeiro ⁽³⁾	(78,6)	(27,0)	51,6	191,1%
Lucro Líquido	466,9	501,7	(34,8)	-6,9%

(1) Líquido de crédito de PIS/COFINS

(2) Resultado do Serviço + Amortização do Agio + Depreciação e Outras Amortizações.

(3) Exclui pagamento de juros sobre capital próprio

Em 2007, a receita operacional bruta da Elektro foi de R\$ 3,6 bilhões, um declínio de 1,2% em relação ao ano anterior. Da receita total, 92% equivalem à receita com venda de energia para clientes finais e 8% à receita pelo uso do sistema de distribuição, proveniente dos clientes livres que saíram da sua base de clientes cativos.

As receitas operacionais líquidas da Elektro atingiram R\$ 2,3 bilhões, com uma discreta redução de 0,9% em relação ao mesmo período de 2006, devido principalmente aos seguintes fatores: (i) efeito da revisão tarifária média negativa de 18,59% ocorrida em agosto de 2007, com reflexos nos últimos quatro meses de 2007 e (ii) impacto negativo pela alteração no critério de estimativa de Receita Não Faturada.

O custo da energia comprada aumentou R\$ 60,8 milhões, devido, principalmente, ao aumento da tarifa média de energia comprada, homologada pela ANEEL. Cabe mencionar que, conforme regulado pela ANEEL, os aumentos de custo da energia comprada têm repasse integral às tarifas a serem cobradas dos consumidores finais.

Os resultados dos gastos operacionais (soma das despesas operacionais e o custo da operação) mostraram-se 4,5% menores em relação a 2006, devido a: (i) impactos favoráveis de reversões das provisões de ICMS sobre demanda (R\$ 37,9 milhões), ações contra reajustes de tarifas de energia durante o congelamento de preços ocorrido em 1986 (R\$ 5,6 milhões) e Crédito de Liquidação Duvidosa (R\$ 10,0 milhões); e (ii) impactos desfavoráveis pelos gastos com acordo coletivo e indenizações trabalhistas, no valor de R\$ 9,1 milhões. Adicionalmente, em 2006, para adequação aos critérios da Deliberação CVM nº 489/05 houve reversões de provisões no valor de R\$ 18,4 milhões, o que não ocorreu em 2007.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Elektro encerrou o ano com uma geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA, de R\$ 832,5 milhões, 6,6% menor em relação a 2006. O resultado do serviço foi de R\$ 713,0 milhões, com queda de 7,7% sobre o resultado de 2006.

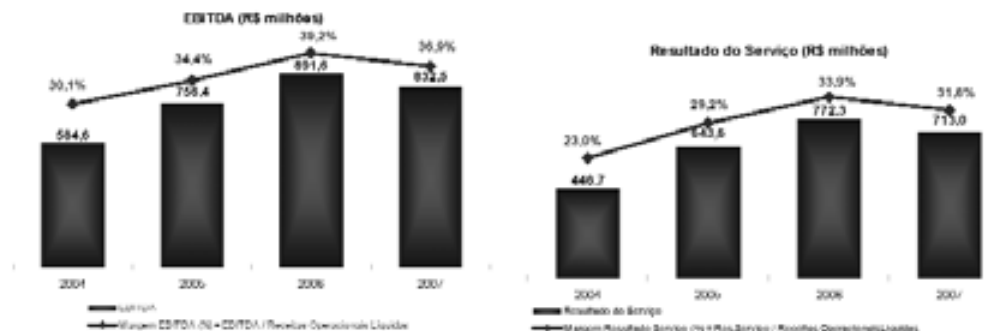
O resultado financeiro negativo (despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras) do ano de 2007 foi R\$ 51,6 milhões superior ao registrado no mesmo período do ano anterior, decorrente dos seguintes efeitos: (i) resgates antecipados de debêntures; e (ii) menores receitas financeiras incidentes sobre os ativos regulatórios, em função da redução da taxa de juros Selic, e do efeito de amortização desses ativos regulatórios (CVA, Parcela A e perdas decorrentes do racionamento) no período.

A Elektro registrou lucro líquido de R\$ 466,9 milhões em 2007, comparado a R\$ 501,7 milhões no ano anterior, apresentando redução de 6,9%.

Os gráficos a seguir ilustram os resultados operacionais da Elektro nos últimos quatro anos:



(1) Para fins de comparabilidade os valores de 2004, 2005 e 2006 foram reclassificados conforme o Despacho ANEEL nº 3.073 – Nota Explicativa nº 2 das Demonstrações Financeiras de 31/12/2007.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

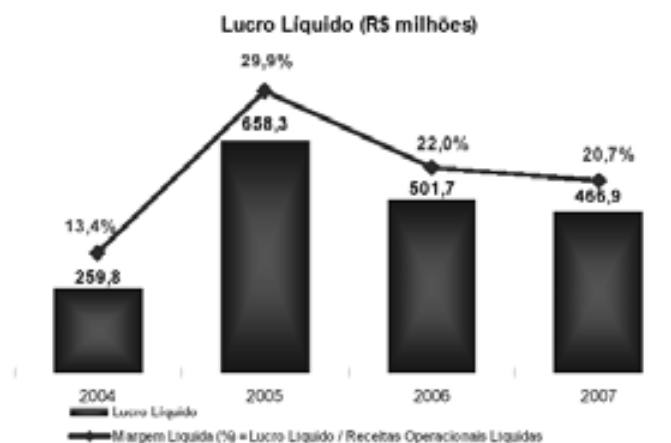
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



5.1. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Com base no lucro líquido apurado para o primeiro semestre de 2007, a Administração propôs a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 236,8 milhões, que foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, de 14 de setembro de 2007, e pagos aos acionistas em 26 de setembro de 2007.

Em Reunião do Conselho de Administração de 9 de novembro de 2007, foram aprovados pagamentos de juros sobre capital próprio nos seguintes montantes: (i) R\$ 62,1 milhões, referente ao período de 1 de janeiro a 30 de novembro de 2007 com pagamento em 10 de dezembro de 2007, e (ii) R\$ 5,5 milhões, referente ao mês de dezembro, cujo pagamento ocorreu em 23 de janeiro de 2008.

A Administração da Elektro também aprovou proposta de distribuição de dividendos no montante de R\$ 139,2 milhões, referente ao exercício de 2007 (já deduzidos os pagamentos efetuados de dividendos intermediários e juros sobre capital próprio), a ser proposto para aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos acionistas.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

6. ESTRUTURA DE CAPITAL

	31/12/2007				31/12/2006			
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total R\$ milhão	%	Curto Prazo	Longo Prazo	Total R\$ milhão	%
Dívida com Pessoas Ligadas	-	-	-	0,0%	48,8	-	48,8	5,0%
Empréstimos com Terceiros	65,9	685,6	751,5	100,0%	81,6	867,8	929,2	95,0%
Debêntures	18,8	508,3	526,9	70,1%	31,7	798,2	829,9	81,8%
BNDES Fincm / Fincanc	44,0	130,7	174,7	23,2%	25,6	62,9	88,4	9,0%
Intestados	3,3	43,7	46,9	6,2%	4,0	78,7	82,7	8,3%
Finep	-	3,4	3,4	0,4%	-	-	-	0,0%
Plano de Pensão (Fundação CESP)	-	-	-	0,0%	0,2	10,0	10,2	1,0%
Total da Dívida	65,9	685,6	751,5	100,0%	119,4	867,8	978,0	100,0%
Perfil da Dívida	9%	91%	100%		11%	89%	100%	
Caixa, Aplicações Financeiras e Caução de Fundos ⁽¹⁾	(191,7)				(528,9)			
Endividamento Líquido	559,8				449,1			

(1) Exclui garantias caucionadas para compra de energia elétrica.

A Elektro encerrou 2007 com um endividamento líquido de R\$ 559,8 milhões, resultado do endividamento total de R\$ 751,5 milhões e saldo de caixa, aplicações financeiras e caução de fundos no montante de R\$ 191,7 milhões, sendo que a dívida de longo prazo corresponde a 91% do total. Em 2007, o endividamento bruto da Elektro caiu R\$ 226,5 milhões em relação a 2006, pois a empresa aproveitou seu caixa disponível para liquidar antecipadamente dívidas onerosas.

Como consequência do processo de reestruturação financeira, ocorrido em 2005, a Elektro emitiu R\$ 750 milhões de debêntures não conversíveis em ações, divididas em três séries. A empresa resgatou antecipadamente parte desta dívida, reduzindo seu endividamento em R\$ 287,8 milhões, conforme descrito a seguir:

- o Em 19 de setembro de 2007, foi efetuado resgate antecipado de 100% da 3ª série de debêntures, com redução do endividamento em R\$ 187,5 milhões. A Escritura de Emissão previa essa possibilidade de resgate a partir de 1 de setembro de 2007;
- o Em 20 de dezembro de 2007, foi efetuado resgate antecipado de 10.029 debêntures da 2ª série, com redução do endividamento em R\$ 100,3 milhões, conforme aditamento de Escritura de Emissão, aprovado em Reunião do Conselho de Administração de 09 de novembro de 2007 e Assembleia de Debenturistas de 4 de dezembro de 2007.

Em 2007, a empresa captou recursos para financiar seu programa de investimentos, através de linhas do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (R\$ 107,3 milhões), Eletrobrás (R\$ 11,0 milhões) e Finep – Financiadora de Estudos e Projetos vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia (R\$ 3,4 milhões).

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL	Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS	
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas	Legislação Societária
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	DATA-BASE - 31/12/2007

01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97
---------	-------------------------------------	--------------------

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



Em 31 de dezembro de 2007, a Elektro apresentava um grau de alavancagem de 34%, patamar bastante prudente que garante uma situação de liquidez confortável para a empresa.

Ao final do exercício, o endividamento total da Elektro apresentava a seguinte indexação:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

7. FLUXO DE CAIXA

	Valores em R\$ milhões		Variação
	2007	2006	R\$ milhões
Lucro líquido do exercício	466,9	501,7	(34,8)
Depreciação e outras amortizações	119,4	119,2	0,2
Amortização e constituição de tributos diferidos	45,3	78,6	(33,3)
Juros e variação monetária	155,0	171,1	(18,1)
Outros	(23,9)	26,2	(50,1)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa	295,9	395,1	(99,2)
Lucro Líquido Ajustado	762,8	896,8	(134,0)
Variação do Capital de Giro Operacional	241,3	80,4	160,9
Geração Operacional de Caixa após Imposto de Renda, Contribuição Social e Pagamento de Juros	1.004,1	977,2	26,9
Aquisições de Imobilizado	(264,9)	(257,7)	7,1
Outros	15,8	33,4	(17,6)
Atividades de Investimento	(249,1)	(224,3)	24,7
Amortização de principal e juros	(305,4)	(72,9)	232,5
Captação de empréstimos	133,1	63,7	69,3
Atividades de Financiamento antes do Pagamento de Dividendos	(172,3)	(9,1)	163,2
Pagamento de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	(775,5)	(608,7)	166,8
Atividades de Financiamento após o Pagamento de Dividendos	(947,8)	(617,8)	329,9
Geração (consumo) Líquido de Caixa	(326,3)	4,5	(330,8)
Saldo Inicial do Período (excluindo caução de fundos)	483,8	479,0	4,5
Saldo Disponível de Caixa do Período (excluindo caução de fundos)	157,3	483,6	(326,3)

Em 2007, a geração operacional de caixa da Elektro, após imposto de renda, contribuição social e pagamento de juros, foi de R\$ 1 bilhão, R\$ 26,9 milhões superior ao registrada no ano anterior.

A Elektro apresentou um consumo líquido de caixa de R\$ 326,3 milhões, encerrando o ano de 2007 com um saldo disponível de R\$ 157,3 milhões em caixa, excluindo caução de fundos, influenciado pelos seguintes efeitos: (i) resgate antecipado das debêntures no valor de R\$ 287,8 milhões; (ii) pagamento de dividendos de R\$ 476,6 milhões, referentes ao exercício de 2006, em maio de 2007; (iii) pagamento de dividendos intermediários de R\$ 236,8 milhões, em setembro de 2007; e (iv) pagamento de juros sobre capital próprio de R\$ 62,1 milhões, em dezembro de 2007.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFF - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-MASK = 31/12/2007

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

8. INVESTIMENTO E MODERNIZAÇÃO

No ano de 2007, a Elektro investiu R\$ 264,9 milhões, dos quais R\$ 12,1 milhões foram investimentos realizados com recursos de clientes.



(1) Exclui investimentos realizados com recursos de clientes.

Os principais programas de investimentos realizados foram:

- R\$ 121,4 milhões na expansão, melhorias e preservação do sistema elétrico, dos quais: (i) R\$ 75,6 milhões foram investidos na preservação do sistema elétrico, (ii) R\$ 13,2 milhões em melhorias e atualizações tecnológicas, (iii) R\$ 32,6 milhões estão associados a novas ligações e à expansão de subestações e de linhas de transmissão;
- R\$ 65,6 milhões no Programa de Universalização, em cumprimento à Lei n° 10.438 de abril de 2002, segregados da seguinte forma:
 - R\$ 54,2 milhões em Programas Rurais, relacionados aos projetos de eletrificação de áreas rurais que viabilizaram o fornecimento de energia elétrica a 9.474 novos clientes, por meio do Programa Luz para Todos, sendo que esses valores ainda não foram totalmente comprovados junto à Eletrobrás;
 - R\$ 11,4 milhões no Programa de Universalização, que determina o atendimento de novas ligações e aumento de carga, sem ônus aos clientes com carga inferior a 50 KVA.

Os investimentos realizados no ano de 2007 foram superiores aos realizados no mesmo período do ano anterior, devido aos aumentos no custo médio para ligação de clientes dentro do Programa Luz para Todos e no volume de manutenção programada para preservação de redes e linhas de distribuição.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

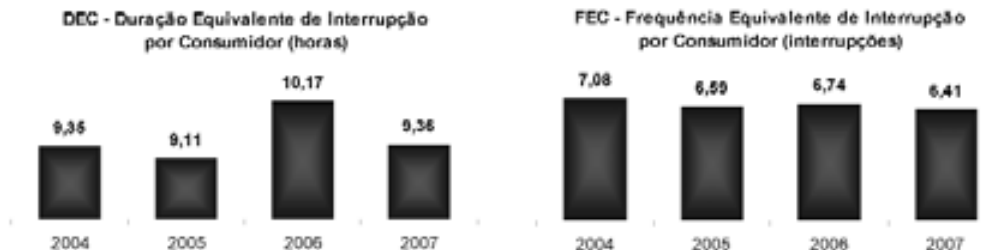
Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

9. DESEMPENHO OPERACIONAL

Os indicadores técnicos de DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor) da Elektro são melhores que os padrões exigidos pela ANEEL e, em 2007, ficaram em linha com os patamares verificados nos anos anteriores. O ano de 2006 foi atípico em função de severas tempestades com ventos e descargas atmosféricas que elevaram de modo significativo os indicadores, especialmente o DEC. No entanto, os investimentos realizados no sistema elétrico, principalmente em manutenção preventiva e a utilização de novas tecnologias, como digitalização e automação, mantiveram a rede suficientemente robusta frente à rigorosa situação climática, resultando na recuperação do índice em 2007.



Obs.: Os indicadores de DEC e FEC de 2004 não consideram o desligamento ocorrido em 17 de outubro, devido a um forte vendaval que atingiu toda a área de concessão, e a queda de uma torre de transmissão no município de Pirapozinho. Caso considerado, os indicadores seriam 9,87 e 7,23, respectivamente. Os indicadores de 2005 em diante não consideram os dias críticos, associados a situações de emergência, conforme definido pela Resolução ANEEL 024/2000. Caso considerado, os indicadores DEC e FEC de 2005 seriam 10,37 e 7,19, respectivamente, os indicadores DEC e FEC de 2006 seriam 12,81 e 7,98, respectivamente e os indicadores de DEC e FEC de 2007 seriam 10,97 e 7,15, respectivamente.



Obs.: O critério de cálculo das perdas é baseado nas compras totais de energia pela Elektro. No indicador de perdas de 2007, não foram computadas as perdas referentes a mudança provisória da medição de fronteira da Linha de Transmissão Capão Bonito – Itapeva – Itararé, determinado pela CCEE. Este aumento será anulado após entrada em operação da LT Maringá – Itararé II. Caso computado este valor, o índice seria de 7,02%.

O indicador de perdas registrado em dezembro de 2007 manteve-se estável em relação ao indicador de dezembro de 2006 (6,86%) apresentando, ainda, resíduo do impacto oriundo da

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

adoção da nova configuração das medições de fronteiras, conforme estabelecido nas Resoluções ANEEL 334/2002 e 067/2004.

Por força dessas resoluções, os pontos do sistema de medição de fronteira que registram o volume de energia comprada da Elektro, foram transferidos da baixa tensão para a alta tensão dos transformadores de fronteira. Com essa alteração, as perdas de energia nesses transformadores, que antes eram contabilizadas para as empresas transmissoras, passaram a ser contabilizadas para a Elektro, contribuindo para o aumento do índice de perdas. Caso não tivesse havido tal alteração, o índice de 2007 apresentaria resultado 0,6% menor.

10. RECONHECIMENTO

A Elektro tem empreendido diversas ações com o objetivo de ser a distribuidora de energia elétrica mais admirada do país. Em 2007, como consequência dos seus esforços, a empresa obteve os seguintes reconhecimentos:

50 Melhores Empresas em Cidadania Corporativa – Abril de 2007

O prêmio RH Cidadão, da revista Gestão e RH, promove a distinção das melhores empresas em cidadania corporativa e a Elektro está entre as 50 melhores. As empresas foram selecionadas a partir dos rankings “1.000 Maiores Empresas” e “150 Melhores Empresas para se Trabalhar”, publicados pela revista Exame. De um universo de 1.150 organizações, 458 participaram da pesquisa promovida pela Revista Gestão e RH, que listou as “100 Melhores Empresas em Cidadania Corporativa”. Dessas, foram identificadas as 50 melhores.

O principal objetivo da pesquisa é analisar o estágio das companhias em termos de práticas de responsabilidade socioambiental. Para isso, foram analisados levantamentos estatísticos de atuação de cada empresa em responsabilidade social, seus balanços sociais e informações de instituições que são referência no mercado, como: Instituto Ethos, Bovespa, Revista Exame e Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

Prêmio Abradee – Julho de 2007

A Elektro foi eleita, pela terceira vez, a Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do País, entre as empresas com mais de 400 mil clientes pela Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee). Além disso, a Elektro também foi reconhecida como a melhor empresa em Gestão Operacional, Avaliação pelo Cliente e Responsabilidade Social.

O prêmio, que é promovido pela Abradee, reúne 64 concessionárias de distribuição de energia elétrica do País, estatais e privadas, responsáveis por 99% do mercado de energia nacional.

Prêmio Fundação Coge - Novembro de 2007

A Elektro foi vencedora na categoria Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas do Prêmio Fundação Coge, que contou com a participação de 65 projetos de 27 empresas do setor elétrico.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária

DATA-BASE - 31/12/2007

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Foram avaliados projetos que investem no desenvolvimento de patrimônio humano, fomentando a capacitação de colaboradores e parceiros; promovendo a educação e desenvolvendo potencialidades pessoais dentro das empresas.

Empresa-Modelo em Responsabilidade Social Corporativa no Brasil – Dezembro de 2007

O Guia Exame de Sustentabilidade selecionou a Elektro como Empresa Modelo em Responsabilidade Social Corporativa no Brasil. O objetivo do prêmio é destacar as empresas que têm bom desempenho nos diversos aspectos da sustentabilidade de maneira equilibrada. Foram avaliadas 206 empresas, sendo que apenas 20 delas foram consideradas empresa-modelo.

Para a empresa, o prêmio é resultado de investimentos conscientes em programas de qualidade de vida em busca de um crescimento sustentável e na valorização do potencial humano.

11. INFORMAÇÕES SOBRE SERVIÇOS DA EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE DA ELEKTRO

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (Deloitte) foi contratada pela Elektro em 2007, para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das Demonstrações Financeiras da empresa.

A Deloitte não prestou serviços não relacionados à auditoria externa cujos honorários sejam superiores a 5% dos honorários referentes a esses serviços no exercício de 2007.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

12. BALANÇO SOCIAL

Balanço Social Anual / 2007

Empresa: Elektro Eletricidade e Serviços S.A.

iBase
www.ibase.br

1 - Base de Cálculo				2007 Valor (Mil reais)			2006 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)				2.256.073			2.277.624		
Resultado operacional (RO)				566.655			745.207		
Folha do pagamento bruto (PPB)				215.220			200.607		
2 - Indicadores Sociais Internos				Valor (mil)	% sobre PPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre PPB	% sobre RL
Alimentação				13.647	6,34%	0,60%	11.039	5,50%	0,48%
Transporte				506	0,24%	0,02%	594	0,29%	0,04%
Encargos sociais compulsórios				42.340	19,67%	1,88%	41.730	20,80%	1,83%
Previdência privada				3.054	1,41%	0,13%	4.007	2,00%	0,18%
Saúde				8.064	3,75%	0,36%	9.091	4,53%	0,40%
Segurança no trabalho				6.052	2,81%	0,27%	4.270	2,10%	0,19%
Educação				344	0,16%	0,01%	303	0,15%	0,01%
Cultura				110	0,05%	0,00%	57	0,03%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional				5.224	2,43%	0,23%	6.346	3,16%	0,28%
Créditos ou crédito-crédito				320	0,15%	0,01%	298	0,14%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados				12.372	5,75%	0,55%	14.502	7,23%	0,64%
Outros				0	0,00%	0,00%	2.504	1,25%	0,11%
Total - indicadores sociais internos				91.727	42,62%	4,07%	95.411	41,47%	4,18%
3 - Indicadores Sociais Externos				Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação				3.572	0,63%	0,16%	2.472	0,33%	0,11%
Cultura				3.121	0,55%	0,14%	3.431	0,46%	0,15%
Esporte				0	0,00%	0,00%	8	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar				0	0,00%	0,00%	39	0,00%	0,00%
Outros				5.333	0,94%	0,24%	7.870	0,76%	0,13%
Total das contribuições para a sociedade				12.476	2,20%	0,55%	8.819	1,18%	0,39%
Impostos (exceto impostos sociais)				1.362.319	238,56%	54,54%	1.402.137	248,21%	64,21%
Total - indicadores sociais externos				1.384.795	240,76%	60,49%	1.470.953	252,39%	64,60%
4 - Indicadores Ambientais				Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa				20.494	4,07%	1,17%	8.492	1,14%	0,37%
Investimentos em programas além projetos ambientais				167	0,03%	0,00%	850	0,09%	0,03%
Total dos investimentos em meio ambiente				27.141	4,79%	1,20%	9.142	1,23%	0,40%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar o êxito na utilização dos recursos naturais, a empresa:				() não possui metas () compra de 1 a 15% () compra de 16 a 100%			() não possui metas () compra de 1 a 15% () compra de 16 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional				2007			2006		
Nº de empregados(as) ao final do período				2.690			2.649		
Nº de admissões durante o período				250			277		
Nº de demissões no período				258			178		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)				4.305			3.333		
Nº de aposentados(as)				17			30		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos				557			508		
Nº de mulheres que trabalham na empresa				471			461		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres				17,17%			20,67%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa				255			241		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)				1,01%			1,25%		
Nº do proprietário(s) do deficiência ou necessidades especiais				47			13		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial				2007			2006		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa				32			40		
Número total do acionistas do trabalho				63			40		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:				() direção (X) direção e gerências () todos(as) empregados(as)			() direção (X) direção e gerências () todos(as) empregados(as)		
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:				() direção e gerências () todos(as) empregados(as) (X) todos(as) + Cipa			() direção e gerências () todos(as) empregados(as) (X) todos(as) + Cipa		
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna do(a)s trabalhador(es), a empresa:				() não se amolda () segue as normas da CFT (X) incentivo e segue a CFT			() não se amolda () segue as normas da CFT (X) incentivo e segue a CFT		
A previdência privada contempla:				() direção () direção e gerências (X) todos(as) empregados(as)			() direção () direção e gerências (X) todos(as) empregados(as)		
A participação dos lucros ou resultados contempla:				() direção () direção e gerências (X) todos(as) empregados(as)			() direção () direção e gerências (X) todos(as) empregados(as)		
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:				() não são considerados () são considerados (X) são exigidos			() não são considerados () são considerados (X) são exigidos		
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:				() não se amolda () segue as normas da CFT (X) incentivo e segue a CFT			() não se amolda () segue as normas da CFT (X) incentivo e segue a CFT		
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):				na empresa 324.000 no Procon 2.267 na Justiça 1.056			na empresa 320.044 no Procon 2.595 na Justiça 1.527		
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:				na empresa 100% no Procon 100% na Justiça 14%			na empresa 100% no Procon 100% na Justiça 13%		
Valor adicionado total à distribuir (em mil R\$)				2.180.333			2.330.488		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):				62,04% governo / 34,34% colaboradores / 3,62% fornecedores / 0,00% outros			62,04% governo / 34,34% colaboradores / 3,62% fornecedores / 0,00% outros		

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

DATA-BASE - 31/12/2007

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

13.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**12.1. COMENTÁRIOS DO BALANÇO SOCIAL**

Com relação ao Balanço Social de 2007, elaborado conforme o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), vale destacar as variações nos investimentos em educação voltada para a comunidade e relacionados com a operação da empresa, além do número de acidentes de trabalho.

Os investimentos em educação voltados à comunidade apresentaram crescimento de 44,5% em relação ao ano anterior, devido à promoção dos projetos Rádio Elektro, Estação Elektro - que tem como principal objetivo conscientizar a população sobre os riscos e perigos da energia elétrica - e dos programas Escola Formare Elektro, Fazer Acontecer e Jovens ECONscientes que visam a formação de jovens e adolescentes para profissionalização, empreendedorismo e educação ambiental.

Quanto aos investimentos relacionados à operação da empresa, houve um aumento considerável em relação ao ano passado (212%) devido, principalmente, ao projeto de eficiência energética "Energia Comunitária - Por uma comunidade melhor". O objetivo do programa é promover o uso adequado e seguro de energia elétrica e, paralelamente, incentivar o desenvolvimento sustentável das comunidades atendidas por meio de ações socioambientais.

Visando a diminuir o indicador de acidentes de trabalho, a Elektro deu continuidade em 2007 às reuniões mensais das Comissões das Condições do Trabalho, Saúde e Meio Ambiente (CCTSMAs) e a Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPAT). Além disso, a Elektro promoveu novas ações, tais como adoção de um novo padrão de uniforme para os eletricitistas - confeccionado de acordo com as normas regulamentadoras de segurança-, realização de dois encontros com as empresas parceiras (que prestam serviços para a Elektro) sobre os temas "Segurança, sustentabilidade e parceria" e "Melhores práticas e revisão de processos", implementou os Diálogos Semanais de Segurança, o informativo "Lições aprendidas" e o Programa de Observação de Segurança, disponibilizando um telefone 0800 específico para este fim.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. A SOCIEDADE E SUAS OPERAÇÕES

A Elektro Eletricidade e Serviços S.A. (Elektro ou Sociedade), concessionária de serviço público, atua na distribuição de energia elétrica em 228 municípios, sendo 223 no Estado de São Paulo e 5 no Estado do Mato Grosso do Sul.

A Sociedade é registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) como companhia aberta e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa, e os seus negócios, incluindo os serviços prestados e as tarifas cobradas são, em geral, regulamentados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

O contrato de concessão da Elektro foi assinado em 27 de agosto de 1998, com prazo de vigência de 30 anos, podendo ser prorrogado, por requerimento da concessionária e a critério da ANEEL, por prazo adicional de no máximo 30 anos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentre elas, as disposições da CVM e normas da legislação específica aplicáveis às concessionárias de energia elétrica, emitidas pela ANEEL.

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo das Demonstrações Financeiras atuais são consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2006.

Na Demonstração do Resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, os valores referentes ao programa de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética foram reclassificados, de Outras despesas operacionais para Deduções às receitas operacionais, para fins de comparabilidade com o exercício findo em 31 de dezembro de 2007, em atendimento ao Despacho ANEEL nº 3.073, de 28 de dezembro de 2006, que alterou o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

Na Demonstração do Fluxo de Caixa de 31 de dezembro de 2006, os valores referentes a apropriação de juros e pagamento de juros sobre debêntures e empréstimos foram reclassificados para melhor apresentação e comparabilidade com o exercício atual. As linhas da demonstração envolvidas na reclassificação foram Juros e variações monetárias e Amortização do principal e juros.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Práticas contábeis específicas

a. Custos indiretos de obras em andamento

São apropriados mensalmente às imobilizações em curso mediante rateio dos gastos administrativos.

b. Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A - CVA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em conformidade com as Resoluções ANEEL: (i) nºs 491 a 495, de 20 de novembro de 2001; (ii) nº 72, de 7 de fevereiro de 2002; e (iii) nº 89, de 18 de fevereiro de 2002, a Sociedade reconhece os efeitos econômicos e financeiros das variações dos valores referentes à Parcela A não cobertos pela tarifa faturada, conforme previsto no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica (vide nota 10).

c. Demonstração dos resultados segregada por atividade

Elaborada de acordo com o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001, tem por finalidade apresentar o resultado segregando a atividade de distribuição e as atividades não vinculadas ao serviço concedido (vide ANEXO I).

3.2. Práticas contábeis gerais

a. Disponibilidades

O saldo inclui aplicações financeiras registradas ao custo e acrescidas de rendimentos auferidos até a data do balanço.

b. Consumidores

As contas a receber incluem os valores referentes ao fornecimento de energia elétrica faturados e não faturados.

c. Operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

As operações de compra e venda de energia elétrica realizadas na CCEE, sucessora do Mercado Atacadista de Energia (MAE), e os Encargos de Serviços de Sistema (ESS), são contabilizados com base em estimativas elaboradas pela Administração da Sociedade e posteriormente ajustadas com base em relatórios disponibilizados pela CCEE.

d. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em conformidade com o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas com recebíveis.

e. Almoxarifado

Os materiais em almoxarifado são avaliados pelo custo médio de aquisição para os itens novos, e os itens reutilizados são acrescidos dos gastos de manutenção e aferição. Os materiais destinados à aplicação em obras em curso, são classificados no ativo permanente e os destinados para manutenção são classificados no ativo circulante.

f. Investimentos

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição e referem-se, basicamente, a terrenos para uso futuro e que foram cedidos em comodato (vide nota 14).

g. Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou construção, acrescido de encargos financeiros decorrentes de empréstimos e financiamentos vinculados ao período de sua formação e de gastos administrativos indiretos, e deduzido da

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária

DATA-BASE - 31/12/2007

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, estando as taxas em conformidade com o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e Resolução Normativa da ANEEL nº 240, de 5 de dezembro de 2006.

A parcela do ágio referente a mais valia do imobilizado é amortizada em 20 anos (vide nota 15), e refere-se à incorporação da controladora Terraço Participações Ltda.

h. Diferido

O diferido está representado por gastos incorridos com a emissão das debêntures, amortizáveis no prazo de seis anos a partir da data de emissão das mesmas (vide nota 17).

i. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência e segundo a legislação em vigor, às alíquotas básicas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os efeitos do imposto de renda e da contribuição social diferidos relacionados a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias estão registrados nas Demonstrações Financeiras com base nas disposições da Deliberação CVM nº 273/98, e da Instrução CVM nº 371/02 (vide notas 13 e 38).

j. Pis e Cofins

Conforme a Interpretação Técnica do IBRACON nº 1, de 22 de junho de 2004, a Sociedade apresenta os créditos de Pis e Cofins não cumulativos, sobre custos e despesas operacionais, como redutores destes grupos de contas nas demonstrações financeiras.

k. Estimativas contábeis

A Sociedade determina e registra determinados ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativas contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas pode resultar em valores diferentes dos estimados. Para reduzir eventuais ajustes a estas estimativas, as premissas de avaliação das mesmas são periodicamente revisadas.

l. Saldos e transações em moeda estrangeira ou sujeitos à atualização monetária

Estão atualizados com base na cotação da respectiva moeda nas datas de encerramento do balanço ou com base nos índices previstos contratualmente.

m. Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas.

n. Plano de pensão

A Sociedade contabiliza o ajuste do compromisso atuarial referente ao Fundo de Pensão dos Empregados de acordo com o Pronunciamento IBRACON, Normas e Procedimentos de Contabilidade (NPC) nº 26 que trata da Contabilização de benefícios a empregados, aprovado através da Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000 (vide nota 41).

o. Apuração do resultado

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O resultado é apurado pelo regime de competência.

p. Lucro líquido do exercício por lote de mil ações

É calculado com base no número de ações em circulação na data do balanço.

q. Fluxo de caixa

A Sociedade elabora seu fluxo de caixa em atendimento ao Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e Ofício Circular CVM SNC 01/2007, de 14 de fevereiro de 2007.

r. Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do valor adicionado é elaborada de acordo com o Ofício Circular CVM nº 01/2007 e em atendimento ao Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, e tem por finalidade apresentar o resultado do exercício do ponto de vista de geração e distribuição de valor pela Sociedade.

4. REVISÃO TARIFÁRIA

Conforme previsto no contrato de concessão da Elektro, a revisão tarifária periódica ocorre a cada quatro anos. Esta tem a finalidade de reavaliar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão e repassar para os consumidores os ganhos de produtividade da concessionária. No caso da Elektro, a primeira revisão tarifária periódica ocorreu em 27 de agosto de 2003 e a última ocorreu em 27 de agosto de 2007.

A ANEEL divulgou, por meio da Resolução Homologatória nº 535, de 21 de Agosto de 2007, e da Nota Técnica nº 248, de 17 de agosto de 2007, o resultado final da segunda revisão tarifária da Sociedade, a vigorar a partir de 27 de agosto de 2007, que implicou em uma redução média das tarifas de 18,59%.

Os principais fatores que influenciaram a redução de tarifas foram:

1. Redução da taxa de retorno, expressa pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), de 11,26% para 9,95% ao ano, conforme Resolução ANEEL nº. 246, de 21 de dezembro de 2006;
2. Término do período da amortização do reposicionamento tarifário (vide nota 12) referente à primeira revisão tarifária da Elektro, ocorrida em agosto de 2003, quando o enquadramento de 28,69% foi parcelado. Em 2003 as tarifas foram reposicionadas em 20,25% e a diferença de 8,44% foi diferida para os reajustes tarifários entre 2004 e 2007, corrigidos pela taxa de juros Selic;
3. Exclusão das obrigações especiais da Base de Remuneração Bruta para fins de cálculo da quota de reintegração;
4. Repasse de ganhos de produtividade e eficiência da Elektro para seus consumidores; e
5. Redução dos valores da Conta de Consumo de Combustível (CCC), regulada pela ANEEL.

Os resultados da revisão tarifária divulgados até o momento são provisórios, da mesma forma que para todas as outras distribuidoras de energia elétrica no país. No caso da Elektro, os custos operacionais eficientes (também denominados como "Empresa de Referência") estão em processo de revisão por parte da ANEEL, e serão revisados no reajuste tarifário da Elektro de 2008.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária

DATA-BASE - 31/12/2007

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 10 de setembro de 2007, a Elektro protocolou Recurso Administrativo junto à ANEEL no tocante à definição da Base de Remuneração Regulatória utilizada na revisão tarifária de agosto de 2007. O recurso solicita, principalmente, a inclusão de ativos na Base de Remuneração Regulatória que não foram considerados pela ANEEL e a revisão dos cálculos de custos adicionais e componentes menores.

No momento, não é possível dimensionar possíveis efeitos da revisão tarifária de agosto de 2007, decorrentes do Recurso Administrativo e processo de revisão de custos.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras apresentam o seguinte perfil de vencimentos:

Ano		
Vencimento	31/12/2007	31/12/2006
2007	-	40.710
2008	523	388.937
2009	128.584	21.439
2010	2.406	2.147
Total	131.513	453.233

Em 31 de dezembro de 2007, as aplicações estavam atreladas a instrumentos de renda fixa (pós-fixado), incluindo Certificados de Depósito Bancário (CDBs), fundos de investimento e outros instrumentos, indexados à variação média de 100,1% das taxas diárias dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI). Essas aplicações financeiras apresentam liquidez diária podendo ser resgatadas a qualquer momento sem perdas para a Sociedade, motivo pelo qual são classificadas no ativo circulante.

6. CONTAS A RECEBER – CONSUMIDORES, PARCELAMENTOS DE DÉBITOS E SUPRIDORES

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
 Legislação Societária
 DATA-BASE - 31/12/2007

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	31/12/2007				31/12/2006			
	Vencidos			Total	Vencidos			Total
	A Vencer	até 90 dias	(> 90 dias)		A Vencer	até 90 dias	(> 90 dias)	
Fornecimento	110.935	79.058	30.398	220.391	127.617	89.282	36.754	253.653
Residencial	52.809	48.834	3.648	105.291	63.259	55.727	11.788	130.774
Industrial	16.914	10.187	15.687	42.768	16.793	11.851	14.787	43.431
Comercial	16.232	12.095	2.008	30.335	17.863	13.194	3.812	34.869
Rural	5.564	3.747	320	9.631	6.411	4.093	570	11.074
Poder Público	6.823	1.258	1.376	9.457	8.676	1.211	1.237	11.124
Iluminação Pública	6.806	1.880	6.790	15.476	8.556	1.371	4.488	14.415
Serviço Público	5.787	1.077	569	7.433	6.059	1.835	72	7.966
Outras contas a receber	278.580	2.779	7.815	289.174	355.587	3.491	8.160	367.238
Parcelamentos de débitos	52.162	2.779	7.815	62.756	63.585	3.491	8.160	75.236
Receita não faturada	173.448	-	-	173.448	247.788	-	-	247.788
Supridores	39.378	-	-	39.378	28.153	-	-	28.153
Outros	13.584	-	-	13.584	16.061	-	-	16.061
Total	389.515	81.837	38.213	509.565	483.184	92.773	44.914	620.871
Circulante	347.541	81.837	38.213	467.591	437.873	92.773	44.914	575.560
Não circulante	41.974	-	-	41.974	45.311	-	-	45.311

Em 31 de dezembro de 2007, do montante de R\$ 39.378 classificados como Supridores, R\$ 20.410, registrado no longo prazo referem-se a transações no âmbito da CCEE no período do racionamento e contemplam: (i) R\$ 16.401 referem-se a liminares interpostas junto à CCEE por agentes do setor e (ii) R\$ 4.009 a acordos bilaterais em negociação. A Sociedade não espera incorrer em perdas com a realização desses valores.

Em decorrência de análise histórica da evolução da Receita Não Faturada, no segundo trimestre de 2007, a Sociedade efetuou uma mudança no critério de estimativa com o propósito de ter uma melhor aderência aos valores que efetivamente vêm se realizando. Como consequência dessa mudança, houve uma redução de R\$ 54.645 nas rubricas de Contas a Receber e Receitas Operacionais.

7. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A provisão para créditos de liquidação duvidosa apresenta a seguinte composição por classe:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária

DATA-BASE - 31/12/2007

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	31/12/2007	31/12/2006
Residencial	4.929	15.387
Industrial	8.353	9.591
Comercial	2.197	4.594
Rural	400	539
Poder público (federal, estadual e municipal)	788	406
Iluminação pública	7.320	7.305
Parcelamentos de prefeituras	19.398	17.432
Parcelamento privado	873	7.033
Total	44.258	62.287

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está em conformidade com o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica. A Administração da Sociedade considera a provisão suficiente para cobertura de prováveis perdas com recebíveis.

A redução do saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa deve-se, principalmente, a revisão dos critérios de baixa para incobráveis efetuada pela Administração, impactando as classes residencial, industrial, comercial, rural e parcelamento privado.

8. CAUÇÃO DE FUNDOS E DEPÓSITOS VINCULADOS

	31/12/2007		31/12/2006	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Dividas:				
Eletrobrás (Luz para Todos) (i)	11.279	-	13.454	-
BNDES (Finem) (ii)	14.969	-	13.341	-
Debêntures (iii)	8.081	-	18.488	-
Garantia - Leilão Compra de Energia Elétrica	8.781	10.722	2.441	9.585
Outros	926	-	632	-
Total	44.036	10.722	48.356	9.585

A constituição da caução de fundos decorre de cláusulas contratuais das seguintes obrigações da Sociedade:

(i) Eletrobrás – Montante do contrato de financiamento relativo ao Programa Luz para Todos. O valor será liberado para a Elektro após comprovações dos investimentos efetuados pela Sociedade.

(ii) BNDES (Finem) – Montante acumulado para assegurar o pagamento da maior prestação mensal do financiamento.

(iii) Debêntures – Montante acumulado, em bases mensais, para cobrir o valor do próximo pagamento de juros vencidos.

9. ATIVO E PASSIVO REGULATÓRIO TRANSMISSORAS

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 2007, algumas concessionárias de transmissão (transmissoras) tiveram sua revisão tarifária periódica homologada e verificou-se que as mesmas possuem um passivo financeiro com diversos agentes do setor elétrico devido a redução de suas tarifas. Os credores de tais valores são concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição (distribuidoras) que tiveram esses valores como custo na Parcela A no período anterior a revisão tarifária dessas transmissoras. Desta forma, através do Ofício Circular nº 2.409/2007, a ANEEL determinou que as distribuidoras contabilizassem esse saldo no ativo, tendo como contrapartida a receita operacional. O ofício determina ainda que os valores serão deduzidos financeiramente dos valores a serem pagos às referidas Transmissoras, a título de CUST (Custo do Uso do Sistema de Transmissão). Assim, o ativo das distribuidoras será liquidado em vinte e quatro meses, sendo cinquenta por cento no ciclo 2007-2008 e o restante no próximo ciclo.

Adicionalmente, a ANEEL considerou que o ativo financeiro registrado pelas distribuidoras foi contemplado na Parcela A da tarifa cobrada dos consumidores, e, portanto, sujeito a devolução aos mesmos. Assim sendo, as distribuidoras registraram um passivo financeiro com o consumidor, tendo como contrapartida o custo da operação, o qual está sendo deduzido desde o último reajuste tarifário.

A Elektro registrou tanto no ativo quanto no passivo o valor original de R\$ 21.577. Esse valor já foi contemplado na última revisão tarifária da Elektro e, portanto, o repasse já está sendo efetuado aos consumidores, assim como a redução dos valores pagos de CUST. Os saldos registrados em 31 de dezembro de 2007 no Ativo e Passivo Circulante são de R\$ 10.789 e no Ativo e Passivo não Circulante são de R\$ 6.293, líquidos de amortização ocorrida no período.

10. CONTA DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÃO DE ITENS DA PARCELA A - CVA

O mecanismo de compensação das variações ocorridas nos custos não gerenciáveis, incorridos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica, está previsto no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica e encontra-se em conformidade com a legislação aplicável. Essas variações são apuradas através da diferença entre os gastos não gerenciáveis efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da apuração da tarifa nos reajustes tarifários anuais.

Serviço Público Federal

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas

Empresa Comercial, Industrial e Outras

Divulgação Externa

Legislação Societária

DATA-BASE - 31/12/2007

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	31/12/2007				31/12/2006			
	Parcela A (ii)	CVA (iii) (iv)	CVA (v) (vi)	Total	Parcela A (ii)	CVA (iii) (iv)	CVA (v) (vi)	Total
Energia comprada	35.845	17.160	868	53.873	35.845	15.355	1.464	52.664
Transmissão de energia - TNU	164	1.330	145	1.639	164	625	1.330	2.119
Encargos de conexão	717	-	-	717	717	-	-	717
Encargos de serviço de sistema - ESS	-	308	196/1	504	-	1.786	1.738	3.524
PROINTA	-	5.206	813	6.019	-	9.312	763	10.075
Uso da rede básica	1.540	209	3.530	5.279	1.540	122.804	12.893	124.157
Saldo não compensado CVA - períodos anteriores	-	16.773	-	16.773	-	11.050	-	11.050
Subtotal devido de energia comprada	42.266	23.696	3.979	69.941	42.266	125.501	1.752	169.519
Conta de consumo de combustível - CCG	12.337	143.898	2.860	159.095	12.337	18.211	3.075	33.623
Conta de desenvolvimento energético - CDE	-	6.938	1.065	8.003	-	13.079	3.057	16.146
Reserva glicia de reversão - RGR	19.201	-	-	19.201	19.201	-	-	19.201
Taxa de fiscalização ANEEL	782	-	-	782	782	-	-	782
Correção pela flutuação a taxa de homologação	4.450	1.196	-	5.646	4.450	-	-	4.450
Total das variações contidas na Parcela A e CVA	58.910	154.332	7.924	171.166	58.910	216.891	7.924	273.725
Total da correção pela Selic	90.971	1.307	310	92.588	63.214	1.751	144	65.109
Total do valor principal corrigido	149.881	155.639	8.234	163.754	122.124	218.642	8.068	248.834
Amortização da Parcela A e CVA	114.938	3.308	-	118.246	112.206	110.835	-	223.041
Total	33.943	152.331	8.234	154.508	10.918	107.807	8.068	126.793
Ativo circulante	-	-	8.734	8.734	125.950	18.779	-	144.729
Ativo não circulante	-	-	-	-	-	-	8.068	8.068
Passivo circulante	-	152.331	-	152.331	-	-	-	-

(i) Compreende os diferimentos efetuados no período de janeiro a outubro de 2001

(ii) Compreende os diferimentos efetuados no período de agosto de 2006 a julho de 2007

(iii) Compreende os diferimentos efetuados no período de agosto de 2007 a dezembro de 2007 (ciclo atual)

(iv) Compreende os diferimentos efetuados no período de agosto de 2001 a julho de 2006

10.1. Parcela A

Em 29 de agosto de 2002, através da Resolução nº 482, a ANEEL homologou o valor da Parcela A, no montante de R\$ 58.910, referente ao período de 1º de janeiro de 2001 a 25 de outubro de 2001.

Após o fim da amortização da Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE (vide nota 22) iniciou-se, em novembro de 2006, a amortização da Parcela A, sendo que seu término ocorreu no final do exercício de 2007, por meio de mecanismo de incorporação às tarifas de fornecimento de energia elétrica similar ao da RTE, a qual esteve, no caso da Sociedade, em vigor de dezembro de 2001 a outubro de 2006.

O saldo da Parcela A homologado foi atualizado mensalmente pela taxa de juros Selic, conforme Resolução Normativa nº 90 de 25 de outubro de 2004 e Ofício Circular nº 074/2006, da ANEEL.

10.2. CVA

Por meio da Resolução Homologatória nº 535, de 21 de agosto de 2007, a ANEEL homologou os valores de CVA que compreendem o período de agosto de 2006 a julho de 2007. Os valores homologados passaram a ser amortizados a partir de 27 de agosto de 2007 e o seu saldo está sendo atualizado pela taxa de juros Selic.

A CVA referente ao período de agosto a dezembro de 2007 (ciclo atual) foi apurada e contabilizada pela Sociedade conforme legislação em vigor, e deverá ser fiscalizada e homologada pela ANEEL no próximo reajuste tarifário. A amortização desse ativo deverá ocorrer a partir do momento de sua incorporação nas tarifas de fornecimento pela ANEEL.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

DATA-BASE - 31/12/2007

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

11. RECOMPOSIÇÃO DE PIS E COFINS

A partir de agosto de 2005, por meio da Resolução Homologatória nº 185, de 22 de agosto de 2005, a Sociedade passou a cobrar as diferenças de alíquotas dos respectivos tributos diretamente na fatura do consumidor. O direito à recomposição tarifária pelo aumento da carga tributária é assegurado pelo Contrato de Concessão e pela legislação aplicável.

O saldo de R\$ 3.176 registrado no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2006, referente a créditos de PIS e COFINS advindos de determinados custos, como taxa de fiscalização, gastos com pesquisa e desenvolvimento e programa de eficiência energética, foi homologado pela ANEEL por meio da Resolução Homologatória nº 535, de 21 de agosto de 2007.

De acordo com o entendimento expresso na Nota Técnica nº 554/2006-SFF/ANEEL, a ANEEL efetuou a apuração definitiva dos efeitos da majoração das alíquotas de PIS e COFINS. A Administração da Elektro entende que ainda há uma diferença a ser compensada no valor de R\$ 3.263 registrado no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2007 e, portanto, está em processo de negociação junto à ANEEL para apuração do valor definitivo.

A Administração da Elektro entende que o valor registrado no ativo não circulante, como recomposição de PIS e COFINS, será realizado integralmente como ativo regulatório e será recuperado com tarifas futuras.

12. REPOSIÇÃO TARIIFÁRIO

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 216, de 26 de agosto de 2004, revisou, de forma definitiva, o índice de reposicionamento tarifário de agosto de 2003 da Sociedade para 28,69%. Em 27 de agosto de 2003 as tarifas foram reajustadas em 20,25%, sendo que a diferença de 8,44% foi diferida para ser aplicada de forma gradativa nos reajustes tarifários anuais, entre agosto de 2004 e agosto de 2007, quando referido percentual foi plenamente incorporado às tarifas. O valor correspondente ao diferimento do reposicionamento tarifário foi provisionado em contrapartida da receita operacional desde 27 de agosto de 2003, e a amortização ocorreu através dos faturamentos efetuados entre agosto de 2004 e agosto de 2007, conforme critérios definidos pela ANEEL.

	31/12/2007	31/12/2006
Saldo anterior	93.353	172.154
Ingresso de receita	98.707	148.929
Amortização do período	(192.060)	(227.730)
Total	-	93.353

A constituição desse ativo ocorreu de forma e em períodos diferentes de sua realização através do faturamento, e nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 gerou um efeito devedor no resultado (vide nota 30).

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

DATA-BASE - 31/12/2007

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

13. TRIBUTOS DIFERIDOS E A COMPENSAR

	31/12/2007	31/12/2006
Tributos a compensar	82.055	41.896
Imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido	7.995	-
Impostos e contribuições retidos na fonte	2.846	5.777
ICMS	42.400	36.119
PIS e COFINS a recuperar	28.814	-
Tributos diferidos	398.972	473.093
IR sobre prejuízos fiscais	102.390	138.785
CSLL sobre base negativa	38.367	49.963
IR sobre diferenças temporárias	56.931	62.642
CSLL sobre diferenças temporárias	12.585	12.377
Benefício fiscal do ágio incorporado	188.699	209.326
Total	481.027	514.989
Circulante	92.669	102.713
Não circulante	388.358	412.276

O ICMS refere-se, em grande parte, a créditos na compra de bens do ativo imobilizado, cuja compensação ocorre em 48 meses.

Os saldos de PIS e COFINS a recuperar refere-se, em sua maioria, aos créditos decorrentes de compras de ativo imobilizado ocorridas no período de maio de 2004 a julho de 2007 que não foram aproveitados. A compensação ocorrerá em 48 meses e teve início em dezembro de 2007.

Os créditos fiscais diferidos são oriundos de diferenças temporárias, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social acumulados e estão em conformidade com a Deliberação CVM 273/98 e Instrução CVM 371/02, inclusive quanto ao prazo de realização, que não ultrapassa dez anos. O reconhecimento desses créditos tem como base projeções de resultados tributáveis futuros da Sociedade, as quais foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2008.

O benefício fiscal do ágio incorporado está registrado conforme determinado pela ANEEL e em consonância com as Instruções 319/99 e 349/01 da CVM, sendo que os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais encontram-se em contas específicas de ágio incorporado e provisão, com as correspondentes amortização e reversão. A realização desse valor dar-se-á mediante percentuais oficializados em 23 de dezembro de 2003 pela ANEEL, definidos com base no prazo da concessão e na expectativa de recuperação indicada pelas projeções de resultado tributáveis apresentadas pela Sociedade ao órgão regulador naquela época.

A expectativa de amortização dos créditos fiscais diferidos e do benefício fiscal do ágio incorporado é como segue:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

DATA-BASE - 31/12/2007

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Ano	31/12/2007
2008	50.491
2009	59.711
2010	65.973
2011	66.099
2012	19.020
após 2012	137.678
Total	<u>398.972</u>

Os valores efetivos do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido a pagar e a recuperação dos respectivos saldos diferidos decorrem da apuração de resultados tributáveis, da expectativa de realização das diferenças temporárias e de diversas outras variáveis. Portanto, a estimativa de realização futura deste ativo não deve ser considerada como um indicativo de projeção de lucros futuros da Sociedade. Adicionalmente, essas projeções estão baseadas em uma série de premissas que podem apresentar variações em relação aos valores reais.

14. INVESTIMENTOS

	31/12/2007	31/12/2006
Terrenos	4.264	4.264
Edificações	79	88
Total	<u>4.343</u>	<u>4.352</u>

Do montante de R\$ 4.264 registrados como terrenos, R\$ 4.240 referem-se a propriedades rurais mantidas pela Sociedade para provável uso futuro. Essas propriedades não estão vinculadas à concessão e estão cedidas em comodato, de forma a garantir a integridade física e econômica dos bens.

15. IMOBILIZADO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Taxas Anuais Depreci / Amortiz	31/12/2007			31/12/2006		
		Custo	Depreciação e amortização acumulada	Líquido	Custo	Depreciação e amortização acumulada	Líquido
Imobilizado em serviço		2.643.956	(1.178.021)	1.467.935	2.466.286	(1.099.351)	1.366.935
Distribuição		2.596.422	(1.156.345)	1.440.077	2.423.463	(1.082.279)	1.341.184
Terrenos	-	12.841	-	12.841	12.833	-	12.833
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,0 a 5,0%	48.199	(24.862)	23.337	47.305	(23.006)	24.299
Máquinas e equipamentos	2,0 a 7,7%	2.494.886	(1.108.715)	1.386.171	2.318.975	(1.036.420)	1.282.549
Veículos	20,0%	31.439	(17.664)	13.775	35.074	(18.067)	17.007
Móveis e utensílios	10,0%	9.057	(5.104)	3.953	9.276	(4.780)	4.496
Administração Central		47.534	(19.676)	27.858	42.823	(17.072)	25.751
Terrenos		223	-	223	223	-	223
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,0 a 5,0%	10.259	(1.770)	8.489	7.125	(1.380)	5.765
Máquinas e equipamentos	2,0 a 7,7%	9.111	(3.661)	5.450	7.538	(3.078)	4.460
Veículos	20,0%	8.517	(5.444)	3.073	9.174	(4.156)	5.018
Móveis e utensílios	10,0%	19.424	(8.801)	10.623	18.763	(8.478)	10.285
Atividades não vinculadas à concessão							
Mais-valia do ativo imobilizado	5,0%	148.953	(88.174)	60.779	146.953	(58.820)	88.127
Imobilizado em curso		151.309	-	151.309	146.505	-	146.505
Obras		98.316	-	98.316	101.649	-	101.649
Arquitetados		47.827	-	47.827	41.030	-	41.030
Adiantamentos a fornecedores		-	-	-	158	-	158
Materiais em reparo		5.166	-	5.166	3.668	-	3.668
Obrigações especiais (vide nota 15.1)		(329.411)	5.047	(324.364)	(310.468)	-	(310.468)
Total		2.612.807	(1.237.148)	1.375.659	2.449.276	(1.158.177)	1.291.099
Saldo dos bens totalmente depreciados		218.162	-	-	204.596	-	-

15.1. Obrigações Especiais

	31/12/2007			31/12/2006		
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Líquido
Participação da União	(25.835)	399	(25.436)	(21.186)	-	(21.186)
Participação do consumidor	(181.264)	2.781	(178.483)	(171.773)	-	(171.773)
Doações e subvenções para investimentos	(119.819)	1.836	(117.983)	(115.935)	-	(115.935)
Pesquisa e desenvolvimento	(2.493)	31	(2.462)	(1.574)	-	(1.574)
Total	(329.411)	5.047	(324.364)	(310.468)	-	(310.468)

As obrigações especiais (contribuições dos consumidores) representam recursos pagos pelos consumidores e pela União à Sociedade para cobertura dos custos de conexão à rede de distribuição de energia.

A Elektro recebe doações e subvenções não vinculadas a qualquer retorno em favor dos repassadores desses recursos, que são destinadas a investimentos no serviço público de distribuição de energia elétrica.

Eventuais compensações das obrigações especiais dependem de determinações do poder concedente, e conforme o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica o saldo dessa conta é apresentado como redutor do ativo imobilizado.

A Resolução Normativa ANEEL nº 234, de 31 de outubro de 2006, estabeleceu o início da amortização das obrigações especiais a partir da segunda revisão tarifária de cada

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

DATA-BASE - 31/12/2007

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

concessionária, a qual, no caso da Sociedade, ocorreu no mês de agosto de 2007 a uma taxa média de 4,63% ao ano conforme definido no RAF – Relatório de Fiscalização 234/2006.

Em 13 de fevereiro de 2007, a ANEEL, por meio da Resolução Normativa nº 250, estabeleceu o Encargo de Responsabilidade da Distribuidora (ERD) para os pedidos de aumento de carga ou de nova ligação, com efeitos retroativos a dezembro de 2003. Como consequência, em 31 de dezembro de 2007, existe um saldo de contas a pagar para os clientes envolvidos classificado na rubrica Outros Passivos no Passivo Circulante, no montante de R\$ 3.429, que reduz o saldo de Obrigações Especiais - Participação do consumidor.

15.2. Programa de Universalização

Em cumprimento a Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002, que determina o atendimento de novas ligações e aumento de carga, sem ônus aos clientes com carga inferior a 50 KVA, a Sociedade ligou 80.361 clientes em 2007 e tem a meta de ligar 86.000 em 2008.

Em 2004, o Governo Federal criou o Programa Luz para Todos com o objetivo de levar energia elétrica para o meio rural, e através desse programa a Sociedade ligou 9.474 clientes em 2007 e tem a meta de ligar 7.500 em 2008.

No quadro abaixo estão demonstrados os valores relacionados ao Programa Luz para Todos que passaram a integrar o imobilizado em serviço da Sociedade, em 2006 e 2007 e que foram comprovados junto à Eletrobrás.

	2007	2006
Luz para Todos		
Recursos próprios		
Eletrobrás - RGR	17.820	25.486
Recursos não financiados	11.472	3.913
Recursos de terceiros (Obrigações especiais)		
Eletrobrás - CDE	4.696	17.500
Governo estadual	-	183
Total	33.988	47.082

16. INTANGÍVEL

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Taxas Anuais Deprec / Amortiz	31/12/2007			31/12/2006		
		Custo	Depreciação e amortização acumulada	Líquido	Custo	Depreciação e amortização acumulada	Líquido
Intangível em serviço		54.383	(31.841)	22.542	53.039	(30.598)	22.441
Distribuição		21.088	(947)	20.141	21.071	(743)	20.328
Softwares	20%	1.350	(947)	413	1.343	(743)	600
Desapropriações		19.728	-	19.728	19.728	-	19.728
Administração Central		33.295	(30.894)	2.401	31.968	(29.855)	2.113
Softwares	20%	33.201	(30.894)	2.307	31.874	(29.855)	2.019
Outros	-	94	-	94	94	-	94
Intangível em curso		14.413	-	14.413	8.927	-	8.927
Projetos		8.235	-	8.235	2.742	-	2.742
Desapropriações		6.178	-	6.178	6.185	-	6.185
Total		69.796	(31.841)	36.955	61.966	(30.598)	31.368

As servidões de passagem não são amortizadas, pois se referem a terrenos.

17. DIFERIDO

	31/12/2007	31/12/2006
Gastos com emissão das debêntures	13.028	13.028
Amortização	(8.132)	(2.895)
Total	4.896	10.133

O montante registrado no ativo diferido refere-se a gastos incorridos com a emissão das debêntures, amortizáveis no prazo de seis anos a partir da data de emissão das mesmas.

No exercício de 2007, o montante de R\$ 3.201 foi amortizado antecipadamente, em função do resgate antecipado de parte das debêntures da 2ª emissão pública.

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

DATA-BASE - 31/12/2007

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	31/12/2007			31/12/2006		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
Moeda Nacional						
BNDDES						
Finem II (*)	64.478	285	64.763	87.992	444	88.436
Finem III (*)	107.703	425	108.128	-	-	-
Finame (*)	2.524	27	2.551	-	-	-
Eletrobrás						
Luz no Campo	-	-	-	340	-	340
Luz para Todos	46.476	-	46.476	29.982	-	29.982
Reluz	-	-	-	2.372	-	2.372
Finep	3.411	17	3.428	-	-	-
Total	<u>224.592</u>	<u>754</u>	<u>225.346</u>	<u>120.686</u>	<u>444</u>	<u>121.130</u>
Circulante	47.345	754	48.099	29.178	444	29.622
Não circulante	<u>177.247</u>	<u>-</u>	<u>177.247</u>	<u>91.508</u>	<u>-</u>	<u>91.508</u>

(*) Repasses efetuados por instituições financeiras, agentes do BNDDES.

Vencimentos do principal a longo prazo	
Ano	31/12/2007
2009	54.331
2010	42.466
2011	30.198
2012	23.929
2013	5.634
Após 2013	20.691
Total	<u>177.247</u>

Os encargos, garantias e condições gerais dos empréstimos e financiamentos são demonstrados a seguir:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Tipo	Garantias	Correções Gerais	Pagamento de encargos	Pagamento do principal	Vencimento inicial	Vencimento final
BNDES						
Finem II	Vinculação das receitas provenientes de venda de energia e aplicação financeira calculada	TJLP + 5,00% a a	Trimestral durante a carência e mensal após esse período	Versal	17/07/2006	15/06/2010
Finem III	Vinculação das receitas provenientes de venda de energia	TJLP + 4,65% a a	Trimestral durante a carência e mensal após esse período	Versal	15/04/2008	15/09/2013
Finome	Propriedade fiduciária dos bens financiados	TJLP + 2,80% a a	Trimestral durante a carência e mensal após esse período	Versal	31/07/2008	30/06/2012 a 30/07/2012
Elektrobras						
Luz para Todos (*)	Carta de Fiança	RGR + 5,0% a a (**)	Versal	Versal	30/11/2006 a 30/10/2009	30/10/2016 a 30/09/2019
Reuz	Carta de Fiança	RGR + 5,0% a a (**)	Versal	Versal	11/04/2002	30/04/2007
Luz no Campo	Carta de Fiança	RGR + 5,0% a a (**)	Versal	Versal	31/10/2000	30/10/2007
Fieco	Carta de Fiança	TJLP + 0,94% a a	Mensal durante a carência	Versal	15/01/2008	15/10/2014

(*) O projeto Luz para Todos está relacionado a quatro contratos de financiamento.

(**) Reserva global de reversão - RGR é indexada a variação da UFIR, que tem seu montante constante.

Condições Restritivas Financeiras (covenants): O contrato de financiamento do BNDES "Finem II" contém cláusulas restritivas no que diz respeito a obrigações especiais assumidas em contrato pela Sociedade, que requerem, conforme cláusula II, alínea 2.13.15, o cumprimento de determinados índices financeiros, a partir de dezembro de 2005, conforme segue: (i) Dívida Líquida/ EBITDA menor ou igual a 2,5; (ii) Dívida Líquida/ Patrimônio Líquido menor ou igual a 0,8%; (iii) EBITDA/ Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 3,0. Todas as condições restritivas foram atendidas pela Sociedade.

19. DEBÊNTURES

	31/12/2007			31/12/2006		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
2ª Emissão - 01/09/2005						
1ª Série	375.000	61.301	436.301	375.000	30.255	405.255
2ª Série	87.210	3.439	90.649	187.500	8.815	196.315
3ª Série	-	-	-	187.500	8.815	196.315
Total	462.210	64.740	526.950	750.000	47.885	797.885
Circulante	-	18.618	18.618	-	31.728	31.728
Não circulante	462.210	46.122	508.332	750.000	16.157	766.157

A Sociedade efetuou, em 19 de setembro e em 20 dezembro de 2007, o resgate antecipado do total da 3ª série e o resgate antecipado parcial da 2ª série (10.029 debêntures), respectivamente, das debêntures em circulação referentes a sua segunda emissão pública.

Os resgates foram calculados com base no valor nominal, acrescido de sua remuneração e prêmio, na forma estabelecida na escritura de emissão e no aditamento da escritura de emissão, aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 9 de novembro de 2007 e na Assembleia Geral de Debenturistas de 4 de dezembro de 2007. A Sociedade cancelou as debêntures resgatadas da 2ª e 3ª séries.

Características gerais da segunda emissão de debêntures da Sociedade:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

DATA-BASE - 31/12/2007

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Tipo: simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações.

Espécie: quirografária com garantia adicional de cessão fiduciária de direitos creditórios da Sociedade.

Valor original: R\$ 750 milhões

Valor Nominal: R\$ 10.000,00 por debênture

Séries: 3 (três), com as seguintes características:

Séries	Qtd	Remuneração	Pagamento dos juros	Amortização do principal para as três séries
1ª Série	37.500	IGP-M + 11,80% a.a.	anual a partir de 1º de setembro de 2006	33 33% em 1º de setembro de 2009
2ª Série	18.750	CDI + 1,05% a.a.	somestral a partir de 1º março de 2006	33 33% em 1º de setembro de 2010
3ª Série	18.750			33 34% em 1º de setembro de 2011

Garantia Adicional: Contrato de Cessão Fiduciária, celebrado entre a Elektro, o Agente Fiduciário e o Banco Itaú S/A, na qualidade de Banco Mandatário, em observância ao disposto no artigo 66-B da Lei nº 4.728/65, com a nova redação dada pelo artigo 55 da Lei nº 10.931/04.

Condições Restritivas Financeiras (covenants): A segunda emissão de debêntures contém cláusulas restritivas que implicam em vencimento antecipado, que requerem o cumprimento de determinados índices financeiros, conforme Cláusula 8.1, alíneas (n), (o), (p), (q) e (r) da escritura de emissão, as quais são resumidas como segue:

(n) manter distribuição de dividendos e pagamento de juros sobre capital próprio inferior ou igual a 110% do lucro líquido ajustado após dedução da reserva legal de 5%;

(o) não superar o índice de 0,80 na relação entre o endividamento financeiro líquido e o patrimônio líquido, por prazo igual ou superior a 12 meses;

(p) não superar o índice de 2,5 na relação entre o endividamento financeiro líquido e o EBITDA, por prazo igual ou superior a 12 meses;

(q) não superar o índice de 0,30 na relação entre o endividamento financeiro de curto prazo e o endividamento financeiro total, por prazo igual ou superior a 12 meses;

(r) manter índice superior ou igual a 3,0 na relação entre o EBITDA e as despesas financeiras líquidas, por prazo igual ou superior a 12 meses.

A tabela a seguir apresenta os valores destes indicadores, ao final de dezembro de 2007, demonstrando o cumprimento de todas as condições restritivas:

Indicadores Financeiros	Condição exigida na escritura de emissão	Apurado em 31/12/2007
Pagamento de dividendos sobre o lucro líquido ajustado	<= 110%	100%
Dívida líquida / Patrimônio líquido	<= 0,80	0,46
Dívida líquida / EBITDA	<= 2,5	0,59
Dívida de curto prazo / Dívida total	<= 0,30	0,06
EBITDA / Despesas financeiras líquidas	>= 3,0	17,70

De acordo com a escritura da segunda emissão de debêntures da Sociedade, o "EBITDA" é definido como o somatório do resultado antes de deduzidos: (i) o imposto de renda e contribuição social; (ii) a depreciação e as amortizações, inclusive a amortização do ágio pago

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária

DATA-BASE - 31/12/2007

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

na aquisição da Elektro: (iii) as despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras; (iv) os resultados de participações societárias; e (v) o resultado não operacional.

A íntegra dos termos e das condições da distribuição pública da segunda emissão de debêntures está disponível no website da Elektro: www.elektro.com.br.

20. DÍVIDAS COM PESSOAS LIGADAS

	31/12/2007	31/12/2006
ETB - Energia Total do Brasil Ltda		
Principal e Variação monetária	-	41.205
Encargos	-	7.629
Total	-	48.834

A dívida com a ETB era corrigida pelo IGP-M acrescido de juros de 10% ao ano. Seu vencimento ocorreu em dezembro de 2007.

21. FORNECEDORES E SUPRIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA

	31/12/2007	31/12/2006
Moeda nacional	181.333	134.505
Supridores de energia elétrica	135.112	83.376
Encargos de serviço de sistema - ESS	500	1.693
Fornecedores de materiais e serviços	45.721	49.436
Moeda estrangeira	36.170	65.531
Supridores de energia elétrica - Itaipu	36.210	65.829
Variação cambial - Itaipu	(40)	(298)
Total	217.503	200.036

22. ENERGIA LIVRE - ACORDO GERAL DO SETOR ELÉTRICO

Em dezembro de 2001, foi concluído o Acordo Geral do Setor Elétrico, que instituiu o reajuste tarifário extraordinário de 2,9% nas tarifas de fornecimento de energia elétrica para os consumidores rurais e residenciais (exceto aqueles considerados como de "baixa renda"), e de 7,9% para os demais consumidores, como mecanismo para recomposição das perdas de receita de distribuidores e geradores de energia elétrica decorrentes do Programa de Racionamento de Energia Elétrica, ocorrida entre 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002. Esse reajuste é denominado Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE).

A ANEEL, por meio da Resolução Normativa nº 1, de 12 de janeiro de 2004, entre outros assuntos, determinou o prazo máximo de permanência da RTE nas tarifas de fornecimento de

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

energia elétrica da Elektro em 58 meses, contados a partir de 27 de dezembro de 2001, e excluiu deste prazo a compensação de variações de itens da Parcela A, cuja recuperação iniciou-se imediatamente após a recuperação das perdas decorrentes do racionamento, através de mecanismo similar ao da RTE (vide nota 10.1).

Conforme o prazo estabelecido pela ANEEL, em novembro de 2006, encerraram-se os faturamentos de RTE, os quais compreendiam valores destinados à amortização da recuperação da perda de receita dos distribuidores e da energia livre a ser repassada aos geradores. Os valores procedentes das perdas de receita decorrentes do programa de racionamento foram totalmente amortizados e o saldo remanescente de energia livre foi baixado contra o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2006, conforme orientação do Ofício ANEEL nº 2.396/2006.

A ANEEL através das Notas Técnicas 392/2007 e Ofícios 1.501/2007 e 2.003/2007, analisou novamente o assunto e determinou que fossem efetuados alguns ajustes nos cálculos dos repasses efetuados aos geradores desde o início das cobranças da RTE. A Sociedade refez os cálculos e contabilizou os devidos ajustes, inclusive o novo saldo de Energia Livre não faturado dentro do prazo de 58 meses, que foi baixado conforme determinado no item 7 do Ofício Circular ANEEL nº 2.409/2007 que trata do encerramento do exercício de 2007.

Na conta de outros créditos no ativo circulante o montante de R\$ 15.960 em 31 de dezembro de 2007 e 31 de dezembro de 2006, refere-se a valores da RTE pendentes de faturamento a consumidores da região de Presidente Prudente, em função de liminar obtida em ação judicial contra referida recomposição tarifária movida por consumidores daquela região. A Sociedade acredita na realização integral deste ativo, em função do estrito cumprimento das leis e regulamentos que nortearam o racionamento de energia elétrica ocorrido entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, e recente manifestação da ANEEL através do Ofício nº 1.996, de 24 de setembro de 2007, que autoriza a cobrança desse valor em 54 meses, a partir do julgamento favorável ou cassação da liminar.

O montante de R\$ 8.817 (R\$ 9.177 em 31 de dezembro de 2006) correspondente ao passivo de energia livre devido às Geradoras compreende principalmente valores não faturados referentes à liminar que abrange a região de Presidente Prudente, conforme mencionado acima.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

23. TRIBUTOS A RECOLHER

	31/12/2007	31/12/2006
Imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido	-	12.861
Contribuição financiamento da seguridade social - COFINS	13.548	15.716
Programa de integração social - PIS	2.941	3.412
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	66.979	77.853
Impostos retidos na fonte	2.712	1.131
Impostos incidentes sobre ativos regulatórios (*):		
COFINS	-	7.095
PIS/PASEP	-	1.540
Imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido	-	28.804
ISS a recolher	18	8
Total	86.198	148.420

(*) Os impostos incidentes sobre ativos regulatórios referem-se ao reposicionamento tarifário de 2003 (vide nota 12).

24. ENCARGOS DO CONSUMIDOR

	31/12/2007	31/12/2006
Quota para a reserva global de reversão - RGR	1.520	1.844
Quota para a conta de consumo de combustível - CCC	7.787	21.090
Quota para a conta de desenvolvimento energético - CDE	9.055	8.464
Encargos de capacidade emergencial	275	302
Total	18.617	31.700

25. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR

	31/12/2007	31/12/2006
Dividendos a pagar	139.169	476.603
Juros sobre capital próprio a pagar	4.494	-
Total	143.663	476.603

O valor referente a juros sobre capital próprio a pagar está líquido de imposto de renda retido na fonte.

Existem valores de dividendos e juros sobre capital próprio já declarados e a pagar, para os minoritários que ainda não se apresentaram com seus dados cadastrais atualizados.

26. PROVISÃO DO PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

DATA-BASE - 31/12/2007

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O contrato de concessão estabelece a obrigação em aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida da Sociedade em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante, contempla os valores a serem recolhidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e para o Ministério de Minas e Energia (MME).

A movimentação das obrigações da Sociedade com estes programas é como segue:

Ciclo de realização	Período de faturamento	31/12/2006	Ingresso	Atualização	Realização	31/12/2007
2004/2005	out/03 a set/04	14.716	-	847	(6.920)	8.643
2005/2006	out/04 a set/05	21.163	-	1.218	(17.079)	5.302
2006/2007	out/05 a set/06	29.123	-	1.676	(29.949)	850
2007/2008	out/06 a set/07	6.571	16.412	757	-	23.740
2008/2009	out/07 a dez/07	-	5.924	253	-	6.177
Total		<u>71.573</u>	<u>22.336</u>	<u>4.751</u>	<u>(53.948)</u>	<u>44.712</u>

Distribuição do recurso	Percentual de distribuição	31/12/2006	Ingresso	Atualização	Realização	31/12/2007
Pesquisa de Eficiência Energética	0.50%	35.032	7.755	3.037	(28.952)	16.872
Pesquisa e Desenvolvimento	0.20%	14.910	7.806	1.714	(7.377)	17.053
FNDCT	0.20%	9.746	4.957	-	(7.243)	7.460
MME	0.10%	11.885	1.818	-	(10.375)	3.327
Total		<u>71.573</u>	<u>22.336</u>	<u>4.751</u>	<u>(53.948)</u>	<u>44.712</u>

A atualização das parcelas referentes aos Programas de Eficientização e Pesquisa e Desenvolvimento é efetuada pela taxa de juros Selic, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176, de 28 de novembro de 2005 e nº 219, de 11 de abril de 2006, respectivamente.

Por meio da Resolução Normativa nº 233, de 24 de outubro de 2006, com validade a partir de 1º de janeiro de 2007, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do programa de eficiência energética. Dentre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida, e também o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

A realização das obrigações com o programa de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento através da aquisição de ativos imobilizados tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais (ver nota 15.1).

27. PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS PASSIVAS**27.1. Provisão para ações judiciais líquidas**

Todas as demandas de natureza judicial são acompanhadas continuamente pelos assessores jurídicos da Sociedade que, de acordo com critérios previamente definidos pela Administração, classificam as contingências de forma individual, que resulta no provisionamento dos objetos considerados como perda provável.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária

DATA-BASE - 31/12/2007

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As provisões registradas, deduzidas dos depósitos judiciais correspondentes, refletem as perdas consideradas prováveis com tais demandas, e apresentam os seguintes saldos e movimentações:

	31/12/2006	Ingresso e atualização	Reversão	Liquidação	31/12/2007
Cíveis	10.163	3.345	(923)	(1.263)	11.322
Trabalhistas	6.174	2.232	(1.180)	(57)	7.169
Regulatórias	6.309	3	-	-	6.312
Reajuste tarifário	5.624	-	(5.624)	-	-
Desapropriações e servidões	4.870	2.014	(2.848)	(203)	3.833
Tributárias:					
COFINS	69.227	4.421	-	-	73.648
PIS	13.403	838	-	-	14.241
ICMS - Demanda	35.386	2.476	(37.862)	-	-
Outras	2.393	3.153	(930)	-	4.616
Total das provisões	153.549	18.482	(49.367)	(1.523)	121.141
(-) Depósitos judiciais	(34.382)	(3.570)	-	-	(37.952)
Total das provisões líquidas	119.167	14.912	(49.367)	(1.523)	83.189

A descrição da natureza das principais contingências provisionadas é como segue:

Cíveis, trabalhistas e regulatórias

Provisões para fazer frente, principalmente, à cobertura de ações indenizatórias cíveis envolvendo objetos de naturezas diversas; causas trabalhistas envolvendo ações movidas por ex-empregados da Elektro ou de suas contratadas, referente a diferenças salariais, horas extras e outros; e regulatórias, que estão diretamente relacionadas com a ANEEL.

Reajuste tarifário

Refere-se a provisões para cobertura de ações de consumidores industriais contra reajustes de tarifas de fornecimento de energia elétrica ocorridos durante períodos de congelamento de preços em 1986. Em 31 de dezembro de 2007, a provisão referente a essas ações foi revertida, pois, segundo a avaliação dos assessores jurídicos, o risco de perda respectivo passou a ser avaliado como remoto.

PIS e COFINS – Ampliação da base de cálculo

Refere-se ao questionamento do direito de recolher o PIS e a COFINS nos termos previstos pela Lei Complementar nº 70/91, considerando a incidência somente sobre o faturamento, excetuando-se as receitas financeiras de qualquer natureza.

Tendo em vista que a ação da Elektro não foi julgada em última instância, a Sociedade mantém provisão de 100% dos valores em discussão, sendo que, em 29 de outubro de 2004, foi efetuado depósito judicial no valor de R\$ 24.906, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2007, totaliza R\$ 36.529.

ICMS - Demanda

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

DATA-BASE - 31/12/2007

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Refere-se à discussão sobre a definição da base de cálculo do ICMS incidente sobre o fornecimento de energia nos termos dos contratos firmados pela Sociedade com seus clientes do Grupo A, através dos quais se garante a disponibilidade para o fornecimento de certo volume de demanda, ainda que o nível contratado não venha a ser efetivamente fornecido (demanda contratada x demanda medida).

Em 6 de dezembro de 2004, a Elektro recebeu auto de infração referente ao período de julho de 1998 a abril de 2004, e em 3 de julho de 2007, a Sociedade recebeu auto de infração referente ao período de maio de 2004 a janeiro de 2005. O valor estimado para os dois autos de infração é de R\$ 37.862, e foi revertido da provisão, pois, com base na avaliação dos assessores jurídicos segundo o desenvolvimento deste assunto nos tribunais, o risco de perda passou a ser avaliado como remoto.

A Sociedade protocolou recurso administrativo na Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, em 11 de janeiro de 2005, contestando os termos da referida autuação.

27.2. Contingências passivas com avaliação de risco possível

A Sociedade discute questões de diversas naturezas que, com base na avaliação dos assessores jurídicos seguindo critérios definidos pela Administração, são consideradas de risco de perda possível e que, portanto, não são provisionadas. Os valores estimados dessas contingências são de R\$ 51.122 para assuntos previdenciários, R\$ 10.461 para assuntos cíveis, R\$ 12.244 para aspectos trabalhistas e R\$ 457.110 para questões tributárias.

Com relação aos assuntos previdenciários, a Sociedade recebeu notificações e autos de infração, lavrados em 29 de dezembro de 2006 pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), exigindo contribuições previdenciárias de períodos entre junho de 1998 a junho de 2006 sobre diversas verbas trabalhistas, em especial participações nos lucros e resultados da Sociedade.

Quanto às questões tributárias, a Sociedade recebeu Auto de Infração Estadual, lavrado pela Secretaria da Fazenda de São Paulo, em 19 dezembro de 2007, referente a créditos de ICMS no montante de R\$ 15.273 supostamente tomados de forma indevida pela Sociedade. A Elektro recebeu ainda, Auto de Infração Federal, lavrado pela Delegacia da Receita Federal, em 27 de dezembro de 2007, no montante de R\$ 426.049, que se referem a IRPJ, CSLL, PIS e COFINS supostamente devidos em decorrência dos efeitos de reorganização societária e reestruturação de dívidas da Sociedade. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, o Auto Federal é considerado de risco de perda entre possível e remota e o Estadual de risco de perda possível e, portanto, não foram provisionados.

28. DEVOLUÇÃO BAIXA RENDA – MODICIDADE TARIFÁRIA

A aplicação dos critérios de classificação dos consumidores baixa renda estabelecidos pela Resolução ANEEL nº 485, de 29 de agosto de 2002, implicou em aumento de receita para a concessionária que, após apuração e homologação pela ANEEL, será oferecido à modicidade tarifária, por ocasião dos reajustes e/ou revisões tarifárias subseqüentes.

Através da Resolução Homologatória nº 535, de 21 de agosto de 2007, a ANEEL aprovou o montante de R\$ 48.083, que foi registrado no passivo circulante, e está sendo amortizado com base nos faturamentos que iniciaram em 27 de agosto de 2007, sendo que o saldo em 31 de dezembro de 2007 é de R\$ 37.723.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária

DATA-BASE - 31/12/2007

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O montante de R\$ 54.637 registrado no passivo não circulante, será repassado como benefício aos consumidores nos próximos reajustes e/ou revisões tarifárias, pois encontra-se pendente de homologação da ANEEL.

	Curto Prazo	Longo Prazo
Saldo em 31 de dezembro de 2006	36.476	52.593
Ingresso pelo faturamento	-	35.129
Homologação	48.083	(48.083)
Amortização do exercício	(48.061)	-
Atualização	-	14.998
Outras	1.225	-
Saldo em 31 de dezembro de 2007	37.723	54.637

29. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

29.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2007, no montante de R\$ 952.492, tem a seguinte composição acionária:

Acionista	Ordinárias	Preferenciais	Total
AEI Investimentos Energéticos Ltda.	13.158.443.300	-	13.158.443.300
EPC - Empresa Paranaense Comercializadora Ltda	118.620.960.790	-	118.620.960.790
ETB - Energia Total do Brasil Ltda	51.929.213.903	69.070.429.612	120.999.642.515
AEI Brazil Finance Ltd.	-	133.488.764.045	133.488.764.045
Demais acionistas	53.326.625	1.197.393.642	1.250.720.267
Total	183.761.944.618	203.756.586.299	387.518.530.917

A AEI (nova razão social da Ashmore Energy International) é a controladora indireta da Sociedade, com 99,68% de participação no capital total.

29.2. Ações em tesouraria

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 14 de setembro de 2007, os acionistas aprovaram o cancelamento das 13.777 ações preferenciais mantidas em tesouraria. O valor de R\$ 49,60 referente às ações em tesouraria foi lançado à conta de Reserva de Capital e não implicou em redução do Patrimônio Líquido.

As ações preferenciais que estavam em tesouraria, referiam-se às ações que pertenciam aos acionistas da Elektro que exerceram o direito de dissidência, concedido durante o período de 4 de novembro de 2005 a 3 de dezembro de 2005, por ocasião da cisão parcial da Sociedade, no contexto do processo de desverticalização e criação da Elektro Geração S.A., conforme art. 137 da Lei nº 6.404/76.

29.3. Reservas de capital

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O valor registrado de R\$ 50.539 tem a seguinte composição: (i) capitalização efetuada em julho de 2005 do valor do saldo de contas a pagar a acionistas, referente a operação de resgate de ações realizada pela Sociedade no valor de R\$ 240.764; (ii) capitalização de dívida com pessoas ligadas, no valor de R\$ 276.495, devido ao processo de reestruturação financeira efetuado ao longo do segundo semestre de 2005; (iii) aplicação em incentivos fiscais no valor de R\$ 2.353; e (iv) dedução, através da constituição de provisão, no valor de R\$ 469.073, conforme as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01, sobre a parcela do ágio incorporado (vide nota 13).

29.4. Reserva legal

É composta pela reserva legal no valor de R\$ 80.466, constituída pela destinação de 5% do valor dos lucros líquidos dos exercícios, conforme o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

29.5. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

O Estatuto Social da Elektro e a Lei nº 6.404/76 prevêm a possibilidade de distribuição de dividendos intermediários ou intercalares, com base em lucros apurados em balanços semestrais ou períodos menores, respectivamente, observando-se as disposições legais.

Com base no lucro líquido do primeiro semestre de 2007, a Administração da Sociedade propôs a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 236.813 conforme tabela abaixo, aprovado em Assembléia Geral Extraordinária dos Acionistas realizada em 14 de setembro de 2007 e pagos em 26 de setembro de 2007.

Tipo	Dividendos Intermediários		R\$ por lote de mil ações
	Quantidade	R\$	
Preferenciais	203.756.586.299	130.126	0,638633944
Ordinarias	183.761.944.618	106.687	0,580576313
Total	387.518.530.917	236.813	

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 9 de novembro de 2007, foi aprovada a distribuição e pagamento de juros sobre capital próprio, de acordo com a Lei nº 9.249/95 e Deliberação CVM nº 207/96, no montante de R\$ 67.585 conforme tabela abaixo, sendo que, R\$ 62.063 foram pagos em dezembro de 2007 e R\$ 5.521 foram pagos em janeiro de 2008.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Tipo	Quantidade	R\$	R\$ por lote de mil ações
Preferenciais	203.756.586.299	37.137	0,182260926
Ordinarias	183.761.944.618	30.448	0,165691751
Total	<u>387.518.530.917</u>	<u>67.585</u>	

Ao final do exercício de 2007, conforme tabela abaixo, a Administração da Sociedade propôs a distribuição de dividendos no montante de R\$ 139.168 com base no lucro líquido de 31 de dezembro de 2007, após constituição da reserva legal e deduzidos os dividendos intermediários e juros sobre capital próprio. Esta proposta será submetida à aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas que será convocada para aprovar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2007.

Dividendos Propostos			
Tipo	Quantidade	R\$	R\$ por lote de mil ações
Preferenciais	203.756.586.299	76.470	0,375302173
Ordinarias	183.761.944.618	62.697	0,341183793
Total	<u>387.518.530.917</u>	<u>139.167</u>	

Conforme seu Estatuto Social, as ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, têm direitos a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei nº 6.404/76.

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas têm prioridade no reembolso do capital e direito de receber dividendos no mínimo 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, conforme artigo 5º do Estatuto Social da Sociedade.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFF - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-MASK - 31/12/2007

01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

30. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	31/12/2007			31/12/2006		
	Nº de (*) consumidores	MWh (*)	R\$	Nº de (*) consumidores	MWh (*)	R\$
Receitas operacionais	2.004.893	10.093.479	3.582.762	1.954.207	9.867.672	3.626.394
Fornecimento para consumidores	2.004.893	9.970.626	3.327.919	1.954.207	9.561.395	3.347.349
Residencial	1.712.012	3.183.538	1.371.474	1.674.743	3.090.324	1.343.921
Industrial	21.833	3.463.349	912.710	21.473	3.247.538	868.567
Comercial	133.693	1.499.278	575.657	131.522	1.379.232	557.884
Rural	117.314	809.283	175.087	107.035	770.254	174.268
Poder Público	15.019	262.473	104.733	15.110	249.942	100.157
Illuminação Pública	2.463	394.739	92.347	1.969	385.603	94.692
Serviço Público	2.559	396.769	95.911	2.353	368.472	105.880
Outras receitas		122.853	254.843		306.277	279.045
CCEE		122.853	13.497		306.277	28.718
Receita do reposicionamento tarifário (vide nota 12)		-	(93.353)		-	(78.801)
Encargo de capacidade emergencial		-	-		-	1.537
Receita de uso do sistema de distribuição		-	300.400		-	287.433
Outras receitas		-	34.299		-	40.180
Deduções às receitas operacionais			(1.326.689)			(1.349.370)
Quota para a reserva global de retenção - RGR			(19.428)			(21.151)
Quota para a conta consumo combustível - CCC			(140.288)			(163.096)
Quota para a conta de desenvolvimento energético - CDE			(117.482)			(114.692)
Repasse de encargos de capacidade emergencial			-			(1.314)
ICMS sobre fornecimento			(659.452)			(643.100)
Recomposição do PIB e COFINS			(16.605)			(52.486)
COFINS			(267.300)			(275.609)
PIB			(62.374)			(59.836)
Programa de P&D e ciência tecnológica			(23.299)			(17.668)
IPSS			(510)			(418)
Total	2.004.893	10.093.479	2.256.073	1.954.207	9.867.672	2.277.024

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

31. ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA

	31/12/2007		31/12/2006	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Supradores de Energia	11.545.131	893.537	11.067.002	810.169
Itaipu Binacional (**)	3.148.267	293.703	3.147.054	270.604
Contratos bilaterais	263.607	33.516	220.383	26.766
Contrato de compra de energia no ambiente regulado - CCEAR	8.016.861	541.731	7.655.009	481.862
PRONFA	116.396	23.657	44.556	14.255
Uso do transporte de energia	-	930	-	16.682
Outros Custos de Energia	-	288.039	57.246	304.448
ONS - uso da rede básica	-	296.954	-	266.722
GTEEP- Encargos de conexão	-	23.546	-	22.402
Encargos de serviços do sistema - ESS	-	1.403	-	6.154
Constituição de CVA	-	(38.449)	-	(32.840)
Amortização de CVA	-	4.505	-	42.010
Total	11.545.131	1.181.576	11.124.248	1.114.617

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

(**) Contrato de repasse de energia e tarifa de transporte.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFF - Demonstrações Financeiras Padronizadas

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária

DATA-BASE - 31/12/2007

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

32. GASTOS COM PESSOAL

	31/12/2007	31/12/2006
Remunerações	123.902	114.937
Encargos sociais	44.303	41.730
Auxílio alimentação	10.964	9.834
Assistência médica e outros benefícios	7.558	6.339
Indenizações trabalhistas	6.959	1.999
Previdência Privada	4.844	4.948
Outros	16.698	20.871
(-) Transferências para imobilização em curso	(42.490)	(36.993)
Total	172.738	163.665
Custo da operação	129.277	125.738
Despesas com vendas	3.377	3.450
Despesas gerais administrativas	40.084	34.477
Total	172.738	163.665

33. GASTOS COM MATERIAIS

	31/12/2007	31/12/2006
Materiais e equipamentos	149.158	139.062
(-) Transferências para imobilização em curso	(123.815)	(113.785)
Total	25.343	25.277
Custo da operação	23.659	23.808
Despesas com vendas	120	59
Despesas gerais administrativas	1.564	1.410
Total	25.343	25.277

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

34. GASTOS COM SERVIÇOS DE TERCEIROS

	31/12/2007	31/12/2006
Serviços no sistema elétrico	114.101	103.741
Serviços de manutenção e conservação	8.263	7.284
Serviços administrativos	15.331	13.461
Outros serviços	82.166	74.645
(-) Transferências para imobilização em curso	(120.687)	(99.700)
Total	<u>99.174</u>	<u>99.431</u>
Custo da operação	66.735	69.768
Despesas com vendas	9.592	8.012
Despesas gerais administrativas	22.847	21.651
Total	<u>99.174</u>	<u>99.431</u>

35. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	31/12/2007	31/12/2006
Despesas com arrecadação bancária	15.530	15.547
Taxa de fiscalização ANEEL	8.298	7.360
Seguros	1.826	1.963
Aluguéis	10.347	7.962
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	12.100	22.120
Taxas e contribuições	2.346	2.078
Despesas com viagens	6.451	6.235
Propaganda e publicidade	9.155	12.897
Telefonia e telecomunicações	16.395	14.152
Software	7.644	9.013
Provisões cíveis, trabalhistas e outras	(36.101)	(10.141)
Diversas	26.255	12.828
(-) Transferências para imobilização em curso	(9.168)	(2.274)
Total	<u>71.078</u>	<u>99.740</u>
Custo da operação	22.039	31.845
Outras despesas operacionais	49.039	67.895
Total	<u>71.078</u>	<u>99.740</u>

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

36. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2007	31/12/2006
Receitas financeiras	103.118	112.970
Aplicações financeiras	58.040	61.631
Encargos sobre conta de energia elétrica em atraso	39.958	41.886
Outras receitas financeiras	5.120	9.453
Despesas financeiras	(151.583)	(152.454)
CPMF	(19.601)	(18.326)
Juros sobre empréstimos com terceiros	(18.222)	(14.145)
Juros sobre debêntures	(95.629)	(106.474)
Juros sobre empréstimos com pessoas ligadas	(4.241)	(4.051)
Outras despesas financeiras	(13.890)	(9.458)
Variação cambial e monetária, líquidas	(30.181)	12.521
Receitas de variação monetária	17.027	73.204
Recuperação das perdas de receita decorrentes do racionamento	-	17.846
Conta de compensação de variações de itens da parcela A - CVA	7.650	21.826
Energia livre	-	26.644
Outras	9.377	7.888
Receitas de variação cambial	9.550	8.664
Energia comprada	9.543	8.659
Outras	7	5
Despesas de variação monetária	(47.213)	(57.651)
Principal - terceiros	(509)	(1.903)
Principal - pessoas ligadas	(2.853)	(1.782)
Energia livre	(1.866)	(22.524)
Eficiência energética	(4.267)	(7.162)
ICMS - Demanda	(2.477)	(2.970)
Debêntures	(29.964)	(16.824)
Outras	(5.277)	(4.486)
Despesas de variação cambial	(9.545)	(11.696)
Energia comprada	(9.543)	(11.654)
Aplicações financeiras	(2)	(42)
Juros sobre Capital Próprio	(67.585)	-
Total	(146.231)	(26.963)

Na rubrica de Outras despesas financeiras foi contabilizado o valor de R\$ 3.201 em 2007, referente a baixa do diferido devido aos resgates antecipados de debêntures (vide nota 19).

Conforme o prazo estabelecido pela ANEEL, em novembro de 2006, encerraram-se os faturamentos inclusos de RTE contemplados para amortização da recuperação das perdas de receita dos distribuidores decorrentes do racionamento e da energia livre a ser repassada aos geradores. O saldo desses ativos e passivos foram corrigidos monetariamente até o término do

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

DATA-BASE - 31/12/2007

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

faturamento e influenciaram as rubricas de Recuperação das perdas de receita decorrentes do racionamento e Energia livre.

O ativo referente à Conta de compensação de variações de itens da Parcela A - CVA, cuja amortização iniciou logo após o término da RTE e terminou em dezembro de 2007, também foi corrigido monetariamente até o fim da amortização.

37. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	31/12/2007	31/12/2006
Receitas	7.049	3.312
Ganho na alienação de bens	5.988	2.980
Outras	1.061	332
Despesas	(19.334)	(17.879)
Perdas na desativação e alienação de bens	(18.263)	(17.571)
Outras	(1.071)	(308)
Total	(12.285)	(14.567)

38. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**Reconciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado do período:**

	31/12/2007		31/12/2006	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	554.570	554.570	730.633	730.633
Alíquota nominal dos tributos	25%	9%	25%	9%
Encargo do imposto calculado à alíquota nominal	(138.619)	(49.911)	(182.634)	(65.757)
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo				
Permanentes	24.774	8.512	2.691	4.334
Incentivos Fiscais	.	.	12.420	.
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(113.845)	(41.399)	(167.523)	(61.423)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(79.288)	(30.641)	(110.035)	(40.345)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(34.557)	(10.758)	(57.488)	(21.078)

39. SEGUROS

A Sociedade mantém as seguintes coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes para salvaguardar os ativos e negócios da Sociedade de eventuais sinistros:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Riscos	Importância segurada (em milhares)
Riscos operacionais e multirisco	R\$ 408.385
Responsabilidade civil terceiros	US\$ 25.000
Responsabilidade civil administradores	US\$ 15.000

A vigência das apólices compreende os seguintes períodos:

- Riscos Operacionais e Multirisco e Responsabilidade Civil com Terceiros: 25 de agosto de 2007 a 25 de agosto de 2008;
- Responsabilidade Civil Administradores: 18 de agosto de 2007 a 25 de agosto de 2008.

As apólices de Riscos Operacionais e Multirisco possuem cobertura de danos materiais aos ativos da Sociedade, exceto para as linhas de transmissão e distribuição.

A apólice para Responsabilidade Civil com Terceiros compreende duas apólices de seguro com cobertura geral para danos materiais, corporais e morais causados a terceiros, incluindo aqueles causados por empregados próprios e contratados.

A cobertura para Responsabilidade Civil de Administradores tem cobertura principal ao segurado sobre danos causados no exercício de cargos de administração.

40. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS

Considerando os termos da Instrução CVM 235/95, a seguir encontram-se a descrição dos principais ativos e passivos financeiros da Sociedade, e os critérios de avaliação e valorização dos mesmos para fins de registro nas Demonstrações Financeiras:

Disponibilidades, caução de fundos e depósitos vinculados: Os valores contábeis contemplam o custo acrescido dos rendimentos contratados e auferidos até a data dos balanços e aproximam-se dos valores de mercado. As cauções e depósitos vinculados têm utilização restrita.

Ativos e passivos regulatórios: São registrados, avaliados e realizados segundo critérios definidos pela ANEEL, e compreendem as seguintes rubricas: Energia Livre, Parcela "A", CVA, Recomposição de PIS e COFINS, Reposicionamento Tarifário, PIS e COFINS supridoras, Devolução baixa renda - modicidade tarifária e Ativo e Passivo regulatório transmissoras. Não há parâmetro de comparação de mercado para tais ativos e passivos, em função de sua natureza regulatória.

Empréstimos e financiamentos: Estão avaliados e registrados segundo parâmetros estabelecidos em contrato, sendo que o valor de mercado desses passivos, conforme quadro abaixo, foi projetado com base no fluxo de caixa descontado, utilizando taxas disponíveis no mercado para operações semelhantes na data das informações trimestrais. Para contratos vinculados a projetos específicos do setor, obtidos junto à Eletrobrás, os valores de mercado são considerados idênticos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares disponíveis, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

Debêntures: Estão avaliadas e registradas segundo os termos da respectiva escritura de emissão. O valor de mercado das debêntures, conforme quadro abaixo, foi calculado com base

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

em taxas de mercado para operações similares em vigor na data do balanço e segundo metodologia de fluxo de caixa descontado.

Atualmente, a Sociedade não possui operações com derivativos.

Seguem abaixo os valores contábeis e de mercado dos empréstimos e financiamentos e debêntures, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006:

	31/12/2007		31/12/2006	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Empréstimos e financiamentos	225.346	226.275	121.130	123.279
Debêntures	526.950	563.873	797.885	817.667
Total	752.296	790.148	919.015	940.946

A estimativa de valor de mercado dos instrumentos financeiros da Sociedade reflete a classificação de riscos obtida no exercício de 2006, atribuída pela Standard & Poor's, que elevou em dois níveis o *rating* corporativo da Elektro, de brA para brAA-.

A segunda emissão de debêntures, cujas características estão descritas na nota 19, também teve o *rating* elevado pela Standard & Poor's em dois níveis, de brA+ para brAA.

Dependendo das premissas de avaliação a serem utilizadas, podem ocorrer alterações significativas nos valores de mercado dos instrumentos financeiros. Portanto, as estimativas apresentadas não indicam necessariamente os montantes que seriam realizados no mercado corrente.

Os principais indexadores dos ativos e passivos financeiros apresentaram as seguintes variações acumuladas no exercício:

Índices	Variação % acumulada nos períodos	
	31/12/2007	31/12/2006
Valorização do Real frente ao Dólar	17,15	8,66
IGP-M	7,75	3,83
TR	1,45	2,04
IGP-DI	7,89	3,79
TJLP	6,37	7,87
Selic	11,88	15,07
CDI	11,82	15,03

Seguem os principais fatores de risco que afetam os negócios da Sociedade:

Risco de Exposição Cambial

A única exposição à variação cambial da Sociedade são os pagamentos de energia comprada de Itaipu, que são atrelados ao dólar norte-americano. Porém, a variação cambial referente à compra dessa energia está contemplada no reajuste tarifário anual aplicável à Sociedade, conforme mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A (CVA) (vide nota 10).

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Risco de Crédito

A Sociedade não realiza, previamente ao início do fornecimento de energia, análise de crédito de clientes, em função de ser uma distribuidora de energia elétrica obrigada a fornecer energia a todos os clientes localizados na sua área de concessão, conforme previsto no contrato de concessão assinado com a ANEEL, em 27 de agosto de 1998, bem como na regulamentação do setor elétrico.

Para recuperação da inadimplência, a Sociedade atua por meio de: (i) interrupção do fornecimento de energia aos clientes inadimplentes; (ii) programas de renegociação dos débitos pendentes atrelados a garantias e (iii) contratação dos serviços de empresas especializadas na cobrança de contas em atraso.

Risco da Revisão e do Reajuste das Tarifas de Fornecimento

Com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro da concessão e repassar aos consumidores os ganhos de eficiência, o contrato de concessão estabelece a revisão periódica das tarifas de fornecimento, a cada quatro anos. A nova tarifa será fixada tendo por base: (i) o total dos custos não gerenciáveis pela Sociedade (Parcela A); (ii) a cobertura de custos eficientes definidos pelo regulador com base em metodologia de "Empresa de Referência" e (iii) a remuneração, à taxa do WACC regulatório, dos investimentos prudentes realizados pela Sociedade nos ativos a serviço da concessão. A primeira revisão periódica ocorreu em 27 de agosto de 2003 e, a última ocorreu em 27 de agosto de 2007.

Em 27 de agosto dos anos intra-revisões, com o objetivo de restabelecer o poder de compra da receita da concessionária, o contrato de concessão garante a Sociedade o direito ao reajuste anual do valor das tarifas de fornecimento de energia elétrica. O índice de reajuste será obtido pela variação dos custos da Parcela A, e pela variação do IGP-M menos o Fator X para os itens gerenciáveis, denominados como Parcela B. O Fator X é o índice fixado pelo regulador na época da revisão tarifária com a função de repartir com o consumidor os ganhos de produtividade da concessionária, decorrentes do crescimento do número de unidades consumidoras e do aumento do consumo do mercado existente.

No período intra-reajustes, com o objetivo de apurar a variação mensal dos custos da Parcela A efetivamente praticados pela Sociedade, comparados àqueles considerados por ocasião da revisão/reajuste das tarifas, existe o mecanismo da "Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A (CVA)". As diferenças, positivas ou negativas são corrigidas pela taxa de juros Selic e repassadas às tarifas de fornecimento no reajuste anual contratual (vide nota 10).

Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Sociedade justificar e requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária. A realização desta revisão tarifária extraordinária fica a total critério do regulador.

Risco de Mercado

A Elektro já contratou integralmente nos leilões regulados pela ANEEL as suas necessidades de energia previstas para o período de 2007 a 2012. Para atender aos requisitos de crescimento de mercado da Elektro, as quantidades adicionais necessárias a partir de 2013 serão adquiridas nos próximos leilões, conforme previsto na legislação vigente (informações referentes a estimativas futuras não examinadas pelos auditores independentes).

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Risco de Interrupção no Fornecimento de Energia Elétrica (Informação não revisada pelos auditores independentes)

A Elektro, visando reduzir sua exposição no caso de falha operacional no fornecimento de energia, dispõe de duas subestações móveis próprias, que permitem flexibilidade operacional e agilidade no restabelecimento do fornecimento de energia.

No período de janeiro de 2002 a dezembro de 2007, a Elektro investiu aproximadamente R\$ 33.190 na implantação de novas tecnologias, incluindo: (i) digitalização de 32 subestações; (ii) melhorias nos sistemas de proteção através de substituição de 237 disjuntores; (iii) automação de redes de distribuição utilizando comunicação com tecnologia GSM para supervisão e comando dos equipamentos da rede elétrica totalizando 142 religadores e (iv) substituição da rede convencional para a rede compacta totalizando 210 km.

Esses investimentos visaram, principalmente, a maior proteção da rede elétrica e redução dos desligamentos decorrentes de causas ambientais, de forma a minimizar os riscos de interrupção do fornecimento de energia elétrica.

Risco de Aceleração de Dívidas

A Sociedade possui debêntures (vide nota 19) e contrato de empréstimo junto ao BNDES, relativo ao Finem II (vide nota 18), ambos com cláusulas restritivas financeiras normalmente aplicáveis a esse tipo de operação. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das suas operações. A situação patrimonial e financeira da Sociedade é monitorada permanentemente no sentido de assegurar o cumprimento dessas condições restritivas.

41. PLANO DE PENSÃO

A Elektro, através da Fundação CESP, mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensão para seus empregados, que têm as seguintes descrições:

PSAP/CESP B: Benefício Suplementar Proporcional Saldado – BSPS, que corresponde aos benefícios assegurados aos empregados vinculados ao plano vigente até 31 de dezembro de 1997, ou seja, antes da implantação do plano misto, calculado proporcionalmente até aquela data.

PSAP/CESP B1: Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão Elektro – PSAP Elektro, iniciado em 1º de janeiro de 1998, sendo um plano misto de benefício definido para 70% do salário real de contribuição e de contribuição definida para os demais 30%.

Em função do processo de privatização da Elektro, ocorreram mudanças no plano previdenciário a partir de 1998, que levaram ao reconhecimento de uma obrigação a pagar pela Sociedade, a título de confissão de dívida, referente aos direitos adquiridos dos empregados assistidos pelo plano anterior. Essa dívida junto à Fundação CESP é corrigida pelo IGP-DI + 6% a.a. e o registro desse passivo é ajustado de forma a atender aos critérios da Deliberação CVM nº 371/00.

Em 31 de dezembro de 2007, de acordo com avaliação atuarial preparada por atuários externos, com base no ativo líquido da Fundação CESP, verificou-se que o superávit apurado no plano previdenciário foi suficiente para liquidar a obrigação da Elektro relacionada à confissão de dívida com a Fundação Cesp.

A seguir são demonstrados os principais resultados apurados em 31 de dezembro de 2007, compreendendo projeções para o ano de 2008:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS	31/12/2007	31/12/2006
Valor presente das obrigações atuariais	543.088	489.762
Valor justo dos ativos do plano	(575.641)	(475.284)
Valor presente das obrigações (dos ativos) em excesso ao valor justo dos ativos (das obrigações)	(32.553)	14.478
Ganhos atuariais não reconhecidos	(64.399)	(21.456)
Passivo atuarial líquido total provisionado	31.846	35.934
Passivo atuarial provisionado:		
Confissão de dívida	10.728	40.677
Reconhecimento do superávit contrato benefício definido - BD até 31/12/1997	(10.728)	(30.465)
Passivo atuarial reconhecido ao final do exercício	31.846	25.722
	31.846	35.934
Passivo circulante	-	243
Passivo não circulante	31.846	35.691
	31.846	35.934
Passivo/(ativo) atuarial adicional - ajuste deliberação CVM-371	-	-

APURAÇÃO DE (GANHOS) E PERDAS DO PLANO	31/12/2007	31/12/2006
(Ganho) perda ao início do ano	(21.456)	4.811
(Ganho) perda nas obrigações atuariais	14.953	(6.766)
Ganho nos ativos do plano	(57.896)	(19.501)
Ganho no final do ano	(64.399)	(21.456)
Intervalo não sujeito a amortização (*)	(57.564)	(48.976)
Parcela sujeita a amortização	(6.835)	-

(*) 10% do maior valor entre o valor justo dos ativos do plano e valor presente das obrigações atuariais.

As despesas e receitas reconhecidas com o plano previdenciário para os exercícios de 2007 e 2006 foram:

DESPESAS (RECEITAS) RECONHECIDAS NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2007	2006
Custo do serviço corrente (com juros)	5.233	4.607
Contribuições dos participantes	(2.864)	(3.424)
Juros sobre as obrigações atuariais	54.088	55.194
Rendimento dos ativos	(57.829)	(55.356)
Despesa (receita) a ser apropriada pelo empregador segundo CVM-371	(1.372)	1.021
Contribuições do empregador	(1.897)	(2.053)
Amortização do contrato de dívida da patrocinadora	(854)	(3.235)
Receita efetivamente apropriada pelo empregador	(2.751)	(5.268)
Total da receita reconhecida	(4.123)	(4.267)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os impactos do plano de previdência estimados para o exercício de 2008 são os seguintes:

EFEITOS A RECONHECER NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2008	2007
Custo do serviço corrente (com juros)	6.318	5.233
Contribuições esperadas de participantes	(2.744)	(2.864)
Juros sobre as obrigações atuariais	54.498	54.088
Rendimento esperado dos ativos	(64.008)	(57.829)
Custos de amortizações de ganhos atuariais não reconhecidos	(354)	-
Total de receita a reconhecer	(6.290)	(1.372)

A seguir são apresentadas as premissas utilizadas para as avaliações atuariais:

PREMISSAS ECONÔMICO-FINANCEIRAS E DEMOGRÁFICAS	2007	2006
Taxa esperada de inflação no longo prazo	4,00%	5,00%
Taxa de desconto atuarial	10,24%	11,30%
Taxa esperada de retorno dos ativos no longo prazo	11,28%	12,35%
Taxa de progressão salarial para participantes ativos	7,12%	8,15%
Taxa de progressão salarial para participantes vinculados/coligados	4,00%	5,00%
Taxa de reajuste de benefícios	4,00%	5,00%
Taxa de reajuste dos benefícios da previdência social	4,00%	5,00%
Tábua de mortalidade para participantes ativos	AT-83 MF	AT-83 MF
Tábua de mortalidade para participantes em invalidez	IAPB 57	IAPB 57
Tábua de entrada em invalidez	Light Média	Light Média
Taxa bruta de rotatividade (terminação de vínculo empregatício)	EY_BR exp. 100% na eleg	EY_BR exp. 100% na eleg
Entrada em aposentadoria	FCESP exp	FCESP exp
Composição familiar padrão	Conforme informado pela FCESP	Conforme informado pela FCESP
Tempo de inscrição na previdência social		

42. ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA BRASILEIRA

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei no. 11.638/07, que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações (6.404/76) e entra em vigor a partir de 1º janeiro de 2008. Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a lei societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade (IFRS – International Financial Report Standards) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidas pela CVM em consonância com as normas IFRS.

As principais modificações introduzidas por esta legislação que poderão afetar a Sociedade estão resumidas a seguir:

- Criação da conta Ajustes de Avaliação Patrimonial no patrimônio líquido, para permitir, por exemplo, o registro de determinadas avaliações de ativos a preços de mercado, principalmente instrumentos financeiros.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Obrigatoriedade de analisar, periodicamente, a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, intangível e diferido.
- Introdução do conceito de ajuste a valor presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo.
- Obrigatoriedade do registro no ativo imobilizado dos valores decorrentes de operações que transfiram à Companhia os benefícios, riscos e controle dos bens (Exemplo: algumas operações de arrendamento mercantil).

Em razão dessas alterações terem sido recentemente promulgadas e algumas ainda dependerem de normatização da CVM para serem aplicadas, a Administração da Sociedade ainda não dispõe dos elementos necessários para avaliar todos os efeitos que referidas alterações podem vir a ter em suas demonstrações financeiras e nos resultados dos exercícios seguintes.

ANEXO I – DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS SEGREGADOS POR ATIVIDADES

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
 Legislação Societária
 DATA-BASE - 31/12/2007

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	31/12/2007		
	Distribuição e comercialização	(*) Atividades não vinculadas	Total
Receitas operacionais	3.578.492	4.270	3.582.762
Deduções às receitas operacionais	(1.326.407)	(282)	(1.326.689)
Receitas operacionais líquidas	2.252.085	3.988	2.256.073
Custo do serviço de energia elétrica	(1.070.771)	-	(1.070.771)
Energia comprada para revenda	(1.181.576)	-	(1.181.576)
Créditos de PIS e COFINS sobre custo do serviço de energia elétrica	110.805	-	110.805
Custo da operação	(337.657)	(588)	(338.245)
Gastos com pessoal	(128.974)	(303)	(129.277)
Gastos com materiais	(23.659)	-	(23.659)
Gastos com serviços de terceiros	(66.735)	-	(66.735)
Depreciação e outras amortizações	(112.042)	(9)	(112.051)
Outras despesas operacionais	(21.763)	(276)	(22.039)
Créditos de PIS e COFINS sobre custo da operação	15.516	-	15.516
Lucro operacional bruto	843.657	3.400	847.057
Despesas operacionais	(126.623)	(7.348)	(133.971)
Despesas com vendas	(13.089)	-	(13.089)
Despesas gerais administrativas	(64.495)	-	(64.495)
Amortização do ágio	-	(7.348)	(7.348)
Outras despesas operacionais	(49.039)	-	(49.039)
Resultado do serviço	717.034	(3.948)	713.086
Resultado financeiro	(146.239)	8	(146.231)
Resultado operacional	570.795	(3.940)	566.855
Resultado não operacional	(12.284)	(1)	(12.285)
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda	558.511	(3.941)	554.570
Imposto de renda	(79.288)	-	(79.288)
Contribuição social	(30.641)	-	(30.641)
Imposto de renda diferido	(34.557)	-	(34.557)
Contribuição social diferida	(10.758)	-	(10.758)
Reversão dos juros sobre capital próprio	87.586	-	87.586
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	470.852	(3.941)	466.911

DIRETORIA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

CARLOS MÁRCIO FERREIRA
DIRETOR PRESIDENTE

MARCELO SCHMIDT
DIRETOR EXECUTIVO FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

FRANCISCO ALFREDO FERNANDES
DIRETOR EXECUTIVO DE OPERAÇÕES

LUIZ OTÁVIO ASSIS HENRIQUES
DIRETOR EXECUTIVO COMERCIAL E SUPRIMENTO DE ENERGIA

LUIZ SERGIO ASSAD
DIRETOR EXECUTIVO DE ASSUNTOS REGULATÓRIOS E INSTITUCIONAIS

VITOR CUMINATO FILHO
GERENTE EXECUTIVO DE CONTROLADORIA
CRC 1SP236785/O-3

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

ORLANDO R. GONZÁLEZ

CONSELHEIROS

CARLOS MÁRCIO FERREIRA

CELSO ARRAS MINCHILLO

CLAUDINEI DONIZETI CECCATO

JOÃO CARLOS R. DE ALBUQUERQUE

JAMES A. HUGHES

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/12/2007

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Demonstrações do fluxo de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 (valores em milhares de reais)

	31/12/2007	31/12/2006
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	466.911	501.687
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(18.029)	28.008
Juros e variações monetárias	155.015	171.111
Depreciação e amortização	112.051	111.887
Amortização do agio	7.348	7.348
Resultado da equivalência patrimonial	-	208
Ganho/Perda na baixa do ativo permanente	12.275	14.591
Piano de pensão	(3.398)	(2.377)
Provisão para ações judiciais	(38.620)	(16.401)
Amortização e constituição de tributos diferidos	45.315	78.566
Outros	23.922	2.171
Variações no ativo		
Consumidores e concessionários	111.306	(121.551)
Almoxnifado	(15.833)	(11.988)
Tributos a compensar	(14.629)	(13.024)
Ativos regulatórios	276.758	251.157
Caução de fundos	3.183	-
Outros créditos	(9.487)	(19.963)
Variações no passivo		
Fornecedores	17.467	9.256
Tributos a recolher	(34.444)	(27.332)
Passivos regulatórios	(15.738)	(2.182)
Dívidas com pessoas ligadas	(55.928)	(30)
Piano de pensão	(1.762)	(3.247)
Provisão para ações judiciais	(5.093)	(1.824)
Programa de eficiência energética	(29.050)	10.348
Outros	14.558	10.769
Total das atividades operacionais	1.004.098	977.188
Atividades de investimento		
Aquisições de imobilizado	(264.872)	(257.745)
Aquisições de imobilizado - material em depósito	(6.797)	(11.116)
Obrigações especiais	14.492	35.242
Valor de venda do ativo imobilizado	8.119	5.787
Baixa de investimentos	-	3.517
Total das atividades de investimentos	(249.058)	(224.315)
Atividades de financiamento		
Dividendos propostos e pagos e juros sobre capital próprio	(775.479)	(608.692)
Amortização do principal e juros	(438.889)	(203.363)
Captação de empréstimos	133.067	63.724
Total das atividades de financiamento	(1.081.301)	(748.331)
Total dos efeitos no caixa	(326.261)	4.542
Saldo inicial do caixa	483.589	479.047
Saldo final do caixa	157.328	483.589
Variação no caixa	(326.261)	4.542
Informações adicionais:		
Juros pagos	133.527	130.494
Imposto de renda e Contribuição social pagos	113.861	170.983
Encargos setoriais e outros tributos pagos	1.096.565	1.181.480

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
 Legislação Societária
 DATA-BASE - 31/12/2007

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

14.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

**Demonstrações do valor adicionado
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006
 (valores em milhares de reais)**

	Notas	31/12/2007	31/12/2006
Receitas		3.577.711	3.607.586
Vendas de energia e serviços	30	3.582.762	3.626.394
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	35	(12.100)	(22.120)
Não operacionais	37	7.049	3.312
Insumos adquiridos de terceiros		(1.407.674)	(1.352.493)
Energia comprada	31	(1.181.576)	(1.114.617)
Materiais	33	(25.343)	(25.277)
Serviço de terceiros	34	(99.174)	(99.431)
Outros custos operacionais		(82.247)	(95.269)
Despesas não operacionais	37	(19.334)	(17.879)
Valor adicionado bruto		2.170.037	2.255.093
Depreciação e amortização		(119.399)	(119.235)
Valor adicionado líquido		2.050.638	2.135.858
Receitas financeiras	36	129.695	194.838
Resultado de participações societárias		-	(208)
Valor adicionado a distribuir		2.180.333	2.330.488
Distribuição do valor adicionado		2.180.333	2.330.488
Pessoal	32	172.738	163.665
Impostos, taxas e contribuições		1.075.131	1.161.884
Taxas regulamentares (RGR/CCC/CDE/ECE)		277.179	300.253
Despesas financeiras	36	188.374	202.999
Lucros retidos	29.4	23.345	25.084
Juros sobre o capital próprio	29.5	67.585	-
Dividendos propostos e pagos	29.5	375.981	476.603

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/12/2007

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO DFP	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLuíDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	2
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	6
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	8
04	01	DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS	10
05	01	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2007 A 31/12/2007	11
05	02	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2006 A 31/12/2006	12
05	03	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2005 A 31/12/2005	13
12	01	PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA	14
13	01	RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	15
14	01	NÓTAS EXPLICATIVAS	34/77

-
- Informações Trimestrais - ITR da Emissora relativas aos trimestres encerrados em 31 de março de 2009 e 2008 e respectivo Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Data-Base - 31/03/2009

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIACÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CODIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97
4 - NIRE		
353.001535-70		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO			2 - BAIRRO OU DISTRITO		
Rua Ary Antenor de Souza 321			Jd Nova América		
3 - CEP		4 - MUNICÍPIO			5 - UF
13053-024		Campinas			SP
6 - DDD	7 - TELEFONE	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEX	
019	2122-1095	2122-1089	-		
11 - DDD	12 - FAX	13 - FAX	14 - FAX		
019	2122-1560	2122-1564	-		
15 - E-MAIL					
rodrigo.silva@elektro.com.br					

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME					
Rodrigo Ferreira Medeiros da Silva					
2 - ENDEREÇO COMPLETO				3 - BAIRRO OU DISTRITO	
Rua Ary Antenor de Souza 321				Jd Nova América	
4 - CEP		5 - MUNICÍPIO			6 - UF
13053-024		Campinas			SP
7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEX	
019	2122-1095	2122-1089	-		
12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX		
019	2122-1095	2122-1564	-		
16 - E-MAIL					
rodrigo.silva@elektro.com.br					

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2009	31/12/2009	1	01/01/2009	31/03/2009	4	01/10/2008	31/12/2008
9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR					10 - CÓDIGO CVM		
Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes					00385-9		
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO					12 - CPF DO RESP. TÉCNICO		
José Carlos Amadi					060.494.668-66		

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 31/03/2009
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Unidades)	1 - TRIMESTRE ATUAL 31/03/2009	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/12/2008	3 - IGUAL TRIMESTRE EX ANTERIOR 31/03/2008
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	91.880.972	91.880.972	183.761.944.618
2 - Preferenciais	101.878.293	101.878.293	203.756.586.299
3 - Total	193.759.265	193.759.265	387.518.530.917
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA
Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO
Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO
Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE
1120 - Energia Elétrica
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL
Distribuição de Energia Elétrica
6 - TIPO DE CONSOLIDADO
Não Apresentado
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES
Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLuíDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
01	RCA	11/11/2008	Juros Sobre Capital Próprio	28/01/2009	ON	0,3320188260
02	RCA	11/11/2008	Juros Sobre Capital Próprio	28/01/2009	PN	0,3652207080
03	RCA	02/03/2009	Dividendo	28/04/2009	ON	0,9064042190
04	RCA	02/03/2009	Dividendo	28/04/2009	PN	0,8240038350

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
-		. / -

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1 - ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (R\$ em Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (R\$ em Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Unidades)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (R\$ em R)

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
07/05/2009	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 31/03/2009
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2009	4 - 31/12/2008
1	Ativo Total	3.058.283	2.955.003
1.01	Ativo Circulante	897.094	856.105
1.01.01	Disponibilidades	226.361	205.020
1.01.01.01	Bancos	7.738	3.359
1.01.01.02	Aplicações financeiras	218.623	201.661
1.01.02	Créditos	638.166	611.907
1.01.02.01	Clientes	477.220	455.560
1.01.02.01.01	Consumidores, parte de débitos e fornecedores	520.814	499.216
1.01.02.01.02	Provisão p/ crédito liquidação duvidosa	(43.594)	(43.656)
1.01.02.02	Créditos Diversos	160.946	156.347
1.01.02.02.01	Caução de fundos e depósitos vinculados	14.876	15.737
1.01.02.02.02	Recuper. perdas receita e energia livre	4.871	5.336
1.01.02.02.03	Ativo regulatório transmissoras	3.596	6.293
1.01.02.02.04	TUSD-G	35.480	13.722
1.01.02.02.05	Conta comp. de variações parcela A - CVA	5.749	7.856
1.01.02.02.06	Recomposição de PIS e COFINS	1.383	2.268
1.01.02.02.07	Tributos diferidos e a compensar	94.991	105.135
1.01.03	Estoques	4.230	4.153
1.01.03.01	Almoxarifado	4.230	4.153
1.01.04	Outros	28.337	35.025
1.01.04.01	Outros créditos	28.337	35.025
1.02	Ativo Não Circulante	2.161.189	2.098.898
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	560.639	516.780
1.02.01.01	Créditos Diversos	548.056	506.448
1.02.01.01.01	Parcelamento de débito e fornecedores	38.540	41.281
1.02.01.01.02	Caução de fundos e depósitos vinculados	12.056	11.711
1.02.01.01.03	Recuper. perdas receita e energia livre	12.018	12.419
1.02.01.01.04	TUSD-G	56.062	31.713
1.02.01.01.05	Conta comp. de variações parcela A - CVA	146.858	99.130
1.02.01.01.06	Tributos diferidos e a compensar	282.522	310.194
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.03	Outros	12.583	10.332
1.02.01.03.01	Outros créditos	12.583	10.332
1.02.02	Ativo Permanente	1.600.550	1.582.118
1.02.02.01	Investimentos	4.332	4.334
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 31/03/2009
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2009	4 - 31/12/2008
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	4.332	4.334
1.02.02.02	Imobilizado	1.554.571	1.537.888
1.02.02.03	Intangível	41.647	39.896
1.02.02.04	Diferido	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Data-Base - 31/03/2009

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CODIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2009	4 - 31/12/2008
2	Passivo Total	3 058 283	2 955 003
2 01	Passivo Circulante	930 443	1 005.483
2.01 01	Empréstimos e Financiamentos	77 341	73.069
2 01 01 01	Empréstimos e financiamentos	69 179	65.325
2 01 01 02	Arrendamento mercantil	8 162	7 744
2 01 02	Debêntures	213 810	203.755
2 01 03	Fornecedores	235 969	239.856
2 01 04	Impostos, Taxas e Contribuições	111 138	112.098
2 01 05	Dividendos a Pagar	168 058	223 178
2 01 05 01	Dividendos a pagar	168 058	168.058
2 01 05 02	Juros sobre capital próprio a pagar	0	55.120
2 01 06	Provisões	0	0
2 01 07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2 01 08	Outros	124 127	153.527
2 01 08 01	Obrigações P&D e eficiência energética	22 705	35.071
2 01 08 02	Encargos do consumidor	21 080	24 729
2 01 08 03	Salários e contribuições sociais	26 810	35 116
2 01 08 04	Energia livre	6 031	5 473
2 01 08 05	Passivo regulatório transmissoras	3 596	6.293
2 01 08 06	TUSD-G	18 431	12.839
2 01 08 07	Devol. baixa renda - modicidade tarifária	782	944
2 01 08 08	Outros passivos	24 691	33 062
2 02	Passivo Não Circulante	899 878	846.488
2 02 01	Passivo Exigível a Longo Prazo	899 878	846.488
2 02 01 01	Empréstimos e Financiamentos	275 428	264 264
2 02 01 01 01	Empréstimos e financiamentos	255 137	241 980
2 02 01 01 02	Arrendamento mercantil	20 291	22.284
2 02 01 02	Debêntures	363 970	368.606
2 02 01 03	Provisões	81 872	81 701
2 02 01 03 02	Prov. plações judiciais, contingências liq	81 872	81 701
2 02 01 04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2 02 01 05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2 02 01 06	Outros	178 608	131 917
2 02 01 06 01	Obrigações P&D e eficiência energética	16 296	14.401
2 02 01 06 02	Energia livre	14 984	15.484
2 02 01 06 03	TUSD-G	82 353	31 713
2 02 01 06 04	Devol. baixa renda - modicidade tarifária	43 737	41 890
2 02 01 06 05	Plano de pensão	17 620	23.496
2 02 01 06 06	Outros passivos	3 618	4.933
2 03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2 05	Patrimônio Líquido	1.227 962	1 103.032

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Divulgação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Data-Base - 31/03/2009

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2009	4 - 31/12/2008
2.05.01	Capital Social Realizado	952.492	952.492
2.05.02	Reservas de Capital	50.539	50.539
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	100.001	100.001
2.05.04.01	Legal	100.001	100.001
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	124.930	0
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 31/03/2009
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓD.GC CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.329.280/0001-97

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓD.GC	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01-01-2009 a 31-03-2009	4 - 01-01-2008 a 31-03-2008	5 - 01-01-2007 a 31-03-2007	6 - 01-01-2006 a 31-03-2006
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	1.005.409	1.005.409	870.682	870.682
3.02	Deduções da Receita Bruta	(332.708)	(332.708)	(289.020)	(289.020)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	672.701	672.701	581.662	581.662
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(437.786)	(437.786)	(402.806)	(402.806)
3.04.01	Energia comprada para revenda	(376.507)	(376.507)	(339.517)	(339.517)
3.04.02	Créditos de PIS e COFINS sobre energia c	35.100	35.100	31.479	31.479
3.04.03	Gastos com pessoal	(30.202)	(30.202)	(32.228)	(32.228)
3.04.04	Gastos com materiais	(5.365)	(5.365)	(5.519)	(5.519)
3.04.05	Gastos com serviços de terceiros	(20.833)	(20.833)	(18.063)	(18.063)
3.04.06	Depreciação e outras amortizações	(30.564)	(30.564)	(28.143)	(28.143)
3.04.07	Outras despesas operacionais líquidas	(10.509)	(10.509)	(11.490)	(11.490)
3.04.08	Créditos de PIS e COFINS sobre o custo d	1.094	1.094	875	875
3.05	Resultado Bruto	234.915	234.915	179.056	179.056
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(44.866)	(44.866)	(60.463)	(60.463)
3.06.01	Com Vendas	(5.918)	(5.918)	(3.126)	(3.126)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(13.726)	(13.726)	(12.527)	(12.527)
3.06.03	Financeiras	(3.648)	(3.648)	(21.498)	(21.498)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	20.967	20.967	20.703	20.703
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(24.615)	(24.615)	(42.201)	(42.201)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(21.574)	(21.574)	(23.312)	(23.312)
3.06.05.01	Amortização do ágio	(1.837)	(1.837)	(1.837)	(1.837)
3.06.05.02	Outras despesas operacionais líquidas	(19.737)	(19.737)	(21.475)	(21.475)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	190.049	190.049	118.593	118.593
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-S	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2009 a 31/03/2009	4 - 01/01/2009 a 31/03/2009	5 - 01/01/2009 a 31/03/2009	6 - 01/01/2009 a 31/03/2009
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	190.049	190.049	118.593	118.593
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(41.394)	(41.394)	(27.494)	(27.494)
3.11	IR Diferido	(23.725)	(23.725)	(14.931)	(14.931)
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	124.930	124.930	76.168	76.168
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Unidades)	193.759.265	193.759.265	387.518.530.917	387.518.530.917
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0.64477	0.64477	0.00020	0.00020
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.260/0001-97

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2009 a 31/03/2009	4 - 01/01/2009 a 31/03/2009	5 - 01/01/2008 a 31/03/2008	6 - 01/01/2008 a 31/03/2008
4.01	Caixa Líquida Atividades Operacionais	131.895	131.895	164.271	164.271
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	201.173	201.173	168.835	168.835
4.01.01.01	Lucro líquido do exercício	124.930	124.930	75.168	75.168
4.01.01.02	Prov. créditos de liquidação duvidosa	5.199	5.199	3.648	3.648
4.01.01.03	Juros e var. ações monetárias	19.516	19.516	34.412	34.412
4.01.01.04	Depreciação e outras amortizações	30.564	30.564	28.143	28.143
4.01.01.05	Amortização do ágio	1.837	1.837	1.837	1.837
4.01.01.06	Cancel/Perda na baixa do ativo permanente	5.345	6.345	5.559	5.559
4.01.01.07	Plano de pensão	(5.876)	(5.876)	(1.585)	(1.585)
4.01.01.08	Provisão para ações judiciais	1.740	1.740	3.763	3.763
4.01.01.09	Amortização/consumo de custos diferidos	15.917	15.917	14.930	14.930
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(59.477)	(59.477)	(2.604)	(2.604)
4.01.02.01	Consumidores e concessionários	(24.118)	(24.118)	(9.272)	(9.272)
4.01.02.02	Almoxtado	(77)	(77)	(115)	(115)
4.01.02.03	Tributos a compensar	20.689	20.689	12.376	12.376
4.01.02.04	Ativos regulatórios	(84.228)	(84.228)	(8.506)	(8.506)
4.01.02.05	Caução de fundos	516	516	(2.875)	(2.875)
4.01.02.06	Outros créditos	4.437	4.437	5.759	5.759
4.01.02.07	Fornecedores	(3.887)	(3.887)	(389)	(389)
4.01.02.08	Tributos a recolher	(960)	(960)	182	182
4.01.02.09	Passivos regulatórios	50.233	50.233	(1.520)	(1.520)
4.01.02.10	Provisão para ações judiciais	(1.569)	(1.569)	(1.300)	(1.300)
4.01.02.11	Programa de eficiência energética	(12.521)	(12.521)	(335)	(335)
4.01.02.12	Outros passivos	(17.992)	(17.992)	3.391	3.391
4.01.03	Outros	0	0	0	0
4.02	Caixa Líquida Atividades de Investimento	(57.179)	(57.179)	(55.506)	(55.506)
4.02.01	Aquisições do imobilizado	(60.481)	(60.481)	(53.030)	(53.030)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2009 a 31/03/2009	4 - 01/01/2009 a 31/03/2009	5 - 01/01/2008 a 31/03/2008	6 - 01/01/2008 a 31/03/2008
4 02 02	Aquisição de material em depósito	(85'')	(651)	(1'906)	(1'906)
4 02 03	Obrigações especiais	3 210	3 210	(967)	(967)
4 02 04	Valor de venda do ativo imobilizado	753	753	2 398	2 398
4 03	Caixa Líquido Atividades Financeiras	(53 176)	(53 176)	17 756	17 756
4 03 01	Dividendos propostos e JCP pagos	(55 120)	(55 120)	(4 494)	(4 494)
4 03 02	Amortização de empréstimos e debêntures	(26 55')	(26 55')	(17 822)	(17 822)
4 03 03	Amortização de arrendamento mercantil	(1 956)	(1 956)	(667)	(667)
4 03 04	Captação de empréstimos	30 490	30 490	40 539	40 539
4 04	Variação Cambial do Caixa e Equivalentes	0	0	0	0
4 05	Aumento (Redução) do Caixa e Equivalentes	21 341	21 341	128 532	128 532
4 05 01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	205 020	205 020	157 328	157 328
4 05 02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	226 361	226 361	285 859	285 859

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2009 a 31/03/2009 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS: PREJUIZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5 01	Saldo Inicial	952.492	50.538		-53.031	0	0	1.124.980
5 02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5 03	Saldo Apurado	952.492	50.538		-53.031	0	0	1.124.980
5 04	Lucro: Prejuízo do Período	0	0	0	0	124.930	0	124.930
5 05	Distribuições	0	0	0	0	0	0	0
5 05 01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5 05 02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5 05 03	Otras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5 06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5 07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5 07 01	Ajustes de Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5 07 02	Ajustes Arretrados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5 07 03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5 08	Aumento: Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5 08	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5 10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5 11	Otras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5 12	Otras	0	0	0	0	0	0	0
5 13	Saldo Final	952.492	50.538		-53.031	124.930	0	1.227.962

Data-Base - 31/03/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2009 a 31/03/2009 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALUAÇÃO	6 - RESERVAS DE LÚCRO	7 - LÚCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
\$ 01	Saldo Inicial	952.492	50.539		0	100.001	0	1.103.032
\$ 02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
\$ 03	Saldo Anulado	952.492	50.539		0	100.001	0	1.103.032
\$ 04	Lúcro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	124.930	0	124.930
\$ 05	Destacções	0	0	0	0	0	0	0
\$ 05 01	Distribuição	0	0	0	0	0	0	0
\$ 05 02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
\$ 05 03	Outras Oribinações	0	0	0	0	0	0	0
\$ 05	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
\$ 07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
\$ 07 01	Ajustes de Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
\$ 07 02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
\$ 07 03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
\$ 08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
\$ 09	Correção/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
\$ 10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
\$ 11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
\$ 12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
\$ 13	Saldo Final	952.492	50.539		0	100.001	124.930	1.227.962

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS EM 31 DE MARÇO DE 2009 (em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. A SOCIEDADE, SUAS OPERAÇÕES E A CONCESSÃO

A Elektro Eletricidade e Serviços S.A., denominada a seguir como "Elektro" ou "Sociedade", tem sua sede à rua Ary Antenor de Souza, 321 no município de Campinas, e é uma concessionária de serviço público de energia elétrica, e os seus negócios, incluindo os serviços prestados e as tarifas cobradas são, em geral, regulamentados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) de acordo com o contrato de concessão celebrado entre a Sociedade e a União (Poder Concedente), intermediado pela ANEEL e assinado em 27 de agosto de 1998.

O contrato de concessão tem prazo de vigência de 30 anos, podendo ser prorrogado, por requerimento da concessionária e a critério exclusivo da ANEEL, por prazo adicional de no máximo 30 anos. Segundo o contrato, a Elektro tem o direito de explorar o serviço de distribuição de energia elétrica em 228 municípios, sendo 223 no Estado de São Paulo e 5 no Estado do Mato Grosso do Sul, e tem a obrigação de implantar novas instalações e ampliar as existentes de modo a garantir o atendimento da demanda atual e futura do seu mercado de energia elétrica.

O contrato de concessão prevê que todos os bens e instalações pertencentes ao patrimônio da Sociedade e que estejam vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos automaticamente para o Poder Concedente ao término do contrato de concessão, procedendo-se às avaliações e determinação do valor de indenização à concessionária, de acordo com a regulamentação em vigor.

A Sociedade é registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) como companhia aberta e tem suas ações negociadas na BM&F Bovespa S.A., Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As Informações Trimestrais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentre elas, as disposições da CVM, incluindo os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pelo Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e normas da legislação específica aplicáveis às concessionárias do serviço público de energia elétrica, emitidas pela ANEEL.

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas Informações Trimestrais são consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2008, inclusive no que se refere aos critérios contábeis estabelecidos na Lei nº 11.638/07, Medida Provisória nº 449/08 e pronunciamentos técnicos do CPC, e, portanto devem ser analisadas em conjunto com aquelas Demonstrações Financeiras.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

2.1. Alteração da Legislação Societária e Práticas Contábeis Brasileiras e Ajustes e Reclassificações nas Informações Trimestrais de 31 de Março de 2008

Em decorrência de alterações de práticas contábeis implementadas pela Sociedade em função dos dispositivos da Lei n 11.638/07, Medida Provisória 449/08 e dos pronunciamentos técnicos do CPC, e com o objetivo de observar a Deliberação CVM 506 e NPC 12 no tocante a reapresentação de demonstrações financeiras quando da ocorrência de mudanças de práticas contábeis, critérios de julgamento e estimativa e correção de erros de forma a viabilizar a devida comparabilidade, a Sociedade efetuou ajustes à Demonstração do Resultado e do Fluxo de Caixa referentes a 31 de março de 2008.

Abaixo encontra-se o demonstrativo das linhas e grupos que foram alteradas em referidas Demonstração do Resultado e do Fluxo de Caixa em função dos ajustes da Lei 11.638/07 e regulamentação pertinente.

Elektro Eletricidade e Serviços S.A.
Demonstrações dos Resultados para o trimestre findo em 31 de março de 2009 e de 2008
(em milhares de reais)
Ajustes referente a Lei nº 11.638/07 e outras reclassificações

	Notas	31/03/2008 Publicado	Ajustes da Lei 11.638/07	Outras Reclassificações	31/03/2008 Ajustado
Custo da operação		(190.502)	444	5.490	(184.568)
Gastos com pessoal	(a)	(37.964)	-	5.738	(32.226)
Gastos com materiais	(a)	(7.309)	-	(3.710)	(5.519)
Gastos com serviços de terceiros	(a)	(21.027)	-	2.964	(18.063)
Depreciação e outras amortizações	(b)	(27.271)	(8/2)	-	(29.143)
Outras despesas operacionais	(b)	(12.806)	1.316	-	(11.490)
Lucro operacional bruto		173.122	444	5.490	179.056
Despesas operacionais		(28.048)	(5.427)	(5.490)	(38.965)
Despesas gerais administrativas	(a)	(7.037)	-	(5.490)	(12.527)
Outras despesas operacionais líquidas	(b)	(16.048)	(5.427)	-	(21.475)
Resultado do serviço		145.074	(4.983)	-	140.091
Resultado financeiro		(20.839)	(659)	-	(21.498)
Despesas financeiras		(28.429)	(659)	-	(29.088)
Resultado operacional		124.235	(5.642)	-	118.593
Resultado não operacional	(c)	(5.427)	5.427	-	-
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda		118.808	(216)	-	118.593
Imposto de renda diferido	(d)	(11.004)	54	-	(10.950)
Contribuição social diferida	(d)	(4.000)	19	-	(3.981)
Lucro líquido do período		78.310	(142)	-	78.168

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Demonstrações dos fluxos de caixa
para o exercício findo em 31 de março de 2008
(em milhares de reais)
Ajustes referente a Lei nº 11.638/07 e outras reclassificações

		31/03/2008		31/03/2008
		Publicado	Ajustes da Lei 11.638/07	Ajustado
Atividades operacionais				
Lucro líquido do período	(b)	76.310	(142)	76.168
Despesas (receitas) que não afetam o caixa		89.898	809	90.707
Juros e variações monetárias	(b)	34.402	10	34.412
Depreciação e outras amortizações	(b)	27.271	872	28.143
Amortização e constituição de tributos diferidos	(d)	15.003	(73)	14.930
Caixa gerado pelas atividades operacionais		163.604	667	164.271
Caixa (aplicado) gerado pelas atividades de financiamento		18.423	(667)	17.756
Amortização de arrendamento mercantil (principal e juros)	(b)	-	(667)	(667)
Total dos efeitos nas disponibilidades		128.522	-	128.522

- (a) Os saldos em 31 de março de 2008 foram reclassificados para melhor comparabilidade com 2009.
- (b) As operações de leasing que transferiram à Sociedade os benefícios, riscos e controle dos bens foram registrados no imobilizado. No caso da Elektro, foram registrados os contratos caracterizados como arrendamento mercantil financeiro (vide nota 18), de acordo com o Pronunciamento CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil aprovado pela CVM por meio da Deliberação CVM nº 554/08. Com isso, foram ajustadas no resultado as contas de depreciação, outras despesas operacionais e despesas financeiras.
- (c) Eliminação da rubrica de "Resultado não operacional" na demonstração de resultados, cujos efeitos passam a ser apresentados na rubrica "Outras despesas operacionais líquidas", conforme determinado pela Medida Provisória nº 449/2008.
- (d) Para os ajustes relacionados às mudanças de prática contábil devido à alteração na legislação societária, foram constituídos Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, pois, segundo o Regime Tributário de Transição instituído pela Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008, esses ajustes não serão base para tributação.

3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras apresentam o seguinte perfil de vencimentos:

Ano Vencimento	31/03/2009	31/12/2008
2009	18.881	47.436
2010	106.470	154.225
2011	93.272	-
Total	218.623	201.661

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 31 de março de 2009, as aplicações estavam atreladas a instrumentos de renda fixa (pós-fixado), incluindo Certificados de Depósito Bancário (CDBs), fundos de investimento e outros instrumentos, indexados à variação média de 101.05% das taxas diárias dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI). Essas aplicações financeiras apresentam liquidez diária, podendo ser resgatadas a qualquer momento, sem perdas para a Sociedade, independentemente do ano de vencimento dos títulos, motivo pelo qual são classificadas no ativo circulante. A Administração entende que tais aplicações não estão sujeitas a riscos significantes de mudança de valor.

A Elektro tem uma política de aplicação financeira bastante restritiva e conservadora, a qual não permite investimento em derivativos ou títulos com alto risco de crédito, seja público ou privado. Além disso, a Elektro é bastante seletiva na escolha das instituições financeiras com que realiza operações, tendo em sua carteira somente aplicações em bancos de primeira linha, com classificação de risco mínimo para aplicação equivalente a AA-, emitida por uma das empresas de classificação de riscos (*rating*) internacional.

4. CONTAS A RECEBER – CONSUMIDORES, PARCELAMENTOS DE DÉBITOS E SUPRIDORES

	31/03/2009				31/12/2008			
	A Vencer	Vencidos		Total	A Vencer	Vencidos		Total
		até 90 dias	(+) 90 dias			até 90 dias	(+) 90 dias	
Fornecimento	134.961	86.250	18.980	240.191	131.965	83.135	18.330	233.430
Residencial	86.490	56.488	4.395	127.373	64.473	54.034	3.834	122.341
Industrial	18.563	10.777	7.854	37.194	19.857	10.350	9.599	39.806
Comercial	19.784	12.262	2.079	34.125	18.761	12.238	1.772	32.771
Rural	6.140	3.281	319	9.740	6.386	3.780	281	10.447
Poder público	8.785	925	363	10.073	7.999	860	58	8.947
Iluminação pública	8.866	612	2.959	12.437	8.294	721	2.761	11.776
Serviço público	6.333	1.905	1.011	9.249	6.195	1.122	25	7.342
Outras contas a receber	308.605	4.918	5.640	319.163	298.966	3.903	4.198	307.067
Parcelamentos débitos	46.819	4.918	5.640	57.377	51.647	3.903	4.198	59.748
Receita não faturada	223.395	-	-	223.395	205.438	-	-	205.438
Supridores	29.058	-	-	29.058	31.627	-	-	31.627
Outros	9.333	-	-	9.333	10.854	-	-	10.854
Total	443.566	91.168	24.620	559.354	430.931	87.038	22.528	540.497
Circulante	405.026	91.168	24.620	520.814	389.650	87.038	22.528	499.216
Não circulante	38.540	-	-	38.540	41.281	-	-	41.281

Em 31 de março de 2009, do montante de R\$ 29.058 classificados como Supridores, R\$ 20.057, registrado no longo prazo referem-se a transações no âmbito da CCEE no período do racionamento de energia elétrica e contemplam: (i) R\$ 16.048 referentes a liminares interpostas junto à CCEE por agentes do setor e (ii) R\$ 4.009 referentes a acordos bilaterais em negociação. A Sociedade não espera incorrer em perdas com a realização desses valores.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

5. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A provisão para créditos de liquidação duvidosa apresenta a seguinte composição por classe:

	31/03/2009	31/12/2008
Residencial	6.017	5.678
Industrial	5.940	7.200
Comercial	2.589	2.248
Rural	692	607
Poder público (federal, estadual e municipal)	1.069	1.044
Iluminação pública	4.988	4.742
Parcelamentos de prefeituras	17.108	17.049
Parcelamento privado	5.191	5.088
Total	43.594	43.656

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está em conformidade com o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica. A Administração da Sociedade considera a provisão adequada para cobertura de prováveis perdas com recebíveis.

A redução do saldo de Industrial deve-se à baixa efetiva para incobráveis dos títulos com baixa probabilidade de recebimento.

6. CAUÇÃO DE FUNDOS E DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 31 de março de 2009, as aplicações caucionadas estavam atreladas a instrumentos de renda fixa (pós-fixados), incluindo CDB's, fundos de investimento e outros instrumentos, indexados a variação média de 100,14% das taxas diárias do CDI. Essas aplicações financeiras apresentam liquidez diária, porém estão caucionadas conforme quadro abaixo.

	31/03/2009		31/12/2008	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Dívidas:				
Eletrobrás (Luz para Todos) (i)	235	-	232	-
Debêntures (ii)	10.527	-	4.824	-
Garantia - Leilão Compra de Energia Elétrica	2.372	12.056	9.090	11.711
Fundo Educacional	1.463	-	1.421	-
Outros	279	-	170	-
Total	14.876	12.056	15.737	11.711

- (i) Eletrobrás – Montante do contrato de financiamento relativo ao Programa Luz para Todos. O valor será liberado para a Elektro após comprovações dos investimentos efetuados segundo as normas do referido programa.
- (ii) Debêntures – Montante acumulado, em bases mensais, para cobrir o valor do próximo pagamento de juros vencidos.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

7. RTE – RECUPERAÇÃO DAS PERDAS DE RECEITA E ENERGIA LIVRE

Acordo Geral do Setor Elétrico

Em dezembro de 2001, foi concluído o Acordo Geral do Setor Elétrico, que instituiu o reajuste tarifário extraordinário denominado Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE), como mecanismo para recomposição das perdas de receita de distribuidores e geradores de energia elétrica decorrentes do Programa de Racionamento de Energia Elétrica, ocorrida entre 1º de junho de 2001 e 28 de fevereiro de 2002.

Conforme o prazo estabelecido pela ANEEL, em novembro de 2006, encerraram-se os faturamentos de RTE, os quais compreendiam valores destinados à amortização da recuperação da perda de receita dos distribuidores e da energia livre a ser repassada aos geradores.

Existem, entretanto, valores pendentes de faturamento para consumidores de alguns municípios da região de Presidente Prudente, em função de liminar obtida em ação judicial contra referida recomposição tarifária movida por consumidores daquela região. Em 29 de fevereiro de 2008, essa liminar foi cassada, permitindo a cobrança pela Elektro dos valores da RTE naqueles municípios.

Tendo em vista que essa liminar vigorava desde abril de 2002, e a cobrança da RTE no restante da área de concessão já havia cessado em novembro de 2006, a ANEEL decidiu pela cobrança do valor em 52 meses, aplicando para a Elektro os adicionais tarifários previstos na Lei n.º 10.438/02 naqueles 26 municípios, a partir do reajuste tarifário de agosto de 2008. Em decorrência desta regulamentação, que prevê o recebimento dos respectivos montantes envolvidos, a Elektro reconheceu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 a atualização monetária do ativo em questão e do respectivo passivo de energia livre.

Os valores registrados na conta de RTE – Recuperação das perdas de receita e energia livre em 31 de março de 2009 de R\$ 4.871 no ativo circulante e R\$ 12.018 no ativo não circulante (R\$ 5.336 no ativo circulante e R\$ 12.419 no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2008) estão sendo amortizados nos faturamentos a partir do reajuste tarifário de agosto de 2008. Os valores correspondentes ao passivo de energia livre em 31 de março de 2009 de R\$ 6.031 no passivo circulante e R\$ 14.984 no passivo não circulante (R\$ 5.473 no passivo circulante e R\$ 15.484 no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2008) devido às Geradoras, que compreendem principalmente valores não faturados, serão repassados conforme o faturamento e arrecadação da RTE. Esses valores de ativo e passivo foram recalculados de acordo com o ofício ANEEL nº 2.027/2008 desconsiderando os valores não faturados dos municípios da região de Presidente Prudente.

8. ATIVO E PASSIVO REGULATÓRIO - TRANSMISSORAS

Em 2007, algumas concessionárias de transmissão (transmissoras) tiveram sua revisão tarifária periódica homologada e verificou-se que as mesmas possuem um passivo financeiro com diversos agentes do setor elétrico devido à redução de suas tarifas. Os credores de tais valores são concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição (distribuidoras), que tiveram esses valores contemplados em suas tarifas como custo na Parcela A no período anterior à revisão tarifária dessas transmissoras. Desta forma, através do Ofício Circular nº 2.409/2007, a ANEEL determinou que as distribuidoras contabilizassem esse saldo no ativo, tendo como contrapartida a receita operacional. O ofício determina ainda que os valores serão deduzidos financeiramente dos valores a serem pagos às referidas transmissoras, a título de CUST (Custo do Uso do Sistema de Transmissão). Assim, o ativo

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

das distribuidoras está sendo amortizado em vinte e quatro meses, sendo que cinquenta por cento foi amortizado no ciclo 2007-2008, e o restante será amortizado até agosto de 2009.

Adicionalmente, a ANEEL considerou que o ativo financeiro registrado pelas distribuidoras foi contemplado na Parcela A da tarifa cobrada dos consumidores e, portanto, está sujeito a devolução aos mesmos. Assim sendo, as distribuidoras registraram um passivo financeiro com o consumidor, tendo como contrapartida o custo da operação, o qual está sendo deduzido desde o último reajuste tarifário seguindo o mesmo cronograma de amortização acima, ou seja, até agosto de 2009.

A Elektro registrou tanto no ativo quanto no passivo o valor original de R\$ 21.577. Esse valor já foi contemplado na última revisão tarifária e, portanto, o repasse já está sendo efetuado aos consumidores, assim como a redução dos valores pagos de CUST. Em 31 de março de 2009 os valores registrados no ativo e passivo circulante são de R\$ 3.596 (R\$ 6.293 em 31 de dezembro de 2008). Estes valores não estão sujeitos a atualização monetária.

9. TARIFA DO USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO PARA UNIDADES GERADORAS - TUSD-G

A Resolução Normativa ANEEL nº 67, de 8 de junho de 2004, determinou a cobrança da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) das geradoras despachadas centralizadamente pelo ONS que estavam conectadas às linhas de transmissão, barramentos, transformadores de potência e equipamentos de subestação, em tensão inferior a 230 kV, dentro da área de concessão da Elektro.

Em 26 de junho de 2007, foi publicada a Resolução Homologatória ANEEL nº 497, com o objetivo de definir as tarifas a serem cobradas das usinas geradoras conectadas ao sistema de 138 kV. Estas resoluções abrangem 5 usinas conectadas à rede de distribuição da Elektro: UHE Nova Avanhandava, de propriedade da AES Tietê; UHE Jupia e UHE Paraibuna, de propriedade da CESP; UHE Rosana, de propriedade da Duke Energy; e UTE Três Lagoas, de propriedade da Petrobrás.

Essas resoluções determinam que a Elektro faça a cobrança desses valores dos geradores e pague à companhia transmissora, Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP), os Encargos de Conexão e Contratos de Uso dos Sistemas de Transmissão (CUST), de forma que a distribuidora não seja onerada em seu resultado. Alguns geradores ajuizaram ações e obtiveram decisões liminares favoráveis ao não pagamento desses valores. Nestes casos, a ANEEL, no reajuste tarifário de 27 de agosto de 2008, incluiu parcialmente a previsão de pagamento dos encargos na tarifa dos consumidores finais. A Elektro ajuizou ação com pedido de liminar para o não pagamento à CTEEP dos Encargos de Conexão e CUST para os casos em que não houve previsão tarifária, visando preservar o seu equilíbrio econômico-financeiro, em função do não recebimento das geradoras, nem dos consumidores.

No caso da UTE Três Lagoas, os contratos foram assinados de acordo com a Resolução 67, e desde julho de 2004, essa geradora vem sendo faturada pela Elektro. A Resolução 497 determinou nova tarifa TUSD-G, inferior à praticada no contrato então existente com a usina, resultando na obrigação de devolução, pela Elektro, das diferenças decorrentes do faturamento a maior no período. Estes valores foram incluídos nas tarifas da Elektro como componente financeiro para amortização em 24 meses a partir de agosto de 2007.

Em 13 de janeiro de 2009, foi firmado um acordo entre as geradoras AES-Tietê e CESP, as distribuidoras Elektro, CPFL, CPEE e Bandeirante e a transmissora CTEEP, no qual as empresas geradoras concordaram em celebrar os Contratos de Uso do Sistema de Distribuição

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(CUSD) com as distribuidoras, para regularizar o pagamento pelo uso do sistema, e ajustar o pagamento dos débitos referentes ao período de julho de 2004 a dezembro de 2008, em 36 parcelas mensais corrigidas pela taxa Selic, a partir de janeiro de 2009.

Apenas a geradora Duke Paranapanema, proprietária da usina de Rosana, na área de concessão da Elektro, decidiu não aderir ao acordo, permanecendo pendente a regularização do seu uso do sistema e do pagamento de seu passivo.

Assim, a Elektro celebrou o CUSD com a AES-Tietê, referente à usina de Nova Avanhandava e Termo de Assunção de Dívida e Compromisso de Pagamento e outras Avenças, em que a AES-Tietê reconheceu a dívida de R\$ 49.372 (base 31 de dezembro de 2008) e se comprometeu a pagá-la em 36 parcelas mensais corrigidas pela Selic. Com a CESP também foi celebrado o CUSD referente às usinas de Jupia e Paraibuna, em que a CESP reconheceu a dívida de R\$ 44.009 (base 31 de dezembro de 2008) e se compromete a pagá-la nas mesmas bases da AES-Tietê.

Por outro lado a Elektro celebrou com a CTEEP um Termo de Confissão de Dívida e Acordo de Pagamento em que ajusta o pagamento à CTEEP de R\$ 41.875 (base 31 de dezembro de 2008) em 36 parcelas mensais corrigidas pela Selic, equivalente às parcelas que não tinham sido contempladas em tarifa.

As tarifas da Elektro vigentes até o momento, contemplam os valores que fazem parte do acordo mencionado, que compreende o período de julho de 2004 a dezembro de 2008, e como esses valores já foram recebidos dos clientes, está sendo registrado um passivo regulatório a ser oferecido à modicidade tarifária, provavelmente a partir do reajuste tarifário de agosto de 2009, conforme definições a serem tomadas pela ANEEL.

Em vista do acordo, a Elektro peticionou à justiça, com a anuência das demais partes envolvidas no acordo, a desistência da ação judicial ajuizada por perda decorrente do não recebimento dos valores acima mencionados.

Em função do descrito acima, em 31 de março de 2009 os saldos no balanço patrimonial referentes a TUSD-G são:

Ativo	Nota	31/12/2008				31/3/2009
		Saldo inicial	Ingresso	Correção	Recebimento	Saldo Final
AES - Nova Avanhandava - ref. jul/04 a mai/08	(a)	33.333	12.167	5.265	(4.187)	46.578
CESP - Jupia/Paraibuna - ref. jul/04 a dez/08	(a)	6.574	31.137	7.540	(3.732)	41.519
Ativo regulatório (Petrobrás - Três Lagoas - ref. jul/04 a jun/07)	(b)	5.528	-	-	(2.083)	3.445
Total Ativo		45.435	43.304	12.805	(10.002)	91.542
Circulante		13.722				36.480
Não circulante		31.713				55.062

Passivo	Nota	31/12/2008				31/3/2009
		Saldo inicial	Ingresso	Correção	Pagamento	Saldo Final
CTEEP	(c)	38.296	-	4.848	(3.551)	39.593
Petrobrás - Três Lagoas - ref. jul/04 a jun/07	(b)	6.348	-	-	(2.280)	4.068
Passivo regulatório	(d)	-	49.134	8.061	-	57.195
Total Passivo		44.644	49.134	12.909	[5.831]	102.518
Circulante		12.839				18.431
Não circulante		31.713				84.087

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (a) Valores a receber das geradoras conforme CUSD e Termo de Assunção de Dívida e Compromisso de Pagamento e outras Avenças celebrados entre a Elektro e as geradoras AES e CESP.
- (b) O saldo no ativo de R\$ 3.445 refere-se ao valor que a Elektro receberá dos consumidores nos faturamentos até agosto de 2009. O saldo registrado no passivo de R\$ 4.066, refere-se ao valor a ser pago para a Petrobrás conforme contrato assinado em 8 de outubro de 2008.
- (c) Valores a pagar para a CTEEP conforme Termo de Confissão de Dívida e Acordo de Pagamento celebrado entre a Elektro e CTEEP.
- (d) Valores contemplados nos Termos que já foram recebidos dos consumidores via tarifa e posteriormente serão devolvidos aos consumidores também via tarifa, assim que os mesmos forem homologados pela ANEEL.

10. CONTA DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÃO DE ITENS DA PARCELA A – CVA

O mecanismo de compensação das variações ocorridas nos custos não gerenciáveis, incorridos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica, está previsto e se encontra em conformidade com a legislação aplicável. Essas variações são apuradas através da diferença entre os gastos não gerenciáveis efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da apuração da tarifa nos reajustes tarifários anuais.

	31/03/2009			31/12/2008		
	CVA 07/08 (i)	CVA 08/09 (ii)	Total	CVA 07/08	CVA 08/09	Total
Energia comprada	(27.339)	75.756	48.417	(27.339)	41.845	14.506
Encargos de serviço de sistema - ESS	24.790	22.345	47.135	24.790	19.309	44.099
PROINFRA	6.465	6.587	13.052	6.465	-	6.465
Uso da rede básica	(1.671)	9.192	7.521	(1.671)	11.289	9.618
Conta de consumo de combustível - CCC	5.075	23.772	28.847	5.075	24.131	29.206
Conta de desenvolvimento energético - CDE	1.679	4.855	6.534	1.679	174	1.853
Total das variações dos itens da CVA	8.999	142.507	151.506	8.999	96.748	105.747
Total da correção pela Selic	2.694	4.351	7.045	2.293	2.382	4.675
Total do valor principal corrigido	11.693	146.858	158.551	11.292	99.130	110.422
Amortização da CVA	(5.944)	-	(5.944)	(3.436)	-	(3.436)
Total	5.749	146.858	152.607	7.856	99.130	106.986
Ativo circulante	5.749	-	5.749	7.856	-	7.856
Ativo não circulante	-	146.858	146.858	-	99.130	99.130

(i) Compreende os difenmentos efetuados no período de agosto de 2007 a julho de 2008.

(ii) Compreende os difenmentos efetuados no período de agosto de 2008 a março de 2009 (ciclo atual).

Por meio da Resolução Homologatória nº 701, de 26 de agosto de 2008, a ANEEL homologou os valores de CVA que compreendem o período de agosto de 2007 a julho de 2008. Os valores homologados passaram a ser amortizados a partir de 27 de agosto de 2008 e o seu saldo está sendo atualizado pela taxa Selic.

A CVA referente ao período de agosto a março de 2009 (ciclo atual) foi apurada e contabilizada pela Sociedade conforme legislação em vigor, e deverá ser fiscalizada por auditoria independente, conforme determinação do Despacho ANEEL nº 2.082, de 29 de maio de 2008 e homologada pela ANEEL no próximo reajuste tarifário em agosto de 2009. A

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

amortização desses valores deverá ocorrer a partir do momento de sua incorporação nas tarifas de fornecimento pela ANEEL, que deverá ocorrer em 27 de agosto de 2009.

O crescimento da CVA referente à Energia Comprada justifica-se, principalmente pela variação cambial das faturas referentes a Itaipu, impactadas pelo aumento da cotação do dólar norte americano a partir do segundo semestre de 2008.

11. RECOMPOSIÇÃO DE PIS E COFINS

A partir de agosto de 2005, por meio da Resolução Homologatória nº 185, de 22 de agosto de 2005, a Sociedade passou a cobrar as diferenças de alíquotas do PIS e COFINS diretamente na fatura do consumidor, contabilizando-as no ativo circulante. Em 31 de março de 2009, o saldo relativo às referidas diferenças de alíquotas apresentou-se credor no montante de R\$ 118 (saldo devedor de R\$ 328 em 31 de dezembro de 2008). O direito à recomposição tarifária pelo aumento da carga tributária é assegurado pelo Contrato de Concessão e pela legislação aplicável.

De acordo com o entendimento expresso na Nota Técnica nº 554/2006-SFF/ANEEL, a ANEEL efetuou a apuração definitiva dos efeitos da majoração das alíquotas de PIS e COFINS. A diferença que ainda havia a ser compensada também está registrada no ativo circulante, no valor de R\$ 1.501 (R\$ 2.596 em 31 de dezembro de 2008), e foi homologada pela ANEEL no reajuste tarifário de agosto de 2008 e está sendo amortizada nos faturamentos até 26 de agosto de 2009.

12. TRIBUTOS DIFERIDOS E A COMPENSAR

	31/03/2009	31/12/2008
Tributos a compensar	66.829	80.920
Imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido	10.803	10.797
Impostos e contribuições retidos na fonte	2.447	1.648
ICMS a recuperar	42.588	44.254
PIS e COFINS a recuperar	10.991	24.221
Tributos diferidos	310.684	334.409
IR sobre prejuízos fiscais	58.555	72.078
CSLL sobre base negativa	22.807	27.589
IR sobre diferenças temporárias	51.152	52.083
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.772	10.796
CVA	7.810	8.979
Provisão COFINS - liminar	19.824	19.531
Provisão PIS - liminar	3.827	3.771
Outras	8.919	9.006
CSLL sobre diferenças temporárias	9.900	10.381
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.878	3.886
CVA	2.812	3.233
Outras	3.210	3.252
Benefício fiscal do ágio incorporado	168.270	172.298
Total	377.513	415.329
Circulante	94.991	105.135
Não circulante	282.522	310.194

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os saldos de ICMS, PIS e COFINS a recuperar referem-se, em grande parte, a créditos na compra de bens do ativo imobilizado, cuja compensação ocorre no máximo em 48 meses.

Os créditos fiscais diferidos oriundos de diferenças temporárias, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social acumulados, estão em conformidade com a Deliberação CVM nº 273/98 e Instrução CVM nº 371/02, inclusive quanto ao prazo de realização, que não ultrapassa dez anos. O reconhecimento desses créditos tem como base as projeções de resultados tributáveis futuros da Sociedade, as quais foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 2 de março de 2009.

O benefício fiscal do ágio incorporado está registrado conforme determinado pela ANEEL e em consonância com as Instruções nº 319/99 e nº 349/01 da CVM, sendo que os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais encontram-se em contas específicas de ágio incorporado e provisão, com as correspondentes amortização e reversão. A realização desse valor dar-se-á mediante percentuais oficializados em 23 de dezembro de 2003 pela ANEEL através do Ofício nº 2.182/2003, definidos com base no prazo da concessão e na expectativa de recuperação indicada pelas projeções de resultado tributáveis apresentadas pela Sociedade ao órgão regulador naquela época.

A expectativa de amortização dos créditos fiscais diferidos e do benefício fiscal do ágio incorporado é como segue:

Ano	31/03/2009
2009	44.926
2010	60.647
2011	49.375
2012	51.343
2013	5.764
2014 a 2016	34.545
2017 a 2019	25.397
2020 a 2022	17.405
2023 a 2025	14.262
2026 a 2028	7.020
Total	<u>310.684</u>

Os valores efetivos do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido a pagar e a recuperação dos respectivos saldos diferidos decorrem da apuração de resultados tributáveis, da expectativa de realização das diferenças temporárias e outras variáveis. Portanto, a estimativa de realização futura deste ativo não deve ser considerada como um indicativo de projeção de lucros futuros da Sociedade. Adicionalmente, essas projeções estão baseadas em uma série de premissas que podem apresentar variações em relação aos valores reais.

13. INVESTIMENTOS

	31/03/2009	31/12/2008
Terrenos	4.264	4.264
Edificações	68	70
Total	<u>4.332</u>	<u>4.334</u>

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Do montante de R\$ 4.264 registrado como terrenos, R\$ 4.240 referem-se a propriedades rurais mantidas pela Sociedade para provável uso futuro. Essas propriedades não estão vinculadas à concessão e estão cedidas em comodato, de forma a garantir a integridade física e econômica dos bens.

14. IMOBILIZADO

Taxas Anuais Depreci- Amortiz-	31/03/2009			31/12/2008		
	Custo	Depreciação e amortização acumulada	Líquido	Custo	Depreciação e amortização acumulada	Líquido
Imobilizado em serviço	2.950.617	(1.303.440)	1.647.177	2.921.281	(1.270.794)	1.644.487
Distribuição	2.693.353	(1.285.435)	1.407.918	2.826.720	(1.241.310)	1.585.410
Terrenos	13.113	-	13.113	13.113	-	13.113
Edificações - obras civis e benfeitorias	2.0 a 5,0%	48.487	(27.174)	27.358	48.774	27.517
Móveis e equipamentos	2.0 a 7,7%	2.787.174	(1.212.460)	1.574.714	2.731.800	1.531.602
Veículos	20,0%	32.967	(19.194)	13.163	32.265	(19.102)
Veículos e utensílios	10,0%	10.527	(6.365)	4.622	10.225	(5.603)
Administração central	27.264	(38.007)	50.257	94.581	(35.478)	59.103
Terrenos	273	-	273	273	-	273
Edificações - obras civis e benfeitorias	2.0 a 5,0%	13.288	(2.371)	10.917	13.238	(11.350)
Edif. obras civis e benf. - Armazenamento mercantil	2.0 a 9,0%	17.615	(9.451)	8.161	17.615	8.635
Móveis e equipamentos	2.0 a 7,7%	12.176	(4.505)	1.679	11.945	(10.266)
Veículos	20,0%	5.361	(5.455)	862	5.418	(5.241)
Veículos - Armazenamento mercantil	20,0%	13.781	(3.033)	0.948	13.600	(12.652)
Veículos e utensílios	10,0%	23.527	(10.599)	12.328	21.221	(8.893)
Veículos e utensílios - Armazenamento mercantil	10,0%	10.191	(1.549)	8.642	10.191	(1.549)
Atividades não vinculadas à concessão	-	-	-	-	-	-
Mais-valia do ativo imobilizado	5,0%	146.554	(75.359)	71.555	146.554	(75.000)
Imobilizado em curso	116.100	-	116.100	141.333	-	141.333
Obras	70.198	-	70.198	89.643	-	89.643
Arquitetados	41.504	-	41.504	46.912	-	46.912
Compras em andamento	163	-	163	163	-	163
Materiais em reparo	4.245	-	4.245	4.265	-	4.265
Obrigações especiais	(344.135)	24.494	(320.301)	(341.582)	20.518	(321.064)
Total	2.908.676	(1.354.305)	1.554.371	2.867.686	(1.329.754)	1.537.932
Saldo dos bens totalmente depreciados	279.761	-	279.761	251.967	-	251.967

14.1. Obrigações Especiais

	31/03/2009			31/12/2008		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Participação da União	(28.117)	1.923	(26.194)	(27.206)	1.604	(25.602)
Participação do consumidor	(191.558)	15.374	(176.184)	(189.922)	13.165	(176.757)
Doações e subvenções para investimentos	(121.595)	8.969	(112.626)	(121.042)	5.561	(115.481)
Pesquisa e desenvolvimento	(3.525)	228	(3,297)	(3.410)	188	(3,222)
Total	(344.795)	24.494	(320.301)	(341.582)	20.518	(321.064)

As obrigações especiais representam recursos pagos pelos consumidores e pela União à Sociedade para cobertura dos custos de conexão à rede de distribuição de energia.

A Elektro recebe doações e subvenções não vinculadas a qualquer retorno em favor dos repassadores desses recursos, que são destinadas a investimentos no serviço público de distribuição de energia elétrica.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Eventuais compensações das obrigações especiais dependem de determinações do poder concedente, e conforme o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica o saldo dessa conta é apresentado como redutor do ativo imobilizado.

A amortização é realizada a uma taxa de 4,63% ao ano, conforme definido no Relatório de Fiscalização - RAF da ANEEL nº 234/2006, que representa a taxa média de depreciação da conta de máquinas e equipamentos.

15. INTANGÍVEL

	Taxas Anuais Deprec / Amortiz	31/03/2009			31/12/2008		
		Custo	Depreciação e amortização acumulada	Líquido	Custo	Depreciação e amortização acumulada	Líquido
Intangível em serviço		59.197	(33.850)	25.347	58.476	(33.467)	25.009
Distribuição		21.068	(1.158)	19.930	21.098	(1.128)	19.960
Softwares	20%	1.360	(1.158)	202	1.360	(1.128)	232
Servidão	-	19.728	-	19.728	19.728	-	19.728
Administração central		38.109	(32.692)	5.417	37.388	(32.339)	5.049
Softwares	20%	38.015	(32.692)	5.323	37.293	(32.339)	4.954
Outros	-	94	-	94	95	-	95
Intangível em curso		16.300	-	16.300	14.887	-	14.887
Projetos		9.931	-	9.931	8.150	-	8.150
Servidão		6.369	-	6.369	6.737	-	6.737
Total		75.497	(33.850)	41.647	73.363	(33.467)	39.896

As servidões de passagem não são amortizadas, pois se referem a terrenos.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31/03/2009			31/12/2008		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
Moeda Nacional						
BNDÉS						
Finem II (*)	32.336	153	32.489	38.780	196	38.976
Finem III (*)	133.991	557	134.548	139.909	622	140.531
Finem IV (*)	67.728	166	67.894	43.787	126	43.913
Finame (*)	2.275	38	2.313	2.446	39	2.485
Finame 2008 (*)	3.446	56	3.502	3.444	57	3.501
Automático (*)	2.728	38	2.766	2.114	36	2.150
Eletrobrás - Luz para Todos	71.553	-	71.553	66.502	-	66.502
Finep	9.222	29	9.251	9.217	30	9.247
Total	323.279	1.037	324.316	306.199	1.106	307.305
Circulante	68.142	1.037	69.179	64.219	1.106	65.325
Não circulante	255.137	-	255.137	241.980	-	241.980

(*) Repasses efetuados por instituições financeiras, agentes do BNDÉS.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Vencimentos do principal a longo prazo	
Ano	31/03/2009
2010	42.812
2011	57.197
2012	56.076
2013	32.589
2014	23.810
Após 2014	42.653
Total	255.137

Os encargos, garantias e condições gerais dos empréstimos e financiamentos são demonstrados a seguir:

Tipo	Garantias	Condições Gerais	Pagamento de encargos	Pagamento de principal	Vencimento "início"	Vencimento "fim"
BNDES						
Finem II	Vinculação das receitas provenientes de venda de energia	TJLP + 6,00% a.a	Trimestral durante a carência e mensal após esse período	Mensal	17/07/2006	15/06/2010
Finem III	Vinculação das receitas provenientes de venda de energia	TJLP + 4,65% a.a	Trimestral durante a carência e mensal após esse período	Mensal	15/04/2003	15/09/2013
Finem IV						
Subcredito A****	Vinculação das receitas provenientes de venda de energia	TJLP + 2,45% a.a	Trimestral durante a carência e mensal após esse período	Mensal	15/07/2011	15/02/2015
Subcredito E****	Vinculação das receitas provenientes de venda de energia	TJLP + 1,55% a.a	Trimestral durante a carência e mensal após esse período	Mensal	15/09/2010	15/09/2014
Finame	Propriedade fiduciária dos bens financiados	TJLP + 2,80% a.a	Trimestral durante a carência e mensal após esse período	Mensal	31/07/2008	30/06/2012 a 31/07/2012
Finame 2008	Propriedade fiduciária dos bens financiados	TJLP + 2,75% a.a	Trimestral durante a carência e mensal após esse período	Mensal	15/08/2009	15/07/2013
Automático	Propriedade fiduciária dos bens financiados e nota promissória	TJLP + 2,7% a.a	Trimestral durante a carência e mensal após esse período	Mensal	15/05/2009	15/07/2013
Eletrobras						
Luz para Todos I**	Carta de fiança	RGR + 5,0% a.a***	Mensal	Mensal	30/11/2000 a 30/11/2010	30/10/2010 a 30/11/2020
Finop	Carta de fiança	TJLP + 0,94% a.a	Mensal durante a carência	Mensal	15/01/2008	15/01/2014

**** O projeto Luz para Todos está relacionado a seleções de financiamento

*** Reserva global de concessão - RGR é derivada da equação da UFRR que tem seu montante constante

***** O Finem IV está relacionado ao programa de investimentos para o período de julho 2008 a dezembro 2010, estando sujeitos a prazos e taxas específicos de acordo com a natureza dos diferentes investimentos

Condições Restritivas Financeiras (covenants): O contrato de financiamento do BNDES "Finem II" contém cláusulas restritivas no que diz respeito a obrigações especiais assumidas em contrato pela Sociedade, que requerem, conforme cláusula II, alínea 2.13.15, o cumprimento de determinados índices financeiros, a partir de dezembro de 2005, conforme segue: (i) Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 2,5; (ii) Dívida Líquida / Patrimônio Líquido menor ou igual a 0,8%; (iii) EBITDA / Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 3,0. Todas as condições restritivas foram atendidas pela Sociedade.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

17. DEBÊNTURES

	31/03/2009				31/12/2008			
	Principal	Encargos	Vr Monetária	Total	Principal	Encargos	Vr Monetária	Total
2ª Emissão - 01/09/2005								
1ª Série	375.000	30.841	83.745	489.586	375.000	17.958	87.853	480.811
2ª Série	87.210	984	-	88.194	87.210	4.340	-	91.550
Total	462.210	31.826	83.745	577.780	462.210	22.298	87.853	572.361
Circulante	154.070	31.825	27.915	213.810	154.070	22.298	27.387	203.755
Não circulante	308.140	-	55.830	363.970	308.140	-	60.466	368.606

Características gerais da segunda emissão de debêntures da Sociedade:

Tipo: simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações.

Espécie: quirografária com garantia adicional de cessão fiduciária de direitos creditórios da Sociedade.

Valor original: R\$ 750 milhões

Valor Nominal: R\$ 10.000,00 por debênture

As características das duas séries vigentes são:

Séries	Qtde.	Remuneração	Pagamento dos juros
1ª Série	37.500	IGP-M + 11,80% a.a.	anual a partir de 1º de setembro de 2006
2ª Série	8721	CDI + 1,65% a.a.	semestral a partir de 1º março de 2006

A amortização do principal, acrescido da respectiva remuneração, das duas séries vigentes ocorrerão em 3 parcelas: 33,33% em 1º de setembro de 2009, 33,33% em 1º de setembro de 2010 e 33,34% em 1º de setembro de 2011.

Garantia Adicional: Contrato de Cessão Fiduciária, celebrado entre a Elektro, o Agente Fiduciário e o Banco Itaú S.A., na qualidade de Banco Mandatário, em observância ao disposto no artigo 66-B da Lei nº 4.728/65, com a nova redação dada pelo artigo 55 da Lei nº 10.931/04.

Condições Restritivas Financeiras (covenants): A segunda emissão de debêntures contém cláusulas restritivas que implicam em vencimento antecipado, que requerem o cumprimento de determinados índices financeiros, conforme Cláusula 8.1, alíneas (n), (o), (p), (q) e (r) da escritura de emissão. A Sociedade vem cumprindo todas as condições restritivas.

A íntegra dos termos e das condições da distribuição pública da segunda emissão de debêntures está disponível no website da Elektro: www.elektro.com.br.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

18. ARRENDAMENTO MERCANTIL

De acordo com o Pronunciamento CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil, aprovado pela Deliberação CVM nº 554/08, a Sociedade efetuou a capitalização dos bens vinculados aos contratos de arrendamento mercantil que foram considerados como financeiros, em virtude da transferência de riscos e benefícios sobre referidos bens para a Sociedade. Os contratos relativos a imóveis apresentam cláusulas de renovação e de reajuste conforme inflação do período. Cláusulas restritivas e pagamentos contingenciais não foram previstos em qualquer dos contratos existentes.

O saldo a pagar, apurado com base no valor presente calculado com taxas que variam entre 12 e 18% a.a, dos pagamentos futuros, por categoria de ativo é como segue:

	31/3/2009	31/12/2008
Arrendamento mercantil financeiro a pagar		
Veículos	11.432	11.829
Imóveis	9.498	3.976
Equipamentos de informática	7.523	14.223
Total	28.453	30.028
Circulante	8.162	7.744
Não circulante	20.291	22.284

Os pagamentos futuros relativos aos contratos acima são apresentados a seguir de acordo com seu vencimento:

Vencimentos dos pagamentos futuros de longo prazo	
2010	6.873
2011	4.934
2012	3.278
após 2012	5.206
Total	20.291

Arrendamento mercantil operacional

Conforme orientação do Pronunciamento CPC 06, a Sociedade efetuou uma análise dos contratos classificados como arrendamento mercantil operacional, dentre eles os contratos de aluguel de equipamentos, veículos, imóveis e outros que estavam em vigência no 1º trimestre de 2009 e 2008.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Abaixo estão demonstrados os valores dos contratos mais relevantes contabilizados como despesas no 1º trimestre de 2009 e 2008, bem como os pagamentos futuros que a Sociedade fará com base nesses contratos.

Despesas reconhecidas no período	31/3/2009	31/3/2008
Locação de infra-estrutura de pontos de atendimento (<i>Callcenter</i>)	609	530
Locação de veículos	57	-
Locação de computadores	367	-
Locação de impressoras	-	225
Locação de outros equipamentos de informática	124	-
Total	1.157	755

Vencimentos dos pagamentos futuros	
2010	3.316
2011	1.584
2012	132
Total	5.032

19. FORNECEDORES E SUPRIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA

	31/03/2009	31/12/2008
Moeda nacional	198.641	182.709
Supridores de energia elétrica	141.386	126.311
Encargos de serviço de sistema - ESS	1.441	3.525
Fornecedores de materiais e serviços	55.814	52.873
Moeda estrangeira	37.328	57.147
Supridores de energia elétrica - Itaipu	38.694	57.108
Variação cambial - Itaipu	(1.366)	39
Total	235.969	239.856

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

20. TRIBUTOS A RECOLHER

	31/03/2009	31/12/2008
Imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido	9.131	257
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	16.092	14.821
Programa de integração social - PIS	3.494	3.220
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	81.049	79.419
Impostos retidos na fonte	1.342	14.329
Imposto sobre serviço - ISS	30	52
Total	111.138	112.098

21. ENCARGOS DO CONSUMIDOR

	31/03/2009	31/12/2008
Quota para a reserva global de reversão - RGR	1.664	1.665
Quota para a conta de consumo de combustível - CCC	9.038	13.657
Quota para a conta de desenvolvimento energético - CDE	10.114	9.149
Encargos de capacidade emergencial - ECE	264	258
Total	21.080	24.729

22. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR

	31/03/2009	31/12/2008
Dividendos a pagar	168.058	168.058
Juros sobre capital próprio a pagar	-	55.120
Total	168.058	223.178

O valor referente a juros sobre capital próprio a pagar foi contabilizado líquido de imposto de renda retido na fonte, e foi pago em 28 de janeiro de 2009.

23. OBRIGAÇÕES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (P&D) E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

O contrato de concessão estabelece a obrigação da Elektro em aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficientização e Pesquisa e Desenvolvimento e valores a serem recolhidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas é definida pela Lei nº 11.465 de 28 de março de 2007.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A movimentação das obrigações da Sociedade com estes programas por ciclo de realização e de acordo com a distribuição do recurso é como segue:

Ciclo de realização	Período de faturamento	31/12/2008	Ingresso	Atualização	Realização	31/03/2009
2004/2005	out/03 a set/04	3.727	-	102	(1.613)	2.216
2005/2006	out/04 a set/05	2.287	-	63	(991)	1.359
2006/2007	out/05 a set/06	368	-	10	(159)	217
2007/2008	out/06 a set/07	10.238	-	281	(4.435)	6.084
2008/2009	out/07 a set/08	26.617	-	730	(11.530)	15.817
2009/2010	out/08 a set/09	6.237	6.901	171	-	13.309
Total		49.472	6.901	1.357	(18.728)	39.002

Distribuição do recurso	Percentual de distribuição	31/12/2008	Ingresso	Atualização	Realização	31/03/2009
Pesquisa de Eficiência Energética	0,50%	18.908	3.451	733	(4.822)	18.270
Pesquisa e Desenvolvimento	0,20%	20.262	1.380	624	(2.273)	19.993
FNDCT	0,20%	7.388	1.380	-	(8.522)	246
MME	0,10%	2.914	690	-	(3.111)	493
Total		49.472	6.901	1.357	(18.728)	39.002
Circulante		35.071	5.630	733	(18.728)	22.706
Não circulante		14.401	1.271	624	-	16.296

A atualização das parcelas referentes aos Programas de Eficientização e Pesquisa e Desenvolvimento é efetuada pela taxa de juros Selic, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176, de 28 de novembro de 2005 e nº 219, de 11 de abril de 2006.

Por meio da Resolução Normativa nº 233, de 24 de outubro de 2006, com validade a partir de 1º de janeiro de 2007, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do programa de eficiência energética. Dentre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

A realização das obrigações com o programa de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento através da aquisição de ativos imobilizados tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais (vide nota 14.1).

24. PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

24.1. Provisão para ações judiciais e contingências, líquidas

Todas as demandas de natureza judicial são acompanhadas continuamente pelos assessores jurídicos da Sociedade que, de acordo com critérios previamente definidos pela Administração, classificam as contingências de forma individual, o que resulta no provisionamento dos objetos considerados como perda provável.

As provisões registradas, deduzidas dos depósitos judiciais correspondentes, refletem as perdas consideradas prováveis com tais demandas, e apresentam os seguintes saldos e movimentações:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	31/12/2008	Ingresso e atualização	Reversão	Liquidação	31/03/2009
Cíveis e ambientais	12.460	956	-	(417)	12.999
Trabalhistas	7.556	1.027	(220)	(1.139)	7.224
Regulatórias	1.200	300	-	-	1.500
Desapropriações e servidões	4.453	237	(605)	(13)	4.072
Tributárias:					-
COFINS	78.122	1.175	-	-	79.297
PIS	15.085	223	-	-	15.308
Outras	5.667	781	(736)	-	5.712
Total das provisões	<u>124.543</u>	<u>4.699</u>	<u>(1.561)</u>	<u>(1.569)</u>	<u>126.112</u>
(-) Depósitos judiciais	(42.842)	(1.398)	-	-	(44.240)
Total das provisões líquidas	<u>81.701</u>	<u>3.301</u>	<u>(1.561)</u>	<u>(1.569)</u>	<u>81.872</u>

A descrição da natureza das principais contingências provisionadas é como segue:

Cíveis, ambientais, trabalhistas e regulatórias

Provisões para fazer frente, principalmente, à cobertura de ações indenizatórias cíveis envolvendo objetos de naturezas diversas; causas trabalhistas envolvendo ações movidas por ex-empregados da Elektro ou de suas contratadas, referentes à diferenças salariais, horas extras e outros; e regulatórias, que estão diretamente relacionadas com a ANEEL.

PIS e COFINS – Ampliação da base de cálculo

Refere-se ao questionamento do direito de recolher o PIS e a COFINS nos termos previstos pela Lei Complementar nº 70/91, considerando a incidência somente sobre o faturamento, excetuando-se as receitas financeiras de qualquer natureza.

Tendo em vista que a ação da Elektro não foi julgada em última instância, a Sociedade mantém provisão de 100% dos valores em discussão, sendo que, em 29 de outubro de 2004, foi efetuado depósito judicial no valor de R\$ 24.906, cujo valor atualizado em 31 de março de 2009, totaliza R\$ 40.190 (R\$ 39.194 em 31 de dezembro de 2008).

24.2. Contingências passivas com avaliação de risco possível

A Sociedade discute questões de diversas naturezas que, com base na avaliação dos assessores jurídicos seguindo critérios definidos pela Administração, são consideradas de risco de perda possível e que, portanto, não são provisionadas. Os valores estimados dessas contingências são de R\$ 61.028 para assuntos previdenciários, R\$ 23.124 para assuntos cíveis, R\$ 17.977 para aspectos trabalhistas e R\$ 562.061 para questões tributárias.

Com relação aos assuntos previdenciários, a Sociedade recebeu notificações e autos de infração, lavrados em 29 de dezembro de 2006, pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), exigindo contribuições previdenciárias de períodos entre junho de 1998 a junho de 2006 sobre diversas verbas trabalhistas, em especial participações nos lucros e resultados da Sociedade.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Quanto às questões tributárias, a Sociedade recebeu Auto de Infração Estadual, lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, em 14 de dezembro de 2007, referente a créditos de ICMS, cujo valor atualizado em 31 de março de 2009 é de R\$ 16.437 (R\$ 16.308 em 31 de dezembro de 2008), supostamente tomados de forma indevida pela Sociedade.

A Elektro recebeu ainda dois Autos de Infração Federal lavrados pela Delegacia da Receita Federal, em 27 de dezembro de 2007, cujo valor total atualizado em 31 de março de 2009 é de R\$ 467.760 (R\$ 459.750 em 31 de dezembro de 2008), que se referem a IRPJ, CSLL, PIS e COFINS supostamente devidos em decorrência dos efeitos de reorganização societária e reestruturação de dívidas da Sociedade. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, o Auto Federal é considerado de risco de perda entre possível e remota, visto ter sido anulado em primeira instância administrativa em razão de impugnação realizada pela Elektro, e o Estadual como de risco de perda possível e, portanto, ambos não foram provisionados.

25. DEVOLUÇÃO BAIXA RENDA – MODICIDADE TARIFÁRIA

A aplicação dos critérios de classificação dos consumidores baixa renda estabelecidos pela Resolução ANEEL nº 485, de 29 de agosto de 2002, implicou em aumento de receita para a concessionária que, após apuração e homologação pela ANEEL, tem sido oferecido à modicidade tarifária, por ocasião dos reajustes e/ou revisões tarifárias subsequentes. Os procedimentos contábeis e os critérios de compensação nas tarifas de fornecimento foram definidos pela ANEEL na Resolução nº 514, de 16 de setembro de 2002.

Através da Resolução Homologatória nº 535, de 21 de agosto de 2007, a ANEEL aprovou o montante de R\$ 48.083, que foi registrado no passivo circulante e foi amortizado integralmente com base nos faturamentos entre 27 de agosto de 2007 e 26 de agosto de 2008. O saldo do passivo circulante de R\$ 782 refere-se a diferenças do valor homologado naquele período, a serem amortizadas no ciclo tarifário 2008-2009. O saldo de R\$ 43.737 (R\$ 41.890 em 31 de dezembro de 2008) que permanece registrado no passivo não circulante se encontra pendente de homologação pela ANEEL.

A partir do reajuste tarifário de agosto de 2008, efetivado pela Resolução Homologatória nº 701/08, a ANEEL retirou o subsídio baixa renda da estrutura tarifária e passou a considerá-lo como componente financeiro. Dessa forma, a Elektro irá apurar o subsídio efetivamente dado aos consumidores baixa renda a cada faturamento, e irá compensar com o componente financeiro incluso na tarifa. Se houver diferenças, estas serão compensadas no próximo reajuste tarifário.

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

26.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de março de 2009, no montante de R\$ 952.492, tem a seguinte composição acionária:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Acionista	Ordinárias	Preferenciais	Total
AEI Investimentos Energéticos Ltda.	6.579.221	-	6.579.221
EPC - Empresa Paranaense Comercializadora Ltda.	59.310.480	-	59.310.480
ETB - Energia Total do Brasil Ltda.	25.984.606	34.535.214	60.489.820
AEI Brazil Finance Ltd.	-	66.744.382	66.744.382
Demais acionistas	26.665	598.697	625.362
Total	91.890.972	101.878.293	193.759.265

A AEI (nova razão social da Ashmore Energy International) é a controladora indireta da Sociedade, com 99,68% de participação no capital total.

27. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	31/03/2009			31/03/2008		
	Nº de (°) consumidores	MWh (°)	R\$	Nº de (°) consumidores	MWh (°)	R\$
Receitas operacionais	2.084.696	2.814.111	1.006.409	2.023.916	2.711.992	870.682
Fornecimento para consumidores	2.084.696	2.754.464	932.155	2.023.916	2.696.766	810.600
Residencial	1.780.095	965.227	394.185	1.728.023	890.300	333.940
Industrial	22.041	865.871	266.343	21.857	967.721	238.698
Comercial	140.501	453.345	166.897	136.606	416.889	140.874
Rural	120.644	192.721	39.999	118.332	177.313	34.484
Poder público	15.825	64.879	24.239	14.967	48.625	15.467
Iluminação pública	2.882	107.123	23.487	2.810	107.377	20.742
Serviço público	2.697	105.298	29.105	2.621	100.541	26.495
Outras receitas		59.647	73.254		13.226	60.082
OCDE		59.647	3.384		13.226	2.785
Receita de uso do sistema de distribuição			67.574			49.029
Outras receitas		-	2.296		-	8.268
Deduções às receitas operacionais			(332.708)			(289.020)
Quota para a reserva global de reversão - RGR			(5.413)			(4.746)
Quota para a conta de consumo de combustível - CCC			(28.853)			(12.780)
Quota para a conta do descometimento energético - CDE			(27.969)			(29.742)
ICMS sobre fornecimento			(172.128)			(151.204)
Recomposição da PIS e COFINS			(885)			(4.032)
COFINS			(76.411)			(86.172)
PIS			(16.589)			(14.360)
Programa de P&D e eficiência energética			(4.548)			(5.025)
Outros			(112)			(67)
Total	2.084.696	2.814.111	673.701	2.023.916	2.711.992	581.662

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

28. ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA

	31/03/2009		31/03/2008	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Supradores de energia	3.136.457	303.118	3.065.345	259.337
Itaipu Binacional (**)	753.618	97.626	772.506	66.493
Contratos bilaterais	18.898	6.029	53.087	10.906
Contrato de compra de energia no ambiente regulado - CCEAR	2.310.826	177.401	2.211.300	163.719
PROINFA	53.113	14.924	28.452	8.337
Uso do transporte de energia	-	7.138	-	6.882
Outros custos de energia	-	73.389	-	80.180
ONS - Uso da rede básica	-	99.995	-	77.176
CTEEP- Encargos de conexão	-	7.771	-	7.384
Encargos de serviços do sistema - ESS	-	6.960	-	1.168
Constituição de CVA	-	(43.964)	-	(10.784)
Amortização de CVA	-	2.627	-	5.238
Total	3.136.457	376.507	3.065.345	339.517

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

(**) Contrato de repasse de energia e tarifa de transporte.

29. GASTOS COM PESSOAL

	31/03/2009	31/03/2008
Remunerações	25.262	22.672
Encargos sociais	8.872	7.890
Auxílio alimentação	2.423	2.200
Assistência médica e outros benefícios	1.607	1.930
Indenizações trabalhistas	1.425	2.476
Previdência privada	1.321	1.099
Outros	639	2.912
Total	41.549	41.179
Custo da operação	30.202	32.228
Despesas com vendas	2.958	662
Despesas gerais administrativas	8.389	8.289
Total	41.549	41.179

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

30. GASTOS COM MATERIAIS

	31/03/2009	31/03/2008
Materiais e equipamentos	6.092	5.849
Total	<u>6.092</u>	<u>5.849</u>
Custo da operação	5.365	5.519
Despesas com vendas	30	13
Despesas gerais administrativas	697	317
Total	<u>6.092</u>	<u>5.849</u>

31. GASTOS COM SERVIÇOS DE TERCEIROS

	31/03/2009	31/03/2008
Serviços no sistema elétrico	15.911	12.595
Serviços de manutenção e conservação	3.424	4.253
Serviços de leitura e entrega de contas	2.931	2.576
Serviços administrativos	1.439	1.497
Outros serviços	4.698	3.514
Total	<u>28.403</u>	<u>24.435</u>
Custo da operação	20.833	18.063
Despesas com vendas	2.930	2.451
Despesas gerais administrativas	4.640	3.921
Total	<u>28.403</u>	<u>24.435</u>

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

32. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	31/03/2009	31/03/2008
Despesas com arrecadação bancária	3.711	3.911
Taxa de fiscalização ANEEL	1.659	2.129
Seguros	205	418
Aluguéis	1.025	1.192
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.268	1.735
Taxas e contribuições	1.686	3.004
Despesas com viagens	1.323	1.918
Propaganda e publicidade	1.580	1.644
Telefonia e telecomunicações	4.123	4.272
Software	1.247	2.114
Provisões cíveis, trabalhistas e outras	1.908	2.724
Perda na desativação e alienação de bens líquidos	5.867	5.141
Outras	2.644	2.763
Total	30.246	32.965
Custo da operação	10.509	11.490
Outras despesas operacionais	19.737	21.475
Total	30.246	32.965

33. RESULTADO FINANCEIRO

	31/03/2009	31/03/2008
Receitas financeiras	16.479	15.977
Aplicações financeiras	5.830	6.366
Encargos sobre conta de energia elétrica em atraso	9.753	8.575
Outras receitas financeiras	896	1.036
Despesas financeiras	(24.085)	(29.088)
Juros sobre empréstimos com terceiros	(9.062)	(6.186)
Juros sobre debêntures	(14.437)	(15.148)
Outras despesas financeiras	(586)	(7.754)
Variação cambial e monetária, líquidas	3.958	(8.387)
Receitas de variação monetária	4.481	4.643
Recuperação das perdas de receita e energia livre	473	-
Conta de compensação de variações de itens da parcela A - CVA	2.369	102
Outras	1.639	4.541
Receitas de variação cambial	7	83
Outras	7	83
Despesas de variação monetária	(378)	(13.113)
Principal - terceiros	(396)	(214)
Energia livre	(1.428)	(565)
Eficiência energética	(1.160)	(913)
Debêntures	4.217	(10.234)
Outras	(1.611)	(1.187)
Despesas de variação cambial	(152)	-
Outras	(152)	-
Total	(3.648)	(21.498)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

34. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado do período:

	31/03/2009		31/03/2008	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	150.049	190.049	118.593	118.593
Alíquota nominal dos tributos	25%	9%	25%	9%
Encargo do imposto, calculado à alíquota nominal	(47.512)	(17.104)	(29.648)	(10.673)
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo				
Permanentes	(487)	(16)	(2.079)	(25)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(47.999)	(17.120)	(31.727)	(10.698)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(30.583)	(10.811)	(20.777)	(6.717)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(17.416)	(6.309)	(10.950)	(3.981)
Total	(47.999)	(17.120)	(31.727)	(10.698)

35. PLANO DE PENSÃO

A Elektro, através da Fundação CESP, mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensão para seus empregados, que têm as seguintes descrições:

PSAP/CESP B: Benefício Suplementar Proporcional Saldado – BSPS, que corresponde aos benefícios assegurados aos empregados vinculados ao plano vigente até 31 de dezembro de 1997, ou seja, antes da implantação do plano misto, calculado proporcionalmente até aquela data.

PSAP/CESP B1: Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão Elektro – PSAP Elektro, iniciado em 1º de janeiro de 1998, sendo um plano misto de benefício definido para 70% do salário real de contribuição e de contribuição definida para os demais 30%.

No 1º trimestre de 2009, a Sociedade efetuou contribuições aos planos de benefícios comentados acima no montante de R\$ 590 (R\$ 538 em 31 de março de 2008).

Em 31 de março de 2009, a Sociedade mantém um passivo de R\$ 17.620 (R\$ 23.496 em 31 de dezembro de 2008), sujeito a amortização pelos ganhos atuariais não realizados e decorrentes do efeito líquido entre o valor justo dos ativos líquido do plano e o valor presente das obrigações atuariais determinado por avaliação atuarial preparada por atuários externos, com base no ativo líquido da Fundação CESP em 31 de dezembro de 2008, representativo da participação da patrocinadora Elektro.

36. SEGUROS

A Sociedade mantém as seguintes coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios da Sociedade de eventuais sinistros:

Riscos	Importância segurada (em milhares)
Riscos operacionais e multinisco	R\$ 451.200
Responsabilidade civil terceiros	US\$ 25.000
Responsabilidade civil administradores	US\$ 15.000

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A vigência das apólices compreende os seguintes períodos:

- Riscos operacionais e multirisco e responsabilidade civil com terceiros: 25 de agosto de 2008 a 25 de agosto de 2009;
- Responsabilidade civil administradores: 18 de agosto de 2008 a 25 de agosto de 2009.

As apólices de Riscos operacionais e multirisco possuem cobertura de danos materiais aos ativos da Sociedade, exceto para as linhas de transmissão e distribuição.

A apólice para Responsabilidade civil com terceiros compreende duas apólices de seguro com cobertura geral para danos materiais, corporais e morais causados a terceiros, incluindo aqueles causados por empregados próprios e contratados.

A cobertura para Responsabilidade civil de administradores tem cobertura principal ao segurado sobre danos causados no exercício de cargos de administração.

37. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Considerando os termos da Instrução CVM nº 235/95, Deliberação CVM nº 550/08 e Deliberação CVM nº 566/08, que aprovou o Pronunciamento CPC 14 – Instrumentos Financeiros, a seguir encontram-se a descrição dos principais ativos e passivos financeiros da Sociedade, e os critérios de avaliação e valorização dos mesmos para fins de registro nas Informações Trimestrais:

Disponibilidades, caução de fundos e depósitos vinculados: São registrados pelo custo acrescido dos rendimentos contratados e auferidos até a data dos balanços e aproximam-se dos valores de mercado (valor justo). Cauções e depósitos vinculados têm utilização restrita e são mantidos até o vencimento.

Ativos e passivos regulatórios: São registrados, avaliados e realizados segundo critérios definidos pela ANEEL e compreendem as seguintes rubricas: Recuperação das perdas de receita, Energia Livre, CVA, Recomposição de PIS e COFINS, Devolução baixa renda – modicidade tarifária, Ativo e Passivo regulatório transmissoras e TUSD-G. Não há parâmetro de comparação de mercado para tais ativos e passivos, em função de sua natureza regulatória.

Empréstimos e financiamentos: Estão avaliados e registrados segundo parâmetros estabelecidos em contrato, sendo que o valor de mercado desses passivos, calculado somente para fins de demonstração conforme quadro abaixo, foi projetado com base no fluxo de caixa descontado, utilizando taxas disponíveis no mercado para operações semelhantes na data das informações trimestrais. Para contratos vinculados a projetos específicos do setor, obtidos junto à Eletrobrás, os valores de mercado são considerados idênticos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares disponíveis, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Para fins do Pronunciamento CPC 14, os empréstimos e financiamentos foram classificados como "passivos financeiros não mensurados ao valor justo", pois o valor contábil é o que melhor representa a posição patrimonial e financeira da Sociedade, portanto, o valor de mercado para esses passivos é somente informativo.

Debêntures: Estão avaliadas e registradas segundo os termos da respectiva escritura de emissão. O valor de mercado das debêntures, conforme quadro abaixo foi calculado com base no valor das mesmas no mercado secundário, divulgado pela Andima na data do balanço e segundo metodologia de fluxo de caixa descontado. As debêntures também foram classificadas como "passivos financeiros não mensurados ao valor justo" e o valor de mercado demonstrado é informativo.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Seguem abaixo os valores contábeis e de mercado dos empréstimos e financiamentos e debêntures, para os períodos findos em 31 de março de 2009 e 31 de dezembro de 2008:

	31/03/2009		31/12/2008	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Empréstimos e financiamentos	324.316	331.022	307.305	313.138
Debêntures	577.780	592.601	572.361	577.187
Total	902.096	923.623	879.666	890.325

A estimativa de valor de mercado dos empréstimos, financiamento e debêntures da Sociedade reflete as elevações da classificação de riscos, atribuídas pela Standard & Poor's em 20 de março de 2008. A Elektro teve seu *rating* corporativo elevado em um nível, de brAA- para brAA, inclusive a segunda emissão de debêntures, cujas características estão descritas na nota 17, também teve o *rating* elevado pela Standard & Poor's em um nível, de brAA para brAA+.

Dependendo das premissas de avaliação a serem utilizadas, podem ocorrer alterações significativas nos valores de mercado dos instrumentos financeiros. Portanto, as estimativas apresentadas não indicam necessariamente os montantes que seriam realizados no mercado corrente.

Política de utilização de instrumentos financeiros derivativos

A Sociedade não possuía, em 31 de março de 2009, instrumentos financeiros derivativos em vigor e não havia efetuado qualquer operação com esse tipo de instrumentos ao longo dos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2009 e de 2008 e do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008.

De acordo com a política da Sociedade, a utilização de instrumentos financeiros derivativos tem como propósito único e específico proteger a empresa de eventuais exposições a moedas ou taxas de juros. Considerando que, em 31 de março de 2009 e de 2008, assim como em 31 de dezembro de 2008, não havia risco cambial em suas operações e a Sociedade mantinha o equilíbrio das taxas de juros entre ativo e passivo de forma natural, a Administração entendia não ser necessária, até referida data, a utilização desse tipo de instrumento.

Nas atividades da Sociedade, apenas são consideradas relevantes as variações cambiais derivadas dos pagamentos pela energia comprada de Itaipu, que são atrelados ao dólar norte-americano. Essas variações cambiais, em 31 de março de 2009, não apresentavam impactos nas demonstrações de resultado da Sociedade por estarem contempladas em seu reajuste tarifário anual, conforme mecanismo da CVA. Cabe à Administração suportar eventuais necessidades de capital de giro decorrentes da elevação da taxa de câmbio entre os reajustes tarifários. Da mesma maneira, a Sociedade considerava possuir, em 31 de março de 2009, hedge natural com relação à dívida indexada a inflação (IGP-M) em virtude do mecanismo de reajuste tarifário.

Os principais indexadores dos ativos e passivos financeiros apresentaram as seguintes variações acumuladas nos trimestres findos em 31 de março de 2009 e 2008:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Índices	Variação % acumulada nos períodos	
	31/03/2009	31/03/2008
Valorização do Real frente ao Dólar	0,93	1,25
IGP-M	(0,92)	2,38
IGP-DI	(0,95)	2,08
TJLP	1,53	1,53
Selic	2,90	2,59
CDI	2,88	2,57
IPCA	1,23	1,52

Seguem os principais fatores de risco que afetam os negócios da Sociedade:

Risco de Exposição Cambial

A única exposição relevante à variação cambial da Sociedade são os pagamentos pela energia comprada de Itaipu, que são atrelados ao dólar norte-americano. Porém, a variação cambial, seja ela positiva ou negativa, referente à compra dessa energia, está contemplada no reajuste tarifário anual aplicável à Sociedade, conforme mecanismo da CVA (vide nota 10).

A Sociedade não possui exposição cambial oriunda de dívidas em moeda estrangeira ou qualquer outro instrumento financeiro.

Risco de Crédito

A Sociedade não realiza previamente ao início do fornecimento de energia, análise de crédito de clientes, em função de ser uma distribuidora de energia elétrica obrigada a fornecer energia a todos os clientes localizados na sua área de concessão, conforme previsto no contrato de concessão assinado com a ANEEL, em 27 de agosto de 1998, bem como na regulamentação do setor elétrico.

Para recuperação da inadimplência, a Sociedade atua por meio de: (i) programas de renegociação dos débitos pendentes atrelados a garantias; (ii) corte do fornecimento de energia elétrica, em conformidade com a regulamentação vigente; (iii) contratação dos serviços de empresas especializadas na cobrança de contas em atraso e (iv) cobrança judicial.

Risco da Revisão e do Reajuste das Tarifas de Fornecimento

Com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro da concessão e repassar aos consumidores os ganhos de eficiência, o contrato de concessão estabelece a revisão periódica das tarifas de fornecimento, a cada quatro anos. A nova tarifa será fixada tendo por base: (i) o total dos custos não gerenciáveis pela Sociedade (Parcela A); (ii) a cobertura de custos eficientes definidos pelo regulador com base em metodologia de "Empresa de Referência" e (iii) a remuneração, à taxa do WACC regulatório, dos investimentos prudentes realizados pela Sociedade nos ativos a serviço da concessão. A primeira revisão periódica ocorreu em 27 de agosto de 2003 e, a segunda ocorreu em 27 de agosto de 2007.

Em 27 de agosto dos anos intra-revisões, com o objetivo de restabelecer o poder de compra da receita da concessionária, o contrato de concessão garante a Sociedade o direito ao reajuste anual do valor das tarifas de fornecimento de energia elétrica. O índice de reajuste será obtido pela variação dos custos da Parcela A, e pela variação do IGP-M menos o Fator X para a diferença entre a receita realizada nos últimos 12 meses, para fins tarifários e as despesas de Parcela A no mesmo período, conforme fórmula paramétrica definida no Contrato

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

de Concessão. O Fator X é o índice fixado pelo regulador na época da revisão tarifária, que será subtraído ou acrescido ao IGPM nos reajustes anuais subsequentes)

No período intra-reajustes, com o objetivo de apurar a variação mensal de valores de itens da Parcela A efetivamente praticados pela Sociedade, comparados àqueles considerados por ocasião da revisão/reajuste das tarifas, existe o mecanismo da "Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A" (CVA). As diferenças, positivas ou negativas são corrigidas pela taxa de juros Selic e repassadas às tarifas de fornecimento no reajuste anual contratual (vide nota 10).

Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Sociedade justificar e requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária. A realização desta revisão tarifária extraordinária fica a total critério do regulador.

Risco de Mercado

Considerando as condições estabelecidas pelo atual marco regulatório para o suprimento de energia das distribuidoras, principalmente por meio de leilões regulados pela ANEEL, a Elektro participou ativamente de todos os mecanismos previstos nos marcos legais e regulatórios para contratação das suas necessidades de energia para o período de 2008 a 2012. Para atender ao crescimento de mercado da Elektro, as quantidades adicionais necessárias a partir de 2013 já foram parcialmente adquiridas no leilão da usina de Jirau (Rio Madeira) e no leilão A-5 de 2008, sendo que o restante será adquirido nos próximos leilões regulados, conforme previsto na legislação vigente.

Risco de Interrupção no Fornecimento de Energia Elétrica (Informação não revisada pelos auditores independentes)

A Elektro, visando reduzir sua exposição no caso de falha operacional no fornecimento de energia elétrica, dispõe de duas subestações móveis próprias, que permitem flexibilidade operacional e agilidade no restabelecimento do fornecimento de energia elétrica.

No período de janeiro de 2002 a março de 2009, a Elektro investiu aproximadamente R\$ 44.268 na implantação de novas tecnologias, incluindo: (i) digitalização de 44 subestações; (ii) melhorias nos sistemas de proteção através de substituição de 306 disjuntores; (iii) automação de redes de distribuição utilizando comunicação com tecnologia GSM para supervisão e comando dos equipamentos da rede elétrica totalizando 259 religadores e (iv) substituição da rede convencional para a rede compacta totalizando 267 km.

Esses investimentos visaram, principalmente, a maior proteção da rede elétrica e redução dos desligamentos decorrentes de causas ambientais, de forma a minimizar os riscos de interrupção do fornecimento de energia elétrica.

Risco de Aceleração de Dívidas

A Sociedade possui debêntures (vide nota 17) e contrato de empréstimo junto ao BNDES, relativo ao Finem II (vide nota 16), ambos com cláusulas restritivas financeiras normalmente aplicáveis a esse tipo de operação. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das suas operações. A situação patrimonial e financeira da Sociedade é monitorada permanentemente no sentido de assegurar o cumprimento dessas condições restritivas.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

38. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 24 de abril de 2009 a Elektro obteve um financiamento através da emissão de Notas Promissórias no valor de R\$ 120.000, para necessidades de capital de giro, sobretudo associados a incrementos nos custos não gerenciáveis a serem repassados às tarifas de energia elétrica a partir do próximo reajuste tarifário, em agosto de 2009, principalmente os custos de aquisição de energia para revenda proveniente de Itaipu, majorado em função da desvalorização do Real frente ao Dólar norte-americano, e outros encargos setoriais. Tais Notas Promissórias foram ofertadas e negociadas pelo Banco Itaú BBA S.A. e Banco Santander S.A., e estão sujeitas a juros à taxa equivalente ao CDI acrescida de 2% ao ano e serão liquidadas junto a CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos em 180 dias, podendo, no entanto, serem resgatadas antecipadamente, sem pagamento de prêmio, a partir do 60º dia, a exclusivo critério da Elektro.

39. DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Demonstrações do valor adicionado para os trimestres findos em 31 de março de 2009 e de 2008 (em milhares de reais)

	Notas	31/03/2009	31/03/2008
			Reapresentação
Receitas		1.002.299	870.185
Vendas de energia e serviços	27	1.005.409	870.682
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(3.622)	(1.831)
Outras receitas		512	1.334
Insumos adquiridos de terceiros		(441.439)	(405.473)
Energia comprada	28	(376.507)	(339.517)
Materiais	30	(6.092)	(5.849)
Serviço de terceiros	31	(28.403)	(24.435)
Outros custos operacionais		(23.425)	(28.910)
Outras despesas		(7.012)	(6.762)
Valor adicionado bruto		560.860	464.712
Depreciação, amortização do ágio e outras amortizações		(32.401)	(29.980)
Valor adicionado líquido		528.459	434.732
Receitas financeiras e variações monetárias e cambiais	33	20.967	20.703
Valor adicionado a distribuir		549.426	455.435
Distribuição do valor adicionado		549.426	455.435
Pessoal	29	41.549	41.179
Impostos, taxas e contribuições		296.727	248.623
Federais		124.501	97.272
Estaduais		172.128	151.284
Municipais		98	67
Encargos do consumidor e outros		62.035	47.274
Despesas financeiras		24.185	42.191
Lucros retidos		124.930	76.168

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

DIRETORIA

CARLOS MARCIO FERREIRA
DIRETOR PRESIDENTE

RODRIGO FERREIRA MEDEIROS DA SILVA
DIRETOR EXECUTIVO FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

FRANCISCO ALFREDO FERNANDES
DIRETOR EXECUTIVO DE OPERAÇÕES

LUIZ SERGIO ASSAD
DIRETOR EXECUTIVO DE ASSUNTOS REGULATÓRIOS E INSTITUCIONAIS

MAX XAVIER LINS
DIRETOR EXECUTIVO COMERCIAL E SUPRIMENTO DE ENERGIA

VITOR CUMINATO FILHO
GERENTE EXECUTIVO DE CONTROLADORIA
CRC 1SP236785/O-3

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

JOÃO CARLOS RIBEIRO DE ALBUQUERQUE

CONSELHEIROS

CARLOS MARCÍO FERREIRA

JURACY PEREIRA MAMEDE

JAMES A. HUGHES

ANTONIO MARIO CELIA MARTÍNEZ-APARICIO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

JANEIRO A MARÇO DE 2009

1. AMBIENTE ECONÔMICO

No primeiro trimestre de 2009, a economia brasileira continuou sofrendo os impactos ocasionados pela desaceleração econômica, diante dos efeitos da crise financeira internacional. Entre janeiro e março de 2009, a atividade industrial registrou retração de 10,0%, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, quando comparado a igual período de 2008.

No referido trimestre, a inflação segundo o Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M) encerrou o período em -0,92%. Comparado ao mesmo período do ano anterior, o IGP-M apresentou queda de 3,3 pontos percentuais. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) também apresentou desaceleração com a redução das exportações e do consumo interno, encerrando o trimestre em 1,23%, contra 1,52% nos primeiros três meses de 2008. Ambos indicadores foram influenciados pelo desaquecimento da economia no período. A retração mais expressiva do IGP-M deve-se principalmente a redução no preço de *commodities* e insumos industriais.

O período também foi marcado pela adoção de políticas que visam a incentivar a atividade econômica nacional. Neste contexto, o Comitê de Política Monetária (Copom), intensificou quedas na taxa básica de juros (Selic), que encerrou o trimestre em 11,25% a.a.. Posteriormente, em 29 de abril, nova redução levou a taxa a 10,25% a.a., patamar mais baixo desde sua criação, em 1986. Ainda como incentivo a economia, o governo brasileiro reduziu impostos em alguns setores da economia como forma de estimular o consumo interno.

O Conselho Monetário Nacional vem conservando a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) constante em 6,25% ao ano, desde julho de 2007, o mais baixo patamar desde sua criação em 1984. A TJLP já está fixada nesse nível até junho de 2009.

O saldo acumulado da balança comercial nos três primeiros meses de 2009 foi 9,1% superior ao observado no mesmo período de 2008 (US\$ 3,012 bilhões contra US\$ 2,761 bilhões). Após meses de resultados recordes, as exportações e importações registraram, respectivamente, decréscimo de 19,4% (atingindo US\$ 31,2 bilhões como consequência da diminuição no consumo de produtos manufaturados e semimanufaturados) e 21,6% (atingindo US\$ 28,2 bilhões devido à desvalorização cambial).

Os indicadores econômicos que influenciaram os resultados da Elektro apresentaram a seguinte evolução:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

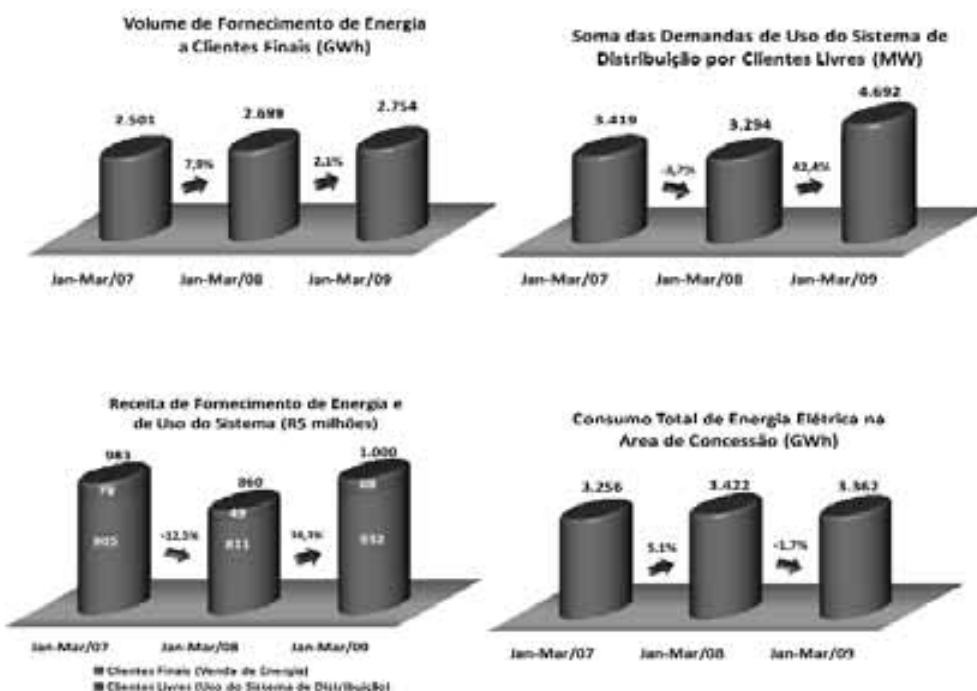
07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Indicadores	Variação Acumulada	
	Jan-Mar/09	Jan-Mar/08
Taxa de Câmbio R\$/US\$ (1)	2,3152	1,7491
Valorização / (desvalorização) cambial - real em relação ao dólar	0,93%	1,25%
IGP-M	-0,92%	2,38%
IPCA	1,23%	1,52%
CDI	2,88%	2,57%
TJLP	1,53%	1,53%

(1) Cotação em 31 de março.

2. DESEMPENHO COMERCIAL

2.1. Fornecimento de Energia e Uso do Sistema de Distribuição



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Fornecimento de Energia a Clientes Finais	GWh			R\$ milhões		
	Jan-Mar/09	Jan-Mar/08	Var. %	Jan-Mar/09	Jan-Mar/08	Var. %
Residencial	905,2	890,3	8,4%	294,2	332,9	18,0%
Industrial	865,9	967,7	-9,6%	265,2	238,6	7,0%
Comercial	453,3	415,9	8,7%	165,9	140,9	17,8%
Rural	192,7	177,3	8,7%	40,0	34,0	16,0%
Poder Público	54,9	48,6	33,4%	24,2	18,8	86,7%
Iluminação Pública	107,1	107,4	-0,2%	23,5	20,7	13,2%
Serviços Públicos	105,3	100,5	4,7%	29,1	26,0	9,8%
Fornecimento de Energia a Clientes Finais	2.754,5	2.690,6	2,1%	932,2	810,6	15,0%

Uso do Sistema de Distribuição por Clientes Livres	MW			R\$ milhões		
	Jan-Mar/09	Jan-Mar/08	Var. %	Jan-Mar/09	Jan-Mar/08	Var. %
Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição ⁽¹⁾	4.692,2	3.294,2	42,4%	67,6	49,0	37,9%

Receita de Fornecimento de Energia + Uso do Sistema de Distribuição (R\$ milhões)	999,7	809,6	18,3%
--	--------------	--------------	--------------

⁽¹⁾ A Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição está apresentada como demanda retida.

No primeiro trimestre de 2009, a Elektro forneceu 2.755 GWh de energia elétrica a seus clientes finais, representando um crescimento de 2,1% quando comparado ao mesmo período de 2008.

A classe industrial apresentou redução de 9,6% no fornecimento de energia no primeiro trimestre de 2009, devido, principalmente, aos efeitos da crise financeira internacional.

As classes residencial e comercial apresentaram aumento no consumo de 8,4% e 8,7%, respectivamente. Esse desempenho deve-se a ampliação das férias coletivas na indústria, ocorrida no final de 2008 e início de 2009 (em função dos reflexos da crise financeira) e também às altas temperaturas registradas no início do ano de 2009 (em média 1 °C superiores às médias históricas para este período).

O clima também influenciou o resultado da classe rural, que apresentou crescimento de 8,7% no período. Esse resultado deve-se ao baixo índice pluviométrico em dezembro de 2008 e janeiro de 2009, em média 18% inferior à média histórica do período, que impactou as contas de energia nos meses posteriores.

As classes poder público, iluminação pública e serviços públicos, que juntas representam 10,1% do mercado da Elektro, apresentaram crescimento de 8,1% no primeiro trimestre de 2009. Devido à reclassificação de unidades consumidoras entre estas classes, a comparabilidade isolada das mesmas fica prejudicada.

O aumento de 42,4% sobre a soma das demandas de uso do sistema de distribuição, no primeiro trimestre de 2009, deve-se, principalmente, ao acordo celebrado em 13 de janeiro de 2009 com as geradoras CESP e AES-Tietê, que resultou na assinatura de contratos de uso do sistema de distribuição com tais geradoras. Segundo este acordo, e atendendo à legislação em vigor, as geradoras passam a pagar pelo uso do sistema de distribuição, e a Elektro, por sua vez, repassa à concessionária de transmissão os valores devidos referentes à conexão com o sistema de transmissão. Para maiores detalhes, ver Nota Explicativa nº 9.

No primeiro trimestre de 2009, a receita de fornecimento de energia e do uso do sistema de distribuição foi de R\$ 932,2 milhões, contra R\$ 810,6 milhões do mesmo período de 2008, apresentando crescimento de 15%. Este desempenho deve-se aos efeitos do reajuste tarifário

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

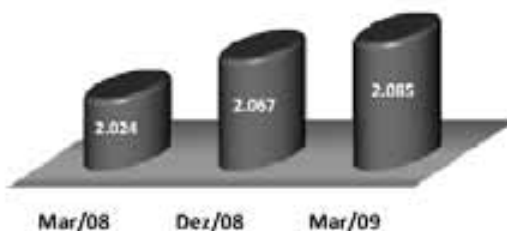
07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

ocorrido em agosto de 2008, com incremento médio de 10,91% nas tarifas, combinado ao incremento no volume de energia fornecida a clientes finais e forte crescimento nas classes residencial e comercial, que apresentam tarifas mais elevadas.

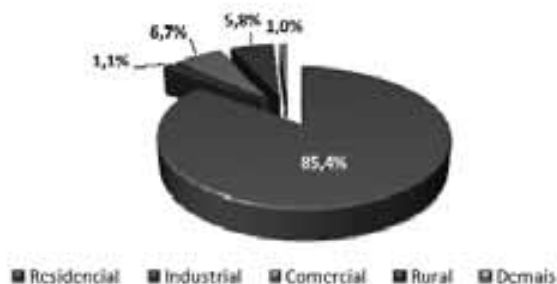
De janeiro a março de 2009, o consumo total de energia elétrica na área de concessão da Elektro, considerando os clientes livres e cativos, foi de 3.362 GWh. Esse resultado representa redução do consumo de 1,7% em comparação com o mesmo período de 2008, em função da redução do consumo de grandes clientes, afetados pela redução da atividade econômica mundial.

Em março de 2009, a base de clientes da Elektro foi de 2.085 mil clientes, um acréscimo de 18 mil novos clientes ligados nos três primeiros meses deste ano, resultando em um crescimento de 0,8% quando comparado ao encerramento de 2008.

**Evolução do Número de Clientes
(Milhares)**



**Segmentação dos Clientes
(Total: 2,08 milhões)**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL		Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS		
ITR - Informações Trimestrais		Legislação Societária
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		DATA-BASE - 31/03/2009
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97
07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE		

2.2. Segmentação do Fornecimento de Energia

O fornecimento de energia elétrica a clientes finais apresentou a seguinte segmentação de janeiro a março de 2009:



2.3. Suprimento de Energia

Durante o primeiro trimestre de 2009, 74,1% do suprimento de energia da Elektro foi realizado através de contratos provenientes de Leilões de Energia, no Ambiente Regulado. A energia compulsória proveniente de Itaipu representou 24,1% do total de energia comprada. O restante do portfólio de compra foi composto de 1,7% de energia proveniente de empreendimentos participantes do Programa de Incentivo a Fontes Alternativas (PROINFA) e 0,1% de contratos bilaterais.

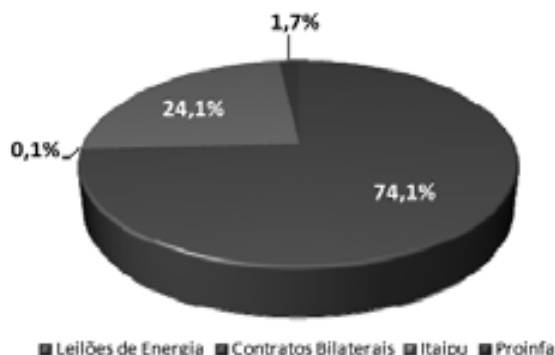
Considerando as condições estabelecidas pelo atual marco regulatório para a contratação de energia pelas distribuidoras, principalmente por meio de leilões regulados pela ANEEL, a Elektro participou ativamente de todos os mecanismos de compra de energia previstos nos marcos legais e regulatórios, e contratou suas necessidades de energia para o período de 2009 a 2012. Para atender ao crescimento de mercado da Elektro, as quantidades adicionais necessárias a partir de 2013 já foram parcialmente adquiridas no leilão da usina de Jirau (Rio Madeira) e no leilão A-5 realizado em 2008, sendo que o restante será adquirido nos próximos leilões regulados, conforme previsto na legislação vigente.

O gráfico a seguir demonstra a composição do volume de compras de energia da Elektro em 31 de março de 2009:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL		Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS		
ITR - Informações Trimestrais		Legislação Societária
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		DATA-BASE - 31/03/2009
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Suprimento de Energia



3. ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA BRASILEIRA – LEI Nº 11.638/07

A Lei nº 11.638/07, que entrou em vigor em 01 de janeiro de 2008, alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, especialmente em relação ao capítulo que trata da elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras, incluindo-se critérios de reconhecimento e valorização de ativos e passivos.

O principal objetivo das alterações foi possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil às Normas Internacionais de Contabilidade (*IFRS - International Financial Report Standards*).

Desta forma, os resultados do primeiro trimestre de 2008 tiveram algumas reclassificações devido à alteração da Legislação Societária Brasileira para fins de comparabilidade com o primeiro trimestre de 2009. Estas reclassificações estão detalhadas na Nota Explicativa nº 2 das Demonstrações Financeiras.

4. RESULTADOS

Valores em R\$ milhões	Jan-Mar/09	Representação Jan-Mar/08	Variação	
			R\$ milhões	%
Venda de Energia Clientes Finais	932,2	810,6	121,6	15,0%
Receita pelo Uso do Sistema de Distribuição	67,6	49,0	18,6	37,8%
Outras Receitas	5,7	11,1	(5,4)	-48,6%
Receitas Operacionais	1.005,4	870,7	134,7	15,5%
Deduções às Receitas Operacionais	(332,7)	(289,0)	43,7	15,1%
Receitas Operacionais Líquidas	672,7	581,7	91,0	15,7%
Energia Comprada para Revenda ⁽¹⁾	(341,4)	(308,0)	33,4	10,8%
Gastos Operacionais	(137,6)	(133,5)	4,1	3,0%
Resultado do Serviço	193,7	140,1	53,6	38,3%
EBITDA ⁽²⁾	226,1	170,1	56,0	32,9%
Resultado Financeiro	(3,6)	(21,5)	(17,9)	-83,0%
Lucro Líquido	124,9	76,2	48,8	64,0%

(1) Líquido de crédito de PIS/COFINS.

(2) Resultado do Serviço + Amortização do Ágio + Depreciação e Outras Amortizações.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL		Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS		
ITR - Informações Trimestrais		Legislação Societária
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		DATA-BASE - 31/03/2009
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97
07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE		

Obs.: Conforme esclarecimentos do item nº 3 deste relatório e em Nota Explicativa nº 2, houve reclassificação nas demonstrações financeiras de 31 de março de 2008 em relação aos números publicados no exercício anterior.

Durante o primeiro trimestre de 2009, a receita operacional bruta da Elektro foi de R\$ 1,0 bilhão, registrando aumento de 15,5%, quando comparado ao mesmo período de 2008. Do total da receita, 99,4% equivale à receita de fornecimento de energia e do uso do sistema de distribuição.

As receitas operacionais líquidas atingiram R\$ 672,7 milhões, registrando crescimento de 15,7% em relação aos primeiros três meses de 2008. O incremento observado deve-se ao aumento no preço das tarifas em consequência aos efeitos do reajuste tarifário de 10,91%, em agosto de 2008 e pelo maior consumo de energia no período, além do forte crescimento das classes residencial e comercial, que apresentam tarifas mais elevadas.

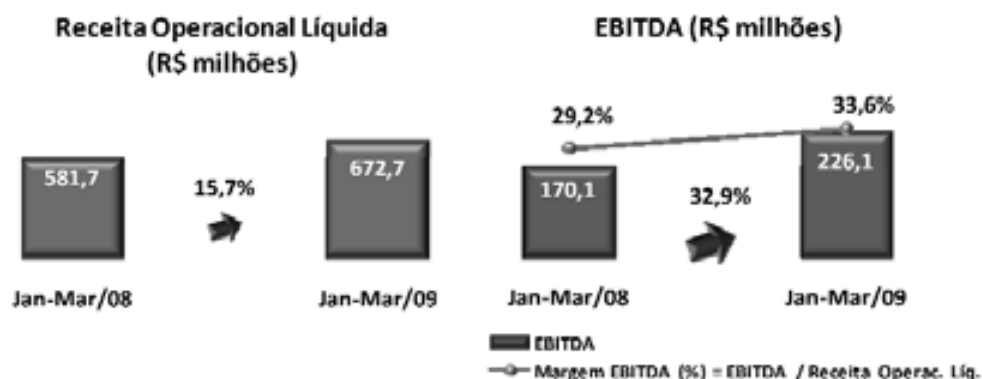
O custo da energia comprada para revenda cresceu 10,8% em comparação ao mesmo período de 2008, devido, principalmente, ao incremento no volume de energia adquirida e ao aumento das despesas da energia de Itaipu, em decorrência da desvalorização do real frente ao dólar norte-americano, e outros reajustes de preços nos contratos de compra de energia.

A Elektro encerrou o trimestre com uma geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA, de R\$ 226,1 milhões, 32,9% maior em relação ao mesmo período de 2008 e o resultado do serviço foi de R\$ 193,7 milhões, com aumento de 38,3% sobre o resultado de janeiro a março de 2008.

O resultado financeiro do primeiro trimestre de 2009 foi uma despesa líquida de R\$ 3,6 milhões, apresentando redução de 83,0% em relação a 2008, causado pela deflação de 0,92% do IGP-M, índice de reajuste da 1ª série da 2ª emissão de debêntures.

A Elektro registrou lucro líquido de R\$ 124,9 milhões em março de 2009, comparado a R\$ 76,2 milhões no período anterior.

Os gráficos a seguir ilustram o desempenho dos resultados operacionais da Elektro, no primeiro trimestre de 2009 comparado ao mesmo período de 2008.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-MASK = 31/03/2009

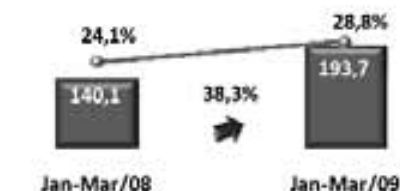
01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.326.280/0001-97

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

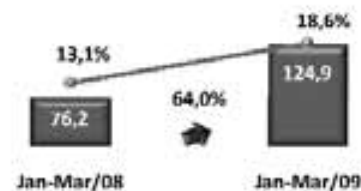
Resultado do Serviço (R\$ milhões)



■ Resultado do Serviço

→ Margem Res. Serviço (%) = Res. Serviço / Receita Op. Lq.

Lucro Líquido (R\$ milhões)



■ Lucro Líquido

→ Margem Líquida (%) = Lucro Lq. / Receita Operac. Lq.

4.1. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Em Reunião do Conselho de Administração de 11 de novembro de 2008, foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 67,7 milhões, referente ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2008, realizado em 28 de janeiro de 2009.

Em Assembléia Geral Ordinária de 2 de abril de 2009, foi aprovada a distribuição de dividendos no montante de R\$ 168,1 milhões, referente ao exercício de 2008 (já deduzidos os pagamentos efetuados de dividendos intermediários e juros sobre capital próprio), cujo pagamento ocorreu em 28 de abril de 2009.

5. ESTRUTURA DE CAPITAL

	31/03/2009			
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	
			R\$ milhões	%
Empréstimos com Terceiros	291,2	639,4	930,5	100,0%
Debêntures	213,8	364,0	577,8	62,1%
BNDES Fiem / Fianme	63,9	179,8	243,5	26,2%
Eletrobras	5,3	66,3	71,6	7,7%
Finep	-	9,2	9,2	1,0%
Arrendamento mercantil	9,2	20,3	29,5	3,1%
Total da Dívida	291,2	639,4	930,5	100,0%
Perfil da Dívida	31%	69%	100%	
Caixa, Aplicações Financeiras e Caução de Fundos ⁽¹⁾			(251,0)	
Endividamento Líquido			679,0	

(1) Exclui garantias caucionadas para compra de energia elétrica.

Obs.: Em 31/03/2009, o passivo de Arrendamento Mercantil passou a ser considerado para demonstração da Estrutura de Capital, pois foi contabilizado de acordo com a Lei 11.638/07 (Vide Nota Explicativa nº 18).

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ITR - Informações Trimestrais

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária

DATA-BASE - 31/03/2009

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

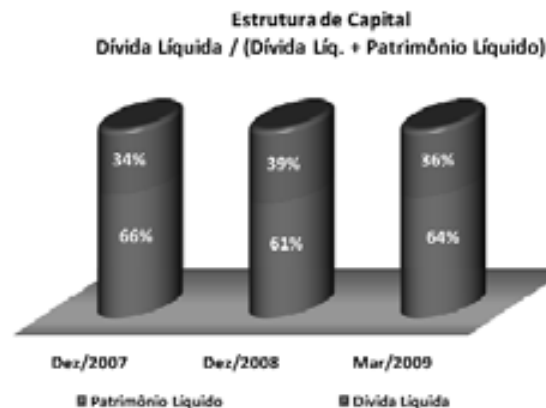
07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

A Elektro encerrou os primeiros três meses de 2009 com endividamento líquido de R\$ 679,0 milhões, resultado do endividamento total de R\$ 930,5 milhões e saldo de caixa, aplicações financeiras e caução de fundos de R\$ 251,6 milhões. A dívida de longo prazo corresponde a 69% do total do endividamento.

Durante o primeiro trimestre de 2009, a empresa captou recursos para financiar seu programa de investimentos, através das seguintes linhas de financiamento já existentes:

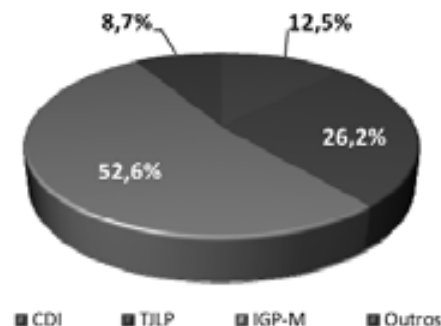
- BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social): R\$ 24,5 milhões, através de agentes financeiros; e
- Eletrobrás: R\$ 6,0 milhões, relacionados ao Programa Luz para Todos.

Ao final do período, o grau de alavancagem da Elektro era de 36%, patamar bastante prudente que garante uma situação de liquidez confortável para a empresa e que vem se mantendo estável nos últimos anos.



Ao final do primeiro trimestre de 2009, o endividamento total da Elektro apresentava a seguinte indexação:

Total do Endividamento em 31/03/2009
(Total: R\$ 930,5 milhões)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa
Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

6. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 24 de abril de 2009 a Elektro obteve um financiamento através da emissão de Notas Promissórias no valor de R\$ 120 milhões, para fins de capital de giro. Tais Notas Promissórias foram ofertadas e negociadas pelo Banco Itaú BBA S.A. e Banco Santander S.A., e estão sujeitas a juros à taxa equivalente ao CDI acrescida de 2% ao ano e serão liquidadas junto a CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos em 180 dias.

7. POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Atualmente, a Elektro não possui qualquer transação envolvendo instrumentos financeiros derivativos e não efetuou ao longo de 2008 e do primeiro trimestre de 2009 qualquer operação com estes instrumentos financeiros.

De acordo com a política da Elektro, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico proteger a empresa de eventuais exposições a moedas ou taxas de juros. Como atualmente não há risco cambial em suas operações e a Elektro mantém o equilíbrio das taxas de juros entre ativo (caixa) e passivo (dívida) de forma natural, a Companhia entende não ser necessária, atualmente, a utilização deste tipo de instrumento.

Apenas são consideradas relevantes as variações cambiais derivadas dos pagamentos pela energia comprada de Itaipu, atrelados ao dólar norte-americano. Porém, essas variações cambiais estão contempladas no reajuste tarifário anual aplicável à Companhia, conforme mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A (CVA).

Com relação à dívida indexada a inflação (IGP-M), a Elektro considera possuir *hedge* natural em virtude do mecanismo de reajuste tarifário previsto em seu contrato de concessão.

8. FLUXO DE CAIXA

	Valores em R\$ milhões		Varição
	31/3/2009	31/3/2008	R\$ milhões
		Reapresentação	
Lucro líquido do período	124,9	76,2	48,8
Depreciação e outras amortizações	30,6	28,1	2,4
Amortização e constituição de tributos diferidos	16,9	14,9	2,0
Juros e variação monetária	19,5	34,4	(14,9)
Outros	9,2	13,2	(4,0)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa	76,2	90,7	(14,5)
Lucro Líquido Ajustado	201,2	166,9	34,3
Variação do Capital de Giro Operacional	(69,5)	(2,6)	(66,9)
Geração Operacional de Caixa após Imposto de Renda, Contribuição Social e Pagamento de Juros	131,7	164,3	(32,6)
Aquisições de Imobilizado	(80,5)	(53,0)	27,5
Outros	3,3	(0,5)	3,8
Atividades de Investimento	(57,2)	(53,5)	3,7
Amortização de principal e juros	(28,5)	(18,3)	(10,3)
Captação de empréstimos	30,5	40,5	(10,0)
Atividades de Financiamento antes do Pagamento de Dividendos	1,9	22,2	(20,3)
Dividendos Propostos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	(55,1)	(4,5)	(50,6)
Atividades de Financiamento após do Pagamento de Dividendos	(53,2)	17,8	(70,9)
Geração (consumo) Líquido de Caixa	21,3	128,5	(107,2)
Saldo Inicial do Período (excluindo caução de fundos)	205,0	157,3	47,7
Saldo Disponível de Caixa do Período (excluindo caução de fundos)	226,4	285,9	(59,5)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL		Divulgação Externa
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS		
ITR - Informações Trimestrais		Legislação Societária
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		DATA-BASE - 31/03/2009
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Obs.: Conforme esclarecimentos do item nº 5 deste relatório e em Nota Explicativa nº 2, houve reclassificação nas demonstrações financeiras de 31 de março de 2008 em relação aos números publicados no exercício anterior.

Entre janeiro e março de 2009, a geração de caixa foi de R\$ 21,3 milhões, R\$ 107,2 milhões inferior à geração de R\$ 128,5 milhões de caixa registrada no mesmo período de 2008. Esta variação deve-se principalmente a:

- Aumento de R\$ 66,9 milhões nos desembolsos com capital de giro, devido a incrementos em encargos setoriais, como: Encargo de Serviços do Sistema (ESS) e Conta de Consumo de Combustíveis (CCC); e custos com energia comprada, devidos à Itaipu (impactados pela desvalorização do real frente ao dólar). Tais elevações serão contempladas no próximo reajuste tarifário da Elektro, em agosto de 2009;
- Elevação de R\$ 50,6 milhões em Juros sobre Capital Próprio pagos, já que os valores referentes ao exercício de 2008 foram pagos em janeiro de 2009, enquanto parte do valor referente ao exercício de 2007 fora pago em dezembro de 2007;
- Aumento líquido de R\$ 20,3 milhões nas amortizações de financiamentos, descontadas as novas captações;
- Estes impactos são parcialmente compensados pelo lucro superior em R\$ 48,8 milhões.

9. INVESTIMENTOS E MODERNIZAÇÃO

No primeiro trimestre de 2009, a Elektro investiu R\$ 60,4 milhões, dos quais R\$ 3,3 milhões foram investimentos realizados com recursos de clientes.



⁽¹⁾ Exclui investimentos realizados com recursos de clientes.

Os principais programas de investimentos realizados foram:

- R\$ 43,8 milhões na expansão, melhorias, preservação do sistema elétrico e suporte operacional, dos quais: (i) R\$ 23,8 milhões foram investidos na preservação do sistema elétrico, (ii) R\$ 4,6 milhões em melhorias e atualizações tecnológicas, (iii) R\$ 8,9 milhões estão associados a novas ligações e à expansão de subestações e de linhas de transmissão e (iv) R\$ 6,5 milhões em programas de Tecnologia da Informação, Infraestrutura e renovação da frota de veículos.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01748-5 ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A 02.328.280/0001-97

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

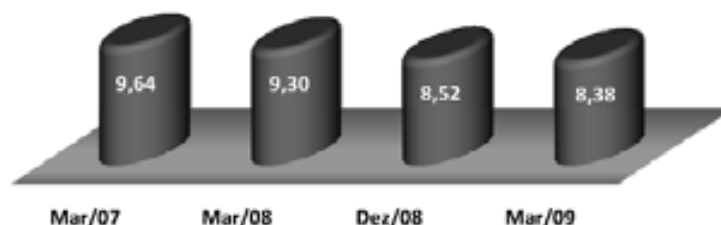
- R\$ 13,3 milhões no Programa de Universalização, em cumprimento à Lei nº 10.438 de abril de 2002, segregados da seguinte forma:
 - R\$ 10,3 milhões em Programas Rurais, relacionados aos projetos de eletrificação de áreas rurais que viabilizaram o fornecimento de energia elétrica a 1.629 novos clientes, por meio do Programa Luz para Todos;
 - R\$ 3 milhões no Programa de Universalização, que determina o atendimento de novas ligações e aumento de carga, sem ônus aos clientes com carga inferior a 50 kVA.

Os investimentos realizados no primeiro trimestre de 2009 foram superiores aos realizados no mesmo período do ano anterior, devido: (i) ao aumento de ligações de clientes dentro do Programa Luz para Todos e (ii) à antecipação de projetos de suporte operacional (renovação da frota) em decorrência de menores alíquotas de impostos sobre estes investimentos.

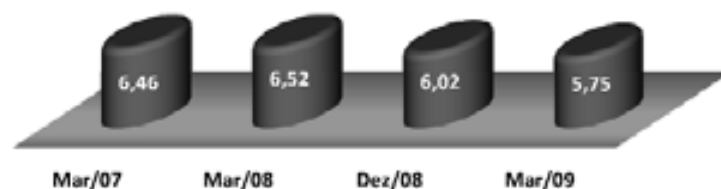
10. DESEMPENHO OPERACIONAL

Como resultado dos constantes investimentos realizados no sistema elétrico, principalmente em manutenção preventiva e na utilização de novas tecnologias, como digitalização e automação, os indicadores DEC e FEC de março de 2009 registraram índices recordes na história da Elektro.

**DEC - Duração Equivalente de Interrupção
por Consumidor (horas)**



**FEC - Frequência Equivalente de Interrupção
por Consumidor (interrupções)**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01748-5

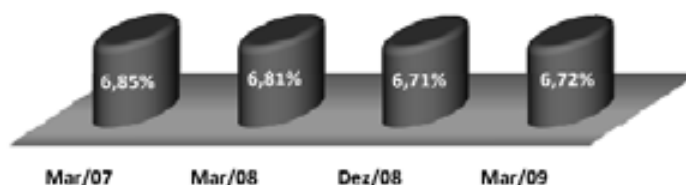
ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Obs.: Os indicadores acima não consideram os dias críticos, associados a situações de emergência, conforme definido pela resolução ANEEL 024/2000. Caso considerado, os indicadores DEC e FEC de 31/03/2007 seriam 11,63 e 7,44, respectivamente. Os indicadores DEC e FEC de 31/03/2008 seriam 11,10 e 7,29, respectivamente. Os indicadores de 31/12/2008 seriam 10,44 e 6,89, respectivamente e os indicadores DEC e FEC de 31/03/2009 seriam 10,37 e 6,69, respectivamente.

Perdas de Energia



Obs: 1- O critério de cálculo das perdas é baseado na compra total de energia pela Elektro.

2- No indicador de perdas não estão sendo computadas as perdas referentes à mudança provisória de medição de fronteira da Linha de Transmissão Capão Bonito – Itapeva – Itararé 138 KV, determinado pela CCEE. Essa perda será anulada após entrada em operação da LT Maringá – Itararé II de 230 KV, prevista para o exercício de 2009.

Até o mês de março de 2009, o Indicador de Perdas manteve tendência de redução quando comparado ao mesmo período dos exercícios de 2007 e 2008.

A recuperação observada deve-se, principalmente à manutenção e aperfeiçoamento das técnicas de recuperação de perdas comerciais, dentre as quais destacam-se os planos de substituição de medidores avariados e aumento na assertividade de inspeções em medidores e detecção de procedimentos irregulares.

Essas ações permitem identificar e corrigir maior número de ligações que apresentam desvios dos valores reais de energia consumida em relação aos valores registrados, devido a avarias de medidores ou ligações com procedimentos irregulares, sem aumentar a quantidade de inspeções realizadas.

11. RECONHECIMENTO

50 Melhores Empresas em Cidadania Corporativa

Em 28 de abril de 2009, a Elektro recebeu o prêmio "As 50 melhores empresas em cidadania corporativa", promovido pela revista Gestão & RH, que premiou as 100 melhores empresas em cidadania corporativa. O resultado serve de base para a classificação da empresa no Índice de Desenvolvimento Humano Organizacional (IDHO). Foram avaliados quatro critérios: responsabilidade social; gestão ambiental; ética e relacionamento com os públicos de interesse; e qualidade de vida no trabalho.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária
DATA-BASE - 31/03/2009

01748-5

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A

02.328.280/0001-97

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

Aos Acionistas e Administradores da
Elektro Eletricidade e Serviços S.A.
Campinas - SP

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITRs da Elektro Eletricidade e Serviços S.A. referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2009, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, da mutação do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, as notas explicativas e o relatório de desempenho, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Sociedade, quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Sociedade.
3. Como base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais referidas no parágrafo 1, para que estas estejam de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.
4. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil durante 2008, as demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa, referentes ao primeiro trimestre findo em 31 de março 2008, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas, como previsto na NPC 12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros, aprovada pela Deliberação CVM nº 506/06.

Campinas, 7 de maio de 2009

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº. 2 SP 011609/O-8

José Carlos Amadi
Contador
CRC nº. 1 SP 158025/O-0

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Data-Base - 31/03/2009

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUIDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	6
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	8
04	01	04 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	10
05	01	05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2009 a 31/03/2009	12
05	02	05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2009 a 31/03/2009	13
06	01	NOTAS EXPLICATIVAS	14
07	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE	47
21	01	RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL	60

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

8. ANEXOS

- Ata da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 17 de março de 2009 aprovando a proposta da Oferta
- Ata da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária da Emissora realizada em 02 de abril de 2009 aprovando a Oferta
- Ata da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 07 de maio de 2009 aprovando as condições da Oferta
- Ata da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 25 de maio de 2009 alterando certas condições da Oferta
- Ata da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 19 de junho de 2009 ratificando *spread* aplicável ao cálculo da Remuneração das Debêntures
- Estatuto Social da Emissora
- Escritura Particular de Emissão de Debêntures
- Primeiro Aditamento à Escritura Particular de Emissão de Debêntures
- Segundo Aditamento à Escritura Particular de Emissão de Debêntures
- Súmula de Classificação de Risco
- Declarações da Emissora e do Coordenador Líder, nos termos do art. 56 da Instrução CVM 400
- Informações Anuais (IAN) relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 (somente as informações não incluídas neste Prospecto)

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- Ata da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 17 de março de 2009 aprovando a proposta da Oferta

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.**COMPANHIA ABERTA****CNPJ/MF Nº 02.328.280/0001-97****NIRE 35.300.153.570****ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

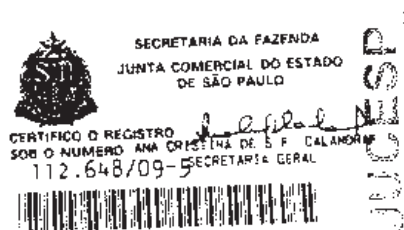
DATA, HORA E LOCAL: No dia 17 de março de 2009, às 14:00 horas, na sede da Companhia, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Ary Antenor de Souza, nº 321, Jardim Nova América. **PRESENÇA:** Presentes os senhores Conselheiros da Companhia, João Carlos Ribeiro de Albuquerque, Carlos Marcio Ferreira e Claudinei Donizeti Ceccato. O senhor Conselheiro James Alton Hughes participou por conferência telefônica, nos termos do parágrafo quinto do artigo 18 do Estatuto Social. Presente, ainda, como convidado, o Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores, o senhor Rodrigo Ferreira Medeiros da Silva. **CONVOCAÇÃO:** Cartas endereçadas aos senhores Conselheiros da Companhia, nos termos do artigo 18 do Estatuto Social. **MESA:** João Carlos Ribeiro de Albuquerque (Presidente) e Jessica de Camargo Reaach (Secretária). **ORDEM DO DIA:** Deliberação acerca dos seguintes assuntos: (1) proposta de emissão de debêntures simples, quirografárias, para distribuição pública, não conversíveis em ações pela Companhia, totalizando, na data de emissão, o valor de até R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais) ("3ª Emissão de Debêntures Simples, Quirografárias") e, em caso de aprovação dessa 3ª Emissão de Debêntures Simples, Quirografárias, a delegação de poderes ao Conselho de Administração da Companhia para deliberar sobre as condições de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"); e (2) proposta de emissão de notas promissórias comerciais pela Companhia para distribuição pública ("1ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais"), totalizando, na data de emissão, o valor de até R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais). **DELIBERAÇÕES:** Dando início aos trabalhos, passou-se **item (1)** da **Ordem do Dia**, o Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores apresentou a proposta de implementação da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Quirografárias, no valor de até R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais), mas cujas principais condições previstas nos incisos I a V do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, a saber (a) o valor total da emissão, (b) o número e o valor nominal das debêntures, (c) características das garantias, se for o caso e (d) condições da remuneração e correção monetária, se houver, serão definidas até a apresentação da respectiva proposta aos acionistas, no âmbito de uma Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia Geral Extraordinária da Companhia"). Considerando que todas as características necessárias e suficientes para a conclusão da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Quirografárias não estarão disponíveis no momento da realização da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, o Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores também propôs a delegação de poderes pela Assembleia Geral Extraordinária ao Conselho de Administração da Companhia para deliberar sobre as condições de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações. Após as deliberações, os senhores Conselheiros decidiram, por unanimidade, aprovar o envio da

proposta de implementação da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Quirografárias para aprovação no âmbito da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia. Em seguida, sendo abordado o **item (2) da Ordem do Dia**, o Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores apresentou a proposta de implementação da 1ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais, no valor de até R\$ 120.000.000,000 (cento e vinte milhões de reais), cujas principais características também serão definidas até a apresentação da respectiva proposta aos acionistas. Considerando que todas as características necessárias e suficientes para a conclusão da 1ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais não estarão disponíveis no momento da realização da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, o Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores também propôs a delegação de poderes pela Assembleia Geral Extraordinária ao Conselho de Administração da Companhia para deliberar sobre as condições da emissão. Após as deliberações, os senhores Conselheiros decidiram, por unanimidade, aprovar o envio da proposta de implementação da 1ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais para aprovação no âmbito da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, bem como a publicação de convocação de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia para deliberar sobre as propostas da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Quirografárias e 1ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais. Fica registrado que o material pertinente aos itens da Ordem do Dia encontra-se arquivado na sede da Companhia. Foi, então, declarada como encerrada a reunião e lavrada a presente ata no livro próprio, a qual foi lida e assinada pelos senhores Conselheiros presentes. A.a.: João Carlos Ribeiro de Albuquerque (Presidente), Jessica de Camargo Reaach (Secretária), Carlos Marcio Ferreira (Conselheiro) e Claudinei Donizeti Ceccato (Conselheiro representante dos empregados)

Certifico e dou fé que o presente é cópia fiel da ata lavrado no Livro Próprio.



Jessica de Camargo Reaach
: Secretária



-
- Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Emissora realizada em 02 de abril de 2009 aprovando a Oferta

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



COLEGIADA

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

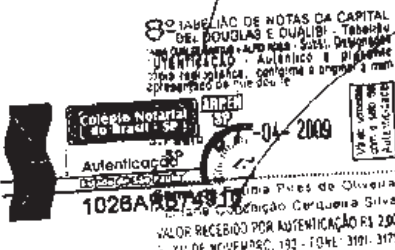
COMPAGNIA ABERTA

CNPJ/MF Nº 02.328.280/0001-97

NIRE 35.300.153.570

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

DATA, HORA E LOCAL: No dia 02 (dois) do mês de abril de 2009, às 09horas e 30 minutos, na sede da Companhia, localizada em Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Ary Antenor de Souza, nº 321, Jardim Nova América. **PRESEÇA:** (i) Acionistas representando mais de 2/3 (dois terços) do capital social da Companhia com direito a voto, consoante assinaturas constantes no "Livro de Presença de Acionistas"; (ii) senhor José Carlos Amadi, contador, CRC nº 1 SP 158025/O-0, representando a empresa DELOITTE TOUCHE TOHMATSU na qualidade de Auditor Independente da Companhia, e (iii) senho Rodrigo Ferreira Medeiros da Silva, na qualidade de Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia. **CONVOCAÇÃO:** De acordo com o artigo 124 da Lei 6.404/76, conforme anúncios publicados nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Valor Econômico (edição nacional), nos dias 18, 19 e 20 de março de 2009. **PUBLICAÇÕES:** Efetuadas em obediência ao artigo 133 da Lei nº 6.404/76, nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Valor Econômico (edição nacional), no dia 03 de março de 2009. **MESA:** Trabalhos presididos pelo senhor João Carlos Ribeiro de Albuquerque, Presidente do Conselho de Administração, o qual escolheu como Secretária, a senhora Jessica de Camargo Reaach. **LEITURA DE DOCUMENTOS E LAVRATURA DA ATA:** (i) Dispensada, por unanimidade, a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas, uma vez que são do conhecimento dos acionistas. (ii) Fica autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76. **ORDEN DO DIA:** Em Assembléia Geral Ordinária Examinar, discutir e votar as seguintes matérias: (1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, acompanhadas do Parecer do Auditor Independente; (2) Aprovar a proposta de destinação do resultado e a distribuição de dividendos, relativos ao exercício de 2008; (3) Fixar a remuneração anual global dos Administradores; e (4) Eleição de membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração. Em Assembléia Geral Extraordinária: Examinar, discutir e votar as seguintes matérias: (1) Aprovar (a) a proposta de emissão de debêntures simples, quirografárias para distribuição pública, não conversíveis em ações totalizando, na data de emissão, o valor de até R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais) - que constituirá a 3ª emissão de debêntures da Companhia ("3ª Emissão de Debêntures") - e, em caso de aprovação dessa 3ª Emissão de Debêntures; (b) a delegação de poderes ao Conselho de Administração da Companhia para deliberar sobre as condições de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada, e (c) a autorização para a Diretoria da Companhia praticar, todos e quaisquer atos necessários para a implementação da 3ª Emissão de Debêntures; (2) aprovar (a) a proposta de emissão de notas promissórias comerciais pela Companhia, no valor de até R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) - que constituirá a 1ª emissão de notas promissórias comerciais da Companhia ("1ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais"), as quais serão objeto de distribuição pública nos termos da regulamentação



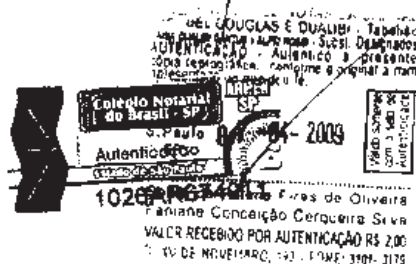
Colégio Notarial do Brasil - SP

Autenticação

1026A 0274810

1574810 Família Pires de Oliveira
Liliane Rodrigues Cerqueira Silva
VALOR RECEBIDO POR AUTENTICAÇÃO R\$ 290,00
10 DE NOVENHOS. 193 - FONE: 3191. 317

da Comissão de Valores Mobiliários aplicável e, em caso de aprovação dessa emissão; (b) a delegação de poderes ao Conselho de Administração da Companhia para deliberar sobre as condições da emissão, e (c) a autorização para a Diretoria da Companhia praticar todos e quaisquer atos necessários para a implementação da 1ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais; **DELIBERAÇÕES: Em Assembléia Geral Ordinária: Item (1) da Ordem do Dia:** os acionistas presentes aprovaram, por unanimidade, o Relatório e as contas da Administração, o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras, acompanhadas do respectivo parecer do Auditor Independente, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008. **Item (2) da Ordem do Dia:** tendo em vista que valor total do lucro líquido da Companhia no exercício social de 2008 foi de R\$ 391.787.180,15 (trezentos e noventa e um milhões, setecentos e oitenta e sete mil, cento e oitenta reais e quinze centavos), e em razão de ajustes contábeis realizados em decorrência da Lei nº 11.638/07 na conta de Lucros Acumulados no montante negativo de R\$ 1.092.461,61 (um milhão, noventa e dois mil, quatrocentos e sessenta e um reais e sessenta e um centavos), o montante líquido a ser distribuído é de R\$ 390.694.718,54 (trezentos e noventa milhões, seiscentos e noventa e quatro mil, setecentos e dezoito reais e cinquenta e quatro centavos) conforme segue: (a) R\$ 19.534.735,93 (dezenove milhões, quinhentos e trinta e quatro mil, setecentos e trinta e cinco reais e noventa e três centavos) para a constituição de reserva legal, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76; (b) R\$ 168.053.187,88 (cento e sessenta e oito milhões, cinquenta e três mil, cento e oitenta e sete reais e oitenta e oito centavos) para a distribuição de dividendos, já deduzidos os valores de dividendos intermediários distribuídos pela Companhia em 2008 e Juros sobre Capital Próprio declarados no ano de 2008, sendo R\$ 75.710.273,31 (setenta e cinco milhões, setecentos e dez mil, duzentos e setenta e três reais e trinta e um centavos) para os acionistas detentores de ações ordinárias, correspondendo a R\$ 0,824003835 a pagar por ação ordinária e R\$ 92.342.914,57 (noventa e dois milhões, trezentos e quarenta e dois mil, novecentos e quatorze reais e cinquenta e sete centavos) para os acionistas detentores de ações preferenciais, correspondendo este valor a R\$ 0,906404219 a pagar por ação preferencial, considerando o direito à percepção de dividendos em valores no mínimo 10% (dez por cento) superiores ao atribuído às ações ordinárias, na forma prevista no Inciso II do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia. Nos termos do artigo 205 da Lei 6.404/76, terão direito ao recebimento de dividendos todos aqueles acionistas constantes da base acionária da Companhia até a presente data. Os acionistas receberão seus respectivos valores, livres para movimentação, em uma ou mais parcelas, conforme disponibilidade de caixa, dentro do exercício social de 2009, sendo o(s) pagamento(s) efetuado(s) mediante crédito em conta corrente, de acordo com a conta corrente e domicílio bancário fornecido pelo acionista ao Banco Itaú S.A., precedido(s) de aviso ao acionista(s) publicado(s) para esta finalidade. **Item (3) da Ordem do Dia:** por unanimidade de votos dos acionistas presentes, foi aprovado, conforme previsto no artigo 152 da Lei 6.404/76, a fixação da remuneração global dos Administradores da Companhia, já incluídas todas as despesas, benefícios e encargos trabalhistas e previdenciários, para o exercício social relativo a 2009, um valor anual global de até R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) para a Diretoria e um valor também anual e global de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) para o Conselho de Administração, a serem distribuídos entre os membros de cada um dos respectivos órgãos da administração de acordo com o disposto no Estatuto da Companhia. Os acionistas ratificaram o valor de R\$ 6.518.328,00 (seis milhões, quinhentos e dezoito mil, trezentos e vinte e oito reais) despendidos para remuneração da Diretoria no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008. **Item (4) da Ordem do Dia:** os senhores acionistas presentes, em razão do término do mandato,

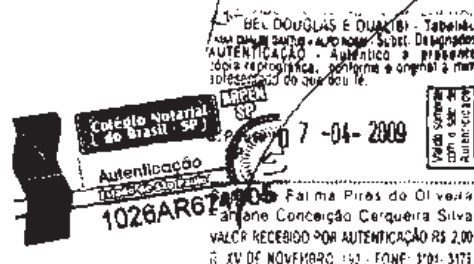




em 15 de março de 2009, dos senhores Claudinei Donizete Ceccato e Luiz Alberto de Magalhães – Membro Efetivo e Suplente - representantes dos empregados no Conselho de Administração da Companhia, tomaram conhecimento do resultado de pleito conduzido pela Companhia em conjunto com as entidades sindicais representativas dos empregados, no termos do artigo 17 do Estatuto Social da Companhia, referente à eleição dos novos representantes dos empregados no Conselho de Administração da Companhia, tendo sido eleitos os senhores **Juracy Pereira Mamede**, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, portador do documento de identidade (RG) nº 10.577.477-7 (SSP/SP) e inscrito no CPF/MF sob nº 957.948.168-72; e **Maurício Antônio Penha**, brasileiro, casado, bacharel em ciências jurídicas, portador do documento de identidade (RG) nº 7.674.322 (SSP/SP) e inscrito no CPF/MF sob nº 23.553.248-75, como Membros Efetivo e Suplente, respectivamente, para exercerem o mandato pelo prazo de 3 (três) anos, conforme Ata de Proclamação do Resultado da Eleição do representante dos Empregados no Conselho de Administração da Elektro – 2009/2012, datada de 23 de março de 2009, apresentada a esta Mesa. Adicionalmente foi noticiada a apresentação de renúncia pelos Srs. Marcelo Schmidt, ao cargo de Conselheiro Suplente e Celso Arras Minchillo ao cargo de Conselheiro Efetivo, respectivamente em 23 de setembro e 03 de novembro de 2008. Foram registrados, ainda, pelos senhores acionistas, os votos de agradecimento pelos relevantes serviços prestados à Companhia pelos senhores conselheiros, no desempenho de suas funções, tendo sido registrado ainda, manifestação de reconhecimento pelo profissionalismo e dedicação demonstrados ao longo de todo o período em que os citados Conselheiros exerceram seus mandatos. Desta forma, o Conselho de Administração da Companhia apresentará a seguinte composição:

Nome	Cargo	Exatidão
João Carlos Ribeiro de Albuquerque	Presidente do Conselho	26/06/2011
James Alton Hughes	Conselheiro Efetivo	14/09/2010
Carlos Marcio Ferreira	Conselheiro Efetivo	20/04/2010
Antonio Mario Celia Martinez-Aparicio	Conselheiro Efetivo	26/06/2011
Juracy Pereira Mamede	Conselheiro Efetivo (representante dos empregados)	23/03/2012
João Gilberto Mazzon	Conselheiro Suplente	20/04/2010
Marcio Henrique Fernandes	Conselheiro Suplente	20/04/2010
Vitor Cuminato Filho	Conselheiro Suplente	20/04/2010
Francisco Alfredo Fernandes	Conselheiro Suplente	26/06/2011
Mauricio Antônio Penha	Conselheiro Suplente (representante dos empregados)	23/03/2012

Em Assembleia Geral Extraordinária: Item (1) da Ordem do Dia: os acionistas presentes aprovaram, por unanimidade, a 3ª Emissão de Debêntures com as seguintes características: (i) **Valor Total**: o valor total da 3ª Emissão de Debêntures será de até R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais); (ii) **Número de Séries**: série única; (iii) **Data de Emissão**: Para todos os efeitos legais, a Data de Emissão será 18 de junho de 2009; (iv) **Quantidade de Debêntures**: serão emitidas até 35.000 (trinta e cinco



mil) Debêntures; (v) **Valor Nominal Unitário**: as Debêntures terão valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão das Debêntures; (vi) **Espécie**: as Debêntures serão da espécie quirografária, sem garantia adicional; (vii) **Convertibilidade**: as Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia; (viii) **Forma**: as Debêntures serão nominativas e escriturais, sem a emissão de cautelas ou certificados; (ix) **Remuneração**: não haverá correção monetária. A taxa de juros remuneratórios das Debêntures será definida em procedimento de *bookbuilding* a ser conduzido pelas instituições financeiras intermediárias responsáveis pela coordenação da 3ª Emissão de Debêntures e respectiva colocação das Debêntures e será aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião oportunamente convocada para esse fim. Os acionistas aprovaram ainda, tendo em vista que todas as características necessárias e suficientes para a conclusão da 3ª Emissão de Debêntures não estão disponíveis no momento de realização da presente Assembleia, a delegação de poderes ao Conselho de Administração para deliberar sobre as condições de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei 6.404/76, conforme alterada. Neste mesmo ato, os acionistas autorizaram a Diretoria Executiva da Companhia a praticar todos e quaisquer atos necessários e para a implementação da 3ª Emissão de Debêntures. **Item (2) da Ordem do Dia**, os acionistas presentes aprovaram, por unanimidade, a 1ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais da Companhia, no valor de R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), as quais serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução nº 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM 476/09"), com dispensa automática de registro junto à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") ("Oferta Restrita") com as seguintes condições: (a) **Valor Nominal Unitário**: de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais); (b) **Data de Emissão**: para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Notas Promissórias será a data de sua efetiva subscrição e integralização; (c) **Quantidade**: 120 (cento e vinte); (d) **Série**: única; (e) **Forma**: as Notas Promissórias serão emitidas fisicamente e ficarão depositadas em instituição habilitada à prestação de serviços de custódia. As Notas Promissórias serão nominativas e circularão por endosso em preto, de mera transferência de titularidade, do qual deverá constar a cláusula "sem garantia"; (f) **Prazo**: 180 (cento e oitenta) dias a partir da data de emissão, observado o disposto na alínea (j) abaixo; (g) **Negociação e Local de Pagamento**: as Notas Promissórias serão registradas junto ao Sistema de Nota Promissória – NOTA, administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"); (h) **Forma de Amortização e Pagamento de Juros**: principal e juros no vencimento, sendo os juros calculados *pro rata* sobre o saldo devedor; (i) **Remuneração**: a remuneração será equivalente à variação da taxa média de juros dos Depósitos Interfinanceiros Over Extra-Grupo de um dia ("CDI"), calculada e divulgada pela CETIP, acrescida de *spread* de 2,00% ao ano, base 252 dias úteis; (j) **Resgate Antecipado**: resgate antecipado, total, a critério exclusivo da Companhia, a partir do 60º dia a contar da data da data de emissão das Notas Promissórias, sem pagamento de prêmio, observados os critérios e procedimentos a serem detalhadamente descritos nos documentos da 1ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais da Companhia, especialmente nas cartulas das Notas Promissórias; (k) **Destinação dos Recursos**: Os recursos captados por meio da colocação das Notas Promissórias serão destinados à recomposição do caixa da Companhia face às necessidades de capital de giro, sobretudo associadas a incrementos nos custos não gerenciáveis a serem repassados às tarifas de energia elétrica a partir do próximo reajuste tarifário, em agosto de 2009, principalmente os custos de aquisição de energia para revenda proveniente de Itaipu, majorado em função da desvalorização do Real frente ao Dólar norte-americano, e outros encargos setoriais; (l) **Limites**: tendo em



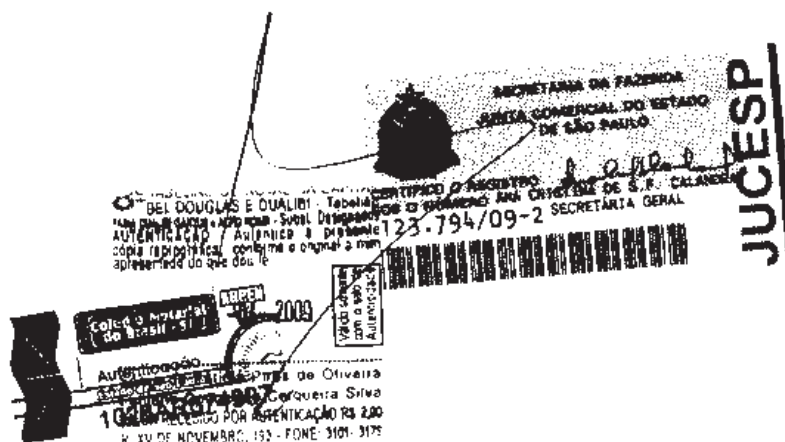
11.04.09

vista que a Companhia possui registro de companhia aberta devidamente atualizado perante a CVM, que a Oferta Restrita será realizada em observância aos requisitos e procedimentos previstos na Instrução CVM 476/09 e que o Valor Nominal Unitário das Notas Promissórias é superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), a Companhia não está sujeita a quaisquer limites e/ou requisitos mínimos de patrimônio líquido e endividamento para a realização da 1ª Emissão de Notas Promissórias e/ou da Oferta Restrita; (m) **Vencimento Antecipado:** as Notas Promissórias poderão ser declaradas automática e antecipadamente vencidas, independentemente de prévio aviso, interpelação ou notificação judicial, na ocorrência de eventos a serem detalhadamente descritos nos documentos da 1ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais da Companhia, especialmente nas cláusulas das Notas Promissórias. Considerando as condições atuais de mercado, os acionistas presentes decidiram delegar ao Conselho de Administração da Companhia poderes para alterar as condições ora aprovadas. Neste mesmo ato, os acionistas autorizaram a Diretoria Executiva da Companhia a praticar todos e quaisquer atos necessários e suficientes para a realização da 1ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais. Todo o material pertinente a esta Assembleia ficará arquivado na sede da Companhia. Nada mais havendo a ser tratado, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata. Reaberta a sessão, foi esta lida, conferida, aprovada e assinada pelos presentes. A.a: João Carlos Ribeiro de Albuquerque (Presidente da Mesa), Jessica de Camargo Reaach (Secretária), EPC – Empresa Paranaense Comercializadora Ltda. (p.p. Vasco de Castro Ferraz Jr.), ETB – Energia Total do Brasil Ltda. (p.p. Vasco de Castro Ferraz Jr.), AEI Investimentos Energéticos Ltda. (p.p. Vasco de Castro Ferraz Jr.), AEI Brazil Finance Ltd. (p.p. Vasco de Castro Ferraz Jr.) e José Carlos Amadi (CRC nº 1 SP 158025/O-0).

Certifico que o presente é cópia fiel da ata lavrada às fts. 109 a 113 do Livro Próprio.

Campinas, 02 de abril de 2009.


Jessica de Camargo Reaach
 Secretária

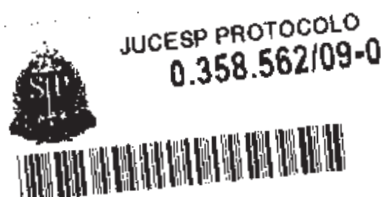


(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- Ata da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 07 de maio de 2009 aprovando as condições da Oferta

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

JUCESP
13 05 09



ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

COMPANHIA ABERTA

CNPJ/MF Nº 02.328.280/0001-97

NIRE 35.300.153.570

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

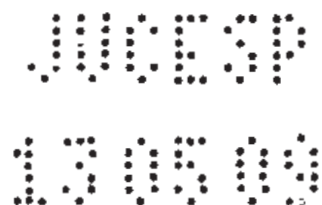
DATA, HORA E LOCAL: No dia 07 de maio de 2009, às 17:30 horas, na sede da Companhia, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Ary Antenor de Souza, nº 321, Jardim Nova América. **PRESENÇA:** Presentes os senhores Conselheiros da Companhia, João Carlos Ribeiro de Albuquerque, Carlos Marcio Ferreira e Juracy Pereira Mamede. O senhor Conselheiro James Alton Hughes participou por conferência telefônica, nos termos do parágrafo quinto do artigo 18 do Estatuto Social. Presente, ainda, como convidado, o Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores, o senhor Rodrigo Ferreira Medeiros da Silva. **CONVOCAÇÃO:** Cartas endereçadas aos senhores Conselheiros da Companhia, nos termos do artigo 18 do Estatuto Social. **MESA:** João Carlos Ribeiro de Albuquerque (Presidente) e Cinthia Maria Ambrogi Alonso (Secretária). **ORDEM DO DIA:** (1) atualização sobre Segurança, (2) garantias aprovadas pela Diretoria Executiva, (3) resultados da Companhia relativos ao 1º trimestre de 2009, e (4) Aprovação de certos termos e condições relacionados à 3ª Emissão de Debêntures (conforme definido abaixo). **APRESENTAÇÃO:** Dando início aos trabalhos, passou-se ao item (1) da Ordem do Dia. Neste ato, os Conselheiros tomaram conhecimento do desenvolvimento e aprimoramento das ações tomadas pela Companhia visando à implementação e desenvolvimento de uma cultura de segurança. Na sequência, ao passar para o item (2) da Ordem do Dia, os senhores Conselheiros foram informados, nos termos do artigo 24, letra "g" do Estatuto Social da Companhia, a respeito da garantia prestada pela Diretoria Executiva da Companhia, no período de fevereiro a abril de 2009, qual seja, a concessão de garantia para o período de fornecimento decorrente do 9º Leilão de Ajuste, realizado em 20 de fevereiro de 2009 e com início previsto para março de 2009; concessão de garantia para o período de fornecimento de energia decorrente do 6º Leilão de Energia Nova, ocorrido em 17 de setembro de 2008 e com início de fornecimento previsto para 2011; concessão de garantia para o período de fornecimento de energia decorrente do 7º Leilão de Energia Nova, ocorrido em 30 de setembro de 2008 e com início de fornecimento de energia previsto para 2011. Sendo abordado o item (3) da Ordem do Dia, o Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores apresentou os resultados financeiros e operacionais da Companhia do 1º trimestre de 2009. **DELIBERAÇÃO:** Na sequência, ao passar para o item (4) da Ordem do Dia, os Conselheiros aprovaram, por unanimidade e sem restrições, as seguintes condições da distribuição pública de até 35.000 (trinta e cinco mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas escriturais, da espécie quirográfaria, sem garantia adicional, em uma única série ("Debêntures"), com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal Unitário") na data de emissão, a qual será, para todos efeitos legais, 18 de junho de 2009 ("Data de Emissão"), perfazendo o valor total de emissão de até R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais) ("Oferta"), relativas à 3ª emissão da Companhia ("3ª Emissão de Debêntures"), conforme aprovada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 02 de abril de 2009: (i) **Negociação:** as Debêntures serão registradas para distribuição no mercado

CAK

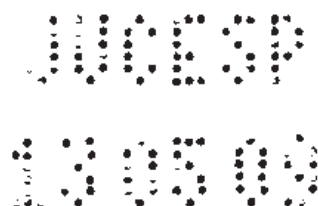
JUL 09
13 05 09

primário e negociação no mercado secundário (a) por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”) e do SND – Módulo Nacional de Debêntures, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (“CETIP”), sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (b) por meio do DDA – Sistema de Distribuição de Ativos (“DDA”) e do Sistema Bovespafix (ambiente de negociação de ativos), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBovespa”), sendo processadas pela BM&FBovespa a custódia e a liquidação financeira da Oferta e da negociação das Debêntures; (ii) **Destinação de Recursos:** os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a 3ª Emissão de Debêntures serão integralmente utilizados da seguinte forma: (a) aproximadamente 35% (trinta e cinco por cento) dos recursos serão utilizados no resgate antecipado e pagamento integral da dívida representada pela 1ª (primeira) emissão de notas promissórias comerciais da Companhia, objeto de distribuição pública, emitidas em 24 de abril de 2009, com prazo de 180 (cento e oitenta) dias e valor nominal unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), perfazendo o montante total de R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais); (b) aproximadamente 55% (cinquenta e cinco por cento) dos recursos serão utilizados no pagamento da parcela de principal, com vencimento em setembro de 2009, das debêntures da 2ª (segunda) emissão da Companhia, objeto de distribuição pública, composta por 75.000 (setenta e cinco mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, com garantia adicional, emitidas em três séries em 1º de setembro de 2005 e com vencimento final previsto para 1º de setembro de 2011; e (c) aproximadamente 10% (dez por cento) dos recursos serão utilizados para reforço do capital de giro da Companhia; (iii) **Colocação e Plano de Distribuição:** as Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários (“Coordenadores”), para colocação por meio do sistema do SDT, administrado pela CETIP, e do DDA, administrado pela BM&FBovespa, mediante observância do seguinte plano de distribuição: (a) as Debêntures serão colocadas pelos Coordenadores junto a pessoas físicas, pessoas jurídicas, fundos de investimento, fundos de pensão, administradores de recursos de terceiros, instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização, bem como investidores considerados institucionais ou qualificados nos termos da Instrução da CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, levando em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta. Os Coordenadores, com expressa anuência da Companhia, organizarão a colocação das Debêntures perante os investidores interessados, podendo levar em conta suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, sendo permitida, inclusive, a coleta de intenções de investimento, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM n.º 400/03”), por meio de procedimento de *bookbuilding* a ser conduzido pelos Coordenadores (“Procedimento de *Bookbuilding*”); (b) para os fins do disposto no parágrafo 2º do artigo 14 e no artigo 24 da Instrução CVM n.º 400/03, a 3ª Emissão de Debêntures não poderá ser aumentada, a critério da Companhia ou dos Coordenadores; e (c) nos termos do artigo 30 da Instrução CVM n.º 400/03, a Oferta somente poderá ser concluída mediante distribuição total das Debêntures; (iv) **Preço de Subscrição e Forma de Integralização:** as Debêntures serão subscritas pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo), calculada *pro rata temporis* desde sua Data de Emissão até a data de sua efetiva subscrição e integralização. As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição; (v) **Prazo de Vencimento:** as Debêntures

MA



têm prazo de vigência de 27 (vinte e sete) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 18 de setembro de 2011 ("Data de Vencimento"); (vi) **Amortização Programada:** o Valor Nominal Unitário será amortizado a partir do 18º (décimo oitavo) mês após a Data de Emissão, trimestralmente, sendo o primeiro pagamento de amortização devido em 18 de dezembro de 2010 e o último na Data de Vencimento, ou seja, em 18 de setembro de 2011 ("Amortizações Programadas"), observadas as seguintes proporções: (a) 19,1% do Valor Nominal Unitário em 18 de dezembro de 2010, (b) 19,1% do Valor Nominal Unitário em 18 de março de 2011, (c) 18,9% do Valor Nominal Unitário em 18 de junho de 2011 e (d) o saldo remanescente do Valor Nominal Unitário das Debêntures em 18 de setembro de 2011; (vii) **Remuneração:** as Debêntures farão jus à remuneração equivalente à variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet (www.cetip.com.br) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de *spread* a ser definido no Procedimento de Bookbuilding, a ser ratificado por este Conselho de Administração e contemplado na escritura de emissão das Debêntures ("Acréscimo sobre a Taxa DI", sendo a Taxa DI e o Acréscimo sobre a Taxa DI referidos em conjunto como "Remuneração"). Os pagamentos da Remuneração serão realizados de acordo com o seguinte cronograma: (i) durante o período compreendido entre a Data de Emissão e o 18º (décimo oitavo) mês após a Data de Emissão, os pagamentos da Remuneração serão realizados semestralmente, nas seguintes datas: 18 de dezembro de 2009 e 18 de junho de 2010; e (ii) a partir do 18º (décimo oitavo) mês após a Data de Emissão e até a Data de Vencimento, os pagamentos da Remuneração serão realizados trimestralmente, nas seguintes datas: 18 de dezembro de 2010, 18 de março de 2011, 18 de junho de 2011 e 18 de setembro de 2011 ("Datas de Pagamento da Remuneração"); (viii) **Repactuação Programada:** as Debêntures não serão objeto de repactuação programada; (ix) **Aquisição Facultativa:** a Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação por preço não superior ao Valor Nominal Unitário não amortizado acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da efetiva aquisição, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). As Debêntures objeto desse procedimento poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Companhia ou ser colocadas para negociação no mercado; (x) **Vencimento Antecipado:** observado o disposto na escritura de emissão das Debêntures, o agente fiduciário da 3ª Emissão de Debêntures deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes da escritura de emissão das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Companhia do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures em circulação acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência das seguintes hipóteses: (a) falta de pagamento de dívidas ou descumprimento de obrigações pecuniárias pela Companhia cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), e que não seja regularizada(o) no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data do inadimplemento ou descumprimento de tal obrigação pecuniária; (b) vencimento antecipado de obrigações pecuniárias da Companhia cujo valor individual ou agregado, na respectiva data de vencimento antecipado, seja superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ressalvada a hipótese da Companhia, por meio de acordo, medida judicial ou arbitral, reverter a declaração do vencimento antecipado de tais obrigações no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sem que deva garantir tal reversão com pecúnia ou



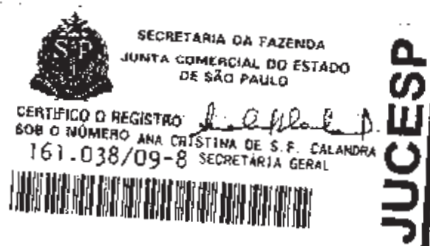
outros bens em valor correspondente ou superior às obrigações vencidas antecipadamente; (c) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Companhia, no mercado local ou internacional, cujo valor individual ou agregado, na respectiva data de protesto, seja superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), e que não seja sanado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data em que a Companhia tome conhecimento do referido protesto, à exceção de protesto efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Companhia no prazo referido acima; (d) descumprimento de qualquer decisão judicial transitada em julgado de natureza condenatória contra a Companhia, em valor, individual ou agregado, na data da referida decisão, igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou seu equivalente em outra moeda; (e) descumprimento de qualquer decisão administrativa de entidade regulatória contra a qual não seja obtido efeito suspensivo no prazo de até 2 (dois) dias úteis e que possa, comprovadamente, impactar de maneira significativa as condições econômicas, financeiras e/ou operacionais da Companhia, incluindo, sem limitação, a concessão da Companhia para explorar atividades relacionadas à distribuição de energia elétrica, nos termos do respectivo contrato de concessão em vigor; (f) decretação de falência, liquidação ou dissolução da Companhia, bem como pedido de falência não elidido no prazo legal; (g) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou autofalência formulado pela Companhia ou, ainda, qualquer procedimento análogo que caracterize estado de insolvência, incluindo acordo com credores, nos termos da legislação aplicável; (h) cisão, fusão ou incorporação da Companhia por outra sociedade, salvo (h.1) se tal alteração societária for previamente aprovada em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para esse fim por titulares de Debêntures representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação; ou (h.2) se for garantido o direito de resgate aos titulares de Debêntures que não concordarem com referida cisão, fusão ou incorporação; (i) alteração no controle acionário direto ou indireto da Companhia, exceto nos casos de reorganização societária que envolva, exclusivamente, os atuais acionistas controladores diretos e indiretos da Companhia; (j) limitação da concessão da Companhia para explorar atividades relacionadas à distribuição de energia elétrica, nos termos do contrato de concessão da Companhia em vigor, desapropriação ou confisco de ativos permanentes ou, ainda, qualquer outra medida que resulte (j.1) na perda de, no mínimo, 20% (vinte por cento) da capacidade de distribuição de energia elétrica da Companhia, tomando-se por base a capacidade de distribuição de energia elétrica da Companhia na data de celebração da escritura de emissão das Debêntures, e/ou (j.2) na incapacidade de gestão dos negócios da Companhia e/ou de suas controladas operacionais e que, comprovadamente, afete a capacidade de pagamento da Companhia com relação às obrigações assumidas perante os titulares de Debêntures; (k) perda da concessão da Companhia para explorar atividades relacionadas à distribuição de energia elétrica, nos termos do contrato de concessão da Companhia em vigor; (l) transformação da Companhia em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações; (m) transferência, pela Companhia, de qualquer obrigação relacionada às Debêntures, exceto se houver anuência prévia e expressa dos titulares de Debêntures representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação; (n) alteração ou modificação do objeto social da Companhia, exceto se houver anuência prévia e expressa dos titulares de Debêntures representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação; (o) redução do capital social da Companhia, exceto se previamente autorizado pelos titulares de Debêntures representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação; (p) pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto Social da Companhia, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caso a Companhia esteja em mora com relação ao pagamento de parcela ou saldo do Valor

13.03.09

Nominal Unitário, da Remuneração e/ou de quaisquer outros valores devidos aos titulares de Debêntures nos termos da escritura de emissão das Debêntures; (q) inadimplemento, pela Companhia, com relação ao pagamento do Valor Nominal Unitário, da Remuneração e/ou de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures prevista na escritura de emissão das Debêntures, não sanado no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data do inadimplemento; (r) descumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na escritura de emissão das Debêntures não sanado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento de comunicação acerca do referido descumprimento; e (s) não observância pela Companhia, por 2 (dois) trimestres consecutivos enquanto houver Debêntures em circulação, de qualquer dos índices e limites financeiros estabelecidos na escritura de emissão das Debêntures, a serem calculados trimestralmente pelo agente fiduciário da 3ª Emissão de Debêntures; (xi) **Resgate Antecipado:** A Companhia reserva-se o direito de, a seu exclusivo critério, a qualquer momento a partir do 12º (décimo segundo) mês contado da Data de Emissão, promover resgate(s) antecipado(s) de parte ou da totalidade das Debêntures em circulação, observadas os termos e condições estabelecidos na Escritura de Emissão; (xii) **Oferta de Resgate Antecipado:** a Companhia poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, mediante deliberação por este Conselho de Administração e observados os procedimentos a serem previstos na escritura de emissão das Debêntures, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures endereçada a todos os titulares de Debêntures, sem distinção, sendo assegurado a todos os titulares de Debêntures igualdade de condições para aceitar a oferta de resgate antecipado das Debêntures de sua titularidade; (xiii) **Multa e Juros Moratórios:** ocorrendo impropriedade no pagamento, pela Companhia, de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures, incluindo, sem limitação, o pagamento das Amortizações Programadas e da Remuneração, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Companhia, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (a) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (b) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre as quantias em atraso; e (xiv) **Local de Pagamento:** os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Companhia por meio da CETIP ou da BM&FBovespa, conforme as Debêntures estejam custodiadas junto à CETIP ou à BM&FBovespa. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP ou à BM&FBovespa terão os seus pagamentos realizados junto ao banco mandatário da 3ª Emissão de Debêntures. **ENCERRAMENTO:** Fica registrado que o material pertinente aos itens da Ordem do Dia encontra-se arquivado na sede da Companhia. Foi, então, declarada como encerrada a reunião e lavrada a presente ata no livro próprio, a qual foi lida e assinada pelos senhores Conselheiros presentes. A.a.: João Carlos Ribeiro de Albuquerque (Presidente), Cinthia Maria Ambrogi Alonso (Secretária), Carlos Marcio Ferreira (Conselheiro) e Juracy Pereira Marnede (Conselheiro representante dos empregados).

Certifico e dou fé que o presente é cópia fiel da ata lavrada no Livro Próprio.

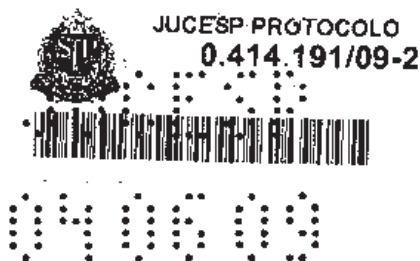

Cinthia Maria Ambrogi Alonso
Secretária



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- Ata da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 25 de maio de 2009 alterando certas condições da Oferta

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.****COMPANHIA ABERTA****CNPJ/MF N° 02.328.280/0001-97****NIRE 35.300.153.570****ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

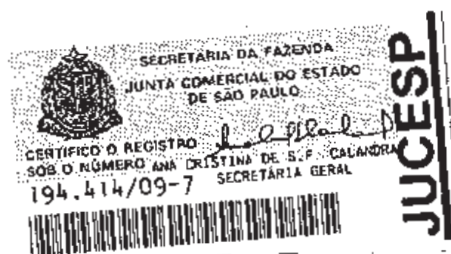
DATA, HORA E LOCAL: No dia 25 de maio de 2009, às 12:30 horas, na sede da Companhia, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Ary Antenor de Souza, nº 321, Jardim Nova América. **PRESENÇA:** Presentes os senhores Conselheiros da Companhia, Carlos Marcio Ferreira, Juracy Pereira Mamede e Francisco Alfredo Fernandes. O senhor Conselheiro João Carlos Ribeiro de Albuquerque participou por conferência telefônica, nos termos do parágrafo quinto do artigo 18 do Estatuto Social. Presente, ainda, como convidado, o Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores, o senhor Rodrigo Ferreira Medeiros da Silva. **CONVOCAÇÃO:** Cartas endereçadas aos senhores Conselheiros da Companhia, nos termos do parágrafo quarto do artigo 18 do Estatuto Social. **MESA:** Carlos Marcio Ferreira (Presidente da Mesa) e Cinthia Maria Ambrogi Alonso (Secretária). **ORDEM DO DIA:** (1) retificação de certos termos e condições relacionados à 3ª Emissão de Debêntures (conforme definido abaixo) aprovados em reunião deste conselho de administração realizada em 07 de maio de 2009, cuja ata fora arquivada na JUCESP em 13 de maio de 2009, sob nº 161.038/09-8, e (2) aprovação da alteração da Política de Divulgação e Uso de Informações da Companhia. **DELIBERAÇÃO:** Dando início aos trabalhos, passou-se ao item (1) da Ordem do Dia. Neste ato, os Conselheiros aprovam por unanimidade e sem restrições a retificação de certos termos e condições da 3ª Emissão de Debêntures da Companhia aprovada em reunião do deste conselho de administração realizada em 07 de maio de 2009, cuja ata fora arquivada na JUCESP em 13 de maio de 2009, sob nº 161.038/09-8, a saber: (I) serão emitidas para distribuição pública 30.000 (trinta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas escriturais, da espécie quirografária, sem garantia adicional, em uma única série ("Debêntures"), com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal Unitário"), com data de emissão, para todos efeitos legais, em 18 de junho de 2009 ("Data de Emissão"), perfazendo o valor total de emissão de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) relativas à 3ª emissão da Companhia ("3ª Emissão de Debêntures"), conforme aprovada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Emissora realizada em 02 de abril de 2009; (ii) os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a 3ª Emissão de Debêntures serão integralmente utilizados da seguinte forma: (a) aproximadamente 40% (quarenta por cento) dos recursos serão utilizados no resgate antecipado e pagamento integral da dívida representada pela 1ª (primeira) emissão de notas promissórias comerciais da Emissora, objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação e dispensa automática de registro perante a Comissão de Valores Mobiliários, nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, emitidas em 24 de abril de 2009, com prazo de 180 (cento e oitenta) dias e valor nominal unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), perfazendo o montante total de R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) e (b) aproximadamente 60% (sessenta por cento) dos recursos serão utilizados no pagamento da primeira parcela de principal e parte da respectiva atualização monetária, com vencimento em setembro de 2009, das debêntures da 2ª (segunda) emissão da Emissora, objeto de distribuição pública, composta por 75.000 (setenta e cinco mil) debêntures simples, não conversíveis em ações,

JUCESP
04 05 09

nominativas e escriturais, da espécie quirografia, com garantia adicional, emitidas em três séries em 1º de setembro de 2005 e com vencimento final previsto para 1º de setembro de 2011. O saldo remanescente da atualização monetária da parcela de principal das debêntures emitidas pela Emissora no âmbito da 2ª (segunda) emissão, com vencimento em setembro de 2009, será pago pela Emissora com a utilização de disponibilidades (caixa); e (iii) ficam ratificados neste ato os demais termos e condições da 3ª Emissão de Debêntures previamente aprovados em reunião deste conselho de administração realizada em 7 de maio de 2009, cuja ata fora arquivada na JUCESP em 13 de maio de 2009, sob nº161.038/09-8; **item (2) da Ordem do Dia.** Foi apresentada proposta de alteração da Política de Divulgação e Uso de Informações da Companhia, que após debatido pelos Conselheiros teve sua redação aprovada conforme material apresentado. **ENCERRAMENTO:** Fica registrado que o material pertinente aos itens da Ordem do Dia encontra-se arquivado na sede da Companhia. Foi, então, a reunião declarada encerrada e lavrada o presente no livro próprio, a qual foi lida e assinada pelos senhores Conselheiros presentes. A.a.: Carlos Marcio Ferreira (Presidente da Mesa), Cinthia Maria Ambrogi Alonso (Secretária), Francisco Alfredo Fernandes (Conselheiro) e Juracy Pereira Mamede (Conselheiro representante dos empregados).

Certifico e dou fé que o presente é cópia fiel da ata lavrado no Livro Próprio.


Cinthia Maria Ambrogi Alonso
Secretária



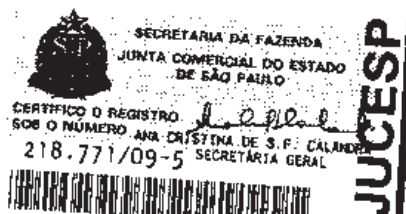
-
- Ata da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 19 de junho de 2009 ratificando *spread* aplicável ao cálculo da Remuneração das Debêntures

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**COMPANHIA ABERTA****CNPJ/MF Nº 02.328.280/0001-97****NIRE 35.300.153.570****ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

DATA, HORA E LOCAL: No dia 19 de junho de 2009, às 13:00 horas, na sede da Companhia, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Ary Antenor de Souza, nº 321, Jardim Nova América. **PRESENÇA:** Presentes os senhores Conselheiros da Companhia, Carlos Marcio Ferreira, Juracy Pereira Mamede e Francisco Alfredo Fernandes. Presente, ainda, como convidado, o Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores, o senhor Rodrigo Ferreira Medeiros da Silva. **CONVOCAÇÃO:** Cartas endereçadas aos senhores Conselheiros da Companhia, nos termos do parágrafo quarto do artigo 18 do Estatuto Social. **MESA:** Carlos Marcio Ferreira (Presidente da Mesa) e Cinthia Maria Ambrogi Alonso (Secretária). **ORDEM DO DIA:** (1) Ratificação do *spread* aplicável ao cálculo da remuneração das Debêntures da 3ª Emissão da Companhia ("Debêntures"), conforme definido no procedimento de *bookbuilding* conduzido pelas instituições intermediárias responsáveis pela distribuição pública das Debêntures ("Procedimento de *Bookbuilding*" e "Oferta", respectivamente). **DELIBERAÇÃO:** Dando início aos trabalhos, passou-se ao **Item (1) da Ordem do Dia**. Neste ato, os Conselheiros ratificam, por unanimidade, o *spread* aplicável ao cálculo da remuneração das Debêntures, conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding* conduzido pelas instituições intermediárias responsáveis pela Oferta para coleta de intenções de investimento nas Debêntures, de forma que as Debêntures farão jus à remuneração correspondente à variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra grupo*, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, acrescida exponencialmente de *spread* de 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos por cento) ("Remuneração"). A Remuneração será calculada nos termos do "Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações Quirográficas, da Elektro Eletricidade e Serviços S.A.", conforme aditada, que será objeto de outro aditamento para refletir a presente deliberação. **ENCERRAMENTO:** Fica registrado que o material pertinente aos itens da Ordem do Dia encontra-se arquivado na sede da Companhia. Foi, então, a reunião declarada encerrada e lavrada o presente no livro próprio, a qual foi lida e assinada pelos senhores Conselheiros presentes. A.a.: Carlos Marcio Ferreira (Presidente da Mesa), Cinthia Maria Ambrogi Alonso (Secretária), Francisco Alfredo Fernandes (Conselheiro) e Juracy Pereira Mamede (Conselheiro representante dos empregados).

Certifico e dou fé que o presente é cópia fiel da ata lavrado no Livro Próprio.




Cinthia Maria Ambrogi Alonso
Secretária

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- Estatuto Social da Emissora

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



COMPANHIA ABERTA

CNPJ/MF Nº 02.328.280/0001-97

NIRE 35.300.153.570

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

DATA, HORA E LOCAL: No dia 14 de setembro de 2007, às 10:00 horas, na sede da Companhia, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Ary Antenor de Souza, 321, Jardim Nova América. **PRESENÇA:** Presentes os acionistas representando mais de 2/3 do capital social da Companhia com direito a voto, consoante assinaturas constantes no "Livro de Presença de Acionistas" e, ainda, o senhor José Carlos Amadi, contador, portador da CRC nº 1 SP 158025/O-0, representando a empresa DELOITTE TOUCHE TOHMATSU, na qualidade de Auditor Independente da Companhia. Presente também, como convidado, o senhor Marcelo Schmidt, Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores da Companhia. **CONVOCAÇÃO:** Edital de convocação publicado nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Valor Econômico (edição nacional), nos dias 29, 30 e 31 de agosto de 2007, de acordo com o artigo 124 da Lei 6.404/76. **MESA:** Presidente: senhor Orlando R. González, presidente do Conselho de Administração da Companhia, o qual escolheu a senhora Cinthia Maria Ambrogio Alonso, para Secretária. **ORDEN DO DIA:** Análise, discussão e votação dos seguintes assuntos: (1) eleição de membro efetivo do Conselho de Administração; (2) aprovação das Demonstrações Financeiras referentes ao 1º semestre de 2007; (3) aprovação de Proposta de Distribuição de Dividendos Intermediários; (4) aprovação de Cancelamento das Ações mantidas em Tesouraria, e (5) aprovação das alterações propostas ao Estatuto Social da Companhia. **LEITURA DE DOCUMENTOS E LAVRATURA DA ATA:** (I) Dispensada, por unanimidade, a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral, uma vez que são do conhecimento dos acionistas. (II) Foi dado conhecimento aos presentes do recebimento do despacho da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL nº 2.762, de 30 de agosto de 2007, que aprovou o pedido de anuência desta concessionária para modificação de seu Estatuto Social, a qual foi lida na sua integralidade. (III) Fica autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações. **DELIBERAÇÕES:** Item (1) da Ordem do Dia: tendo em vista a apresentação de renúncia pelo Conselheiro Efetivo, o senhor Brent William de Jong, ocorrida em 03 de agosto de p.p., os acionistas presentes elegeram, por unanimidade, e sem restrições, a eleição do senhor James Alton Hughes, norte-americano, casado, portador do passaporte norte-americano nº 133145269, com endereço comercial na Rua Lamar, nº 1221, 8º andar, no município de Houston, no Estado do Texas, Estados Unidos da América, para integrar o Conselho de Administração da Companhia, com mandato até 14 de setembro de 2010. Item (2) da Ordem do Dia: os senhores acionistas após analisarem os documentos que lhes foram submetidos à apreciação, relativos às Demonstrações Financeiras referentes ao 1º semestre de 2007, decidiram por unanimidade aprovar a matéria. Item (3) da Ordem do Dia: tendo em vista que o valor total do lucro líquido da Companhia no 1º semestre de 2007 foi de R\$ 249.277.583,86 (duzentos e quarenta e nove milhões, duzentos e setenta e sete mil e quinhentos e oitenta e três reais e oitenta e seis centavos), os senhores acionistas presentes aprovaram, por maioria, a sua destinação conforme segue: (a) R\$ 12.463.879,19 (doze milhões, quatrocentos e sessenta e três mil e oitocentos e setenta e nove reais e dezenove centavos) para a constituição de reserva legal, ao final do exercício de 2007, nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76, montante este que permanecerá na conta de lucros acumulados até o encerramento do referido exercício; (b) R\$ 236.813.704,67 (duzentos e trinta e seis milhões, oitocentos e treze mil e setecentos e quatro reais e sessenta e sete centavos) para a distribuição de dividendos intermediários, sendo R\$ 130.125.872,38 (cento e trinta milhões, cento e vinte e cinco mil e oitocentos e setenta e dois reais e trinta e oito centavos) para os acionistas detentores de ações preferenciais, correspondendo a R\$ 0,638633944 a pagar por cada lote de 1.000 (mil) ações considerando o direito à percepção de dividendos 10% (dez por cento) maior do que o atribuído às ações ordinárias, na forma prevista no inciso II do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia e R\$ 106.687.832,29 (cento e seis milhões, seiscentos e oitenta e sete mil e oitocentos e trinta e dois reais e vinte e nove centavos) para os acionistas detentores de ações ordinárias, correspondendo este valor a R\$ 0,580576313 a pagar por cada lote de 1.000 (mil) ações. Foi aprovado, ainda, que o pagamento dos referidos dividendos seja efetuado no dia 26 de setembro de 2007, em parcela única. Nos termos do artigo 205 da Lei das Sociedades por Ações, terão direito ao recebimento de dividendos todos aqueles acionistas detentores de ações da Companhia. As ações da Companhia serão negociadas "ex-dividend" na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), a partir de 17 de setembro de 2007, inclusive. Os acionistas receberão seus respectivos valores, livres para movimentação, no dia 26 de setembro de 2007, sendo o pagamento efetuado mediante crédito em conta corrente, de acordo com a sua conta corrente e domicílio bancário fornecido ao Banco Itaú S.A., conforme detalhamento constante do Aviso aos Acionistas a ser divulgado subsequentemente a esta Assembleia. Item (4) da Ordem do Dia: os acionistas, ao deliberarem sobre o cancelamento de 13.777 ações preferenciais mantidas em tesouraria, aprovaram o assunto por unanimidade, tendo em vista que não haverá redução de capital. Essas ações foram adquiridas pela Companhia dos acionistas que exerceram o direito de retirada por

UA

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada às fls. 91 a 99 do Livro Próprio.

Campinas, 14 de setembro de 2007.


Cinthia Maria Ambrogi Alonso
Secretária





ANEXO I - ATA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 14 DE SETEMBRO DE 2007

**ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.
ESTATUTO SOCIAL**

**CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO DA COMPANHIA**

Artigo 1º - A Elektro Eletricidade e Serviços S.A. ("Companhia") é uma companhia aberta e reger-se-á pelo presente Estatuto e pela legislação aplicável.

Artigo 2º - Constitui objeto da Companhia:

- I) estudo, planejamento, projeto, construção e operação de sistemas de distribuição e comércio de energia;
- II) a prestação de serviços que, direta ou indiretamente, se relacionem com seu objeto social, tais como: uso múltiplo de postes, mediante cessão onerosa a outros usuários, prestação de serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros, serviços de otimização de processos energéticos e instalações elétricas de consumidores, cessão onerosa de faixas de servidão de linhas, visando maior eficiência no uso da eletricidade;
- III) estudo, elaboração, execução de planos e programas de desenvolvimento econômico em regiões de interesse da Companhia, seja diretamente ou em colaboração com órgãos estatais ou particulares, bem como o fornecimento de informações e assistência para auxílio da iniciativa privada ou estatal, que visem a implantação de atividades econômicas, culturais, assistenciais e sociais naquelas regiões, para o cumprimento de sua função social em benefício da comunidade.

Parágrafo Único - Para fins de cumprir o seu objeto social, a Companhia poderá exercer outras atividades afins, desde que devidamente autorizada pelo Poder Concedente, na forma da legislação pertinente.

Artigo 3º - A Companhia, com duração por tempo indeterminado, tem sede e foro na cidade de Campinas, São Paulo, à Rua Ary Antenor de Souza, 321, Jd. Nova América, e poderá constituir filiais, sucursais, agências, escritórios ou representações em quaisquer pontos do território nacional, a critério da Diretoria Executiva, e no exterior, por proposta do Conselho de Administração aprovada pela Assembléia Geral.

**CAPÍTULO II
DO CAPITAL SOCIAL, DAS AÇÕES E DOS ACIONISTAS**

Artigo 4º - O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 952.491.950,14 (novecentos e cinquenta e dois milhões, quatrocentos e noventa e um mil, novecentos e cinquenta reais e quatorze centavos), dividido em 387.518.530.917 (trezentos e oitenta e sete bilhões, quinhentos e dezoito milhões, quinhentos e trinta mil e novecentos e dezessete) ações, sendo 183.761.944.618 (cento e oitenta e três bilhões, setecentos e sessenta e um milhões, novecentos e quarenta e quatro mil e seiscentos e dezoito) ações ordinárias e 203.756.586.299 (duzentos e três bilhões, setecentos e cinquenta e seis milhões, quinhentos e oitenta e seis mil e duzentos e noventa e nove) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro - Todas as ações da Companhia serão escriturais, sem emissão de certificados, mantidas em contas de depósito, em nome de seus titulares, na instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários e designada pela Assembléia Geral.

Parágrafo Segundo - A Companhia poderá emitir ações preferenciais, inclusive com criação de classe mais favorecida, sem guardar proporção com as ações ordinárias, respeitado sempre o limite de 2/3 (dois terços) para as ações preferenciais sem direito a voto ou com direito de voto restrito, nos termos do artigo 15, parágrafo 2, da Lei 6.404 de 1976.

Artigo 5º - As ações preferenciais não terão direito a voto e terão ainda as seguintes características:

- I) prioridade de reembolso do capital, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da Companhia;
- II) direito de receber dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias;
- III) direito de indicar um membro do Conselho Fiscal, e respectivo suplente, a ser eleito pelos titulares das ações preferenciais, em votação em separado;

AAA

JUL 2017

10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31

IV) direito de participação nos aumentos de capital, decorrentes da capitalização de reservas e lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias.

Parágrafo Único – Sem prejuízo das características conferidas por este Estatuto, as ações preferenciais adquirirão direito de voto se, durante 3 (três) exercícios sociais consecutivos, não lhes forem pagos os dividendos a que se refere o item II deste Artigo 5º, direito de voto este que cessará quando voltarem a ser pagos os referidos dividendos.

Artigo 6º – Cada ação ordinária nominativa terá direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

Artigo 7º – A Companhia poderá autorizar a instituição depositária encarregada do registro das ações escriturais a cobrar do acionista, observados os limites fixados pela Comissão de Valores Mobiliários, o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais.

Artigo 8º – Fica assegurado aos acionistas, proporcionalmente às ações que possuem o direito de preferência na subscrição de novas ações.

CAPÍTULO III DOS ÓRGÃOS DA COMPANHIA

Artigo 9º – São órgãos da Companhia:

- I – a Assembleia Geral;
- II – o Conselho de Administração;
- III – a Diretoria Executiva;
- IV – o Conselho Fiscal.

SEÇÃO I DA ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 10 – A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente dentro dos 04 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, na forma da lei, a fim de:

- I) tomar as contas dos administradores, relativas ao exercício social;
- II) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras instruídas com parecer do Conselho Fiscal, se em funcionamento, e dos Auditores Externos;
- III) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
- IV) eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração, respeitado o disposto no artigo 17 do presente Estatuto, bem como os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, quando instalado;
- V) fixar a remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva e, quando instalado, do Conselho Fiscal. A remuneração da administração poderá ser fixada globalmente, com indicação dos montantes totais atribuíveis a cada um destes órgãos, caso em que sua distribuição será resolvida, respectivamente, em reunião do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

Artigo 11 – A Assembleia Geral reunir-se-á extraordinariamente sempre que os interesses da Companhia exigirem.

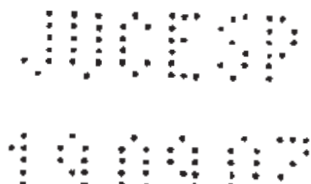
Artigo 12 – Ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei, competirá ao Conselho de Administração convocar a Assembleia Geral.

Artigo 13 – A mesa que dirigir os trabalhos da Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, ou seu substituto, que escolherá o Secretário.

Artigo 14 – Para participar da Assembleia Geral, os acionistas deverão depositar na Companhia, com antecedência de pelo menos 2 (dois) dias bancários úteis, contados da data fixada para a realização da Assembleia Geral, comprovante da propriedade das ações, expedido pela instituição financeira em que são mantidas em conta de depósito. O procurador e o representante legal dos acionistas deverão ainda, em igual prazo, depositar na Companhia o instrumento de mandato e os documentos comprobatórios da representação.

Artigo 15 – Mediante comunicação às bolsas de valores em que suas ações forem negociadas e publicação de anúncio, a Companhia poderá suspender, por períodos que não ultrapassem cada um, 15 (quinze) dias, nem o total de

OK



90 (noventa) dias durante o ano, os efeitos de transferência, conversão e desdobramento de ações, ressalvado o registro da transferência das ações negociadas em bolsa anteriormente ao início do período de suspensão.

SEÇÃO II DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 16 - A Companhia terá um Conselho de Administração composto de no mínimo 4 (quatro) e no máximo 7 (sete) membros efetivos, com igual número de suplentes, dos quais um membro efetivo e um suplente, conforme disposto no Artigo 33, inciso IX deste Estatuto, é reservado ao representante dos empregados da Companhia, a ser eleito na forma do disposto no Artigo 17 abaixo. Os membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração, todos acionistas, serão eleitos ou destituídos por Assembléia Geral (exceto quanto aos eleitos pelos empregados, nos termos deste Estatuto) e terão mandato de 3 (três) anos, admitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho de Administração serão empossados mediante assinatura de termo de posse no Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração e permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos ou sucessores.

Parágrafo Segundo - Em caso de ausência, impedimento temporário ou licença de qualquer membro efetivo do Conselho, assim entendidos os que não excederem 90 (noventa) dias consecutivos, exceto o eleito pelos empregados, o Conselheiro ausente, impedido ou licenciado será substituído pelo suplente mais proveito, e que esteja disponível na ocasião. O Presidente do Conselho de Administração poderá indicar, dentre os demais Conselheiros (efetivos e suplentes), o seu substituto interino nos casos de ausência, impedimento ou licenciamento.

Parágrafo Terceiro - Em caso de impedimento ou ausência superior a 90 (noventa) dias consecutivos de qualquer membro efetivo do Conselho de Administração o substituto para o prazo restante do mandato será eleito na primeira Assembléia Geral subsequente, ficando o Conselheiro indicado nos termos do parágrafo segundo acima investido nos poderes de membro efetivo até realização da mencionada Assembléia.

Parágrafo Quarto - O Conselheiro efetivo eleito pelos empregados somente poderá ser substituído pelo Conselheiro suplente eleito pelos empregados, e este somente poderá substituir o Conselheiro efetivo eleito pelos empregados.

Parágrafo Quinto - No caso de impedimento ou vacância permanente do Conselheiro eleito pelos empregados, deverá ser realizado processo eleitoral, na forma do Artigo 17 abaixo, para a eleição do substituto para o restante do mandato.

Artigo 17 - Os empregados elegerão, através de processo eleitoral a ser organizado pela Companhia em conjunto com a(s) entidade(s) sindical (is) representativa(s) dos empregados, um membro efetivo e seu respectivo suplente para o Conselho de Administração. O processo eleitoral será realizado em no mínimo 60 (sessenta) dias e, no máximo, 10 (dez) dias antes da Assembléia Geral que elegerá os membros do Conselho de Administração da Companhia.

Parágrafo Primeiro - O representante dos empregados e seu respectivo suplente somente poderão ser eleitos pelos empregados através do processo eleitoral, e de acordo com regulamento eleitoral.

Parágrafo Segundo - Aplicam-se aos conselheiros efetivo e suplente, eleitos pelos empregados, todas as demais disposições, direitos e obrigações previstas neste Estatuto e na legislação competente, sem exceção.

Artigo 18 - O Conselho de Administração, mediante convocação do seu Presidente ou de quaisquer outros dois Conselheiros, regularmente eleitos e empossados reunir-se-á ordinariamente a cada 4 (quatro) meses e extraordinariamente sempre que os interesses da Companhia exigirem.

Parágrafo Primeiro - As convocações serão feitas por carta, fax ou por meio eletrônico, endereçada a cada Conselheiro, com antecedência mínima de 03 (três) dias consecutivos, devendo a convocação estar acompanhada da ordem do dia dos trabalhos.

Parágrafo Segundo - Independentemente de convocação, serão válidas as reuniões do Conselho de Administração que contarem com a presença da totalidade dos membros em exercício.

Parágrafo Terceiro - As reuniões do Conselho de Administração requerem para a sua instalação a presença de, no mínimo, 3 (três) membros. As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos dos membros presentes à reunião, possuindo cada membro direito a um voto, e constarão de atas lavradas e assinadas no livro próprio. Caso ocorra empate, o Presidente do Conselho terá, além do voto comum, o de qualidade.



Parágrafo Quarto - Em caso de manifesta urgência, as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas em prazo inferior ao previsto no Parágrafo Primeiro acima.

Parágrafo Quinto - Fica facultada a participação dos Conselheiros nas reuniões do Conselho, por telefone, videoconferência, ou outro meio de comunicação que possa assegurar a sua participação efetiva.

Parágrafo Sexto - Nas reuniões do Conselho de Administração são admitidos os votos por meio de delegação escrita feita em favor de outro Conselheiro, os votos por escrito antecipado e o voto por fax, correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação, reputando-se como presentes os membros que assim votarem.

Artigo 19 - Compete ao Conselho de Administração:

- a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- b) eleger e destituir o Diretor Presidente e os Diretores Executivos da Companhia e fixar-lhes as atribuições, observado o disposto neste Estatuto;
- c) fiscalizar a gestão do Diretor Presidente e dos Diretores Executivos, examinando a qualquer tempo os livros e documentos da Companhia e solicitando informações sobre os atos da administração;
- d) convocar a Assembleia Geral;
- e) manifestar-se previamente sobre o relatório da administração e contas da Diretoria Executiva e sobre a proposta de destinação do resultado do exercício;
- f) manifestar-se previamente sobre qualquer proposta que a Diretoria Executiva pretenda submeter à deliberação da Assembleia Geral;
- g) aprovar o orçamento de investimento de cada exercício social;
- h) deliberar sobre a aquisição de qualquer ativo fixo de valor igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e sobre a alienação ou oneração de qualquer ativo fixo ou constituição de ônus reais e prestação de garantias em operações de interesse da Companhia de valor igual ou superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), observado o disposto no artigo 24, "g" do Estatuto;
- i) deliberar sobre a negociação com as próprias ações da Companhia, nos casos permitidos por lei;
- j) deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares;
- k) deliberar sobre o pagamento de juros a título de remuneração do capital próprio;
- l) escolher os auditores externos;
- m) aprovar o regimento interno e os regulamentos da Companhia;
- n) coordenar o atendimento e as relações com os órgãos de classe ou governamentais para serem promovidas pela Diretoria Executiva, indicando, quando for o caso, o Diretor Presidente ou o Diretor Executivo encarregado de tais atos;
- o) apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia.

SEÇÃO III DA DIRETORIA EXECUTIVA

Artigo 20 - A Companhia terá uma Diretoria Executiva composta por no mínimo 02 (dois) e no máximo 08 (oito) membros eleitos pelo Conselho de Administração, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores e 6 (seis) Diretores Executivos sem designação específica. Para todos os fins e efeitos deste Estatuto, o Diretor Presidente é um Diretor Executivo, assim como os demais.

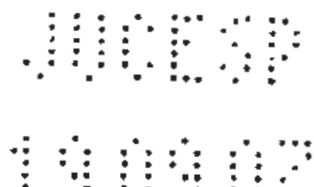
Artigo 21 - O mandato dos membros da Diretoria Executiva será de até 3 (três) anos, admitida a reeleição.

Parágrafo Único - Terminado o prazo do mandato, os membros da Diretoria Executiva permanecerão nos cargos até a posse dos sucessores.

Artigo 22 - Os membros da Diretoria Executiva serão investidos nos respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado no Livro de Atas das Reuniões da Diretoria Executiva.

Artigo 23 - Em caso de ausência, impedimento temporário ou licença de qualquer Diretor Executivo, assim entendidos os que não excederem 90 (noventa) dias consecutivos, caberá ao Diretor Presidente indicar, dentre os Diretores Executivos, o substituto que acumulará interinamente as funções do Diretor Executivo ausente, impedido ou licenciado. Se a ausência, impedimento temporário ou licença for do Diretor Presidente, caberá ao Conselho de Administração designar o Diretor Executivo substituto.

Parágrafo Primeiro - No caso de vacância na Diretoria Executiva, proceder-se-á da mesma forma estabelecida neste artigo, perdurando a substituição interina até o provimento definitivo do cargo na primeira



reunião do Conselho de Administração que se realizar, sendo o substituto eleito para completar o mandato do Diretor Executivo substituído.

Parágrafo Segundo – Além dos casos de morte ou renúncia, considerar-se-á vago o cargo do Diretor Executivo que, sem justa causa, deixar de exercer suas funções por mais de 30 (trinta) dias consecutivos.

Artigo 24 – Compete à Diretoria Executiva, agindo como órgão colegiado:

- a) zelar pela observância da Lei e deste Estatuto e pelo cumprimento das deliberações adotadas na Assembleia Geral, no Conselho de Administração e nas suas próprias reuniões;
- b) praticar todos os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia;
- c) elaborar o regimento interno e os regulamentos da Companhia;
- d) adquirir qualquer ativo fixo de valor inferior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais); alienar, onerar qualquer ativo fixo ou constituir ônus reais e prestar garantias em operações de interesse da Companhia de valor inferior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), bem como recomendar ao Conselho de Administração a aquisição de qualquer ativo fixo de valor igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais); a alienação, oneração de qualquer ativo fixo ou constituição de ônus reais e prestação garantias em operações de interesse da Companhia de valor igual ou superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), observado o disposto no artigo 24, "g" do Estatuto;
- e) apresentar à Assembleia Geral Ordinária, após manifestação do Conselho Fiscal, se em funcionamento, e do Conselho de Administração, as demonstrações financeiras do exercício, acompanhadas de proposta para a destinação do lucro líquido e, se conveniente, para a constituição de reservas, além da legalmente obrigatória;
- f) alienar ou onerar bens inservíveis ou que não tenham mais utilidade para a prestação dos serviços da Companhia, em operações de valor não superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais);
- g) constituir as garantias necessárias e suficientes à participação da Companhia em leilões de compra e venda de energia, na forma da legislação em vigor, bem como constituir as garantias necessárias e suficientes à assinatura dos Contratos de Compra e Venda de Energia (CCVEs) deles decorrentes; podendo tais garantias serem emitidas em quaisquer modalidades, de forma a atender aos requisitos e regras definidas para os referidos leilões e respectivos contratos. A Diretoria Executiva deverá dar conhecimento de tais operações aos Conselheiros, na primeira Reunião do Conselho de Administração que vier a ocorrer após a concessão de tais garantias.

Artigo 25 – Os membros da Diretoria Executiva desempenharão suas funções de acordo com o objeto social da Companhia e de modo a assegurar a condução normal de seus negócios e operações com estrita observância das disposições deste Estatuto Social e das deliberações das Assembleias Gerais e do Conselho de Administração:

- I) Ao Diretor Presidente compete, privativamente: (a) Presidir as reuniões da Diretoria Executiva; (b) Responder pelo planejamento, desenvolvimento e implementação das estratégias e objetivos da Companhia; (c) Coordenar e orientar as atividades dos Diretores Executivos, nas respectivas funções que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração, bem como nas de outras funções que segundo a estrutura organizacional da Companhia reportem a este; e (d) Aprovar as definições e alterações da estrutura organizacional.
- II) Ao Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores compete: (a) responder pela gestão financeira e orçamentária da Companhia; (b) fazer gestão no sentido de captar os recursos financeiros necessários aos programas aprovados, mantendo o controle das respectivas dívidas; (c) responder pela execução das práticas contábeis no âmbito da Companhia, inclusive nos aspectos patrimonial e de custos; (d) realizar, no seu âmbito de atuação, avaliações econômico-financeiras necessárias à condução dos negócios da Companhia; (e) realizar os estudos econômicos necessários à condução dos negócios, efetuando, quando for o caso, gestões externas para atender aos interesses da Companhia; (f) responder pelas funções de finanças e controladoria estabelecendo suas diretrizes; (g) administrar os recursos financeiros necessários à operação da Companhia; e (h) representar a Companhia nas relações com o mercado de capitais e financeiro, interno e externo, responsabilizando-se pela prestação de informações à Comissão de Valores Mobiliários e Bolsa de Valores.
- III) Aos Diretores Executivos sem designação específica compete: (a) executarem as atribuições específicas atinentes a cada área de atuação, que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração; (b) auxiliarem o Diretor Presidente no desempenho de suas funções; e (c) auxiliarem na administração da Companhia de um modo geral.

Artigo 26 – A Diretoria Executiva reunir-se-á ordinariamente, pelo menos 2 (duas) vezes por mês e, extraordinariamente, sempre que o interesse da companhia o exigir, por convocação do Diretor Presidente ou de 2

AAA



(dois) Diretores Executivos, sendo tal convocação efetivada por qualquer meio físico ou eletrônico, ficando dispensada a convocação na hipótese de comparecerem todos os seus membros.

Parágrafo Primeiro – A Diretoria Executiva deliberará por maioria de votos dos membros presentes à reunião, possuindo cada Diretor Executivo um voto e cabendo ao Diretor Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade.

Parágrafo Segundo – Caberá a qualquer Diretor Executivo a representação judicial e extrajudicial da Companhia.

Parágrafo Terceiro – Os documentos que constituam a Companhia em obrigação ou exonerem terceiros de responsabilidade conterão a assinatura do Diretor Presidente e 1 (um) Diretor Executivo, de 2 (dois) Diretores Executivos, ou do Diretor Presidente em conjunto com 1 (um) procurador, ou de 1 (um) Diretor Executivo em conjunto com 1 (um) procurador, ou de 2 (dois) procuradores com poderes especiais, nos limites e condições estabelecidos pela Diretoria Executiva.

Parágrafo Quarto – Os procuradores da Companhia serão constituídos mediante a outorga de instrumentos de mandato específicos que deverão ser outorgados nos termos do parágrafo terceiro acima, com especificação dos poderes outorgados, os quais, com exceção das que contenham a cláusula “ad judicia” deverão ter prazo de validade.

Parágrafo Quinto – Poderá a Diretoria Executiva deliberar sobre a constituição de um ou mais procuradores, que agirão isoladamente, para o fim especial de representar a Companhia no endosso de cheques para depósito em conta corrente bancária da Companhia, na emissão de ordens de pagamento, nos limites e condições estabelecidos pela Diretoria Executiva, na assinatura de contratos de trabalho e no recebimento, em nome da Companhia, de citações, notificações e intimações.

SEÇÃO IV DO CONSELHO FISCAL

Artigo 27 – O Conselho Fiscal não terá funcionamento permanente e será instalado pela Assembleia Geral a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das ações ordinárias, ou 5% (cinco por cento) das ações sem direito a voto.

Artigo 28 – O Conselho Fiscal será constituído de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, e suplentes em igual número.

Parágrafo Primeiro – Caso solicitado o funcionamento do Conselho Fiscal, a Assembleia Geral deverá determinar o número de membros efetivos e igual número de suplentes a serem eleitos, observadas as disposições legais aplicáveis.

Parágrafo Segundo – Cada período de funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária após sua instalação.

CAPÍTULO IV DO EXERCÍCIO SOCIAL

Artigo 29 – O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará no dia 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício social, a Diretoria Executiva fará elaborar as demonstrações financeiras previstas em lei.

Artigo 30 – Por deliberação do Conselho de Administração, o dividendo obrigatório poderá ser pago antecipadamente, no curso do exercício e até a Assembleia Geral Ordinária que determinar o respectivo montante. O valor do dividendo antecipado será compensado, com o do dividendo obrigatório do exercício. A Assembleia Geral Ordinária determinará o pagamento do saldo do dividendo obrigatório que houver bem como a reversão àquela reserva do valor pago antecipadamente.

Artigo 31 – A Companhia levantará balanço semestral em 30 de junho de cada ano e poderá, por determinação do Conselho de Administração, levantar balanços em períodos menores.

Parágrafo Primeiro – O Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros apurados no balanço semestral e, observadas as disposições legais, à conta de lucros apurados em balanço relativo a período menor que o semestre, ou à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Segundo – O Conselho de Administração poderá declarar juros sobre capital próprio nos termos do parágrafo 7º do artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e imputá-los ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório.

Artigo 32 – Do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, e da provisão para pagamento do imposto de renda, a Diretoria Executiva submeterá à Assembleia Geral proposta de destinação do lucro líquido.

Parágrafo Primeiro – Do lucro líquido assim remanescente:

a) 5% (cinco por cento) serão destinados à constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social;

b) 25% (vinte e cinco por cento) serão destinados ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, observado o disposto no Artigo 5º, item II, deste Estatuto;

c) quanto ao saldo, as demonstrações financeiras contemplarão proposta à Assembleia Geral Ordinária sobre sua destinação total, observado o disposto nos artigos 193 a 203 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Parágrafo Segundo – O pagamento de juros a título de remuneração do capital próprio poderá ser deduzido do montante de dividendos a pagar.

CAPÍTULO V DAS OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO DETENTOR DO BLOCO DE CONTROLE

Artigo 33 - O detentor do bloco de controle, assim considerado o bloco constituído pelas ações identificadas no item 1.6.1 do Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado em 24 de julho de 1998 com a CESP – Companhia Energética de São Paulo ("Contrato de Compra e Venda de Ações"), nos termos do Edital no. AS/F/816/98 referente a alienação de ações ordinárias do capital social da Companhia ("Edital"), e seus eventuais sucessores, a qualquer título, inclusive em decorrência de posterior cessão e transferência de ações integrantes do bloco de controle, estarão obrigados solidariamente em relação à Companhia, de forma irrevogável e irretroatável, sem prejuízo do cumprimento das normas legais e regulamentares específicas, a cumprir rigorosamente as seguintes obrigações especiais, exercendo para tal, se necessário, seu direito de voto na Assembleia Geral da Companhia, de maneira a:

- I. submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") quaisquer alterações que impliquem transferências ou mudanças diretas ou indiretas da propriedade do bloco de controle da Companhia;
- II. atender, independentemente do disposto no Contrato de Concessão para Distribuição de Energia Elétrica n. 187 de 26 de agosto de 1998 celebrado entre a União e a Companhia ("Contrato de Concessão"), à requisição de documentos ou ao pedido de quaisquer informações relativas à Companhia que venham a ser formulados pelos entes governamentais de fiscalização, controle e auditoria, bem como permitir que funcionários destes ou pessoas devidamente autorizadas tenham acesso a livros e documentos, na forma da lei;
- III. manter a capacitação da Companhia de modo a observar, sempre, os preceitos da legislação aplicável aos serviços concedidos;
- IV. desenvolver ações visando a conservação ambiental, quer pela continuidade da execução dos programas estabelecidos, como também pelo engajamento em novos projetos vinculados à manutenção da qualidade do meio ambiente, necessários à eficácia das atividades da Companhia;
- V. assegurar aos empregados da Companhia, de forma ininterrupta, plano de previdência complementar;
- VI. assegurar aos portadores de deficiência física todos os direitos e vantagens atualmente garantidos no âmbito da Companhia para esse segmento da população;
- VII. estabelecer um programa de "Depositary Receipts" (DRs) para as ações preferenciais da Companhia de acordo com o Anexo V da Resolução 1.289, de 20 de março de 1987, do Banco Central do Brasil e suas posteriores alterações, até 14 de setembro de 1998;
- VIII. a Companhia será de capital aberto, característica que deve ser mantida durante todo o tempo de concessão, salvo em decorrência de exigência legal, devendo as suas ações ser negociáveis em Bolsa de Valores;
- IX. assegurar que 1 (um) membro do Conselho de Administração da Companhia seja eleito pelos seus empregados, caso as ações que detenham não sejam suficientes para assegurar tal eleição na forma da legislação societária, sem prejuízo da representação que, de acordo com a mesma legislação, possa caber

ARTIGO 33

ARTIGO 34

aos demais acionistas da Companhia, sendo certo que, uma vez obtida pelos empregados a representação assegurada pela legislação societária, a presente obrigação perderá eficácia;

X. manter programa de re-qualificação profissional voltado às ações de desligamento de pessoal;

XI. fazer com que a Companhia mantenha o programa de apoio às entidades assistenciais e beneficentes nos termos do protocolo firmado pela CESP – Companhia Energética de São Paulo para o cumprimento do Decreto Estadual nº 19.690, de 07 de outubro de 1982;

XII. determinar que a Companhia proceda a implantação de novas instalações e a ampliação e modificação das existentes, de modo a garantir o atendimento da atual e futura demanda de seu mercado de energia elétrica, observadas as normas e recomendações dos órgãos gerenciadores do Sistema Elétrico Nacional e da União, nos termos do Contrato de Concessão;

XIII. não permitir a alteração das disposições objeto deste artigo 33 pelo prazo previsto no Contrato de Concessão, salvo nos casos onde outro prazo esteja determinado;

XIV. assegurar que a Companhia adote, na prestação dos serviços, tecnologia adequada e empregue equipamentos, instalações e métodos operativos que garantam níveis de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na prestação dos serviços, modicidade das tarifas, bem como sejam observadas e cumpridas as metas do Programa de “Qualidade no Fornecimento de Energia Elétrica”, anexo ao Contrato de Concessão;

XV. manter a sede da Companhia no Estado de São Paulo;

XVI. dar continuidade ao Programa de Eletrificação Rural, hoje denominado “Luz da Terra”, alocando para tanto os recursos necessários à execução, no ano de 1998, de 12.970 (doze mil novecentos e setenta) ligações e, no ano de 1999, 10.000 (dez mil) novas ligações, conforme informações disponíveis nas salas de informações a que se refere o item 1.1.XXXVII do Edital (“Salas de Informações”). Deverá ainda dar continuidade à participação da Companhia no aludido programa enquanto vigorar o Decreto Estadual nº 41.187, de 25 de setembro de 1996, sem que a Companhia faça jus a quaisquer ressarcimentos ou reivindicações, a qualquer título, junto ao Estado de São Paulo;

XVII. manter servidão sobre as áreas onde se encontram instaladas as estações de microondas, bem como instituir servidão permanente e gratuita de acesso em favor da CESP – Companhia Energética de São Paulo às instalações das subestações pertencentes à Companhia, nas quais permanecerem equipamentos de telecomunicações de propriedade da CESP – Companhia Energética de São Paulo, os quais estão identificados nas Salas de Informações, possibilitando à CESP – Companhia Energética de São Paulo os serviços de manutenção de tais equipamentos. A Companhia deverá garantir o fornecimento de energia elétrica às aludidas estações de telecomunicações;

XVIII. assegurar de maneira permanente e gratuita a utilização e acesso para manutenção pela CESP – Companhia Energética de São Paulo do cabo guarda com fibras ópticas do tipo OPGW, do ramal de 138 kV derivado da LT Barra Bonita – Rio Claro I para a S/E Rio Claro III com 4,3 km de comprimento incluído no contrato TELES/CESP – referência CT 95/5700, de 04/07/95, bem como assegurar a viabilidade de instalação, utilização e acesso para manutenção de cabo guarda com fibras ópticas do tipo OPGW no ramal de 138 kV derivado da LT Registro – Peruíbe para a S/E Juquiá com 1,489 km de comprimento, incluído no contrato TELES/CESP referência CT 96/6276 de 27/11/96;

XIX. efetuar e responder por todos os atos necessários à regularização e transferência de domínio dos imóveis, a que se refere o Edital, da CESP – Companhia Energética de São Paulo, para a Companhia, arcando a Companhia com todas as despesas e custos decorrentes de tais atos e ficando a CESP – Companhia Energética de São Paulo isenta de qualquer responsabilidade, mas se comprometendo a fornecer informações e documentação necessárias à regularização de que trata este item; e

XX. cumprir os critérios técnico-financeiros a serem adotados para garantir o resgate físico de CTEE's – Certificados a Termo de Energia Elétrica e de Debêntures referentes ao Projeto Porto Primavera de que trata o item 4.3.1.8. do Edital, conforme instrumento Particular de Acordo e Outras Avenças firmado em 19 de junho de 1998, entre a CESP – Companhia Energética de São Paulo e a Companhia.

CAPÍTULO VI DA DISSOLUÇÃO

Artigo 34 – A Companhia se dissolverá nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação, nomear o liquidante e eleger o Conselho Fiscal que deva funcionar durante o período de liquidação.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 35 – A Companhia manterá um plano de previdência complementar aos seus empregados.

MA

-
- Escritura Particular de Emissão de Debêntures

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO
ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.**

200809

Pelo presente instrumento particular, como emissora, (a) **ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.**, companhia aberta com sede na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Ary Antenor de Souza, n.º 321, Jardim Nova América, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.328.280/0001-97, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Emissora") e, como agente fiduciário da presente emissão e nela interveniente, representando a comunhão dos titulares das debêntures emitidas pela Emissora nos termos do presente instrumento, que constitui a 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e quirografárias da Emissora, (b) **PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, n.º 99, 24º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 15.227.994/0001-50, neste ato representada na forma do seu Contrato Social ("Agente Fiduciário", sendo a Emissora e o Agente Fiduciário referidos em conjunto como "**Partes**" e individual e indistintamente como "**Parte**"), vêm, por meio desta e em regular forma de direito, celebrar o presente Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, Quirografárias, da Elektro Eletricidade e Serviços S.A. ("**Escritura de Emissão**", "**Emissão**" e "**Debêntures**", respectivamente), em observância às seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização da (i) assembléia geral ordinária e extraordinária da Emissora realizada em 2 de abril de 2009 ("**AGOE**"); e (ii) da reunião do conselho de administração da Emissora realizada em 7 de maio de 2009, que deliberou sobre as condições de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**RCA**" e "**Lei das Sociedades por Ações**", respectivamente).

1.2. Esta Escritura de Emissão será objeto de aditamento para refletir o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo), o qual será ratificado em reunião do conselho de administração da Emissora a ser convocada especificamente para esse fim ("**Aditamento**").



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

Cláusula Segunda – DOS REQUISITOS

As Debêntures serão objeto de distribuição pública ("Oferta"), a ser realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

2.1.1. A Oferta será registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nos termos (i) da Lei das Sociedades por Ações; (ii) da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei n.º 6.385/76"); (iii) da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 400/03"); e (iv) das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Registro da Oferta").

2.1.2. O Registro da Oferta será realizado por meio do procedimento simplificado previsto na Instrução CVM n.º 471, de 8 de agosto de 2008 ("Instrução CVM n.º 471/08"), devendo o pedido de Registro da Oferta ser submetido à análise prévia da Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID ("ANBID"), em observância ao disposto no "Código de Auto-Regulação da ANBID para as Atividades Conveniadas" ("Código ANBID de Atividades Conveniadas").

2.2. Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo e Publicação das Atas da AGOE e da RCA

2.2.1. A ata da AGOE foi registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP ("JUCESP") em 6 de abril de 2009, sob n.º 123.794/09-2, e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico em 7 e 16 de abril de 2009, nos termos da legislação em vigor.

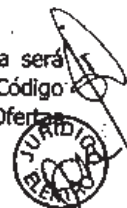
2.2.2. A ata da RCA será arquivada na JUCESP, tendo sido publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico em 12 de maio de 2009, nos termos da legislação em vigor.

2.3. Registro da Escritura de Emissão

A presente Escritura de Emissão, o Aditamento e eventuais aditamentos posteriores serão registrados na JUCESP, de acordo com o artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. Registro na ANBID

O pedido de Registro da Oferta será submetido à análise prévia da ANBID e a Oferta será registrada perante a CVM e a ANBID, nos termos da Instrução CVM n.º 471/08, do Código ANBID de Atividades Conveniadas e do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.**2.5. Registro para Negociação**

As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário (i) por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT") e do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (ii) por meio do DDA - Sistema de Distribuição de Ativos ("DDA") e do Sistema Bovespafix (ambiente de negociação de ativos) ("Bovespafix"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBovespa"), sendo processadas pela BM&FBovespa a custódia e a liquidação financeira da Oferta e da negociação das Debêntures.

Cláusula Terceira - DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**3.1. Série**

A Emissão é realizada em uma única série.

3.2. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão é de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).

3.3. Quantidade de Debêntures

São emitidas 30.000 (trinta mil) Debêntures.

3.4. Destinação de Recursos

Conforme detalhadamente descrito no prospecto da Oferta ("Prospecto"), os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Oferta serão integralmente utilizados da seguinte forma:

- (a) aproximadamente 40% (quarenta por cento) dos recursos serão utilizados no resgate antecipado e pagamento integral da dívida representada pela 1ª (primeira) emissão de notas promissórias comerciais da Emissora, objeto de distribuição pública, emitidas em 24 de abril de 2009, com prazo de 180 (cento e oitenta) dias e valor nominal unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), perfazendo o montante total de R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais); e
- (b) aproximadamente 60% (sessenta por cento) dos recursos serão utilizados no pagamento da primeira parcela de principal, com vencimento em setembro de 2009, das debêntures da 2ª (segunda) emissão da Emissora, objeto de distribuição pública, composta por 75.000 (setenta e cinco mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, com



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

garantia adicional, emitidas em três séries em 1º de setembro de 2005 e com vencimento final previsto para 1º de setembro de 2011.

3.5. Número da Emissão

A presente Escritura de Emissão representa a 3ª (terceira) emissão de debêntures da Emissora.

3.6. Banco Mandatário e Agente Escriturador

3.6.1. O banco mandatário da Emissão é o Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itausá, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Mandatário").

3.6.2. A instituição depositária e agente escriturador das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 61.194.353/0001-64.

3.7. Limite Legal

A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que o capital social da Emissora, em 31 de março de 2009, era de R\$ 952.491.950,14 (novecentos e cinquenta e dois milhões, quatrocentos e noventa e um mil, novecentos e cinquenta reais e quatorze centavos).

Cláusula Quarta – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Colocação e Plano de Distribuição

4.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores"), para colocação por meio do sistema do SDT, administrado pela CETIP, e do DDA, administrado pela BM&FBovespa, mediante observância ao plano de distribuição descrito no item 4.1.2. abaixo.

4.1.2. As Debêntures serão colocadas junto ao público de acordo com o seguinte plano de distribuição ("Plano de Distribuição"):

4.1.2.1. As Debêntures serão colocadas pelos Coordenadores junto a pessoas físicas, pessoas jurídicas, fundos de investimento, fundos de pensão, administradores de recursos de terceiros, instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização, bem como investidores considerados Institucionais ou qualificados nos termos da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, levando em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta. Os Coordenadores, com expressa anuência da Emissora, organizarão a colocação das Debêntures perante os



R9

A

42

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

Investidores interessados, podendo levar em conta suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, sendo permitida, inclusive, a coleta de intenções de investimento, nos termos da Instrução CVM n.º 400/03, por meio de procedimento de *bookbuilding* a ser conduzido pelos Coordenadores ("Procedimento de *Bookbuilding*").

4.1.2.2. Para os fins do disposto no parágrafo 2º do artigo 14 e no artigo 24 da Instrução CVM n.º 400/03, a Emissão e a Oferta não poderão ser aumentadas, a critério da Emissora ou dos Coordenadores.

4.1.2.3. Nos termos do artigo 30 da Instrução CVM n.º 400/03, a Oferta somente poderá ser concluída mediante distribuição total das Debêntures.

4.1.2.4. Na hipótese de não conclusão da Oferta, por qualquer motivo, os Investidores que já tiverem subscrito e integralizado Debêntures receberão, da Emissora, por meio dos Coordenadores, os montantes utilizados na integralização de Debêntures no prazo a ser indicado no anúncio de Início da Oferta ("Anúncio de Início"), que não será superior a 5 (cinco) dias úteis contados da data de publicação de anúncio informando sobre a não conclusão da Oferta, deduzidos os encargos e tributos devidos, sem qualquer remuneração.

4.1.2.5. Na hipótese de restituição de quaisquer valores aos Investidores, conforme previsto acima, os investidores deverão fornecer recibo de quitação relativo aos valores restituídos, bem como efetuar a devolução dos boletins de subscrição das Debêntures cujos valores tenham sido restituídos.

4.1.3. A colocação das Debêntures junto ao público investidor somente terá início após a concessão do registro da Oferta pela CVM, a publicação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto ao público investidor.

4.2. Data de Emissão das Debêntures

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures é 18 de junho de 2009 ("Data de Emissão").

4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures

O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.4. Forma, Conversibilidade e Comprovação de Titularidade das Debêntures

As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelares ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pela Itaú Corretora de Valores S.A., prestador de serviços de escrituração das Debêntures e, adicionalmente, (i) para as Debêntures custodiadas na CETIP, será expedido



124

5

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

extrato em nome dos titulares de Debêntures, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures; e (ii) para as Debêntures custodiadas na BM&FBovespa, será expedido extrato em nome dos titulares de Debêntures, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.

4.5. Espécie

As Debêntures são da espécie quirografária, sem garantia:

4.6. Preço de Subscrição e Forma de Integralização

4.6.1. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva subscrição e integralização.

4.6.2. As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição.

4.7. Prazo de Vencimento

As Debêntures têm prazo de vigência de 27 (vinte e sete) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 18 de setembro de 2011 ("Data de Vencimento").

4.8. Amortização Programada

4.8.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado a partir do 18º (décimo oitavo) mês após a Data de Emissão, inclusive, trimestralmente, sendo o primeiro pagamento de amortização devido em 18 de dezembro de 2010 e o último na Data de Vencimento, ou seja, em 18 de setembro de 2011 ("Amortizações Programadas"), observadas as seguintes proporções e montantes totais: (i) 19,10% (dezenove inteiros e dez centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário em 18 de dezembro de 2010, perfazendo o montante total de R\$ 57.300.000,00 (cinquenta e sete milhões e trezentos mil reais); (ii) 19,10% (dezenove inteiros e dez centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário em 18 de março de 2011, perfazendo o montante total de R\$ 57.300.000,00 (cinquenta e sete milhões e trezentos mil reais); (iii) 18,90% (dezoito inteiros e noventa centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário em 18 de junho de 2011, perfazendo o montante total de R\$ 56.700.000,00 (cinquenta e seis milhões e setecentos mil reais); e (iv) o saldo remanescente do Valor Nominal Unitário em 18 de setembro de 2011, em montante total de R\$ 128.700.000,00 (cento e vinte e oito milhões e setecentos mil reais).

4.8.2. Os montantes totais das Amortizações Programadas, conforme previstos no item 4.8.1. acima, serão divididos de forma *pro rata* entre todos titulares de Debêntures em circulação à época de cada Amortização Programada.



Handwritten signature or mark.

Handwritten marks, including a hash symbol (#) and the number 6.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

1000000000

4.9. Remuneração

4.9.1. As Debêntures farão jus à remuneração equivalente à variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, ~~por extra grupo~~, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo diário disponível em sua página na Internet (www.cetip.com.br) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de *spread* a ser definido no Procedimento de *Bookbuilding*, ratificado pelo conselho de administração da Emissora e contemplado na presente Escritura de Emissão por meio da celebração do Aditamento ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures desde a Data de Emissão ou a data de vencimento do Período de Capitalização (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (Fator Juros \times Fator Spread - 1)$$

Sendo que:

J = valor unitário dos juros devidos em cada Data de Pagamento da Remuneração, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário não amortizado, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = produtório das taxas DI_k, da Data de Emissão, inclusive, até cada Data de Pagamento da Remuneração, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator Juros = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

Sendo que:

n = número total de Taxas DI consideradas na apuração do produtório, sendo "n" um número inteiro;

K = número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n;

TDI_k = fator da taxa DI_k, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = (DI_k + 1)^{\frac{1}{252}} - 1$$

DI



FI

7

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

Sendo que:

DI_k = Taxa DI de ordem k divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread= sobretaxa de juros fixos calculados com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$Fator Spread = (Spread + 1)^{\frac{n}{252}}$$

Sendo que:

spread = Acréscimo sobre a Taxa DI, conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding*, na forma percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais; e

n = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior e a próxima Data de Pagamento da Remuneração, sendo "n" um número inteiro.

Observações:

- (i) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgada pela CETIP;
- (ii) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (iii) Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (iv) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- (v) O fator resultante da expressão $(Fator DI \times Fator Spread)$ deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.9.2. Os pagamentos da Remuneração serão realizados de acordo com o seguinte cronograma:

- (i) durante o período compreendido entre a Data de Emissão e o 18º (décimo oitavo) mês após a Data de Emissão, os pagamentos da Remuneração serão realizados semestralmente, nas seguintes datas: 18 de dezembro de 2009 e 18 de junho de 2010; e (ii) a partir do 18º (décimo



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

oitavo) mês após a Data de Emissão e até a Data de Vencimento, os pagamentos da Remuneração serão realizados trimestralmente, nas seguintes datas: 18 de dezembro de 2010, 18 de março de 2011, 18 de junho de 2011 e 18 de setembro de 2011 (**Datas de Pagamento da Remuneração**).

4.9.3. O período de capitalização da Remuneração é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração correspondente ao período em questão (**Período de Capitalização**).

4.9.4. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.9.5. Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora, não houver divulgação da taxa DIK pela CETIP, será aplicada na apuração de TDik a última taxa DIK divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares de Debêntures quando da divulgação posterior da taxa DIK que seria aplicável. Se a não divulgação da taxa DIK for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos itens abaixo quanto à definição do novo parâmetro de remuneração das Debêntures.

4.9.6. Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da taxa DIK por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da taxa DIK às Debêntures por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados (i) do primeiro dia em que a taxa DIK não tenha sido divulgada pelo prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos ou (ii) do primeiro dia em que a taxa DIK não possa ser utilizada por proibição legal ou judicial, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos previstos no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações) para deliberar, em comum acordo com a Emissora e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13/03 e/ou regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado, que deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado interbancário vigentes à época. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, a última taxa DIK divulgada será utilizada na apuração do Fator Juros quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares de Debêntures quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

4.9.6.1. Caso a taxa DIK volte a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.9.6. acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas não será realizada e a taxa DIK, a partir da data de sua validade, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da taxa DIK nos termos deste item 4.9.6.1., a última taxa DIK divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

4.9.7. Caso, na Assembléia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.9.6. acima, não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e titulares de Debêntures representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar o Agente Fiduciário por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- (a) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 90 (noventa) dias contados da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso. Neste caso, a taxa Dik a ser utilizada para a apuração de TDIK no cálculo da Remuneração será a última taxa Dik disponível; ou
- (b) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento. Nesta hipótese, caso a Emissora pretenda realizar a amortização das Debêntures em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma *pro rata* entre os titulares de Debêntures em circulação. Durante o cronograma estipulado pela Emissora para amortização das Debêntures e até a amortização integral das Debêntures em circulação, as Debêntures farão jus a nova remuneração a ser definida pelos titulares de Debêntures e apresentada à Emissora na Assembléia Geral de Debenturistas a que se refere o item 4.9.6. acima.

4.10. Repactuação Programada

As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.11. Aquisição Facultativa

4.11.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação por preço não superior ao Valor Nominal Unitário não amortizado acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da efetiva aquisição, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações.

4.11.2. As Debêntures objeto desse procedimento poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora ou ser colocadas para negociação no mercado.



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.****JOES****4.12. Vencimento Antecipado**

4.12.1. Observado o disposto nos itens 4.12.2. a 4.12.6. abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures em circulação acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência das seguintes hipóteses:

- (a) falta de pagamento de dívidas ou descumprimento de obrigações pecuniárias pela Emissora cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), e que não seja regularizada(o) no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data do inadimplemento ou descumprimento de tal obrigação pecuniária;
- (b) vencimento antecipado de obrigações pecuniárias da Emissora cujo valor individual ou agregado, na respectiva data de vencimento antecipado, seja superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ressalvada a hipótese da Emissora, por meio de acordo, medida judicial ou arbitral, reverter a declaração do vencimento antecipado de tais obrigações no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sem que deva garantir tal reversão com pecúnia ou outros bens em valor correspondente ou superior às obrigações vencidas antecipadamente;
- (c) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora, no mercado local ou internacional, cujo valor individual ou agregado, na respectiva data de protesto, seja superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), e que não seja sanado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data em que a Emissora tome conhecimento do referido protesto, à exceção de protesto efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora no prazo referido acima;
- (d) descumprimento de qualquer decisão judicial transitada em julgado de natureza condenatória contra a Emissora, em valor, individual ou agregado, na data da referida decisão, igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou seu equivalente em outra moeda;
- (e) descumprimento de qualquer decisão administrativa de entidade regulatória contra a qual não seja obtido efeito suspensivo no prazo de até 2 (dois) dias úteis e que possa, comprovadamente, impactar de maneira significativa as condições econômicas, financeiras e/ou operacionais da Emissora, incluindo, sem limitação, a concessão da Emissora para explorar atividades relacionadas à distribuição de energia elétrica, nos termos do respectivo contrato de concessão em vigor;
- (f) decretação de falência, liquidação ou dissolução da Emissora, bem como pedido de falência não elidido no prazo legal;



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.**

- (g) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou autofalência formulado pela Emissora ou, ainda, qualquer procedimento análogo que caracterize estado de insolvência, incluindo acordo com credores, nos termos da legislação aplicável;
- (h) cisão, fusão ou incorporação da Emissora por outra sociedade, salvo (I) se tal alteração societária for previamente aprovada em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para esse fim por titulares de Debêntures representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação; ou (II) se for garantido o direito de resgate aos titulares de Debêntures que não concordarem com referida cisão, fusão ou incorporação;
- (i) alteração no controle acionário direto ou indireto da Emissora, exceto nos casos de reorganização societária que envolva, exclusivamente, os atuais acionistas controladores diretos e indiretos da Emissora;
- (j) limitação da concessão da Emissora para explorar atividades relacionadas à distribuição de energia elétrica, nos termos do contrato de concessão da Emissora em vigor, desapropriação ou confisco de ativos permanentes ou, ainda, qualquer outra medida que resulte (I) na perda de, no mínimo, 20% (vinte por cento) da capacidade de distribuição de energia elétrica da Emissora, tomando-se por base a capacidade de distribuição de energia elétrica da Emissora na data de celebração desta Escritura de Emissão, e/ou (II) na incapacidade de gestão dos negócios da Emissora e/ou de suas controladas operacionais e que, comprovadamente, afete a capacidade de pagamento da Emissora com relação às obrigações assumidas perante os titulares de Debêntures;
- (k) perda da concessão da Emissora para explorar atividades relacionadas à distribuição de energia elétrica, nos termos do contrato de concessão da Emissora em vigor;
- (l) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (m) transferência, pela Emissora, de qualquer obrigação relacionada às Debêntures, exceto se houver anuência prévia e expressa dos titulares de Debêntures representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação;
- (n) alteração ou modificação do objeto social da Emissora, exceto se houver anuência prévia e expressa dos titulares de Debêntures representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação;
- (o) redução do capital social da Emissora, exceto se previamente autorizado pelos titulares de Debêntures representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação;



12

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

10000

- (p) pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto Social da Emissora, ~~reservado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caso a Emissora esteja em mora com relação ao pagamento de parcela ou saldo do Valor Nominal Unitário, da Remuneração e/ou de quaisquer outros valores devidos aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão;~~
- (q) inadimplemento, pela Emissora, com relação ao pagamento do Valor Nominal Unitário, da Remuneração e/ou de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures prevista nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data do inadimplemento;
- (r) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão não sanado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento de comunicação acerca do referido descumprimento; e
- (s) não observância pela Emissora, por 2 (dois) trimestres consecutivos enquanto houver Debêntures em circulação, de qualquer dos seguintes índices e limites financeiros a serem calculados trimestralmente (**"Índices e Limites Financeiros"**):

1. Endividamento Financeiro Líquido/EBITDA menor ou igual a 2,5; e
2. EBITDA/Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 3,0.

A) Para os fins do disposto na alínea (s) acima:

"Endividamento Financeiro Líquido": é o endividamento financeiro deduzido do saldo de caixa e das disponibilidades financeiras da Emissora (incluindo valores empenhados), excluídos os empréstimos setoriais concedidos e a serem concedidos pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás (**"Empréstimos Eletrobrás"**);

"EBITDA": é o somatório do resultado dos últimos 4 (quatro) trimestres antes de deduzidos (i) o imposto de renda e contribuição social, (ii) a depreciação e as amortizações, inclusive a amortização do ágio pago na aquisição da Emissora, (iii) as despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras, (iv) os resultados de participações societárias, e (v) o resultado não operacional; e

"Despesa Financeira Líquida": é a despesa financeira deduzida das receitas financeiras dos últimos 4 (quatro) trimestres. As despesas financeiras excluem aquelas associadas (i) aos Empréstimos Eletrobrás; (ii) ao Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre receita financeira; (iii) aos juros sobre capital próprio; (iv) à variação cambial sobre as compras de energia de Furnas/Itaipu.



13

PA

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.



B) Os Índices e Limites Financeiros serão apurados e verificados pelo Agente Fiduciário trimestralmente, no encerramento de cada trimestre contábil, com base nas informações financeiras da Emissora apresentadas à CVM. A primeira apuração e verificação dos Índices e Limites Financeiros, nos termos desta Escritura de Emissão, deverá considerar o trimestre contábil a ser encerrado em 30 de setembro de 2009.

4.12.1.1. Os valores mencionados nas alíneas (a) a (d) do Item 4.12.1. acima serão corrigidos anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

4.12.2. A Emissora deverá comunicar o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração na legislação e/ou nas práticas contábeis aplicáveis à elaboração das suas demonstrações financeiras que resulte em impacto relevante nos critérios e parâmetros de cálculo dos Índices e Limites Financeiros. Nessa hipótese, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre eventual adequação dos Índices e Limites Financeiros às novas regras ou práticas contábeis, que deverá ser aprovada por titulares de Debêntures representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação.

4.12.2.1. Exclusivamente na hipótese prevista no item 4.12.2. acima, eventual desenquadramento de qualquer dos Índices e Limites Financeiros durante o período entre (i) a convocação da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.12.2. acima; e (ii) a definição dos novos critérios e parâmetros de cálculo dos Índices e Limites Financeiros, não ensejará a declaração do vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

4.12.2.2. Caso a Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.12.2. acima não delibere sobre os novos critérios e parâmetros de cálculo dos Índices e Limites Financeiros ou não seja instalada por falta de quorum, em primeira e segunda convocação, serão considerados mantidos os Índices e Limites Financeiros estabelecidos nesta Escritura de Emissão e eventual desenquadramento, a partir desse momento, poderá ensejar a declaração do vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

4.12.2.3. Ressalvada a hipótese prevista no item 4.12.2. acima, a alteração de qualquer dos Índices e Limites Financeiros, por qualquer motivo, deverá ser aprovada por titulares de Debêntures representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação, nos termos do Item 7.5.1. desta Escritura de Emissão.

4.12.3. Para os fins de que trata esta Escritura de Emissão, "Data de Vencimento Antecipado" será qualquer uma das seguintes datas: (i) na hipótese dos eventos previstos nas alíneas (a), (b), (c), (f), (g), (h), (k), (l), (m), (n), (o), (p), (q) e (r) do Item 4.12.1. acima, será a data em que ocorrer qualquer dos eventos ali referidos, quando o vencimento antecipado das Debêntures, independente de notificação do Agente Fiduciário nesse sentido, será declarado automaticamente pelo Agente Fiduciário; (ii) ocorrendo os eventos previstos nas alíneas (d), (e), (i), (j) ou (s) do Item 4.12.1. acima, será a data em que se realizar a Assembleia Geral de



14

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

Debenturistas de que trata o item 4.12.4. abaixo, se tal Assembleia Geral aprovar o vencimento antecipado das Debêntures, sendo que o Agente Fiduciário deverá comunicar eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures à Emissora no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, de acordo com a Cláusula Nona desta Escritura de Emissão.

4.12.4. Na ocorrência de qualquer dos eventos previstos nas alíneas (d), (e), (l), (j) ou (s) do item 4.12.1. acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 2 (dois) dias úteis contados da data em que for constatada a ocorrência do referido evento, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

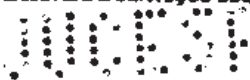
4.12.5. Caso a Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.12.4. acima não delibere sobre a eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures ou não seja instalada por falta de quorum, em primeira e segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures, acrescido da Remuneração e outros encargos devidos até a data do efetivo pagamento, a menos que titulares de Debêntures que representem pelo menos 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, hipótese na qual não haverá vencimento antecipado das Debêntures.

4.12.5.1. Eventual suspensão dos trabalhos da Assembleia Geral de Debenturistas para reabertura em data diversa daquela originalmente estabelecida para a sua realização, desde que a data de reabertura da referida Assembleia Geral de Debenturistas seja aprovada pelos titulares de Debêntures presentes na Assembleia Geral de Debenturistas cujos trabalhos tenham sido objeto de suspensão, não ensejará a declaração do vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

4.12.6. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures em circulação acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) dias úteis contados da comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, nos termos da Cláusula Nona desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.15. abaixo.

4.12.6.1. As Debêntures objeto do procedimento descrito no item 4.12.6. acima serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.





4.13. Resgate Antecipado

4.13.1. A Emissora reserva-se o direito de, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, a partir do 12º (décimo segundo) mês contado da Data de Emissão (**“Prazo para Resgate Antecipado”**), promover resgate(s) antecipado(s) de parte ou da totalidade das Debêntures em circulação (**“Resgate Antecipado”**).

4.13.2. O Resgate Antecipado parcial deverá ser realizado mediante sorteio, nos termos do artigo 55, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações.

4.13.3. O Resgate Antecipado parcial ou total será realizado mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (**“Valor de Resgate”**), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, acrescido de prêmio calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = d/D * 0,0065 * \text{Valor de Resgate}$$

sendo que:

P= prêmio de resgate apurado sobre o Valor de Resgate, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

d= quantidade de dias corridos entre a data de pagamento do Valor de Resgate e a Data de Vencimento;

D= quantidade de dias corridos entre a data de início do Prazo para Resgate Antecipado e a Data de Vencimento.

4.14. Oferta de Resgate Antecipado

4.14.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, mediante deliberação pelo conselho de administração, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures endereçada a todos os titulares de Debêntures, sem distinção, sendo assegurado a todos os titulares de Debêntures igualdade de condições para aceitar a oferta de resgate antecipado das Debêntures de sua titularidade (**“Oferta de Resgate Antecipado”**). A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada da seguinte forma:

- (a) a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio da publicação de edital a ser amplamente divulgado nos termos do item 4.19, desta Escritura de Emissão (**“Edital de Oferta de Resgate Antecipado”**), que deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo: (i) se o resgate antecipado será total ou parcial, bem como o procedimento a ser observado em caso de resgate antecipado parcial (sorteio, nos termos do artigo 55, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, ou ordem cronológica de aceitação da respectiva Oferta de Resgate Antecipado); (ii) o valor do prêmio de resgate, se houver; (iii) a data efetiva para o resgate das Debêntures e pagamento dos valores devidos aos titulares de Debêntures; (iv) forma de manifestação dos titulares de Debêntures que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado; e (v) demais



16

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.**

informações necessárias à tomada de decisão pelos titulares de Debêntures e à operacionalização do resgate das Debêntures;

- (b) após a publicação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado, os titulares de Debêntures que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado deverão se manifestar nesse sentido até o encerramento do prazo a ser estabelecido no Edital de Oferta de Resgate Antecipado. Ao final deste prazo, a Emissora terá 3 (três) dias úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado;
- (c) a Emissora poderá condicionar a realização da Oferta de Resgate Antecipado à sua aceitação por um percentual mínimo dos titulares de Debêntures, a ser definido e divulgado por meio do Edital de Oferta de Resgate Antecipado; e
- (d) o valor a ser pago aos titulares de Debêntures será correspondente ao Valor Nominal Unitário não amortizado acrescido (i) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso; e (ii) de eventual prêmio a ser oferecido aos titulares de Debêntures, a exclusivo critério da Emissora.

4.14.2. As Debêntures resgatadas antecipadamente nos termos deste item 4.14. serão canceladas pela Emissora.

4.14.3. Os pagamentos devidos aos titulares de Debêntures em razão da aceitação de Oferta de Resgate Antecipado serão efetuados por meio da CETIP ou da BM&FBovespa, conforme as Debêntures estejam custodiadas junto à CETIP ou à BM&FBovespa, observados os respectivos procedimentos específicos. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP ou à BM&FBovespa terão os seus pagamentos realizados junto ao Banco Mandatário.

4.15. Multa e Juros Moratórios

Ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora, de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures, incluindo, sem limitação, o pagamento das Amortizações Programadas e da Remuneração devidas nos termos desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou Interpelação Judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre as quantias em atraso.

4.16. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto no item 4.15. acima, o não comparecimento do titular de Debêntures para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela



44

17

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer ~~acréscimo~~ relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe assegurado, todavia, o direito adquirido até a data do respectivo vencimento.

4.17. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora por meio da CETIP ou da BM&FBovespa, conforme as Debêntures estejam custodiadas junto à CETIP ou à BM&FBovespa. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP ou à BM&FBovespa terão os seus pagamentos realizados junto ao Banco Mandatário.

4.18. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, até o primeiro dia útil subsequente, se o respectivo vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP ou da BM&FBovespa, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.19. Publicidade

Todos os atos e decisões relevantes relativos exclusivamente à Emissão e/ou às Debêntures que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos titulares de Debêntures, a critério razoável da Emissora, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico, utilizados pela Emissora para efetuar as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações e pela CVM.

4.20. Imunidade dos Titulares de Debêntures

Caso qualquer titular de Debêntures goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de pagamentos referentes às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

Cláusula Quinta – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

- (a) Fornecer ao Agente Fiduciário:



PA

X

18

3

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

- (i) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre social, ou nas datas de suas divulgações, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social ou cópia de suas informações trimestrais relativas ao respectivo trimestre, ambas acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes. As informações referidas nesta alínea (ii) deverão ser acompanhadas de relatório demonstrando a apuração dos Índices e Limites Financeiros, explicitando as rubricas necessárias à sua apuração, bem como de declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora atestando o cumprimento das disposições constantes desta Escritura de Emissão;
- (ii) dentro de 10 (dez) dias úteis, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;
- (iii) cópia das informações periódicas e eventuais pertinentes à Instrução CVM n.º 202, de 6 de dezembro de 1993, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 202/93"), ou normativo que venha a substituí-la, com a mesma periodicidade prevista para o envio dessas informações à CVM;
- (iv) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 4.19, acima;
- (v) avisos aos titulares de Debêntures, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos titulares de Debêntures, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM n.º 202/93 ou normativo que venha a substituí-la, ou, se ali não previstos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
- (vi) desde que seja do seu conhecimento, informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do descumprimento, sem prejuízo do disposto na alínea (f) abaixo;
- (vii) dentro de, no máximo, 5 (cinco) dias após sua divulgação, cópia do relatório de reavaliação anual da agência classificadora de risco das Debêntures, contratada na forma da alínea (s) abaixo;
- (viii) em até 10 (dez) dias úteis da respectiva solicitação, qualquer informação relevante para a Emissão que lhe venha a ser razoavelmente solicitada;



19

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA

- (ix) em até 5 (cinco) dias úteis após seu recebimento, cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial recebida pela Emissora que possa resultar em um "Efeito Adverso Relevante", que significa todos e qualquer efeito relevante adverso aos negócios, à situação financeira e ao resultado das operações da Emissora; e
- (x) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;
- (b) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (c) manter sempre atualizado o registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos da Instrução CVM n.º 202/93, e fornecer aos seus acionistas as demonstrações financeiras nos termos dos artigos 176 e 289 da Lei das Sociedades por Ações;
- (d) manter, em adequado funcionamento, atendimento eficiente aos titulares de Debêntures ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (e) atender de forma eficiente às solicitações legítimas dos titulares de Debêntures e do Agente Fiduciário;
- (f) convocar, nos termos da Cláusula Sétima, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (g) informar o Agente Fiduciário imediatamente sobre a ocorrência de qualquer evento previsto no item 4.12. da Cláusula Quarta desta Escritura de Emissão;
- (h) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (i) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (j) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração relevante nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora, bem como quaisquer eventos ou situações que possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar, de qualquer forma, o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures, no todo ou em parte;



20

#4

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

- (k) manter seus bens e ativos devidamente segurados, ~~conforme práticas diferentes da~~ Emissora;
- (l) não praticar qualquer ato em desacordo com ~~o seu Estatuto Social e com esta~~ Escritura de Emissão, em especial os que possam ~~direta ou indiretamente,~~ comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares de Debêntures;
- (m) cumprir as obrigações que lhes são aplicáveis nos termos da legislação e regulamentação vigentes, inclusive ambiental, diligenciando para que suas atividades atendam às determinações dos Órgãos Municipais, Estaduais e Federais;
- (n) cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive no que tange à destinação dos recursos captados por meio da Oferta;
- (o) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, o Agente Fiduciário e sistema de negociação no mercado secundário por meio do SND e do Bovespafix;
- (p) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão;
- (q) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (r) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;
- (s) contratar e manter contratada, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, agência classificadora de risco que mantenha atualizado e dê ampla divulgação ao mercado do relatório de classificação de risco (*rating*) das Debêntures, com periodicidade, no mínimo, anual; e
- (t) informar o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração na legislação e/ou nas práticas contábeis aplicáveis à elaboração das suas demonstrações financeiras que resulte em impacto relevante nos critérios e parâmetros de cálculo dos Índices e Limites Financeiros.

5.2. As despesas a que se refere a alínea (p) do Item 5.1. acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

f1

21



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões;
- (c) despesas de viagem, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, sendo que os valores relativos a essas despesas estarão limitados àqueles usualmente incorridos pela Emissora em relação aos seus próprios empregados, para suas viagens e hospedagem; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que venham a ser necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos titulares de Debêntures.

Cláusula Sexta – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui como agente fiduciário da Emissão, a Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., acima qualificada, que, por meio deste ato, aceita tal nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos titulares de Debêntures.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara sob as penas da lei, que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas as suas Cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 28/83");



22

#1

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições da Circular BACEN n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990, conforme alterada; e
- (i) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou, caso ainda restem obrigações da Emissora inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora relacionadas a esta Escritura de Emissão sejam cumpridas ou, ainda, até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, duas parcelas de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) dia útil após a concessão do registro da Oferta pela CVM e a segunda parcela devida 12 (doze) meses após o pagamento da primeira parcela (**"Remuneração do Agente Fiduciário"**).

6.4.1. A remuneração prevista acima será devida até o vencimento, resgate ou cancelamento das Debêntures e mesmo após o seu vencimento, resgate ou cancelamento na hipótese de atuação do Agente Fiduciário na cobrança de eventuais inadimplências relativas às Debêntures não sanadas pela Emissora. Nessas hipóteses, a remuneração devida ao Agente Fiduciário será calculada proporcionalmente aos meses de atuação do Agente Fiduciário, com base no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por mês.

6.4.2. As parcelas referentes à Remuneração do Agente Fiduciário serão atualizadas anualmente pela variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou, na sua falta, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão e até as datas de pagamento de cada parcela referente à Remuneração do Agente Fiduciário, calculadas *pro-rata die*.

6.4.3. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento).

6.4.4. As parcelas referentes à Remuneração do Agente Fiduciário serão acrescidas de (i) Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS); (ii) Programa de Integração Social (PIS); (iii) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS); e (iv) quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a Remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

6.4.5. A Emissora ressarcirá ao Agente Fiduciário todas as despesas razoáveis que o mesmo tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos titulares de



23

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

Debêntures ou para realizar seus créditos, desde que tais despesas tenham sido previamente aprovadas pela Emissora.

6.4.5.1. O ressarcimento de despesas de que trata o item 6.4.5, acima, será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora e compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com: (a) publicação de relatórios, avisos e notificações que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis; (b) extração de certidões; (c) locomoções entre cidades e estados, com respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

6.4.5.2. Em caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos titulares de Debêntures deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos titulares de Debêntures e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos titulares de Debêntures incluem, também, gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais relacionadas a ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de suas funções, ou, ainda, que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros enquanto representante da comunhão dos titulares de Debêntures. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos titulares de Debêntures, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento de tais despesas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos titulares de Debêntures para cobertura do risco da sucumbência.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

- (e) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCESP, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os titulares de Debêntures acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- (h) solicitar, quando considerar necessário e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora;
- (i) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa previstos no item 4.19. acima;
- (j) comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (k) elaborar relatórios destinados aos titulares de Debêntures, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
- i. eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - ii. alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - iii. comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - iv. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - v. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - vi. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;



25

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.**

- vii. pagamentos da Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- viii. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora; e
- ix. relação dos bens e valores entregues ao Agente Fiduciário, compreendendo sua administração e/ou prepostos.
- (l) disponibilizar o relatório a que se refere o Inciso anterior até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- I. na sede da Emissora;
 - II. na sede do Agente Fiduciário;
 - III. na CVM;
 - IV. na CETIP;
 - V. na BM&FBovespa; e
 - VI. na sede dos Coordenadores.
- (m) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de Imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações legais, anúncio comunicando aos titulares de Debêntures que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea anterior;
- (n) manter atualizada a relação dos titulares de Debêntures e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Banco Mandatário, à CETIP e à BM&FBovespa;
- (o) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas Impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (p) notificar os titulares de Debêntures, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM, à CETIP e à BM&FBovespa, em observância aos prazos exigidos por cada qual;



26

PH

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

- (q) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (r) acompanhar, calcular e apurar os Índices e Limites Financeiros, na periodicidade prevista nesta Escritura de Emissão; e
- (s) verificar o cumprimento, pela Emissora, da obrigação de manter contratada agência classificadora de risco para atualização do relatório de classificação de risco (*rating*) das Debêntures, nos termos da alínea (s) do Item 5.1. acima, e encaminhar cópia de eventuais atualizações à ANBID, no prazo de até 15 (quinze) dias após a sua veiculação.

6.6. Sem prejuízo do disposto no item 4.12. acima, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares de Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) observados os termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora, nos termos da legislação aplicável;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos titulares de Debêntures; e
- (d) representar os titulares de Debêntures em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (b) e (c) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação, bastando, porém, (i) a deliberação por Debenturistas que representem pelo menos 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea (a) acima; e (ii) a deliberação por Debenturistas que representem a maioria das Debêntures em circulação presentes à respectiva Assembleia Geral de Debenturistas quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea (d) acima.

6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 5 (cinco)



27

R4

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

dias úteis antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetua-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo agente fiduciário superior à ora avençada.

6.7.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos titulares de Debêntures, solicitando sua substituição.

6.7.2. É facultado aos titulares de Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembléia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.7.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembléia Geral de Debenturistas.

6.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM n.º 28/83 e eventuais normas posteriores.

6.7.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado na JUCESP junto com a presente.

6.7.5.1 O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos titulares de Debêntures em forma de aviso nos termos do item 4.19. acima.

6.7.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

Cláusula Sétima – DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os titulares de Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia Geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de Debêntures.

7.2. A Assembléia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

7.2.1. A Assembléia Geral de Debenturistas será convocada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias em primeira convocação e com antecedência mínima de 8 (oito) dia em segunda convocação.

7.2.2. Independentemente das formalidades previstas na Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão, será considerada regular a Assembléia Geral de Debenturistas a que comparecerem a totalidade dos titulares de Debêntures.

7.3. Aplicar-se-á à Assembléia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.3.1. A presidência da Assembléia Geral de Debenturistas caberá, conforme quem a tenha convocado, na forma do item 7.2. desta Cláusula Sétima, respectivamente, ao Agente Fiduciário, à Emissora, ao titular de Debêntures eleito pelos demais titulares de Debêntures presentes ou àquele que for designado pela CVM.

7.4. A Assembléia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, metade das Debêntures e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.5. Cada Debênture em circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão e no item abaixo, serão tomadas por titulares de Debêntures representando 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

7.5.1. Quaisquer alterações no prazo de vigência das Debêntures, na Remuneração (com exceção da deliberação de que trata o item 4.9.7. acima), nas datas de pagamento de Amortização Programada, nas Datas de Pagamento da Remuneração, no quorum de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas e nos eventos de vencimento antecipado (sem prejuízo do disposto no item 4.12.2. acima), conforme previsto nesta Escritura de Emissão, deverão ser aprovadas por titulares de Debêntures representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

7.6. Para efeito da constituição do quorum de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas como Debêntures em circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria ou que sejam pertencentes ao acionista controlador da Emissora ou a qualquer de suas controladas e coligadas, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes de segundo grau.

7.7. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.



29

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

7.8. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas para prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

Cláusula Oitava – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

8.1. A Emissora neste ato declara que:

- (a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações, inclusive as societárias, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, assim como a emissão e a distribuição pública das Debêntures não infringem ou contrariam, sob qualquer aspecto material, (a) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (e) exceto conforme informado no Prospecto, detém, nesta data, todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
- (f) a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, relevantes e indispensáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais



30

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social. A Emissora está obrigada, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos Municipais, Estaduais e Federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;

- (g) as Demonstrações Financeiras da Emissora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008, assim como as informações financeiras referentes aos períodos de 3 (três) meses encerrados em 31 de março de 2008 e 2009, representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade vigentes no Brasil à época em que foram preparadas e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;
- (h) o Prospecto contém e conterá, na data de publicação do Anúncio de Início, todas as informações relevantes em relação à Emissora, no contexto da Emissão e necessárias para que os Investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de suas condições financeiras, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;
- (i) as informações e declarações contidas no Prospecto em relação à Emissora são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;
- (j) exceto pelas contingências informadas no Prospecto, não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades, que possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- (k) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (l) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Oferta aos fins previstos no item 3.4. desta Escritura de Emissão;
- (m) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculante da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições; e
- (n) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das



31

ELEKTRO

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e os Coordenadores,
em observância ao princípio da boa-fé.

Cláusula Nona – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

Rua Ary Antenor de Souza, n.º 321
Campinas – SP

At.: Sr. Rodrigo Ferreira Medeiros da Silva
Tel.: (19) 2122-1095
Fax: (19) 2122-1564
E-mail: rodrigo.silva@elektro.com.br

Para o Agente Fiduciário:

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Rua Sete de Setembro, n.º 99, 24º andar
Rio de Janeiro – RJ

At.: Srs. Carlos Alberto Bacha e Rinaldo Rabello Ferreira
Tel.: (21) 2507-1949
Fax: (21) 2507-1949
E-mail: pavarini@pavarini.com.br

Para o Banco Mandatário:

BANCO ITAÚ S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itáúsa
São Paulo – SP

At.: Sr. Luiz Loureiro
Tel.: (11) 5029-1905
Fax: (11) 5029-1920
E-mail: luiz.loureiro@itau.com.br



32

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.**

Para a Instituição Depositária e Agente Escriturador:

ITAU CORRETORA DE VALORES S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3400, 10º andar
São Paulo – SP

At.: Sr. Luiz Loureiro
Tel.: (11) 5029-1905
Fax: (11) 5029-1920
E-mail: luiz.loureiro@itau.com.br

9.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio ou por telegrama, nos endereços acima. As comunicações feitas por meio de fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

Cláusula Dez – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos titulares de Debêntures em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter Irrevogável e Irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

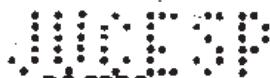
10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.



33

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.**



Cláusula Onze – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente Aditamento a Emissora e o Agente Fiduciário, em 4 (quatro) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 12 de maio de 2009



Pl

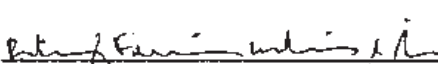
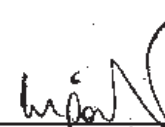
34

27



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, Quirografárias, da Elektro Eletricidade e Serviços S.A., celebrado em 12 de maio de 2009



ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

<p> Por: Rodrigo Ferreira M. Silva Cargo: Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores</p>	<p> Por: Max Xavier Lima Cargo: Diretor Executivo Comercial e Suprimento de Energia</p>
--	---

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

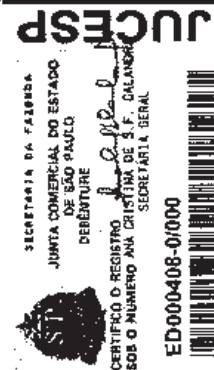
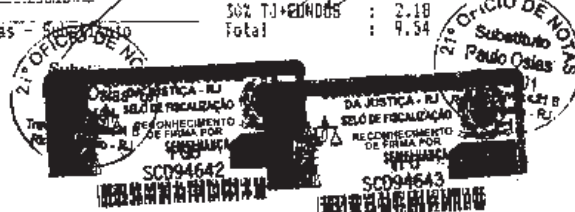
<p> Por: RINALDO RABELO FERREIRA Cargo: Procurador CIO-509.941.927-91</p>	<p> Por: Carlos Alberto Bacha Cargo: Procurador CPF 808.744.987-63</p>
--	--

Testemunhas:

<p> Nome: Simone Borsato Simão RG: CPF: 111.031.948-79 CPF: RG. 20.218.403-1</p>	<p> Nome: Ricardo Motonaga de Almeida RG: CPF: 220.287.038-57 CPF: RG. 33.749.640-8</p>
---	---

Cartório de 219 Ofício de Notas, Travessa do Ouvidor, 21 E Centro, Rio de Janeiro - RJ. Tabelião: Ney Ribeiro. Reconheço por semelhança as firmas de: CARLOS ALBERTO BACHA e RINALDO RABELO FERREIRA
 Cod: 0208429EF338
 Rio de Janeiro, 12 de Maio de 2009. Conf. por:
 Em testemunho da verdade. Serventia : 7,36
 50% TJ+ENDOS : 2,18
 Total : 9,54
 Paulo Osias - Substituto

SP - 096503-00007 - 3322008v3



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- Primeiro Aditamento à Escritura Particular de Emissão de Debêntures

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

JUCESP PROTOCOLO
0.414.209/09-6**PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª
EMIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.**

04 09 09

Pelo presente instrumento particular, como emissora, (a) **ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.**, companhia aberta com sede na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Ary Antenor de Souza, n.º 321, Jardim Nova América, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.328.280/0001-97, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Emissora") e, como agente fiduciário da presente emissão e nela interveniente, representando a comunhão dos titulares das debêntures emitidas pela Emissora nos termos do presente instrumento, que constitui a 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e quirografárias da Emissora, (b) **PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, n.º 99, 24º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 15.227.994/0001-50, neste ato representada na forma do seu Contrato Social ("Agente Fiduciário", sendo a Emissora e o Agente Fiduciário referidos em conjunto como "Partes" e individual e indistintamente como "Parte"), vêm, por meio desta e em regular forma de direito, celebrar o presente "Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, Quirografárias, da Elektro Eletricidade e Serviços S.A." ("Primeiro Aditamento" e "Debêntures", respectivamente), em observância às seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira – DA ESCRITURA DE EMISSÃO E DA AVERBAÇÃO
DESTE PRIMEIRO ADITAMENTO**

1.1. Em 12 de maio de 2009, as Partes celebraram o "Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, Quirografárias, da Elektro Eletricidade e Serviços S.A." ("Escritura de Emissão"), o qual foi registrado perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o n.º ED000408-0/000, em 20 de maio de 2009.

1.2. Este Primeiro Aditamento será registrado na JUCESP, juntamente com a Escritura de Emissão, nos termos da legislação aplicável.

Cláusula Segunda – DA ALTERAÇÃO DA ESCRITURA DE EMISSÃO

De forma a contemplar as alterações necessárias ao atendimento das exigências formuladas pela Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID, por ocasião do pedido de registro da distribuição pública das Debêntures, e pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, por ocasião do pedido de registro das Debêntures para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos e do SND – Módulo Nacional de Debêntures, respectivamente, a Emissora



#4

Cuf

7. 2.

PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFARIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

e o Agente Fiduciário deliberaram (i) alterar os itens 1.1, 2.2.2, 2.5, 3.4, 4.1.1, 4.9.1. e 4.14.1., alínea (b), da Escritura de Emissão, bem como a definição de "EBITDA" constante do item 4.12.1., alínea (s), item A, os quais passarão a vigorar com as novas redações abaixo transcritas; e (ii) incluir os itens 3.8. e 4.13.4., bem como as alíneas (e), no item 4.14.1., e (j) no item 6.2. da Escritura de Emissão, conforme redações abaixo transcritas:

"1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização da (i) assembléia geral ordinária e extraordinária da Emissora realizada em 2 de abril de 2009 ("AGOE"); e (ii) da reunião do conselho de administração da Emissora realizada em 7 de maio de 2009, que deliberou sobre as condições de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Primeira RCA" e "Lei das Sociedades por Ações", respectivamente), conforme retificada pela reunião do conselho de administração da Emissora realizada em 25 de maio de 2009 ("Segunda RCA", sendo a Primeira RCA e a Segunda RCA referidas em conjunto como "RCA").";

"2.2.2. As atas das RCA serão arquivadas na JUCESP, sendo que a ata da Primeira RCA foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico em 12 de maio de 2009, e a ata da Segunda RCA será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico, nos termos da legislação em vigor.";

"2.5. Registro para Distribuição e Negociação

As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário (i) por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT") e do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (ii) por meio do DDA - Sistema de Distribuição de Ativos ("DDA") e do Sistema Bovespafix (ambiente de negociação de ativos) ("Bovespafix"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBovespa"), sendo processadas pela BM&FBovespa a custódia e a liquidação financeira da Oferta e da negociação das Debêntures.";

"3.4. Destinação de Recursos

Conforme detalhadamente descrito no prospecto da Oferta ("Prospecto"), os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Oferta serão integralmente utilizados da seguinte forma:

- (a) aproximadamente 40% (quarenta por cento) dos recursos serão utilizados no resgate antecipado e pagamento integral da dívida representada pela 1ª (primeira) emissão de notas promissórias comerciais da Emissora, objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação e dispensa automática de registro perante a CVM, nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, emitidas em 24 de abril de 2009, com prazo de 180 (cento e oitenta) dias e valor



Handwritten signature and initials, including the number '2' and the letters 'R'.

PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

nominal unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), perfazendo o montante total de R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais); e

- (b) aproximadamente 60% (sessenta por cento) dos recursos serão utilizados no pagamento da primeira parcela de principal e parte da respectiva atualização monetária, com vencimento em setembro de 2009, das debêntures da 2ª (segunda) emissão da Emissora, objeto de distribuição pública, composta por 75.000 (setenta e cinco mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirografia, com garantia adicional, emitidas em três séries em 1º de setembro de 2005 e com vencimento final previsto para 1º de setembro de 2011. O saldo remanescente da atualização monetária da parcela de principal das debêntures emitidas pela Emissora no âmbito da 2ª (segunda) emissão, com vencimento em setembro de 2009, será pago pela Emissora com a utilização de disponibilidades (caixa)."

"3.8. Objeto Social da Emissora

A Emissora é uma concessionária de serviços públicos e atua na distribuição de energia elétrica. Nos termos de seu Estatuto Social, constitui objeto social da Emissora: (i) estudo, planejamento, projeto, construção e operação de sistemas de distribuição e comércio de energia; (ii) prestação de serviços que, direta ou indiretamente, se relacionem com seu objeto social, tais como: uso múltiplo de postes, mediante cessão onerosa a outros usuários, prestação de serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros, serviços de otimização de processos energéticos e instalações elétricas de consumidores, cessão onerosa de faixas de servidão de linhas, visando maior eficiência no uso da eletricidade; e (iii) estudo, elaboração, execução de planos e programas de desenvolvimento econômico em regiões de interesse da Emissora, seja diretamente ou em colaboração com órgãos estatais ou particulares, bem como o fornecimento de informações e assistência para auxílio da iniciativa privada ou estatal, que visem a implantação de atividades econômicas, culturais, assistenciais e sociais naquelas regiões, para o cumprimento de sua função social em benefício da comunidade. Para fins de cumprir o seu objeto social, a Emissora poderá exercer outras atividades afins, desde que devidamente autorizada pelo Poder Concedente, na forma da legislação pertinente.";

"4.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores"), para colocação por meio do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, e do DDA, administrado e operacionalizado pela BM&FBOvespa, mediante observância ao plano de distribuição descrito no item 4.1.2. abaixo.";

"4.9.1. As Debêntures farão jus à remuneração equivalente à variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, *over extra grupo*, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet (www.cetip.com.br) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de *spread* a ser definido no Procedimento de *Bookbuilding*, ratificado pelo conselho de administração da Emissora e



3

#4

af

Sh

ELEKTRO

PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

contemplado na presente Escritura de Emissão por meio da celebração do Aditamento ("Acréscimo sobre a Taxa DI", sendo a Taxa DI e o Acréscimo sobre a Taxa DI referidos em conjunto como "Remuneração"), observado que o Acréscimo sobre a Taxa DI não poderá ser superior a 2,80% (dois inteiros e oitenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures desde a Data de Emissão ou a data de vencimento do Período de Capitalização (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNeX(\text{FatorJuros}-1)$$

Sendo que:

J = valor unitário dos juros devidos em cada Data de Pagamento da Remuneração, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário de emissão ou saldo do Valor Nominal Unitário da Debênture, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = (FatorDI x FatorSpread), calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

Fator DI = produtório das taxas DI_k, da Data de Emissão, inclusive, até cada Data de Pagamento da Remuneração, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

Sendo que:

n = número total de Taxas DI consideradas na apuração do produtório, sendo "n" um número inteiro;

K = número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n;

TDI_k = fator da taxa DI_k, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:



4

R1

Aut

7

PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Sendo que:

DI_k = Taxa DI de ordem k divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread= sobretaxa de juros fixos calculados com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$Fator\ Spread = \left(\frac{Spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}}$$

Sendo que:

Spread = Acréscimo sobre a Taxa DI, conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding*, na forma percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais; e

n = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior e a próxima Data de Pagamento da Remuneração, sendo "n" um número inteiro.

Observações:

- (i) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP;
- (ii) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (iii) Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (iv) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- (v) O fator resultante da expressão $(Fator\ DI \times Fator\ Spread)$ deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.";

"4.12.1. (...)



5

PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

DEBÊNTURAS

(s) (...)

A) (...)

DEBÊNTURAS

"EBITDA": é o somatório do lucro líquido dos últimos 4 (quatro) trimestres antes de deduzidos (i) o imposto de renda e contribuição social, (ii) a depreciação e as amortizações, inclusive a amortização do ágio pago na aquisição da Emissora, (iii) as despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras, (iv) os resultados de participações societárias, e (v) a reversão da despesa financeira com Juros sobre Capital Próprio;"

"4.13.4. Para as debêntures registradas na CETIP, o Resgate Antecipado parcial deverá ocorrer através de "operação de compra e venda definitiva no mercado secundário", sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos titulares de Debêntures, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por cada titular de Debêntures, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalização do Resgate Antecipado, não haverá a necessidade de aditamento à presente Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.";

"4.14.1. (...)

- (b) após a publicação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado, os titulares de Debêntures que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado deverão se manifestar nesse sentido ao Agente Fiduciário até o encerramento do prazo a ser estabelecido no Edital de Oferta de Resgate Antecipado. Ao final deste prazo, a Emissora terá 3 (três) dias úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, ficando certo que todas as Debêntures objeto da Oferta de Resgate Antecipado serão liquidadas em uma única data;

(...)

- (e) para as Debêntures custodiadas na CETIP, os pagamentos serão realizados em observância aos procedimentos descritos no item 4.13.4. acima."; e

"6.2. (...)

- (j) verificou o atendimento, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do item 3.7. da Cláusula Terceira desta Escritura de Emissão.".



#1  6 

PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

**Cláusula Terceira – DAS RATIFICAÇÕES E CONSOLIDAÇÃO
DA ESCRITURA DE EMISSÃO**

Ficam ratificadas todas as demais disposições constantes da Escritura de Emissão que não foram expressamente alteradas por este Primeiro Aditamento, sendo transcrita abaixo a versão consolidada da Escritura de Emissão, refletindo as alterações referidas na Cláusula Segunda acima:

**"INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO
ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.**

Pelo presente instrumento particular, como emissora, (a) **ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.**, companhia aberta com sede na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Ary Antenor de Souza, n.º 321, Jardim Nova América, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.328.280/0001-97, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Emissora") e, como agente fiduciário da presente emissão e nela interveniente, representando a comunhão dos titulares das debêntures emitidas pela Emissora nos termos do presente instrumento, que constitui a 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e quirografárias da Emissora, (b) **PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, n.º 99, 24º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 15.227.994/0001-50, neste ato representada na forma do seu Contrato Social ("Agente Fiduciário", sendo a Emissora e o Agente Fiduciário referidos em conjunto como "Partes" e individual e indistintamente como "Parte"), vêm, por meio desta e em regular forma de direito, celebrar o presente Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, Quirografárias, da Elektro Eletricidade e Serviços S.A. ("Escritura de Emissão", "Emissão" e "Debêntures", respectivamente), em observância às seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização da (i) assembléia geral ordinária e extraordinária da Emissora realizada em 2 de abril de 2009 ("AGOE"); e (ii) da reunião do conselho de administração da Emissora realizada em 7 de maio de 2009, que deliberou sobre as condições de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Primeira RCA" e "Lei das Sociedades por Ações", respectivamente), conforme retificada pela reunião do conselho de administração da Emissora realizada em 25 de maio de 2009 ("Segunda RCA", sendo a Primeira RCA e a Segunda RCA referidas em conjunto como "RCA").



#4

Handwritten signature and initials.

PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

1.2. Esta Escritura de Emissão será objeto de aditamento, para refletir o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo), o qual será ratificado em reunião do conselho de administração da Emissora a ser convocada especificamente para esse fim ("Aditamento").

Cláusula Segunda – DOS REQUISITOS

As Debêntures serão objeto de distribuição pública ("Oferta"), a ser realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

2.1.1. A Oferta será registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nos termos (i) da Lei das Sociedades por Ações; (ii) da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei n.º 6.385/76"); (iii) da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 400/03"); e (iv) das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Registro da Oferta").

2.1.2. O Registro da Oferta será realizado por meio do procedimento simplificado previsto na Instrução CVM n.º 471, de 8 de agosto de 2008 ("Instrução CVM n.º 471/08"), devendo o pedido de Registro da Oferta ser submetido à análise prévia da Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID ("ANBID"), em observância ao disposto no "Código de Auto-Regulação da ANBID para as Atividades Conveniadas" ("Código ANBID de Atividades Conveniadas").

2.2. Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo e Publicação das Atas da AGOE e da RCA

2.2.1. A ata da AGOE foi registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP ("JUCESP") em 6 de abril de 2009, sob n.º 123.794/09-2, e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico em 7 e 16 de abril de 2009, nos termos da legislação em vigor.

2.2.2. As atas das RCA serão arquivadas na JUCESP, sendo que a ata da Primeira RCA foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico em 12 de maio de 2009, e a ata da Segunda RCA será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico, nos termos da legislação em vigor.

2.3. Registro da Escritura de Emissão

A presente Escritura de Emissão, o Aditamento e eventuais aditamentos posteriores serão registrados na JUCESP, de acordo com o artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.



8

74

PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

JUE SP

2.4. Registro na ANBID

O pedido de Registro da Oferta será submetido à análise prévia da ANBID, e a Oferta será registrada perante a CVM e a ANBID, nos termos da Instrução CVM nº 471/08, do Código ANBID de Atividades Conveniadas e do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

2.5. Registro para Distribuição e Negociação

As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário (i) por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT") e do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (ii) por meio do DDA - Sistema de Distribuição de Ativos ("DDA") e do Sistema Bovespafix (ambiente de negociação de ativos) ("Bovespafix"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBovespa"), sendo processadas pela BM&FBovespa a custódia e a liquidação financeira da Oferta e da negociação das Debêntures.

Cláusula Terceira – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Séries

A Emissão é realizada em uma única série.

3.2. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão é de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).

3.3. Quantidade de Debêntures

São emitidas 30.000 (trinta mil) Debêntures.

3.4. Destinação de Recursos

Conforme detalhadamente descrito no prospecto da Oferta ("Prospecto"), os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Oferta serão integralmente utilizados da seguinte forma:

- (a) aproximadamente 40% (quarenta por cento) dos recursos serão utilizados no resgate antecipado e pagamento integral da dívida representada pela 1ª (primeira) emissão de notas promissórias comerciais da Emissora, objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação e dispensa automática de registro perante a CVM, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, emitidas em 24 de abril de 2009, com prazo de 180 (cento e oitenta) dias e valor



PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

nominal unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), perfazendo o montante total de R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais); e

- (b) aproximadamente 60% (sessenta por cento) dos recursos serão utilizados no pagamento da primeira parcela de principal e parte da respectiva atualização, com vencimento em setembro de 2009, das debêntures da 2ª (segunda) emissão da Emissora, objeto de distribuição pública, composta por 75.000 (setenta e cinco mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirografia, com garantia adicional, emitidas em três séries em 1º de setembro de 2005 e com vencimento final previsto para 1º de setembro de 2011. O saldo remanescente da atualização monetária da parcela de principal das debêntures emitidas pela Emissora no âmbito da 2ª (segunda) emissão, com vencimento em setembro de 2009, será pago pela Emissora com a utilização de disponibilidades (caixa).

3.5. Número da Emissão

A presente Escritura de Emissão representa a 3ª (terceira) emissão de debêntures da Emissora.

3.6. Banco Mandatário e Agente Escriturador

3.6.1. O banco mandatário da Emissão é o Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itáúsa, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Mandatário").

3.6.2. A instituição depositária e agente escriturador das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 61.194.353/0001-64.

3.7. Limite Legal

A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que o capital social da Emissora, em 31 de março de 2009, era de R\$ 952.491.950,14 (novecentos e cinquenta e dois milhões, quatrocentos e noventa e um mil, novecentos e cinquenta reais e quatorze centavos).

3.8. Objeto Social da Emissora

A Emissora é uma concessionária de serviços públicos e atua na distribuição de energia elétrica. Nos termos de seu Estatuto Social, constitui objeto social da Emissora: (i) estudo, planejamento, projeto, construção e operação de sistemas de distribuição e comércio de energia; (ii) prestação de serviços que, direta ou indiretamente, se relacionem com seu objeto social, tais como: uso múltiplo de postes, mediante cessão onerosa a outros usuários, prestação de serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros, serviços de



#4

10 R.
4

PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

otimização de processos energéticos e instalações elétricas de consumidores; cessão onerosa de faixas de servidão de linhas, visando maior eficiência no uso da eletricidade; e (iii) estudo, elaboração, execução de planos e programas de desenvolvimento econômico em regiões de interesse da Emissora, seja diretamente ou em colaboração com órgãos estatais ou particulares, bem como o fornecimento de informações e assistência para auxílio da iniciativa privada ou estatal, que visem a implantação de atividades econômicas, culturais, assistenciais e sociais naquelas regiões, para o cumprimento de sua função social em benefício da comunidade. Para fins de cumprir o seu objeto social, a Emissora poderá exercer outras atividades afins, desde que devidamente autorizada pelo Poder Concedente, na forma da legislação pertinente.

Cláusula Quarta – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Colocação e Plano de Distribuição

4.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("**Coordenadores**"), para colocação por meio do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, e do DDA, administrado e operacionalizado pela BM&FBOvespa, mediante observância ao plano de distribuição descrito no item 4.1.2. abaixo.

4.1.2. As Debêntures serão colocadas junto ao público de acordo com o seguinte plano de distribuição ("**Plano de Distribuição**"):

4.1.2.1. As Debêntures serão colocadas pelos Coordenadores junto a pessoas físicas, pessoas jurídicas, fundos de investimento, fundos de pensão, administradores de recursos de terceiros, instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização, bem como investidores considerados institucionais ou qualificados nos termos da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, levando em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta. Os Coordenadores, com expressa anuência da Emissora, organizarão a colocação das Debêntures perante os investidores interessados, podendo levar em conta suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, sendo permitida, inclusive, a coleta de intenções de investimento, nos termos da Instrução CVM n.º 400/03, por meio de procedimento de *bookbuilding* a ser conduzido pelos Coordenadores ("**Procedimento de Bookbuilding**").

4.1.2.2. Para os fins do disposto no parágrafo 2º do artigo 14 e no artigo 24 da Instrução CVM n.º 400/03, a Emissão e a Oferta não poderão ser aumentadas, a critério da Emissora ou dos Coordenadores.

4.1.2.3. Nos termos do artigo 30 da Instrução CVM n.º 400/03, a Oferta somente poderá ser concluída mediante distribuição total das Debêntures.

4.1.2.4. Na hipótese de não conclusão da Oferta, por qualquer motivo, os investidores que já tiverem subscrito e integralizado Debêntures receberão, da Emissora, por meio dos Coordenadores, os montantes utilizados na integralização de Debêntures no prazo a ser indicado



PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

no anúncio de início da Oferta ("Anúncio de Início"), que não será superior a 5 (cinco) dias úteis contados da data de publicação de anúncio informando sobre a não conclusão da Oferta, deduzidos os encargos e tributos devidos, sem qualquer remuneração.

4.1.2.5. Na hipótese de restituição de quaisquer valores aos investidores, conforme previsto acima, os investidores deverão fornecer recibo de quitação relativo aos valores restituídos, bem como efetuar a devolução dos boletins de subscrição das Debêntures cujos valores tenham sido restituídos.

4.1.3. A colocação das Debêntures junto ao público investidor somente terá início após a concessão do registro da Oferta pela CVM, a publicação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto ao público investidor.

4.2. Data de Emissão das Debêntures

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures é 18 de junho de 2009 ("Data de Emissão").

4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures

O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.4. Forma, Conversibilidade e Comprovação de Titularidade das Debêntures

As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelares ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pela Itaú Corretora de Valores S.A., prestador de serviços de escrituração das Debêntures e, adicionalmente, (i) para as Debêntures custodiadas na CETIP, será expedido extrato em nome dos titulares de Debêntures, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures; e (ii) para as Debêntures custodiadas na BM&FBOvespa, será expedido extrato em nome dos titulares de Debêntures, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.

4.5. Espécie

As Debêntures são da espécie quirografária, sem garantia.

4.6. Preço de Subscrição e Forma de Integralização

4.6.1. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva subscrição e integralização.



12

129

Aut. 3/12

PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SÍMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

4.6.2. As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição.

4.7. Prazo de Vencimento

As Debêntures têm prazo de vigência de 27 (vinte e sete) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 18 de setembro de 2011 ("Data de Vencimento").

4.8. Amortização Programada

4.8.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado a partir do 18º (décimo oitavo) mês após a Data de Emissão, inclusive, trimestralmente, sendo o primeiro pagamento de amortização devido em 18 de dezembro de 2010 e o último na Data de Vencimento, ou seja, em 18 de setembro de 2011 ("Amortizações Programadas"), observadas as seguintes proporções e montantes totais: (i) 19,10% (dezenove inteiros e dez centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário em 18 de dezembro de 2010, perfazendo o montante total de R\$ 57.300.000,00 (cinquenta e sete milhões e trezentos mil reais); (ii) 19,10% (dezenove inteiros e dez centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário em 18 de março de 2011, perfazendo o montante total de R\$ 57.300.000,00 (cinquenta e sete milhões e trezentos mil reais); (iii) 18,90% (dezoito inteiros e noventa centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário em 18 de junho de 2011, perfazendo o montante total de R\$ 56.700.000,00 (cinquenta e seis milhões e setecentos mil reais); e (iv) o saldo remanescente do Valor Nominal Unitário em 18 de setembro de 2011, em montante total de R\$ 128.700.000,00 (cento e vinte e oito milhões e setecentos mil reais).

4.8.2. Os montantes totais das Amortizações Programadas, conforme previstos no item 4.8.1. acima, serão divididos de forma *pro rata* entre todos titulares de Debêntures em circulação à época de cada Amortização Programada.

4.9. Remuneração

4.9.1. As Debêntures farão jus à remuneração equivalente à variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, *over extra grupo*, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet (www.cetip.com.br) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de *spread* a ser definido no Procedimento de *Bookbuilding*, ratificado pelo conselho de administração da Emissora e contemplado na presente Escritura de Emissão por meio da celebração do Aditamento ("Acréscimo sobre a Taxa DI", sendo a Taxa DI e o Acréscimo sobre a Taxa DI referidos em conjunto como "Remuneração"), observado que o Acréscimo sobre a Taxa DI não poderá ser superior a 2,80% (dois inteiros e oitenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures desde a Data de Emissão ou a data de vencimento do Período de



ELEKTRO

PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

Capitalização (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, ~~conforme o caso~~, até a data
do seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNeX(\text{FatorJuros}-1)$$

Sendo que:

J = valor unitário dos juros devidos em cada Data de Pagamento da Remuneração, calculado
com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário de emissão ou saldo do Valor Nominal Unitário da Debênture,
informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = (FatorDI x FatorSpread), calculado com 9 (nove) casas decimais, com
arredondamento;

Fator DI = produtório das taxas DI_k, da Data de Emissão, inclusive, até cada Data de Pagamento
da Remuneração, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento,
apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

Sendo que:

n = número total de Taxas DI consideradas na apuração do produtório, sendo "n" um número
inteiro;

K = número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n;

TDI_k = fator da taxa DI_k, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da
seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Sendo que:

DI_k = Taxa DI de ordem k divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida
por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;



14

#4

Art 14

PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

Fator Spread = sobretaxa de juros fixos calculados com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$Fator Spread = \left(\frac{Spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{360}}$$

Sendo que:

spread = Acréscimo sobre a Taxa DI, conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding*, na forma percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais; e

n = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior e a próxima Data de Pagamento da Remuneração, sendo "n" um número inteiro.

Observações:

- (vi) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP;
- (vii) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (viii) Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (ix) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- (x) O fator resultante da expressão $(Fator DI \times Fator Spread)$ deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.9.2. Os pagamentos da Remuneração serão realizados de acordo com o seguinte cronograma:

(i) durante o período compreendido entre a Data de Emissão e o 18º (décimo oitavo) mês após a Data de Emissão, os pagamentos da Remuneração serão realizados semestralmente, nas seguintes datas: 18 de dezembro de 2009 e 18 de junho de 2010; e (ii) a partir do 18º (décimo oitavo) mês após a Data de Emissão e até a Data de Vencimento, os pagamentos da Remuneração serão realizados trimestralmente, nas seguintes datas: 18 de dezembro de 2010,



15

PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

18 de março de 2011, 18 de junho de 2011 e 18 de setembro de 2011 (**"Datas de Pagamento da Remuneração"**).

4.9.3. O período de capitalização da Remuneração é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração correspondente ao período em questão (**"Período de Capitalização"**).

4.9.4. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.9.5. Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora, não houver divulgação da taxa DIK pela CETIP, será aplicada na apuração de TDIK a última taxa DIK divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares de Debêntures quando da divulgação posterior da taxa DIK que seria aplicável. Se a não divulgação da taxa DIK for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos itens abaixo quanto à definição do novo parâmetro de remuneração das Debêntures.

4.9.6. Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da taxa DIK por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da taxa DIK às Debêntures por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados (i) do primeiro dia em que a taxa DIK não tenha sido divulgada pelo prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos ou (ii) do primeiro dia em que a taxa DIK não possa ser utilizada por proibição legal ou judicial, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos previstos no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações) para deliberar, em comum acordo com a Emissora e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13/03 e/ou regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado, que deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado interbancário vigentes à época. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, a última taxa DIK divulgada será utilizada na apuração do Fator Juros quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares de Debêntures quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

4.9.6.1. Caso a taxa DIK volte a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.9.6. acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas não será realizada e a taxa DIK, a partir da data de sua validade, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da taxa DIK nos termos deste item 4.9.6.1., a última taxa DIK divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

4.9.7. Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.9.6. acima, não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e titulares de Debêntures representando,



16

PP

ank

R
Z

PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar o Agente Fiduciário por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- (a) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 90 (noventa) dias contados da Data de realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso. Neste caso, a taxa DIK a ser utilizada para a apuração de TDIK no cálculo da Remuneração será a última taxa DIK disponível; ou
- (b) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento. Nesta hipótese, caso a Emissora pretenda realizar a amortização das Debêntures em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma *pro rata* entre os titulares de Debêntures em circulação. Durante o cronograma estipulado pela Emissora para amortização das Debêntures e até a amortização integral das Debêntures em circulação, as Debêntures farão jus a nova remuneração a ser definida pelos titulares de Debêntures e apresentada à Emissora na Assembléia Geral de Debenturistas a que se refere o item 4.9.6. acima.

4.10. Repactuação Programada

As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.11. Aquisição Facultativa

4.11.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação por preço não superior ao Valor Nominal Unitário não amortizado acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da efetiva aquisição, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações.

4.11.2. As Debêntures objeto desse procedimento poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora ou ser colocadas para negociação no mercado.

4.12. Vencimento Antecipado

4.12.1. Observado o disposto nos itens 4.12.2. a 4.12.6. abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e



17

#1

Handwritten signature and initials.

PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures em circulação acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência das seguintes hipóteses:

- (a) falta de pagamento de dívidas ou descumprimento de obrigações pecuniárias pela Emissora cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), e que não seja regularizada(o) no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data do inadimplemento ou descumprimento de tal obrigação pecuniária;
- (b) vencimento antecipado de obrigações pecuniárias da Emissora cujo valor individual ou agregado, na respectiva data de vencimento antecipado, seja superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ressalvada a hipótese da Emissora, por meio de acordo, medida judicial ou arbitral, reverter a declaração do vencimento antecipado de tais obrigações no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sem que deva garantir tal reversão com pecúnia ou outros bens em valor correspondente ou superior às obrigações vencidas antecipadamente;
- (c) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora, no mercado local ou internacional, cujo valor individual ou agregado, na respectiva data de protesto, seja superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), e que não seja sanado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data em que a Emissora tome conhecimento do referido protesto, à exceção de protesto efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora no prazo referido acima;
- (d) descumprimento de qualquer decisão judicial transitada em julgado de natureza condenatória contra a Emissora, em valor, individual ou agregado, na data da referida decisão, igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou seu equivalente em outra moeda;
- (e) descumprimento de qualquer decisão administrativa de entidade regulatória contra a qual não seja obtido efeito suspensivo no prazo de até 2 (dois) dias úteis e que possa, comprovadamente, impactar de maneira significativa as condições econômicas, financeiras e/ou operacionais da Emissora, incluindo, sem limitação, a concessão da Emissora para explorar atividades relacionadas à distribuição de energia elétrica, nos termos do respectivo contrato de concessão em vigor;
- (f) decretação de falência, liquidação ou dissolução da Emissora, bem como pedido de falência não elidido no prazo legal;
- (g) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou autofalência formulado pela Emissora ou, ainda, qualquer procedimento análogo que caracterize estado de insolvência, incluindo acordo com credores, nos termos da legislação aplicável;



PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

III

- (h) cisão, fusão ou incorporação da Emissora por outra sociedade, salvo (i) se tal alteração societária for previamente aprovada em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para esse fim por titulares de Debêntures representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação; ou (ii) se for garantido o direito de resgate aos titulares de Debêntures que não concordarem com referida cisão, fusão ou incorporação;
- (i) alteração no controle acionário direto ou indireto da Emissora, exceto nos casos de reorganização societária que envolva, exclusivamente, os atuais acionistas controladores diretos e indiretos da Emissora;
- (j) limitação da concessão da Emissora para explorar atividades relacionadas à distribuição de energia elétrica, nos termos do contrato de concessão da Emissora em vigor, desapropriação ou confisco de ativos permanentes ou, ainda, qualquer outra medida que resulte (i) na perda de, no mínimo, 20% (vinte por cento) da capacidade de distribuição de energia elétrica da Emissora, tomando-se por base a capacidade de distribuição de energia elétrica da Emissora na data de celebração desta Escritura de Emissão, e/ou (ii) na incapacidade de gestão dos negócios da Emissora e/ou de suas controladas operacionais e que, comprovadamente, afete a capacidade de pagamento da Emissora com relação às obrigações assumidas perante os titulares de Debêntures;
- (k) perda da concessão da Emissora para explorar atividades relacionadas à distribuição de energia elétrica, nos termos do contrato de concessão da Emissora em vigor;
- (l) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (m) transferência, pela Emissora, de qualquer obrigação relacionada às Debêntures, exceto se houver anuência prévia e expressa dos titulares de Debêntures representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação;
- (n) alteração ou modificação do objeto social da Emissora, exceto se houver anuência prévia e expressa dos titulares de Debêntures representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação;
- (o) redução do capital social da Emissora, exceto se previamente autorizado pelos titulares de Debêntures representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação;
- (p) pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto Social da Emissora, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das



PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

Sociedades por Ações, caso a Emissora esteja em mora com relação ao pagamento de parcela ou saldo do Valor Nominal Unitário, da Remuneração e/ou de quaisquer outros valores devidos aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão;

- (q) inadimplemento, pela Emissora, com relação ao pagamento do Valor Nominal Unitário, da Remuneração e/ou de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures prevista nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data do inadimplemento;
- (r) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão não sanado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento de comunicação acerca do referido descumprimento; e
- (s) não observância pela Emissora, por 2 (dois) trimestres consecutivos enquanto houver Debêntures em circulação, de qualquer dos seguintes índices e limites financeiros a serem calculados trimestralmente ("**Índices e Limites Financeiros**");

1. Endividamento Financeiro Líquido/EBITDA menor ou igual a 2,5; e
2. EBITDA/Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 3,0.

A) Para os fins do disposto na alínea (s) acima:

"Endividamento Financeiro Líquido": é o endividamento financeiro deduzido do saldo de caixa e das disponibilidades financeiras da Emissora (incluindo valores empenhados), excluídos os empréstimos setoriais concedidos e a serem concedidos pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás ("**Empréstimos Eletrobrás**");

"EBITDA": é o somatório do lucro líquido dos últimos 4 (quatro) trimestres antes de deduzidos (i) o imposto de renda e contribuição social, (ii) a depreciação e as amortizações, inclusive a amortização do ágio pago na aquisição da Emissora, (iii) as despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras, (iv) os resultados de participações societárias, e (v) a reversão da despesa financeira com Juros sobre Capital Próprio; e

"Despesa Financeira Líquida": é a despesa financeira deduzida das receitas financeiras dos últimos 4 (quatro) trimestres. As despesas financeiras excluem aquelas associadas (i) aos Empréstimos Eletrobrás; (ii) ao Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre receita financeira; (iii) aos juros sobre capital próprio; (iv) à variação cambial sobre as compras de energia de Furnas/Itaipu.

B) Os Índices e Limites Financeiros serão apurados e verificados pelo Agente Fiduciário trimestralmente, no encerramento de cada trimestre contábil, com base nas informações financeiras da Emissora apresentadas à CVM. A primeira apuração e verificação dos Índices e



20

R1

Handwritten signatures and initials.

PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

Limites Financeiros, nos termos desta Escritura de Emissão, deverá considerar o trimestre contábil a ser encerrado em 30 de setembro de 2009.

4.12.1.1. Os valores mencionados nas alíneas (a) a (d) do item 4.12.1. acima serão corrigidos anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

4.12.2. A Emissora deverá comunicar o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração na legislação e/ou nas práticas contábeis aplicáveis à elaboração das suas demonstrações financeiras que resulte em impacto relevante nos critérios e parâmetros de cálculo dos Índices e Limites Financeiros. Nessa hipótese, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre eventual adequação dos Índices e Limites Financeiros às novas regras ou práticas contábeis, que deverá ser aprovada por titulares de Debêntures representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação.

4.12.2.1. Exclusivamente na hipótese prevista no item 4.12.2. acima, eventual desenquadramento de qualquer dos Índices e Limites Financeiros durante o período entre (i) a convocação da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.12.2. acima; e (ii) a definição dos novos critérios e parâmetros de cálculo dos Índices e Limites Financeiros, não ensejará a declaração do vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

4.12.2.2. Caso a Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.12.2. acima não delibere sobre os novos critérios e parâmetros de cálculo dos Índices e Limites Financeiros ou não seja instalada por falta de quorum, em primeira e segunda convocação, serão considerados mantidos os Índices e Limites Financeiros estabelecidos nesta Escritura de Emissão e eventual desenquadramento, a partir desse momento, poderá ensejar a declaração do vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

4.12.2.3. Ressalvada a hipótese prevista no item 4.12.2. acima, a alteração de qualquer dos Índices e Limites Financeiros, por qualquer motivo, deverá ser aprovada por titulares de Debêntures representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação, nos termos do item 7.5.1. desta Escritura de Emissão.

4.12.3. Para os fins de que trata essa Escritura de Emissão, "Data de Vencimento Antecipado" será qualquer uma das seguintes datas: (i) na hipótese dos eventos previstos nas alíneas (a), (b), (c), (f), (g), (h), (k), (l), (m), (n), (o), (p), (q) e (r) do item 4.12.1. acima, será a data em que ocorrer qualquer dos eventos ali referidos, quando o vencimento antecipado das Debêntures, independente de notificação do Agente Fiduciário nesse sentido, será declarado automaticamente pelo Agente Fiduciário; (ii) ocorrendo os eventos previstos nas alíneas (d), (e), (i), (j) ou (s) do item 4.12.1. acima, será a data em que se realizar a Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.12.4. abaixo, se tal Assembleia Geral aprovar o vencimento antecipado das Debêntures, sendo que o Agente Fiduciário deverá comunicar eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures à Emissora no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, de acordo com a Cláusula Nona desta Escritura de Emissão.



PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLIS, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

4.12.4

4.12.4. Na ocorrência de qualquer dos eventos previstos nas alíneas (d), (e), (i), (j) ou (s) do item 4.12.1. acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 2 (dois) dias úteis contados da data em que for constatada a ocorrência do referido evento, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

4.12.5. Caso a Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.12.4. acima não delibere sobre a eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures ou não seja instalada por falta de quorum, em primeira e segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures, acrescido da Remuneração e outros encargos devidos até a data do efetivo pagamento, a menos que titulares de Debêntures que representem pelo menos 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, hipótese na qual não haverá vencimento antecipado das Debêntures.

4.12.5.1. Eventual suspensão dos trabalhos da Assembleia Geral de Debenturistas para reabertura em data diversa daquela originalmente estabelecida para a sua realização, desde que a data de reabertura da referida Assembleia Geral de Debenturistas seja aprovada pelos titulares de Debêntures presentes na Assembleia Geral de Debenturistas cujos trabalhos tenham sido objeto de suspensão, não ensejará a declaração do vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

4.12.6. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures em circulação acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) dias úteis contados da comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, nos termos da Cláusula Nona desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.15. abaixo.

4.12.6.1. As Debêntures objeto do procedimento descrito no item 4.12.6. acima serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

4.13. Resgate Antecipado

4.13.1. A Emissora reserva-se o direito de, a seu exclusivo critério, a qualquer momento a partir do 12º (décimo segundo) mês contado da Data de Emissão ("Prazo para Resgate Antecipado"), promover resgate(s) antecipado(s) de parte ou da totalidade das Debêntures em circulação ("Resgate Antecipado").



22

††

Aut

2

PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

4.13.2. O Resgate Antecipado parcial deverá ser realizado mediante sorteio, nos termos do artigo 55, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações.

4.13.3. O Resgate Antecipado parcial ou total será realizado mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração ("**Valor de Resgate**"), calculado, *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, acrescido de prêmio calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = d/D * 0,0065 * \text{Valor de Resgate}$$

sendo que:

P= prêmio de resgate apurado sobre o Valor de Resgate, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

d= quantidade de dias corridos entre a data de pagamento do Valor de Resgate e a Data de Vencimento;

D= quantidade de dias corridos entre a data de início do Prazo para Resgate Antecipado e a Data de Vencimento.

4.13.4. Para as debêntures registradas na CETIP, o Resgate Antecipado parcial deverá ocorrer através de "operação de compra e venda definitiva no mercado secundário", sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos titulares de Debêntures, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por cada titular de Debêntures, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalização do Resgate Antecipado, não haverá a necessidade de aditamento à presente Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

4.14. Oferta de Resgate Antecipado

4.14.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, mediante deliberação pelo conselho de administração, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures endereçada a todos os titulares de Debêntures, sem distinção, sendo assegurado a todos os titulares de Debêntures igualdade de condições para aceitar a oferta de resgate antecipado das Debêntures de sua titularidade ("**Oferta de Resgate Antecipado**"). A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada da seguinte forma:

- (a) a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio da publicação de edital a ser amplamente divulgado nos termos do Item 4.19. desta Escritura de Emissão ("**Edital de Oferta de Resgate Antecipado**"), que deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo: (i) se o resgate antecipado será total ou parcial, bem como o procedimento a ser observado em caso de resgate antecipado parcial (sorteio, nos termos do artigo 55, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, ou ordem cronológica de aceitação da respectiva Oferta de Resgate Antecipado); (ii) o valor do prêmio de resgate, se houver; (iii) a data efetiva para o resgate das Debêntures e pagamento dos valores devidos aos



23

#1

Handwritten signature and initials, including "Cin" and "R."

PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

titulares de Debêntures; (iv) forma de manifestação dos titulares de Debêntures que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado; e (v) demais informações necessárias à tomada de decisão pelos titulares de Debêntures e à operacionalização do resgate das Debêntures;

- (b) após a publicação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado, os titulares de Debêntures que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado deverão se manifestar nesse sentido ao Agente Fiduciário até o encerramento do prazo a ser estabelecido no Edital de Oferta de Resgate Antecipado. Ao final deste prazo, a Emissora terá 3 (três) dias úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, ficando certo que todas as Debêntures objeto da Oferta de Resgate Antecipado serão liquidadas em uma única data;
- (c) a Emissora poderá condicionar a realização da Oferta de Resgate Antecipado à sua aceitação por um percentual mínimo dos titulares de Debêntures, a ser definido e divulgado por meio do Edital de Oferta de Resgate Antecipado;
- (d) o valor a ser pago aos titulares de Debêntures será correspondente ao Valor Nominal Unitário não amortizado acrescido (i) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso; e (ii) de eventual prêmio a ser oferecido aos titulares de Debêntures, a exclusivo critério da Emissora; e
- (e) para as Debêntures custodiadas na CETIP, os pagamentos serão realizados em observância aos procedimentos descritos no item 4.13.4. acima.

4.14.2. As Debêntures resgatadas antecipadamente nos termos deste item 4.14. serão canceladas pela Emissora.

4.14.3. Os pagamentos devidos aos titulares de Debêntures em razão da aceitação de Oferta de Resgate Antecipado serão efetuados por meio da CETIP ou da BM&FBovespa, conforme as Debêntures estejam custodiadas junto à CETIP ou à BM&FBovespa, observados os respectivos procedimentos específicos. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP ou à BM&FBovespa terão os seus pagamentos realizados junto ao Banco Mandatário.

4.15. Multa e Juros Moratórios

Ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora, de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures, incluindo, sem limitação, o pagamento das Amortizações Programadas e da Remuneração devidas nos termos desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento)



24

Aut

PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, ~~ambos incidentes sobre as~~ quantias em atraso.

4.16. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto no item 4.15, acima, o não comparecimento do titular de Debêntures para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe assegurado, todavia, o direito adquirido até a data do respectivo vencimento.

4.17. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora por meio da CETIP ou da BM&FBovespa, conforme as Debêntures estejam custodiadas junto à CETIP ou à BM&FBovespa. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP ou à BM&FBovespa terão os seus pagamentos realizados junto ao Banco Mandatário.

4.18. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, até o primeiro dia útil subsequente, se o respectivo vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP ou da BM&FBovespa, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.19. Publicidade

Todos os atos e decisões relevantes relativos exclusivamente à Emissão e/ou às Debêntures que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos titulares de Debêntures, a critério razoável da Emissora, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico, utilizados pela Emissora para efetuar as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações e pela CVM.

4.20. Imunidade dos Titulares de Debêntures

Caso qualquer titular de Debêntures goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de pagamentos referentes às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.



25

R

Aut
25
R

PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

Cláusula Quinta – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

(a) Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre social, ou nas datas de suas divulgações, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social ou cópia de suas informações trimestrais relativas ao respectivo trimestre, ambas acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes. As informações referidas nesta alínea (ii) deverão ser acompanhadas de relatório demonstrando a apuração dos Índices e Limites Financeiros, explicitando as rubricas necessárias à sua apuração, bem como de declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora atestando o cumprimento das disposições constantes desta Escritura de Emissão;
- (ii) dentro de 10 (dez) dias úteis, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;
- (iii) cópia das informações periódicas e eventuais pertinentes à Instrução CVM n.º 202, de 6 de dezembro de 1993, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 202/93"), ou normativo que venha a substituí-la, com a mesma periodicidade prevista para o envio dessas informações à CVM;
- (iv) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 4.19. acima;
- (v) avisos aos titulares de Debêntures, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos titulares de Debêntures, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM n.º 202/93 ou normativo que venha a substituí-la, ou, se ali não previstos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
- (vi) desde que seja do seu conhecimento, informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do descumprimento, sem prejuízo do disposto na alínea (f) abaixo;



26

PI

Art

R.
7

PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

- (vii) dentro de, no máximo, 5 (cinco) dias após sua divulgação, cópia do relatório de reavaliação anual da agência classificadora de risco das Debêntures, contratada na forma da alínea (s);
- (viii) em até 10 (dez) dias úteis da respectiva solicitação, qualquer informação relevante para a Emissão que lhe venha a ser razoavelmente solicitada;
- (ix) em até 5 (cinco) dias úteis após seu recebimento, cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial recebida pela Emissora que possa resultar em um "Efeito Adverso Relevante", que significa todo e qualquer efeito relevante adverso aos negócios, à situação financeira e ao resultado das operações da Emissora; e
- (x) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;
- (b) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (c) manter sempre atualizado o registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos da Instrução CVM n.º 202/93, e fornecer aos seus acionistas as demonstrações financeiras nos termos dos artigos 176 e 289 da Lei das Sociedades por Ações;
- (d) manter, em adequado funcionamento, atendimento eficiente aos titulares de Debêntures ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (e) atender de forma eficiente às solicitações legítimas dos titulares de Debêntures e do Agente Fiduciário;
- (f) convocar, nos termos da Cláusula Sétima, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (g) informar o Agente Fiduciário imediatamente sobre a ocorrência de qualquer evento previsto no item 4.12. da Cláusula Quarta desta Escritura de Emissão;
- (h) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (i) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;



27

Handwritten signature and initials.

PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

- (j) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração relevante nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora, bem como quaisquer eventos ou situações que possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar, de qualquer forma, o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures, no todo ou em parte;
- (k) manter seus bens e ativos devidamente segurados, conforme práticas correntes da Emissora;
- (l) não praticar qualquer ato em desacordo com o seu Estatuto Social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares de Debêntures;
- (m) cumprir as obrigações que lhes são aplicáveis nos termos da legislação e regulamentação vigentes, inclusive ambiental, diligenciando para que suas atividades atendam às determinações dos Órgãos Municipais, Estaduais e Federais;
- (n) cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive no que tange à destinação dos recursos captados por meio da Oferta;
- (o) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, o Agente Fiduciário e sistema de negociação no mercado secundário por meio do SND e do Bovespafix;
- (p) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão;
- (q) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (r) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;
- (s) contratar e manter contratada, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, agência classificadora de risco que mantenha atualizado e dê ampla divulgação ao mercado do relatório de classificação de risco (*rating*) das Debêntures, com periodicidade, no mínimo, anual; e



PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

- (t) Informar o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração, na legislação e/ou nas práticas contábeis aplicáveis à elaboração das suas demonstrações financeiras que resulte em impacto relevante nos critérios e parâmetros de cálculo dos Índices e Limites Financeiros.

5.2. As despesas a que se refere a alínea (p) do item 5.1. acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões;
- (c) despesas de viagem, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, sendo que os valores relativos a essas despesas estarão limitados àqueles usualmente incorridos pela Emissora em relação aos seus próprios empregados, para suas viagens e hospedagem; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que venham a ser necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos titulares de Debêntures.

Cláusula Sexta – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui como agente fiduciário da Emissão, a Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., acima qualificada, que, por meio deste ato, aceita tal nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos titulares de Debêntures.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara sob as penas da lei, que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas as suas Cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;



29

Conf

li
7

PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 28/83");
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições da Circular BACEN n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990, conforme alterada;
- (i) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão; e
- (j) verificou o atendimento, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do item 3.7. da Cláusula Terceira desta Escritura de Emissão.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou, caso ainda restem obrigações da Emissora inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora relacionadas a esta Escritura de Emissão sejam cumpridas ou, ainda, até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, duas parcelas de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) dia útil após a concessão do registro da Oferta pela CVM e a segunda parcela devida 12 (doze) meses após o pagamento da primeira parcela ("**Remuneração do Agente Fiduciário**").

6.4.1. A remuneração prevista acima será devida até o vencimento, resgate ou cancelamento das Debêntures e mesmo após o seu vencimento, resgate ou cancelamento na hipótese de atuação do Agente Fiduciário na cobrança de eventuais inadimplências relativas às Debêntures não sanadas pela Emissora. Nessas hipóteses, a remuneração devida ao Agente Fiduciário será calculada proporcionalmente aos meses de atuação do Agente Fiduciário, com base no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por mês.

6.4.2. As parcelas referentes à Remuneração do Agente Fiduciário serão atualizadas anualmente pela variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou, na sua falta, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão e até as datas de pagamento de cada parcela referente à Remuneração do Agente Fiduciário, calculadas *pro-rata die*.



30

Handwritten signature and initials.

PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

6.4.3. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia ~~devida em decorrência~~ desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento).

6.4.4. As parcelas referentes à Remuneração do Agente Fiduciário ~~serão apóseadas de~~ (i) Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS); (ii) Programa de Integração Social (PIS); (iii) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS); e (iv) quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a Remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

6.4.5. A Emissora ressarcirá ao Agente Fiduciário todas as despesas razoáveis que o mesmo tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, desde que tais despesas tenham sido previamente aprovadas pela Emissora.

6.4.5.1. O ressarcimento de despesas de que trata o item 6.4.5. acima será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora e compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com: (a) publicação de relatórios, avisos e notificações que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis; (b) extração de certidões; (c) locomoções entre cidades e estados, com respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

6.4.5.2. Em caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos titulares de Debêntures deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos titulares de Debêntures e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos titulares de Debêntures incluem, também, gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais relacionadas a ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de suas funções, ou, ainda, que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros enquanto representante da comunhão dos titulares de Debêntures. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos titulares de Debêntures, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento de tais despesas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos titulares de Debêntures para cobertura do risco da sucumbência.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;



31

#1

PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLÉS, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCESP, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os titulares de Debêntures acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- (h) solicitar, quando considerar necessário e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora;
- (i) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa previstos no item 4.19. acima;
- (j) comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (k) elaborar relatórios destinados aos titulares de Debêntures, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
 - i. eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - ii. alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;



PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

- iii. comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - iv. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - v. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - vi. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
 - vii. pagamentos da Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - viii. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora; e
 - ix. relação dos bens e valores entregues ao Agente Fiduciário, compreendendo sua administração e/ou prepostos.
- (l) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- i. na sede da Emissora;
 - ii. na sede do Agente Fiduciário;
 - iii. na CVM;
 - iv. na CETIP;
 - v. na BM&FBovespa; e
 - vi. na sede dos Coordenadores.
- (m) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações legais, anúncio comunicando aos titulares de Debêntures que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea anterior;
- (n) manter atualizada a relação dos titulares de Debêntures e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Banco Mandatário, à CETIP e à BM&FBovespa;



33

14

OK

h
z

ELEKTRO

PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

- (o) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (p) notificar os titulares de Debêntures, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM, à CETIP e à BM&FBOvespa, em observância aos prazos exigidos por cada qual;
- (q) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (r) acompanhar, calcular e apurar os Índices e Limites Financeiros, na periodicidade prevista nesta Escritura de Emissão; e
- (s) verificar o cumprimento, pela Emissora, da obrigação de manter contratada agência classificadora de risco para atualização do relatório de classificação de risco (*rating*) das Debêntures, nos termos da alínea (s) do item 5.1. acima, e encaminhar cópia de eventuais atualizações à ANBID, no prazo de até 15 (quinze) dias após a sua veiculação.

6.6. Sem prejuízo do disposto no item 4.12. acima, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares de Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) observados os termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora, nos termos da legislação aplicável;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos titulares de Debêntures; e
- (d) representar os titulares de Debêntures em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (b) e (c) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação, bastando, porém, (i) a deliberação por Debenturistas que representem pelo menos 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea (a) acima; e (ii) a deliberação por Debenturistas que representem a maioria das



34

Art

PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

DEBÊNTURES

Debêntures em circulação presentes à respectiva Assembléia Geral de Debenturistas quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea (d) acima.

6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembléia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 5 (cinco) dias úteis antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a substituição, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo agente fiduciário superior à ora avençada.

6.7.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos titulares de Debêntures, solicitando sua substituição.

6.7.2. É facultado aos titulares de Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembléia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.7.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembléia Geral de Debenturistas.

6.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM n.º 28/83 e eventuais normas posteriores.

6.7.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado na JUCESP junto com a presente.

6.7.5.1 O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos titulares de Debêntures em forma de aviso nos termos do item 4.19. acima.

6.7.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.



35

#1

at

R.
Z

PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

Cláusula Sétima – DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os titulares de Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de Debêntures.

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.2.1. A Assembleia Geral de Debenturistas será convocada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias em primeira convocação e com antecedência mínima de 8 (oito) dias em segunda convocação.

7.2.2. Independentemente das formalidades previstas na Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem a totalidade dos titulares de Debêntures.

7.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.3.1. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá, conforme quem a tenha convocado, na forma do item 7.2. desta Cláusula Sétima, respectivamente, ao Agente Fiduciário, à Emissora, ao titular de Debêntures eleito pelos demais titulares de Debêntures presentes ou àquele que for designado pela CVM.

7.4. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, metade das Debêntures e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.5. Cada Debênture em circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão e no item abaixo, serão tomadas por titulares de Debêntures representando 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

7.5.1. Quaisquer alterações no prazo de vigência das Debêntures, na Remuneração (com exceção da deliberação de que trata o item 4.9.7. acima), nas datas de pagamento de Amortização Programada, nas Datas de Pagamento da Remuneração, no quorum de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas e nos eventos de vencimento antecipado (sem prejuízo do disposto no item 4.12.2. acima), conforme previsto nesta Escritura de Emissão, deverão ser aprovadas por titulares de Debêntures representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

7.6. Para efeito da constituição do quorum de instalação e deliberação a que se refere esta



36

PA

CNP

PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

Cláusula Sétima, serão consideradas como Debêntures em circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria ou que sejam pertencentes ao acionista controlador da Emissora ou a qualquer de suas controladas e coligadas, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes de segundo grau.

7.7. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembléias Gerais de Debenturistas.

7.8. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas para prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

Cláusula Oitava – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

8.1. A Emissora neste ato declara que:

- (a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações, inclusive as societárias, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, assim como a emissão e a distribuição pública das Debêntures não infringem ou contrariam, sob qualquer aspecto material, (a) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (e) exceto conforme informado no Prospecto, detém, nesta data, todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais,



37

#9

Col

h.
7

PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;

- (f) a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, relevantes e indispensáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social. A Emissora está obrigada, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos Municipais, Estaduais e Federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- (g) as Demonstrações Financeiras da Emissora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008, assim como as informações financeiras referentes aos períodos de 3 (três) meses encerrados em 31 de março de 2008 e 2009, representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade vigentes no Brasil à época em que foram preparadas e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;
- (h) o Prospecto contém e conterá, na data de publicação do Anúncio de Início, todas as informações relevantes em relação à Emissora, no contexto da Emissão e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de suas condições financeiras, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;
- (i) as informações e declarações contidas no Prospecto em relação à Emissora são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;
- (j) exceto pelas contingências informadas no Prospecto, não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades, que possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- (k) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;



38

#4

Ant

h.

PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

- (l) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Oferta aos fins previstos no item 3.4. desta Escritura de Emissão;
- (m) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculante da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições; e
- (n) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e os Coordenadores, em observância ao princípio da boa-fé.

Cláusula Nona – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

Rua Ary Antenor de Souza, n.º 321
Campinas – SP

At.: Sr. Rodrigo Ferreira Medeiros da Silva
Tel.: (19) 2122-1095
Fax: (19) 2122-1564
E-mail: rodrigo.silva@elektro.com.br

Para o Agente Fiduciário:

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Rua Sete de Setembro, n.º 99, 24º andar
Rio de Janeiro – RJ

At.: Srs. Carlos Alberto Bacha e Rinaldo Rabello Ferreira
Tel.: (21) 2507-1949
Fax: (21) 2507-1949
E-mail: pavarini@pavarini.com.br



39

Handwritten signature and initials.

PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

Para o Banco Mandatário:

BANCO ITAÚ S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itáúsa
São Paulo – SP

At.: Sr. Luiz Loureiro
Tel.: (11) 5029-1905
Fax: (11) 5029-1920
E-mail: luiz.loureiro@itau.com.br

Para a Instituição Depositária e Agente Escriturador:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3400, 10º andar
São Paulo – SP

At.: Sr. Luiz Loureiro
Tel.: (11) 5029-1905
Fax: (11) 5029-1920
E-mail: luiz.loureiro@itau.com.br

9.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio ou por telegrama, nos endereços acima. As comunicações feitas por meio de fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

Cláusula Dez – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos titulares de Debêntures em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.



40

PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

Cláusula Onze – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.”

Cláusula Quarta – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas deste Primeiro Aditamento.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam este Primeiro Aditamento a Emissora e o Agente Fiduciário, em 4 (quatro) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 25 de maio de 2009





PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

Página de assinaturas do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, Quirografárias, da Elektro Eletricidade e Serviços S.A., celebrado em 25 de maio de 2009


04.05.09

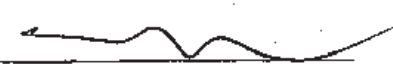
ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

Por: 
Cargo: Carlos M. Ferreira
Diretor Presidente

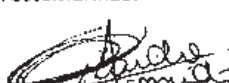
Por: 
Cargo: Rodrigo Ferreira M. Silva
Diretor Executivo Financeiro e
de Relações com Investidores

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

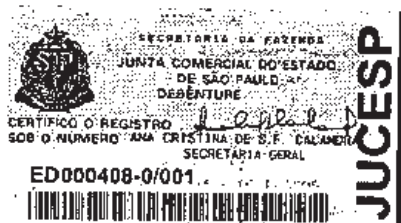
Por: 
Cargo: ROSILÉA MAYER FLORENTINO
PROCURADORA

Por: 
Cargo: Carlos Alberto Bacha
CPF 606.744.587-53
Procurador

Testemunhas:

Nome: 
RG: Ricardo Motoyama de Almeida
CPF: CPF 220.287.038-57
RG: 33242.640-8

Nome: 
RG: Simone Borsato Simão
CPF: CPF 111.031.946-78
CPF: RG 20.218.403-1



-
- Segundo Aditamento à Escritura Particular de Emissão de Debêntures

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**SEGUNDO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª
EMISSION DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES,
QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.**



Pelo presente Instrumento particular, como emissora, (a) **ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.**, companhia aberta com sede na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Ary Antenor de Souza, n.º 321, Jardim Nova América, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.328.280/0001-97, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Emissora") e, como agente fiduciário da presente emissão e nela interveniente, representando a comunhão dos titulares das debêntures emitidas pela Emissora nos termos do presente instrumento, que constitui a 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e quirografárias da Emissora, (b) **PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, n.º 99, 24º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 15.227.994/0001-50, neste ato representada na forma do seu Contrato Social ("Agente Fiduciário", sendo a Emissora e o Agente Fiduciário referidos em conjunto como "**Partes**" e individual e indistintamente como "**Parte**"), vêm, por meio desta e em regular forma de direito, celebrar o presente "Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, Quirografárias, da Elektro Eletricidade e Serviços S.A." ("**Segundo Aditamento**" e "**Debêntures**", respectivamente), em observância às seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira – DA ESCRITURA DE EMISSÃO, DO PRIMEIRO ADITAMENTO E DA
AVERBAÇÃO DESTE SEGUNDO ADITAMENTO**

1.1. Em 12 de maio de 2009, as Partes celebraram o "Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, Quirografárias, da Elektro Eletricidade e Serviços S.A." ("**Escritura de Emissão**"), o qual foi registrado perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o n.º ED000408-0/000, em 20 de maio de 2009.

1.2. Em 25 de maio de 2009, as Partes celebraram o "Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, Quirografárias, da Elektro Eletricidade e Serviços S.A." ("**Primeiro Aditamento**", sendo a Escritura de Emissão e o Primeiro Aditamento referidos em conjunto como "**Escritura de Emissão**"), o qual foi registrado perante a JUCESP sob o n.º ED000408-0/001, em 4 de junho de 2009.

1.3. Este Segundo Aditamento será registrado na JUCESP, juntamente com a Escritura de Emissão, nos termos da legislação aplicável.



R1

9 R

- R

SEGUNDO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

CVM n.º 400/03, por meio de procedimento de *bookbuilding* conduzido pelos Coordenadores ("Procedimento de *Bookbuilding*")."; e

"4.9.1. As Debêntures farão jus à remuneração equivalente à variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, *over extra grupo*, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo diário disponível em sua página na internet (www.cetip.com.br) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de *spread* de 1,40% (um inteiro e quarenta centésimo por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding* e ratificado pelo conselho de administração da Emissora na Terceira RCA ("Acréscimo sobre a Taxa DI", sendo a Taxa DI e o Acréscimo sobre a Taxa DI referidos em conjunto como "Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, Incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures desde a Data de Emissão ou a data de vencimento do Período de Capitalização (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo: (...)."

Cláusula Terceira – DAS RATIFICAÇÕES E CONSOLIDAÇÃO DA ESCRITURA DE EMISSÃO

Ficam ratificadas todas as demais disposições constantes da Escritura de Emissão que não foram expressamente alteradas por este Segundo Aditamento, sendo transcrita abaixo a versão consolidada da Escritura de Emissão, refletindo as alterações referidas na Cláusula Segunda acima:

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

Pelo presente instrumento particular, como emissora, (a) **ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.**, companhia aberta com sede na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Ary Antenor de Souza, n.º 321, Jardim Nova América, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.328.280/0001-97, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Emissora") e, como agente fiduciário da presente emissão e nela Interviente, representando a comunhão dos titulares das debêntures emitidas pela Emissora nos termos do presente instrumento, que constitui a 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e quirografárias da Emissora, (b) **PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, n.º 99, 24º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 15.227.994/0001-50, neste ato representada na forma do seu Contrato Social ("Agente Fiduciário", sendo a Emissora e o Agente Fiduciário referidos em conjunto como "Partes" e individual e indistintamente como "Parte"), vêm, por meio desta e em regular forma de direito, celebrar o



R4

3

h

V

SEGUNDO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

presente Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, Quirografárias, da Elektro Eletricidade e Serviços S.A. ("Escritura de Emissão", "Emissão" e "Debêntures", respectivamente), em observância às seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização da (i) assembléia geral ordinária e extraordinária da Emissora realizada em 2 de abril de 2009 ("AGOE"); e (ii) da reunião do conselho de administração da Emissora realizada em 7 de maio de 2009, que deliberou sobre as condições de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Primeira RCA" e "Lei das Sociedades por Ações", respectivamente), conforme retificada pela reunião do conselho de administração da Emissora realizada em 25 de maio de 2009 ("Segunda RCA"); e (iii) da reunião do conselho de administração da Emissora realizada em 19 de junho de 2009 ("Terceira RCA", sendo a Primeira RCA, a Segunda RCA e a Terceira RCA referidas em conjunto como "RCA").

Cláusula Segunda – DOS REQUISITOS

As Debêntures serão objeto de distribuição pública ("Oferta"), a ser realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

2.1.1. A Oferta será registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nos termos (i) da Lei das Sociedades por Ações; (ii) da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei n.º 6.385/76"); (iii) da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 400/03"); e (iv) das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Registro da Oferta").

2.1.2. O Registro da Oferta será realizado por meio do procedimento simplificado previsto na Instrução CVM n.º 471, de 8 de agosto de 2008 ("Instrução CVM n.º 471/08"), devendo o pedido de Registro da Oferta ser submetido à análise prévia da Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID ("ANBID"), em observância ao disposto no "Código de Auto-Regulação da ANBID para as Atividades Conveniadas" ("Código ANBID de Atividades Conveniadas").

2.2. Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo e Publicação das Atas da AGOE e da RCA

2.2.1. A ata da AGOE foi registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP ("JUCESP") em 6 de abril de 2009, sob n.º 123.794/09-2, e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico em 7 e 16 de abril de 2009, nos termos da legislação em vigor.



4

4
ER
V

SEGUNDO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

2.2.2. As atas das RCA serão arquivadas na JUCESP, sendo que a ata da Primeira RCA foi arquivada na JUCESP sob n.º 161.038/09-8, em 13 de maio de 2009, e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico em 12 de maio de 2009, a ata da Segunda RCA foi arquivada na JUCESP sob n.º 194.414/09-7, em 4 de junho de 2009, e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico em 28 de maio de 2009, e a ata da Terceira RCA será arquivada na JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico, nos termos da legislação em vigor.

2.3. Registro da Escritura de Emissão

A presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos posteriores serão registrados na JUCESP, de acordo com o artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. Registro na ANBID

O pedido de Registro da Oferta será submetido à análise prévia da ANBID e a Oferta será registrada perante a CVM e a ANBID, nos termos da Instrução CVM n.º 471/08, do Código ANBID de Atividades Conveniadas e do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

2.5. Registro para Distribuição e Negociação

As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário (i) por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT") e do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (ii) por meio do DDA – Sistema de Distribuição de Ativos ("DDA") e do Sistema Bovespafix (ambiente de negociação de ativos) ("Bovespafix"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBovespa"), sendo processadas pela BM&FBovespa a custódia e a liquidação financeira da Oferta e da negociação das Debêntures.

Cláusula Terceira – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Séries

A Emissão é realizada em uma única série.

3.2. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão é de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).



#1

5

3.4

SEGUNDO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

3.3. Quantidade de Debêntures

São emitidas 30.000 (trinta mil) Debêntures.

3.4. Destinação de Recursos

Conforme detalhadamente descrito no prospecto da Oferta ("Prospecto"), os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Oferta serão integralmente utilizados da seguinte forma:

- (a) aproximadamente 40% (quarenta por cento) dos recursos serão utilizados no resgate antecipado e pagamento integral da dívida representada pela 1ª (primeira) emissão de notas promissórias comerciais da Emissora, objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação e dispensa automática de registro perante a CVM, nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, emitidas em 24 de abril de 2009, com prazo de 180 (cento e oitenta) dias e valor nominal unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), perfazendo o montante total de R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais); e
- (b) aproximadamente 60% (sessenta por cento) dos recursos serão utilizados no pagamento da primeira parcela de principal e parte da respectiva atualização, com vencimento em setembro de 2009, das debêntures da 2ª (segunda) emissão da Emissora, objeto de distribuição pública, composta por 75.000 (setenta e cinco mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, com garantia adicional, emitidas em três séries em 1º de setembro de 2005 e com vencimento final previsto para 1º de setembro de 2011. O saldo remanescente da atualização monetária da parcela de principal das debêntures emitidas pela Emissora no âmbito da 2ª (segunda) emissão, com vencimento em setembro de 2009, será pago pela Emissora com a utilização de disponibilidades (caixa).

3.5. Número da Emissão

A presente Escritura de Emissão representa a 3ª (terceira) emissão de debêntures da Emissora.

3.6. Banco Mandatário e Agente Escriturador

3.6.1. O banco mandatário da Emissão é o Banco Itaú S.A., Instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itáúsa, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Mandatário").

3.6.2. A Instituição depositária e agente escriturador das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., Instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 61.194.353/0001-64.



6
R+
h.2

SEGUNDO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.



3.7. Limite Legal

A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que o capital social da Emissora, em 31 de março de 2009, era de R\$ 952.491.950,14 (novecentos e cinquenta e dois milhões, quatrocentos e noventa e um mil, novecentos e cinquenta reais e quatorze centavos).

3.8. Objeto Social da Emissora

A Emissora é uma concessionária de serviços públicos e atua na distribuição de energia elétrica. Nos termos de seu Estatuto Social, constitui objeto social da Emissora: (i) estudo, planejamento, projeto, construção e operação de sistemas de distribuição e comércio de energia; (ii) prestação de serviços que, direta ou indiretamente, se relacionem com seu objeto social, tais como: uso múltiplo de postes, mediante cessão onerosa a outros usuários, prestação de serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros, serviços de otimização de processos energéticos e instalações elétricas de consumidores, cessão onerosa de faixas de servidão de linhas, visando maior eficiência no uso da eletricidade; e (iii) estudo, elaboração, execução de planos e programas de desenvolvimento econômico em regiões de interesse da Emissora, seja diretamente ou em colaboração com órgãos estatais ou particulares, bem como o fornecimento de informações e assistência para auxílio da Iniciativa privada ou estatal, que visem a implantação de atividades econômicas, culturais, assistenciais e sociais naquelas regiões, para o cumprimento de sua função social em benefício da comunidade. Para fins de cumprir o seu objeto social, a Emissora poderá exercer outras atividades afins, desde que devidamente autorizada pelo Poder Concedente, na forma da legislação pertinente.

Cláusula Quarta – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Colocação e Plano de Distribuição

4.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores"), para colocação por meio do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, e do DDA, administrado e operacionalizado pela BM&FBovespa, mediante observância ao plano de distribuição descrito no item 4.1.2. abaixo.

4.1.2. As Debêntures serão colocadas junto ao público de acordo com o seguinte plano de distribuição ("Plano de Distribuição"):

4.1.2.1. As Debêntures serão colocadas pelos Coordenadores junto a pessoas físicas, pessoas jurídicas, fundos de investimento, fundos de pensão, administradores de recursos de terceiros, instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização, bem como investidores considerados institucionais ou qualificados nos termos da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, levando em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta. Os Coordenadores, com expressa anuência da Emissora, organizarão a colocação das Debêntures perante os



R4

7
R.7

SEGUNDO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

investidores interessados, podendo levar em conta suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, tendo sido realizada a coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM n.º 400/03, por meio de procedimento de *bookbuilding* conduzido pelos coordenadores ("Procedimento de *Bookbuilding*").

4.1.2.2. Para os fins do disposto no parágrafo 2º do artigo 14 e no artigo 24 da Instrução CVM n.º 400/03, a Emissão e a Oferta não poderão ser aumentadas, a critério da Emissora ou dos Coordenadores.

4.1.2.3. Nos termos do artigo 30 da Instrução CVM n.º 400/03, a Oferta somente poderá ser concluída mediante distribuição total das Debêntures.

4.1.2.4. Na hipótese de não conclusão da Oferta, por qualquer motivo, os investidores que já tiverem subscrito e integralizado Debêntures receberão, da Emissora, por meio dos Coordenadores, os montantes utilizados na integralização de Debêntures no prazo a ser indicado no anúncio de início da Oferta ("Anúncio de Início"), que não será superior a 5 (cinco) dias úteis contados da data de publicação de anúncio informando sobre a não conclusão da Oferta, deduzidos os encargos e tributos devidos, sem qualquer remuneração.

4.1.2.5. Na hipótese de restituição de quaisquer valores aos investidores, conforme previsto acima, os investidores deverão fornecer recibo de quitação relativo aos valores restituídos, bem como efetuar a devolução dos boletins de subscrição das Debêntures cujos valores tenham sido restituídos.

4.1.3. A colocação das Debêntures junto ao público investidor somente terá início após a concessão do registro da Oferta pela CVM, a publicação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto ao público investidor.

4.2. Data de Emissão das Debêntures

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures é 18 de junho de 2009 ("Data de Emissão").

4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures

O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.4. Forma, Conversibilidade e Comprovação de Titularidade das Debêntures

As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pela Itaú Corretora de Valores S.A., prestador de serviços de escrituração das



#4

8

li. 7

SEGUNDO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

Debêntures e, adicionalmente, (i) para as Debêntures custodiadas na CETIP, será expedido extrato em nome dos titulares de Debêntures, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures; e (ii) para as Debêntures custodiadas na BM&F Bovespa, será expedido extrato em nome dos titulares de Debêntures, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.

4.5. Espécie

As Debêntures são da espécie quirografária, sem garantia.

4.6. Preço de Subscrição e Forma de Integralização

4.6.1. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva subscrição e integralização.

4.6.2. As Debêntures serão Integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição.

4.7. Prazo de Vencimento

As Debêntures têm prazo de vigência de 27 (vinte e sete) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 18 de setembro de 2011 ("Data de Vencimento").

4.8. Amortização Programada

4.8.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado a partir do 18º (décimo oitavo) mês após a Data de Emissão, inclusive, trimestralmente, sendo o primeiro pagamento de amortização devido em 18 de dezembro de 2010 e o último na Data de Vencimento, ou seja, em 18 de setembro de 2011 ("Amortizações Programadas"), observadas as seguintes proporções e montantes totais: (i) 19,10% (dezenove inteiros e dez centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário em 18 de dezembro de 2010, perfazendo o montante total de R\$ 57.300.000,00 (cinquenta e sete milhões e trezentos mil reais); (ii) 19,10% (dezenove inteiros e dez centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário em 18 de março de 2011, perfazendo o montante total de R\$ 57.300.000,00 (cinquenta e sete milhões e trezentos mil reais); (iii) 18,90% (dezoito inteiros e noventa centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário em 18 de junho de 2011, perfazendo o montante total de R\$ 56.700.000,00 (cinquenta e seis milhões e setecentos mil reais); e (iv) o saldo remanescente do Valor Nominal Unitário em 18 de setembro de 2011, em montante total de R\$ 128.700.000,00 (cento e vinte e oito milhões e setecentos mil reais).

4.8.2. Os montantes totais das Amortizações Programadas, conforme previstos no item 4.8.1, acima, serão divididos de forma *pro rata* entre todos titulares de Debêntures em circulação à época de cada Amortização Programada.



21

9

fr

✓

SEGUNDO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.



4.9. Remuneração

4.9.1. As Debêntures farão jus à remuneração equivalente à variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, *over extra grupo*, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet (www.cetip.com.br) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de *spread* de 1,40% (um inteiro e quarenta centésimo por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding* e ratificado pelo conselho de administração da Emissora na Terceira RCA ("Acréscimo sobre a Taxa DI", sendo a Taxa DI e o Acréscimo sobre a Taxa DI referidos em conjunto como "Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures desde a Data de Emissão ou a data de vencimento do Período de Capitalização (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNeX(\text{FatorJuros} - 1)$$

Sendo que:

J = valor unitário dos juros devidos em cada Data de Pagamento da Remuneração, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário de emissão ou saldo do Valor Nominal Unitário da Debênture, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = (FatorDI x FatorSpread), calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

Fator DI = produtório das taxas DI_k, da Data de Emissão, inclusive, até cada Data de Pagamento da Remuneração, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

Sendo que:

n = número total de Taxas DI consideradas na apuração do produtório, sendo "n" um número inteiro;

K = número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n;



RT

10

Ri
S

unf

SEGUNDO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

TDI_k = fator da taxa DI_k , calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{360}} - 1$$

Sendo que:

DI_k = Taxa DI de ordem k divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

Fator Spread = sobretaxa de juros fixos calculados com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$Fator Spread = \left(\frac{Spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{360}}$$

Sendo que:

spread = Acréscimo sobre a Taxa DI, conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding*, na forma percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais; e

n = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior e a próxima Data de Pagamento da Remuneração, sendo "n" um número inteiro.

Observações:

- (i) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP;
- (ii) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (iii) Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;



11

SEGUNDO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

- (iv) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- (v) O fator resultante da expressão $(\text{Fator DI} \times \text{Fator Spread})$ deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.9.2. Os pagamentos da Remuneração serão realizados de acordo com o seguinte cronograma: (i) durante o período compreendido entre a Data de Emissão e o 18º (décimo oitavo) mês após a Data de Emissão, os pagamentos da Remuneração serão realizados semestralmente, nas seguintes datas: 18 de dezembro de 2009 e 18 de junho de 2010; e (ii) a partir do 18º (décimo oitavo) mês após a Data de Emissão e até a Data de Vencimento, os pagamentos da Remuneração serão realizados trimestralmente, nas seguintes datas: 18 de dezembro de 2010, 18 de março de 2011, 18 de junho de 2011 e 18 de setembro de 2011 ("Datas de Pagamento da Remuneração").

4.9.3. O período de capitalização da Remuneração é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração correspondente ao período em questão ("Período de Capitalização").

4.9.4. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.9.5. Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora, não houver divulgação da taxa DIK pela CETIP, será aplicada na apuração de TDik a última taxa DIK divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares de Debêntures quando da divulgação posterior da taxa DIK que seria aplicável. Se a não divulgação da taxa DIK for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos itens abaixo quanto à definição do novo parâmetro de remuneração das Debêntures.

4.9.6. Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da taxa DIK por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da taxa DIK às Debêntures por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados (i) do primeiro dia em que a taxa DIK não tenha sido divulgada pelo prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos ou (ii) do primeiro dia em que a taxa DIK não possa ser utilizada por proibição legal ou judicial, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos previstos no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações) para deliberar, em comum acordo com a Emissora e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13/03 e/ou regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado, que deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado interbancário vigentes à época. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, a última taxa DIK divulgada será utilizada na apuração do Fator Juros quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sendo devidas



#1

12

na

h

SEGUNDO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares de Debêntures quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

4.9.6.1. Caso a taxa DIK volte a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.9.6. acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas não será realizada e a taxa DIK, a partir da data de sua validade, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da taxa DIK nos termos deste item 4.9.6.1., a última taxa DIK divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

4.9.7. Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.9.6. acima, não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e titulares de Debêntures representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar o Agente Fiduciário por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- (a) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 90 (noventa) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso. Neste caso, a taxa DIK a ser utilizada para a apuração de TDIK no cálculo da Remuneração será a última taxa DIK disponível; ou
- (b) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento. Nesta hipótese, caso a Emissora pretenda realizar a amortização das Debêntures em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma *pro rata* entre os titulares de Debêntures em circulação. Durante o cronograma estipulado pela Emissora para amortização das Debêntures e até a amortização integral das Debêntures em circulação, as Debêntures farão jus a nova remuneração a ser definida pelos titulares de Debêntures e apresentada à Emissora na Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere o item 4.9.6. acima.

4.10. Repactuação Programada

As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.



R4

13

18

h

SEGUNDO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.



4.11. Aquisição Facultativa

4.11.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação por preço não superior ao Valor Nominal Unitário não amortizado acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da efetiva aquisição, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações.

4.11.2. As Debêntures objeto desse procedimento poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora ou ser colocadas para negociação no mercado.

4.12. Vencimento Antecipado

4.12.1. Observado o disposto nos itens 4.12.2. a 4.12.6. abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures em circulação acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência das seguintes hipóteses:

- (a) falta de pagamento de dívidas ou descumprimento de obrigações pecuniárias pela Emissora cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), e que não seja regularizada(o) no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data do inadimplemento ou descumprimento de tal obrigação pecuniária;
- (b) vencimento antecipado de obrigações pecuniárias da Emissora cujo valor individual ou agregado, na respectiva data de vencimento antecipado, seja superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ressalvada a hipótese da Emissora, por meio de acordo, medida judicial ou arbitral, reverter a declaração do vencimento antecipado de tais obrigações no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sem que deva garantir tal reversão com pecúnia ou outros bens em valor correspondente ou superior às obrigações vencidas antecipadamente;
- (c) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora, no mercado local ou internacional, cujo valor individual ou agregado, na respectiva data de protesto, seja superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), e que não seja sanado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data em que a Emissora tome conhecimento do referido protesto, à exceção de protesto efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora no prazo referido acima;
- (d) descumprimento de qualquer decisão judicial transitada em julgado de natureza condenatória contra a Emissora, em valor, individual ou agregado, na data da



H

14

3
Pr

SEGUNDO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

referida decisão, igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou seu equivalente em outra moeda;

- (e) descumprimento de qualquer decisão administrativa de entidade reguladora contra a qual não seja obtido efeito suspensivo no prazo de até 2 (dois) dias úteis e que possa, comprovadamente, impactar de maneira significativa as condições econômicas, financeiras e/ou operacionais da Emissora, incluindo, sem limitação, a concessão da Emissora para explorar atividades relacionadas à distribuição de energia elétrica, nos termos do respectivo contrato de concessão em vigor;
- (f) decretação de falência, liquidação ou dissolução da Emissora, bem como pedido de falência não elidido no prazo legal;
- (g) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou autofalência formulado pela Emissora ou, ainda, qualquer procedimento análogo que caracterize estado de insolvência, incluindo acordo com credores, nos termos da legislação aplicável;
- (h) cisão, fusão ou incorporação da Emissora por outra sociedade, salvo (i) se tal alteração societária for previamente aprovada em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para esse fim por titulares de Debêntures representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação; ou (ii) se for garantido o direito de resgate aos titulares de Debêntures que não concordarem com referida cisão, fusão ou incorporação;
- (i) alteração no controle acionário direto ou indireto da Emissora, exceto nos casos de reorganização societária que envolva, exclusivamente, os atuais acionistas controladores diretos e indiretos da Emissora;
- (j) limitação da concessão da Emissora para explorar atividades relacionadas à distribuição de energia elétrica, nos termos do contrato de concessão da Emissora em vigor, desapropriação ou confisco de ativos permanentes ou, ainda, qualquer outra medida que resulte (i) na perda de, no mínimo, 20% (vinte por cento) da capacidade de distribuição de energia elétrica da Emissora, tomando-se por base a capacidade de distribuição de energia elétrica da Emissora na data de celebração desta Escritura de Emissão, e/ou (ii) na incapacidade de gestão dos negócios da Emissora e/ou de suas controladas operacionais e que, comprovadamente, afete a capacidade de pagamento da Emissora com relação às obrigações assumidas perante os titulares de Debêntures;
- (k) perda da concessão da Emissora para explorar atividades relacionadas à distribuição de energia elétrica, nos termos do contrato de concessão da Emissora em vigor;
- (l) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;



R1

15

nr h. 2

SEGUNDO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO-CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.



- (m) transferência, pela Emissora, de qualquer obrigação relacionada às Debêntures, exceto se houver anuência prévia e expressa dos titulares de Debêntures representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação;
- (n) alteração ou modificação do objeto social da Emissora, exceto se houver anuência prévia e expressa dos titulares de Debêntures representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação;
- (o) redução do capital social da Emissora, exceto se previamente autorizado pelos titulares de Debêntures representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação;
- (p) pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto Social da Emissora, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caso a Emissora esteja em mora com relação ao pagamento de parcela ou saldo do Valor Nominal Unitário, da Remuneração e/ou de quaisquer outros valores devidos aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão;
- (q) inadimplemento, pela Emissora, com relação ao pagamento do Valor Nominal Unitário, da Remuneração e/ou de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures prevista nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data do inadimplemento;
- (r) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão não sanado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento de comunicação acerca do referido descumprimento; e
- (s) não observância pela Emissora, por 2 (dois) trimestres consecutivos enquanto houver Debêntures em circulação, de qualquer dos seguintes índices e limites financeiros a serem calculados trimestralmente (**"Índices e Limites Financeiros"**):

1. Endividamento Financeiro Líquido/EBITDA menor ou igual a 2,5; e
2. EBITDA/Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 3,0.

A) Para os fins do disposto na alínea (s) acima:

"Endividamento Financeiro Líquido": é o endividamento financeiro deduzido do saldo de caixa e das disponibilidades financeiras da Emissora (incluindo valores empenhados), excluídos os empréstimos setoriais concedidos e a serem concedidos pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás (**"Empréstimos Eletrobrás"**);



#1

16

gfr

uk

SEGUNDO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

11.03.09

"EBITDA": é o somatório do lucro líquido dos últimos 4 (quatro) trimestres antes de deduzidos (i) o imposto de renda e contribuição social, (ii) a depreciação e as amortizações, inclusive a amortização do ágio pago na aquisição da Emissora, (iii) as despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras, (iv) os resultados de participações societárias, e (v) a reversão da despesa financeira com Juros sobre Capital Próprio; e

"Despesa Financeira Líquida": é a despesa financeira deduzida das receitas financeiras dos últimos 4 (quatro) trimestres. As despesas financeiras excluem aquelas associadas (i) aos Empréstimos Eletrobrás; (ii) ao Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre receita financeira; (iii) aos juros sobre capital próprio; (iv) à variação cambial sobre as compras de energia de Furnas/Itaipu.

B) Os Índices e Limites Financeiros serão apurados e verificados pelo Agente Fiduciário trimestralmente, no encerramento de cada trimestre contábil, com base nas informações financeiras da Emissora apresentadas à CVM. A primeira apuração e verificação dos Índices e Limites Financeiros, nos termos desta Escritura de Emissão, deverá considerar o trimestre contábil a ser encerrado em 30 de setembro de 2009.

4.12.1.1. Os valores mencionados nas alíneas (a) a (d) do item 4.12.1. acima serão corrigidos anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

4.12.2. A Emissora deverá comunicar o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração na legislação e/ou nas práticas contábeis aplicáveis à elaboração das suas demonstrações financeiras que resulte em impacto relevante nos critérios e parâmetros de cálculo dos Índices e Limites Financeiros. Nessa hipótese, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre eventual adequação dos Índices e Limites Financeiros às novas regras ou práticas contábeis, que deverá ser aprovada por titulares de Debêntures representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação.

4.12.2.1. Exclusivamente na hipótese prevista no item 4.12.2. acima, eventual desenquadramento de qualquer dos Índices e Limites Financeiros durante o período entre (i) a convocação da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.12.2. acima; e (ii) a definição dos novos critérios e parâmetros de cálculo dos Índices e Limites Financeiros, não ensejará a declaração do vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

4.12.2.2. Caso a Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.12.2. acima não delibere sobre os novos critérios e parâmetros de cálculo dos Índices e Limites Financeiros ou não seja instalada por falta de quorum, em primeira e segunda convocação, serão considerados mantidos os Índices e Limites Financeiros estabelecidos nesta Escritura de Emissão e eventual desenquadramento, a partir desse momento, poderá ensejar a declaração do vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.



R1

17

inf
fi

SEGUNDO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

4.12.2.3. Ressalvada a hipótese prevista no item 4.12.2. acima, a alteração de qualquer dos Índices e Limites Financeiros, por qualquer motivo, deverá ser aprovada por titulares de Debêntures representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação, nos termos do item 7.5.1. desta Escritura de Emissão.

4.12.3. Para os fins de que trata essa Escritura de Emissão, "Data de Vencimento Antecipado" será qualquer uma das seguintes datas: (i) na hipótese dos eventos previstos nas alíneas (a), (b), (c), (f), (g), (h), (k), (l), (m), (n), (o), (p), (q) e (r) do item 4.12.1. acima, será a data em que ocorrer qualquer dos eventos ali referidos, quando o vencimento antecipado das Debêntures, independente de notificação do Agente Fiduciário nesse sentido, será declarado automaticamente pelo Agente Fiduciário; (ii) ocorrendo os eventos previstos nas alíneas (d), (e), (i), (j) ou (s) do item 4.12.1. acima, será a data em que se realizar a Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.12.4. abaixo, se tal Assembleia Geral aprovar o vencimento antecipado das Debêntures, sendo que o Agente Fiduciário deverá comunicar eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures à Emissora no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, de acordo com a Cláusula Nona desta Escritura de Emissão.

4.12.4. Na ocorrência de qualquer dos eventos previstos nas alíneas (d), (e), (i), (j) ou (s) do item 4.12.1. acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 2 (dois) dias úteis contados da data em que for constatada a ocorrência do referido evento, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

4.12.5. Caso a Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.12.4. acima não delibere sobre a eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures ou não seja instalada por falta de quorum, em primeira e segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures, acrescido da Remuneração e outros encargos devidos até a data do efetivo pagamento, a menos que titulares de Debêntures que representem pelo menos 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, hipótese na qual não haverá vencimento antecipado das Debêntures.

4.12.5.1. Eventual suspensão dos trabalhos da Assembleia Geral de Debenturistas para reabertura em data diversa daquela originalmente estabelecida para a sua realização, desde que a data de reabertura da referida Assembleia Geral de Debenturistas seja aprovada pelos titulares de Debêntures presentes na Assembleia Geral de Debenturistas cujos trabalhos tenham sido objeto de suspensão, não ensejará a declaração do vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

4.12.6. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures em circulação acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, bem como de quaisquer outros



#4

18

2
R

SEGUNDO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) dias úteis contados da comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, nos termos da Cláusula Nona desta Escritura de Emissão; sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.13.15 abaixo.

4.12.6.1. As Debêntures objeto do procedimento descrito no Item 4.12.6. acima serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

4.13. Resgate Antecipado

4.13.1. A Emissora reserva-se o direito de, a seu exclusivo critério, a qualquer momento a partir do 12º (décimo segundo) mês contado da Data de Emissão ("Prazo para Resgate Antecipado"), promover resgate(s) antecipado(s) de parte ou da totalidade das Debêntures em circulação ("Resgate Antecipado").

4.13.2. O Resgate Antecipado parcial deverá ser realizado mediante sorteio, nos termos do artigo 55, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações.

4.13.3. O Resgate Antecipado parcial ou total será realizado mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração ("Valor de Resgate"), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, acrescido de prêmio calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = d/D * 0,0065 * \text{Valor de Resgate}$$

sendo que:

P= prêmio de resgate apurado sobre o Valor de Resgate, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

d= quantidade de dias corridos entre a data de pagamento do Valor de Resgate e a Data de Vencimento;

D= quantidade de dias corridos entre a data de início do Prazo para Resgate Antecipado e a Data de Vencimento.

4.13.4. Para as debêntures registradas na CETIP, o Resgate Antecipado parcial deverá ocorrer através de "operação de compra e venda definitiva no mercado secundário", sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos titulares de Debêntures, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por cada titular de Debêntures, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalização do Resgate Antecipado, não haverá a necessidade de aditamento à presente Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.



SEGUNDO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.



4.14. Oferta de Resgate Antecipado

4.14.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, mediante deliberação pelo conselho de administração, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures endereçada a todos os titulares de Debêntures, sem distinção, sendo assegurado a todos os titulares de Debêntures igualdade de condições para aceitar a oferta de resgate antecipado das Debêntures de sua titularidade ("Oferta de Resgate Antecipado"). A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada da seguinte forma:

- (a) a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio da publicação de edital a ser amplamente divulgado nos termos do item 4.19. desta Escritura de Emissão ("Edital de Oferta de Resgate Antecipado"), que deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo: (i) se o resgate antecipado será total ou parcial, bem como o procedimento a ser observado em caso de resgate antecipado parcial (sorteio, nos termos do artigo 55, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, ou ordem cronológica de aceitação da respectiva Oferta de Resgate Antecipado); (ii) o valor do prêmio de resgate, se houver; (iii) a data efetiva para o resgate das Debêntures e pagamento dos valores devidos aos titulares de Debêntures; (iv) forma de manifestação dos titulares de Debêntures que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado; e (v) demais informações necessárias à tomada de decisão pelos titulares de Debêntures e à operacionalização do resgate das Debêntures;
- (b) após a publicação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado, os titulares de Debêntures que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado deverão se manifestar nesse sentido ao Agente Fiduciário até o encerramento do prazo a ser estabelecido no Edital de Oferta de Resgate Antecipado. Ao final deste prazo, a Emissora terá 3 (três) dias úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, ficando certo que todas as Debêntures objeto da Oferta de Resgate Antecipado serão liquidadas em uma única data;
- (c) a Emissora poderá condicionar a realização da Oferta de Resgate Antecipado à sua aceitação por um percentual mínimo dos titulares de Debêntures, a ser definido e divulgado por meio do Edital de Oferta de Resgate Antecipado;
- (d) o valor a ser pago aos titulares de Debêntures será correspondente ao Valor Nominal Unitário não amortizado acrescido (i) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso; e (ii) de eventual prêmio a ser oferecido aos titulares de Debêntures, a exclusivo critério da Emissora; e
- (e) para as Debêntures custodiadas na CETIP, os pagamentos serão realizados em observância aos procedimentos descritos no item 4.13.4. acima.



R4

20

nik 7 R.

SEGUNDO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

4.14.2. As Debêntures resgatadas antecipadamente nos termos deste item 4.14. serão canceladas pela Emissora.

4.14.3. Os pagamentos devidos aos titulares de Debêntures em razão da antecipação de Oferta de Resgate Antecipado serão efetuados por meio da CETIP ou da BM&FBovespa, conforme as Debêntures estejam custodiadas junto à CETIP ou à BM&FBovespa, observados os respectivos procedimentos específicos. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP ou à BM&FBovespa terão os seus pagamentos realizados junto ao Banco Mandatário.

4.15. Multa e Juros Moratórios

Ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora, de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures, incluindo, sem limitação, o pagamento das Amortizações Programadas e da Remuneração devidas nos termos desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre as quantias em atraso.

4.16. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto no item 4.15. acima, o não comparecimento do titular de Debêntures para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe assegurado, todavia, o direito adquirido até a data do respectivo vencimento.

4.17. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora por meio da CETIP ou da BM&FBovespa, conforme as Debêntures estejam custodiadas junto à CETIP ou à BM&FBovespa. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP ou à BM&FBovespa terão os seus pagamentos realizados junto ao Banco Mandatário.

4.18. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, até o primeiro dia útil subsequente, se o respectivo vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP ou da BM&FBovespa, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.



SEGUNDO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.



4.19. Publicidade

Todos os atos e decisões relevantes relativos exclusivamente à Emissão e/ou às Debêntures que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos titulares de Debêntures, a critério razoável da Emissora, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico, utilizados pela Emissora para efetuar as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações e pela CVM.

4.20. Imunidade dos Titulares de Debêntures

Caso qualquer titular de Debêntures goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de pagamentos referentes às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

Cláusula Quinta – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

(a) Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre social, ou nas datas de suas divulgações, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social ou cópia de suas informações trimestrais relativas ao respectivo trimestre, ambas acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes. As informações referidas nesta alínea (ii) deverão ser acompanhadas de relatório demonstrando a apuração dos Índices e Limites Financeiros, explicitando as rubricas necessárias à sua apuração, bem como de declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora atestando o cumprimento das disposições constantes desta Escritura de Emissão;
- (ii) dentro de 10 (dez) dias úteis, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;
- (iii) cópia das informações periódicas e eventuais pertinentes à Instrução CVM n.º 202, de 6 de dezembro de 1993, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 202/93"), ou normativo que venha a substituí-la, com a mesma periodicidade prevista para o envio dessas informações à CVM;



22

H

7.41

SEGUNDO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

- (iv) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 4.19. acima;
- (v) avisos aos titulares de Debêntures, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos titulares de Debêntures, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM n.º 202/93 ou normativo que venha a substituí-la, ou, se ali não previstos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
- (vi) desde que seja do seu conhecimento, informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do descumprimento, sem prejuízo do disposto na alínea (f) abaixo;
- (vii) dentro de, no máximo, 5 (cinco) dias após sua divulgação, cópia do relatório de reavaliação anual da agência classificadora de risco das Debêntures, contratada na forma da alínea (s) abaixo;
- (viii) em até 10 (dez) dias úteis da respectiva solicitação, qualquer informação relevante para a Emissão que lhe venha a ser razoavelmente solicitada;
- (ix) em até 5 (cinco) dias úteis após seu recebimento, cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial recebida pela Emissora que possa resultar em um "Efeito Adverso Relevante", que significa todo e qualquer efeito relevante adverso aos negócios, à situação financeira e ao resultado das operações da Emissora; e
- (x) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;
- (b) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (c) manter sempre atualizado o registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos da Instrução CVM n.º 202/93, e fornecer aos seus acionistas as demonstrações financeiras nos termos dos artigos 176 e 289 da Lei das Sociedades por Ações;
- (d) manter, em adequado funcionamento, atendimento eficiente aos titulares de Debêntures ou contratar Instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;



23

Rf
nf
fi

SEGUNDO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

- (e) atender de forma eficiente às solicitações legítimas dos titulares de Debêntures e do Agente Fiduciário;
- (f) convocar, nos termos da Cláusula Sétima, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (g) informar o Agente Fiduciário imediatamente sobre a ocorrência de qualquer evento previsto no item 4.12, da Cláusula Quarta desta Escritura de Emissão;
- (h) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (i) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (j) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração relevante nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora, bem como quaisquer eventos ou situações que possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar, de qualquer forma, o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures, no todo ou em parte;
- (k) manter seus bens e ativos devidamente seguros, conforme práticas correntes da Emissora;
- (l) não praticar qualquer ato em desacordo com o seu Estatuto Social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares de Debêntures;
- (m) cumprir as obrigações que lhes são aplicáveis nos termos da legislação e regulamentação vigentes, inclusive ambiental, diligenciando para que suas atividades atendam às determinações dos Órgãos Municipais, Estaduais e Federais;
- (n) cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive no que tange à destinação dos recursos captados por meio da Oferta;
- (o) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, o Agente Fiduciário e sistema de negociação no mercado secundário por meio do SND e do Bovespafix;
- (p) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares



24

R4

nk

7
Pr

SEGUNDO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

de Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão;

- (q) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (r) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;
- (s) contratar e manter contratada, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, agência classificadora de risco que mantenha atualizado e dê ampla divulgação ao mercado do relatório de classificação de risco (*rating*) das Debêntures, com periodicidade, no mínimo, anual; e
- (t) informar o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração na legislação e/ou nas práticas contábeis aplicáveis à elaboração das suas demonstrações financeiras que resulte em impacto relevante nos critérios e parâmetros de cálculo dos Índices e Limites Financeiros.

5.2. As despesas a que se refere a alínea (p) do item 5.1. acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões;
- (c) despesas de viagem, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, sendo que os valores relativos a essas despesas estarão limitados àqueles usualmente incorridos pela Emissora em relação aos seus próprios empregados, para suas viagens e hospedagem; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que venham a ser necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos titulares de Debêntures.

Cláusula Sexta – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui como agente fiduciário da Emissão, a Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., acima qualificada, que, por meio deste ato, aceita tal nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos titulares de Debêntures.



SEGUNDO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara sob as penas da lei, que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 28/83");
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições da Circular BACEN n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990, conforme alterada;
- (i) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão; e
- (j) verificou o atendimento, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do Item 3.7. da Cláusula Terceira desta Escritura de Emissão.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou, caso ainda restem obrigações da Emissora inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora relacionadas a esta Escritura de Emissão sejam cumpridas ou, ainda, até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, duas parcelas de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) dia útil após a concessão do registro da Oferta pela CVM e a segunda



R4

inf

2
Pr.

SEGUNDO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

parcela devida 12 (doze) meses após o pagamento da primeira parcela ("Remuneração do Agente Fiduciário").

6.4.1. A remuneração prevista acima será devida até o vencimento, resgate ou cancelamento das Debêntures e mesmo após o seu vencimento, resgate ou cancelamento na hipótese de atuação do Agente Fiduciário na cobrança de eventuais inadimplências relativas às Debêntures não sanadas pela Emissora. Nessas hipóteses, a remuneração devida ao Agente Fiduciário será calculada proporcionalmente aos meses de atuação do Agente Fiduciário, com base no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por mês.

6.4.2. As parcelas referentes à Remuneração do Agente Fiduciário serão atualizadas anualmente pela variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou, na sua falta, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão e até as datas de pagamento de cada parcela referente à Remuneração do Agente Fiduciário, calculadas *pro-rata die*.

6.4.3. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento).

6.4.4. As parcelas referentes à Remuneração do Agente Fiduciário serão acrescidas de (i) Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS); (ii) Programa de Integração Social (PIS); (iii) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS); e (iv) quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a Remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

6.4.5. A Emissora ressarcirá ao Agente Fiduciário todas as despesas razoáveis que o mesmo tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, desde que tais despesas tenham sido previamente aprovadas pela Emissora.

6.4.5.1. O ressarcimento de despesas de que trata o item 6.4.5. acima será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora e compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com: (a) publicação de relatórios, avisos e notificações que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis; (b) extração de certidões; (c) locomoções entre cidades e estados, com respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

6.4.5.2. Em caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos titulares de Debêntures deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos titulares de Debêntures e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos titulares de Debêntures incluem, também, gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais relacionadas a ações



SEGUNDO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de suas funções, ou, ainda, que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros enquanto representante da comunhão dos titulares de Debêntures. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos titulares de Debêntures, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento de tais despesas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos titulares de Debêntures para cobertura do risco da sucumbência.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCESP, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os titulares de Debêntures acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- (h) solicitar, quando considerar necessário e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora;



116

8

7
R

SEGUNDO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

- (i) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa previstos no item 4.19, acima;
- (j) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (k) elaborar relatórios destinados aos titulares de Debêntures, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
- i. eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - ii. alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - iii. comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - iv. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - v. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - vi. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
 - vii. pagamentos da Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - viii. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora; e
 - ix. relação dos bens e valores entregues ao Agente Fiduciário, compreendendo sua administração e/ou prepostos.
- (l) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- i. na sede da Emissora;
 - ii. na sede do Agente Fiduciário;



SEGUNDO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

JUL 13
24 16 09

- iii. na CVM;
 - iv. na CETIP;
 - v. na BM&FBovespa; e
 - vi. na sede dos Coordenadores.
- (m) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações legais, anúncio comunicando aos titulares de Debêntures que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea anterior;
 - (n) manter atualizada a relação dos titulares de Debêntures e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Banco Mandatário, à CETIP e à BM&FBovespa;
 - (o) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
 - (p) notificar os titulares de Debêntures, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM, à CETIP e à BM&FBovespa, em observância aos prazos exigidos por cada qual;
 - (q) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
 - (r) acompanhar, calcular e apurar os Índices e Limites Financeiros, na periodicidade prevista nesta Escritura de Emissão; e
 - (s) verificar o cumprimento, pela Emissora, da obrigação de manter contratada agência classificadora de risco para atualização do relatório de classificação de risco (*rating*) das Debêntures, nos termos da alínea (s) do item 5.1. acima, e encaminhar cópia de eventuais atualizações à ANBID, no prazo de até 15 (quinze) dias após a sua veiculação.

6.6. Sem prejuízo do disposto no item 4.12. acima, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares de Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:



#1

nk

4
R.

SEGUNDO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÁVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

- (a) observados os termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora, nos termos da legislação aplicável;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos titulares de Debêntures; e
- (d) representar os titulares de Debêntures em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (b) e (c) acima se, convocada a Assembléia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação, bastando, porém, (i) a deliberação por Debenturistas que representem pelo menos 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea (a) acima; e (ii) a deliberação por Debenturistas que representem a maioria das Debêntures em circulação presentes à respectiva Assembléia Geral de Debenturistas quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea (d) acima.

6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembléia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 5 (cinco) dias úteis antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo agente fiduciário superior à ora avençada.

6.7.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos titulares de Debêntures, solicitando sua substituição.

6.7.2. É facultado aos titulares de Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembléia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.7.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data



SEGUNDO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

6.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM n.º 28/83 e eventuais normas posteriores.

6.7.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado na JUCESP junto com a presente.

6.7.5.1 O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos titulares de Debêntures em forma de aviso nos termos do item 4.19. acima.

6.7.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

Cláusula Sétima – DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os titulares de Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de Debêntures.

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.2.1. A Assembleia Geral de Debenturistas será convocada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias em primeira convocação e com antecedência mínima de 8 (oito) dia em segunda convocação.

7.2.2. Independentemente das formalidades previstas na Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem a totalidade dos titulares de Debêntures.

7.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.3.1. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá, conforme quem a tenha convocado, na forma do item 7.2. desta Cláusula Sétima, respectivamente, ao Agente Fiduciário, à Emissora, ao titular de Debêntures eleito pelos demais titulares de Debêntures presentes ou àquele que for designado pela CVM.



32

RF

MF

7
Pi

SEGUNDO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELÉTRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

7.4. A Assembléia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, metade das Debêntures e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.5. Cada Debênture em circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembléas Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão e no item abaixo, serão tomadas por titulares de Debêntures representando 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

7.5.1. Quaisquer alterações no prazo de vigência das Debêntures, na Remuneração (com exceção da deliberação de que trata o item 4.9.7. acima), nas datas de pagamento de Amortização Programada, nas Datas de Pagamento da Remuneração, no quorum de deliberação das Assembléas Gerais de Debenturistas e nos eventos de vencimento antecipado (sem prejuízo do disposto no item 4.12.2. acima), conforme previsto nesta Escritura de Emissão, deverão ser aprovadas por titulares de Debêntures representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

7.6. Para efeito da constituição do quorum de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas como Debêntures em circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria ou que sejam pertencentes ao acionista controlador da Emissora ou a qualquer de suas controladas e coligadas, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes de segundo grau.

7.7. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembléas Gerais de Debenturistas.

7.8. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas para prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

Cláusula Oitava – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

8.1. A Emissora neste ato declara que:

- (a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações, inclusive as societárias, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;



33

#4
art
Z
R.

SEGUNDO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, assim como a emissão e a distribuição pública das Debêntures não infringem ou contrariam, sob qualquer aspecto material, (a) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (e) exceto conforme informado no Prospecto, detém, nesta data, todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
- (f) a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, relevantes e indispensáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social. A Emissora está obrigada, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos Municipais, Estaduais e Federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- (g) as Demonstrações Financeiras da Emissora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008, assim como as informações financeiras referentes aos períodos de 3 (três) meses encerrados em 31 de março de 2008 e 2009, representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade vigentes no Brasil à época em que foram preparadas e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;



34

RP

Handwritten signatures and initials.

SEGUNDO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELÉTRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

At.: Sr. Rodrigo Ferreira Medeiros da Silva
Tel.: (19) 2122-1095
Fax: (19) 2122-1564
E-mail: rodrigo.silva@elektro.com.br

Para o Agente Fiduciário:

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Rua Sete de Setembro, n.º 99, 24º andar
Rio de Janeiro – RJ

At.: Srs. Carlos Alberto Bacha e Rinaldo Rabello Ferreira
Tel.: (21) 2507-1949
Fax: (21) 2507-1949
E-mail: pavarini@pavarini.com.br

Para o Banco Mandatário:

BANCO ITAÚ S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Itáúsa
São Paulo – SP

At.: Sr. Luiz Loureiro
Tel.: (11) 5029-1905
Fax: (11) 5029-1920
E-mail: luiz.loureiro@itau.com.br

Para a Instituição Depositária e Agente Escriturador:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3400, 10º andar
São Paulo – SP

At.: Sr. Luiz Loureiro
Tel.: (11) 5029-1905
Fax: (11) 5029-1920
E-mail: luiz.loureiro@itau.com.br

9.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio ou por telegrama, nos endereços acima. As comunicações feitas por meio de fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os



SEGUNDO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELÉTRICIDADE E SERVIÇOS S.A.

endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

Cláusula Dez – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos titulares de Debêntures em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

Cláusula Onze – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão."

Cláusula Quarta – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas deste Segundo Aditamento.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam este Segundo Aditamento a Emissora e o Agente Fiduciário, em 4 (quatro) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 19 de junho de 2009




37

Handwritten initials and signatures, including "H", "R", and "Ri".

SEGUNDO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, QUIROGRAFÁRIAS, DA ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.


*Página de assinaturas do Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de
Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, Quirografárias, da Elektro Eletricidade e Serviços S.A.,
celebrado em 19 de junho de 2009*

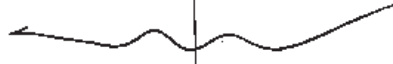
ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.


Por: CARLOS MARCIO FERREIRA
Cargo: DIRETOR - PRESIDENTE



Por: Rodrigo Ferreira M. Silva
Cargo: Diretor Executivo Financeiro e
de Relações com Investidores

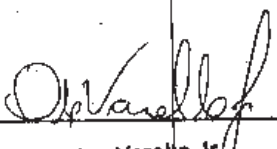
PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.


Por: ROSILEIA MAYER FLORENTINO
Cargo: PROCURADORA


Por: Carlos Alberto Bacha
CPF 008.744.587-03
Procurador

Testemunhas:


Nome: Ricardo Moloyama de Almeida
RG: CPF 220.287.038-57
CPF: RG: 357476408


Nome: Odair Ap. Varolio Jr.
RG: CPF 274.030.688-71
CPF: RG: 29256267-6



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- Súmula de Classificação de Risco

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Data de Publicação: 13 de maio de 2009

Comunicado à Imprensa

Standard & Poor's eleva ratings da Elektro Eletricidade e Serviços S.A. e atribui rating 'brAA+' à sua futura emissão de debêntures

Analistas: Luisa Vilhena, São Paulo (55) 11-3039-9727, luisa_vilhena@standardandpoors.com; Juliana Gallo, São Paulo (55) 11-3039-9728, juliana_gallo@standardandpoors.com; Marcelo Costa, São Paulo (55) 11-3039-9731, marcelo_costa@standardandpoors.com

Resumo

- Elevamos os ratings da Elektro e de sua 2ª Emissão de Debêntures, ambos na Escala Nacional Brasil.
- A Elektro manteve indicadores financeiros fortes em 2008 e no 1º trimestre de 2009, acima de nossas expectativas anteriores, mesmo depois da revisão tarifária negativa em agosto de 2007.
- Também atribuímos o rating 'brAA+' à futura 3ª Emissão de Debêntures da empresa no valor de até R\$ 350 milhões.
- A perspectiva do rating de emissor de longo prazo é estável.

Ação de Rating

Em 13 de maio de 2009, a Standard & Poor's Ratings Services elevou o rating de crédito corporativo de longo prazo na Escala Nacional Brasil, de 'brAA' para 'brAA+', atribuído à **Elektro Eletricidade e Serviços S.A. (Elektro)**. Também elevamos o rating da 2ª Emissão de Debêntures da empresa, de 'brAA+' para 'brAAA'. Ao mesmo tempo, atribuímos o rating 'brAA+' à futura 3ª Emissão de Debêntures que a Elektro realizará no montante de até R\$ 350 milhões. A perspectiva do rating de emissor de longo prazo é estável.

A elevação do rating de emissor da Elektro e de sua 2ª Emissão de Debêntures reflete a manutenção de seus indicadores financeiros fortes em 2008 e no 1º trimestre de 2009, acima de nossas expectativas anteriores, mesmo após o processo de revisão tarifária em agosto de 2007, que determinou uma redução média nas tarifas da empresa de 18,59%. Além disso, a Elektro manteve um perfil de negócios adequado, com indicadores operacionais melhores que a média do setor. Nosso cenário base considera que a Elektro manterá sua atual estrutura de capital nos próximos anos, com índices de alavancagem financeira semelhantes aos observados em 2008. Para isso, acreditamos que, se necessário, a empresa conta com flexibilidade para reduzir o atual nível de distribuição de dividendos (*payout*), de forma a evitar maiores pressões de liquidez ou aumento de endividamento indesejado.

As debêntures da 3ª Emissão serão simples, da espécie quirografária, com prazo de vencimento final de 27 meses a partir da data de emissão. A amortização do principal será feita em quatro parcelas trimestrais, a partir do 18º mês. Os recursos desta emissão serão utilizados basicamente para o resgate antecipado de R\$ 120 milhões de notas promissórias emitidas em abril de 2009, e para o pagamento da parcela de principal, com vencimento em setembro de 2009, da 2ª Emissão de Debêntures da empresa.

Fundamentos

Os ratings da Elektro refletem a sólida situação financeira da empresa, com alta rentabilidade e baixo nível de alavancagem financeira; os seus indicadores operacionais melhores que a média do setor; e a concessão exclusiva para distribuir energia em parte do Estado de São Paulo e em cinco municípios do Estado do Mato Grosso do Sul. Contrapondo parcialmente esses fatores positivos estão a sua política de distribuição elevada de dividendos e a exposição ao ambiente regulatório

ELEKTRO

do setor elétrico brasileiro, o qual possui um histórico de implementação e de condução das regulamentações relativamente recente (cerca de cinco anos), mas que vem apresentando estabilidade e evolução desde então.

O rating 'brAAA' atribuído à 2ª Emissão de Debêntures da Elektro está um degrau acima do seu rating de crédito corporativo para refletir a forte perspectiva de recuperação da totalidade das debêntures. Tal recuperação abrange o valor do principal e dos juros devidos, no caso de uma potencial situação de não-pagamento (*default*), em função da garantia de cessão fiduciária sobre os direitos de crédito perante duas instituições financeiras. Ou seja, ainda que a probabilidade de *default* dessas debêntures seja a mesma daquela implícita no rating de crédito corporativo, o rating das debêntures incorpora a expectativa de que os debenturistas poderão recuperar, em um prazo relativamente curto (menos de 24 meses), 100% do principal e dos juros, caso ocorra um evento de *default* e de aceleração dessa dívida.

Em 2008, a Elektro apresentou um declínio de 8,4% em sua geração de caixa medida pelo EBITDA, decorrente tanto da revisão tarifária ocorrida em agosto de 2007 (redução média de tarifa em 18,59%) quanto de um aumento de custos de 23,7%, parcialmente compensados nos últimos meses do ano pelo reajuste tarifário médio de 10,91% em agosto de 2008. Esse aumento significativo de custos derivou de reajustes contratuais, do maior volume de compra de energia de fonte térmica e de aquisições no mercado de curto prazo. Em decorrência de sua baixa alavancagem, a empresa também apresentou uma pequena elevação no seu endividamento em 2008 (adicionando cerca de R\$ 150 milhões à dívida total), para financiar seu programa de investimentos por meio da captação de recursos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (BBB-/Estável/-- em moeda estrangeira e BBB+/Estável/-- em moeda local) e com a Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (BBB-/Estável/-- em moeda estrangeira e BBB+/Estável/-- em moeda local). Por outro lado, a Elektro conseguiu reduzir suas despesas financeiras em 2008, após o pré-pagamento de parte de suas debêntures no final de 2007. Esses fatores combinados levaram a uma redução nos índices de proteção de fluxo de caixa da empresa quando comparamos os dois anos fiscais, mas estes índices ainda se mantiveram em níveis confortáveis para a atual categoria de rating: em 2008, a Elektro apresentou índices de dívida total sobre EBITDA de 1,24x (0,97x em 2007), de geração interna de caixa (*Funds From Operations* - FFO) sobre dívida total de 67,2% (86,5% em 2007), de cobertura de juros pelo FFO de 6,65x (5,51x em 2007), e de geração de fluxo de caixa operacional livre (FOCF) sobre dívida total de 39,1% (63,3% em 2007).

No 1º trimestre de 2009, a despeito da crise econômica mundial e de seus efeitos na indústria brasileira nesse período, a Elektro apresentou um crescimento na demanda do seu mercado cativo da ordem de 2,1% em relação ao mesmo período de 2008. Seu desempenho financeiro também foi forte no 1º trimestre de 2009, mantendo elevada geração de caixa e métricas financeiras adequadas para a atual categoria de rating.

A Elektro apresenta sólidos indicadores de eficiência operacional, registrando um dos menores índices de perdas de energia do setor elétrico brasileiro (perdas totais em 6,72% nos doze meses encerrados em março de 2009) e um baixo volume de contas em atraso que equivale a quatro dias de vendas para as contas vencidas acima de 90 dias. Além disso, seus indicadores operacionais são melhores que a média do setor, com DEC (índice de duração de interrupções) de 8,38 horas e FEC (frequência de interrupções) de 5,75 vezes, nos doze meses encerrados em março de 2009.

A Elektro é a 8ª maior distribuidora de energia do Brasil, operando em quatro regiões não contíguas, principalmente próximas às divisas do Estado de São Paulo, e a 3ª maior do Estado de São Paulo possuindo a concessão para distribuir energia até 2028. Atualmente, a empresa atende pouco mais de 2 milhões de clientes em 228 municípios, que representam aproximadamente 6 milhões de habitantes. Em 2008, a Elektro vendeu 10.845 GWh na sua área de concessão e gerou um EBITDA de R\$ 754 milhões.

Liquidez

Em março de 2009, a dívida total da Elektro somava R\$ 948 milhões, sendo que R\$ 291 milhões eram de curto prazo. Com reservas de caixa de R\$ 226 milhões na mesma data, e uma geração de fluxo de caixa operacional livre de R\$ 365 milhões no ano de 2008, acreditamos que a empresa não terá problemas em honrar as amortizações de dívidas de curto prazo, além de pagar dividendos e ainda recompor as suas reservas de caixa.

Em abril de 2009, a Elektro emitiu notas promissórias no valor de R\$ 120 milhões para atender necessidades de capital de giro. Esta futura 3ª Emissão de Debêntures será parcialmente utilizada para resgatar essas notas promissórias e fortalecer a liquidez da empresa.

Perspectiva

A perspectiva estável do rating de crédito corporativo reflete nossas expectativas de que a Elektro preservará sua política financeira prudente, mesmo que prossiga com uma forte distribuição de dividendos de 95% do lucro líquido, bem como manterá uma rentabilidade acima da média e indicadores financeiros sólidos, ou seja, FFO sobre endividamento total acima de 45%, dívida total sobre capitalização total em torno de 50%, dívida total sobre EBITDA ao redor de 1,5x, e cobertura de juros pelo FFO em torno de 5x.

Se os indicadores financeiros da Elektro não se sustentarem nos patamares mencionados, ou se a empresa mantiver uma distribuição de dividendos agressiva ainda que diante de uma situação de maior necessidade de preservar liquidez, ou, ainda, se houver um aumento no risco do ambiente regulatório brasileiro para o setor elétrico, a perspectiva do rating poderá ser alterada para negativa ou os ratings rebaixados. Por outro lado, a perspectiva poderá ser alterada para positiva se a empresa apresentar desempenho financeiro ainda mais forte do que o projetado de forma sustentável e, ao mesmo tempo, manter seus fortes indicadores de eficiência operacional.

Lista de Ratings

Ratings do Crédito de Contraparte

Escala Nacional Brasil: brAA+(Estável)–

Dívida Sênior Garantida: brAAA

Dívida Sênior Sem Garantia: brAA+

Publicado pela Standard & Poor's, uma Subsidiária da The McGraw-Hill Companies, Inc. Escritórios Executivos: 1221 Avenue of the Americas, Nova York, NY 10020. Escritório Editorial: 55 Water Street, Nova York, NY 10041. Atendimento ao Assinante: (1) 212-438-7280. Copyright 2009 pela The McGraw-Hill Companies, Inc.

A reprodução total ou parcial deste documento é expressamente proibida exceto mediante autorização prévia. Todos os direitos reservados. Todas as informações foram obtidas pela Standard & Poor's de fontes que ela considera confiáveis. Entretanto, em função da possibilidade de erro humano ou mecânico por parte da Standard & Poor's ou de suas fontes ou de outros, a Standard & Poor's não garante a precisão, a adequação ou a completude de quaisquer informações e não se responsabiliza por quaisquer erros ou omissões ou por quaisquer resultados obtidos ao se utilizar tais informações. Os ratings representam uma opinião, não a declaração de fatos ou uma recomendação para comprar, vender ou manter qualquer título ou valor mobiliário.

Os serviços analíticos oferecidos pela Standard & Poor's Ratings Services ("Divisão de Ratings") resultam de atividades separadas destinadas a preservar a independência e objetividade das opiniões nas quais se baseiam os ratings. Os ratings são opiniões, não sendo, portanto, declarações de fatos, nem recomendações de compra, manutenção ou venda de nenhum título. Os ratings baseiam-se em informações recebidas pela Divisão de Ratings Services. Outras divisões da Standard & Poor's podem possuir informações não disponíveis à Divisão de Ratings Services. A Standard & Poor's estabeleceu políticas e procedimentos cujo objetivo é manter a confidencialidade de informações não públicas recebidas ao longo do processo de atribuição de ratings.

A Divisão de Ratings Services é remunerada pela atribuição de ratings. Tal compensação é normalmente paga ou pelo emissor dos títulos avaliados ou por terceiros que participam da negociação de tais títulos. Embora a Standard & Poor's se reserve o direito de disseminar os ratings por ela atribuídos, esta não recebe remuneração por fazê-lo, exceto pelas assinaturas de suas publicações.

Quaisquer informações adicionais sobre as tarifas cobradas pela atribuição de ratings por parte da Divisão de Ratings Services estão disponíveis em www.standardandpoors.com/usratingsfee.

The McGraw-Hill Companies

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- Declarações da Emissora e do Coordenador Líder, nos termos do art. 56 da Instrução CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ELEKTRO

ELEKTRO

Energia que vem da gente

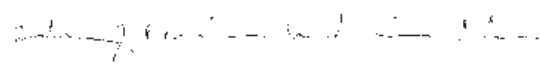
DECLARAÇÃO

Elektro Eletricidade e Serviços S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Ary Antenor de Souza, n.º 321, Jardim Nova América, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.328.280/0001-97 ("Companhia"), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, no âmbito da distribuição pública de 30.000 (trinta mil) debêntures simples da 3ª (terceira) emissão da Companhia, com valor nominal unitário, na data de emissão, de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), perfazendo o montante total de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) ("Oferta" e "Debêntures", respectivamente), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, declarar que (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta; e que (ii) o prospecto preliminar da Oferta contém e o prospecto definitivo da Oferta conterá, na data de publicação do anúncio de início da Oferta, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Debêntures e da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira e dos riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes. Os Srs. CARLOS MARCIO FERREIRA, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 11.986.182 SSP SP, inscrito no CPF/MF nº 016.712.938-43; e RODRIGO FERREIRA MEDEIROS DA SILVA, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 38.671.934-2 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 047.620.157-84; ambos com endereço comercial na Rua Ary Antenor de Souza, 321, Jd. Nova América, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, diretores estatutários da Companhia, sendo o primeiro Diretor Presidente e o segundo Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores, foram os responsáveis pela verificação da veracidade das informações prestadas.

São Paulo, 15 de maio de 2009.

ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.


CARLOS MARCIO FERREIRA
Diretor Presidente


RODRIGO FERREIRA MEDEIROS DA SILVA
Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores



**DECLARAÇÃO**

BANCO ITAÚ BBA S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 4º andar – parte, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 17.298.092/0001-30 ("Coordenador Líder"), na qualidade de instituição intermediária líder responsável pela distribuição pública de 30.000 (trinta mil) debêntures simples da 3ª (terceira) emissão da Elektro Eletricidade e Serviços S.A. ("Companhia"), com valor nominal unitário, na data de emissão, de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), perfazendo o montante total de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) ("Debêntures" e Oferta", respectivamente), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, declarar que (I) o prospecto preliminar da Oferta e o prospecto definitivo da Oferta contêm ("Prospecto") as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, das Debêntures, da Oferta e da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira e dos riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes; e (II) tomou as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que (a) as informações prestadas pela Companhia sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro de companhia aberta da Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários e que venham a integrar o Prospecto sejam suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

São Paulo, 19 de junho de 2009

BANCO ITAÚ BBA S.A.


Nome: Pedro Henrique Nunes
Cargo: Diretor Estatutário


Nome: Alexandre Acosta
Cargo: Diretor Executivo



-
- Informações Anuais (IAN) relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008
(somente as informações não incluídas neste Prospecto)

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

Reapresentação Espontânea

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIACÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 017485	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	3 - CNPJ 02328280000197
4 - DENOMINAÇÃO COMERCIAL ELEKTRO		
5 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ANTERIOR ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.		
6 - NIRE 353.001.535-70	7 - SITE http://www.elektro.com.br	
8 - DATA DE CONSTITUIÇÃO DA CIA 06/01/1998	9 - DATA DE REGISTRO DA CIA NA CVM 08/07/1998	

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Ary Antenor de Souza, 321		2 - BAIRRO OU DISTRITO Jd Nova América	
3 - CEP 13053-024	4 - MUNICÍPIO Campinas	5 - UF SP	
6 - DDD 19	7 - TELEFONE 2122-1090	8 - TELEFONE 2122-1095	9 - TELEFONE -
10 - TELEFAX -	11 - DDD 19	12 - FAX 2122-1560	13 - FAX 2122-1564
14 - FAX -	15 - E-MAIL ri@elektro.com.br		

01.03 - DEPARTAMENTO DE AÇIONISTAS

ATENDIMENTO NA EMPRESA

1 - NOME Simone Borsato Simão	
2 - CARGO Gerente Executivo Financeiro e de RI	
3 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Ary Antenor de Souza, 321	
4 - BAIRRO OU DISTRITO Jd Nova América	
5 - CEP 13053-024	6 - MUNICÍPIO Campinas
7 - UF SP	
8 - DDD 19	9 - TELEFONE 2122-1189
10 - TELEFONE 2122-1089	11 - TELEFONE -
12 - TELEFAX -	13 - DDD 19
14 - FAX 2122-1564	15 - FAX 2122-1562
16 - FAX -	17 - E-MAIL ri@elektro.com.br

AGENTE EMISSOR / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEPOSITÁRIA

18 - NOME Itaú Corretora de Valores S.A.	
19 - CONTATO Márcio Conde de Souza	
20 - ENDEREÇO COMPLETO Av. Brigadeiro Faria Lima, 3400 - 10º andar	
21 - BAIRRO OU DISTRITO Itaim Bibi	
22 - CEP 04538-132	23 - MUNICÍPIO São Paulo
24 - UF SP	
25 - DDD 11	26 - TELEFONE 5029-1925
27 - TELEFONE 5029-1911	28 - TELEFONE 5029-1908
29 - TELEFAX -	30 - DDD 11
31 - FAX 5029-1917	32 - FAX 5029-1920
33 - FAX -	34 - E-MAIL marcio.conde-souza@itau.com.br

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01748-5	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	3 - CNPJ 02.328.280/0001-97
---------------------------	---	--------------------------------

OUTROS LOCAIS DE ATENDIMENTO A AÇIONISTAS

35 - ITEM	36 - MUNICÍPIO	37 - UF	38 - DDD	39 - TELEFONE	40 - TELEFONE
01	Campinas	SP	19	2122-1487	2122-1087

01.04 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Rodrigo Ferreira Medeiros da Silva					
2 - ENDEREÇO COMPLETO Rua Ary Antenor de Souza, 321				3 - BAIRRO OU DISTRITO Jd Nova America	
4 - CEP 13053-024		5 - MUNICÍPIO Campinas			6 - UF SP
7 - DDD 019	8 - TELEFONE 2122-1090	9 - TELEFONE 2122-1095	10 - TELEFONE -		11 - TELEX
12 - DDD 019	13 - FAX 2122-1560	14 - FAX 2122-1564	15 - FAX -		
16 - E-MAIL rodrigo.silva@elektro.com.br					
17 - DIRETOR BRASILEIRO SIM		18 - CPF 047.620.157-84	19 - PASSAPORTE		

01.05 - REFERÊNCIA / AUDITOR

1 - DATA DE INÍCIO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL 01/01/2008		2 - DATA DE TÉRMINO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL 31/12/2008	
3 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO 01/01/2009		4 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO 31/12/2009	
5 - NOME RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes			6 - CÓDIGO CVM 00385-9
7 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Marcelo Magalhães Fernandes			8 - CPF DO RLSPT TÉCNICO 110.931.498-17

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - BOLSA DE VALORES ONDE POSSUI REGISTRO				
<input type="checkbox"/> BVBAAL	<input type="checkbox"/> BVME5B	<input type="checkbox"/> BVPR	<input type="checkbox"/> BVRJ	<input type="checkbox"/> BVST
<input type="checkbox"/> BVES	<input type="checkbox"/> BVPP	<input type="checkbox"/> BVRG	<input checked="" type="checkbox"/> BOVESPA	
2 - MERCADO DE NEGOCIAÇÃO Bolsa				
3 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional				
4 - CÓDIGO DE ATIVIDADE 1120 - Energia Elétrica				
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL Distribuição de Energia Elétrica				6 - AÇÕES PREL. COM CLASSES NÃO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

01.07 - CONTROLE ACIONÁRIO / VALORES MOBILIÁRIOS

1 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO	
Privada Nacional	
2 - VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS PELA CIA.	
<input checked="" type="checkbox"/> Ações	<input type="checkbox"/> Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)
<input type="checkbox"/> Debêntures Conversíveis em Ações	<input checked="" type="checkbox"/> Notas Promissórias (NP)
<input type="checkbox"/> Ações Resgatáveis	<input type="checkbox"/> BDR
<input type="checkbox"/> Partes Beneficiárias	<input type="checkbox"/> Outros
<input checked="" type="checkbox"/> Debêntures Simples	DESCRIÇÃO
<input type="checkbox"/> Bônus de Subscrição	
<input type="checkbox"/> Certificado de Investimento Coletivo (CIC)	

01.08 - PUBLICAÇÕES DE DOCUMENTOS

1 - AVISO AOS AÇÃOISTAS SOBRE DISPONIBILIDADE DAS DFs.	3 - ATA DA AGO QUE APROVOU AS DFs.
	07/04/2009
2 - CONVOCAÇÃO DA AGO PARA APROVAÇÃO DAS DFs.	4 - PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
18/03/2009	03/03/2009

01.09 - JORNAIS ONDE A CIA. DIVULGA INFORMAÇÕES

1 - ITEM	2 - TÍTULO DO JORNAL	3 - UF
01	Diário Oficial do Estado de SP	SP
02	Valor Econômico - Ed. Nacional	BR

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
21/06/2009	

Serviço Público Federal
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
IAN - Informações Anuais

Data Base - 31/12/2008

Legislação Societária

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01748-5	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	3 - CNPJ 02.328.280/0001-97
---------------------------	---	--------------------------------

02.01.01 - COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

1 - ITEM	2 - NOME DO ADMINISTRADOR	3 - CPF	4 - DATA DA ELEIÇÃO	5 - PRAZO DO MANDATO	6 - CÓDIGO TIPO DO ADMINISTRADOR	7 - ELEITO P. CONTROLADOR	8 - CARGO FUNÇÃO	9 - FUNÇÃO
01	Acio Carlos Ribeiro de Albuquerque	037.352.304-13	26.06.2008	26.06.2011	2	SIM	20	Presidente do Conselho de Administração
02	Carlos Marcos Loureiro	016.712.938-43	20.04.2007	20.04.2010	3	SIM	33	Conselheiro (eleito e ex- Presidente)
03	James Anton Hughes	000.000.000-99	14.03.2007	14.03.2010	2	SIM	22	Conselheiro da Administração (eleito)
04	Antonio Mario Cívola Marinho Apudito	999.999.999-99	20.06.2008	20.06.2011	2	SIM	22	Conselheiro da Administração (eleito)
05	Lucy Pereira Marrese	957.948.188-72	23.03.2009	23.03.2012	2	NÃO	22	Conselheiro da Administração (eleito)
06	Acio Gilmar Marzom	019.807.095-58	20.04.2007	20.04.2010	2	SIM	23	Conselheiro da Administração (Suplente)
07	Marcio Henrique Fernandes	108.708.515-17	20.04.2007	20.04.2010	2	SIM	23	Conselheiro da Administração (Suplente)
08	Vitor Camargo Filho	102.177.748-36	20.04.2007	20.04.2010	2	SIM	23	Conselheiro da Administração (Suplente)
09	Francisco Alfredo Fernandes	002.836.358-27	26.06.2008	26.06.2011	3	SIM	39	Conselheiro (Suplente) de Finanças e Operações
10	Maurício Antonio Pereira	023.663.248-75	23.03.2009	23.03.2012	2	NÃO	23	Conselheiro da Administração (Suplente)
11	Max Alexandre Lima	350.048.004-72	16.06.2008	01.07.2011	1		19	Diretor Financeiro e Contábil e Suplente
12	Luiz Sergio Assaia	441.865.878-34	12.08.2007	01.07.2010	1		19	Diretor de Assuntos Regulatórios e Impl.
13	Rodolfo Fernando Viçarijus da Silva	047.620.157-84	02.10.2006	02.10.2011	1		19	Diretor Financeiro e Contábil

- * CÓDIGO. 1 - PERTENCE APENAS À DIRETORIA;
2 - PERTENCE APENAS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO;
3 - PERTENCE À DIRETORIA E AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

1 - CÓDIGO CVM 01748-5		2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A		3 - CNPJ 02.328.280/0001-97	
---------------------------	--	---	--	--------------------------------	--

03.01 - EVENTOS RELATIVOS À DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL

1 - EVENTO BASE Outros		2 - DATA DO EVENTO 05/05/2008		3 - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS 1.242		4 - INVESTIDORES INSTITUCIONAIS 1		5 - ACORDO DE AÇÃOISTAS NÃO		6 - AÇÕES PREFER. COM DIRETO A VOTO NÃO		7 - AÇÕES PREFERENCIAIS COM DIRETO A VOTO		8 - DATA DO ÚLTIMO ACORDO DE AÇÃOISTAS	
---------------------------	--	----------------------------------	--	--	--	--------------------------------------	--	--------------------------------	--	--	--	---	--	--	--

ações em circulação no mercado

9 - EXISTEM AÇÕES EM CIRCULAÇÃO SIM		ORDINÁRIAS 10 - QUANTIDADE (unidade) 26.665		11 - PERCENTUAL 0.03		PREFERENCIAIS 12 - QUANTIDADE (unidade) 598.707		13 - PERCENTUAL 0.59		TOTAL 14 - QUANTIDADE (unidade) 625.372		15 - PERCENTUAL 0.32	
--	--	---	--	-------------------------	--	---	--	-------------------------	--	---	--	-------------------------	--

ações preferenciais em circulação no mercado

16 - AÇÕES PREFERENCIAIS EM CIRCULAÇÃO NO MERCADO		17 - QUANTIDADE (unidade)		18 - PERCENTUAL	
---	--	---------------------------	--	-----------------	--

Data-Base - 31/12/2008

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

03.02 - POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS CONTROLADORES E ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - TIPO DE AÇÃO	2 - NOME DO AÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS	9 - %	10 - TOTAL DE AÇÕES
10 - 1 - CLASSE	11 - 2 - QTD. AÇÕES PREFERENCIAIS	12 - 3 - %	13 - 4 - %	14 - 5 - %
001	EPC-Empresa Paranaense Comercializ.Ltda.	02.538.000-0001-75	Brasileira	SP
59.310	64,55	0	0,00	59.310
002	AEI Invest. Energéticos Ltda.	02.761.727-0001-17	Brasileira	SP
6.579	7,16	0	0,00	6.579
003	ETB - Energia Total do Brasil Ltda.	02.886.241-0001-05	Brasileira	SP
25.965	28,26	34.535	33,90	60.500
004	ACI Brazil Finance Ltd	06.377.075-0001-72	Ilhas Cayman	UK
0	0,00	66.744	65,51	66.744
997	AÇÕES EM TFSOURARIA			
0	0,00	0	0,00	0
998	OUTROS			
27	0,03	599	0,59	626
999	TOTAL	101.878	100,00	193.759
91.881	100,00			

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM		2 - CONTROLADORA INVESTIDORA			3 - DATA DE COMP. CAP. SOC. A.								
00100*		AEI Brazil PD Holdings Ltd.			31/03/2009								
1 - ITEM		2 - NOME PAZAG SOCIAL			3 - CPF CNPJ		4 - NACIONALIDADE		5 - UF				
6 - AÇÕES ORIGINÁRIAS (Unidades)		7 - %		8 - AÇÕES EM PRINCÍPIOS (Unidades)		9 - %		10 - AÇÕES SOCIAS TOT. AI (Unidades)		11 - %		12 - COMP. CAP. SOC.	
00100-001		1.000 100.00		0		0.00		1.000 100.00		31/03/2009			
00100-999		1.000 100.00		0		0.00		1.000 100.00		TOTAL			

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ILM 0015201001		2 - CONTRIBUIÇÃO AEI		3 - DATA DE EXATidão CAP. SOC. A. 31/03/2009	
1 - ILM 0 - AÇÕES ORDINARIAS COTAS Unidades		2 - NOME RAZÃO SOCIAL 10 - AÇÕES COTAS TOTAL Unidades		3 - EPI CNPJ 4 - NACIONALIDADE	
7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS Unidades	9 - %	10 - AÇÕES COTAS TOTAL Unidades	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.
				5 - UF	

Data-Base - 31/12/2008

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CODIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A	02.328.280/0001-97

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITIM	2 - CONTRIBUICAO INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
0002	AEI Invest. Energéticos Ltda.	31/03/2009

1 - ITIM	2 - NOME NAVEGACAO SOCIAL	3 - C/P (CNPJ)	4 - NACIONALIDADE	5 - UI		
000301	AEI Brazil IPD Holdings Ltd		Ilhas Cayman	UK		
6 - AÇÕES ORDINARIAS (COTAS)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (COTAS)	9 - %	10 - AÇÕES DE CAPITAL SOCIAL (COTAS)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC
50.418.789	99,00	0	0,00	50.418.789	99,00	31/03/2009
000302	AEI Brazil Power Investment Ltd.		Ilhas Cayman	UK		
509.076	1,00	0	0,00	509.076	1,00	31/03/2009
002999	TOTAL					
50.927.865	100,00	0	0,00	50.927.865	100,00	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CODIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES									
1 - ITEM		2 - CONTROLADORA INVESTIDORA				3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL			
003		ETB - Energia Total do Brasil Ltda.				31/03/2009			
1 - ITEM		2 - NOME RAZÃO SOCIAL				3 - CPF CNPJ		4 - NACIONALIDADE	
5 - AÇÕES ORDINÁRIAS (Unidades)		6 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)		7 - AÇÕES TOTAIS (Unidades)		8 - COMP. CAP. SOC.		9 - UF	

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITIM	2 - CONTROLADORIA INVESTIDORA	3 - DATA DE CRIAÇÃO CAP. SOCIAL
003001	AEI Brazil Power Holdings Ltd.	31-03-2009
1 - ITIM	2 - NOME RAZÃO SOCIAL	3 - CNPJ
0 - AÇÕES ORDINÁRIAS COTAS (Unidades)	10 - AÇÕES COTAS TOTAL (Unidades)	4 - NACIONALIDADE
7 - %	11 - %	5 - UF
6 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	12 - COMP. CAP. SOC. (Unidades)	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CODIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM		2 - CONTROLADORA INVESTIDORA		3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL					
0003522		AEI		11/06/2009					
1 - ITEM	2 - NOME RAZÃO SOCIAL		3 - CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF				
6 - AÇÕES SUBSCRITAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES SUBSCRITAS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES SUBSCRITAS (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOCIAL			
0003522001	20.865.704	8,94	0	0,00	20.865.704	8,94	11/06/2009	Ilhas Cayman	UK
Ashmore Cayman SPC nº 3 Ltd.									
0003522002	13.169.904	5,64	0	0,00	13.169.904	5,64	11/06/2009	Guernsey	UK
Ashmore GSS Fund 2 Limited									
0003522003	26.513.134	10,50	0	0,00	26.513.134	10,50	11/06/2009	Guernsey	UK
Ashmore GSS Fund 3 Limited									
0003522008	48.028.858	18,86	0	0,00	48.028.858	18,86	11/06/2009	Ilhas Cayman	UK
FCI Ltd.									
0003522011	13.931.096	5,97	0	0,00	13.931.096	5,97	11/06/2009	Ilhas Cayman	UK
Sherbrooke Ltd.									
0003522012	54.588.392	23,40	0	0,00	54.588.392	23,40	11/06/2009	Singapura	
Buckland Investment Pte Ltd									
0003522013	36.403.948	15,60	0	0,00	36.403.948	15,60	11/06/2009		
Outros									
0003522014	10.302.629	4,41	0	0,00	10.302.629	4,41	11/06/2009	Guernsey	UK
Ashmore GSS Fund 4 Limited									
0003522016	6.237.038	2,67	0	0,00	6.237.038	2,67	11/06/2009	Guernsey	UK
Ashmore Global Opportunities Limited									

26/06/2009 15:38:21

Pág: 22

Data-Base - 31/12/2008

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CODIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
00332022	AEI	11/06/2009

1 - ITEM	2 - NOME RAZÃO SOCIAL	3 - CFF CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
8 - AÇÕES CHURRAH AS COTAS (Unidades)	9 - AÇÕES PREFFERENCIAIS (9 - %)	10 - AÇÕES COTAS (10A, 11 - %)	12 - COMPT. CAP. SOC. (Unidades)	
00332010	Asset Holder PCC Ltd in respect of AEMLIP		Guernsey	UK
	1.325.065 0.57	1.325.065 0.57	11/06/2009	
00332017	EMDCO Ltd		Ilhas Cayman	UK
	5.091.644 2.18	5.091.644 2.18	11/06/2009	
00332018	Asiaticore Emerging MGIP Ltd		Ilhas Cayman	UK
	1.435.248 0.61	1.435.248 0.61	11/06/2009	
00332019	Asiaticore Growing MS Fund Limited		Guernsey	UK
	1.505.937 0.65	1.505.937 0.65	11/06/2009	
00332099	TOTAL			
	239.396.597 100.00	239.396.597 100.00		

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM	2 - CONTRA-LADORA - INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
003220001	Ashmore Cayman SPQ nº 3 Ltd.	11/06/2009

1 - ITEM	2 - NOME RAZÃO SOCIAL	3 - C/F C.M.F.U.	4 - NACIONALIDADE	5 - J.F.
6 - AÇÕES CONTROLADAS	7 - %	8 - AÇÕES PRESTACIONAS	9 - %	10 - C.M.F.U. CAP. SOC.
COTAS	Unidades	Unidades	Unidades	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CODIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP CAP SOCIAL
005322002	Astimore GSS Fund 2 Limited	11/06/2009

1 - ITEM	2 - NOME RAZÃO SOC AL	3 - CPF CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS COTAS : 1,11 quada1	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS q - %	10 - AÇÕES COTAS TOTAL : 11 - %	12 - COMP CAP SOC : 1 Unidades;

Data-Base - 31/12/2008

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CATEGORIA CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01/748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - CVM	2 - CONTROLADORA INVESTIDORA	3 - DATA DE 23MP CAP. SOCIAL
003002903	Ashmore GSS Fund 3 Limited	11/08/2009
1 - CVM	2 - CVM PAZAO SOCIAL	3 - CVM CNPJ
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS CÓTIAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)
10 - AÇÕES COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC. (Unidades)
4 - NACIONALIDADE	5 - UN	

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM		2 - CONTROLADORA INVESTIDORA		3 - DATA DE COMP CAP SOCIAL	
603002628		FCI Ltd.		11/06/2009	

1 - ITEM		2 - NOME RAZÃO SOC A.		3 - CNPJ		4 - NACIONALIDADE		5 - UI			
9 - AÇÕES ORDINÁRIAS (Unidades)		7 - %		8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)		10 - AÇÕES COTAS TOTAL (Unidades)		11 - %		12 - COMP CAP SOC. (Unidades)	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
003032012	Buckland Investment Pte Ltd.	11/06/2009
1 - ITEM	2 - NOME RAZÃO SOCIAL	3 - CFF CVMJ
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (9 - %)
	10 - AÇÕES COTAS (11 - %)	12 - COTAS CVMJ SOC (Unidades)
		4 - NACIONALIDADE
		5 - UF

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CODIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01/48-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - TITULO		2 - CONTROLADORA IMPOSTRADA		3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL							
000332013		Outros		11/06/2009							
1 - TITULO		2 - NOME TRATAMENTO SOCIAL		3 - CNPJ		4 - NAC/ESTRUTURA		5 - UF			
7 - %		8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)		9 - %		10 - AÇÕES COTAS TOTAL (Unidades)		11 - %		12 - COMP. CAP. SOC (Unidades)	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CODIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A	02.328.280/0001-97

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ILM	2 - CONTROLADORA INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
003002014	Ashmore GSS Fund 4 Limited	11/06/2009
1 - ILM	2 - NOME TITULAR SOCIAL	3 - CNPJ (CNPJ)
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS (COTAS)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (COTAS)
10 - AÇÕES DOTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC (Unidades)
13 - AÇÕES TÍTULOS (Unidades)	14 - %	15 - UI

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITIM	2 - CONTROLADORIA IMV SUEBIA	3 - DATA DE C/MP CAP SOCIAL
0033202015	Ashmore Global Opportunities Limited	11-06-2003
1 - ITIM	2 - NOME FICÇÃO SOCIAL	3 - CPMI CNPJ
0 - AÇÕES ORDINÁRIAS (COTAS)	10 - AÇÕES COTAS TOTAL (Unidades)	4 - NACIONALIDADE
7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	5 - UI
9 - %	12 - C/MP CAP SOC. (Unidades)	

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DE NOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTHO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.260/0001-97

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOC. A.
003326017	EMDCD Ltd.	11/06/2009

1 - ITEM	2 - NOME RAZÃO SOCIAL	3 - CPE CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF		
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS (COTAS - Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP. CAP. SOC.

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM	2 - CONTR. ADORA - INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
003552018	Ashmore Emerging MGIP Ltd	11/06/2009

1 - ITEM	2 - NOME RAZÃO SOCIAL	3 - OFF CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS COTAS : Unidades	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS COTAS : Unidades	9 - %	10 - AÇÕES COTAS TOTAL Unidades

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM		2 - CONTROLADORA - INVESTIDORA		3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL	
0004		AEI Brazil Finance Ltd		31/03:2009	

1 - ITEM		2 - NOME RAZAO SOCIAL		3 - CPF CNPJ		4 - NACIONALIDADE		5 - UF	
6 - AÇÕES ORDINARIAS (Unidades)		7 - %		8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)		9 - %		10 - AÇÕES COTAS TOTAL (Unidades)	
1.000		5,28		0		0,00		1.000	
5,28		31/03:2009		5,28		31/03:2009		Ilhas Cayman	
UK									
0004502		AEI						Ilhas Cayman	
UK									
17.925		94,72		0		0,00		17.925	
94,72		31/03:2009		94,72		31/03:2009		Ilhas Cayman	
UK									
TOTAL									
0004503		TOTAL							
18.925		100,00		0		0,00		18.925	
100,00									

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM	2 - CONTRA AÇÃO INVI S/DONIA	3 - DATA DE COMP CAP SOCIAI
004001	AEI Brazil Power Holdings Ltd.	31-03-2009
1 - ITEM	2 - NOME RAZÃO SOCIAL	3 - CNPJ
6 - AÇÕES ORÇ NÁRIAS COTAS (unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIA S (unidades)
10 - AÇÕES GOTAS TOTAL (tr adies)	11 - %	12 - COMP CAP SOC
		4 - NACIONALIDADE
		5 - UF

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOC. AL.
004322	AEI	31/03/2009
1 - ITEM	2 - NOME RAZÃO SOCIAL	3 - CPF CNPJ
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)
9 - %	10 - AÇÕES COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %
12 - COMP. CAP. SOC.	13 - NACIONALIDADE	14 - UF

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

04.01 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

1 - Data da Última Alteração: 31/03/2008

2 - ITEM	3 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	4 - NOMINATIVA OU ESCRITURAL	5 - VALOR NOMINAL (Reais)	6 - QTD. DE AÇÕES (Mil)	7 - SUBSCRITO (Reais Mil)	8 - INTEGRALIZADO (Reais Mil)
01	ORDINÁRIAS	ESCRITURAL		91.881	451.672	451.672
02	PREFERENCIAIS	ESCRITURAL		101.878	500.820	500.820
03	PREFERENCIAIS CLASSE A			0	0	0
04	PREFERENCIAIS CLASSE B			0	0	0
05	PREFERENCIAIS CLASSE C			0	0	0
06	PREFERENCIAIS CLASSE D			0	0	0
07	PREFERENCIAIS CLASSE E			0	0	0
08	PREFERENCIAIS CLASSE F			0	0	0
09	PREFERENCIAIS CLASSE G			0	0	0
10	PREFERENCIAIS CLASSE H			0	0	0
11	PREFER. OUTRAS CLASSES			0	0	0
99	TOTAIS			193.759	952.492	952.492

Data-Base - 31/12/2008

1 - CODIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

04.02 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - ITEM	2 - DATA DA ATUALIZAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	6 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (M ²)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
01	25/07/2005	954.057	(15.398)	Absonção prej. Aum. Capital etc	249.726.683	0.0044500000
02	31/10/2005	952.492	(1.565)	Desverticalização	0	0.0000000000

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

04.03 - BONIFICAÇÃO / DESDOBRAMENTO OU GRUPAMENTO DE AÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - ITEM	2 - DATA APROVAÇÃO	3 - VALOR NOMINAL POR AÇÃO ANTES DA APROVAÇÃO (Reais)	4 - VALOR NOMINAL POR AÇÃO DEPOIS DA APROVAÇÃO (Reais)	5 - QUANTIDADE DE AÇÕES ANTES DA APROVAÇÃO (Mil)	6 - QUANTIDADE DE AÇÕES DEPOIS DA APROVAÇÃO (Mil)
01	31/03/2008			387.518.531	193.759

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CODIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ 00.000.000/0001-90
---------------------	------------------------	--------------------------------

04.04 - CAPITAL SOCIAL AUTORIZADO

1 - QUANTIDADE (Mil)	2 - VALOR (Reais Mil)	3 - DATA DA AUTORIZAÇÃO
0	0	

04.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL AUTORIZADO

1 - ITEM	2 - ESPÉCIE	3 - CLASSE	4 - QUANTIDADE DE AÇÕES AUTORIZADAS A EMISSÃO (Mil)
----------	-------------	------------	---

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

06.01 - PROVENTOS DISTRIBUÍDOS NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - ITEM	2 - TERMO EXERCÍCIO SOCIAL	3 - LÍQUIDO OU PRELÍZIO	4 - PROVENTO	5 - APROVAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO	6 - DATA DA APROVAÇÃO DISTRIBUIÇÃO	7 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	8 - CLASSE DAS AÇÕES	9 - MONTANTE DO PROVENTO APROVADO (R\$ Mil)	10 - VALOR DO PROVENTO APROVADO POR AÇÃO	11 - Nº DE PARCELAS DE PAGTO
12.1 - VALOR DISTRIBUÍDO	12.2 - CORREÇÃO JUROS (IPCA 6% ME)	13 - DATA DE INÍCIO DE PAGAMENTO	14 - FATOR CORREÇÃO	15 - DATA POSIÇÃO ACIONÁRIA F.DIREITO DO PROVENTO	16 - RESERVAÇÃO					
001	31/12/2005	658.325	0 VÍDENCO	AGO	17/04/2006	ORDINÁRIA		274.224	0.0014922800	2
	0.0000000000	0.0000000000	28-04/2006	18-04/2006						
002	31/12/2005	658.325	0 VÍDENCO	AGO	17/04/2006	PREFERENCIAL		334.468	0.0016415080	2
	0.0000000000	0.0000000000	28-04/2006	18-04/2006						
003	31/12/2006	501.687	0 VÍDENCO	AGO	20/04/2007	ORDINÁRIA		214.716	0.0011684478	1
	0.0000000000	0.0000000000	02-05/2007	23-04/2007						
004	31/12/2006	501.687	0 VÍDENCO	AGO	20/04/2007	PREFERENCIAL		261.887	0.0012852926	1
	0.0000000000	0.0000000000	02-05/2007	23-04/2007						
005	30/06/2007	249.278	0 VÍDENCO	AGE	14/09/2007	ORDINÁRIA		106.688	0.0005805763	1
	0.0000000000	0.0000000000	26-09/2007	17-09/2007						
006	30/06/2007	249.278	0 VÍDENCO	AGE	14/09/2007	PREFERENCIAL		130.126	0.0006386339	1
	0.0000000000	0.0000000000	26-09/2007	17-09/2007						
007	31/12/2007	466.911	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	09/11/2007	ORDINÁRIA		27.960	0.0001521557	1
	0.0000000000	0.0000000000	10-12/2007	03-12/2007						
008	31/12/2007	466.911	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	09/11/2007	PREFERENCIAL		34.103	0.0001673712	1
	0.0000000000	0.0000000000	10-12/2007	03-12/2007						
009	31/12/2007	466.911	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	09/11/2007	ORDINÁRIA		2.487	0.0000135360	1
	0.0000000000	0.0000000000	23-01/2008	02-01/2008						
010	31/12/2007	466.911	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	09/11/2007	PREFERENCIAL		3.034	0.0000148896	1
	0.0000000000	0.0000000000	23-01/2008	02-01/2008						
011	31/12/2007	466.911	0 VÍDENCO	AGO/E	31/03/2008	ORDINÁRIA		62.697	0.0003411838	1
	0.0000000000	0.0000000000	09-04/2008	01-04/2008						

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

06.01 - PROVENTOS DISTRIBUÍDOS NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - ITEM	2 - TERMO DE EXERCÍCIO SOCIAL	3 - LÚCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO NO PERÍODO (R\$ Mil.)	4 - PROVENTO	5 - APROVAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DO EVENTO	6 - DATA DA APROVAÇÃO DISTRIBUIÇÃO	7 - ESPEC. E DAS AÇÕES	8 - CLASSE DAS AÇÕES	9 - MON'TANTE DO PROVENTO APROVADO (R\$ Mil.)	10 - VALOR DO PROVENTO APROVADO POR AÇÃO	11 - N. DE PARCELAS PAGOS
012	31/12/2007	466.911	DIVIDENDO	AGO-E	31/03/2008	PREFERENCIAL		76.470	0.0003753022	1
		0.0000000000								
013	30/06/2008	142.518	DIVIDENDO	RCA	12/08/2008	PREFERENCIAL		74.396	0.7302470890	2
		0.0000000000								
014	30/06/2008	142.518	DIVIDENDO	RCA	12/08/2008	ORDINARIA		60.996	0.6638609900	2
		0.0000000000								
015	31/12/2008	391.767	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	11/11/2008	ORDINARIA		30.506	0.3320188260	1
		0.0000000000								
016	31/12/2008	391.767	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	11/11/2008	PREFERENCIAL		37.208	0.3652207080	1
		0.0000000000								
017	31/12/2008	391.767	DIVIDENDO	AGO-E	02/04/2009	ORDINARIA		75.710	0.8240038350	1
		0.0000000000								
018	31/12/2008	391.767	DIVIDENDO	AGO-E	02/04/2009	PREFERENCIAL		92.343	0.9064042190	1
		0.0000000000								

Data-Base - 31/12/2008

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

06.03 - DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS DO CAPITAL SOCIAL

7 - ITEM	8 - TIPO DE AÇÃO	9 - CLASSE DE AÇÃO	10 - % DO CAPITAL SOCIAL	11 - CONVERSIVEL	12 - CONVERSIVEL	13 - DIREITO A VOTO	14 - TIPO DE AÇÃO	15 - PRIORIDADE	16 - CÁLCULO SOBRE	17 - OBSERVAÇÃO
01	ORDINÁRIA		47,42	NÃO		PLENO		80,00		
02	PREFERENCIAL		0,00	C.000000		NÃO		0,00	SIM	
NAO	10% SUPERIOR A ORC		52,58	NÃO		NÃO		0,00	SIM	

06.04 - MODIFICAÇÃO ESTATUTÁRIA/DIVIDENDO OBRIGATÓRIO

1 - DATA DA ÚLTIMA MODIFICAÇÃO DO ESTATUTO	2 - DIVIDENDO OBRIGATORIO DO LUCRO:
31/03/2008	25,00

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

07.01 - REMUNERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO

1 - PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO	2 - VALOR DA REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES (Reais Mil)	3 - PERIODICIDADE
NÃO	7.060	ANUAL

07.02 - PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - DATA FINAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2008

2 - DATA FINAL DO PENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2007

3 - DATA FINAL DO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2006

4 - ITEM	5 - DESCRIÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	6 - VALOR DO ÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	7 - VALOR DO PENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	8 - VALOR DO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)
01	PARTICIPAÇÕES-DEBENTURISTAS	0	0	0
02	PARTICIPAÇÕES-EMPREGADOS	17.941	13.060	13.637
03	PARTICIPAÇÕES ADMINISTRADORES	0	0	0
04	PARTIC.-PARTES BENEFICIÁRIAS	0	0	0
05	CONTRIBUIÇÕES FDO. ASSISTÊNCIA	9.562	7.558	6.339
06	CONTRIBUIÇÕES FDO. PREVIDÊNCIA	2.457	2.259	2.384
07	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	0	0	0
08	LUCRO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	391.787	466.911	501.687
09	PREJUÍZO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	0	0	0

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CODIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

08.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	01
2 - N.º ORDEM	2ª
3 - N.º REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/DEB/2005/048
4 - DATA DO REGISTRO CVM	20/10/2005
5 - SÉRIE EMITIDA	1ª
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	01/09/2005
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/09/2011
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	SEM PREFERENCIA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	IGP-M + 11,8% a.a.
12 - PRÊMIO DE SACO	N/A
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	12.342,76
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	462.853
15 - Q.º TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	37.500
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	37.500
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO FISCATÁRIO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	01/09/2009

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

08.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	02
2 - N.º ORDEM	2ª
3 - N.º REGISTRO NA CVM	CVM/SRE/DEB/2005/049
4 - DATA DO REGISTRO CVM	20/10/2005
5 - SÉRIE EMITIDA	2ª
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	01/09/2005
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/09/2011
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	SEM PREFERENCIA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	CDI + 1.65% a.a.
12 - PRÊMIO DESAGIO	prêmio de 2,61%
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	187.500
15 - Q.º TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	18.750
16 - TÍTULO EM CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	8.721
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	10.029
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REAJUSTAGEM	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	01/09/2009

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL		Legislação Societária	
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS		Data-Base - 31/12/2008	
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS			
Representação Espontânea			
01.01 - IDENTIFICAÇÃO			
1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ	
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97	
10.01 - PRODUTOS E SERVIÇOS OFERECIDOS			
1 - ITEM	2 - PRINCIPAIS PRODUTOS E OU SERVIÇOS	3 - % RECEITA LÍQUIDA	
01	Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica	99,82	

Data-Base - 31/12/2008

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM: 01748-5	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	3 - CNPJ 02.326.280/0001-97
----------------------------	---	--------------------------------

10.02 - MATÉRIAS PRIMAS E FORNECEDORES

1 - ITEM	2 - MATÉRIA PRIMA	3 - IMPORTAÇÃO	4 - VALOR DA IMPORTAÇÃO (R\$ mil)	5 - DISPONÍVEL MERCADO LOCAL	6 - DISPONÍVEL MERCADO EXTERNO
7 - NOME DO FORNECEDOR	8 - TIPO DE FORNECIMENTO	9 - % DE FORNECIMENTO SOBRE O TOTAL DAS COMPRAS DA CIA			
01	Energia elétrica	NÃO	0	SIM	NÃO
Leilões de energia - CDEAR		74,10			
02	Energia elétrica	NÃO	0	SIM	NÃO
Contratos bilaterais		0,10			
03	Energia elétrica	NÃO	0	SIM	NÃO
Itaipu		24,10			
04	Energia elétrica	NÃO	0	SIM	NÃO
Prontia		1,70			

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CDO DO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

13.01 - PROPRIEDADES RELEVANTES

1 - ITEM	2 - TIPO DE PROPRIEDADE	3 - ENDEREÇO	4 - NÚMERO	5 - UF	6 - ÁREA TOTAL (MIL M ²)	7 - ÁREA CONSTRUÍDA (MIL M ²)	8 - IDADE (ANOS)	9 - SEGURO	10 - HIPOTECA	11 - ALUGADA DE TERCEIROS	12 - DATA DO CONTRATO	13 - TERMINO LOCAÇÃO
01	Subestação	Av. Brasil, 4.233 - Pq. das Indústrias		SP	15.577	0,075	0	SIM	NÃO	NÃO		
	Rio Claro											
02	Subestação	Av. Mar. Artur Costa e Silva, 1.900		SP	10.000	0,100	0	SIM	NÃO	NÃO		
	Limiteia											
03	Subestação	Av. Paulo José de Moraes, s/nº		SP	4.127	0,220	0	SIM	NÃO	NÃO		
	Itanhaém											
04	Subestação	Estrada Estadual Araçá Salm. s/nº		SP	12.486	0,066	0	SIM	NÃO	NÃO		
	Alibata											
05	Subestação	Rod. SP 147, Km 56		SP	35.400	0,356	0	SIM	NÃO	NÃO		
	Mogi Mirim											
06	Subestação e CSR	Rua Cândido Torres Gasmendes, s/nº		SP	44.300	0,120	0	SIM	NÃO	NÃO		
	Araçás											

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01746-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

13.01 - PROPRIEDADES RELEVANTES

1 - ITEM	2 - TIPO DE PROPRIEDADE	3 - ENDEREÇO	4 - MUNICÍPIO	5 - UF	6 - ÁREA TOTAL (M ²)	7 - ÁREA CONSTRUÍDA (M ²)	8 - IDADE (ANOS)	9 - SE GUERU	10 - HIPOTECADO	11 - ALEGADA DE RECURSOS	12 - DATA DO CONTRATO	13 - TIPO DE LOCAÇÃO
14 - OBSERVAÇÃO												
07	Subestação	Rua José Virgílio Dutra, s/nº	S. João da Boa Vista	SP	19.049	0.124	0	SIM	NÃO	NÃO		
08	Subestação	R. Francisco Gaiola, 100	Campes do Jordão	SP	15.642	0.069	0	SIM	NÃO	NÃO		
09	Subestação	Estr. Municipal Fábio Cavaliari, 207	Votuporanga	SP	11.222	0.710	0	SIM	NÃO	NÃO		
10	Subestação	Rod. Osvaldo Cruz, 1.001	Ubatuba	SP	2.310	0.080	0	SIM	NÃO	NÃO		
11	Subestação	Av. José Antunes de Lisboa, 630	Leme	SP	31.941	0.120	0	SIM	NÃO	NÃO		
12	Subestação	Rod. SP 563 - Andradina-Pareira Barreto	Andradina	SP	17.200	0.260	0	SIM	NÃO	NÃO		

Representação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CODIGO CVM 01748-5	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	3 - CNPJ 02.328.280/0001-97
---------------------------	---	--------------------------------

13.01 - PROPRIEDADES RELEVANTES

1 - ITEM	2 - TIPO DE PROPRIEDADE	3 - ENDEREÇO	4 - MUNICÍPIO	5 - UF	6 - ÁREA TOTAL (M L M)	7 - ÁREA CONSTRUÍDA (M L M)	8 - IDADE (ANOS)	9 - SEGURO	10 - HIPOTECA	11 - ALUGADA DE TERCEIROS	12 - DATA DO CONTRATO	13 - TERMINO LOCAÇÃO
14 - OBSERVAÇÃO												
13	Subestação	Rod. Limeira/Cordeirópolis	Cordeirópolis	SP	8.582	0.084	0	SIM	NÃO	NÃO		
14	Subestação e CSR		Fernandópolis	SP	15.505	0.083	0	SIM	NÃO	NÃO		
15	Subestação e CSR	Rod. Moji das Cruzes/ Via Pres. Dutra	Aruja	SP	16.535	0.112	0	SIM	NÃO	NÃO		
16	Subestação		Mirandópolis	SP	9.007	0.105	0	SIM	NÃO	NÃO		
17	Subestação	Rod. Albino Rodrigues Neves, Ver. Tevô G	Santa Isabel	SP	9.457	0.132	0	SIM	NÃO	NÃO		

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS

Data-Base - 31/12/2008

Legislação Societária

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01748-5	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S/A	02.328.280/0001-97

16.01 - AÇÕES JUDICIAIS COM VALOR SUPERIOR A 5% DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO OU DO LUCRO LÍQUIDO

1 - ITEM	2 - DESCRIÇÃO	3 - \$S PATRIM LÍQUIDO	4 - \$S LUCRO LÍQUIDO	5 - PROVISÃO	6 - VL PROVISIONADO (Reais Mil)	7 - VL TOTAL AÇÕES (Reais Mil)
8 - OBSERVAÇÃO						
01	TRABALHISTA	0,59	5,78	SIM	7,224	68,166
02	FISCAL/TRIBUTÁRIA	8,17	80,90	SIM	100,317	161,998
03	OUTRAS	1,51	14,87	SIM	18,571	130,211



ELEKTRO

www.elektro.com.br